PLANO DIRETOR MUNICIPAL DA COVILHÃ - PDM

REVISÃO

COVILHÃ
MUNICÍPIO
A TECER O FUTURO

DIVISÃO DE PLANEAMENTO E DE GESTÃO DE COFINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO

FEVEREIRO 2022

VOLUME I

ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

ÍNDICE

Acrónimos 37
1. Nota Introdutória 40
2. Objetivos da Revisão do PDM da Covilhã 43
3. Quadro legal vigente e aplicável 47
4. Contextualização do Concelho da Covilhã 51
4.1. Covilhã no Passado 51
4.2. Covilhã no Presente 54
4.2.1. Integração Territorial e Administrativa 56
4.2.2. Integração Demográfica 63
4.2.3. Integração no Sistema Educativo 65
4.2.4. Integração no Sistema de Saúde 69
4.2.5. Integração no Tecido Empresarial 71
4.2.6. Prospetiva económica e inovação 77
4.2.6. Integração no Sistema Rural e Agroflorestal 78
4.2.7. Integração no Turismo 80
4.2.8. Integração no Património Cultural 83
4.2.9. Integração no Sistema Urbano Regional 85
4.2.10. Integração no Quadro da Mobilidade e das Interdependências Regionais 90
4.2.10.1. Mobilidade 90
4.2.10.1.1. Sistema de Transportes Públicos 90
4.2.10.1.2. Configuração e Estado da Rede Viária 91
4.2.10.1.3. Estacionamento 91
4.2.10.1.4. Pontes e Elevadores 94
4.2.10.1.5. Mobilidade para pessoas com deficiência 94
4.2.10.1.6. Interdependências Regionais 95
..... 96
4.2.11. Integração no Quadro das Acessibilidades 96
4.2.11.1. Plano Rodoviário 96
4.2.11.2. Plano Ferroviário 98
4.2.11.3. Plano Aéreo 100

4.2.12. Integração no Sistema de Proteção e Valorização Ambiental 101
4.2.13. Integração no Sistema de riscos naturais e tecnológicos..... 102
4.3. Covilhã no Futuro..... 105
5. Instrumentos de Gestão Territorial de Âmbito Supramunicipal..... 107
5.1. Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território..... 110
5.2. Plano de Gestão de Rede Hidrográfica 118
5.2.1. Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis (RH4) 123
5.2.2. Plano De Gestão De Região Hidrográfica Do Tejo e Ribeiras do Oeste (RH5)..... 124
5.3. Plano Sectorial Da Rede Natura 2000..... 128
5.4. Plano de Ordenamento da Albufeira da Cova do Viriato..... 130
5.5. Plano De Ordenamento Do Parque Natural Da Serra Da Estrela..... 137
5.6. Plano Regional De Ordenamento Florestal do Centro Interior..... 148
5.7. Plano Regional De Ordenamento Do Território Do Centro 154
A. Texturas e estruturas do modelo territorial 154
B. Sistemas estruturantes do modelo territorial 155
1. Sistemas produtivos 155
2. Sistema urbano..... 158
3. Sistema de acessibilidades e transportes..... 159
4. Sistema de Proteção e Valorização Ambiental..... 160
5. Sistema de riscos naturais e tecnológicos 162
Modelo Territorial 162
6. Instrumentos de Gestão Territorial de Âmbito Municipal e Pretensões 170
6.1. Planos e Estudos no Concelho da Covilhã..... 171
6.1.1 Plano Diretor Municipal da Covilhã..... 176
6.1.1.1. Em vigor 176
6.1.1.2. Suspensão Parcial do PDM..... 179
6.1.1.3. Procedimentos em Curso..... 179
6.1.1.3.1. Procedimento de Revisão..... 179
6.1.1.3.1. Procedimento de alteração..... 183
6.1.2. Plano de Urbanização da Grande Covilhã 183
6.1.2.1. Em vigor 184
6.1.3. Plano de Pormenor da Zona Industrial de Canhoso..... 188
6.1.3.1. EM VIGOR..... 188

6.1.2.2. Procedimentos em curso 190

6.1.4. Plano de Pormenor da UOPG3 – Centro Histórico do Tortosendo e Zona Envolvente 192

6.1.4.1. Procedimentos em curso 192

6.1.5. Plano de Pormenor da UOPG5 – Zona do Aeródromo Municipal da Covilhã e Área Envolvente 195

6.1.6. Plano de Pormenor das Penhas da Saúde – Zona Sul 201

6.1.6.1. Procedimentos em curso 204

6.1.7. Plano de Pormenor da Zona Industrial do Tortosendo – 3ª FASE 207

6.1.8. Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios da Covilhã 208

6.1.9. Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil do Município Da Covilhã 210

6.2. Áreas de Reabilitação Urbana 212

6.2.1. ARU Aprovadas 217

6.2.2. ARU e ORU Sistémica Aprovadas 240

6.3. Planos de Ação 245

6.3.1. PARU – Plano de Ação de Reabilitação Urbana 245

6.3.1. PAICD – Plano de Ação Integrado Para as Comunidades Desfavorecidas 246

6.4. Operações de Reabilitação Urbana em Fase de Elaboração / Aprovação 247

6.4.1. Centro Urbano de Casegas 247

7. Análise Demográfica 251

7.1. Caracterização da Evolução Demográfica 253

7.1.1. Estrutura de Composição da População do Concelho 253

7.1.2. Estrutura de Composição da População do Concelho – Por Freguesia 255

7.2. Dinâmicas Demográficas 263

7.2.1. População Residente 263

7.2.2. Estrutura Etária 265

7.3. Indicadores Demográficos 269

7.3.1. Natalidade e Mortalidade 271

7.3.2. Movimentos Migratórios 272

7.3.3. Nupcialidade 275

7.3.3.1. Evolução das Famílias 277

7.4. Características Populacionais 278

7.4.1. Emprego e Ocupação dos Ativos 278

7.4.2. Desemprego e Perfil da População Desempregada 281

7.4.3. Nível de Instrução 283
7.4.4. Mobilidade Geográfica: Local de Residência VS Local de Trabalho/Estudo 286
7.4.5. População com Deficiência 291
8. Estrutura Produtiva e Base Económica 293
8.1 Contexto Territorial e Infraestrutural Favorável ao Desenvolvimento Económico 295
8.1.1 Dinâmicas Setoriais 297
8.1.1.1. Distribuição Setorial 301
8.1.1.1.1. Setor Primário 303
A. Agricultura, Produção Animal, Caça e Floresta 305
B. Extração Mineira 307
8.1.1.1.2. Setor Secundário 308
A. Indústria Transformadora 310
A.1. Zonas Industriais 310
8.1.1.1.2. Setor Terciário 313
8.2. Evolução Do Emprego e do Mercado de Trabalho 314
8.2.1. Ciência, Tecnologia e Sociedade de Informação 322
8.2.1.1. Parque de Ciência e Tecnologia da Covilhã (Parkurbis) 322
8.2.1.2. Data Center da PT 326
8.2.1.3. UBI Medical 328
8.2.1.4. Centro de Incubação e Apoio ao Empreendorismo da Covilhã 330
8.2.2. Serviços de Apoio, Infraestruturas e Espaços de Suporte à Atividade Empresarial 332
8.2.2.1. Gabinete de Apoio à Criação de Empresas (GACE) 332
8.2.2.2. IFRRU 2020 332
8.2.2.2. Associações Empresariais 334
8.2.2.2.1. Associação Empresarial da Covilhã, Belmonte e Penamacor (AECBP) 334
8.2.2.2.2. Associação Nacional dos Industriais dos Lanifícios (ANIL) 334
8.2.2.2.3. Associação Empresarial da Beira Baixa (AEBB) 334
8.2.2.2.4. CITEVE – Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário de Portugal 335
8.2.2.2.5. CIEBI – Centro de Inovação Empresarial da Beira Interior 337
8.2.2.3. Centros de Formação 337
8.2.2.3.1. Academia Sénior da Covilhã 337
8.2.2.3.2. CFIUTE (Centro de Formação Interação UBI Tecido Empresarial) 337
8.2.2.3.3. AFTEBI - Associação para a Formação Tecnológica e Profissional da Beira Interior 338

8.2.2.3.4. MODATEX - Centro de Formação Profissional da Indústria Têxtil, Vestuário, Confeção e Lanifícios *339*

8.3. Investimento Público Recente **340**

8.4. Impacto da Pandemia COVID-19 ..... **352**

9. Caracterização Biofísica **357**

9.1. Climatologia **357**

9.1.1. Temperatura 359

9.1.2. Precipitação 361

9.1.2.1. Chuva *362*

9.1.2.2. Neve *363*

9.1.3. Humidade Relativa 364

9.1.4. Vento 365

9.1.5. Exposição Solar 367

9.2. Morfologia do Território **369**

9.3. Hidrografia **370**

9.3.1. Águas Superficiais 371

9.3.1.1. Áreas Inundáveis *375*

9.3.2. Águas Subterrâneas 377

9.3.3. Recursos Hídricos 380

9.3.3.1. Água Mineral Natural *380*

9.4. Geologia **380**

9.4.1. Unidades Geomorfológicas 380

9.4.1.1. Carta Geológica 20 B *383*

9.4.1.2. Carta Geológica 17 D *392*

9.4.1.3. Carta Geológica 18 C *393*

9.4.1.4. Carta Geológica 21 A *395*

9.4.2. Unidades Pedológicas 396

9.4.3. Recursos Geológicos 398

9.4.3.1. Minas *399*

9.4.3.1.1. Minas da Panasqueira *399*

9.4.3.1.2. Minas da Argemela *400*

9.4.4. Radioatividade Natural 401

9.5. Biodiversidade **404**

9.5.1. Fauna 404

9.5.2. Flora 406
9.6. Paisagem 408
9.6.1. Unidades de Paisagem 410
9.6.1.1. UP49 410
9.6.1.2. U61 413
9.6.1.3. U62 415
9.6.1.4. U63 419
9.6.2. Estratégias e Recomendações 421
9.7. Potenciais Disfunções Ambientais 422
10. Uso e Ocupação do Solo 427
10.1. Ocupação do Solo 427
10.1.1. Análise da COS 2018 428
10.1.2. Análise dos dados estatísticos do IFN 440
10.1.3. APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DA COVA DA BEIRA 445
10.1.4. CARACTERIZAÇÃO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA 453
10.2. Povoamento e Evolução Urbanística 457
10.2.1. Formas de Povoamento 458
10.2.2. Dinâmica Urbanistica 462
10.2.3. Caracterização dos Aglomerados 469
10.2.3.1. Freguesia de Aldeia de S. Francisco de Assis 470
10.2.3.2. Freguesia da Boidobra 472
10.2.3.3. Freguesia de Cortes do Meio 474
10.2.3.4. Freguesia do Dominguizo 479
10.2.3.5. Freguesia da Erada 481
10.2.3.6. Freguesia do Ferro 483
10.2.3.7. Freguesia de Orjais 484
10.2.3.8. Freguesia do Paul 486
10.2.3.9. Freguesia de Peraboa 488
10.2.3.10. Freguesia de S. Jorge da Beira 490
10.2.3.11. Freguesia de Sobral de São Miguel 492
10.2.3.12. Freguesia do Tortosendo 494
10.2.3.13. Freguesia de Unhais da Serra 497
10.2.3.14. União de Freguesias de Barco e Coutada 499
10.2.3.15. União de Freguesias de Cantar-Galo e Vila do Carvalho 500

10.2.3.16. União de Freguesias de Casegas e Ourondo 503
10.2.3.17. União de Freguesias de Covilhã e Canhoso 506
10.2.3.18. União de Freguesia de Peso e Vales do Rio 514
10.2.3.19. União de Freguesias de Teixoso e Sarzedo 516
10.2.3.20. União de Freguesias de Vale Formoso e Aldeia do Souto 518
10.2.3.21. Freguesia de Verdelhos 520
11. Sistema Urbano 523
11.1. Polarização e Interdependências Funcionais 528
11.2. Dimensão Funcional 530
11.2.1. Funções Centrais do Setor Privado 533
11.2.2. Funções Centrais do Setor Público 535
11.3. Estruturação do Sistema Urbano 542
12. Valores Patrimoniais Concelhios 547
12.1. Património Urbanístico e Arquitetónico 548
12.2. Património Arqueológico 560
12.3. Património Natural 580
12.3.1. Áreas Protegidas 581
12.3.1.1. Parque Natural Serra da Estrela 584
12.3.1.1. Flora 592
12.3.1.2. Fauna 593
12.3.2. Sítios da Rede Natura 2000 595
12.3.2.1. Sítio Serra da Estrela 595
12.3.2.2. Sítio Complexo do Açor 595
12.3.3. Áreas de Continuidade 596
12.3.3.1. Reserva Ecológica Nacional (REN) 596
12.3.3.2. Reserva Agrícola Nacional (RAN) 597
12.3.4. Outros Patrimónios Naturais 599
12.4. Património Classificado e Em Vias de Classificação 601
12.5. Locais de Interesse Histórico, Cultural e Social 610
12.5.1. Comércio 610
12.5.2. Museus 611
12.5.3. Teatros 618
12.5.5. Miradouros e Observatórios 623

12.6. Património por Freguesia 628

13. Rede Viária e Mobilidade 640

13.1. Mobilidade 641

13.1.1. Evolução da Mobilidade 641

13.1.1.1. Mobilidade Pedonal 647

13.1.1.2. Mobilidade Condicionada 652

13.1.1.3. Condições para Uso de Bicileta 654

13.1.2. Desafios da Mobilidade Urbana 662

13.2. Acessibilidades 662

13.2.1. Evolução Recente das Acessibilidades 665

13.2.1.1 Estado da Rede Viária 667

13.2.2. Inserção Nacional, Regional e Inter Concelhia 670

13.2.3. Inserção Municipal 677

13.3. Transportes 683

13.3.1. Transporte-Rodoviário 684

13.3.1.1. Tráfego-Rodoviário 685

13.3.1.2. Plano Rodoviário-Nacional 686

13.3.1.3. Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária 2021-2030 688

13.3.2. Transporte Ferroviário 689

13.3.3. Transporte Aéreo 694

13.3.4. Transportes Coletivos 696

13.3.4.1. Serviço de Longo Curso 698

13.3.4.2. Serviço Regional 701

13.3.4.3. Serviço Local 702

13.3.4.4. Serviço Urbano 711

13.3.4.4.1. Carreiras e respetivos circuitos do serviço Urbano da Covilhã: 712

13.3.5. Transportes Escolares 720

13.3.6. Transportes prestados por Táxi 729

13.3.7. Outro tipo de transportes 731

13.3.8. Planeamento do Uso do Solo e transportes 731

13.3.8.1. Qualidade do ar 732

14. Habitação 734

14.1. Dinâmicas Sociais 738

14.1.1. Ação Social 742

14.1.1.1. Gabinetes Locais de Ação Social 745
14.1.1.2. Teleassistência 746
14.2. Parque Habitacional 747
14.2.1. Habitação Social 749
14.2.1.1. Habitação de Emergência Social 752
14.2.2. Habitação SHU 752
14.2.3. Carências Habitacionais 756
14.2.4. Condições de Acesso aos Edifícios a Pessoas com Mobilidade Condicionada 760
14.2.5. Mercado de Arrendamento 762
14.2.6. Programas de Apoio à Melhoria do Parque Habitacional 764
14.3. Política Habitacional Autárquica em Curso 768
14.3.1. Outros Instrumentos e Medidas de apoio à Habitação no Município da Covilhã 774
15. Equipamentos Coletivos 777
15.1. Equipamento Educativo e Formativo 779
15.1.1. Educação Pré-escolar 786
15.1.2. Ensino Básico 794
15.1.2.1. 1.º Ciclo do Ensino Básico 795
15.1.2.2. 2.º Ciclo do Ensino Básico 796
15.1.2.3. 3.º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário 797
15.1.3. Ensino Profissional 801
15.1.4. Ensino Pós-secundário 802
15.1.4.1. Ensino Tecnológico 802
15.1.4.2. Ensino Superior 803
15.1.5. Ensino Especial 809
15.1.6. Sistema de Formação 811
15.2. Equipamentos de Solidariedade e Segurança Social 812
15.2.1. Apoio à infância e juventude 813
15.2.2. Apoio à 3ª idade 816
15.2.3. Outros 825
15.2.3.1. Ajuda Alimentar a Carenciados 825
15.2.3.2. Crianças e Jovens em Situação de Perigo 826
15.2.3.2.1. Centro de Acolhimento Temporário 826
15.2.3.2.2. Lar de Infância e Juventude 827
15.2.3.3. Atendimento/Acompanhamento Social 827

15.2.3.4. Refeitório/Cantina Social 827

15.2.3.5. Apoio a Pessoas Toxicodependentes 828

15.2.4. Principais problemáticas na área das respostas sociais identificadas na Rede Social 828

15.3. Equipamentos de Saúde 829

15.3.1. Equipamentos de Saúde Primários – Centros de Saúde e Extensões de Saúde 830

15.3.2. Equipamentos de Saúde Secundários 832

15.3.3. Farmácias 835

15.3.4. Outros serviços médicos privados 836

15.4. Equipamento Desportivo 836

15.4.1. Caracterização das instalações desportivas 838

15.5. Equipamento Cultural 846

15.6. Equipamentos de Segurança e Proteção Civil 847

16. Turismo 850

16.1. A Serra da Estrela e a Covilhã 853

16.1.1. Indicadores Turísticos 853

16.1.2. Estrutura dos Recursos Turísticos em Presença 858

16.1.2.1. Recursos Naturais 858

16.1.2.2. Recursos Histórico-Culturais 859

16.1.2.3. Outros Recursos de Suporte 860

16.1.3. Empreendimentos Turísticos 866

16.1.4. Atividades Turísticas 884

16.1.5. Outras Atividades 905

16.2. Planos Estratégicos em Vigor 906

16.2.1. Estratégia de Turismo 2027 906

16.2.2. Plano Desenvolvimento Regional Turístico 20-30 908

17. Segurança e Proteção Civil 910

17.1. Segurança 910

17.2. Proteção Civil 917

17.2.1. Identificação dos Riscos 921

17.2.1.1. Riscos Naturais 923

17.2.1.1.1. Ondas de Calor 923

17.2.1.1.2. Vagas de Frio 924

17.2.1.1.3. Nevões 926

17.2.1.1.4. Secas 928
17.2.1.1.5. Cheias e Inundações 929
17.2.1.1.6. Trovoada 930
17.2.1.1.7. Movimento de Vertente 930
17.2.1.1.8. Sismos 932
17.2.1.2. Riscos Mistos 933
17.2.1.2.1. Incêndios Rurais 933
17.2.1.2.1. Acidentes de Poluição 934
17.2.1.3. Riscos Tecnológicos 937
17.2.1.3.1. Acidentes Rodoviários 937
17.2.1.3.2. Acidente Ferroviário 938
17.2.1.3.3. Acidente Aéreo 939
17.2.1.3.4. Incêndios Urbanos 940
17.2.1.3.5. Incêndios e Colapsos em Centros Históricos 941
17.2.1.3.6. Acidentes Industriais Graves 944
17.2.1.3.7. Acidente no transporte de Substâncias Perigosas 944
17.2.1.3.8. Colapso de Estruturas 945
17.2.1.4. Outros Riscos 947
17.2.1.4.1. Espécies Invasoras 947
17.2.1.4.1.1. Vespa Velutina 949
17.2.1.4.1.2. Acácia 952
17.2.1.4.2. Doenças Infeciosas 954
17.2.1.5. Alterações Climáticas 954
17. Infraestruturas Urbanas 956
17.1. Abastecimento de Água 958
17.2. Drenagem e tratamento de Águas Residuais 971
17.3. Recolha e tratamento de resíduos Sólidos 975
17.4. Outras Infraestruturas 981
17.4.1. Infraestruturas Elétricas 981
17.4.2. Infraestruturas de Comunicação 982
17.4.3. Infraestruturas Gasistas 983
18. Bibliografia e outras Referências 984
19. ANEXO I - Quadro Resumo dos PMOT no Concelho da Covilhã 985
20. Outros Anexos - Complementares aos Estudos de Caracterização: 986

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - NUTS I, NUTS II, NUTS III (Fonte: PORDATA 2021). 57
Figura 2 - Concelho da Covilhã (Fonte: Elaboração própria). 58
Figura 3 - Enquadramento do Concelho da Covilhã na Região Centro e no Distrito de Castelo Branco (Fonte: Elaboração própria). 61
Figura 4 – Enquadramento do concelho da Covilhã na Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela (CIMBSE) (Fonte: Elaboração própria). 62
Figura 5 - Prospetiva Económica e Inovação (Fonte: PROTC 2011). 77
Figura 6 - Principais ligações nacionais ao Concelho da Covilhã (Fonte: Município da Covilhã). 78
Figura 7 - Centros Urbanos na Região Centro (Fonte: PROTC 2011). 89
Figura 8 - Mapa de identificação dos estacionamentos e dos silos no Concelho da Covilhã (Fonte: Município da Covilhã 2021). 93
Figura 9 - Interdependências Regionais na região centro (Fonte: PROTC 2011). 96
Figura 10 – Linha da Beira Baixa. 99
Figura 11 - Sistema de Proteção e Valorização Ambiental na Região Centro (Fonte: PROTC 2011). 101
Figura 12 - Carta de Perigosidade de Incêndio Florestal no Concelho da Covilhã (Fonte: PMDFCI 2021). 104
Figura 13 - Esquema dos Instrumentos de Gestão Territorial (Fonte: Direção Geral do Território). 107
Figura 14 - Esquema identificativo dos 10 compromissos para o território (Fonte: Estratégia de Ordenamento do Território 2030). 116
Figura 15 - Bacias Hidrográficas de Portugal Continental (Fonte: SNIRH). 120
Figura 16 - Região Hidrográfica 4 (Fonte: APA). 123
Figura 17 - Região Hidrográfica 5 (Fonte: APA). 126
Figura 18 - Identificação da área Rede Natura 2000 no Concelho da Covilhã (Fonte: Município da Covilhã). 129
Figura 19 - Barragem da Cova de Viriato (Fonte: Google). 131
Figura 20 - Print da informação disponível no Site SNIRH (Fonte: SNIRH). 136
Figura 21 - Parque Natural Serra da Estrela (Fonte: Elaboração própria). 137

Figura 22 - Áreas de Intervenção Específica por tipologia (Fonte: PONPSE). 146
Figura 23 - Áreas de intervenção específica - POPNSE (Fonte: POPNSE)..... 147
Figura 24 - Sub-regiões do PROF-CI no Concelho da Covilhã. 151
Figura 25 - Identificação da área abrangida pelo PUGC (Fonte: Município da Covilhã). 184
Figura 26 - Identificação da área abrangida pelo Plano de Pormenor da Zona Industrial de Canhoso (Fonte: Município da Covilhã). 189
Figura 27 - Identificação da UOPG 3 (Fonte: Município da Covilhã). 193
Figura 28 - Cartografia oficial do Plano de Pormenor da UOPG5 da Grande Covilhã..... 196
Figura 29 - Cartografia oficial do Plano de Pormenor das Penhas da Saúde - Sul (Fonte: Município da Covilhã). 203
Figura 30 - Identificação da área de intervenção da Revisão do Plano de Pormenor das Penhas da Saúde — Zona Sul (Fonte: Município da Covilhã). 205
Figura 31 – Informações sobre a ARU do Centro Urbano de Cantar-Galo (Fonte: https://www.portaldahabitacao.pt/)..... 217
Figura 32 - Informações sobre a ARU do Centro Urbano da Aldeia de São Francisco de Assis (Fonte: https://www.portaldahabitacao.pt/). 218
Figura 33 - Informações sobre a ARU do Centro Urbano de Cantar-Galo (Fonte: https://www.portaldahabitacao.pt/)..... 219
Figura 34 - Informações sobre a ARU do Centro Urbano da Boidobra (Fonte: https://www.portaldahabitacao.pt/)..... 220
Figura 35 – Informações sobre a ARU do Centro Urbano da Erada (Fonte: https://www.portaldahabitacao.pt/)..... 221
Figura 36 – Informações sobre a ARU do Centro Urbano de Vila do Carvalho (Fonte: https://www.portaldahabitacao.pt/)..... 222
Figura 37 – Informações sobre a ARU do Centro Urbano de Casegas(Fonte: https://www.portaldahabitacao.pt/)..... 223
Figura 38 - Informações sobre a ARU do Centro Urbano de Cortes do Meio (Fonte: https://www.portaldahabitacao.pt/)..... 224
Figura 39 – Informações sobre a ARU do Centro Urbano de Casegas(Fonte: https://www.portaldahabitacao.pt/)..... 225
Figura 40 - Informações sobre a ARU do Centro Urbano de Orjais (Fonte: https://www.portaldahabitacao.pt/)..... 226

Figura 41 - Informações sobre a ARU do Centro Urbano de Ourondo (Fonte: https://www.portaldahabitacao.pt/)..... 227
Figura 42 - Informações sobre a ARU do Centro Urbano de Peraboa (Fonte: https://www.portaldahabitacao.pt/)..... 228
Figura 43 - Informações sobre a ARU do Centro Urbano de Sobral de São Miguel (Fonte: https://www.portaldahabitacao.pt/)..... 229
Figura 44 - Informações sobre a ARU do Centro Urbano de São Jorge da Beira (Fonte: https://www.portaldahabitacao.pt/)..... 230
Figura 45 - Informações sobre a ARU do Centro Urbano do Teixoso (Fonte: https://www.portaldahabitacao.pt/)..... 231
Figura 46 - Informações sobre a ARU do Centro Urbano de Vale Formoso (Fonte: https://www.portaldahabitacao.pt/)..... 232
Figura 47 - Informações sobre a ARU do Centro Urbano de São Jorge da Beira (Fonte: https://www.portaldahabitacao.pt/)..... 233
Figura 48 - Informações sobre a ARU do Centro Urbano de São Jorge da Beira (Fonte: https://www.portaldahabitacao.pt/)..... 234
Figura 49 - Informações sobre a ARU do Centro Urbano do Canhoso (Fonte: https://www.portaldahabitacao.pt/)..... 235
Figura 50 - Informações sobre a ARU do Centro Urbano do Ferro (Fonte: https://www.portaldahabitacao.pt/)..... 236
Figura 51 - Informações sobre a ARU do Centro Urbano do Peso (Fonte: https://www.portaldahabitacao.pt/)..... 237
Figura 52 - Informações sobre a ARU do Centro Urbano do Sarzedo (Fonte: https://www.portaldahabitacao.pt/)..... 238
Figura 53 - Informações sobre a ARU do Centro Urbano do Tortosendo (Fonte: https://www.portaldahabitacao.pt/)..... 239
Figura 54 - Informações sobre a ARU e ORU sistémica Aprovada do Centro Urbano da Covilhã (Fonte: https://www.portaldahabitacao.pt/). 240
Figura 55 - Informações sobre a ARU e ORU sistémica Aprovada do Centro Urbano da Coutada (Fonte: https://www.portaldahabitacao.pt/). 241
Figura 56 - Informações sobre a ARU e ORU sistémica Aprovada do Centro Urbano de Unhais da Serra (Fonte: https://www.portaldahabitacao.pt/)..... 242

Figura 57 - Informações sobre a ARU e ORU sistémica Aprovada do Centro Urbano do Barco (Fonte: https://www.portaldahabitacao.pt/). 243
Figura 58 - Informações sobre a ARU e ORU sistémica Aprovada do Centro Urbano do Paul (Fonte: https://www.portaldahabitacao.pt/). 244
Figura 59 - Identificação da área de intervenção do PARU (Fonte: Município da Covilhã). 245
Figura 60 - Identificação da área de intervenção do PAICD (Fonte: Município da Covilhã). 246
Figura 61 - Identificação da área de intervenção do Projeto da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) do Centro Urbano de Casegas. 248
Figura 62 - Variação populacional no concelho da Covilhã, por freguesia, 2011 a 2021 (Fonte: INE, Censos Preliminares 2021). 256
Figura 63 - Parkurbis, Covilhã (Fonte: Google)..... 323
Figura 64 – Data Center, Covilhã (Fonte: Google)..... 327
Figura 65 - UBIMedical, Covilhã (Fonte: Google). 329
Figura 66 - Centro de Incubação e Apoio ao Empreendorismo, Covilhã (Fonte: Google). 331
Figura 67 - Prints do Site da Câmara Municipal da Covilhã (Fonte: Município da Covilhã). 351
Figura 68 – Clima segundo Estação Meteorológica da Covilhã (Fonte: Site weatherspark.com, 2021). 359
Figura 69 - Temperatura máxima e mínima, estação meteorológica Covilhã (Fonte: weatherspark.com, 2021). 360
Figura 70 - Precipitação total, estação meteorológica da Covilhã (Fonte: Site weatherspark.com, 2021). 362
Figura 71 - Chuva mensal média, estação meteorológica da Covilhã (Fonte: Site weatherspark.com, 2021). 363
Figura 72 - Precipitação de neve mensal, estação meteorológica da Covilhã (Fonte: Site weatherspark.com, 2021). 363
Figura 73 - Níveis de conforto de Humidade, Estação Meteorológica da Covilhã (Fonte: Site weatherspark.com, 2021). 365
Figura 74 - Velocidade média do vento, estação meteorológica da Covilhã (Fonte: Site weatherspark.com, 2021). 366
Figura 75 - Direção do vento, estação meteorológica da Covilhã (Fonte: Site weatherspark.com, 2021). 367

Figura 76 - Horas de luz solar, estação meteorológica da Covilhã (Fonte: Site weatherspark.com, 2021). 368
Figura 77 - Cova da Beira, Serra da Estrela e Planalto da Torre, respetivamente (Fonte: Google). 369
Figura 78 - Mapa Hidrográfico do Concelho da Covilhã (Fonte: Município da Covilhã). 371
Figura 79 – Barragem do Covão do Ferro (Fonte: Google). 374
Figura 80 - Barragem do Viriato (Fonte: Google). 374
Figura 81 - Áreas Inundáveis no Concelho da Covilhã (Fonte: Município da Covilhã). 376
Figura 82 - Armazenamento Subterrâneo em Portugal Continental (Fonte: APA, 2019). 379
Figura 83 - Unidades Morfo-Estruturais em Portugal Continental (Fonte: SNIRH, 2021)..... 381
Figura 84 - Cartas geológicas disponíveis para o concelho da Covilhã, adaptado (Fonte: Google). 382
Figura 85 - Unidades Pedológicas no Concelho da Covilhã (Fonte: Município da Covilhã). 397
Figura 86 - Recursos geológicos, concelho da Covilhã (Fonte: DGEG, 2012). 398
Figura 87- Minas da Panasqueira (Fonte: Google). 399
Figura 88 - Minas da Argemela (Fonte: Google). 401
Figura 89 - Suscetibilidade da Radioatividade natural (Fonte: PROTC, 2011). 402
Figura 90 - Lagartixa-da-Montanha (Fonte: Google)..... 404
Figura 91 - Distribuição de Fauna segundo a Diretiva Habitats 2013-2018, Rede Natura 2000 (Fonte: ICNF). 405
Figura 92 - Silene (Fonte: Google). 406
Figura 93 - Distribuição de Flora segundo a Diretiva Habitats 2013-2018, Rede Natura 2000 (Fonte: ICNF). 407
Figura 94 – Unidades e Grupos de Unidades de Paisagem em Portugal Continental (Fonte: DGOTDU, 2002). 409
Figura 95 - UP49 (Fonte: DGOTDU, 2002). 410
Figura 96 – UP61 (Fonte: DGOTDU, 2002). 413
Figura 97 – UP62 (Fonte: DGOTDU, 2002). 415
Figura 98 - UP63 (Fonte: DGOTDU, 2002). 419
Figura 99 – Mapa dos Matos em Portugal Continental por classes (Fonte: DGT 2020). 429
Figura 100 - Mapa dos Territórios Artificializados em Portugal Continental por classes (Fonte: DGT 2020)..... 429

Figura 101 - Mapa das Pastagens em Portugal Continental por classes (Fonte: DGT 2020). ... 430
Figura 102 - Mapa dos Terrenos Agrícolas em Portugal Continental por classes (Fonte: DGT 2020). ... 430
Figura 103 - Mapa dos Sistemas Florestais em Portugal Continental por classes (Fonte: DGT 2020). ... 431
Figura 104 - Mapa dos Terrenos Florestais em Portugal Continental por classes (Fonte: DGT 2020). ... 431
Figura 105 - Tipologia dos Tecidos Edificados (Fonte: DGT 2019). ... 432
Figura 106 - Carta de Uso e Ocupação do Solo 1995 (Fonte: DGT/ Mapa: Elaboração própria). ... 437
Figura 107 - Carta de Uso e Ocupação do Solo 2007 (Fonte: DGT/ Mapa: Elaboração própria). ... 437
Figura 108- Carta de Uso e Ocupação do Solo 2010 (Fonte: DGT/ Mapa: Elaboração própria). ... 438
Figura 109 - Carta de Uso e Ocupação do Solo 2015 (Fonte: DGT/ Mapa: Elaboração própria). ... 438
Figura 110 - Figura 12 - Carta de Uso e Ocupação do Solo 2018 (Fonte: DGT/ Mapa: Elaboração própria)... 439
Figura 111 - Área ardida no Concelho da Covilhã (Fonte: ICNF / Mapa: Elaboração própria).. 441
Figura 112 - Carta de Uso e Ocupação do Solo – 2018 relativa à Ocupação Florestal no Concelho da Covilhã (Fonte: ICNF / Mapa: Elaboração própria). ... 444
Figura 113 - Aproveitamento hidroagrícola da Cova da Beira (Fonte: DGDR). ... 445
Figura 114 - Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira (AHCB) por Bloco de Rega (Fonte: Associação de Beneficiários da Cova da Beira, 2021). ... 449
Figura 115 - Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira no Concelho da Covilhã (Fonte: Município da Covilhã / Mapa: Elaboração própria). ... 450
Figura 116 - Print da informação disponibilizada no Site da ABCB (Fonte: Associação de Beneficiários da Cova da Beira, 2021). ... 452
Figura 117 - Carta de Uso e Ocupação do Solo 2018 - Ocupação Agrícola (Fonte: DGT). ... 454
Figura 118 - Zona Alta da Cidade da Covilhã (Fonte: Google). ... 459
Figura 119 - Zona Baixa da Cidade da Covilhã (Fonte: Google). ... 459
Figura 120 - Carta de Uso e Ocupação do Solo 2018 - Ocupação Edificada (Fonte: DGT). ... 460

Figura 121 - Carta de Uso e Ocupação do Solo 2018 - Ocupação Edificada (Fonte: DGT). 461
Figura 122 - Aldeia São Francisco de Assis, 2017 (Fonte: Site Terceira Dimensão). 471
Figura 123 - Carta de Uso e Ocupação do Solo 2018 - Freguesia de Aldeia de São Francisco de Assis (Fonte: DGT). 472
Figura 124 - Figura 26 - Boidobra, 2017 (Fonte: Site Terceira Dimensão). 473
Figura 125 - Carta de Uso e Ocupação do Solo 2018 - Freguesia da Boidobra (Fonte: DGT). .. 474
Figura 126 - Cortes do Meio, 2017 (Fonte: Site Terceira Dimensão). 475
Figura 127 - Carta de Uso e Ocupação do Solo 2018 - Freguesia de Cortes do Meio (Fonte: DGT). 479
Figura 128 - Dominguizo, 2017 (Fonte: Site Terceira Dimensão)..... 480
Figura 129 - Carta de Uso e Ocupação do Solo 2018 - Freguesia do Dominguizo (Fonte: DGT). 481
Figura 130 - Erada, 2017 (Fonte: Site Terceira Dimensão)..... 481
Figura 131 - Carta de Uso e Ocupação do Solo 2018 - Freguesia de Erada (Fonte: DGT). 483
Figura 132 - Ferro (Fonte: Google). 483
Figura 133 - Carta de Uso e Ocupação do Solo 2018 - Freguesia do Ferro (Fonte: DGT). 484
Figura 134 - Orjais (Fonte: Google). 485
Figura 135 - Carta de Uso e Ocupação do Solo 2018 - Freguesia de Orjais (Fonte: DGT). 486
Figura 136 - Paul, 2017 (Fonte: Site Terceira Dimensão). 487
Figura 137 - Carta de Uso e Ocupação do Solo 2018 - Freguesia do Paul (Fonte: DGT). 488
Figura 138 - Peraboa, 2017 (Fonte: Site Terceira Dimensão). 489
Figura 139 - Carta de Uso e Ocupação do Solo 2018 - Freguesia de Peraboa (Fonte: DGT)..... 490
Figura 140 - São Jorge da Beira, 2017 (Fonte: Site Terceira Dimensão). 491
Figura 141 - Carta de Uso e Ocupação do Solo 2018 - Freguesia de S. Jorge da Beira (Fonte: DGT). 492
Figura 142 - Sobral de São Miguel, 2017 (Fonte: Google)..... 493
Figura 143 - Tortosendo, 2017 (Fonte: Site Terceira Dimensão). 495
Figura 144 - Carta de Uso e Ocupação do Solo 2018 - Freguesia do Tortosendo (Fonte: DGT). 496
Figura 145 - Unhais da Serra, 2017 (Fonte: Site Terceira Dimensão). 497
Figura 146 - Carta de Uso e Ocupação do Solo 2018 - Freguesia de Unhais da Serra (Fonte: DGT). 498

Figura 147 - Barco, 2017 (Fonte: Site Terceira Dimensão)..... 499
Figura 148 - Carta de Uso e Ocupação do Solo 2018 – União de Freguesias do Barco e Coutada (Fonte: DGT). 500
Figura 149 - Vila do Carvalho (Fonte: Google). 502
Figura 150 - Carta de Uso e Ocupação do Solo 2018 – União de Freguesias de Cantar-Galo e Vila do Carvalho (Fonte: DGT). 503
Figura 151 - Casegas (Fonte: Google)..... 504
Figura 152 - Carta de Uso e Ocupação do Solo 2018 – União de Freguesias de Casegas e Ourondo (Fonte: DGT). 505
Figura 153 - Covilhã, 2017 (Fonte: Site Terceira Dimensão). 506
Figura 154 - Canhoso, 2017 (Fonte: Site Terceira Dimensão). 512
Figura 155 - Carta de Uso e Ocupação do Solo 2018 – União de Freguesias de Covilhã e Canhoso (Fonte: DGT). 513
Figura 156 - Peso e Vales do Rio, 2017 (Fonte: Site Terceira Dimensão). 514
Figura 157 - Carta de Uso e Ocupação do Solo 2018 – União de Freguesias do Peso e Vales do Rio (Fonte: DGT). 515
Figura 158 - Teixoso (Fonte: Google). 516
Figura 159 - Carta de Uso e Ocupação do Solo 2018 – União de Freguesias de Teixoso e Sarzedo (Fonte: DGT). 518
Figura 160 - Vale Formoso, 2017 (Fonte: Site Terceira Dimensão)..... 519
Figura 161 - Carta de Uso e Ocupação do Solo 2018 – União de Freguesias de Vale Formoso e Aldeia do Souto (Fonte: DGT)..... 520
Figura 162 - Verdelhos, 2017 (Fonte: Site Terceira Dimensão). 521
Figura 163 - Carta de Uso e Ocupação do Solo 2018 – Freguesia de Verdelhos (Fonte: DGT). 522
Figura 164 - Sistema Urbano Nacional (Fonte: INE, 2004). 525
Figura 165 - Centros Urbanos da região Centro (Fonte: INE, 2004). 526
Figura 166 - Estrutura de fluxos para acesso a funções muito especializadas (Fonte: INE, 2004). 531
Figura 167 - Sistema Urbano do Concelho da Covilhã (Fonte: Município da Covilhã)..... 546
Figura 168 - Património Industrial na Ribeira da Carpinteira. 558
Figura 169 - Rede Nacional de Áreas Protegidas (Fonte: ICNF). 583
Figura 170 - Cabeça do Velho (Fonte: Google Imagens). 589

Figura 171 - Pedra do Urso (Fonte: Google Imagens). 590
Figura 172 - Nossa Senhora da Boa estrela (Fonte: Google Imagens). 591
Figura 173 - Penhas da Saúde (Fonte: Google Imagens)..... 591
Figura 174 - Fachada do Museu da Covilhã (Fonte: Património.pt). 615
Figura 175 - Interior do Museu da Covilhã (Fonte: Património.pt)..... 616
Figura 176 - Exemplo 1 de um instrumento inclusivo no Museu da Covilhã (Fonte: Património.pt). 616
Figura 177 - Exemplo 2 de um instrumento inclusivo no Museu da Covilhã (Fonte: Património.pt). 617
Figura 178 - Jardim Botânico da Montanha (Fonte: Município da Covilhã). 619
Figura 179 - Jardim do Lago (Fonte: Município da Covilhã). 619
Figura 180 - Parque da Goldra (Fonte: Município da Covilhã). 620
Figura 181 - Jardim Público da Covilhã (Fonte: Município da Covilhã). 621
Figura 182 - Jardim das Artes (Fonte: Município da Covilhã). 621
Figura 183 - Jardim Monumento à Nossa Senhora da Conceição (Fonte: Município da Covilhã). 622
Figura 184 - Jardim Mártir-In-Colo (Fonte: Município da Covilhã). 623
Figura 185 - Miradouro Marquês D'Ávila e Bolama (Fonte: Município da Covilhã). 624
Figura 186 - Miradouro Portas do Sol (Fonte: Município da Covilhã)..... 624
Figura 187 - Miradouro varanda dos Carquejais (Fonte: Município da Covilhã). 625
Figura 188 - Miradouro Nossa Senhora da Conceição (Fonte: Município da Covilhã). 626
Figura 189 - Miradouro dos piornos (Fonte: Município da Covilhã) 626
Figura 190 - Excerto de notícia publicada no Site covilhacriativa.pt (Fonte: cidadecriativa.pt). 628
Figura 191 - Vista do centro da cidade da Covilhã (Fonte: Google). 642
Figura 192 - Elevador da Goldra (Fonte: Google). 644
Figura 193 - Elevador de Santo André (Fonte: Google)..... 644
Figura 194 - Elevador do Jardim Público (Fonte: Google). 645
Figura 195 - Funicular de São João (Fonte: Google)..... 645
Figura 196 - Ponte da Carpinteira (Fonte: Google). 646
Figura 197 - Rede de Ciclovias (Fonte: Google)..... 646
Figura 198 - Estacionamentos Municipais (Fonte: Município da Covilhã). 647

Figura 199 - Acessibilidade no Concelho da Covilhã, a nível Nacional (Fonte: Município da Covilhã)..... 664
Figura 200 - Mapa dos serviços Ferroviários em Portugal (Fonte: Google Images). 690
Figura 201 - Linha da Beira Alta no Concelho da Covilhã (Fonte: Infraestruturas de Portugal). 691
Figura 202 - Linha da Beira Baixa no Concelho da Covilhã (Fonte: Infraestruturas de Portugal). 692
Figura 203 - Aeródromo Municipal da Covilhã (Fonte: Site Terceira Dimensão)..... 695
Figura 204 - Data Center instalado na zona do antigo Aeródromo Municipal da Covilhã (Fonte: Site Terceira Dimensão). 695
Figura 205 - Serviço Rodoviário de Transporte no Concelho da Covilhã - linha 10 (Fonte: Município da Covilhã)..... 712
Figura 206 - Serviço Rodoviário de Transporte no Concelho da Covilhã - linha 11 (Fonte: Município da Covilhã)..... 713
Figura 207 - Figura 18 - Serviço Rodoviário de Transporte no Concelho da Covilhã - linha 12 (Fonte: Município da Covilhã). 714
Figura 208 - Serviço Rodoviário de Transporte no Concelho da Covilhã - linha 13 (Fonte: Município da Covilhã)..... 715
Figura 209 - Serviço Rodoviário de Transporte no Concelho da Covilhã - linha 20 (Fonte: Município da Covilhã)..... 715
Figura 210 - Serviço Rodoviário de Transporte no Concelho da Covilhã - linha 21 (Fonte: Município da Covilhã)..... 716
Figura 211 - Serviço Rodoviário de Transporte no Concelho da Covilhã - linha 22 (Fonte: Município da Covilhã)..... 717
Figura 212 - Serviço Rodoviário de Transporte no Concelho da Covilhã - linha 27 (Fonte: Município da Covilhã)..... 718
Figura 213 - Serviço Rodoviário de Transporte Noturno no Concelho da Covilhã - linha N1 (Fonte: Município da Covilhã)..... 718
Figura 214 - Serviço Rodoviário de Transporte Noturno no Concelho da Covilhã - linha N2 (Fonte: Município da Covilhã)..... 719
Figura 215 - Serviço Rodoviário de Transporte Noturno no Concelho da Covilhã - linha N3 (Fonte: Município da Covilhã)..... 720

Figura 216 - Programa Bairros Saudáveis - Candidaturas aprovadas para financiamento, por freguesia (FONTE: Bairros Saudáveis). 768
Figura 217 - Visão estratégica da ELH do Município da Covilhã (Fonte: ELH 2021). 773
Figura 218 - AE A Lã e a Neve (Fonte: Google). 782
Figura 219 - AE Frei Heitor Pinto (Fonte: Google). 782
Figura 220 - AE Pêro da Covilhã (Fonte: Google). 783
Figura 221 - AE do Teixoso (Fonte: Google). 783
Figura 222 - Escola Secundária Campos Melo (Fonte: Google). 784
Figura 223 - Escola Secundária Quinta das Palmeiras (Fonte: Google) 784
Figura 224 - Escola Internacional da Covilhã (Fonte: Google). 785
Figura 225 - Distribuição territorial da Educação Pré-Escolar por concelho (Fonte: Carta Social 2019). 788
Figura 226 - Escola Profissional Agrícola Quinta da Lageosa 801
Figura 227 - Escola Profissional de Artes da Beira Interior 802
Figura 228 - Distribuição territorial das respostas sociais para as pessoas idosas, por concelho (Fonte: GEP – MTSSS, Carta Social 2019). 824
Figura 229 - Antigo Hospital Distrital da Covilhã (Fonte: Google). 832
Figura 230 - Fachada da Santa Casa da Misericórdia da Covilhã (Fonte: Google). 833
Figura 231 - Centro Hospitalar Cova da Beira (Fonte: Google). 834
Figura 232 - Exemplos de Oferta Turística da Região Beiras e Serra da Estrela (Fonte: Plano Regional de Desenvolvimento Turístico 2020-2030). 852
Figura 233 - Cidade da Covilhã (Fonte: Google). 853
Figura 234 - Mapa alusivo à Rota das Judiarias na Covilhã (Fonte: Município da Covilhã). 886
Figura 235 - Exemplo de Arte Urbana no Centro Histórico da Covilhã (Fonte: Município da Covilhã) 887
Figura 236 - Mapa alusivo à Rota da Arte Urbana na Covilhã (Fonte: Município da Covilhã). . 888
Figura 237 - Mapa alusivo à Rota da Arte Nova na Covilhã (Fonte: Município da Covilhã) 890
Figura 238 - Mapa alusivo à Rota das Igrejas na Covilhã (Fonte: Município da Covilhã). 891
Figura 239 - Marco da Rota Caminhos de Santiago na Covilhã (Município da Covilhã). 894
Figura 240 - Mapa do percurso interpretativo referente a Miradouros na Serra da Estrela (Fonte: Município da Covilhã) 895

Figura 241 - Mapa do percurso Interpretativo referente à Indústria Têxtil na Serra da Estrela (Fonte: Município da Covilhã). 896
Figura 242 - Mapa do Percurso interpretativo religioso na Serra da Estrela (Fonte: Município da Covilhã)..... 897
Figura 243 - Mapa do Percurso Interpretativo referente a Lagoas e Covões na Serra da Estrela (Fonte: Município da Covilhã). 898
Figura 244 - Mapa do PR 11 CVL (Fonte: Município da Covilhã)..... 900
Figura 245 - Mapa do PR 12 CVL (Fonte: Município da Covilhã)..... 901
Figura 246 - Mapa do PR 13 CVL (Fonte: Município da Covilhã)..... 902
Figura 247 - Mapa do PR 14 CVL (Fonte: Município da Covilhã)..... 903
Figura 248 - Mapa do PR 15 CVL (Fonte: Município da Covilhã)..... 904
Figura 249 - Mapa do PR 17 CVL (Fonte: Município da Covilhã)..... 905
Figura 250 - Pista de Gelo nas Penhas da Saúde (Fonte: Google)..... 906
Figura 251 - Metas para o Turismo em Portugal para o Período de 2017-2027 (Fonte: Estratégia de Turismo 2027). 908
Figura 252 - Entrada do Estabelecimento Prisional da Covilhã (Fonte: Google). 912
Figura 253 - Participações por município no Distrito de Castelo Branco (Fonte: RASI 2020)... 913
Figura 254 - Dados referentes à limpeza das Faixas de Gestão de Combustível no Distrito de Castelo Branco (Fonte: GNR 2021)..... 916
Figura 255 - Risco de Ondas de Calor no Concelho da Covilhã (Avaliação Nacional de Risco 2019). 923
Figura 256 - Risco de Vagas de Frio no Concelho da Covilhã (Avaliação Nacional de Riscos 2019). 924
Figura 257 - Risco de Ventos Fortes no Concelho da Covilhã (Avaliação Nacional de Riscos 2019). 925
Figura 258 - Risco de Nevões no Concelho da Covilhã (Avaliação Nacional de Riscos 2019)... 927
Figura 259 - Risco de Seca no Concelho da Covilhã (Avaliação Nacional de Riscos 2019)..... 928
Figura 260 - Risco de Deslizamento de Massa no Concelho da Covilhã (Avaliação Nacional de Risco 2019). 931
Figura 261 - Risco de Sismos no Concelho da Covilhã (Avaliação Nacional de Riscos 2019).... 932
Figura 262 - Risco de Acidentes Rodoviários no Concelho da Covilhã (Avaliação Nacional de Riscos 2019)..... 938

Figura 263 - Risco de Acidentes Aéreos no Concelho da Covilhã (Avaliação Nacional de Risco 2019). 940
Figura 264 - Risco de Incêndios Urbanos no Concelho da Covilhã (Avaliação Nacional de Riscos 2019). 941
Figura 265 - Identificação do Centro Histórico na Freguesia do Tortosendo (Fonte: Município da Covilhã)..... 942
Figura 266 - Identificação do Centro Histórico na União de Freguesias de Covilhã e Canhoso (Fonte: Município da Covilhã). 943
Figura 267 - Identificação do Centro Histórico na União de Freguesias de Teixoso e Sarzedo (Fonte: Município da Covilhã). 943
Figura 268 - Risco de Colapso de Pontes e Túneis no Concelho da Covilhã (Avaliação Nacional de Riscos 2019)..... 946
Figura 269 - Risco de Rutura de Barragens no Concelho da Covilhã (Avaliação Nacional de Riscos 2019). 947
Figura 270 - Acácias ou Mimosas (Fonte: Google). 953
Figura 271 - Identificação dos sistemas e das zonas de abastecimento de água no concelho da Covilhã (Fonte: ICOVI 2021). 960
Figura 272 - Etapas de Avaliação e Gestão do Risco (Fonte: ADC 2021). 969
Figura 273 - Gestão do sistema de drenagem e tratamento de águas residuais no concelho da Covilhã (Fonte: ADC 2021) 972
Figura 274 - Infraestruturas de tratamento de águas residuais (Fonte: AdS 2021)..... 973

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Caracterização do Concelho da Covilhã (Fonte: Município da Covilhã 2021). 58
Tabela 2 - Municípios da Cova da Beira por área e habitantes (Fonte: INE 2021)..... 59
Tabela 3 - Número médio de empresas por Km2 no Concelho da Covilhã (Fonte: PORDATA 2021). 72
Tabela 4 - Número de empresas por atividades no Concelho da Covilhã (Fonte: INE 2021). 74
Tabela 5 - Número de lugares de estacionamento por local no Concelho da Covilhã (Fonte: Município da Covilhã 2021)..... 92

Tabela 6 - Silos por local no Concelho da Covilhã (Fonte: Município da Covilhã 2021). 93
Tabela 7 - Descrição das Áreas de Proteção do POPNSE (Fonte: POPNSE, ICNB, 2009). 140
Tabela 8 - Síntese dos Objetivos Gerais e dos Objetivos Estratégicos. 150
Tabela 9 - Explicação dos conceitos ARU e ORU (Fonte: Manual de Procedimentos (portaldahabitacao.pt). 214
Tabela 10 - Indicadores de Demografia, Educação e Sociedade em comparação com as Respetivas Agregações Geográficas (Fonte: Fonte: Gabinete de Estratégia e Estudos 2021).. 252
Tabela 11 - População nos concelhos da sub-região Beiras e Serra da Estrela em 2021 (Fonte: INE, Censos 2021)..... 254
Tabela 12 - Distribuição da população e densidade populacional do concelho da Covilhã, por freguesias, 2021 (Fonte: INE, Censos Preliminares 2021)..... 257
Tabela 13 - Comportamentos populacionais no Concelho da Covilhã entre 2001 e 2021 (Fonte: INE, Censos preliminares 2021). 261
Tabela 14 - Variação da Famílias e da sua dimensão média, no concelho da Covilhã, 2001 a 2021 (Fonte: INE, 2021). 278
Tabela 15 - População residente, segundo a condição perante o trabalho, no Concelho da Covilhã (Fonte: PORDATA, 2021). 281
Tabela 16 - Movimentos pendulares de entrada e saída, no concelho da Covilhã, por concelho, 2011 (Fonte: INE). 289
Tabela 17 - População residente com deficiência, segundo o tipo de deficiência e sexo, por grupo etário (Fonte: INE). 292
Tabela 18 - Código de Classificação das Atividades Económicas (CAE Ver. 3) (Fonte: GEE, Ministério da Economia, 2021). 298
Tabela 19 - Maiores empregadores do concelho, ordenado segundo o n.º de trabalhadores por contra de outrem (TCO) – nos estabelecimentos (Fonte: GEE, Ministério da Economia, 2021). 299
Tabela 20 - Trabalhadores por contra de outrem (TCO) nos estabelecimentos, a tempo completo com remuneração completa (n.º), por setor de atividade (Fonte: GEE, Ministério da Economia, 2021). 302
Tabela 21 - População (%) por setor de atividade económica, Censos 2011 (Fonte: XV recenseamento Geral da População, Instituto Nacional de Estatística, 2021). 303

Tabela 22 - Trabalhadores por conta de outrem (TCO) por setor de atividade no Concelho da Covilhã (Fonte: GEE, Ministério da Economia, 2021)..... 304
Tabela 23 - Trabalhadores por conta de outrem (TCO) por ganho médio mensal (€) no Concelho da Covilhã (Fonte: GEE, Ministério da Economia, 2021)..... 305
Tabela 24 - Trabalhadores por conta de outrem (TCO) por setor de atividade no Concelho da Covilhã (Fonte: Fonte: GEE, Ministério da Economia, 2021). 309
Tabela 25 - Trabalhadores por conta de outrem (TCO) por ganho médio mensal (€) no Concelho da Covilhã (Fonte: GEE, Ministério da Economia, 2021)..... 309
Tabela 26 - Trabalhadores por conta de outrem (TCO) por setor de atividade no Concelho da Covilhã (%) (Fonte: GEE, Ministério da Economia, 2021). 313
Tabela 27 - Trabalhadores por conta de outrem (TCO) por ganho médio mensal (€) no Concelho da Covilhã (Fonte: GEE, Ministério da Economia, 2021)..... 314
Tabela 28 - Principais indicadores económicos no Concelho da Covilhã em comparação com as respetivas agregações geográficas (Fonte: GEE, Ministério da Economia, 2021). 315
Tabela 29 - Trabalhadores por conta de outrem (TCO) nos estabelecimentos, a tempo completo com remuneração completa (nº) no Município da Covilhã comparativamente com as Respetivas Agregações Geográficas (Fonte: GEE, Ministério da Economia, 2021)..... 317
Tabela 30 - Ganho médio mensal por sector de atividade e sexo no Município da Covilhã (Fonte: Fonte: GEE, Ministério da Economia, 2021)..... 321
Tabela 31 - Projetos públicos aprovados no âmbito do QCAIII, no concelho da Covilhã (Fonte: Câmara Municipal da Covilhã). 341
Tabela 32 - Projetos públicos aprovados no âmbito do QREN (2007-2013), no concelho da Covilhã (Fonte: Câmara Municipal da Covilhã). 345
Tabela 33 - Projetos públicos aprovados no âmbito do Portugal 2020, no concelho da Covilhã (Fonte: Câmara Municipal da Covilhã)..... 346
Tabela 34 - Rios e Ribeiras do Concelho da Covilhã (Fonte: Município da Covilhã). 373
Tabela 35 - Áreas dos Usos do Solo na NUTS III – Beiras e Serra da Estrela (Fonte: IFN 2015, ICNF). 442
Tabela 36 - Áreas totais por espécie na NUTS III – Beiras e Serra da Estrela (Fonte: IFN 2015, ICNF)..... 443
Tabela 37 - Área Beneficiada por Bloco de Rega (Ha) (Fonte: Associação de Beneficiários da Cova da Beira, 2021). 446

Tabela 38 - Funções Centrais do Setor Público, por centro urbano, em 2021 (Fonte: Município da Covilhã). 537
Tabela 39 - Número de ordem das freguesias e uniões de freguesia, de acordo com as Funções Centrais do Setor Público, 2021 (Fonte: Município da Covilhã). 541
Tabela 40 - Níveis do sistema urbano do concelho da Covilhã, 2021 (Fonte: Município da Covilhã). 544
Tabela 41 - Sítios Arqueológicos no Concelho da Covilhã, segundo a base de dados DGPC. ... 561
Tabela 42 - Património Classificado no Concelho da Covilhã (Fonte: DGPC). 602
Tabela 43 - Património no Concelho da Covilhã por Freguesia (Fonte: Município da Covilhã). 628
Tabela 44 - Construções e/ou requalificações da rede pedonal (Fonte: PAMUS 2020). 649
Tabela 45 - Descrição das intervenções propostas (Fonte: PAMUS 2013). 656
Tabela 46 - Empreitadas de obras públicas, relacionadas com a Rede Viária, adjudicadas pelo Município da Covilhã desde 2009 (Fonte: Basegov). 667
Tabela 47 - Principais Ligações à Rede Exterior (Elaboração Própria). 673
Tabela 48 - Distâncias -Tempo entre Covilhã e todas as Capitais de Distrito de Portugal Continental (Elaboração própria). 676
Tabela 49 - Distâncias e tempo entre aglomerados urbanos de nível I e II do concelho da Covilhã (Elaboração própria). 680
Tabela 50 - Serviços ferroviários e principais ligações realizadas a partir da Covilhã (Fonte: CP - Comboios de Portugal). 693
Tabela 51 - Ligações com as capitais de distrito de Portugal Continental 700
Tabela 52 - Ligações Intermunicipais – Auto Transportes do Fundão (Fonte: Auto Transportes do Fundão). 702
Tabela 53 - Ligações Intermunicipais - Transdev (Fonte: Transdev). 706
Tabela 54 - Alunos transportados pela Auto Transportes do Fundão, para estabelecimentos de ensino localizados na Covilhã (Fonte: PTE 2021-22). 722
Tabela 55 - Alunos transportados pela Auto Transportes do Fundão, para o estabelecimento de ensino localizados no Paul (Fonte: PTE 2021-22). 723
Tabela 56 - Alunos transportados pela Auto Transportes do Fundão, para o estabelecimento de ensino localizados no Tortosendo (Fonte: PTE 2021-22). 723
Tabela 57 - Alunos transportados pela Transdev, para estabelecimentos de ensino localizados na Covilhã (Fonte: PTE 2021-22). 724

Tabela 58 - Alunos transportados pela Transdev, para o estabelecimento de ensino localizados no Tortosendo (Fonte: PTE 2021-22). 724
Tabela 59 - Alunos transportados pela Transdev, para o estabelecimento de ensino localizados em S. Domingos (Fonte: PTE 2021-22). 725
Tabela 60 - Alunos transportados pela Transdev, para o estabelecimento de ensino localizados no Teixoso (Fonte: PTE 2021-22). 725
Tabela 61 - Outros alunos transportados pela Transdev, para estabelecimentos de ensino localizados na Covilhã (Fonte: PTE 2021-22)..... 726
Tabela 62 - Outros alunos transportados pela Transdev, para estabelecimentos de ensino localizados no Teixoso (Fonte: PTE 2021-22). 726
Tabela 63 - Circuitos Especiais (Fonte: PTE 2021-22)..... 728
Tabela 64 - Número de táxis no Concelho da Covilhã, por Freguesia, em 2015 (Fonte: Município da Covilhã). 730
Tabela 65 - Habitação SRU no Concelho da Covilhã (Fonte: Município da Covilhã). 753
Tabela 66 - Estabelecimentos de ensino, por natureza do estabelecimento e ano letivo (Fonte: DGEEC - Estatísticas da Educação 2019/20). 780
Tabela 67 - AE da Covilhã e Estabelecimentos de Ensino respetivos, 2021 (Fonte: Município da Covilhã 2021). 781
Tabela 68 - Estabelecimentos de Ensino Pré-Escolar no Concelho da Covilhã (Fonte: Carta Social 2019). 790
Tabela 69 - Alunos matriculados e Docentes em Exercício de Funções no Ensino Básico, por natureza de estabelecimento e ano letivo (Fonte dados: DGEEC - Estatísticas da Educação 2019/20/ Fonte tabela: elaboração própria) 795
Tabela 70 - Alunos matriculados e Docentes em Exercício de Funções no 1º Ciclo do Ensino Básico, por natureza de estabelecimento e ano letivo 2019/20 (Fonte dados: DGEEC - Estatísticas da Educação/ Fonte tabela: elaboração própria)..... 796
Tabela 71 - Alunos matriculados e Docentes em Exercício de Funções no 2º Ciclo do Ensino Básico, por natureza de estabelecimento e ano letivo (Fonte dados: DGEEC - Estatísticas da Educação 2019/20/ Fonte tabela: elaboração própria). 796
Tabela 72 - Alunos matriculados por nível de ensino, ciclo de estudos, oferta de educação, formação e ano letivo (Fonte: DGEEC - Estatísticas da Educação 2019/20). 798

Tabela 73 - Docentes em Exercício de Funções no 2º Ciclo do Ensino Básico, por natureza de estabelecimento e ano letivo (Fonte dados: DGEEC - Estatísticas da Educação 2019/20/ Fonte tabela: elaboração própria)..... 799
Tabela 74 - Conceção de Deficiência e de Necessidades Educativas Especiais (Fonte: Carta Educativa – Município da Covilhã, 2016) 810
Tabela 75 - Estabelecimentos de apoio à infância no Concelho da Covilhã (Fonte: Carta Social 2019) 814
Tabela 76 - Centro de atividades de tempos livres (ATL) no Concelho da Covilhã (Fonte: Carta Social 2019). 816
Tabela 77 - Centro de Convívio no Concelho da Covilhã (Fonte: Carta Social 2019). 818
Tabela 78 - Estrutura Residencial para Idosos no Concelho da Covilhã (Fonte: Carta Social 2019). 818
Tabela 79 - Serviços de Apoio ao Domicílio no Concelho da Covilhã (Fonte: Carta Social 2019). 820
Tabela 80 - Estabelecimentos de Ajuda Alimentar a Carenciados no Concelho da Covilhã (Fonte: Carta Social 2019)..... 826
Tabela 81 - Centros de Acolhimento Temporário no Concelho da Covilhã (Fonte: Carta Social 2019). 826
Tabela 82 - Lares de Infância e Juventude no Concelho da Covilhã (Fonte: Carta Social 2019). 827
Tabela 83 - Estabelecimentos de Atendimento/Acompanhamento Social no Concelho da Covilhã (Fonte: Carta Social 2019). 827
Tabela 84 - Estabelecimentos que servem de Refeitórios/Cantinas Sociais no Concelho da Covilhã (Fonte: Carta Social 2019). 827
Tabela 85 - Indicadores de Saúde na Covilhã e nas Beiras e Serra da Estrela (Fonte: INE, 2020). 829
Tabela 86 - Unidades de Saúde de cuidados de Saúde Primários, no concelho da Covilhã por freguesia, 2021 (Fonte: Município da Covilhã, 2021) 830
Tabela 87 - Farmácias, por freguesia, 2021 (Fonte: Município da Covilhã 2021). 835
Tabela 88 - Oferta desportiva no concelho da Covilhã (Fonte: PEDDM, 2021-2030) 838
Tabela 89 - Caracterização geral dos equipamentos desportivos no concelho da Covilhã (Fonte: PEDDM, 2021-2030) 839

Tabela 90 - Tipologia de equipamentos Culturais por freguesia no concelho da Covilhã, 2021 (Fonte: Município da Covilhã 2021). 847
Tabela 91 - Agentes de Segurança e Proteção Civil, por freguesia no concelho da Covilhã, 2021 (Município da Covilhã 2021). 848
Tabela 92 - Empresas de Animação Turísticas no Concelho da Covilhã (Fonte: Registo Nacional de Turismo 2021). 861
Tabela 93 - Identificação dos Empreendimentos Turísticos no Concelho da Covilhã (Fonte: Registo Nacional de Turismo 2021). 866
Tabela 94 - Tipologia dos Empreendimentos Turísticos por Freguesia no Concelho da Covilhã (Fonte: Registo Nacional de Turismo 2021). 869
Tabela 95 - Capacidade dos Empreendimentos Turísticos Alojamentos turísticos no Concelho da Covilhã (Fonte: Registo Nacional de Turismo 2021). 872
Tabela 96 - Identificação Alojamentos turísticos no Concelho da Covilhã (Fonte: Registo Nacional de Turismo 2021). 873
Tabela 97 - Tipologia dos Alojamentos Turísticos por Freguesia no Concelho da Covilhã (Fonte: Registo Nacional de Turismo 2021). 882
Tabela 98 - Capacidade dos Alojamentos Turísticos por Tipologia no Concelho da Covilhã (Fonte: Registo Nacional de Turismo 2021). 884
Tabela 99 - Principais ocorrências recentes de secas com impactos no abastecimento público (Avaliação Nacional de Riscos 2019). 929
Tabela 100 - Extermínios por freguesias em 2019, 2020 e 2021 (Fonte: Gabinete de Proteção Civil Municipal). 950
Tabela 101 - Sistemas de abastecimento de água no concelho da Covilhã (Fonte: ICOVI 2021). 960
Tabela 102 - Reservatório de água, por freguesia no concelho da Covilhã. (Fonte: ADC 2021) 963
Tabela 103 - Evolução dos consumos de água no concelho da Covilhã (Fonte: ADC 2018). 966
Tabela 104 - Números e consumos de água por tipo de cliente no concelho da Covilhã (Fonte: ADC 2018) 967
Tabela 105 - Projetos e Obras no Concelho da Covilhã (Fonte: ADC 2021). 970
Tabela 106 - Principais características das ETAR (Fonte: AdS 2021). 974
Tabela 107 - Recolha de Resíduos sólidos urbanos na grande Covilhã (Fonte: ADC 2021). 977

Tabela 108 - Recolha de Resíduos sólidos nas zonas norte do concelho da Covilhã (Fonte: ADC 2021). 978
Tabela 109 - Recolha de Resíduos sólidos nas zonas sul do concelho da Covilhã (Fonte: ADC 2021). 978
Tabela 110 - Evolução do consumo de eletricidade no concelho da Covilhã (Fonte: DGGE 2020) 982

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de habitantes nos Municípios que integram a Cova da Beira (Fonte: Elaboração própria). 59
Gráfico 2 - Estimativas Anuais da População Residente (Fonte: PORDATA 2021). 63
Gráfico 3 - Densidade Populacional Beiras e Serra da Estrela (Fonte: PORDATA 2021). 64
Gráfico 4 - Diferença entre saldo natural, saldo total e saldo migratório no Concelho da Covilhã (Fonte: PORDATA 2021). 65
Gráfico 5 - Recenseamento Escolar no Concelho da Covilhã (Fonte: PORDATA 2021). 67
Gráfico 6 - Farmácias e postos farmacêuticos móveis no concelho da Covilhã (Fonte: PORDATA 2021). 70
Gráfico 7 - Empresas com atividade de saúde humana e apoio social no Concelho da Covilhã (Fonte: PORDATA 2021). 71
Gráfico 8 - Despesas em cultura e desporto em % no Concelho da Covilhã (Fonte: PORDATA 2021). 81
Gráfico 9 - Distribuição da População por Classes de Freguesia (Fonte: INE, Censos preliminares 2021). 259
Gráfico 10 - Comportamento demográfico das freguesias mais populosas da Covilhã, 1991 a 2021 (Fonte: INE, Censos Preliminares 2021). 260
Gráfico 11- Evolução da população (residente e presente) do concelho da Covilhã, entre 1981 e 2020 (Fonte: INE, 2021). 264
Gráfico 12 - População residente no Concelho da Covilhã (Fonte: PORDATA, 2021). 264

Gráfico 13 - População residente por grandes grupos etários (%) no Concelho da Covilhã (Fonte: PORDATA, 2021)..... 265
Gráfico 14 - Evolução do número de pessoas por grandes grupos funcionais, entre 1981 e 2020 (Fonte: INE, 2021). 266
Gráfico 15 - Idosos por 100 jovens no Concelho da Covilhã (Fonte: PORDATA, 2021). 267
Gráfico 16 - Evolução da estrutura etária do concelho da Covilhã, 1981 a 2020 (Fonte: INE 2021). 268
Gráfico 17 - Saldo Natural e Migratório, no concelho da Covilhã, 2010-2020 (Fonte: INE, 2021). 270
Gráfico 18 - Evolução dos nados-vivos e dos óbitos, no concelho da Covilhã, 2010 a 2020 (Fonte: INE, 2021). 271
Gráfico 19 - Taxas de Natalidade e de Mortalidade (‰) no concelho da Covilhã, 2010 a 2020 (Fonte: INE, 2021). 272
Gráfico 20 - População Estrangeira no Concelho da Covilhã (Fonte: PORDATA, 2021)..... 273
Gráfico 21 - População residente na Covilhã, nascida no estrangeiro, 2011-2020 (Fonte: PORDATA, 2021)..... 274
Gráfico 22 - População residente na Covilhã que já residiu no estrangeiro, 2011-2020 (Fonte: PORDATA, 2021)..... 275
Gráfico 23 - Divórcios e Casamentos no Concelho da Covilhã (Fonte: PORDATA, 2021). 276
Gráfico 24 - Condições da população perante a atividade económica (Fonte: PORDATA, 2021). 279
Gráfico 25 - Taxa de Atividade (%), 1991 e 2020 (Fonte: INE, 2021). 280
Gráfico 26 - Desempregados no Concelho da Covilhã (Fonte: INE, 2021). 282
Gráfico 27 - População segundo o nível de escolaridade mais elevado completo, 2011 (%) (Fonte: INE). 284
Gráfico 28 - Número médio de anos da Habilitação Escolar (Fonte: PORDATA, 2021). 284
Gráfico 29 - Síntese esquemática da mobilidade geográfica pendular, de e para o concelho da Covilhã, em 2001 e 2011 (Fonte: INE). 287
Gráfico 30 - Principais fluxos de Entradas e Saídas (n.º), por concelho, 2001 e 2011 (Fonte: INE). 290
Gráfico 31 - Trabalhadores na Administração Pública no Concelho da Covilhã (Fonte: PORDATA, 2021). 294

Gráfico 32 - Atividades no Concelho da Covilhã (Fonte: PORDATA, 2021). 300
Gráfico 33 - Média anual de desempregados no Concelho da Covilhã (Fonte: PORDATA, 2021). 318
Gráfico 34 - Empresas não financeiras no Concelho da Covilhã (Fonte: PORDATA, 2021)..... 319
Gráfico 35 - Impacto da Pandemia Covid-19 sobre diversas atividades económicas, a nível nacional (Fonte: Boletim Económico, Banco de Portugal, 2020). 353
Gráfico 36 - Impacto da Pandemia Covid-19 sobre os sectores económicos, a nível nacional (Fonte: Boletim Económico, Banco de Portugal, 2021). 356
Gráfico 37 - Volume em crescimento por espécie (Mm3) na NUTS III: Beiras e Serra da Estrela (Fonte: IFN 2015, ICNF). 444
Gráfico 38 - Área Beneficiada por Bloco de Rega (Ha) (Fonte: Associação de Beneficiários da Cova da Beira, 2021). 446
Gráfico 39 - Dimensão média das explorações agrícolas no Concelho da Covilhã (Fonte: PORDATA, 2021)..... 455
Gráfico 40 - Total de explorações no Concelho da Covilhã (Fonte: PORDATA, 2021). 457
Gráfico 41 - Processos de Obra particulares e Licenças Emitidas entre 1999-2021 (Fonte: Município da Covilhã)..... 464
Gráfico 42 - Processos de Loteamento e Alvarás de Loteamento Emitidos, entre 1999 e 2021 (Fonte: Município da Covilhã). 465
Gráfico 43 - Edifícios licenciados no concelho da Covilhã por tipo de obra, entre 2005 e 2020 (Fonte: Município da Covilhã). 466
Gráfico 44 - Edifícios Licenciados no concelho da Covilhã entre 2005 e 2020, por freguesia (Fonte: Município da Covilhã)..... 467
Gráfico 45 - Fogos licenciados em construções novas para habitação familiar no concelho da Covilhã, entre 1999 e 2020 (Fonte: Município da Covilhã). 468
Gráfico 46 - Tipo de Sítio Arqueológico no Concelho da Covilhã (Fonte DGPC). 578
Gráfico 47 - Período dos Sítios Arqueológicos no Concelho da Covilhã (Fonte: DGPC)..... 579
Gráfico 48 - Sítios Arqueológicos por Freguesia no Concelho da Covilhã (Fonte: DGPC). 580
Gráfico 49 - Distâncias -Tempo entre Covilhã e todas as Capitais de Distrito de Portugal Continental (Elaboração própria). 677
Gráfico 50 - Pensões da Segurança Social e da CGA no Concelho da Covilhã (Fonte: PORDATA). 740

Gráfico 51 - Prestações de Desemprego no Concelho da Covilhã (Fonte: PORDATA)..... 740
Gráfico 52 - Beneficiários do Rendimento Social de Inserção no Concelho da Covilhã (Fonte: PORDATA)..... 741
Gráfico 53 - Crianças e Jovens abrangidos pelo abono de família no Concelho da Covilhã (Fonte: PORDATA)..... 742
Gráfico 54 - Casas de habitação no Concelho da Covilhã (Fonte: PORDATA)..... 747
Gráfico 55 - Alunos inscritos nas escolas do Município da Covilhã, por tipo de ensino (Fonte: PORDATA 2021)..... 786
Gráfico 56 - Alunos matriculados por nível de ensino e por natureza de estabelecimento e ano letivo (Fonte dados: DGEEC - Estatísticas da Educação 2019/20/ Fonte gráfico: elaboração própria)..... 789
Gráfico 57 - Docentes em Exercício de Funções no nível Pré-Escolar, por natureza de estabelecimentos e ano letivo (Fonte dados: DGEEC - Estatísticas da Educação 2019/20/ Fonte gráfico: elaboração própria)..... 790
Gráfico 58 - Distribuição das instalações desportivas por tipologia no concelho da Covilhã (Fonte: PEDDM, 2021-2030)..... 839
Gráfico 59 - Distribuição de grandes campos, por freguesia no concelho da Covilhã (Fonte: PEDDM, 2021-2030)..... 840
Gráfico 60 - Distribuição de pequenos campos, por freguesia no concelho da Covilhã (Fonte: PEDDM, 2021-2030)..... 841
Gráfico 61 - Distribuição de pavilhões, por freguesia no concelho da Covilhã (Fonte: PEDDM, 2021-2030)..... 842
Gráfico 62 - Distribuição das salas de desporto, por freguesia no concelho da Covilhã (Fonte: PEDDM, 2021-2030)..... 843
Gráfico 63 - Distribuição das piscinas Recreativas e Cobertas, por freguesia no concelho da Covilhã (Fonte: PEDDM, 2021-2030)..... 844
Gráfico 64 - Distribuição dos parques fitness, por freguesia no concelho da Covilhã (Fonte: PEDDM, 2021-2030)..... 845
Gráfico 65 - Dormidas por 100 habitantes no Concelho da Covilhã (Fonte: PORDATA 2021).. 854
Gráfico 66 - Rendimento obtido com dormidas nos alojamentos turísticos no Concelho da Covilhã (Fonte: PORDATA 2021)..... 854
Gráfico 67 - Hóspedes estrangeiros no Concelho da Covilhã (Fonte: PORDATA 2021)..... 855

Gráfico 68 - Número de empresas não financeiras do sector do alojamento, restauração e similares no Concelho da Covilhã (Fonte: PORDATA 2021). 856
Gráfico 69 - Número de alojamentos turísticos no Concelho da Covilhã (Fonte: PORDATA 2021). 856
Gráfico 70 - Tipologia de Empreendimentos Turísticos no Concelho da Covilhã (Fonte: Registo Nacional de Turismo 2021). 871
Gráfico 71 - Número de Empreendimentos Turísticos por Freguesia no Concelho da Covilhã (Fonte: Registo Nacional de Turismo 2021). 872
Gráfico 72 - Tipologia de Alojamentos Locais no Concelho da Covilhã (Fonte: Registo Nacional de Turismo 2021). 884
Gráfico 73 - Evolução da criminalidade geral no Distrito de Castelo Branco (Fonte: RASI 2020). 911
Gráfico 74 - Evolução da criminalidade violenta e grave no Distrito de Castelo Branco (Fonte: RASI 2020). 911
Gráfico 75 - Dados sobre extermínio dos Ninhos de Vespa Asiática no Concelho da Covilhã (Fonte: Gabinete de Proteção Civil). 952

Acrónimos

ADC - ÁGUAS DA COVILHÃ, EM;
ADS - ÁGUAS DA SERRA, S.A;
AEBB - ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DA BEIRA BAIXA;
AECBP - ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DA COVILHÃ, BELMONTE E PENAMACOR;
AFTEBI - ASSOCIAÇÃO PARA A FORMAÇÃO TECNOLÓGICA E PROFISSIONAL DA BEIRA INTERIOR;
ANIL - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS INDUSTRIAIS DE LANIFÍCIOS;
ANPC - AUTORIDADE NACIONAL DE PROTECÇÃO CIVIL;
AP - ÁREAS PROTEGIDAS;
APA - AGÊNCIA PORTUGUESA PARA O AMBIENTE;
ARS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE, I. P.;
ARU - ÁREAS DE REABILITAÇÃO URBANA;
BV / **BVC** - BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS / BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DA COVILHÃ;
CAOP - CARTA ADMINISTRATIVA OFICIAL DE PORTUGAL;
CCDR - COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL;
CCDRC OU **CCDR CENTRO** - COMISSÕES DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO;
CFIUTE - CENTRO DE FORMAÇÃO INTERAÇÃO UBI TECIDO EMPRESARIAL;
CM - CÂMARA MUNICIPAL;
CMC - CÂMARA MUNICIPAL DA COVILHÃ;
COS - CARTA DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO;
CTRSU - CENTRO DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS;
DGEG - DIRECÇÃO-GERAL DE ENERGIA E GEOLOGIA;
DGOTDU - DIRECÇÃO-GERAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO;
DGT - DIREÇÃO GERAL DO TERRITÓRIO;
DOP - DENOMINAÇÕES DE ORIGEM PROTEGIDA;
DPOT - DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DA COVILHÃ;
DR - DIÁRIO DA RÉPUBLICA;
DRCC - DIRECÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO CENTRO;
DRE - DIRECÇÃO REGIONAL DA ECONOMIA;
DREC - DIRECÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DO CENTRO;
DGPC – DIREÇÃO GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL;
EP - ESTRADAS DE PORTUGAL, E. P. E.;
ERSAR - ENTIDADE REGULADORA DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E RESÍDUOS;
ESF - EQUIPAS DE SAPADORES FLORESTAIS;
ETAR - ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS;
FAS - FUNDO DE APOIO SOCIAL;

GEP - GABINETE DE ESTRATÉGIA E PLANEAMENTO ;
GNR - GUARDA NACIONAL REPUBLICANA;
ICNB - INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E BIODIVERSIDADE;
ICNF - INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E FLORESTAS, I. P.;
ICOVI- INFRAESTRUTURAS E CONCESSÕES DA COVILHÃ, EM;
IGP - INDICAÇÃO GEOGRÁFICA PROTEGIDA;
IGT - INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL;
IHRU - INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA, I. P.;
INAG - INSTITUTO NACIONAL DA ÁGUA;
INE - INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA;
INEM - INSTITUTO NACIONAL DE EMERGÊNCIA MÉDICA;
LBGPPSOTU - LEI DE BASES GERAIS DA POLÍTICA PÚBLICA DE SOLOS, DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DE URBANISMO, *(PUBLICADA PELO LEI N.º 31/2014 PUBLICADA EM DIÁRIO DA REPÚBLICA, SÉRIE I - N.º 104, DE 30 DE MAIO, ALTERADA PELA LEI N.º 74/2017, PUBLICADA EM DIÁRIO DA REPÚBLICA, SÉRIE I - N.º 157, DE 16 DE AGOSTO, PELO DECRETO-LEI N.º 3/2021, PUBLICADO EM DIÁRIO DA REPÚBLICA, SÉRIE I - N.º 4, DE 07 DE JANEIRO E PELO DECRETO-LEI N.º 52/2021, PUBLICADO EM DIÁRIO DA REPÚBLICA, SÉRIE I - N.º 45, DE 15 DE JUNHO);*
LBPC - LEI DE BASES DO PATRIMÓNIO CULTURAL;
MTSSS - MINISTÉRIO DO TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL;
OENR - ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS NACIONAIS E REGIONAIS;
PAICD - PLANO DE AÇÃO INTEGRADO PARA AS COMUNIDADES DESFAVORECIDAS;
PARU - PROGRAMA DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA;
PCGT - PLATAFORMA COLABORATIVA DE GESTÃO TERRITORIAL;
PCQA - PROGRAMAS DE CONTROLO DA QUALIDADE DA ÁGUA;
PDM / PDMC- PLANO DIRETOR MUNICIPAL / PLANO DIRETOR MUNICIPAL DA COVILHÃ;
PEDU - PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO URBANO;
PEGA - PLANOS ESPECÍFICOS DE GESTÃO DAS ÁGUAS;
PEOT - PLANO ESPECIAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO;
PERSU - PLANO ESTRATÉGICO PARA OS RESÍDUOS SÓLIDO URBANOS;
PGBH - PLANOS DE GESTÃO DE BACIA HIDROGRÁFICA;
PMDFCI - PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS
PNA - PLANO NACIONAL DA ÁGUA;
PNPOT - PROGRAMA NACIONAL DA POLÍTICA DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO;
PNSE - PARQUE NATURAL DA SERRA DA ESTRELA;
POACV - PLANO DE ORDENAMENTO DA ALBUFEIRA DA COVA DO VIRIATO;
POAP - PLANOS DE ORDENAMENTO DAS ÁREAS PROTEGIDAS;
POPNSE - PLANO DE ORDENAMENTO DO PARQUE NATURAL DA SERRA DA ESTRELA;
PP - PLANO DE PORMENOR;
PPPS-ZS - PLANO DE PORMENOR DAS PENHAS DA SAÚDE - ZONA SUL;
PPZIC - PLANO PORMENOR DA ZONA INDUSTRIAL DO CANHOSO;
PPZIT - PLANO PORMENOR DA ZONA INDUSTRIAL DO TORTOSENDO;

PRN - PLANO RODOVIÁRIO NACIONAL;
PROF CI - PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DO CENTRO INTERIOR;
PSA - PLANOS DE SEGURANÇA DA ÁGUA;
PSP - POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA;
PTAM - PROGRAMAS TERRITORIAIS DE ÂMBITO MUNICIPAL;
PU - PLANO DE URBANIZAÇÃO;
PUGC - PLANO DE URBANIZAÇÃO DA GRANDE COVILHÃ;
RAN - RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL;
RCM - RESOLUÇÃO DE CONSELHO DE MINISTROS;
REFER - REDE FERROVIÁRIA NACIONAL, E. P. E.;
REN – REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, S.G.P.S., S.A.;
REN - RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL;
REOT - RELATÓRIO DO ESTADO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA COVILHÃ;
RESISTRELA – VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS;
RGR - REGULAMENTO GERAL DO RUÍDO;
RJAAE - REGIME JURÍDICO DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA;
RJET - REGIME JURÍDICO DOS EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS;
RJIGT - REGIME JURÍDICO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL *(REVISTO PELO DECRETO-LEI N.º 80/2015, DE 14 DE MAIO, COM AS ALTERAÇÕES SUBSEQUENTES);*
RJPEMMP - REGIME JURÍDICO DA PESQUISA E EXPLORAÇÃO DE MASSAS MINERAIS-PEDREIRAS *(DECRETO-LEI N.º 270/2001, DE 06 DE OUTUBRO, REPUBLICADO NO DECRETO-LEI N.º 340/2007, DE 12 DE OUTUBRO);*
RJRAN - REGIME JURÍDICO DA RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL *(DECRETO-LEI N.º 73/2009, DE 31 DE MARÇO, REPUBLICADO NO DECRETO-LEI N.º 199/2015, DE 16 DE SETEMBRO)*
RJREN - REGIME JURÍDICO DA RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL (DECRETO-LEI N.º 166/2008, DE 22 DE AGOSTO, REPUBLICADO NO DECRETO-LEI N.º 124/2019, DE 18 DE AGOSTO)
RJRU - REGIME JURÍDICO DA REABILITAÇÃO URBANA ;
RSU - RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS;
RTSE – REGIÃO DE TURISMO DA SERRA DA ESTRELA**;**
SDFCI - SISTEMA DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS;
SGIFR - SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADA DE FOGOS RURAIS;
SGT – SISTEMA DE GESTÃO TERRITORIAL;
SIR - SISTEMA DE INDÚSTRIA RESPONSÁVEL *(DECRETO-LEI N.º 169/2012, DE 1 DE AGOSTO, REPUBLICADO NO DECRETO-LEI N.º 73/2015, DE 15 DE MAIO);*
SMPC - SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL;
SSAIGT - SISTEMA DE SUBMISSÃO AUTOMÁTICA DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL;
TP – TURISMO DE PORTUGAL;
UBI - UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR;
ZEC - ZONAS ESPECIAIS DE CONSERVAÇÃO;
ZPE - ZONAS DE PROTEÇÃO ESPECIAL

1. Nota Introdutória

Os Programas Territoriais de Âmbito Municipal (PTAM) são instrumentos de natureza regulamentar, aprovados pelos municípios que estabelecem o regime de uso do solo, através da classificação (solo urbano e solo rural) e qualificação, definindo modelos de evolução previsível de ocupação humana e de organização de redes e sistemas urbanos, parâmetros de aproveitamento do solo e garantia da qualidade ambiental. A política municipal de gestão territorial definida nos PTAM deve acautelar a programação e a concretização das políticas de desenvolvimento económico, social e ambiental, com incidência espacial, promovidas pela administração central através de planos sectoriais.

A legislação em vigor define três tipos de PTAM: **Plano Diretor Municipal (PDM)**, Plano de Urbanização (PU) e Plano de Pormenor (PP). As diferentes figuras dos PTAM, com as suas diferentes finalidades e distintos âmbitos de intervenção, revelam-se instrumentos fundamentais para a gestão local e quotidiana da população e do território. O principal objetivo destes instrumentos é a qualificação do território, tendo sempre presente a utilização sustentável dos recursos territoriais e a criação que um quotidiano que permita contribuir positivamente para a qualidade de vida dos cidadãos, bem como para um desenvolvimento social, económico e cultural sustentável.

Assim, o Plano Diretor Municipal (PDM): estabelece a estratégia de desenvolvimento territorial, a política municipal de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, o modelo territorial municipal, as opções de localização e de gestão de equipamentos de utilização coletiva e as relações de interdependência com os municípios vizinhos, integrando e articulando as orientações estabelecidas pelos programas de âmbito nacional, regional e intermunicipal. É um plano de elaboração obrigatória.

O Plano Diretor Municipal da Covilhã (PDMC), ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 124/99 publicado no *Diário da República*, I Série-B – N.º 248, de 23 de outubro[1],

[1] Alterado pelo Edital n.º 908/2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª Série – N.º 159, de 18 de agosto, pelo Aviso n.º 16850/2019, publicado no *Diário da República*, 2.ª Série – N.º 203 de 22 de outubro, pelo

encontra-se em vigor há mais de 22 anos. Por conseguinte e sendo este «*…o instrumento definidor das linhas gerais da política de ordenamento físico e de gestão urbanística de todo o território municipal*», conforme disposto no seu artigo 1º, torna-se necessário proceder à sua revisão, de modo a que o Plano Diretor Municipal acompanhe a contínua evolução das condições económicas, sociais, culturais e ambientais do Concelho.

A estrutura do presente documento encontra-se balizada pelas orientações presentes no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão do Território[2] (RJIGT), em matéria de caracterização do território municipal, procurando assegurar, que a Câmara Municipal da Covilhã (CMC) disponha de um instrumento que estabeleça as orientações para um território mais ordenado, harmonioso e diversificado, que promova o desenvolvimento económico sustentável numa perspetiva integrada – população, economia e ambiente -, e a valorização dos espaços que o compõem reforçando a sua identidade e melhorando a qualidade de vida das populações.

Segundo o artigo 4.º do RJIGT, os programas e os planos territoriais devem explicitar, de forma clara, os fundamentos das suas previsões, indicações e determinações, a estabelecer com base no conhecimento sistematicamente adquirido sobre:

a) As características físicas, morfológicas e ecológicas do território;

b) Os recursos naturais e do património arquitetónico e arqueológico;

c) A dinâmica demográfica natural e migratória;

d) As transformações ambientais, económicas, sociais e culturais;

Declaração n.º 94/2020, publicada no *Diário da República*, 2.ª Série – N.º 211 de 29 de outubro e pela Declaração n.º 19/2021, publicada no *Diário da República*, 2.ª Série – N.º 34 de 18 de fevereiro.

[2] Decreto-Lei 80/2015, publicado em *Diário da República*, Série I – N.º 93, de 14 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 81/2020, publicado em *Diário da República*, Série I – N.º 193, de 2 de outubro e pelo Decreto-Lei n.º 25/2021, publicado em *Diário da República*, Série I – N.º 61, de 29 de março.

e) As assimetrias regionais e das condições de acesso às infraestruturas, aos equipamentos, aos serviços e às funções urbanas.

Também a alínea a) do n.º 1 do artigo 96.º do RJIGT estabelece que o PDM defina a caracterização, ou a sua atualização, económica, social e biofísica, incluindo a identificação dos valores culturais, do sistema urbano e das redes de transportes e de equipamentos, de educação, de saúde e de segurança, bem como os sistemas de telecomunicações, de abastecimento de energia, de gás, de captação, de tratamento e abastecimento de água, de drenagem e tratamento de efluentes e de recolha, depósito e tratamento de resíduos.

O documento que de seguida se desenvolve começa por enquadrar o concelho da Covilhã no contexto regional e nos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) que incidem sobre o seu território, disciplinando a intervenção neste espaço. Seguidamente são analisadas as diversas vertentes que permitem melhor caracterizar a realidade concelhia atual, abordando temáticas tão distintas como a ocupação do solo, a demografia, a rede viária ou o turismo e outras.

2. Objetivos da Revisão do PDM da Covilhã

Mais de duas décadas após a entrada em vigor do PDMC impõe-se a revisão deste instrumento de gestão territorial, determinante para a estratégia de atuação e para o modelo de desenvolvimento e de organização espacial do Concelho, em detrimento da prática exercida nos planos de 1.ª geração que privilegiavam a expansão. O novo plano impõe o desafio de uma gestão urbana qualitativa, centrada na utilização dos espaços já infraestruturados e de valorização do património existente, assumindo a reclassificação do solo rural em urbano como uma exceção.

Como documento de carácter estratégico, o PDMC deve refletir uma visão integrada do território municipal, reforçar a competitividade territorial do Concelho e assegurar a equidade territorial no provimento das infraestruturas e equipamentos de suporte à integração e coesão territorial.

A revisão do PDMC implica a reconsideração e reapreciação global, com carácter estrutural ou essencial, das opções estratégicas do plano, dos princípios e objetivos do modelo territorial definido ou dos regimes de salvaguarda e valorização dos valores e recursos territoriais.

A revisão do PDMC decorre da necessidade de adequação à evolução das condições ambientais, económicas, sociais e culturais e da necessidade de ajustamento à estratégia de desenvolvimento territorial municipal, bem como à necessidade de adequação do plano ao novo quadro jurídico em vigor nas áreas do urbanismo, ambiente e ordenamento do território. Assim, a revisão do PDMC constitui uma oportunidade para:

a) Rever o modelo de ordenamento em função da conjuntura económica e social atual;

b) Adaptar o plano à legislação específica publicada em data posterior à sua entrada em vigor, designadamente à Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo[3] (LBGPPSOTU), ao RJIGT e demais legislação complementar,

[3] Lei n.º 31/2014, publicada em *Diário da República*, Série I – N.º 104, de 30 de maio, alterada pela Lei n.º 74/2017, publicada em *Diário da República*, Série I – N.º 157, de 16 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 3/2021,

nomeadamente o Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, que estabelece critérios de classificação e reclassificação do solo, bem como critérios de qualificação e categorias do solo rústico e do solo urbano;

c) Substituir a cartografia de referência por adoção de cartografia atualizada e homologada, elaborada no Sistema de Georreferência ETRS89 -TM06, por forma a suprir divergências entre a realidade e as plantas em vigor;

d) Rever/atualizar os termos técnicos e normas no regulamento do Plano, por forma a uniformizar/clarificar interpretações e parâmetros urbanísticos;

e) Articular o plano com as orientações estabelecidas pelos programas no âmbito nacional, regional e intermunicipal com incidência territorial;

f) Redelimitar a Reserva Agrícola Nacional (RAN) e da Reserva Ecológica Nacional (REN) em função da realidade edificada do concelho e em consonância com a legislação aplicável em vigor;

g) Ponderar as carências e o estado do parque habitacional;

h) Assegurar a qualidade do ambiente sonoro promovendo a distribuição adequada dos usos do território, em função das fontes de ruído existentes e previstas;

i) Integrar o tema de adaptação às alterações climáticas no processo e conteúdos da política de ordenamento do território, considerando o sistema de gestão territorial, o sistema da mobilidade sustentável, a gestão dos recursos hídricos, a defesa da floresta contra incêndios e os riscos naturais e tecnológicos;

j) Rever e desenvolver a rede de transportes e de mobilidade (rodoviária, ferroviária e aérea) como meio de promoção da competitividade do território e da vocação turística do território;

k) Priorizar ações que afirmem o concelho da Covilhã como destino turístico único nas vertentes de paisagem natural, de contacto com a natureza e biodiversidade em Portugal Continental;

---

publicado em *Diário da República*, Série I – N.º 4, de 07 de janeiro e pelo Decreto-Lei n.º 52/2021, publicado em *Diário da República*, Série I – N.º 45, de 15 de junho.

l) Priorizar ações que afirmem o concelho da Covilhã como referência no contexto nacional e internacional na prática de atividades desportivas de recreio e de alta competição, designadamente as relacionadas com a natureza e a altitude;

m) Priorizar ações que afirmem a designada "Grande Covilhã" como centro urbano de referência no contexto regional e nacional;

n) Promover a participação ativa dos cidadãos no procedimento de revisão do PDM.

Na sequência do diagnóstico e recomendações decorrentes do Relatório do Estado de Ordenamento do Território da Covilhã (REOT COVILHÃ 2019) aprovado pela Assembleia Municipal a 25 de novembro de 2019, a Câmara Municipal, por deliberação tomada em reunião realizada a 05 de junho de 2020, fixou **os seguintes objetivos estratégicos**:

OE1 – Revisão do modelo de desenvolvimento territorial, mais centrado na reabilitação e regeneração dos territórios existentes e na proteção e valorização do património construído;

OE2 – Revisão dos perímetros urbanos que garanta uma organização e um crescimento equilibrado dos aglomerados, e que seja compatível com a salvaguarda dos recursos naturais e a melhoria da qualidade do espaço urbano;

OE3 – Competitividade territorial, desenvolvimento económico e qualidade de vida, como forma de fixação da população e rejuvenescimento da sua estrutura etária;

OE4 – Sustentabilidade ambiental que promova a adequada proteção e valorização dos recursos e valores naturais e da paisagem compatibilizando-as com as necessidades de solo para as atividades económicas, residenciais e de recreio e lazer;

OE5 – Revitalização do sector agrícola e florestal e valorização dos recursos endógenos, naturais, culturais e turísticos a nível local, potenciando-os a nível regional e nacional;

OE6 – Reforço e manutenção da política de infraestruturação dos sistemas de abastecimento de água e do saneamento básico nos aglomerados urbanos e rurais;

OE7 – Reestruturação e desenvolvimento das infraestruturas viárias em articulação com as infraestruturas pedonais, cicláveis, ferroviárias e aéreas, existentes ou a prever com vista à promoção de uma mobilidade inter e multimodal sustentável;

OE8 – Adequação da oferta de equipamentos coletivos e serviços de caráter social, cultural, desportivo, educativo e de saúde, às necessidades da população.

3. Quadro legal vigente e aplicável

O Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) publicado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua atual redação, e a Portaria n.º 277/2015, de 16 de setembro, regem o presente documento. A necessidade e obrigatoriedade de revisão do PDMC advêm, respetivamente, do artigo 124.º e do artigo 199.º, ambos do RJIGT.

Importa ainda que a revisão do PDMC tenha em consideração o atual quadro legal do ordenamento do território e urbanismo, designadamente:

- Classificação e Reclassificação do Solo – Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto;
- Conceitos técnicos sobre ordenamento do território e urbanismo – Decreto Regulamentar n.º 5/2019, de 27 de setembro;
- Princípios e normas para produção cartográfica no território nacional – Decreto-Lei n.º 193/95, de 28 de julho, republicado no Decreto-Lei n.º 130/2019, de 30 de agosto;
- Normas e Especificações Técnicas da Cartografia topográfica e topográfica de imagem a utilizar na elaboração, alteração ou revisão dos planos territoriais e na cartografia temática – Regulamento n.º 142/2016, de 09 de fevereiro;
- Constituição, composição e funcionamento da Comissão Consultiva do PDM – Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro;
- Requisitos, condições e regras de funcionamento e de utilização da plataforma informática, SSAIGT – Sistema de Submissão Automática dos Instrumentos de Gestão Territorial – de submissão eletrónica destinada ao envio dos instrumentos de gestão territorial para publicação no *Diário da República* – Portaria n.º 245/2011, de 22 de junho;
- Regime Jurídico da Avaliação Ambiental Estratégica – Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, na sua redação em vigor;
- Regulamento Geral do Ruído – Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, na sua redação em vigor;
- Lei de Bases do Património Cultural – Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, na sua redação em vigor

- Procedimento de Classificação dos Bens Imóveis de Interesse Cultural, bem como o Regime das Zonas de Proteção e do Plano de Pormenor de Salvaguarda – Decreto-lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, na sua redação em vigor;
- Regime Jurídico da Reabilitação Urbana – Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, republicado na Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, na sua redação em vigor;
- Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (RJREN) – Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, republicado no Decreto-Lei n.º 124/2019, de 18 de agosto;
- Condições para a viabilização de usos e ações no âmbito do RJREN – Portaria n.º 419/2012, de 20de dezembro;
- Orientações Estratégicas Nacionais e Regionais (OENR) para a delimitação da REN – Portaria n.º 336/2019, de 26 de setembro;
- Regime Jurídico da Reserva Agrícola Nacional (RJRAN) – Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março, republicado no Decreto-Lei n.º 199/2015, de 16 de setembro;
- Limites e condições para a viabilização das utilizações não agrícolas de áreas integradas na RAN – Portaria n.º 162/2011, de 18 de abril;
- Delimitação final da área beneficiada pelo Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira – Despacho n.º 2107/2015, de 27 de fevereiro;
- Titularidade dos Recursos Hídricos – Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, republicado na Lei n.º 31/2016, de 23 de agosto;
- Lei da Água – Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, republicado no Decreto-Lei n.º 130/2012, de 22 de junho, na sua redação em vigor;
- Regime de Proteção das Albufeiras de Águas Públicas de Serviço Público e das Lagoas ou Lagos de Águas Públicas – Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de maio, na sua redação em vigor;
- Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais – Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro;
- Regime Jurídico da Pesquisa e Exploração de Massas Minerais-Pedreiras – Decreto-Lei n.º 270/2001, de 06 de outubro, republicado no Decreto-Lei n.º 340/2007, de 12 de outubro;
- Sistema de Indústria Responsável – Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto, republicado no decreto-Lei n.º 73/2015, de 15 de maio.

Quanto aos Planos, de âmbito nacional, importa que a revisão do PDM atenda ao seguinte:

- Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) – 1.ª Revisão – Lei n.º 99/2019 de 5de setembro;
- Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior (PROF CI) – Portaria n.º 55/2019, de 11 de fevereiro, na sua redação atual;
- Plano Sectorial da Rede Natura 2000 – Resolução de Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de julho;
- Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela (POPNSE) – 1.ª Revisão – Resolução de Conselho de Ministros n.º 83/2009, de 09 de setembro. O Decreto-Regulamentar n.º 83/2007, de 10 de outubro alterou os limites do PNSE, definidos nos anexos I e II do Decreto-Regulamentar n.º 50/97, de 20 de novembro;
- Plano de Ordenamento da Albufeira da Cova do Viriato (POACV) – Resolução de Conselho de Ministros n.º 42/2004, de 31 de março;
- Plano Nacional da Água – 1.ª Revisão – Decreto-Lei n.º 76/2016, de 09 de novembro;
- Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras Oeste (RH5) – Resolução de Conselho de Ministros n.º 52/2016, de 20 de setembro, na sua atual redação;
- Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Vouga, Mondego e Lisboa (RH4) – Resolução de Conselho de Ministros n.º 52/2016 de 20-09-2016, na sua atual redação;
- Plano Rodoviário Nacional – 2.ª Revisão – Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho, na sua redação em vigor.

Especificamente na área territorial do Concelho da Covilhã, vigoram neste momento os seguintes planos municipais, a considerar também nesta revisão:

- Plano de Urbanização da Grande Covilhã (PUGC) – Aviso n.º 15208/2010, publicado em *Diário da República*, 2.ª série – N.º 147, de 30 de julho, alterado pelo Aviso n.º 7902/2018, publicado no *Diário da República*, 2.ª Série – N.º 112, de 12 de junho e pelo Aviso n.º 10380/2021, publicado no *Diário da República*, 2.ª Série – N.º 107, de 2 de junho.
- Plano de Pormenor das Penhas da Saúde – Zona Sul (PPPS-ZS) – Deliberação n.º 204/2008 publicado no *Diário da República*, 2.ª Série – N.º 15, de 22 de janeiro.
- Plano de Pormenor da Zona Industrial do Canhoso (PPZIC) – 1.ª Revisão – Aviso n.º 11712/2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª Série – N.º 170 de 3 de setembro, parcialmente suspenso pelo Aviso n.º 18129/2019, publicado em Diário da República, 2.ª série – N.º 219, de 14 de novembro.

- Plano de Pormenor da Zona Industrial do Tortosendo – 3.ª Fase (PPZIT) – Aviso n.º 4341/2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª Série – N.º 56, de 19 de março.

4. Contextualização do Concelho da Covilhã

A avaliação do grau de integração de determinada parcela do território no contexto nacional e regional é um exercício essencial para a avaliação das reais possibilidades de desenvolvimento, bem como para a identificação das condicionantes externas. Com efeito, o conhecimento destes dois fatores é indispensável à aplicação de estratégias de gestão e de intervenção no território regional que permitam o aproveitamento integrado das especificidades de cada território concelhio.

Assim, procedeu-se ao presente enquadramento Territorial – Definição do território a ser alvo de intervenção, quer a nível nacional, regional, distrital e local – e ao enquadramento histórico do Concelho.

4.1. Covilhã no Passado

Implementada num local privilegiado para a criação de gado e no caminho das principais rotas de transumância, a Covilhã cresceu ao longo de vários séculos passando de "*sítio de bom pasto*" a cidade de futuro. Deste modo, a cidade da Covilhã possui um conjunto de características intrínsecas que a tornam, por si só, um ponto de atratividade específica. Ao longo da sua vasta e rica história, a cidade viveu diversos altos e baixos que influenciaram a ocupação do território.

Importantes achados arqueológicos mostram que os primeiros habitantes destas terras não foram os romanos. A existência de inúmeros castros e a navegabilidade do Zêzere, que faz parte da bacia hidrográfica do Tejo, provam a passagem de vários povos desde a pré-história povos que procuravam oportunidades comerciais.

Após as lutas com os lusitanos, os romanos instalaram-se na região, como se pode verificar ao percorrer as margens do Zêzere, onde se encontram exemplos de terra sigillata hispânica. As vias romanas, que se encontram até na serra, são outra prova da sua presença.

A Covilhã foi conquistada e reconquistada várias vezes. Os mouros chegaram a destruí-la quase por completo. Estes acontecimentos levaram a que os habitantes procurassem criar o seu próprio município, para se poderem organizar e defender. No foral, concedido por D. Sancho I, em 1186, foram fixados os limites do concelho, que incluía Castelo Branco e ia até Portas de

Ródão. Terminada a reconquista, a população procurou reorganizar a economia e ir além da agricultura de subsistência. D. Afonso III deu uma ajuda, ao instituir uma feira anual, com oito dias. Também D. João I concedeu uma feira franqueada anual, que se mantém até aos dias de hoje. A indústria de lanifícios, entretanto, ia começando a tomar forma.

O cerco defensivo foi mais tarde alvo de uma ampliação ordenada por D. Dinis em 1300. As muralhas foram de tal forma importantes no contexto histórico da Covilhã, que ainda hoje é possível identificar alguns panos das mesmas, integrados na arquitetura de diversos edifícios da parte mais antiga da cidade. O fortalecimento deste complexo defensivo revela a importância estratégica da Covilhã na proteção e crescimento do Reino de Portugal.

A Covilhã era uma vila em plena expansão populacional quando chegou o renascimento, bem como nas mais diversas áreas, não só ligadas à agricultura e pastorícia, mas também à economia, cultura e indústria, onde os lanifícios começavam a ganhar expressão. É ainda neste período que a cidade inscreve o seu nome nas grandes navegações marítimas, com D. Dinis, Senhor da Covilhã, a integrar vários Covilhanenses nas expedições por si ordenadas. O município foi também berço de várias figuras ligadas aos Descobrimentos. Entre elas contam-se Frei Diogo Alves da Cunha, que participou na conquista de Ceuta, em 1415; Pêro da Covilhã, primeiro português a pisar terras de Moçambique e a quem se devem as informações que permitiram a viagem de Vasco da Gama descobrir o caminho marítimo para a Índia; João Ramalho e Fernão Penteado. A importância da Covilhã neste período é atestada pelo título “notável” que lhe concedeu o rei D. Sebastião.

No final do século XVI, D. Luís de Menezes, Conde da Ericeira, instala na cidade a primeira Fábrica Real, denominada Fábrica de Sarjas e Beatas (Fábrica Velha) na Ribeira da Carpinteira, com o objetivo de terminar com a dependência de panos provenientes de Inglaterra. Com a chegada de mestres tecelões ingleses, a indústria de Lanifícios implementa-se em força e ao longo dos anos proliferam não só as fábricas e manufaturas destinadas ao tratamento da lã, mas também alguns costumes como o consumo de chá.

Após o terramoto de 1755, Marquês de Pombal, Primeiro-Ministro de Portugal, traça um plano de desenvolvimento nacional de base manufatureira que viria a revelar-se de grande importância histórica. Reconhecendo a qualidade e peso económico dos tecidos produzidos na Covilhã, em 1764, D. José I ordena a construção da Real Fábrica de Panos junto à Ribeira da

Goldra, na qual foram utilizadas pedras da antiga muralha, que também tinha ruído pela altura do terramoto.

Mais tarde, a criação da escola industrial, em 1864, veio confirmar a importância da indústria de lanifícios na região. Poucos anos depois, D. Luís, reescreve a história da Covilhã elevando-a a Cidade em 1870. Esta condecoração deve-se à importância e crescimento da indústria de Lanifícios, sendo, pouco depois, a cidade portuguesa a registar o maior crescimento demográfico de todo o país entre 1878 e 1890. Na viragem do século detinha mais de 700 fábricas, entre pequenas e grandes indústrias, empregando mais de 4500 operários, número que continuou a subir. A rápida expansão e o aumento da pressão demográfica tiveram um grande impacto no urbanismo da cidade. As estruturas fabris de diversos propósitos e dimensões são ainda hoje facilmente identificáveis em quase todos os pontos da cidade.

Durante este período, os Lanifícios tornam-se de tal forma relevantes que em 1884, por intervenção direta do Governo, é criada a Escola Industrial Campos Melo (hoje, Escola Secundária), primeira do seu género no país. O ensino e aperfeiçoamento de técnicas industriais vem a demonstrar-se fundamentais na implantação da Covilhã como o maior centro de produção de Lanifícios nacional, com reconhecimento a nível internacional.

O período que compreende o final do séc. XIX e o início da década de 1960, pode hoje ser considerado a grande época de ouro da Covilhã. A riqueza proveniente da indústria de Lanifícios deu azo à construção de inúmeros edifícios de referência que ainda hoje são marcos no dia-a-dia e na história da cidade. Assistiu-se a um grande desenvolvimento económico-cultural, sobretudo após a chegada dos Caminhos-de-Ferro que aumentou a competitividade empresarial da região. O desenvolvimento foi notório, sendo construídos ao longo dos anos Bairros Residenciais, Salas de Espetáculo, Escolas, Bancos, Piscinas, Hospital, Unidades de Saúde, Jardins, Hotéis, Monumentos, Biblioteca, Mercado Municipal, Infraestruturas Desportivas, Tribunal, Palacetes entres muitas outras edificações de relevo.

O início dos anos 70 do século passado marcou um dos períodos mais negros e conturbados da história recente da Covilhã. Com o encerramento de inúmeras das fábricas, muitos operários perderam os empregos lançando o concelho para uma grave crise socioeconómica. Após a Revolução de Abril e a conquista dos direitos dos trabalhadores, acentuou-se a crise no setor, acelerando-se o já esperado declínio desta indústria. Os Lanifícios covilhanenses não souberam preparar-se para a entrada no mercado global, encontrando-se as fábricas francamente

desatualizadas, fruto da falta de investimento e modernização, sustentadas na mono-industrialização com recurso a mão-de-obra barata e, em muitos casos, com produção exclusiva para as antigas colónias.

Foi neste panorama e no âmbito das atividades do grupo de trabalho para o Planeamento Regional da Cova da Beira, que surgiu a ideia de criar na região uma instituição de ensino superior, de forma a facultar aos seus naturais a possibilidade de prosseguirem os estudos pós-secundários sem que, para isso, tivessem de se deslocar para outros pontos do país, a maioria das vezes a título definitivo. Assim, na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 402/73, de 11 de agosto, no quadro da chamada "Reforma Veiga Simão" que deu origem à expansão e diversificação do Ensino Superior, foi criado o Instituto Politécnico da Covilhã (IPC), presidido pelo Sr. Dr. Duarte Cordeiro de Almeida Simões, que recebeu, em 1975, os seus primeiros 143 alunos, nos cursos de Engenharia Têxtil e Administração e Contabilidade. Em julho de 1979, seis anos passados, a instituição converte-se em Instituto Universitário da Beira Interior (IUBI), na sequência da publicação da Lei n.º 44/79, de 11 de setembro.

Por fim, a conversão do IUBI para Universidade da Beira Interior (UBI) veio a acontecer em 1986, através da publicação do Decreto-Lei 76-B/86, de 30 de abril A Universidade revelou-se uma aposta certeira, criando uma autêntica revolução e moldando vincadamente a dinâmica da cidade. Ao contrário de muitos Campus, a UBI encontra-se dispersa com Polos em diversos locais da cidade, ocupando antigos edifícios fabris devolutos. As áreas de expansão e proteção dos polos I, II e III foram regulamentadas através do Decreto do Governo n.º 33/87, de 2 de novembro. O crescimento da instituição não foi importante apenas na reformulação dos espaços fabris, dotando-os de nova vida, como também foi o motor do relançamento da cultura e da economia da Covilhã.

4.2. Covilhã no Presente

Atualmente, a Universidade da Beira Interior (UBI) acolhe mais de 8 mil alunos, distribuídos por cinco faculdades – Artes e Letras, Ciências, Ciências da Saúde, Ciências Sociais e Humanas, Engenharia – com uma oferta formativa adequada a Bolonha, estruturas laboratoriais e de investigação de apoio ao ensino e com fortes ligações à sociedade e ao mundo empresarial. Assim, a UBI é uma das academias portuguesas em evidente expansão, alcançando o estatuto

de academia que recebe alunos de todas as regiões do país, a que se juntam estudantes internacionais de dezenas de nacionalidades, nomeadamente dos países lusófonos e da América Latina.

Nos dias de hoje, a Covilhã, outrora fabril "*Manchester de Portugal*", assume-se como uma cidade Universitária, Turística e de Serviços com fortes ligações ao passado. O reaproveitamento de espaços, mantendo as suas bases, têm hoje novos propósitos como espaços comerciais e de serviços, de ensino e *coworking*, enquanto outros foram convertidos em museus, unidades hoteleiras ou mesmo em espaços residenciais e artísticos.

O concelho da Covilhã diferencia-se dos concelhos vizinhos por caraterísticas próprias ligadas a questões como a predominância de uma atividade económica de sucesso ou ao património cultural. Esta caraterização revela preocupações genuínas com a dinamização económica local, assente na criação de infraestruturas e equipamentos destinados à instalação de empresas assim como na criação de serviços, instrumentos e condições de exceção ligados à promoção e apoio do tecido empresarial, como é o caso do Centro de Incubação e Empreendorismo. O Centro de Incubação e Empreendorismo, sediado no edifício da antiga PSP e cuja sua reabilitação manteve o traço arquitetónico original, veio criar vários espaços para a promoção e sustentabilidade de micro e pequenas empresas, acolhendo jovens empreendedores para desenvolverem os seus projetos criativos. Trata-se de uma obra prevista no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) da Covilhã, que conta com 6 gabinetes para empresas, 16 lugares de *coworking*, 2 espaços para oficinas (*Makers*), auditórios e sala de reuniões.

O núcleo urbano da Cidade da Covilhã, reclinado na vertente sudeste da Serra, voltado para nascente, estende-se entre os 450 e os 800 m de altitude e situa-se a 20 km do ponto mais alto de Portugal Continental, a Torre (1.993 m). O solo é na sua maioria compostos por xisto e granito, sendo que a sua área florestal constituída essencialmente por carvalho negral e castanheiro. O vale (cova da beira) é fértil e com grandes aptidões frutícolas (cereja, pêssego, maçã, pera) e vinícola. O concelho é atravessado pelo rio Zêzere. O clima é particularmente húmido, assinalando elevadas amplitudes térmicas entre as temperaturas de Verão, nos meses de julho e agosto, e temperaturas negativas e queda de neve nas zonas mais altas da cidade, nos meses de dezembro e janeiro. O aspeto sólido e robusto do meio físico imprime um cunho particular na vivência das gentes da Covilhã, em termos económicos, culturais, etnográficos e

arquitetónicos, sendo hoje um dos principais centros urbanos do interior do País. A Covilhã celebra o seu feriado municipal a 20 de outubro.

4.2.1. Integração Territorial e Administrativa

O concelho da Covilhã situa-se na sub-região das Beiras e Serra da Estrela (NUTS III), localizado na Região Centro (NUTS II) de Portugal Continental (NUTS I) – Figura 1.

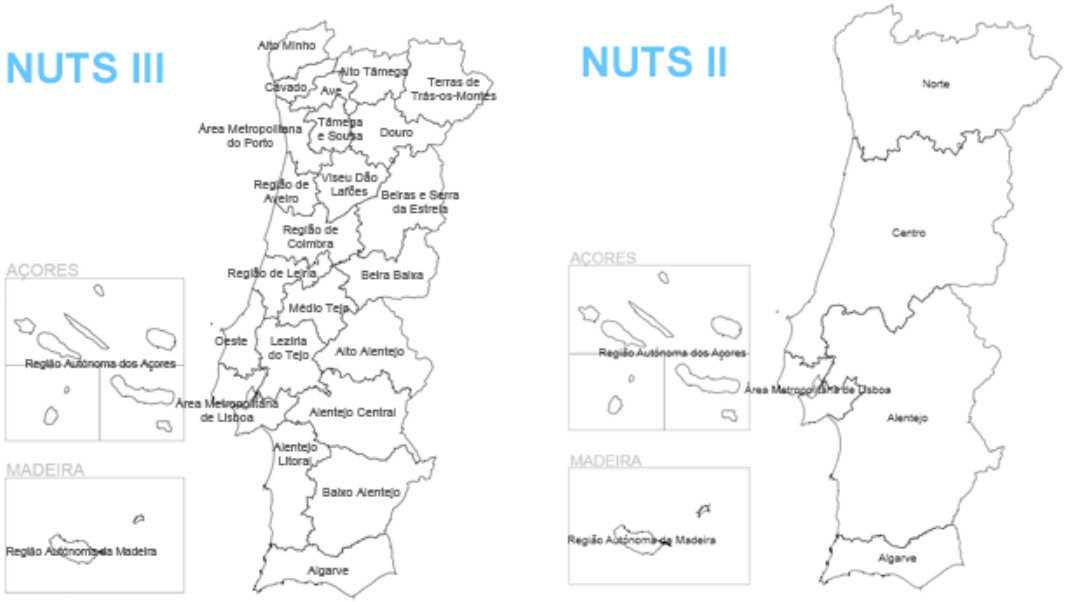




Figura 1 - NUTS I, NUTS II, NUTS III (Fonte: PORDATA 2021).

Situado na encosta da Serra da Estrela, voltada a Nascente, o Concelho da Covilhã (Figura 2) é delimitado geograficamente a Norte pelo concelho da Guarda (distrito da Guarda), a Sul pelo concelho do Fundão (distrito de Castelo Branco), a Este pelo concelho de Belmonte (distrito de Castelo Branco), a Oeste pelos concelhos de Pampilhosa da Serra e de Arganil (ambos do distrito de Coimbra) e a Noroeste pelos concelhos de Seia e Manteigas (ambos do distrito da Guarda). As principais características do concelho da Covilhã encontram-se resumidas na Tabela 1.



Figura 2 - Concelho da Covilhã (Fonte: Elaboração própria).

Tabela 1 - Caracterização do Concelho da Covilhã (Fonte: Município da Covilhã 2021).

Área	555,6 km²
Perímetro	139 km
Altitude Mínima	375 metros
Altitude Máxima	1 993 metros
Amplitude Altimétrica	1 618 metros
População	46.957 (Censos 2021)
Densidade Populacional	84,5 h/km²
Freguesias	21
Distrito	Castelo Branco, sub-região da Cova da Beira

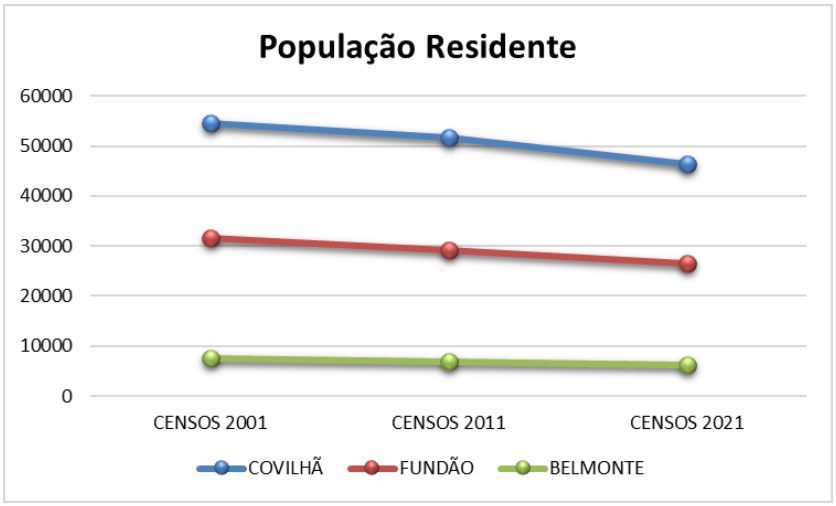
Localizada no eixo Guarda – Covilhã – Castelo Branco fazendo fronteira com Espanha, a (antiga) sub-região Cova da Beira é constituída pelos concelhos de Belmonte, COVILHÃ e Fundão. Tem uma área total de 1.375,5 km2 – 5,7% da Região Centro e 1,5% do território nacional – e uma população residente de, sensivelmente, 79 178 habitantes, de acordo com os Censos 2021 –

menos 14 401 habitantes desde 2001. A Covilhã, ocupa 40,5% da área total da Cova da Beira e abrange 59% da sua população total (Tabela 2 e gráfico 1).

Tabela 2 - Municípios da Cova da Beira por área e habitantes (Fonte: INE 2021).

	CENSOS 2001	CENSOS 2011	CENSOS 2021
Covilhã (555,6 km²)	54 505	51 770	46 453
Fundão (700,1 km²)	31 482	29 172	26 521
Belmonte (114,6 km²)	7 592	6 805	6 204
TOTAL	93579	87747	79178

Gráfico 1 - Número de habitantes nos Municípios que integram a Cova da Beira (Fonte: Elaboração própria).



- O seu topónimo primitivo terá sido “*cova Plana*", estando o seu significado preso às características morfológicas da região: "*cova*", por se encontrar entre as Serras da Estrela, da Gata, da Malcata e da Gardunha; e "*plana*", pois constitui uma “planície" entre as montanhas. A Cova da Beira é drenada pelo rio Zêzere onde a riqueza do solo, a abundância de água e as condições de abrigo sempre proporcionaram uma combinação de culturas muito rica e diversificada, favorecida pelo perímetro do regadio (a fruta, como a cereja, é uma das imagens de marca da Cova da Beira). A especificidade biofísica da Cova da Beira foi reforçada pelo projeto do regadio, resultando num mosaico territorial onde o modelo disperso é mais presente e se mistura com um padrão diversificado de agricultura (vinha, pomar, olival, regadio, etc.) e onde o povoamento concentrado nas polaridades urbanas da Covilhã, do Fundão e de Belmonte se estende ao longo de estradas e vales. O concelho da Covilhã faz ainda parte da sub-região Vitivinícola da Cova da Beira, enquadrada pelo Decreto-Lei n.º 442/99, de 2 de novembro.

O Concelho da Covilhã integra-se ainda administrativamente no distrito de Castelo Branco (Figura 3), juntamente com os concelhos de Belmonte, Castelo Branco, Fundão, Idanha-a-Nova, Oleiros, Penamacor, Proença-a-Nova, Sertã, Vila de Rei e Vila Velha de Ródão. O distrito de Castelo Branco possui uma área total de 6.615,8 km2, correspondente a 28% da Região Centro e a 7,2% do território nacional. Geograficamente o distrito é caracterizado pelas várias serras que o atravessam, com parte das serras da Estrela e da Lousã e com as serras da Gardunha, Malcata, Alvelos e Muradal. Nos seus vales correm os Rios Erges, Ponsul, Ocreza e o Zêzere, afluentes da margem direita do Rio Tejo, o qual delimita o distrito a sul.

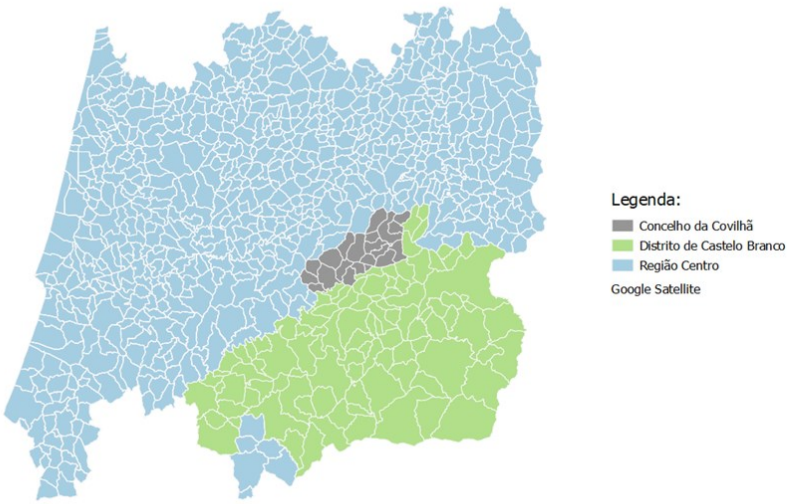


Figura 3 - Enquadramento do Concelho da Covilhã na Região Centro e no Distrito de Castelo Branco (Fonte: Elaboração própria).

A Covilhã integra a Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela (CIMBSE) juntamente com os Municípios de Almeida, de Belmonte, de Celorico da Beira, de Figueira de Castelo Rodrigo, de Fornos de Algodres, do Fundão, da Guarda, de Gouveia, de Manteigas, da Mêda, de Pinhel, do Sabugal, de Seia e de Trancoso. O limite da NUT III é coincidente com a CIMBSE, conforme definido na Lei n.º 75/2013, sendo que esta nova divisão regional (NUTS 2013) começou a ser aplicada pelo sistema Estatístico Nacional e Europeu a 1 de janeiro de 2015, deixando, assim, de existir a antiga sub-região Cova da Beira.

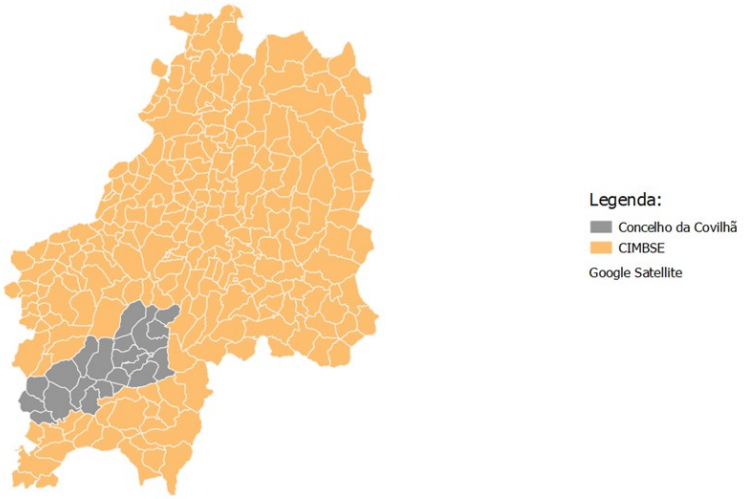


Figura 4 – Enquadramento do concelho da Covilhã na Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela (CIMBSE) (Fonte: Elaboração própria).

Em termos regionais, o concelho da Covilhã integra a Beira Interior (uma das sete regiões propostas para a Regionalização de Portugal), sendo esta marcada por um elevado contraste entre dois ambientes biofísicos:

- A Norte domina a unidade geomorfológica da denominada Beira Transmontana, uma superfície aplanada (como a Meseta Ibérica) com altitudes quase sempre acima dos 600 metros, excetuando-se o encaixe do vale do Tua e do Teja, ou, em cotas mais elevadas, a serra da Marofa. Climaticamente, a região conhece situações extremas e de elevada secura. O efeito da altitude e da continentalidade atuam de modo distinto favorecendo verões muito quentes e secos em zonas mais abrigadas e vales; frios prolongados nos planaltos de maior altitude. A cartografia da agricultura exprime bem a geografia desta alternância: a vinha junto a Pinhel, ou os olivais e pomares, alternam com as áreas extensas dos prados naturais e do sequeiro entre o Côa e o Águeda, por terras de Almeida ou Figueira de Castelo Rodrigo. Os mosaicos de pequenas parcelas regadas constituem pequenas manchas de solo que rodeiam a rede de aldeias e povoados, uma malha regular, mas relativamente densa, de pequenos povoados;
- A Sul das Serras da Gardunha e da Malcata, em plena bacia do Tejo (Aravil e Ponsul), estão as

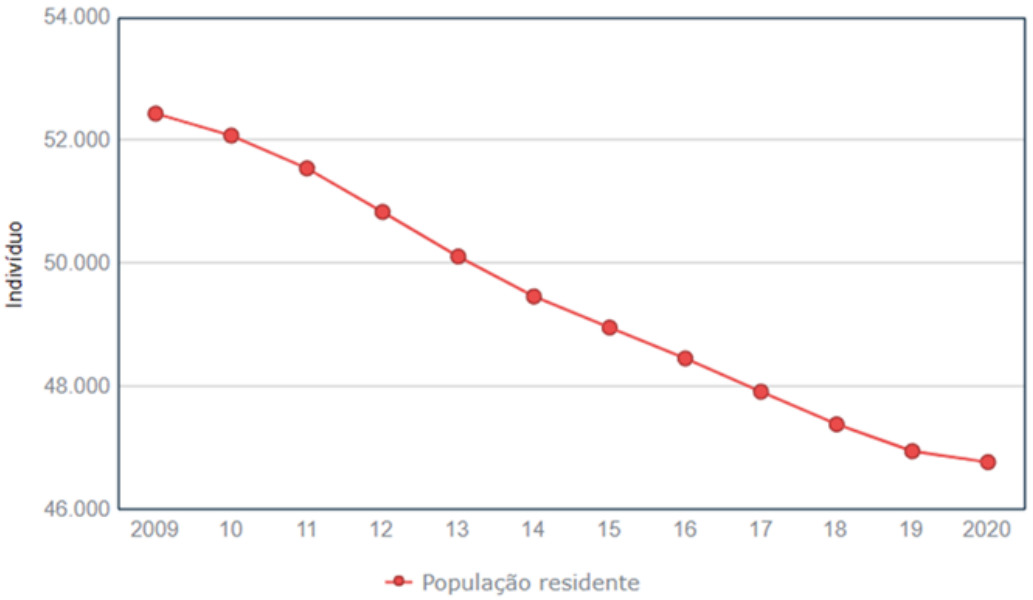
campinas da Idanha e de Castelo Branco, em cotas inferiores aos 300 metros e já em ambientes bioclimáticos e paisagísticos do mediterrâneo. Dominam os campos extensos de cereal de sequeiro e olival e, frequentemente, o sobreiro e o montado. Os perímetros de regadio são a exceção relativamente recente.

Por fim, o concelho da Covilhã faz também parte da área territorial de atuação da Entidade Regional de Turismo do Centro, que integra a zona da Ria de Aveiro, Viseu Dão Lafões, Região de Coimbra, Serra da Estrela (onde se integra a Covilhã), Região de Leiria, Médio Tejo, Oeste e Beira Baixa.

4.2.2. Integração Demográfica

Segundo os censos do INE, a população residente no concelho da Covilhã era de 51.797 indivíduos em 2011. Atualmente, o concelho da Covilhã apresenta 46.957 habitantes, ou seja, -10,3 % que em 2011, segundo os resultados preliminares dos Censos 2021 (Gráfico 2).

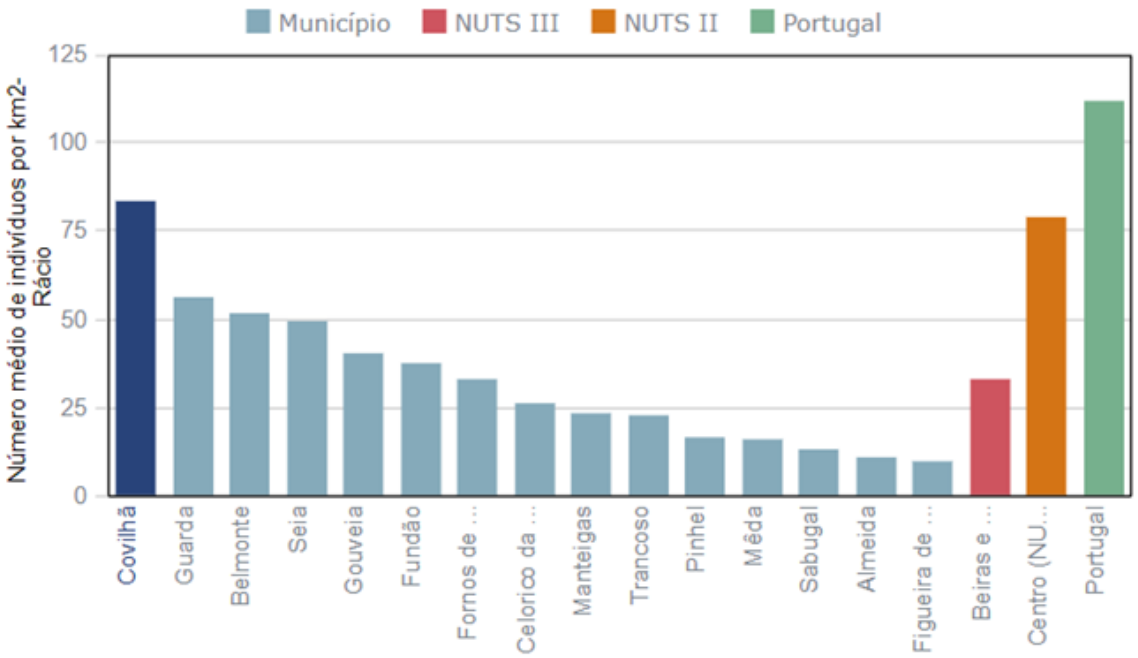
Gráfico 2 - Estimativas Anuais da População Residente (Fonte: PORDATA 2021).



Estes resultados devem ser vistos à luz das tendências da quebra da natalidade e do aumento da mortalidade., no cenário de crescimento natural cada vez menor, segundo os Censos 2021,

em 2020 nasceram na Covilhã 283 bebés (mais 24 do que em 2019) e morreram 643 pessoas (menos 27 do que em 2019). Ainda assim, com 84 habitantes por km^2, o município da Covilhã é aquele que tem a mais alta densidade populacional das Beiras e Serra da Estrela (Gráfico 3).

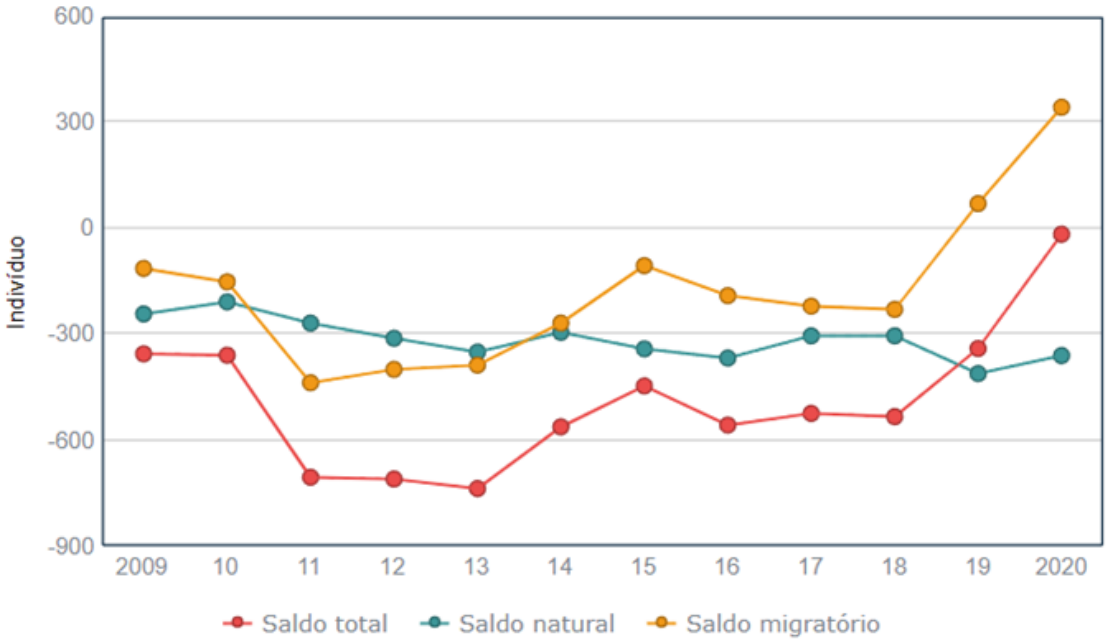
Gráfico 3 - Densidade Populacional Beiras e Serra da Estrela (Fonte: PORDATA 2021).



Se atendermos também à dinâmica migratória, a Covilhã tem 1.614 migrantes – mais 1.008 indivíduos, dos mais diversos locais, designadamente: Angola, Brasil e outros países europeus de acordo com os censos 2021.

A diferença entre o número de nascimentos e o número de mortes na Covilhã foi negativo em 2020, traduzindo-se num saldo natural de menos 360 indivíduos. Em contrapartida, o saldo migratório foi positivo com mais 344 indivíduos – Gráfico 4.

Gráfico 4 - Diferença entre saldo natural, saldo total e saldo migratório no Concelho da Covilhã (Fonte: PORDATA 2021).



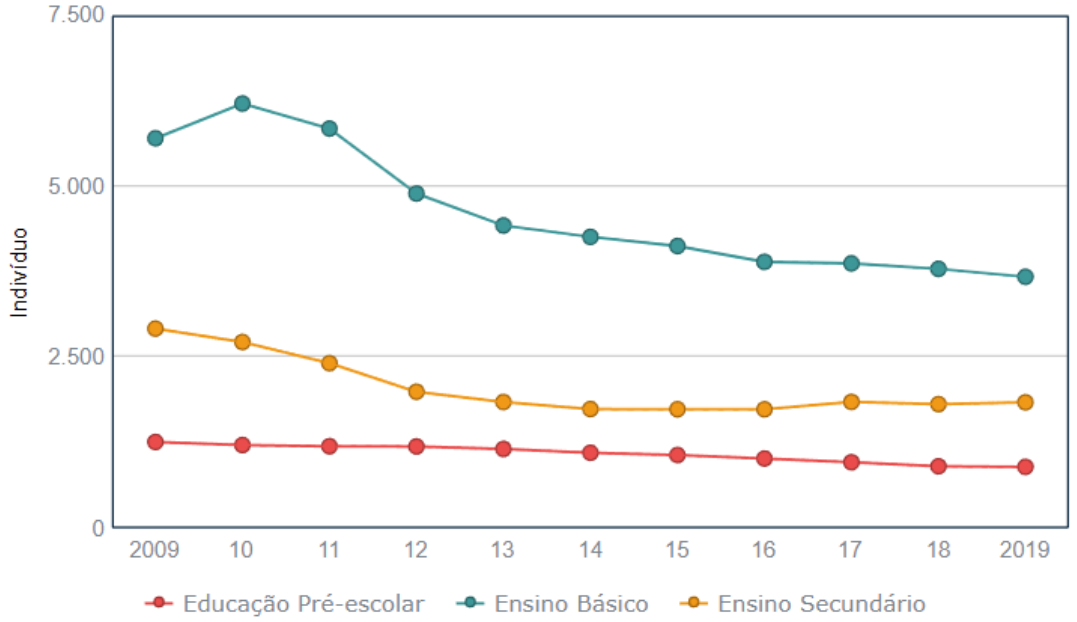
Em síntese, a população das freguesias do Município da Covilhã tem envelhecido, acompanhando a tendência de quase todo o país. Segundo os especialistas, este facto parece estar relacionado não só com a mudança de mentalidades, que se reflete na diminuição do número de filhos por casal, mas também pela procura de melhores condições de vida por parte da população ativa jovem e em idade de procriar, que migra para espaços urbanos. Cabe, portanto, aos Municípios, como o da Covilhã, criar condições para a fixação de indivíduos passando, em grande medida, pela melhoria de infraestruturas, acessibilidades, condições de trabalho e de educação, de habitação, entre outros.

4.2.3. Integração no Sistema Educativo

Ciente da importância da Educação nas Sociedades Modernas, o concelho da Covilhã caracteriza-se por uma grande diversidade territorial, apresentando elevada potencialidade ao nível do setor primário, secundário/serviços, observando-se a existência de excelentes condições para a prática agrícola (setor primário), industrial (como a indústria de Lanifícios – setor secundário) e de ensino (onde se destaca a Universidade da Beira Interior - setor terciário).

Em 2019, nas escolas do município da Covilhã havia 6.420 alunos inscritos no ensino pré-escolar, básico e secundário, menos 3.465 do que em 2009 e menos 98 do que em 2018 (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Recenseamento Escolar no Concelho da Covilhã (Fonte: PORDATA 2021).



Integram a Rede Escolar as seguintes escolas/agrupamentos:

1. Educação Pré-Escolar:
   - Agrupamento De Escolas "A Lã E A Neve"
   - Agrupamento De Escolas Frei Heitor Pinto
   - Agrupamento De Escolas Pêro Da Covilhã
   - Agrupamento De Escolas Do Teixoso
2. Ensino básico:
   - Agrupamento De Escolas "A Lã E A Neve"
   - Agrupamento De Escolas Frei Heitor Pinto
   - Agrupamento De Escolas Pêro Da Covilhã
   - Agrupamento De Escolas Do Teixoso
3. Secundário:
   - Escola Secundária Campos Melo
   - Escola Secundária Frei Heitor Pinto
   - Escola Secundária/3º Ciclo Quinta Das Palmeiras
4. Profissional
   - Escola Profissional Agrícola Quinta Da Lageosa
   - Escola Profissional De Artes Da Beira Interior

5. Tecnológico

- ESTEBI – Escola Tecnológica Da Beira Interior
- Escola Secundária Campos Melo

6. Privado

- Escola Internacional Da Covilhã
- Conservatório Regional De Música Da Covilhã
- MODATEX – Centro de Formação Profissional da Indústria Têxtil, Vestuário, Confeção e Lanifícios

7. Superior

- Universidade da Beira Interior

8. Especial

- A educação especial e o apoio sócio educativo são assegurados às crianças com necessidades educativas especiais, tanto no público como no privado, em qualquer nível de ensino.
- No concelho da Covilhã além do apoio prestado nos estabelecimentos de ensino da rede pública, também se deve realçar o desempenho da instituição APPACDM.

  Nos últimos anos tem sido dada muita importância à captação de novos alunos, tanto nacionais como estrangeiros. Esta captação tem de ser sempre ancorada com uma oferta mais abrangente e inovadora no ensino e por uma consolidação permanente do seu corpo docente e de funcionários. Apostando cada vez mais na qualidade, a UBI tem investido na criação de laboratórios bem equipados, na expansão das suas instalações - quer as dedicadas às atividades de ensino e investigação, quer às necessárias para oferecer aos seus estudantes as melhores condições de trabalho e de apoio social - no progressivo envolvimento em projetos de investigação de âmbito nacional e internacional e, ainda, num corpo docente altamente qualificado.

  Também na área da cidadania, o concelho da Covilhã apresenta um papel ativo através da Ação Social, Comissão de Proteção e Jovens, Orçamento Participativo, Associativismo, Conselho Municipal da Juventude, Banco Local de Voluntariado da Covilhã e Galardão "*Mulheres Notáveis*".

4.2.4. Integração no Sistema de Saúde

O primeiro hospital da Covilhã data o ano de 1908 e era denominado por Hospital da Misericórdia da Covilhã, Cerca de 100 anos depois, o edifício apresentava-se em precárias condições e estruturalmente debilitado, pecando também pela difícil localização e péssima acessibilidade. De forma a reverter esta situação insustentável surge o Centro Hospitalar Cova da Beira (CHCB). Pessoa coletiva de direito público com autonomia administrativa, financeira e património próprio, foi criado nos termos do Decreto-Lei nº 284/99, de 26 de julho e integrou o Hospital Distrital da Covilhã, o Hospital Distrital do Fundão e o Departamento de Psiquiatria e Saúde Mental.

Nos termos do Decreto-Lei nº 426/99, de 21 de outubro, o CHCB foi construído com serviços de dimensão e diferenciação técnica adequados à população abrangida, dos concelhos da Covilhã, Fundão, Belmonte e Penamacor. Tornou-se, assim, na maior e mais sofisticada unidade de saúde de toda a região e, consequentemente, na mais valiosa resposta a uma população com cerca de 100.000 habitantes.

No que diz respeito às respostas disponíveis para a população na área da saúde o concelho da Covilhã possui uma rede de unidades básicas do Serviço Nacional de Saúde (SNS) – Centros de Saúde e Farmácias que prestam o atendimento e os cuidados de saúde à população.,

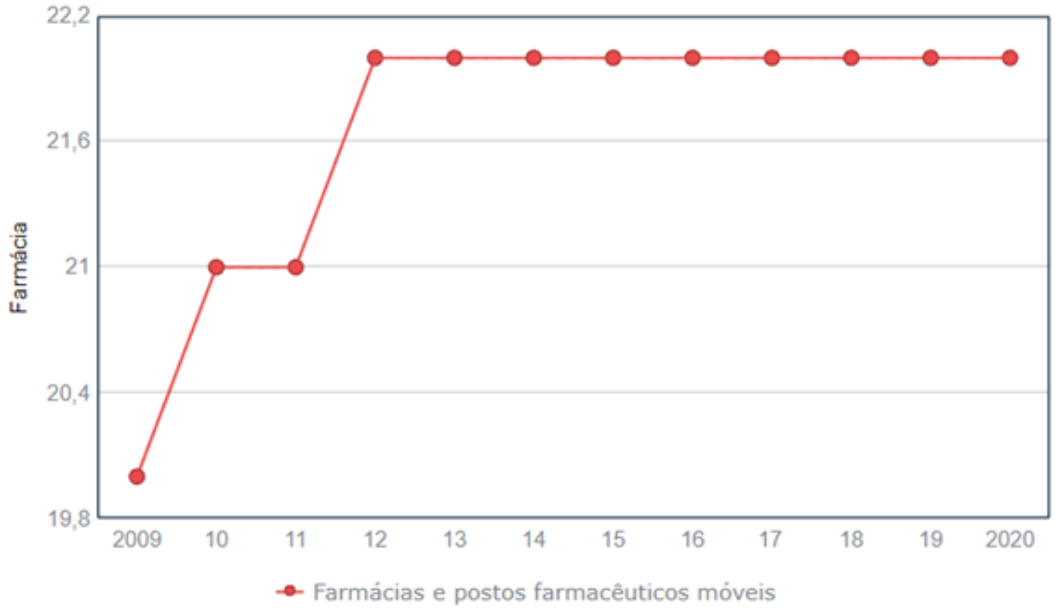
No concelho existem 27 unidades de saúde fixadas nas seguintes localidades:

- Aldeia São Francisco de Assis
- Aldeia do Souto
- Barco
- Barroca Grande
- Boidobra
- Casegas
- Cortes do Meio
- Coutada
- Dominguiso
- Erada
- Ferro
- Orjais
- Ourondo
- Paul
- Peraboa

- Peso
- São Jorge da Beira
- Sarzedo (Sub-Extensão de Saúde)
- Sobral de São Miguel
- Teixoso
- Tortosendo
- Trigais da Serra (Sub-Extensão de Saúde)
- Unhais da Serra
- Vale Formoso
- Vales do Rio
- Verdelhos
- Vila do Carvalho

Relativamente às Farmácias, segundo dados da PORDATA, em 2020, havia 22 farmácias na Covilhã, mais 2 do que em 2009 (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Farmácias e postos farmacêuticos móveis no concelho da Covilhã (Fonte: PORDATA 2021).



Aliado a esta resposta à população, existe no concelho a prestigiada Faculdade de Medicina da UBI que, para além do desenvolvimento científico e tecnológico, faz gerar a economia regional.

Entre 2009 e 2019, o número de empresas não financeiras do sector da saúde e apoio social na Covilhã aumentou de 277 para 396 (um aumento de 43%) – Gráfico /.

Gráfico 7 - Empresas com atividade de saúde humana e apoio social no Concelho da Covilhã (Fonte: PORDATA 2021).



Estes serviços permitem que o concelho da Covilhã dê respostas, de forma eficiente e eficaz, a novas situações como o caso da pandemia Covid-19. Assim, a Faculdade de Ciências da Saúde, o Centro Hospital da Cova da Beira/ Hospital Universitário e a UBIMedical (incubadora da UBI para as Ciências da Saúde) estão a criar novas dinâmicas e sinergias empreendedoras, fazendo emergir, na Covilhã, um enorme potencial para o investimento de atividades de Investigação e Desenvolvimento (I&D), com valor para o mercado no sector da Saúde e da Qualidade de Vida.

4.2.5. Integração no Tecido Empresarial

O concelho da Covilhã, fazendo justiça à sua tradição, aos grandes investimentos e às apostas estratégicas que a autarquia tem vindo a desenvolver, impõe-se no panorama económico/empresarial da sub-região Beiras e Serra da Estrela. O mesmo pode ser comprovado através de dados estatísticos patentes no Anuário Estatístico da Região Centro, 2018 (2019) – o mais recente. Estes dados dão conta do peso que a Covilhã representa, tanto ao nível do número de empresas instaladas na região, tanto ao nível do volume de negócios realizados pelas mesmas (Tabela 2).

Tabela 3 - Número médio de empresas por Km2 no Concelho da Covilhã (Fonte: PORDATA 2021).

	N.º médio de empresas por Km2		
	2009	2014	2019
Belmonte	5,5	5,5	5,9
Covilhã	8,7	7,8	8,2
Fundão	4,2	4,3	4,6

Durante décadas, o concelho da Covilhã teve a sua grande atividade no setor secundário. A indústria têxtil liderava a economia do concelho e da região e a população ativa estava ligada direta ou indiretamente a ela. Porém, a grande crise nos lanifícios, verificada nos últimos 30 anos, levou à necessidade de uma nova redistribuição da população ativa residente, o que alterou significativamente o panorama económico do concelho e da região. No passado, visto como um sector em decadência baseado em mão-de-obra intensiva e com falta de competitividade no mercado global, o sector têxtil soube reinventar-se e reforçar o seu potencial. Apostando na inovação, diferenciação, *design* e novas tecnologias, este sector é atualmente muito competitivo na produção de tecidos técnicos e vestuário e encontra-se virado para o mercado internacional.

Hoje em dia verifica-se que a grande fatia da população ativa do concelho da Covilhã se distribui pelo setor terciário (Tabela 4). Um setor que reflete o desenvolvimento da economia local através do aumento do consumo de bens e de serviços que melhoram o nível de vida da população. Este setor tem merecido alguma atenção no que diz respeito a grandes investimentos em infraestruturas industriais e tecnológicas, acessibilidades e transportes, educação, cultura e desporto, turismo e serviços diversificados que confirmam a tendência evolutiva da economia nacional.

Neste sentido existem duas grandes zonas industriais no concelho da Covilhã: a Zona Industrial do Tortosendo e a Zona Industrial do Canhoso. Estas zonas são importantes referências na região por reunirem as melhores e mais modernas condições de infraestruturas e equipamentos às

quais, associadas à política autárquica de promoção da atividade industrial/empresarial e à excelente acessibilidade regional, contribuem para a fixação de empresas na região.

Tabela 4 - Número de empresas por atividades no Concelho da Covilhã (Fonte: INE 2021).

ATIVIDADES	NÚMERO DE EMPRESAS
Atividades Administrativas E Dos Serviços De Apoio	189
Atividades De Consultoria, científicas, técnicas E Similares	323
Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta E Pesca	348
Transportes E Armazenagem	134
Atividades Financeiras E De Seguros	176
Atividades Artísticas, De Espetáculos, Desportivas E Recreativas	166
Outras Atividades De Serviços	412
Atividades De Informação E De Comunicação	94
Alojamento, Restauração E Similares	712
Comércio Por Grosso E A Retalho; Reparação De Veículos Automóveis E Motociclos	2356
Captação, Tratamento E Distribuição De Água; Saneamento, Gestão De Resíduos E Despoluição	13
Atividades De Saúde Humana E Apoio Social	146
Administração Pública E Defesa; Segurança Social Obrigatória	50
Atividades Imobiliárias	126
Educação	55
Eletricidade, Gás, Vapor, Água Quente E Fria E Ar Frio	8
Indústrias Extrativas	16
Construção	786
Indústrias Transformadoras	804

TOTAL	6914

As Minas da Panasqueira são também uma fonte de riqueza em diversos aspetos (económicos, sociais, culturais) e as suas instalações mineiras encontram-se atualmente centralizadas na zona da Barroca Grande - Aldeia de S. Francisco de Assis (concelho da Covilhã), por onde se faz o acesso à exploração subterrânea, à extração do minério e ao processamento do mesmo. A mina é das maiores empregadoras locais, com cerca de 300 empregos diretos, residindo os trabalhadores, maioritariamente, nas aldeias e vilas vizinhas, nomeadamente: Barroca Grande, S. Jorge da Beira, Silvares, Unhais-o-Velho e Dornelas do Zêzere. Além do Volfrâmio, as Minas da Panasqueira produzem também concentrados de Cobre e Estanho e são conhecidas mundialmente pelos extraordinários cristais de volframite, apatite, siderite, arsenopirite, marcassite, cassiterite e quartzo

Entre muitas outras que poderiam ser referidas como Portugal Telecom Data Center, S.A., Beralt Tin And Wolfram (Portugal), S.A., Frulact - Indústria Agro-Alimentar, S.A., Interprev - Segurança E Saúde Do Trabalho, S.A., Anywind - Energias Renováveis, Lda., Mepisurfaces, Lda., Grupo Paulo de Oliveira etc.

Na Covilhã destaca-se a localização do Centro de Inovação em Tecnologias de Informação – Data Center da Portugal Telecom. Inaugurada a 23 de setembro de 2013, trata-se de um dos maiores investimentos na região e na área das telecomunicações, no setor da armazenagem remota de dados a nível mundial, com potencial para ampliar significativamente. A Covilhã foi a cidade escolhida das 26 localidades analisadas para a construção do Data Center. Entre as razões da escolha, encontram-se o baixo risco de fenómenos naturais, a temperatura do ar e humidade, baixo impacte ambiental e possibilidade de aproveitamento de recursos naturais. A formação de novos colaboradores para o Data Center faz-se em parceria local com a Universidade da Beira Interior, através de uma pós-graduação em Tecnologias de Informação para data centers.

O Parkurbis – Parque de Ciências e Tecnologia da Covilhã, S.A., é outro exemplo do investimento do concelho da Covilhã para o seu desenvolvimento económico. A sua missão é reforçar a economia da Beira Interior, através da elevação do nível tecnológico da indústria e dos serviços existentes, da sua diversificação para novos setores, da criação de massa crítica em atividades de I&D e, como consequência, da fixação de pessoas que possam encontrar aqui soluções profissionais.

Os principais objetivos passam por criar as condições para o desenvolvimento de novas atividades de base tecnológica, assegurando uma interligação dinâmica entre a Universidade da Beira Interior (UBI) e o tecido empresarial, de forma a aproximar a oferta de I&D com as necessidades desse tecido empresaria e apoiar projetos de investigação da UBI. Atualmente, no parque estão instaladas 46 empresas.

Na esfera do binómio ensino/formação destacam-se também muitas estruturas formativas, algumas das quais de caráter regional, que completam a oferta do sistema de ensino formal e procuram, com sucesso, realizar a melhor adequação entre a oferta do sistema de ensino e a procura do sistema produtivo. De entre os vários centros de formação destacam-se, pelo seu caráter regional, a Associação para a Formação Tecnológica e Profissional da Beira Interior (AFTEBI), o Centro de Inovação Empresarial da Beira Interior (CIEBI) ou o Centro de Formação Interação UBI Tecido Empresarial (CFIUTE), entre outros.

Por fim, no âmbito da integração do tecido empresarial no concelho, é importante referir a presença das seguintes associações:

- ANIL - **Associação Nacional dos Industriais de Lanifícios** estrutura de carácter setorial que associa e representa empresas têxteis que exercem a sua atividade no âmbito do subsetor dos Lanifícios em Portugal. Esta representa e defende os interesses das indústrias de lanifícios, respondendo às suas necessidades, de forma a garantir o desenvolvimento e a promoção das mesmas.
- AECBP - **Associação Empresarial da Covilhã, Belmonte e Penamacor** tem como objetivo principal fomentar o desenvolvimento desta região que detém um conjunto de características potenciais e que contribuem para o enriquecimento da economia regional e local. Tem, ainda, como missão estratégica, a avaliação e deteção de todos os possíveis estrangulamentos ao desenvolvimento de atividades económicas da região.
- AEBB - **Associação Empresarial da Beira Baixa** tem como missão promover o desenvolvimento das atividades económicas do distrito de Castelo Branco nos domínios técnico, económico, comercial, associativo e outros. Tem ainda como visão, ser uma referência por excelência, no apoio ao tecido empresarial local, com vista ao progresso da região.

O potencial competitivo do Município é fundamentado na existência de um verdadeiro ecossistema promotor da inovação e na capacidade de entrega às empresas, para o qual contribuem ativamente um conjunto de entidades-chave, desde empresas a instituições e serviços públicos.

4.2.6. Prospetiva económica e inovação

A componente de prospetiva económica e inovação definida no PROT - Centro é estruturante para o desenvolvimento de "sistemas produtivos" da Região Centro. A estratégia de intervenção e a sua territorialização foram delineadas na sequência de um exercício aprofundado de cruzamento entre a análise da evolução territorial do emprego, por fileira económica de atividade, e o sistema científico e tecnológico (SC&T) relevante para cada fileira (Figura 5). A integração dos dois níveis de análise permitiu identificar recursos, materiais e imateriais disponíveis e potenciais que a Região poderá mobilizar. As fileiras consideradas foram: agroalimentar, automóvel, floresta, habitat, moda, saúde e tecnologias de informação e comunicação.

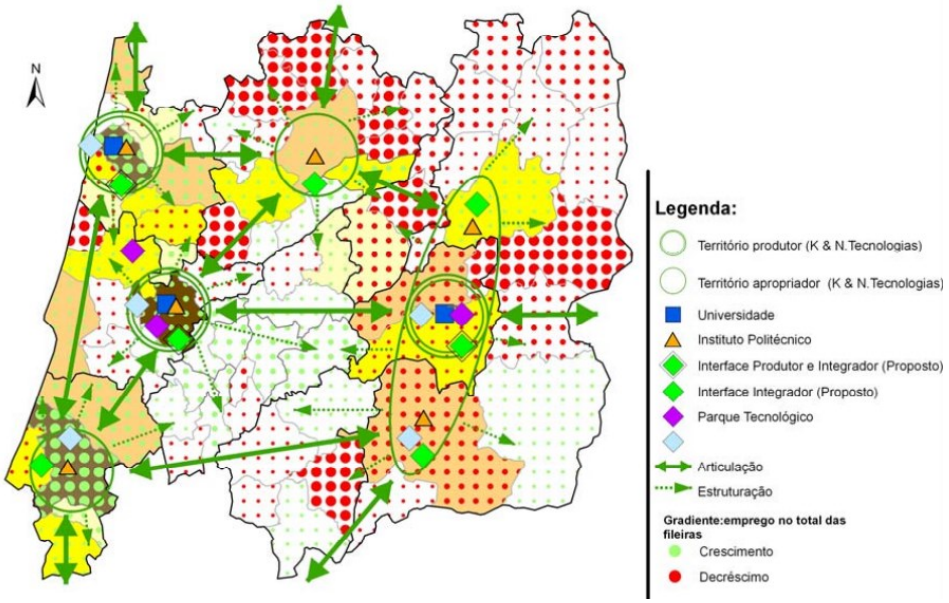


Figura 5 - Prospetiva Económica e Inovação (Fonte: PROTC 2011).

A Covilhã oferece inúmeras oportunidades para o desenvolvimento económico e competitivo, quer de empresas novas, quer de empresas consolidadas que procuram novas vantagens competitivas, tais como a acessibilidade a todo o território nacional (Figura 6).

Assim, num contexto onde a distância física vai deixando de ser uma barreira, em que as empresas procuram o melhor clima para a inovação e competitividade, e onde as pessoas procuram o melhor local para o desenvolvimento profissional e melhor qualidade de vida, a Covilhã é um município preparado para os novos desafios.



Figura 6 - Principais ligações nacionais ao Concelho da Covilhã (Fonte: Município da Covilhã).

4.2.6. Integração no Sistema Rural e Agroflorestal

O setor agrícola tem também um peso considerável na economia da região. Exemplo do investimento neste sector é o estabelecimento de ensino prático de agricultura, A "Escola Quinta da Lageosa", datada de 15 de outubro de 1943. Esta escola tem como fim "Facultar aos

futuros agricultores, em cursos de três anos de duração, a educação geral e técnica que, por ulterior experiência profissional, os torne aptos a dirigirem as suas casas agrícolas ou a exercerem em explorações alheias funções de feitor e análogas".

Atualmente, a Escola Profissional Agrícola Quinta da Lageosa (EPAQL) é hoje uma escola de referência a nível regional e nacional pelos seus recursos físicos e humanos, pela qualidade do ensino aqui ministrado, pela importância que os seus alunos adquirem no sistema de ensino-aprendizagem, pelas mudanças comportamentais conseguidas nos seus alunos, reconhecidas pela comunidade educativa, capazes de os fazer assumir uma cidadania interventiva baseada nos valores da solidariedade, da igualdade e do respeito mútuo.

Hoje em dia, a agricultura e a floresta já não unificam a população rural com o território, nem elas próprias coincidem com este último. Tradicionalmente, a agricultura equivalia a explorações e produção agrícolas onde os seus sistemas de produção e o modo de vida da população rural estendiam a sua presença sobre a floresta e restante território (matos para estrume, pastoreio de gados, resinagem, lenhas para o forno de pão, madeiras para construir casas...). Onde antes havia uma única dimensão (agricultura/floresta), há agora dimensões distintas.

Por conseguinte, se a vida económica dos espaços rurais já não é hegemonizada pela agricultura, então emerge o reequacionamento do espaço rural, passando pela destrinça entre as áreas da produção agrícola (e florestal) orientadas para e pelo mercado e outras áreas. Assim, globalmente o espaço agrícola ou florestal deverá ser classificado em três grandes grupos: espaços para a produção agrícola, espaços para a produção florestal e espaços para outras áreas parcialmente ocupadas com atividades não direcionadas para o mercado.

A área Agrícola e Florestal da Cova da Beira – setor recente e suportado progressivamente por empresas mais sólidas, exportadoras e tecnologicamente avançadas – assume grande importância nos setores vinícola, frutícola e de processamento de cereais, bem como na produção pecuária, principalmente na exploração de pequenos ruminantes. Abrange a maioria do empreendimento hidroagrícola da Cova da Beira, como é o caso da empresa Frulact (5ª maior empresa do Mundo em preparados para a indústria alimentar), e da produção.

4.2.7. Integração no Turismo

A existência de um recurso endógeno único e emblemático de Portugal, como é a Serra da Estrela, evidencia o Turismo como um dos sectores mais estratégicos do Município. A complementaridade da oferta urbana e rural, a diversidade de atividades e a qualidade das infraestruturas de acolhimento é complementada pela oferta única, em território nacional, para atividades turísticas de neve, onde se inclui a prática de desportos de Inverno. Só nos últimos anos, a Covilhã tornou-se um dos dois maiores polos de dormidas turísticas de todo o interior do país.

A Covilhã conta com 7 espaços verdes (Jardim Público, Jardim Do Lago, Jardim "Monumento À Nossa Senhora Da Conceição", Jardim Botânico De Montanha, Jardim Mártir-In-Colo, Parque Da Goldra, Jardim Das Artes) e Vida Noturna, 5 Miradouros (Miradouro Marquês Dávila e Bolama, Miradouro Portas do Sol, Miradouro da Varanda dos Carqueijais, Miradouro Nossa senhora da Conceição e Miradouro dos Piornos)

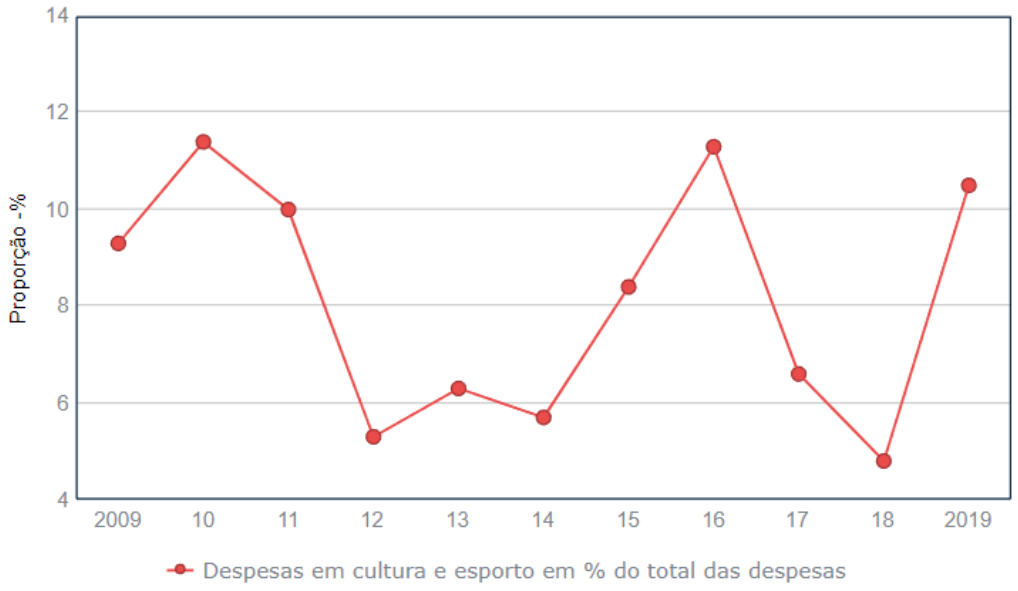
É também possível beneficiar, visitar e apreciar várias expressões artísticas, como o cinema, a música e o teatro, destacando-se: o Centro de Inovação Cultural da Covilhã (constituído pelo Teatro Municipal da Covilhã e pelo Centro de Incubação e Apoio a Indústrias Culturais e Criativas), a Biblioteca Municipal da Covilhã, o Arquivo Municipal, Cinemas, Museus (Museu da Covilhã, Museu de Arte Sacra, Museu dos Lanifícios, Museu do Queijo, Centro Interpretativo da Cereja, Tinturaria – Galeria de Exposições, Casa-Museu do Paul, Museu Mineiro – "O Maior Gasómetro do Mundo", Casa dos Magistrados), e também Equipamentos Desportivos que não só atraem os turistas como beneficiam quem vive no concelho (Complexo Desportivo, Circuito De Manutenção Parque Da Floresta, Circuito De Manutenção Da Ubi, Piscina Municipal, Piscina-Praia e aparelhos fitness dispersos por várias zonas da cidade).

A nível cultural, na rede de museus destacam-se o Museu de Lanifícios (Covilhã), tão importante pela emblemática tradição laneira da Cova da Beira, ou o Museu do Queijo (Peraboa), único na região, que permite conhecer o processo de fabrico de um dos melhores queijos do mundo (Queijo da serra), reconhecido internacionalmente. Mais recentemente, o concelho ganhou mais um museu com a abertura do Museu da Covilhã, local onde estão representadas todas as épocas de ocupação do território, fomentando em simultâneo uma reflexão sobre a atualidade e o futuro.

A nível desportivo, o Complexo Desportivo da Covilhã, um dos maiores e mais modernos da região centro, é um espaço privilegiado de formação, lazer e competição desportiva, que tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento desportivo da comunidade e servir de suporte à realização de competições nacionais e internacionais, bem como a realização de espetáculos culturais e recreativos.

No município da Covilhã, em 2019, 10,5% das despesas da autarquia destinaram-se à cultura e ao desporto, valor superior ao de 2009 (9,3% do total das despesas), o que mostra o investimento nesta área tão importante (Gráfico 8).

Gráfico 8 - Despesas em cultura e desporto em % no Concelho da Covilhã (Fonte: PORDATA 2021).



São várias as opções para os turistas, desde Hotéis, a Alojamento Local, Parques de Campismo, as Pousadas e, mais recentemente, o chamado Turismo no Espaço Rural.

A preocupação com o dinamismo económico reflete-se também na especialização da região, que tem apostado ao nível da promoção e/ou desenvolvimento de produtos ou serviços de qualidade. O Posto de Turismo da Covilhã, localizado na Praça do Município, pretende ser um auxílio a quem visita a cidade da Covilhã e procura a nossa região como destino turístico, permite através de inovadoras aplicações multimédia que aos visitantes fiquem a conhecer, não só a história do concelho da Covilhã, mas também as suas tradições e costumes. Apresenta também

roteiros interativos onde é possível fazer uma primeira visita aos principais locais de interesse do concelho, podendo também desta forma o visitante criar o seu roteiro de visita.

Dentro da lógica de afirmação regional a valorização da identidade sociocultural do Concelho assume um papel importante, no sentido de uma afirmação e promoção para o exterior através do aproveitamento dos recursos; produtos, atividades, condições de natureza geográfica, etc. A concertação entre as principais cidades dos concelhos limítrofes permite estabelecer a partir da organização e promoção de produtos e recursos da Região (promoção conjunta dos produtos de origem, turísticos, etc.).

Considerando que a nova competitividade urbana regional no atual contexto pós-industrial se centra no Turismo, a sua utilização como instrumento de desenvolvimento regional nada mais é do que o reflexo da sua importância, nomeadamente no plano económico, pela sua capacidade de dinamizar setores produtivos, gerar riqueza e empregos. Assim, o turismo é uma das principais atividades presentes neste território que se prende essencialmente com o facto de se situar na Encosta da Serra da Estrela apresentando uma grande variedade de biodiversidade e um património natural considerado um ex-líbris e um polo de grande atratividade.

Com o crescimento da cultura turística, a Serra da Estrela que sempre despertou o imaginário dos portugueses, tornou-se, a partir dos anos 80, um local de grande afluência a nível nacional, sobretudo na época de inverno para desfrutar da neve. A Serra da Estrela é uma zona de paisagem integrada no Parque Natural da Serra da Estrela, que após a sua constituição em 16 de julho de 1976 se instituiu como a maior área protegida em solo português.

Além da neve, da fauna e flora extraordinárias, o viajante é também atraído pela orografia de proporções colossais, bem como pela riqueza humana, cultural, histórica e gastronómica da região.

A Covilhã, pela sua proximidade ao ponto mais alto de Portugal Continental, aproveita-se da sua posição geográfica para se afirmar como a principal porta de entrada na Serra. Assim, na viragem do milénio, destaca-se no panorama regional como a cidade com maior oferta Hoteleira em torno do maciço central. Com o acentuar da procura turística, a fixação de jovens universitários formados, novos movimentos artístico-culturais e a criação de empresas deu-se a reinvenção de um local com mais de 800 anos de história.

A afirmação da Região Centro como destino turístico é fortemente tributária das políticas públicas de preservação e de valorização dos recursos do património cultural e natural, da qualidade das paisagens urbanas ou naturais, e da qualidade dos serviços, tal como se preconiza nas opções estratégicas do PROT CENTRO.

O Pólo de Desenvolvimento Turístico da Serra da Estrela que integra o destino de montanha de referência no país que constitui uma marca nacional, aposta no desenvolvimento de dois produtos: o Touring e o Turismo de Natureza. No Touring aposta-se na criação de rotas temáticas, enquanto que para o Turismo de Natureza, consideram-se como principais recursos a explorar, a existência do Parque Natural da Serra da Estrela e a existência de neve. O desenvolvimento deste Pólo deve, numa perspetiva de animação integrada do sector, inserir-se em iniciativas de cooperação com outros destinos turísticos vizinhos de natureza inter-regional e transfronteiriça (Douro Vinhateiro, Geoparque Naturtejo e Tejo Internacional).

4.2.8. Integração no Património Cultural

O património cultural, enquanto objeto identitário, atua como uma "realidade da maior relevância para a compreensão, permanência e construção da identidade nacional e para a democratização da cultura". Mas pelo seu carácter finito e frágil, e pela facilidade com que pode, para sempre, ser descaracterizado e destruído, deve ser cuidadosamente preservado e alvo de intervenções cuidadas de modo a que seja efetivo "o direito à cultura e à fruição cultural".

O património da Covilhã que, até ao momento, se encontra classificado, pouco reflete, não só quantitativa como qualitativamente, o passado histórico e o peso económico da cidade.

Assim, a valorização do seu património industrial assume uma elevada importância. Para além do significado histórico-cultural intrínseco de que o mesmo se reveste, o seu atual reconhecimento deve-se, sobretudo, ao peso simbólico que continua a carregar. Será a partir da década de oitenta que, à medida que se iniciava a brusca reconversão industrial e a terciarização da Covilhã, se passou a olhar atentamente para os vestígios que restavam da sua ancestral indústria de lanifícios e se valorizaram estes como a referência histórica por excelência da cidade. Mais de uma centena de unidades fabris, algumas delas ainda com as altas chaminés,

continuam a marcar uma forte presença na paisagem e a caracterizar o tecido urbano, constituindo os monumentos por excelência da cidade.

As intervenções de salvaguarda e preservação nela empreendidas estão a transformá-la numa "paisagem cultural evolutiva (considerada na sua dimensão dinâmica)", como é o caso da UBI, património cultural classificado, instalada no antigo edifício da Real Fábrica de Panos, uma importante manufacturas do Estado, fundada na Covilhã por D. José I, em 26 de junho de 1764. A sua criação deveu-se à política de fomento industrial do l. A Real Fábrica de Panos foi planificada com um carácter monumental, facto atestado pelas dimensões, materiais e cuidados de edificação. Este espaço permaneceu como manufacturas de lanifícios até ao último quartel do séc. XIX, tendo sido, a partir do ano de 1885, cedido pela Câmara Municipal da Covilhã, para instalação do Regimento de Infantaria 21, seguido do Batalhão de Caçadores 2, que ocupou o edifício até meados do séc. XX. A partir de 1973, depois de numa das suas áreas ter funcionado a Repartição de Finanças da Covilhã, todo o espaço foi destinado à instalação do Instituto Politécnico da Covilhã, que se encontra na origem da Universidade da Beira Interior. No ano de 1975, durante as obras de reabilitação do imóvel, foram postas a descoberto estruturas arqueológicas que pertenciam às Tinturarias da Real Fábrica de Panos. Foram posteriormente, classificadas como Imóvel de Interesse Público, pelo Dec. nº 28/82 de 26 de fevereiro.

O projeto de recuperação, restauro e musealização desta área foi elaborado pela Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial (APAI), tendo-se constituído deste modo o primeiro núcleo do Museu de Lanifícios, que foi inaugurado em 30 de abril de 1992.

Também a New Hand Lab, "espaço que promove a criatividade, a inovação e o empreendedorismo através da concretização de ideias, produtos e iniciativas. Pretende assumir-se como um espaço de promoção e divulgação dos recursos endógenos mais criativos e impulsionar a Covilhã e a Beira Interior no país e no mundo." Recuperou o edifício situado na Fábrica António Estrela / Júlio Afonso.

Estes são alguns exemplos do vasto património cultural que caracteriza a Covilhã, devidamente identificado e classificado pela Direção Geral do Património Cultural.

Não só de estruturas se constrói o Património Cultural, também o Pastel de Molho da Covilhã, com origem nos anos 20, é considerado património da gastronomia covilhanense. Os operários fabris não tendo tempo para fazer sopa, que também não aguentava muitos dias, substituíram-

na por estes pastéis, que depois de confecionados aguentam semanas, sem se estragar. Estas histórias e outras, que fazem parte da História da Covilhã, funcionam como plataforma de entrada de fluxos suscetíveis de desenvolvimento da Região.

O concelho da Covilhã, relativamente ao património cultural é balizado não só pelo PROT-Centro, como também pela Estratégia Regional Cultura 2030, que procurou "estabelecer uma Visão para o território que partindo da relação CULTURA-CRIATIVIDADE-RESILIÊNCIA DOS TERRITÓRIOS, viesse consubstanciar não apenas as legítimas ambições da Região no que às suas políticas culturais diz respeito, como potenciar os recursos endógenos que se identificam objetivamente como ativos específicos da Região, propondo simultaneamente respostas aos constrangimentos estruturais que até ao momento não foram plenamente solucionados do ponto de vista cultural e que exigem agora uma intervenção adequada para aproximar a região às grandes apostas e metas nacionais e europeias no domínio da Cultura e Criatividade".

4.2.9. Integração no Sistema Urbano Regional

O protagonismo da Covilhã no sistema urbano regional é-lhe conferido por vários fatores, alguns dos quais já referidos anteriormente, como a dimensão demográfica, empresarial, etc. Outros elementos, nomeadamente a dotação de algumas infraestruturas/equipamentos, causas e/ou consequências do seu nível de desenvolvimento, possuem uma importância regional e são determinantes para o desenvolvimento e dinamismo económico verificado neste concelho.

A materialização das apostas estratégicas e a construção do modelo territorial baseiam-se num conjunto de fundamentos que deverão constituir-se como referencial para o desenvolvimento do sistema urbano da Região Centro:

1. O sistema urbano regional está polarizado por um pequeno número de cidades. Em torno de cada cidade há um território onde gravitam outras aglomerações urbanas e espaços rurais. Estes territórios polarizados organizam-se em torno de mobilidades para o trabalho e o usufruto de comércio e serviços. Estes conjuntos estruturam subsistemas urbanos;
2. Os subsistemas urbanos não são estruturas fechadas, mas espaços de articulação de geometria variável. Há um potencial de concertação estratégica regional (entre os diferentes subsistemas

urbanos existentes na região) e com as regiões adjacentes (com o Norte, o Oeste e Vale do Tejo, o Alentejo e com as metrópoles) que deve ser dinamizado;

A Covilhã assume um importante protagonismo no sistema urbano da Região Centro. De acordo com o Plano Regional de Ordenamento do Território da Região Centro (PROT Centro), a Covilhã é um centro urbano regional (de 1º nível) e integra o subsistema da Beira Interior.

A estruturação do sistema urbano regional assenta em três níveis, em que o primeiro assenta numa forte articulação entre centros urbanos de 1º nível (centros urbanos regionais), nomeadamente - Aveiro, Coimbra, Figueira da Foz, Leiria, Viseu, Guarda, Covilhã e Castelo Branco), enquanto centros/fatores de amarração e organização territorial. Os centros urbanos de 2º nível (centros urbanos estruturantes, nomeadamente Ovar, Ílhavo, Águeda, Cantanhede, Pombal, Marinha Grande, Mangualde, Tondela, Seia, Gouveia e Oliveira do Hospital) e os centros urbanos de 3º nível (centros urbanos complementares que correspondem às restantes sedes de concelho), completam a rede regional de centros urbanos.

Os centros urbanos estruturantes têm funções de articulação urbana e são fundamentais no reforço da conectividade urbana e, por isso, dinamizadores do policentrismo regional nomeadamente na estruturação dos subsistemas urbanos. Os centros urbanos complementares têm uma função dominantemente municipal, garantindo uma oferta urbana essencial para a coesão territorial

Para além da estruturação por tipologias, o sistema urbano regional apresenta-se também estruturado em 5 subsistemas urbanos, sendo que o concelho da Covilhã integra o subsistema da Beira Interior, o qual se desenvolve ao longo da IP2/A23 e abrange Guarda, Belmonte, Covilhã-Fundão e Castelo Branco.

O traço distintivo e unificador deste subsistema é o facto de os núcleos urbanos distarem entre si apenas alguns minutos e serem polarizadores das áreas envolventes de baixa densidade. Este eixo é profundamente marcado por atividades industriais tradicionais, como o têxtil e os lacticínios, embora apresente atualmente uma estrutura funcional diversificada, com especial relevância para a vocação turística ligada sobretudo ao sistema montanhoso Serra da Estrela - Serra da Gardunha e aos valores patrimoniais existentes.

Relativamente à textura demográfica e de povoamento na Beira Interior, o destaque vai para o eixo Guarda, Covilhã/Fundão, Castelo Branco, com a marcação precisa dos três

aglomerados Guarda, Covilhã/Fundão, e Castelo Branco, e uma relativa rarefação nos espaços entre estes núcleos urbanos. Assim, a Cova da Beira é a unidade onde se verifica a maior difusão do povoamento fora dos aglomerados urbanos tradicionais. No que toca Concentrações Residenciais e de Emprego e Rede viária, no corredor urbano da Beira Interior, destacam-se a três polaridades servidas pelo IP2/A23, em torno de Castelo Branco, Covilhã/Fundão e Guarda, esta última numa posição estratégica de cruzamento entre os IP5/A25 e IP2/A23.

A componente de prospetiva económica e inovação é estruturante para o desenvolvimento dos "sistemas produtivos" da Região Centro. A estratégia alicerça-se em torno de 5 núcleos urbanos principais, Aveiro, Coimbra, Leiria, Viseu e do eixo urbano Guarda-Covilhã/Fundão-Castelo Branco, que estruturam três grupos territoriais distintos, mas complementares:

1. Territórios que, pela forte presença de unidades de Investigação e Desenvolvimento (I&D) relevantes para as fileiras produtivas, têm capacidade de produção e aptidão para a disseminação de conhecimento e de novas tecnologias (Baixo Vouga, Baixo Mondego e Cova da Beira);
2. Territórios que, embora produzam conhecimento e novas tecnologias em áreas específicas devido à presença de uma rede de Institutos Politécnicos e outros elementos do S&CT, têm essencialmente aptidão para apropriação de conhecimento e de novas tecnologias (Pinhal Litoral, Dão-Lafões e o Eixo Interior);
3. Territórios de baixa densidade cujas características requerem políticas públicas que reforcem a articulação com os principais núcleos de desenvolvimento e que requerem conhecimento específico sob a forma de bens públicos.

Guarda e Castelo Branco sobressaem pelas funções administrativas, Covilhã destaca-se pelos serviços do conhecimento ligados à oferta de ensino universitário, Fundão pela produção local de excelência como a cereja e Belmonte com uma forte presença da indústria têxtil. A cidade da Guarda, com a sua posição de charneira entre duas importantes vias (IP2/A23 e IP5/A25), a que acresce a linha ferroviária e a plataforma logística, tem um importante papel de ligação entre o litoral e o resto da Europa, muito especialmente com Espanha. A cidade de Castelo Branco, com o reforço das interconexões com o litoral e Lisboa, evidencia tendências para privilegiar as suas ligações com Pombal e Leiria, e com a metrópole.

Seguidamente, apresentam-se algumas características associadas aos principais núcleos de amarração da estratégia, as quais estruturam o modelo proposto e orientam as propostas de Acão territorialidades. Os núcleos foram agrupados em três áreas que, apesar de distintas, apresentam alguma homogeneidade interna: Centro Litoral, Núcleos Urbanos do Interior, Áreas de Baixa densidade. Os núcleos Urbanos do Interior Eixo da Beira Interior (Guarda – Covilhã/Fundão – Castelo Branco), onde se integra a Covilhã, é um eixo de desenvolvimento que se apresenta como fundamental na estruturação e amarração das políticas de desenvolvimento territorial do interior da Região Centro. Além de possuir capacidade de criação de conhecimento e de formação superior, tem uma forte representatividade de emprego nas fileiras Agroalimentar e da Moda. Acresce, ainda, o potencial de crescimento e desenvolvimento de serviços e cuidados de saúde.

Forma-se, assim, uma "armadura urbana" de nível regional constituída por Guarda, Covilhã/Fundão e Castelo Branco, unidas pelo IP2/A23, onde se concentram as funções de serviços de maior nível de especialização, diversidade e escala e também as maiores áreas industriais e logísticas. Esta tríade contém algumas diferenças:

- Guarda é um nó de ligação entre o IP2/A23 e o IP5/A25, entre litoral e interior e bem posicionada nas ligações inter-fronteiriças;
- Covilhã e Fundão, vindos da tradição têxtil da Beira Serra, inscrevem-se na pequena constelação dispersa da zona agrícola da Cova da Beira e mesmo não sendo capitalidade distrital, Covilhã apresenta um perfil de especialização muito interessante e de grande importância na estruturação da região;
- Castelo Branco, capitalidade distrital, possui uma boa ligação ao Vale do Tejo e mantém uma boa atratividade industrial que se pretende reforçar com potencial para reforçar as ligações transfronteiriças.

A fragilidade urbana desta área deve ser contrariada com a implementação de medidas de políticas que ajudem a estruturar esta área. Por um lado, reforçando a prestação de serviços através de uma oferta eficiente de serviços móveis, por outro lado, investindo nos centros urbanos, O fundamental é contribuir para a melhoria da equidade na distribuição de serviços, e desta forma reforçar a coesão territorial. A Região Centro é, assim, um território de múltiplas geometrias de relacionamento: Castelo Branco tende cada vez mais para ocidente e para a

metrópole de Lisboa, enquanto que a Guarda pende para ocidente e pode vir a interligar-se com o Douro. A Covilhã, está, portanto numa zona privilegiada e que lhe permite assumir um papel determinante na organização do território nacional na conectividade inter-regional (Figura 19).

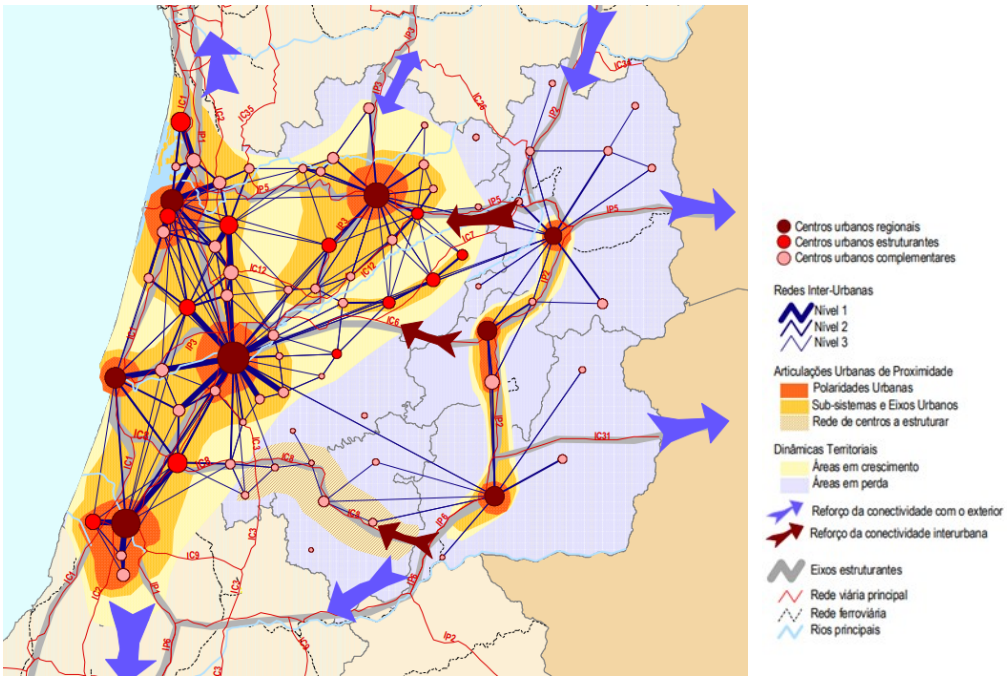


Figura 7 - Centros Urbanos na Região Centro (Fonte: PROTC 2011).

4.2.10. Integração no Quadro da Mobilidade e das Interdependências Regionais

A mobilidade no Concelho da Covilhã tem como objetivos facilitar o deslocamento das pessoas e bens na cidade, com o objetivo de desenvolver atividades económicas e sociais no perímetro urbano de cidades, no concelho e em zonas externas ao concelho. Abrange o Sistema de Transportes Públicos, a Configuração e estado da rede viária, o Estacionamento, Pontes e Elevadores.

As deslocações pendulares traduzem a grande capacidade polarizadora da Covilhã, naturalmente, sobre os municípios vizinhos (em particular Fundão e Belmonte), mas também, sobre concelhos como Castelo Branco e Guarda ainda na envolvente próxima (capitais de distrito com os quais estabelece relacionamentos de proximidade e institucionais mais significativos), e mais distantes, e para referir os mais importantes mas ainda com representatividade sobre Viseu, Coimbra e Leiria. Por outro lado, os concelhos que maior atração exerce sobre a população da Covilhã são o Fundão, Castelo Branco, Belmonte, Guarda e Lisboa.

4.2.10.1. Mobilidade

4.2.10.1.1. Sistema de Transportes Públicos

De forma a responder às necessidades de mobilidade, este serviço visa articular as deslocações de proximidade das populações dos bairros, com o sistema de transporte público, de modo a facilitar as deslocações a todos os cidadãos.

O Município da Covilhã, atualmente, tem duas prestações de serviço: uma na Grande Covilhã, assegurada pela TRANSDEV - TRANSPORTES URBANOS DA COVILHÃ, e outra que responde às necessidades no restante concelho, assegurado pela AUTO TRANSPORTES DO FUNDÃO, Lda (para Sul) e Transdev – transportes Urbanos da Covilhã, para Norte.

Assim, pretende-se a integração de todos os meios de transporte disponíveis na "*Cidade neve*" num único sistema de passes municipais, ficando assim autocarros, elevadores, estacionamento e bicicletas elétricas (cujas infraestruturas para circulação estão a ser construídas) todas entregues à mesma concessionária. O plano é reunir todas as possibilidades de deslocação num único passe, que passa a estar disponível também através de uma aplicação para telemóvel. O

novo sistema inclui gestão de elevadores, novas taxas de estacionamento, implementação de bicicletas elétricas, novas ligações à Torre e Penhas da Saúde, mais descontos nos passes municipais, e novos percursos rodoviários urbanos e suburbanos tais como o reforço das ligações suburbanas entre a cidade e as vilas do Tortosendo e do Teixoso, entre outros. Incluem-se aqui o silo da praça do município e do Sporting da Covilhã. Haverá também novas taxas de estacionamento nas zonas do centro comercial da Estação, na avenida do pavilhão ANIL e Alameda Europa (que liga ao Serra Shopping).

O Novo Sistema de Mobilidade contempla a bilhética integrada, uma nova aplicação de telemóvel polivalente, a concessão de uma rede de bicicletas elétricas, já em funcionamento, e passes gratuitos para todos os estudantes, além de descontos de 50 por cento na rede de transportes para portadores do Cartão Social Municipal.

4.2.10.1.2. Configuração e Estado da Rede Viária

Para haver redes e serviços de transportes adequados aos cidadãos é necessário existirem condições de acessibilidade a essa mesma rede, por este motivo e porque uma rede viária em condições é um dos principais motivos que potenciaram o seu desenvolvimento urbano REQUALIFICAÇÃO DA REDE VIÁRIA, isto é, as vias que servem o concelho da Covilhã, são atualmente alvo de atenção, estando muitas delas a ser melhoradas através de medidas como: nivelar e asfaltar a via, requalificar arruamentos e passeios, reordenar o estacionamento, colocar nova sinalização vertical, de forma a melhorar a segurança e a mobilidade global.

4.2.10.1.3. Estacionamento

Estacionamentos Ar Livre

Tabela 5 - Número de lugares de estacionamento por local no Concelho da Covilhã (Fonte: Município da Covilhã 2021).

NÚMERO DE LUGARES	LOCAL
49 Lugares	Av. Frei Heitor Pinto (desde o infantário Bolinha de Neve ao cruzamento da Rua dos Bombeiros - Campo das Festas)
18 Lugares	Zona envolvente ao Jardim Público
11 Lugares	Zona envolvente ao Jardim Público
10 Lugares	Zona envolvente ao Jardim Público
15 Lugares	Largo 1º de Dezembro
22 Lugares	Rua António Augusto Aguiar
25 Lugares	Av. Marquês D'Ávila e Bolama
13 Lugares	Av. Marquês D'Ávila e Bolama e Calçada de São Martinho (junto à Biblioteca da UBI)

Silos Auto

Tabela 6 - Silos por local no Concelho da Covilhã (Fonte: Município da Covilhã 2021).

SILO AUTO	LOCAL
Silo do Sporting	Av. Visconde da Coriscada
Silo Auto Praça do Município	Av. Visconde da Coriscada
Silo Auto Mercado Municipal	Rua António Augusto de Aguiar
Silo Auto da Estação	Largo da Estação

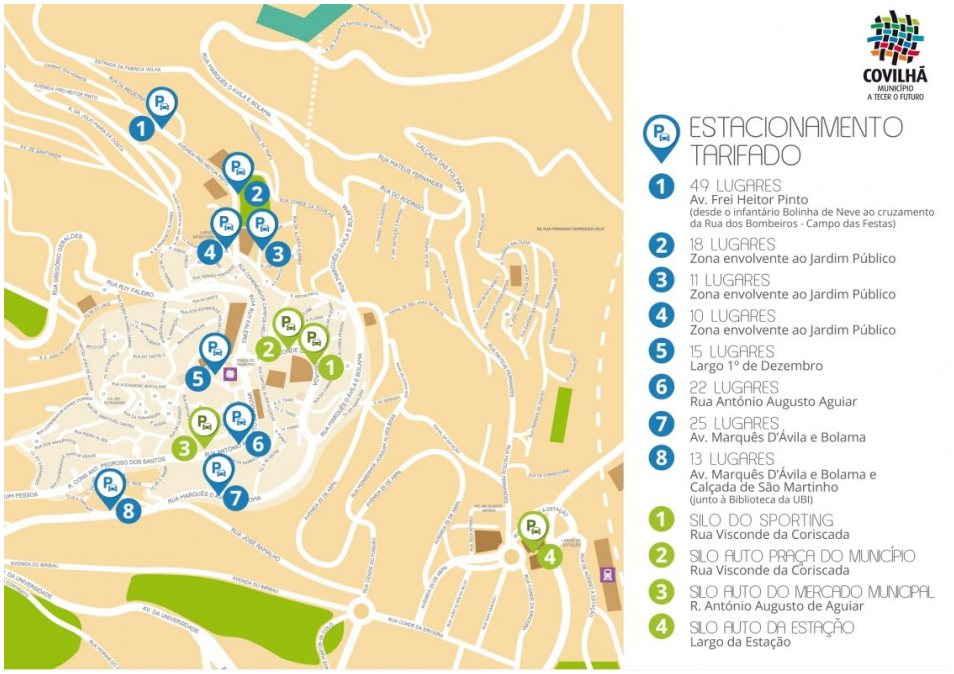


Figura 8 - Mapa de identificação dos estacionamentos e dos silos no Concelho da Covilhã (Fonte: Município da Covilhã 2021).

4.2.10.1.4. Pontes e Elevadores

Todos os Funiculares e Elevadores fazem parte do Plano de Mobilidade Pedonal, têm uma cabine panorâmica e são de utilização gratuita, segundo o Município da Covilhã.

- Elevador De Santo André;
- Elevador Da Goldra;
- Funicular De São João;
- Elevador Do Jardim;
- Ponte Sobre A Ribeira Da Carpinteira.

4.2.10.1.5. Mobilidade para pessoas com deficiência

Nas cidades os desafios são muitos para as pessoas com deficiência, temos vias despreparadas, falta de sinalização, ausência de acesso e até meios de transporte públicos sem condições para oferecer a esta fatia da população. Atenta a esta realidade o Município da Covilhã criou respostas de acessibilidade e de inclusão para todo o tipo de pessoas. Servem de exemplo Teatro Municipal da Covilhã, recentemente reabilitado, que adaptou a calçada existente criando rampas de acesso, e ainda o novo Museu da Covilhã, cujo mote de desenvolvimento foi "*criar igualdade de oportunidades*" e possibilitar o "*acesso de todas as pessoas aos espaços e conteúdos minimizando barreiras não só físicas como intelectuais e sociais*". Este edifício que anteriormente continha vários obstáculos à acessibilidade, embora tenha mantido a sua fachada, foi renovado e adaptado no seu interior. Dotou-se o edifício com vários pisos, de condições para acesso a pessoas com mobilidade condicionada, inclusive para invisuais.

4.2.10.1.6. Interdependências Regionais

É comum associar-se a Covilhã a uma forte integração na envolvente regional, fruto da sua capacidade atrativa ao nível do emprego, mas sobretudo ao nível do ensino, embora o exterior também atraia trabalhadores e estudantes da Covilhã, em volumes significativos.

As deslocações pendulares traduzem a grande capacidade polarizadora da Covilhã, naturalmente, sobre os municípios vizinhos (em particular Fundão e Belmonte), mas também, sobre concelhos como Castelo Branco e Guarda ainda na envolvente próxima (capitais de distrito com os quais estabelece relacionamentos de proximidade e institucionais mais significativos), e mais distantes, e para referir os mais importantes mas ainda com representatividade sobre Viseu, Coimbra e Leiria. Por outro lado, os concelhos que maior atração exerce sobre a população da Covilhã são o Fundão, Castelo Branco, Belmonte, Guarda e Lisboa.

Importa também referir que a Região Centro constitui indubitavelmente um espaço-canal crucial na conexão entre o Sul e o Norte do país, bem como entre o país e o estrangeiro. Nesta perspetiva, deve reconhecer-se que o esforço de investimento na construção ou melhoria das principais infraestruturas de alto débito que se localizam ou virão a localizar na Região Centro (caso da rede de alta velocidade ferroviária) serve propósitos que extravasam claramente o âmbito puramente regional. É neste contexto que se justifica uma aposta estratégica em infraestruturas suscetíveis de contribuir diretamente para a estruturação de uma base logística, capaz de reforçar a atratividade e a centralidade da Região no contexto nacional e internacional.

O protagonismo atribuído a esta aposta na competitividade regional não se deve fazer, porém, em detrimento de uma aposta igualmente clara no plano da coesão sócio territorial: se a competitividade é uma prerrogativa da sobrevivência regional num contexto de economia de mercado, a coesão é um imperativo para a garantia da qualidade de vida e para a prevenção/mitigação de situações de exclusão. Contudo, também aqui importa ter presente não só os constrangimentos ao nível da disponibilidade de recursos mas, também (e sobretudo), a necessidade de clarificar as prioridades e as formas possíveis de intervenção; significa, no fundo, encontrar alternativas mais eficazes e eficientes relativamente às tipologias tradicionais de promoção da equidade sócio territorial, baseadas num «*intenso investimento na infraestruturação física e social de muitos lugares, aldeias e vilas de áreas remotas, sempre na perspetiva de uma recuperação demográfica*».

Por último, tanto na perspetiva da competitividade como da coesão, importa que as intervenções no sistema de transporte potenciem o carácter policêntrico do sistema urbano da Região Centro. Sendo certo que persistem limitações de cariz infraestrutural que deverão ser colmatadas, entende-se que é sobretudo para a promoção de padrões de mobilidade mais sustentáveis que se deve apontar com maior prioridade, o que significa lançar as bases e criar as condições para a implementação de sistemas intermunicipais de transporte público mais eficazes e eficientes.

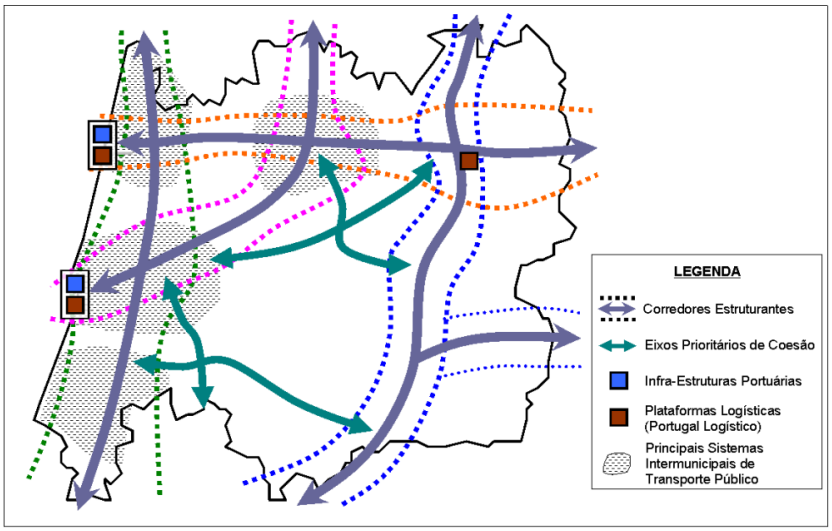


Figura 9 - Interdependências Regionais na região centro (Fonte: PROTC 2011).

4.2.11. Integração no Quadro das Acessibilidades

4.2.11.1. Plano Rodoviário

A questão das acessibilidades e dos transportes é fundamental para a avaliação do grau de integração de um qualquer concelho ao nível supralocal, já que constitui um fator que, tantas vezes, condiciona ou fomenta afinidades e complementaridades entre regiões, facilitando a sua afirmação regional. Esta só pode ser concretizada através do estabelecimento de uma rede de transportes e acessibilidades realmente eficaz, em que se proceda à articulação dos níveis regional e nacional.

No concelho da Covilhã destacam-se então as seguintes vias de estruturação da acessibilidade externa:

- A A23 (IP2), que embora atravesse de forma quase marginal o concelho (no seu setor nascente) é o seu principal eixo de acessibilidade, assegurando ligações aos principais centros urbanos regionais (de forma direta a Castelo Branco e Guarda, e indireta a Coimbra e Leiria) e nacionais (nomeadamente a Lisboa e Porto, por intermédio de outras vias integradas na rede fundamental);
- EN18/EN18 (desclassificada): Ervidel–Guarda, esta via constitui um dos principais eixos de acessibilidade inter e intraconcelhia, permitindo ligações de nível nacional e regional, aos centros urbanos da Guarda, Fundão e Castelo Branco; a via integra a Rede Nacional de Estradas de Portugal, embora o troço que atravessa o concelho da Covilhã tenha sido desclassificado;
- EN230 (desclassificada): Venda de Galizes–Covilhã, este eixo que atravessa o centro urbano da Covilhã continua a ser um eixo fundamental na coesão suprarregional e intrarregional, apesar da sua desclassificação enquanto via da rede nacional. Encontrando-se ainda prevista a construção, no futuro, da IC6, via essencial para a melhoria da ligação entre Coimbra e Covilhã, venha a integrar, em parte, esta via (após beneficiação), porém não há qualquer previsão de quando tal possa vir a ocorrer, o que apenas reforça a necessidade de manter as boas condições de circulação neste eixo;
- ER339: Seia – Covilhã, o traçado desta via parte da cidade da Covilhã e assegura a ligação ao vizinho concelho de Seia, atravessando a Serra da Estrela, constituindo-se assim como o principal eixo de acesso (a partir da Covilhã) a este polo turístico nacional.

Embora não sirva de forma direta o concelho, atendo à proximidade a que este se encontra, também o IP5/A25 (Aveiro-Vilar Formoso), contribui de forma decisiva para a acessibilidade nacional do concelho. Trata-se talvez do mais importante eixo transversal no contexto nacional, existente no setor centro-norte do concelho, promovendo a ligação aos centros urbanos de Aveiro, Viseu e Guarda, bem como à fronteira de Vilar Formoso.

Atendendo à inserção concelhia na rede exterior e ao conjunto de acessibilidades externas asseguradas, a A23 assume hierarquicamente as funções mais relevantes. Esta via, que integra a rede nacional de autoestradas, que atravessa os distritos da Guarda, Castelo Branco, Portalegre e Santarém, e assegura a partir de um conjunto de outras vias integradas na rede

fundamental, a ligação à grande maioria dos centros urbanos nacionais. Destaca-se, contudo, uma relativa fragilidade das ligações ao sul do país.

Em termos de outros modos de transporte a Covilhã é atravessado pela Linha da Beira Baixa (Entroncamento - Linha do Norte/Guarda-Linha da Beira Alta), onde a CP assegura os serviços Intercidades e Regional, permitindo assim a ligação direta do concelho, por via ferroviária, a importantes centros urbanos do país (Lisboa, Santarém e Castelo Branco). De referir, porém, que a esta via se encontra desativada no troço entre Covilhã e Guarda, terminando o serviço prestado na estação da Covilhã.

Destaca-se ainda o Eixo TCT (Teixoso-Covilhã-Tortosendo) - estrada municipal, cuja principal função é garantir as ligações entre os aglomerados populacionais, possibilitando o acesso ao concelho de norte a sul.

Reflete claramente a importância das ligações à sede do concelho, uma vez que estas vias criaram novas zonas residenciais e de fácil acesso à cidade e a todo o concelho, gerando por um lado novos aglomerados e por outro lado a procura de habitação também nas freguesias a que dá acesso, como é o caso do norte do Canhoso e Teixoso e sul Boidobra e Tortosendo.

4.2.11.2. Plano Ferroviário

No que se refere a outros modos de transporte, a Covilhã é atravessado pela Linha da Beira Baixa (Entroncamento - Linha do Norte/Guarda-Linha da Beira Alta), onde a CP assegura os serviços Intercidades e Regional, permitindo assim a ligação direta do concelho, por via ferroviária, a importantes centros urbanos do país (Lisboa, Santarém e Castelo Branco) – Figura 14.

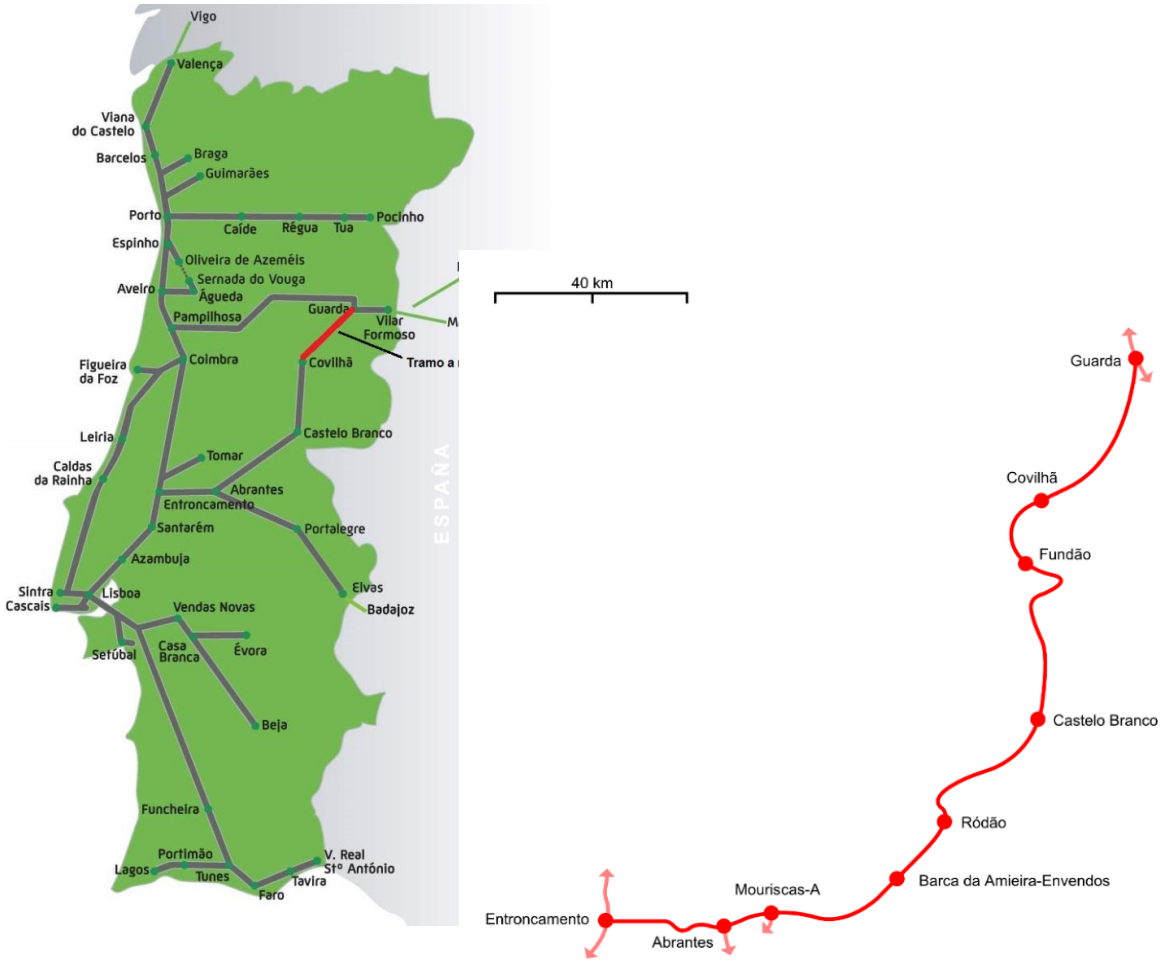


Figura 10 – Linha da Beira Baixa.

O troço ferroviário da Linha da Beira Baixa entre as cidades da Guarda e da Covilhã, que estava fechado desde 2009, reabriu em 2021, dando uma nova resposta às necessidades de mobilidade das populações e que se traduz numa oferta integrada dos serviços Intercidades e Regional das Linhas da Beira Baixa e Beira Alta. A obra permitiu, entre outros trabalhos, renovar integralmente 36 dos 46 quilómetros do troço (dez já estavam intervencionados), bem como a reabilitação de seis pontes centenárias, a remodelação de estações e apeadeiros, drenagem e estabilização de taludes e a iluminação e automatização e supressão de passagens de nível. Atualmente, circulam, entre a Covilhã e a Guarda, oito comboios Intercidades (quatro por sentido) e mais quatro comboios Regionais (dois por sentido), que vão efetuar paragem em todas as localidades, situadas entre as duas cidades. Na Guarda faz ligação à Linha da Beira Alta

estabelecendo assim uma ponte de ligação com o Porto, Coimbra, Espanha e restantes países europeus.

4.2.11.3. Plano Aéreo

O aproveitamento do aeródromo da Covilhã sempre foi considerado como um elemento importante na acessibilidade da Covilhã e de alavancagem do desenvolvimento económico do município, porquanto reforçaria o papel da Covilhã enquanto centro de entrada da Beira Interior. No entanto, no momento presente, o Aeródromo Municipal da Covilhã encontra-se desativado e ocupado pelo Data Center.

Para efeitos de combate a incêndio, indica-se a existência de uma infraestrutura na freguesia de Cortes do Meio, que poderá evoluir futuramente para uma utilização que extravasa unicamente estes fins.

4.2.12. Integração no Sistema de Proteção e Valorização Ambiental

Os Sistemas de Proteção e Valorização Ambiental são constituídos pelas áreas com importância para a conservação dos recursos e do património natural e paisagístico e, num sentido mais lato, para a preservação da integridade biofísica e cultural do território.

As principais implicações do sistema de proteção e valorização ambiental, quer ao nível dos sistemas estruturantes do modelo territorial quer ao nível das políticas sectoriais, traduzem-se num conjunto de medidas de orientação e utilização do solo que visa garantir a articulação e compatibilização entre usos e funções do território, bem como no reforço das infraestruturas necessárias para garantir adequados níveis de atendimento e de qualidade dos serviços ambientais prestados às populações e às atividades económicas.

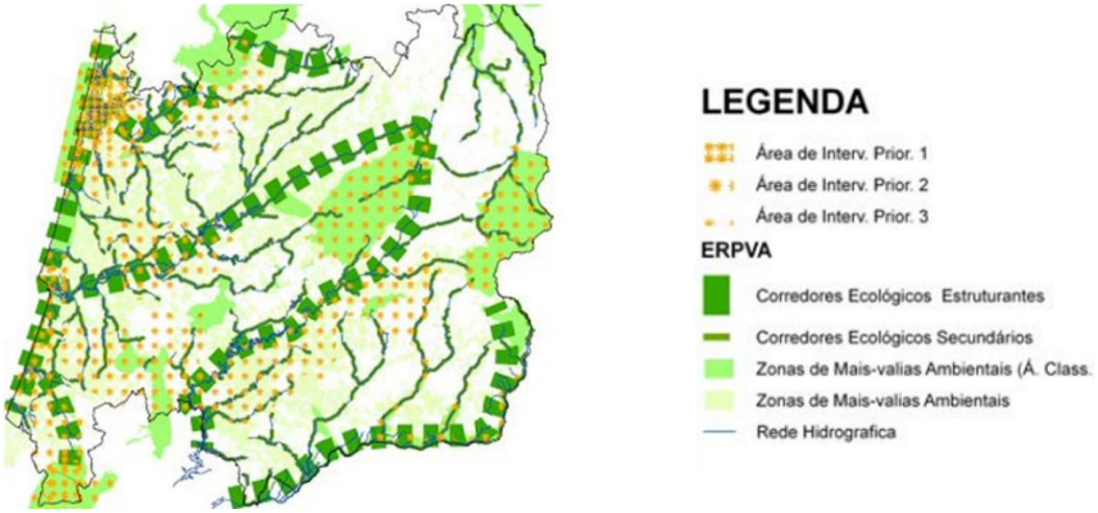


Figura 11 - Sistema de Proteção e Valorização Ambiental na Região Centro (Fonte: PROTC 2011).

A Região Centro e, consequentemente, a Covilhã, integra um importante conjunto de áreas de elevado valor ecológico/ambiental/hidrológico. Apresenta, no entanto, fatores de degradação e poluição ambiental que afetam de forma significativa os recursos e valores naturais, que requerem ações concertadas de diferente grau de prioridade, em diferentes sectores: qualidade do ar e alterações climáticas; recursos hídricos e infraestruturas ambientais; resíduos, solo; florestas; paisagem; zona costeira; conservação da natureza e biodiversidade.

No que respeita os recursos hídricos, a Região Centro dispõe das principais reservas de água com origem exclusivamente nacional, que registam, no entanto, níveis elevados de poluição possuindo passivos ambientais cuja abordagem integrada é urgente.

A Covilhã é, sem dúvidas, uma área com elevado valor ecológico/ambiental/hidrológico, sendo a Serra da Estrela uma das suas maiores riquezas.

A Serra da Estrela apresenta um património natural e cultural bastante rico e peculiar que justificou a classificação de uma vasta área do maciço como Parque Natural em 1976, a atribuição do estatuto de Reserva Biogenética em 1992 e a inclusão da maioria das áreas desta Serra na Rede Natura 2000.

Também a integração na Rede Natura 2000, fundamental na defesa da biodiversidade, está inserida na Rede Ecológica Europeia e tem como objetivo proteger os habitats naturais e a fauna e flora selvagens, mostra a importância que a proteção e a valorização ambiental têm no concelho da Covilhã. A Rede Natura 2000 inclui:

- os sítios estabelecidos a partir dos critérios das áreas classificadas como Zonas Especiais de Conservação (ZEC);
- as Zonas de Proteção Especial (ZPE).

Importa ainda referir que, foi ainda aprovado, em Reunião de Câmara, a 10 de setembro de 2021, a adoção de um modelo de Cogestão para o Parque Natural Serra da Estrela que tem como objetivo incluir os municípios e outros parceiros locais na gestão das áreas protegidas.

4.2.13. Integração no Sistema de riscos naturais e tecnológicos.

A projeção dos processos naturais e a decorrente de ações e processos tecnológicos aparece expressa na Figura 17, espacializando os graus superiores de suscetibilidade para a Região Centro.

O espaço de interface Litoral/Interior, onde transparece a elevada suscetibilidade relacionada com os processos de geodinâmica externa, nomeadamente os movimentos de massa e as cheias/inundações, e com menor incidência com a sismicidade. Constitui ainda um espaço em

que as condições meteorológicas extremas refletem índices elevados de suscetibilidade relacionados com as ondas de calor e frio, e com os incêndios florestais. Verifica-se uma incidência pontual dos processos meteorológicos relativos à precipitação de neve e a episódios extensivos de gelo. Este espaço é ainda identificado pela expressão elevada a muito elevada da suscetibilidade relacionada com o transporte mercadorias perigosas, distribuição energética, bem como da decorrente das atividades industriais e comerciais com matérias perigosas. Reflete ainda pontualmente a perigosidade relacionada com áreas mineiras abandonadas ou degradadas. A vulnerabilidade social versus a densidade populacional exposta apresenta índices elevados, nomeadamente a norte, e reflete o carácter policêntrico da estruturação e organização municipal.

Relativamente ao risco de Incêndios Florestais, foi aprovado 25 de junho de 2021, o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) do Município da Covilhã, para vigorar entre 2021 e 2030, publicado pelo Aviso n.º 13156/2021, no Diário da República II Série - N.º 134 de 13 de julho de 2021.

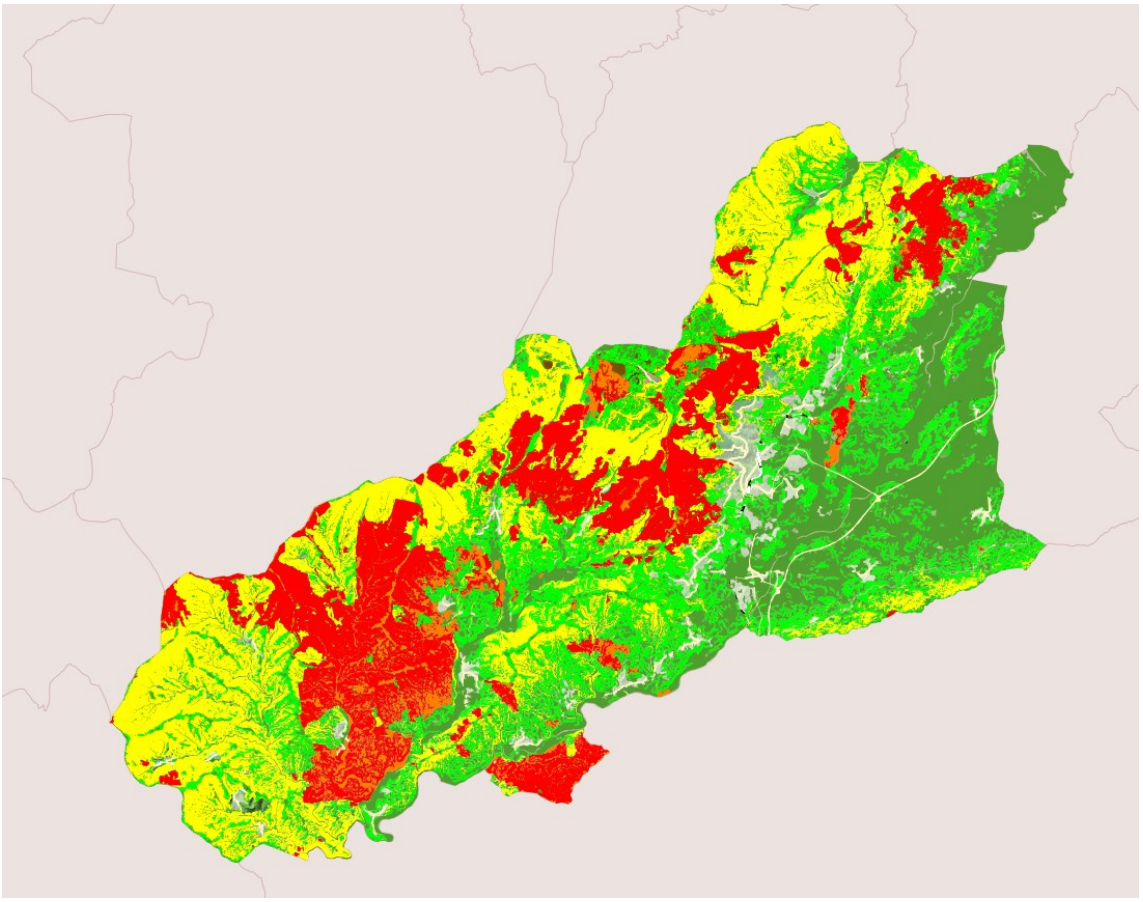


Figura 12 - Carta de Perigosidade de Incêndio Florestal no Concelho da Covilhã (Fonte: PMDFCI 2021).

O Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil do Município da Covilhã[4] é um documento regulador para orientação e atuação dos diversos organismos, serviços e estruturas disponíveis no empenho de meios para situações no âmbito da proteção civil. A reposição da normalidade das áreas afetadas constitui outro dos seus objetivos, de forma a minimizar os efeitos de um acidente grave ou catástrofe sobre as pessoas, bens e o ambiente. Este é um plano geral, pois foi elaborado para enfrentar a generalidade das situações de emergência que se admite no âmbito territorial e administrativo do Município da Covilhã.

Estes planos permitem que o Concelho da Covilhã fazer face aos riscos a que o concelho está sujeito e, assim, salvaguardar a segurança das pessoas, dos seus bens e do ambiente.

[4] Aviso n.º 1219/2021, de 19 de janeiro de 2021.

4.3. Covilhã no Futuro

Estamos, assim, em presença de um território marcado por contrastes físicos, que tem sido capaz de valorizar as vantagens da localização e da posição num contexto regional e de proximidade aos centros urbanos de Castelo Branco e Guarda. É neste sentido que foram definidos os objetivos estratégicos da Revisão do PDM da Covilhã, já mencionados, e que as políticas a definir e as decisões a tomar devem ser perspetivadas, tendo em atenção o contexto da análise realizada e as tendências detetadas com respostas através de medidas inovadoras, bem como um PDM adaptado e atualizado.

O mundo está a mudar e, com ele, muitas transformações têm surgido. A tecnologia entrou a uma velocidade quase incontrolável na vida das cidades. Colocam-se sensores, automatizam-se serviços, procura-se a eficiência energética, reorganiza-se a mobilidade, criam-se e instalam-se aplicações para gerir o dia-a-dia e podemos afirmar, sem dúvida, que as cidades estão mais inteligentes e a Covilhã não é exceção.

- A melhoria da oferta do transporte público (em termos de frequências, tarifários e qualidade de serviço), a intermodalidade, a adequação dos espaços públicos aos modos ativos de locomoção ou a economia de partilha de veículos.
  - Os transportes públicos deverão ser frequentes e acessíveis a pessoas com mobilidade reduzida. As redes de equipamentos deverão igualmente responder às exigências de uma população condicionada do ponto de vista da mobilidade, implicando um reforço da oferta de proximidade de diferentes serviços sociais e coletivos.
- Uma cidade dotada de serviços de proximidade e confortável para quem nela vive, com por exemplo parques e jardins deverão ser acolhedores, providos de equipamentos de apoio e de espaços de repouso, tornando-a melhor preparada para enfrentar o desafio demográfico. Nesse sentido, é exigido um esforço crescente de adaptação às necessidades de uma população cada vez mais idosa, requerendo um investimento considerável em múltiplos domínios de intervenção.
- O envelhecimento da população exige, igualmente, um esforço de adaptação considerável por parte das empresas e instituições de solidariedade social, na medida em que confronta múltiplos

agentes com a necessidade de desenvolver serviços e tecnologias cada vez mais dirigidas a este segmento da população.

- Sendo os idosos um dos grupos mais vulneráveis a condições ambientais extremas, o desafio do envelhecimento da população não é indissociável do desafio imposto pelas alterações climáticas, cujos efeitos são particularmente sensíveis nos meios urbanos. Este desafio coloca-se não apenas no plano da prevenção face aos riscos naturais como também através de uma atuação firme sobre as suas causas mais profundas.

- As cidades deverão melhorar a eficiência energética, ou mesmo produzir a sua própria energia a partir de fontes renováveis. Deverão melhorar os seus sistemas de distribuição e tratamento de água, incrementar a reciclagem de resíduos sólidos urbanos e desenvolver uma postura ativa em domínios como a economia circular. Deverão conciliar mobilidade e sustentabilidade, reduzindo a produção de gases de efeito de estufa através de um sistema de transportes públicos mais eficaz e atrativo e de uma repartição espacialmente mais equilibrada das funções urbanas.
- Deverão ainda promover a biodiversidade através de uma estrutura ecológica abrangente, integrando a naturalização dos espaços públicos, da preservação da permeabilidade dos solos e a criação de sistemas de retenção de água e de um vasto conjunto de parques e jardins de dimensão variável, ligados por “corredores” verdes.

A resposta aos desafios colocados no plano social e ambiental, impostos pelas dinâmicas imobiliárias, pelo envelhecimento e pelas alterações climáticas, requer recursos financeiros, tecnológicos e humanos significativos, pelo que a sua viabilidade pressupõe um elevado dinamismo económico. O estímulo a uma economia do conhecimento centrada na criatividade e na inovação constitui, deste modo, um dos principais desafios.

Não constituindo, naturalmente, o único instrumento para lidar e responder de forma positiva aos desafios enunciados, a revisão do PDM propõe um modelo de organização e de funcionamento, que visa potenciar as oportunidades que se colocam no Concelho da Covilhã enquanto polo de concentração de pessoas, de ideias e de recursos, ao mesmo tempo que inclui soluções para os problemas – globais e locais – que se fazem sentir.

5. Instrumentos de Gestão Territorial de Âmbito Supramunicipal

A política de ordenamento do território e de urbanismo assenta no sistema de gestão territorial, que se organiza, num quadro de interação coordenada, nos âmbitos nacional, regional, intermunicipal e municipal e que se concretiza através dos instrumentos de gestão territorial correspondentes, salientando a diferenciação entre programas e planos territoriais.

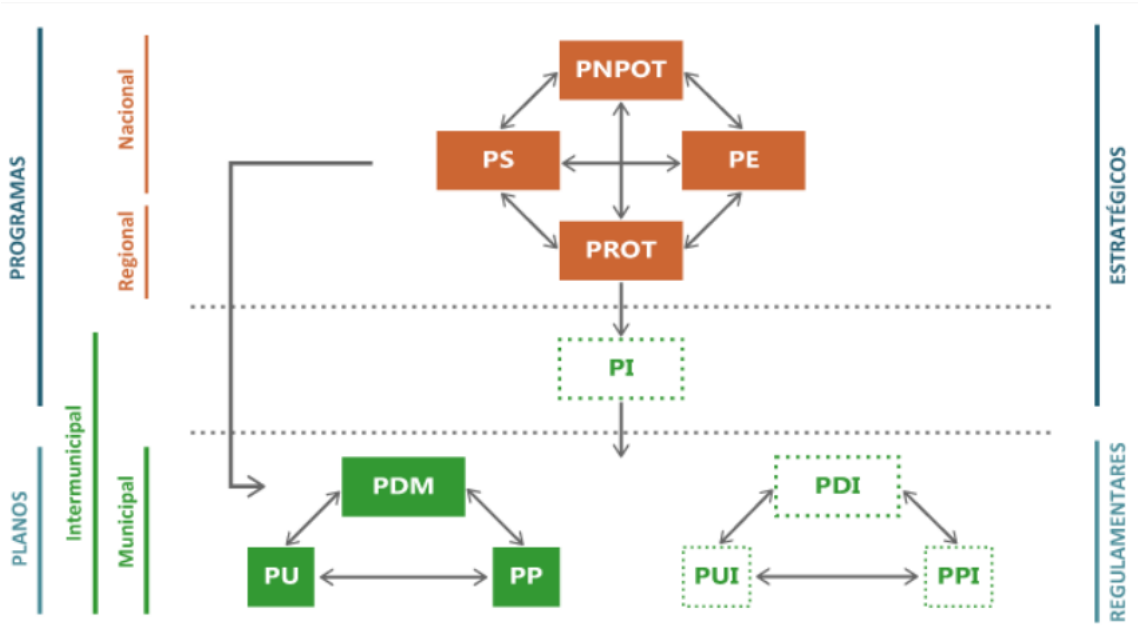


Figura 13 - Esquema dos Instrumentos de Gestão Territorial (Fonte: Direção Geral do Território).

Neste capítulo faz-se um enquadramento do concelho da Covilhã nos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT), de âmbito supramunicipal, com incidência no território. Assim, será efetuada uma síntese dos planos que se encontram em vigor, focando os seus principais objetivos e opções.

No território concelhio existem oito IGT, de âmbito supramunicipal:

- Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território – PNPOT[5];
- Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste (RH5) – PGRH5[6];
- Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis (RH4) – PGRH4[7];
- Plano Setorial da Rede Natura 2000[8];
- Plano de Ordenamento da Albufeira da Cova do Viriato – POACV[9];
- Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela – POPNSE[10].

Importa ainda referir que sobre este território pendem as orientações emanadas dos seguintes planos:

- Plano Nacional da Água – PNA[11];
  - O PNA pretende, deste modo, ser um plano abrangente, mas pragmático, enquadrador das políticas de gestão de recursos hídricos nacionais, dotado de visão estratégica de gestão dos recursos hídricos e assente numa lógica de proteção do recurso e de sustentabilidade do desenvolvimento socioeconómico nacional. A gestão das águas deverá prosseguir três objetivos fundamentais:

[5] Publicado pela Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro.
[6] Aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 52/2016, de 20 de setembro;
[7] Aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 52/2016, de 20 de setembro;
[8] Revisão da Transposição para a ordem jurídica interna da Diretiva n.º 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de abril e da Diretiva n.º 92/43/CEE, do Conselho de 21 de maio, foi efetuada pelo Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril;
[9] Publicado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 42/2004 de 31 de março;
[10] Publicado pela Resolução de Conselho n.º 83/2009, de 9 de setembro; Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior, aprovado pela Portaria n.º 55/2019, de 11 de fevereiro;
[11] O enquadramento e os objetivos do Plano Nacional da Água (PNA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 76/2016, encontram-se definidos no artigo 28.º da Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, alterada e republicada pelo Decreto-Lei n.º 130/2012, de 22 de junho, vulgarmente designada Lei da Água (LA). O Decreto-Lei n. e os objetivos do Plano Nacional da Água (PNA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 76/2016, encontram-se definidos no artigo 28.º da Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, alterada e republicada pelo Decreto-Lei n.º 130/2012, de 22 de junho, eu um quadro de ação comunitária no domínio da política da água, definindo os seus objetivos, princípios e preceitos normativos, entre os quais se destacam os planos de gestão de região hidrográfica (PGRH) e os programas de medidas (PM). Assim, o PNA adota as definições constantes da Diretiva-Quadro da Água e da LA, observando os objetivos fixados pelo ordenamento europeu e as demais normas decorrentes da legislação nacional aplicável.

1. a proteção e a requalificação do estado dos ecossistemas aquáticos e dos ecossistemas terrestres, bem como das zonas húmidas que deles dependem, no que respeita às suas necessidades de água.
2. a promoção do uso sustentável, equilibrado e equitativo de água de boa qualidade, com a afetação aos vários tipos de usos, tendo em conta o seu valor económico, baseada numa proteção a longo prazo dos recursos hídricos disponíveis.
3. o aumento da resiliência relativamente aos efeitos das inundações e das secas e outros fenómenos meteorológicos extremos decorrentes das alterações climáticas.

- Plano Rodoviário Nacional – PRN[12]:

  - É o instrumento regulador das infraestruturas rodoviárias nacionais, otimizando as condições da ocupação do solo e do ordenamento do território, tendo sempre subjacente a minimização dos impactes ambientais, o interesse público e o das populações em particular. As alterações inseridas pelo Decreto-Lei n.º 182/2003 de 16 de agosto adveio da necessidade de uma atualização do PRN, de modo a ajustar as designações e correspondentes descritivos, bem como redefinir e reclassificar algumas infraestruturas após desenvolvimento de novas infraestruturas rodoviárias, permitindo otimizar a gestão da rede rodoviária nacional.

    Embora não se trate de um IGT merece também referência a recentemente elaborada Estratégia Integrada de Desenvolvimento Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela 2020 (janeiro 2015), documento de abrangência sub-regional (NUT III), que se pretende enquadrador da estratégia de desenvolvimento regional a promover no contexto do atual quadro comunitário de apoio (PT2020).

[12] Decreto-Lei n.º 222/98, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 98/99, de 26 de julho, pela Declaração de Retificação n.º 19-D/98, de 31 de outubro e pelo Decreto-Lei n.º 182/2003, de 16 de agosto.

5.1. Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território

O Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território – PNPOT13 é o instrumento de topo do sistema de gestão territorial, que define objetivos e opções estratégicas de desenvolvimento territorial e estabelece o modelo de organização do território nacional. Constitui-se, assim, como o quadro de referência para os demais programas e planos territoriais e como um instrumento orientador das estratégias com incidência territorial.

O PNPOT foi criado pela Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo de 1998, com o objetivo de dotar o país de um instrumento competente para a definição de uma visão prospetiva, completa e integrada da organização e desenvolvimento do território e pela promoção da coordenação e articulação de políticas públicas numa base territorializada. A sua mais recente alteração teve como objetivos a elaboração do novo programa de ação para o horizonte 2030, no contexto de uma estratégia de organização e desenvolvimento territorial de mais longo prazo suportada por uma visão para o futuro do País, que acompanha o desígnio último de alavancar a coesão interna e a competitividade externa do nosso País e, também, o estabelecimento de um sistema de operacionalização, monitorização e avaliação capaz de dinamizar a concretização das orientações, diretrizes e medidas de politica e de promover o PNPOT como referencial estratégico da territorialização das políticas públicas e da programação de investimentos territoriais financiados por programas nacionais e comunitários.

O PNPOT é composto por três documentos:

1. Diagnóstico:

a. Capítulo 1 – Portugal no Mundo;

b. Capítulo 2 - Caracterização da Organização, das Tendências e do Desempenho do Território;

c. Capítulo 3 – Mosaicos territoriais;

[13] Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro, retificada pelas Declarações de Retificação n.º 80-A/2007, de 7 de Setembro, e n.º 103-A/2007, de 23 de Novembro) dando lugar à primeira revisão do PNPOT – Lei n.º 99/2019 publicada no Diário da República n.º 170/2019, Série I de 5 de setembro.

d. Capítulo 4 – Sistema de Gestão Territorial;

e. Capítulo 5 - Problemas do Ordenamento do Território.

2. Estratégia e Modelo Territorial:

a. Reflete as Mudanças Críticas a longo prazo (2050);

b. Desenvolvem-se as tendências emergentes em matéria de alterações climáticas, sociodemográficas, tecnológicas e económico-sociais;

c. Identificam-se os fatores críticos de mudança, os seus impactos e as tendências territoriais num cenário de inação;

d. Partindo da identificação dos Princípios orientadores da Coesão Territorial, desenvolvem-se os Desafios Territoriais que representam as grandes orientações estratégicas do PNPOT que se subdividem-se em 15 políticas de base territorial que vão informar o Modelo Territorial;

e. O Modelo Territorial estabelece o modelo de organização espacial, considerando 5 Sistemas: o Sistema Natural, o Sistema Social, o Sistema Económico, o Sistema de Conetividades e o Sistema Urbano.

São também sistematizadas as Vulnerabilidades Críticas, evidenciando as maiores fragilidades territoriais. No final é apresentado o Modelo Territorial e são mapeados os Territórios que mais estarão sob pressão às Mudanças Críticas.

3. Agenda para o território:

a. Organiza o Programa de Ação detalhando as Medidas de Política estruturadas por Domínios de intervenção. Neste âmbito reforça-se o detalhe das políticas, justifica-se a necessidade de intervir, identificam-se as entidades principais na operacionalização e alguns dos seus parceiros, e apresentam-se os efeitos esperados e o sistema de indicadores de monitorização. Neste terceiro documento são representados os efeitos esperados e os indicadores-chave para a monitorização da Agenda para o Território.

Concluindo, o PNPOT procura incorporar uma reflexão prospetiva em termos territoriais, identificando as Mudanças Críticas a longo prazo (2050), respondendo nomeadamente a três questões:

1. Quais devem ser as políticas territoriais orientadoras das futuras intervenções e como devem ser especificamente direcionadas? Daqui decorrem os Desafios Territoriais e os Sistemas para o Modelo Territorial.
2. Como se devem abordar os desafios de desenvolvimento e criar novas oportunidades nos principais campos do desenvolvimento sustentável, económico e social? Daqui decorrem as Medidas de Política estruturadas por Domínios de Intervenção.
3. Que abordagens devem ser aplicadas para aumentar a eficiência das intervenções políticas, em matéria de valorização dos ativos, construção de massa crítica e maximização das sinergias? Daqui decorre a organização das Medidas de Política por Sistemas do Modelo Territorial

O documento da Estratégia de Ordenamento do Território 2030, organiza-se em três capítulos:

1. Mudanças críticas e tendências territoriais:

a. A exploração das Mudanças Críticas a longo prazo (2050) tem por objetivo problematizar as tendências emergentes mais relevantes e previsíveis, e salientar os seus potenciais impactos ambientais, sociais, económicos, tecnológicos e políticos. A finalidade é identificar as principais tendências territoriais num cenário de inação da ação pública.

2. Princípios e Desafios Territoriais:

a. A definição dos Princípios e os Desafios Territoriais resulta quer dos problemas e dos recursos estratégicos territoriais identificados no Diagnóstico quer das Mudanças Críticas e Tendências Territoriais apresentadas no primeiro capítulo deste relatório.

3. Modelo Territorial:

a. O Modelo Territorial estabelece o modelo de organização espacial ambicionado, tendo por base sistemas territoriais, designadamente o Sistema Natural, o Sistema Urbano, o Sistema Social, o Sistema Económico e o Sistema de Conetividade. São ainda consideradas as Vulnerabilidades Críticas, que decorrem de fragilidades territoriais atuais, com potencial de agravamento pelas Mudanças Críticas, e como tal, exigem um esforço de adaptação induzido pelas políticas públicas.

Concluindo, a Estratégia de Ordenamento do Território aqui apresentada é concebida para 2030, tendo como cenário as visões prospetivas para 2050.

Na recente revisão do PNPOT não são particularizas as regiões, contrariamente à versão anterior que no capítulo das orientações estratégicas para as regiões definia para a **região Centro** um conjunto de opções estratégicas territoriais, particularizando cada uma das sub-regiões. Deste modo, propõe-se, globalmente, 10 compromissos para o território:

1. Robustecer os sistemas territoriais em função das suas centralidades:

a. Criar operações de desenvolvimento prioritário para os sistemas territoriais a estruturar, com forte envolvimento local e pilotadas pela Estrutura de Missão para o Interior, de que é exemplo Pinhal Interior;

b. Intensificar as relações urbanas e urbano-rurais nos sistemas territoriais a consolidar visando a melhoria dos níveis de eficiência e eficácia na gestão das políticas públicas, nomeadamente através da organização dos sistemas de mobilidade sustentável flexíveis, oferta de habitação e acesso a serviços de interesse geral, à escala das Comunidades Intermunicipais;

c. Conferir qualidade de vida às Áreas Metropolitanas com aposta nos sistemas de mobilidade sustentável e oferta de habitação (acessível, arrendada e a partir da reabilitação) e melhorar a sua projeção internacional nas diferentes redes internacionais (inovação e conhecimento, logística

2. Atrair novos residentes e gerir a evolução demográfica:

a. Apoiar uma política de promoção da natalidade nomeadamente através do aumento da rede de serviços sociais de apoio à primeira infância, facilitando a articulação entre a vida profissional e familiar, e melhorando a atratividade dos territórios em perda demográfica;

b. Promover uma política de imigração ativa dirigida a todas as áreas do território, em especial para estudantes, jovens qualificados e reagrupamento familiar de trabalhadores agrícolas.

3. Adaptar os territórios e gerar resiliência:

a. Preparar e gerir a floresta para ser sumidouro estável de um mínimo de 10 Mton de CO2 no âmbito de uma nova economia da Floresta (multifuncional e competitiva);

b. Executar o Plano de Ação Litoral XXI investindo continuadamente no litoral de forma a combater o recuo da linha de costa, privilegiando as soluções de engenharia natural;

c. Reabilitar a rede hidrográfica, preservando os valores naturais, garantindo a redução do risco de cheias e assegurando a qualidade das massas de água;

d. Gerir o recurso água pensado a partir da eficiência da procura, reutilizando efluentes tratados para a rega e outros usos secundários e assegurando os meios de planeamento e operação que reduzam o risco da seca.

4. Descarbonizar acelerando a transição energética e material:

a. Incentivar a produção e consumo de energia a partir de fontes renováveis, destacando-se a energia solar, aumentando a eletrificação do país e encerrando a produção de energia a partir do carvão;

b. Desenvolver uma economia de baixo carbono assente em sistemas de transporte de baixo carbono e na eficiência energética;

c. Promover a transição para uma economia circular, dando especial atenção às Agendas Regionais de Economia Circular e às Agendas Urbanas.

5. Remunerar os serviços prestados pelo capital natural:

a. Adotar instrumentos económicos para a conservação da biodiversidade e remuneração dos serviços de ecossistemas no âmbito dos instrumentos de financiamento da agricultura e floresta, e do Fundo Ambiental;

b. Incorporar nas transferências para os municípios fatores que privilegiem os territórios com maior capital natural.

6. Alargar a base económica territorial com mais conhecimento, inovação e capacitação:

a. Valorizar economicamente o capital natural, patrimonial e cultural promovendo o empreendedorismo e a capacidade empresarial em territórios carenciados de atração de investimento, emprego e residentes;

b. Promover:

i) novas formas de gestão e valorização da floresta (nova economia da floresta);
ii) o restabelecimento de áreas agrícolas que incorporem mais inovação e conhecimento;
iii) combinações de valorização de produtos locais e alimentação saudável e segura;

c. Promover apostas específicas de dinamização empresarial num quadro de parcerias transfronteiriças;

d. Estimular a diversificação da base produtiva a partir da localização de atividades económicas com uma forte componente tecnológica e científica, e ancoradas na rede de universidade e politécnicos.

7. Incentivar os processos colaborativos para reforçar uma nova cultura do território:

a. Progredir na organização territorial da administração do Estado promovendo a desconcentração dos serviços públicos;

b. Promover parcerias para a gestão territorial capacitando os atores para as redes colaborativas interurbanas, para a cogestão de áreas protegidas e para as parcerias urbano-rurais (mercados locais, serviços de apoio à economia, serviços de apoio geral, rotas turísticas, entre outras).

8. Integrar nos IGT novas abordagens para a sustentabilidade:

a. Promover a escala supramunicipal para o desenvolvimento de abordagens de sustentabilidade, nomeadamente para a gestão do ciclo urbano da água, de sistemas e infraestruturas, modelos de economia circular e de mobilidade sustentável, adotando os princípios da gestão adaptativa;

b. Reforçar o sistema de gestão territorial melhorando a dinâmica de planeamento, tendo em consideração o PNPOT e os seus desenvolvimentos a nível regional, os novos PROF e os Programas Especiais;

9. Garantir nos IGT a diminuição da exposição a riscos:

a. Incrementar a produção e disponibilização de conhecimento e informação de suporte ao planeamento e gestão territorial de escala nacional, regional e supramunicipal;

b. Progredir na compatibilização entre os usos do solo e os territórios expostos a perigosidade.

10. Reforçar a eficiência territorial nos IGT:

a. Travar a artificialização do solo e promover a reutilização do solo enquanto suporte das atividades humanas edificadas;

b. Promover a concentração da habitação e das atividades, pela reabilitação e regeneração urbanas, pela mobilidade sustentável, economia circular e de partilha e consumos de proximidade.

Os 10 Compromissos para o Território são operacionalizados no quadro de 5 Domínios de Intervenção:

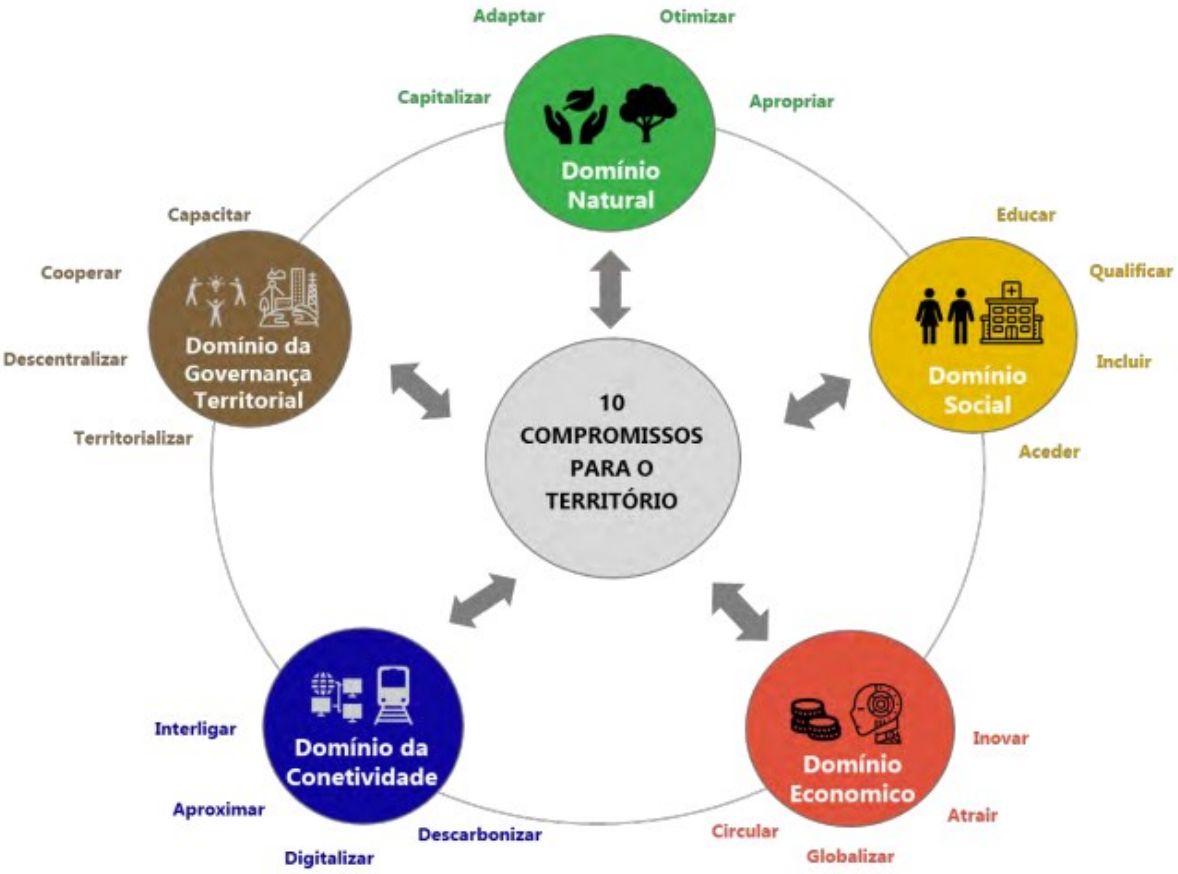


Figura 14 - Esquema identificativo dos 10 compromissos para o território (Fonte: Estratégia de Ordenamento do Território 2030).

1. Domínio Natural – Otimização e a adaptação, dinamizando a apropriação e a capitalização dos recursos naturais e da paisagem:

a) Gerir o recurso água num clima em mudança;
b) Valorizar o recurso solo e combater o seu desperdício;
c) Afirmar a biodiversidade como um ativo territorial;
d) Valorizar o território através da paisagem;
e) Planear e gerir de forma integrada os recursos geológicos e mineiros;
f) Ordenar e revitalizar os territórios da floresta;
g) Prevenir riscos e adaptar o território à mudança climática;
h) Valorizar o Litoral e aumentar a sua resiliência;

i) Promover a reabilitação urbana, qualificar o ambiente urbano e o espaço público.

2. Domínio Social – Educação, qualificação e a inclusão da população e o acesso aos serviços públicos e de interesse geral:

a) Fomentar uma abordagem territorial integrada de resposta à perda demográfica;
b) Promover uma política de habitação integrada;
c) Melhorar os cuidados de saúde e reduzir as desigualdades de acesso;
d) Qualificar e capacitar os recursos humanos e ajustar às transformações socioeconómicas;
e) Melhorar a qualidade de vida da população idosa e reforçar as relações intergeracionais;
f) Reforçar o acesso à justiça e a proximidade aos respetivos serviços;
g) Promover a inclusão social, estimular a igualdade de oportunidades e reforçar as redes de apoio de proximidade;
h) Valorizar o património e as práticas culturais, criativas e artísticas;
i) Potenciar a inovação social e fortalecer a coesão sociocultural;
j) Promover a digitalização, a interoperabilidade e a acessibilidade aos serviços públicos e de interesse geral.

3. Domínio Económico – Inovação, a atratividade e a inserção de Portugal nos processos de globalização e aumentando a circularidade da economia:

a) Reforçar a competitividade da agricultura;
b) Dinamizar políticas ativas para o desenvolvimento rural;
c) Afirmar os ativos estratégicos turísticos nacionais;
d) Valorizar os ativos territoriais patrimoniais;
e) Dinamizar e revitalizar o comércio e os serviços;
f) Promover a economia do Mar;
g) Qualificar o emprego e contrariar a precariedade no mercado de trabalho;
h) Desenvolver ecossistemas de inovação de base territorial;
i) Reindustrializar com base na Revolução 4.0;
j) Reforçar a internacionalização e a atração de investimento externo;
k) Organizar o território para a economia circular;
l) Promover a competitividade da silvicultura.

4. Domínio da Conetividade – Reforço das interligações, aproximando os indivíduos, as empresas e as instituições, através de redes e serviços digitais e de uma mobilidade que contribui para a descarbonização:

a) Otimizar as infraestruturas ambientais e de energia;
b) Otimizar a conetividade ecológica nacional;
c) Suprir carências de acessibilidade tendo em vista a equidade no acesso aos serviços e infraestruturas empresariais;
d) Renovar, requalificar e adaptar as infraestruturas e os sistemas de transporte;
e) Promover a mobilidade metropolitana e interurbana;
f) Digitalizar a gestão e a operação dos sistemas de transporte;
g) Alargar as infraestruturas físicas de conexão internacional;
h) Ampliar a conetividade digital internacional através de cabos submarinos;
i) Reforçar os serviços de banda larga e implementação de redes da nova geração 5G.

5. Domínio da Governança Territorial – Cooperação e a cultura territorial, capacitando as instituições e promovendo a descentralização e a desconcentração e uma maior territorialização das políticas:

a) Promover a informação geográfica;
b) Ativar o conhecimento e uma nova cultura territorial;
c) Potenciar e qualificar a cooperação territorial;
d) Aprofundar a descentralização e a desconcentração e promover a cooperação e a governança multinível;
e) Experimentar e prototipar soluções inovadoras;
f) Reforçar as abordagens integradas de base territorial;
g) Fomentar a cooperação intraurbana para uma cidade sustentável e inteligente;
h) Fortalecer as articulações rurais-urbanas;
i) Dinamizar as articulações interurbanas e os subsistemas territoriais;
j) Aprofundar a cooperação transfronteiriças.

5.2. Plano de Gestão de Rede Hidrográfica

A Lei da Água prevê a existência de três tipos de planos: o Plano Nacional da Água (PNA), os Planos de Gestão de Bacia Hidrográfica (PGBH) e os Planos Específicos de Gestão das Águas (PEGA), nos quais se incluem medidas de proteção e valorização dos recursos hídricos.

Os PGRH são instrumentos de planeamento dos recursos hídricos e visam a gestão, proteção e a valorização ambiental, social e económica das águas ao nível das bacias hidrográficas integradas na região hidrográfica, enquanto unidade principal de planeamento e gestão das águas, bem como, o cumprimento dos objetivos ambientais e das medidas de proteção e valorização dos recursos hídricos estabelecidos na Lei da Água.

Importa salientar ainda que no n.º 2 do artigo 3.º da Lei da Água, é estabelecida a região hidrográfica como a unidade principal de planeamento e gestão das águas, tendo por base a bacia hidrográfica, motivo pelo qual, os planos de gestão de bacia hidrográfica no âmbito de cada região hidrográfica, são elaborados numa perspetiva integrada, que tem por base a região hidrográfica. Esta opção de planeamento dos recursos hídricos, para além de ir ao encontro do disposto na referida Diretiva — que prevê a elaboração, pelos Estados membros, de um plano para cada região hidrográfica — permite, ainda, que os PGBH estejam plenamente articulados entre si, alcançando-se, deste modo, uma desejável harmonia no planeamento e gestão das águas ao nível de cada uma das regiões hidrográficas.

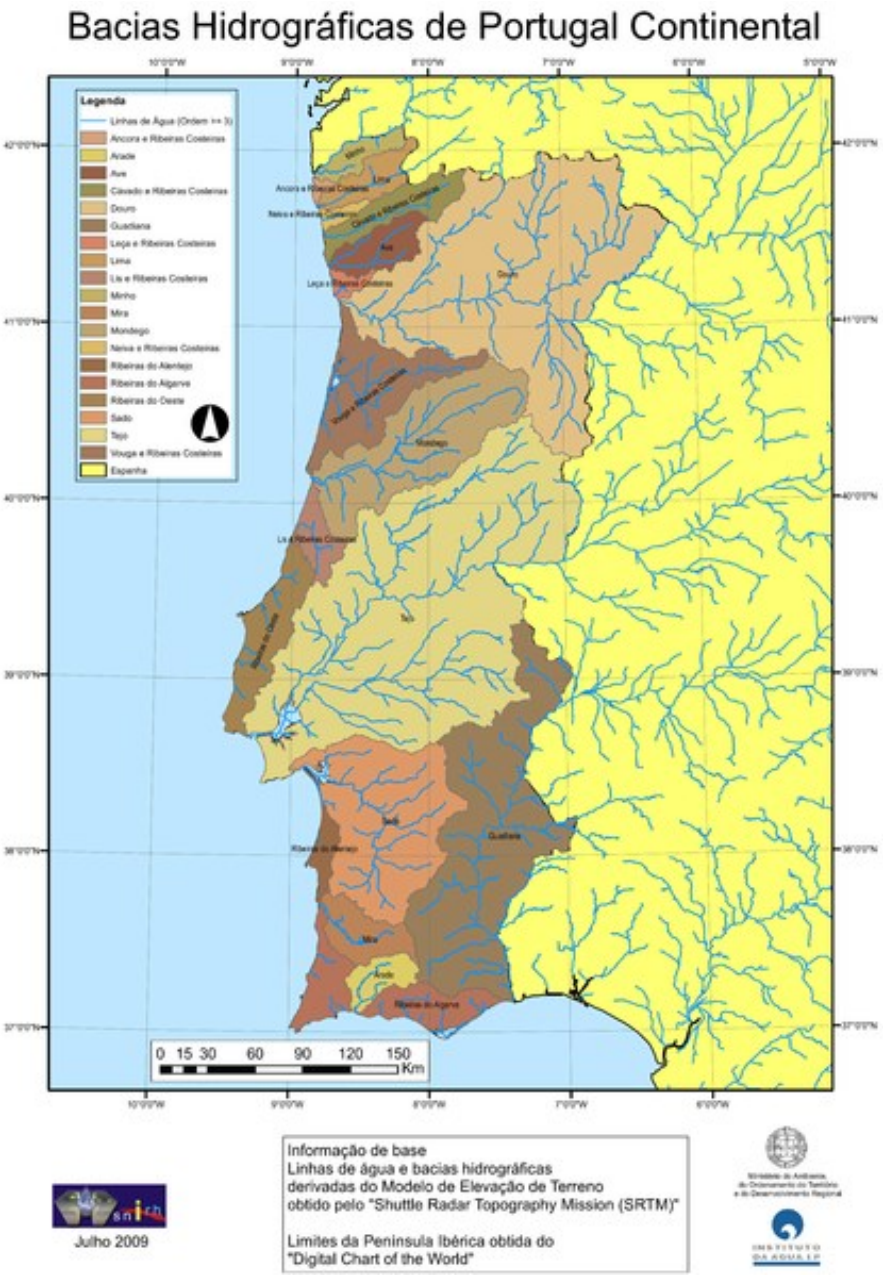


Figura 15 - Bacias Hidrográficas de Portugal Continental (Fonte: SNIRH).

A competência para a elaboração, execução e revisão dos PGRH é da Agência Portuguesa do Ambiente, I. P, (APA, I. P.), na qualidade de Autoridade Nacional da Água, nos termos do disposto no artigo 8.º da Lei da Água.

Estes planos estabelecem medidas com vista a atingir os objetivos previstos na Lei da Água, para a gestão das águas superficiais (interiores, de transição e costeiras) e das águas subterrâneas:

- Evitar a continuação da degradação e proteger e melhorar o estado dos ecossistemas aquáticos e terrestres e zonas húmidas dependentes dos ecossistemas aquáticos;
- Promover uma utilização sustentável de água, baseada numa proteção a longo prazo dos recursos hídricos disponíveis;
- Obter uma proteção reforçada e um melhoramento do ambiente aquático, nomeadamente através da redução das descargas, das emissões e perdas de substâncias prioritárias;
- Assegurar a redução gradual da poluição das águas subterrâneas;
- Mitigar os efeitos das inundações e das secas;
- Assegurar o fornecimento em quantidade suficiente de água de origem superficial e subterrânea de boa qualidade, conforme necessário para uma utilização sustentável, equilibrada e equitativa da água;
- Proteger as águas marinhas, incluindo as territoriais;
- Assegurar o cumprimento dos objetivos dos acordos internacionais pertinentes, incluindo os que se destinam à prevenção e eliminação da poluição no ambiente marinho.

Os documentos que constituem os PGRH são:

- Caracterização e diagnóstico bastante exaustivos da situação atual da região hidrográfica;
- Análise económica das utilizações de água, com o objetivo de uma gestão mais eficiente e eficaz dos recursos hídricos existentes;
- Definição de cenários prospetivos, desenvolvidos de forma a permitir a identificação, e a análise, das tendências de evolução socioeconómica relacionadas com as pressões e os impactes gerados pelas utilizações da água; identificação dos objetivos estratégicos a adotar para o planeamento dos recursos hídricos da RH5, os objetivos ambientais a atingir, entre outros esta belecidos na Lei da Água;
- Definição do programa de medidas;

- e por fim, a definição de um processo de acompanhamento e avaliação, com o objetivo de averiguar de que forma a sua implementação está em conformidade com as linhas de orientação e objetivos definidos e medir e avaliar o grau de execução das medidas propostas durante o período de aplicação do mesmo.

  Tratam-se, pois, de planos operacionais, vocacionados para a gestão efetiva dos recursos hídricos e da preservação das massas de água tão necessários numa região bastante rica em recursos naturais, como os hídricos, provenientes das bacias hidrográficas do Douro, do Tejo, do Mondego e do Zêzere., que permitem não só o fornecimento de água, mas também a produção de eletricidade em várias barragens e centrais hidroelétricas.

5.2.1. Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis (RH4)

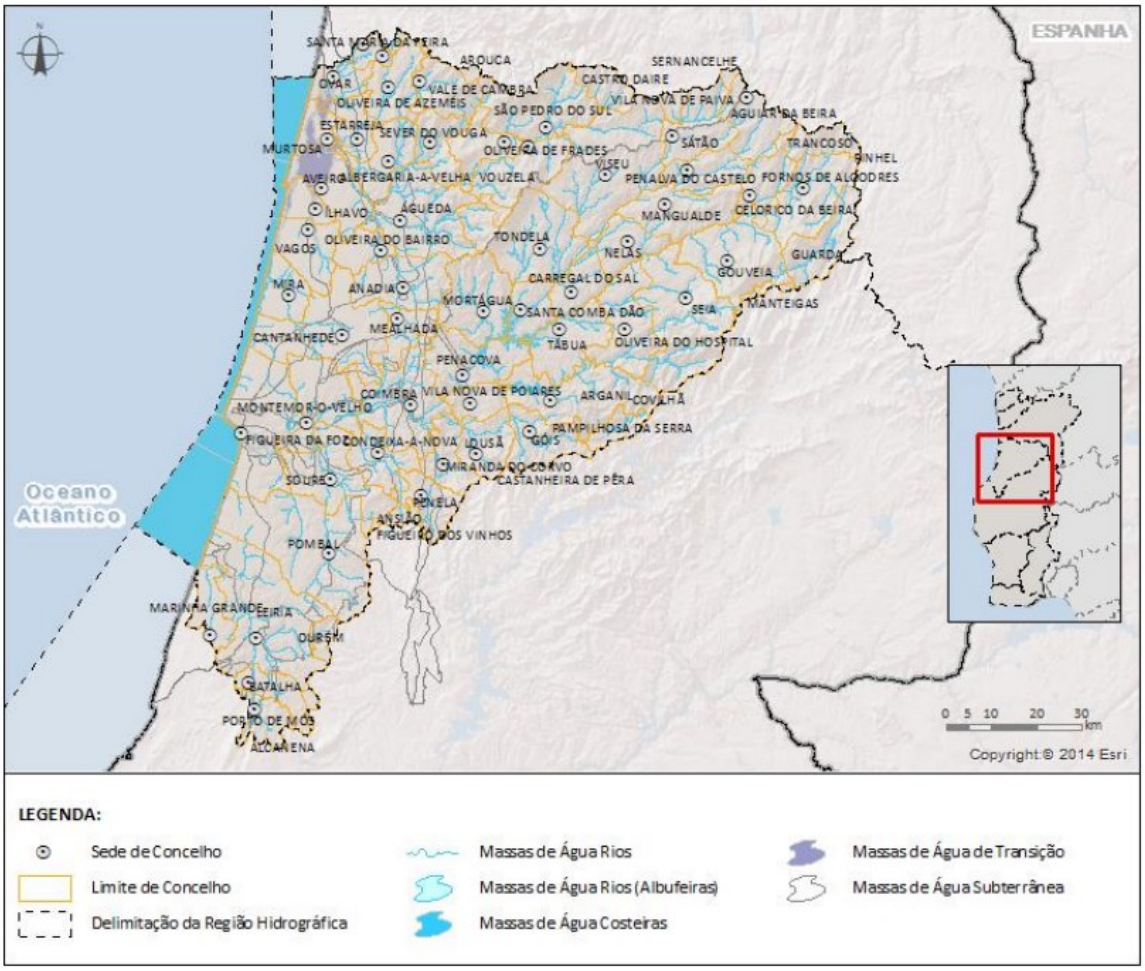


Figura 16 - Região Hidrográfica 4 (Fonte: APA).

O concelho da Covilhã é abrangido, ainda que parcialmente (cerca de 0,08Km2 num território de 555, km2), pelo Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis (Região Hidrográfica 4)[14]. Com uma área total de 12 144 km2, integra as bacias hidrográficas dos

[14] Aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 16-B/2013, de 22 de março

seguintes rios, bem como as respetivas as bacias hidrográficas das ribeiras de costa, as respetivas águas subterrâneas e águas costeiras adjacentes:

1. O rio Vouga nasce na serra da Lapa, a cerca de 930 m de altitude e percorre 148 km até desaguar na Barra de Aveiro. É confinada a sul pela Serra do Buçaco, que a separa da bacia do rio Mondego, e a Norte pelas serras de Leomil, Montemuro, Lapa e Serra de Freita, que a separa da bacia do rio Douro.

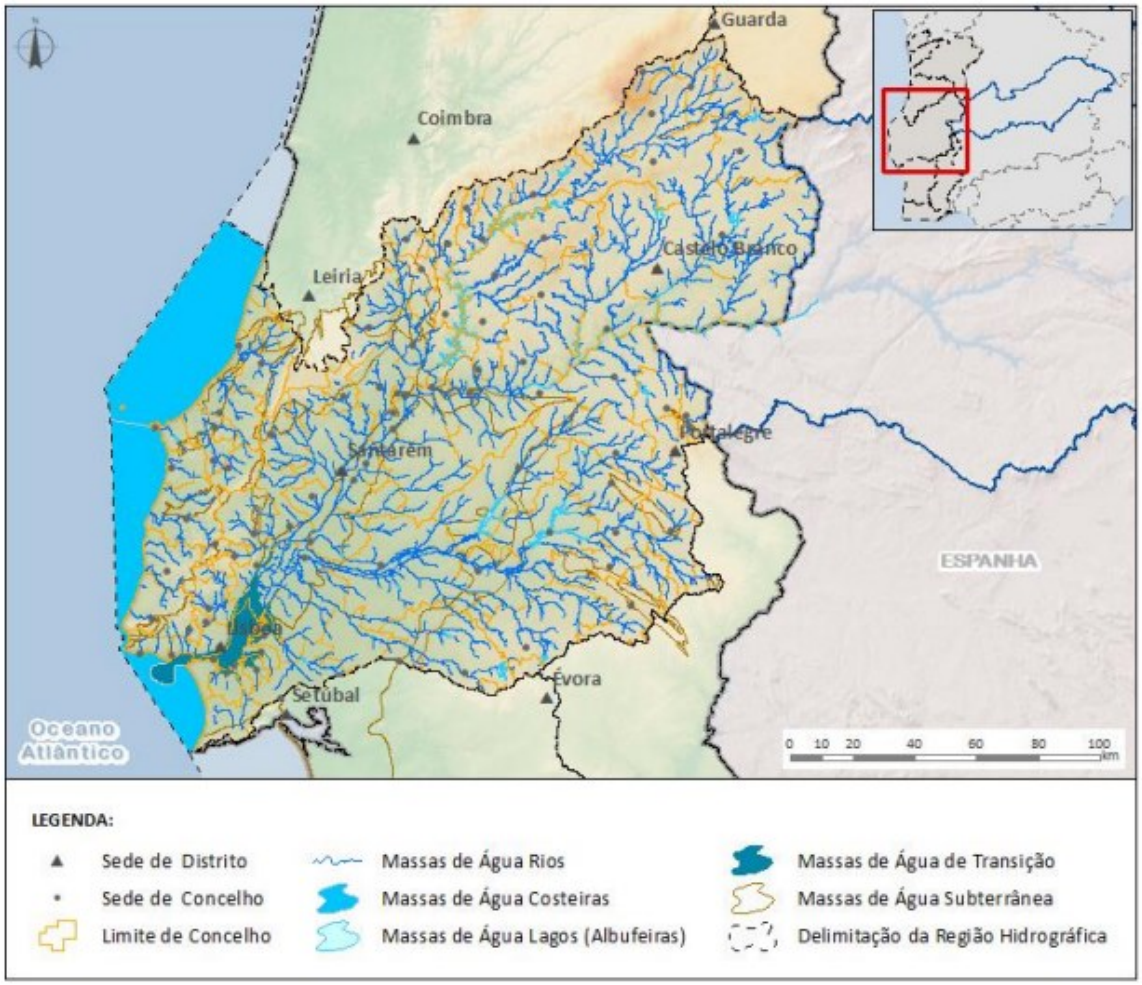
2. O rio Mondego é o maior rio português com a sua bacia hidrográfica integralmente em território nacional. Nasce na Serra da Estrela, a 1 525 m de altitude, numa pequena fonte designada por "O Mondeguinho", percorrendo 258 km até desaguar no Oceano Atlântico junto à Figueira da Foz. A área da bacia hidrográfica do Rio Mondego é de 6 645 km². As bacias das ribeiras da costa atlântica dos concelhos de Figueira da Foz e de Pombal têm respetivamente 25 km² e 32 km² de área.

3. O rio Lis nasce na povoação das Fontes, no concelho de Leiria e desagua no Oceano Atlântico, norte da praia da Vieira, e tem cerca de 40 km. A bacia hidrográfica do rio Lis é uma bacia costeira com uma área de 945 km2 e está confinada a este pela bacia do rio Tejo e a Sul pela bacia do Alcoa.

5.2.2. Plano De Gestão De Região Hidrográfica Do Tejo e Ribeiras do Oeste (RH5)

Estando a área territorial do concelho da Covilhã totalmente abrangida na bacia e região hidrográfica do Tejo (sub-bacia hidrográfica do Zêzere) sistematiza-se de seguida o Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Oeste (Região Hidrográfica 5), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 16-F/2013, de 22 de março.

A Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste – RH 5[15], é uma região hidrográfica internacional com uma área total em território português de 30 502 km2 e integra a bacia hidrográfica do rio Tejo e ribeiras adjacentes, a bacia hidrográfica das Ribeiras do Oeste, incluindo as respetivas águas subterrâneas e águas costeiras adjacentes. A bacia do Tejo cobre uma área total de 80 797,20 km2, dos quais 55 781,0 km2 (69,04%) situam-se em Espanha e 25 015,51 km2 (30,96%) em Portugal.



[15] Decreto-Lei n.º 347/2007, de 19 de outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 117/2015, de 23 de junho

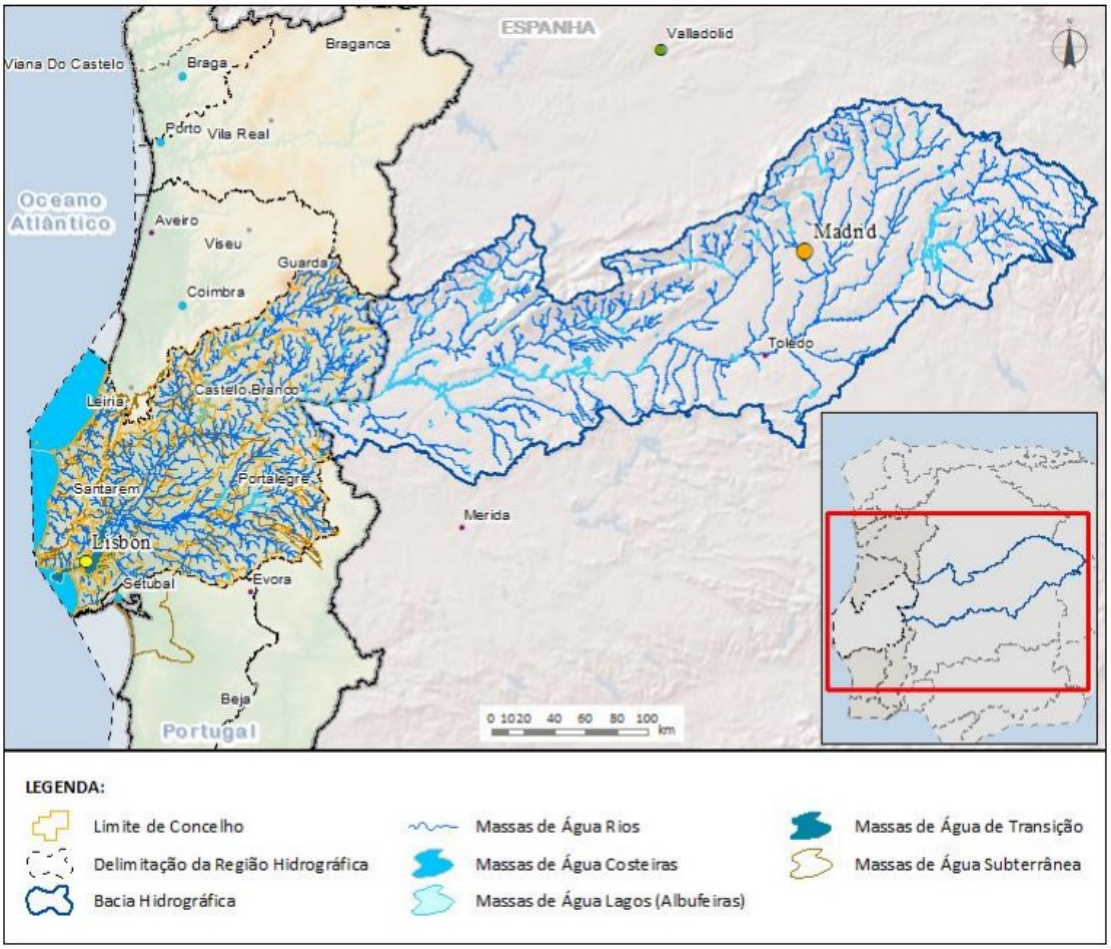


Figura 17 - Região Hidrográfica 5 (Fonte: APA).

Em Portugal, os principais afluentes são os rios Erges, Ponsul, Ocreza e Zêzere, na margem direita, e os rios Sever e Sorraia, na margem esquerda. Destes afluentes merecem referência especial, pela dimensão das bacias hidrográficas, o rio Zêzere (4 980 km2) e o rio Sorraia (7 520 km2), que totalizam cerca de 50 % da área da bacia portuguesa.

O principal rio do concelho, o rio Zêzere, é o mais importante de todos os afluentes do Rio Tejo. Nasce, na serra da Estrela, a cerca de 1900 m de altitude, junto ao Cântaro Magro. Ainda na zona da serra da Estrela, passa por Manteigas e próximo da cidade da Covilhã, seguindo depois para sudoeste, confluindo com o rio Tejo a oeste de Constância, após um curso de cerca de 200 km. É o segundo maior rio exclusivamente português, após o rio Mondego. A sua bacia hidrográfica tem 5043 km² (dos quais 1056 km² pertencem ao rio Nabão). Os grandes desníveis, aliados ao caudal de água (por vezes superior a 10 000 m³/s.), representam uma notável riqueza hidroelétrica, aproveitada em três barragens (Bouça, Cabril e Castelo de Bode), que produzem anualmente 700 GWh.

O alto Zêzere ocupa um antigo vale glaciar instalado ao longo de uma falha de orientação sudoeste-nordeste. A nascente situa-se no circo glaciário, que define uma sucessão de três covões, isto é, depressões mal drenadas: Covão Cimeiro, Covão d'Ametade (sitos no Concelho da Covilhã) e o pequeno Covão da Albergaria.

Os seus principais afluentes na margem direita são: a ribeira de Alge, o rio Cabril, o rio Unhais, o rio Nabão, a ribeira de Paul e a ribeira de Pêra. Na margem esquerda encontramos a ribeira de Bogas, a ribeira de Rio Caria, a ribeira da Malhadancha, a ribeira da Isna, a ribeira de Meimoa, a ribeira da Sertã e a ribeira de Teixeira.

O seu curso, pouco depois da sua nascente, prossegue para NNE, segundo um vale glaciar até Manteigas, ao encaixar-se na falha de Vilariça-Manteigas. Este acidente também encaixou o rio Unhais da Serra, que prossegue para SSW, para confluir com o rio Paúl, que, em Ourondo, conflui com o rio Zêzere.

A partir de Manteigas o traçado fluvial do rio Zêzere prossegue até próximo de Belmonte, frequentemente afetado por cisalhamentos segundo NNE-SSW. Destes cita-se um dos tramos da falha de Souto da Velha-Urros-Castelo Melhor-ribeira de Massueime-Vila Franca das Naves-rio Mondego- -Trinta-Verdelhos-Paúl-Ourondo-rio Zêzere, que reorientou o rio Zêzere de NW

para SE e encaixou os seus afluentes da ribeira de Beijames, o rio Paúl e, novamente, o rio Zêzere a partir de Ourondo, onde conflui o rio Paúl.

5.3. Plano Sectorial Da Rede Natura 2000

A Rede Natura 2000 é uma rede ecológica que tem por objetivo contribuir para assegurar a biodiversidade através da conservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens no território da União Europeia. A sua criação resulta de duas diretivas comunitárias:

1. Diretiva 79/409/CEE, relativa à proteção das aves selvagens – Diretiva das Aves;
2. Diretiva n.º 92/43/CEE, de 21 de maio, relativa à preservação dos habitats naturais, da fauna e da flora selvagens – Diretiva Habitats.

Em Portugal, a transposição para a ordem jurídica interna foi inicialmente efetuada pelo Decreto-Lei n.º 226/97, de 27 de agosto, que estabelecia a criação de ZEC – Zonas Especiais de Conservação (baseado nos sítios de importância comunitária – SIC) e as ZPE – Zonas de Proteção Especial. Seguidamente, procedeu-se à aprovação da Lista Nacional de Sítios (1ª fase – SIC), através da Resolução de Conselho de Ministros n.º 142/97, de 28 de agosto. Posteriormente, com o Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, essa transposição para a ordem jurídica interna da Diretiva das Aves e da Diretiva Habitats foi revista, visando a regulamentação, num único diploma, das disposições emergentes dessas diretivas. Por fim, surgiu a 2ª lista nacional de sítios, com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/2000, de 5 de julho, e o estabelecimento de Zonas de Proteção Especial - ZPE para o Continente com o Decreto-Lei n.º 384-B/99, de 23 de setembro. Uma vez que o Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, não transpõe na íntegra as disposições das Diretivas para o ordenamento jurídico português, tornou-se necessário proceder a ajustes e alterações através do Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro.

Segundo o Decreto-Lei n.º 49/2005, os instrumentos de gestão territorial aplicáveis nas ZEC e nas ZPE devem garantir a conservação dos habitats e das populações das espécies em função dos quais as referidas zonas foram classificadas. Porém, quando a totalidade ou parte das ZEC e ZPE se localizam dentro dos limites de áreas protegidas, classificadas nos termos da lei, o

objetivo previsto no número anterior é assegurado através de planos especiais de ordenamento das áreas protegidas (art. 8º, ponto 2).

Atualmente, constitui um instrumento fundamental da política da União Europeia, em matéria de conservação da natureza e da biodiversidade cujos principais objetivos são:

1. Evitar atividades que possam perturbar gravemente as espécies ou danificar os habitats que levaram à designação do sítio
2. Tomar medidas positivas, se necessário, para manter e recuperar esses habitats e espécies, a fim de melhorar o respetivo estado de conservação.

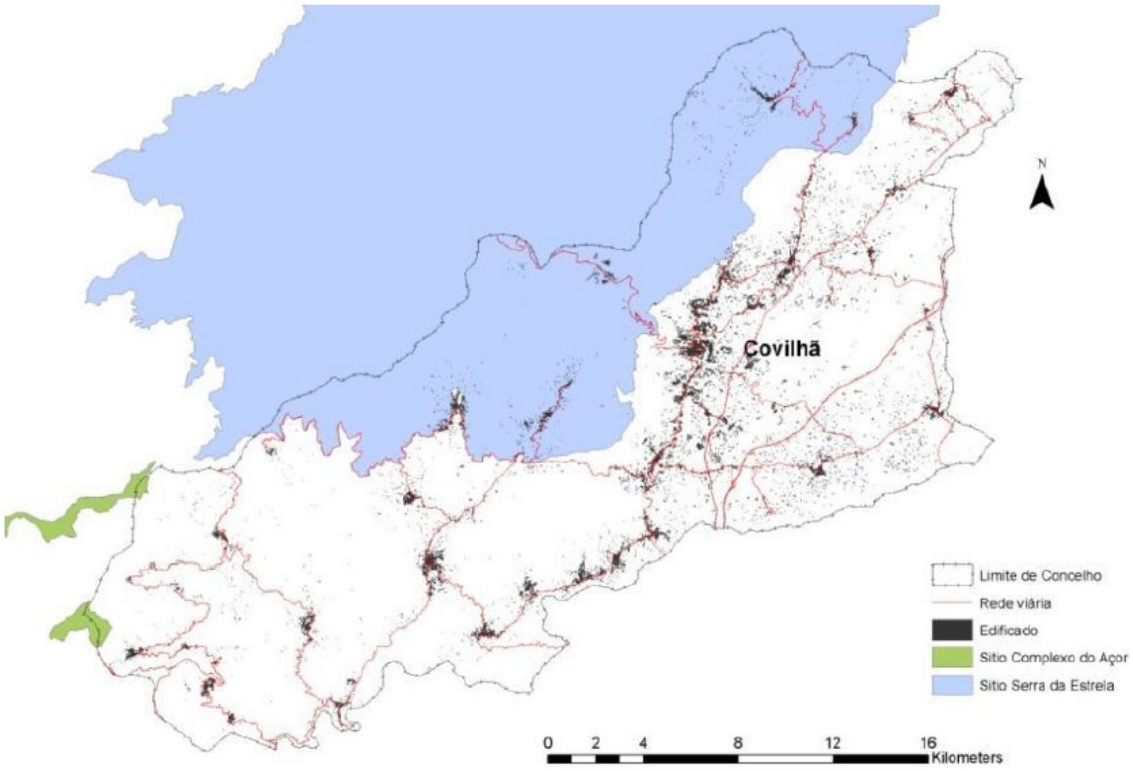


Figura 18 - Identificação da área Rede Natura 2000 no Concelho da Covilhã (Fonte: Município da Covilhã).

A Rede Natura 2000 foi objeto de um plano sectorial tendo em conta o desenvolvimento económico e social das áreas abrangidas e estabelecendo orientações para:

1. A gestão territorial nos sítios da lista nacional de sítios, nos sítios de importância comunitária, nas ZEC e nas ZPE;
2. As medidas referentes à conservação das espécies da fauna, flora e habitats.

Assim, o Plano Setorial da Rede Natura 2000 (PSRN2000)[16] surge como um instrumento de gestão territorial, que visa a salvaguarda e valorização dos Sítios e das ZPE do território continental, bem como a manutenção das espécies e habitats num estado de conservação favorável nestas áreas. Na sua essência, é um instrumento para a gestão da biodiversidade, do qual se podem extrair estratégicas e normas programáticas para a atuação da Administração Central e Local.

Trata-se de um Plano desenvolvido a uma macro-escala (1:100.000) para o território continental, que caracteriza os habitats naturais e seminaturais e as espécies da flora e da fauna presentes nos Sítios e ZPE, e define as orientações estratégicas para a gestão do território abrangido por aquelas áreas, considerando os valores naturais que nelas ocorrem.

No âmbito da Rede Natura 2000, no concelho da Covilhã, é classificado como Sítio a Serra da Estrela, com o código: PTCON0014 - Serra da Estrela e o Sítio Complexo do Açor, com o código PTCON0051 – Complexo do Açor, ambos classificados pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/2000 de 5 de julho.

A caracterização biofísica destas áreas é feita no capítulo do Património biofísico e natural.

5.4. Plano de Ordenamento da Albufeira da Cova do Viriato

A barragem da Cova de Viriato foi construída em 1962 e destina-se ao abastecimento de água ao município da Covilhã. Localiza-se na bacia hidrográfica do Tejo, na ribeira do Paul ou Cortes, e a sua albufeira ocupa uma área com cerca de 24 ha.

[16] Aprovado em Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 8.º do Decreto -Lei n.º 140/99, de 24 de Abril, com a redação dada pelo Decreto -Lei n.º 49/2005, de 24 de Fevereiro, e no artigo 41.º do Decreto -Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro, e nos termos da alínea g) do artigo 199.º da Constituição.



Figura 19 - Barragem da Cova de Viriato (Fonte: Google).

A albufeira encontra-se classificada como albufeira de águas públicas protegida, conforme o disposto pelo Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de maio. De acordo com o n.º 2 do artigo 1.º do referido diploma, albufeiras protegidas são "*aquelas que se destinam a abastecimento público ou se prevê venham a ser utilizadas para esse fim e aquelas onde a conservação dos valores naturais determina a sua sujeição a um regime de proteção mais elevado, designadamente as que se encontram inseridas em áreas classificadas, tal como definidas na Lei da Água*".

O POACV[17], incide sobre o plano de água e respetiva zona de proteção, com uma largura de 500 m, contada a partir do nível de pleno armazenamento (cota de 1557m) e medida na horizontal, integrando na sua totalidade o território do município da Covilhã.

A elaboração do POACV vem ao encontro do definido no Plano da Bacia Hidrográfica do Tejo, aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 18/2001, de 7 de dezembro, o qual define, de entre outros objetivos, a promoção do ordenamento do território e do domínio hídrico, o qual se concretiza através dos planos de ordenamento das albufeiras.

A área de intervenção do POACV divide-se, para efeitos da fixação de usos e regime de gestão, em: Plano de água;

- Zona de proteção da barragem e dos órgãos de segurança e utilização da albufeira;
- Zona de sensibilidade ecológica.
- Zona de proteção:
- Zona de respeito da barragem e dos órgãos de segurança e utilização da albufeira;
- Ilha;
- Espaço de recreio e lazer da albufeira da Cova do Viriato;
- Espaço de proteção total.

[17] Aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 42/2004, de 31 de Março de 2004.

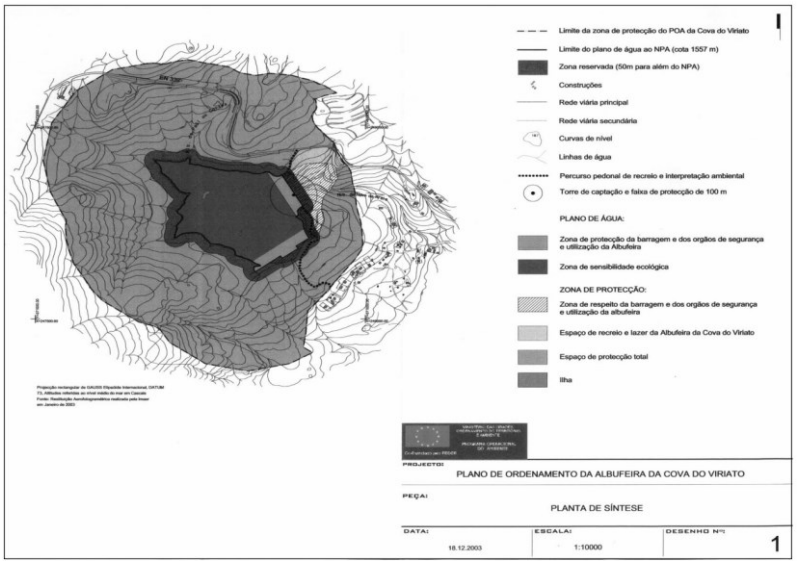
Localiza-se na área do Parque Natural da Serra da Estrela, numa área caracterizada por uma grande sensibilidade ecológica e por uma ocupação humana de características fundamentalmente rurais, não se verificando no interior da zona de proteção qualquer aglomerado urbano. Na área em que coexistem, o presente plano de ordenamento não procede a qualquer alteração ao Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela. Por outro lado, o POACV abrange igualmente áreas do perímetro florestal da serra da Estrela, núcleo de Cortes do Meio, o qual foi submetido a regime florestal parcial obrigatório pelo Decreto n.º 45805, de 8 de julho de 1964.

A estratégia de ordenamento do plano de água e zona envolvente foi desenvolvida no sentido da criação de diversidade económica, biofísica e estética e na contribuição para o aumento da biodiversidade animal e vegetal, assentando em critérios territoriais, sociais e económicos, designadamente na preservação da qualidade e da quantidade da água para os fins iniciais da sua criação, que consistem no abastecimento de águas às populações, e na adequação dos usos da faixa terrestre às capacidades e potencialidades pedológicas, fisiográficas e ecológicas.

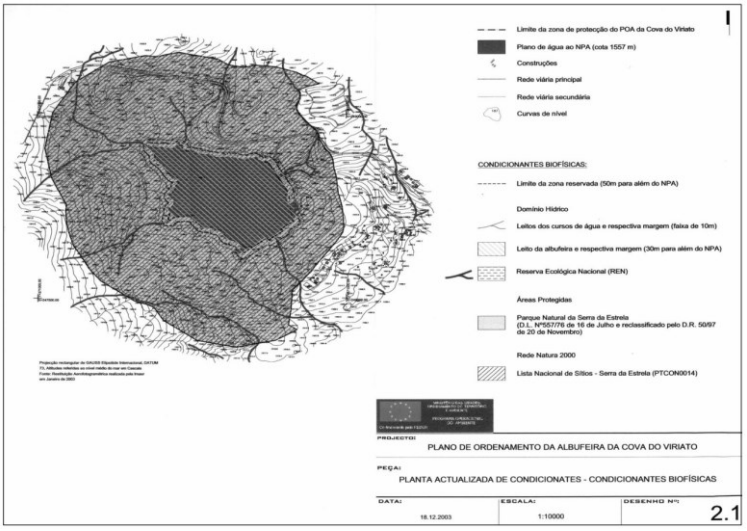
Elementos do POACV:

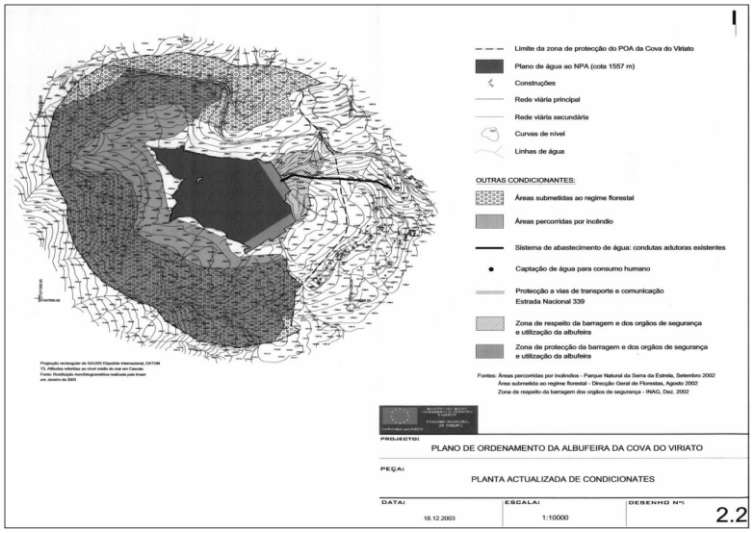
a) Regulamento;

b) Planta síntese, elaborada à escala de 1:10 000 – identificando para o plano de água e zona de proteção, o zonamento do solo em função dos usos e do regime de gestão definido;



c) Plantas de condicionantes, elaborada à escala de 1:10 000 – assinalando as servidões administrativas e as restrições de utilidade pública;





d) Relatório – que fundamenta as principais medidas, indicações e disposições adotadas;

e) Plano de execução – que contêm o escalonamento temporal e as estimativas de custo das intervenções previstas;

f) Estudos de caracterização física, social, económica e urbanística, que fundamentam a proposta de plano.

O POACV estabelece as regras tendentes à harmonização e à compatibilização das atividades secundárias potenciadas pela albufeira da Cova do Viriato com as finalidades primárias de abastecimento de água para consumo público, que justificaram a sua criação, numa perspetiva de valorização e salvaguarda dos recursos e valores naturais em presença.

Para além dos objetivos gerais dos planos especiais de ordenamento do território, são objetivos específicos do POACV:

- Definir regras de utilização do plano de água e zona envolvente da albufeira, de forma a salvaguardar a defesa e a qualidade dos recursos naturais, em especial da água;
- Definir regras e medidas para usos e ocupações do solo que permitam gerir a área objeto do Plano, numa perspetiva dinâmica e interligada;
- Aplicar as disposições legais e regulamentares vigentes, quer do ponto de vista da gestão dos recursos hídricos quer do ponto de vista do ordenamento do território;
- Planear de forma integrada as áreas dos concelhos que se situam na envolvente da albufeira;
- Garantir a articulação com planos, estudos e programas de interesse local, regional e nacional existentes ou em curso;
- Compatibilizar os diferentes usos e atividades existentes e ou a serem criados, com a proteção e valorização ambiental e finalidades principais da albufeira;
- Identificar no plano de água as áreas mais adequadas para a conservação da natureza, as áreas mais aptas para atividades recreativas, prevendo as compatibilidades e complementaridades entre as diversas utilizações e entre o plano de água e a zona envolvente.

A estratégia de ordenamento do plano de água e zona envolvente foi desenvolvida no sentido da criação de diversidade económica, biofísica e estética e na contribuição para o aumento da biodiversidade animal e vegetal, assentando em critérios territoriais, sociais e económicos, designadamente na preservação da qualidade e da quantidade da água para os fins iniciais da sua criação, que consistem no abastecimento de águas às populações, e na adequação dos usos da faixa terrestre às capacidades e potencialidades pedológicas, fisiográficas e ecológicas.

Outras informações relevantes acerca da barragem da Cova de Viriato encontram-se disponíveis no SNIRH.

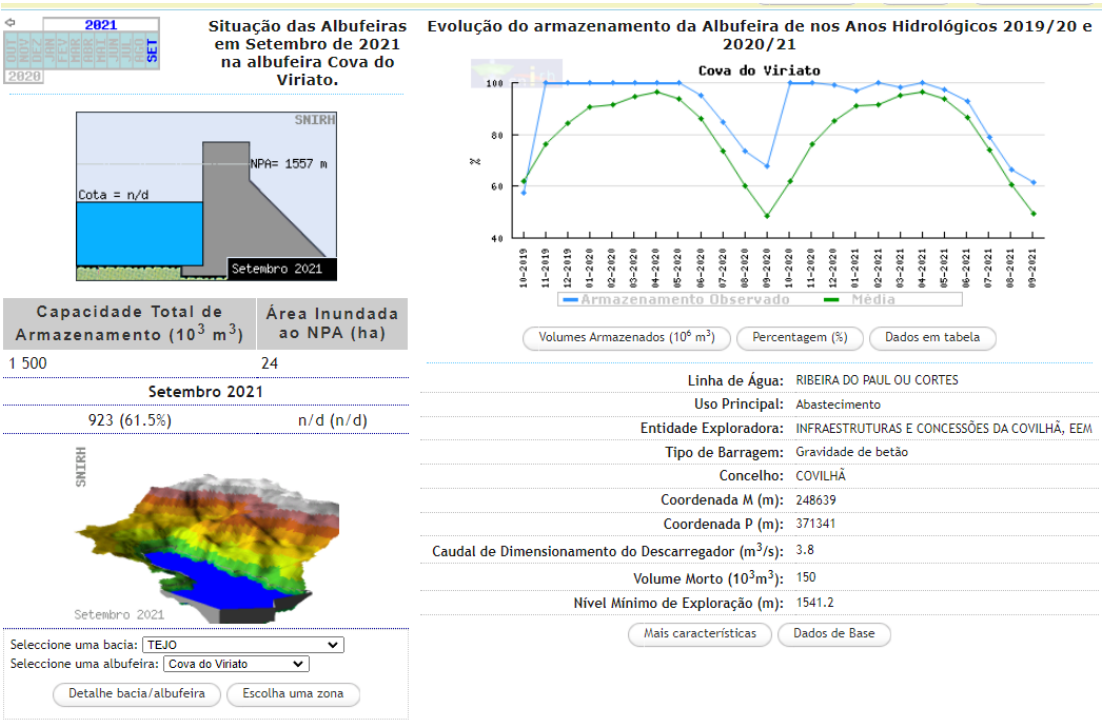


Figura 20 - Print da informação disponível no Site SNIRH (Fonte: SNIRH).

Em cumprimento do disposto no artigo 78.º da LBGPPSOTU e no artigo 198.º do RJIGT, o conteúdo do POACV foi transposto, nos termos da lei, para o PDM da Covilhã, através de uma alteração por adaptação, que se constituiu como a 3.ª Alteração do Plano[18].

[18] Declaração n.º 94/2020, publicada no Diário da República, 2.ª Série – N.º 211 de 29 de outubro de 2020.

5.5. Plano De Ordenamento Do Parque Natural Da Serra Da Estrela

O Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE), inclui o concelho da Covilhã (a Sudeste), de Gouveia, Seia, Guarda, Manteigas e Celorico da Beira. Foi criado pelo Decreto-Lei n.º 557/76 de 16 de julho, por se tratar de uma região onde subsistem refúgios de vida animal e formações vegetais endémicas de importância nacional, que, ainda para mais, possui inegável valor paisagístico e cultural.

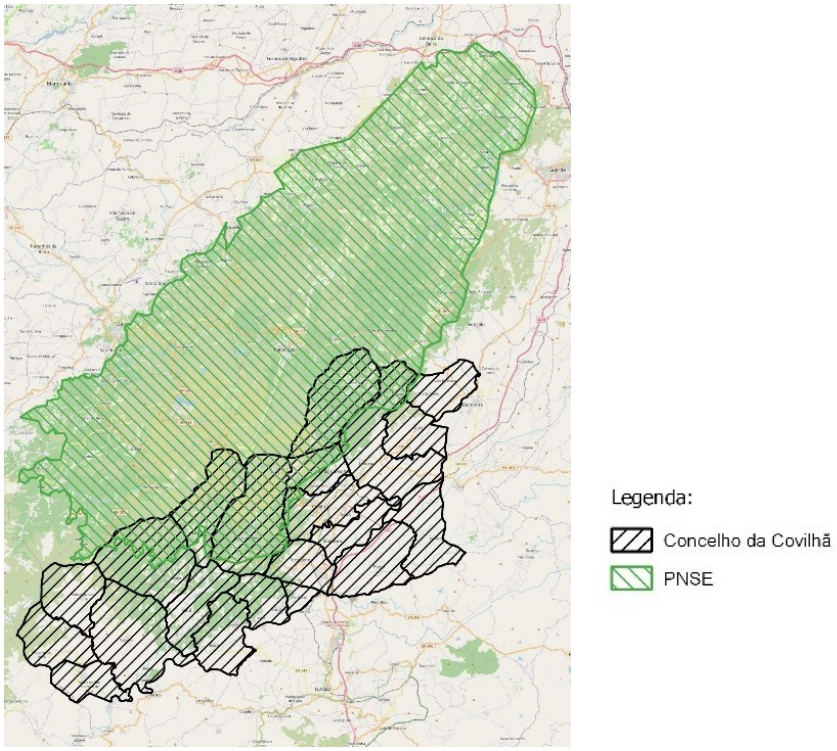


Figura 21 - Parque Natural Serra da Estrela (Fonte: Elaboração própria).

O PNSE é considerado "*uma região de característica económica de montanha, onde vive uma população rural que conserva hábitos e formas de cultura local que interessa acautelar e promover. (...) Sob o aspeto natural, subsistem ainda nesta serra refúgios de vida selvagem e formações vegetais endémicas de importância nacional. (...) Constitui também a Serra da Estrela um extraordinário componente natural de grande valor paisagístico, com panorâmicas de rara beleza (...)".* Com efeito, ali se encontram uma vegetação extraordinariamente rica e uma fauna

variada que inclui mamíferos como o lobo, o javali, a lontra, a gineta, a raposa, a fuinha, o texugo, o gato-bravo e a toupeira-de-água. A criação do Parque tem como principal objetivo "*proteger os aspetos naturais aí existentes e defender o património arquitetónico e cultural, ao mesmo tempo que se deveriam desenvolver as atividades e renovar a economia local, além de promover o repouso e o recreio ao ar livre*".

Os sucessivos estudos realizados sobre o Parque Natural da Serra da Estrela acentuaram o valor e a singularidade do património natural existente, conduzindo à declaração do planalto superior como Reserva Biogenética Europeia, em março de 1993, à designação de uma área de 88 291 ha da Serra da Estrela como sítio de interesse comunitário da região biogeográfica mediterrânea, em julho de 2000, à designação de 99,87ha como *Important Bird Area* (IBA), em 2003, e ainda à qualificação do planalto superior da serra da Estrela e do troço superior do rio Zêzere como "zonas húmidas de importância internacional", ao abrigo da Convenção de *Ramsar*, em 2005.

O Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela (POPNSE), na sua 1ª revisão, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 83/2009, de 9 de setembro, e tem como principais objetivos:

a) *"Assegurar a proteção e a promoção dos valores naturais, paisagísticos e culturais, em especial nas áreas consideradas prioritárias para a conservação da natureza;*
b) *Corresponder aos imperativos de conservação dos habitats naturais, da fauna e da flora selvagens protegidos nos termos do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro;*
c) *Enquadrar as atividades humanas através de uma gestão racional dos recursos naturais, tendo em vista o desenvolvimento sustentável;*
d) *Assegurar a participação ativa de todas as entidades públicas e privadas, em estreita colaboração com as populações residentes."*

Constituem objetivos específicos do POPNSE, segundo o mesmo documento:

a) *"Promover a conservação dos valores naturais, desenvolvendo ações tendentes à recuperação dos habitats e das espécies da flora e fauna indígenas, em particular os 6130 valores naturais de interesse comunitário, nos termos da legislação em vigor;*
b) *Promover o desenvolvimento rural, levando a efeito ações de promoção e valorização das atividades económicas tradicionais compatíveis com a salvaguarda dos valores naturais;*

c) *Assegurar a salvaguarda do património cultural da região em complementaridade com a conservação da natureza e da biodiversidade;*

d) *Promover a educação ambiental, a divulgação e o reconhecimento dos valores naturais e culturais, sensibilizando os agentes económicos e sociais e as populações residentes na região para a necessidade da sua proteção;*

e) *Promover e divulgar o turismo de natureza, sem que daí advenham riscos para a conservação dos valores naturais e paisagísticos."*

Na área de intervenção do POPNSE encontram-se identificadas as seguintes áreas sujeitas a regime de proteção, assinaladas na planta de síntese:

- Área de proteção parcial de tipo I;
- Área de proteção parcial de tipo II;
- Área de proteção parcial de tipo III;
- Área de proteção complementar.

Na tabela seguinte é descrito o âmbito, a localização geográfica e as disposições específicas, com especial relevo para as regras de edificabilidade, para cada Área Proteção supra mencionada:

Tabela 7 - Descrição das Áreas de Proteção do POPNSE (Fonte: POPNSE, ICNB, 2009).

	Área de Proteção Parcial de tipo I	**Área de Proteção Parcial de tipo II**	**Área de Proteção Parcial de tipo III**	**Área de Proteção Complementar**
Características	Espaços onde predominam sistemas e valores naturais de interesse excecional, incluindo formações geológicas e paisagísticas com elevado grau de naturalidade, e que apresentam no seu conjunto um caráter de elevada sensibilidade ecológica	Espaços que contêm valores naturais e paisagísticos de interesse relevante, ou tratando-se de valores excecionais, apresentam uma sensibilidade ecológica moderada	Espaços que contêm valores naturais e paisagísticos de interesse relevante, que apresentam moderada sensibilidade ecológica e que dependem dos sistemas culturais tradicionais	Espaços humanizados onde predominam áreas rurais com valores paisagísticos e culturais relevantes, de moderada sensibilidade ecológica, cuja manutenção pressupõe a intervenção humana, e onde as ações de gestão devem promover o equilíbrio entre os objetivos da conservação da natureza e do desenvolvimento social e económico local
Objetivos	a) A manutenção do estado de conservação favorável das espécies e dos habitats naturais e o funcionamento dos ecossistemas; b) A preservação das formações geológicas e dos valores biológicos e	a) A manutenção do estado de conservação favorável das espécies e dos habitats naturais e o funcionamento dos ecossistemas b) A preservação das formações geológicas e dos valores biológicos e paisagísticos relevantes para a	a) A manutenção do estado de conservação favorável das espécies e dos habitats naturais e o funcionamento dos ecossistemas; b) O uso sustentável dos recursos naturais; c) A preservação dos valores paisagísticos e culturais;	a) A manutenção dos espaços rurais, assegurando a conservação dos valores paisagísticos e culturais; b) O uso sustentável dos recursos naturais; c) A valorização das atividades tradicionais de natureza agrícola, florestal, pastoril ou de exploração de outros

	paisagísticos relevantes para a conservação da natureza e da biodiversidade	conservação da natureza e da biodiversidade c) A valorização das atividades tradicionais da região da serra da Estrela	d) A valorização das atividades tradicionais da região da serra da Estrela.	recursos que constituam o suporte ou que sejam compatíveis com os valores paisagísticos e ambientais a preservar; d) O amortecimento de impactes ambientais decorrentes de atividades humanas suscetíveis de afetar as áreas de proteção parcial.
Localização geográfica	Corresponde genericamente à Zona A da Reserva Biogenética do Planalto Superior (andar superior da serra da Estrela, compreendendo o Alto da Torre, o Terroeiro, a Garganta de Loriga, o Planalto da Lagoa Comprida, o Covão do Urso, o Vale do Conde, as Penhas Douradas, o Curral do Martins, o Vale da Candeeira e os Cântaros	Corresponde aos andares superior e intermédio da serra da Estrela, compreendendo a Torre, o Espinhaço de Cão, a ribeira de Alforfa, a ribeira da Estrela, a serra da Alvoaça, a Penha dos Abutres, a Penha do Gato, a Mata de Casal do Rei, o Covão do Vidoal, a ribeira da Fervença, o vale do Rossim, a Santinha, o Belarteiro, o troço superior do vale do Zêzere, a serra de Baixo, o alto da Ribeira de Beijames, os Piornos e o Alto da Pedrice	Corresponde genericamente ao andar intermédio da Serra da Estrela designadamente o planalto de Videmonte, Corredor de Mouros, Souto do Concelho, Espinhaço de Cão, Vale de Loriga, encosta de S. Bento, Santo Estevão, cumeada da Santinha e Souto de Famalicão	Corresponde ao andar basal da Serra da Estrela, nas quais o território foi modelado a partir de um povoamento historicamente estruturado pela atividade agrícola
Disposições específicas	Áreas não edificáveis. São ainda interditas ampliação ou alteração do uso de	São interditas: A realização de obras de construção, exceto as	Áreas não edificáveis.	Áreas não edificáveis. Estão sujeitas a autorização do ICNB:

(principais regras de edificabilidade)	edificações, com exceção das que forem necessárias ao apoio de atividades de conservação da natureza; realização de novos aproveitamentos hídricos, de novos aproveitamentos energéticos, extração inertes, abertura de novas vias, caça e pesca	previstas no âmbito de ações de conservação da natureza ou necessárias à realização de atividades de animação ambiental; As obras de ampliação ou a alteração de edificações existentes, exceto as previstas no âmbito de ações de conservação da natureza ou necessárias à realização de atividades de animação ambiental; A instalação de infra - estruturas de produção de energia elétrica, exceto situações específicas; A prospeção, a pesquisa e exploração de massas minerais; A abertura de novas vias, com exceção das indispensáveis para as atividades agrícolas e florestais e desde que assegurada a salvaguarda dos valores naturais.	São interditas a prospeção, a pesquisa e a exploração de massas minerais. Estão sujeitas a parecer do ICNB: i) As obras de alteração, ampliação e reconstrução de edificações e infra - estruturas de apoio às atividades agrícolas e florestais ou destinadas à realização de ações de conservação da natureza ii) A alteração ou reconstrução de edificações existentes iii) A instalação de aproveitamentos hídricos para abastecimento público, para rega ou para produção de energia elétrica iv) A instalação de aproveitamentos de energias renováveis não incluídos na alínea anterior, nomeadamente os parques eólicos. v) é permitida a construção ou ampliação de edifícios de apoio	i) A extração de recursos geológicos, bem como de ações de prospeção e pesquisa de massas minerais ii) A instalação de novos estabelecimentos comerciais, sejam de restauração e ou de bebidas ou outros de natureza não alimentar, desde que integrados nos programas de ocupação das áreas prioritárias de valorização ambiental ou inseridos em projetos de valorização do património edificado iii) A instalação de aproveitamentos hídricos para abastecimento público, para rega ou para produção de energia elétrica, iv) A instalação de aproveitamentos de energias renováveis não incluídos na alínea anterior, nomeadamente os parques eólicos, v) As obras de alteração, ampliação e reconstrução de edificações e infra -estruturas de apoio às atividades agrícolas, florestais

			às atividades agrícolas e florestais desde que cumpram as seguintes condições: a) O índice de impermeabilização não pode exceder 0,02; b) A área de implantação não pode exceder 300 m2; c) A altura máxima da edificação permitida é de 4,5 m, com exceção de silos, depósitos de água ou instalações especiais devidamente justificadas. vi) a emissão de parecer pelo ICNB, I. P., às obras de ampliação depende da observação dos seguintes critérios: a) A ampliação de edifícios de habitação e respetivos anexos, desde que inseridos em terrenos com a área mínima de 20 000 m2, não ultrapassando a área de implantação de 200 m2 e cuja altura da edificação não exceda 6,5 m;	ou de exploração de massas minerais ou destinadas à realização de ações de conservação da natureza vi) é permitida a construção ou ampliação de edifícios de apoio às atividades agrícolas e florestais desde que cumpram as seguintes condições: a) O índice de impermeabilização não pode exceder 0,02; b) A área de implantação não pode exceder 300 m2, c) A altura máxima da edificação permitida é de 4,5 m, com exceção de silos, depósitos de água ou instalações especiais devidamente justificadas. vii) a emissão de parecer favorável pelo ICNB, I. P., às obras de ampliação depende da observação dos seguintes critérios: A ampliação de edifícios de habitação e respetivos anexos, desde que inseridos em

		b) A ampliação de edifícios de habitação, mesmo que inseridos em terrenos com área inferior a 20 000 m2, na proporção indispensável à obtenção de condições mínimas de habitabilidade, não ultrapassando 20 % da área de implantação do edifício existente	terrenos com a área mínima de 7500 m2, não ultrapassando a área de implantação de 200 m2 e cuja altura da edificação não exceda 6,5 m; b) A ampliação de edifícios de habitação, mesmo que inseridos em terrenos com área inferior a 7500 m2, na proporção indispensável à obtenção de condições mínimas de habitabilidade, não ultrapassando 20 % da área de implantação do edifício existente A construção ou ampliação de edifícios, equipamentos desportivos e parques de campismo, assim como de estabelecimentos industriais de transformação de matérias-primas locais, pode ser realizada desde que inseridos em terrenos com a área mínima de 10 000 m2, não ultrapassando o índice de impermeabilização de 0,1, a área de implantação de 2000

			m2 e cuja altura da edificação não exceda 6,5 m.

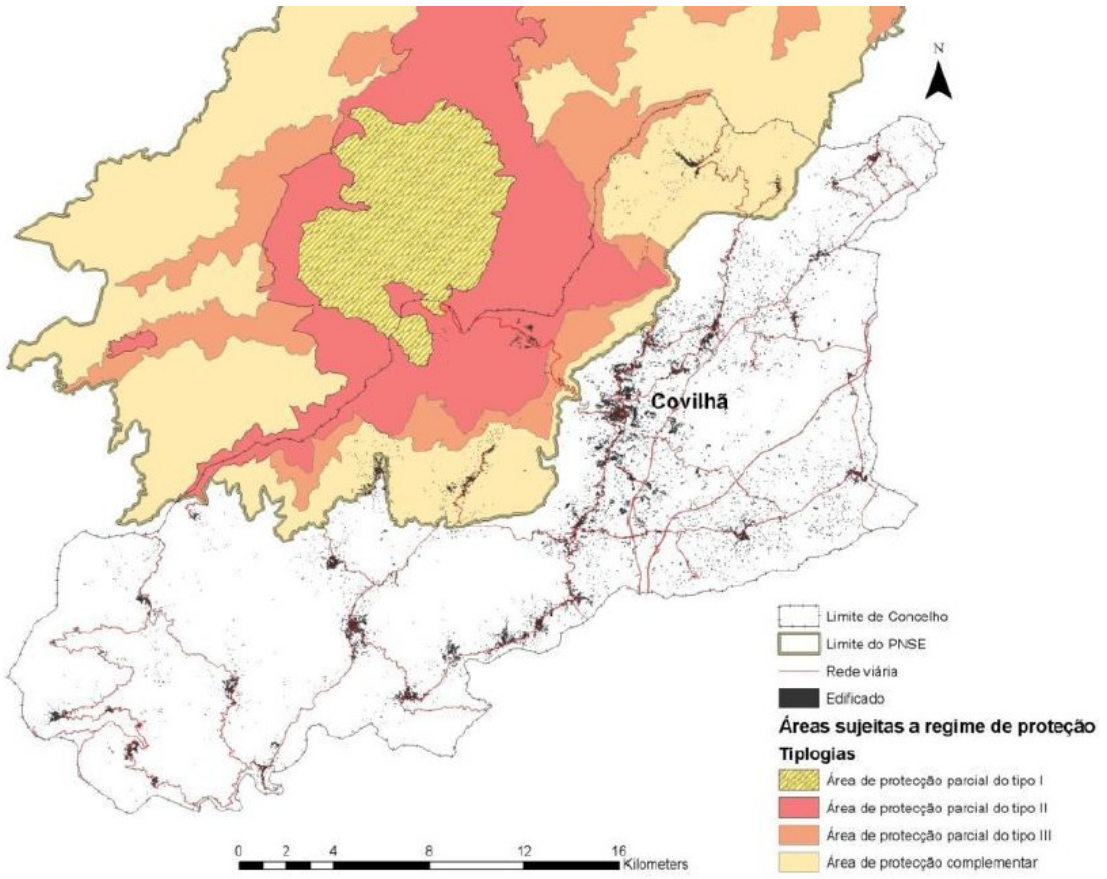


Figura 22 - Áreas de Intervenção Específica por tipologia (Fonte: PONPSE).

Para além destas áreas, são definidas "Áreas de Intervenção Específica", que integram três tipologias:

1. Áreas de conservação da natureza e da biodiversidade - têm como objetivo a recuperação e gestão de habitats de valor relevante, através da realização de projetos e ações que assegurem a sua proteção, a qual se considera prioritária relativamente a quaisquer outros usos. O concelho da Covilhã inclui as seguintes áreas:

a) Ribeira de Beijames – área de azinhal a preservar e recuperar;

b) Troço superior do Vale de Unhais – vale de origem glaciar a preservar e recuperar;

c) Souto do Concelho – talhadia de castanheiros e azevinhal a conservar.

2. Áreas prioritárias de valorização ambiental - têm como objetivo o ordenamento, através da realização de planos, projetos e ações que assegurem a compatibilidade entre o uso público e a sua preservação. Estas áreas foram divididas por tipologias e são as seguintes no concelho da Covilhã:

a. Áreas de proteção e valorização dos recursos hídricos: Albufeira da Cova do Viriato;

b. Áreas com aptidão para o recreio e atividades de animação ambiental: Troço superior do vale do Zêzere, Piornos;

c. Áreas de vocação turística: Penhas da Saúde, Sanatório dos Ferroviários e Varanda dos Carquejais.

3. Área de intervenção específica da Torre - abrange o concelho da Covilhã numa área muito reduzida.

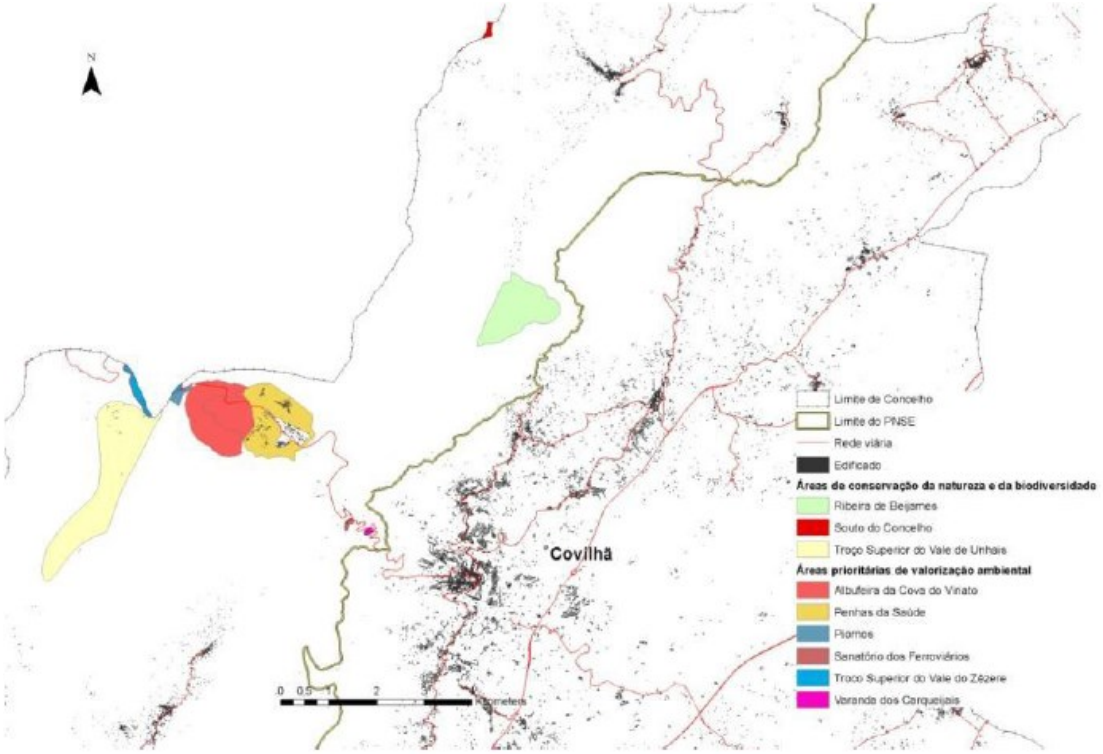


Figura 23 - Áreas de intervenção específica - POPNSE (Fonte: POPNSE).

Importa referir as "Áreas não abrangidas por regime de proteção" que são todas aquelas onde, sem prejuízo da demais legislação em vigor, não é aplicado qualquer nível de proteção no âmbito do POPNSE; estas incluem os perímetros urbanos definidos nos PMOT e os aglomerados rurais identificados na Planta de Síntese.

Em cumprimento do disposto no artigo 78.º da LBGPPSOTU e no artigo 198.º do RJIGT, o conteúdo do POPNSE foi transposto, nos termos da lei, para o PDM da Covilhã, através de uma alteração por adaptação, que se constituiu como a 3.ª Alteração do Plano[19].

5.6. Plano Regional De Ordenamento Florestal do Centro Interior

Atendendo às orientações da Lei de Bases da Política Florestal, o ordenamento e gestão florestal serão feitos através dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal, que deverão explicitar as práticas de gestão a aplicar aos espaços florestais. A adoção destes instrumentos constitui o contributo do setor florestal para os instrumentos de gestão territorial no que concerne à ocupação, uso e transformação do solo nos espaços florestais.

O Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior (PROF-CI)[20], aprovado pela Portaria n.º 55/2019 de 11 de fevereiro, é um plano sectorial de ordenamento do território que que estabelecem normas específicas de utilização e exploração florestal dos seus espaços, com a finalidade de garantir a produção sustentada do conjunto de bens e serviços a eles associados.

Os PROF são o elemento da operacionalização dos temas da ENF que incidem sobre o ordenamento do uso florestal do território. A ENF tem como horizonte 2030, o qual é também

[19] Declaração n.º 94/2020, publicada no Diário da República, 2.ª Série – N.º 211 de 29 de outubro de 2020.

[20] O Decreto-lei 16/2009 de 14 de janeiro regulamenta o Artigo 5º da Lei de Bases da Política Florestal (Lei 33/96 de 17 de agosto), que institui os PROF. O Decreto-lei n.º 16/2009, de 14 de janeiro foi alterado pelo Decreto-lei n.º 114/2010, de 22 de outubro e parcialmente revogado pelo Decreto-lei n.º 27/2014, de 18 de fevereiro. A Portaria n.º 364/2013, de 20 de dezembro define a estrutura e o conteúdo dos PROF.

o horizonte intermédio dos PROF, sendo o seu horizonte de trabalho 2050. Assim, os PROF antecipam a reflexão sobre a ENF para além do seu próprio horizonte, embora possam sempre ser revistos, acompanhando revisões da ENF.

Articula-se com instrumentos são referenciais estratégicos, tais como:

- A Estratégia Nacional para as Florestas (ENF);
- Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC);
- A Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB);
- O Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PANCD).
- O PROF-CI apresenta um diagnóstico da situação existente na região e efetua uma análise estratégica que permite definir objetivos gerais e específicos, delinear propostas de medidas e ações, assim como definir normas de intervenção para os espaços florestais e modelos de silvicultura aplicáveis a povoamentos tipo, dando cumprimento aos objetivos enunciados.

Tabela 8 - Síntese dos Objetivos Gerais e dos Objetivos Estratégicos.

Objetivos Gerais	Objetivos Estratégicos
a avaliação das potencialidades dos espaços florestais, do ponto de vista dos seus usos dominantes;	Minimização dos riscos de incêndios e agentes bióticos.
a definição do elenco de espécies a privilegiar nas ações de expansão e reconversão do património florestal;	Especialização do território.
a identificação dos modelos gerais de silvicultura e de gestão dos recursos mais adequados;	Melhoria da gestão florestal e da produtividade dos povoamentos.
a definição das áreas críticas do ponto de vista do risco de incêndio, da sensibilidade à erosão e da importância ecológica, social e cultural, bem como das normas específicas de silvicultura e de utilização sustentada dos recursos a aplicar nestes espaços.	Internacionalização e aumento do valor dos produtos.
	Melhoria geral da eficiência e competitividade do setor.
	Racionalização e simplificação dos instrumentos de política.

Com vista a uma abordagem uniforme ao nível nacional, a elaboração da revisão dos PROF seguiu alguns critérios, definidos à priori, entre ele os que conduziram à delimitação das sub-regiões homogéneas, transversais a todos os 7 PROF, cujas funções gerais dos espaços florestais são:

- Pd – Produção;
- Pt– Proteção;
- C – Conservação de habitats, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos;
- Sc/P – Silvopastorícia, da caça e da pesca nas águas interiores;
- Re – Recreio e valorização da paisagem.

A delimitação das SRH teve por base os limites das SRH nos PROF anteriores, sendo o objetivo geral a manutenção das delimitações existentes, bem como a designação respetiva dos mesmos.

Em algumas situações justificam-se e admitiram-se ajustes, nomeadamente a limites biofísicos, limites das áreas classificadas e aptidão produtiva das principais espécies, bem como os que naturalmente resultam da alteração da área territorial dos PROF face aos da primeira geração.

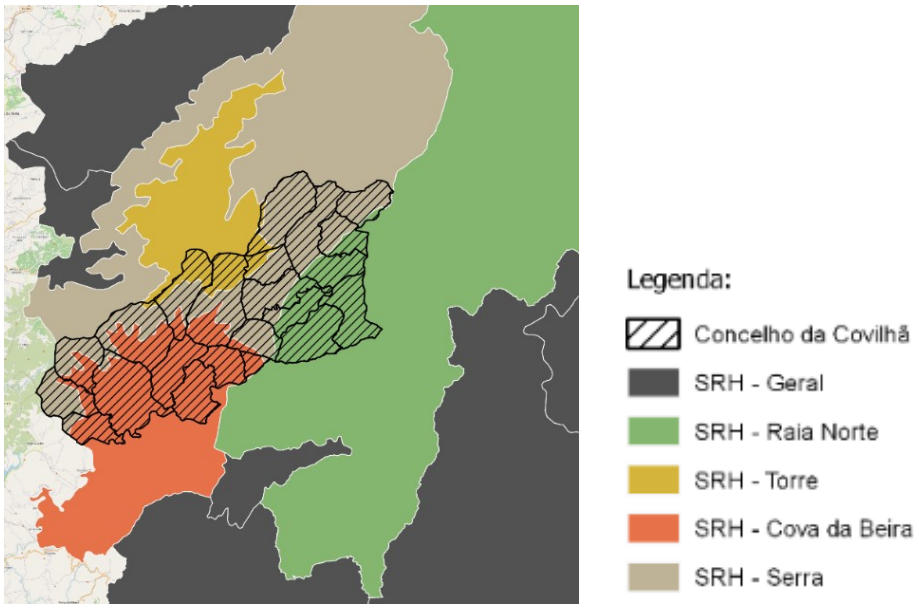


Figura 24 - Sub-regiões do PROF-CI no Concelho da Covilhã.

Assim, o Concelho da Covilhã, segundo o PROF-CI, o qual integra, é composto pelas seguintes Sub-região Hidrográficas:

1. **316J02-Estrela**

As três funções principais desta SRH são (sem diferença de prioridade entre si): Conservação, Recreio e Silvopastorícia, Caça e Pesca.

A Rede Natura 2000 está presente em 68,2% % do território da SRH (PTCON0014 – Serra da Estrela/Parque Natural da Serra da Estrela e PTCON0051– Complexo do Açor). A SRH tem aptidão regular a boa para a produção de eucalipto e sobreiro respetivamente em 90% e 74% da sua superfície, contudo apenas 0,3% e 0,2%, respetivamente, da superfície da SRH é ocupada por povoamentos de eucalipto e sobreiro, pelo que não se considera adequada a atribuição da função "Produção" com base nestas espécies. Os espaços florestais, a área florestal arborizada, o mato e as pastagens ocupam respetivamente 82%, 22%, 49% e 11% da superfície da SRH. A produtividade cinegética é tendencialmente média. A fração da área ocupada por ZIFs é 14,8%. A composição dos povoamentos florestais é apresentada na Tabela 9.

O risco de erosão hídrica médio e elevado é de 29% no território da SRH. A fração do território da SRH com perigosidade elevada e muito elevada de incêndio florestal é de 82,2%.

2. **316J05-Torre**

As três funções principais desta SRH são (sem diferença de prioridade entre si): Conservação, Proteção e Silvopastorícia, Caça e Pesca.

O Parque Natural da Serra da Estrela ocupa 100% do território da SRH, com território sobreposto à Rede Natura 2000 (PTZPE0014 – Serra da Estrela). A SRH tem aptidão regular a boa para a produção de eucalipto em 78% da sua superfície, não existindo, contudo, ocupação com eucalipto nesta SRH, pelo que se considerou a não atribuição da função Produção.

Os espaços florestais, a área florestal arborizada, o mato e as pastagens ocupam respetivamente 55%, 6%, 43% e 6% da superfície da SRH. A produtividade cinegética tendencialmente média. A fração da área ocupada por ZIFs é 1,7%. A composição dos povoamentos florestais é apresentada na Tabela 9.

O risco de erosão hídrica médio e elevado ocorre em 38% do território da SRH. A fração da perigosidade elevada e muito elevada de incêndio florestal é de 97,4%.

3. **316J04-Cova da Beira**

As três funções principais desta SRH são (sem diferença de prioridade entre si): Produção, Proteção e Silvopastorícia, Caça e Pesca.

A SRH tem aptidão regular a boa para a produção de eucalipto e sobreiro respetivamente em 99% e 93% da sua superfície. Os espaços florestais, a área florestal arborizada, o mato e as pastagens ocupam respetivamente 85%, 41%, 40% e 4% da superfície da SRH. A produtividade cinegética é tendencialmente média. A fração da área ocupada por ZIFs é de 5,4%. A produtividade cinegética é tendencialmente média. A composição dos povoamentos florestais é apresentada na Tabela 9.

O risco de erosão hídrica médio e elevado ocorre em 20% do território da SRH. A fração do território da SRH com perigosidade elevada e muito elevada de incêndio florestal é de 81,4%.

4. **316J08-Raia Norte**

As três funções principais desta SRH são (sem diferença de prioridade entre si): Produção, Proteção e Silvopastorícia, Caça e Pesca.

A SRH tem aptidão regular a boa para a produção de eucalipto em 79% e para o pinheiro-bravo em 80 % da sua superfície. Os espaços florestais, a área florestal arborizada, o mato e as pastagens ocupam respetivamente 67%, 13%, 24% e 29% da superfície da SRH. A fração da área ocupada por ZIFs é de 8,4%. A produtividade cinegética é tendencialmente média. A composição dos povoamentos florestais é apresentada na Tabela 9.

O risco de erosão hídrica médio e elevado ocorre em 2% do território da SRH. A fração do território da SRH com perigosidade elevada e muito elevada de incêndio florestal é de 66,7%.

A visão para a floresta nacional considera um futuro onde as florestas sejam vitais, produtivas e multifuncionais. Onde as florestas contribuam efetivamente para o desenvolvimento sustentável, por via da promoção e incremento dos bens e serviços providos pelos ecossistemas, assegurando bem-estar humano, um ambiente saudável e o desenvolvimento económico. Onde o potencial único das florestas para apoiar uma economia verde, providenciar meios de subsistência, mitigação das alterações climáticas, conservação da biodiversidade, melhorando a qualidade da água e combate à desertificação, é realizado em benefício da sociedade.

5.7. Plano Regional De Ordenamento Do Território Do Centro

A elaboração do Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro (PROT Centro) foi determinada pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 31/2006, de 23 de março. Esse procedimento de elaboração do PROT Centro nunca foi concluído e por esse motivo nunca entrou em vigor. Não obstante tem constituído um documento de orientação e por esse motivo se faz em seguida apenas uma muito breve súmula, no sentido de enquadrar o concelho neste IGT de relevância crucial no domínio do ordenamento do território e na definição de uma estratégia de desenvolvimento local.

A proposta do PROT Centro teve por base uma visão estratégica desenvolvida com base nas seguintes problemáticas:

1. Enquadramento estratégico do QRE-Centro;
2. Proposta de geoestratégia territorial;
3. Valorizar estrategicamente os ativos específicos de internacionalização da Região;
4. Viabilizar a transição sustentada na região para a Sociedade Inclusiva do Conhecimento;
5. Visão estratégica territorialmente diferenciada para o mundo rural;
6. Valorizar complementaridades e sinergias entre recursos turísticos suscetíveis de reconhecimento de procura;
7. Valorizar os recursos culturais e patrimoniais como ativos específicos de afirmação;
8. Valorizar o potencial de energias renováveis da Região como fator de diferenciação competitiva;
9. Organizar e valorizar o potencial para o policentrismo;
10. Potenciar a biodiversidade e as suas mais-valias ambientais;
11. Implementar políticas de prevenção e mitigação de riscos;
12. Uma estratégia para os territórios de baixa densidade.

A concretização desta visão para a Região é explicitada na Proposta de Modelo Territorial, através da territorialização das principais orientações estratégicas. A construção do Modelo Territorial para a região Centro foi desenvolvida com a seguinte abordagem:

A. Texturas e estruturas do modelo territorial - análise do território com base numa reflexão em torno das texturas e estruturas territoriais, sendo que:

- a "textura" enfatiza os indicadores físicos associados às características naturais (relevo, rede hidrográfica, climas), de paisagem, dos principais usos agrícolas e florestais, e das áreas sujeitas a regimes de proteção ambiental e/ ou de perigosidade natural ou tecnológica, integrando ainda a análise as variáveis demográficas. Esta divide-se em: "textura" biofísica e "textura" demográfica e de povoamento;
- a "estrutura" aborda aspetos relacionados com as variáveis económicas (emprego), polaridades urbanas, infraestruturas arteriais de mobilidade e parâmetros de vulnerabilidade social e de exposição ao risco. Esta divide-se em: concentrações residenciais e de emprego e rede viária e nucleações urbanas, relações funcionais e redes.

A este nível a Covilhã surge integrada no eixo Guarda, Covilhã/Fundão, Castelo Branco, onde estas três aglomerações de destacam, sendo o território intersticial caracterizado pela rarefação, sendo a Cova da Beira a unidade territorial onde se regista uma maior difusão do povoamento fora dos núcleos urbanos.

O Plano destaca ainda os seguintes elementos de estruturação:

- A fragilidade das relações funcionais a partir da Guarda, Covilhã e Castelo Branco;
- A fragilidade da relação entre Coimbra e Covilhã;
- A quantidade de aglomerados da rede complementar relativamente "soltos" e posicionados em contextos de grande rarefação, baixa densidade, dimensão crítica e também de relativa fragilidade regional de especialização funcional e base económica.

B. Sistemas estruturantes do modelo territorial - constituem plataformas de integração de conhecimento consideradas necessárias para a formulação das representações síntese do modelo, que assentam em:

1. Sistemas produtivos

Prospetiva económica e inovação – a estratégia de desenvolvimento territorial preconizada alicerça-se em 3 grupos territoriais distintos, mas complementares:

- Territórios com forte capacidade de produção e vocação para disseminação de conhecimento e de novas tecnologias (Baixo Vouga, Baixo Mondego e Cova da Beira);

- Territórios com vocação para apropriação de conhecimento e de novas tecnologias (Pinhal Litoral, Dão-Lafões e o Eixo Interior);
- Territórios de baixa densidade cujas características requerem políticas públicas que reforcem a articulação com os principais núcleos de desenvolvimento.

O desenvolvimento da região Centro deverá basear-se na articulação diferenciada dos papéis destes territórios diferenciados partindo das suas especificidades.

Neste contexto, o PROT considera que o eixo da Beira Interior (Guarda -Covilhã/Fundão-Castelo Branco) é "fundamental na estruturação e amarração das políticas de desenvolvimento territorial do interior da região Centro", que para além de "possuir capacidade de criação de conhecimento e de formação superior, tem uma forte representatividade de emprego nas fileiras agroalimentar e da moda". Verifica-se ainda um potencial de crescimento de serviços e cuidados de saúde.

O eixo interior deverá por isso investir no aumento da capacidade relacional dos seus elementos de ciência e tecnologia e destes com as empresas, ao mesmo tempo que estimula a cooperação com os principais polos regionais de produção de conhecimento e de desenvolvimento de novas tecnologias. Este eixo beneficia ainda de bons níveis de acessibilidade entre os principais núcleos urbanos e de potencial para estruturar o relacionamento transfronteiriço.

Desenvolvimento rural e atividades agroflorestais – numa perspetiva global, o espaço agrícola ou florestal deve ser classificado em três grandes grupos: produção agrícola, produção florestal e outras áreas parcialmente ocupadas com atividades não direcionadas para o mercado, sendo que estas últimas devem classificar-se consoante a principal vertente da sua utilização dominante – produção florestal, reserva ambiental e conservação da natureza (floresta de conservação e proteção ou outros espaços naturais), e outras atividades territoriais (caça, pesca, iniciativas desportivas e ambientais, turismo, entre outras). A valorização da produção agrícola e florestal obriga a passar da perspetiva de uma agricultura indiferenciada para a noção de produto-marca-território, criando assim espaços agrícolas competitivos e que contribuam para o desenvolvimento rural.

A este nível o concelho da Covilhã integra-se a "Área Agrícola e Florestal da Cova da Beira", onde a fruticultura assume particular relevância e a "Área Agrícola e Florestal Interior", área de desenvolvimento do olival, pequenos ruminantes e floresta multifuncional.

Turismo – a proposta de modelo territorial para o desenvolvimento turístico da região Centro assenta num conjunto de pressupostos orientadores, que importa explicitar para compreender o alcance do modelo proposto:

- A transversalidade do desenvolvimento turístico e a sua transformação como instrumento de reconversão produtiva e socioeconómica de territórios em perda demográfica e produtiva requer:

i. a existência de fatores de atratividade e de competências de gestão;
ii. a definição rigorosa de segmentos de mercado;
iii. a garantia de condições de acessibilidade e mobilidade;
iv. a consolidação de produtos turísticos suscetíveis de assegurar a sustentabilidade dos fatores de atratividade; v) a disseminação de práticas de hospitalidade entre a população local;

- Os efeitos multiplicadores de rendimento e de emprego que tendem a alargar a influência da atividade turística, para além dos espaços que apresentam fatores de atratividade, devem ser tidos em conta;

- O reforço da capacidade empresarial no setor é fundamental, assim como assegurar a essa capacidade empresarial uma maior intervenção no desenho de estratégias de organização de oferta, de valorização de recursos e de captação de mercados.

O PROT Centro reforça a criação e consolidação de rotas regionais e o desenvolvimento de atividades de animação, que associem o recreio e o lazer com o património cultural e ambiental (natural), como forma de potenciar os produtos estratégicos definidos no Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT).

Na perspetiva de turismo multitemático e em função da qualidade dos produtos turísticos regionais, o modelo territorial de desenvolvimento do PROT Centro evolui em torno de quatro áreas de ordenamento da atividade turística, onde se podem criar sinergias e integrar recursos e produtos turísticos: Centro Litoral, Dão-Lafões, Pinhal e Beira Interior. Existem na região dois polos turísticos, a Serra da Estrela, e Leiria-Fátima.

O polo de desenvolvimento turístico da Serra da Estrela, que integra o destino de montanha de referência no contexto nacional, aposta, essencialmente, no desenvolvimento de dois produtos:

- O touring alicerçado na criação de rotas temáticas;
- O turismo de natureza, com um vasto conjunto de recursos a explorar, com destaque para o Parque Natural da Serra da Estrela e a existência de neve.

A cidade da Covilhã constitui-se ainda como uma centralidade urbano-turística de nível 1.

Património Cultural – constitui um recurso de grande importância na afirmação e desenvolvimento da região Centro, no entanto, conforme diagnosticado "de um caráter finito, frágil, facilmente destrutível e não renovável". Este é ainda identificado como um "recurso de desenvolvimento nas áreas demográfica e economicamente fragilizadas" essencial a sua valorização e integração plena na paisagem.

2. Sistema urbano

As apostas estratégicas e a construção do modelo territorial baseiam-se num conjunto de fundamentos que devem constituir-se como referencial para o desenvolvimento do Sistema Urbano da região Centro:

- O sistema urbano está polarizado por um pequeno núcleo de cidades. Em torno de cada cidade há um território onde gravitam outras aglomerações urbanas e espaços rurais, definindo territórios polarizados, que se organizam em torno de mobilidades para o trabalho e usufruto de comércio e serviços estruturando subsistemas urbanos;
- Os subsistemas urbanos não são estruturas fechadas, mas espaços de articulação de geometria variável, havendo um potencial de concertação estratégica regional e com as regiões adjacentes que deve ser dinamizado;
- Os subsistemas urbanos lideram as redes de internacionalização regional. Dominantemente organizadas a partir da base económica e das redes de conhecimento (redes tecnológicas e de investigação e formação avançada);

- Os subsistemas urbanos estabelecem um contexto apropriado para conceber projetos estruturantes, para consolidar estratégias concertadas e para contratualizar as diferentes realizações sectoriais.

O subsistema urbano da Beira Interior desenvolve-se em torno do corredor do IP2/A23, abrangendo as aglomerações da Guarda, Belmonte, Covilhã/Fundão e Castelo Branco, que polarizam os territórios de baixa densidade envolventes. Neste contexto a Covilhã, considerado centro urbano regional, destaca-se pelos serviços do conhecimento associados à oferta de ensino superior (Universidade da Beira Interior). Em conjunto com o Fundão a Covilhã constitui-se como uma polaridade urbana.

3. Sistema de acessibilidades e transportes

As opções estratégicas de atuação sobre o sistema de transportes e logística da região procuram responder às necessidades de reorientação do atual modelo territorial que passam por:

- Consolidar a rede de infraestruturas de transporte e logística de suporte à afirmação externa dos principais sistemas urbanos regionais;

- Concluir a rede básica de infraestruturas de transporte de suporte à melhoria da acessibilidade intrarregional;

- Reorganizar a oferta de serviços de transporte público de âmbito sub-regional e local de modo a ganhar eficácia e eficiência das necessidades de mobilidade da população.

Em termos de consolidação e otimização, o modelo territorial preconizado pelo PROT-Centro assenta em quatro corredores estruturantes (Corredor do Litoral; Corredor do Interior (incluindo IC31); Corredor Aveiro-Vilar Formoso; Corredor Figueira da Foz-Castro Daire), todos eles de cariz rodoferroviário, os quais devem desempenhar um papel fundamental na realização do potencial de desenvolvimento e internacionalização da base económica regional e, inclusivamente, na própria conectividade entre os principais sistemas urbanos da Região.

Em matéria de construção e qualificação, o modelo territorial preconizado pelo PROT Centro define quatro Eixos Prioritários de Coesão (Tomar/ Coimbra - IC37; Covilhã/ Coimbra - IC6; Oliveira do Hospital/ Fornos de Algodres (Guarda) - IC7; Castelo Branco/ Pombal - IC8; Covilhã/ Viseu - IC6-IC7-IC37), todos eles de cariz rodoviário, os quais se revelam absolutamente

necessários para mitigar os défices de integração espacial, económica e social que ainda se verificam em vastas parcelas do território regional. A materialização dos Eixos Prioritários de Coesão deverá assentar na concretização dos Itinerários Complementares previstos no âmbito do Plano Rodoviário Nacional, admitindo otimizações no traçado aí sugerido por este instrumento que contribuam para a racionalização dos custos de construção e para a minimização de impactes ambientais

Referência ainda para a via-férrea que assume na estratégia de acessibilidades e transportes da região um papel relevante na criação de condições de mobilidade intrarregião e da sua articulação com o exterior. As opções fundamentais passam por: maximizar as condições de ancoragem do TGV na região; por minimizar impactes ambientais do atravessamento do cordão litoral pelo traçado do TGV; eletrificar a Linha da Beira Baixa; reforçar as condições e modelo de funcionamento da Linha da Beira Alta; entre outras. Refira-se, porém, que a suspensão do projeto do TGV e o encerramento de inúmeros serviços ferroviários veio colocar um pendor de incerteza sobre este domínio, que, no entanto, se considera fundamental para competitividade do eixo interior do país.

4. Sistema de Proteção e Valorização Ambiental

A região Centro integra um importante conjunto de áreas de elevado valor ecológico/ambiental/hidrológico, apresentando, contudo, fatores de degradação e poluição ambiental que afetam de forma significativa os recursos e valores naturais.

A Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA) é parte integrante do modelo territorial e consiste no conjunto de áreas com valores naturais e sistemas fundamentais para a proteção e valorização ambiental, tanto na ótica do suporte à vida natural como às atividades humanas. É, no essencial, constituída por áreas nucleares, nas quais se integram as áreas classificadas (Áreas Protegidas, ZPE e SIC da Rede Natura 2000, IBAs, etc.) e outras áreas sensíveis (povoamentos de folhosas autóctones, zonas húmidas, sistemas dunares e arribas costeiras, entre outras) e corredores ecológicos, classificados em estruturantes (linhas de água principais e zona costeira) e secundários (corredores ecológicos dos PROF).

A implementação do modelo territorial deverá também ser acompanhada da promoção de um vasto conjunto de medidas específicas, de entre as quais se destacam:

- Dar prioridade à construção de infraestruturas ligadas ao saneamento e ao tratamento de águas residuais nas áreas identificadas como problemáticas/conflituosas;
- Salvaguardar as áreas onde a qualidade da água é superior impedindo assim a sua contaminação;
- Perceber a paisagem como um recurso de suporte da atividade do homem, promotor da qualidade de vida das populações e do desenvolvimento;
- Reconhecer e inverter a descaracterização e degradação da paisagem, proporcionada pela extração de recursos não ordenada, escombreiras, escavações, lixeiras, vazadouros, desenho e manutenção desadequada das estradas municipais e caminhos vicinais, cursos de água descontínuos e degradados;
- Reconhecer e inverter os padrões de paisagem pobres, resultantes da ineficiência no ordenamento das matas de suporte e florestas de produção; do espaço agrícola desordenado e sebes de compartimentação descontinuadas; do uso ineficiente dos solos agrícolas; do crescimento desordenado dos perímetros urbanos e urbanização difusa ao longo das vias de comunicação, resultando na perda de unidade dos aglomerados;
- Aceitar e aproveitar as oportunidades referentes às paisagens, como o valor da identidade das suas várias unidades, que é elementar para a sustentabilidade dos povoamentos; a diversidade e qualidade; o valor cénico das paisagens ordenadas; a valorização da paisagem como fator de melhoria da qualidade do ambiente, do nível de vida e das condições de vida das populações, promovendo o desenvolvimento do recreio, da saúde, da economia locais;
- Promover o ordenamento e organização das paisagens do centro do país, valorizando a sua diversidade;
- Desenvolver o turismo de natureza/interior;
- Intervir na Serra da Estrela a fim de se ordenar a atividade turística, promover as atividades agrossilvopastoris e as espécies autóctones, de acordo com o previsto na respetiva Intervenção Territorial Integrada;
- Promover a instalação/conservação da galeria ripícola, promover o tratamento das águas residuais antes do lançamento ao meio hídrico e promover condições que permitam a migração/circulação das espécies ao longo das linhas de água.

5. Sistema de riscos naturais e tecnológicos

Foram identificados cinco espaços de risco (Litoral, interface Litoral/Interior, Alto Vouga e do Médio e Alto Mondego, Maciço Central e Beira Serra Sul e Raiano) que representam espaços de associação tipológica e de grau de incidência, com incidência na análise, gestão e operacionalização dos riscos.

A Covilhã integra o Espaço do Maciço Central e Beira Serra Sul, onde se destaca a elevada incidência de processos climáticos e meteorológicos extremos, aos quais se associa uma elevada suscetibilidade à seca, a ondas de calor, a vagas de frio e a incêndios florestais. Embora com menor incidência territorial, regista-se também um elevado grau de suscetibilidade relacionado com movimentos de massa, cheias e inundações.

No concelho da Covilhã, à escala do PROT, são identificadas as seguintes situações de perigosidade:

- Suscetibilidade muito elevada a movimentos de massa, em pequenos setores do território;
- Suscetibilidade elevada a movimentos de massa;
- Suscetibilidade muito elevada à seca;
- Suscetibilidade muito elevada a ondas de calor;
- Suscetibilidade muito elevada a incêndios florestais, em pequenos setores do território;
- Suscetibilidade ao transporte de mercadorias perigosas – Gasoduto.

Modelo Territorial

Da integração dos diversos sistemas resulta o Modelo Territorial do PROT Centro. A região Centro caracteriza-se pela sua diversidade de âmbitos geográficos e também por uma dicotomia litoral/ interior que, genericamente, é reconhecida por todos. Esta opõe as Terras Baixas do Litoral – grosso modo o Baixo Vouga, Baixo Mondego e Pinhal Litoral – às montanhas e planaltos da Cordilheira Central e das Beiras Alta e Baixa. Estas diferenças levam à necessidade de serem definidas Unidades Territoriais (UT), como espaços geográficos relevantes para a definição de políticas públicas de base territorial enquadráveis nos IGT e para a formulação de orientações estratégicas de suporte à territorialização de políticas não enquadráveis em IGT, que, ao nível sub-regional contribuem para a operacionalização dos objetivos contidos no PROT Centro.

As Unidades Territoriais definidas são:

i. Centro Litoral;
ii. Dão-Lafões e Planalto Beirão;
iii. Beira Interior;
iv. Pinhal Interior e Serra da Estrela.

O território da Covilhã integra a unidade Beira Interior, podendo esta considerar-se dividida em três áreas marcadas por características biofísicas diferenciadas, a Beira Interior Norte, a Beira Interior Sul e numa área de depressão entre estas, a Cova da Beira, que integra o concelho da Covilhã. A rede urbana desta unidade é caracterizada por duas realidades distintas: por um lado a presença de uma "armadura urbana de nível regional" que integra as aglomerações da Guarda, eixo Covilhã/Fundão, e Castelo Branco, e por outro lado "uma constelação de pequenos centros", onde se regista uma tendência acentuada de quebra demográfica e envelhecimento.

Atendendo a estas assimetrias e à necessidade de consolidação de um modelo territorial de âmbito regional, destacam-se as seguintes prioridades de intervenção nesta unidade:

1. O fecho das redes arteriais rodoviárias, procurando melhorar as ligações nacionais entre as principais cidades e polos económicos, e as ligações inter-regionais e transfronteiriças;
2. O reforço funcional das principais cidades a par da fixação da rede de pequenos aglomerados;
3. A gestão das políticas para a baixa densidade e para a rarefação, sobretudo em relação à rede de equipamentos e de serviços de proximidade;
4. O reforço funcional das sedes de concelho, assegurando um "pacote mínimo" de funções, equipamentos e serviços;
5. Especial atenção para a população envelhecida, primeira infância e idade escolar;
6. Prioridade ao ensino profissional, combinando saberes horizontais com especializações, instituições e saberes localmente enraizados;
7. Política de apoio ajustada às microempresas com especial atenção aos setores contemplados nos programas de desenvolvimento rural, no turismo e nos serviços pessoais
8. Possibilidade de trabalhar lógicas de fileira;
9. Discriminar positivamente a amarração local das iniciativas;

10.Aprofundar as possibilidades de redes/projetos temáticos de expressão regional, nacional ou mesmo internacional.

Atendendo ao Modelo Territorial e à definição das Unidades Territoriais, o PROT Centro estabelece um quadro orientador, que "assume uma natureza indicativa e estratégica, propondo um modelo de organização e estruturação do território". É neste sentido que o Plano enfatiza que "as normas orientadoras do PROT Centro, embora não assuma uma natureza regulamentar, constituem orientações com incidência nos diferentes domínios do ordenamento territorial e urbano. Assim, os critérios de ordenamento e gestão territorial tendentes a estabelecer padrões de contenção, polaridade, mobilidade e sustentabilidade, têm em conta os diferentes modelos de afirmação da urbanidade na região, de forma a que as orientações e recomendações sejam incorporados nos PMOT que determinam em exclusivo o uso do solo". Estas normas são subdivididas em:

- Normas gerais, que identificam os princípios gerais de enquadramento que consubstanciam a filosofia de regulação e de gestão territorial que suporta a proposta de modelo territorial;
- Normas específicas por domínio de intervenção, que definem o conjunto de orientações a respeitar pelas diferentes entidades públicas cuja intervenção é considerada necessária para a concretização do modelo territorial, com aplicação generalizada a todo a região;
- Normas de base territorial, que sistematizam as orientações que devem preferencialmente aplicar-se nas diferentes Unidades Territoriais consignadas na proposta de modelo territorial;
- Orientações de Política sectorial, definidas para alguns domínios e consideradas necessárias para assegurar a viabilização da proposta de modelo territorial.

A 17 de dezembro de 2021 foi publicada a Resolução de Conselho de Ministros n.º 177/2021, que determinou a elaboração do Programa Regional de Ordenamento do Território do Centro (PROT Centro), com a seguinte finalidade:

a) Reforçar a coesão territorial e a cooperação interurbana e rural -urbana;

b) Contribuir para a eficiência e articulação do processo de planeamento territorial, completando o quadro de referência estratégico regional, orientador para os planos territoriais e para os instrumentos de programação estratégica e operacional de âmbito regional;

c) Contribuir para a racionalidade e territorialização dos investimentos públicos em articulação com as políticas setoriais, garantindo a articulação com a Estratégia Portugal 2030, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2020, de 13 de novembro, bem como com os princípios orientadores e a estrutura operacional do período de programação de fundos europeus da política de coesão relativo a 2021 -2027, previstos na Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2020, de 13 de novembro;

d) Estabelecer orientações e diretrizes específicas para a definição dos regimes de ocupação, uso e transformação do solo, tendo em consideração preocupações relevantes de interesse nacional e regional, nos termos das orientações do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), aprovado pela Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro, e dos n.os 2 e 3 do artigo 16.º do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto.

Para além dos objetivos gerais estabelecidos no artigo 53.º do RJIGT, a elaboração do PROT Centro deverá prosseguir os seguintes objetivos:

a) Definir as opções estratégicas de base territorial para o desenvolvimento das regiões Norte e Centro em concretização dos cinco grandes desafios territoriais e das 15 opções estratégicas de base territorial identificados no PNPOT;

b) Estabelecer o modelo de organização territorial, garantindo níveis de coesão adequados, a suportar por uma matriz de atividades e redes, potenciador dos recursos próprios e favorecedor da convergência regional, como resultado da aproximação conjunta dos diversos espaços sub- -regionais;

c) Definir o sistema urbano regional, desenvolvendo e completando o modelo territorial do PNPOT, com a identificação das centralidades mais relevantes para a potenciação das inter-relações funcionais e organização e suporte dos respetivos subsistemas territoriais;

d) Identificar os espaços sub -regionais relevantes para a operacionalização do programa regional, nomeadamente através de unidades territoriais específicas, desenvolvendo propostas estratégicas adequadas à valorização das suas caraterísticas territoriais e do seu potencial endógeno, e à criação de complementaridades com vista ao reforço conjunto da

competitividade e coesão regionais, diversificando a base económica e promovendo o aparecimento de novas atividades geradoras de valor e criadoras de emprego;

e) Majorar sinergias na mobilidade metropolitana, regional e sub-regional, fomentando o transporte coletivo sustentável e a mobilidade suave e ponderando soluções de transporte coletivo flexível para as áreas suburbanas e/ou regiões de baixa densidade;

f) Identificar medidas e ações para robustecer as centralidades e as redes de colaboração locais, nacionais e internacionais, alcançar uma maior equidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo uma melhor articulação entre a oferta de serviços urbanos e rurais e propondo novos serviços em rede, gerando economias locais e circuitos de proximidade com potencial de atratividade externa, promovendo, simultaneamente, organizações territoriais que potenciam produções e consumos de proximidade, nomeadamente fomentando a valorização e requalificação da infraestrutura de mercados e feiras;

g) Dinamizar os potenciais locais e regionais articulando as políticas agrícolas, florestais e ambientais, densificando as diversas áreas de potencial e de sensibilidade, tendo em vista fomentar o adequado aproveitamento do solo e gestão das paisagens, garantindo sistemas sustentáveis e que valorizam o capital natural, promovendo reconversões de usos adequadas, prevenindo e reduzindo vulnerabilidades e riscos;

h) Desenvolver abordagens integradas de sustentabilidade, designadamente nos domínios dos riscos e da adaptação às alterações climáticas, das estruturas ecológicas, da paisagem e da valorização dos serviços dos ecossistemas, da economia circular, da descarbonização da economia, da mobilidade sustentável, das redes de energias renováveis, fornecendo quadros de referência para o planeamento de nível municipal e intermunicipal;

i) Definir orientações e propor medidas para o uso do solo e padrões de edificabilidade de suporte à habitação e atividades económicas que privilegiem a concentração do edificado e a rentabilização das infraestruturas e equipamentos, contendo o desperdício inerente à fragmentação da urbanização e da edificação dispersa, promovendo a reabilitação e a regeneração urbana, a mobilidade sustentável, a economia de partilha e os consumos de proximidade;

j) Considerar as dinâmicas de alteração demográfica e de envelhecimento da população, de evolução tecnológica e de transição digital e os potenciais regionais de especialização e diversificação económica, criando quadros de atratividade e competitividade sustentáveis;

k) Equacionar as necessidades, disponibilidades e dinâmicas de habitação, com base na informação produzida, designadamente, no programa nacional de habitação e nas estratégias locais ou nas cartas municipais de habitação, identificar os fatores territoriais relevantes e propor medidas, à escala regional, para promover o acesso à habitação, tendo presente os objetivos definidos nos instrumentos de política de habitação;

l) Identificar os projetos estruturantes e as opções prioritárias de nível regional a financiar pelos fundos estruturais que contribuam para a implementação do modelo territorial com opções informadas de mobilidade e transportes e, em particular, para robustecer o sistema de centralidades e as relações funcionais de coesão e competitividade, dinamizar o alargamento da base económica, integrar as novas abordagens da sustentabilidade e mitigar vulnerabilidades territoriais, assim como para estruturar os subsistemas territoriais;

m) Definir o modelo de governação, suportado em mecanismos de monitorização e avaliação da execução das disposições do programa, incluindo a identificação de indicadores qualitativos e quantitativos que suportem o processo de avaliação;

n) Considerar que a entrada em vigor dos Programas Regionais a elaborar deve ser seguida da preparação de um relatório do estado do ordenamento do território (REOT) base de âmbito regional, articulado com o REOT nacional, que se constitua como um relatório de partida para a futura monitorização e avaliação das dinâmicas territoriais e da implementação das medidas do programa regional, bem como do funcionamento e dos resultados do modelo de governação.

A Resolução de Conselho de Ministros n.º 177/2021, de 17 de dezembro definiu ainda os seguintes objetivos específicos para a elaboração do PROT Centro:

a) Promover políticas e intervenções que assegurem a preservação e a valorização dos recursos hídricos, florestais, da conservação da natureza e da biodiversidade, em particular os serviços dos ecossistemas, nomeadamente o sequestro de carbono, da paisagem e dos recursos geológicos, enquanto recursos territoriais potenciadores de desenvolvimento, nomeadamente nas áreas rurais e de baixa densidade;

b) Aumentar a capacidade adaptativa dos territórios face às consequências das alterações climáticas, nomeadamente a erosão costeira e os incêndios florestais e a desertificação, melhorando a segurança e resiliência dos territórios, das comunidades que os ocupam e das atividades que aí se desenvolvem;

c) Robustecer a estrutura policêntrica do sistema urbano regional, e dos seus diferentes subsistemas, bem como os diferentes subsistemas urbano -rural e os processos de internacionalização, incluindo a cooperação transfronteiriça, aprofundando a cooperação do ecossistema socioeconómico;

d) Estabilizar as dinâmicas demográficas e manter o peso populacional regional, promovendo políticas direcionadas à atração de pessoas, de capital e de serviços e adaptando a resposta dos serviços sociais aos novos desafios em matéria de saúde, educação, de habitação e de apoio à terceira idade;

e) Apoiar a economia regional e orientá -la para os objetivos horizontais da descarbonização, transição energética e economia circular, impulsionando os setores com maior potencial de competitividade, afirmando os clusters regionais e atraindo empresas -âncora que tirem partido das vantagens competitivas da região e as potenciem, nomeadamente através da seleção criteriosa de locais de implantação que, por um lado, reforcem a posição da região Centro como o elo de ligação entre o eixo urbano do litoral peninsular e o eixo de ligação a Madrid e à Europa e, por outro, criem novas centralidades económicas nas áreas de baixa densidade;

f) Dinamizar o sistema científico e tecnológico, organizando soluções institucionais de parceria que promovam a sua capacidade de atuação em rede tendo em vista a intensificação dos fluxos de transferência de tecnologia e conhecimento para as empresas, setor público e sociedade, assim como a promoção da cooperação a nível nacional e internacional;

g) Atrair investimentos produtivos e reprodutivos para as áreas rurais, nomeadamente para as áreas de rarefação e de baixa densidade, de forma a valorizar os recursos endógenos, diversificando a base económica, promovendo o aparecimento de novas atividades geradoras de valor e criadoras de emprego, incluindo a produção de energias alternativas, a qualificação da exploração florestal, a valorização dos parques naturais e da paisagem, bem como assegurar a dotação das sedes de concelho, nas áreas de rarefação, de um mínimo de equipamentos, de serviços e de redes, recorrendo a novas formas de prestação de serviços que promovam uma maior sustentabilidade e inovação em termos sociais, económicos e ambientais;

h) Melhorar as infraestruturas de transporte promovendo a conectividade interna e externa da região, valorizando as acessibilidades e a logística das infraestruturas portuárias, apostando na requalificação ferroviária, assegurando as ligações rodoviárias de coesão territorial e equacionando a criação de um aeroporto;

i) Reforçar a atividade turística da região, de forma sustentável e inovadora, dando projeção nacional e internacional ao património natural e paisagístico, à riqueza do património construído e à identidade cultural;

j) Definir orientações e propor medidas para o uso, ocupação e transformação do solo adequadas às especificidades dos modelos e padrões de povoamento, às características das estruturas urbanas e às exigências dos novos fatores de localização de atividades, de forma a contrariar os fenómenos de urbanização e edificação difusa, bem como a aumentar o desempenho ambiental da região.

6. Instrumentos de Gestão Territorial de Âmbito Municipal e Pretensões

Ao longo do período de vigência do PDMC, tem-se verificado a necessidade da sua atualização com a informação disponibilizada a nível municipal, regional e nacional, entretanto tornados eficazes e avaliar a oportunidade de inserir a informação decorrente de trabalhos elaborados ou em curso.

Um Plano Diretor Municipal deveria estabelecer os princípios e as orientações gerais a que devem obedecer os processos de uso, ocupação e transformação do solo. Porém, face à crescente complexidade dos sistemas urbanos e face à necessidade de gerir melhor os recursos existentes, nos quais o solo se constitui como um recurso cada vez mais escasso, torna-se imperativo concretizar, durante a vigência deste, o conjunto de medidas estabelecidas nas Unidades Operativas de Planeamento – U.O.P., nomeadamente a necessidade de proceder à elaboração dos instrumentos de planeamento de pormenor que incidem sobre os principais perímetros urbanos do Concelho.

A escala de intervenção e o nível de atuação do PDM apresentam limitações quanto a uma definição mais fina e coerente do modo como os perímetros urbanos se organizam internamente. Exceto nos casos dos aglomerados urbanos de pequenas dimensões, nos quais a simples compartimentação das categorias de uso do solo é suficiente para controlar de uma forma mais ou menos eficaz os processos de uso e transformação do solo. Nos restantes casos, os aglomerados urbanos constituem já sistemas urbanos complexos, cuja estruturação eficaz depende da elaboração de instrumentos de gestão territorial de nível inferior que determinem o modelo de organização espacial e funcional que melhor se adapta às características do local e às necessidades concretas das populações. Sem a elaboração destes instrumentos, corre-se o risco de subaproveitar o solo disponível e de sobrecarregar de uma forma insustentável o conjunto de equipamentos e de infraestruturas existentes ou a desenvolver.

O Município de Covilhã é abrangido por vários instrumentos com diferentes escalas de intervenção, com natureza variada – normativa, estratégica, regulamentar, de âmbito nacional,

regional e municipal, verificando-se a necessidade de integrar as regras e princípios contidos nos Instrumentos de Gestão Territorial.

Uma vez sistematizados os IGT de âmbito supramunicipal com abrangência sobre o concelho da Covilhã, importa identificar que instrumentos de âmbito municipal disciplinam a intervenção neste território. Assim, faz-se de seguida uma síntese dos planos municipais eficazes, focando os seus principais objetivos e opções, identificando ainda outros instrumentos que se encontrem em elaboração e que, a prazo, acabarão por incidir sobre o território (no todo ou em parte).

Faz-se ainda no decorrer deste capítulo uma abordagem às participações resultantes da prévia consulta pública promovida no âmbito do processo de revisão do PDM (em fase inicial), por se considerar tratar-se de um importante contributo para melhor conhecer as ambições e anseios das populações, uma vez que o seu envolvimento nos processos decisórios tende a assumir uma relevância crescente.

6.1. Planos e Estudos no Concelho da Covilhã

A prática de planeamento no concelho da Covilhã encontra-se bastante enraizada na forma como é abordado (e gerido) o território, tendo os IGT elaborados ao longo dos anos contribuído de forma decisiva para a disciplina da forma como é ocupado um concelho que apresenta uma realidade urbanística tão complexa como a Covilhã.

Nos termos do RJIGT e LBGPPOTU os PTAM são instrumentos de natureza regulamentar, aprovados pelos municípios. Estabelecem o regime de uso do solo, definindo modelos de evolução previsível da ocupação humana e da organização de redes e sistemas urbanos e, na escala adequada, parâmetros de aproveitamento do solo e de garantia da qualidade ambiental. Atualmente encontram-se em vigor os seguintes:

- Plano Diretor Municipal da Covilhã[21] (com procedimento de revisão iniciado);
- Plano de Urbanização da Grande Covilhã[22];
- Plano de Pormenor da Zona Industrial de Canhoso[23] (com procedimento de alteração iniciado);
- Plano de Pormenor das Penhas da Saúde – zona sul[24] (com procedimento de revisão iniciado);
- Plano de Pormenor da Zona Industrial de Tortosendo – 3ª fase[25].

21 Resolução de Conselho de Ministros n.º 124/99, publicada no Diário da República, I- Série-B – N.º 248 – 23 de outubro de 1999, alterado pelo Edital n.º 908/2009, publicado no Diário da República, 2.ª Série – N.º 159 – 18 de agosto de 2009, pelo Aviso n.º 16850/2019, publicado no Diário da República, 2.ª Série – N.º 203 – 22 de outubro de 2019, pela Declaração n.º 94/2020, publicada no Diário da República, 2.ª Série – N.º 211 – 29 de outubro de 2020 e pela Declaração n.º 19/2021, publicada no Diário da República, 2.ª Série – N.º 34 – 18 de fevereiro de 2021.
22 Aviso n.º 15208/2010, publicado no Diário da República, 2.ª Série – N.º 14 – 30 de julho de 2010, alterado pelo Aviso n.º 7902/2018, publicado no Diário da República, 2.ª Série – N.º 112 – 12 de junho de 2018 e pelo Aviso n.º 10380/2021, publicado no Diário da República, 2.ª Série – N.º 107 – 2 de junho de 2021.
23 Aviso n.º 11712/2012, publicado no Diário da República, 2.ª Série – N.º 170 – 3 de setembro de 2012.
24 Deliberação n.º 204/2008, publicada no Diário da República, 2.ª Série – N.º 15 – 22 de janeiro de 2008.
25 Aviso n.º 4341/2012, publicado no Diário da República, 2.ª Série – N.º 56 – 19 de março de 2021.

De notar que em elaboração (em fases distintas do processo de planeamento) se encontram no momento presente os seguintes procedimentos:

- Revisão do Plano Diretor Municipal da Covilhã[26];
- Elaboração do Plano de Pormenor da UOPG5 da Grande Covilhã[27];
- Alteração regulamentar do Plano de Pormenor da Zona Industrial do Canhoso[28];
- Revisão do Plano de Pormenor das Penhas da Saúde – Zona Sul[29];
- Elaboração do Plano de Pormenor da UOPG3 – Centro Histórico do Tortosendo e Zona Envolvente[30].

Por fim, é importante referir que a revogação de determinados planos teve como objetivo uma maior adequabilidade à realidade, simplificando o ordenamento do território, eliminando-se os conflitos regulamentares e limitadores ao crescimento económico de iniciativa privada.

26 Edital n.º 788/2020, publicado no Diário da República, 2.ª Série – N.º 134 – 13 de julho de 2020.
27 Edital n.º 1421/2019, publicado no Diário da República, 2.ª Série – N.º 236 – 9 de dezembro de 2019.
28 Edital n.º 1145/2020, publicado no Diário da República, 2.ª Série – N.º 208 – 26 de outubro de 2020.
29 Edital n.º 594/2020, publicado no Diário da República, 2.ª Série – N.º 85 – 30 de abril de 2020.
30 Edital n.º 761/2021, publicado no Diário da República, 2.ª Série – N.º 130 – 7 de julho de 2021.

Desde a entrada em vigor do PDMC foram revogados os seguintes Planos:

- Plano de Pormenor da Palmatória[31];
- Plano de Pormenor da Zona da Estação[32]
- Plano de Pormenor da Zona Industrial de Tortosendo[33];
- Plano de Pormenor de Salvaguarda e Reabilitação do Bairro das Machedes[34];
- Plano de Pormenor da Palmeira[35];
- Plano de Pormenor dos Penedos Altos[36].

De entre os planos municipais, o plano de pormenor é aquele que apresenta um conteúdo mais concreto, nomeadamente por incidir sobre áreas territoriais menos abrangentes, mas também mais rígido, uma vez que lhe cabe, entre outras funções, desenvolver e concretizar detalhadamente propostas de organização espacial de qualquer área específica do território municipal, definir o desenho urbano, parâmetros urbanísticos e indicadores (que no seu pormenor máximo podem incidir sobre cores e materiais a utilizar).

Compete à Câmara Municipal da Covilhã, no âmbito das suas competências em matéria de ordenamento do território municipal, desenvolver ações que possibilitem a articulação e a compatibilização entre a salvaguarda do interesse público e o direito ao ordenamento do território a que todos têm direito de forma proporcional e equilibrada.

31 Aviso n.º 15208/2010, publicado no Diário da República, 2.ª Série – N.º 147 – 30 de julho de 2010 (Publicação do Plano de Urbanização da Grande Covilhã).
32 Aviso nº 16850/2019, publicado no Diário da República, 2.ª Série – N.º 203 – de 22 de outubro de 2019 (Publicação da 2.ª Alteração do Plano Diretor Municipal da Covilhã).
33 Aviso n.º 9341/2016, publicado no Diário da República 2.ª Série – N.º 143 – 27 de julho de 2016.
34 Aviso n.º 9788/2021, publicado no Diário da República, 2.ª Série – N.º 100 – 24 de maio de 2021.
35 Aviso n.º 13586/2020, publicado no Diário da República, 2.ª Série – N.º 177 – 10 de setembro de 2020.
36 Aviso n.º 14059/2020, publicado no Diário da República, 2.ª Série – N.º 181 – 16 de setembro de 2020.

Certo é que a Câmara Municipal da Covilhã continua a confrontar-se regularmente com intenções de novos investimentos na área do plano de pormenor, no entanto, estes demonstram ser incompatíveis com as condições atualmente em vigor, e impossibilitando a Autarquia de dar respostas a necessidades e oportunidades de investimento que vão sendo manifestadas.

Para além destes, no decurso dos últimos anos, a CMC deliberou a elaboração de uma série de outros planos, que, no entanto, não tiveram seguimento, a maioria por ter perdido pertinência com o decorrer do tempo, tendo o seu procedimento caducado por força da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

A publicação de legislação no domínio da reabilitação urbana, a par das mudanças de paradigma no contexto das dinâmicas imobiliárias – incentivo à requalificação e regeneração de espaços urbanos existente em detrimento de expansão urbana e edificação nova – levou à delimitação, por iniciativa da Autarquia de 28 Áreas de Reabilitação Urbana, reconhecendo a oportunidade da sua delimitação em instrumento próprio.

Há ainda que referir o Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios da Covilhã – 2021/2030 (PMDFCI), em vigor37, e o Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil da Covilhã (PMEPC), a aguardar aprovação pela ANEPC, que embora não se tratem de IGT, abordam temáticas da maior relevância e que por isso merecem ser abordados no presente contexto.

37 Aviso n.º 13156/2021, publicado no Diário da República, 2.ª Série – N.º 134 – 13 de julho de 2021.

6.1.1 Plano Diretor Municipal da Covilhã

6.1.1.1. Em vigor

O Plano Diretor Municipal da Covilhã38, encontra-se em vigor há quase 19 anos, por conseguinte e sendo este «…o instrumento definidor das linhas gerais da política der ordenamento físico e de gestão urbanística de todo o território municipal», conforme disposto no seu artigo 1º, torna-se necessário proceder à sua revisão (dando continuidade ao processo já iniciado, como se descreve no capítulo seguinte), de modo a que o Plano Diretor Municipal acompanhe a contínua evolução das condições económicas, sociais, culturais e ambientais do Concelho.

No contexto do quadro legal em vigor à data de elaboração, o PDM identificou na carta de ordenamento do concelho os seguintes espaços:

- Espaços urbanos;
- Espaços urbanizáveis;
- Espaços industriais (existentes e propostos)
- Espaços para indústria extrativa;
- Espaços agrícolas (áreas de grande aptidão agrícola – incluídas ou não no PNSE – áreas agrícolas a beneficiar pelo Aproveitamento hidroagrícola da Cova da Beira);
- Espaços agrícolas complementares e de proteção e enquadramento;
- Espaços florestais;
- Espaços naturais e culturais (áreas de proteção e valorização ambiental; áreas espaciais de proteção: áreas de Proteção e de Intervenção do Parque Natural da Serra da Estrela e Zona de Proteção da Albufeira da Cova de Viriato[39]; áreas de proteção a património arquitetónico e arqueológico classificado)

38 Resolução de Conselho de Ministros nº 124/99, publicado no Diário da República, I Série – B, nº 248, em 23 de outubro de 1999 (PDMC´99), alterado pelo Edital nº 908/2009, publicado no Diário da República, 2ª Série – Nº 159, em 18 de agosto de 2009, pelo Aviso nº 16850/2019 publicado no Diário da República, 2ª Série, Nº 203 de 22 de outubro de 2019, pela Declaração nº 94/2020 publicada no Diário da República, 2ª Série, Nº 211 de 29 de outubro de 2020 e ainda pela Declaração nº 19/2021 publicada no Diário da República, 2ª Série, Nº 34 de 18 de fevereiro de 2021.

[39] Alteração identificada na Declaração n.º 94/2020, de 29 de outubro.

- Espaços-canais de infraestruturas
- Espaços especiais de infraestruturas turísticas
  - Áreas críticas de reconversão urbanística (Núcleo urbano das Penhas da Saúde e área envolvente; Zona de edificação dispersa de Cantar-Galo)
  - Unidades operativas de planeamento (UOP1 a UOP19)
    - UOP 1 — perímetro da área urbana da Grande Covilhã (TCT);
    - UOP 2 — centro histórico da cidade da Covilhã;
    - UOP 3 — parque industrial e tecnológico do Tortosendo;
    - UOP 4 — pólo IV da Universidade da Beira Interior (Tortosendo);
    - UOP 5 — Penhas da Saúde — área crítica de reconversão urbanística;
    - UOP 6 — Cantar-Galo — área crítica de reconversão urbanística;
    - UOP 7 — albufeira de barragem da Cova do Viriato e área circundante;
    - UOP 8 — albufeira de barragem do Covão do Ferro e área circundante;
    - UOP 9 — albufeira de barragem prevista para a ribeira das Cortes e área circundante;
    - UOP 10 — área de lazer ribeirinha da Quinta da França;
    - UOP 11 — área de lazer ribeirinha do Barco;
    - UOP 12 — área de lazer ribeirinha do Ourondo;
    - UOP 13 — zona do aeródromo;
    - UOP 14 — zona do golfe;
    - UOP 15 — enquadramento da zona das Águas do Limite;
    - UOP 16 — perímetro urbano de Unhais da Serra;
    - UOP 17.1 — pólo I da Universidade da Beira Interior;
    - UOP 17.2 — pólo II da Universidade da Beira Interior (Santo António);
    - UOP 18 — pólo III da Universidade da Beira Interior;
    - UOP 19 — pólo V da Universidade da Beira Interior (Sineiro).
    - UOP 20 – área de intervenção específica da Torre[40].

O PDMC foi objeto de 4 alterações:

40 Introduzida pela 3.ª Alteração do PDMC.

a) 1.ª Alteração (por adaptação)[41] resultante da Revisão do Plano de Pormenor da Palmeira, publicado no Diário da República, 2.ª Série – n.º 107, pelo Aviso n.º 10481/2009, a 18 de agosto de 2009;

b) 2.ª Alteração[42] com incidência exclusivamente regulamentar;

c) 3.ª Alteração (por adaptação)[43] que transpôs o conteúdo do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela – POPNSE e o Plano de Ordenamento da Albufeira da Cova do Viriato – POACV, em cumprimento do disposto no artigo 198.º do RJIGT e pelo artigo 78.º da LBGPPSOTU.

d) 4.ª Alteração (por adaptação)[44] decorrente da revogação do Plano de Pormenor dos Penedos Altos e do Plano de Pormenor da Palmeira.

41 Edital n.º 908/2008, publicado no Diário da República, 2.ª Série – N.º 159 – 18 de agosto de 2009.
42 Aviso n.º 16850/2019, publicado no Diário da República, 2.ª Série – N.º 203 de 22 de outubro de 2019.
43 Declaração n.º 94/2020, publicada no Diário da República, 2.ª Série – N.º 211 – 29 de outubro de 2020.
44 Declaração n.º 19/2021, publicada no Diário da República, 2.ª Série – N.º 34 – 18 de fevereiro de 2021.

6.1.1.2. Suspensão Parcial do PDM

A Assembleia Municipal da Covilhã deliberou a 29 de novembro de 2021, a suspensão parcial do PDM (Vales do Rio e Ferro)[45], face à existência de circunstâncias excecionais de natureza conjuntural, resultantes da necessidade de criar condições para a viabilização de dois projetos de investimento (JOMAFIL – José Madeira & Filhos, Lda. e a FRULACT SERVIÇOS PARTILHADOS SA.), com efeitos dinamizadores e positivos na economia, nomeadamente ao nível da criação de emprego que apenas teriam oportunidade de ser concretizados se fossem criadas, num curto espaço de tempo, as condições que os permitisse acolher, o que não se mostrava compatível com os tempos inerentes a um normal processo de revisão de um plano Diretor Municipal.

6.1.1.3. Procedimentos em Curso

6.1.1.3.1. Procedimento de Revisão

Na reunião de Câmara de 20 de dezembro de 2002 foi deliberado o início do processo de revisão do PDMC, ao abrigo dos n. º1 e 2 do artigo 74º e do n. º2 do artigo 77º do Decreto-Lei n. º380/99, de 22 de setembro (RJIGT vigente à data), conforme publicado pelo Edital n. º138/2003, de 07 de fevereiro.

Porém, a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º316/2007, de 19 de setembro (que alterou o Decreto-Lei n.º380/99, de 22 de setembro), introduziu um conjunto significativo de alterações aos procedimentos, designadamente: no que se refere ao conteúdo da deliberação que determina a elaboração/revisão de Planos Municipais de Ordenamento do Território e aos documentos que devem acompanhar a mesma. Assim, a revisão dos PDM passou a ser acompanhada por uma Comissão de Acompanhamento (CA), e não por uma Comissão Mista de Coordenação como até então.

Nesses termos e de acordo com indicações da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC) teve de se (re)iniciar um novo procedimento conducente à revisão

45 Aviso n.º 23979/2021, publicado no Diário da República, 2.ª Série – N.º 251 – 29 de dezembro de 2021.

do PDMC, conforme deliberação de Câmara de 21 de novembro de 2008, publicada pelo Edital n.º1278/2008, de 18 de dezembro.

Deste procedimento realizaram-se duas reuniões da Comissão de Acompanhamento: a primeira a 07 de setembro de 2010 e a segunda a 29 de julho de 2014 – no âmbito do qual foram elaborados os Estudos de Caracterização, o Relatório de Fatores Críticos de Avaliação Ambiental Estratégica (ambos com parecer favorável da CA, com indicação de aspetos a melhorar), Carta da Reserva Agrícola Nacional Bruta (com parecer favorável), e a Carta da Reserva Ecológica Nacional Bruta (com parecer desfavorável).

Entretanto, nestes últimos anos, o quadro legal para a elaboração/revisão de Planos Municipais de Ordenamento do Território sofreu novas alterações, vigorando hoje, nomeadamente, um novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), publicado pelo Decreto-Lei n.º80/2015, de 14 de maio (que procedeu à revisão do RJIGT de 1999), entre outros diplomas enumerados no capítulo Quadro Legal Vigente.

Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, caducou o procedimento iniciado por deliberação da Câmara Municipal de 21 de novembro de 2008, por força do disposto no n.º7 do artigo 76º do RJIGT – o que implicou um novo reinício do procedimento de revisão do PDMC.

A CMC reconheceu em deliberação tomada a 05 de junho de 2020, a oportunidade de (re)iniciar o procedimento de revisão do PDMC, determinando o reinício do procedimento, para o qual estabeleceu um prazo de 24 meses para a sua elaboração.

Atendendo a que:

1. O PDMC encontra-se em vigor há mais de vinte anos;
a. O Relatório de Estado do Ordenamento do Território da Covilhã – REOT identificou acentuadas transformações das condições socioeconómicas suscetíveis de determinar uma alteração do modelo territorial definido no PDM da Covilhã.
2. E ainda considerando que:
a. Nos termos do n.º 2 do artigo 199.º do RJIGT, os planos municipais devem incluir as regras de classificação e qualificação previstas no mesmo diploma legal, no prazo máximo de cinco

anos, "[…] sob pena de suspensão das normas do plano territorial que deveriam ter sido alteradas, não podendo, na área abrangida e enquanto durar a suspensão, haver lugar à prática de quaisquer atos ou operações que impliquem a ocupação, uso e transformação do solo".

A revisão do PDMC, suportada no REOT COVILHÃ 2019, decorre, pois, da necessidade de adequar o plano ao novo quadro legal, mas também de adaptá-lo a novas opções estratégicas do Município decorrentes das grandes transformações que se verificaram na área territorial do concelho, mas também das alterações do contexto económico, social e político que se verificaram no País nos últimos 20 anos.

A revisão do PDMC implica a reconsideração e reapreciação global, com carácter estrutural ou essencial, das opções estratégicas do plano, dos princípios e objetivos do modelo territorial definido ou dos regimes de salvaguarda e valorização dos valores e recursos territoriais.

A Revisão do PDMC decorre da necessidade de adequação à evolução das condições ambientais, económicas, sociais e culturais, e da necessidade de ajustamento à estratégia de desenvolvimento territorial municipal, bem como à necessidade de adequação do plano ao novo quadro jurídico em vigor nas áreas do urbanismo, ambiente e ordenamento do território, e constitui uma oportunidade para:

a) Rever o modelo de ordenamento em função da conjuntura económica e social atual.
b) Adaptar o plano à legislação específica publicada em data posterior à sua entrada em vigor, designadamente à LBGPPSOTU, ao RJIGT e demais legislação complementar, nomeadamente o Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, que estabelece critérios de classificação e reclassificação do solo, bem como de critérios de qualificação e das categorias do solo rústico e do solo urbano;
c) Substituir a cartografia de referência por adoção de cartografia atualizada e homologada, elaborada no Sistema de Georreferência ETRS89 -TM06, por forma a suprir divergências entre a realidade e as plantas em vigor;
d) Rever/atualizar os termos técnicos e normas no regulamento do Plano, por forma a uniformizar/clarificar interpretações e parâmetros urbanísticos;
e) Articular o plano com as orientações estabelecidas pelos programas no âmbito nacional, regional e intermunicipal com incidência territorial;

f) Redelimitar a Reserva Agrícola Nacional e da Reserva Ecológica Nacional em função da realidade edificada do concelho e em consonância com a legislação aplicável em vigor;
g) Ponderar as carências e estado do parque habitacional;
h) Assegurar a qualidade do ambiente sonoro promovendo a distribuição adequada dos usos do território, em função das fontes de ruído existentes e previstas;
i) Integrar o tema de adaptação às alterações climáticas no processo e conteúdos da política de ordenamento do território, considerando o sistema de gestão territorial, o sistema da mobilidade sustentável, a gestão dos recursos hídricos, a defesa da floresta contra incêndios e os riscos naturais e tecnológicos;
j) Rever e desenvolver a rede de transportes e de mobilidade (rodoviária, ferroviária e aérea) como meio de promoção da competitividade do território e da vocação turística do território;
k) Priorizar ações que afirmem o concelho da Covilhã como destino turístico único nas vertentes de paisagem natural, de contacto com a natureza e biodiversidade, em Portugal Continental;
l) Priorizar ações que afirmem o concelho da Covilhã como referência no contexto nacional e internacional na prática de atividades desportivas de recreio e de alta competição, designadamente as relacionadas com a natureza e a altitude;
m) Priorizar ações que afirmem a designada "Grande Covilhã" como centro urbano de referência no contexto regional e nacional;
n) Promover a participação ativa dos cidadãos no procedimento de revisão do PDM.

A Câmara Municipal da Covilhã deliberou ainda aprovar os seguintes objetivos estratégicos[46]:

OE1 — Revisão do modelo de desenvolvimento territorial, mais centrado na reabilitação e regeneração dos territórios existentes e na proteção e valorização do património construído;

OE2 — Revisão dos perímetros urbanos que garanta uma organização e um crescimento equilibrado dos aglomerados, e que seja compatível com a salvaguarda dos recursos naturais e melhoria da qualidade do espaço urbano;

OE3 — Competitividade territorial, desenvolvimento económico e qualidade de vida, como forma de fixação da população e rejuvenescimento da sua estrutura etária;

[46] Edital n.º 788/2020, publicado no Diário da República, 2.ª Série – N.º 134 – 13 de julho de 2020.

OE4 — Sustentabilidade ambiental que promova a adequada proteção e valorização dos recursos e valores naturais e da paisagem compatibilizando-as com as necessidades de solo para as atividades económicas, residenciais e de recreio e lazer;

OE5 — Revitalização do setor agrícola e florestal e valorização dos recursos endógenos, naturais, culturais e turísticos a nível local, potenciando-os a nível regional e nacional;

OE6 — Reforço e manutenção da política de infraestruturação das redes de abastecimento de água e saneamento básico nos aglomerados urbanos e rurais;

OE7 — Reestruturação e desenvolvimento das infraestruturas viárias em articulação com as infraestruturas pedonais, ciclovias, ferroviárias e aéreas, existentes ou a prever com vista à promoção de uma mobilidade entre e multimodal sustentável;

OE8 — Adequação da oferta de equipamentos coletivos e serviços de caráter social, cultural, desportivo, educativo e de saúde, às necessidades da população.

6.1.1.3.1. Procedimento de alteração

Paralelamente ao procedimento de revisão acima descrito, a Câmara Municipal deliberou a 17 de dezembro de 2021 iniciar um procedimento de alteração do PDMC (5.ª alteração)[47], que incidirá exclusivamente ao nível do seu regulamento, tendo em vista os seguintes objetivos:

- Alteração do prazo de aplicação do regime transitório e excecional de regularização;
- Clarificação de normas suscitando uma melhor aplicação da regulamentação;
- Adequação de normas à legislação vigente;
- Compatibilização com os procedimentos de dinâmica dos planos territoriais de âmbito municipal de nível inferior (PP e PU).

6.1.2. Plano de Urbanização da Grande Covilhã

[47] Publicação no Diário da República, 2.ª Série – N.º 8 – Edital n.º 39/2022 – 12 de janeiro de 2022.

6.1.2.1. Em vigor

O Plano de Urbanização da Grande Covilhã (PUGC)[48] estabelece as regras a que deve obedecer a ocupação, uso e transformação do solo na área da designada "Grande Covilhã". A área de intervenção do plano, com cerca de 2.980ha corresponde à UOP1 definida no PDM em vigor e engloba, para além da cidade da Covilhã, as vilas do Teixoso e do Tortosendo, bem como os núcleos de Boidobra, Canhoso, Cantar-Galo e Vila do Carvalho.



Figura 25 - Identificação da área abrangida pelo PUGC (Fonte: Município da Covilhã).

O PU definiu como linhas de orientação estratégica fundamentais as seguintes:

- Implementação do conceito de cidade linear, com a potenciação do eixo TCT (Tortosendo-Canhoso-Teixoso), permitindo assegurar a coesão do tecido urbano;

[48] Aviso n.º 15208/2010, publicado no Diário da República, 2.ª Série – N.º 147 – 30 de julho de 2010.

- Recuperação do património construído do centro histórico da Covilhã, bem como o reforço e a integração do centro urbano no espaço envolvente;
- Desenvolvimento das infraestruturas de apoio às atividades económicas;
- Valorização dos recursos turísticos existentes, com o desenvolvimento de programas de apoio à requalificação dos recursos históricos e patrimoniais;
- Definição de uma política global de transportes para a Grande Covilhã.

São objetivos gerais do PUGC:

a) Obter um instrumento orientador da ocupação e transformação do solo, que sirva de base a realizações municipais e privadas;

b) Propor medidas e ações tendo em vista a resolução de carências em equipamentos e a melhoria das infraestruturas;

c) Criar as bases para a proteção e valorização do património histórico e recursos naturais;

d) Promover a criação de uma forte interdependência espacial e funcional entre as zonas urbanas consolidadas e as de expansão, considerando a resultante como um todo com carácter próprio devidamente integrado, potenciando as condições de atratividade conducentes à concentração e desenvolvimento deste centro urbano;

e) A aplicação de disposições legais e regulamentares vigentes e dos princípios gerais de disciplina urbanística, de ordenamento do território e de valorização do património cultural;

f) A articulação com outros planos, programas e ou projetos de âmbito municipal e supramunicipal;

g) A compatibilização e integração valorizante das áreas agrícolas ou de expressão rústica e das áreas florestais com os espaços de acolhimento das atividades urbanas, que corporizam o sistema urbano centrado na cidade da Covilhã, afirmando aquelas áreas agrícolas e florestais como participantes na edificação da cidade de usos contemporâneos;

h) Definir o zonamento para a localização das diversas funções urbanas, designadamente habitacionais, comerciais, turísticas, de serviços e industriais, sem prejuízo da existência de atividades compatíveis que asseguram o contexto da cidade em cada zona;

i) Assegurar, em sectores específicos do território abrangido pelo PUGC, o estabelecimento e desenvolvimento de programas estratégicos de carácter singular, relevante, e decisivos na estruturação do sistema urbano associado;

j) Garantir a conceção geral da organização urbana, qualificando o solo, definindo a rede viária estruturante, a localização de equipamentos de uso e interesse coletivo e de abrangência municipal e ou supramunicipal, a estrutura ecológica municipal na consideração do dever de participar na estruturação da cidade e sistema urbano associado, bem como o sistema urbano e interurbano de circulação de transporte público e privado e de estacionamento;

k) Estabelecer os parâmetros urbanísticos aplicáveis a cada uma das subcategorias de espaços integrantes das categorias de espaço definidas;

l) Promover a adequação, os ajustamentos e enriquecimentos dos perímetros urbanos definidos no plano diretor municipal em função seja da atualização da informação disponível, da correção derivada de atualizações cartográficas e de cadastros, seja do zonamento proposto, da conceção geral da organização urbana definida, ou do acolhimento de programas e projetos estratégicos no âmbito do dever do desenvolvimento;

m) Estabelecer as unidades operativas de planeamento que possam vir a dar lugar à elaboração de planos de pormenor, instrumentos de gestão territorial que desenvolvem e concretizam propostas de organização espacial do PUGC, definindo com maior detalhe a conceção da forma de ocupação e o desenho urbano, servindo de base a projetos de execução das infraestruturas, da arquitetura dos edifícios e dos espaços exteriores, de acordo com as prioridades estabelecidas nos programas de execução constantes do PUGC.

A qualificação do solo que consta da planta de zonamento do PUGC atenta, naturalmente, à sua classificação e é determinada em função do seu uso e da sua utilização dominante ou da utilização que nele se pretende promover. Atendendo à extensão da área de intervenção encontram-se solos classificados quer como solo rural, quer como solo urbano, sendo a sua qualificação feita de acordo com as seguintes categorias[49]:

1. Solo rural:

a. Solo afeto à estrutura ecológica municipal em solo rural, que integra: Espaços naturais e culturais; Espaços integrados na RAN Espaços

b. Espaços Agrícolas

c. Espaços Florestais

[49] Aviso n.º 10380/2021, de 2 de junho.

2. Solo urbano:

a. Solos Urbanizados:

   i. Centros Históricos;

   ii. Zonas Urbanas de alta densidade;

   iii. Zonas Urbanas de média densidade;

   iv. Zonas Urbanas de média-baixa densidade;

   v. Zonas Urbanas de reestruturação ou reconversão urbanística;

   vi. Zonas Industriais consolidadas.

b. Solos cuja urbanização seja possível programar:

   i. Zonas Urbanizáveis de alta densidade;

   ii. Zonas Urbanizáveis de média densidade;

   iii. Zonas Urbanizáveis de média-baixa densidade;

   iv. Zonas Urbanizáveis de baixa densidade;

   v. Zonas Industriais programadas.

c. Solos afetos à Estrutura Ecológica municipal em solo urbano:

   i. Zona de Verde Integral;

   ii. Zona de Proteção e Enquadramento.

O PUGC delimita ainda 8 unidades operativas de planeamento e gestão:

1. Com programas dirigidos à salvaguarda e valorização dos centros históricos e à reestruturação e reconversão urbanísticas:

a. UOPG1 — Centro histórico do Teixoso e zona envolvente;

b. UOPG2 — Centro histórico da Covilhã e zona envolvente de proteção;

c. UOPG3 — Centro histórico do Tortosendo e zona envolvente;

d. UOPG4 — Zona de povoamento disperso de Cantar Galo — Área crítica de reconversão urbanística.

2. Com programas dirigidos a projetos estratégicos:

a. UOPG5 — Zona do aeródromo municipal da Covilhã e área envolvente;

b. UOPG6 — Zona empresarial da Covilhã;

c. UOPG7, 8, 9, e 10 — Zonas de investigação e desenvolvimento — UBI;

d. UOPG11 — Zona do parque multiusos da cidade da Covilhã e área envolvente.

O PUGC sofreu duas alterações, ambas exclusivamente regulamentares, com adaptações na Planta de Zonamento decorrente da revogação e da entrada em vigor de Planos de Pormenor[50].

O PUGC foi ainda objeto de uma suspensão parcial e estabelecimento de medidas preventivas[51], no âmbito da elaboração do Plano de Urbanização da UOPG5 da Grande Covilhã, com fundamento na existência de circunstâncias excecionais resultantes da alteração significativa das perspetivas de desenvolvimento económico e social local, designadamente, a necessidade de instalação de um projeto PIN – um Data Center da Portugal Telecom para aquela área, cujas especificidades técnicas impunham uma solução que não se coadunava com as normas urbanísticas estabelecidas no Plano.

6.1.3. Plano de Pormenor da Zona Industrial de Canhoso

6.1.3.1. EM VIGOR

O Plano de Pormenor da Zona Industrial do Canhoso (PPZIC) foi inicialmente publicado pela Portaria n.º 780/99, de 1 de setembro, tendo também antecedido a publicação do PDMC. Com este Plano a CMC pretendia, no essencial, disciplinar a ocupação e uso do solo da primeira zona industrial constituída como tal no concelho.

A área de intervenção abrange uma superfície com cerca de 55,6 ha e encontra-se limitada a Norte pela Linha de Caminho-de-ferro, a Sul pela Via de Ligação entre o Eixo T.C.T e a Variante à E.N. 18, a Este pela Variante à E.N. 18 e a Oeste pelo Eixo T.C.T.

[50] Aviso n.º 7902/2018, publicado no Diário da República, 2.ª Série – N.º 112 – 12 de junho de 2018 e Aviso n.º 10380/2021, publicado no Diário da República, 2.ª Série – N.º 107 – 2 de junho de 2021.
[51] Aviso n.º 18292/2011, publicado no Diário da República, 2.ª Série – N.º 178 – 15 de setembro de 2011 e Aviso n.º 5416/2014, publicado no Diário da República, 2.ª Série – N.º 82 – 29 de abril de 2014.

A área de intervenção encontra-se dividida em quatro zonas, de acordo com o que era o faseamento da sua execução:

1. Zona A — corresponde à 1.ª fase de intervenção no local executada pela então Empresa Pública de Parques Industriais;
2. Zona B — corresponde à 2.ª fase de intervenção da responsabilidade da Câmara Municipal, já concluída;
3. Zona C — corresponde à 3.ª fase de intervenção da responsabilidade da Câmara Municipal, em curso;
4. Zona D — corresponde à 4.ª fase de intervenção, local para onde se prevê a expansão da atual zona industrial.



Figura 26 - Identificação da área abrangida pelo Plano de Pormenor da Zona Industrial de Canhoso (Fonte: Município da Covilhã).

Para além da instalação de unidades industriais e similares, estava prevista a afetação de lotes a ETAR, subestação elétrica, bem como alguns equipamentos de utilização coletiva (jardim de infância e pavilhão polidesportivo).

O Plano de Pormenor da Zona Industrial do Canhoso (PPZIC) foi objeto de revisão aprovada por deliberação da Assembleia Municipal de 27 de julho de 201252.

Entretanto, passados quase 6 anos sobre a sua entrada em vigor, verificou-se a necessidade de adequação das regras e parâmetros urbanísticos, fixados no seu Regulamento, Planta de Implantação e Planta de Condicionantes, face às exigências e tendências evolutivas no sector empresarial e na economia do concelho e da região, que pudesse corresponder à procura de solo industrial infraestruturado criando as condições para acolher projetos de investimento por forma a garantir, a expansão e/ou melhoria da capacidade produtiva das empresas já instaladas.

Foi neste contexto que a CMC, por deliberação de 16 de setembro de 2016 determinou iniciar o processo de alteração do plano e, em 7 de outubro seguinte, a Assembleia Municipal deliberou, pelo prazo de 2 anos, suspender parcialmente o plano na área territorial da Parcela A18-B53 e o estabelecimento de medidas preventivas antecipatórias no âmbito do procedimento de alteração do plano que então decorria. Esse procedimento de alteração do PPZIC não teve desenvolvimento por razões relacionadas com a dificuldade de atualização da cartografia de base o que determinou a sua caducidade, por incumprimento do prazo estabelecido para a sua elaboração.

A 20 de julho de 2018, a Câmara Municipal da Covilhã deliberou reiniciar o procedimento de alteração do PPZIC, fixando o prazo de 365 dias para a sua elaboração, que foi posteriormente prorrogado por deliberação de 20-09-2019.

Esse procedimento veio a caducar pelas mesmas razões do procedimento anterior.

6.1.2.2. Procedimentos em curso

A necessidade de dotar este instrumento municipal de ordenamento em vigor, das condições necessárias que permitissem acompanhar a evolução do sector empresarial, respondendo às exigências da procura de espaços infraestruturados para a instalação de atividades económicas

[52] Aviso n.º 11712/2012, publicado no Diário da República, 2.ª Série – N.º 170 – 3 de setembro de 2012.
[53] A suspensão parcial do PPZIC determinou apenas a suspensão da área e do limite da uma parcela, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 126.º do RJIGT, passando a vigorar, no prazo estabelecido para a vigência das Medidas Preventivas, o Plano de Urbanização da Grande Covilhã.

levou a Câmara Municipal da Covilhã, em reunião de 25 de setembro de 2020, a deliberar iniciar um procedimento de alteração com incidência exclusivamente regulamentar ao Plano de Pormenor da Zona Industrial do Canhoso[54].

Essa alteração, que não substituirá uma alteração mais profunda do plano, permitirá criar condições para a instalação de infraestruturas e possibilitará a fixação de algumas novas empresas, através da introdução de alterações ao regulamento, bem como clarificar interpretações das normas do plano, suscitando uma melhor aplicação da regulamentação, com vista a atingir os objetivos de desenvolvimento do concelho.

Apresenta-se uma pequena súmula dos motivos que justificam a necessidade de se introduzirem alterações ao PPZIC, mantendo, no entanto, a génese, os objetivos gerais estratégicos definidos pelo plano em vigor[55]:

- Criar condições para a instalação de infraestruturas e fixação de novas empresas;
- Redefinir os indicadores urbanísticos de acordo com as necessidades através da resolução de ambiguidades e omissões, adotando parâmetros urbanísticos mais compatíveis com intenções e compromissos existentes que visem a manutenção de postos de trabalho e a realização de investimento por parte das empresas;
- Qualificar os espaços existentes para o desenvolvimento de atividades económicas, nomeadamente, indústria, armazém, comércio e serviços, por forma a garantir a implementação das atividades de acordo com as necessidades atuais.
- Clarificar interpretações, suscitando uma melhor aplicação da regulamentação.

O descrito torna-se necessário e premente para um correto processo de gestão urbanística na área da Zona Industrial do Canhoso, corrigindo situações estabelecidas e obviando apreciações discricionárias e/ou desfavoráveis para a execução do preconizado pelo próprio plano.

[54] Edital n.º 1145/2020, publicado no Diário da República, 2.ª Série – N.º 208 – 26 de outubro de 2020.
[55] Edital n.º 1145/2020, de 26 de outubro.

6.1.4. Plano de Pormenor da UOPG3 – Centro Histórico do Tortosendo e Zona Envolvente

6.1.4.1. Procedimentos em curso

A UOPG 3 – Centro Histórico do Tortosendo e Zona Envolvente e uma das Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG), definidas no Plano de Urbanização da Grande Covilhã, para as quais existe a obrigatoriedade de elaboração subsequente de um plano de pormenor.

A área territorial definida para essa UOPG, embora seja de maior dimensão, e parcialmente coincidente com a área de intervenção do Plano de Pormenor de Salvaguarda e Reabilitação do Bairro das Machedes (PPM), pelo que, a luz do RJIGT (Lei n.º80/2015, de 14 de maio) na sua atual redação, não existe a possibilidade de existência, numa mesma área de abrangência, de planos municipais do mesmo tipo, sem prejuízo das regras relativas a dinâmica dos Planos Territoriais.

Considera-se por isso, que ambos as propostas (a de revogação do PPM e a de início do procedimento de elaboração do PPUOPG3) encontram-se interligadas, embora abarquem procedimentos distintos e cuja decisão cabe a órgãos distintos (a primeira e da competência da Assembleia Municipal e a do segundo cabe a Camara Municipal).

Com a revogação do PPM (Aviso n.º 9788/2021. De 24 de maio), entendeu-se oportuno iniciar-se o procedimento de elaboração do Plano de Pormenor da UOPG3 - Centro Histórico do Tortosendo e Zona Envolvente (doravante designado apenas de PPUOPG3), nos termos e condições que a seguir se apresenta.

O presente Plano de Pormenor enquadra-se no Plano de Urbanização da Grande Covilhã, publicado pelo Aviso n. º15208/2010, de 30 de setembro, com as alterações introduzidas pelo Aviso n. º7902/2018, de 12 de junho (adiante designado por PUGC). Este definiu para a área de intervenção uma unidade de operativa de planeamento e gestão (UOPG) denominada “UOPG3 – Centro Histórico do Tortosendo e área envolvente”.

A área de intervenção, com cerca de 82,22 ha, localiza-se no concelho da Covilhã, integrando-se totalmente na freguesia do Tortosendo.



Figura 27 - Identificação da UOPG 3 (Fonte: Município da Covilhã).

A estratégia de desenvolvimento assenta na integração, estruturação e beneficiação do tecido edificado existente promovendo o estabelecimento detalhado das possibilidades de edificação e/ou reabilitação, caso a caso, assim como as medidas de proteção e reabilitação do casco histórico e das suas zonas envolventes e a melhoria das redes urbanas.

A área de intervenção revela-se como a área estruturante da freguesia do Tortosendo, tendo como eixo a Avenida Viriato, pelas acessibilidades que lhe estão inerentes. Com a revogação do Plano de Pormenor de Salvaguarda e Reabilitação do Bairro das Machedes, a área de intervenção caracteriza-se essencialmente por um tecido envelhecido, com inúmeros edifícios em ruína estrutural e financeira, no casco mais antigo do centro histórico.

O Plano tem como objetivos principais:

- O estabelecimento de medidas de proteção e reabilitação do casco histórico e das suas zonas envolventes;
- Estabelecimento de condições para a promoção de energias renováveis, adoção de soluções técnicas quando adequadas à prática da renovação energética e reabilitação dos edifícios abrangidos pela UOPG 3;
- Dotar o centro histórico do Tortosendo de mecanismos eficazes que acelerem o processo de regeneração urbanística, evitando o envelhecimento da população aí residente e consequente abandono dos edifícios que não reúnem condições ou se demonstram inadequados à necessidade da vida contemporânea e do século XXI.

O Plano tem como objetivos programáticos:

- Definir as condições de ocupação na área de intervenção;
- Qualificar os espaços para o enquadramento habitacional e de atividades industriais, económicas, culturais e sociais, dimensionadas de acordo com as necessidades;
- Salvaguardar reabilitação do edificado residencial e não residencial;
- Assegurar o dimensionamento e a qualificação, em função das necessidades previsíveis, das diversas infraestruturas públicas.

E ainda os objetivos ambientais de acordo com a Declaração ambiental do Plano de Urbanização da Grande Covilhã (PUGC):

- Aproveitamento das condições ambientais favoráveis, assim como o controlo das desfavoráveis;
- Gestão equilibrada do solo, considerando-o como um recurso natural;
- Procurar o equilíbrio entre densidade e ocupação do espaço livre;
- Integrar os usos, residencial, comercial, laboral, recreativo e outras atividades de escala local para minimizar o consumo energético causado pelo transporte diário;
- Controlar a poluição sonora nas fontes de ruído com nível de incomodidade elevado.

Dos objetivos de elaboração do plano retiram-se os seguintes objetivos estratégicos que permitirão fazer o alinhamento e convergência com os vários instrumentos de gestão territorial:

- OE1 - Promover o ordenamento urbano numa zona consolidada que se apresenta com um tecido muito envelhecido/degradado, associado a várias atividades económicas.
- OE2 - Ordenar e disciplinar a relação entre o espaço público e privado.
- OE3 – Integração e preservação dos edifícios históricos e atividades existentes num conceito de desenho urbano sustentável.
- OE4 - Promover sempre que se justifique a introdução no espaço urbano consolidado as melhores práticas em termos de mobilidade pedonal, e acessibilidades para todos.

6.1.5. Plano de Pormenor da UOPG5 – Zona do Aeródromo Municipal da Covilhã e Área Envolvente

A elaboração do Plano de Pormenor da UOPG5 da Grande Covilhã foi determinada por deliberação da Câmara Municipal de 17-06-2011 (publicada na 2.ª série do Diário da República – N.º 125 – a 01-07-2011) que fixou o prazo de 365 dias úteis para a sua elaboração.

A 13-07-2015 entrou em vigor o novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, publicado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio (adiante designado por RJIGT), que introduziu no n.º 7 do artigo 76.º uma norma que determina a caducidade do procedimento em caso de incumprimento do prazo para a elaboração do plano fixado na deliberação que determina o início do procedimento.

Ora, resulta que o prazo fixado para a elaboração do PP da UOPG5, encontrando-se largamente ultrapassado na sequência da entrada em vigor do RJIGT ocorreu a caducidade desse procedimento – pese embora a proposta de plano tenha recolhido os pareceres favoráveis de todas as entidades externas ao Município, representativas dos interesses a ponderar e com responsabilidades ambientais específicas, consultadas em sede de Conferência Procedimental e Reuniões de Concertação, ao abrigo do n.º3 do art.86º e do n.º1 do art.87º do RJIGT respetivamente.

No âmbito desse procedimento, foi elaborado o documento que consubstanciava os termos de referência para a elaboração do plano, documento que se atualiza pelo presente com vista ao reinício do procedimento de elaboração do plano.

Sublinha-se que ao abrigo do procedimento anterior, através do Aviso n.º18292/2011, de 15 de setembro, foi efetuada a suspensão parcial do Plano de Urbanização da Grande Covilhã (publicado pelo Aviso n.º 15208/2010, de 30 de julho, designado por PUGC), que visava a integração de um projeto de Potencial Interesse Nacional (PIN) - Data Center da Portugal Telecom - que pela sua especificidade não se enquadrava nos parâmetros definidos pelo PU, passando a vigorar neste espaço o PDM e as medidas preventivas.

Ao abrigo dessa suspensão encontra-se legalmente erigida parte a intervenção do Data Center, importando acautelar a viabilidade de execução do projeto integral, conforme o PIN, com a elaboração do presente plano de pormenor.

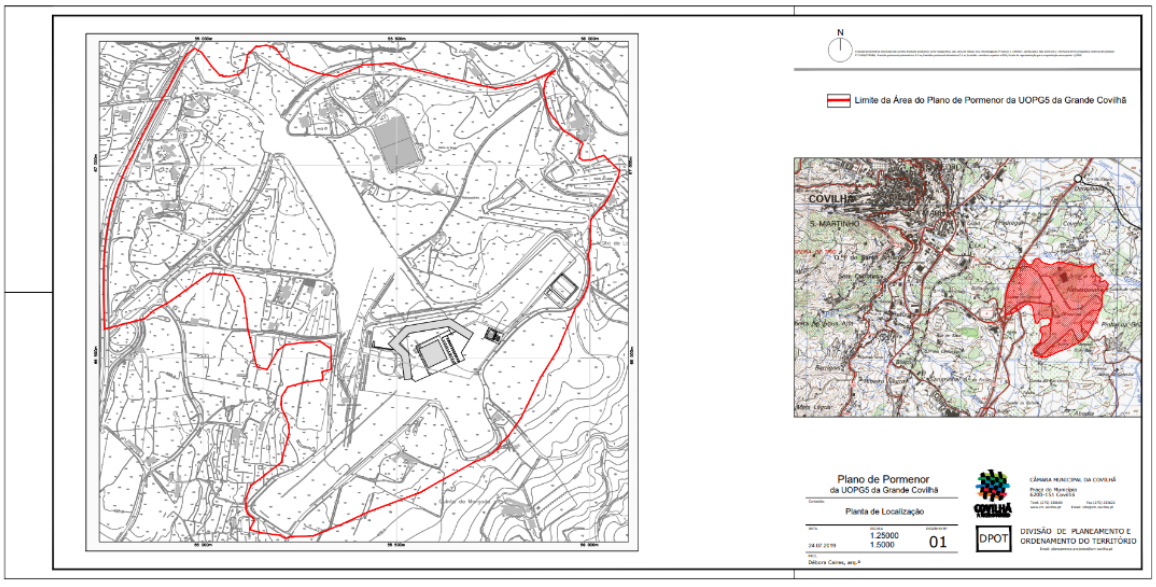


Figura 28 - Cartografia oficial do Plano de Pormenor da UOPG5 da Grande Covilhã.

A área de intervenção, com cerca de 105 ha, localiza-se no concelho da Covilhã, integrando-se parcialmente na União das freguesias da Covilhã e Canhoso e na freguesia de Boidobra. Situa-se no limite da cidade da Covilhã, entre Boidobra e Canhoso, contendo a área do antigo aeródromo da Covilhã e atual Data Center da PT.

O presente Plano de Pormenor enquadra-se no Plano de Urbanização da Grande Covilhã, publicado pelo Aviso n. º15208/2010, de 30 de setembro, com as alterações introduzidas pelo Aviso n. º7902/2018, de 12 de junho (adiante designado por PUGC). Este definiu para a área de intervenção uma unidade de operativa de planeamento e gestão (UOPG) denominada "UOPG5- Zona do aeródromo municipal da Covilhã e área envolvente".

A Câmara Municipal da Covilhã deliberou, em reunião de 20 de setembro de 2019, reiniciar o reiniciar o procedimento de elaboração do Plano de Pormenor da UOPG5 da Grande Covilhã (PPUOPG5), reconhecer a oportunidade de elaboração, aprovar os respetivos termos de referência que fundamentam a sua oportunidade, fixam os respetivos objetivos e estabelecem o prazo de 36 meses para a sua elaboração. Mais deliberou, de forma fundamentada, a não sujeição da alteração a procedimento de Avaliação Ambiental Estratégica56.

Justifica-se o reinício do procedimento, uma vez que:

1. A área de intervenção do PP UOPG5 se encontra definida no PUGC como uma unidade operativa de Planeamento, que corresponde nos termos do artigo 41º do seu regulamento a "… áreas de desenvolvimento de objetivos estratégicos municipais, e poderão ser, no todo ou em parte, objeto de planos municipais de ordenamento do território, designadamente planos de pormenor ou programas de ação…";
2. Ao abrigo do procedimento anterior, foram criadas condições que possibilitaram a execução da 1ª fase do referido PIN importando criar condições para a execução de fases subsequentes;
3. Foram aprovadas novas operações urbanísticas para a área delimitada como UOPG5 e algumas delas já executadas, criando novas realidades para o local, cujo enquadramento rabano deverá ser devidamente ponderado;
4. Embora o PUGC forneça um quadro de referência para a aplicação das políticas urbanas, considera-se que a ocupada daquela área do território – UOPG5 – deve ser desenvolvida e concretizada em detalhe, só possível através de um plano de pormenor.

[56] Edital n.º 1421/2019, de 9 de dezembro.

A estratégia de desenvolvimento assenta na integração, estruturação e beneficiação do tecido existente com as novas propostas de ocupação urbana, promovendo o enquadramento urbanístico e paisagístico sustentável.

A zona do antigo Aeródromo Municipal da Covilhã, onde hoje está edificado o Data Center PT, e a Zona Envolvente a este, inserem-se na área de intervenção do PUGC. Nesse, a área em questão é definida como Unidade Operativa de Planeamento e Gestão UOPG 5 - Zona do Aeródromo Municipal da Covilhã e Área Envolvente.

Relativamente às Unidades Operativas de Planeamento e Gestão constituídas, o Artigo 41º do Regulamento do PUGC refere o seguinte:

1. *"As unidades operativas de planeamento e gestão correspondem a áreas de desenvolvimento de objetivos estratégicos municipais, e poderão ser, no todo ou em parte, objeto de planos municipais de ordenamento do território, designadamente, planos de pormenor ou programas de Acão, com exceção das UOPG 1, 2, 3 e 4 em que é obrigatória a promoção de instrumentos de gestão do território subsequentes ao PUGC.*
2. *As operações urbanísticas de qualquer natureza, a ocorrerem nestas áreas, devem corresponder aos programas e objetivos estabelecidos para cada sector territorial inscrito nestas áreas. Identificam-se, no relatório do plano de urbanização, e dão-se aqui por integralmente reproduzidos, os programas e objetivos definidos, sem prejuízo de ajustamentos ou enriquecimentos programáticos que venham a ocorrer e que não firam de incompatibilidade os objetivos perseguidos no zonamento do PUGC.*
3. *Os parâmetros* urbanísticos para estas zonas não constantes do presente regulamento serão definidos nos respetivos planos municipais a desenvolver para essas UOPG."

Assim e considerando que a área em questão diz respeito à área definida no PUGC como UOPG 5, o Artigo 50.º do Regulamento do plano refere o seguinte:

1. *"Prevendo-se a desativação do atual Aeródromo Municipal da Covilhã, a área atualmente por ele ocupada, bem como a área envolvente deverão constituir uma área privilegiada de expansão da cidade, assumindo o seu desenvolvimento um carácter e uma importância estratégica fundamental para a cidade da Covilhã.*

2. *Os objetivos estabelecidos no PUGC para a área da UOPG 5 – Zona do Aeródromo Municipal da Covilhã e Área Envolvente são os seguintes:*

a. *Aproveitamento da localização privilegiada em relação ao centro urbano da Covilhã, das excelentes acessibilidades e da intenção da deslocação do aeródromo municipal, para o desenvolvimento de um novo pólo dinamizador da economia local;*

3. *Desenvolvimento de uma nova área de expansão da cidade, que seja identificada como a grande entrada na Covilhã."*

De acordo com o Art.51.º do mesmo regulamento, nesta unidade prevêem-se os usos de habitação, comércio e serviços, indústria, catividades empresariais e turísticas, equipamentos coletivos, e zonas verdes públicas.

Após a entrada em vigor do Plano de Urbanização da Grande Covilhã, surgiu a oportunidade de investimento de um Projeto de Potencial Interesse Nacional (PIN) na área agora delimitada como área de intervenção do Plano de Pormenor da UOPG 5 da Grande Covilhã. A oportunidade de execução deste projeto neste local, resulta do reconhecimento, pelo investidor das condições excecionais do local em matéria de acessibilidades.

O Projeto de Potencial Interesse Nacional (PIN), visa a implementação de um Data Center, com especial incidência na área do "cloud computing" (armazenamento remoto de dados) – estando hoje já executada a primeira fase desse PIN, ao abrigo do procedimento anterior conforme acima descrito no capítulo "II. ANTECEDENTES".

O investimento tem como principal foco o aumento significativo da capacidade de armazenamento e processamento de dados de empresas e de serviços de 'cloud computing' para empresas portuguesas e internacionais, que face à sua dimensão, terá um impacte muito favorável na economia local, regional e nacional e consequentemente na criação de emprego e na melhoria da qualidade de vida das pessoas.

A implementação deste projeto PIN, veio criar uma nova realidade para o local, considerando-se que só através da elaboração de um Plano de Pormenor podem ser criadas as condições ótimas seu enquadramento urbano, que embora estejam salvaguardadas na generalidade, no Plano de Urbanização em vigor, exigem uma definição da intervenção à escala de um Plano de Pormenor – conforme acima descrito no capítulo "II. ANTECEDENTES".

O Plano de Pormenor a elaborar, permitirá não só continuar a criar as condições necessárias para a implementação de um projeto desta natureza, como também definir as condições favoráveis para a sua relação com a restante área da UOPG 5, permitindo fomentar o desenvolvimento de catividades complementares a este projeto, bem como criar as valências necessárias, na envolvente, que permitam dar resposta às necessidades conjeturadas.

Desta forma, o Plano de Pormenor a elaborar permitirá ir ao encontro do estabelecido no PUGC para a UOPG5, criando condições excecionais, de valorização desta área como porta de entrada na Covilhã.

O Plano tem como objetivos principais:

a) Aproveitamento da localização privilegiada em relação ao centro urbano da Covilhã, das excelentes acessibilidades, para o desenvolvimento de um novo pólo dinamizador da economia local.
b) Desenvolvimento de uma nova área de expansão da cidade, que seja identificada como a grande entrada na Covilhã.
c) Concretização do Projeto de Potencial Interesse Nacional (PIN) que visa a implementação de um Data Center, com especial incidência na área do "cloud computing" (armazenamento remoto de dados) – já parcialmente implementado e em pleno funcionamento.

E como objetivos programáticos:

1. Definir as condições de ocupação na área de intervenção.
2. Definir áreas de estacionamento público e de equipamento urbano, corretamente dimensionadas e localizadas em função dos espaços e usos propostos.
3. Qualificar os espaços para o enquadramento habitacional e de atividades económicas, culturais e sociais, dimensionadas de acordo com as necessidades.
4. Salvaguardar a estrutura ecológica.
5. Assegurar o dimensionamento e a qualificação, em função das necessidades previsíveis, das diversas infraestruturas públicas. E ainda os objetivos ambientais de acordo com a Declaração ambiental do Plano de Urbanização da Grande Covilhã (PUGC):
6. Aproveitamento das condições ambientais favoráveis, assim como o controlo das desfavoráveis.

7. Gestão equilibrada do solo, considerando-o como um recurso natural.
8. Procurar o equilíbrio entre densidade e ocupação do espaço livre.
9. Integrar os usos, residencial, comercial, laboral, recreativo e outras atividades de escala local para minimizar o consumo energético causado pelo transporte diário.
10. Controlar a poluição sonora nas fontes de ruído com nível de incomodidade elevado.

Dos objetivos de elaboração do plano retiram-se os seguintes objetivos estratégicos que permitirão fazer o alinhamento e convergência com os vários instrumentos de gestão territorial.

- OE1 - Promover o ordenamento urbano numa zona periurbana que se apresenta com um tecido urbano difuso associado a várias atividades económicas.
- OE2 - Desenvolvimento de uma nova área multifuncional da cidade, que seja identificada como a grande entrada na Covilhã, oferecendo grandes espaços de lazer e de estar.
- OE3 - Ordenar e disciplinar a relação entre o espaço público e privado.
- OE4 - Gestão equilibrada do solo, considerando-o como um recurso natural, salvaguardando a estrutura ecológica.
- OE5 – integração das edificações e atividades existentes num conceito de desenho urbano sustentável.

6.1.6. Plano de Pormenor das Penhas da Saúde – Zona Sul

Em 05-07-2004 foi publicada na I Série do Diário da República, a Resolução de Conselho de Ministros n.º 88/2004, que ratificou parcialmente o Plano de Pormenor das Penhas da Saúde – Zona Sul (PPPS-ZS). Por lapso, a mesma não publicou o Regulamento do Plano, o que consequentemente impediu, à data, a sua entrada em vigor.

Por impossibilidade de retificação da referida publicação, a Câmara Municipal desenvolveu posteriormente os procedimentos tendentes à sua entrada em vigor. Assim, após a correção de alguns elementos do Plano, por sugestão da então DGOTDU – Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, designadamente no que se refere à parte não ratificada pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 88/2004, a Câmara Municipal submeteu

à Assembleia Municipal a aprovação do Plano e promoveu a publicação da deliberação no Diário da República, cfr. exigido por lei nessa data.

O Plano de Pormenor das Penhas da Saúde – Zona Sul, entrou assim em vigor na sequência da publicação no Diário da República, em 22-01-2008, da Deliberação n.º 204/2008. A área de intervenção deste plano integra apenas parte da UOP5 definida no PDMC, para qual este PMAT não definia qualquer regulamentação, remetendo-a para um posterior plano de pormenor.

Com este plano a CMC pretendeu estabelecer os princípios e regras de ocupação do solo (vocação turística) do setor sul das Penhas da Saúde, com o objetivo de salvaguardar e valorizar o edificado existente e disciplinar a edificação do edificado previsto de forma a "produzir um conjunto habitacional coerente, compatível e complementar à unidade hoteleira existente".



Figura 29 - Cartografia oficial do Plano de Pormenor das Penhas da Saúde - Sul (Fonte: Município da Covilhã).

A Câmara Municipal da Covilhã em 15-07-2011 deliberou dar início ao procedimento de revisão do referido plano. O limite da área de intervenção proposto, no âmbito desse procedimento, correspondia aos limites da área de intervenção do plano de pormenor em vigor. No decorrer dos trabalhos de elaboração da revisão do plano, verificou-se não existir a necessidade de manter, dentro da área de intervenção do plano, uma área de grandes dimensões para a qual o plano não previa qualquer intervenção e que por estar fortemente condicionada, no âmbito da revisão do plano assim permaneceria.

Em reunião realizada a 22-04-2016 a Câmara Municipal deliberou aprovar a alteração ao limite da área de intervenção da Revisão do Plano de Pormenor das Penhas da Saúde – Zona Sul e estabelecer um novo prazo de 365 dias para elaboração da proposta. Contudo, decorrido esse prazo, sem que o procedimento tenha sido concluído, verifica-se que o mesmo se encontra caducado por força do disposto no n.º 7 do artigo 76.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial – RJIGT.

Contudo, mantinha-se a necessidade de revisão do Plano de Pormenor das Penhas da Saúde, razão pelo qual decorre neste momento o reinício desse procedimento.

6.1.6.1. Procedimentos em curso

A 21 de fevereiro de 2021, a Câmara municipal da Covilhã, deliberou o reinício do procedimento de Revisão do plano de Pormenor das Penhas da Saúde – Zona Sul, dade de elaboração dessa alteração, aprovar os respetivos termos de referência que fundamentam a sua oportunidade, fixam os respetivos objetivos e estabelecem o prazo de 365 dias para a sua elaboração. Mais deliberou, de forma fundamentada, a não sujeição da alteração a procedimento de Avaliação Ambiental Estratégica[57].

A área de intervenção da Revisão do Plano de Pormenor das Penhas da Saúde — Zona Sul, localiza -se na freguesia de Cortes do Meio e abrange uma superfície de cerca de 7,12 ha.

[57] Edital n.º 594/2020, de 30 de abril.

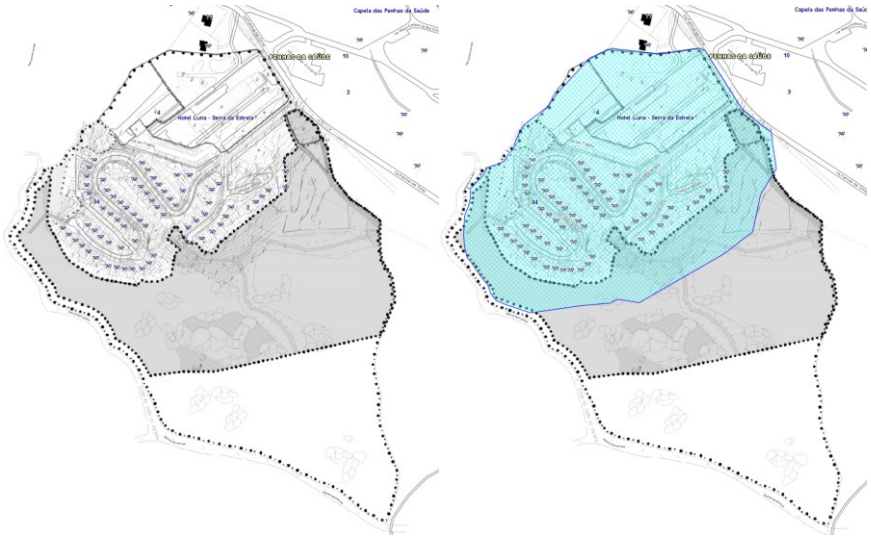


Figura 30 - Identificação da área de intervenção da Revisão do Plano de Pormenor das Penhas da Saúde — Zona Sul (Fonte: Município da Covilhã).

Os objetivos programáticos estabelecidos para a Revisão do Plano de Pormenor das Penhas da Saúde — Zona Sul, são os a seguir elencados:

- O estabelecimento de novos parâmetros urbanísticos e desenho urbano que possibilite a legalização do edificado existente que se encontra em situação irregular;
- A requalificação da área a abranger pelo Plano, nomeadamente, do seu edificado e na sua relação com o espaço público envolvente;
- A capacitação dos espaços para o desenvolvimento de atividades económicas e de lazer, de forma a dinamizar e qualificar a oferta turística;
- A clarificação de normas constantes do Regulamento do plano, evitando dúvidas de interpretação que conduzam à sua deficiente aplicação.
- O ajustamento da área de intervenção expurgando do mesmo uma área não ocupada e condicionada pelo Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela e do Regime da Reserva Ecológica Nacional

O Plano de Pormenor das Penhas da Saúde – Zona Sul, foi sendo, ao longo do seu período de vigência (e em momento anterior) executado maioritariamente através da execução de uma operação de loteamento promovida pela empresa Turismo da Serra da Estrela – Turistrela, S.A., a que corresponde o processo administrativo n.º 356 e o alvará de loteamento n.º 5/01. Porém,

as construções que foram sendo edificadas nessa área – Bungalows – não cumpriram na íntegra os parâmetros urbanísticos fixados na operação de loteamento e no Plano de Pormenor. No essencial as desconformidades verificaram-se ao nível da área de construção, número de pisos, volumetria, número de estacionamentos e ainda, nalguns casos, na implantação das edificações.

Nos termos do artigo 102.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, a administração municipal encontra-se obrigada a adotar as medidas adequadas de tutela de restauração da legalidade urbanística que, na situação em análise, implicará a determinação da realização de trabalhos de correção e/ou alteração ou mesmo a demolição das edificações, uma vez que a legalização não é possível face às desconformidades já referenciadas com o Plano de Pormenor das Penhas da Saúde – Zona Sul.

Ora, essas edificações – Bungalows, constituíram nos últimos anos, uma alternativa aos empreendimentos turísticos "clássicos", permitindo uma diversificação da tipologia de dormidas existentes na Serra da Estrela, pelo que se entende que a adoção das medidas de tutela da legalidade urbanística mais gravosas deverá ser sempre devidamente ponderada, apresentando-se com uma solução de ultima ratio.

A revisão do Plano de Pormenor das Penhas da Saúde – Zona Sul, criou condições que permitem em momento posterior legalizar essas edificações. Pese embora a legalização por via da modificação do quadro de planeamento vigente inverta a lógica de planeamento, na medida em que de um instrumento de enquadramento das transformações urbanísticas a operar, transforma-se o plano num mecanismo de ratificação das mudanças ocorridas, considera-se ainda assim que a Revisão do Plano de Pormenor das Penhas da Saúde – Zona Sul como a via mais adequada, se não mesmo a única, para a resolução das complexas questões jurídicas que envolvem os Bungalows e que responderá ao problema de forma integrada.

Tal assunção reveste-se de carácter absolutamente excecional, fundamentado no relevante interesse turístico que a área em causa representa para o concelho da Covilhã.

A revisão do Plano e consequentemente dos seus parâmetros urbanísticos permite, a alteração do loteamento e a legalização das edificações que se encontram em situação irregular (total ou parcialmente). Esta solução encontra-se ainda legitimada pelo facto de se apresentar como uma solução, que salvaguardando direitos e interesses legítimos de terceiros de boa-fé, não afeta

(antes pelo contrário) relevantes interesses públicos, como é a preservação de um potencial turístico com relevância no concelho da Covilhã.

6.1.7. Plano de Pormenor da Zona Industrial do Tortosendo – 3ª FASE

Este PP, publicado pelo Aviso n.º 4341/2012, de 19 de março, surge na sequência da crescente colmatação da zona industrial de Tortosendo (1ª e 2ª fases) e da consequente necessidade de expansão dos espaços destinados à instalação de atividades económicas.

O PP vem assim dotar a zona industrial de áreas destinadas a uma multiplicidade de atividades – uso terciário, uso industrial, comércio e armazenagem – prevendo a criação de lotes de pequena, média e grande dimensão, num total de 251, permitindo assim atrair um maior espectro de procura.

Recorde-se que a existência de Planos de Pormenor em Zonas Industriais foi uma imposição do Regulamento do PDMC, que com a entrada em vigor do PUGC essa norma regulamentar, obrigatória, deixou de vigorar.

O Plano de Pormenor da Zona Industrial do Tortosendo — 3.ª Fase[58] tem por objetivo estabelecer as regras e orientações a que obedece a ocupação, uso e transformação do solo dentro dos limites da área de intervenção do Plano, delimitada na sua Planta de Implantação.

O Plano reveste a natureza de regulamento administrativo, sendo as suas disposições de cumprimento obrigatório, quer para intervenções de iniciativa pública, quer de iniciativa privada ou cooperativa.

A área do Plano encontra-se subdividida em quatro zonas, delimitadas na Planta de Implantação, correspondendo a áreas morfológica e funcionalmente diferenciadas:

1. Zona A:

58 Aviso n.º 4341/2012 19 de março de 2012

Implantação do Núcleo Central de Apoio.

Utilização das Edificações: Comércio, Serviços e Equipamento.

2. Zona B:

Implantação de parcelas de grande dimensão.

Utilização das Edificações: Uso Industrial.

3. Zona C:

Implantação de parcelas de pequena e média dimensão de construção isolada.

Utilização das Edificações: Uso Terciário, Uso Industrial, Comércio e Armazenagem.

4. Zona D:

Implantação de parcelas de pequena dimensão de construção em banda.

Utilização das Edificações: Uso Terciário, Uso Industrial, Comércio e Armazenagem.

6.1.8. Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios da Covilhã

Os Planos de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) são de elaboração obrigatória, e de acordo com o definido no Decreto-Lei nº 124/2006 de 28 de junho "contêm as ações necessárias à defesa da floresta contra incêndios e, para além das ações de prevenção, incluem a previsão e a programação integrada das intervenções das diferentes entidades envolvidas perante a eventual ocorrência de incêndios". Estes instrumentos têm de ser elaborados de acordo com o Plano Nacional de Prevenção e Proteção da Floresta Contra Incêndios e com o respetivo Plano Regional de Ordenamento Florestal, devendo obedecer à estrutura estabelecida na Portaria n.º 1139/2006, de 25 de outubro.

A elaboração do PMDFCI prevê através de atividades concretas melhorar os meios de prevenção, deteção e combate a incêndios florestais, assim como estabelecer propostas de planeamento e ordenamento das áreas florestais. Desta forma, pretende-se com o Plano de Defesa da Floresta conjuntamente com o Gabinete Técnico Florestal intervir no território em 4 áreas distintas: prevenção; pré supressão; supressão e reabilitação.

Em suma, pretende-se com este documento dotar o município de um levantamento dos fatores mais relevantes para a prevenção e combate de fogos florestais assim, como lançar as bases

para uma política municipal florestal, concertada com a realidade local preservando as pessoas e bens do flagelo que são os incêndios florestais sem adiar a defesa dos recursos florestais.

O PMDFCI da Covilhã[59] foi elaborado em junho de 2021, o qual mereceu parecer vinculativo positivo do ICNF, tendo sido posteriormente aprovado pela Assembleia Municipal da Covilhã a 25 de junho de 2021 para vigorar num período de 10 anos, entre 2021 e 2030. É constituído pelos seguintes elementos:

- Diagnóstico (Informação Base) - Constitui uma base de informação que se traduz na caracterização sucinta e clarificadora das especificidades do município, que para todos os efeitos é parte integrante do PMDFCI e que compreende os seguintes capítulos:
  i. Caracterização física do concelho;
  ii. Caracterização climática;
  iii. Caracterização da população;
  iv. Caracterização da ocupação do solo, e zonas especiais;
  v. Análise do histórico e casualidade dos incêndios rurais.
- Plano de Ação - compreende o planeamento de ações que suportam a estratégia municipal de defesa da floresta contra incêndios, definindo metas, indicadores, responsáveis e estimativa orçamental e que compreende os seguintes capítulos:
  i. Enquadramento do plano no sistema de gestão territorial e no sistema nacional de defesa da floresta contra incêndios;
  ii. Análise do risco, da vulnerabilidade aos incêndios florestais e da zonagem do território;
  iii. Objetivos e metas do plano;
  iv. Eixos estratégicos;
  v. Estimativa de orçamento para a implementação do PMDFCI.

Este instrumento de planeamento que se pretende dinâmico e adaptado à realidade local, este guia deve ser entendido como instrumento orientador, devendo as equipas locais estabelecer

[59] Aviso n.º 13156/2021, de 13 de Julho.

os seus objetivos, metas e ações, adaptadas às realidades locais, em articulação com os níveis de planeamento superior (distrital e nacional).

Por fim, importa referir que o PMDFCI possui um carácter dinâmico e evolutivo, pelo que, o conhecimento e reconhecimento das realidades e contextos de cada município devem ser refletidos ao longo do tempo.

6.1.9. Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil do Município Da Covilhã

A temática dos riscos e da proteção civil tem vindo a adquirir ao longo dos anos mais recentes uma relevância crescente. A ocorrência de determinado tipo de fenómenos, de origem natural ou humana, encontra-se intrinsecamente associada à questão da ocupação do espaço e dos danos inerentes à ocorrência desses fenómenos, tendo por isso toda a pertinência que esta temática seja abordada no âmbito da caracterização do território.

O Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PMEPC)[60] do Município da Covilhã é um documento formal no qual se encontram definidas as orientações relativas ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de proteção civil.

Conforme refere o Guia metodológico para a produção de cartografia municipal de risco e para a criação de SIG de base municipal "a identificação, a caracterização e a avaliação metódica dos riscos naturais, tecnológicos e mistos que condicionam a segurança das comunidades são passos fundamentais no adequado desenvolvimento dos procedimentos de planeamento de emergência e de ordenamento do território", sendo o Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil (PMEPC) a sede "ideal" de abordagem desta temática.

O PMEPC do município da Covilhã foi elaborado com o intuito de "organizar, orientar, facilitar, agilizar e uniformizar as ações necessárias às respostas" em operações de proteção civil, visando a antecipação dos "cenários suscetíveis de desencadear um acidente grave ou catástrofe,

[60] Aviso n.º 1219/2021, 19 de Janeiro.

definindo, de modo inequívoco, a estrutura organizacional e os procedimentos de preparação e aumento de capacidade de resposta em casos de emergência".

Com este plano o município dispõe de um documento que lhe permite enfrentar a generalidade das situações de risco no seu território, para as quais é necessário "definir as prioridades de atuação, tanto ao nível da prevenção como ao nível da resposta, dando cumprimento à legislação em vigor".

Elaborado em conformidade com a Resolução da Comissão Nacional de Proteção Civil n.º 30/2015, de 7 de maio, que estabelece as normas técnicas e os critérios para a elaboração e operacionalização dos planos de emergência de proteção civil, o PMEPCC encontra-se estruturado em 3 partes, designadamente:

- Parte I – Enquadramento
- Apresentação geral do plano;
- Designação do diretor do plano e seus substitutos;
- Finalidade do plano e os objetivos a serem respondidos;
- Mecanismos inerentes à ativação/desativação do plano.
- Parte II – Execução
- Organização geral das operações de proteção civil a executar;
- Definição de responsabilidades dos serviços e agentes de proteção civil;
- Estrutura dos meios operacionais a empregar nas operações;
- Identificação e descrição das infraestruturas para as operações de proteção civil;
- Definição de mecanismos adequados de notificação à autoridade de proteção civil;
- Definição de medidas e ações a desencadear no decorrer das operações.
- Parte III - Inventários, Modelos e Listagens
- Identificação dos principais recursos existentes;
- Identificação dos contactos das várias entidades intervenientes no plano e nas operações de proteção civil;
- Modelos de relatórios, requisições e comunicados utilizados nas operações de proteção civil.

De entre os vários princípios que pautam as atividades de proteção civil, e que, naturalmente o PMEPC adota, merece destaque o princípio de prevenção e precaução, segundo o qual os riscos devem ser antecipados de forma a eliminar as suas causas ou reduzir as suas consequências.

Na sequência do referido anteriormente, apresentam-se como objetivos gerais do PMEPCC:

- Providenciar, através de uma resposta concertada, as condições e meios indispensáveis à minimização dos efeitos adversos de um acidente grave ou catástrofe;
- Definir as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de proteção civil;
- Definir a unidade de direção, coordenação e comando das ações a desenvolver;
- Coordenar e sistematizar as ações de apoio, promovendo maior eficácia e rapidez de intervenção das entidades intervenientes;
- Inventariar os meios e recursos disponíveis para acorrer a um acidente grave ou catástrofe;
- Minimizar a perda de vida e bens, atenuar ou limitar os efeitos de acidentes graves ou catástrofes e restabelecer o mais rapidamente possível, as mínimas condições de normalidade;
- Assegurar a criação de condições favoráveis ao empenhamento rápido, eficiente e coordenado de todos os meios e recursos disponíveis num determinado território, sempre que a gravidade e dimensão das ocorrências o justifique;
- Habilitar as entidades envolvidas no plano a manterem o grau de preparação e de prontidão necessário à gestão de acidentes graves ou catástrofes
- Promover a informação junto das populações através de ações de sensibilização, tendo em vista a sua preparação, a assunção de uma cultura de autoproteção e o entrosamento na estrutura de resposta à emergência.

A caracterização do risco encontra-se sistematizada em capítulo próprio sendo acompanhado da respetiva peça desenhada.

6.2. Áreas de Reabilitação Urbana

O Regime Jurídico da Reabilitação Urbana61 foi precedido pela Lei do Orçamento do Estado para 2009 que introduziu novos benefícios para a reabilitação urbana e estabeleceu a possibilidade de delimitação das áreas de reabilitação para efeitos do estatuto dos Benefícios Fiscais.

Em 2012, a Lei n.º 32/2012 de 14 de agosto, procedeu à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, aprovando medidas destinadas a agilizar e a dinamizar a reabilitação urbana, possibilitando que a delimitação da área de reabilitação Urbana e a aprovação da operação de reabilitação urbana ocorrerem em momentos distintos:

[61] Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro

Tabela 9 - Explicação dos conceitos ARU e ORU (Fonte: Manual de Procedimentos (portaldahabitacao.pt).

Área de Reabilitação Urbana (ARU) – alínea b) do artigo 2º)	Operação de Reabilitação Urbana (ORU) – alínea h) do artigo 2º]
A legislação define ARU como sendo a área territorialmente delimitada que, em virtude da insuficiência, degradação ou obsolescência dos edifícios, das infraestruturas, dos equipamentos de utilização coletiva e dos espaços urbanos e verdes de utilização coletiva, designadamente no que se refere às suas condições de uso, solidez, segurança, estética ou salubridade, justifique uma intervenção integrada, através de uma Operação de Reabilitação Urbana aprovada em instrumento próprio ou em plano de pormenor de reabilitação urbana.	É o conjunto articulado de intervenções, que, de uma forma integrada, visam a reabilitação urbana de uma determinada área. A cada ARU corresponde uma ORU [nº 4 do artigo 7º]. Se a ORU se dirige principalmente à reabilitação do património edificado, é enquadrada por uma ESTRATÉGIA DE REABILITAÇÃO e adota a designação de ORU SIMPLES. Quando a ORU envolve, não só a reabilitação do edificado, mas também a qualificação das infraestruturas, dos equipamentos, dos espaços verdes e urbanos de utilização coletiva, tem associado um programa de investimento público, e é enquadrada por um PROGRAMA ESTRATÉGICO DE REABILITAÇÃO, adotando a designação de ORU SISTEMÁTICA.

A proposta de delimitação e constituição da ARU[62] refere que "a reabilitação urbana assume-se hoje como uma componente indispensável da política das cidades e da política de habitação, na medida em que nela convergem os objetivos de requalificação e revitalização das cidades, em particular das suas áreas mais degradadas, e de qualificação do parque habitacional, procurando-se um funcionamento globalmente mais harmonioso e sustentável das cidades e a garantia, para todos, de uma habitação condigna".

[62] Decreto-Lei nº 307/2009, de 23 de outubro, na redação que lhe confere a Lei nº 32/2012, de 14 de agosto

A delimitação das áreas de reabilitação urbana é da competência da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal. A aprovação de uma ARU atribui à área um conjunto significativo de efeitos, entre estes, destaca-se, a obrigação da definição dos benefícios fiscais associados aos impostos municipais sobre o património. Decorre também daquele ato a atribuição aos proprietários do acesso aos apoios e incentivos fiscais e financeiros à reabilitação urbana.

Nos últimos anos o Município da Covilhã tem vindo a desenvolver em todo o concelho, várias intervenções, no sentido da qualificação e revitalização urbana. Apesar dos investimentos realizados nos últimos anos na Covilhã e restantes freguesias, numa perspetiva de reabilitação urbanística, ambiental, do edificado e das infraestruturas e equipamentos, o Município da Covilhã debate-se com a necessidade contínua de dinamizar o espaço urbano e de lazer que acompanhado, do abandono e progressivo envelhecimento populacional tem traduzido numa perda da dinâmica populacional, económica e social. O Decreto-Lei nº 307/2009, de 23 de outubro, na sua atual redação, criou novas perspetivas de reabilitação urbana e colocando assim aos municípios a "responsabilidade" pela delimitação de áreas de reabilitação urbana em instrumento próprio ou através da aprovação de um plano de reabilitação urbana.

Reconhecendo a autarquia a oportunidade de delimitação da Áreas de Reabilitação Urbana (ARU), em instrumento próprio, à luz do atual enquadramento legal, entendeu a CMC ser de promover a delimitação de 28 ARU's, abrangendo os principais centros urbanos concelhios – Aldeia do Souto, Aldeia de S. Francisco, Barco, Boidobra, Canhoso, Cantar Galo, Casegas, Corte do Meio, Coutada, Covilhã, Dominguiso, Erada, Ferro, Orjais, Ourondo, Paul, Peraboa, Peso, S. Jorge da Beira, Sarzedo, Sobral de S. Miguel, Teixoso, Tortosendo, Unhais da Serra, Vale Formoso, Vales do Rio, Verdelhos e Vila do Carvalho.

Em termos de definição das áreas a abranger por este instrumento a preocupação foi integrar as zonas antigas dos aglomerados e a sua envolvente consolidada. Nos termos do previsto na legislação os incentivos para apoiar e promover as Operações de Reabilitação Urbana assumem as seguintes vertentes: incentivos do município, incentivos fiscais e incentivos de simplificação administrativa.

As ações previstas de intervenção urbana a propor, em geral nas diversas ARU's, são maioritariamente dirigidas às infraestruturas, reabilitação de espaços urbanos e reabilitação do edificado, incidem fundamentalmente sobre espaços públicos e edifícios cujo programa e

requalificação são suscetíveis de influenciar positivamente a iniciativa privada e o bem-estar dos moradores e proprietários.

Embora a requalificação e regeneração urbana sejam há vários anos preocupações da autarquia, torna-se urgente criar condições para o envolvimento dos proprietários neste tipo de ação, designadamente no que se refere à reabilitação (física) do edificado e à consequente revitalização (socioeconómica) destes núcleos. A requalificação urbana dos 28 centros urbanos enunciados assume-se assim como um objetivo da política e estratégias municipais.

6.2.1. ARU Aprovadas

1. ARU do Centro Urbana de Cantar-Galo - A ARU de Cantar Galo integra um conjunto urbano que necessita de ser intervencionado para que a sua identidade não se perca ou sofra descaracterizações, e para que a qualidade de vida da população atinja melhorias significativas, através de uma intervenção integrada no edificado e nos espaços públicos, potenciando assim a sua atratividade. Com a delimitação desta ARU, pretende-se o seu estudo aprofundado e a definição de procedimentos estratégicos para a sua revitalização e requalificação. Existe necessidade de intervir, de dar uma nova vida a esta área e potencializar a intervenção dos privados. A Área proposta, engloba a zona antiga e o núcleo urbano consolidado da aldeia de Cantar Galo.

ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA	
ENQUADRAMENTO LEGAL	Lei n.º 32/2012
SITUAÇÃO DO PROCESSO	ARU APROVADA
CONSULTA DO PROCESSO	http://www.cm-covilha.pt/
ENTIDADE GESTORA	Câmara Municipal
ÂMBITO TEMPORAL	3 anos
APROVAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL	21/06/2021
APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL	25/06/2021
COMUNICAÇÃO AO IHRU	30/08/2021
PUBLICAÇÃO DR II SÉRIE	Aviso n.º 15277/2021 - Diário da República n.º 158/2021, Série II de 2021-08-16

Figura 31 – Informações sobre a ARU do Centro Urbano de Cantar-Galo (Fonte: https://www.portaldahabitacao.pt/*).*

2. ARU do Centro Urbano da Aldeia de São Francisco de Assis - A ARU da Aldeia de São Francisco de Assis integra um conjunto urbano que necessita de ser intervencionado para que a sua identidade não se perca ou sofra descaracterizações, e para que a qualidade de vida da população atinja melhorias significativas, através de uma intervenção integrada no edificado e nos espaços públicos, potenciando assim a sua atratividade. Com a delimitação desta ARU, pretende-se o seu estudo aprofundado e a definição de procedimentos estratégicos para a sua revitalização e requalificação. Existe necessidade de intervir, de dar uma nova vida a esta área e potencializar a intervenção dos privados. A Área proposta, engloba a zona antiga e o núcleo urbano consolidado da Aldeia de São Francisco de Assis.



ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA	
ENQUADRAMENTO LEGAL	Lei n.º 32/2012
SITUAÇÃO DO PROCESSO	ARU APROVADA
CONSULTA DO PROCESSO	http://www.cm-covilha.pt/
ENTIDADE GESTORA	Câmara Municipal
ÂMBITO TEMPORAL	3 anos
APROVAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL	21/06/2021
APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL	25/06/2021
COMUNICAÇÃO AO IHRU	30/08/2021
PUBLICAÇÃO DR II SÉRIE	Aviso n.º 15917/2021 - Diário da República n.º 164/2021, Série II de 2021-08-24

Figura 32 - Informações sobre a ARU do Centro Urbano da Aldeia de São Francisco de Assis (Fonte: https://www.portaldahabitacao.pt/*).*

3. ARU do Centro Urbano da Aldeia do Souto - A ARU da Aldeia do Souto integra um conjunto urbano que necessita de ser intervencionado para que a sua identidade não se perca ou sofra descaracterizações, e para que a qualidade de vida da população atinja melhorias significativas, através de uma intervenção integrada no edificado e nos espaços públicos, potenciando assim a sua atratividade. Com a delimitação desta ARU, pretende-se o seu estudo aprofundado e a definição de procedimentos estratégicos para a sua revitalização e requalificação. Existe necessidade de intervir, de dar uma nova vida a esta área e potencializar a intervenção dos privados. A Área proposta, engloba a zona antiga e o núcleo urbano consolidado de Aldeia do Souto.

ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA	
ENQUADRAMENTO LEGAL	Lei n.º 32/2012
SITUAÇÃO DO PROCESSO	ARU APROVADA
CONSULTA DO PROCESSO	http://www.cm-covilha.pt/
ENTIDADE GESTORA	Câmara Municipal
ÂMBITO TEMPORAL	3 anos
APROVAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL	21/06/2021
APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL	25/06/2021
COMUNICAÇÃO AO IHRU	30/08/2021
PUBLICAÇÃO DR II SÉRIE	Aviso n.º 15273/2021 - Diário da República n.º 158/2021, Série II de 2021-08-16

Figura 33 - Informações sobre a ARU do Centro Urbano de Cantar-Galo (Fonte: https://www.portaldahabitacao.pt/).

4. ARU do Centro Urbano da Boidobra - A ARU da Vila da Boidobra integra um conjunto urbano que necessita de ser intervencionado para que a sua identidade não se perca ou sofra descaracterizações, e para que a qualidade de vida da população atinja melhorias significativas, através de uma intervenção integrada no edificado e nos espaços públicos, potenciando assim a sua atratividade. Com a delimitação desta ARU, pretende-se o seu estudo aprofundado e a definição de procedimentos estratégicos para a sua revitalização e requalificação. Existe necessidade de intervir, de dar uma nova vida a esta área e potencializar a intervenção dos privados. A Área proposta, engloba a zona antiga e o núcleo urbano consolidado da vila da Boidobra.

ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA	
ENQUADRAMENTO LEGAL	Lei n.º 32/2012
SITUAÇÃO DO PROCESSO	ARU APROVADA
CONSULTA DO PROCESSO	http://www.cm-covilha.pt/
ENTIDADE GESTORA	Câmara Municipal
ÂMBITO TEMPORAL	3 anos
APROVAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL	21/06/2021
APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL	25/06/2021
COMUNICAÇÃO AO IHRU	30/08/2021
PUBLICAÇÃO DR II SÉRIE	Aviso n.º 15921/2021 - Diário da República n.º 164/2021, Série II de 2021-08-24

Figura 34 - Informações sobre a ARU do Centro Urbano da Boidobra (Fonte: https://www.portaldahabitacao.pt/).

5. ARU do Centro Urbano da Erada - A ARU da Erada integra um conjunto urbano que necessita de ser intervencionado para que a sua identidade não se perca ou sofra descaracterizações, e para que a qualidade de vida da população atinja melhorias significativas, através de uma intervenção integrada no edificado e nos espaços públicos, potenciando assim a sua atratividade. Com a delimitação desta ARU, pretende-se o seu estudo aprofundado e a definição de procedimentos estratégicos para a sua revitalização e requalificação. Existe necessidade de intervir, de dar uma nova vida a esta área e potencializar a intervenção dos privados. A Área proposta, engloba a zona antiga e o núcleo urbano consolidado da aldeia da Erada.

ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA	
ENQUADRAMENTO LEGAL	Lei n.º 32/2012
SITUAÇÃO DO PROCESSO	ARU APROVADA
CONSULTA DO PROCESSO	http://www.cm-covilha.pt/
ENTIDADE GESTORA	Câmara Municipal
ÂMBITO TEMPORAL	3 anos
APROVAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL	21/06/2021
APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL	25/06/2021
COMUNICAÇÃO AO IHRU	30/08/2021
PUBLICAÇÃO DR II SÉRIE	Aviso n.º 15914/2021 - Diário da República n.º 164/2021, Série II de 2021-08-24

Figura 35 – Informações sobre a ARU do Centro Urbano da Erada (Fonte: https://www.portaldahabitacao.pt/).

6. ARU do Centro Urbano da Vila do Carvalho - A ARU de Vila do Carvalho integra um conjunto urbano que necessita de ser intervencionado para que a sua identidade não se perca ou sofra descaracterizações, e para que a qualidade de vida da população atinja melhorias significativas, através de uma intervenção integrada no edificado e nos espaços públicos, potenciando assim a sua atratividade. Com a delimitação desta ARU, pretende-se o seu estudo aprofundado e a definição de procedimentos estratégicos para a sua revitalização e requalificação. Existe necessidade de intervir, de dar uma nova vida a esta área e potencializar a intervenção dos privados. A Área proposta, engloba a zona antiga e o núcleo urbano consolidado da Vila do Carvalho.

ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA	
ENQUADRAMENTO LEGAL	Lei n.º 32/2012
SITUAÇÃO DO PROCESSO	ARU APROVADA
CONSULTA DO PROCESSO	http://www.cm-covilha.pt/
ENTIDADE GESTORA	Câmara Municipal
ÂMBITO TEMPORAL	3 anos
APROVAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL	21/06/2021
APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL	25/06/2021
COMUNICAÇÃO AO IHRU	30/08/2021
PUBLICAÇÃO DR II SÉRIE	Aviso n.º 16378/2021 - Diário da República n.º 168/2021, Série II de 2021-08-30

Figura 36 – Informações sobre a ARU do Centro Urbano de Vila do Carvalho (Fonte: https://www.portaldahabitacao.pt/).

7. ARU do Centro Urbano de Casegas - A ARU de Casegas integra um conjunto urbano que necessita de ser intervencionado para que a sua identidade não se perca ou sofra descaracterizações, e para que a qualidade de vida da população atinja melhorias significativas, através de uma intervenção integrada no edificado e nos espaços públicos, potenciando assim a sua atratividade. Com a delimitação desta ARU, pretende-se o seu estudo aprofundado e a definição de procedimentos estratégicos para a sua revitalização e requalificação. Existe necessidade de intervir, de dar uma nova vida a esta área e potencializar a intervenção dos privados. A Área proposta, engloba a zona antiga e o núcleo urbano consolidado da aldeia de Casegas.

ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA	
ENQUADRAMENTO LEGAL	Lei n.º 32/2012
SITUAÇÃO DO PROCESSO	ARU APROVADA
CONSULTA DO PROCESSO	http://www.cm-covilha.pt/
ENTIDADE GESTORA	Câmara Municipal
ÂMBITO TEMPORAL	3 anos
APROVAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL	21/06/2021
APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL	25/06/2021
COMUNICAÇÃO AO IHRU	30/08/2021
PUBLICAÇÃO DR II SÉRIE	Aviso n.º 15925/2021 - Diário da República n.º 164/2021, Série II de 2021-08-24

Figura 37 – Informações sobre a ARU do Centro Urbano de Casegas(Fonte: https://www.portaldahabitacao.pt/*).*

8. ARU do Centro Urbano de Cortes do Meio - A ARU de Cortes do Meio integra um conjunto urbano que necessita de ser intervencionado para que a sua identidade não se perca ou sofra descaracterizações, e para que a qualidade de vida da população atinja melhorias significativas, através de uma intervenção integrada no edificado e nos espaços públicos, potenciando assim a sua atratividade. Com a delimitação desta ARU, pretende-se o seu estudo aprofundado e a definição de procedimentos estratégicos para a sua revitalização e requalificação. Existe necessidade de intervir, de dar uma nova vida a esta área e potencializar a intervenção dos privados. A Área proposta, engloba a zona antiga e o núcleo urbano consolidado de Cortes do Meio.

ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA	
ENQUADRAMENTO LEGAL	Lei n.º 32/2012
SITUAÇÃO DO PROCESSO	ARU APROVADA
CONSULTA DO PROCESSO	http://www.cm-covilha.pt/
ENTIDADE GESTORA	Câmara Municipal
ÂMBITO TEMPORAL	3 anos
APROVAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL	21/06/2021
APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL	25/06/2021
COMUNICAÇÃO AO IHRU	30/08/2021
PUBLICAÇÃO DR II SÉRIE	Aviso n.º 15913/2021 - Diário da República n.º 164/2021, Série II de 2021-08-24

Figura 38 - Informações sobre a ARU do Centro Urbano de Cortes do Meio (Fonte: https://www.portaldahabitacao.pt/*).*

9. ARU do Centro Urbano de Dominguiso - A ARU de Dominguizo integra um conjunto urbano que necessita de ser intervencionado para que a sua identidade não se perca ou sofra descaracterizações, e para que a qualidade de vida da população atinja melhorias significativas, através de uma intervenção integrada no edificado e nos espaços públicos, potenciando assim a sua atratividade. Com a delimitação desta ARU, pretende-se o seu estudo aprofundado e a definição de procedimentos estratégicos para a sua revitalização e requalificação. Existe necessidade de intervir, de dar uma nova vida a esta área e potencializar a intervenção dos privados. A Área proposta, engloba a zona antiga e o núcleo urbano consolidado da aldeia de Dominguizo.

ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA	
ENQUADRAMENTO LEGAL	Lei n.º 32/2012
SITUAÇÃO DO PROCESSO	ARU APROVADA
CONSULTA DO PROCESSO	http://www.cm-covilha.pt/
ENTIDADE GESTORA	Câmara Municipal
ÂMBITO TEMPORAL	3 anos
APROVAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL	21/06/2021
APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL	25/06/2021
COMUNICAÇÃO AO IHRU	30/08/2021
PUBLICAÇÃO DR II SÉRIE	Aviso n.º 15920/2021 - Diário da República n.º 164/2021, Série II de 2021-08-24

Figura 39 – Informações sobre a ARU do Centro Urbano de Casegas(Fonte: https://www.portaldahabitacao.pt/*).*

10. ARU do Centro Urbano de Orjais - A ARU de Orjais integra um conjunto urbano que necessita de ser intervencionado para que a sua identidade não se perca ou sofra descaracterizações, e para que a qualidade de vida da população atinja melhorias significativas, através de uma intervenção integrada no edificado e nos espaços públicos, potenciando assim a sua atratividade. Com a delimitação desta ARU, pretende-se o seu estudo aprofundado e a definição de procedimentos estratégicos param a sua revitalização e requalificação. Existe necessidade de intervir, de dar uma nova vida a esta área e potencializar a intervenção dos privados. A Área proposta, engloba a zona antiga e o núcleo urbano consolidado da aldeia de Orjais.

ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA	
ENQUADRAMENTO LEGAL	Lei n.º 32/2012
SITUAÇÃO DO PROCESSO	ARU APROVADA
CONSULTA DO PROCESSO	http://www.cm-covilha.pt/
ENTIDADE GESTORA	Câmara Municipal
ÂMBITO TEMPORAL	3 anos
APROVAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL	21/06/2021
APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL	25/06/2021
COMUNICAÇÃO AO IHRU	30/08/2021
PUBLICAÇÃO DR II SÉRIE	Aviso n.º 15915/2021 - Diário da República n.º 164/2021, Série II de 2021-08-24

Figura 40 - Informações sobre a ARU do Centro Urbano de Orjais (Fonte: https://www.portaldahabitacao.pt/).

11. ARU do Centro Urbano de Ourondo - A ARU de Ourondo integra um conjunto urbano que necessita de ser intervencionado para que a sua identidade não se perca ou sofra descaracterizações, e para que a qualidade de vida da população atinja melhorias significativas, através de uma intervenção integrada no edificado e nos espaços públicos, potenciando assim a sua atratividade. Com a delimitação desta ARU, pretende-se o seu estudo aprofundado e a definição de procedimentos estratégicos para a sua revitalização e requalificação. Existe necessidade de intervir, de dar uma nova vida a esta área e potencializar a intervenção dos privados. A Área proposta, engloba a zona antiga e o núcleo urbano consolidado da aldeia de Ourondo.

ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA	
ENQUADRAMENTO LEGAL	Lei n.º 32/2012
SITUAÇÃO DO PROCESSO	ARU APROVADA
CONSULTA DO PROCESSO	http://www.cm-covilha.pt/
ENTIDADE GESTORA	Câmara Municipal
ÂMBITO TEMPORAL	3 anos
APROVAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL	21/06/2021
APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL	25/06/2021
COMUNICAÇÃO AO IHRU	30/08/2021
PUBLICAÇÃO DR II SÉRIE	Aviso n.º 15922/2021 - Diário da República n.º 164/2021, Série II de 2021-08-24

Figura 41 - Informações sobre a ARU do Centro Urbano de Ourondo (Fonte: https://www.portaldahabitacao.pt/).

12. ARU do Centro Urbano de Peraboa - A ARU de Peraboa integra um conjunto urbano que necessita de ser intervencionado para que a sua identidade não se perca ou sofra descaracterizações, e para que a qualidade de vida da população atinja melhorias significativas, através de uma intervenção integrada no edificado e nos espaços públicos, potenciando assim a sua atratividade. Com a delimitação desta ARU, pretende-se o seu estudo aprofundado e a definição de procedimentos estratégicos para a sua revitalização e requalificação. Existe necessidade de intervir, de dar uma nova vida a esta área e potencializar a intervenção dos privados. A Área proposta, engloba a zona antiga e o núcleo urbano consolidado de Peraboa.

ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA	
ENQUADRAMENTO LEGAL	Lei n.º 32/2012
SITUAÇÃO DO PROCESSO	ARU APROVADA
CONSULTA DO PROCESSO	http://www.cm-covilha.pt/
ENTIDADE GESTORA	Câmara Municipal
ÂMBITO TEMPORAL	3 anos
APROVAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL	21/06/2021
APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL	25/06/2021
COMUNICAÇÃO AO IHRU	30/08/2021
PUBLICAÇÃO DR II SÉRIE	Aviso n.º 15923/2021 - Diário da República n.º 164/2021, Série II de 2021-08-24

Figura 42 - Informações sobre a ARU do Centro Urbano de Peraboa (Fonte: https://www.portaldahabitacao.pt/*).*

13.

14. ARU do Centro Urbano de Sobral de São Miguel - A ARU de Sobral de São Miguel integra um conjunto urbano que necessita de ser intervencionado para que a sua identidade não se perca ou sofra descaracterizações, e para que a qualidade de vida da população atinja melhorias significativas, através de uma intervenção integrada no edificado e nos espaços públicos, potenciando assim a sua atratividade. Com a delimitação desta ARU, pretende-se o seu estudo aprofundado e a definição de procedimentos estratégicos para a sua revitalização e requalificação. Existe necessidade de intervir, de dar uma nova vida a esta área e potencializar a intervenção dos privados. A Área proposta, engloba a zona antiga e o núcleo urbano consolidado da Aldeia de Sobral de São Miguel.

ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA	
ENQUADRAMENTO LEGAL	Lei n.º 32/2012
SITUAÇÃO DO PROCESSO	ARU APROVADA
CONSULTA DO PROCESSO	http://www.cm-covilha.pt/
ENTIDADE GESTORA	Câmara Municipal
ÂMBITO TEMPORAL	3 anos
APROVAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL	21/06/2021
APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL	25/06/2021
COMUNICAÇÃO AO IHRU	30/08/2021
PUBLICAÇÃO DR II SÉRIE	Aviso n.º 15916/2021 - Diário da República n.º 164/2021, Série II de 2021-08-24

Figura 43 - Informações sobre a ARU do Centro Urbano de Sobral de São Miguel (Fonte: https://www.portaldahabitacao.pt/).

15. ARU do Centro Urbano de São Jorge da Beira - A ARU de São Jorge da Beira integra um conjunto urbano que necessita de ser intervencionado para que a sua identidade não se perca ou sofra descaracterizações, e para que a qualidade de vida da população atinja melhorias significativas, através de uma intervenção integrada no edificado e nos espaços públicos, potenciando assim a sua atratividade. Com a delimitação desta ARU, pretende-se o seu estudo aprofundado e a definição de procedimentos estratégicos para a sua revitalização e requalificação. Existe necessidade de intervir, de dar uma nova vida a esta área e potencializar a intervenção dos privados. A Área proposta, engloba a zona antiga e o núcleo urbano consolidado da Aldeia de São Jorge da Beira.

ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA	
ENQUADRAMENTO LEGAL	Lei n.º 32/2012
SITUAÇÃO DO PROCESSO	ARU APROVADA
CONSULTA DO PROCESSO	http://www.cm-covilha.pt/
ENTIDADE GESTORA	Câmara Municipal
ÂMBITO TEMPORAL	3 anos
APROVAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL	21/06/2021
APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL	25/06/2021
COMUNICAÇÃO AO IHRU	30/08/2021
PUBLICAÇÃO DR II SÉRIE	Aviso n.º 15926/2021 - Diário da República n.º 164/2021, Série II de 2021-08-24

Figura 44 - Informações sobre a ARU do Centro Urbano de São Jorge da Beira (Fonte: https://www.portaldahabitacao.pt/).

16. ARU do Centro Urbano de Teixoso - A ARU de Teixoso integra um conjunto urbano que necessita de ser intervencionado para que a sua identidade não se perca ou sofra descaracterizações, e para que a qualidade de vida da população atinja melhorias significativas, através de uma intervenção integrada no edificado e nos espaços públicos, potenciando assim a sua atratividade. Com a delimitação desta ARU, pretende-se o seu estudo aprofundado e a definição de procedimentos estratégicos para a sua revitalização e requalificação. Existe necessidade de intervir, de dar uma nova vida a esta área e potencializar a intervenção dos privados. A Área proposta, engloba a zona antiga e o núcleo urbano consolidado da Vila do Teixoso.

ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA	
ENQUADRAMENTO LEGAL	Lei n.º 32/2012
SITUAÇÃO DO PROCESSO	ARU APROVADA
CONSULTA DO PROCESSO	http://www.cm-covilha.pt/
ENTIDADE GESTORA	Câmara Municipal
ÂMBITO TEMPORAL	3 anos
APROVAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL	21/06/2021
APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL	25/06/2021
COMUNICAÇÃO AO IHRU	30/08/2021
PUBLICAÇÃO DR II SÉRIE	Aviso n.º 15827/2021 - Diário da República n.º 163/2021, Série II de 2021-08-23

Figura 45 - Informações sobre a ARU do Centro Urbano do Teixoso (Fonte: https://www.portaldahabitacao.pt/).

17. ARU do Centro Urbano de Vale Formoso - A ARU de Vale Formoso integra um conjunto urbano que necessita de ser intervencionado para que a sua identidade não se perca ou sofra descaracterizações, e para que a qualidade de vida da população atinja melhorias significativas, através de uma intervenção integrada no edificado e nos espaços públicos, potenciando assim a sua atratividade. Com a delimitação desta ARU, pretende-se o seu estudo aprofundado e a definição de procedimentos estratégicos para a sua revitalização e requalificação. Existe necessidade de intervir, de dar uma nova vida a esta área e potencializar a intervenção dos privados. A Área proposta, engloba a zona antiga e o núcleo urbano consolidado da Aldeia de Vale Formoso.

ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA	
ENQUADRAMENTO LEGAL	Lei n.º 32/2012
SITUAÇÃO DO PROCESSO	ARU APROVADA
CONSULTA DO PROCESSO	http://www.cm-covilha.pt/
ENTIDADE GESTORA	Câmara Municipal
ÂMBITO TEMPORAL	3 anos
APROVAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL	21/06/2021
APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL	25/06/2021
COMUNICAÇÃO AO IHRU	30/08/2021
PUBLICAÇÃO DR II SÉRIE	Aviso n.º 15927/2021 - Diário da República n.º 164/2021, Série II de 2021-08-24

Figura 46 - Informações sobre a ARU do Centro Urbano de Vale Formoso (Fonte: https://www.portaldahabitacao.pt/*).*

18. ARU do Centro Urbano de Vales do Rio - A ARU de Vales do Rio integra um conjunto urbano que necessita de ser intervencionado para que a sua identidade não se perca ou sofra descaracterizações, e para que a qualidade de vida da população atinja melhorias significativas, através de uma intervenção integrada no edificado e nos espaços públicos, potenciando assim a sua atratividade. Com a delimitação desta ARU, pretende-se o seu estudo aprofundado e a definição de procedimentos estratégicos para a sua revitalização e requalificação. Existe necessidade de intervir, de dar uma nova vida a esta área e potencializar a intervenção dos privados. A Área proposta, engloba a zona antiga e o núcleo urbano consolidado da Aldeia de Vales do Rio.

ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA	
ENQUADRAMENTO LEGAL	Lei n.º 32/2012
SITUAÇÃO DO PROCESSO	ARU APROVADA
CONSULTA DO PROCESSO	http://www.cm-covilha.pt/
ENTIDADE GESTORA	Câmara Municipal
ÂMBITO TEMPORAL	3 anos
APROVAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL	21/06/2021
APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL	25/06/2021
COMUNICAÇÃO AO IHRU	30/08/2021
PUBLICAÇÃO DR II SÉRIE	Aviso n.º 15930/2021 - Diário da República n.º 164/2021, Série II de 2021-08-24

Figura 47 - Informações sobre a ARU do Centro Urbano de São Jorge da Beira (Fonte: https://www.portaldahabitacao.pt/*).*

19. ARU do Centro Urbano de Verdelhos - A ARU de Verdelhos integra um conjunto urbano que necessita de ser intervencionado para que a sua identidade não se perca ou sofra descaracterizações, e para que a qualidade de vida da população atinja melhorias significativas, através de uma intervenção integrada no edificado e nos espaços públicos, potenciando assim a sua atratividade. Com a delimitação desta ARU, pretende-se o seu estudo aprofundado e a definição de procedimentos estratégicos para a sua revitalização e requalificação. Existe necessidade de intervir, de dar uma nova vida a esta área e potencializar a intervenção dos privados. A Área proposta, engloba a zona antiga e o núcleo urbano consolidado da Aldeia de Verdelhos.

ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA	
ENQUADRAMENTO LEGAL	Lei n.º 32/2012
SITUAÇÃO DO PROCESSO	ARU APROVADA
CONSULTA DO PROCESSO	http://www.cm-covilha.pt/
ENTIDADE GESTORA	Câmara Municipal
ÂMBITO TEMPORAL	3 anos
APROVAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL	21/06/2021
APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL	25/06/2021
COMUNICAÇÃO AO IHRU	30/08/2021
PUBLICAÇÃO DR II SÉRIE	Aviso n.º 15928/2021 - Diário da República n.º 164/2021, Série II de 2021-08-24

Figura 48 - Informações sobre a ARU do Centro Urbano de São Jorge da Beira (Fonte: https://www.portaldahabitacao.pt/).

20. ARU do Centro Urbano do Canhoso - A ARU do Canhoso integra um conjunto urbano que necessita de ser intervencionado para que a sua identidade não se perca ou sofra descaracterizações, e para que a qualidade de vida da população atinja melhorias significativas, através de uma intervenção integrada no edificado e nos espaços públicos, potenciando assim a sua atratividade. Com a delimitação desta ARU, pretende-se o seu estudo aprofundado e a definição de procedimentos estratégicos para a sua revitalização e requalificação. Existe necessidade de intervir, de dar uma nova vida a esta área e potencializar a intervenção dos privados. A Área proposta, engloba a zona antiga e o núcleo urbano consolidado do Canhoso.

ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA	
ENQUADRAMENTO LEGAL	Lei n.º 32/2012
SITUAÇÃO DO PROCESSO	ARU APROVADA
CONSULTA DO PROCESSO	http://www.cm-covilha.pt/
ENTIDADE GESTORA	Câmara Municipal
ÂMBITO TEMPORAL	3 anos
APROVAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL	21/06/2021
APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL	25/06/2021
COMUNICAÇÃO AO IHRU	30/08/2021
PUBLICAÇÃO DR II SÉRIE	Aviso n.º 15924/2021 - Diário da República n.º 164/2021, Série II de 2021-08-24

Figura 49 - Informações sobre a ARU do Centro Urbano do Canhoso (Fonte: https://www.portaldahabitacao.pt/).

21. ARU do Centro Urbano do Ferro - A ARU do Ferro integra um conjunto urbano que necessita de ser intervencionado para que a sua identidade não se perca ou sofra descaracterizações, e para que a qualidade de vida da população atinja melhorias significativas, através de uma intervenção integrada no edificado e nos espaços públicos, potenciando assim a sua atratividade. Com a delimitação desta ARU, pretende-se o seu estudo aprofundado e a definição de procedimentos estratégicos para a sua revitalização e requalificação. Existe necessidade de intervir, de dar uma nova vida a esta área e potencializar a intervenção dos privados. A Área proposta, engloba a zona antiga e o núcleo urbano consolidado da Vila do Ferro.

ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA	
ENQUADRAMENTO LEGAL	Lei n.º 32/2012
SITUAÇÃO DO PROCESSO	ARU APROVADA
CONSULTA DO PROCESSO	http://www.cm-covilha.pt/
ENTIDADE GESTORA	Câmara Municipal
ÂMBITO TEMPORAL	3 anos
APROVAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL	21/06/2021
APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL	25/06/2021
COMUNICAÇÃO AO IHRU	30/08/2021
PUBLICAÇÃO DR II SÉRIE	Aviso n.º 15919/2021 - Diário da República n.º 164/2021, Série II de 2021-08-24

Figura 50 - Informações sobre a ARU do Centro Urbano do Ferro (Fonte: https://www.portaldahabitacao.pt/).

22. ARU do Centro Urbano do Peso - A ARU do Peso integra um conjunto urbano que necessita de ser intervencionado para que a sua identidade não se perca ou sofra descaracterizações, e para que a qualidade de vida da população atinja melhorias significativas, através de uma intervenção integrada no edificado e nos espaços públicos, potenciando assim a sua atratividade. Com a delimitação desta ARU, pretende-se o seu estudo aprofundado e a definição de procedimentos estratégicos para a sua revitalização e requalificação. Existe necessidade de intervir, de dar uma nova vida a esta área e potencializar a intervenção dos privados. A Área proposta, engloba a zona antiga e o núcleo urbano consolidado da Aldeia do Peso.

ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA	
ENQUADRAMENTO LEGAL	Lei n.º 32/2012
SITUAÇÃO DO PROCESSO	ARU APROVADA
CONSULTA DO PROCESSO	http://www.cm-covilha.pt/
ENTIDADE GESTORA	Câmara Municipal
ÂMBITO TEMPORAL	3 anos
APROVAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL	21/06/2021
APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL	25/06/2021
COMUNICAÇÃO AO IHRU	30/08/2021
PUBLICAÇÃO DR II SÉRIE	Aviso n.º 15918/2021 - Diário da República n.º 164/2021, Série II de 2021-08-24

Figura 51 - Informações sobre a ARU do Centro Urbano do Peso (Fonte: https://www.portaldahabitacao.pt/).

23. ARU do Centro Urbano do Sarzedo - A ARU do Sarzedo integra um conjunto urbano que necessita de ser intervencionado para que a sua identidade não se perca ou sofra descaracterizações, e para que a qualidade de vida da população atinja melhorias significativas, através de uma intervenção integrada no edificado e nos espaços públicos, potenciando assim a sua atratividade. Com a delimitação desta ARU, pretende-se o seu estudo aprofundado e a definição de procedimentos estratégicos para a sua revitalização e requalificação. Existe necessidade de intervir, de dar uma nova vida a esta área e potencializar a intervenção dos privados. A Área proposta, engloba a zona antiga e o núcleo urbano consolidado da Aldeia do Sarzedo.

ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA	
ENQUADRAMENTO LEGAL	Lei n.º 32/2012
SITUAÇÃO DO PROCESSO	ARU APROVADA
CONSULTA DO PROCESSO	http://www.cm-covilha.pt/
ENTIDADE GESTORA	Câmara Municipal
ÂMBITO TEMPORAL	3 anos
APROVAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL	21/06/2021
APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL	25/06/2021
COMUNICAÇÃO AO IHRU	30/08/2021
PUBLICAÇÃO DR II SÉRIE	Aviso n.º 15929/2021 - Diário da República n.º 164/2021, Série II de 2021-08-24

Figura 52 - Informações sobre a ARU do Centro Urbano do Sarzedo (Fonte: https://www.portaldahabitacao.pt/).

24. ARU do Centro Urbano do Tortosendo - A ARU de Tortosendo integra um conjunto urbano que necessita de ser intervencionado para que a sua identidade não se perca ou sofra descaracterizações, e para que a qualidade de vida da população atinja melhorias significativas, através de uma intervenção integrada no edificado e nos espaços públicos, potenciando assim a sua atratividade. Com a delimitação desta ARU, pretende-se o seu estudo aprofundado e a definição de procedimentos estratégicos para a sua revitalização e requalificação. Existe necessidade de intervir, de dar uma nova vida a esta área e potencializar a intervenção dos privados. A Área proposta, engloba a zona antiga e o núcleo urbano consolidado da Vila do Tortosendo.

ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA	
ENQUADRAMENTO LEGAL	Lei n.º 32/2012
SITUAÇÃO DO PROCESSO	ARU APROVADA
CONSULTA DO PROCESSO	http://www.cm-covilha.pt/
ENTIDADE GESTORA	Câmara Municipal
ÂMBITO TEMPORAL	3 anos
APROVAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL	21/06/2021
APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL	25/06/2021
COMUNICAÇÃO AO IHRU	30/08/2021
PUBLICAÇÃO DR II SÉRIE	Aviso n.º 15272/2021 - Diário da República n.º 158/2021, Série II de 2021-08-16

Figura 53 - Informações sobre a ARU do Centro Urbano do Tortosendo (Fonte: https://www.portaldahabitacao.pt/).

6.2.2. ARU e ORU Sistémica Aprovadas

1. ARU do Centro Urbano da Covilhã - Esta ARU constitui a 3ª alteração a uma anteriormente delimitada, e integra um conjunto urbano e industrial cuja intervenção se impõe para a manutenção da identidade da Cidade da Covilhã e para a melhoria da qualidade de vida da população. Com a delimitação desta ARU, pretende-se o seu estudo aprofundado e a definição de procedimentos estratégicos para a sua revitalização e requalificação. Existe necessidade de intervir, de dar uma nova vida a esta área e potencializar a intervenção dos privados. A Área proposta, engloba o Centro Histórico da Covilhã (Zona Intramuralhas e Judiaria) a zona envolvente e consolidada de aglomerado urbano antigo e a área industrial abandonada da Ribeira da Carpinteira e sua envolvente, pela importância histórica do património industrial desta área. É prevista uma intervenção urbana integrada, dirigida às infraestruturas, espaços públicos e reabilitação do edificado.

OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA

ENQUADRAMENTO LEGAL	Lei n.º 32/2012
SITUAÇÃO DO PROCESSO	ARU E ORU SISTEMÁTICA APROVADAS
CONSULTA DO PROCESSO	http://www.cm-covilha.pt/
ENTIDADE GESTORA	Câmara Municipal
ÂMBITO TEMPORAL	10 anos
APROVAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL	26/02/2021
APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL	12/03/2021
APROVAÇÃO DO IHRU	30/10/2020
PUBLICAÇÃO DR II SÉRIE	Aviso n.º 8833/2021 - Diário da República n.º 92/2021, Série II de 2021-05-12

Figura 54 - Informações sobre a ARU e ORU sistémica Aprovada do Centro Urbano da Covilhã (Fonte: https://www.portaldahabitacao.pt/).

2. ARU do Centro Urbano da Coutada - A ARU da Coutada integra um conjunto urbano que necessita de ser intervencionado para que a sua identidade não se perca ou sofra descaracterizações, e para que a qualidade de vida da população atinja melhorias significativas, através de uma intervenção integrada no edificado e nos espaços públicos, potenciando assim a sua atratividade. Com a delimitação desta ARU, pretende-se o seu estudo aprofundado e a definição de procedimentos estratégicos para a sua revitalização e requalificação. Existe necessidade de intervir, de dar uma nova vida a esta área e potencializar a intervenção dos privados. A Área proposta, engloba a zona antiga e o núcleo urbano consolidado da aldeia da Coutada.

OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA	
ENQUADRAMENTO LEGAL	Lei n.º 32/2012
SITUAÇÃO DO PROCESSO	ARU E ORU SISTEMÁTICA APROVADAS
CONSULTA DO PROCESSO	http://www.cm-covilha.pt/
ENTIDADE GESTORA	Câmara Municipal
ÂMBITO TEMPORAL	10 anos
APROVAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL	21/06/2021
APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL	25/06/2021
APROVAÇÃO DO IHRU	18/04/2021
PUBLICAÇÃO DR II SÉRIE	Aviso n.º 15274/2021 - Diário da República n.º 158/2021, Série II de 2021-08-16

Figura 55 - Informações sobre a ARU e ORU sistémica Aprovada do Centro Urbano da Coutada (Fonte: https://www.portaldahabitacao.pt/).

3. ARU DO CENTRO URBANO DE UNHAIS DA SERRA - A ARU de Unhais da Serra integra um conjunto urbano que necessita de ser intervencionado para que a sua identidade não se perca ou sofra descaracterizações, e para que a qualidade de vida da população atinja melhorias significativas, através de uma intervenção integrada no edificado e nos espaços públicos, potenciando assim a sua atratividade. Com a delimitação desta ARU, pretende-se o seu estudo aprofundado e a definição de procedimentos estratégicos para a sua revitalização e requalificação. Existe necessidade de intervir, de dar uma nova vida a esta área e potencializar a intervenção dos privados. A Área proposta, engloba a zona antiga e o núcleo urbano consolidado da Vila de Unhais da Serra.

OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA	
ENQUADRAMENTO LEGAL	Lei n.º 32/2012
SITUAÇÃO DO PROCESSO	ARU E ORU SISTEMÁTICA APROVADAS
CONSULTA DO PROCESSO	http://www.cm-covilha.pt/
ENTIDADE GESTORA	Câmara Municipal
ÂMBITO TEMPORAL	10 anos
APROVAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL	21/06/2021
APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL	25/06/2021
APROVAÇÃO DO IHRU	18/04/2021
PUBLICAÇÃO DR II SÉRIE	Aviso n.º 15275/2021 - Diário da República n.º 158/2021, Série II de 2021-08-16

Figura 56 - Informações sobre a ARU e ORU sistémica Aprovada do Centro Urbano de Unhais da Serra (Fonte: https://www.portaldahabitacao.pt/).

4. ARU DO CENTRO URBANO DO BARCO - A ARU da aldeia do Barco integra um conjunto urbano que necessita de ser intervencionado para que a sua identidade não se perca ou sofra descaracterizações, e para que a qualidade de vida da população atinja melhorias significativas, através de uma intervenção integrada no edificado e nos espaços públicos, potenciando assim a sua atratividade. Com a delimitação desta ARU, pretende-se o seu estudo aprofundado e a definição de procedimentos estratégicos para a sua revitalização e requalificação. Existe necessidade de intervir, de dar uma nova vida a esta área e potencializar a intervenção dos privados. A Área proposta, engloba a zona antiga e o núcleo urbano consolidado da aldeia do Barco.

OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA	
ENQUADRAMENTO LEGAL	Lei n.º 32/2012
SITUAÇÃO DO PROCESSO	ARU E ORU SISTEMÁTICA APROVADAS
CONSULTA DO PROCESSO	http://www.cm-covilha.pt/
ENTIDADE GESTORA	Câmara Municipal
ÂMBITO TEMPORAL	10 anos
APROVAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL	21/06/2021
APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL	25/06/2021
APROVAÇÃO DO IHRU	18/04/2021
PUBLICAÇÃO DR II SÉRIE	Aviso n.º 15276/2021 - Diário da República n.º 158/2021, Série II de 2021-08-16

Figura 57 - Informações sobre a ARU e ORU sistémica Aprovada do Centro Urbano do Barco (Fonte: https://www.portaldahabitacao.pt/).

5. ARU DO CENTRO URBANO DO PAUL - A ARU do Paul integra um conjunto urbano que necessita de ser intervencionado para que a sua identidade não se perca ou sofra descaracterizações, e para que a qualidade de vida da população atinja melhorias significativas, através de uma intervenção integrada no edificado e nos espaços públicos, potenciando assim a sua atratividade. Com a delimitação desta ARU, pretende-se o seu estudo aprofundado e a definição de procedimentos estratégicos para a sua revitalização e requalificação. Existe necessidade de intervir, de dar uma nova vida a esta área e potencializar a intervenção dos privados. A Área proposta, engloba a zona antiga e o núcleo urbano consolidado da vila do Paul.

OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA	
ENQUADRAMENTO LEGAL	Lei n.º 32/2012
SITUAÇÃO DO PROCESSO	ARU E ORU SISTEMÁTICA APROVADAS
CONSULTA DO PROCESSO	http://www.cm-covilha.pt/
ENTIDADE GESTORA	Câmara Municipal
ÂMBITO TEMPORAL	10 anos
APROVAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL	21/06/2021
APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL	25/06/2021
APROVAÇÃO DO IHRU	18/04/2021
PUBLICAÇÃO DR II SÉRIE	Aviso n.º 15271/2021 - Diário da República n.º 158/2021, Série II de 2021-08-16

Figura 58 - Informações sobre a ARU e ORU sistémica Aprovada do Centro Urbano do Paul (Fonte: https://www.portaldahabitacao.pt/).

6.3. Planos de Ação

6.3.1. PARU – Plano de Ação de Reabilitação Urbana

A Reabilitação Urbana, enquanto instrumento fundamental da política de gestão dos centros urbanos, visa impulsionar a revitalização da atividade socioeconómica e a requalificação do edificado e dos espaços públicos, das infraestruturas e do património, incentivando também os proprietários à reabilitação dos seus imóveis, num esforço concertado para regenerar os núcleos urbanos antigos do município.

O PARU da Covilhã corresponde a uma área inserida nas ARU, onde se pretende ter uma ação integrada que vise a melhoria da qualidade do ambiente urbano. Identifica duas zonas:

1. Centro Histórico;
2. Zona Industrial abandonada.

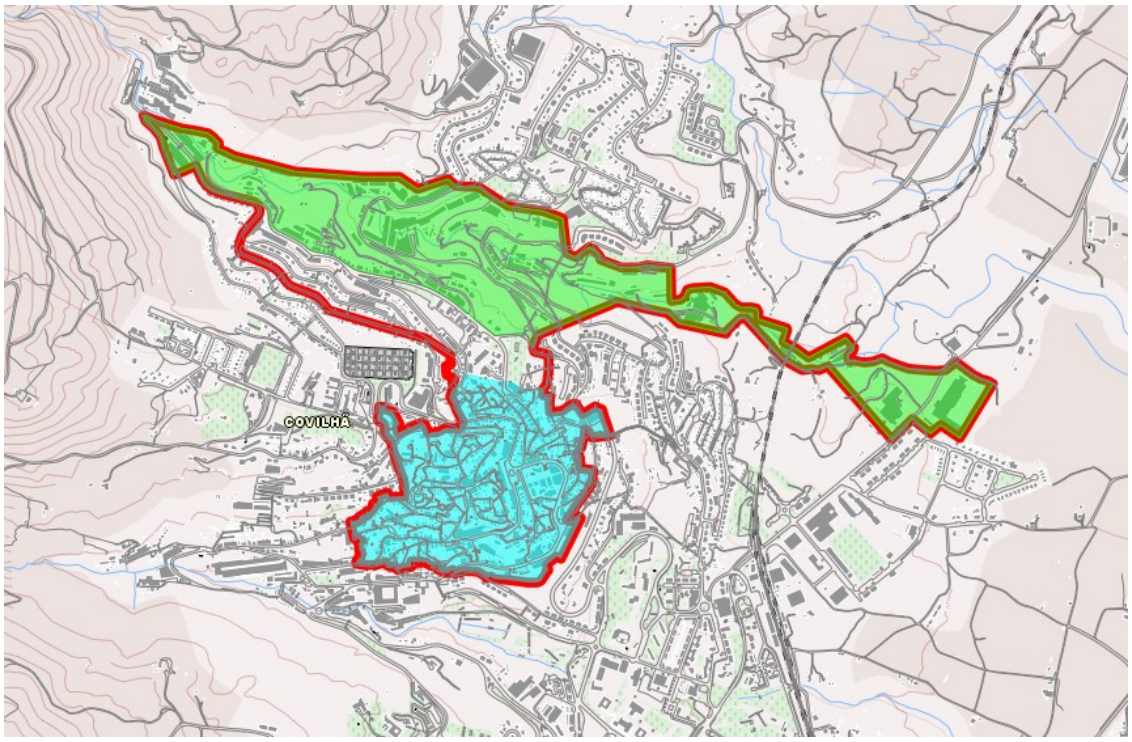


Figura 59 - Identificação da área de intervenção do PARU (Fonte: Município da Covilhã).

Intervir para a reabilitação e valorização das infraestruturas e equipamentos, do património e dos espaços urbanos, propicia incentivar os proprietários à reabilitação dos seus imóveis, num esforço concertado que convirja para a requalificação e revitalização dos núcleos urbanos.

6.3.1. PAICD – Plano de Ação Integrado Para as Comunidades Desfavorecidas

O PAICD apresenta uma delimitação territorial definida correspondendo a áreas carenciadas inframunicipais com características sócias funcionais que evidenciem a sua condição de área crítica do território municipal (por exemplo, bairros sociais).

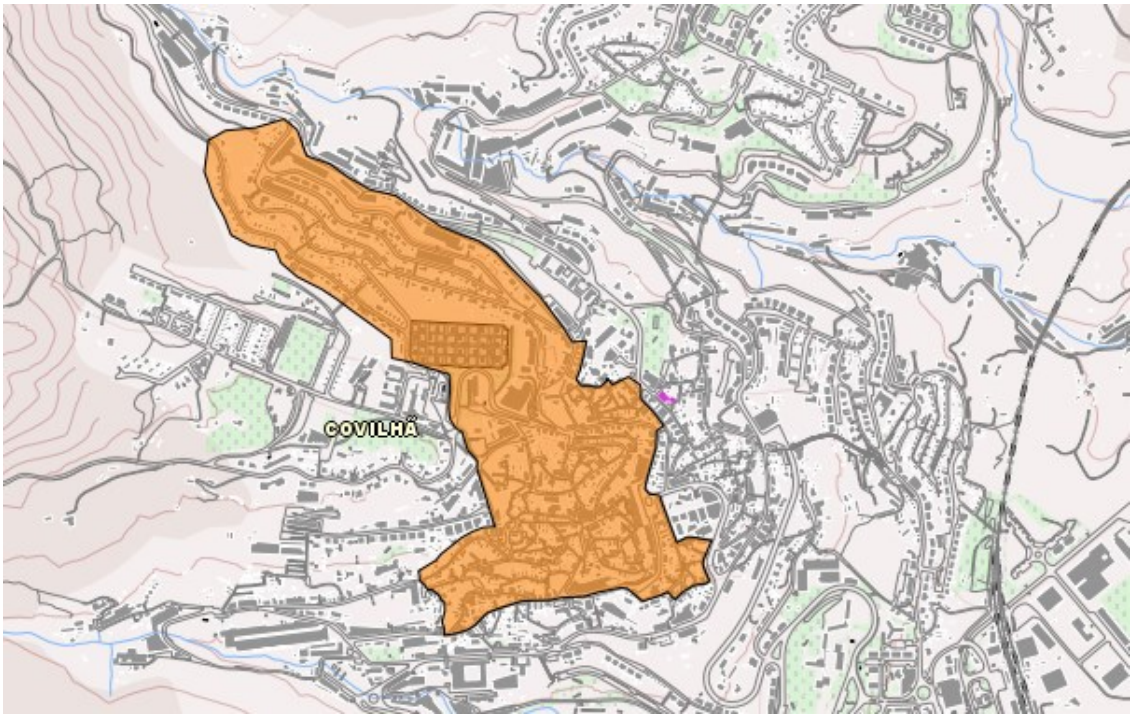


Figura 60 - Identificação da área de intervenção do PAICD (Fonte: Município da Covilhã).

A requalificação de Habitações Sociais no centro histórico, mais precisamente 28 habitações, ocorre através de intervenções de reabilitação do edificado que permitam, a um tempo, melhorar as condições de habitabilidade e criar uma nova imagem destes bairros.

São objetivos do PAIDC:

1. Reabilitação integral de edifícios de habitação social ou de edifícios devolutos, destinados a este tipo de habitação, ocupados maioritariamente por habitação, que demonstrem um nível de conservação igual ou inferior a dois, podendo integrar espaço para equipamentos, comércio, serviços ou atividades complementares da habitação, como estacionamento ou arrecadações;
2. Reabilitação de espaço público, visando nomeadamente a sua requalificação, segurança, prevenção de comportamentos ilícitos, resiliência, melhoria do ambiente urbano, desde que seja envolvente a edifícios de habitação social ou cuja intervenção esteja incluída numa operação integrada de regeneração de um bairro de habitação social;
3. Reabilitação ou reconversão de equipamentos de utilização coletiva, em que sejam exercidos atividades e serviços de âmbito social destinados a crianças, jovens, pessoas idosas ou pessoas com deficiência e incapacidades, bem como os destinados à prevenção e reparação das situações de carência, de disfunção e de marginalização social.

6.4. Operações de Reabilitação Urbana em Fase de Elaboração / Aprovação

6.4.1. Centro Urbano de Casegas

O Projeto de materialização da ORU, para o Centro Urbano de Casegas decorre da necessidade de intervir de forma integrada e sustentada nos domínios económico, social e cultural.

A Requalificação Urbana do Centro Urbano de Casegas é um objetivo assumido da política e estratégias municipais, tendo a Câmara Municipal deliberado em reunião realizada a 18 de junho de 2021, aprovar e submeter a discussão pública o Projeto da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) — Centro Urbano de Casegas, territorialmente coincidente com a Área de Reabilitação Urbana — Centro Urbano de Casegas[63].

[63] Aviso n.º 13770/2021, 20 de julho.

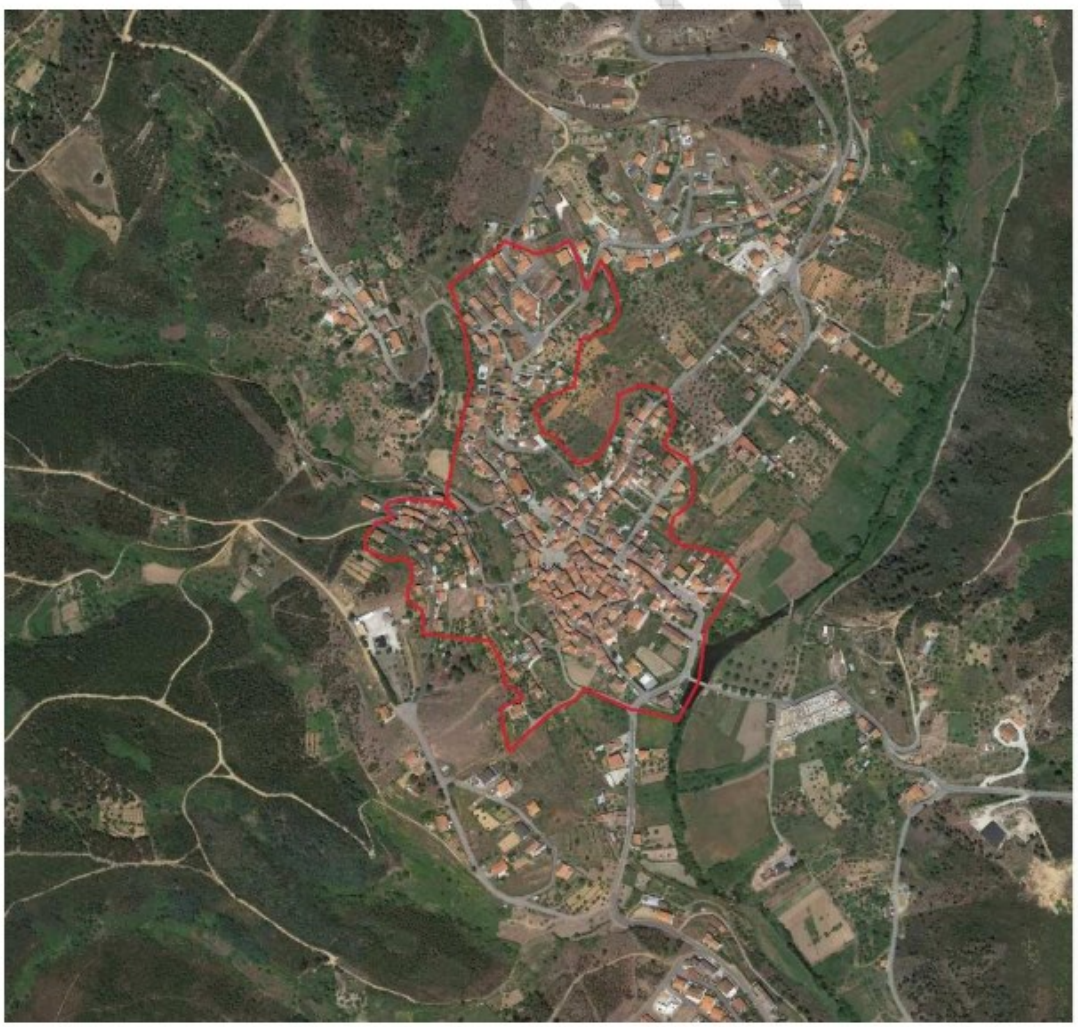


Figura 61 - Identificação da área de intervenção do Projeto da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) do Centro Urbano de Casegas.

Pretende-se uma intervenção a vários níveis, no espaço público, nas infraestruturas, nos equipamentos e no edificado, criando condições que motivem a sua recuperação e reabilitação de edifícios singulares e daqueles que representam e continuam a ser os símbolos identitários desta região.

O objetivo para as intervenções de requalificação urbana prende-se com a necessidade de criar espaços agradáveis e atrativos, de forma dotar de um espaço público qualificado que permite este centro urbano ter um papel fomentador e integrador com vista à socialização.

De referir que as ações que se pretendem vir a desenvolver complementam uma estratégia municipal que pretende afetar não só a nível urbanístico, mas também ambiental e paisagístico, dos vários núcleos urbanos do Concelho da Covilhã.

São estes fundamentos que num todo permitem criar uma relação entre a funcionalidade dos espaços urbanos e as condições de vida das populações. Neste sentido, a estratégia definida para a requalificação do Centro Urbano da Casegas, enlaça o desenvolvimento de forma planeada e sustentada, de modo a enaltecer as suas caraterísticas privilegiadas e únicas e seus tão particulares recursos endógenos.

No âmbito da Área de Reabilitação Urbana do Centro Urbano de Casegas, foram identificados os seguintes objetivos:

- Reabilitar tecidos urbanos degradados ou em degradação, garantindo a proteção e promoção da valorização do património cultural;
- Modernizar as infraestruturas urbanas;
- Qualificar e integrar as áreas urbanas especialmente vulneráveis, promovendo a inclusão social e a coesão social;
- Promover a melhoria geral da mobilidade, nomeadamente através de uma melhor gestão da via pública e dos demais espaços de circulação com a melhoria das acessibilidades para cidadãos com mobilidade condicionada;
- Adotar padrões de mobilidade urbana mais seguros e sustentáveis;
- Criar e fomentar espaços de encontro e sociabilidade;
- Preservar e reabilitar os edifícios que traduzem memórias da história do município;
- Reforço da inserção da Casegas na estrutura e dinâmicas sociais e económicas do
- território envolvente;
- Promoção de uma cidadania ativa e participante;
- Impulsionar uma oferta cultural contínua, diversificada e multifacetada.

Prevê-se que a qualificação e a reabilitação do espaço público desta zona irá originar efeitos sobre a qualificação do edificado, seja nas instalações de uso comercial e de serviços seja numa outra fase das edificações afetas ao uso residencial. Esta forma de intervenção sobre o espaço público associada à oportunidade de discussão e de envolvimento de agentes na promoção da

valorização e da reabilitação do edificado associado contribui para a valorização e reabilitação de todo o tecido edificado.

7. Análise Demográfica

A demografia é uma área das ciências sociais que estuda a dinâmica populacional humana. O seu objeto de estudo engloba as dimensões, estatísticas, estrutura e distribuição das diversas populações humanas. Estas não são estáticas, variando devido à natalidade, mortalidade, migrações e envelhecimento

Caracterizar, projetar e sistematizar o ordenamento espacial da população, analisar as modificações nas estruturas familiares, identificar as consequências do envelhecimento demográfico, as consequências do crescimento da população e da sua distribuição espacial, avaliar o efeito da dinâmica populacional no ambiente são alguns dos inúmeros aspetos em que se pede à Demografia uma resposta.

Ao organizar e interpretar esses dados, a demografia consegue estabelecer uma análise qualitativa dos mesmos, o que resulta em uma grande quantidade de esclarecimentos sobre a dinâmica das populações na Terra. Desta forma, é possível mapear os mais diferentes aspetos demográficos, utilizando esses dados como base para estudos sociais e, principalmente, aplicações práticas de decisões governamentais, encontrando balizas adequadas para novas infraestruturas, equipamentos e serviços de proximidade.

A caracterização das populações é assim um elemento fundamental na definição de novos rumos para o desenvolvimento de um território, sendo necessário o estabelecimento de um quadro de partida atualizado, detalhado e retrospetivo, atingindo as múltiplas dimensões da realidade local e da envolvente com quem esse território interage mais intensamente.

A população é um denominador de muitos indicadores no domínio do económico, social e urbanístico, e a informação sobre o número e a estrutura atual e futura da população tornou-se, nos tempos atuais, um fator importante na definição de estratégias de desenvolvimento, sendo um instrumento imprescindível para os decisores.

Tabela 10 - Indicadores de Demografia, Educação e Sociedade em comparação com as Respetivas Agregações Geográficas (Fonte: Fonte: Gabinete de Estratégia e Estudos 2021).

Demografia, Educação e Sociedade Comparação com as Respetivas Agregações Geográficas

	ANO	REGIÃO					
		Covilhã	Beiras e serras da estrela	Centro	Castelo branco	Continente	Portugal
População Residente	2020	46 711	211 406	2 229 331	177 567	9 802 128	10 298 252
População Residente (Peso Sobre As Respetivas Agregações Geográficas)	2020	100	22,1	2,1	26,3	0,5	0,5
Taxa De Crescimento Média Anual Da População %	2011/2020	-1	-1,1	-0,4	-1	-0,3	-0,3
Densidade Populacional (H/Km)	2020	84,2	33,5	79,1	26,8	110	111,7
População > 65 %	2020	28,6	29,2	24,6	29,2	22,7	22,4
Índice De Dependência Total	2020	64,7	64,3	57,6	65,5	56,6	55,9
Taxa Bruta De Natalidade	2019	5,5	5,4	7,2	5,2	8,4	8,4
Rácio De Divórcios / Casamentos %	2019	94,3	69,2	60,1	69,8	61,5	61,4
Taxa Bruta De Escolarização (Ensino Secundário) %	2018/2019	144,3	130,4	125,1	125,7	124,6	124
Taxa De Criminalidade	2020	26,4	26,1	24	27,8	28,3	29

Este quadro de partida, elaborado pelo Gabinete de estratégia e Estudos – Ministério da Educação, permite analisar alguns dos indicadores demográficos, de educação e sociedade que caracterizam o Concelho da Covilhã comparativamente com as respetivas agregações geográficas.

Um dos elementos a ter em conta é a análise das características dos recursos humanos disponíveis no Concelho, na medida em que estes são um dos alvos das políticas sociais, territoriais e económicas, visando um desenvolvimento integrado e sustentável do território. De facto, tanto numa perspetiva económica, onde a disponibilidade de recursos humanos em quantidade e qualidade é fundamental, como social, há que garantir, para os diferentes

segmentos da população, as condições exigíveis para a melhoria crescente da respetiva qualidade de vida.

É, assim, importante conhecer e compreender os recursos humanos como base de sustentação do desenvolvimento de um território, dado que são o principal agente de transformação, sobre os quais é possível adotar medidas para minimizar as suas fragilidades e potenciar as suas riquezas, na tentativa de que os reflexos no desenvolvimento do concelho sirvam para a atração de iniciativas e criação de dinâmicas locais, com vista à efetiva qualificação socioeconómica da Covilhã.

7.1. Caracterização da Evolução Demográfica

7.1.1. Estrutura de Composição da População do Concelho

Em 2021, a Covilhã conta com 46 453 habitantes, tendo perdido, nos últimos 40 anos (1981 a 2021) 14 492 habitantes, o equivalente a 24 pontos percentuais. Só na última década censitária, o concelho da Covilhã perdeu 5 344 habitantes (-10%). Ainda assim, o concelho da Covilhã é, em volume populacional, o primeiro das Beiras e Serra da Estrela, concentrando mais de 1/5 da população sub-regional, ou seja 21% (conforme tabela 11).

Tabela 11 - População nos concelhos da sub-região Beiras e Serra da Estrela em 2021 (Fonte: INE, Censos 2021).

CIMBSE		
Elementos	População 2021	%
Covilhã	**46453**	**21%**
Belmonte	15553	7%
Fundão	26521	12%
Almeida	5882	3%
Fornos de Algodres	4398	2%
Mêda	4632	2%
Pinhel	8099	4%
Celorico	6582	3%
Gouveia	12221	6%
Sabugal	11281	5%
Guarda	40155	18%
Seia	21759	10%
Fig. Cast. Rodrigo	5150	2%
Manteigas	2909	1%
Trancoso	8419	4%
Total	220 014	100%

Segundo o INE, o Concelho da Covilhã, no distrito, é o segundo maior polo demográfico, depois de Castelo Branco e, na Cova da Beira, é o concelho mais populoso.

O volume atual resulta de uma curva demográfica globalmente negativa, a partir da década de 60, fruto da crise da indústria têxtil laneira e da emigração, cuja aparente retoma se iniciou na década de 90. "Aparente retoma" porque, efetivamente, a curva descendente registou no início daquela década uma ligeira inversão do percurso, registando um crescimento de 0,9%, o equivalente a aproximadamente 5 centenas de habitantes. Contudo, na década seguinte assistiu-se, novamente, a um decréscimo de 10%, superado pela perda demográfica ocorrida entre 1981 e 2001, que foi de 11,3%. Atualmente, conforme referido, a tendência de crescimento negativo mantém-se.

Embora muito em resultado de causas estruturais e de matriz nacional, as perdas populacionais continuadas são um dos desafios deste concelho, tanto na necessária adaptação das respostas

sociais como no desenvolvimento de estratégias a conceber para contornar esta situação de progressiva desvitalização demográfica.

7.1.2. Estrutura de Composição da População do Concelho – Por Freguesia

A distribuição da população pelo território concelhio também permite obter um "mapa" revelador da maior ou menor intensidade da ocupação humana. Invariavelmente, as perdas demográficas significam uma evolução no sentido da menor intensidade da ocupação territorial. Em 2021, a densidade populacional do concelho da Covilhã é de 84 pessoas/km2, menos 9 pessoas/km2, que em 2011, que se traduz em assimetrias significativas a nível interno.

A seguinte figura transpõe a espacialização das variações populacionais ocorridas no território municipal, em que se destacam todas as Freguesias e União de Freguesias do concelho. Sublinham-se as Juntas de Freguesias de Unhais da Serra, Verdelhos, Sobral de São Miguel, São Jorge da Beira e Aldeia de São Francisco de Assis e as Uniões de Freguesia de Vale Formoso e Aldeia do Souto e Casegas e Ourondo.

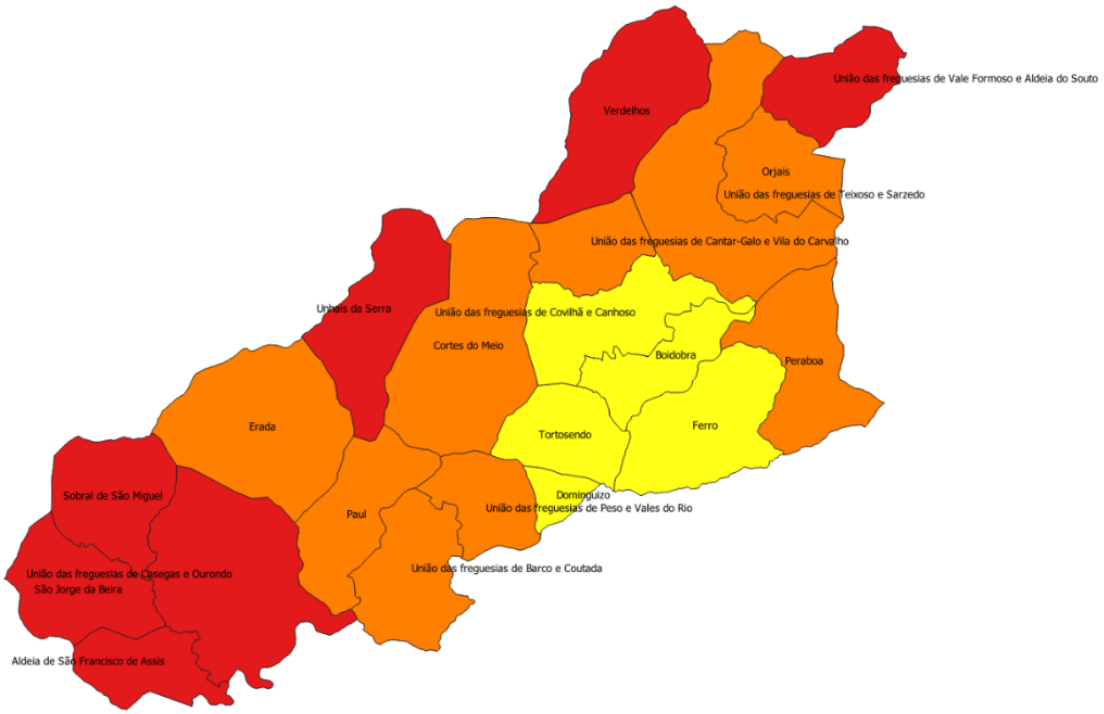


Figura 62 - Variação populacional no concelho da Covilhã, por freguesia, 2011 a 2021 (Fonte: INE, Censos Preliminares 2021).

O município da Covilhã distribui-se por 21 freguesias, as quais possuem volumes e dinâmicas populacionais muito diferenciados segundo os censos preliminares de 2021, ainda com resultados preliminares.

Tabela 12 - Distribuição da população e densidade populacional do concelho da Covilhã, por freguesias, 2021 (Fonte: INE, Censos Preliminares 2021).

Freguesias	Pop. (n.º)	Peso (%)	Área (Km^2)	Pop/Km^2
Aldeia S. Francisco de Assis	490	1,1%	16,08	30
Boidobra	3173	6,8%	16,26	195
Cortes do Meio	748	1,6%	47,40	16
Dominguiso	1018	2,2%	4,95	206
Erada	574	1,2%	43,40	13
Ferro	1552	3,3%	30,76	50
Orjais	663	1,4%	18,90	35
Paul	1365	2,9%	23,99	57
Peraboa	817	1,8%	27,20	30
São Jorge da Beira	501	1,1%	23,05	22
Sobral de S. Miguel	294	0,6%	23,94	12
Tortosendo	5219	11,2%	17,75	294
Unhais da Serra	1050	2,3%	29,93	35
U.F. Covilhã e Canhoso	18208	39,2%	25,95	702
U.F. Vale Formoso e Aldeia do Souto	616	1,3%	18,90	33
U.F. Teixoso e Sarzedo	3877	8,3%	46,69	83
U.F. Cantar de Galo e Vila do Carvalho	3211	6,9%	15,80	203
U.F. Peso e Vales do Rio	1255	2,7%	15,89	79
U.F. Barco e Coutada	724	1,6%	24,03	30
U.F. Casegas e Ourondo	598	1,3%	48,25	12
Verdelhos	500	1,1%	36,49	14
Total do concelho da Covilhã	**46453**	**100,0%**	**555,61**	**84**

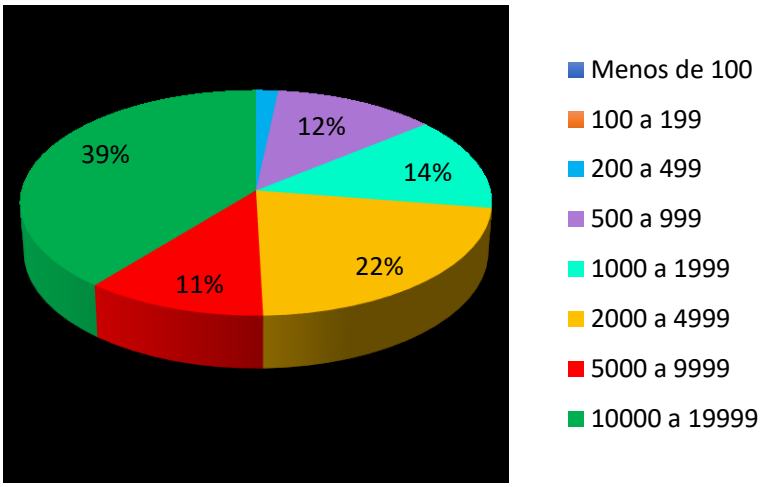
Após análise do quadro supra, observa-se o seguinte:

1. A maior densidade populacional verifica-se na união das freguesias da Covilhã e Canhoso, a qual apresenta 702 habitantes/km2 (menos 31 habitantes/ km2 que em 2011). Com relevância no espaço concelhio, mas com valor substancialmente inferior ao anteriormente referido, encontram-se algumas freguesias, como Tortosendo (294 hab./km2), União das freguesias de Cantar de Galo e Vila do Carvalho (203 hab./km2), Dominguiso (206 hab./km2) e Boidobra (195 hab./km2). Em lado oposto, as freguesias com uma maior rarefação populacional são Erada (13 hab./km2), Sobral de S. Miguel e união das freguesias de Casegas e Ourondo (ambas com 12 hab./Km2), Verdelhos (14 hab./km2) e Cortes do Meio (16 hab./km2).

E ainda que:

1. A UF da Covilhã e Canhoso concentra mais de 1/3 da população concelhia (39%);
2. Tortosendo (11,2%), União das Freguesias de Teixoso e Sarzedo (8,3%), União das Freguesias de Cantar de Galo e Vila do Carvalho (6,9%) e, por fim, Boidobra (6,8%), com valores percentuais aproximados, representam no seu conjunto, outro 1/3;
3. O restante 1/3 é composto pelas restantes 16 freguesias, as quais individualmente possuem pesos que variam entre 3,3% (Ferro) e 0,6% (Sobral de S. Miguel).
4. Considerando outro cenário geográfico mais abrangente – a Grande Covilhã -, que é composta, para além das freguesias da cidade, por parte das freguesias de Teixoso, Canhoso, Vila do Carvalho, Cantar-Galo, Boidobra e Tortosendo, representa no seu conjunto 70% da população concelhia;
5. Mais de 1/5 da população concentra-se em freguesias com população entre os 2000 e 4999 habitantes;
6. Em freguesias com populações entre 500 e 999 habitantes reúne-se 12% da população concelhia e correspondem às freguesias e uniões de freguesias que têm menor valor populacional por quilometro quadrado de área, como por exemplo Erada, Cortes do Meio, Verdelhos, entre outras;
7. De salientar as freguesias de Aldeia de S. Francisco de Assis e Sobral de S. Miguel, as menos representativas do concelho da Covilhã, com populações ente 200 e 499, representando 2% da população concelhia.

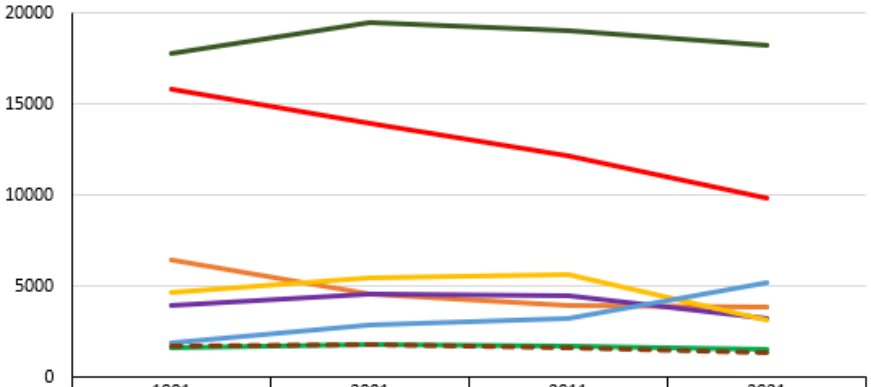
Gráfico 9 - Distribuição da População por Classes de Freguesia (Fonte: INE, Censos preliminares 2021).



Globalmente, 7 das 21 freguesias do concelho da Covilhã (U.F Covilhã e Canhoso, U.F. de Teixoso, U.F. de Cantar de Galo e Vila do Carvalho, Boidobra, Tortosendo, Ferro e Paul) concentram a grande maioria da população concelhia (79%), sendo as restantes 14 palco da concentração dos restantes 21% da população.

Note-se que, apesar da população do concelho ter diminuído 5 344 indivíduos entre 2011 e 2021, a distribuição da população por freguesia em 2021 não difere substancialmente da distribuição conhecida em 2011, conforme gráfico infra.

Gráfico 10 - Comportamento demográfico das freguesias mais populosas da Covilhã, 1991 a 2021 (Fonte: INE, Censos Preliminares 2021).



	1991	2001	2011	2021
U.F. Covilhã e Canhoso	17816	19440	19022	18208
U.F. Teixoso e Sarzedo	6478	4582	3974	3877
U.F. Cantar de Galo e Vila do Carvalho	3956	4590	4490	3211
Boidobra	4654	5426	5624	3173
Tortosendo	1880	2859	3246	5219
Ferro	1646	1834	1700	1552
Paul	1728	1816	1624	1365
Restantes freguesias	15841	13958	12117	9848

A análise da evolução ocorrida nas duas últimas décadas censitárias permite constatar algumas assimetrias que, grosso modo, se podem traduzir através dos grandes grupos de comportamentos seguintes, referidos aos períodos 2001/2011 e 2011/2021:

Tabela 13 - Comportamentos populacionais no Concelho da Covilhã entre 2001 e 2021 (Fonte: INE, Censos preliminares 2021).

Crescimento persistente negativo	Crescimento persistentemente positivo
Aldeia S. Francisco de Assis **Cortes do Meio** **Dominguiso** **Erada** **Ferro** **Orjais** **Paul** **Peraboa** **São Jorge da beira** **Sobral de São Miguel** **UF Covilhã e Canhoso** **UF Vale Formoso e Aldeia do Souto** **UF Teixoso e Sarzedo** **UF Cantar Galo e Vila do Carvalho** **UF Peso e Vales do Rio** **UF Barco e Coutada** **UF Casegas e Ourondo** **Verdelhos**	-
Crescimento positivo em 2001/2011 e negativo em 2011/2021	**Crescimento negativo em 2001/2011 e positivo em 2011/2021**
Boidobra **Tortosendo** **Unhais da Serra**	-

Num contexto de perda demográfica global do concelho entre 2011 e 2021, torna-se evidente que existem determinados espaços em processo de esvaziamento e perda (18 das 21 freguesias do concelho), isto é, apresentam um comportamento persistente negativo, enquanto outros registaram dinâmicas populacionais positivas entre 2001 e 2011 e dinâmicas populacionais negativas entre 2011 e 2021: Boidobra, Tortosendo e Unhais da Serra. Destes, apenas Unhais da Serra não se inclui na Grande Covilhã, o grande foco demográfico, económico e urbanístico do concelho.

Deste modo, existiu uma expansão entre 2001 e 2011 nas freguesias do Tortosendo, Boidobra e Unhais da Serra, tendo as mesmas voltado a apresentar um decréscimo na década seguinte (2011-2021).

7.2. Dinâmicas Demográficas

7.2.1. População Residente

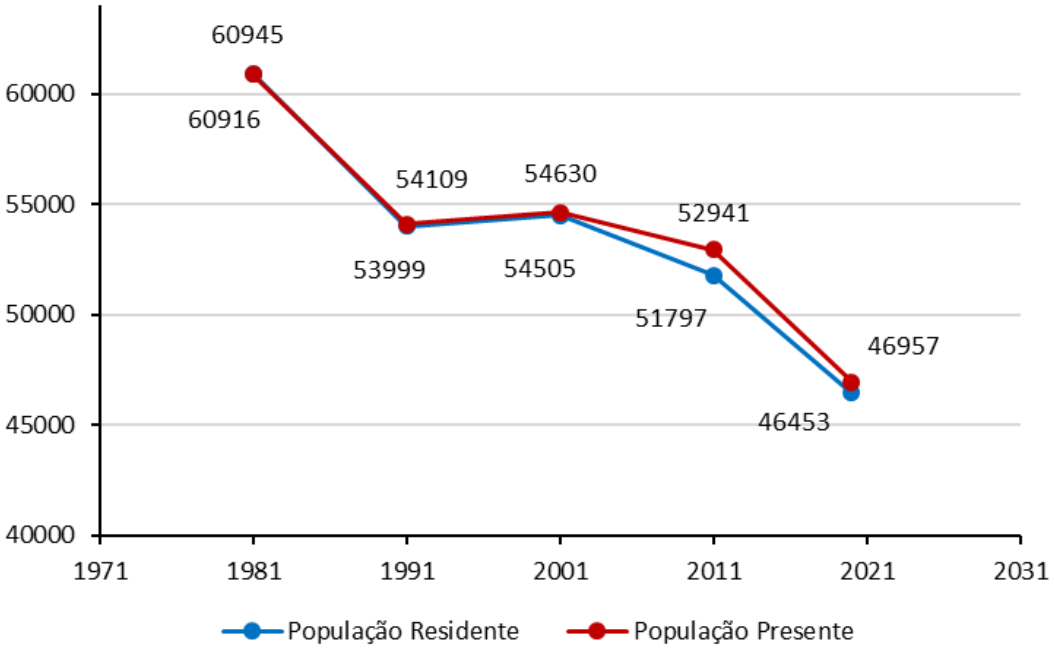
Neste percurso, é interessante constatar o diferencial entre a população residente[64] e a população presente[65].

No gráfico seguinte evidenciam-se os dois momentos mais significativos do afastamento entre as duas populações: em 1981 a população presente era inferior à residente; em 2011, a população presente era superior à residente, justificada maioritariamente pela presença dos estudantes estrangeiros no ensino superior, temporariamente residentes no concelho. Assim, a população presente, em 2020 era de 46 957 habitantes, portanto, superior em 504 habitantes, à população residente.

[64] São todas as pessoas a residir num alojamento, incluindo: estudantes que vivem separados da família (são considerados residentes no alojamento onde vive a família, a menos que já trabalhem); as pessoas que vivem a maior parte do ano noutro local por motivos de trabalho, seja em Portugal ou no estrangeiro, mas que regressam a casa regularmente; imigrantes que estejam em Portugal há mais de um ano ou tenham intenção de permanecer pelo menos um ano no país. São igualmente recenseados como população residente os sem-abrigo, os membros do corpo diplomático e suas famílias residentes no estrangeiro, as pessoas embarcadas e as que residem em alojamentos coletivos (hotéis, prisões, lares, hospitais, entre outros).

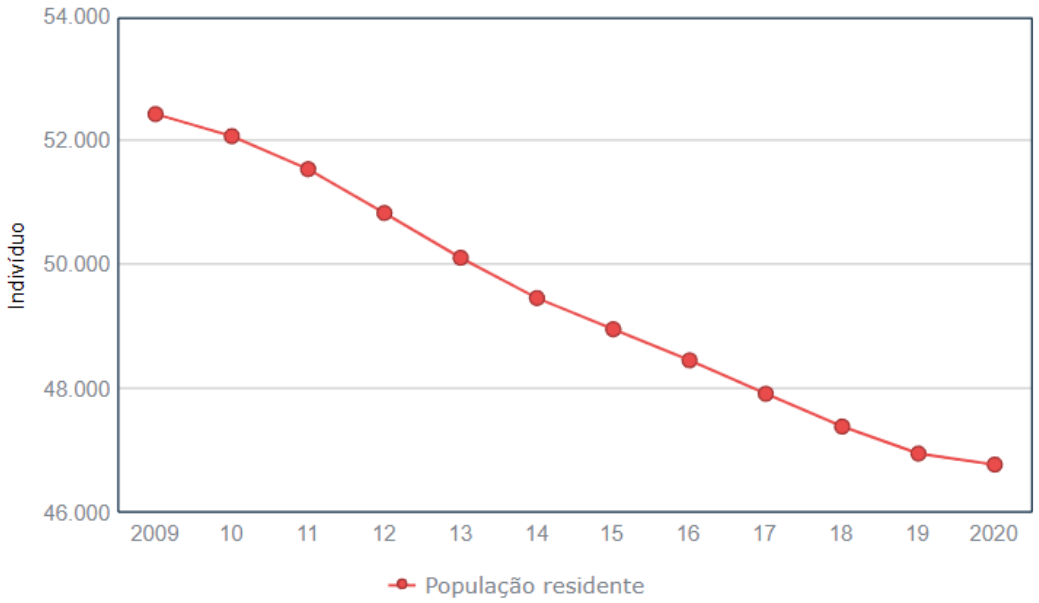
[65] Na contagem da população presente entram os residentes no estrangeiro, mas que estão temporariamente em Portugal e os estrangeiros membros do corpo diplomático e das forças armadas estrangeiras e respetivas famílias que estão em Portugal no momento censitário.

Gráfico 11- Evolução da população (residente e presente) do concelho da Covilhã, entre 1981 e 2020 (Fonte: INE, 2021).



Note-se ainda que, entre 2009 e 2020, a população residente da Covilhã diminuiu de 52.438 para 46.779 (um decréscimo de 10,8%).

Gráfico 12 - População residente no Concelho da Covilhã (Fonte: PORDATA, 2021).



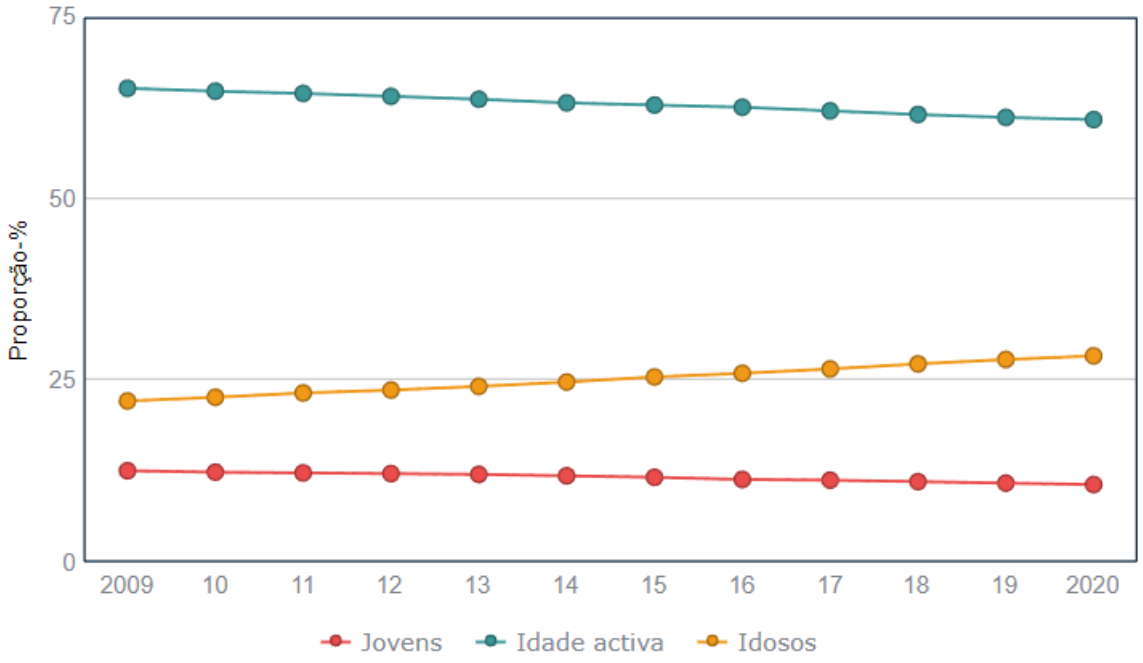
7.2.2. Estrutura Etária

A análise da distribuição da população por grupos etários, normalmente representada através de pirâmides etárias, permite conhecer a história de cada concelho (região ou país) na medida em que as diferentes saliências ou reentrâncias refletem o comportamento da fecundidade, o esquema da mortalidade e os sentidos dos fluxos migratórios ao longo do tempo.

Na análise da população, por idades, definem-se, geralmente três grandes grupos, designados por grupos funcionais: 0-14 anos (população jovem), 15-64 anos (população em idade ativa) e 65 e mais anos (população idosa). Esta repartição prende-se, sobretudo, com os limites mais habituais de entrada e saída na vida ativa.

Segundo o PORDATA, em 2020, no Concelho da Covilhã, por cada 100 residentes, há 11 jovens com menos de 15 anos, 61 adultos e 28 idosos.

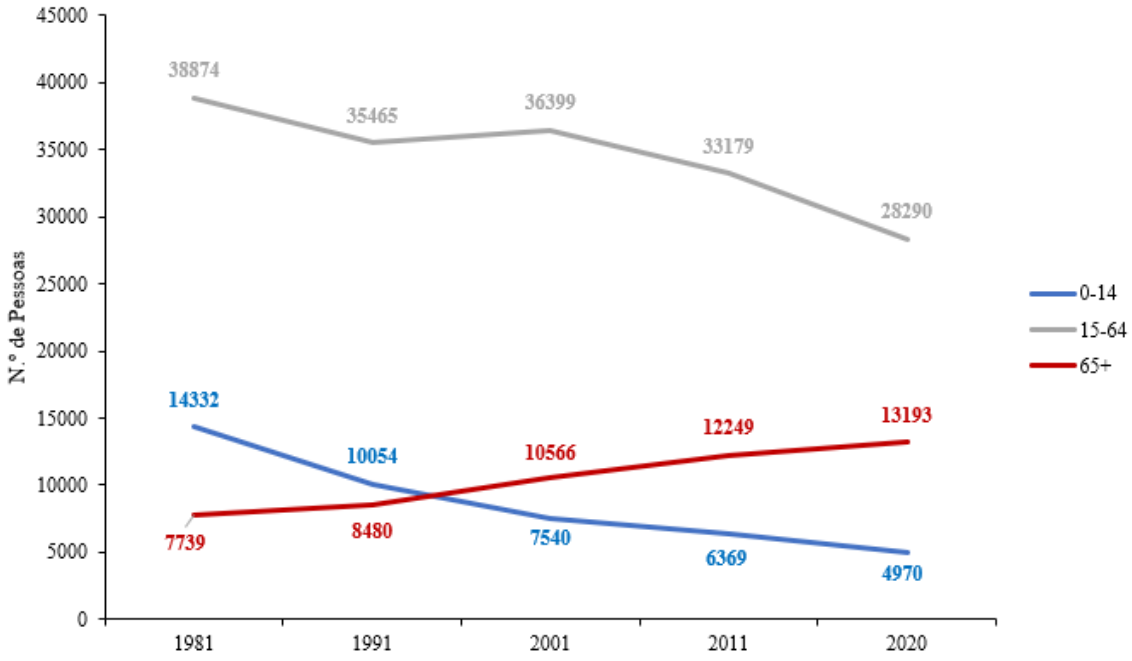
Gráfico 13 - População residente por grandes grupos etários (%) no Concelho da Covilhã (Fonte: PORDATA, 2021).



O envelhecimento demográfico progressivamente patente e estrutural da demografia portuguesa, tem-se traduzido de uma forma, mais ou menos generalizada, no duplo envelhecimento:

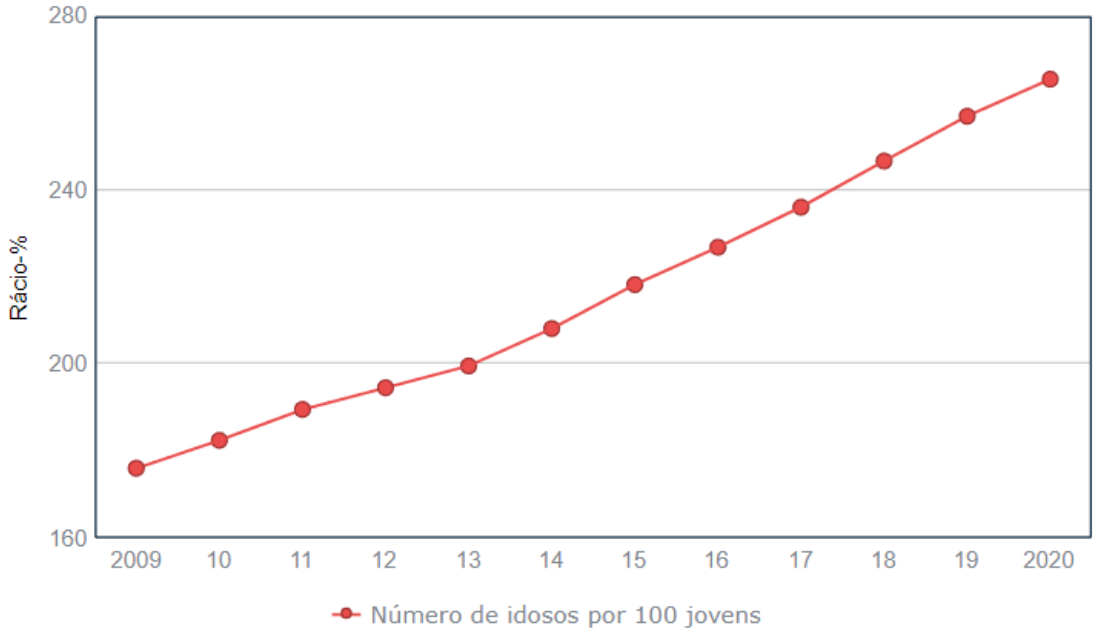
1. evolução descendente do peso da população jovem; nos últimos 40 anos a população jovem quase reduziu para metade, tendo passado de 23,5%, em 1981, para 10,7% em 2020;
2. evolução ascendente da proporção da população idosa, sendo que esta ocorreu em sentido simétrico ao registado pela população jovem: o peso dos idosos quase duplicou, tendo passado de 12,7% para 28,4%, em 2020.

Gráfico 14 - Evolução do número de pessoas por grandes grupos funcionais, entre 1981 e 2020 (Fonte: INE, 2021).



Em 2020, no município da Covilhã, havia 266 idosos por cada cem jovens, mais 89 do que em 2009.

Gráfico 15 - Idosos por 100 jovens no Concelho da Covilhã (Fonte: PORDATA, 2021).



Estas tendências, comprovadas pelos dados mais recentes do Pordata, são diretamente induzidas pela queda da fecundidade e pelo aumento da esperança de vida.

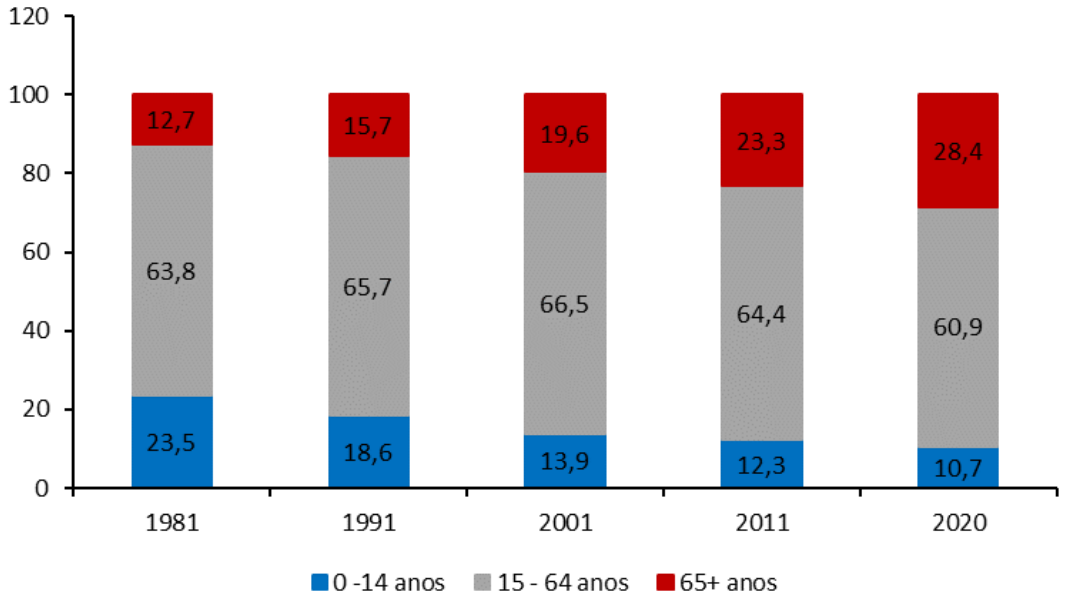
A queda da fecundidade está, cada vez mais, identificada com o contexto socioeconómico da sociedade portuguesa e menos explicada por fatores puramente demográficos. Está, pois, em causa, uma crescente aceitação de novos parâmetros de qualidade de vida.

Por outro lado, o aumento da esperança de vida é uma consequência inevitável da evolução da ciência e da tecnologia.

Estas tendências já se fazem sentir no concelho da Covilhã, pelo menos, desde 1981, embora, de forma mais marcada e preocupante, a situação manifestou-se em 1991, altura em que a população idosa ultrapassou, em volume, a população jovem.

Da avaliação do peso (%) de cada grupo etário no total concelhio e da sua evolução resulta a perceção inequívoca do progressivo envelhecimento da população covilhanense. Neste caso alargou-se a análise histórica a 1981 para ilustrar a real dimensão da evolução em curso.

Gráfico 16 - Evolução da estrutura etária do concelho da Covilhã, 1981 a 2020 (Fonte: INE 2021).



A tendência desta evolução é especialmente importante quando é necessário prever e dimensionar equipamentos e infraestruturas a médio prazo. Neste sentido, as tendências de evolução desenhadas são importantes alertas, por um lado, para o sistema de proteção social de apoio aos idosos, e, por outro lado, o abrandamento da pressão dos jovens apresenta-se como uma oportunidade estratégica para a melhoria qualitativa dos equipamentos de apoio à população jovem e idosa no Concelho da Covilhã.

7.3. Indicadores Demográficos

A evolução dos movimentos natural e migratório determinam o crescimento de uma população (crescimento efetivo) e provoca modificações nas respetivas estruturas etárias.

A fórmula que fornece a estrutura da evolução demográfica envolve, assim, duas dimensões a respeitante às variáveis de natalidade e mortalidade registadas no interior do concelho, e relativa às entradas e saídas de população (para e do) concelho.

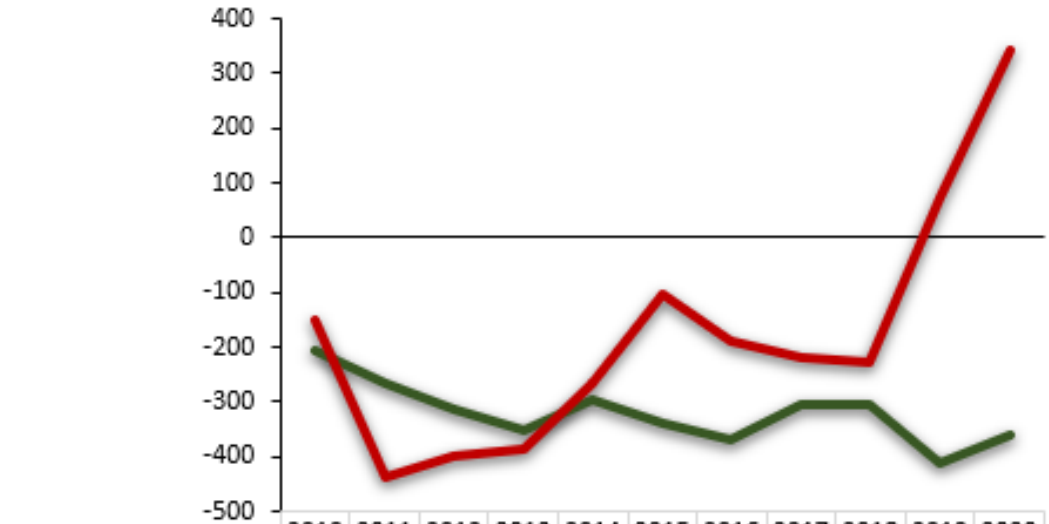
Se o crescimento natural mede a diferença entre o número de nascimentos e o número de óbitos, o crescimento migratório mede a diferença entre o número de entradas e o número de saídas e indica até que ponto determinado concelho é ou não atrativo ou repulsivo, do ponto de vista demográfico.

Mesmo sendo uma inevitabilidade estrutural da sociedade portuguesa, a questão do envelhecimento demográfico, provocado pela queda da fecundidade e pelo aumento da esperança de vida, não deixa de ser um aspeto preocupante, pois representa uma perda de vitalidade demográfica e de recursos disponíveis para continuarem a sustentar a economia concelhia, assim como pode vir a determinar um esforço acrescido ao nível dos apoios sociais a prestar, sobretudo, a uma população idosa crescente.

Estas trajetórias põem em evidência um aspeto essencial, nomeadamente o envelhecimento da população resultante da diminuição progressiva da natalidade e do aumento da mortalidade (provocando um saldo natural negativo) que, num quadro de declínio populacional que ocorreu entre 2010 e 2020, não conseguindo acompanhar o saldo migratório, que tem vindo a aumentar. Com efeito, mesmo que as dinâmicas económicas recentes deste concelho tenham conseguido aumentar a atratividade e a capacidade de fixação da população, esta, contudo, não tem sido em quantidade suficiente capaz de anular o volume do saldo natural, que em 2020 a diferença entre o número de nascimentos e o de mortes na Covilhã foi negativo, traduzindo-se num saldo natural de menos 360 indivíduos. Em contrapartida, o saldo migratório foi positivo (mais 344 indivíduos).

É especialmente importante conhecer a forma como estas variáveis se têm comportado no passado recente. Os capítulos seguintes traçam a evolução ocorrida nas décadas de 2010 e 2020, o qual permite constatar o comportamento do crescimento natural e do crescimento migratório nas duas décadas.

Gráfico 17 - Saldo Natural e Migratório, no concelho da Covilhã, 2010-2020 (Fonte: INE, 2021).

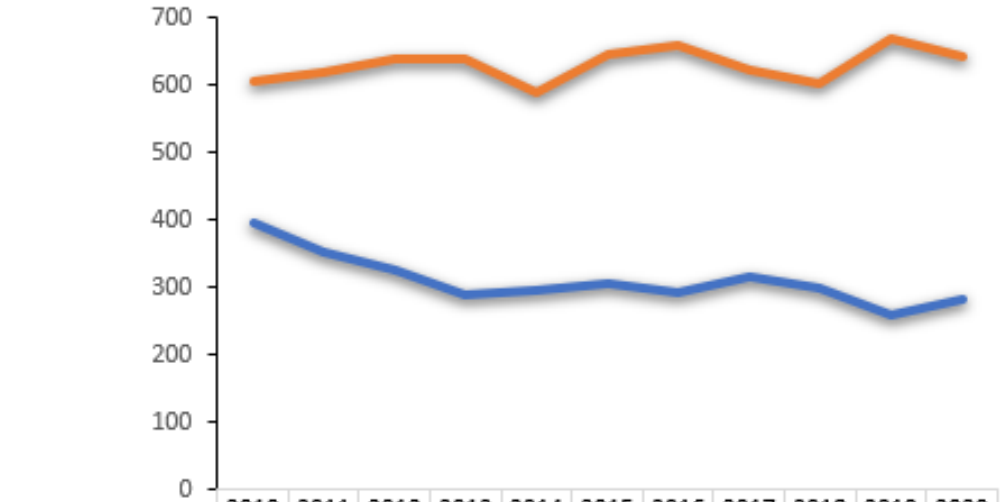


	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Saldo Natural	-208	-268	-311	-350	-294	-341	-367	-304	-304	-411	-360
Saldo Migratório	-151	-437	-399	-387	-268	-105	-190	-220	-229	71	344

7.3.1. Natalidade e Mortalidade

Desde 2010 até 2020, no concelho da Covilhã, os nados-vivos registaram um volume sempre inferior aos óbitos, ambos, com pequenas oscilações, permitindo traçar-se uma curva ligeiramente ascendente dos óbitos e uma curva ligeiramente descendente dos nados-vivos.

Gráfico 18 - Evolução dos nados-vivos e dos óbitos, no concelho da Covilhã, 2010 a 2020 (Fonte: INE, 2021).

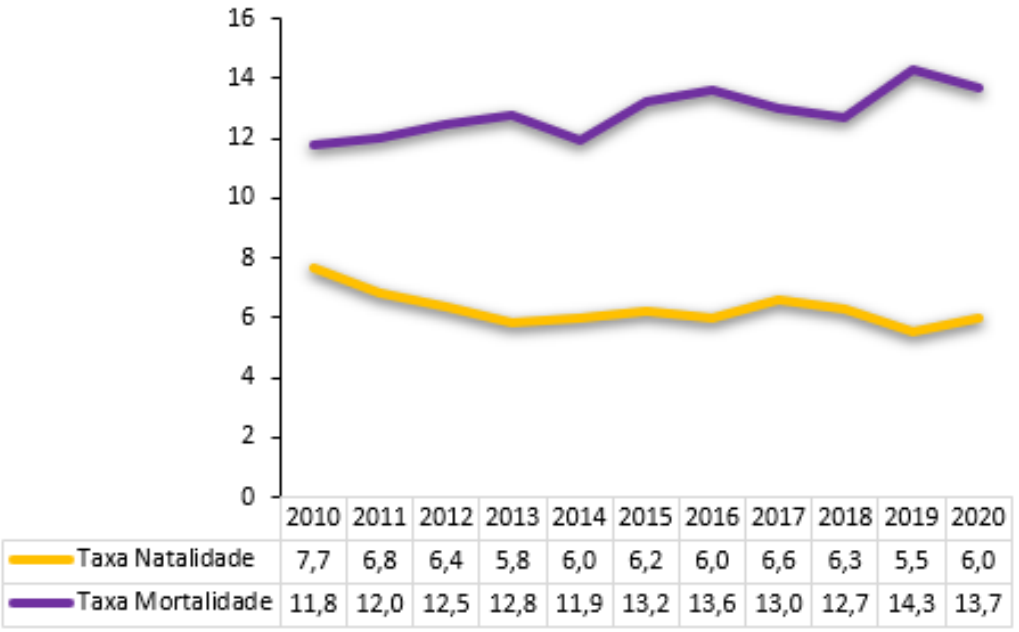


	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Nados-vivos	396	352	327	289	295	305	292	317	299	259	283
Óbitos	604	620	638	639	589	646	659	621	603	670	643

Como consequência, as taxas de natalidade e mortalidade resultantes tem-se situado, entre 2010 e 2020 entre os 7,7‰ e os 6,0‰, respetivamente, no caso da natalidade e entre os 11,8‰ (2010) e os 13,7‰ (2020) e, no caso da mortalidade.

Os dados mais recentes, dão conta de 283 bebés em 2020 (mais 24 do que em 2019) e 643 mortes (menos 27 do que em 2019).

Gráfico 19 - Taxas de Natalidade e de Mortalidade (‰) no concelho da Covilhã, 2010 a 2020 (Fonte: INE, 2021).



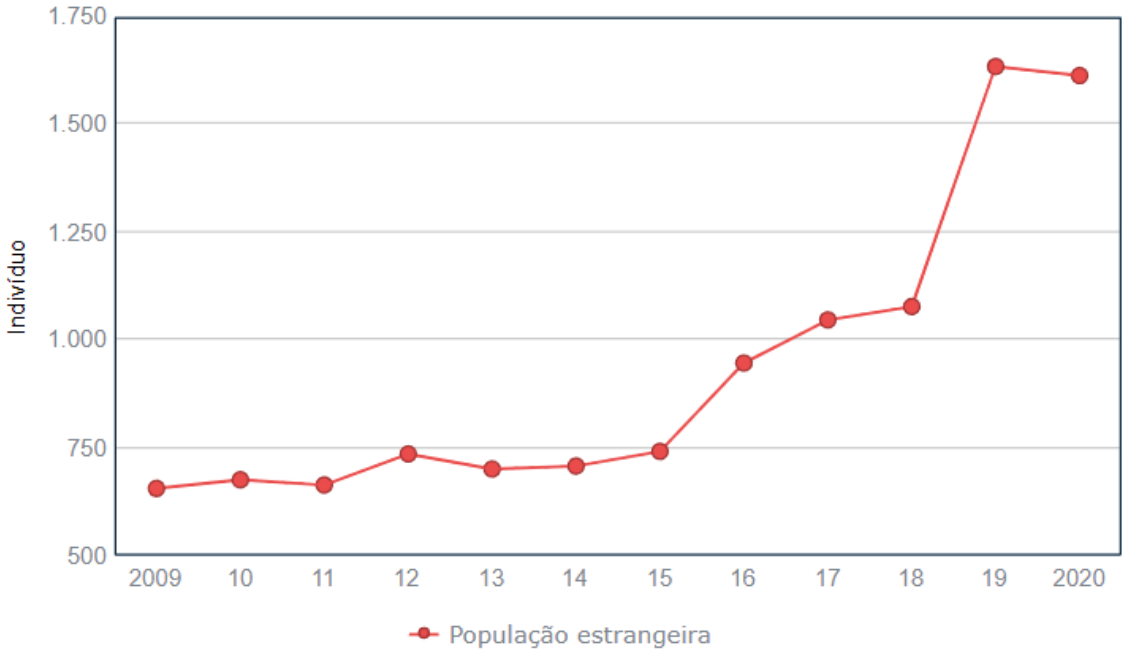
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Taxa Natalidade	7,7	6,8	6,4	5,8	6,0	6,2	6,0	6,6	6,3	5,5	6,0
Taxa Mortalidade	11,8	12,0	12,5	12,8	11,9	13,2	13,6	13,0	12,7	14,3	13,7

7.3.2. Movimentos Migratórios

Em 2019, a nível nacional, pelo terceiro ano consecutivo, o número de imigrantes permanentes (72 725) ultrapassou o de emigrantes permanentes (28 219), resultando num saldo migratório positivo de 44 506 pessoas (11 570 em 2018). No que respeita à emigração temporária, as estimativas para 2019 indicam que saíram do país 48 821 pessoas com intenção de permanecer no estrangeiro por um período inferior a um ano (50 154 em 2018).

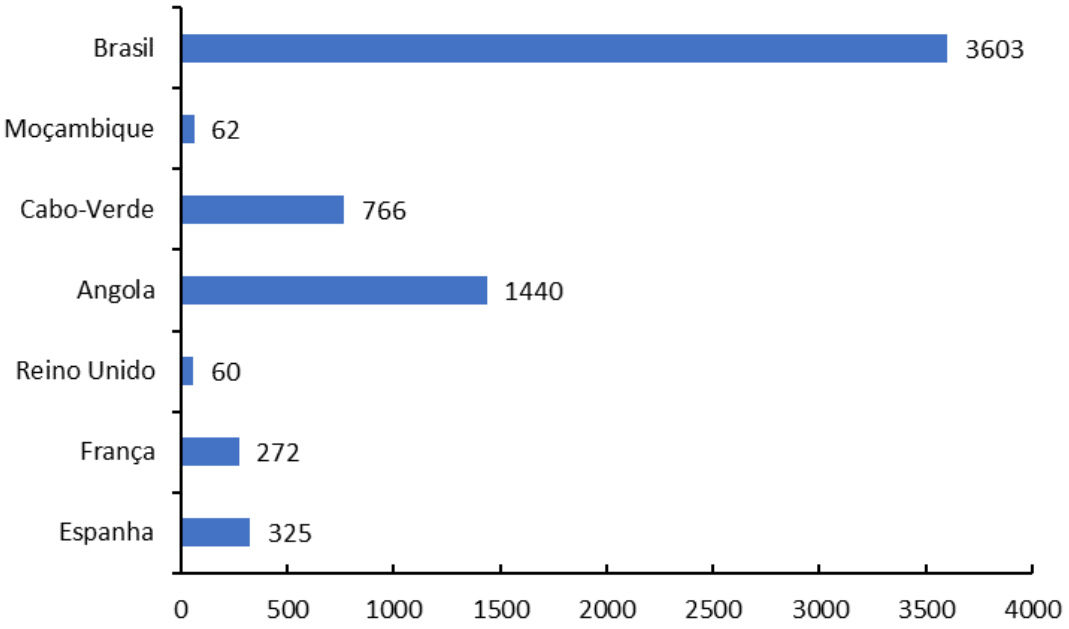
No concelho da Covilhã, em 2020, dos 46.779 residentes no município da Covilhã, 1.614 eram estrangeiros, mais 958 do que em 2009.

Gráfico 20 - População Estrangeira no Concelho da Covilhã (Fonte: PORDATA, 2021).



Em 2020, desde o ano de 2011, contavam-se aproximadamente 6528 residentes no concelho da Covilhã que já residiram no estrangeiro. Destes, a grande maioria é proveniente do Brasil (3603 residentes), mas também de Angola (1440 residentes). Os restantes estão na grande maioria divididos pelo continente Africano e pelo continente Europeu.

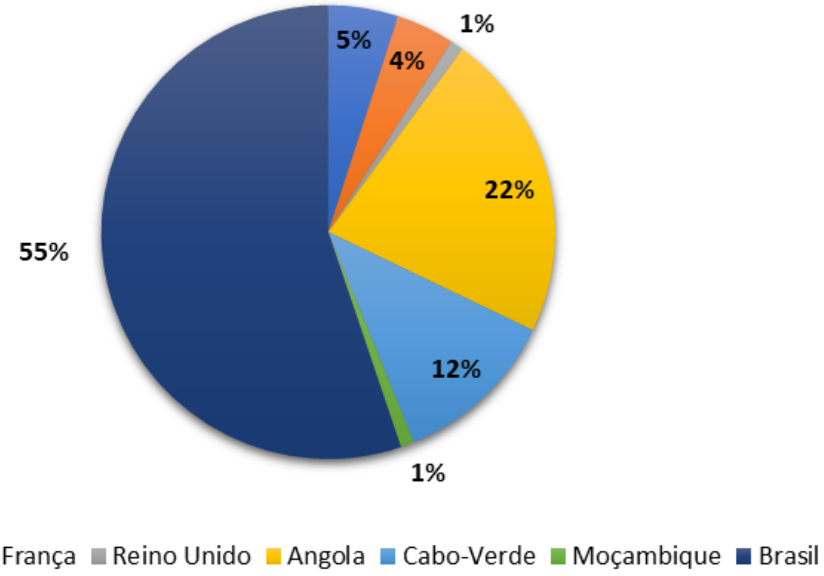
Gráfico 21 - População residente na Covilhã, nascida no estrangeiro, 2011-2020 (Fonte: PORDATA, 2021).



Atendendo ao país de origem desta população que agora reside na Covilhã, poderá estar-se próximo do volume do retorno dos emigrantes da Covilhã.

Complementarmente, julga-se que os filhos dos emigrantes terão maioritariamente permanecido no país onde nasceram, apesar de alguns terem regressado aos seus países de origem.

Gráfico 22 - População residente na Covilhã que já residiu no estrangeiro, 2011-2020 (Fonte: PORDATA, 2021).



7.3.3. Nupcialidade

A noção de nupcialidade remete para a capacidade para casar, induzindo em termos demográficos para o número de casamentos realizados num país em determinado período de tempo.

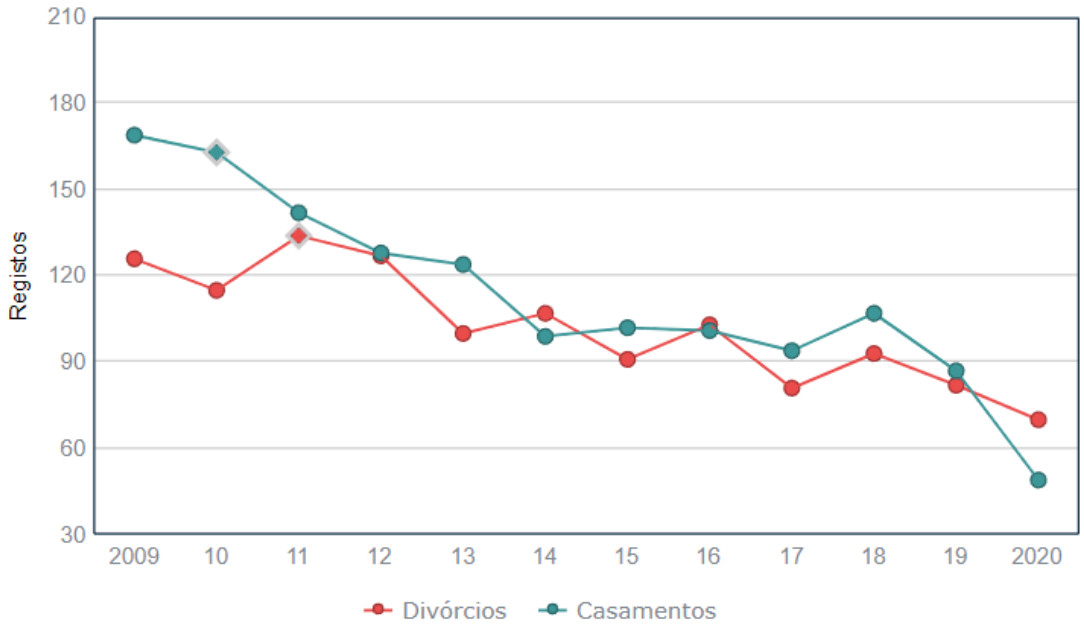
Em 2019, a nível nacional, a nupcialidade registou uma diminuição relativamente ao ano anterior; realizaram-se 33 272 casamentos (677 dos quais entre pessoas do mesmo sexo), menos 1 365 que em 2018, correspondendo a um decréscimo de 3,9%. Em 2019, a idade média ao primeiro casamento situouse em 33,9 anos para os homens e 32,4 anos para as mulheres (33,6 anos e 32,1 anos, respetivamente em 2018), continuando assim a tendência das últimas décadas de adiamento da idade ao primeiro casamento.

Do total de casamentos celebrados, 66,3% foram primeiros casamentos (ambos os nubentes eram solteiros), proporção inferior à verificada em 2018 (68,0%). Em mais de metade (61,1%) dos casamentos realizados em 2019 os nubentes já tinham residência anterior comum,

confirmando uma situação que se tem vindo a acentuar nos últimos anos (51,7% em 2014; 59,8% em 2018). A proporção de casamentos exclusivamente civis no total de casamentos celebrados entre pessoas de sexo oposto tem também vindo a aumentar, passando de 67,1% em 2018 para 68,7% em 2019. Em 2019, ocorreram 45 720 dissoluções de casamento por morte do cônjuge, situação que afeta sobretudo as mulheres devido à sobremortalidade masculina, justificando a disparidade das taxas brutas de viuvez por sexo: 2,4 por mil homens e 6,7 por mil mulheres. Em 2019 ocorreram 20 421 dissoluções de casamento por divórcio, mais 76 que em 2018, o que resultou numa taxa bruta de divorcialidade de 2,0 divórcios por mil habitantes.

O Concelho da Covilhã segue a tendência nacional, e em 2020, no município da Covilhã, registaram-se 49 casamentos e 70 divórcios.

Gráfico 23 - Divórcios e Casamentos no Concelho da Covilhã (Fonte: PORDATA, 2021).



A relação entre a nupcialidade e a imigração tem sido estabelecida pela academia e nos enquadramentos legais por vários prismas: seja por o casamento poder conduzir a fluxos migratórios entre países, nomeadamente por as relações de nupcialidade estarem salvaguardadas aos imigrantes nos seus direitos a viverem em família no enquadramento legal do reagrupamento familiar; ou seja por se verificarem casamentos celebrados em países de

acolhimento entre cônjuges estrangeiros residentes, e entre estrangeiros e nacionais do país (denominados casamentos mistos ou biculturais, ou em exogamia cultural).

As dinâmicas sociais encontram-se interligadas, devendo as mesmas serem analisadas em conjunto para compreender as dinâmicas de um território como o da Covilhã.

7.3.3.1. Evolução das Famílias

A dimensão média da família tem vindo a diminuir desde os anos 80, tendo este processo verificado uma aceleração no último decénio do século XX, manifestando-se na generalidade do território nacional, sendo que esta evolução é particularmente relevante quanto se sabe que estes fenómenos têm implicações óbvias na produção de habitação.

Esta tendência para redução do número de elementos dos agregados familiares, que está associada a processos demográficos como o envelhecimento e a morte de um dos cônjuges (deixando o outro a viver isolado) e a processos sociais como o maior número de separações e a alteração dos modelos familiares (famílias recompostas e outras), num quadro de crescimento da população, reflete-se, naturalmente, num incremento significativo do total de famílias.

Na sub-região Beiras e Serra da Estrela as famílias passaram de cerca de 95 mil para 90 mil, entre 2011 e 2021, paralelamente a uma redução do número médio de elementos por agregado familiar que passou de 2,5, em 2011, para 2,3, em 2021, no conjunto da sub-região.

No concelho da Covilhã, as famílias decresceram, entre 2011 e 2021, cerca de 10%, enquanto a população diminui também cerca de 10%. De modo diferente e, por isso, funcionando como fator ainda mais relevante, entre 2001 e 2011, as famílias cresceram 4,4%, mas a população diminuiu em 5%.

Tabela 14 - Variação da Famílias e da sua dimensão média, no concelho da Covilhã, 2001 a 2021 (Fonte: INE, 2021).

Freguesias	Famílias			Variação (%)		Pessoas/família		
	2001	**2011**	**2021**	**2001/2011**	**2011/2021**	**2001**	**2011**	**2021**
Concelho da Covilhã	20353	21256	20299	4,4	-4,5	2,7	2,4	2,1
Beiras e Serra da Estrela	97871	95379	90574	-2,5	-5	2,6	2,5	2,3

O diferencial de crescimento entre o número de famílias e o número de pessoas, no concelho da Covilhã traduziu-se, assim, em apenas duas décadas, na passagem de 2,7 pessoas/família, em 2001, para 2,1 pessoas/família, em 2021.

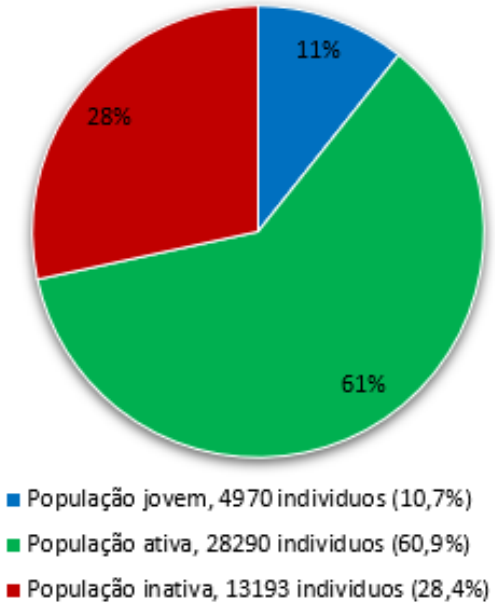
7.4. Características Populacionais

As características dos recursos humanos disponíveis ou potenciais, constituem um fator condicionador dos processos de desenvolvimento, pelo que a sua análise é fundamental para se aferirem as debilidades que afetam a competitividade das empresas existentes e/ou as potencialidades do concelho, quer para atrair e instalar novas unidades, quer para captar investimentos.

7.4.1. Emprego e Ocupação dos Ativos

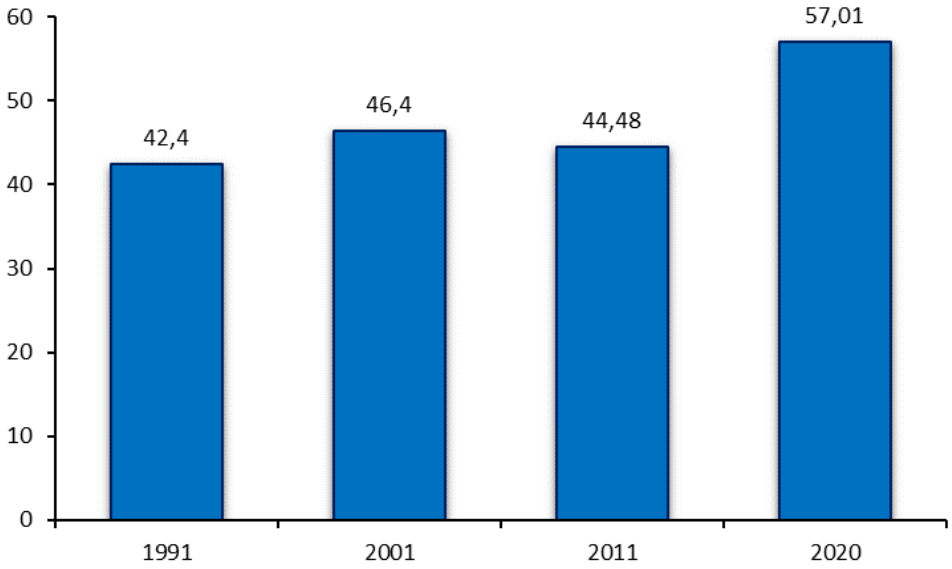
A condição da população perante a atividade económica pode ser globalmente enquadrada por três grandes grupos: a população ativa, a população inativa e a população jovem (sem idade para trabalhar e que corresponde à população até aos 14 anos). A população ativa ronda os 60,9% e a inativa 39,1%, num contexto em que a população jovem só representa 10,7%, em 2020.

Gráfico 24 - Condições da população perante a atividade económica (Fonte: PORDATA, 2021).



Da análise dos dados relativos a 2020, verifica-se que a população ativa (empregada e desempregada) no concelho da Covilhã rondava, nessa data, os 28290 indivíduos (menos 4889 indivíduos do que em 2011 e menos 8109 indivíduos que em 2001. Se o acréscimo verificado na década de 90 poderá ter devido sobretudo à integração da população local no mercado de trabalho, com especial destaque para as mulheres, nas primeira e segunda décadas do século XXI, a sua expressiva diminuição terá sido consequência da perda populacional verificada entre 2001 e 2020.

Gráfico 25 - Taxa de Atividade (%), 1991 e 2020 (Fonte: INE, 2021).



Como se pode constatar pelo quadro supra a taxa de atividade no concelho da Covilhã, tem vindo a aumentar desde 1991 atingindo um pico em 2020 (57,01%).

Do total da população ativa, 6,1% encontrava-se desempregada (taxa de desemprego), em 2020, metade da que se registou em 2011, sendo aliás contrário ao que era expectável de acordo com a conjuntura económica vivida em Portugal sobretudo nos últimos anos da primeira década do séc. XXI.

Sobre a população inativa, destaca-se, em 2020, o seu valor mais elevado registado (28,4%).

Tabela 15 - População residente, segundo a condição perante o trabalho, no Concelho da Covilhã (Fonte: PORDATA, 2021).

População	2011	2020
	N.º	N.º
População ativa	23040	28290
População Desempregada	3301	1723

Como se pode constatar pelo quadro supra houve uma diminuição no número de população desempregada em cerca de 1 578 indivíduos, trazendo a percentagem de população desempregada de 14,3% em 2011 para 6,1% em 2020. Em sentido inverso encontra-se a população em atividade que passou de 19739 indivíduos para 26 567, apesar de entre 2011 e 2020 a população ter diminuído cerca de 10%.

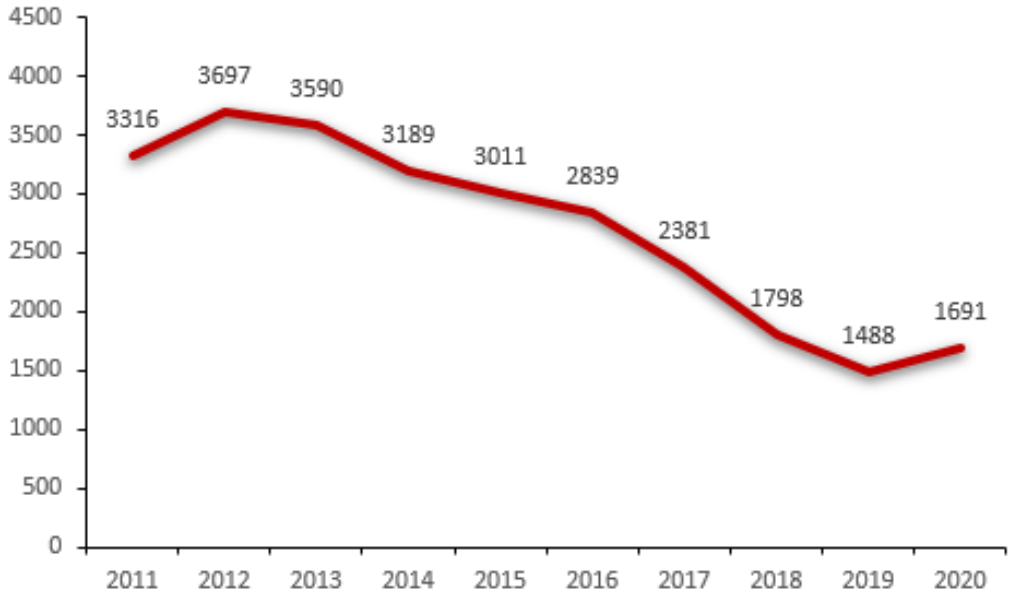
7.4.2. Desemprego e Perfil da População Desempregada

O desemprego é hoje, a nível nacional, um dos principais problemas do país porque é o principal inibidor da atividade económica em termos globais.

Segundo o Pordata, em 2020, no município da Covilhã, estiveram, em média, por mês, 1 691 desempregados inscritos nos centros de emprego – menos 50% do que em 2009 (3 395).

Mais recentemente, o concelho da Covilhã a taxa de desemprego atingia os 6,1%, em 2020, cerca de metade da taxa registada dez anos antes (14,3% em 2011). O gráfico seguinte faz uma análise retrospetiva do número médio de desempregados do concelho da Covilhã desde 2011 até 2020, inscritos no IEFP. Embora não contemplando um período longo, a figura revela que o desemprego é um problema do concelho.

Gráfico 26 - Desempregados no Concelho da Covilhã (Fonte: INE, 2021).



É certo que a atual conjuntura económica nacional é muito difícil, que provocou a elevação dos índices de desemprego nacionais, tem-se revelado também forçosamente penalizadora no concelho da Covilhã.

A análise dos dados disponibilizados pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, relativamente à componente desemprego, permite aprofundar o estudo da evolução do desemprego no concelho e, nomeadamente, atualizá-lo com dados mais recentes sempre que assim seja conveniente. Em dezembro de 2020, a média de desempregados inscritos no IEFP totalizava os 1691 indivíduos (mais 203 do que em dezembro de 2019), sendo que o perfil do desemprego neste concelho se caracteriza globalmente pelo seguinte:

- ✓ % semelhante do desemprego masculino e do feminino;
- ✓ pesos idênticos do desemprego há mais e há menos de um ano;
- ✓ a grande maioria está à procura de um novo emprego;
- ✓ estrutura etária geral elevada (67% tem mais de 35 anos);
- ✓ nível de habilitações predominantemente baixo.

7.4.3. Nível de Instrução

Devido ao facto de relativamente aos Censos 2021 não existirem dados definitivos, e todas as plataformas de consultas estatísticas (PORDATA, INE, etc.) não conterem dados concretos sobre a última década (2011-2021), os resultados em baixo apresentados têm como base os Censos 2011, podendo este capítulo ser alterado num futuro próximo aquando da publicação dos Censos 2021 - resultados definitivos.

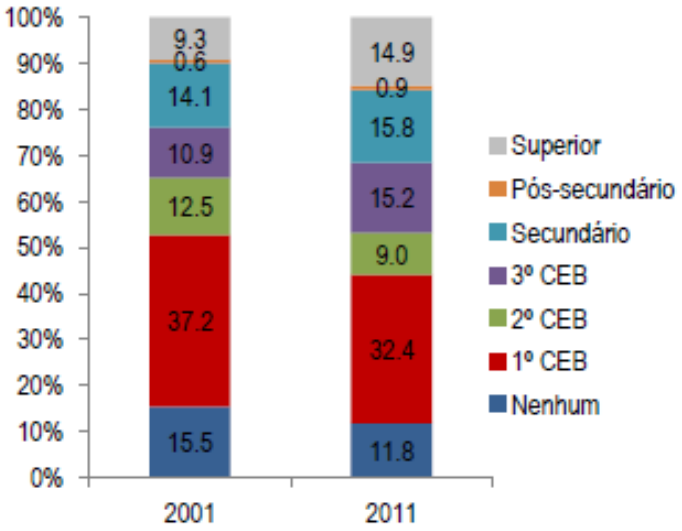
O nível das habilitações literárias da população possui uma estreita relação com a forma como a população ativa se distribui pelos diferentes setores de atividade, sendo um fator determinante para impulsionar e sustentar o desenvolvimento socioeconómico de um território.

A taxa de analfabetismo é o primeiro indicador do "nível" de instrução de um território. Em 2011 era de 7,3% no município da Covilhã. Assim, em 2011, no concelho da Covilhã, 7 pessoas (com 10 ou mais anos) em cada 100 (com 10 ou mais anos) não sabiam ler nem escrever. Não obstante, é de assinalar a evolução positiva ocorrida relativamente às décadas anteriores, sendo que a mesma taxa se situava nos 16%, em 1991 e nos 12%, em 2001.É expectável que continuará a baixar até que deixe de ter expressão, associada que está ao envelhecimento da população e perante as orientações governamentais atuais, da escolaridade obrigatória até ao 12º ano.

O nível de escolaridade médio da população da Covilhã não sendo ainda o desejável, como não o é ainda a nível nacional, registou na última década censitária uma evolução muito favorável, na medida em que, tendo a população da Covilhã decrescido 5% (cerca de 2700 habitantes), entre 2001 e 2011:

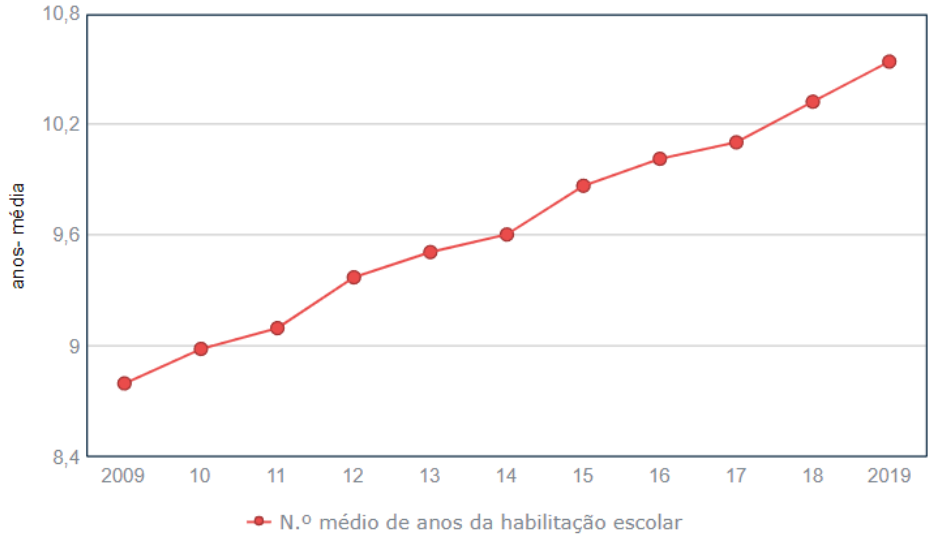
- a população com nenhuma instrução e/ou com instrução até ao 1º Ciclo do Ensino Básico diminuiu quase 9 pontos percentuais, tendo passado de 53% para 44%, entre 2001 e 2011;
- a população com instrução igual ou superior ao ensino secundário aumentou significativamente (passou de 24% para 32%), destacando-se sobretudo, neste grupo, a população com ensino superior, que em 2011 representava mais 4 pontos percentuais do que em 2001, representando em 2011, os significativos 15% do total da população do concelho.

Gráfico 27 - População segundo o nível de escolaridade mais elevado completo, 2011 (%) (Fonte: INE).



O único dado atual relativo ao nível de instrução é nos disponibilizado pelo Pordata que dá conta de, no Concelho da Covilhã, a média do número de anos da habilitação escolar dos trabalhadores por conta de outrem aumentou de 8,8 em 2009 para 10,5 em 2019.

Gráfico 28 - Número médio de anos da Habilitação Escolar (Fonte: PORDATA, 2021).



É de fundamental importância relacionar os níveis de instrução da população com os equipamentos educativos e formativos que um território possui na medida em que a disponibilidade de estruturas capazes de proporcionar a transformação da mão-de-obra potencial em mão de obra qualificada é um aspeto de importante relevância em qualquer território. No concelho da Covilhã, a oferta de equipamentos educativos e formativos é ampla e diversificada, embora seja predominantemente o sistema formal de ensino aquele que desempenha o maior protagonismo na oferta de recursos e competências, destacando-se de forma especial a formação oferecida pela Universidade da Beira Interior. Por se tratar de um tema autónomo, remete-se essa caraterização para o capítulo 13.

7.4.4. Mobilidade Geográfica: Local de Residência VS Local de Trabalho/Estudo

O grau de integração de um território, avaliado entre outros aspetos, pelas interdependências territoriais com a envolvente é uma análise essencial para a compreensão dos domínios económico, social e até urbanístico. Essa avaliação pode ser feita com recurso ao estudo dos fluxos de pessoas, bens e capitais que se estabelecem entre o concelho e todo o restante território regional e nacional.

Apesar do sistema estatístico nacional não se encontrar vocacionado para a apreensão das dinâmicas económicas intermunicipais, é possível captar algumas tendências, nomeadamente a mobilidade, através da análise dos fluxos de pessoas, partindo dos movimentos pendulares casa/trabalho e casa/escola.

A avaliação da mobilidade no presente documento, nomeadamente através da análise das deslocações pendulares, é feita utilizando os dados estatísticos dos Recenseamentos Gerais da População (INE), nos quais a desagregação dos movimentos de entradas e saídas se faz em duas vertentes, nomeadamente "por motivo" e “espacialmente”. Assim, o motivo desagrega-se em estudo ou trabalho e espacialmente, as deslocações são para o interior e para o exterior do concelho.

Importa referir que os dados quantitativos utilizados integram alguns casos de indivíduos (trabalhadores ou estudantes) que não têm local de trabalho ou estudo fixo ou habitual, sendo que nestes casos se considerou o local da empresa ou estabelecimento para quem o indivíduo trabalha ou presta contas. Em virtude deste facto, é possível identificar alguns casos de “deslocações” pendulares para e de concelhos bastante distantes. Assim, quando no texto seguinte se faz referência a “deslocação pendular”, esta pode ser uma deslocação diária efetiva casa/trabalho ou casa/estudo ou uma relação profissional ou de estudo com uma empresa ou instituição localizada em qualquer ponto do país, embora estas últimas tenham muito pouco peso no total das deslocações pendulares quantificadas.

Devido ao facto de relativamente aos Censos 2021 não existirem dados definitivos, e todas as plataformas de consultas estatísticas (PORDATA, INE, etc.) não conterem dados concretos sobre

a última década (2011-2021), os resultados em baixo apresentados têm como base os Censos 2011, podendo este capítulo ser alterado num futuro próximo aquando da publicação dos Censos 2021 resultados definitivos.

Numa abordagem inicial e genérica, os dados estatísticos relativos aos fluxos pendulares de e para o município da Covilhã, em 2011, permitem constatar que, num concelho com 51797 indivíduos residentes e 23040 ativos, entravam diariamente no concelho 4431 pessoas para trabalhar ou estudar. Complementarmente, saíam diariamente para trabalhar ou estudar 4085 pessoas. O saldo pendular resultante do diferencial entre o volume dos que entravam e dos que saíam diariamente do concelho, ainda que pequeno, era positivo e cifrava-se nas 346 pessoas, mais 240 pessoas que em 2001.

Os volumes em questão são indiscutivelmente tradutores de uma forte integração do concelho no território regional e nacional, sendo importantes as complementaridades inter-concelhias, em 2011, que também já o eram em 2001. A Covilhã estabelecia efetivas relações de complementaridade, quer por motivos de trabalho quer por estudo, com todo o país, ainda que de maior intensidade com os municípios vizinhos.

Gráfico 29 - Síntese esquemática da mobilidade geográfica pendular, de e para o concelho da Covilhã, em 2001 e 2011 (Fonte: INE).


ENTRADAS
4431 pessoas
Covilhã
2011
SAIDAS
4085 pessoas
1931 para trabalhar
2500 para estudar
3202 para trabalhar
883 para estudar
SALDO PENDULAR
+346 pessoas


ENTRADAS
4964 pessoas
Covilhã
2001
SAIDAS
4859 pessoas
2134 para trabalhar
2830 para estudar
3663 para trabalhar
1196 para estudar
SALDO PENDULAR
+106 pessoas

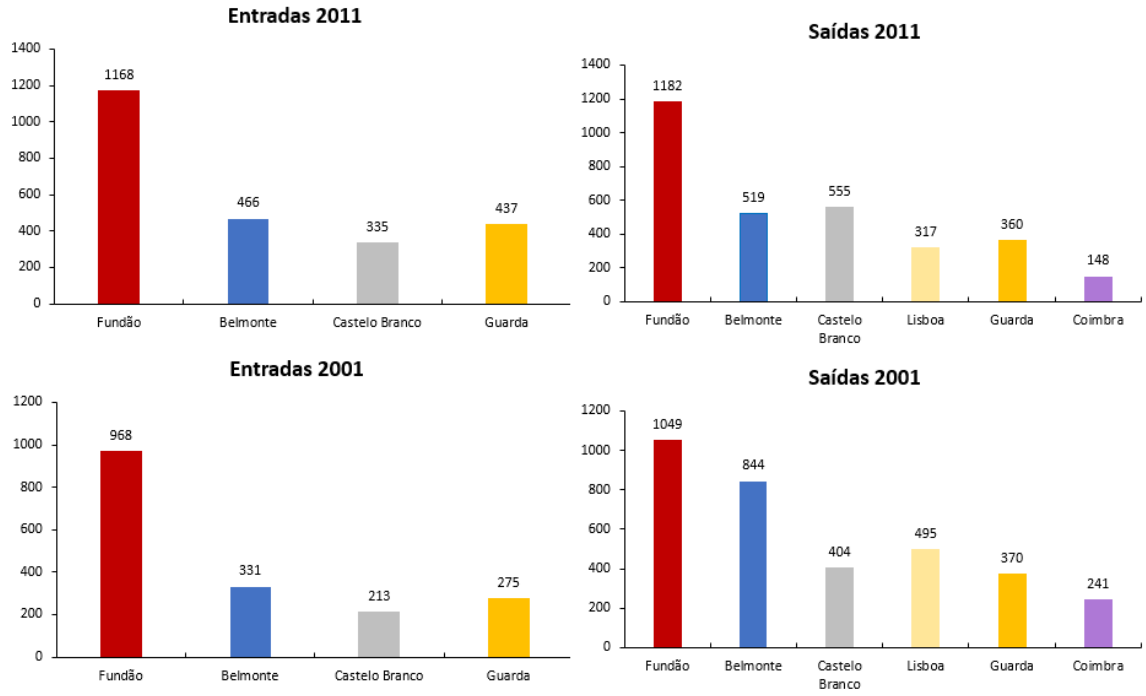
Análise da desagregação das deslocações por motivo permite concluir que o concelho da Covilhã é especialmente atrativo para o estudo, pois da população que entra diariamente, mais de metade são estudantes (56%). No caso das saídas do concelho, estas fazem-se maioritariamente por motivos de trabalho (78% dos casos).

Tabela 16 - Movimentos pendulares de entrada e saída, no concelho da Covilhã, por concelho, 2011 (Fonte: INE).

Concelhos	ENTRADAS			SAÍDAS			Saldo Pendular total
	Total	Trabalho	Estudo	Total	Trabalho	Estudo	
Aveiro	0	0	0	63	21	42	-63
Belomonte	466	273	193	519	482	37	-53
Castelo Branco	335	183	152	555	358	197	-220
Coimbra	64	38	26	148	47	101	-84
Fundão	1168	830	338	1182	1064	118	-14
Guarda	437	208	229	360	301	59	77
Leiria	63	7	56		0		63
Lisboa	0	0	0	317	190	127	-317
Ourém	58	5	53		0		58
Pampilhosa da Serra	76	74	2		0		76
Porto	0	0	0	66	27	39	-66
Pinhel	80	10	70		0		80
Sabugal	99	24	75		0		99
Seia	118	31	87		0		118
Viseu	144	24	120	50	24	26	94
Outros municípios	1323	224	1099	825	79	746	498
Total	**4431**	**1931**	**2500**	**4085**	**3202**	**883**	346

A desagregação das deslocações pendulares em termos territoriais traduz a capacidade polarizadora da Covilhã, naturalmente, não apenas sobre o distrito em que se integra, mas também, sobre outros, sendo que os principais concelhos polarizados pela Covilhã eram Fundão, Belmonte, Guarda e Castelo Branco. Por outro lado, os mesmos 4 concelhos exercem atração sobre a população da Covilhã, ainda que também sejam relevantes Lisboa e Coimbra enquanto polos de atração da população da Covilhã.

Gráfico 30 - Principais fluxos de Entradas e Saídas (n.º), por concelho, 2001 e 2011 (Fonte: INE).



Globalmente, importa sobretudo salientar:

1. a forte integração regional e nacional do concelho da Covilhã ao nível dos fluxos de pessoas por motivos de emprego ou estudo;
2. a grande capacidade polarizadora da Covilhã sobre a população dos territórios mais próximos e, especialmente, sobre os concelhos do Fundão e Belmonte;
3. a predominante capacidade atrativa por motivos de estudo, tradutora, já naquela data, da importância da UBI no contexto regional e nacional.

7.4.5. População com Deficiência

A metodologia utilizada pelo INE (proposta pelo *Washington Group on Disability Statistics*, ONU) considerou a existência de seis domínios de funcionalidade através da avaliação do grau de dificuldade que a pessoa sente, diariamente, na realização de determinadas atividades devido a problemas de saúde ou decorrentes da idade (envelhecimento); para que se considere a existência de dificuldade, esta deve existir pelo menos há seis meses.
Os domínios de funcionalidade definidos são:

a) Deficiência Auditiva;
b) Deficiência Visual;
c) Deficiência Motora;
d) Deficiência Mental;
e) Paralisia Cerebral;
f) Outra deficiência.

Esta abordagem privilegia, assim, a perceção da dificuldade real dos indivíduos *versus* a realidade atestada por um técnico de saúde, da incapacidade/deficiência física, aproximando-se mais da realidade vivida pela população.

Os dados oficiais mais recentes existentes para caraterizar as situações de deficiência, constam dos Censos 2011, segundo a População residente na NUTS-II, Região Centro, Serra da Estrela. Os dados não são diretamente comparáveis, pelo que a breve análise que se apresenta remete, apenas, para a situação em 2011, não sendo por isso, possível, fazer uma avaliação da evolução recente.

Tabela 17 - População residente com deficiência, segundo o tipo de deficiência e sexo, por grupo etário (Fonte: INE).

ZONA GEOGRÁFICA	Total		Auditiva		Visual		Motora		Mental		Paralisia Cerebral		Outra deficiência	
Grupo Etário	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Serra da Estrela	3 334	1 660	408	199	863	378	907	482	547	282	71	39	538	280
De 0 a 4 anos	23	14	3	3	5	2	1	1	5	1	1	1	8	6
De 5 a 9 anos	37	17	2	1	17	9	8	4	3	1	5	2	2	-
De 10 a 14 anos	95	52	7	3	35	18	10	3	20	14	4	2	19	12
De 15 a 19 anos	166	88	10	5	69	36	21	15	43	21	7	3	16	8
De 20 a 24 anos	123	65	7	5	42	23	21	9	31	17	3	2	19	9
De 25 a 29 anos	123	72	3	1	32	12	20	16	44	29	8	4	16	10
De 30 a 34 anos	145	86	10	7	42	21	24	15	51	32	3	1	15	10
De 35 a 39 anos	144	81	9	2	33	13	27	22	38	24	5	4	32	16
De 40 a 44 anos	190	110	23	14	51	20	41	27	39	26	6	4	30	19
De 45 a 49 anos	219	112	20	12	64	28	50	31	34	14	9	5	42	22
De 50 a 54 anos	248	131	31	13	66	31	55	35	44	26	2	1	50	25
De 55 a 59 anos	208	118	27	13	46	23	45	33	28	15	4	2	58	32
De 60 a 64 anos	261	129	24	18	62	23	87	41	25	18	2	1	61	28
De 65 a 69 anos	280	137	23	12	78	28	95	58	29	11	4	3	51	25
De 70 a 74 anos	278	131	45	20	71	32	96	49	24	9	2	1	40	20
De 75 a 79 anos	308	142	65	27	66	27	111	52	31	11	2	2	33	23
De 80 a 84 anos	223	84	42	20	41	15	87	34	22	5	3	1	28	9
De 85 a 89 anos	168	57	35	10	25	11	73	27	19	4	1	-	15	5
90 ou mais anos	95	34	22	13	18	6	35	10	17	4	-	-	3	1

Para efeitos da presente análise, privilegiam-se duas das seis deficiências elencadas: i) deficiências motoras e ii) deficiências Visuais, sendo na região da Serra da Estrela:

- Cerca de 28% das deficiências são de cariz motor;
- Cerca de 25% das deficiências são de cariz visual, apresentando um número mais elevado de indivíduos do sexo feminino que do masculino.

Estas dificuldades estão na sua grande maioria associadas ao envelhecimento populacional. Pela observação da tabela acima podemos verificar que a maioria das deficiências estão alocadas a pessoas com idades superiores aos 45 anos.

Esta realidade aponta para a necessidade, no âmbito de todos os instrumentos de gestão territorial, incluindo o presente PDM, para a inclusão das medidas necessárias, em conjunto com a legislação em vigor, que possam facilitar e mitigar as dificuldades da população com deficiência.

8. Estrutura Produtiva e Base Económica

A análise da estrutura económica e empresarial do concelho da Covilhã pretende ser um exercício orientado para compreender recursos e potencialidades, dinâmicas de evolução e perspetivas de desenvolvimento, tendo como objetivo contribuir para a identificação de elementos favoráveis e debilidades na criação de emprego e competências e consequentemente, na captação de investimentos.

A caracterização do tecido empresarial pretende, assim, assinalar a expressividade dos diversos setores de atividade ao nível concelhio.

O concelho da Covilhã, fazendo justiça à tradição, aos grandes investimentos e às apostas estratégicas que a autarquia tem vindo a desenvolver, impõe-se no panorama económico/empresarial da região. Os dados estatísticos mais recentes que o permitem confirmar (mais recente atualização da publicação: 21/07/2021), patentes na publicação anual com os principais indicadores económicos e sociais de Portugal, agregados por NUTSII, NUTSIII, distritos e concelhos, elaborado pelo Gabinete de estratégia e Estudos – Ministério da Economia. Foram consultadas outras fontes para esta análise, nomeadamente:

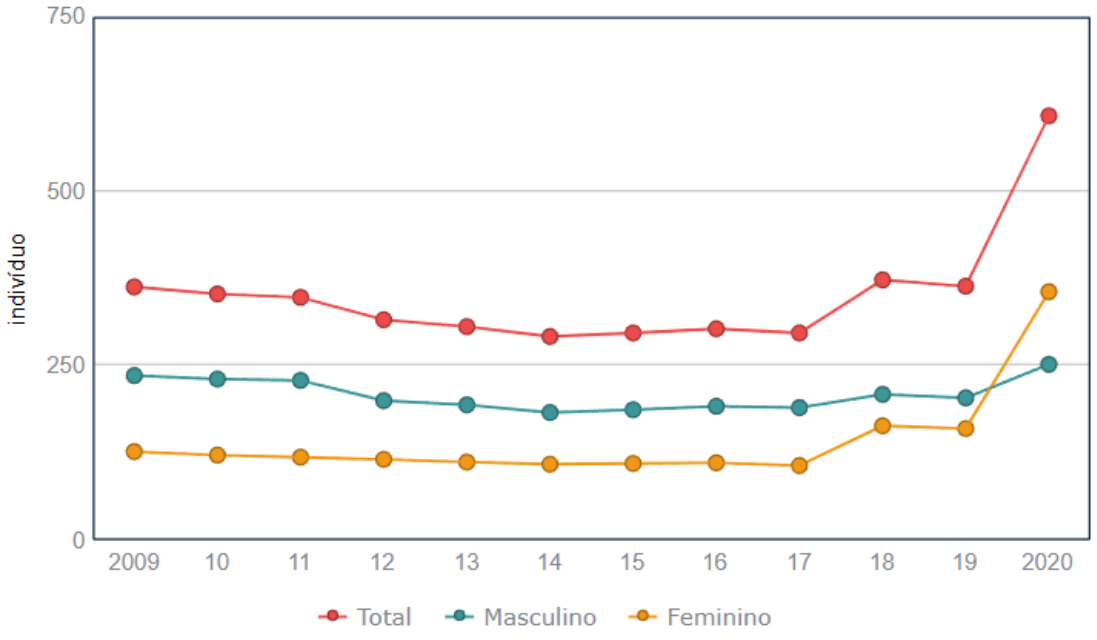
1. Anuário estatístico da região Centro, 2019 (edição 2021), dão conta do peso que a Covilhã representa ao nível do número de empresas instaladas.
2. Quadros de Pessoal do Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP) do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS) – outubro de 2021;
3. PORDATA da Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Deve ressalvar-se, mais uma vez, que os dados disponibilizados não se referem à totalidade da atividade económica, mas são, ainda assim, os mais atuais e abrangentes e ainda que, atualmente, a maioria dos dados disponíveis se organizam pelo sistema hierárquico de divisão do território em regiões: 3 níveis (NUTS I, NUTS II, NUTS III), definidos de acordo com critérios populacionais, administrativos e geográficos, visando a harmonização das estatísticas dos vários países em termos de recolha, compilação e divulgação de estatísticas regionais. Deste modo, torna-se árdua a tarefa de encontrar dados mais concretos para o concelho da Covilhã.

Sublinha-se o facto de os dados disponibilizados pelo Ministério da Economia, apenas contabilizar as empresas com trabalhadores ao serviço, não incluindo a administração pública central e local e trabalhadores que exercem a sua atividade por conta própria sem pessoas ao serviço. Assim, funcionários da Câmara Municipal da Covilhã, das Juntas de Freguesia, do Sistema de Ensino, do Sistema Nacional de Saúde, Segurança Social, Serviço de Finanças, Tribunais, Forças de Segurança, entre outros, não são considerados para fins estatísticos.

Segundo o PORDATA, em 2020, o município da Covilhã tinha 608 trabalhadores na administração pública, 252 dos quais eram homens e 356 mulheres.

Gráfico 31 - Trabalhadores na Administração Pública no Concelho da Covilhã (Fonte: PORDATA, 2021).



8.1 Contexto Territorial e Infraestrutural Favorável ao Desenvolvimento Económico

Com a integração na União Europeia a estrutura produtiva da economia portuguesa sofreu profundas transformações. A maior abertura da economia contribuiu para a alteração do padrão de especialização, com uma tendência acentuada para a redução do peso dos sectores de baixa intensidade tecnológica e o aumento da presença de empresas estrangeiras. Muitas destas empresas estrangeiras instalaram-se em sectores de atividade de maior intensidade tecnológica, gerando um efeito de demonstração no nosso tecido empresarial, que demonstrou capacidade de assimilação. As reformas estruturais levadas a cabo neste período levaram também a alterações profundas no modo de funcionamento da economia, sendo de destacar a redução do peso do sector público empresarial. Finalmente, acompanhando a tendência das economias mais desenvolvidas, observou-se uma terciarização da economia.

O Concelho da Covilhã acompanha a tendência supramencionada, uma vez que o setor terciário é o que emprega mais trabalhadores por conta de outrem (TCO) nos estabelecimentos, a tempo completo com remuneração completa, afirmando-se assim como o setor terciário como o preponderante, seguido do setor secundário.

As dinâmicas de crescimento que estes setores apresentaram no período em análise estão refletidas, de um modo geral, na importância que detêm na estrutura económica e de emprego do concelho. Dito de outra forma, os setores que apresentaram maior dinamismo são os que detêm o maior peso em população empregada e em número de estabelecimentos o que, à partida, é um sinal positivo.

Como denominadores comuns, partilhados por muitos dos agentes económicos do concelho, são vários os fatores que contribuíram e continuam a fazê-lo para o sucesso e importância da atividade empresarial da Covilhã, nomeadamente:

- Política de incentivos da Câmara Municipal da Covilhã;
- Existência de duas zonas industriais devidamente infraestruturadas e com capacidade de receber, em termos imediatos, qualquer investimento;
- Venda de lotes em condições especiais;

- Excelentes acessibilidades externas e internas do Município;
- Mão-de-obra progressivamente mais qualificada;
- Existência de vários estabelecimentos de ensino, destacando-se a UBI, centros de formação e associações empresariais;
- Baixa taxa de absentismo;
- Acalmia socio-laboral;
- Apoio ao empreendimento, nomeadamente o Centro de Incubação e Empreendorismo;
- Existência de uma cultura empresarial e de trabalho bastante enraizadas;
- Proximidade do mercado comunitário, para otimização das frotas e escoamento dos produtos;
- Existência de grandes infraestruturas/equipamentos de suporte e complementaridade: hospital moderno e com ambiente universitário; excelentes infraestruturas desportivas e de lazer e de ocupação de tempos livres, hotelaria de qualidade, entre outros.

O conhecimento rigoroso e atualizado das atividades económicas revela-se primordial no planeamento territorial de nível estratégico, não só por constituir a base económica do município, mas sobretudo porque vai permitir detetar a(s) sua(s) vocação(ões) territorial(is), contribuindo para a redefinição da estratégia de desenvolvimento de Odivelas e para a reorientação do seu papel, ao nível das interdependências funcionais, numa área urbana mais alargada.

8.1.1 Dinâmicas Setoriais

A atividade económica é o resultado da combinação dos fatores produtivos (mão-de-obra, matérias-primas, equipamentos, etc.), com vista à produção de bens e serviços. Independentemente dos fatores produtivos que integram o bem ou serviço produzido, toda a atividade pressupõe, em termos genéricos, uma entrada de produtos (bens ou serviços), um processo de incorporação de valor acrescentado e uma saída (bens e serviços)

As empresas podem desenvolver uma ou mais atividades dentro de um leque extremamente alargado de possibilidades, distribuídas pelos três setores básicos da atividade económica em geral: setor primário (agricultura, silvicultura e pescas), setor secundário (indústria) e setor terciário (comércio e serviços). Todavia, mesmo dentro de cada uns dos setores referidos podem ser identificados várias atividades específicas diversas, que se encontram normalizadas no chamado Código de Classificação das Atividades Económicas (CAE).

O Código de Classificação das Atividades Económicas existente em Portugal é uma publicação do INE (Instituto Nacional de Estatística) que tem como objetivo identificar e classificar todas as atividades económicas existentes por forma a proporcionar a todas as empresas o devido enquadramento a este nível. Mais concretamente, atribui a cada atividade um código com cinco dígitos que se torna o bastante para identificar a(s) atividade(s) desenvolvida(s) por uma determinada organização (normalmente empresas).

Tabela 18 - Código de Classificação das Atividades Económicas (CAE Ver. 3) (Fonte: GEE, Ministério da Economia, 2021).

	Secção (CAE Rev. 3)	Setor
A	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	Primário
B	Indústrias extrativas	Primário
C	Indústrias transformadoras	Secundário
D	Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	Secundário
E	Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	Secundário
F	Construção	Secundário
G	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	Terciário
H	Transportes e armazenagem	Terciário
I	Alojamento, restauração e similares	Terciário
J	Atividades de informação e de comunicação	Terciário
K	Atividades financeiras e de seguros	Terciário
L	Atividades imobiliárias	Terciário
M	Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	Terciário
N	Atividades administrativas e dos serviços de apoio	Terciário
O	Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	Terciário
P	Educação	Terciário
Q	Atividades de saúde humana e apoio social	Terciário
R	Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	Terciário
S	Outras atividades de serviços	Terciário
T	Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das Famílias para uso próprio	Terciário
U	Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	Terciário

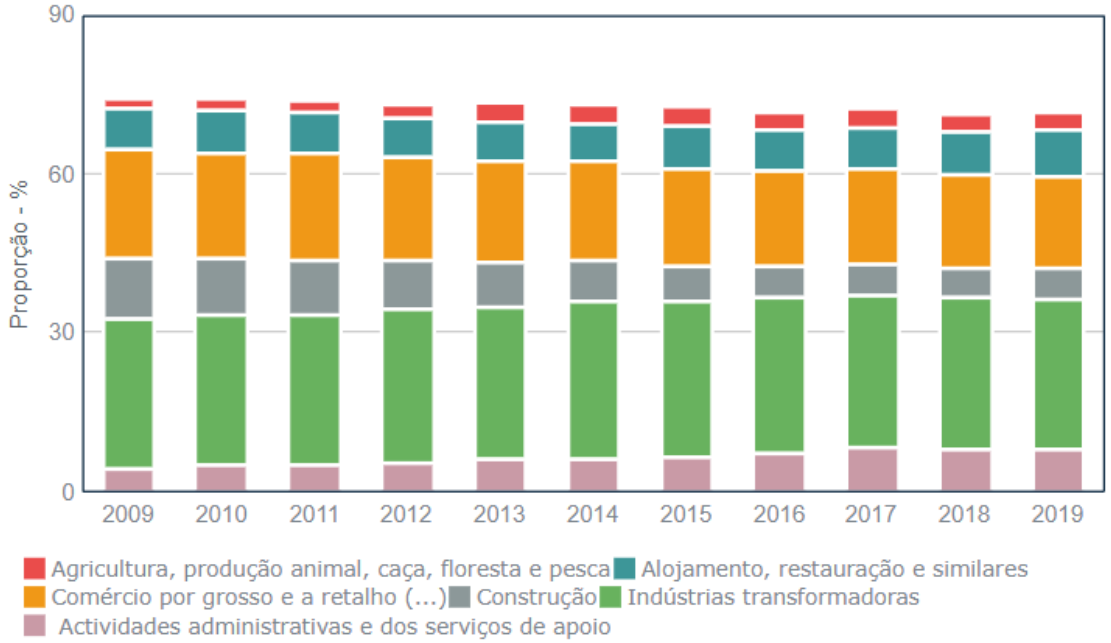
No que diz respeito aos setores mais importantes no Concelho da Covilhã, destacam-se a "tecelagem de fio do tipo lã", "atividades dos estabelecimentos de saúde com internamento", "atividades de apoio social para pessoas idosas, com alojamento", "confeção de outro vestuário exterior em série" e "comércio a retalho em supermercados e hipermercados".

Tabela 19 - Maiores empregadores do concelho, ordenado segundo o n.º de trabalhadores por contra de outrem (TCO) – nos estabelecimentos (Fonte: GEE, Ministério da Economia, 2021).

	Maiores empregadores do concelho segundo o n.º de trabalhadores por conta de outrem
1º	**Tecelagem de fio do tipo lã**
2º	**Atividades dos estabelecimentos de saúde com internamento**
3º	**Atividades de apoio social para pessoas idosas, com alojamento**
4º	**Confeção de outro vestuário exterior em série**
5º	**Comércio a retalho em supermercados e hipermercados**
6º	**Construção de edifícios (residenciais e não residenciais)**
7º	**Extração e preparação de outros minérios metálicos não ferrosos**
8º	**Hotéis com restaurante**
9º	**Fabricação de artigos têxteis confecionados, expeto vestuário**
10º	**Fabricação de outros produtos metálicos diversos, n. E.**
11º	**Restaurantes tipo tradicional**
12º	**Fabricação de doces, compotas, geleias e marmelada**
13º	**Atividades de mecânica geral**
14º	**Panificação**
15º	**Fabricação de outros artigos de plástico, n. E.**

Segundo o Pordata, no Concelho da Covilhã, o sector de atividade que concentrava mais trabalhadores em 2019 era o das indústrias transformadoras, realidade que também se observou na generalidade dos anos antecedentes.

Gráfico 32 - Atividades no Concelho da Covilhã (Fonte: PORDATA, 2021).



Cidade com maior tradição empresarial e industrial, outrora conhecida como a "Manchester Portuguesa", a Covilhã continua a ser um importante entro de produção de lanifícios, consequência da abundância de matéria-prima, a lã, e da disponibilidade de energia hidráulica. Com uma capacidade de adaptação económica extraordinária desenvolveu oportunidades e adquiriu competências para a formação de jovens altamente qualificados, realidade complementada com zonas industriais e zonas rurais, estando estas últimas vocacionadas para a exploração agrícola (setor primária) como a produção de fruta, vinho ou azeite que, embora seja um setor que comparado aos outros não apresenta grande expressão, é de grande importância socioeconómica.

8.1.1.1. Distribuição Setorial

O concelho da Covilhã, no ano de 2011, apresentava um total de 19.739 indivíduos empregados, constatando-se que o território concelhio assistiu a um decréscimo de 15,8% da sua população empregada face ao ano de 2001 (23456 empregados). Assim, o concelho da Covilhã seguiu a tendência similar á observada na sub-região beiras e serras da estrela (-15,8%), na região centro (-6,6%) e em Portugal continental (-6,8%).

No ano de 2011, era a União das freguesias de Covilhã e Canhoso que se distinguia por registar um número de indivíduos empregados mais expressivo no concelho (7660 indivíduos, o que correspondia a 38,8% do total de população empregada no território concelhio), seguindo-se a freguesia do Tortosendo (2192 indivíduos com 11,1% do total da população empregada no território concelhio), a UF de Teixoso e Sarzedo (1752 indivíduos o que correspondia a 8,7 % do total da população) a freguesia da Boidobra (1491 indivíduos, que correspondia a 7,6% do total de população empregada) e a união de freguesias de cantar galo e vila do carvalho (1399 indivíduos o que corresponde a 7,1%). Por outro lado, a freguesia de sobral de são Miguel correspondia a freguesia que tinha um menor número de indivíduos empregados no ano de 2011 (94 indivíduos, isto é 0,5%).

Entre 2001 e 2011, apenas a freguesia da Boidobra assistiu a um crescimento do número de população empregada (10,4%) enquanto as restantes freguesias registaram um decréscimo do número de indivíduos empregados, sendo de destacar a freguesia de sobral de são Miguel.

No que diz respeito à distribuição da população ativa por setor de atividade económica, no ano de 2011, no concelho da Covilhã, constata-se que 68,3% da população empregada encontrava-se a laborar no sector terciário, constatando-se que 16 freguesias que compõem o território concelhio detinham mais de 50% da população empregada a laborar no presente sector de atividade. Por sua vez, 29,4% da população empregada no concelho da Covilhã encontravam-se a laborar no sector secundário e 2,3% da população empregada a laborar no sector primário. Dados disponibilizados pelo Ministério da economia comprovam esta tendência.

Tabela 20 - Trabalhadores por contra de outrem (TCO) nos estabelecimentos, a tempo completo com remuneração completa (n.º), por setor de atividade (Fonte: GEE, Ministério da Economia, 2021).

Trabalhadores por conta de outrem	Ano civil	
	2013	2018
Setor primário	1,2	1,5
Setor secundário	39,4	36,9
Setor terciário	59,4	61,6

Neste contexto constata-se que o Concelho da Covilhã apresenta uma tendência similar a observada nas unidades territoriais em que se insere, no que diz respeito á distribuição da população ativa por setores da aticidade económica, contudo, importa salientar que o setor primário apresenta-se mais tímido comparativamente com a representatividade que regista a sub região cova da beira e serra da estrela (5,4%), na região centro (3,7%) e em Portugal continental (2,9%).

Tabela 21 - População (%) por setor de atividade económica, Censos 2011 (Fonte: XV recenseamento Geral da População, Instituto Nacional de Estatística, 2021).

População (%) por setor de atividade económica (2011)			
Freguesia	Setor de atividade económica		
	Primário	Secundário	Terciário
Aldeia de são francisco de Assis	0,4	59,8	39,7
Boidobra	2,1	26	71,9
Cortes do meio	5,1	43,7	51,1
Dominguizo	1,7	29,5	68,8
Erada	3,1	49,3	47,6
Ferro	12,7	28,7	58,6
Orjais	7,2	40,2	52,6
Paul	1,6	32,6	65,8
Peraboa	6,8	43,7	49,5
São Jorge da Beira	0	47,5	52,5
Tortosendo	1,5	29,5	69,1
Uf barco e coutada	4,4	36,3	59,3
Uf Cantar-Galo e vila do carvalho	0,7	38,8	60,5
Uf Casegas e Ourondo	2,1	33,3	64,6
Uf peso e vales do rio	1,1	48,4	50,5
Uf Teixoso e Sarzedo	3,1	36,4	60,5
Uf vale formoso e aldeia do souto	16,2	37,2	46,6

8.1.1.1.1. Setor Primário

As sucessivas Reformas das Políticas Agrícolas, o êxodo rural e a concentração das populações nos centros urbanos, o envelhecimento, a liberalização dos mercados e consequente aumento da concorrência, o processo de industrialização e, mais recentemente, de terciarização da economia são fenómenos que têm, nas últimas décadas, condicionado a economia agrícola um pouco por todo o país, conduzindo a uma decrescente importância do setor enquanto atividade principal da população e fonte de criação de riqueza.

A região onde a Covilhã se integra acompanhou esta tendência de perda de importância do setor agrícola, não obstante este ter uma importância histórica na economia da região, assente sobretudo no seu potencial frutícola.

Tabela 22 - Trabalhadores por conta de outrem (TCO) por setor de atividade no Concelho da Covilhã (Fonte: GEE, Ministério da Economia, 2021).

Trabalhadores por conta de outrem	**Ano civil**	
	2013	**2018**
Setor primário	1,2	1,5
Setor secundário	39,4	36,9
Setor terciário	59,4	61,6

Tabela 23 - Trabalhadores por conta de outrem (TCO) por ganho médio mensal (€) no Concelho da Covilhã (Fonte: GEE, Ministério da Economia, 2021).

Ganho médio mensal €, 2018	HM	H	M
Setor primário	**721,10 €**	**882,60 €**	**985,10 €**
Setor secundário	**732,10 €**	**937,60 €**	**1 063,60 €**
Setor terciário	**689,30 €**	**784,40 €**	**923,20 €**

O setor primário, que engloba tradicionalmente as atividades ligadas à natureza, como a agricultura, a silvicultura, as pescas, a pecuária, a caça e as indústrias extrativas, tem no concelho da Covilhã e no momento presente, uma importância diminuta ao nível do emprego e da remuneração, no total do tecido empresarial concelhio.

De entre as atividades inscritas neste setor destacam-se a "Agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados" e a "Extração e preparação de minerais metálicos", que corresponde, quase exclusivamente, à atividade desenvolvida nas Minas da Panasqueira.

A. Agricultura, Produção Animal, Caça e Floresta

Não sendo uma atividade económica muito significativa no concelho, a agricultura é fundamental como complemento a setores como o da produção animal, caça e floresta e, se devidamente promovida, pode concorrer para o incremento da economia local, particularmente na atual conjuntura macroeconómica a qual poderá vir a justificar redinamização deste setor.

A agricultura surge hoje, face ao novo paradigma do desenvolvimento local, não só no Concelho da Covilhã, mas na generalidade do território nacional, como uma atividade com grande potencial e como uma das apostas estratégicas para fazer face ao défice alimentar do país e que se fundará, entre outros, na necessidade do aumento da produção agrícola, em prol da autossuficiência alimentar. Com efeito, no passado recente a agricultura foi relegada para um plano secundário face às exigências da integração da PAC, afastando, por esse motivo, uma camada substancial da população da sua prática e diminuindo o número de postos de trabalho a ela ligados. Hoje, o cenário que se configura parece ser o oposto, no sentido de ser necessário assegurar a autossuficiência, o que está a trazer para a agenda política, a necessidade de

desenvolvimento do setor. Se acompanhada pelos necessários apoios, a atividade agrícola pode, neste momento, para além de suprir as já citadas necessidades alimentares, constituir uma atividade muito importante para a criação de postos de trabalho e para o aparecimento de iniciativas locais de emprego.

Para tal, é necessário contornar alguns condicionalismos que a afetam no presente, sendo que os principais, a contornar e/ou a potenciar, encontram-se em torno da necessidade de:

- alterar o perfil etário e das habilitações dos agricultores, de forma a rejuvenescer o setor;
- diminuir o elevado grau de dependência que os rendimentos agrícolas apresentam em relação às ajudas diretas de produção (subsídios);
- incrementar a dinâmica empresarial, no sentido de uma lógica de rentabilização dos recursos e aproveitamento económico;
- aumentar a aposta na formação profissional e na elevação dos volumes de mão de obra especializada (tirar um maior partido da Escola Profissional de Agricultura da Quinta da Lageosa);
- qualificar e aumentar a dotação infraestrutural (eletrificação das explorações, caminhos, etc.) e equipamentos (sistemas de regra, maquinaria, etc.);
- aumentar os níveis de produtividade com base nas melhorias anteriormente referidas;
- intensificar a aposta na valorização dos produtos típicos e tradicionais e na diversificação e multifuncionalidade da agricultura (p.e., através da conjugação da atividade agrícola/pecuária com o turismo ou com a transformação de produtos agroalimentares);
- incrementar o espírito de cooperação entre produtores, ao nível da organização existente entre eles e nomeadamente no tocante à produção, concentração das produções, transformação e comercialização;
- diminuir os custos de produção (eletricidade, água, gasóleo);
- melhorar as acessibilidades às propriedades;
- garantir o abastecimento de água às produções, principalmente no verão, com a construção de pequenas infraestruturas de armazenamento de água).

Não obstante os condicionalismos identificados, o setor agrícola é fornecedor de produtos da terra, pecuários e vitivinícolas – azeite, cereja, maçã, pêssego, borrego, cabrito, queijo e vinho -

que são produtos de excelência, designados de produtos tradicionais de qualidade, alguns com classificação de "Denominações de Origem Protegida" (DOP) e outros com "Indicação Geográfica Protegida" (IGP).

Os produtos DOP do concelho da Covilhã são: os Azeites da Beira Interior, o, Borrego da Serra da Estrela, Cereja da Cova da Beira, Maçã Bravo de Esmolfe, Queijo Amarelo da Beira Baixa, Queijo de Castelo Branco, Queijo Picante da Beira Baixa, Queijo Serra da estrela, Requeijão da Serra da Estrela. Enquanto produtos com classificação de IGP, podem encontrar-se os seguintes: Borrego da Beira Baixa, Cabrito da Beira, Maçã da Cova da Beira e o Pêssego da Cova da Beira. No que se refere ao setor vitivinícola, produzem-se vinhos com a denominação Terras da Beira – Vinhos (DOP), Região Vitivinícola Beira Interior-Sub Região Cova da Beira e vinhos (IGP) da Região Vitivinícola Beiras, classificados conforme Portaria n. º166/2005, de 11/02.

A classificação e certificação destes produtos favorece a afirmação do concelho e da região e pode funcionar como um importante complemento comercial da atividade turística e de promoção das especificidades locais.

Pelas fragilidades apontadas, mas também pelas potencialidades existentes, a atividade agrícola exige a formulação de um conjunto de estratégias que promovam o seu maior desenvolvimento e afirmação, bem como a sua diversificação e complementarização com outras atividades, tais como o turismo e o artesanato.

O setor agrícola apresenta, pois, potencialidades para vir reforçar o papel que detém no concelho, se apostar nas áreas com tradição e maior potencial e se houver dinamismo empresarial e capacidade de inovação, contribuindo, deste modo, também para a inversão da tendência de desertificação das áreas mais rurais.

A estratégia de desenvolvimento agrícola e rural passa, deste modo, pela construção de uma sólida aliança entre a agricultura, enquanto atividade produtiva, moderna e competitiva, e o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, nas vertentes económica, social e ambiental.

B. Extração Mineira

No concelho da Covilhã é possível extrair volfrâmio, pedra, areias e argila. Contudo, a importância da indústria extrativa neste concelho advém das emblemáticas Minas da

Panasqueira, umas das maiores minas de volfrâmio da Europa. Situadas no sudoeste do concelho a sua exploração teve início em 1896, encontrando-se a frente de prospeção na Barroca Grande, freguesia de Aldeia de São Francisco de Assis.

As instalações mineiras encontram-se atualmente centralizadas na zona da Barroca Grande - Aldeia de S. Francisco de Assis (Covilhã) por onde se faz o acesso à exploração subterrânea, a extração do minério e o processamento do mesmo. A exploração continua numa área bastante alargada da mina entre os níveis 0 e 3. A mina é a maior empregadora local com cerca de 300 empregos diretos, residindo os trabalhadores maioritariamente nas aldeias e vilas vizinhas, nomeadamente: Barroca Grande, S. Jorge da Beira, Silvares, Unhais-o-Velho e Dornelas do Zêzere. Além do Volfrâmio, as Minas da Panasqueira produzem também concentrados de Cobre e Estanho e são conhecidas mundialmente pelos extraordinários cristais de volframite, apatite, siderite, arsenopirite, marcassite, cassiterite e quartzo.

8.1.1.1.2. Setor Secundário

O concelho da Covilhã é um concelho, por excelência, de indústria e, em concreto, da indústria dos lanifícios, cuja génese reporta a tempos remotos, onde esta região foi percorrida pelos rebanhos e pelos caminhos da transumância entre a montanha e as zonas baixas, o que explica a abundância da lã e das atividades, com ela, relacionadas. De facto, a Covilhã afirmou-se inicialmente como polo industrial e operário embora, hoje, seja mais conotada como a "cidade do saber e dos estudantes". Não obstante, a primeira, que se prolongou durante séculos, ainda hoje é associada de forma quase automática a Covilhã.

Apesar de se manter como uma atividade importante, tanto ao nível do tecido empresarial, como nas memórias e na apropriação que a Covilhã conseguiu fazer desse património histórico e identitário, enquanto atividade económica, não tem a importância de outrora. A "metrópole da lã" ou a "Manchester Portuguesa" assim classificada no passado, chegou a possuir cerca de 140 fábricas de lanifícios e seis mil operários que produziam 66% do fabrico total dos lanifícios portugueses.

Atualmente, conforme comprovam os dados disponibilizados pelo Ministério da Economia, regista uma significativa relevância no concelho da Covilhã e na remuneração média do setor, apresenta uma diminuição de trabalhadores por contra de outrem (TCO) neste setor.

Tabela 24 - Trabalhadores por conta de outrem (TCO) por setor de atividade no Concelho da Covilhã (Fonte: Fonte: GEE, Ministério da Economia, 2021).

Trabalhadores por conta de outrem	Ano civil	
	2013	2018
Setor primário	1,2	1,5
Setor secundário	39,4	36,9
Setor terciário	59,4	61,6

Tabela 25 - Trabalhadores por conta de outrem (TCO) por ganho médio mensal (€) no Concelho da Covilhã (Fonte: GEE, Ministério da Economia, 2021).

Ganho médio mensal €, 2018	HM	H	M
Setor primário	721,10 €	882,60 €	985,10 €
Setor secundário	732,10 €	937,60 €	1 063,60 €
Setor terciário	689,30 €	784,40 €	923,20 €

As atividades secundárias abrangem, contudo, outras subactividades, que vão para além da indústria transformadora e passam pela construção, pela produção de energia, pela captação e tratamento de água e esgotos.

A principal ideia que se retém quando se analisa o setor secundário do concelho da Covilhã, com a desagregação às Divisões da CAE Ver.3, é a de que a indústria transformadora é largamente dominante, contudo, a construção também se impõe como uma atividade importante.

Como suporte fundamental às atividades do setor secundário, existem duas zonas industriais – ZI do Canhoso e ZI do Tortosendo –, devidamente infraestruturadas e com uma importante dimensão local e regional. A sua maior pormenorização encontra-se descrita adiante.

A. Indústria Transformadora

A indústria transformadora da Covilhã envolve várias atividades industriais que vão, segundo a CAE Rev.3, desde as indústrias alimentares até à reparação, manutenção e instalações de máquinas e equipamentos ainda que a principal atividade continue a ser a indústria dos lanifícios – a fabricação de têxteis e a indústria do vestuário.

A.1. Zonas Industriais

A.1.1. ZONA INDUSTRIAL DO CANHOSO

A ZIC é a zona mais antiga do Município, localiza-se na freguesia do Canhoso, na Quinta da Baiuca, a cerca de 1,5km da cidade da Covilhã, cujos acessos rodoviários se fazem com recurso à EN18 ou pelo Eixo intraurbano TCT (Teixoso/Covilhã/Tortosendo).

Tem boas acessibilidades para o exterior, resultantes da construção de uma rotunda de acesso ao eixo TCT e uma ligação direta ao IP2/A23, facilitando o escoamento dos produtos para o mercado europeu. A área da Zona industrial é de, aproximadamente, 541.700 m2, onde se encontram a laborar, neste momento, 75 empresas com a seguinte especialização produtiva:

Ramos de Atividade:

- Têxtil;
- Comércio;
- Transportes, armazenagem e comunicações;
- Reparação automóvel;
- Metalomecânica;
- Mecânica de Precisão;
- Construção civil;
- Serviços: centro de inspeções automóvel, restaurante, pastelaria, terminal TIR, posto alfandegário.

Infraestruturas:

- Boas acessibilidades, com uma rotunda de acesso ao eixo TCT e uma ligação direta ao IP2/A23;
- Arruamentos interiores asfaltados;
- Excelentes redes de abastecimento de água, iluminação pública e esgotos;
- Cobertura de Fibra Ótica;
- Sinalética moderna e eficaz;
- Zonas verdes;
- Vigilância e segurança reforçada;
- Estacionamento e ligação à rede de transportes urbanos.

A.1.2. ZONA INDUSTRIAL TORTOSENDO

A ZIT, com uma área de 80,27 ha, localiza-se na freguesia do Tortosendo, no sítio do Garrocheiro, a cerca de 3 Km da Covilhã, a menos de 1 Km da Vila do Tortosendo, e os acessos rodoviários fazem-se com recurso à EN 18 e possui acesso direto à autoestrada A23. De referir que nas suas imediações está projetado o acesso ao Itinerário Complementar 6 (IC 6) que permitirá uma ligação privilegiada a Coimbra e por conseguinte aos portos marítimos.

Em termos de outras acessibilidades, a ZIT encontra-se localizada a 500 m da Estação dos Caminhos-de- Ferro, que pode também vir a assumir características de terminal de mercadorias.

A evolução da área da ZIT é feita pela existência de duas fases, que contemplam no seu todo cerca de 136 lotes, estando já prevista uma terceira fase em plano de pormenor30 que possibilitará a sua expansão em mais 83,87 ha, com previsão de mais 251 lotes.

Atualmente, encontram-se atribuídos 132 lotes existentes a empresas que se dedicam a uma diversidade atividades, entre as quais, os lanifícios, vestuário, metalomecânica, construção civil e outros.

Em geral, as áreas de localização industrial da Região Centro não apresentam um padrão de especialização produtiva, à exceção da Covilhã, que detém um espaço de localização industrial com melhores condições.

Trata-se de uma aposta que tem vindo a ser progressivamente implementada, e que importa reforçar nos próximos anos, abarcando igualmente outras áreas com potencial na região.

Com 62 empresas os principais ramos de atividade a laborar são:

- Lanifícios;
- Agroindústria;
- Plásticos;
- Vestuário;
- Metalomecânica;
- Mecânica de Precisão;
- Construção Civil;

Infraestruturas:

- Saneamento básico;
- Rede de água para consumo industrial;
- Iluminação pública;
- Rede elétrica de BT e MT;
- Cobertura de Fibra Ótica;
- Gás natural;
- Ruas interiores totalmente pavimentadas.

8.1.1.1.2. Setor Terciário

O setor terciário, que abrange uma grande amplitude de atividades, é o setor mais importante da economia concelhia e tem vindo a confirmar essa importância ao longo do tempo, sendo mesmo referido por académicos como a "explosão terciária". É, de facto, um setor que tem merecido, nas últimas décadas, uma especial atenção da Administração Local, no que diz respeito a grandes investimentos em infraestruturas industriais e tecnológicas, acessibilidades e transportes, educação, cultura e desporto, turismo e serviços diversificados que confirmam a tendência evolutiva da economia nacional.

Em termos globais pode afirmar-se que este setor registou uma evolução expressiva ao nível dos estabelecimentos, de % e, mais ainda, ao nível do emprego, de 51%. Em termos do peso que representa no conjunto dos três setores de atividade, ele corresponde a 76% dos estabelecimentos e a 59% do emprego.

Tabela 26 - Trabalhadores por conta de outrem (TCO) por setor de atividade no Concelho da Covilhã (%) (Fonte: GEE, Ministério da Economia, 2021).

Trabalhadores por conta de outrem	Ano civil	
	2013	**2018**
Setor primário	**1,2**	**1,5**
Setor secundário	**39,4**	**36,9**
Setor terciário	**59,4**	**61,6**

Tabela 27 - Trabalhadores por conta de outrem (TCO) por ganho médio mensal (€) no Concelho da Covilhã (Fonte: GEE, Ministério da Economia, 2021).

Ganho médio mensal €, 2018	HM	H	M
Setor primário	721,10 €	882,60 €	985,10 €
Setor secundário	732,10 €	937,60 €	1 063,60 €
Setor terciário	689,30 €	784,40 €	923,20 €

As atividades mais diretamente relacionadas com a esfera produtiva/ de apoio às empresas apresentam um desenvolvimento considerável, tais como: as atividades financeiras e de seguros, de transporte e armazenagem, de informação e comunicação, de consultoria, científicas, técnicas e similares, administrativas e dos serviços de apoio.

Dentro das atividades terciárias, tem particular importância as relacionadas a com a atividade turística, atividade tão importante neste concelho, não só ao nível do emprego que gera e dos estabelecimentos que afeta, como também e, sobretudo, pelas mais-valias que acarreta em benefício do município e da região. Este protagonismo da atividade turística justificou um maior aprofundamento na análise deste domínio de atividade económico, pelo que se optou por autonomizar os resultados do trabalho de caracterização, numa área temática autónoma (subcapítulo 14).

8.2. Evolução Do Emprego e do Mercado de Trabalho

O emprego e o mercado de trabalho na Covilhã, de acordo com os indicadores de atividade económica mais recentes do Ministério da Economia, têm assistido a um progresso, não só a nível concelhio, mas comparativamente às regiões das quais faz parte.

Tabela 28 - Principais indicadores económicos no Concelho da Covilhã em comparação com as respetivas agregações geográficas (Fonte: GEE, Ministério da Economia, 2021).

Principais indicadores de atividade económica comparação com respetivas agregações geográficas							
Indicadores	Ano	Agregação geográfica					
		Covilhã	Beiras e serras da estrela	Centro	Castelo branco	Continente	Portugal
Pessoal ao serviço nas empresas (nº)	2019	13 189	57 612	759 243	48 205	4 073 422	4 225 538
Pessoal ao serviço nas empresas da indústria transformadora (nº)	2019	3 706	11 622	193 768	-	733 835	745 511
Volume de negócios nas empresas (10^3€)	2019	767 692,00 €	3 654 616,00 €	68 248 131,00 €	3 311 830,00 €	401 346 562,00 €	412 640 613,00 €
Volume de negócios nas empresas da ind. Transformadora (10^3€)	2019	244 442,00 €	988 936,00 €	23 842 923,00 €		95 999 893,00 €	97 238 809,00 €
Empresas (nº)	2019	4 546	25 268	269 110	19 399	1 260 923	1 318 330
Empresas da indústria transformadora (nº)	2019	221	1 286	16 742	1 102	67 007	68 831
Constituição de pessoas coletivas e entidades equiparadas (nº)	2020	130	524	6 297	517	38 095	39 391
Dissolução de pessoas coletivas e entidades equiparadas (nº)	2020	80	263	2 687	238	16 206	16 341
Ganho médio mensal por trabalhador por conta de outrem (€)	2018	943,00 €	935,00 €	1 033,00 €	-	1 170,00 €	1 167,00 €
Desempregados inscritos nos centros de emprego em 31.12 (nº)	2017	2 161	8 320	68 414	6 826	377 791	-

Comércio internacional de bens - exportações (10^3€)	2020	155 747,00 €	441 306,00 €	10 382 792,00 €	374 839,00 €	50 768 916,00 €	53 772 487,00 €
Comércio internacional de bens - importações (10^3€)	2020	74 760,00 €	392 667,00 €	8 891 378,00 €	236 543,00 €	60 702 574,00 €	67 823 017,00 €
Capacidade de alojamento nos estabelecimentos hoteleiros (nº de hóspedes)	2019	2 167	8 225	63 673	5 723	389 817	443 157
Crédito à habitação por habitante (€)	2019	6 396	4 823	5 939	5 864	8 323	8 259
Edifícios licenciados pelas câmaras municipais para construção (nº)	2019	47	510	6 432	392	22 426	23 608

O tecido empresarial da Covilhã, apesar da dinâmica e importância regionais, é constituído maioritariamente por micro e pequenas empresas, segundo o Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de novembro, que estipula o seguinte:

1. A categoria das micro, pequenas e médias empresas (PME) é constituída por empresas que empregam menos de 250 pessoas e cujo volume de negócios anual não excede 50 milhões de euros ou cujo balanço total anual não excede 43 milhões de euros.
2. Na categoria das PME, uma pequena empresa é definida como uma empresa que emprega menos de 50 pessoas e cujo volume de negócios anual ou balanço total anual não excede 10 milhões de euros.

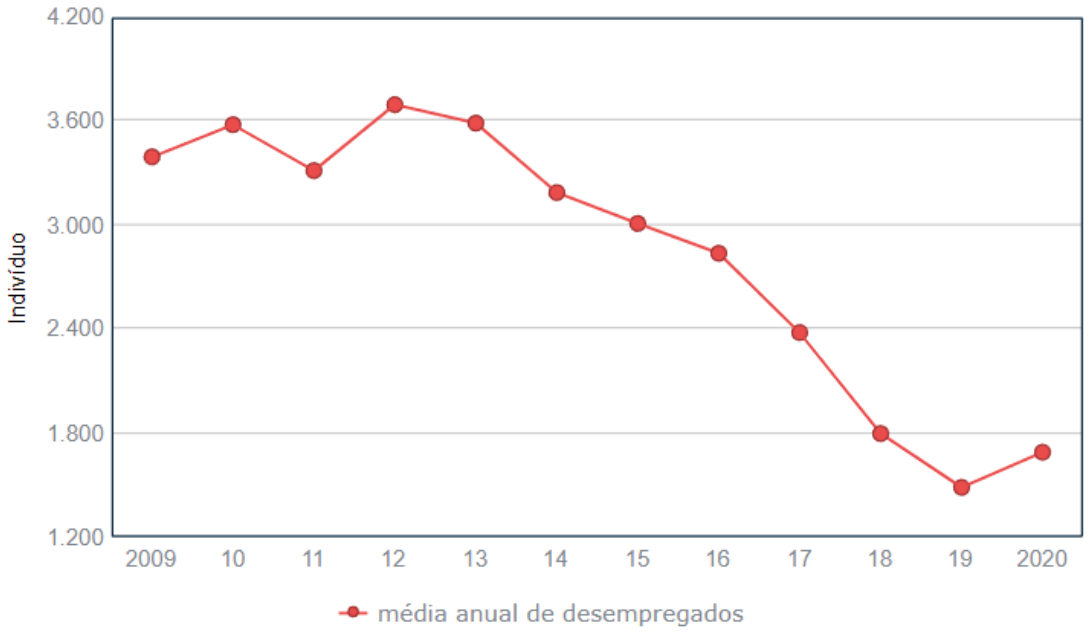
Tabela 29 - Trabalhadores por conta de outrem (TCO) nos estabelecimentos, a tempo completo com remuneração completa (nº) no Município da Covilhã comparativamente com as Respetivas Agregações Geográficas (Fonte: GEE, Ministério da Economia, 2021).

Trabalhadores por conta de outrem (TCO) nos estabelecimentos, a tempo completo com remuneração completa (nº)							
		REGIÃO					
		Covilhã	Beiras e Serra da estrela	Centro	Castelo Branco	Continente	Portugal
TCO por sector de atividade – Sector primário (nº)		125	1 027	11 677	1 102	44 595	46 169
TCO por sector de atividade – Sector secundário (nº)		3 079	11 109	180 993	10 301	689 118	707 498
TCO por sector de atividade – Sector terciário (nº)		5 144	23 816	265 135	19 646	1 471 736	1 539 662
Segundo os escalões de pessoal da empresa	1-9 (nº)	1 780	10 002	104 781	7 827	457 052	475 480
	10-19 (nº)	843	4 600	55 308	3 809	249 945	260 784
	20-49 (nº)	1 181	6 059	79 597	4 971	338 334	353 700
	50-99 (nº)	1 043	3 888	53 983	3 169	235 931	246 255
	100-249 (nº)	1 095	3 625	62 333	4 050	283 056	294 323
	250-499 (nº)	849	2 851	33 470	2 910	162 591	167 744
	>=500 (nº)	1 557	4 927	68 396	4 313	478 540	495 043
TOTAL		8 348	35 952	457 805	31 049	2 205 449	2 293 329

Assiste-se na Covilhã uma situação comum a todo o tecido económico regional e nacional. Todavia, as microempresas não têm que ser sinónimas de conservadorismo e inércia já que são elas também que proporcionam os maiores índices de inovação e elevada capacidade de enfrentar a mudança.

Em 2020, no município da Covilhã, estiveram, em média, por mês, 1 691 desempregados inscritos nos centros de emprego – menos 50% do que em 2009 (3 395).

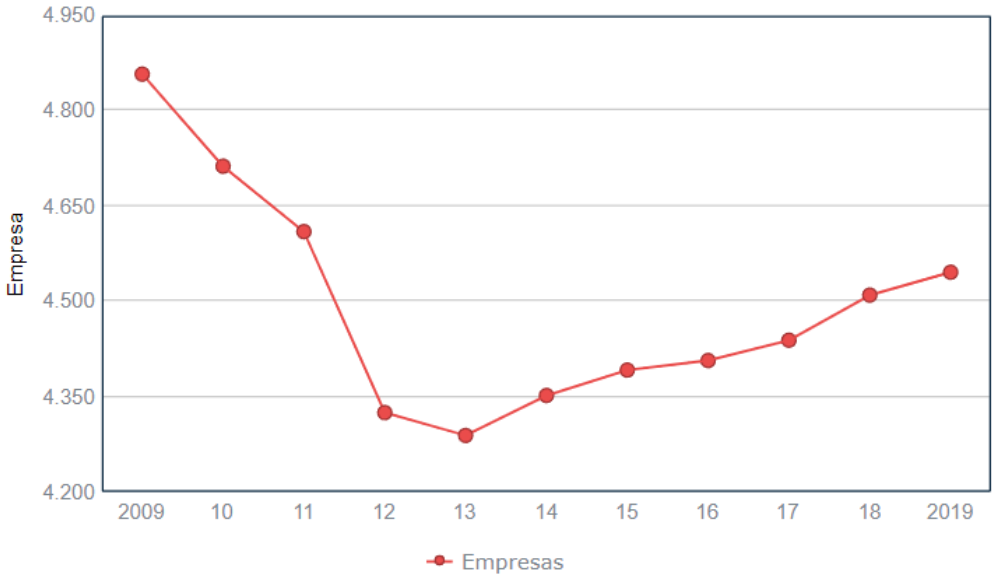
Gráfico 33 - Média anual de desempregados no Concelho da Covilhã (Fonte: PORDATA, 2021).



Relativamente ao número de empresas não financeiras66, entre 2009 e 2019, o número diminuiu, na Covilhã, de 4.858 para 4.546 (um decréscimo de 6,4%).

[66] As empresas não financeiras são aquelas que têm por objeto a produção e/ou comercialização de bens e/ou serviços não financeiros. As empresas não financeiras podem ter qualquer CAE (Classificação das Atividades Económicas do INE), exceto o da Secção K - Atividades Financeiras e de Seguros. São exemplos de empresas não financeiras a Galp, a EDP, a Critical Software, a Pingo Doce - Distribuição Alimentar, a Modelo Continente Hipermercados, a Farfetch, a Nos Comunicações, a Vodafone, a Corticeira Amorim, a The Navigator Company, a Continental Mabor, a Rangel, entre muitas outras.

Gráfico 34 - Empresas não financeiras no Concelho da Covilhã (Fonte: PORDATA, 2021).



Quando o assunto é evolução do emprego e do mercado de trabalho é importante referir a taxa de analfabetismo, esta tem apresentado um decréscimo ao longo do território nacional, fruto de diversos programas de escolarização, bem como graças á implementação da escolaridade mínima (atualmente 12º ano).

A taxa de analfabetismo no concelho da Covilhã, em 2011, era de 7,3%, constatando-se que ocorreu um decréscimo de 53,2% face ao ano de 1991 (nesse ano o concelho da Covilhã apresentava uma taxa de analfabetismo de 15,6%). Neste sentido verifica-se que o território concelhio seguiu a tendência similar á observada nas unidades territoriais em que se insere. Estes são dados importantes uma vez que um maior nível de escolarização, que se traduz numa população mais instruída e mais informada, permite atingir outros empregos, justificando assim uma diminuição do sector primário e um aumento do setor secundário e terciário.

Outra questão essencial é a da disparidade salarial, isto é, ainda se assiste à desigualdade de remuneração entre homens e mulheres. Embora a igualdade de género seja um dos princípios fundamentais da União Europeia (UE) e o princípio do salário igual para um trabalho igual tenha sido adotado há mais de 60 anos, na UE as mulheres continuam a ganhar, em média, cerca de 14,1% menos por hora do que os homens. O Parlamento Europeu quer alterar esta situação e, numa resolução sobre a Estratégia da UE para a Igualdade de Género, adotada em 21 de janeiro de 2021, os eurodeputados instam a Comissão Europeia a apresentar um novo plano de ação

ambicioso em matéria de disparidades salariais, que estabeleça metas claras para os Estados-Membros reduzirem as disparidades salariais entre homens e mulheres nos próximos cinco anos. Também a Covilhã, preocupada com esta realidade, criou o primeiro Plano Municipal para a Igualdade no concelho, instrumento de planeamento de políticas públicas para a igualdade ao nível local, que estabelece estratégias de transformação das assimetrias de género, que tem como objetivos estratégicos:

1. Elaboração de um diagnóstico concelhio em termos de igualdade entre mulheres e homens e de não-discriminação, com uma vertente interna, relativa à autarquia e uma vertente externa, face ao concelho. Este diagnóstico irá criar uma visão integrada do território, à luz das assimetrias entre homens e mulheres e fará uma análise organizacional da CMC.

   A sua elaboração irá envolver agentes locais, através da consulta aos diferentes conselhos municipais - de ação social, de segurança, de educação e de juventude - também às associações empresariais, sindicatos, IPSS, etc.
2. Estabelecimento de um Plano para a Igualdade para o concelho da Covilhã, identificando as prioridades de intervenção ao nível interno à autarquia, enquanto entidade empregadora e ao nível externo, para todo o município e respetiva implementação.

Tabela 30 - Ganho médio mensal por sector de atividade e sexo no Município da Covilhã (Fonte: Fonte: GEE, Ministério da Economia, 2021).

Ganho médio mensal por setor de atividade e sexo							
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Ganho médio mensal - setor primário	635,40 €	625,80 €	650,60 €	643,20 €	680,00 €	721,10 €	-
Ganho médio mensal - setor primário - homens	644,00 €	623,90 €	658,60 €	656,20 €	694,10 €	732,10 €	-
Ganho médio mensal - setor primário - mulheres	613,90 €	632,60 €	626,80 €	611,30 €	634,10 €	689,30 €	-
Ganho médio mensal - setor secundário	788,70 €	816,20 €	807,60 €	815,80 €	850,10 €	882,60 €	-
Ganho médio mensal - setor secundário - homens	854,10 €	888,90 €	875,60 €	881,00 €	912,70 €	937,60 €	-
Ganho médio mensal - setor secundário - mulheres	663,70 €	684,70 €	691,30 €	707,10 €	738,00 €	784,40 €	-
Ganho médio mensal - setor terciário	902,70 €	920,70 €	925,80 €	956,10 €	970,10 €	985,10 €	-
Ganho médio mensal - setor terciário - homens	988,20 €	1 011,80 €	1 016,20 €	1 069,20 €	1 064,70 €	1 063,60 €	-
Ganho médio mensal - setor terciário - mulheres	836,10 €	852,00 €	857,90 €	871,50 €	896,90 €	923,20 €	-

Alguns dos fatores que implicam uma diferença salarial entre homens e mulheres são estruturais e estão relacionados com as diferenças de emprego, nível de educação e experiência profissional. Se eliminarmos estes fatores, o que resta é conhecido como a diferença salarial de género ajustada.

Esta disparidade de salários aumenta com a idade - ao longo da carreira e a par com o aumento das exigências familiares -, sendo relativamente baixa quando as mulheres entram no mercado de trabalho. Com menos dinheiro para poupar e investir, este fosso vai aumentando e, consequentemente, as mulheres têm um maior risco de pobreza e exclusão social numa idade avançada. O fosso de pensões entre idosos de diferentes sexos era de 29% em 2019.

A redução das disparidades salariais entre homens e mulheres permite uma maior equidade entre homens e mulheres, apoiando simultaneamente a redução da pobreza e a economia.

8.2.1. Ciência, Tecnologia e Sociedade de Informação

8.2.1.1. Parque de Ciência e Tecnologia da Covilhã (Parkurbis)

O Parque de Ciência e Tecnologia da Covilhã (situado na ZIT) é um dos parceiros mais emblemáticos da Universidade da Beira Interior. É considerado a incubadora de empresas por excelência da região da Beira Interior e nasceu da convergência de vontades e esforços no sentido de concretizar um projeto de dinamização da inovação e do empreendedorismo que leve os projetos de investigação a constituírem-se como realidades empresariais.

O Parkurbis é um instrumento de estímulo e de desenvolvimento da região, orientando a sua atividade para a criação de um clima de inovação permanente, potenciando a transposição para o mundo dos negócios, dos processos de conhecimento científico e tecnológico gerados nas instituições de investigação.



Figura 63 - Parkurbis, Covilhã (Fonte: Google).

A missão do Parkurbis é o reforço da economia da Beira Interior, através da elevação do nível tecnológico da indústria e serviços existentes, da sua diversificação para novos setores, da criação de massa crítica em atividades de I&D e, como consequência, da fixação de pessoas que possam encontrar aqui soluções profissionais.

Os principais objetivos do Parkurbis – Parque de Ciência e Tecnologia da Covilhã SA, asseguram uma interligação dinâmica entre a Universidade da Beira Interior (UBI) e o tecido empresarial de forma a aproximar a oferta de I&D com as necessidades desse tecido empresarial.

Abriu-se assim a possibilidade de desenvolver novas indústrias na região, atraindo investidores nacionais e estrangeiros, potenciando a investigação da UBI e consequentemente, proporcionando à indústria tradicional a aquisição de capacidade inovadora, diversificando e melhorando os equipamentos e tecnologias de fabrico incorporando novos avanços tecnológicos.

As modernissimas instalações do edifício central do Parque foram inauguradas em setembro de 2005 e desde então que se constitui, assim, um desafio e, ao mesmo tempo uma oportunidade para as empresas de base tecnológica e para jovens empreendedores que aqui decidam promover o desenvolvimento dos seus projetos.

As áreas preferenciais são: indústrias do ambiente; telecomunicações; tecnologias de informação; tecnologias da saúde; tecnologias energéticas; informática e eletrónica; bioquímica; biofísica; indústria do papel; indústria agroalimentar; ciência e tecnologia de materiais; indústria ótica; e aeronáutica/automóvel (componentes).

Atualmente tem 46 empresas instaladas:

1. Alupro -Tecnologia e componentes para a produção de caixilharia
2. António Coelho Barbosa - Despachante Alfandegário
3. Assec - Consultoria, ambiente e tecnologias de informação e comunicação
4. Bau Special Solutions - Engenharia
5. Blossom Essence - Fabricação de óleos essenciais, cosméticos e produtos de higiene
6. Covieng - Engenharia
7. Collectivus - Tecnologias de Informação e comunicação
8. Demandingworld - Consultoria, tecnologias de informação e comunicação
9. Dynasys - Telecomunicações, tecnologias de informação e comunicação
10. E. near -Tecnologias de Informação e comunicação
11. Essential Tools - Tecnologias de Informação e comunicação
12. Fluxphera - Consultoria, tecnologias de informação e comunicação
13. GeoStar - Viagens e Turismo
14. GIGARTE - Design, tecnologias de informação e comunicação
15. GlobalProud - Marketing, Publicidade, tecnologias de informação e comunicação
16. GlobserNet - Tecnologias de Informação e comunicação
17. GO4GP – Engenharia
18. Hatko Sport Systems S.A. - Fabricação de tapetes de relva sintética
19. INCIPIT - Tecnologias de Informação e comunicação

20. Infosistema - Tecnologias de Informação e comunicação
21. infraLab - Ensaio de materiais de construção e controlo de qualidade
22. InKlusion Entertainment - Tecnologias de Informação e comunicação
23. Irajá - Design, Têxtil
24. ISTRION BOX - Tecnologias de Informação e comunicação
25. IT People - Tecnologias de Informação e comunicação
26. Izifun - Organização de eventos
27. KBG - Data Systems - Tecnologias de Informação e comunicação
28. Letras & Pétalas - Silvicultura e outras actividades florestais
29. LobbyProductions - Cinema, Publicidade, Tecnologias de informação e comunicação
30. Mptec - Tecnologias de Informação e comunicação
31. My Clickbox - Consultoria, tecnologias de informação e comunicação
32. Näz - Design, Têxtil
33. O Cantinho da Maria - Restauração
34. Pegasi - Tecnologias de Informação e comunicação
35. Printable Version - Tecnologias de Informação e comunicação
36. Qualify Just - Tecnologias de Informação e comunicação
37. ROFF Sdf - Tecnologias de Informação e comunicação
38. Rulmeca - Comercialização de produtos para a indústria
39. Softwizard - Marketing, Publicidade, tecnologias de informação e comunicação
40. StarEnergy - Energias Renováveis
41. Tanden Innovation - Tecnologias de Informação e comunicação
42. TIMWE lab - Tecnologias de Informação e comunicação
43. Take Off - Consultoria, formação
44. TSCG Lda. - Tecnologias de Informação e comunicação

45. Whale - Tecnologias de Informação e comunicação

46. XXL Refil - Reciclagem de consumíveis

Investimento que se justificou, uma vez que, no ano de 2015, entrou no ranking the "TOP 10 UNIVERSITY ASSOCIATED BUSINESS INCUBATORS 2015":

1. Dublin Enterprise & Technology Center - Dublin – Irlanda
2. Montpellier BIC - Montpellier – França
3. H-Farm - Pádua – Itália
4. Incubio - Barcelona – Espanha
5. Technoport - Louvin-la-Neuve – Luxemburgo
6. Residentship Program of Ingria Business Incubator - S. Petersburgo – Rússia
7. InQbator of Poznan Science and Technology Park - Poznan – Polónia
8. The Hive - Ancona – Itália
9. Stiftelsen Chalmers Innovation - Gotemburgo – Suécia
10. Parkurbis - Covilhã – Portugal

A UBI GLOBAL, com sede em Estocolmo, é considerada líder na análise de desempenho de incubadoras de empresas em todo o mundo, contando com parceiros como a CISCO, a Universum, a Global University Venturing, a École des Ponts Paris Tech, entre outros. Este é um dos indicadores do desenvolvimento do Concelho da Covilhã.

8.2.1.2. Data Center da PT

Um Data Center é uma unidade crítica de elevada disponibilidade com funcionamento permanente 24h/7dias por semana, dotado com tecnologia para fazer funcionar um conjunto de equipamentos informáticos e respetivos componentes associados, tais como servidores, software, equipamentos de redes e mecanismos de telecomunicações, entre outros, e que desempenham funções fulcrais no suporte ao negócio das empresas do século XXI, pela disponibilização e prestação de uma larga capacidade de armazenamento e processamento de dados.

Esta infraestrutura permite o estabelecimento de condições para o crescimento não apenas das plataformas de serviço do Grupo PT, mas também visa assegurar capacidade para um forte desenvolvimento da área de negócios afeta à Gestão de Serviços de TIC. Deste modo, esta infraestrutura permite a prestação de serviços e soluções integradas na área do Cloud Computing, e Data Center Services (e.g. Housing; Hosting; DC Manage Services, etc).

O Data Center da Covilhã, pertence à Altice Portugal, é um centro de processamento de dados na Covilhã, Portugal, e um dos maiores data centers do mundo, com cerca de 75.500 m² de área, cuja inauguração foi feita a 23 de setembro de 2013.

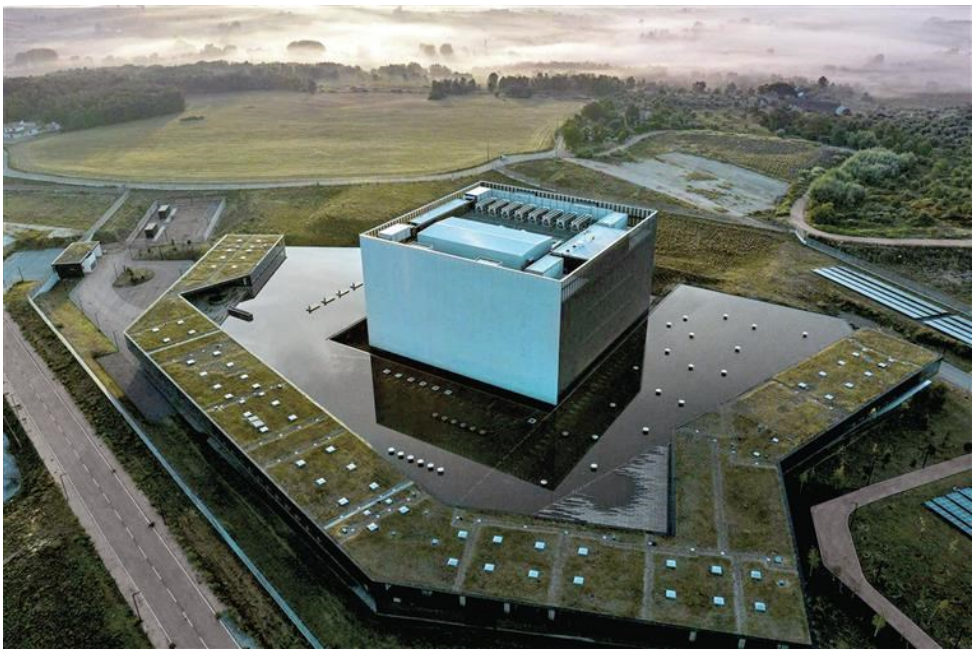


Figura 64 – Data Center, Covilhã (Fonte: Google).

A Covilhã foi a cidade escolhida das 26 localidades a serem analisadas para a construção do Data Center. Entre as razões da escolha, encontram-se o baixo risco de fenómenos naturais, a temperatura do ar e humidade, baixo impacte ambiental e possibilidade de aproveitamento de recursos naturais. A formação de novos colaboradores para o Data Center faz-se em parceria local com a Universidade da Beira Interior através de uma pós-graduação em Tecnologias de Informação para data centers.

Também o Data Center da Altice Portugal na Covilhã foi distinguido em 2018 a nível internacional, na categoria Excellence in Data Centres Architecture and Design Award, no âmbito dos Data Centre and Cloud Leadership Awards, ganhando reconhecimento mundial pela sua arquitetura, inovação, sustentabilidade e design, destacando-se entre os Data Centers do mundo, identificados pelos Data Centre and Cloud Leadership Awards, pela excelência dos serviços que integra e a sua capacidade de inovação.

No mesmo ano a Altice Portugal reforçou com 4 milhões o seu investimento para suportar o crescimento dos seus clientes, é o maior centro de processamento de dados em Portugal, um dos dez maiores em todo o mundo e, ainda, reconhecido como um dos mais inovadores e sustentáveis da Europa, ancorado na maior rede nacional de data centers, com a tecnologia e as infraestruturas de última geração da Altice Portugal. Está internacionalmente certificado pelo Uptime Institute como Tier III, certificação que realça o seu elevado nível de desempenho, segurança e disponibilidade, sendo também uma referência internacional na eficiência energética.

8.2.1.3. UBI Medical

O UBImedical constitui um espaço de excelência para articular a ligação entre a Universidade e o mundo empresarial. Criado para agilizar a transferência de conhecimento na procura de novas tecnologias, permite às empresas desenvolver a investigação e os testes laboratoriais necessários à efetiva comercialização de novos produtos, gerando valor acrescentado para a economia.

O UBImedical apoia as start-ups tecnológicas e impulsiona relações com empresas da área da saúde e das TICE, incentivando a competitividade e inovação.



Figura 65 - UBIMedical, Covilhã (Fonte: Google).

Esta infraestrutura, com cerca de 2000m2 de área construída, veio enriquecer o cluster da saúde em Portugal e agrupa duas vertentes: a investigação científica e desenvolvimento tecnológico (1) e a incubação de projetos empresariais com transferência de tecnologia (2). A área laboratorial tem a missão de suporte e transferência de tecnologia, e compreende um conjunto de laboratórios residentes coordenados por docentes da UBI nas áreas da saúde e ciências da vida. A incubadora acolhe empreendedores e empresas inovadoras nas mesmas áreas.

A Área de incubação, com 1000 m2, serve como resposta para:

1. Instalação de start-ups de desenvolvimento de novos produtos, soluções e serviços de alta tecnologia;
2. Aceleradoras de inovação;
3. Instalação de empresas da área da saúde.

A Investigação translacional procura avançar os resultados de I&D o mais cedo possível para o estágio onde se possam tornar atrativos para indústrias como a farmacêutica, biotecnologia ou outras. Como resultado desta aposta, a investigação científica será valorizada, apostando numa política consistente de patentes e licenciamento.

Os investigadores, os laboratórios e os projetos estão direcionados para a promoção de transferência de tecnologia, num ecossistema orientado para a promoção do

empreendedorismo de base científica e tecnológica, lançando spin-offs de I&D na forma de novas empresas ou de novos negócios em empresas já estabelecidas.

A atenção dos investidores foca-se na criação e aceleração de empresas de base tecnológica, contribuindo para fixar na região recursos humanos de elevadas competências técnicas nas seguintes áreas:

- Bioquímica;
- Biotecnologia;
- Bioquímica Clínica;
- Biomedicina;
- Biofísica;
- Indústria Farmacêutica;
- Nutrição;
- Medicina Desportiva;
- Saúde e Bem-estar;
- Tecnologias para a Saúde;
- Dispositivos Médicos.
- Até ao momento, já se encontram instaladas no UBImedical as seguintes spin-offs:
- LABFIT - HPRD Health Products Research and Development, Lda
- Uphill, Lda.
- Ydeal

O funcionamento da Faculdade de Medicina na Universidade da Beira Interior, e a existência de cursos de formação e pós-graduação nas áreas da bioquímica, da física, etc. proporcionarão oportunidades para a implantação, no Parque de Ciência e Tecnologia, de empresas relacionadas com a saúde, em áreas diversas como a biomedicina, a biofísica, a bioquímica e a indústria farmacêutica. Em concreto, a criação da UBIMEDICAL é um dos projetos vitais para o desenvolvimento regional nos próximos anos, uma vez que dotará a região de uma estrutura certificada como referência nacional e internacional na área da Saúde. Esta infraestrutura será dotada de serviços partilhados, fundamentalmente ao nível de equipamentos e laboratórios abrangentes. O UBImedical terá duas valências principais: qualidade de vida e caracterização de parâmetros de saúde pública.

8.2.1.4. Centro de Incubação e Apoio ao Empreendorismo da Covilhã

O Centro de Incubação e Apoio ao Empreendorismo da Covilhã é um espaço de promoção e sustentabilidade de micro e pequenas empresas, possível através da transformação do edifício da antiga PSP, na Rua António Augusto de Aguiar, mantendo o traço arquitetónico original, mas

criando vários espaços para a. Este edifício permite, assim, acolher jovens empreendedores para que desenvolvam os seus projetos criativos.

Trata-se de uma obra prevista no PEDU da Covilhã (Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano) que irá contar com 6 gabinetes para empresas, 16 lugares de coworking, 2 espaços para oficinas (Makers), auditórios, um gabinete administrativo, uma sala de reuniões, um bar e ainda várias zonas de convívio.



Figura 66 - Centro de Incubação e Apoio ao Empreendorismo, Covilhã (Fonte: Google).

A localização estratégica deste Centro, no coração da cidade e perto da Universidade da Beira Interior (UBI), garante uma oportunidade única para enquadrar os jovens empreendedores num lugar que pretende potenciar o desenvolvimento de projetos criativos e inovadores. Esta nova infraestrutura, moderna e multifuncional, valoriza simultaneamente o património histórico no centro da cidade e estimula o desenvolvimento e a atividade empresarial.

O Município da Covilhã criou, centro histórico da Covilhã, um espaço flexível, fomentador de criatividade, potenciador do desenvolvimento e a insta- lação de atividades inovadoras, de carácter económico, cultural e social.

8.2.2. Serviços de Apoio, Infraestruturas e Espaços de Suporte à Atividade Empresarial

8.2.2.1. Gabinete de Apoio à Criação de Empresas (GACE)

O GACE, funciona nas instalações do Parkurbis e é uma nova estrutura que pretende facilitar, de forma gratuita, a criação de novas empresas na Covilhã, direcionando a sua intervenção na procura de instalações dimensionadas ao tipo de negócio, no acesso privilegiado aos diversos balcões da administração pública e a programas de financiamento nacionais e comunitários, bem como na facilitação das diversas formalidades inerentes.

8.2.2.2. IFRRU 2020

O IFRRU 2020 - Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas - é um instrumento financeiro destinado a apoiar investimentos em reabilitação urbana, que cobre todo o território nacional, cuja data de encerramento se prevê ocorra em 31-12-2023.

Para potenciar mais o investimento, o IFRRU 2020 reúne diversas fontes de financiamento, quer fundos europeus do PORTUGAL 2020, quer fundos provenientes de outras entidades como o Banco Europeu de Investimento e o Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa, conjugando-os com fundos da banca comercial.

São apoiadas as seguintes intervenções, focadas em territórios específicos, isto é, localizadas em Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) definidas pelos Municípios, a saber:

1. reabilitação integral de edifícios com 30 anos ou mais anos (ou nível de conservação inferior a 2 aferida nos termos do Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro), e
2. reabilitação e reconversão de espaços e unidades industriais abandonadas. São, também, apoiadas as intervenções de reabilitação de frações privadas integradas em edifícios de habitação social com 30 ou mais anos (ou nível de conservação inferior a 2 aferida nos termos do Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro) que sejam alvo de reabilitação integral no âmbito dos Planos de Ação Integrada para Comunidades Desfavorecidas (PAICD) elaborados pelos Municípios. Complementarmente são, ainda, apoiadas ações de eficiência energética na

habitação, que decorram de auditoria energética prévia (e que resultem num aumento de pelo menos 2 níveis na classe energética).

O IFRRU 2020 destina-se a apoiar pessoas singulares ou coletivas, públicas ou privadas, incluindo-se os condomínios, para a realização dos seus investimentos.

8.2.2.2. Associações Empresariais

8.2.2.2.1. Associação Empresarial da Covilhã, Belmonte e Penamacor (AECBP)

A AECBP, fundada em 1920, tem contribuído para a promoção da solidariedade, representando empenhadamente as respetivas atividades empresariais e tem imposto a necessária credibilidade, assim como tem fomentado o relacionamento e apoio recíprocos entre os Associados e a Associação.

Mais recentemente, a Associação tem vindo a reorientar os seus vetores estratégicos tendo em conta as alterações no tecido empresarial, ajustando-a aos novos tempos, com a criação de novos serviços orientando-os no sentido da modernização dos mesmos. Para tal, tem promovido o acesso à informação e tem desenvolvido um aconselhamento técnico permanente que auxilie os associados nas suas tomadas de decisões e que os oriente na candidatura aos inúmeros incentivos existentes, contribuindo deste modo para a criação de emprego e para o desenvolvimento do interior e da Cova da Beira.

8.2.2.2.2. Associação Nacional dos Industriais dos Lanifícios (ANIL)

Fundada em 1974, sucedeu à Federação do Sistema Cooperativo que, por sua vez, tinha sucedido à Associação Industrial, fundada em 1889. Com sede na Covilhã, cidade fortemente marcada pela indústria têxtil, a associação tem como associados as empresas do subsetor dos lanifícios, cuja matéria-prima é a fibra da lã. Os serviços prestados por esta associação passam por: relações institucionais, serviços de informação, serviços técnicos, serviços jurídicos, contratação coletiva, moda e design, formação, exposições e congressos.

8.2.2.2.3. Associação Empresarial da Beira Baixa (AEBB)

A Associação Empresarial iniciou a sua atividade em 1987, como delegação regional da AIP - Associação Industrial Portuguesa. Em 1991 a AEBB foi declarada como associação de utilidade pública sem fins lucrativos, de âmbito distrital.

Os primeiros anos da AEBB caracterizaram-se pela aposta na realização de contatos com diversas entidades, no sentido de transmitir as necessidades dos empresários da região e desenvolvimento de atividades no âmbito da formação profissional. Em 1999 abriu a delegação

da Cova da Beira, localizada na Covilhã, que presta apoio aos empresários dos concelhos de Covilhã, Fundão, Belmonte e Penamacor e só em 2014 é que alterou a sua denominação de Associação Empresarial da Região de Castelo Branco (NERCAB) para A.E.B.B. - Associação Empresarial da Beira Baixa.

Tem em vista o progresso da região, tornando o tecido empresarial desta uma referência de excelência, através da promoção do desenvolvimento das atividades económicas nos domínios técnicos, económicos, comerciais, associativos e outras.

A AEBB é uma Associação Empresarial, sem fins lucrativos, de utilidade pública, multissetorial, que centra a sua atuação na promoção e desenvolvimento das atividades económicas do distrito de Castelo Branco, considerando os domínios técnico, comercial e associativo, tendo ainda como desígnio a necessidade de assegurar uma participação de crescimento exponencial em matéria decisiva e programática no que diga respeito às empresas e região, trabalhando de acordo com uma estratégia de proximidade e de cooperação, de modo a tornar o tecido empresarial e a região cada vez mais competitivos e economicamente e socialmente sustentáveis.

Neste mesmo sentido, a AEBB assume como prioridades de atuação, áreas transversais e estruturantes que promovam a competitividade empresarial, a formação, a inovação, o empreendedorismo, a cooperação empresarial, a internacionalização e o financiamento, dinamizando diversos projetos e iniciativas, que resultam de um olhar atento sob as necessidades das empresas e da região, e sustentado por um conjunto de conhecimentos, parcerias, experiência e competências no domínio da qualidade e apoio empresarial, adquirida ao longo de 32 anos de atividade.

8.2.2.2.4. CITEVE – Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário de Portugal

CITEVE é um Centro Tecnológico, organização privada sem fins lucrativos que disponibiliza as empresas do Sector Têxtil e do Vestuário, um portfólio de serviços que inclui ensaios laboratoriais, certificação de produtos, consultoria técnica e tecnológica, I&D+inovação, formação, e moda e design.

A missão do CITEVE é apoiar o desenvolvimento das capacidades técnicas e tecnológicas das indústrias têxtil e do vestuário, através do fomento e da difusão da inovação, da promoção da melhoria da qualidade e do suporte instrumental à definição de políticas industriais para o sector.

Desempenha funções na ótica da promoção, organização e realização de acontecimentos de formação de quadros de empresas, de estágios (laboratoriais e assessoria) à implementação do ensino técnico-profissional.

8.2.2.2.5. CIEBI – Centro de Inovação Empresarial da Beira Interior

A criação, em 1994, do CIEBI (Centro de Inovação Empresarial da Beira Interior), com base nas potencialidades locais e regionais, teve como principal objectivo estimular a Criação e o Desenvolvimento de Empresas Inovadoras, através da sua ligação ao sistema científico tecnológico regional (Universidade e institutos politécnicos) e à Rede Europeia interativa de BIC's (Business Innovation Centres) ou Centros Europeus de Empresas e Negócios reunidos na Associação EBN (European Business and Innovation Centre Network), do qual fazem parte cerca de 200 BIC em toda a europa.

Tem como zonas de influência toda a Beira Interior num total de 25 Concelhos repartidos pelos distritos de Castelo Branco e Guarda e desenvolve ações de acompanhamento técnico às empresas de forma a assegurarem a competitividade das mesmas. Esta instituição assegura ainda a criação de novas empresas e o acompanhamento de investidores.

8.2.2.3. Centros de Formação

8.2.2.3.1. Academia Sénior da Covilhã

A Academia Sénior da Covilhã teve início em fevereiro do ano 2000 com o fim de preencher o tempo livre e de lazer dos munícipes reformados, promovendo e orientando ações de pesquisa, prática, estudo, divulgação e recreio do interesse dos seus associados.

Com um leque variado de atividades a academia promove visitas culturais, idas ao teatro a Lisboa, concertos e óperas, passeios de 4 dias e convívios que integram tradições da região como são o Magusto, o Carnaval ou o Arraial de São João sempre com vista a um menor isolamento por parte dos seniores.

8.2.2.3.2. CFIUTE (Centro de Formação Interação UBI Tecido Empresarial)

A Universidade da Beira Interior (UBI) é uma instituição que sabe responder aos desafios e às rápidas mudanças do mundo atual, procurando, através do Centro de Formação Interação UBI Tecido Empresarial (CFIUTE), organizar um vasto leque de ações de formação e, assim, incorporar nos cidadãos o conhecimento nas mais diversas áreas para que sejam eficazes e

eficientes no mundo sem fronteiras. É uma entidade equiparada a certificada pela Direção Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT).

O CFIUTE foi criado através de um projeto desenvolvido pelo GAAPI, financiado pelo POEFDS e tem por objetivo a oferta de formação e atualização ao longo da vida, para empresários, trabalhadores do setor público e privado, colaboradores e alunos da UBI, bem como incentivar e reforçar a cooperação entre a Universidade e as empresas. Foi a pensar na economia regional, no estímulo ao empreendedorismo e à inovação que a UBI decidiu criar esta estrutura.

Desde a sua abertura, tem promovido diversos cursos de formação para a população ativa e particularmente funcionários da UBI e alunos, em domínios tão diversos como informática, gestão, marketing, termalismo, inovação, empreendedorismo, construção civil, saúde, psicologia e educação.

8.2.2.3.3. AFTEBI - Associação para a Formação Tecnológica e Profissional da Beira Interior

Trata-se de uma associação sem fins lucrativos, com objetivos de utilidade pública, constituída para dar corpo a uma das maiores Escolas Tecnológicas, atualmente em funcionamento no país e, com o propósito de formar pessoas e capacitar as empresas com estes ativos, em áreas tecnológicas e a um nível pós-secundário, conferindo atualmente a Qualificação Profissional de Nível V, através dos Diplomas de Especialização Tecnológica (DET).

Apresenta a seguinte oferta formativa:

- CET em Técnico Especialista em Gestão da Produção (Supervisor de Produção);
- CET em Técnico/a Especialista de Animação em Turismo de Saúde e Bem-estar;
- CET em Técnico/a Especialista de Auditoria a Sistemas de Gestão;
- CET em Técnico/a Especialista em Automação, Robótica e Controlo Industrial;
- CET em Técnico/a Especialista em Comércio Moda;
- CET em Técnico/a Especialista em Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança;
- CET em Técnico/a Especialista em Industrialização de Produto Moda;
- CET em Técnico/a Especialista em Processos de Coloração e Acabamentos Têxteis;
- CET em Técnico/a Especialista em Reabilitação Energética e Conservação de Infraestruturas - Edificações;
- CET em Técnico/a Especialista em Tecnologia Mecatrónica;
- CET em Técnico/a Especialista em Tecnologias e Programação de Sistemas de Informação;
- CET em Técnico/a Especialista em Têxteis Técnicos e Funcionais.

8.2.2.3.4. MODATEX - Centro de Formação Profissional da Indústria Têxtil, Vestuário, Confeção e Lanifícios

O MODATEX, criado em 2011, através de um protocolo constituído entre o Instituto de Emprego e Formação Profissional (I.E.F.P.), a Associação Têxtil e Vestuário de Portugal (ATP), a Associação Nacional das Indústrias de Vestuário e Confeção (ANIVEC/APIV) e a Associação Nacional dos Industriais de Lanifícios (ANIL).

Este Centro tem abrangência nacional: com sede no Porto e delegações em Lisboa e Covilhã e Polos em Vila das Aves e Barcelos. Tem como objetivos contribuir para a melhor coordenação estratégica e operacional da formação, responder eficazmente às necessidades de qualificação, aperfeiçoamento e reconversão das pessoas e das organizações, bem como, apoiar tecnicamente e de forma próxima todos os players da Indústria Têxtil e Vestuário.

O MODATEX segue uma conduta Socialmente Responsável e a sua Política da Qualidade assenta no cumprimento dos requisitos do Sistema de Gestão da Qualidade, tendo em vista a melhoria contínua e a satisfação de todos os Stakeholders.

A criatividade, a competência e a proximidade são os fatores que sustentam e diferenciam os serviços de formação e consultoria do MODATEX que ambiciona ser o Centro de excelência na qualificação, criação de valor para o cluster moda nacional e ser reconhecido internacionalmente.

8.3. Investimento Público Recente

O dinamismo empresarial e económico e o desenvolvimento de um concelho ou região estão fortemente dependentes e correlacionados com os investimentos neles realizados. Deste modo, para se perceber quais são as áreas que mais carecem de desenvolvimento e investimento, é importante conjugar Decreto-Lei feita com a dos investimentos públicos.

O concelho da Covilhã, para ter o protagonismo regional e a oferta de qualidade de vários equipamentos e serviços, tem registado um volume significativo de investimentos públicos, predominantemente de iniciativa autárquica e com recorrendo a fundos comunitários. Se nos dois primeiros Quadros Comunitários de Apoio (QCA), os financiamentos na maior parte do território nacional incidiram na infraestruturação básica dos territórios, a partir do início do século XXI, coincidindo com o QCA III e, seguidamente, com o Quadro de Referência Nacional Estratégico (QREN), alguns concelhos começaram a canalizar esses investimentos para áreas mais específicas e, objetivamente, estratégicas para a promoção do desenvolvimento local. Este foi também o caso da Covilhã.

Atualmente, a decorrer encontra-se o Portugal 2020, a designação atribuída pelo Governo de Portugal ao Acordo de Parceria 2014-2020, formalmente apresentado à Comissão Europeia, no dia 31 de janeiro de 2014. Apresenta a estratégia de Portugal para a aplicação dos Fundos da União Europeia no período 2014-2020, em forte sintonia com as prioridades enunciadas no Plano Nacional de Reformas (PNR) e na Estratégia Europa 2020 e estabelece as prioridades de investimento necessárias para promover no nosso país o Crescimento Inteligente, Sustentável e Inclusivo.

Trata-se do ACORDO DE PARCERIA adotado entre Portugal e a Comissão, que reúne a atuação dos cinco Fundos Europeus Estruturais e de Investimento – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, Fundo de Coesão, Fundo Social Europeu, Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural e Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e Pescas – no qual se definem os princípios de programação que consagram a política de desenvolvimento económico, social e territorial para promover, em Portugal, entre 2014 e 2020. Estes princípios de programação estão alinhados

com o Crescimento Inteligente, Sustentável e Inclusivo, prosseguindo a ESTRATÉGIA EUROPA 2020.

Uma vez findo este acordo de parceria, vigorará a Estratégia Portugal 2030: a linha orientadora das políticas públicas no horizonte 2030 que vem enquadrar os investimentos a apoiar pelos fundos europeus para o período 2021-2027 e estabelecer também a estrutura operacional dos fundos da Política de Coesão para o mesmo período.

No âmbito do QCA III (2000-2006) foram financiados projetos essenciais para o desenvolvimento do concelho da Covilhã e da Cova da Beira, tendo-se conseguido:

- colmatar, ainda, algumas falhas existentes ao nível das infraestruturas rodoviárias e ambientais, destacando-se a construção da ligação ao IP2/A23;
- criar infraestruturas de apoio à atividade económica, destacando-se a Construção da 2ª fase da Zona Industrial de Tortosendo;
- ampliar a rede de equipamentos de utilização coletiva, destacando-se a realização de infraestruturas e da pista de atletismo do Complexo Desportivo Municipal ou a criação do Arquivo Municipal entre outros;
- incrementar a requalificação urbana e valorização patrimonial, destacando-se requalificação urbana da Praça do Município e dos Arruamentos intramuralhas da Covilhã.

O investimento total dos projetos financiados pelo QCA III rondou os 39,5 milhões de euros, sendo que, destes, o volume elegível para comparticipação comunitária foi de aproximadamente 80%. No total a autarquia foi financiada em quase 21 milhões de euros.

Tabela 31 - Projetos públicos aprovados no âmbito do QCAIII, no concelho da Covilhã (Fonte: Câmara Municipal da Covilhã).

Designação	Investimento Total	Valor elegível	Valor comparticipado
Remodelação do edifício do antigo quartel dos bombeiros para Arquivo Municipal	414.183,14	414.183,14	**233.185,11**
Construção do Mercado e Polidesportivo da Vila do Carvalho	756.805,03	462.476,18	**323.733,33**
Construção de Infraestruturas nas Penhas da Saúde-1ª fase	965.499,69	936.859,53	**655.801,67**
Construção da EM entre Vila do Carvalho e Canhoso-2ª fase	875.190,93	853.899,30	**640.424,48**

Construção do Jardim de Infância de Canhoso	371.537,00	363.463,22	**236.251,09**
Renovação do antigo edifício do BNU	679.734,14	674.760,08	**472.332,06**
Construção da Escola Primária do Bairro Municipal	413.796,15	371.590,92	**260.113,64**
Estrada entre Unhais da Serra-Nave de Santo António -2ª fase	1.885.128,34	1.885.091,70	**1.413.818,78**
EN18 – Covilhã/Souto Alto	1.181.452,70	1.159.006,79	**637.453,74**
EN230 Tortosendo/Covilhã	987.889,19	967.934,78	**532.364,13**
Infraestruturas do Complexo Desportivo da Covilhã	3.170.773,44	2.395.002,04	**1.556.751,33**
Pistas de Atletismo do Complexo Desportivo da Covilhã	4.050.378,00	1.496.393,69	**748.196,85**
Remodelação das redes de abastecimento de água e drenagem de esgotos da zona centro da Grande Covilhã – Parte I	1.211.009,00	918.525,68	**688.894,26**
Remodelação das redes de Água e Esgotos da zona sul da Grande Covilhã	390.300,20	365.144,08	**273.858,06**
Construção da EM512-Troço entre Sobral de S. Miguel e Pereiro	1.794.830,00	1.568.092,40	**1.176.069,30**
Prolongamento do eixo TCT entre Tortosendo e EM513	488.650,11	484.140,81	**363.105,61**
Construção da EM512-troço entre Barroca Grande e São Jorge da Beira	1.408.364,19	1.408.364,19	**1.056.273,14**
Ampliação da rede de esgotos de Dominguiso	155.748,19	135.120,51	**101.340,39**
Ampliação da rede de esgotos de Paul	165.940,38	165.940,38	**124.455,29**
Pontão sobre o rio Zêzere entre as povoações de Peso e Pesinho e respetivos acessos	1.812.330,90	1.710.084,16	**1.282.563,12**
Construção da EM entre o edifício da ANIL e o Aeródromo Municipal – 1ª fase	1.509.929,13	1.318.170,12	**988.627,59**
Despoluição da Ribeira da Goldra	423.968,00	313.196,24	**234.897,18**
Despoluição da Ribeira da Carpinteira	928.094,00	629.153,99	**471.865,49**
Construção da rede de esgotos da Bouça-Cortes do Meio	392.954,20	294.100,58	**147.050,29**
Ampliação da rede de drenagem de esgotos e distribuição de águas nas freguesias de Vila do Carvalho e Canhoso	179.971,60	165.937,78	**82.968,89**

Remodelação das redes de águas, esgotos domésticos e rede pluvial do Bairro dos Penedos Altos-Inferior	375.337,99	198.079,11	**99.039,56**
Requalificação urbana dos arruamentos intramuralhas da Covilhã	1.700.777,99	1.745.595,02	**1.211.916,51**
Ampliação e remodelação da Escola Primária do Rodrigo	514.346,00	244.202,68	**158.731,74**
Ampliação e remodelação da Escola Primária do Refúgio	557.246,00	534.277,04	**347.280,08**
Requalificação urbana da Praça do Município e arruamento confluente ao Lrg de Infantaria 21	1.638.994,17	729.012,77	**473.858,30**
Construção da ligação ao IP2/A23	2.509.203,00	2.509.203,00	**1.254.601,50**
Estudo Urbanístico da 2ª fase de infraestruturação das Penhas da Saúde	145.498,40	145.489,40	**101.842,58**
Construção do Reservatório R47 e infraestruturas de saneamento básico-Penedos Altos	559.658,64	533.825,31	**266.912,66**
Construção do ReservatórioR79 e rede de adução – Teixoso	418.783,72	375.337,98	**187.668,99**
Construção da variante ao Sarzedo	331.530,48	286.509,95	**143.254,98**
Construção da 2ª fase da Zona Industrial de Tortosendo	3.331.499,14	2.373.037,57	**1.186.518,79**
Construção do Açude de Covões 2	70.986,46	70.986,46	**49.690,52**
Construção do Reservatório de Água R83 e respetivas Redes de Adução e Distribuição e Ligações das Redes de Esgotos	581.652,86	581.652,86	**436.239,65**
Fornecimento e Instalação dos Equipamentos para o controlo de Qualidade e Telegestão	120.461,99	120.461,99	**90.346,49**
TOTAL	**39.470.434,49**	**31.904.303,43**	**20.710.297,17**

No âmbito do QREN (2007-2013) foram candidatados vários projetos, que se destinavam, sobretudo, não tanto a dotar mas a promover e, sobretudo, a qualificar o território e as redes de equipamentos e infraestruturas existentes.

Muitos destes projetos, que visam a valorização e qualificação dos espaços públicos concorrem de especial forma para o incremento de infraestruturas com especial apropriação do ponto de

vista turístico – potencial endógeno deste território -, como é o caso do Jardim Botânico, do Funicular de S. João, do Auditório Municipal, dos Elevadores atrás mencionados, entre outros.

O investimento total destes projetos já atingiu o montante de 20,5 milhões de euros, sendo que destes, a autarquia será comparticipada em aproximadamente metade do valor. A única candidatura concretizada ao Acordo de Parceria 2014-2020 (Portugal 2020) refere-se ao Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano da Covilhã (PEDU).

Tabela 32 - Projetos públicos aprovados no âmbito do QREN (2007-2013), no concelho da Covilhã (Fonte: Câmara Municipal da Covilhã).

Designação	Investimento Total (€)	Valor elegível (€)	Valor comparticipado (€)
A escola em qualquer lugar – Qualidade e Inovação	76.552,28	56.160,00	**44.928,00**
Qualificação das infraestruturas em Unhais da Serra	3.195.648,92	2.526.045,17	**1.455.027,28**
Parque Florestal	285.205,74	285.205,74	**228.164,59**
Jardim Botânico	478.463,89	419.899,89	**335.919,91**
Parque de Feiras e Festas de Tortosendo	1.763.199,53	321.631,83	**97.396,55**
Requalificação Urbana de arruamentos na freguesia de Boidobra	208.464,90	193.798,89	**155.039,11**
Requalificação Urbana de arruamentos na freguesia de Dominguiso	222.599,98	207.941,34	**166.353,07**
Centro Multifunções de Cantar Galo	438.823,71	307.176,60	**245.741,28**
Centro Multifunções de Vila do Carvalho	1.036.148,00	791.340,71	**420.004,08**
Funicular de São João	1.535.208,00	1.535.208,00	**1.228.166,40**
Requalificação Urbana da Rua Marquês D`Ávila e Bolama e R. da Fábrica Velha	1.198.898,70	1.197.370,95	**718.422,57**
Animação da Parceria Local	687.522,00	687.522,00	**170.491,71**
Elevador do Parque da Goldra	851.475,00	612.150,00	**489.720,00**
Requalificação da Rua Alexandre Herculano e Largo Sra do Rosário	160.868,73	160.868,73	**128.694,98**
Requalificação do Largo das Portas de um Sol e criação de relógio de Sol	125.227,50	125.227,50	**75.136,50**
Beneficiação da EM entre Teixoso e Verdelhos, incluindo ramal do Sarzedo	2.533.305,02	757.801,61	**569.124,17**
Beneficiação da EM Vale da Amoreira-Verdelhos	1.220.168,06	498.038,36	**347.499,94**
Criação do Auditório Municipal da Covilhã	1.800.645,74	1.798.073,14	**1.258.651,20**
Polidesportivo da Coutada	400.766,29	400.697,64	**320.558,11**

Requalificação da Alameda Europa – 2ª Fase	511.839,38	418.353,13	**334.682,50**
Requalificação da EM506-1 entre Ponte Pedrinha e o cruzamento com EN345-1 – 1ªfase	492.949,79	397.248,88	**317.799,10**
Requalificação da EM512 no troço urbano da Barroca Grande	341.068,60	341.068,60	**272.854,88**
Elevador do Jardim Público	958.899,97	869.802,78	**695.842,22**
TOTAL	**20.523.949,73**	**14.908.631,49**	**10.076.218,15**

No âmbito do Portugal 2020, foram candidatados os seguintes Projetos:

Tabela 33 - Projetos públicos aprovados no âmbito do Portugal 2020, no concelho da Covilhã (Fonte: Câmara Municipal da Covilhã).

Designação (€)	**Investimento Total (€)**	**Investimento Elegível (€)**	**Valor Comparticipação (€)**
Requalificação do Edifício da Central de Camionagem e sua envolvente	76 935,54	72 580,70	61 693,60
Requalificação e apetrechamento de Escolas do 1º Ciclo do Agrupamento de Escolas Pêro da Covilhã	577 016,16	549 372,31	466 966,46
Requalificação e apetrechamento de Escolas do 1º Ciclo do Agrupamento de Escolas A Lã e a Neve	190 180,75	182 272,86	154 931,93
Requalificação e apetrechamento de Escolas do 1º Ciclo do Agrupamento de Escolas do Teixoso	160 443,63	103 529,20	87 999,82
Requalificação e apetrechamento de Jardins de Infância	65 760,12	55 352,95	47 050,01
Requalificação e apetrechamento de Escolas do 1º Ciclo do Agrupamento de Escolas Frei Heitor Pinto	460 539,47	366 355,63	311 402,29
Programa de Modernização Administrativa Beiras e Serra da Estrela	149 578,72	125 000,00	106 250,00
Covilhã - A Tecer a Acessibilidade	199 981,21	199 981,21	179 983,09
Realização de Obras de Beneficiação da Escola Básica n.º 2 de Paul	90 000,00	90 000,00	90 000,00
Linha de Apoio à Disponibilização de Redes Wi-Fi	56 798,70	56 798,70	45 000,00

Centro de Inovação Cultural da Covilhã	5 908 945,24	3 561 371,36	3 027 165,66
Criação de rede de bicicletas elétricas para uso público	874 697,19	874 697,19	743 492,61
Centro de incubação e apoio ao empreendedorismo	753 893,12	687 891,34	584 707,64
Reabilitação de edifício para instalação do Centro de Inclusão Social da Covilhã	801 477,98	799 671,40	679 720,69
Reabilitação dos Edifícios do Bairro Social Quinta da Alâmpada do Lote 1 ao Lote 7	404 254,88	362 318,08	307 970,37
Reabilitação dos Edifícios do Bairro Social Quinta da Alâmpada do Lote 24 ao Lote 28	269 856,39	227 135,63	193 065,29
Reabilitação dos Edifícios do Bairro Social Quinta da Alâmpada do Lote 8 ao Lote 15	448 810,68	403 124,64	342 655,94
Reabilitação dos Edifícios do Bairro Social Quinta da Alâmpada do Lote 16 ao Lote 23	408 355,74	367 025,45	311 971,63
Reabilitação dos Edifícios do Bairro Social do Património na Covilhã	170 303,28	139 818,88	118 846,05
Requalificação de edifícios para uso habitacional e de comércio e de espaço público envolvente: Pátio dos Escuteiros	602 199,26	576 063,23	489 653,75
Reabilitação do edifício do Museu da Cidade	193 227,15	193 227,15	173 904,44
Reabilitação dos Edifícios do Bairro Social do Cabeço - Lote 7, 8 e 9	217 814,08	196 797,05	167 277,49
Reabilitação dos Edifícios do Bairro Social do Cabeço Lote 10, 11 e 12	199 656,27	179 586,62	152 648,63
Reabilitação dos Edifícios do Bairro Social do Cabeço - Lote 1, 2 e 3	216 832,81	195 333,17	166 033,19
Reabilitação dos Edifícios do Bairro Social do Cabeço - Lotes 13, 14 e 15	207 956,19	187 191,09	159 112,43
Reabilitação dos Edifícios do Bairro Social Bairro do Cabeço - Lote 4, 5 e 6	216 907,06	195 541,11	166 209,94
Reabilitação dos Edifícios do Bairro Social do Cabeço - Lotes 16, 17 e 18	208 891,88	188 844,22	160 517,59
Fogo Controlado	85 159,20	85 159,20	85 159,20
Protocolo Colaboração - APA	340 000,00	340 000,00	340 000,00
FIC - Faixas de Interrupção de Combustíveis	48 154,50	48 154,50	48 154,50

Colóquios da Neve – 2018	8 222,50	8 222,50	8 222,50
PEPAL	95 458,80	95 458,80	87 822,10
Roteiro "Terras do Volfrâmio e Estanho - História e Memória das Comunidades Mineiras"	893 039,20	463 781,39	300 000,00
FEM - Fundo Emergência Municipal	381 304,26	381 304,26	228 782,56
Valorização do Património Natural do Concelho da Covilhã (Património Natural)	229 655,00	229 655,00	195 206,75
Escola Secundária Frei Heitor Pinto	2 683 522,80	2 655 950,17	2 257 557,64
Apoio à destruição dos ninhos de vespa velutina 2019	10 000,00	10 000,00	10 000,00
Reparação de Infraestruturas e Equipamentos Municipais destruídos na sequência dos incêndios em julho e agosto de 2017	381 301,26	152 521,70	152 521,70
Integração de jovens e/ou adultos no mercado laboral – PEPAL	144 672,00	144 672,00	122 971,20
Industrial	7 812,50	7 812,50	6 250,00
+ ACESSO Promoção de Acessibilidade Inclusiva - Praça do Município e Zona Envolvente (Covilhã)	147 121,45	147 121,45	125 053,23
Construção de Ciclovias no âmbito do Portugal Ciclável	0,00	0,00	190 254,00
Remodelação do Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia da Covilhã	25 974,15	15 000,00	15 000,00
Covilhã - Tecer o Futuro em Igualdade	35 000,00	35 000,00	35 000,00
ELH - Pedido Financiamento de Apoio Técnico Nº15/2020	16 543,50	16 543,50	16 543,50
Este Zêzere que nos une	74 802,45	74 802,45	73 650,49
"Descobrir e experienciar novos territórios"_Estarreja/Aveiro/Covilhã	100 000,00	100 000,00	100 000,00
Festival Cultural das Beiras	49 593,60	49 593,60	0,00
Remoção de fibrocimento na Escola Básica Pêro da Covilhã	157 117,16	151 862,81	151 862,81
Remoção de fibrocimento na Escola Básica Pêro da Covilhã	147 400,16	147 400,16	147 400,16

Remoção de fibrocimento na Escola Básica N.º 2 de Teixoso	57 407,94	49 051,27	49 051,27
Remoção de fibrocimento na Escola Básica de São Domingos	112 583,24	106 141,34	106 141,34
Remoção de fibrocimento na Escola Básica de Vila do Carvalho	41 994,00	30 883,14	30 883,14
FEM - Fundo de Emergência Municipal - Tempestade Elsa e Fabien	690 299,60	690 299,60	414 179,76
Total	21 095 452,77	17 373 272,51	14 793 898,37

Destacam-se o investimento da Câmara da Covilhã na requalificação e modernização dos estabelecimentos de ensino no concelho através da remoção de todas as coberturas de fibrocimento de todo o parque escolar do concelho.

Estas intervenções de remoção de material poluente em elementos construtivos existentes nas escolas, com incorporação de amianto, e que são essencialmente os elementos construtivos de fibrocimento em coberturas dos edifícios e de telheiros, procuraram solucionar um problema que preocupava a comunidade escolar e toda a população.

As obras são comparticipadas em 85% por fundos comunitários. Estas intervenções enquadram-se na política de investimento na educação, levada a cabo pelo atual executivo camarário, tendo já sido investidos cerca de 2,5 milhões de euros em obras realizadas em 15 escolas e estando a decorrer uma intervenção na Escola Frei Heitor Pinto na ordem dos 3 milhões de euros.

Note-se que, todos os projetos e investimentos que a Câmara da Covilhã pretende desenvolver, são devidamente comunicados aos munícipes e demais interessados através da divulgação do seu site, conforme prints infra.



10-08-2020
NOVOS INVESTIMENTOS POTENCIAM TURISMO NA COVILHÃ

Ontem, dia 6 de agosto, a Secretária de Estado do Turismo, Rita Marques, visitou o concelho da Covilhã, acompanhada pelo



29-06-2020
CCDR APROVA FINANCIAMENTO DE LABORATÓRIO TECNOLÓGICO INOVADOR NA COVILHÃ

O projeto PARKURBIS Lab, liderado pelo Parque de Ciência e Tecnologia da Covilhã, em



29-10-2019
MUNICÍPIO DA COVILHÃ CRIA REDE DE MIRADOUROS

A Câmara Municipal da Covilhã vai construir miradouros e remodelar alguns dos já existentes no concelho. Estas intervenções visam a criação de



23-10-2019
PARKURBIS RECEBE FINAL DO TOURISM EXPLORERS

A 3ª edição do maior programa nacional de criação e aceleração de startups na área do Turismo termina já no



14-10-2019
PROJETO INTERMUNICIPAL UNE COVILHÃ E FUNDÃO POR CICLOVIA

A Covilhã e o Fundão vão estar ligados através de uma ciclovia. Este projeto intermunicipal vai contar com um investimento total



09-10-2019
CENTRO DE INCUBAÇÃO E EMPREENDEDORISMO ABRE PORTAS EM 2020

As obras do novo Centro de Incubação e Apoio ao Empreendedorismo da Covilhã decorrem a bom ritmo, estando



15-07-2019
CENTRO DE INOVAÇÃO DO TURISMO INAUGURADO NA COVILHÃ

O NEST ? Centro de Inovação do Turismo, projeto âncora da iniciativa Turismo 4.0 com o objetivo de potenciar Portugal



28-05-2019
INVESTIMENTO INTERNACIONAL RECUPERA PATRIMÓNIO INDUSTRIAL DA COVILHÃ

A antiga Fábrica Francisco Mendes Alçada vai dar lugar a uma residência para estudantes. O projeto, liderado pela empresa

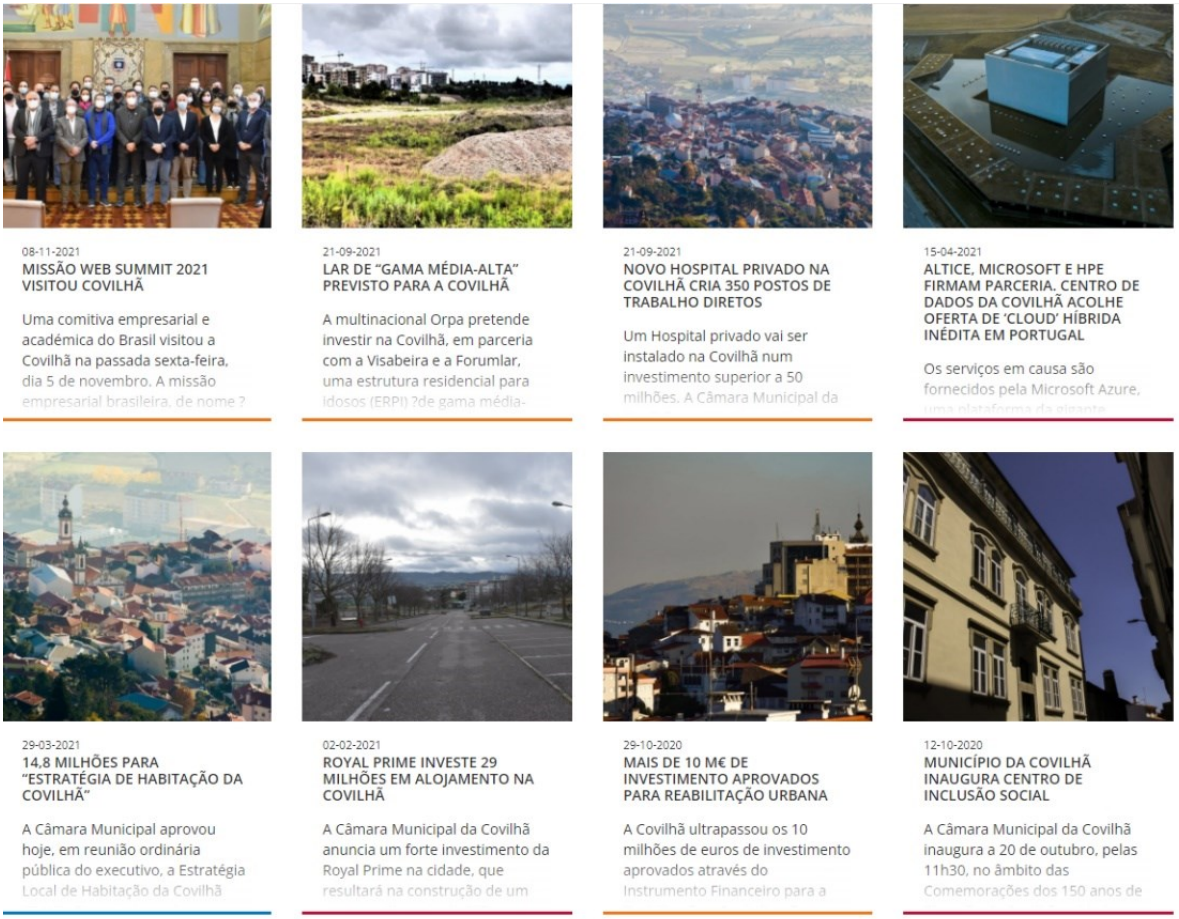


Figura 67 - Prints do Site da Câmara Municipal da Covilhã (Fonte: Município da Covilhã).

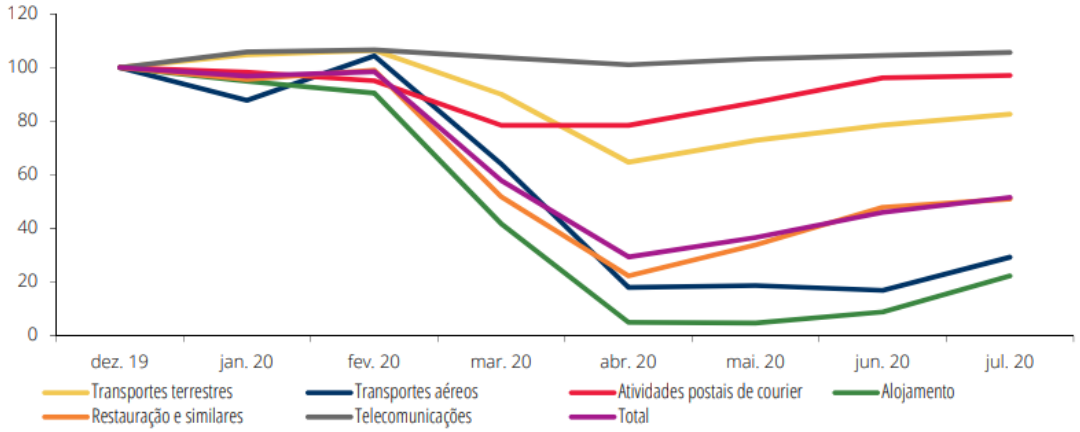
8.4. Impacto da Pandemia COVID-19

Em Portugal, o estado de emergência, obrigou ao encerramento temporário de diversas atividades e incluiu um dever geral de confinamento, com o encerramento de fronteiras e fortes restrições à livre circulação. Com o fim do estado de emergência, as medidas de contenção foram progressivamente flexibilizadas, mas permaneceram numerosas limitações à atividade

No contexto atual, é interessante perceber em que medida as diferenças na estrutura produtiva se relacionam com a exposição da economia aos efeitos da recente pandemia de COVID-19. De acordo com o Inquérito Rápido e Excecional às Empresas – COVID-19 (COVID-IREE), o impacto negativo no volume de negócios das empresas foi generalizado, mas assumiu intensidades diferentes por setor.

A pandemia de COVID-19 e as medidas de distanciamento social adotadas para conter a crise sanitária implicaram uma queda significativa na atividade económica na primeira metade de 2020. No entanto, o impacto sobre as diversas economias foi diferenciado em função da especialização setorial. Neste contexto, destaca-se um impacto maior no Alojamento e restauração, nos Transportes e nas Atividades artísticas e recreativas.

Gráfico 35 - Impacto da Pandemia Covid-19 sobre diversas atividades económicas, a nível nacional (Fonte: Boletim Económico, Banco de Portugal, 2020).



Fonte: INE (cálculos do Banco de Portugal). | Notas: Valores deflacionados, ajustados de efeitos de calendário e de sazonalidade. As Atividades postais de courier correspondem a atividades de recolha, tratamento, transporte e distribuição, nacional e internacional de envios postais por empresas não sujeitas a obrigações de serviços universal.

A resposta da política económica foi mais célere e de maior magnitude e abrangência do que no passado. Com o objetivo de conter os efeitos negativos sobre a situação financeira das famílias, das empresas e do sistema financeiro, bem como criar as condições para uma mais rápida recuperação, foram implementadas num curto espaço de tempo várias medidas de política monetária, orçamental, prudencial e de supervisão:

1. Regime simplificado de redução temporária do período normal de trabalho ou suspensão do contrato de trabalho, vulgarmente designado por lay-off simplificado, permitiu reduzir os custos com a mão--de-obra e a sustentação do emprego.
2. O Governo português aprovou um regime de moratória de crédito para as famílias, sem originar uma situação de incumprimento ou de reestruturação do crédito.
3. Criação de linhas de crédito com garantia pública pretende suprir necessidades de liquidez decorrentes do impacto da pandemia.

A nível nacional, a crise pandémica e a necessidade de distanciamento social promoveram adaptações laborais. Os resultados do Inquérito Rápido e Excecional às Empresas – COVID-19 (COVID-IREE) identificam o teletrabalho como uma estratégia que permitiu às empresas manter o pessoal efetivamente a trabalhar no segundo trimestre do ano. No total dos setores incluídos

no COVID-IREE, o regime de teletrabalho foi utilizado por cerca de metade das empresas ao longo do segundo trimestre, abrangendo aproximadamente 21% dos trabalhadores. Também o Concelho da Covilhã se soube adaptar a estas alterações.

A utilização do teletrabalho depende das próprias caraterísticas das funções desempenhadas sendo, por isso, muito heterogénea em termos de profissões e setores de atividade. Os setores do Alojamento e restauração, da Construção, o Setor primário e os setores da Indústria transformadora e da Saúde registaram as menores percentagens de teletrabalho relativamente ao emprego total do setor. Pelo contrário, os setores das Atividades de informação e comunicação, das Atividades financeiras, da Educação, e das Atividades de consultoria, técnicas e científicas apresentaram percentagens de utilização do teletrabalho superiores a 60% no segundo trimestre de 2020.

No seguimento da resposta dada pelo Governo ao impacto da Pandemia Covid-19, o Município da Covilhã, implementou também medidas para responder aos impactos da Pandemia, tais como:

1. Adoção do Teletrabalho;
2. Definição de Escalas de Serviço;
3. Possibilidade de restaurantes e similares não interromperem o seu funcionamento, através de venda ao postigo, take away e/ou alteração do horário de funcionamento.

Estas medidas permitiram colmatar os impactos negativos de outras medidas extraordinárias, tomadas em sede de Grupo de Gestão de Plano de Contingência para todo o território concelhio, incluindo entidades públicas e privadas, que tiveram de ser implementadas para fazer face ao aumento do número de casos positivos:

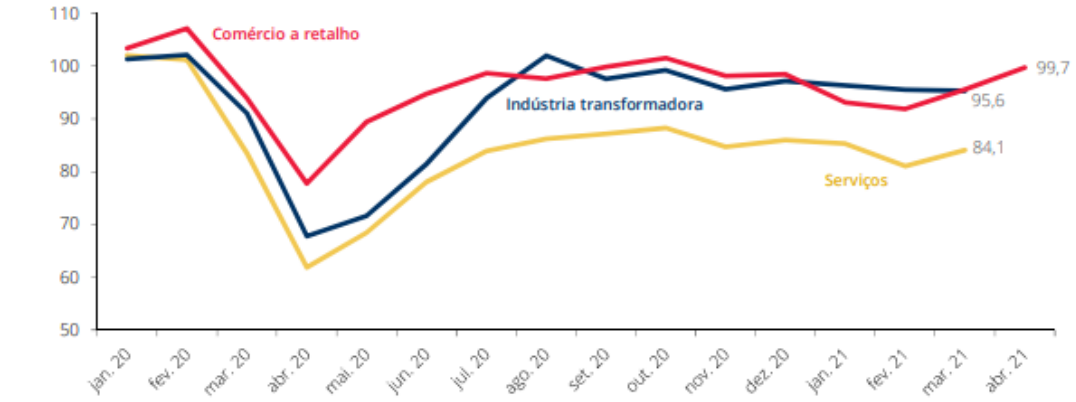
1. Encerramento de Equipamentos e Edifícios Públicos.
2. Limitação das lotações em Edifícios e Transportes.
3. Suspensão das Festas de Verão.
4. Cancelamento de Eventos Públicos.
5. Proibição de atividades em contexto académico.

Todas estas medidas tiveram, direta ou indiretamente, impacto na economia Concelhia, no entanto, o Concelho da Covilhã conseguiu adaptar-se a esta situação singular que atinge não só todo o território nacional, mas também internacional nas mais diversas áreas.

Em 2021, ainda se sente o impacto do choque pandémico e, segundo o Boletim Económico do Banco de Portugal (junho de 2021), conclui-se o seguinte:

1. O impacto negativo concentrou-se no consumo privado e nas exportações de serviços, em particular de turismo.
2. No segundo trimestre a situação económica melhorou com o levantamento gradual das medidas de contenção.
3. Os indicadores para o segundo trimestre apontam para uma recuperação do consumo privado face ao trimestre anterior e para a manutenção de uma evolução favorável no investimento.
4. As exportações deverão crescer face ao trimestre anterior, mantendo-se diferenças na recuperação face aos níveis pré-pandémicos entre bens e serviços.

Gráfico 36 - Impacto da Pandemia Covid-19 sobre os sectores económicos, a nível nacional (Fonte: Boletim Económico, Banco de Portugal, 2021).



Fontes: Banco de Portugal e INE. | Notas: Dados corrigidos de sazonalidade e de efeitos de calendário. Os indicadores Comércio a retalho e Serviços correspondem aos índices de volume de negócios (deflacionado no caso do comércio a retalho) e o da Indústria transformadora ao Índice de produção industrial.

Assim, espera-se agora uma evolução favorável no crescimento económico a nível nacional que terá, certamente, impacto na estrutura económica e produtiva do Concelho da Covilhã.

9. Caracterização Biofísica

A caracterização biofísica visa sistematizar os aspetos estruturantes da paisagem e o funcionamento do território, no sentido de identificar e diagnosticar os valores presentes, as aptidões do território enquanto suporte de atividades humanas e, também, as potencialidades os condicionalismos existentes sob o ponto de vista biofísico e paisagístico.

A caracterização considera os seguintes aspetos: clima, morfologia do território, hidrografia, recursos hídricos, geologia, biodiversidade, paisagem e as potenciais disfunções ambientais nas suas diversas vertentes.

Para a elaboração do presente capítulo recorreu-se a uma enorme diversidade de fontes de informação, cartografia temática específica, e, naturalmente, ao trabalho de campo efetuado.

9.1. Climatologia

A climatologia é um dos ramos da Geografia física que estuda o clima e o tempo. Esta ciência dedica-se aos estudos dos fenómenos climáticos, classificação dos climas e a interferência das ações dos seres humanos no clima mundial.

A climatologia é uma ciência muito importante, visto que diversas atividades humanas como a agricultura, economia, comércio, entre outros, dependem de dados do clima para tomar resoluções. Um agricultor, por exemplo, necessita das informações relativas ao clima para saber quando, quanto e como poderá plantar e colher determinado produto agrícola.

Com o uso da tecnologia moderna, principalmente dos satélites, a climatologia atual oferece dados e informações cada vez mais precisas sobre chuvas, secas, temporais, furacões, geadas, entre outros. As informações de médio e longo prazo, que antes eram inexatas, agora apresentam alto grau de acerto pela climatologia.

Também com as mudanças climáticas que temos verificado nas últimas décadas, principalmente o aquecimento global, a climatologia tem vindo a tornar-se cada vez mais importante, uma vez que esta ciência oferece dados capazes de sinalizar o aumento ou diminuição das temperaturas no nosso planeta.

São as estações meteorológicas, locais onde, com instrumentos (ou sensores eletrónicos) de medição e registro das variáveis meteorológicas, são recolhidos dados para análise do tempo, que fornecem os dados supra mencionados servindo, assim, para uma infinidade de coisas, entre as quais: programação de eventos, tipo de roupa a usar, salvaguarda de vidas humanas e bens, pinturas de vias rodoviárias, obras de construção civil, plano de férias, estudos climatológicos, escolha de rotas perante fenómenos adversos, entre muitos outros.

Começa-se por descrever e analisar os diversos meteoros que caracterizam as estações meteorológicas do concelho. Optou-se por utilizar a informação disponível das seguintes estações:

1. Estação Meteorológica da Covilhã cuja latitude é de 40.26 graus, longitude -7,48 graus e altitude 482m;

2. Estação Meteorológica da Aldeia do Souto (latitude 40,35 graus, longitude -7,38 graus e altitude 468m);

3. Estação Meteorológica do Teixoso (latitude 40,18 graus, longitude -7,24 graus e altitude 460m) para comparação de alguns meteoros.

A classificação de Köppen- Geiger é o sistema de classificação global climatérico mais utilizado aquando análise da previsão do tempo e na definição do clima. Portugal Continental, mais especificamente, Castelo Branco, encontra-se no grupo climático mediterrânico Csa – isto é: clima mediterrânico de verão quente (Csa) – a média do mês mais frio é superior a 0 °C ou −3 °C, pelo menos um mês tem temperatura média acima de 22 °C e ao menos quatro meses apresentam média superior a 10 °C. Ocorre ao menos três vezes mais precipitação no mês mais chuvoso do inverno do que no mês mais seco do verão, e o mês mais seco do verão recebe menos de 30 mm.

De uma forma genérica, o clima do concelho de Covilhã corresponde perfeitamente às características de um clima mediterrâneo: verão sem chuva, com muitas horas de sol e quente,

em alternância nítida com uma estação fresca durante a qual se sucedem desordenadamente os dias de chuva, as abertas de sol e com eventual ocorrência de neve nas terras altas. No entanto, a presença da Serra da Estrela, como massa de relevo de grandes dimensões, funciona como elemento regulador de um microclima, e deste modo influência o clima, principalmente a precipitação e os ventos.

Os gráficos abaixo mencionas são referentes ao ano civil de 2021, da estação meteorológica da Covilhã com previsões para os meses de novembro e dezembro.

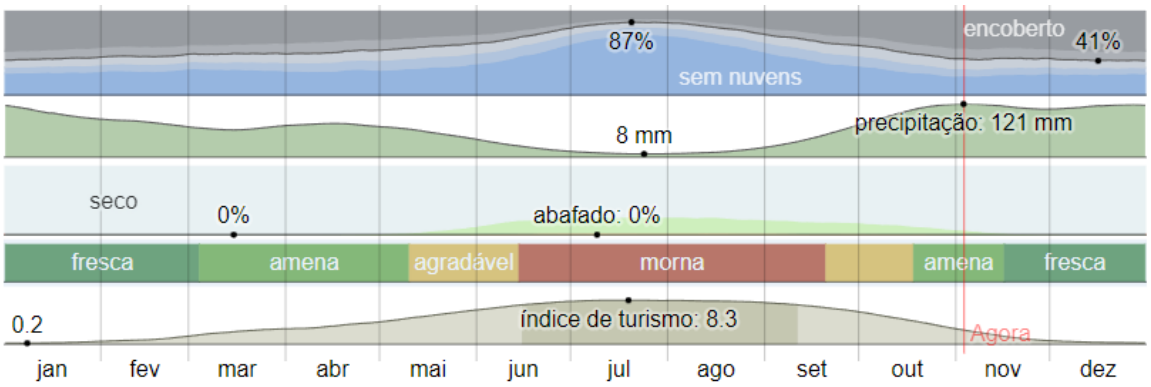


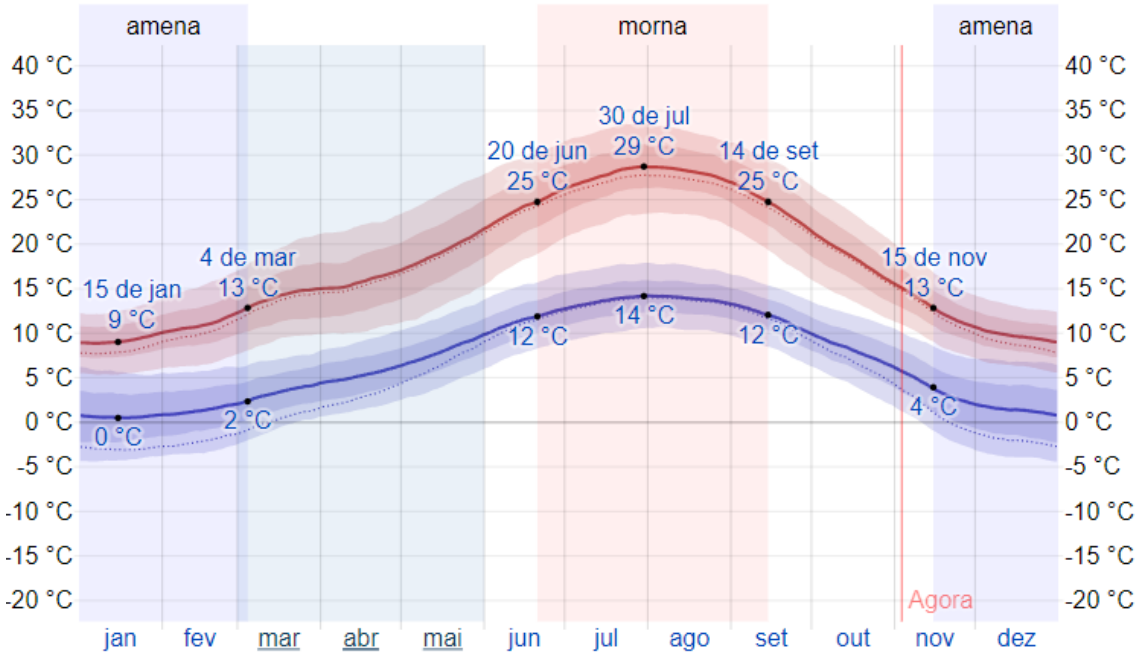
Figura 68 – Clima segundo Estação Meteorológica da Covilhã (Fonte: Site weatherspark.com, 2021).

9.1.1. Temperatura

As condições atmosféricas de um determinado local são influenciadas pela combinação de algumas grandezas físicas denominadas por elementos climáticos: temperatura do ar, vento à superfície, pressão atmosférica, nebulosidade, humidade relativa do ar, entre outros.

O tempo e o clima são duas formas de descrever as mesmas variáveis utilizando diferentes escalas temporais: tempo definido ou intervalo de tempo definido, respetivamente.

Os valores registados na estação meteorológica da Covilhã dão uma ideia, da variação da temperatura ao longo do ano, no concelho da Covilhã.



Média	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
Alta	9 °C	11 °C	14 °C	16 °C	19 °C	24 °C	28 °C	28 °C	24 °C	18 °C	13 °C	10 °C
Temp.	4 °C	6 °C	9 °C	10 °C	14 °C	18 °C	21 °C	21 °C	18 °C	13 °C	8 °C	5 °C
Baixa	1 °C	1 °C	3 °C	5 °C	8 °C	12 °C	14 °C	14 °C	12 °C	8 °C	4 °C	1 °C

Figura 69 - Temperatura máxima e mínima, estação meteorológica Covilhã (Fonte: weatherspark.com, 2021).

Da análise do gráfico, conclui-se que, as temperaturas máximas não ultrapassam os 30ºC nos meses de verão enquanto as mínimas chegam a atingir 0ºC em janeiro. As amplitudes térmicas são acentuadas e a sua ocorrência deve-se à continentalidade desta região que provoca um forte arrefecimento nos meses de inverno.

A estação quente permanece por 2,8 meses, de 20 de junho a 14 de setembro, com temperatura máxima média diária acima de 25 °C. O mês mais quente do ano na Covilhã é agosto, com a máxima de 28 °C e mínima de 14 °C, em média.

A estação fresca permanece por 3,7 meses, de 15 de novembro a 4 de março, com temperatura máxima diária em média abaixo de 13 °C. O mês mais frio do ano na Covilhã é janeiro, com máxima de 9°C e mínima de 1°C, em média.

9.1.2. Precipitação

Designa-se por "precipitação" todo o conjunto de partículas de água, quer no estado líquido, no estado sólido ou nos dois, que caem da atmosfera e que atingem a superfície do globo. A chuva, a neve e o granizo são, portanto, diferentes formas de precipitação. Nas previsões meteorológicas por vezes aparece a indicação de "chuva", outras de "aguaceiros" e outras até de "chuva ou aguaceiros", por este motivo, é necessário definir estes conceitos:

✓ A chuva é a precipitação de partículas de água no estado líquido, que caem sob a forma de gotas de diâmetro geralmente superior a 0,5 mm, com velocidade em geral superior a 3 m/s e em regra de forma bastante uniforme.

✓ O aguaceiro é um período de chuva caracterizado por começar e terminar de forma brusca, frequentemente com variações rápidas de intensidade e pela alternância rápida do aspeto do céu, isto é, prevê que haja grande alternância, quer do ponto de vista espacial de local para local.



Figura 70 - Precipitação total, estação meteorológica da Covilhã (Fonte: Site weatherspark.com, 2021).

Da observação do gráfico, conclui-se que a estação de maior precipitação dura 8,1 meses, de 24 de setembro a 28 de maio, com probabilidade acima de 19%. O mês com maior número de dias com precipitação na Covilhã é novembro, com média de 9,8 dias com pelo menos 1 milímetro de precipitação e com probabilidade máxima de 34% a 31 de outubro.

A estação seca dura 3,9 meses, de 28 de maio a 24 de setembro. O mês com menor número de dias com precipitação na Covilhã é julho, com média de 1,6 dia com pelo menos 1 milímetro de precipitação e com uma probabilidade de precipitação de 4%.

9.1.2.1. Chuva

Para demonstrar a variação entre os meses e não apenas os totais mensais, mostra-se em baixo a precipitação de chuva acumulada durante um período contínuo de 31 dias ao redor de cada dia do ano. A Covilhã tem uma variação sazonal extrema na precipitação mensal de chuva.

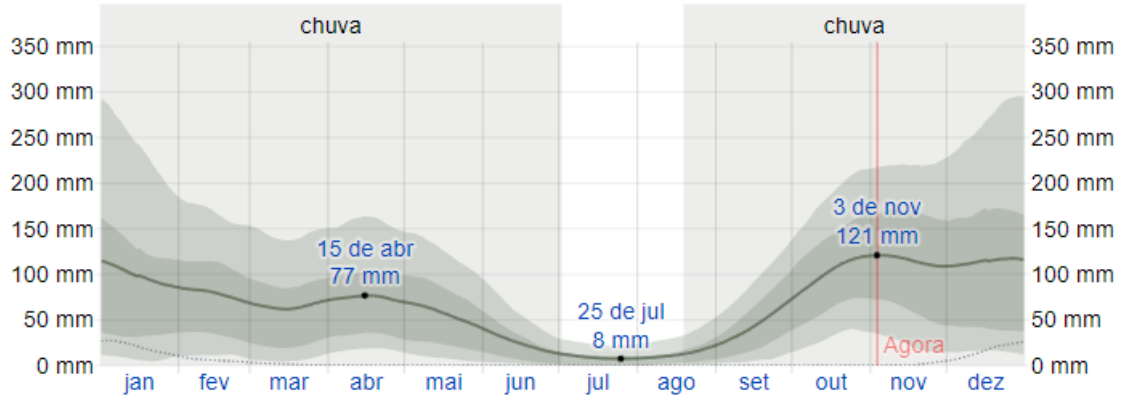


Figura 71 - Chuva mensal média, estação meteorológica da Covilhã (Fonte: Site weatherspark.com, 2021).

9.1.2.2. Neve

Ainda que a uma altitude relativamente baixa, 482m, são significativos os dias de neve ocorridos na Covilhã, atendendo à latitude de Portugal.

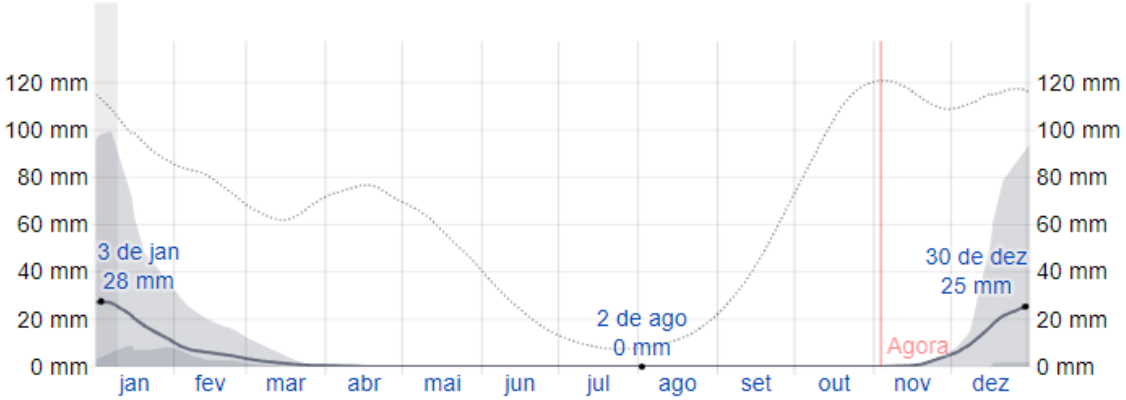


Figura 72 - Precipitação de neve mensal, estação meteorológica da Covilhã (Fonte: Site weatherspark.com, 2021).

Como no caso da precipitação de chuva, consideramos a precipitação de neve acumulada durante um período contínuo de 31 dias ao redor de cada dia do ano. A Covilhã passa por uma variação sazonal moderada na precipitação de neve mensal.

Da observação do gráfico, conclui-se que o período de neve do ano dura 1,6 semana, de 30 de dezembro a 9 de janeiro, com precipitação de neve média móvel de no mínimo 25 milímetros. O mês com mais neve na Covilhã é janeiro, com precipitação de neve média de 20 milímetros.

9.1.3. Humidade Relativa

A humidade relativa é a quantidade de água na forma de vapor que existe na atmosfera, no momento, em relação ao total máximo que poderia existir, na temperatura observada.

Importa dizer que o ar atmosférico é composto por vários tipos de gases, como sejam o oxigénio, o azoto, o hidrogénio, o dióxido de carbono, entre outros. Estes compõem o ar com percentagens que se mantém numa linha de estabilidade. O outro componente do ar atmosférico é o vapor de água, sendo que a sua quantidade é bastante variável. Então, temos o ar seco composto pelos gases e o ar húmido composto pelo ar seco e pelo vapor de água. É da variação do vapor de água na atmosfera que se estabelecem os níveis de humidade relativa.

Quando a humidade relativa se situa em níveis altos, esta aumenta a sensibilidade do corpo humano às temperaturas do ar. Assim, nos dias mais quentes, as pessoas têm maior sensação de calor quando a humidade relativa do ar é mais elevada.

A sensação de humidade na Covilhã, medida pela percentagem de tempo em que o nível de conforto de humidade é abafado, opressivo ou extremamente húmido, não varia significativamente ao longo do ano, permanecendo praticamente contante o ano inteiro, tal como o gráfico infra demonstra.

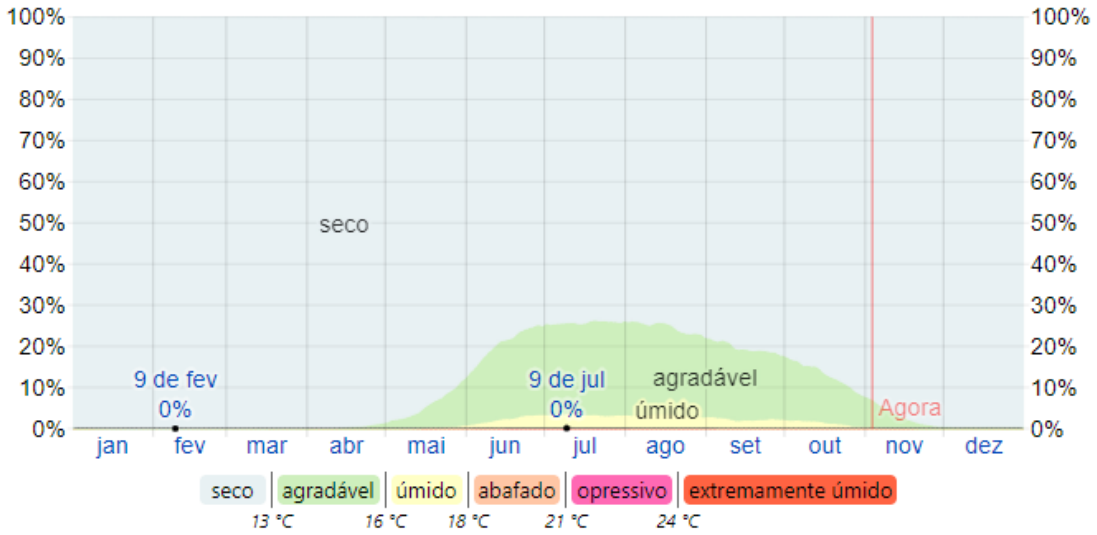


Figura 73 - Níveis de conforto de Humidade, Estação Meteorológica da Covilhã (Fonte: Site weatherspark.com, 2021).

9.1.4. Vento

As diferenças de pressão atmosférica causam o movimento do ar, isto é, o vento. O mesmo tem origem térmica diretamente relacionada com a radiação solar e com processos de aquecimento das massas de ar. Formam-se a partir de influências naturais: continentalidade, altitude, latitude, entre outras.

A classificação do vento assenta na direção do mesmo, que é indicada pelos oito rumos: N, NE, E, SE, S, SW, W, NW e da intensidade que, para fins gerais, é expressa (em termos de intensidade média em 10 min) por:

- ✓ Vento fraco < 8 nós < 15 km/h;
- ✓ Vento moderado 8 a 19 nós 15 a 35 km/h;
- ✓ Vento forte 20 a 30 nós 36 a 55 km/h;
- ✓ Vento muito forte 31 a 42 nós 56 a 75 km/h;
- ✓ Vento excep. forte > 42 nós > 75 km/h.

O vento é uma dinâmica muito importante a nível planetário, uma vez que interfere, no geral, com o clima, o relevo, a temperatura, a formação da chuva e, mais especificamente, na ocorrência de fenómenos extremos com o caso dos incêndios rurais.

A sensação de vento num determinado local é altamente dependente da topografia local e de outros fatores. A velocidade e a direção do vento num instante variam muito ao longo do ano.

A velocidade horária média do vento na Covilhã passa por variações sazonais pequenas ao longo do ano.

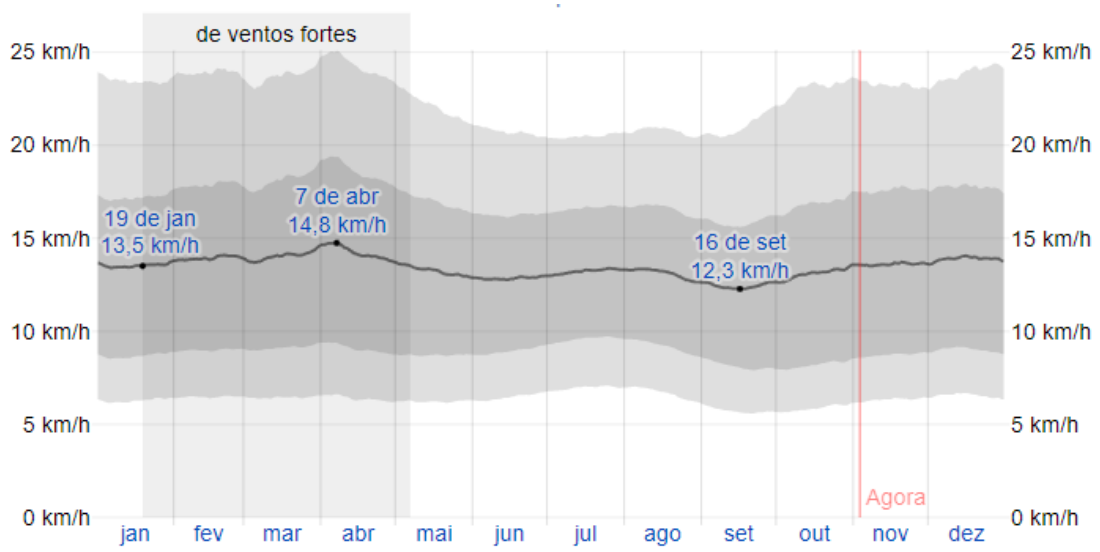


Figura 74 - Velocidade média do vento, estação meteorológica da Covilhã (Fonte: Site weatherspark.com, 2021).

Da observação do gráfico, conclui-se que a época de mais ventos no ano dura 3,6 meses, de 19 de janeiro a 6 de maio, com velocidades médias do vento acima de 13,5 quilômetros por hora. O mês de ventos mais fortes na Covilhã é abril, com 14,2 quilômetros por hora de velocidade média horária do vento.

A época mais calma do ano dura 8,4 meses, de 6 de maio a 19 de janeiro. O mês de ventos mais calmos na Covilhã é setembro, com 12,4 quilômetros por hora de velocidade média horária do vento.

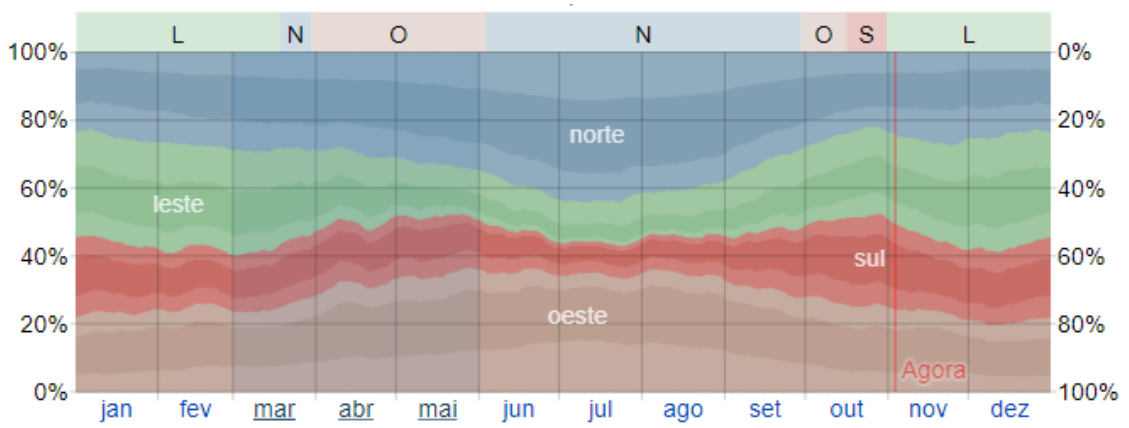


Figura 75 - Direção do vento, estação meteorológica da Covilhã (Fonte: Site weatherspark.com, 2021).

Da análise do gráfico supramencionado, conclui-se que o vento mais frequente vem do Norte durante 1,7 semanas, de 18 de março a 30 de março e durante 3,9 meses, de 3 de junho a 29 de setembro, com uma percentagem máxima de 44% a 10 de julho. O vento de Oeste dura cerca de 2,1 meses, de 30 de março a 3 de junho e durante 2,4 semanas, de 29 de setembro a 16 de outubro, com uma percentagem máxima de 37% no dia 28 de maio. Há ainda a referir o vento de Leste que tem um período de 4,6 meses, de 31 de outubro a 18 de março, com uma percentagem máxima de 31% a 1 de janeiro.

9.1.5. Exposição Solar

Portugal é considerado um país com uma localização excelente em exposição solar.

A radiação solar constitui um importante fator natural do clima da Terra pois influência, significativamente, o ambiente. A parte ultravioleta do espectro solar (UV) desempenha um papel determinante em muitos processos na biosfera, possuindo muitos efeitos benéficos, podendo, paralelamente, causar graves prejuízos para a saúde se o nível de UV exceder os limites de "segurança" e não sejam tomadas as devidas precauções.

As ações decorrentes das atividades humanas que atingem a atmosfera, poluindo o ar e influenciando a camada de ozono, afetam também a radiação UV que chega à superfície. Consequentemente, a radiação UV é um parâmetro ambiental altamente variável no espaço e

no tempo. Existem componentes atmosféricos que podem contribuir também para uma atenuação (por absorção e/ou por difusão) da radiação UV-B na atmosfera como as nuvens, o aerossol atmosférico e até o próprio ar. Existem ainda outros fatores que podem contribuir para o aumento da radiação UV-B como as reflexões das nuvens, neve, areia, etc.

As variações da radiação UV-B resultam das variações na espessura do ozono estratosférico e, devido à redução global da espessura da camada de ozono que, consequentemente, levaram a um aumento no interesse pela medição e previsão da radiação UV-B.

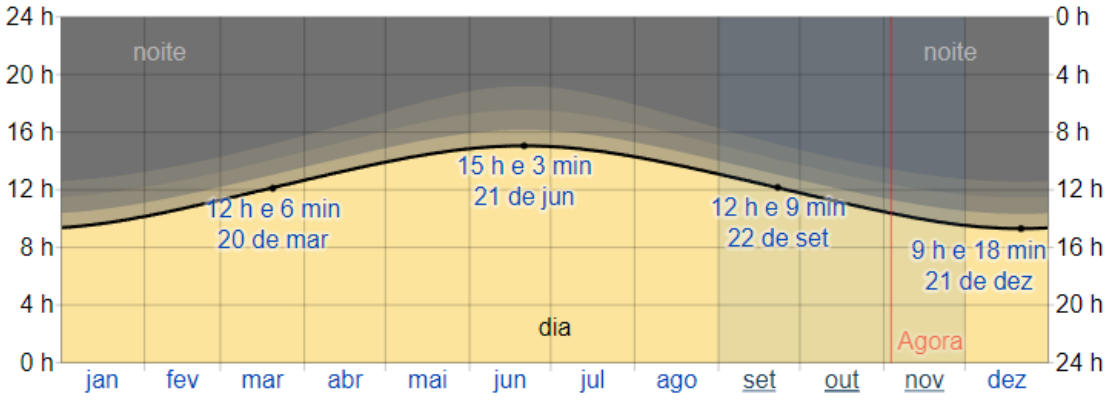


Figura 76 - Horas de luz solar, estação meteorológica da Covilhã (Fonte: Site weatherspark.com, 2021).

A duração do dia em Covilhã varia substancialmente ao longo do ano. Em 2021, o dia mais curto será 21 de dezembro, com 9 horas e 18 minutos de luz solar. O dia mais longo é 21 de junho, com 15 horas e 3 minutos de luz solar.

9.2. Morfologia do Território

Do ponto de vista morfológico (peça desenhada 3), consideram-se três unidades no concelho da Covilhã: a Cova da Beira, as vertentes da Serra da Estrela e o planalto da Torre.



Figura 77 - Cova da Beira, Serra da Estrela e Planalto da Torre, respetivamente (Fonte: Google).

A distribuição hipsométrica permite constatar estas três realidades morfológicas: entre as classes hipsométricas 300-700 metros delineia-se perfeitamente a depressão da Cova da Beira com um uso agrícola predominante. As classes hipsométricas seguintes, dos 700 aos 1400 metros, são o grosso do vertente sul/sudeste da Serra da Estrela, onde num primeiro patamar predomina a floresta, para mais próximo do planalto dominar a vegetação herbácea e os

afloramentos graníticos. Por fim, nas classes hipsométricas mais altas, 1400 metros até aos 1993 metros na Torre (já fora do concelho), é a presença da zona planáltica de altitude aparentemente desértica que se faz sentir.

Os declives (peça desenhada 4), correspondem à inclinação morfológica do terreno constituindo um facto topográfico de relevância. A carta de declives permite representar e caraterizar um determinado terreno, constituindo um indicador fundamental para o planeamento, dado que que permite que se compreenda um conjunto de elementos referentes à dinâmica natural do meio físico.

É de salientar que, a Covilhã, apresenta declives superiores a 24% representando metade da área do concelho, o que não surpreende atendendo à vasta área ocupada pelas encostas declivosas da vertente sul/sudeste da Serra da Estrela.

Sobressaem ainda, as áreas com declives menores que 12%, que ocupam cerca de 20% da área concelhia, e que correspondem às áreas planas do vale do Zêzere da Cova da Beira e às zonas planálticas envolventes à Torre.

No que se refere à caracterização da orientação de encostas, há um predomínio das encostas viradas a Norte e Noroeste, sendo também frequentes as orientações a Sul e suas variantes.

9.3. Hidrografia

A zona em que se insere o concelho de Covilhã é tida como uma zona de condensação intensa, e daí o seu clima ser particularmente pluvioso, com precipitação anual superior a 1200 mm. A circulação das águas de infiltração, facilitada pela densa rede de diáclases de granito, geralmente alterado, origina numerosas fontes e nascentes. Os cursos de água principais do concelho de Covilhã são o rio Zêzere e as ribeiras de Unhais da Serra, de Cortes, de Corges e a Ribeira das Inguias. O Zêzere, como todos os rios portugueses, é de caudais irregulares, sofrendo grandes estiagens de Verão, apresentando, por vezes, cheias de Inverno mas com um caudal médio algo débil. Esta irregularidade de caudais está inteiramente ligada à pluviosidade verificada com a ocorrência das chuvas. No concelho, o Rio Zêzere percorre 55,3 km, sendo um total de ribeiras permanentes e não permanentes, de 2834, no concelho da Covilhã.

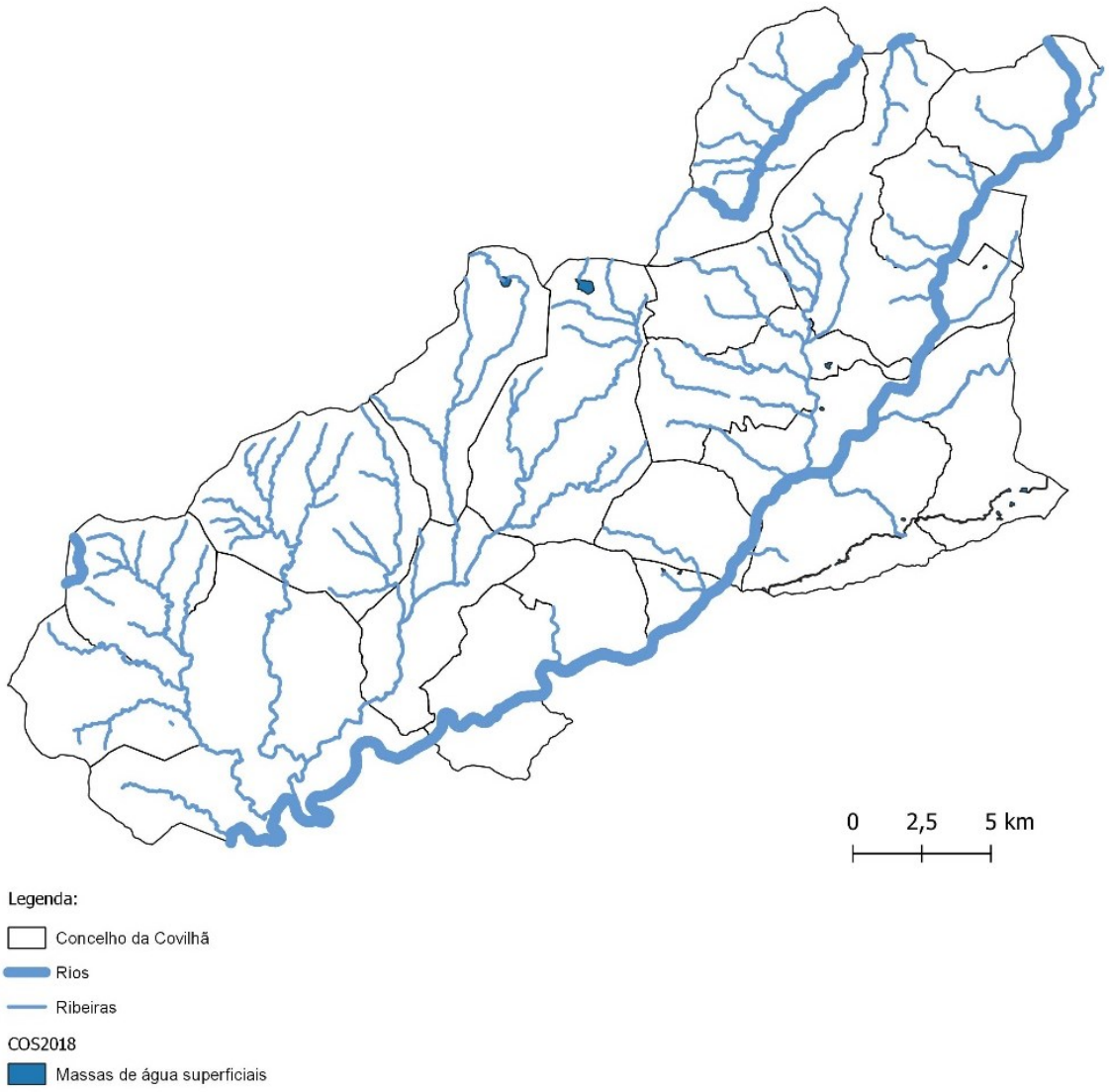


Figura 78 - Mapa Hidrográfico do Concelho da Covilhã (Fonte: Município da Covilhã).

9.3.1. Águas Superficiais

Denominam-se águas superficiais todas aquelas que não penetram no sub-solo Estas correm ao longo da superfície de um terreno, acabando por entrar em ribeiras, lagos ou rios. Podem ainda ser denominadas de águas superficiais todas aquelas que estão armazenadas numa represa ou barragem. Este tipo de águas têm uma composição muito variável, consoante as características

do local onde correm e as épocas do ano, apresentando geralmente elevada turvação no Outono e no Inverno, e algas na Primavera e no Verão.

De uma forma geral, o concelho insere-se numa zona de condensação intensa, tornando o clima covilhanense particularmente pluvioso, com uma precipitação anual superior a 1200 mm. Este facto associado à densa rede de diáclases de granito, origina uma intensa circulação de águas de infiltração, e consequentemente uma rede hidrográfica densa, com a ocorrência de numerosas fontes e nascentes. Os cursos de água principais são o rio Zêzere e as ribeiras de Unhais da Serra, do Paul, de Cortes, de Corges e a da Caria.

O rio Zêzere tem caudais irregulares, sofrendo grandes estiagens de verão, apresentando, por vezes, cheias de inverno, mas em geral com um caudal médio débil. Esta irregularidade de caudais está inteiramente ligada à intermitência de pluviosidade verificada com a ocorrência das chuvas.

Muitas das inúmeras e pequenas ribeiras não são de regime permanente, todavia, devido ao estabelecimento dos seus leitos segundo as linhas de maior declive, o volume e velocidade de escoamento da massa líquida, durante as épocas chuvosas, são de tal ordem que, arrastando grande quantidade de material rochoso, vão cavando o leito, e encaixando-se cada vez mais. Daí, o retalhamento progressivo dos flancos da Serra da Estrela, por vales de vertentes muito íngremes, que dão à região o relevo áspero que se observa.

Existem, contudo, outros afluentes de menor importância, mas com relevância localizada, pois para além de contribuírem para o encaminhamento e escoamento da água precipitada, são importantes para outras ações humanas, tais como práticas agrícolas, atividades de recreio e/ou lazer

No concelho a bacia hidrográfica do rio Zêzere assume especial importância pela sua dimensão e um conjunto de sub-bacias representadas na figura e das quais se destaca a ribeira do Paul ou Cortes com uma área de bacia de 178 km2 e o comprimento do curso de água de 25,5 km.

O rio Ceira, afluente da bacia hidrográfica do Mondego, apesar de ter presença no concelho, é numa extensão muito reduzida e praticamente sem expressão na rede hidrográfica concelhia.

Tabela 34 - Rios e Ribeiras do Concelho da Covilhã (Fonte: Município da Covilhã).

Rio Zêzere	Ribeiras
	Ribeira da Goldra
	Ribeira da Carpinteira
	Ribeira de Unhais da Serra
	Ribeira das Casinhas
	Ribeira de Beijames
	Ribeira da Pontinha
	Ribeira da Erada
	Ribeira da Cerdeira
	Ribeira de Caria (Enguias)
	Ribeira da Água Alta
	Ribeira do Corges
	Ribeira de Casegas
	Ribeira da Cebola
	Ribeira do Porsim
	Ribeira da Aldeia do Carvalho

Em termos de recursos hídricos é também de assinalar a presença de duas barragens: a barragem do Covão Ferro e a barragem da Cova do Viriato.

A barragem do Covão Ferro, na ribeira de Alforfa, foi construída em 1956 e possui capacidade para produção de energia elétrica, com o NPA na cota 1573,4 metros e com uma capacidade total de 1100x1000 m3 de água.



Figura 79 – Barragem do Covão do Ferro (Fonte: Google).

Por sua vez, a barragem da Cova do Viriato, construída em 1982 na ribeira de Poios Brancos, tem como utilização o abastecimento de águas públicas, com o NPA nos 1574,4 metros e uma capacidade total de 1500x1000 m3 de água.



Figura 80 - Barragem do Viriato (Fonte: Google).

É também de referir que no âmbito da Diretiva Quadro da Água, resultante da Directiva 2006/44/CE, relativa à qualidade das águas doces superficiais, aplica-se às águas designadas pelos Estados-Membros como necessitando de ser protegidas ou melhoradas a fim de estarem aptas para a vida dos peixes. Esta Directiva veio revogar a Directiva 78/659/CEE transposta para o direito nacional através do Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de agosto. Esta diretiva visa a proteção das águas doces identificadas pelos Estados-membros como águas piscícolas, através do estabelecimento de normas de qualidade para as águas salmonícolas (que suportam ou podem suportar a vida de peixes de espécies como o salmão (*Salmo salar*) e a truta (*Salmo trutta*)) e para as águas ciprinícolas (que suportam a vida de peixes de espécies como o lúcio (*Esox lucius*), a perca (*Perca fluvatilis*) e a enguia (*Anguilla anguilla*). No concelho da Covilhã encontram-se classificadas todo o curso da Ribeira de Paul ou de Cortes e o rio Zêzere da Ponte de Valhelhas à foz.

9.3.1.1. Áreas Inundáveis

Muitas áreas urbanas, periurbanas e rurais são afetadas por inundações de forma periódica, com causas que incluem as cheias fluviais, os galgamentos costeiros e as precipitações intensas. As possíveis consequências das alterações climáticas incluem o potencial aumento dos riscos inerentes, tanto pelo aumento da frequência das ocorrências como pelo incremento das áreas potencialmente afetadas. Neste âmbito, a adaptação às alterações climáticas requer uma atenção particular, devendo-se assegurar que, no futuro, o risco de inundação seja integrado no processo de planeamento a diferentes escalas e na avaliação de propostas de desenvolvimento territorial.

O crescimento da impermeabilização do solo, a drenagem urbana ineficiente e o aumento da frequência de episódios extremos de precipitação, explica o aumento da frequência de cheias urbanas num contexto de alterações climáticas.

No Concelho da Covilhã, destaca-se a área envolvente ao Rio Zêzere e os seus principais afluentes.

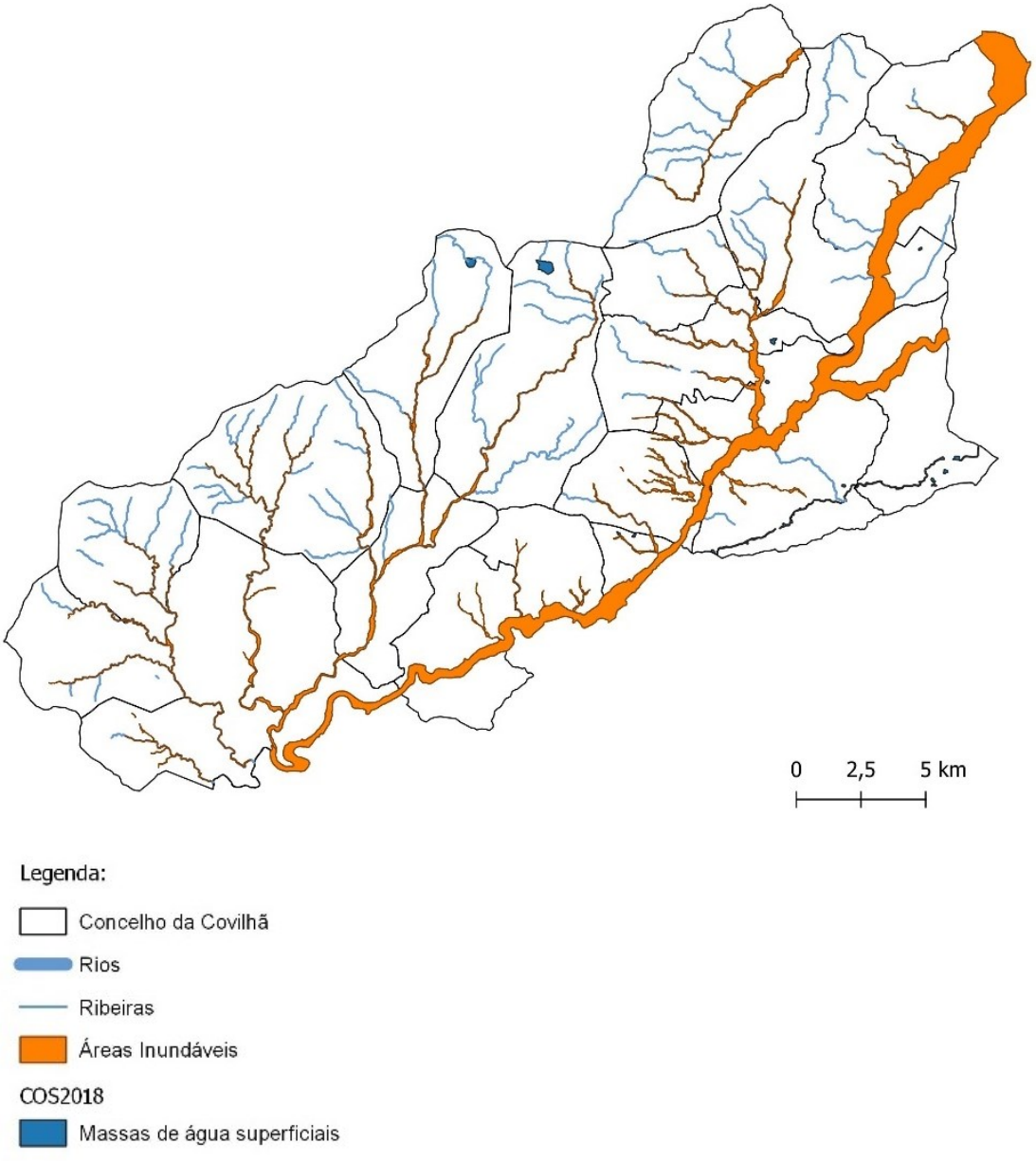


Figura 81 - Áreas Inundáveis no Concelho da Covilhã (Fonte: Município da Covilhã).

A ação preventiva constitui a estratégia mais eficaz no combate a este tipo de situações extremas, dadas as suas graves consequências. Desde logo, a identificação e caracterização do risco de cheia no âmbito da elaboração e acompanhamento dos planos de ordenamento do território, complementada com a previsão de risco, que possibilita a antecipação de ações de mitigação, e a monitorização, que permite detetar e conhecer em cada instante o grau de gravidade da situação.

9.3.2. Águas Subterrâneas

As águas subterrâneas subdividem-se em águas de nascente, águas minerais naturais e águas comuns. as águas de nascente e as águas minerais como águas nobres, podendo estas constituir dois grandes grupos, as águas de mesa e as águas usadas em termalismo, por sua vez, as águas comuns poderão ter várias aplicações sendo as principais a agricultura, a indústria, consumo humano ou lazer.

As águas subterrâneas, como é de todo expectável, possuem características que revelam o meio no qual circulam. Conforme as suas características, as águas têm diferentes utilidades, pelo que se torna importante saber o seu percurso nas diferentes formações geológicas, a velocidade a que percorre nessas formações geológicas, bem como a direção deste fluxo.

Dependendo dos vários tipos de litologia que as águas subterrâneas atravessam, a sua composição química vai sofrendo uma evolução, sendo o seu resultado final uma combinação de todas as características desde que se infiltra no solo. As substâncias dissolvidas na água vão aumentando conforme esta vai circulando no subsolo. A temperatura e o tempo de residência no subsolo são também fatores que influenciam a composição das águas.

A distribuição dos recursos hídricos subterrâneos em Portugal continental está intimamente relacionada com as ações geológicas que moldaram o nosso território. Nas bacias meso-cenozóicas, ocupadas essencialmente por rochas detríticas ou carbonatadas, pouco ou nada afectadas por fenómenos de metamorfismo, encontram-se os aquíferos mais produtivos e com recursos mais abundantes. O Maciço Antigo, constituído fundamentalmente por rochas eruptivas e metas sedimentares, dispõe, em geral, de poucos recursos, embora se assinalem algumas exceções, normalmente relacionadas com a presença de maciços calcários.

As águas subterrâneas têm desempenhado um importante papel, ao suprirem as necessidades de água, devido à sua capacidade de regularização interanual. A maior parte do país (cerca de 2/3) é ocupada por massas de água indiferenciadas (unidade hidrogeológica do Maciço Antigo), de fraca disponibilidade hídrica resultante da pequena capacidade de armazenamento da água no substrato rochoso, sendo formações com grande variabilidade hídrica anual, muito dependente da precipitação. Ou seja, após as primeiras chuvas começam a armazenar água, mas no fim do ano hidrológico, no período de estiagem, os níveis de água subterrânea são muito

baixos. Correspondem a meios heterogéneos, sem continuidade espacial, e com importância apenas local.

Para análise das reservas hídricas subterrâneas, dá-se especial enfâse aos sistemas aquíferos, em virtude de serem meios homogéneos, com significativa capacidade de armazenamento da água subterrânea e de regularização interanual, sendo nestes meios onde se localizam as principais reservas hídricas subterrâneas, com importância regional. Contudo, face à utilização destes recursos, importa conhecer a evolução das disponibilidades hídricas em todas as massas de água, independentemente do meio hidrogeológico. Este acompanhamento é efetuado anualmente pela APA, ao longo de cada ano hidrológico, tendo por base a rede de monitorização piezométrica. Neste sentido, comparam-se os níveis registados ao longo do ano hidrológico com o valor médio mensal ou com o percentil 20 (indicador de fraca disponibilidade hídrica) da série histórica, permitindo aferir da evolução das disponibilidades hídricas em cada massa de água.

Importa referir que as reservas hídricas, durante um ano hidrológico com precipitação média, têm uma evolução crescente no semestre húmido (outubro a março) e decrescente durante o semestre seco (abril a setembro). Acrescente-se que a capacidade de regularização interanual permite minimizar o impacto das secas meteorológicas, contudo a persistência de baixa precipitação em anos hidrológicos consecutivos pode conduzir a situações de escassez de água.

O concelho da Covilhã inclui-se na produtividade média de 50 m3/km2 dia, a da permeabilidade mais pequena e englobada essencialmente no Maciço Hespérico. É constituída por xistos sedimentares, rochas metamórficas diversas (exceto os calcários) e rochas eruptivas, com exclusão das máficas e ultramáficas do sul do país. É a região do escoamento superficial por excelência, o verdadeiro domínio das águas de superfície, aliás o concelho da Covilhã é um bom exemplo deste facto, pois é detentor de uma rede hidrográfica extensa e com caudais volumosos.

A recarga dos sistemas hidrogeológicos é definida como a quantidade de água da chuva que se infiltra abaixo do solo após os processos de evapotranspiração e de escoamento direto, e que vai ter um percurso subterrâneo.

Num sistema hidrogeológico pode-se considerar como fontes de recarga, a recarga por infiltração da água da chuva, a recarga a partir de cursos de água (cursos de água influentes), e no caso de aquífera multicamada, a recarga a partir da drenagem de camadas adjacentes. A

recarga por infiltração da água da chuva refere-se à quantidade de água que se infiltra abaixo do solo após os processos de evapotranspiração e de escoamento direto, e que vai ter um percurso subterrâneo, podendo, em condições de não exploração, ficar armazenada no sistema hidrogeológico ou constituir escoamento subterrâneo que mais tarde ou mais cedo aflora à superfície contribuindo para o escoamento dos cursos de água superficiais (escoamento de base).

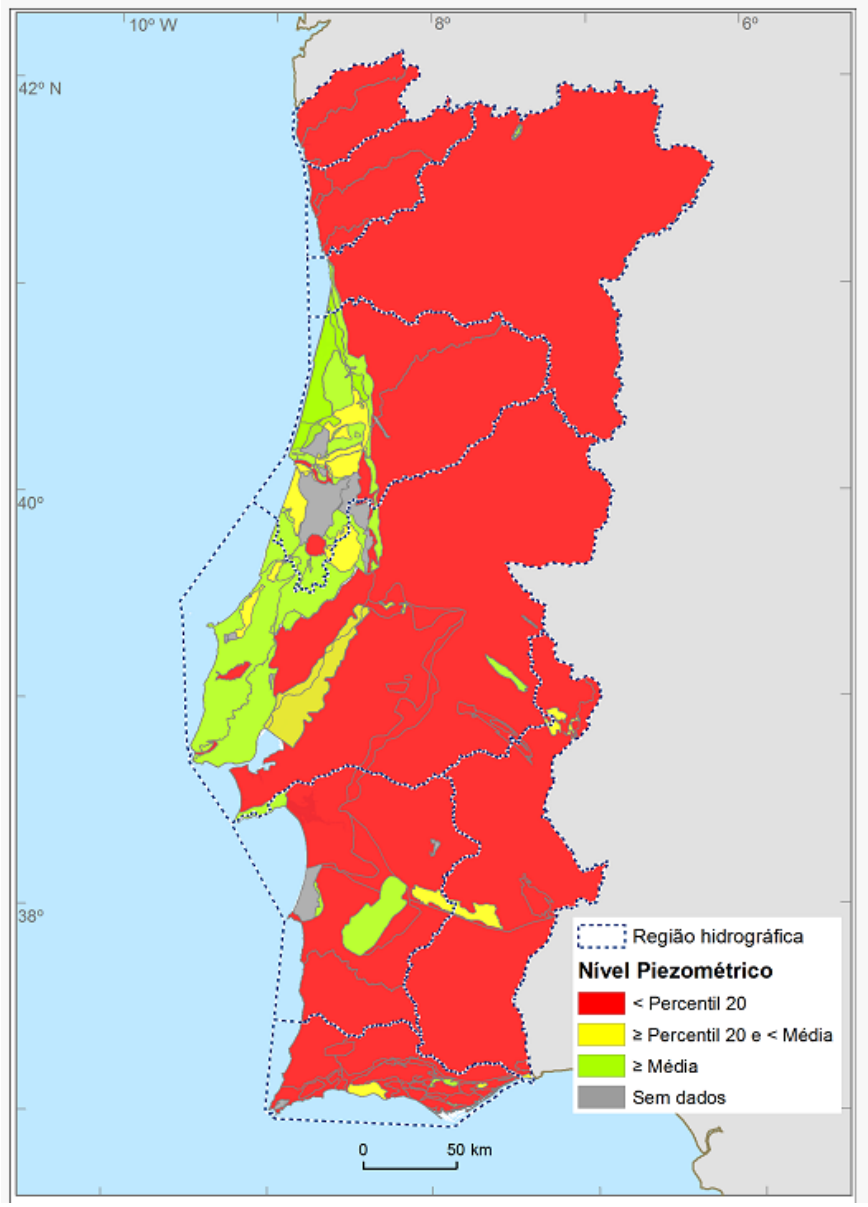


Figura 82 - Armazenamento Subterrâneo em Portugal Continental (Fonte: APA, 2019).

O ano de 2019, e tendo em conta a precipitação pouco significativa do período húmido do ano hidrológico, não permitiu a recarga das águas subterrâneas, registando-se na maior parte do país, uma descida acentuada e generalizada, dos níveis de água, encontrando-se em diversas massas de água, valores inferiores ao percentil 20. Esta situação traz preocupações acrescidas em termos de disponibilidades hídricas subterrâneas, em virtude de, até ao final do ano hidrológico, não ser expectável a ocorrência de eventos pluviosos significativos.

9.3.3. Recursos Hídricos

9.3.3.1. Água Mineral Natural

A água das termas de Unhais da Serra é uma água de circulação muito profunda, com origem na Serra da Estrela. As suas características químicas resultam essencialmente da percolação através das rochas graníticas, sendo designada por água bicarbonatada sódica, carbonatada, fluoretada e sulfidratada, vulgarmente designada por águas sulfúreas. Apresenta uma mineralização total de cerca 280 mg/l, condutividade de 300 l'Scm-1 aproximadamente e o pH entre 8.5 e 8.8, com temperaturas na ordem dos 38ºC.

Apresenta indicações terapêuticas nas mais diversas áreas, tais como: Aparelho Circulatório; Aparelho Digestivo; Aparelho Respiratório e Reumáticas e Músculo-Esqueléticas. Constitui-se como um segmento do turismo médico e de saúde, mas também de contacto com a natureza, em pleno Parque Natural da Serra da Estrela, no Concelho da Covilhã.

Atualmente a sua exploração enquanto água termal encontra-se associada a um empreendimento turístico.

9.4. Geologia

9.4.1. Unidades Geomorfológicas

A tipologia de um solo reflete um conjunto de características próprias, como sejam físicas (e.g. textura, pedregosidade), químicas (e.g. teor de nutrientes) e morfológicas (e.g. tipo e espessura de horizontes), que vão ter influência decisiva na capacidade produtiva do mesmo. Assim,

diferentes tipos de solo terão diferentes potenciais produtivos pelo que, conhecendo o tipo de solo da área a florestar, poderá ter-se logo à partida uma noção do seu potencial produtivo bem como das suas limitações e, assim, implementar as práticas silvícolas mais adequadas.

Foram estabelecidas, pelo INAG, quatro unidades hidrogeológicas, que correspondem às quatro grandes unidades morfo-estruturais em que o país se encontra dividido:

1. Maciço Antigo, também designado por Maciço Ibérico ou Maciço Hespérico.
2. Orla Mesocenozóica Ocidental, abreviadamente designada por Orla Ocidental.
3. Orla Mesocenozóica Meridional, abreviadamente designada por Orla Meridional.
4. Bacia Terciária do Tejo-Sado, abreviadamente designada por Bacia do Tejo-Sado.

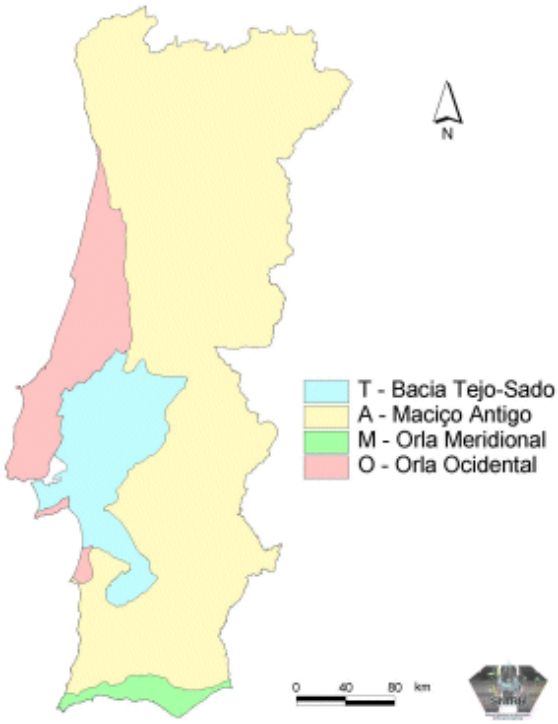


Figura 83 - Unidades Morfo-Estruturais em Portugal Continental (Fonte: SNIRH, 2021).

A Covilhã encontra-se no Maciço antigo que é essencialmente constituído por rochas magmáticas e metamórficas, mais ou menos intensamente fraturadas. Trata-se essencialmente de granitos, xistos e grauvaques que originam aquíferos essencialmente do tipo fissurado. Com menor expressão espacial encontram-se rochas carbonatadas (mármores, calcários dolomíticos e dolomias) gabros e quartzitos.

A divisão lito-estratigráfica das formações geológicas no Concelho da Covilhã é resultante da interpretação das seguintes Cartas Geológicas de Portugal: 20B (1975), 17D (1966) e 18C (1963) e 21A (1964), elaboradas pela Direção Geral de Minas e Serviços Geológicos, no mapa com a cor dourada.

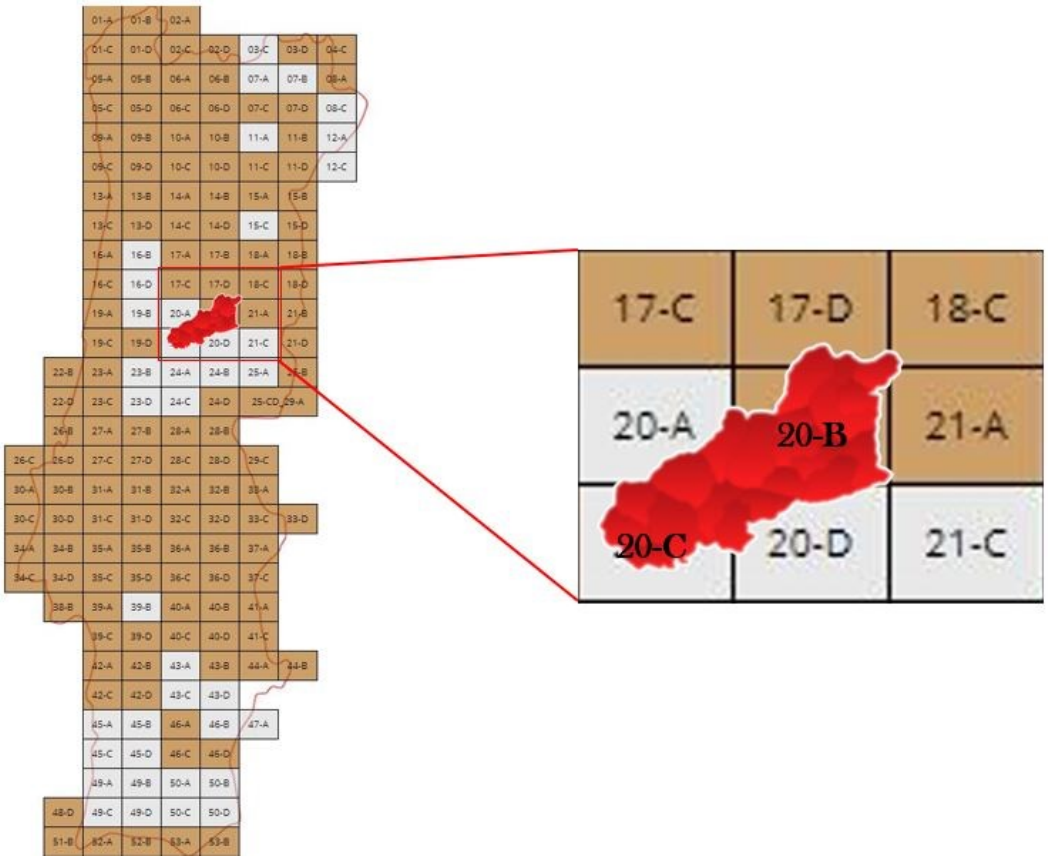


Figura 84 - Cartas geológicas disponíveis para o concelho da Covilhã, adaptado (Fonte: Google).

As restantes cartas não se encontram disponíveis pela referida entidade, no mapa com a cor branca.

9.4.1.1. Carta Geológica 20 B

Carta Geológica	Constituição	Características	Descrição	Localização
20B	Depósitos Ceno-antropozoicos	Aluviões atuais	São depósitos do vale do Zêzere os que constituem formação mais extensa, às vezes com quilómetro e meio de largura, podendo atingir alguns metros de espessura. São constituídos, essencialmente, por areias e outros materiais detríticos.	Ao longo do rio Zêzere
		Depósitos de terraços fluviais	Foram assinalados, junto do rio Zêzere, seis pequenos terraços fluviais desmantelados pela erosão. Os sedimentos, de granularidade muito regular, estão mal estratificados, com leitos irregulares de calhaus rolados de granito, corneanas, quartzo, juntamente com areias e terra argilosa.	Entre Ponte Pedrinha e quinta do Alvercão, Tortosendo, Entre as quintas do Corges Pequeno e do Laga

	Depósitos glaciáricos (g) e fluvi-glaciáricos	São constituídos por calhaus arredondados, de diversas dimensões, de granitos de vários tipos, amontoados à mistura com detritos finos. Alguns atingem enormes dimensões e repousam a grandes distâncias dos locais de onde foram arrancados. Geralmente as moreias de fundo estão mal conservadas ou não existem. Glaciar do Alforfa – constitui com o Zêzere, o sistema glaciárico Zêzere-Alforfa.bastante.	Prolongamento da moreia lateral direita do rio Zêzere
Complexo xisto-grauváquico anteordovícico e séries metamórificas derivadas	Mancha de Verdelhos	Nesta mancha, encontram-se bancadas quartzíticas alternantes com corneanas. Estas bancadas são constituídas por xistos quartzo-micáceos mosqueados, metagrauvaques, corneanas quartzo-micáceas, corneanas pelíticas, corneanas turmalinizadas, corneanas básicas. Os terrenos xistentos anteordovícico apresentam-se metamorfizados no contacto com os granitos.	Verdelhos, Erada

	Mancha de Erada	As rochas presentes são os filitos quártzicos, xistos quartzo micáceos, metagrauvaques, filitos, filitos quártzicos, mosqueados e corneanas.	Erada, Vilacova-a-coelheira, Sazes da Beira, Castelo, Soito, Forno da Moura, parte da aldeia de Cabeça, Teixeira de Cima, Sobral de Casegas, Tortosendo e Dominguizo
	Complexo xisto-granito-migmatítico	Ao longo do contacto dos xistos observam-se várias zonas de contacto do xisto com o mesmo granito, onde nalguns casos foram feias pesquisas de volfrâmio. Os afloramentos deste tipo, tornam-se às vezes, salientes no terreno devido à maior dureza em relação às rochas envolventes.	Covilhã, Erada
Rochas eruptivas	Granito porfiróide de grão grosseiro	O tipo de rocha que predomina na região, é o granito porfiroide “dente de cavalo”, geralmente muito grosseiro, em que os megacristais de feldspato se apresentam muitas vezes com extraordinário desenvolvimento. Foram	Unhais da Serra, Cortes do Meio, Aldeia do Carvalho, Teixoso, Orjais, Sarzedo, Aldeia do Souto, Vale Formoso, Covilhã, Boidobra, Ferro e Pêraboa

		cartografadas duas manchas de granito porfiroide de grão grosseiro: o granito da Covilhã, que ocupa grande parte do concelho e o granito do Cântaro Magro (fora do concelho).	
	Granito de grão médio	Trata-se de granito calco-alcalino de duas micas que sofreu catáclase, pois o quartzo está extremamente fraturado e recristalizado, às vezes mesmo granulado, os feldspatos também se encontram bastante fraturados, especialmente nos bordos, observando-se algumas plagióclases arqueadas; a biotite, com leves extinções ondulantes, pode apresentar-se destruída; observou-se ainda textura "mortar" envolvendo alguns cristais de quartzo.	Junto a Dominguizo, Junto a Verdelhos

Granito alcalino	São granitos de duas micas, predominantemente biotíticos, podendo às vezes predominar a moscovite. Estes granitos, tal como os calco-alcalinos, apresentam diferenças importantes de textura e granularidade. Quanto à composição mineralógica observam-se também algumas divergências como seja a presença, nalguns granitos, de andaluzite, silimanite ou turmalina.	Norte do Lago do Viriato
Granito porfiróide de grão médio	Trata-se de granito porfiroide, de grão médio de duas micas, com predominância da biotite, embora nalguns casos possa haver predomínio da moscovite.	Espinhaço Cão – Curral do Vento, Penhas da Saúde
Granito Não Porfiróide de grão grosseiro e médio	Este granito, essencialmente moscovítico, em geral de grão grosseiro, apresenta em certos locais tendências porfiroide e passa, segundo a cartografia geológica, na parte sul, a granitos de grão grosseiro e médio.	Mancha Serra da Estrela

			A análise microscópica revelou tratar-se de granito alcalino, às vezes, de tendência calco-alcalina, com andaluzite e silimanite, de grão grosseiro e médio, de duas micas, com predominância da biotite, à exceção das rochas mais alteradas, onde predomina a moscovite; apresenta-se em geral, bastante alterado e de aspeto ferruginoso. A composição mineralógica essencial é: quartzo, microclina, pertite, microclina-pertite, albite-oligoclase, albite, oligóclase, biotite e moscovite. A apatite, zircão, andaluzite, e minerais negros de ferro são os minerais acessórios; como minerais secundários, há caulinite, moscovite, sericite, rútilo, óxidos e hidróxidos de ferro, clorite, leucoxena e silimanite.	Mancha granítica localizada entre Malhão Grosso e Unhais da Serra

	Granito de grão fino	Esta mancha, a maior das manchas de granito fino, tem a forma grosseira de U. Trata-se de um granito de grão fino, de duas micas, com predominância da biotite, muito alterado; apresenta, em geral, aspetos ferruginosos. A composição mineralógica compreende quartzo, albite, albite-oligoclase, oligóclase, microclina, microclina-pertite, micropertite, biotite e moscovite, tem turmalina, apatite, zircão, minerais negros de ferro e rútilo, como minerais acessórios; como minerais secundários citam-se caulinite, clorite, moscovite, sericite, esfena, leucoxena e óxidos e hidróxidos de ferro.	Cabeço da Bica

	Granito de grão fino	É um granito de grão fino, de duas micas, em que predomina, geralmente, a biotite. A análise microscópica indicou tratar-se de granito alcalino, com tendência monzonítica, mas esta classificação é feita com reservas dada a forte alteração da rocha. A composição mineralógica observou quartzo, albite-oligoclase, albite, microclina, oligóclase, serting-pertite, biotite e moscovite. Identificaram-se, também, apatite, zircão, minerais negros de ferro e turmalina. Os minerais secundários presentes são caulinite, sericite, clorite, óxidos e hidróxidos de ferro e rútilo acicular.	Atalaia

		A rocha apresenta-se muito alterada. Observou-se grande percentagem de feldspatos alcalinos. A biotite encontra-se alterada em clorite, da variedade ripidolite; houve introdução de quartzo. A andaluzite existe com certa frequência, às vezes pleocróica nos tons rosados; altera-se em moscovite e silimanite. Trata-se de granito endomorfizado. Observaram-se, também, minerais negros de ferro e rútilo acicular.	Varanda dos Carqueijais
Rocha filonianas	São numerosos os filões que atravessam os xistos e os granitos, a maior parte sem representação cartográfica, vistas as exíguas dimensões que possuem. Estão representados por filões quartzosos, de rochas básicas e filões e massas aplito-pegmatíticas. Encontram-se presentes nesta carta a parte que abrange o concelho os seguintes filões: filões de quartzo e filões de rochas básicas e filões e massas aplitio-pegmatíticas.		

9.4.1.2. Carta Geológica 17 D

Carta Geológica	Constituição	Características	Descrição	Localização
17D	Depósitos Ceno-antropozoicos	Aluviões atuais	Ao longo dos vales de alguns rios e ribeiros existem depósitos de aluvião, atuais, embora de pouca importância.	Ribeira de Beijames
	Complexo xisto-grauváquico anteordovícico e séries metamórficas derivadas	Xistos e grauvaques	As rochas constituintes, variadas, são principalmente filitos, mais ou menos quártzicos, metagrauvaques, xistos micáceos e quartzo-micáceos, em geral finos. Os xistos finalmente micáceos são, muitas vezes, um pouco luzentes e, frequentemente, apresentam concentrações micáceas arredondadas. Os filitos e xistos micáceos contêm, essencialmente, micas brancas (moscovite e sericite), clorite, e quantidades variáveis de biotite. Nas variedades quártzicas, o quartzo é predominante. Os metagrauvaques apresentam textura brechóide e composição mineralógica quartzo-micácea, com elevada percentagem de feldspatos.	Ribeira de Beijames

		Orlas metamórficas (corneanas e xistos mosqueados)	No contacto com o granito originaram-se, quase sempre, largas orlas de metamorfismo, constituídas por corneanas e xistos mosqueados. As corneanas mais frequentes em toda a auréola de contacto são do tipo pelítico e quartzo-pelítico. Além destas, abundam também as corneanas básicas (anfibolíticas), derivadas, provavelmente de antigos filões doleríticos metamorfizados por contacto. Mais raramente encontram-se corneanas quartzo-feldspáticas. Os xistos mosqueados são rochas com textura porfiroblástica, com matriz micácea ou quartzo-micácea, fina a muito fina.	Junto à Quinta do rio, na encosta sobranceira da Ribeira de Beijames com o rio Zêzere

9.4.1.3. Carta Geológica 18 C

Carta Geológica	Constituição	Características	Descrição	Localização

18C	Terrenos modernos de cobertura	Aluviões atuais	São depósitos do vale do Zêzere os que constituem formação mais extensa, às vezes com quilómetro e meio de largura, podendo atingir alguns metros de espessura. São constituídos, essencialmente, por areias e outros materiais detríticos.	Ao longo do rio Zêzere
		Granito porfiróide de grão grosseiro	É constituído por rochas leucomeocráticas, com grandes cristais de feldspato e grão geralmente grosseiro.	Vale Formoso

9.4.1.4. Carta Geológica 21 A

Carta Geológica	Constituição	Características	Descrição	Localização
21A	Moderno	Formações aluviais	Ao longo de alguns rios e ribeiras encontram-se depósitos de aluviões e materiais escorregados ao longo das vertentes. Na maior parte são constituídos por cascalheiras em que avultam os elementos de quartzo e de quartzito, de cornenanas, grauvaques e xistos.	Rio Zêzere
	Rochas eruptivas	Granito porfiróide de grão grosseiro	O granito porfiróide de grão grosseiro, leucomeocráticas, de duas micas, com predominância da biotite. A rocha mostra abundantes megacristais de feldspato, geralmente, euédricos e, por vezes, muito desenvolvidos. São granitos com uma constituição muito uniforme. O quartzo é abundante, por vezes fraturado.	Serra da Estrela

9.4.2. Unidades Pedológicas

Os solos são ótimos indicadores de estabilidade ambiental e, a maioria das atividades humana desenvolve-se numa relação direta com ele (para habitação, agricultura, produção, etc.). Por esta razão, muitas outras áreas do conhecimento estão relacionadas com a pedologia.

A pedologia estuda o solo nos aspetos físico, químico e biológico, procedendo à sua caracterização e classificação, ao mesmo tempo que procura esclarecer a sua distribuição geográfica e o seu modo de formação e evolução, assim como quaisquer outros processos e fenómenos que nele ocorram.

Segundo o Atlas do Ambiente, publicado pela APA, existem 10 classificações diferentes:

2. Vertissolos;
3. Solonchaks;
4. Regossolos;
5. Rankers;
6. Podzois;
7. Planossolos;
8. Luvissolos;
9. Litossolos;
10. Fluvissolos;
11. Cambissolos;

O Concelho apresenta apenas 4 das 10 classificações supramencionadas, sendo elas:

1. Cambissolos - Solos recentes, derivados de materiais transportados de outros locais pela água, vento ou gravidade, caracterizados por terem sofrido pouca eluviação.

Ocupam praticamente toda a região do Alto Douro e Beira Alta e ainda parte da Estremadura e Alto Alentejo.

2. Litossolos - Solos pouco evoluídos, formados a partir de rochas não calcárias e com pequena espessura efetiva. São frequentemente pobres sob o ponto de vista químico. Apresentam ainda baixo

teor em matéria orgânica, expansibilidade baixa ou nula, e permeabilidade rápida e capacidade de campo mediana;

3. Fluvissolos - solos recentes de aluvião. encontram-se nos vales dos rios. Em Portugal formam as lezírias dos vales do Tejo e Mondego;

4. Rankers – áreas mais elevadas, como as montanhosas, por exemplo: Serra da Estrela, e com solo muito pouco evoluído.

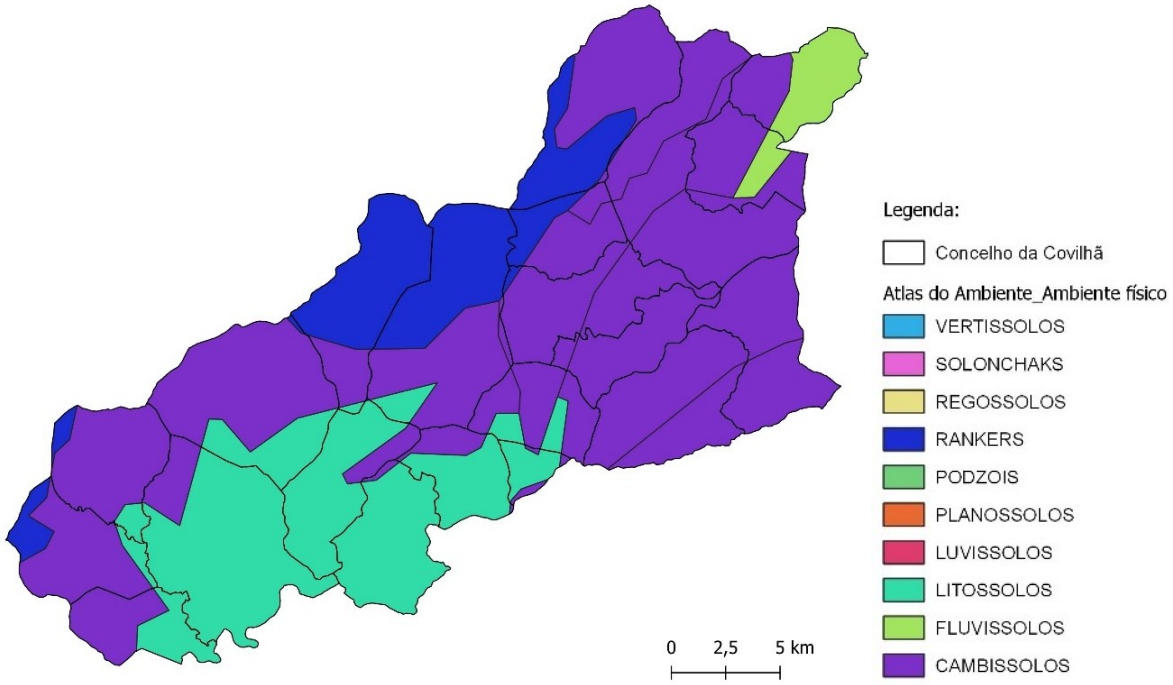


Figura 85 - Unidades Pedológicas no Concelho da Covilhã (Fonte: Município da Covilhã).

9.4.3. Recursos Geológicos

Atendendo à natureza geológica descrita no subcapítulo anterior observa-se no concelho um conjunto importante de recursos geológicos como se pode verificar pela análise da figura seguinte.

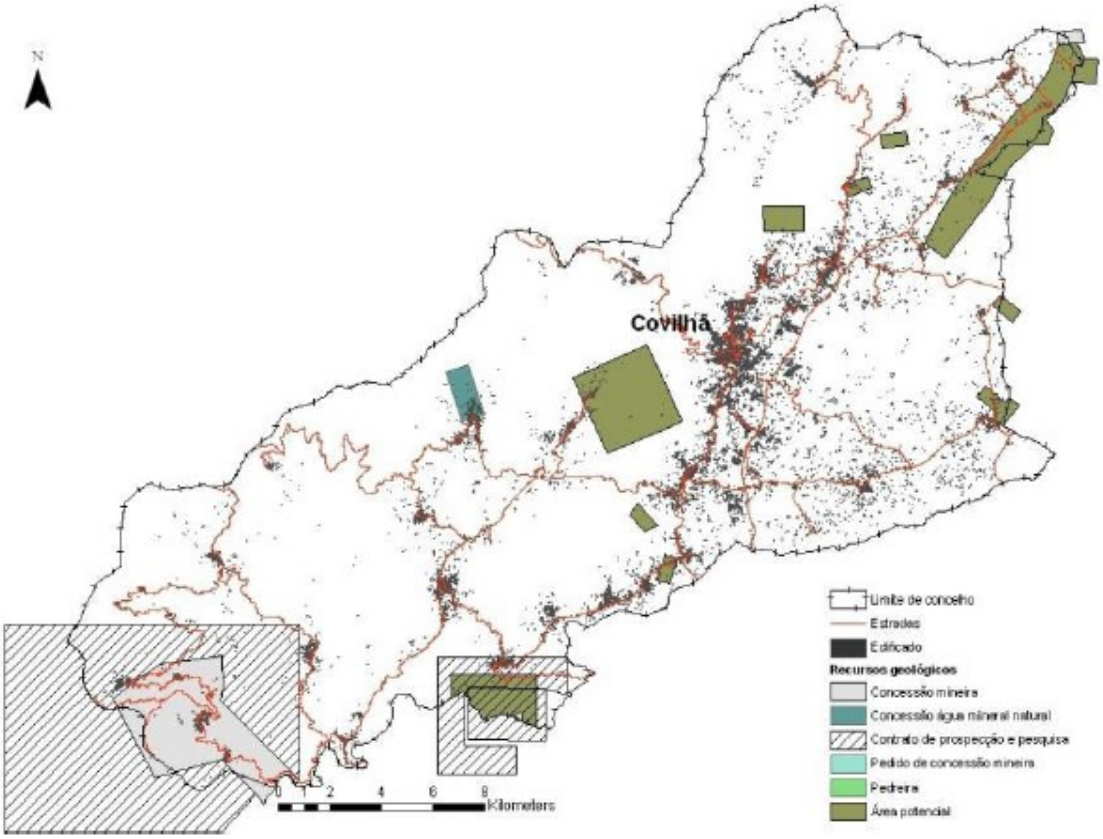


Figura 86 - Recursos geológicos, concelho da Covilhã (Fonte: DGEG, 2012).

No concelho da Covilhã existem duas as pedreiras em atividade, uma na freguesia de Sobral de S. Miguel, com exploração de ardósia ornamental (desde 1997), com a designação de "Tarrastal" e outra na freguesia de Boidobra, com exploração de granito e denominada "Prazo-Oeste" (desde 2000).

São ainda, diversas as áreas com potencialidades para a exploração de inúmeros minerais (volfrâmio, estanho, quartzo, feldspato, lítio, titânio, entre outros) que atestam a elevada riqueza que o concelho da Covilhã tem em termos de recursos minerais.

9.4.3.1. Minas

Estão presentes três concessões mineiras com as seguintes designações e substância de exploração respetivamente: Panasqueira (W, Sn, Cu, Ag, Zn e As), na freguesia da Aldeia de São Francisco de Assis; Argemela (Feldspatos e quartzo), a sul de Barco; Lameiras n.º 1 (Sn), na freguesia de Vale Formoso.

9.4.3.1.1. Minas da Panasqueira

A história da mina da Panasqueira remonta aos finais do século XIX. A partir de 1910 as Minas da Panasqueira foram exploradas pela empresa Wolfram Mining & Smelting Co. Ltd. Esta exploração durou até 1928, data em que foi criada Beralt Tin & Wolfram Limited que explorou as minas até 1973 e que passou a designar-se por Beralt Tin & Wolfram Portugal, S.A por incorporação de capitais nacionais. Pode-se considerar que o apogeu das minas foi durante a Segunda Guerra Mundial, em que a procura do volfrâmio era grande devido à sua utilidade como endurecedor de ligas metálicas para a construção de armas. Desde essa data que a importância tem vindo a diminuir, porém, mais recentemente, com a crise do urânio empobrecido, que substituía o volfrâmio, as minas ganharam novo alento. No entanto, a utilidade do volfrâmio não se resume à indústria de armamento, pois uma das suas utilizações mais nobres é na indústria elétrica, mais precisamente para os filamentos das lâmpadas.



Figura 87- Minas da Panasqueira (Fonte: Google).

9.4.3.1.2. Minas da Argemela

As Minas de Argemela, no monte com o mesmo nome, separado da povoação de Barco pelo rio Zêzere, foram explorados o volfrâmio e o estanho, havendo agora novo interesse na sua exploração.

A área denominada Argemela constitui um polo de interesse mineiro com atividade comprovada desde os anos quarenta do século passado. Existem abundantes vestígios de antigas explorações mineiras de estanho, que terão tido início através da abertura de galerias (a três níveis nas cotas 522, 566 e 599) e o desmonte de vários filões à superfície.

Em 1956 os trabalhos mineiros foram incrementados com lavra a céu aberto e em profundidade (alargamento das galerias existentes e desenvolvimento de novas galerias), sob o controlo da Beralt Tin and Wolfram, Lda., através da sua participada Empresa Mineira da Argemela. Foi então montada uma lavaria e executadas sondagens de pequena profundidade, a maior das quais atingiu uma cota de 370 m. Foram explorados filões de quartzo subverticais com mineralização de estanho. Os trabalhos pararam em 1961, tendo sido produzidos 150 toneladas de SnO2, com uma recuperação média de cerca de 60%. Já na década de 70, motivada pela deficiência de estanho em Portugal e a subida da cotação do minério, inicia-se nova fase de estudo da Mina da Argemela pela Direção Geral de Geologia e Minas. No início de 1974 foi estabelecido um plano de trabalhos de prospeção geológica que levou ao levantamento cartográfico dos principais filões observáveis a céu aberto e na galeria principal da Mina. Em junho de 1975 é proposto um programa de sondagens, cumprido entre dezembro de 1976 e julho de 1979. Neste âmbito foram efetuadas três sondagens que tiveram comprimentos de 486,451 e 586 metros. Os trabalhos efetuados permitiram confirmar a continuidade das estruturas mineralizadas a grande profundidade.

Já em maio de 2006 a Beralt Tin and Wolfram Portugal, S.A. adquiriu os direitos de prospeção e pesquisa da área. Procedendo a trabalhos de prospeção e pesquisa, executou e estudou 8 sondagens carotadas num total de 568,35 metros sobre as quais foram efetuadas 314 amostras. Mais recentemente, em novembro de 2011, foram concedidos à PANNN os direitos de prospeção e pesquisa de depósitos minerais de lítio, estanho, tântalo, nióbio, volfrâmio, rubídio, cobre, chumbo, zinco, ouro, prata e pirites, com o número de cadastro MN/PP/010/11 e a denominação “Argemela”, numa área com 5,9Km2 (590 ha), situada nos concelhos da Covilhã e Fundão.



Figura 88 - Minas da Argemela (Fonte: Google).

9.4.4. Radioatividade Natural

A análise da radioatividade natural do concelho foi feita através da consulta dos estudos do PROT-Centro, no ano de 2011, que para a elaboração da cartografia da perigosidade relacionada com a radioatividade natural recorreu ao cruzamento entre classes de radiação gama natural (nGy/h), adaptadas a partir da Carta de Radiação Gama Natural (IGM, 1997) e as classes de densidade de fracturação, organizadas da representação na Carta Geológica de Portugal (IGM, 1992).

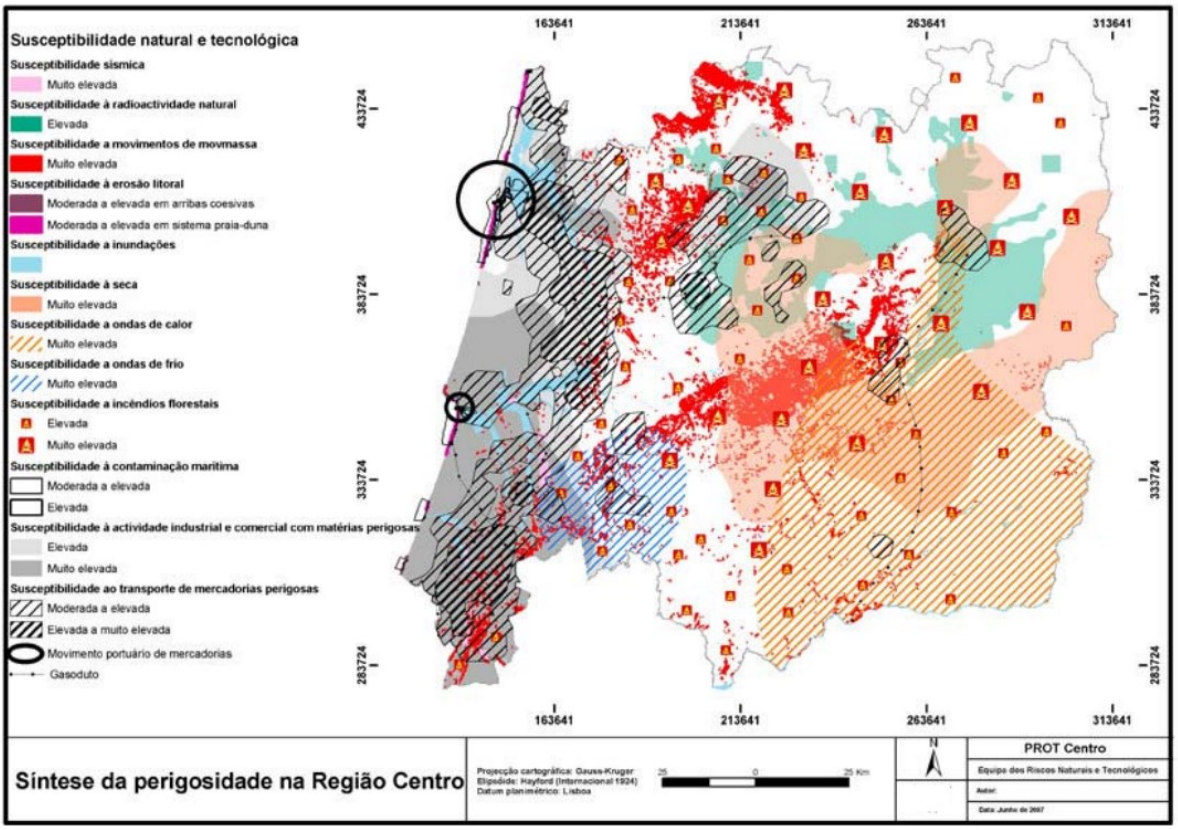


Figura 89 - Suscetibilidade da Radioatividade natural (Fonte: PROTC, 2011).

Ressaltam na figura apresentada, os valores elevados associados aos corpos de granito da série tardia, e nomeadamente em contexto tectónicos complexos e na presença de mineralizações de urânio, como é o caso do concelho da Covilhã.

Os graus de suscetibilidade mais elevados atravessam o concelho desde a Cova da Beira até aos maciços granitoides da Cordilheira Central, nomeadamente o Alto Pedrice, o Espinhaço Cão e a própria Serra da Estrela. Este índice surge em oposição aos valores genericamente baixos na zona de origem xistosa (faldas da Serra do Açor), a sudoeste do concelho.

É natural que o concelho tenha valores de radioatividade elevados, atendendo ao grande número de explorações mineiras de volfrâmio, na sua maioria desativadas, existentes no território. Para enfrentar este problema é necessário promover ações de caracterização e resolução dos passivos ambientais no âmbito das áreas mineiras abandonadas ou degradadas/ áreas mineiras de radioativos:

1. Promover a caracterização geológica, hidrogeoquímica e hidrogeológica das áreas mineiras abandonadas ou degradadas, visando implementar, parametrizar e quantificar os principais indicadores de controlo ambiental, com a definição de hierarquias de intervenção;

2. Elaborar projetos de avaliação das áreas mineiras de radioativos, com o confinamento dos resíduos radioativos, construção de sistemas de drenagem superficiais periféricos e internos, trabalhos de revegetação/integração paisagística e construção de vedações, através de ações complementares ou específicas de remediação;

3. Parametrizar e quantificar os principais indicadores ambientais radiológicos, hidroquímicos e geoquímicos das áreas mineiras de radioativos.

9.5. Biodiversidade

9.5.1. Fauna

A fauna selvagem da serra da Estrela caracteriza-se por uma riqueza e diversidade elevadas, constituindo, a nível nacional, uma das áreas de montanha mais importantes para a conservação da natureza. Esta riqueza resulta, em grande medida, da significativa diversidade de habitat existente numa área extensa, com uma orografia acidentada, em que a ação negativa do homem sobre os ecossistemas naturais é pouco expressiva, em relação a outras regiões. Assim, na Serra da Estrela e áreas envolventes estão inventariadas cerca de 250 espécies de vertebrados terrestres e aquáticos e mais de 2100 espécies de invertebrados, muitas das quais possuem um estatuto de conservação prioritário a nível europeu.



Figura 90 - Lagartixa-da-Montanha (Fonte: Google).

O ICNF procede à elaboração periódica (de 6 em 6 anos), de um Relatório Nacional de Aplicação da Diretiva Habitats. Este permite uma avaliação adequada dos progressos alcançados, designadamente do contributo da Rede Natura 2000 (para este efeito, o conjunto das áreas classificadas no âmbito da Diretiva Habitats, vulgarmente designadas como sítios da lista nacional de sítios) para a concretização

dos objetivos visados pela Diretiva Habitats (assegurar a biodiversidade, através da conservação, num estado favorável, dos valores protegidos por esta diretiva).

Através da shapefile disponibilizada pelo ICNF, referente ao relatório mais recente (2013-2018), permite confirmar que todo o território concelhio é abrangido por Espécies classificadas (sujeitas a um regime legal de proteção e que figuram nos anexos de diretivas e convenções ratificadas por Portugal) e as Espécies às quais, não sendo classificadas, foi atribuída uma categoria de ameaça (Criticamente em Perigo, Em Perigo e Vulnerável) pela autoridade de conservação da natureza e da biodiversidade, o que confirma a riqueza do Concelho da Covilhã.

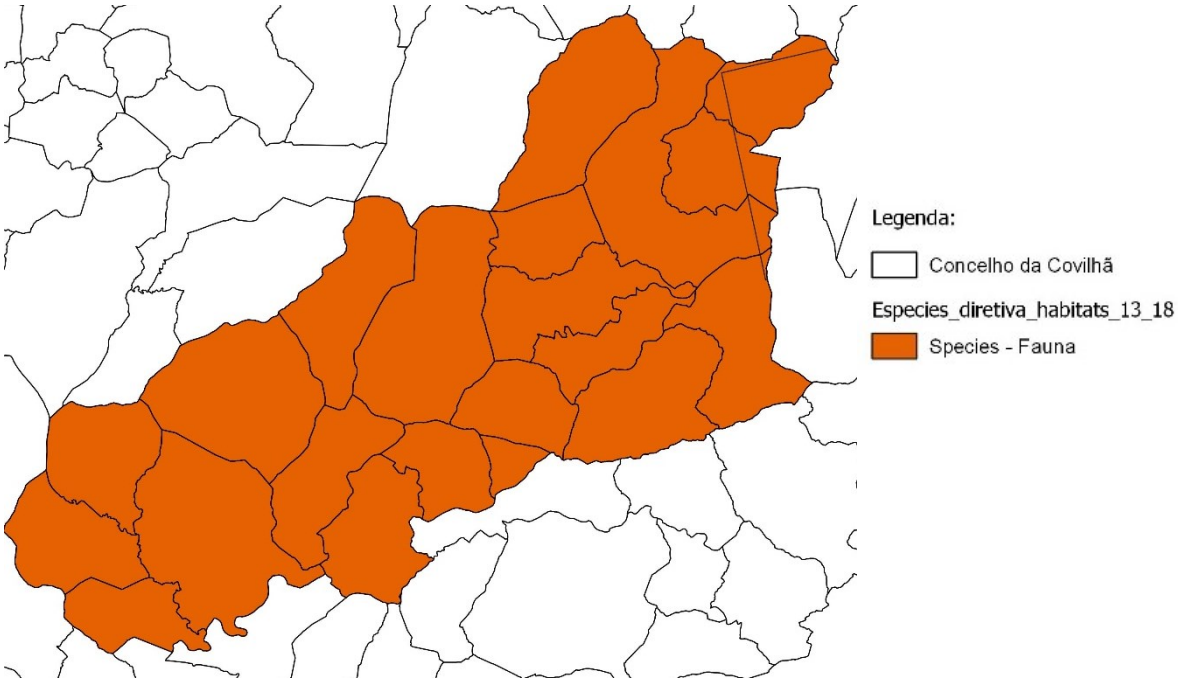


Figura 91 - Distribuição de Fauna segundo a Diretiva Habitats 2013-2018, Rede Natura 2000 (Fonte: ICNF).

9.5.2. Flora

A flora e a vegetação do Parque Natural da Serra da Estrela apresentam características únicas em Portugal, que se traduzem, por um lado, na existência de cinco espécies, duas subespécies e sete variedades estritamente endémicas da serra da Estrela e, por outro lado numa zona altitudinal muito característica, que é fruto da elevada altitude da serra.

Em termos de conservação, no que diz respeito à flora, encontram-se no Parque nove espécies de plantas incluídas no anexo II, cinco espécies incluídas no anexo IV e 23 espécies incluídas no anexo V da Diretiva 92/43/CEE ("**Diretiva Habitat**").



Figura 92 - Silene (Fonte: Google).

No Concelho da Covilhã, segundo o Relatório Nacional de Aplicação da Diretiva Habitats, a maioria do território apresenta um conjunto das espécies vegetais significativo.

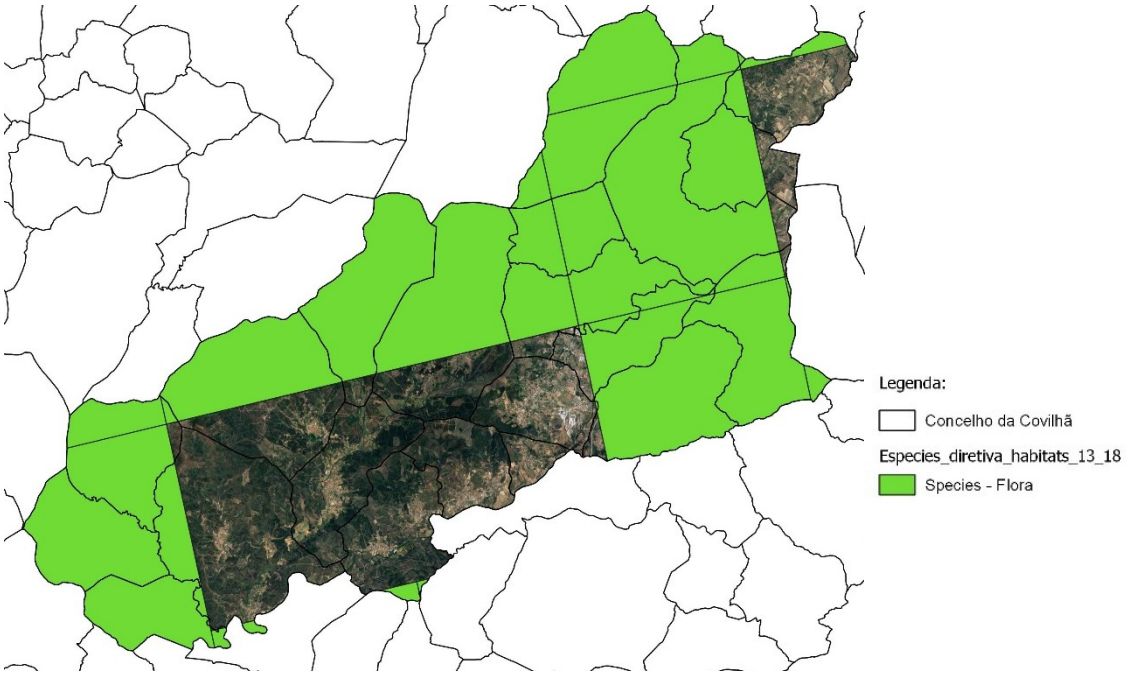


Figura 93 - Distribuição de Flora segundo a Diretiva Habitats 2013-2018, Rede Natura 2000 (Fonte: ICNF).

9.6. Paisagem

A definição de Unidades de Paisagem (UP) surge da análise conjunta de vários fatores intervenientes na paisagem. O processo de marcação passa pela definição de macro-unidades com base nas características litológicas/geomorfológicas, climatológicas e de relevo do território, após o que se desce a um nível de classificação mais operativo, com base nas restantes características consideradas, de que ressaltam o uso atual do solo e as suas potencialidades de utilização.

Na abordagem desta temática recorreu-se a uma obra de referência neste domínio: "Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental", Universidade de Évora, DGOTDU, Volume III, 2002. Segundo este documento, o concelho da Covilhã insere-se em quatro Unidades de Paisagem:

1. Cova da Beira;
2. Serra da Estrela;
3. Pinhal Interior;
4. Serra da Lousã e Açor.

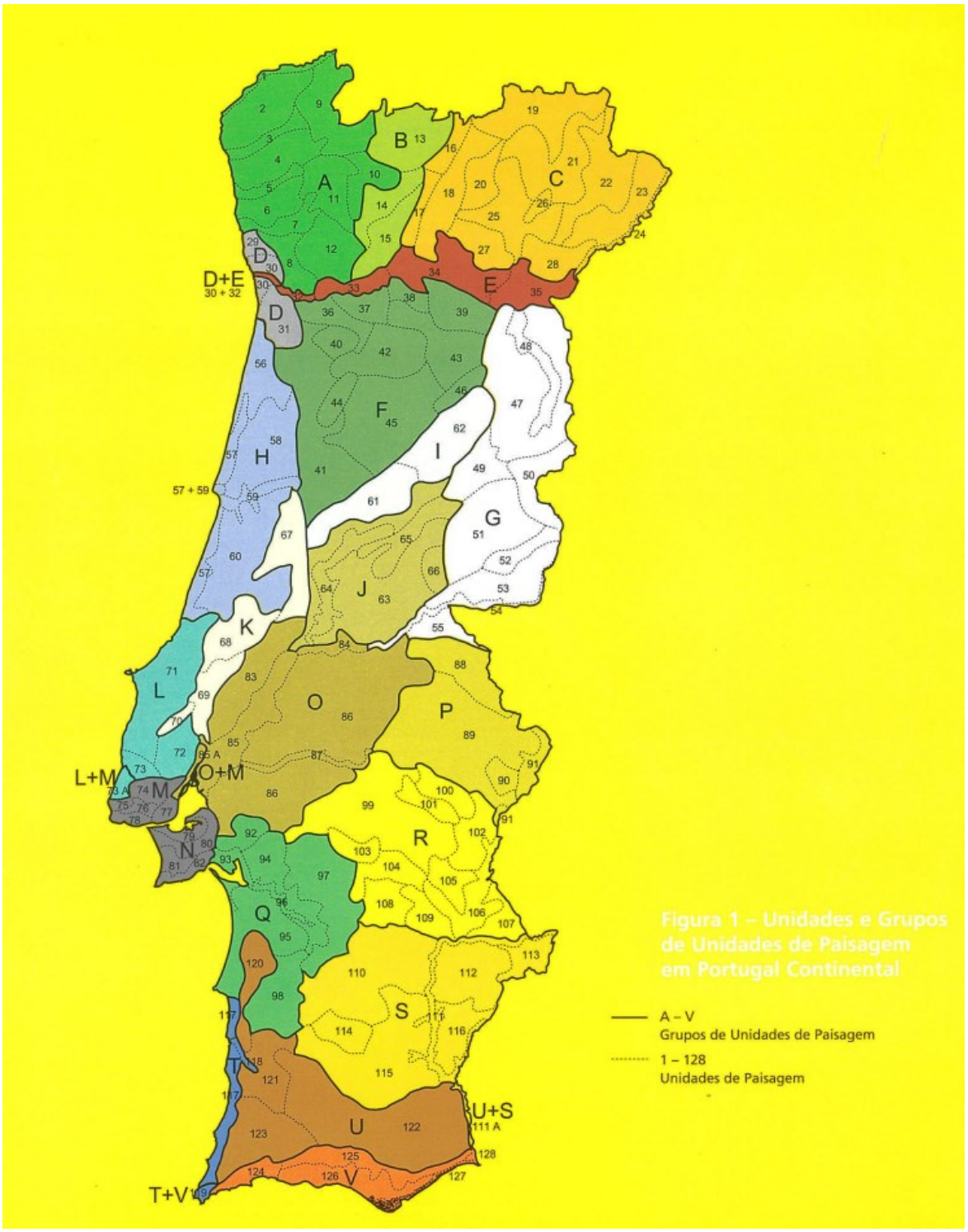


Figura 94 – Unidades e Grupos de Unidades de Paisagem em Portugal Continental (Fonte: DGOTDU, 2002).

9.6.1. Unidades de Paisagem

9.6.1.1. UP49

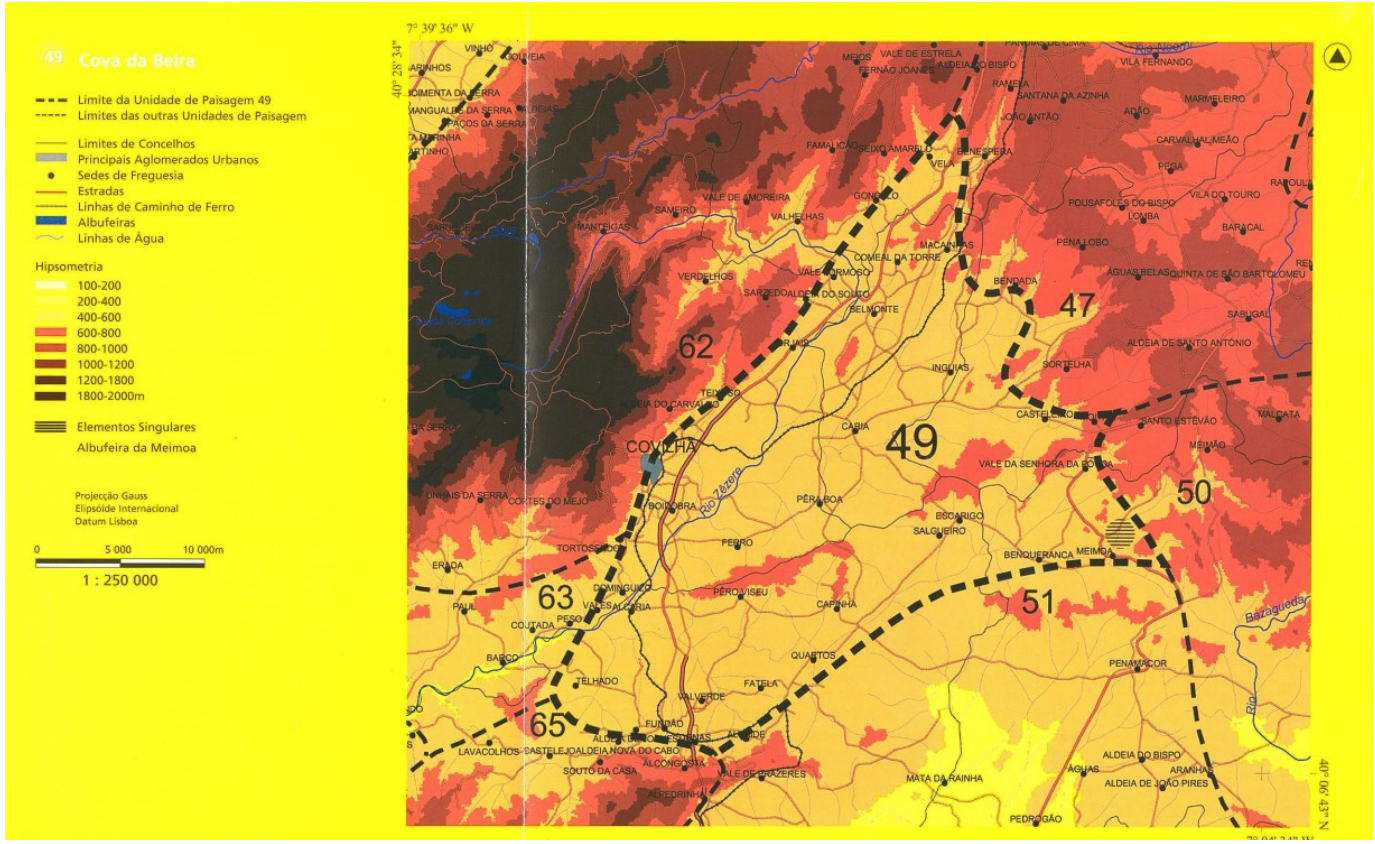


Figura 95 - UP49 (Fonte: DGOTDU, 2002).

" (…) A paisagem da Cova da Beira reflete a fertilidade do solo através de uma divisão em parcelas relativamente pequenas e da intensidade da exploração agrícola, que se multiplica na enorme variedade de usos, passando por algumas matas de pinheiros ou carvalhos, até olivais, pomares, vinha, careais de sequeiro ou regadio, hortícolas, etc. É uma unidade de paisagem extremamente rica e diversificada, quer quanto a texturas como a cores, contrasta com toda a envolvente. Sente-se a abundância de água em todo o padrão da paisagem. As sebes de compartimentação dos campos não são muito frequentes, mas a sua presença contribui para a diversidade da paisagem: algumas sebes ao longo de estradas e caminhos, galerias ripícolas acompanhando as linhas de água, alinhamentos de árvores bordejando as parcelas agrícolas.

A Cova da Beira corresponde a uma bacia (…). Esta bacia deve a sua fertilidade aos solos profundos, provenientes de formações graníticas, à presença de água, à proteção conferida pelos maciços das Serras da Estrela e da Gardunha, o que determina um clima de características continentais, com um inverno frio e seco e um verão quente.

Para além da diversidade dos usos agrícolas e de algumas manchas florestais, esta paisagem é também caracterizada pela densidade e dispersão do povoamento, acompanhado também por uma densa rede de vias de comunicação e, em geral, pelos sinais de relativo vigor das atividades económicas, sobretudo ligadas à agricultura, mas, também à indústria e serviços (Covilhã e Fundão).

Nesta unidade justifica-se um esforço de ordenamento acrescido no sentido de explorar de forma equilibrada as enormes aptidões agrícolas presentes. Assim, há que encontrar os meios para:

1. Manter a diversidade no mosaico de usos, em simultâneo com a tendência para o aumento das áreas das parcelas e das explorações agrícolas;

2. Minimizar os impactes ambientais negativos, principalmente através da aplicação de boas práticas agrícolas que preservem os recursos fundamentais para esta atividade – o solo e a água;

3. Compensar aqueles impactes, nomeadamente através da concretização de uma rede de proteção e valorização ambiental (sebes, galerias ripícolas, maciços arbóreos em situações marginais para a agricultura, qualificação da rede de drenagem natura, etc.);

4. Impedir a dispersão edificada, principalmente ao longo das estradas e caminhos."

A zona sudeste do concelho abrange uma parte significativa da Cova da Beira nomeadamente as freguesias de Peraboa, Ferro e parte das freguesias de Dominguizo, Boidobra, Teixoso, Orjais, Aldeia do Souto e Vale Formoso.

9.6.1.2. U61

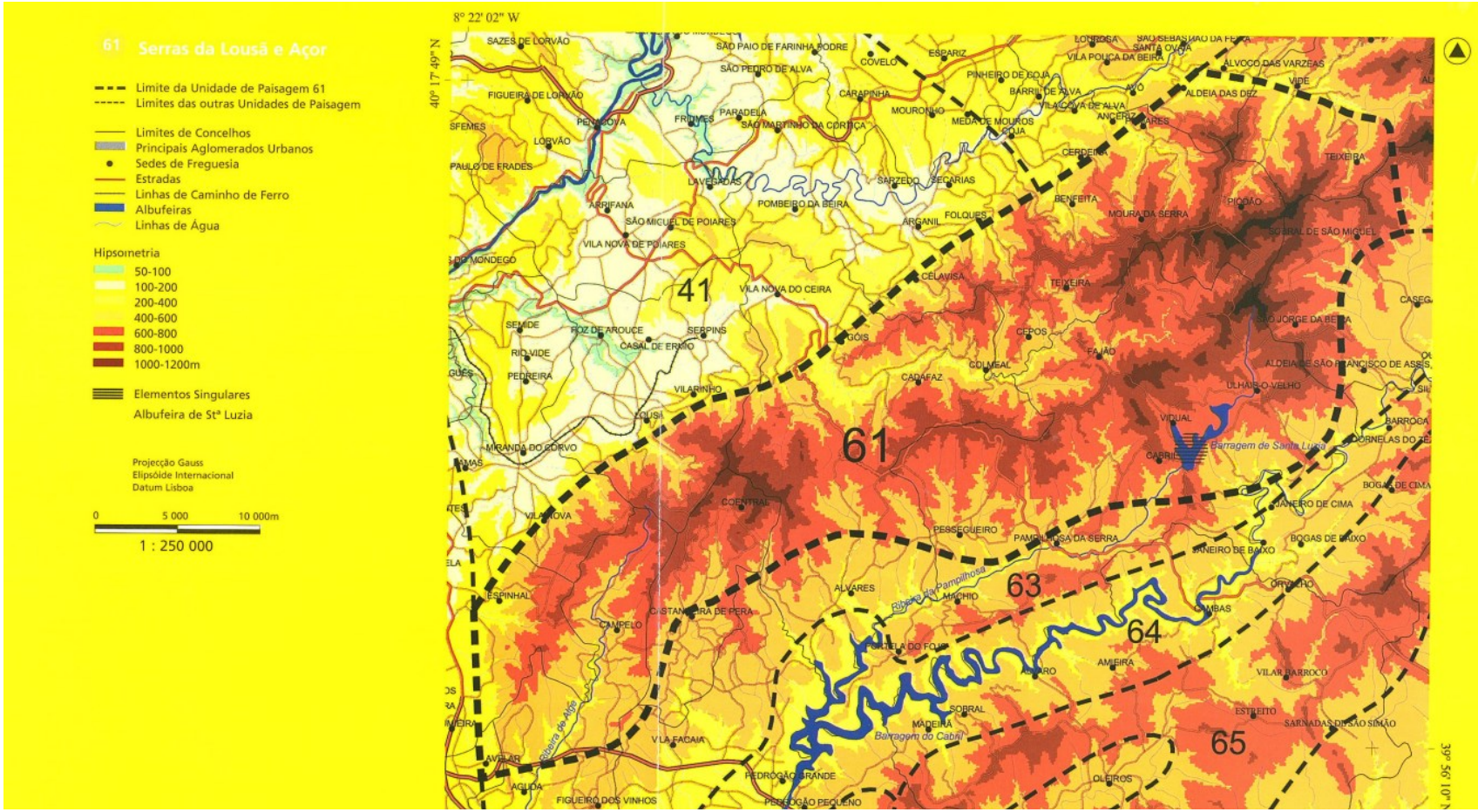


Figura 96 – UP61 (Fonte: DGOTDU, 2002).

"As Serras da Lousã e do Açor surgem no centro do país como um imenso relevo xistoso que constitui o prolongamento ocidental da Cordilheira Central Ibérica e, mais concretamente, a continuação da serra da Estrela mas significativamente mais baixo que esta (altitudes máximas de 1342 m em S. Pedro do Açor e de 1204 m na Lousã). Estas serras contêm enormes e escuras manchas florestais, dominadas por pinheiros e eucaliptos mas, também, extensas zonas de matos, correspondentes a situações marginais para uma utilização florestal (devido à presença de afloramentos rochosos e de encostas escarpadas), ou aos catastróficos incêndios que periodicamente têm devastado estas serras. Daqui resultam paisagens muitas vezes monótonas e esvaziadas de habitantes. (…)

A partir da realidade atual e tendo em atenção as funções que estas serras devem desempenhar relativamente às zonas baixas envolventes (com destaque para o equilíbrio do ciclo hidrológico, combate à erosão do solo, aumento da biodiversidade, desenvolvimento de atividades económicas complementares a uma agricultura mais intensiva), as orientações para a gestão desta unidade devem ser no sentido de:

- ✓ *Incentivar e valorizar as atividades agropastoris, em moldes diferentes das que já aqui existiram em tempos passados, uma vez que a isso conduz a enorme redução da população residente, as tecnologias de produção e os mercados (…);*
- ✓ *Ordenar e gerir os espaços florestais, tendo em atenção a abertura dos significativos corredores e clareiras (correspondentes às referidas áreas agropastoris) que impeçam a excessiva continuidade dos povoamentos florestais, realcem os efeitos de orla, reduzam os riscos de propagação de incêndios e contribuam para a permanência de residentes ativos nestes espaços (…);*
- ✓ *Melhorar acessos e requalificar aldeias que, integradas numa rede distribuída coerentemente nas serras, assegurem a permanência em condições dignas e atrativas de uma população ativa residente que cuide e tire partido dos recursos presentes (…)".*

Esta unidade abrange os territórios das freguesias de Aldeia de São Francisco de Assis, São Jorge da Beira e Sobral de S. Miguel.

9.6.1.3. U62

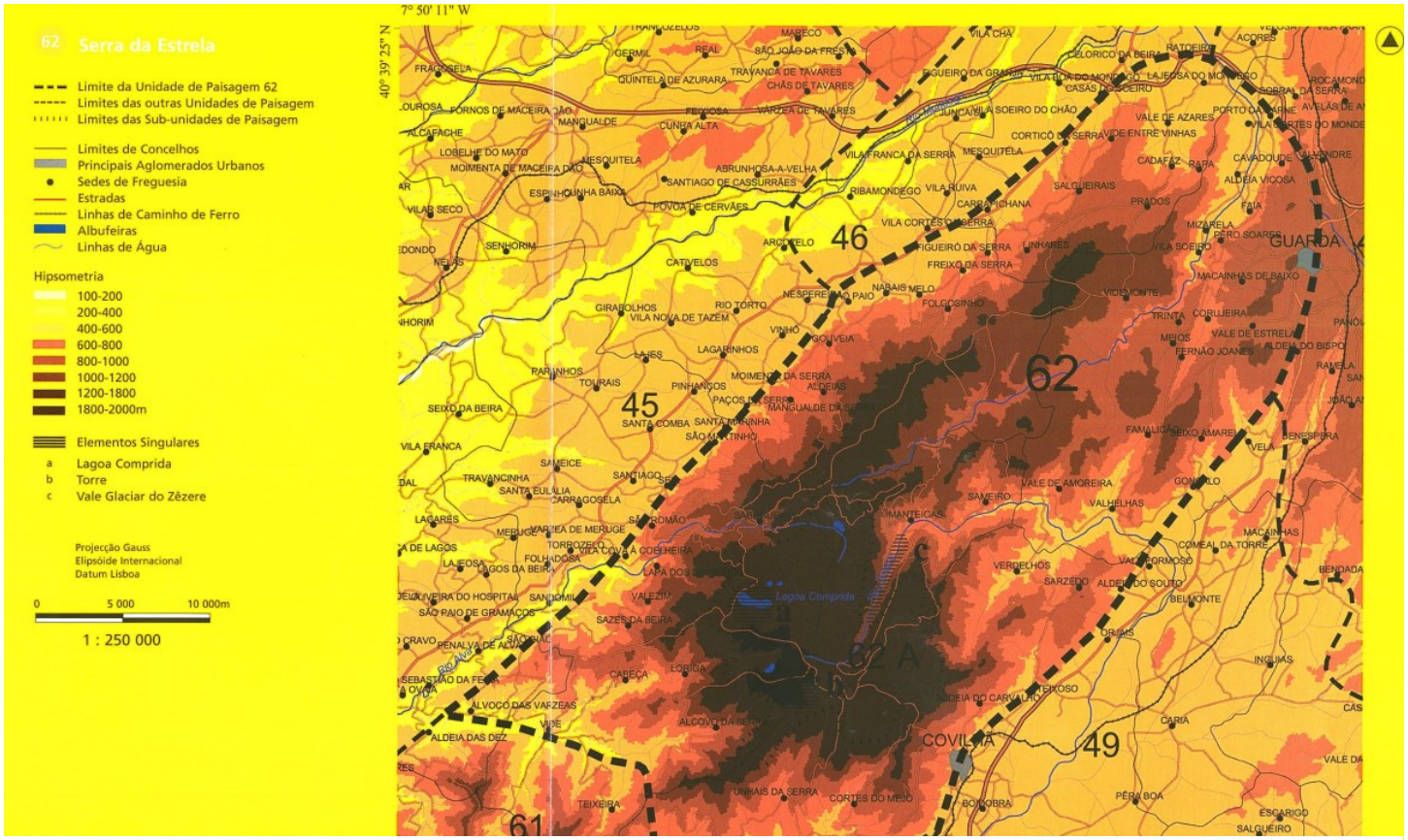


Figura 97 – UP62 (Fonte: DGOTDU, 2002).

" (…) Uma aproximação à Serra da Estrela faz percebê-la como um imenso bloco escuro e denso que nada revela da diversidade de situações que é, na realidade, o que define o seu verdadeiro caráter. Distingue-se neste maciço um imenso planalto central de onde partem os mananciais de água que rasgaram impressionantes vales como os dos rios Mondego e Zêzere 8. (…)

Para além dos horizontes rasgados, das condições climáticas muito agrestes, da rocha à superfície e da vegetação escassa e baixa, são inúmeros neste planalto os vestígios glaciários que determinam a modelação particular desta paisagem. (…)

A distribuição dos usos faz-se através de um zonamento estreitamente relacionado com a altitude e também da exposição dominante das encostas. As encostas mais íngremes encontram-se cobertas por pinhal. Os planaltos mais elevados, basicamente correspondentes ao que se designa por planalto central, recebem ainda no verão, o gado vindo da terra chã e confinados pelos donos a pastores profissionais. (…)

A economia serrana continua a estar muito ligada à criação de ovinos. O queijo da serra deve a sua existência aos rebanhos de ovelha bordaleira, cada vez em menor número, mas que ainda marcam o caráter desde maciço na primavera e verão ao som dos seus chocalhos. (…)

Unidade de paisagem com forte identidade resultante tanto das suas características naturais, como do seu conteúdo em termos históricos e culturais, isto é, a sua capacidade para ainda transmitir informação acerca das atividades e comunidades humanas que a foram transformando ao longo do tempo – a pastorícia, a agricultura, a produção florestal e as mais recentes indústrias. Esta unidade pode considerar-se, pela sua dimensão e particularidade, como única no contexto nacional. (…)

Os usos são no geral coerentes entre si e adequados às características biofísicas presentes. Em alguns casos, verificam-se problemas, nomeadamente quanto:

Às áreas florestais, que têm vindo a aumentar de forma significativa sem os devidos cuidados de ordenamento (composição e extensão das manchas florestadas) e gestão dos povoamentos. Os incêndios em matas e matos têm-se agravado ao longo dos últimos anos;

À sobre-exploração das pastagens, apesar do efetivo ovino ter sido reduzido para menos de metade relativamente ao início do século passado;

Á desqualificação urbano-ambiental das cidades e vilas que se encontram na periferia da serra, com expansões dispersas, contrariando aptidões biofísicas e/ou não integrando as novas edificações nos sítios (…).

A riqueza biológica é elevada a muito elevada, tanto ao nível florístico como faunístico, incluindo vários endemismos e espécies vulneráveis, em perigo ou ameaçadas.

Está sempre presente nesta unidade a grandiosidade e profundidade das paisagens, uma forte sensação de altitude, de imensidão e, por vezes, de mistério. A serra da Estrela transmite sensações contraditórias de aridez e frescura, de suavidade e agressividade, encontrando-se paisagens acolhedoras e inóspitas; em qualquer caso, tais paisagens provocarão sempre uma atitude de respeito pelo testemunho que dão da história da terra e das comunidades humanas que viveram em condições especialmente difíceis.

O abandono dos sistemas tradicionais, tanto agrícolas como pastoris, tem conduzido à transformação das paisagens que se vêm sujeitas a pressões crescentes por parte de novas atividades, como seja o turismo e a exploração florestal mais intensiva. Em termos de gestão futura, podem apontar-se como orientações de gestão fundamentais as seguintes:

- ✓ *Proteger e valorizar as linhas de água, lagoas e lagoachos naturais, incluindo a vegetação associada;*
- ✓ *Cuidadoso ordenamento e gestão das manchas florestais;*
- ✓ *Prestar especial atenção à delimitação e gestão das reservas botânicas, bem como promover alternativas para a produção de espécies ameaçadas mas que têm inegável valor comercial;*
- ✓ *Promover um planeamento cuidado das atividades pastoris, incluindo o ordenamento e valorização das pastagens, bem como as respetivas capacidades de carga;*
- ✓ *Manter e incentivar atividades agropastoris, tirando partido dos conhecimentos tradicionais e valorizando-as em termos qualitativos (utilização de sementes e plântulas autóctones, incentivos para a aplicação de técnicas e processos da agricultura biológica);*
- ✓ *Ordenar as atividades humanas nas zonas especialmente valiosas e sensíveis do ponto de vista natural, o que envolve a determinação de capacidades de carga e posteriores condicionamentos ao acesso e à circulação de visitantes, à prática de desportos radicais, etc.;*

✓ *Controlar de forma eficaz a construção de edifícios e de infraestruturas, tanto nos perímetros urbanos como fora deles. (…).”*

Esta unidade abrange, na totalidade ou em parte, as seguintes freguesias: Sarzedo, Vila do Carvalho, Teixoso, Cortes do Meio, Unhais da Serra e Erada.

9.6.1.4. U63

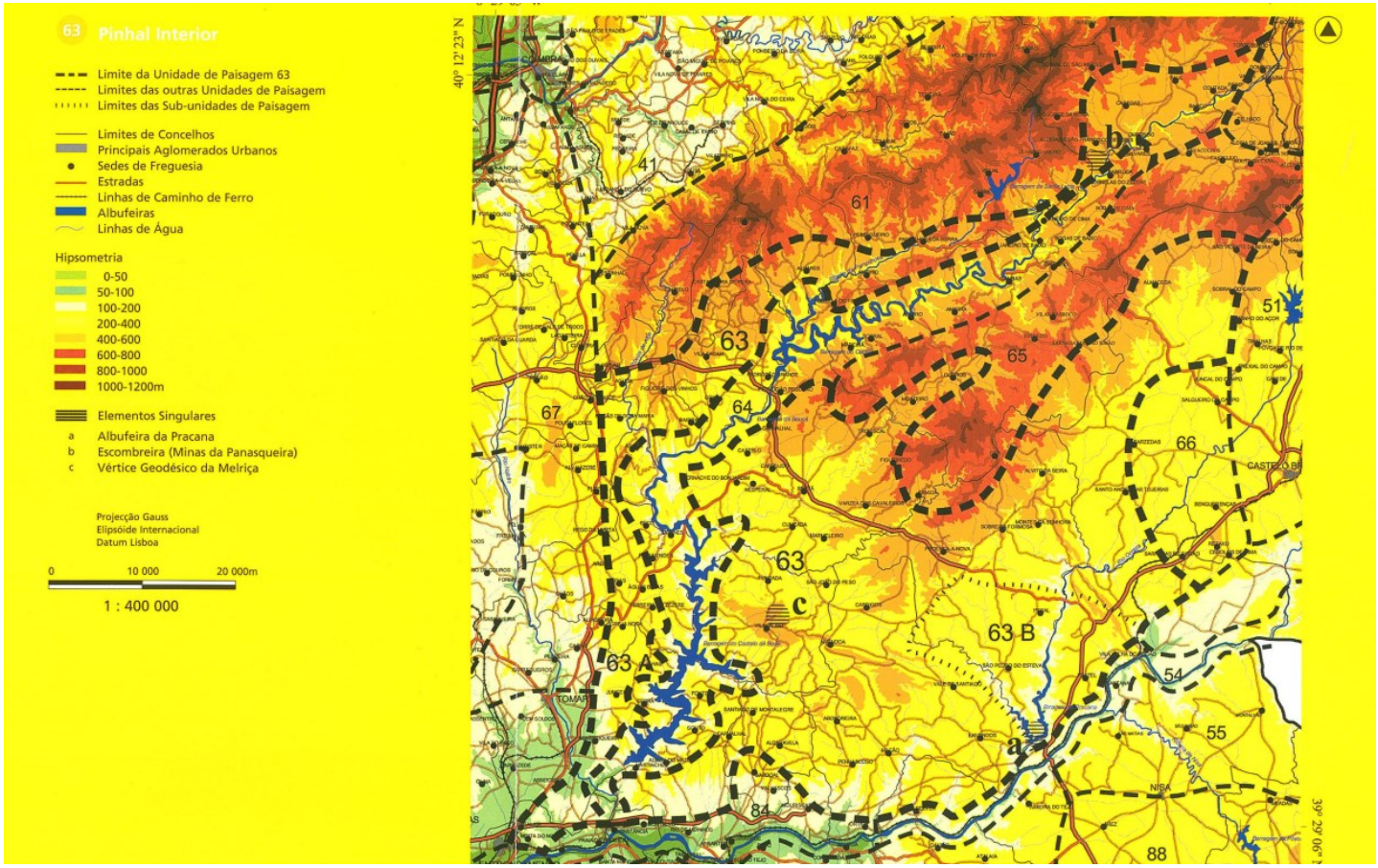


Figura 98 - UP63 (Fonte: DGOTDU, 2002).

Trata-se de uma paisagem "(...) *simultaneamente calma e desordenada; as muitas marcas deixadas pelos incêndios traduzem e acentuam essa falta de ordem. O silêncio, a excessiva quietude e a monotonia visual causada pelas enormes manchas florestais, a par de uma forte sensação de inalterabilidade, quase se tornam sufocantes. Esta unidade insere-se numa vasta região florestal (...). A vegetação ripícola presente ao longo de algumas linhas de água que cortam a unidade, confere uma muito limitada dinâmica visual à paisagem ao longo ano, devido ao tom verde fresco e à queda da sua folhagem (freixos, choupos, amieiros, salgueiros), em contraste com a matriz mais geral constituída pelo verde mais seco dos pinheiros e eucaliptos. Também os matos, na primavera, pontuam a paisagem com cores vivas da sua floração (tojos, urzes, giestas e estevas)(...). Sente-se a paisagem como quase despovoada, sendo possível percorrer muitos quilómetros sem se verem pessoas ou animais*".

Pode afirmar-se que nesta unidade de paisagem é muito fraca a coerência de usos. De facto, apesar de se reconhecer que tem uma aptidão genérica para a floresta, a forma como esta tem vindo a ocupar indiscriminadamente quase todo o território, sem consideração pela diversidade biofísica e pelas comunidades humanas instaladas, faz com que esteja muito longe dum equilíbrio funcional e ecológico e, portanto de uma paisagem sustentável.

Quanto a "riqueza biológica", parece não haver dúvidas de que se trata de uma unidade que demonstra atualmente incapacidade para suportar uma significativa diversidade de espécies vegetais e animais, não se encontrando referências à presença de espécies raras e/ou de elevado valor para a conservação. (…)

Quanto a sensações, e retomando o que se referiu antes, esta unidade de paisagem pode caracterizar-se pela monotonia (no espaço e no tempo, ao longo dos ciclos anuais), ausência de movimento, fraca diversidade sonora, no geral com aberturas visuais muito limitadas. Esta apreciação, globalmente negativa, não impede que as exceções que aqui e ali vão surgindo, suscitem sensações muito agradáveis, realçadas até pelo contraste com a envolvente geral (vales agricultados, olival em socalcos, linhas de água e vegetação associada, presença de aglomerados urbanos, exuberância de trechos paisagem com horizontes amplos). (…)

A proteção e valorização das linhas de água, à semelhança do que se passa em muitas outras unidades de paisagem, merece uma atenção especial, na medida em que se trata de elementos

paisagísticos que podem contribuir de forma decisiva para a conservação dos recursos hídricos e da biodiversidade.

As ações de ordenamento e gestão florestal devem privilegiar a multifuncionalidade, tendo em atenção e tirando partido da diversidade de situações ecológicas presentes. Neste sentido, deverá ser considerada como prioritária a introdução de clareiras e de uma rede de compartimentação nos atuais povoamentos contínuos, o que implicará a instalação de pastagens e o seu aproveitamento através de sistemas de exploração silvopastoris adequados (presumivelmente com base em caprinos e ovinos); se, em estreita articulação com este tipo de atuações, forem consideradas ações enérgicas com o objetivo de promover a conservação do solo e da água, (matas e matos essencialmente de proteção nos cabeços e zonas de cabeceiras das linhas de água, bem como nas encostas com elevados riscos de erosão), estarão também criadas as condições para a valorização de atividades complementares de caça e pesca, de apicultura, de turismo, etc. (…).”

Esta unidade de paisagem integra o setor sul-oeste do concelho, nomeadamente a área das freguesias de Peso, Coutada, Barco, Casegas e Ourondo.

9.6.2. Estratégias e Recomendações

O estudo da paisagem com vista ao seu ordenamento e gestão é mais compreensível quando traduzido na definição de unidades de paisagem.

As unidades de paisagem, com dinâmicas naturais e socioeconómicas diferenciadas, são importantes para informar as estratégias de planeamento.

No âmbito da elaboração do PDM, a estratégia para os recursos naturais deverá suscitar medidas e ações suscetíveis de assegurar uma racional utilização dos recursos num quadro de sustentabilidade ambiental. As naturezas estratégicas para o desenvolvimento das medidas de qualificação da paisagem deverão focar-se na multiplicação de usos, garantindo a perenidade dos sistemas naturais, a valorização dos sistemas com valor único notável. Deverão igualmente respeitar os princípios fundamentais de aptidão natural que detém.

Assim, foram definidos como eixos prioritários de intervenção os elementos que se apresentam de seguida.

✓ CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - Defesa continuada das áreas prioritárias para a conservação da natureza, quer as já identificadas quer outras que revelem interesse para a manutenção da biodiversidade e da integridade dos ecossistemas naturais.

✓ GESTÃO DA FLORESTA - Planeamento e a gestão dos espaços silvestres deverá ser realizada numa perspetiva de uso múltiplo, pois cada vez mais e para além das funções mais tradicionais de produção e proteção, cada vez mais estes espaços assumem grande importância, pois começam a ser referenciadas e procurados para outras funções, tais como sejam o recreio e o lazer, fonte de produtos específicos, tais como frutos, plantas medicinais e aromáticas;

✓ REQUALIFICAÇÃO DO SISTEMA HIDROGRÁFICO - Garantir as condições que defendem e valorizem a conservação dos recursos água e solo, como o controlo da erosão, da minimização dos riscos de cheias, da reabilitação da qualidade da água, bem como da promoção de ações que privilegiem a intervenção recreativa ao longo das linhas de água, na perspetiva da criação de espaços de recreio nas margens do rio Zêzere.

✓ DINAMIZAÇÃO DO TURISMO DA NATUREZA E DE SISTEMAS DE ESPAÇOS DE RECREIO - Localização dos espaços verdes de recreio deverá ter em conta a aptidão biofísica dos solos como forma de proteger e valorizar os recursos naturais, bem como uma articulação estreita com a rede de percursos pedonais.

9.7. Potenciais Disfunções Ambientais

As Unidades de Paisagem definidas colocam em evidência a estrutura e a organização do território desde o modelo de gestão do solo florestal, que acarreta um sem número de ameaças. Referem-se à silvicultura intensiva, com tradução nos povoamentos monoculturais com domínio do eucalipto, espécies invasoras (mimosas e ailantos), incêndios florestais, abate de povoamentos florestais autóctones, o quadro complexo de relações de propriedade, a inexistência do cadastro da propriedade.

Só na paisagem florestal podemos identificar uma série de riscos, desde a conservação das espécies protegidas (fauna e flora), despoletando divergências na conservação da Natureza. Ainda no espaço floresta identificaram-se igualmente outras ameaças, como a caça, a apanha

de espécies proibidas, a deposição ilegal de lixos e entulhos, bem como a existência de sucatas ilegais.

No âmbito do sistema hidrográfico destaca-se alguma contaminação das águas dos rios, a degradação e depleção das galerias ripícolas, assim como o estado de degradação do património construído localizado ao longo dos cursos de água, bem como a expansão da mancha urbana em prol da perda de áreas agrícolas.

A Ribeira da Goldra com uma extensão de 1500 m está delimitada por numerosos edifícios de caráter industrial, restando poucos em funcionamento, alguns estão abandonados e outros foram recuperados pela Universidade da Beira Interior. A Ribeira da Carpinteira com cerca de 2400m de comprimento está delimitada por inúmeros muros e edifícios de caráter industrial e possui maior turbulência de águas, sendo o seu leito granítico e polido.

A Câmara Municipal da Covilhã viu aprovadas candidaturas a programas da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), para limpeza de cursos de água no concelho.

Foi feita uma intervenção envolvendo a "totalidade" da Ribeira da Goldra e "alguns troços" da Ribeira da Carpinteira com trabalhos que envolvem nomeadamente o corte da vegetação que está a invadir os leitos, trabalhos orientados para a limpeza de zonas atingidas por incêndios, e limpeza de troços.

O mesmo programa aprovou também intervenções em cursos de água em freguesias rurais. Foram feitas intervenções no Rio Zêzere, na freguesia do Barco e vários afluentes naquela freguesia, e nas Ribeiras do Paul, Cortes e Erada que também foram atingidas por incêndios.

Para além destas intervenções é também importante fazer campanhas de sensibilização, uma vez que está ainda arreigado nas populações que as ribeiras são locais de despejo.

As intervenções preconizadas pela Câmara Municipal visam os seguintes objetivos:

- ✓ a conservação do património existente (pisões, lavadouros, tecelagens, fiações e râmolas de sol, vestígios de rodas hidráulicas) resultante de uma grande concentração fabril nos séculos XVIII e XIX;
- ✓ a criação de um corredor ecológico através das ribeiras, permitindo o regresso da fauna aquática desaparecida como o barbo, a iró (enguia de água doce), o ruivaço e a truta;

✓ a proteção da vegetação autóctone como o salgueiro branco (*Salix alba*) e o sabugueiro (*Sambucus nigra*);

✓ a proteção da vegetação não autóctone como o castanheiro (*Castanea sativa miller*), as canas e as giestas (*Sathothamnus sgoparius*);

✓ a criação de zonas de lazer e de passeios ribeirinhos, revitalizando o interesse da comunidade pelas suas ribeiras - as principais promotoras do desenvolvimento da cidade.

A pressão urbana descontrolada, a proliferação casuística de unidades industriais, o ruído provocado pelo tráfego das vias estruturantes, com destaque para a auto-estrada A4, bem como a densidade de infraestruturas rodoviárias.

Também a poluição sonora, cuja análise é feita com base no Mapa de Ruído do concelho da Covilhã, pode ser considerada uma disfunção ambiental.

A Câmara Municipal possui Mapa do Ruído para a área do Concelho, elaborado em 2005 ao abrigo do Decreto-Lei n.º292/2000, de 14 de novembro13. O mesmo foi aprovado pela Assembleia Municipal em reunião de 15 de fevereiro de 2008, sob proposta da CMC em reunião de Câmara de 22 de janeiro de 2008.

Face ao tempo decorrido sobre a elaboração desse mapa e as alterações ocorridas à legislação aplicável e hoje em vigor, importa proceder-se à sua atualização, pois: As cartas de ruído são instrumentos essenciais no diagnóstico e gestão do meio ambiente sonoro. Sendo uma fonte de informação para técnicos de planeamento do território e para os cidadãos em geral, pretende-se que com estas seja possível planear, prevenir ou corrigir situações, gerando uma melhoria na qualidade do meio ambiente sonoro. Nas zonas junto a vias de transportes, a atividades industriais, a atividades comerciais e a áreas urbanas em geral, as cartas de ruído revelam-se de grande importância no que se refere às novas políticas de melhoria do ambiente sonoro. Os mapas de ruído são considerados como formas privilegiadas de diagnóstico para avaliação da exposição das populações ao ruído e como instrumentos que estão na base para a elaboração dos planos de redução de ruído.

Neste caso concreto importa reter quais as conclusões que o estudo apresenta em termos das principais fontes de ruído no concelho, destacando-se neste contexto:

✓ As principais vias em termos de emissão sonora são por ordem decrescente de importância o IP2, A23, EN230 (sobretudo até ao cruzamento com a EN343-1), EN343-1 (nomeadamente até à localidade de Paul). De salientar que o troço da A23 que atravessa o concelho se encontra suficientemente longe dos principais aglomerados;

✓ Os acessos norte da A23 bem como o acesso sul acabam por ter uma contribuição algo significante no ambiente sonoro local apesar de serem zonas de baixa densidade populacional, de salientar a existência de barreiras acústicas neste ultimo acesso, que denotam uma eficiência razoável em termos de redução da exposição ao ruído do edificado existente, mas que futuramente se poderão mostrar insuficientes com a expansão do edificado nas áreas envolventes ao acesso sul, se não se tomarem em conta medidas mitigadoras em relação ao ruído gerado pelos acessos bem como da própria A23;

✓ De notar a pouca influência da linha ferroviária no ambiente sonoro local.

✓ A zona Industrial do Tortosendo, com uma área de 81.000 m2, está localizado a cerca 3 km da Covilhã e menos de 1 km de Tortosendo, atualmente, encontram-se aí sedeadas cerca de 184 empresas que se dedicam aos lanifícios, vestuário, metalomecânica, construção civil entre outras atividades tendo sido identificadas algumas atividades ruidosas dentro da zona industrial, mas com uma contribuição reduzida fora do limite de zona industrial;

✓ A Zona Industrial do Canhoso encontra-se a cerca de 2 km de distância do centro da Covilhã cujo acesso se faz com recurso à variante à Covilhã ou pelo Eixo TCT (Teixoso/Covilhã/Tortosendo). A área da Zona industrial do Canhoso é de aproximadamente 541.700 m2 onde se encontram a laborar, neste momento, 40 empresas cujas atividades são entre outras, os lanifícios, vestuário, construção civil, metalomecânica tento também sido identificadas algumas atividades ruidosas dentro do perímetro industrial, mas com pouca influência no ambiente sonoro na envolvente das mesmas;

✓ As Minas da Panasqueira têm uma contribuição em termos de emissão sonora elevada nas áreas envolventes, tanto no período diurno como noturno visto estarem situadas numa zona desfavorável em termos de altimetria, sendo praticamente toda a sua envolvência ocupada por habitação a uma cota superior ao das minas, estando também localizadas áreas de lazer/desportivas bastante próximas do perímetro industrial.

Em conclusão, os níveis sonoros na área em estudo são compatíveis com os limites estabelecidos, com exceção das zonas em cima descritas, bem como na imediata envolvente de algumas indústrias dispersas no concelho da Covilhã.

No entanto, caso no futuro se verifique uma degradação do ambiente sonoro concelhio, provocada pelo aumento de tráfego rodoviário/novos traçados de vias devem-se acautelar medidas preventivas. As mais indicadas passam pelo controlo de tráfego rodoviário (caso seja possível ter circuitos alternativos), implementação de barreiras acústicas, a coordenação do trânsito de forma a torná-lo o mais fluído possível, evitando ao máximo situações de acelerações e desacelerações bruscas poderá ser igualmente uma medida preventiva eficaz de controlo de ruído.

10. Uso e Ocupação do Solo

10.1. Ocupação do Solo

A análise da Ocupação do Solo compreende a consulta de duas fontes: a Carta de Ocupação do Solo 2018 (COS 2018), disponibilizado pela Direção geral do Território, e os dados estatísticos do Inventário Florestal Nacional (IFN) do ICNF.

As cartas seguintes ilustram as classes de uso e ocupação do solo no Concelho da Covilhã. Esta classificação foi criada, com o objetivo de fornecer uma informação mais precisa da localização dos principais grupos de uso e ocupação do solo, mas tendo em atenção as espécies ou grupos florestais de características semelhantes, o que para o risco de incêndio é de grande importância.

O mapeamento das classes de uso e ocupação do solo permitem uma leitura geral do aproveitamento dos recursos territoriais e percecionar macropaisagens que refletem a diversidade do território continental.

Torna-se assim, de maior importância, que as decisões políticas em matéria de ordenamento do território, sejam cientificamente e tecnicamente suportadas, para que os decisores tomem decisões politicas que aumentem a vulnerabilidade e a resiliência perante todas as alterações que se vem a verificar bem como as que se vão ainda verificar: seja pelo homem ou pelas alterações climáticas.

De facto, as decisões tomadas, tem efeitos no clima e consequentemente nas pessoas por exemplo: as alterações no uso e ocupação do solo decorrentes do abete de arvores tem efeitos na temperatura, na exposição das comunidades e na segurança e saúde das mesmas, podendo originar eventos extremos como ondas DE CALOR cheias entre outros que serão explicados detalhadamente no capítulo 15.

Verifica-se assim que as medidas tomadas no uso do solo têm uma relação direta com as alterações climáticas dai o planeamento do território ser tão importante pois pode exercer um efeito mitigador e desacelerador do efeito das alterações climáticas.

10.1.1. Análise da COS 2018

A Carta de Uso e Ocupação do Solo (COS) trata-se de um produto nacional desenvolvido e disponibilizado pela Direção Geral do Território (DGT) que, tal como o nome indica, visa retratar as diferentes ocupações do solo nacional ao longo do tempo.

A Carta de 2018 apresenta um conjunto de informações muito ricas e bastante completas. Abrange tópicos desde o mapeamento das classes de uso e ocupação do solo até aos tipos de culturas e florestação. Assim, ao consultar a COS podemos compreender não só o estado atual do solo em Portugal como também entender as consequências da sua condição e até prever futuras tendências, tais como:

O Concelho da Covilhã, apresenta menos 5% do seu território artificializado.

No que se refere à Pastagem e à Agricultura, o Concelho apresenta uma variação entre 0 a 3% e 20% a 35%, respetivamente.

A floresta tem uma enorme expressão territorial em todo o território continental, mas sobretudo na região Centro, onde um conjunto significativo de municípios contíguos apresenta uma ocupação florestal superior a 60%. Na Covilhã, a percentagem de floresta ronda entre os 45% e os 60%.

Relativamente à percentagem de mato no Concelho da Covilhã, a mesma varia entre os 10% e os 20%.

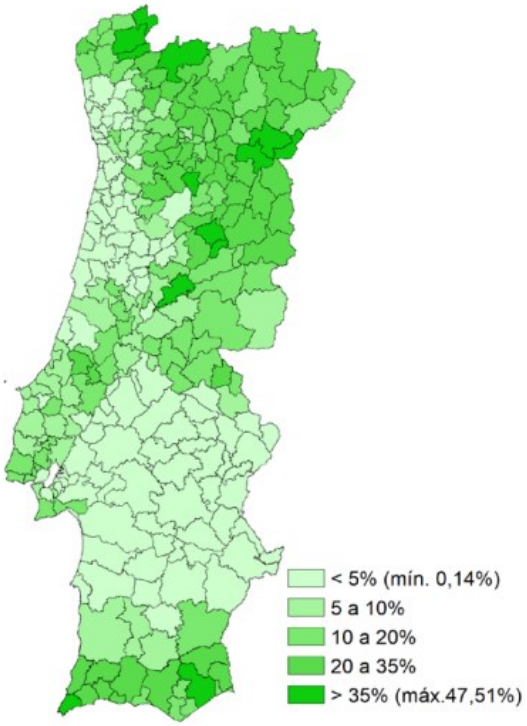


Figura 99 – Mapa dos Matos em Portugal Continental por classes (Fonte: DGT 2020).

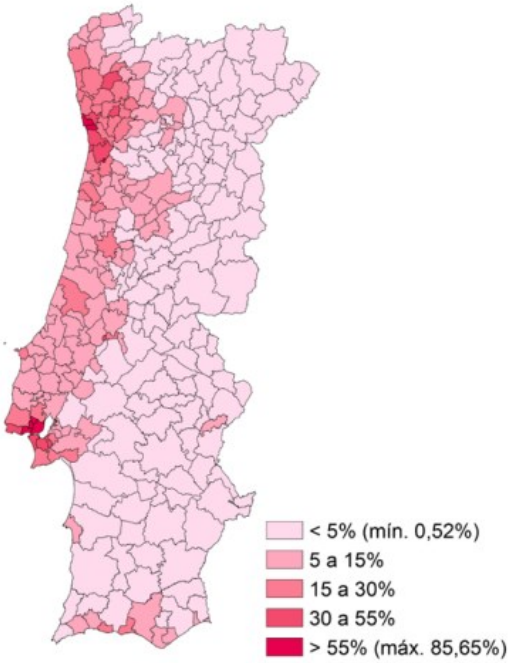


Figura 100 - Mapa dos Territórios Artificializados em Portugal Continental por classes (Fonte: DGT 2020).

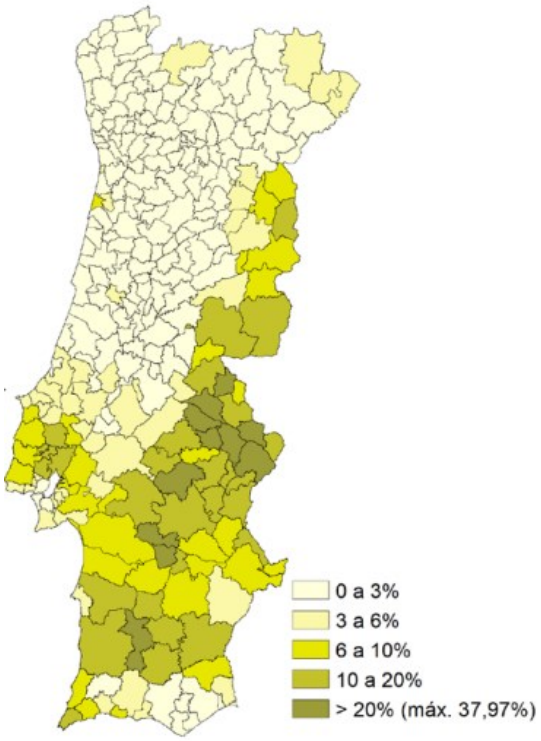


Figura 101 - Mapa das Pastagens em Portugal Continental por classes (Fonte: DGT 2020).

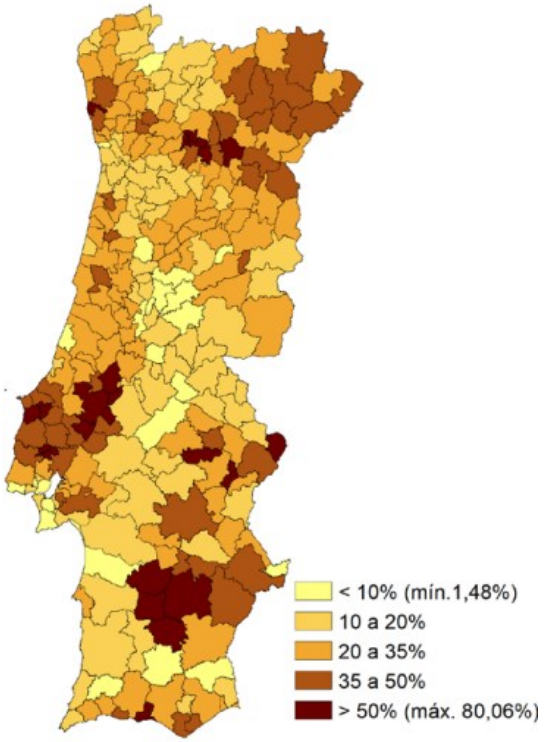


Figura 102 - Mapa dos Terrenos Agrícolas em Portugal Continental por classes (Fonte: DGT 2020).

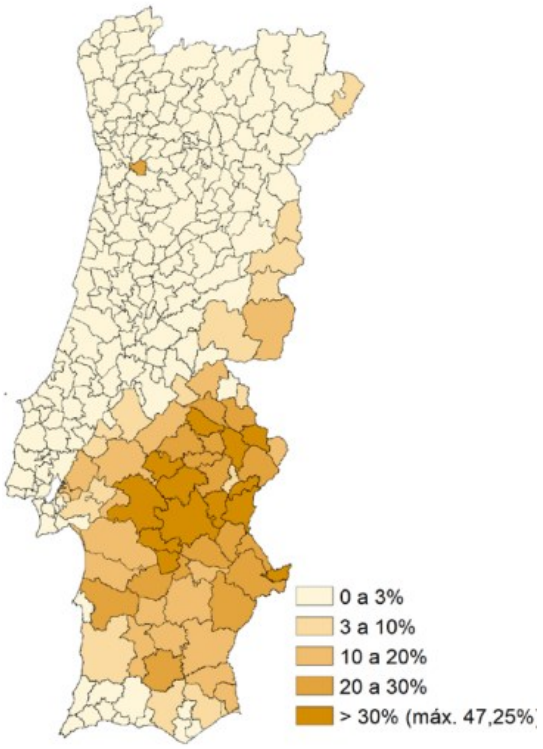


Figura 103 - Mapa dos Sistemas Florestais em Portugal Continental por classes (Fonte: DGT 2020).

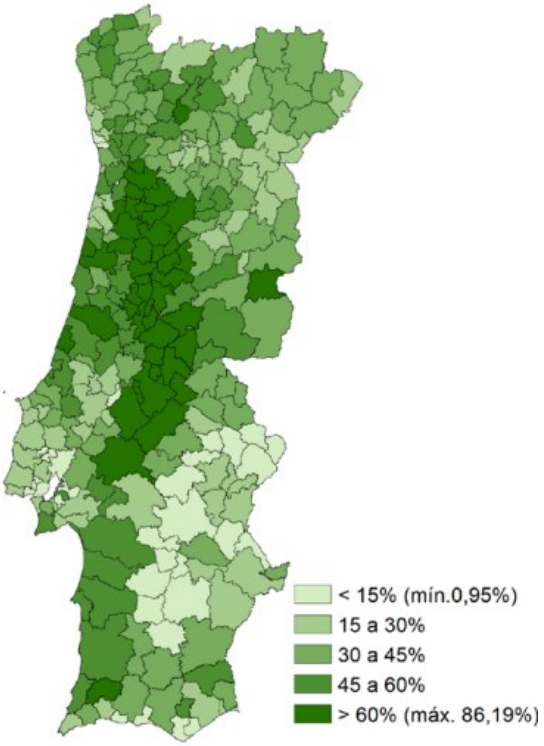


Figura 104 - Mapa dos Terrenos Florestais em Portugal Continental por classes (Fonte: DGT 2020).

A COS aqui analisada é uma cartografia de polígonos, que representam unidades de ocupação/uso do solo homogéneas designados por nomenclaturas, mais precisamente 83 classes, ou seja, mais 35 classes do que a COS2015.

As classes de ocupação do cos agregam-se em vários usos dominantes, nomeadamente:

1. Territórios artificializados – Superfície de território destinada a atividades de intervenção humana. Esta classe inclui áreas de tecido edificado, áreas industriais, áreas comerciais, áreas dedicadas ao turismo, infraestruturas, rede rodoviária e ferroviária, áreas de serviços, jardins e equipamentos.

    a. Tecido Edificado – Consiste essencialmente em zonas construídas de tipologia urbana. Estas zonas podem ser classificadas em áreas de tecido edificado contínuo e tecido edificado descontínuo.

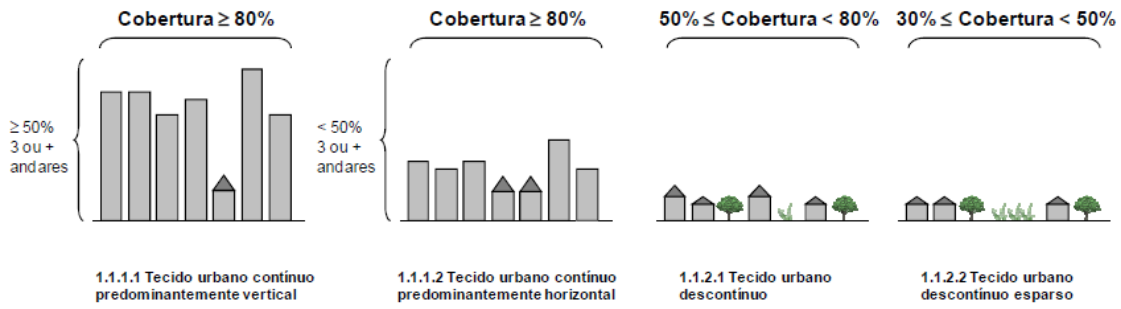


Figura 105 - Tipologia dos Tecidos Edificados (Fonte: DGT 2019).

    b. Indústria, Comércio e Instalações Agrícolas - Áreas principalmente ocupadas por estruturas relativas à atividade industrial e comercial incluindo áreas associadas. Inclui instalações de apoio à exploração agropecuária.

    c. Infraestruturas - Infraestruturas de produção de energia, infraestruturas de águas e tratamento de resíduos.

    d. Transportes - Áreas ocupadas por redes viárias e ferroviárias, áreas portuárias e aeroportos e aeródromos.

e. Áreas de extração de inertes, áreas de deposição de resíduos e estaleiros de construção - Áreas artificializadas principalmente ocupadas por atividades extrativas, estaleiros de construção, zonas de deposição de resíduos e áreas associadas a todas estas atividades.

f. Equipamentos - Áreas artificializadas ou áreas naturais aproveitadas para uso recreativo e de lazer. Incluem se nesta categoria os verdes equipados, equipamentos de desporto e de lazer, cemitérios, equipamentos públicos e privados e equipamentos culturais.

g. Parques e jardins - Áreas verdes inclusas ou adjacentes ao tecido edificado, de uso predominantemente público, e com funções de recreio e de enquadramento da estrutura edificada. Inclui parques, zonas verdes de áreas residenciais, cemitérios, jardins botânicos e jardins zoológicos.

2. Áreas agrícolas e agroflorestais - Área utilizada para agricultura, constituída por culturas anuais, culturas permanentes e agricultura protegida e viveiros.

    a. Culturas temporárias - As culturas temporárias são aquelas cujo ciclo vegetativo não excede um ano (anuais) e as que não sendo anuais são ressemeadas com intervalos que não excedem os 5 anos (por exemplo: morangos, espargos). Estas culturas encontram-se normalmente sob regime de rotação anual ou plurianual. Inclui culturas regadas, não regadas, culturas em campos inundados (e.g. arrozais). Inclui também terrenos em regime de pousio agrícola até um máximo de 5 anos.

    b. Culturas permanentes - Áreas de culturas que ocupam a terra durante um longo período e fornecem repetidas colheitas, não entrando em rotações culturais. Esta classe não inclui prados e pastagens permanentes. No caso das árvores de fruto só são considerados os povoamentos com densidade mínima de 100 árvores/ha ou de 45 árvores/ha no caso de oliveiras, figueiras e árvores de frutos secos. Fazem parte desta classe os pomares, olivais e vinhas para produção.

c. Áreas agrícolas heterogéneas - Áreas agrícolas com diversos tipos de associações entre culturas temporárias, pastagens, culturas permanentes e áreas de floresta e/ou vegetação natural e/ou zonas húmidas e/ou corpos de água. Inclui culturas temporárias e/ou pastagens associadas a culturas permanentes, culturas temporárias ou permanentes cultivadas sob coberto florestal, áreas de mosaicos de culturas temporárias, pastagens e culturas permanentes, e paisagens em que as culturas e pastagens se encontrem misturadas com áreas naturais ou seminaturais.

d. Agricultura protegida e viveiros - Agricultura protegida de espécies agrícolas e viveiros agrícolas, florestais e de plantas ornamentais. A agricultura protegida pode ser de plástico ou vidro, entre outros materiais, tendo de ser acessíveis ao homem (no seu interior uma pessoa pode trabalhar de pé e na vertical).

3. Pastagens

    a. Pastagens - Áreas com ou sem intervenção humana ocupadas com vegetação essencialmente do tipo herbácea, quer cultivada (semeada) quer natural (espontânea), que não estejam incluídas num sistema de rotação da exploração e que ocupem uma área superior ou igual a 25% da superfície.

4. Superfícies agroflorestais (SAF)

    a. Superfícies agroflorestais - As superfícies agroflorestais consistem na consociação (associação vertical numa mesma parcela) de culturas temporárias e/ou pastagens (melhoradas ou espontâneas pobres) e/ou culturas permanentes com espécies florestais com um grau de coberto superior ou igual a 10%.

5. Florestas

    a. Florestas - Terrenos com uso florestal, ocupados por árvores florestais, ou temporariamente desarborizados em resultado de cortes culturais ou cortes extraordinários devidos a perturbações bióticas (pragas, doenças) ou abióticas (incêndios, tempestades). As árvores originadas por regeneração natural,

sementeira ou plantação, devem atingir uma altura maior ou igual a 5 metros e no seu conjunto apresentarem um grau de coberto maior ou igual a 10%.

O sobcoberto não é dedicado à agricultura (classes 4.1.1.x) nem a atividades recreativas quando inseridas num contexto urbano (classe 1.7.1.1). Estão incluídos os terrenos ocupados por árvores florestais, vivas ou mortas, resultantes de regeneração natural, sementeira ou plantação, cortes rasos, novas plantações florestais e superfícies recentemente afetadas por incêndios florestais em processo de regeneração há menos de 5 anos.

6. Matos
    a. Matos - Áreas naturais de vegetação espontânea, pouco ou muito densa, em que o coberto arbustivo (e.g., urzes, silvas, giestas, tojos, zambujeiro) é superior ou igual a 25%. Inclui olivais abandonados se inferior a 45 árvores/ha.
7. Espaços descobertos ou com pouca vegetação
    a. Espaços descobertos ou com pouca vegetação - Áreas naturais com pouca ou nenhuma vegetação em que se incluem rocha nua, praias e areais e vegetação esparsa em que a superfície com vegetação arbustiva e herbácea ocupa uma área inferior a 25%.
8. Zonas Húmidas
    a. Zonas Húmidas - Áreas interiores ou litorais, cobertas temporariamente ou permanentemente por água doce, salgada ou salobra, corrente ou estagnada, que incluem pauis, sapais, juncais, caniçais halófitos e zonas entremarés.

Áreas da margem de lagoas, rios e ribeiros ou de brejos e pântanos eutróficos, onde se verifique a predominância de solos húmidos alagados, permanentemente ou temporariamente, por água doce ou salobra. Inclui ainda zonas de águas paradas com coberto vegetal particular, constituído por arbustos baixos e espécies lenhosas ou semilenhosas.

9. Massas de água superficiais - Superfícies de água doce que incluem cursos de água e planos de água, naturais, fortemente modificados e artificiais; superfícies de água salgada, que incluem oceanos, e/ou de água salobra que incluem lagoas costeiras e desembocadura fluvial.

a. Massas de água interiores - Águas de superfície, com exceção das águas de transição, e águas costeiras, onde se incluem os cursos de água e planos de água, naturais, águas superficiais criadas pela atividade humana e outros cursos de água cujas características foram consideravelmente modificadas pela atividade humana. Incluem as lagoas interiores, charcas, albufeiras, e reservatórios de açudes.

b. Aquicultura - Planos de água utilizados para aquicultura de peixes de água doce e salgada.

c. Massas de água e transição e costeiras - Oceanos e outros planos de água salgada. Inclui águas costeiras salobras separadas do mar por cordões arenosos ou lodosos e estuários.

Para facilitar a análise, optou-se por agrupar as 9 classes, em 5 classes de ocupação:

1. Territórios artificializados;
2. Áreas agrícolas e agroflorestais;
3. Florestas e meios naturais e seminaturais;
4. Zonas Húmidas;
5. Corpos de água.

Esta carta enquadra-se numa série temporal com cinco anos de referência (1995, 2007, 2010, 2015 e 2018) e apresenta uma consistência temática, espacial e temporal que permite análises comparativas entre as diferentes versões, sendo possível concluir o seguinte pela observação dos mapas que se seguem:

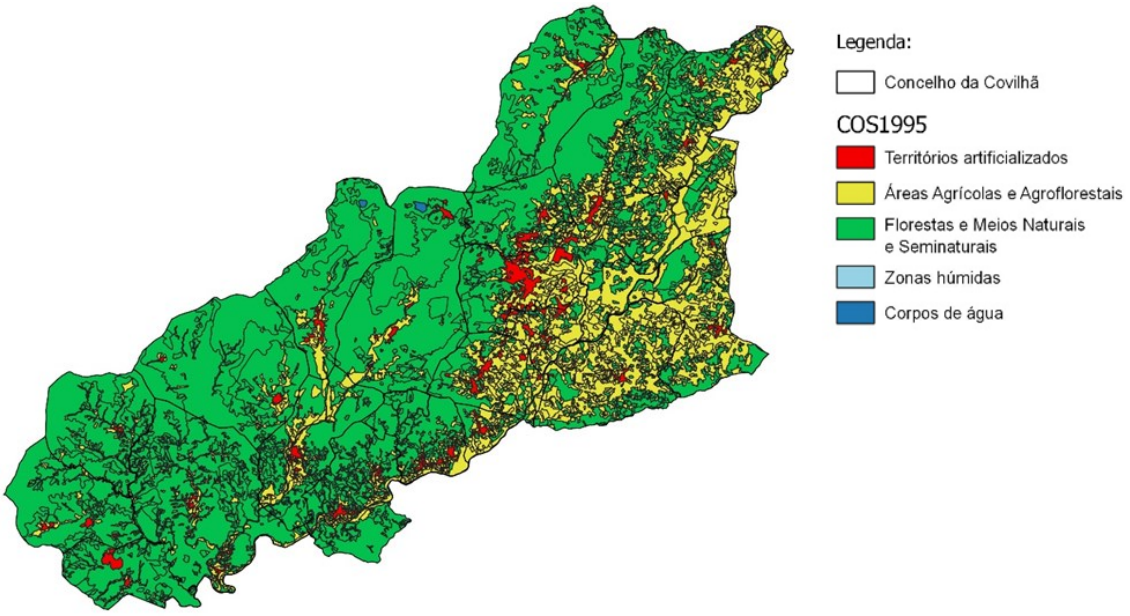


Figura 106 - Carta de Uso e Ocupação do Solo 1995 (Fonte: DGT/ Mapa: Elaboração própria).

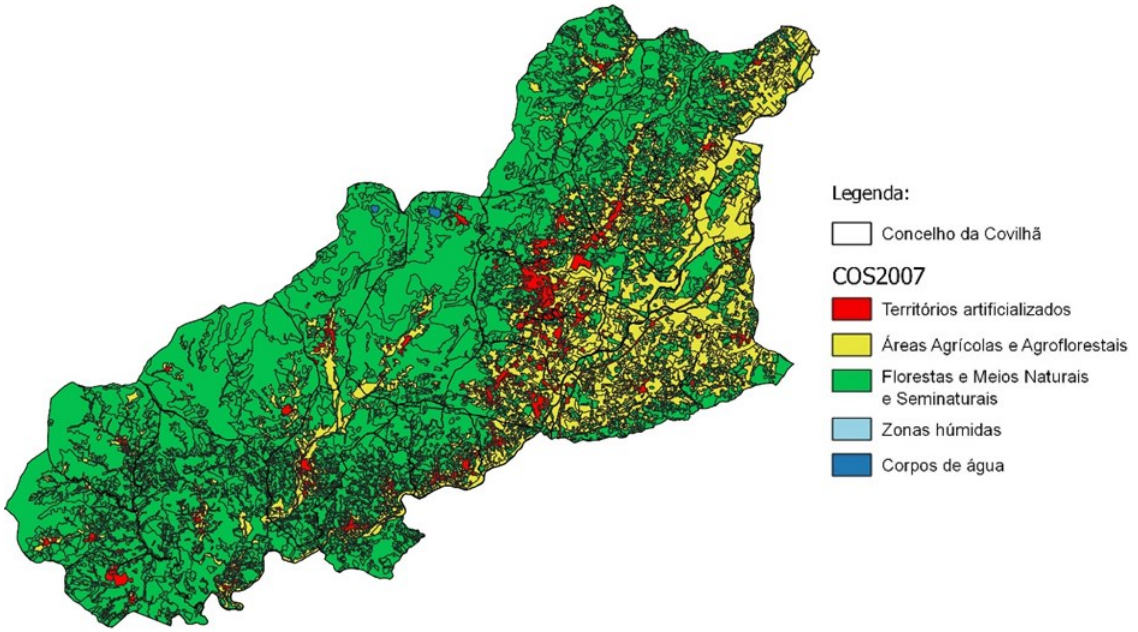


Figura 107 - Carta de Uso e Ocupação do Solo 2007 (Fonte: DGT/ Mapa: Elaboração própria).

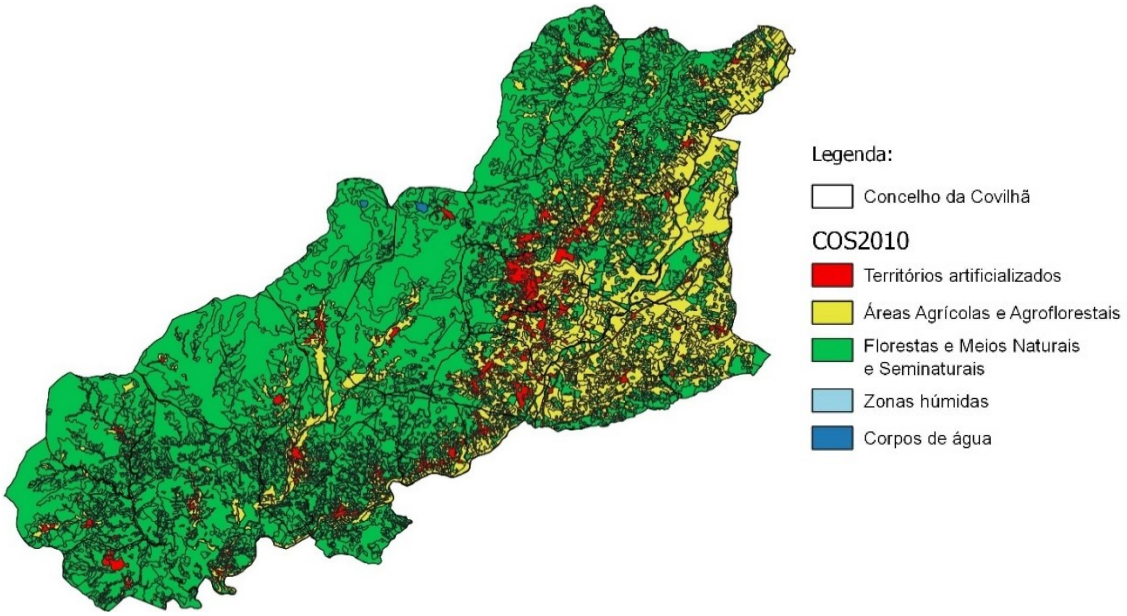


Figura 108- Carta de Uso e Ocupação do Solo 2010 (Fonte: DGT/ Mapa: Elaboração própria).

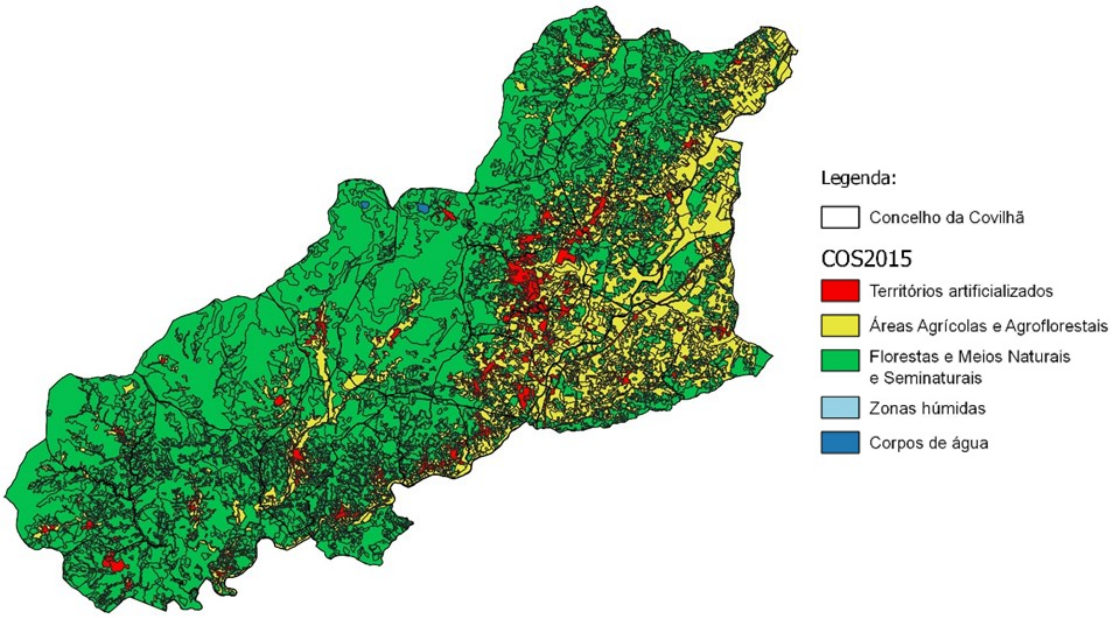


Figura 109 - Carta de Uso e Ocupação do Solo 2015 (Fonte: DGT/ Mapa: Elaboração própria).

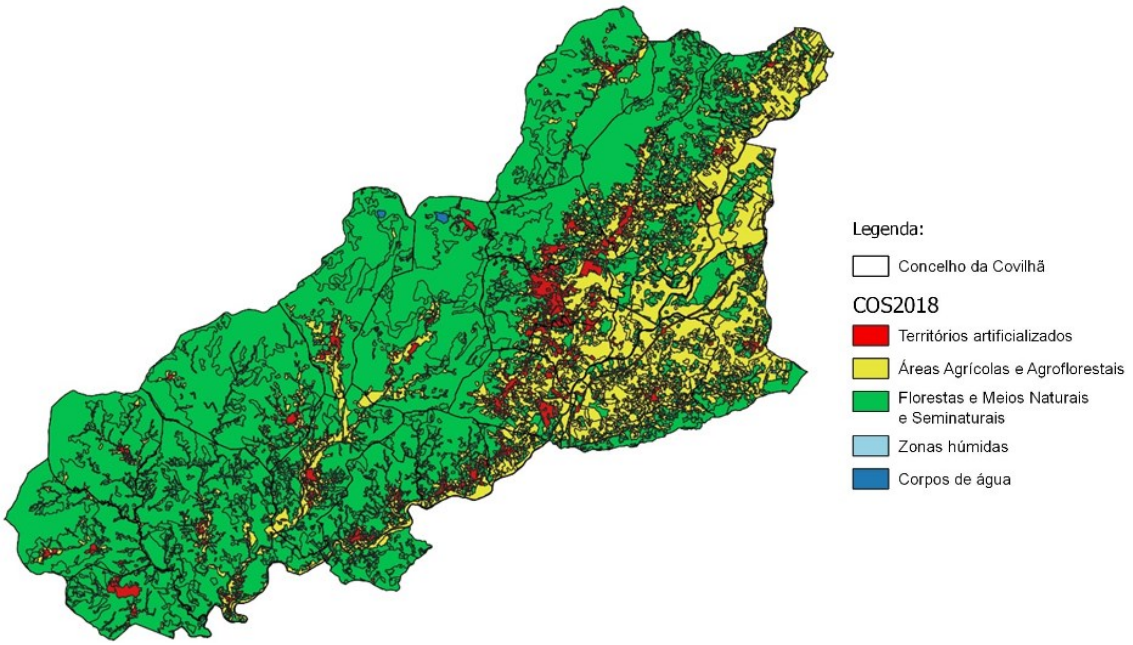


Figura 110 - Figura 12 - Carta de Uso e Ocupação do Solo 2018 (Fonte: DGT/ Mapa: Elaboração própria).

O uso do solo Florestal e Meios Naturais e Seminaturais é o que ocupa uma maior porção de território desde 1995;

O uso do solo Território artificializado, ou seja, o solo construído, é o único que tem vindo consequentemente a aumentar ao longo dos anos.

A classe de uso agrícola, assim como a de uso florestal, tem vindo progressivamente a ser ocupado a favor do espaço construído.

As Zonas Húmidas e os Planos de Água não sofreram, ao longo de todos estes anos, alterações significativas.

Podemos ainda afirmar que, as transformações mais significativas ocorreram entre 1995 e 2000, assistindo-se a um crescimento do uso do solo construído, principalmente na zona da Grande Covilhã e, fora do centro urbano, destaca-se a Freguesia de Aldeia de São Francisco de Assis.

Sublinha-se o facto de existirem espaços que resistem à mudança e permanecem com usos e ocupações de solo iniciais, como é o caso da Mata Nacional e do Parque Natural da Serra da Estrela, que continuam inalteráveis de forma a protegerem os seus recursos naturais.

Podemos concluir então que se assiste a uma expansão da mancha construída em detrimento das manchas da cor amarela e verde, ou seja, de uso agrícola e florestal, comprovando a tese das Nações Unidas: a urbanização do Mundo é um fenómeno em curso, colocando aos governos locais novos desafios e novas exigências económicas, sociais, ambientais, culturais e também paisagísticas.

10.1.2. Análise dos dados estatísticos do IFN

O Inventário Florestal Nacional (IFN) é um processo de natureza estatística e cartográfica, que tem por objetivo avaliar a abundância, estado e condição dos recursos florestais nacionais. No IFN, a produção de estatísticas baseia-se em processos de amostragem, os quais são realizados em diferentes etapas que compõem a tarefa global de Inventário.

Conforme referido, a análise ocupação do solo atendeu, ainda, aos dados estatísticos disponibilizados pela IFN e que possibilitam obter uma ideia aproximada de como é, em termos quantitativos, a ocupação do solo no concelho. Estes dados, referem-se ao 6º Inventário Florestal Nacional.

O 6.º IFN sucede a exercícios anteriores, permitindo assim avaliar a evolução temporal do estado e utilização dos recursos florestais. Em Portugal continental, o IFN iniciou-se em 1965 e, a partir dessa data, tem-se mantido de forma permanente com uma periodicidade aproximada de 10 anos, tendo sido atualizado em Novembro de 2019.

Este Inventário tem 2015 como ano de referência e incorpora ainda a avaliação das áreas, volumes e biomassa afetados pelos incêndios rurais de 2016 a 2018.

Também o ICNF disponibiliza anualmente dados sobre as áreas afetadas pelos incêndios rurais, o que permite conhecer quais as áreas mais afetadas ao longo dos anos.

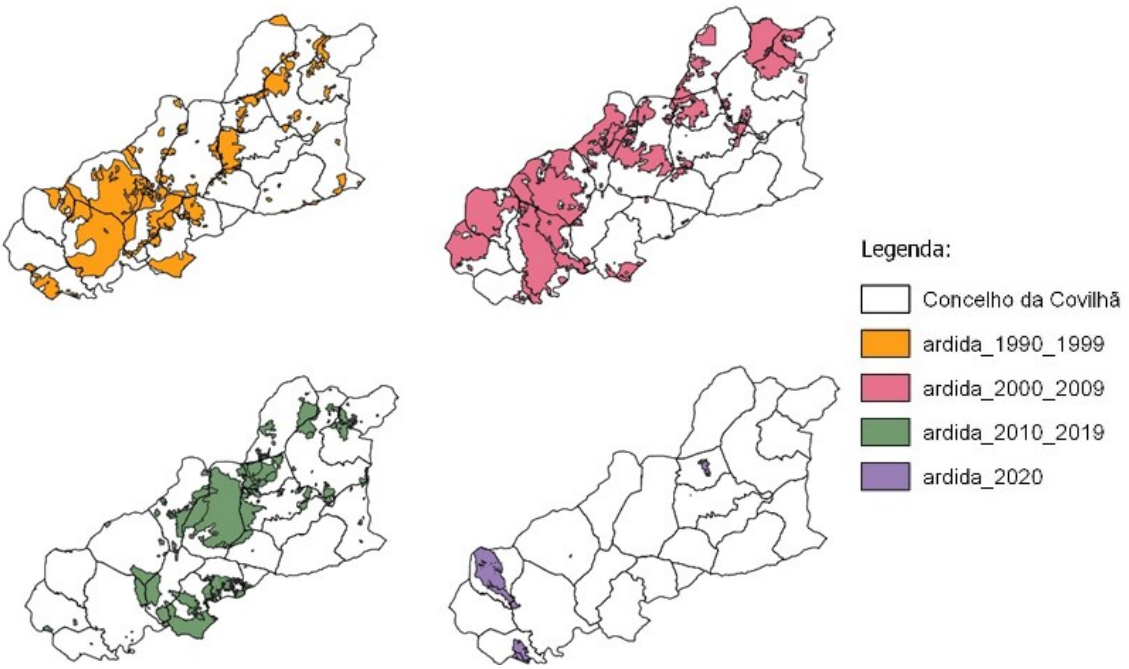


Figura 111 - Área ardida no Concelho da Covilhã (Fonte: ICNF / Mapa: Elaboração própria).

Os espaços florestais (floresta, matos e terrenos improdutivos) ocupam 6,2 milhões de hectares (69,4%) do território nacional continental. A tendência de diminuição da área de floresta, que se verificava desde 1995, inverteu-se em 2015, registando-se com este inventário um aumento de 60 mil ha (1,9%) face a 2010 (data da última avaliação).

A floresta nacional é maioritariamente constituída por espécies florestais autóctones (72%), embora algumas ocupando territórios maiores que a sua origem geográfica.

A análise referente às NUTS III, Beiras e Serra da Estrela, permite constatar que as classes predominantes de ocupação do solo dividem-se entre a agricultura, a floresta e os matos. Esta importância da agricultura, deve-se à presença do Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira.

Verificou-se ainda um aumento significativo de floresta (+6,32) relativamente a 2005, enquanto o uso agrícola, matos e pastagens perderam (-3,71 e -2,97, respetivamente).

Tabela 35 - Áreas dos Usos do Solo na NUTS III – Beiras e Serra da Estrela (Fonte: IFN 2015, ICNF).

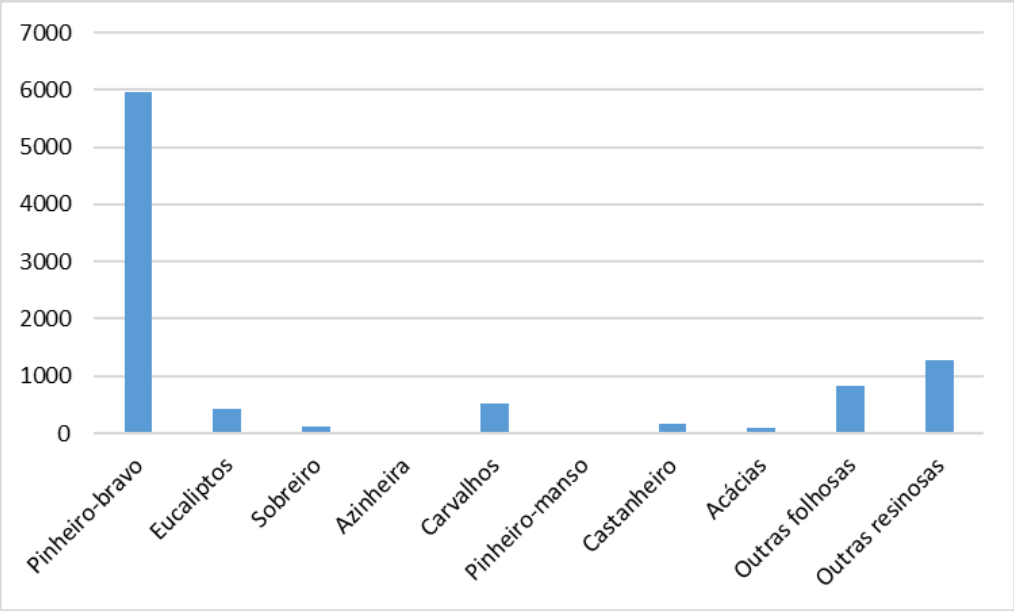
BEIRAS E SERRA DA ESTRELA					
Uso do solo	1995	2005	2010	2015	[2005-2015]
	Mil ha	Mil ha	Mil ha	Mil ha	Mil ha
Floresta	126,59	105,28	102,2	111,6	+6,32
Matos e pastagens	277,67	307,15	324,28	303,43	-3,71
Improdutivos	50,57	50,69	42,29	48,36	-2,33
Águas interiores	2,25	2,63	3,35	3,52	+0,9
Agrícola	163,74	152,13	145,32	149,15	-2,97
Urbano	9,68	12,63	13,06	14,43	+1,8
total	630,49	630,49	630,49	630,49	-

No que se refere às espécies, a Região Beiras e Serra da Estrela, apresenta um peso considerável de pinheiro-bravo.

Tabela 36 - Áreas totais por espécie na NUTS III – Beiras e Serra da Estrela (Fonte: IFN 2015, ICNF).

ÁREAS TOTAIS POR ESPÉCIE						
Espécie	1995	2005	2010	2015		[2005-2015]
	mil ha	mil ha	mil ha	mil ha	%	mil ha
Pinheiro-bravo	73,52	57,31	54,53	61,42	55	+4,12
Eucaliptos	6,12	7,4	7,02	7,15	6,4	-0,25
Sobreiro	3,78	3,31	3,56	4,33	3,9	+1,03
Azinheira	0,95	0,45	0,4	0,57	0,5	+0,12
Carvalhos	14,84	6,1	5,75	7,65	6,9	+1,55
Pinheiro-manso	0,4	0,43	0,48	0,55	0,5	+0,12
Castanheiro	4,03	3,63	4,18	3,41	3,1	-0,23
Acácias	0,33	0,88	1,03	1,48	1,3	+0,6
Outras folhosas	11,2	12,18	12,91	14,2	12,7	+2,03
Outras resinosas	9,42	11,73	12,06	10,71	9,6	-1,02
STD s/espécie*	2	1,88	0,3	0,12	0,1	-1,75
total	126,59	105,28	102,2	111,6	100	6,32

Gráfico 37 - Volume em crescimento por espécie (Mm3) na NUTS III: Beiras e Serra da Estrela (Fonte: IFN 2015, ICNF).



No Concelho da Covilhã destaca-se a floresta de pinheiro-bravo, floresta de carvalhos e uma mancha ainda significativa de eucaliptos.

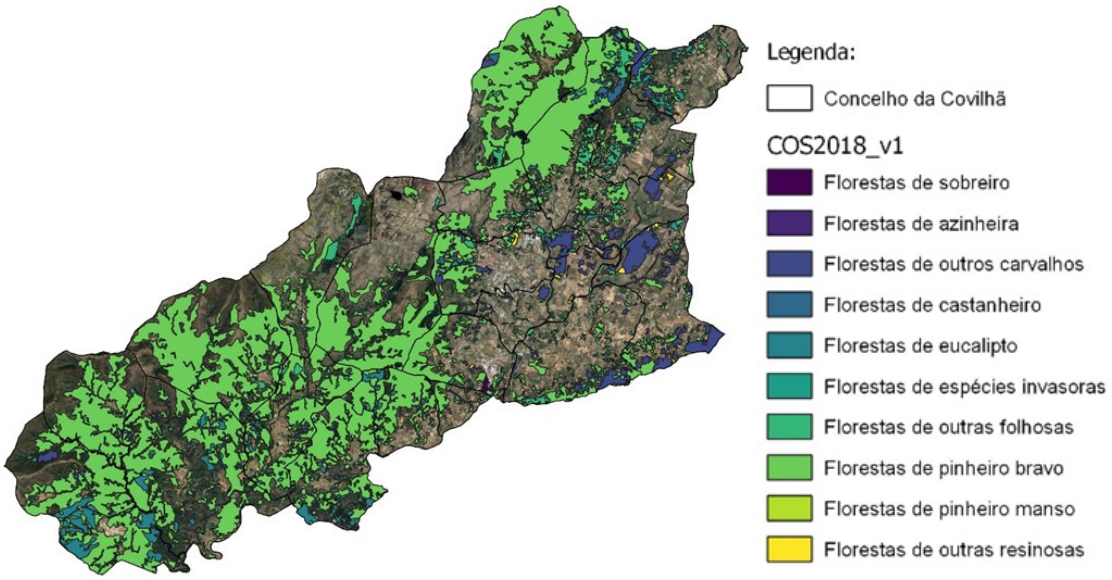


Figura 112 - Carta de Uso e Ocupação do Solo – 2018 relativa à Ocupação Florestal no Concelho da Covilhã (Fonte: ICNF / Mapa: Elaboração própria).

10.1.3. APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DA COVA DA BEIRA

O Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira (AHCB) insere-se morfologicamente na bacia tectónica com o mesmo nome. Esta formação geológica compreende altitudes entre os 400 e os 500 metros e desenvolve-se entre as Serras da Estrela, Gardunha e Malcata.

O sistema hidrográfico desta vasta depressão é composto pelo rio Zêzere e seus principais afluentes.

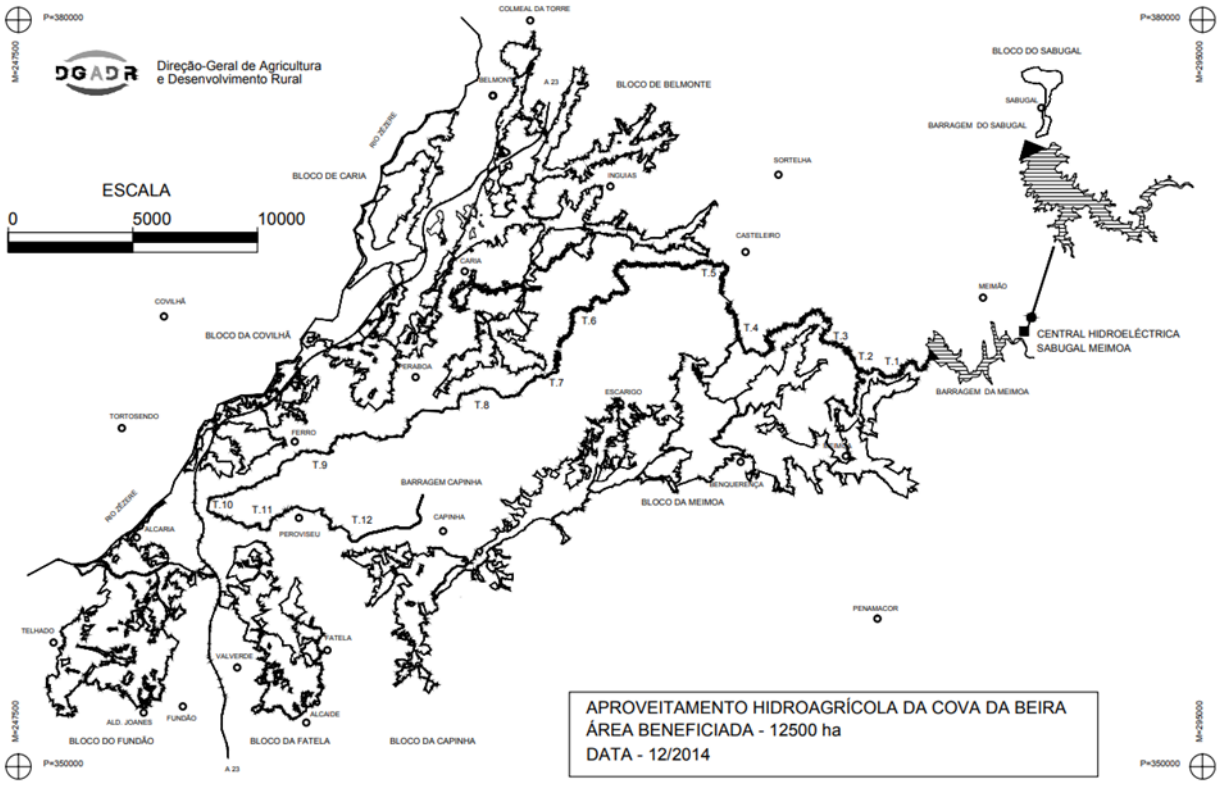


Figura 113 - Aproveitamento hidroagrícola da Cova da Beira (Fonte: DGDR).

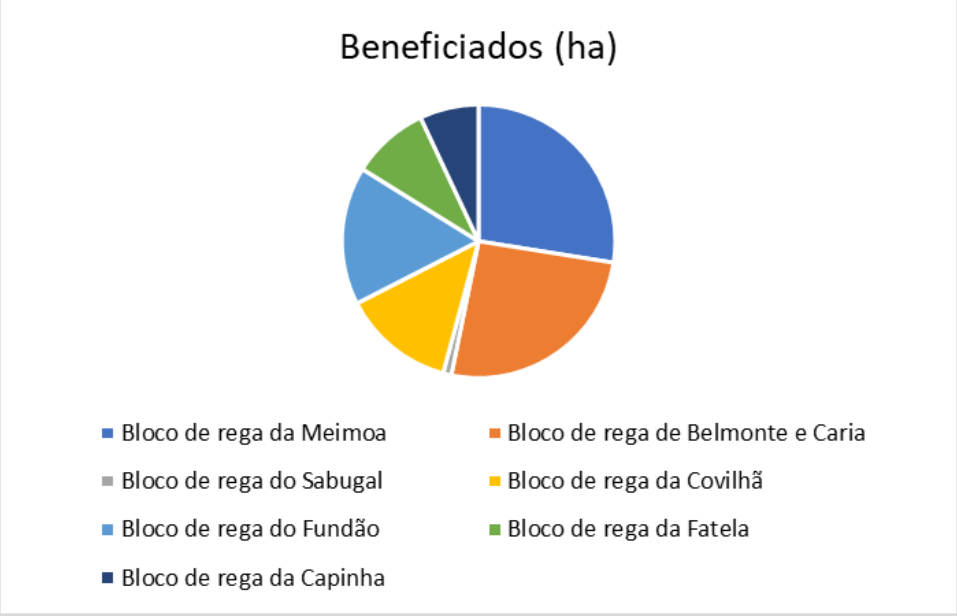
O AHCB abrange parte das seguintes zonas:

1. Guarda – Sabugal (Bendada, Casteleiro, Sortelha);
2. Castelo Branco – Penamacor (Meimoa, Benquerença); Belmonte (Belmonte, Caria, Inguias, Maçaínhas), Covilhã (Ferro, Orjais, Peraboa, Teixoso, Tortosendo, Boidobra) e Fundão (Alcaide, Alcaria, Aldeia de Joanes, Aldeia Nova do Cabo, Capinha, Donas, Enxames, Fatela, Fundão, Pêro Viseu, Telhado, Valverde, Salgueiro, Escarigo).

Tabela 37 - Área Beneficiada por Bloco de Rega (Ha) (Fonte: Associação de Beneficiários da Cova da Beira, 2021).

BENIFICIADOS (Ha)	
Bloco de rega da Meimoa	3400
Bloco de rega de Belmonte e Caria	3177
Bloco de rega do Sabugal	121,5
Bloco de rega da Covilhã	1643
Bloco de rega do Fundão	2021
Bloco de rega da Fatela	1133,5
Bloco de rega da Capinha	864
TOTAL	12360

Gráfico 38 - Área Beneficiada por Bloco de Rega (Ha) (Fonte: Associação de Beneficiários da Cova da Beira, 2021).



O aproveitamento hidroagrícola da Cova da Beira destina-se a beneficiar uma área de cerca de 12360 ha através da rega em pressão. É de fins múltiplos uma vez que se destina a rega, assegura o fornecimento de água para o serviço de abastecimento público, tendo ainda uma componente de produção de energia elétrica.

O sistema de captação e armazenamento é constituído pelas albufeiras do Sabugal e da Meimoa, sendo o caudal transferido entre elas através do Circuito Hidráulico Sabugal – Meimoa. A principal infraestrutura de transporte de caudal tem início na barragem de Meimoa e consiste no canal condutor geral (CCG), com um comprimento de cerca de 57 km o qual constitui a rede primária de rega do aproveitamento hidroagrícola. Este canal atravessa num troço significativo o concelho da Covilhã.

Associado ao CCG encontra-se diversas estruturas de compensação dos volumes transportados, constituídos por reservatórios semiescondidos, barragens de aterro e um canal reservatório (canal de Meimoa).

A partir das tomadas diretas no CCG, ou associadas a estruturas de compensação (reservatórios ou barragens), desenvolve-se as redes secundárias de rega que distribuem a água aos prédios beneficiados, integrados nos diferentes blocos de rega.

Complementarmente poderá ser assegurado o fornecimento de água a outras atividades económicas que se desenvolvem na região, bem como permitindo o desenvolvimento de atividades que beneficiam da existência dos planos de água criados pelas barragens.

A área a beneficiar, tal como foi inicialmente prevista e delimitada, perfazia um total de 14400 ha. No entanto, tem vindo a ser reduzida até 12.254 ha por via do crescimento urbano e da construção da autoestrada (A23), vias rápidas, alargamento da linha de caminho-de-ferro, expansão de zonas industriais, gasodutos, etc.

A atividade agrícola na área equipada e a equipar com infraestruturas de rega é beneficiada pela melhoria da rede viária principal, por redes de drenagem e por processos de emparcelamento.

Em termos históricos e de faseamento pode dizer-se que a construção do Aproveitamento decorreu em 3 fases distintas. A 1ª fase (décadas de 80/90 do séc. XX) incluiu a construção da barragem da Meimoa, a barragem da Capinha, o 1º troço do CCG, entre as tomadas T0 e T4, o

canal e a barragem do Escarigo, o canal reservatório da Meimoa, as redes secundárias de rega, viária e de drenagem do Bloco da Meimoa.

Tem uma área beneficiada de cerca de 3400 ha. Com a construção da barragem do Sabugal (1999-2002) teve início a denominada 2ª fase, durante a qual foram construídos o 2º troço de CCG, entre as Tomadas T4 e T7, o reservatório de Belmonte, a barragem de Monte do Bispo e as redes secundárias de rega, viária e de drenagem dos blocos C5, de Belmonte e de Caria, com uma área beneficiada total de cerca de 3 177 ha. Nesta fase, foram ainda construídos o Circuito Hidráulico Sabugal-Meimoa.

A 3ª e última fase inclui a construção o 3º e último troço do CCG, entre as tomadas T7 e T12, os reservatórios de compensação e as respetivas redes secundárias de rega, viária e de drenagem dos blocos inseridos no concelho da Covilhã, do Fundão e no aglomerado de Fatela. Faz ainda parte desta fase a construção do Bloco do Sabugal, cuja área é cerca de 130 ha, e a Central mini-hídrica do Meimão.

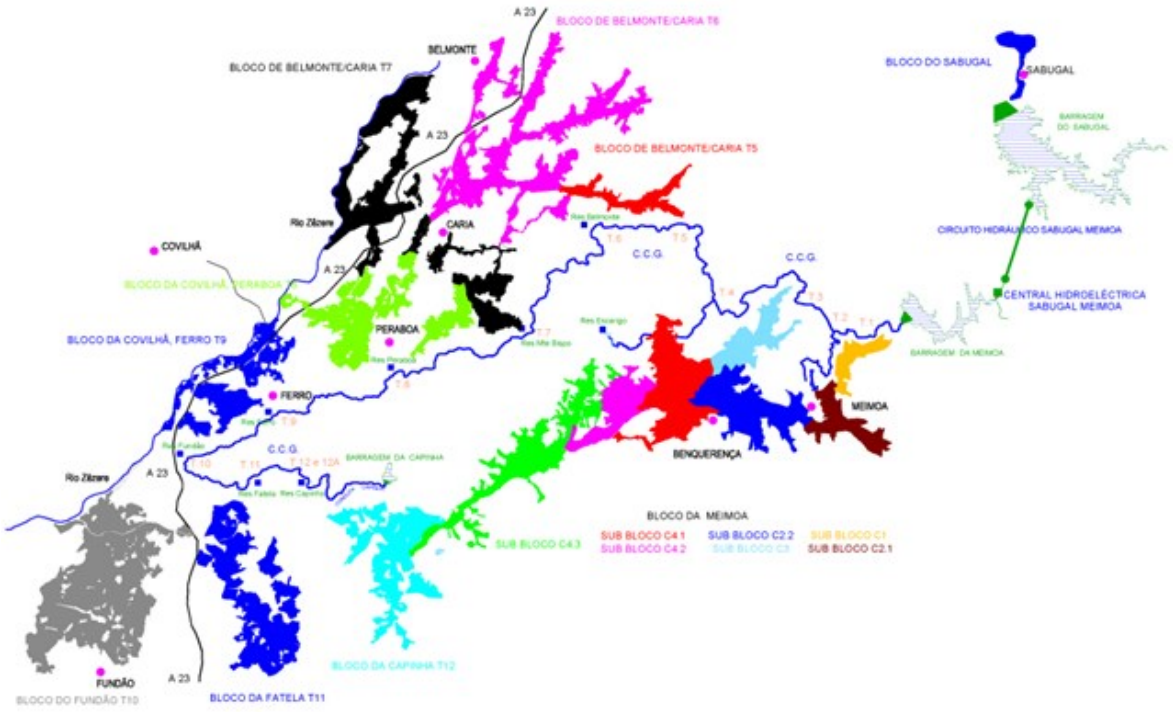


Figura 114 - Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira (AHCB) por Bloco de Rega (Fonte: Associação de Beneficiários da Cova da Beira, 2021).

No concelho da Covilhã integram-se cerca de 2057 ha de área equipada do Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira, distribuídos por parte do Sub-Bloco de Caria do Bloco de Belmonte/Caria (677ha), pela totalidade (674 ha) do Sub-bloco do Ferro e por parte do Sub-bloco de Peraboa, do Bloco de Covilhã (706 ha).

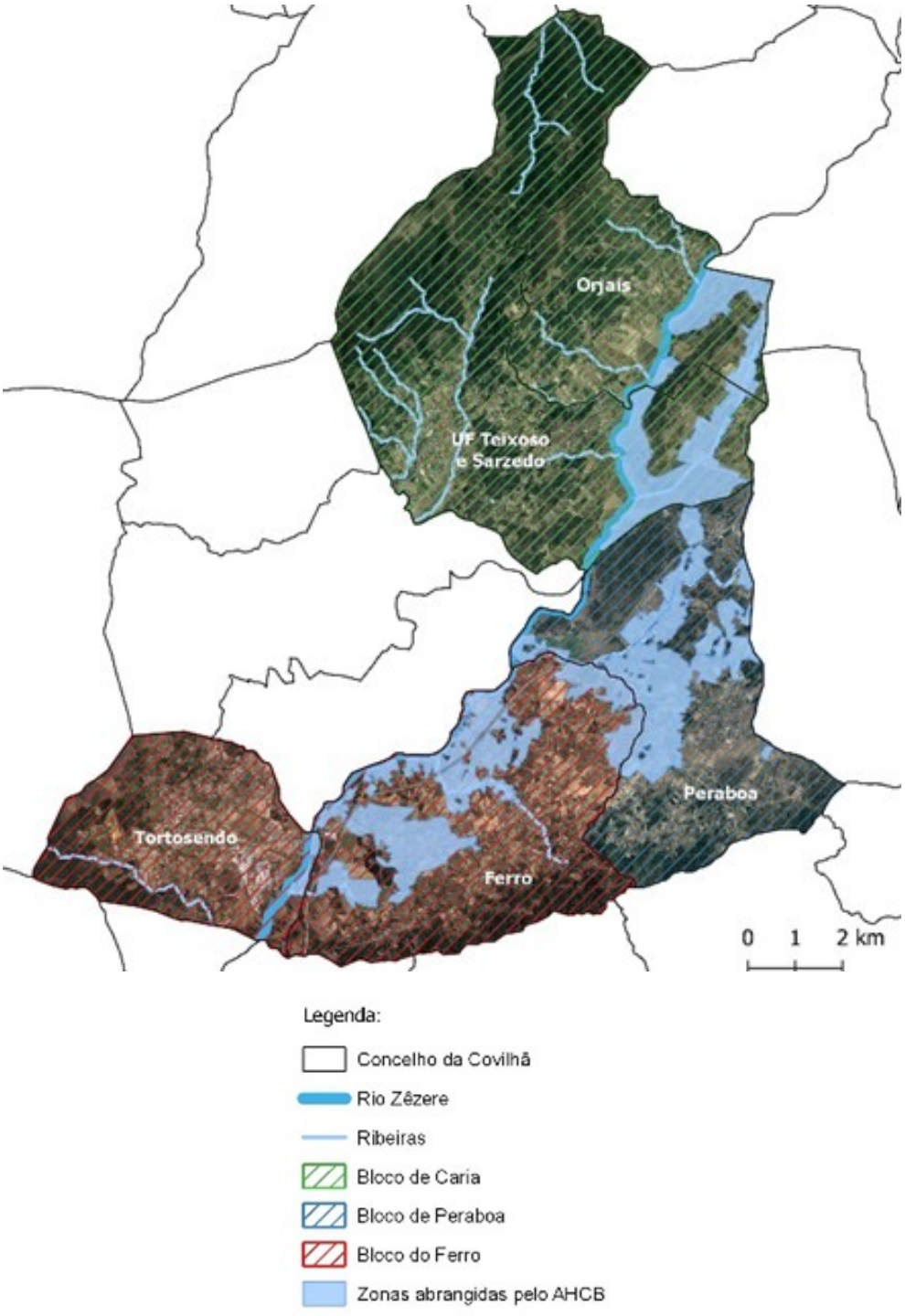
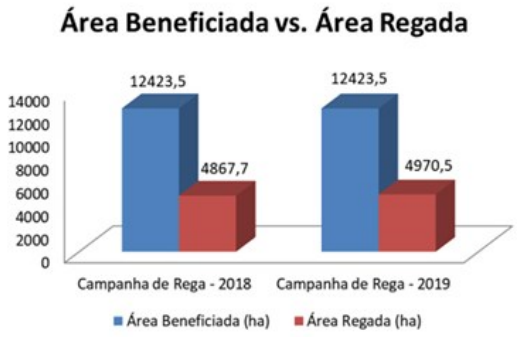
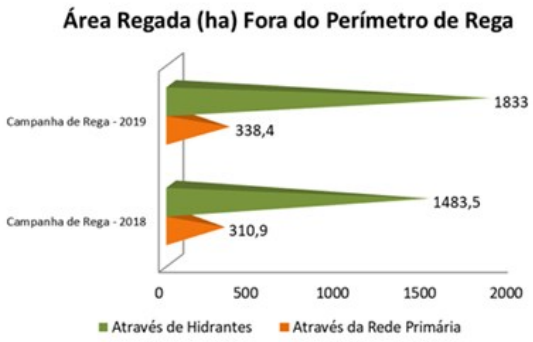
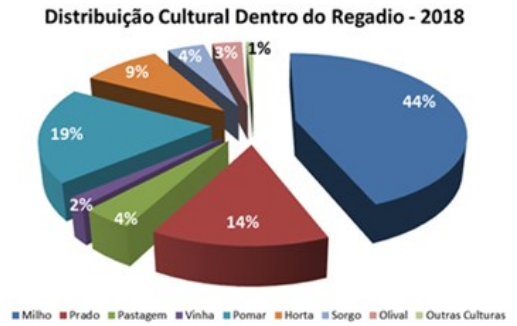


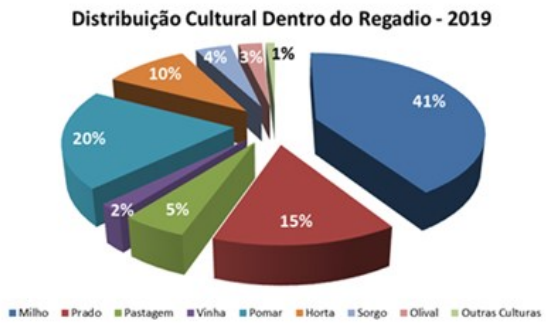
Figura 115 - Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira no Concelho da Covilhã (Fonte: Município da Covilhã / Mapa: Elaboração própria).

A Associação de Beneficiários da Cova da Beira apresenta um relatório com a informações sobre a rede, tais como:









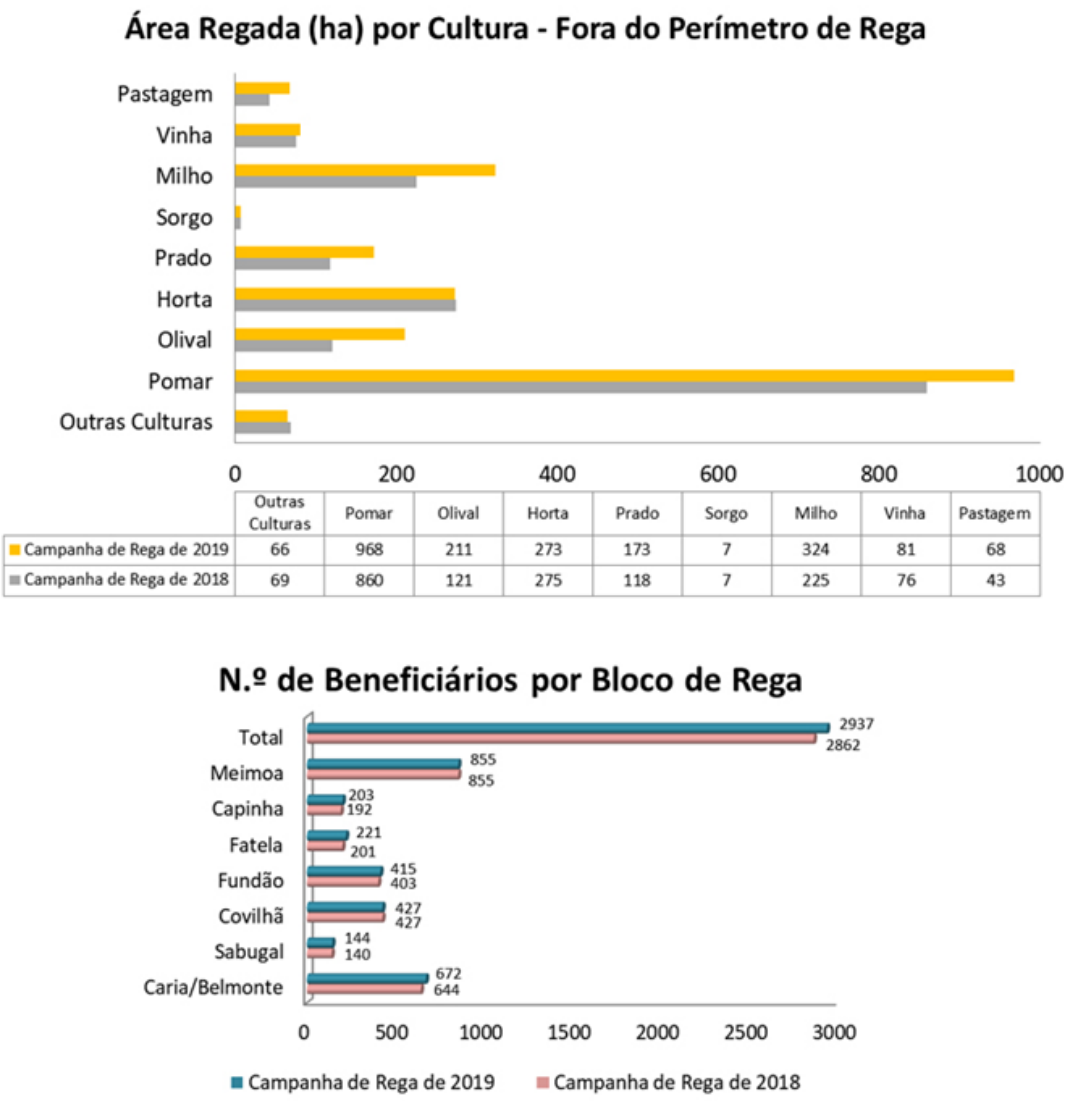


Figura 116 - Print da informação disponibilizada no Site da ABCB (Fonte: Associação de Beneficiários da Cova da Beira, 2021).

O Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira é de fins múltiplos, beneficiando diretamente uma área importante da Beira Interior, através da introdução de novas tecnologias de regadio, da melhoria das condições das explorações agrícolas e do abastecimento público. Por via indireta, serão promovidas atividades complementares à agricultura, ao desenvolvimento rural e à da fixação das populações. Não havendo lugar à elevação dos recursos hídricos para abastecimento do regadio, o Aproveitamento apresenta, no entanto, consumos importantes de energia elétrica para acionamento dos equipamentos, compensados pela produção própria de energia.

10.1.4. CARACTERIZAÇÃO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA

A estrutura fundiária é a forma como as propriedades agrícolas se encontram distribuídas no território.

Segundo a Cos 2018, podemos definir as seguintes classes de análise:

1. Culturas temporárias - As culturas temporárias são aquelas cujo ciclo vegetativo não excede um ano (anuais) e as que não sendo anuais são ressemeadas com intervalos que não excedem os 5 anos (e.g. morangos, espargos). Estas culturas encontram-se normalmente sob regime de rotação anual ou plurianual. Inclui culturas regadas, não regadas, culturas em campos inundados (e.g. arrozais). Inclui também terrenos em regime de pousio agrícola até um máximo de 5 anos.

2. Culturas permanentes - Áreas de culturas que ocupam a terra durante um longo período e fornecem repetidas colheitas, não entrando em rotações culturais. Esta classe não inclui prados e pastagens permanentes. No caso das árvores de fruto só são considerados os povoamentos com densidade mínima de 100 árvores/ha ou de 45 árvores/ha no caso de oliveiras, figueiras e árvores de frutos secos. Fazem parte desta classe os pomares, olivais e vinhas para produção.

3. Áreas agrícolas heterogéneas - Áreas agrícolas com diversos tipos de associações entre culturas temporárias, pastagens, culturas permanentes e áreas de floresta e/ou vegetação natural e/ou zonas húmidas e/ou corpos de água. Inclui culturas temporárias e/ou pastagens associadas a culturas permanentes, culturas temporárias ou permanentes cultivadas sob coberto florestal, áreas de mosaicos de culturas temporárias, pastagens e culturas permanentes, e paisagens em que as culturas e pastagens se encontrem misturadas com áreas naturais ou seminaturais.

4. Agricultura protegida e viveiros - Agricultura protegida de espécies agrícolas e viveiros agrícolas, florestais e de plantas ornamentais. A agricultura protegida pode ser de plástico ou vidro, entre outros materiais, tendo de ser acessíveis ao homem (no seu interior uma pessoa pode trabalhar de pé e na vertical).

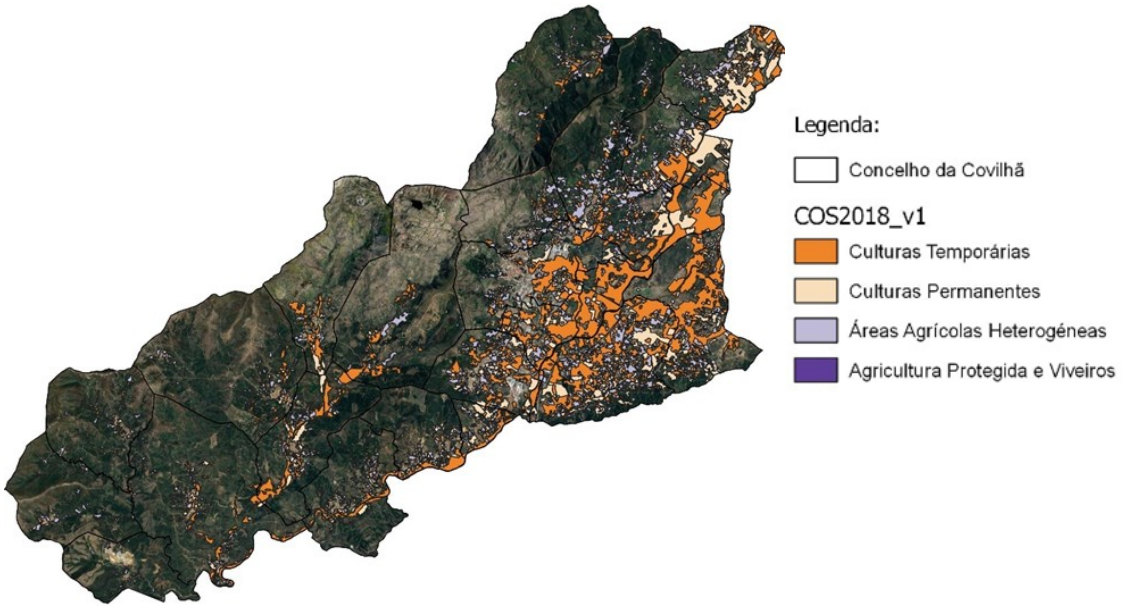


Figura 117 - Carta de Uso e Ocupação do Solo 2018 - Ocupação Agrícola (Fonte: DGT).

No Concelho da Covilhã, verifica-se uma elevada mancha da classe Culturas temporárias, seguida de culturas permanentes, com uma reduzida expressão de áreas agrícolas heterogéneas e uma área reduzida de Agricultura Protegida e Viveiros.

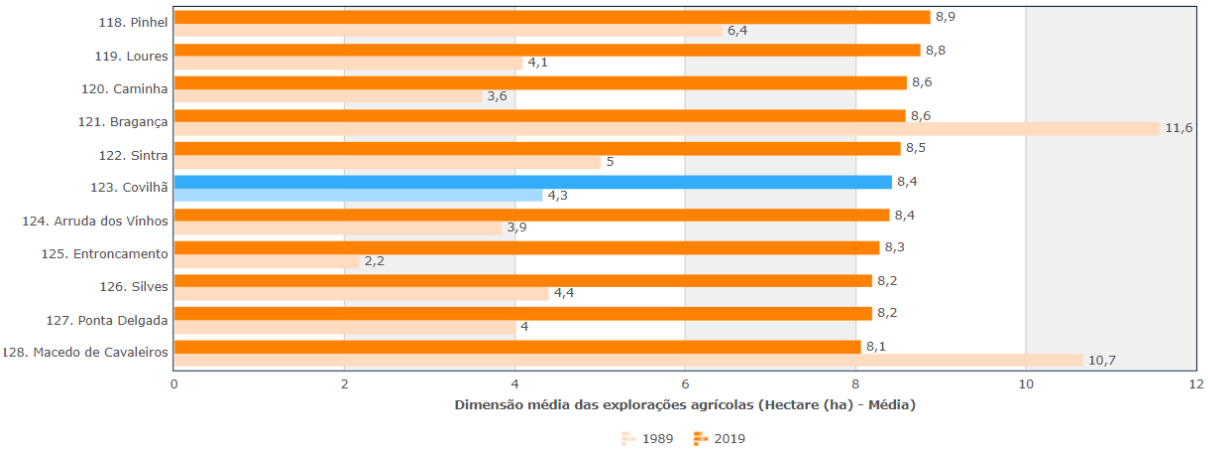
O regime da estruturação fundiária[67] , tem como objetivo criar melhores condições para o desenvolvimento das atividades agrícolas e florestais de modo compatível com a sua gestão sustentável nos domínios económico, social e ambiental, através da intervenção na configuração, dimensão qualificação e utilização produtiva das parcelas e prédios rústicos.

[67] Lei 89/2019, 3 de setembro, que procede à primeira alteração à Lei n.º 111/2015, de 27 de Agosto.Estabelece o Regime Jurídico da Estruturação Fundiária, altera o Código Civil, e revoga os Decretos-Leis n.os 384/88, de 25 de outubro, e 103/90, de 22 de março.

Com o auxílio dos dados obtidos no Recenseamento Agrícola de 2019 conclui-se que a estrutura fundiária do concelho da Covilhã é caracterizada por uma área média de exploração de 8,4 ha.

Gráfico 3 - Dimensão média das explorações agrícolas no Concelho da Covilhã (Fonte: PORDATA, 2021).

Gráfico 39 - Dimensão média das explorações agrícolas no Concelho da Covilhã (Fonte: PORDATA, 2021).



A produção pecuária registou uma evidente reestruturação, que levou ao abandono de pequenos produtores e ao aumento generalizado da dimensão média do efetivo por exploração.

Segundo o Recenseamento Agrícola de 2019, desde 2009 o perfil do produtor agrícola registou:

1. A manutenção da representatividade de género, observando-se em todo o caso um ligeiro aumento da importância relativa das mulheres produtoras agrícolas;

2. O agravamento do envelhecimento, verificando-se um aumento de 2 anos na idade média dos produtores face a 2009, sendo que mais de metade (53%) tem idade superior a 64 anos;

3. A melhoria do nível de instrução, confirmando-se o crescimento do número de produtores com níveis de ensino superiores ao 1º ciclo, cuja representatividade passou de 26%

em 2009 para 43%. O número de produtores com formação superior nos domínios da agricultura e floresta, embora tenha aumentado 66%, é ainda pouco representativo (2%);

4. O aumento da formação profissional agrícola, em parte devido à obrigatoriedade da frequência de cursos de formação de aplicação de produtos fitofarmacêuticos, que levou ao extraordinário aumento da proporção de produtores que frequentaram cursos de formação profissional agrícola (+35 p.p. que em 2009). Contudo, a maioria dos produtores ainda possui formação agrícola exclusivamente prática (53%);

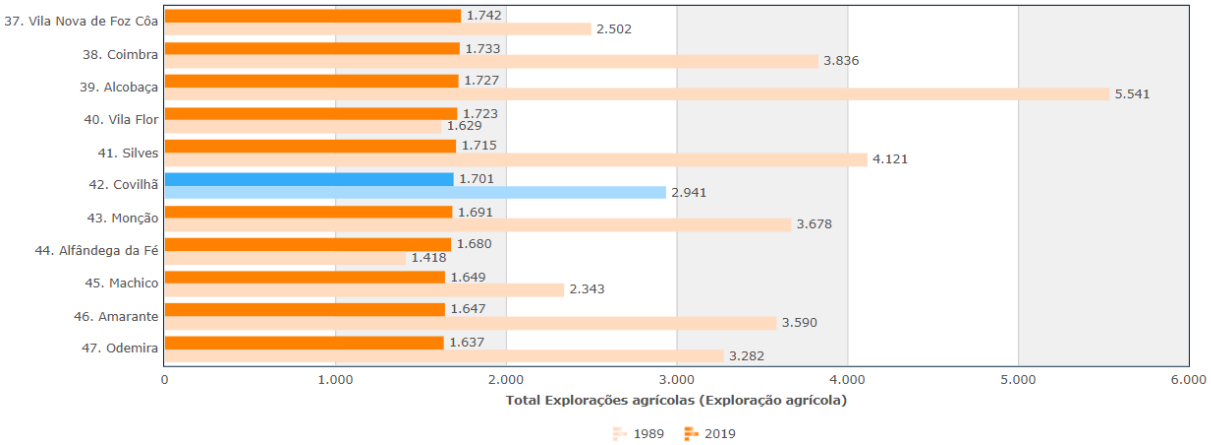
5. A diminuição do tempo de trabalho nas atividades agrícolas da exploração, verificando-se que apenas 13% dos produtores trabalham a tempo completo na sua exploração (-8 p.p. que em 2009);

6. O decréscimo da população agrícola familiar, constituída pelo produtor e pelos membros do seu agregado doméstico, que passou de 793 mil pessoas em 2009 para 665 mil (-16%), correspondendo a 6% da população residente em Portugal. De referir que em 1989 a população agrícola familiar totalizava praticamente 2 milhões de pessoas, cerca de 1/5 da população residente;

7. A manutenção da pluriatividade e diversidade das fontes de rendimento, comprovada pelo facto de 43% dos agregados domésticos declararem rendimentos provenientes de salários e 8% referirem que desenvolvem outras atividades empresariais não relacionadas com a exploração agrícola. Por outro lado, somente 5% dos produtores vivem exclusivamente dos rendimentos da sua atividade na exploração agrícola (-1 p.p. que em 2009).

O Concelho da Covilhã acompanha a tendência Nacional não só no perfil do agricultor, mas também no número total de explorações que tem vindo a diminuir significativamente.

Gráfico 40 - Total de explorações no Concelho da Covilhã (Fonte: PORDATA, 2021).



Embora não sejam estruturais, o Concelho da Covilhã reconhece que possam existir deficiências na estrutura fundiária. Para resolver as mesmas, admite o recurso a Instrumentos que permitem corrigi-la dos quais se destacam:

- Emparcelamento rural — é o tipo de intervenção que permite corrigir a dispersão e fragmentação da propriedade, a configuração e a dimensão dos prédios, introduzindo melhoramentos nas redes viárias e de drenagem;

- Valorização Fundiária — tem por objetivo a qualificação e o melhor aproveitamento económico, ambiental e social das parcelas e dos prédios rústicos, através da execução de obras de melhoramento fundiário;

- Bolsa Nacional de Terras — tem por objetivo facilitar o acesso à terra através da disponibilização de terras, designadamente quando as mesmas não sejam utilizadas e bem através de uma melhor identificação e promoção da sua oferta;

- Arrendamento rural — atua sobre a dimensão física e económica da exploração, através da Bolsa Nacional de Terras que permite corrigir a dimensão de prédios e explorações agrícolas e contribui para a redução e dispersão da propriedade.

10.2. Povoamento e Evolução Urbanística

Neste subcapítulo pretende-se caracterizar a forma como o território concelhio tem vindo a ser ocupado pelo Homem, avaliando a dinâmica urbanística e a evolução dos aglomerados nas

décadas mais recentes. A sistematização que se segue assenta assim, fundamentalmente, na observação feita no local e em dados quantitativos disponíveis, tendo-se ainda recorrido à consulta de alguns elementos bibliográficos e à COS 2018.

10.2.1. Formas de Povoamento

Importa, antes de mais, perceber como se estruturou o povoamento no concelho de Covilhã. Como se sabe, a concentração da população num determinado território está diretamente ligada às características geomorfológicas e biofísicas do território objeto de povoamento, importando perceber de que forma estas características potenciaram ou condicionaram a fixação humana no território, e em que medida ainda são determinantes na sua ocupação.

Situada no coração da Beira Interior a Covilhã denota a presença de paisagens de caraterísticas distintas e por vezes antagónicas, veja-se a zona agrícola da Cova da Beira, marginal ao rio Zêzere e as encostas da Serra da Estrela. Possuindo uma rede hidrográfica densa o concelho integra-se na vastíssima bacia hidrográfica do Tejo.

Pode afirmar-se que, à semelhança do que acontece em qualquer outro lugar, a presença de água e o relevo, foram fatores que influenciaram decisivamente o estabelecimento da população. No primeiro caso, a disponibilidade de água para consumo humano ou agrícola, aliada à maior fertilidade dos solos, conduziu ao estabelecimento de aglomerados populacionais nas margens de linhas de água ou nas suas proximidades – veja-se o exemplo dos inúmeros aglomerados que se desenvolveram ao longo da margem do rio Zêzere.

Já o fator orográfico terá desempenhado um papel mais dicotómico na fixação das populações: se por um lado as zonas mais altas ou inacessíveis apresentavam dificuldades ao estabelecimento humano e à implantação das suas construções, razões estratégicas, como a necessidade de proteção, conduziram frequentemente à sua ocupação. Neste aspeto, poder afirmar-se que os povoados situados em zonas altas e mais remotas são, tendencialmente, mais antigos (imagem 1), ao passo que os aglomerados de desenvolvimento mais recente, ocuparam, preferencialmente, zonas mais planas e baixas, onde a fixação das populações foi mais favorável (imagem 2), como por exemplo: Canhoso.



Figura 118 - Zona Alta da Cidade da Covilhã (Fonte: Google).



Figura 119 - Zona Baixa da Cidade da Covilhã (Fonte: Google).

Embora se verifique a existência de uma estrutura urbana fortemente alicerçada no povoamento concentrado num vasto conjunto de aglomerados de pequena/média dimensão, a dispersão da ocupação humana é um fenómeno que tem vindo a assumir crescente notoriedade, sobretudo na zona agrícola da Cova da Beira, com todas as fragilidades que lhe são inerentes.

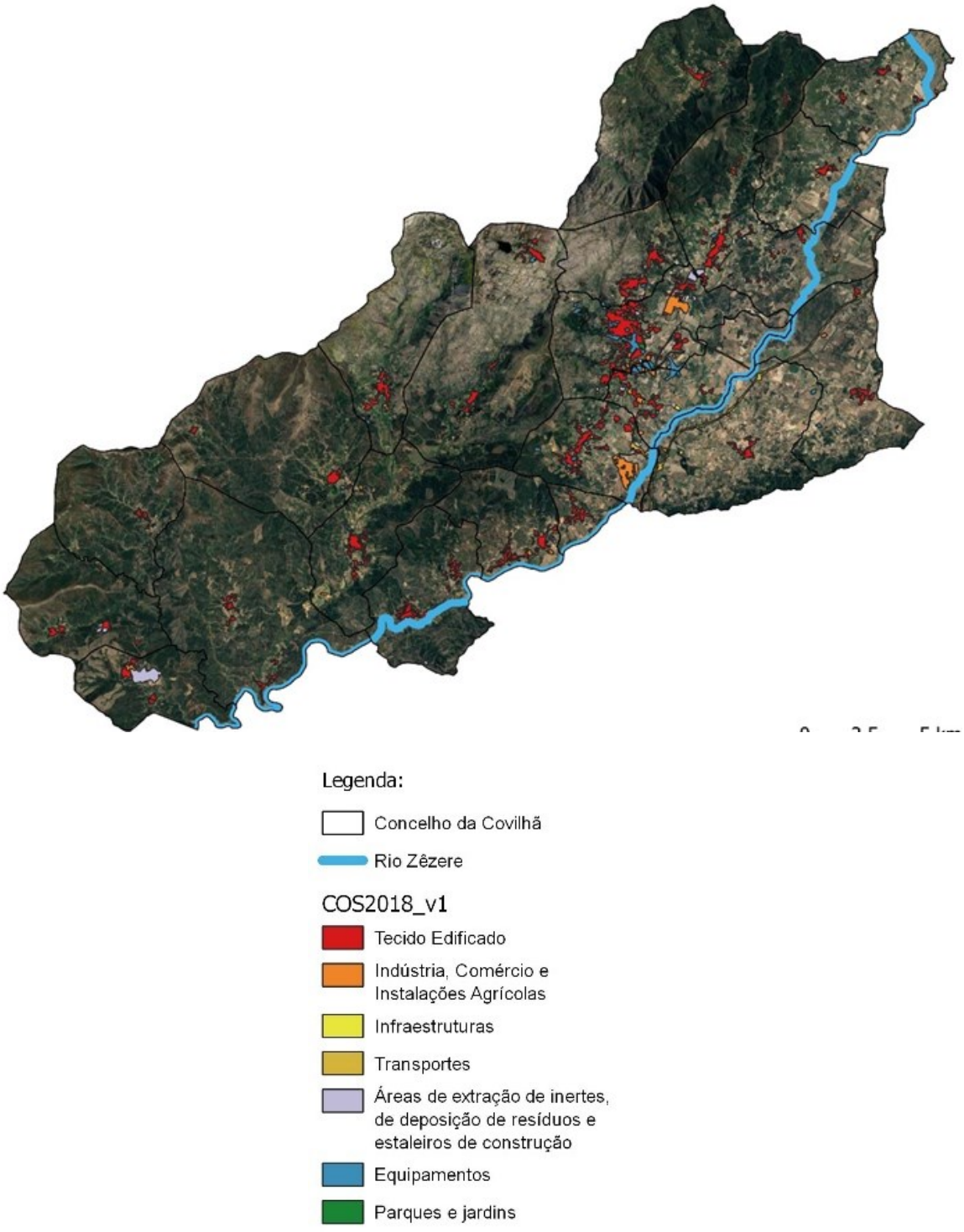


Figura 120 - Carta de Uso e Ocupação do Solo 2018 - Ocupação Edificada (Fonte: DGT).

A proliferação da ocupação dispersa do território resulta em parte da permissividade associada à regulamentação do PDM em vigor, não sendo também indiferente aos fenómenos especulativos que tem assolado o mercado imobiliário na cidade da Covilhã e na sua coroa periférica mais imediata, "empurrando" a procura de áreas para construção destinada a usos habitacionais para as freguesias rurais situadas na envolvente próxima da cidade, algumas das quais passaram, entretanto, a integrar a chamada Grande Covilhã, que encerra já um continuo urbano que se desenvolve em torno de um eixo com cerca de 12km, o eixo Tortosendo-Covilhã-Teixoso.

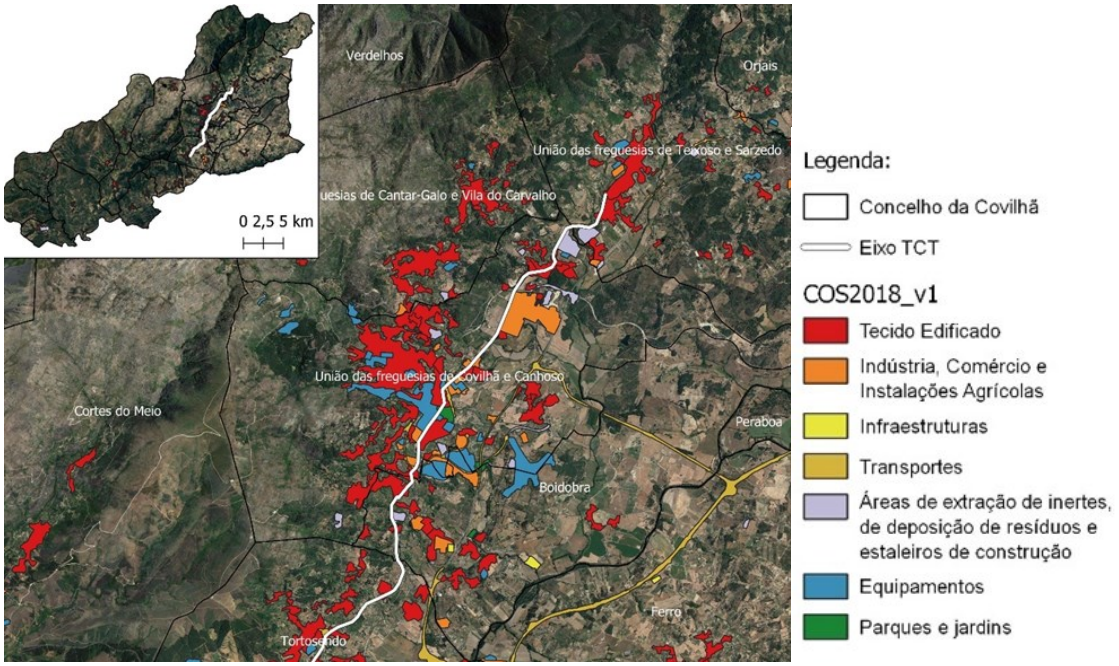


Figura 121 - Carta de Uso e Ocupação do Solo 2018 - Ocupação Edificada (Fonte: DGT).

A rede viária assume, aliás, no concelho um importante papel enquanto elemento estruturador da rede urbana, verificando-se fenómenos de disseminação da edificação fortemente alicerçados nos eixos viários. Este facto tem também sido determinante na hierarquização dos aglomerados e na forma como influenciou a sua evolução, quer em termos urbanísticos, quer em termos populacionais, ou seja, as condições de acessibilidade (e consequente excentricidade), conduziram em algumas situações a um menor desenvolvimento e crescente abandono de alguns aglomerados em detrimento de outros.

Sublinha-se a UPO1 – Perímetro da Área Urbana da Grande Covilhã delimitada no PDMC em vigor. Verifica-se que nela existe uma grande densidade de área construída, em relação ao resto do Concelho. Este facto resulta da evolução das freguesias urbanas, nomeadamente o Tortosendo, Boidobra o Canhoso e o Teixoso.

Embora não constitua surpresa o papel dominante da sede de concelho, a expressividade do seu peso populacional é reveladora de um assinalável desequilíbrio territorial, que tem induzido o crescente despovoamento do restante território com consequências nefastas ao nível da sua desqualificação e degradação do edificado. Essa perda populacional generalizada nas freguesias rurais tem penalizado sobremaneira as aldeias e vilas de menor dimensão, sobretudo os seus núcleos mais antigos, provocando a sua desertificação progressiva e o abandono de diversos edifícios que detinham funções habitacionais ou que suportavam as atividades de subsistência da população.

Nos aglomerados que conheceram alguma dinâmica urbanística nas últimas décadas verifica-se que na generalidade dos casos as zonas de expansão ocorrem na periferia do conjunto urbano original, mas sobretudo ao longo dos arruamentos e vias mais importantes, verificando-se uma ocupação tendencialmente tentacular.

O planeamento e a gestão urbanística programada nos anos 90 e traduzida como espaços urbanos e espaços urbanizáveis na Carta Síntese de Ordenamento, passa a ser frequentemente confrontada com a necessidade de transformação e requalificação das áreas após anos de crescimento e expansão do Concelho que assistiu a um crescimento urbanístico mais acentuado para Este.

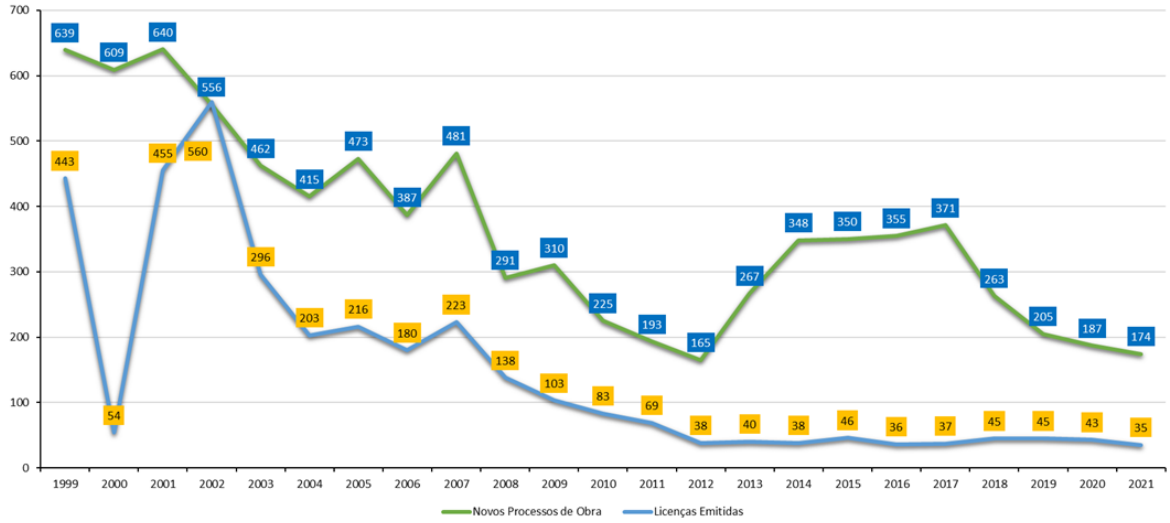
10.2.2. Dinâmica Urbanistica

De forma a conseguir obter-se uma perceção fiel do que tem sido a evolução urbanística da ocupação do concelho da Covilhã, para além do conhecimento que se adquire da observação in loco, recorreu-se à informação estatística fornecida pelos serviços camarários referentes ao licenciamento de obras particulares. Neste subcapítulo apresenta-se uma breve sumula dos principais indicadores que foi possível recolher e sistematizar.

O número total de processos de obras particulares no concelho tem vindo a registar uma tendência decrescente desde o início deste século, tendo 2000 sido aquele que registou menor número de processos.

Assiste-se, paralelamente à difícil conjuntura económico-financeira que o país enfrentava na época, que entre 2002 e 2011 o número de processos registados pelos serviços da autarquia diminuiu drasticamente. Na generalidade as licenças emitidas observam uma uniformização entre 2012 e 2021.

Gráfico 41 - Processos de Obra particulares e Licenças Emitidas entre 1999-2021 (Fonte: Município da Covilhã).



No nível Nacional, segundo a informação disponibilizada pelo INE a 15 de março de 2021, os licenciamentos de edifícios diminuíram 3,5% e edifícios concluídos aumentaram 6,0% em 2020. No 4º trimestre, edifícios licenciados e concluídos diminuíram em termos homólogos 1,0% e 4,1%, respetivamente.

A recente aprovação de um número significativo de Áreas de Reabilitação Urbana no concelho e a disponibilização de apoios e incentivos (municipais e nacionais) aos proprietários fazem antever um tendencial aumento das dinâmicas de reabilitação do edificado.

Os processos de loteamento sofreram oscilações expressivas ao longo dos últimos anos:

1. Em 1999 e 2000 os processos de loteamento apresentavam um número bastante baixo, comparativamente ao período que se segue.

2. Em 2001 sofre um significativo aumento e até 2003 o número manteve-se relativamente estável;

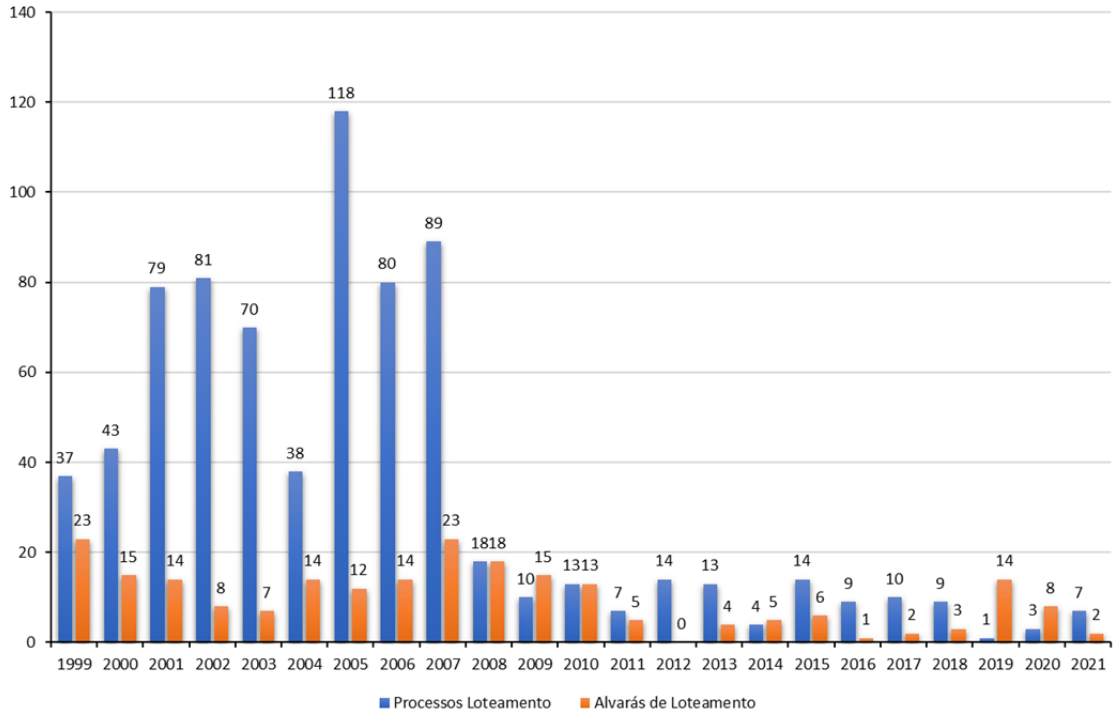
3. Em 2004 registou uma queda significativa, em 2005 uma subida de 210%, de novo um decréscimo no ano seguinte, com um ligeiro acréscimo em 2007, verificando-se em 2008 o decréscimo mais significativo (cerca de 80%) e a partir daí deu-se uma estabilização do número total de processos de loteamento registados pelos serviços da autarquia. Note-se que na globalidade do concelho, entre 2001 e 2011, o número de processos diminuiu bastante, este

facto é também sintomático da enorme fragilidade em que a economia nacional se encontra e das dificuldades que o setor da construção civil enfrenta.

Já o número de alvarás de loteamento emitidos aparenta uma maior estabilidade em termos absolutos, porém verificam-se ao longo da década oscilações assinaláveis em termos relativos – por exemplo, em 2012, não tendo sido emitido nenhum alvará.

De assinalar é também a expressiva discrepância existente entre o número de processo de loteamento e o número de alvarás efetivamente concedidos, sobretudo até 2007, período a partir do qual se regista um maior equilíbrio entre os dois procedimentos.

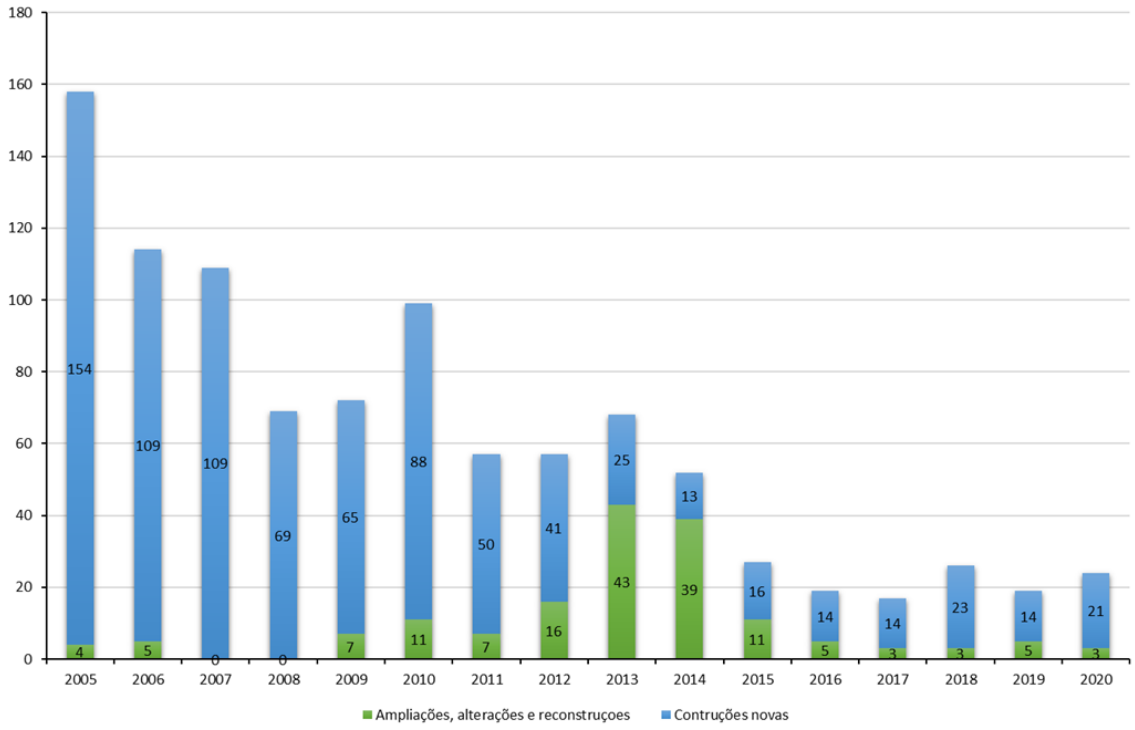
Gráfico 42 - Processos de Loteamento e Alvarás de Loteamento Emitidos, entre 1999 e 2021 (Fonte: Município da Covilhã).



Em termos do tipo de obra associada ao licenciamento destes edifícios, a construção nova assume um protagonismo quase exclusivo até 2011, representando 95% do total dos edifícios licenciados entre os anos de 2005 e 2011. Recentemente a tendência inverteu-se e assumiram protagonismo as intervenções em edifícios existentes (licenciamento de obras de ampliação, alteração ou reconstrução), que nos anos de 2012, 2013 e 2014 representaram, em média, 2/3

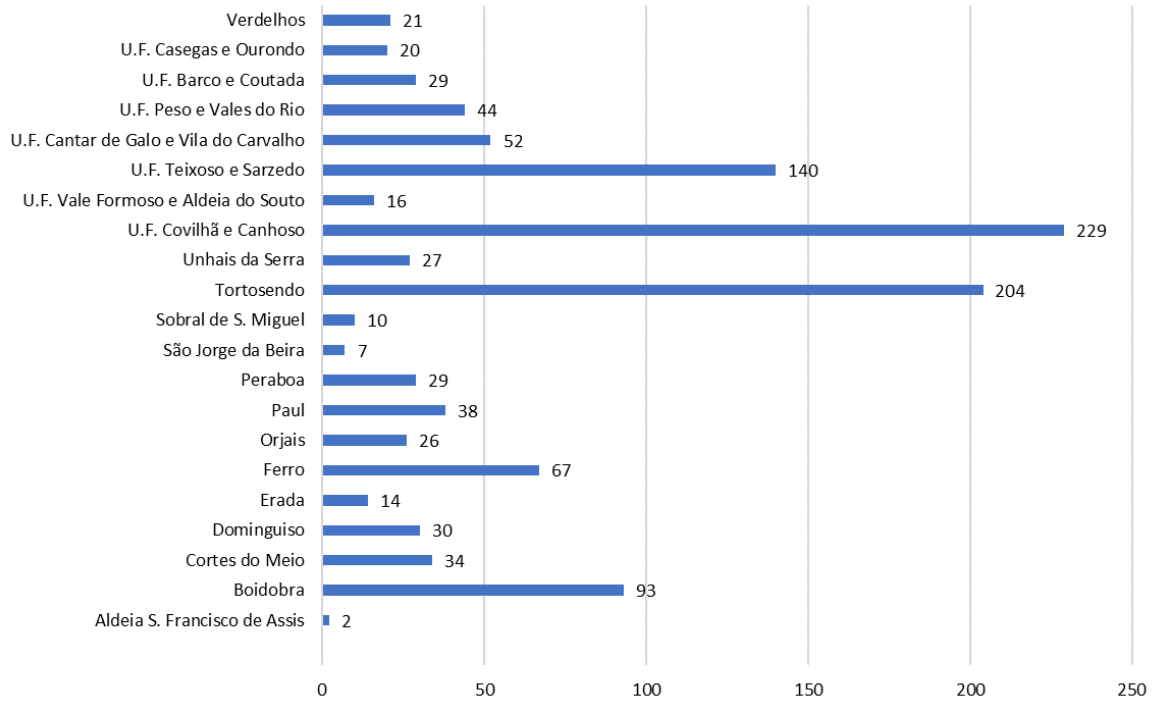
do total dos licenciamentos de edifícios. Esta alteração espelha as mudanças de paradigma a que o setor da construção tem vindo a assistir. Ainda no que se refere ao tipo de obra, a generalidade das freguesias acompanha o comportamento registado no município.

Gráfico 43 - Edifícios licenciados no concelho da Covilhã por tipo de obra, entre 2005 e 2020 (Fonte: Município da Covilhã).



Dado que merece nota é o facto de entre os edifícios licenciados a maioria se concentrarem nas freguesias da Grande Covilhã e se destinam a uso habitacional, o que mais uma vez espelha a "macrocefalia urbanística" do concelho da Covilhã.

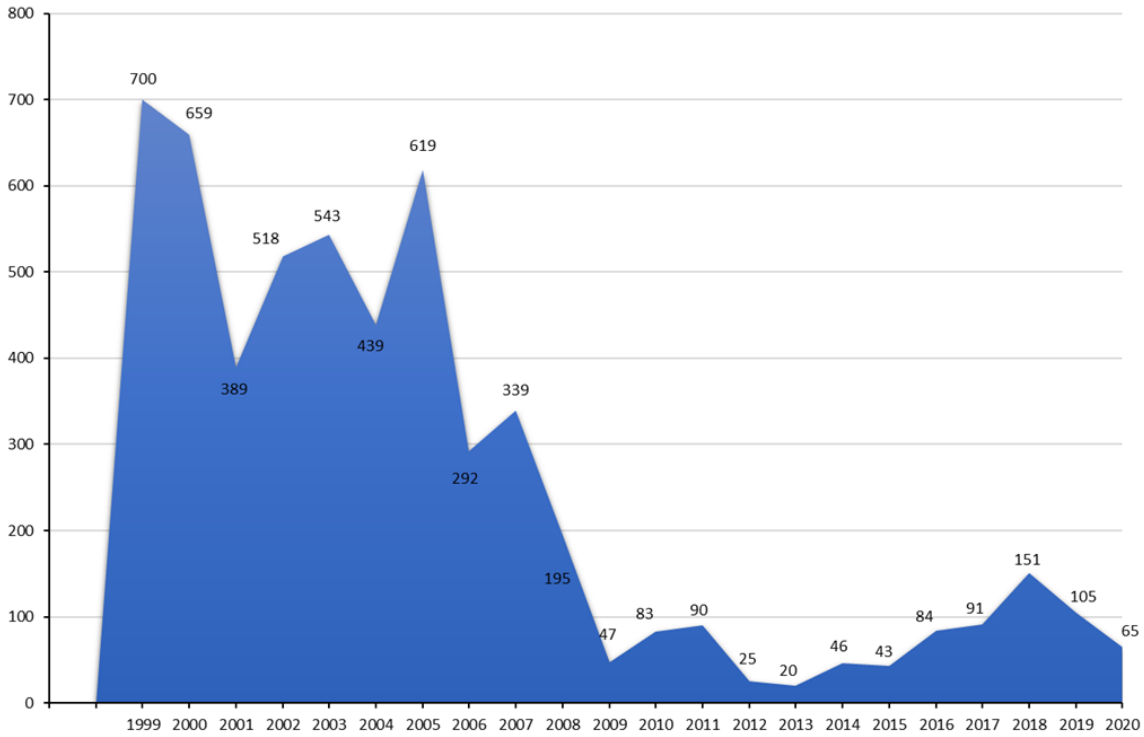
Gráfico 44 - Edifícios Licenciados no concelho da Covilhã entre 2005 e 2020, por freguesia (Fonte: Município da Covilhã).



Analisando as freguesias com maior dinâmica urbanística ao longo da última década, e no que respeita à utilização dos novos edifícios licenciados, constata-se que na generalidade dos casos a proporção entre edifícios destinados a uso habitacional e destinados a outros usos se mantém semelhante à verificada para a globalidade do concelho, sendo apenas de destacar a freguesia de Tortosendo, onde, no período 2005-2014, 21% dos edifícios se destinou a outros usos que não o habitacional, suspeitando-se que a grande maioria dos quais foi afeta ao uso industrial, decorrente do dinamismo registado na zona industrial da freguesia.

Considerando ainda a informação relativa ao Inquérito aos projetos de obras de edificação e de demolição de edifícios promovido pelo INE anualmente, os dados, para o período 1999-2021, relativos ao número de fogos licenciados pela CMC em construções novas e destinados a habitação familiar, denotam que a evolução destes segue a mesma tendência já referida para os edifícios licenciados – dinâmica tendencialmente decrescente, embora com momentos de ligeira recuperação (2002-2014, 2005, 2007, 2010-2011, 2014-2018), que não permitem contudo sustentar uma tendência.

Gráfico 45 - Fogos licenciados em construções novas para habitação familiar no concelho da Covilhã, entre 1999 e 2020 (Fonte: Município da Covilhã).



Relacionando o número de fogos licenciados em construções novas para habitação familiar, com o número de edifícios licenciados correspondentes a obras de construção nova também para habitação familiar, constata-se que nos últimos anos o número médio de fogos por edifício tem vindo a diminuir, o que é um sintoma da estagnação da urbanização no concelho, uma vez que os valores próximos da unidade traduzem um predomínio da construção da habitação unifamiliar em desfavor da habitação coletiva.

Por fim uma última nota para destacar o facto de, apesar da forte pressão urbanística que em especial na Grande Covilhã registou nas últimas décadas, a urbanização foi acontecendo com alguma preocupação de conexão com o tecido urbano existente, naturalmente que numas situações com mais sucesso que noutras, o que decorre em grande medida da sua concretização surgir ancorada na elaboração de planos de pormenor.

10.2.3. Caracterização dos Aglomerados

A este nível efetua-se uma breve abordagem aos principais aspetos que caracterizam a estrutura urbana de cada aglomerado e a sua evolução recente, identificando-se, sempre que possível, as alterações mais significativas verificadas ao longo dos últimos anos.

O concelho da Covilhã regista realidades urbanas distintas:

1. A cidade da Covilhã, polarizadora do concelho e mesmo de alguns setores dos concelhos vizinhos; os principais núcleos urbanos satélite da cidade, que tendencialmente se "aproximam" cada vez mais desta e que integram a Grande Covilhã, embora se constituam como núcleos relativamente autónomos, como Canhoso, Tortosendo, Teixoso, etc.;

2. As restantes vilas e aldeias dispersas pelo espaço rural, que embora com relativo protagonismo no contexto territorial envolvente possuem forte ruralidade, dependendo do exterior em termos funcionais.

3. Os aglomerados integrados em contextos marcadamente rurais possuem uma estrutura urbana caracterizada por relativa homogeneidade, possuindo um núcleo mais antigo facilmente identificável e uma malha urbana característica da época e das condições da sua formação, tal como foi já referido anteriormente.

Nestes núcleos as habitações são, maioritariamente, unifamiliares, implantadas em lotes de pequenas dimensões, e as construções, nas zonas mais antigas, surgiram de forma espontânea e linear, num cenário de ausência de princípios de planeamento urbanístico, permitindo o desenvolvimento de arruamentos, que, na maioria dos casos surgem estreitos e sinuosos, numa adaptação ao cadastro e à topografia. As zonas de urbanização mais recente, desenvolveram-se, naturalmente, na periferia dos aglomerados, ao longo dos arruamentos e vias de maior importância.

De notar o facto da ocupação preferencial das áreas periféricas dos aglomerados ter vindo a contribuir para o gradual esvaziamento e degradação dos núcleos mais antigos. Refira-se, no entanto, que, no interior da estrutura urbana consolidada, nos anos mais recentes se tem vindo a verificar no concelho da Covilhã intervenções de requalificação dos edifícios existentes e mesmo o aparecimento de algumas edificações novas, associadas ao processo de renovação urbana.

Quanto à ocupação do território não urbano do concelho o fenómeno de dispersão do povoamento possui relativa expressão nas áreas de maior vocação agrícola, onde os relevos aplanados a par da melhor acessibilidade lhe conferem maior aptidão para a edificação. A disseminação da ocupação do espaço rural em aglomerados como Ferro, Orjais, Vale Formoso, Aldeia do Souto, Teixoso ou Peraboa35, tem registado uma tendência crescente, em parte motivada pela permissividade dos índices e parâmetros urbanísticos previstos no PDMC em vigor (sobretudo nas categorias de espaços agrícolas), nomeadamente no que se refere à área mínima da parcela necessária para edificar. Este fenómeno é, contudo, residual nas freguesias do concelho caracterizadas por uma orografia mais acidentada e uma acessibilidade reduzida (p.e., Aldeia de S. Francisco de Assis, Ourondo e S. Jorge da Beira).

Esta tendência de edificação fora dos aglomerados deverá ser travada, uma vez que resulta numa depredação do recurso solo sendo contrária a todos os princípios de sustentabilidade (ambiental, social e económica), acarretando encargos avultados para a administração local no que se refere à satisfação das necessidades das populações, em termos de dotação de infraestruturas urbanísticas, de equipamentos de utilização coletiva, acessibilidades viárias e transportes coletivos.

A abordagem que se segue resulta então da avaliação empírica resultante da observação feita no local, a par da análise de alguns indicadores estatísticos relevantes:

10.2.3.1. Freguesia de Aldeia de S. Francisco de Assis

Situada no limite sudoeste do concelho, na vertente sul da cordilheira montanhoso da Serra da Estrela, nos contrafortes sul da Serra do Açor, a paisagem do setor central da freguesia é dominada pela atividade mineira que se desenvolve na Barroca Grande. Refira-se aliás que, embora seja a Aldeia de S. Francisco de Assis que confere o topónimo à freguesia, tem sido o lugar da Barroca Grande que assume maior protagonismo, decorrente, naturalmente, de ser aqui que se encontra a frente de prospeção das Minas da Panasqueira, uma das mais importantes minas de volfrâmio da Europa.



Figura 122 - Aldeia São Francisco de Assis, 2017 (Fonte: Site Terceira Dimensão).

O povoamento deste território é bastante remoto, havendo alguns vestígios arqueológicos (e alguns topónimos) que pressupõem uma ocupação pré-romana ou lusitana. Contudo foi o início da exploração subterrânea do volfrâmio, a partir de 1898, que determinou as mais significativas alterações esta comunidade serrana, não só em termos económicos, mas deixando também profundas marcas sociais e culturais.

Atualmente a população de freguesia situa-se nos 490 habitantes – menos cerca de 22,5% que em 2011.

Nesta freguesia a população isolada possui carater, efetivamente, residual, justificada pela orografia em presença e pela forte excentricidade e isolamento deste território. O núcleo de Aldeia de S. Francisco de Assis desenvolve-se em torno da EM512 e sobranceiro à ribeira das Casinhas, numa zona de encosta com declives acima dos 30%. Na generalidade o parque edificado encontra-se em razoável/bom estado de conservação, verificando-se a presença de alguns imóveis de cariz mais tradicional recentemente recuperados, como é do Gasómetro, atual Museu Mineiro, Auditório Mineiro, entre outros.

O declínio da atividade extrativa, que aliás se observou na generalidade do país, teve consequências nefastas e notórias no conjunto edificado da Barroca Grande, verificando-se um crescente abandono do aglomerado e um incremento da degradação do parque habitacional.

Atualmente, discute o pós-mina e a possível elaboração de um plano de requalificação ambiental das minas.

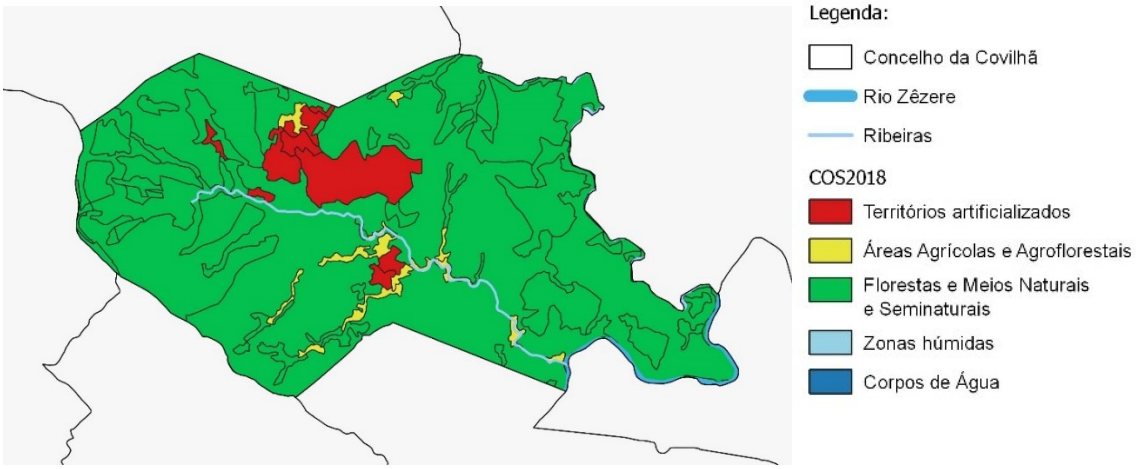


Figura 123 - Carta de Uso e Ocupação do Solo 2018 - Freguesia de Aldeia de São Francisco de Assis (Fonte: DGT).

10.2.3.2. Freguesia da Boidobra

Esta freguesia é limitada a sul-este pelo rio Zêzere, confinando a noroeste com a cidade da Covilhã. Refira-se aliás que parte da freguesia (cerca de 26% do seu território), nomeadamente a generalidade dos seus núcleos edificados, integra a conurbação urbana da Grande Covilhã. A ocupação deste território remonta ao princípio da nacionalidade, tendo provavelmente ocorrido no lugar de Abadia, onde em tempos existiu um convento (que aliás motiva o topónimo).



Figura 124 - Figura 26 - Boidobra, 2017 (Fonte: Site Terceira Dimensão).

O núcleo de Boidobra é na realidade formado por um conjunto de pequenos bairros – Bairro da Saudade, Bairro das Flores, Bairro dos Freixos, Bairro Novo, Bairro da Boavista – que tiveram na década de 90 do século passado o seu período mais favorável de expansão urbanística.

Na área da freguesia verificou-se um aumento significativo da população residente entre 2001 e 2011 superior a 13%, passando de 4296 para 4852 residentes. No entanto, entre 2011 e 2021 a população da Boidobra passou de 3 246 pessoas para 3 173 (-2.2%).

Quer nas áreas de edificação mais antigas quer nos novos loteamentos a habitação é quase exclusivamente unifamiliar, verificando-se a presença de algum comércio de proximidade sobretudo nos núcleos de génese mais remota (Bairro da Saudade e Bairro das Flores).

A zona da Alâmpada foi no final do século passado uma área preferencial de expansão da cidade, sobretudo decorrente da boa acessibilidade que possui (marginal à EN18). Nesta área regista-se uma maior presença de funções comerciais e de serviços de proximidade (cafés, minimercados, farmácia, etc.).

Verifica-se também alguma concentração edificada (e populacional) na área de Quinta Branca, fruto da concretização de alguns loteamentos de moradias (unifamiliares e em banda), o que denota o crescimento da apetência deste território para a edificação fora das áreas "tradicionalmente" urbanas – são áreas que beneficiam da proximidade à cidade e aos

equipamentos e serviços de que esta dispõe, usufruindo de um isolamento e tranquilidade conferido pela inserção num território rural.

Nesta freguesia a edificação fora dos aglomerados urbanos assume uma relevância assinalável, em particular entre a ribeira de Boidobra e Ponte Pedrinha (EN18-4).

A breve trecho é (em parte) nesta freguesia que surgiu um dos mais importantes investimentos no concelho, o Data Center da Portugal Telecom, que foi instalado na área do antigo aeródromo e envolvente próxima, e que possuiu a classificação de Projeto de potencial interesse nacional (PIN).

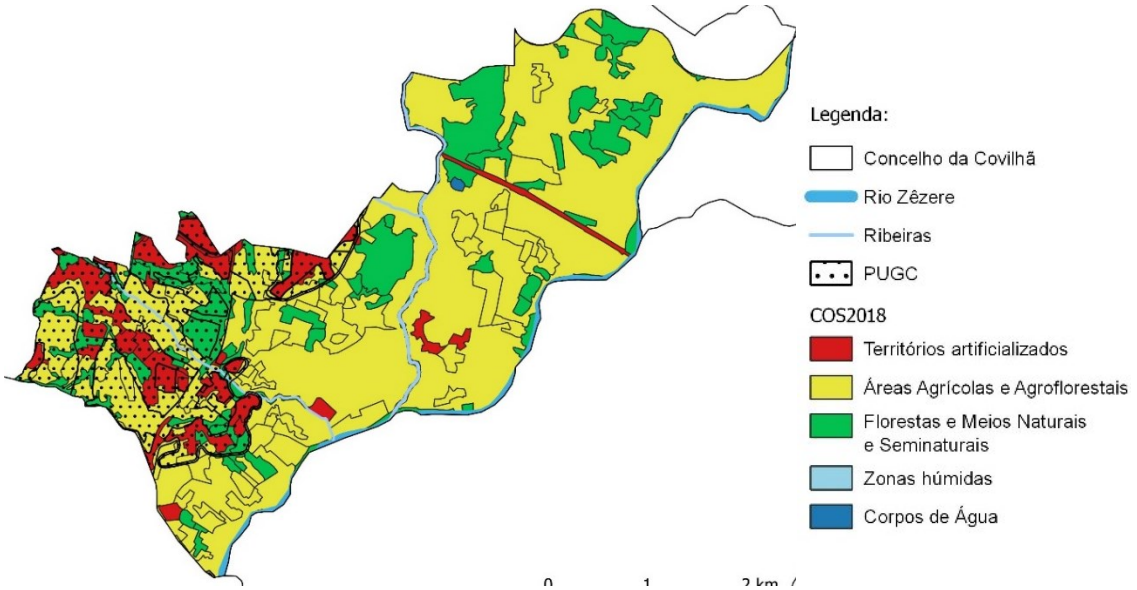


Figura 125 - Carta de Uso e Ocupação do Solo 2018 - Freguesia da Boidobra (Fonte: DGT).

10.2.3.3. Freguesia de Cortes do Meio

Freguesia relativamente central do concelho, Cortes do Meio é a freguesia da Covilhã com maior área (47,4km2) encontrando-se a quase totalidade do seu território integrada no PNSE, o que lhe confere características paisagísticas ímpares. Apesar de na década de 90 a freguesia ter registado um crescimento populacional da ordem dos 20% (entre 1991 e 2001 o número de habitantes passou de 813 para 969), o mais recente recenseamento da população revela uma

sintonia com as dinâmicas do resto do concelho, cifrando-se a população residente, em 2021, nos 748 habitantes (menos 15.4% que em 2011).



Figura 126 - Cortes do Meio, 2017 (Fonte: Site Terceira Dimensão).

A freguesia integra, para além da aldeia que lhe dá nome, outros três lugares – Bouça, Cortes de Baixo, Ourondinho e Penhas da Saúde – as duas primeiras muito próximas da sede de freguesia e Penhas da Saúde já no seio da Serra da Estrela.

Cortes do Meio, sendo a sede de freguesia é o aglomerado que concentra a maioria da população (mais de 50%) e, naturalmente, a generalidade das funções urbanas. A aldeia desenvolve-se sobre a EM508, que lhe dá acesso, numa zona da encosta de declives menos acentuados, sendo a paisagem dominada pelo vale percorrido pela ribeira de Cortes.

Para além de diversas unidades de comércio de proximidade este aglomerado dispõe de um posto de medicamentos, um complexo desportivo (coberto), um centro de noite; próximo da entrada sul do aglomerado encontra-se um espaço de recreio e lazer onde estão instalados um campo de tiro, um campo de ténis e um Heliporto que, em época de período crítico, serve também o DECIR.

O núcleo da Bouça situa-se no extremo da via de ligação a Cortes do Meio desenvolvendo-se ao longo desta e sobre a encosta (declives superiores a 30%). Na aldeia o edificado ou é de

construção relativamente recente (últimos 30 anos) ou apresenta sinais de intervenções de beneficiação e renovação, verificando-se que a dinâmica de edificação mais recente ocorre na entrada do aglomerado. Em termos funcionais encontra-se inteiramente dependente do exterior. De assinalar o facto de ser a partir daqui que tem início uma estrada florestal de acesso às Penhas da Saúde, que constitui um percurso de beleza ímpar.

Cortes de Baixo, situada no vale entre as ribeiras de Cortes e do Caldeirão possui uma dimensão claramente inferior face às aldeias anteriores. Este pequeno núcleo possui uma clara dependência face à sede de freguesia, verificando-se uma total ausência de funções urbanas (comércio, serviços ou equipamentos), sendo de assinalar porém a existência de uma pequena área de lazer que funciona como praia fluvial, que embora disponha de um parque de merendas não se encontra dotada de infraestruturas que permitam a sua plena fruição por parte da população que não a local (a via de acesso possui largura muito reduzida e não dispõe de lugares de estacionamento de veículos).

O Ourondinho, situado no limite da Freguesia de Cortes do Meio situa-se numa bela e longa planície verdejante que contrasta com a área montanhosa que constitui a maior parte da Freguesia onde se insere. Podem ser contemplados os vales da magnífica e resplandecente serra, bem como o espaço florestal, inserido no Parque Natural da Serra da Estrela que envolve toda a Freguesia, e que é o maior do concelho da Covilhã. A Agricultura é a actividade mais praticada pelos habitantes deste lugar.

O núcleo das Penhas da Saúde, local emblemático da Covilhã (e da Serra da Estrela), é o aglomerado do concelho situado a maior a altitude (cerca dos 1500m), sendo local de paragem obrigatório na rota de quem sobe à serra vindo da Covilhã.

Trata-se de um local com características de ocupação particulares:

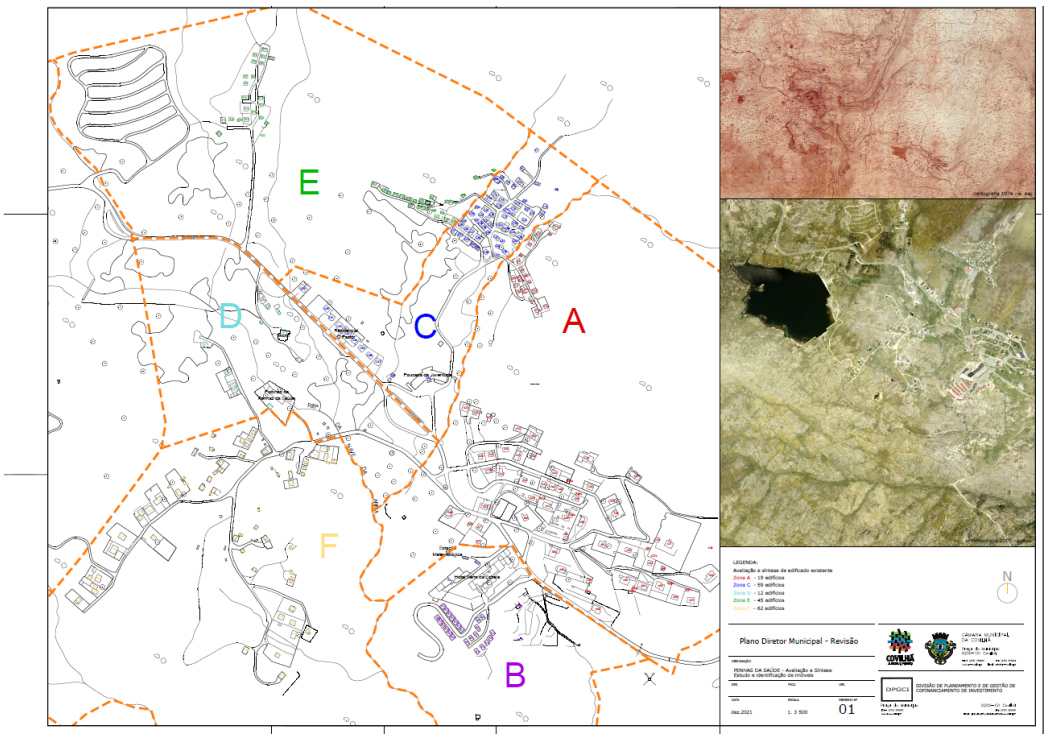
1. A nascente da EN339 encontra-se o núcleo “original”, dominado por um pequeno conjunto de moradias (chalés de montanha);

2. A poente deste eixo viário está instalado um complexo turístico que integra um estabelecimento hoteleiro e um aldeamento turístico composto por diversos chalés de montanha;

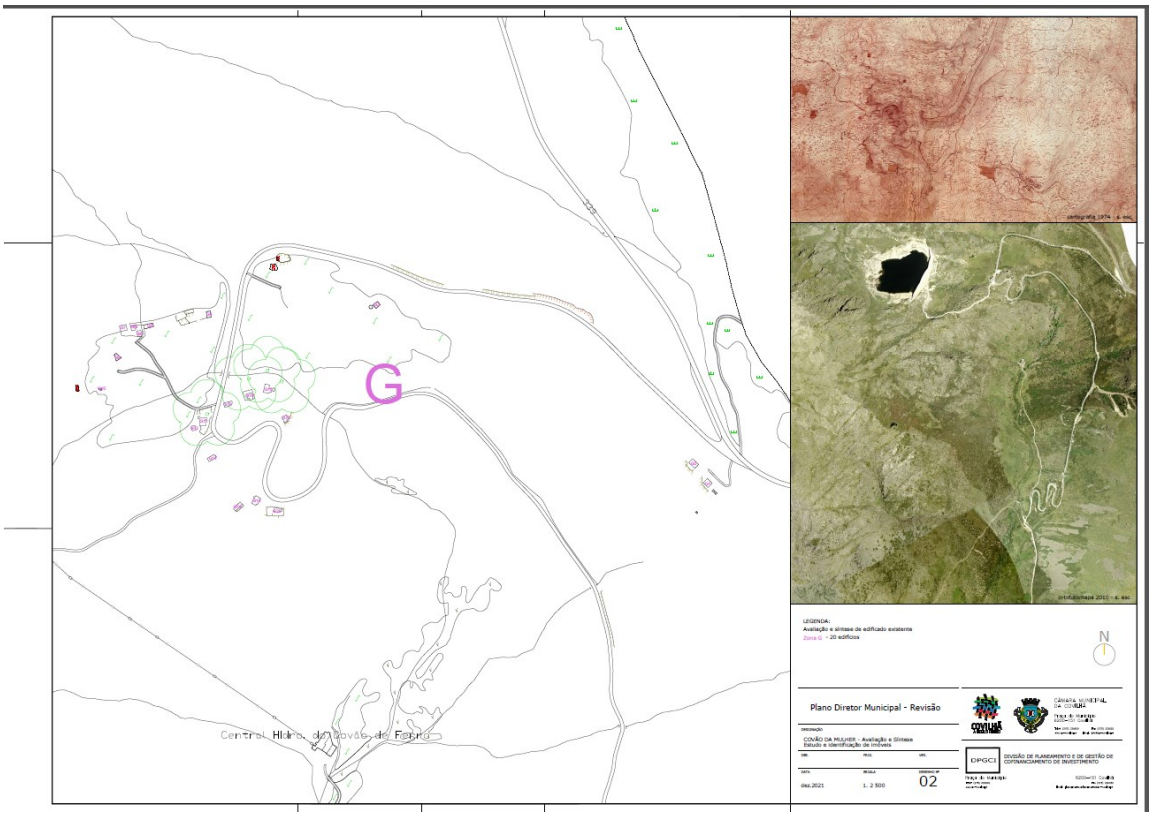
3. Um pouco mais a norte desenvolve-se o Bairro Penhasol consolidado no início do séc. XX e dominado por edificações (cerca de uma centena). Neste núcleo encontra-se também instalada uma Pousada da Juventude.

4. Faz parte do anexo definido como Volume III, a reprodução através de fichas de caracterização, um estudo sobre o estado atual das construções existentes na zona das Penhas da Saúde, e outras zonas sensíveis, que carecem uma preocupação global de requalificação e reorganização dos espaços edificados e espaços vazios, quer em área urbana, quer em áreas abrangidas pelo Parque Natural da Serra da Estrela, devendo ter em conta os fatores turísticos, económicos/sociais e de preservação natural e cultural.

A reapreciação global dessa zona sensível do território, deverá operacionalizar-se paralelamente ao nível do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela (POPNSE) para efeitos de compatibilização e conformidade entre Planos/Programas, em especial nas Penhas de Saúde, no Covão da Mulher (Unhais da Serra), em Verdelhos, entre outras.



Extrato da Planta Geral Anexa ao Volume III – Estudos nas Penhas da Saúde



Extrato da Planta Geral Anexa ao Volume III – Estudos nas Penhas da Saúde

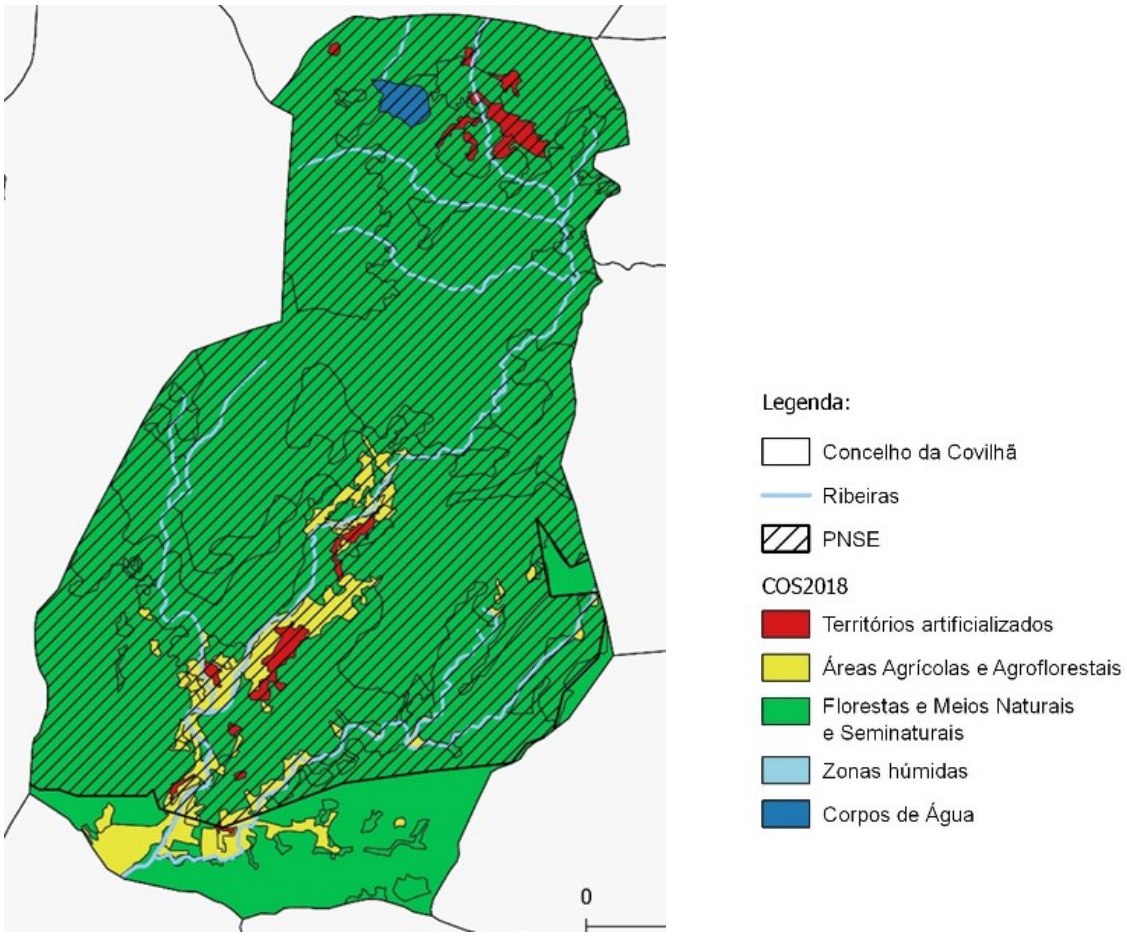


Figura 127 - Carta de Uso e Ocupação do Solo 2018 - Freguesia de Cortes do Meio (Fonte: DGT).

10.2.3.4. Freguesia do Dominguizo

Dominguizo é uma das freguesias mais pequenas da Covilhã, possuindo menos de 1% da área total do concelho, situando-se a sua sede numa pequena elevação sobranceira à margem direita do rio Zêzere.

Embora entre 1991 e 2001 esta tivesse sido uma das freguesias que registou crescimento populacional (da ordem dos 3%), a década seguinte viu o cenário inverter-se, tendo a população diminuído cerca de 6%. Os dados mais recentes registam uma diminuição de -9.0%, tendo a freguesia, atualmente, 1 018 habitantes (2021).

A aldeia de Dominguizo é o único aglomerado urbano desta freguesia, sendo aí que se encontra concentrada a quase totalidade dos residentes da freguesia.

A sua proximidade geográfica e a boa acessibilidade à Grande Covilhã, e à própria cidade, são as principais responsáveis pelo destaque que este núcleo assume no contexto do território su-sudoeste do concelho.



Figura 128 - Dominguizo, 2017 (Fonte: Site Terceira Dimensão).

Trata-se de um aglomerado de desenvolvimento linear, sendo o eixo da EM513 a espinha dorsal deste núcleo. Para além de dispor de um conjunto de equipamentos, comércio e serviços de proximidade o aglomerado dispõe ainda de algumas estruturas de maior abrangência, destacando-se a praia fluvial e o complexo polidesportivo que para além do pavilhão desportivo, com bancada para cerca de 460 pessoas, possui ainda um auditório/cinema com capacidade para 130 pessoas.

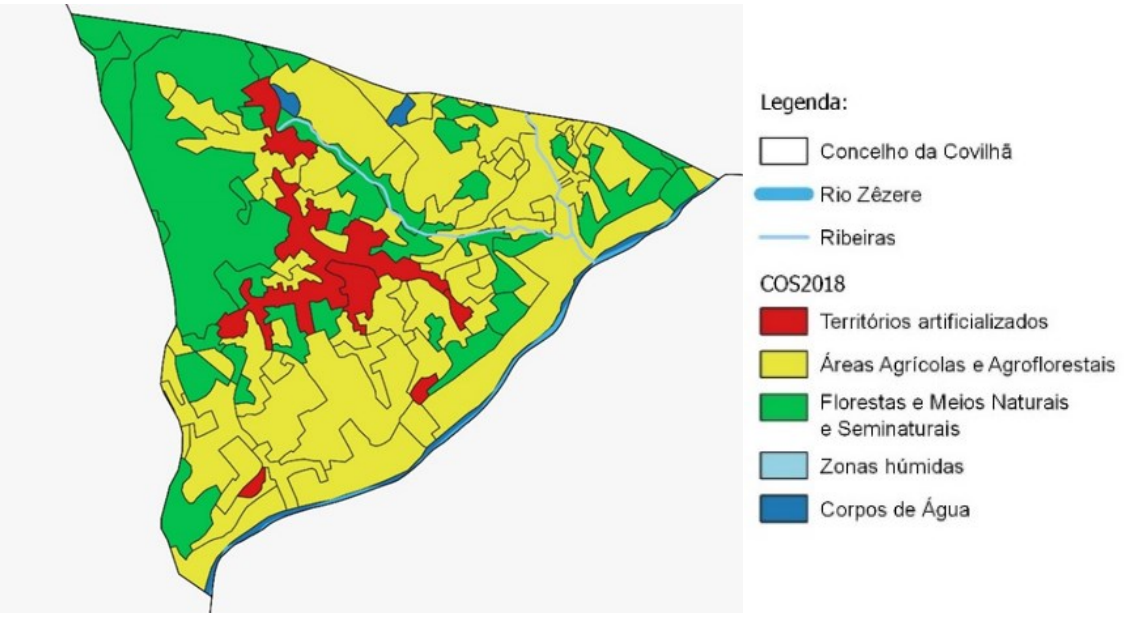


Figura 129 - Carta de Uso e Ocupação do Solo 2018 - Freguesia do Dominguizo (Fonte: DGT).

10.2.3.5. Freguesia da Erada

É a segunda maior freguesia do concelho (cerca de 43,4km2), e a generalidade dos seus 574 habitantes em 2021, fundamentalmente, nas aldeias de Erada e Trigais.



Figura 130 - Erada, 2017 (Fonte: Site Terceira Dimensão).

O decréscimo populacional que tem vindo a afetar todo o setor poente do concelho viu-se agravado entre 2011 e 2021, com uma variação negativa de 19.0%. Em 2001 e 2011 – neste período a freguesia perdeu cerca de 100 habitantes, o que corresponde a um decréscimo da ordem dos 16%, ao passo que entre 1991 e 2001 tinha perdido apenas 6,5% da sua população.

A aldeia de Erada confina com o limite do Parque Natural da Serra da Estrela, beneficiando por isso de um enquadramento cénico muito particular, desenvolvendo-se numa zona de relevo aplanado, envolvida por campos agrícolas, que beneficiam da presença da ribeira da Erada (afluente da ribeira do Paul). O aglomerado, embora atravessado pela EM510, desenvolve-se de forma concêntrica, possuindo uma malha urbana mais orgânica e nucleada. Para além de um conjunto de equipamentos, comércio e serviços de proximidade a aldeia dispões de um pequeno complexo de piscinas ao ar livre, também doado de um campo de ténis.

Relativamente ao estado de conservação do edificado, este encontra-se na generalidade em bom/razoável estado. Trigais, na encosta da Serra da Estrela e praticamente confinante com o vizinho concelho de Seia, é uma das povoações da Covilhã com uma localização mais excêntrica face à sua sede, não apenas em termos de proximidade geográfica, mas sobretudo em termos de acessibilidade (40km e cerca de 50 minutos separam a aldeia da cidade).

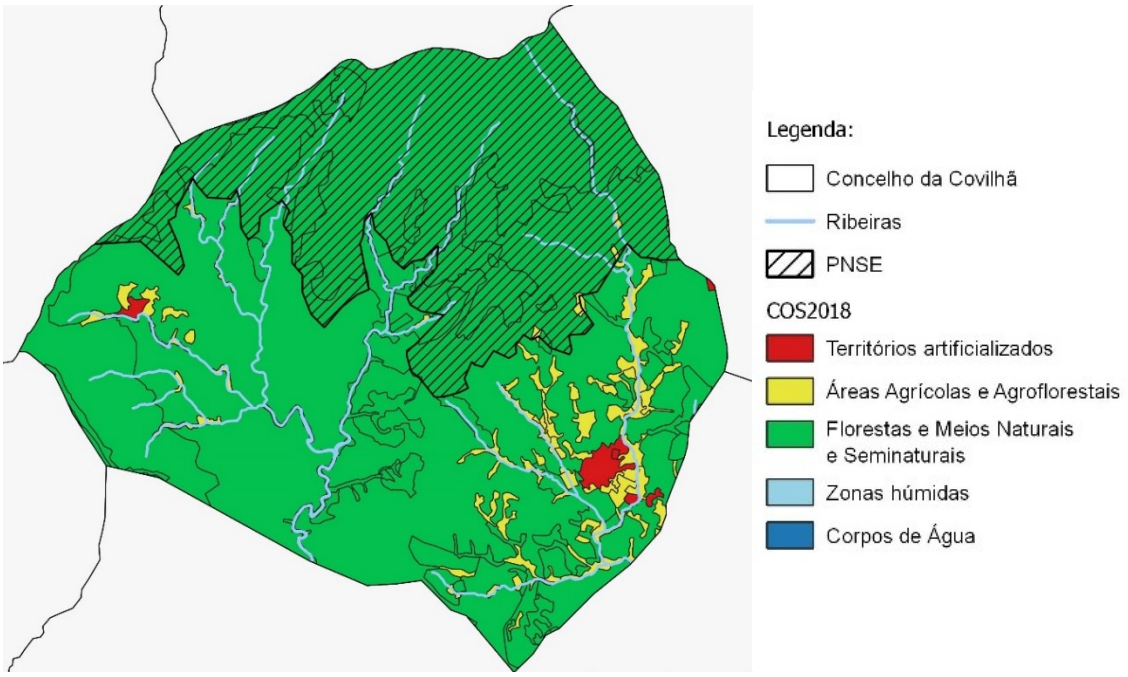


Figura 131 - Carta de Uso e Ocupação do Solo 2018 - Freguesia de Erada (Fonte: DGT).

10.2.3.6. Freguesia do Ferro

Situada no setor sudeste do concelho a freguesia de Ferro é limitada a norte pelo rio Zêzere, possuindo uma paisagem eminentemente agrícola, típica da região da Cova da Beira. Admite-se que o povoamento deste território remonte à época romana, atendendo à presença de diversos achados arqueológicos aqui encontrados.



Figura 132 - Ferro (Fonte: Google).

Foi a efervescência da atividade agrícola que motivou o crescimento populacional nas últimas décadas do século XX, tendência que se inverteu – se entre 1991 e 2001 o Ferro registou um acréscimo populacional de 11%, já entre 2001 e 2011 verificou-se uma perda de 7% dos residentes, que passaram a 1700. Entre 2011 e 2021 o ferro perdeu 8.7% dos residentes (1 552 em 2021).

A vila de Ferro possui um caracter nuclear, tendo-se desenvolvido fundamentalmente em torno do seu núcleo original, embora a ocupação mais recente possua características lineares, ao longo da EM506-1.

Trata-se de um aglomerado com alguma dimensão, física e populacional, o que justifica a presença de um conjunto de funções urbanas que permitem satisfazer a generalidade das necessidades básicas e diárias da população, embora na questão do emprego a autonomia seja reduzida. A vila regista alguma dinâmica urbanística recente, bem como algum investimento na beneficiação e recuperação de imóveis mais antigos.

A dispersão do edificado pelo espaço rural nesta zona do concelho não é um evento recente, uma vez que este sempre foi um território "polvilhado" de quintas (conforme testemunha a toponímia) e grandes propriedades agrícolas, porém, nos anos mais recentes a profusão de edificações disseminadas pela freguesia não se encontra associada à necessidade de estar próximo dos explorações agrícolas, mas sim a uma procura residencial, muitas vezes de ocupação sazonal, o que importa contrariar com urgência.

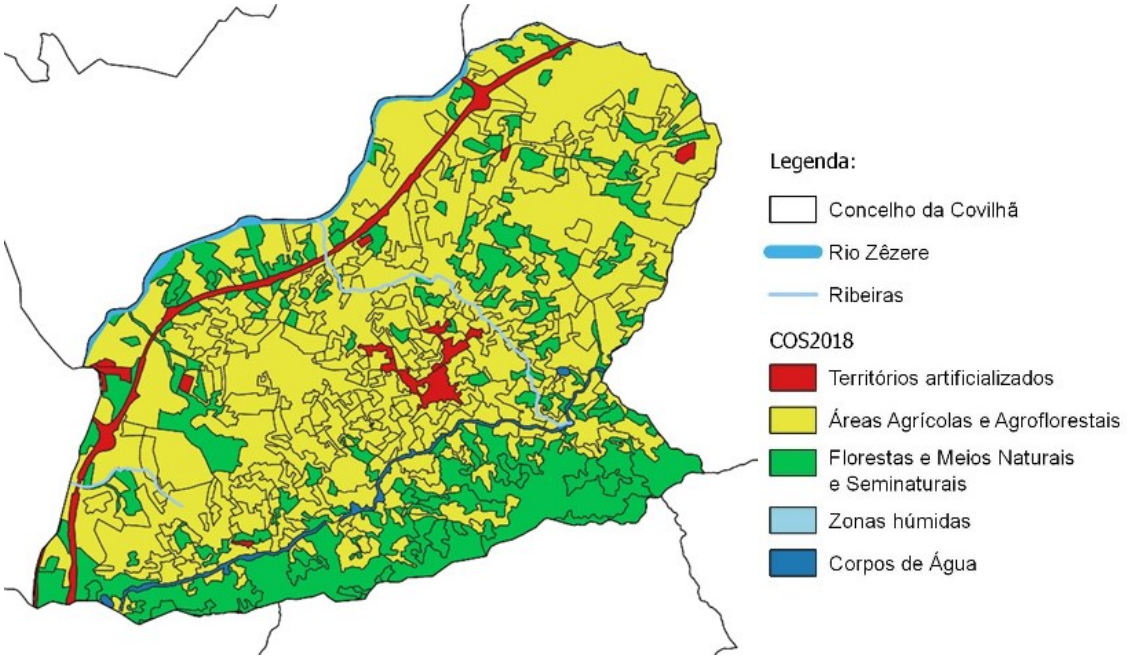


Figura 133 - Carta de Uso e Ocupação do Solo 2018 - Freguesia do Ferro (Fonte: DGT).

10.2.3.7. Freguesia de Orjais

Situada no setor nordeste do concelho, esta freguesia, atravessada pelo rio Zêzere, reparte o seu território entre a franca zona agrícola beneficiada pelo regadio da Cova da Beira, de relevo aplanando, e uma zona transição para a Serra da Estrela (o limite norte da freguesia coincide com o limite do PNSE), com cotas progressivamente mais elevadas e declives acentuados.



Figura 134 - Orjais (Fonte: Google).

Embora se encontre relativamente próximo da cidade da Covilhã e da vila de Belmonte e disponha de uma boa acessibilidade o gradual declínio da atividade agrícola na zona da Cova da Beira colocou a freguesia num processo de progressiva perda populacional, embora na última década intercensitária se tenha verificado uma desaceleração deste fenómeno – Orjais perdeu 12,3% dos seus residentes entre 1991 e 2001 e 6,2% no período seguinte, residindo em 2011 na freguesia 806 pessoas. Atualmente residem 663 pessoas na freguesia, o que traduz uma variação de -17.7% relativamente a 2011.

O aglomerado de Orjais desenvolve-se na cofinancia com a EN18, embora não linearmente ao longo desta. Apesar da já referida perda populacional verifica-se alguma dinâmica urbanística, que veio incrementar a oferta não apenas de habitação unifamiliar, mas também de habitação coletiva, procurando assim alargar o espectro da oferta habitacional.

Embora outrora pudesse ter constituído um lugar autónomo, presentemente, Cerdeira pode ser considerada parte integrante de Orjais atendendo à cofinancia territorial que se verifica e ao tendencial preenchimento dos espaços intersticiais que existiam entre as duas nucleações.

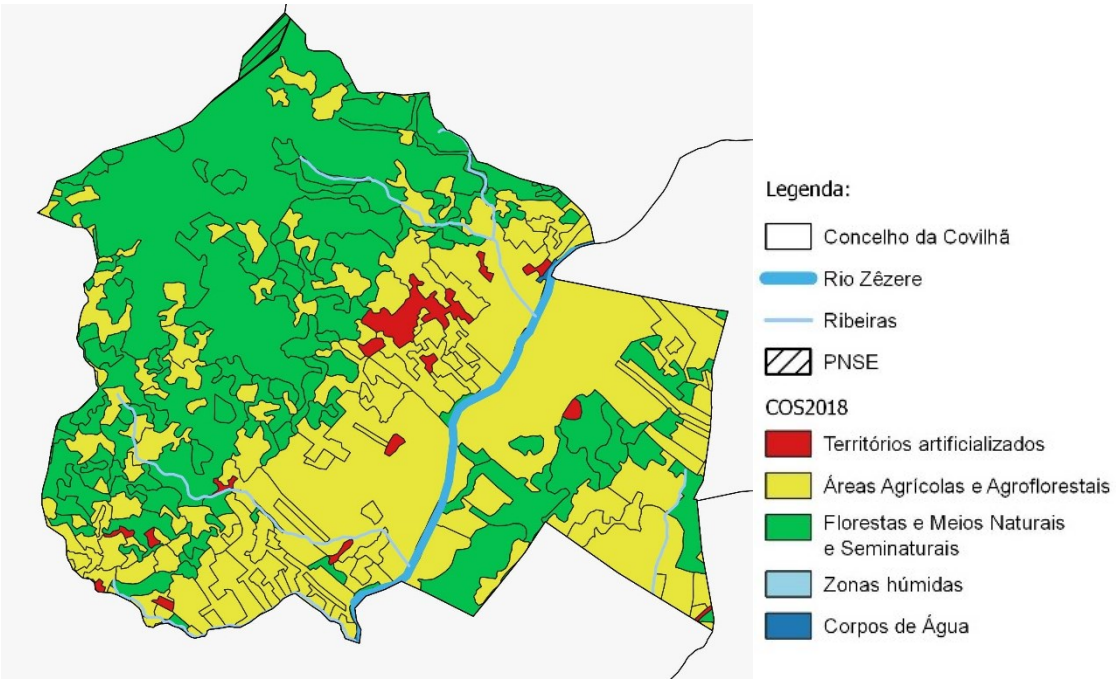


Figura 135 - Carta de Uso e Ocupação do Solo 2018 - Freguesia de Orjais (Fonte: DGT).

10.2.3.8. Freguesia do Paul

Esta freguesia inverteu no último período censitário a tendência de crescimento que se vinha a verificar nas décadas anteriores – entre 1991 e 2001 a população aumentou cerca de 5%, ao passo que entre 2001 e 2011 diminuiu cerca de 10%, situando-se o número de residentes nos 1 624. Os últimos censos dão conta de uma perda de 15.9% da população residente (1 365 em 2021).

O topónimo da freguesia, que se julga ter sido ocupada por fenícios, gregos, romanos e árabes, e da sua sede, tem origem na ribeira do Paul, que atravessa toda a freguesia e limita a oeste a sua sede, constituindo um elemento marcante da paisagem do aglomerado e determinante na forma como se processou a sua ocupação. A vila do Paul desenvolve-se numa zona plana dominada pela atividade agrícola associada à ribeira do Paul, sendo indubitavelmente o principal centro urbano do setor sudoeste do concelho.



Figura 136 - Paul, 2017 (Fonte: Site Terceira Dimensão).

É também aqui que se intersetam dois dos principais eixos de acessibilidade dessa zona do concelho, a EN343, que assegura a ligação a Barco no sentido sul e a Erada e Unhais da Serra no sentido norte, e a EM512 que permite o acesso a Ourondo e à zona das minas da Panasqueira.

O aglomerado desenvolveu-se, numa primeira fase em torno de um pequeno largo, caracterizando-se por uma malha urbana bastante densa e com arruamentos estreitos e imbrincados, tendo posteriormente a edificação começado a surgir associada aos principais eixos viários, verificando-se que mais recentemente começaram a ser ocupadas novas áreas da vila, nomeadamente na proximidade da zona industrial. De notar é o aumento progressivo de fenómenos de dispersão da edificação na envolvente próxima do aglomerado, que de futuro se deverá procurar conter.

A vila dispõe de um maior número de funções urbanas que os núcleos existentes na proximidade, polarizando assim a generalidade das freguesias envolventes – refira-se por exemplo a presença de uma escola do 2º e 3º ciclo de ensino básico, de um anfiteatro e de um quartel de bombeiros. Dispõe ainda de uma pequena zona industrial (a única do concelho situada fora da Grande Covilhã) que, embora com uma ocupação relativamente rarefeita, contribui para uma diversificação da base económica local e para uma maior autonomia em termos de oferta de emprego.

Para além da aldeia do Paul, a freguesia integra ainda o pequeno aglomerado de Taliscas, situado entre as ribeiras de Cortes e de Unhais da Serra.

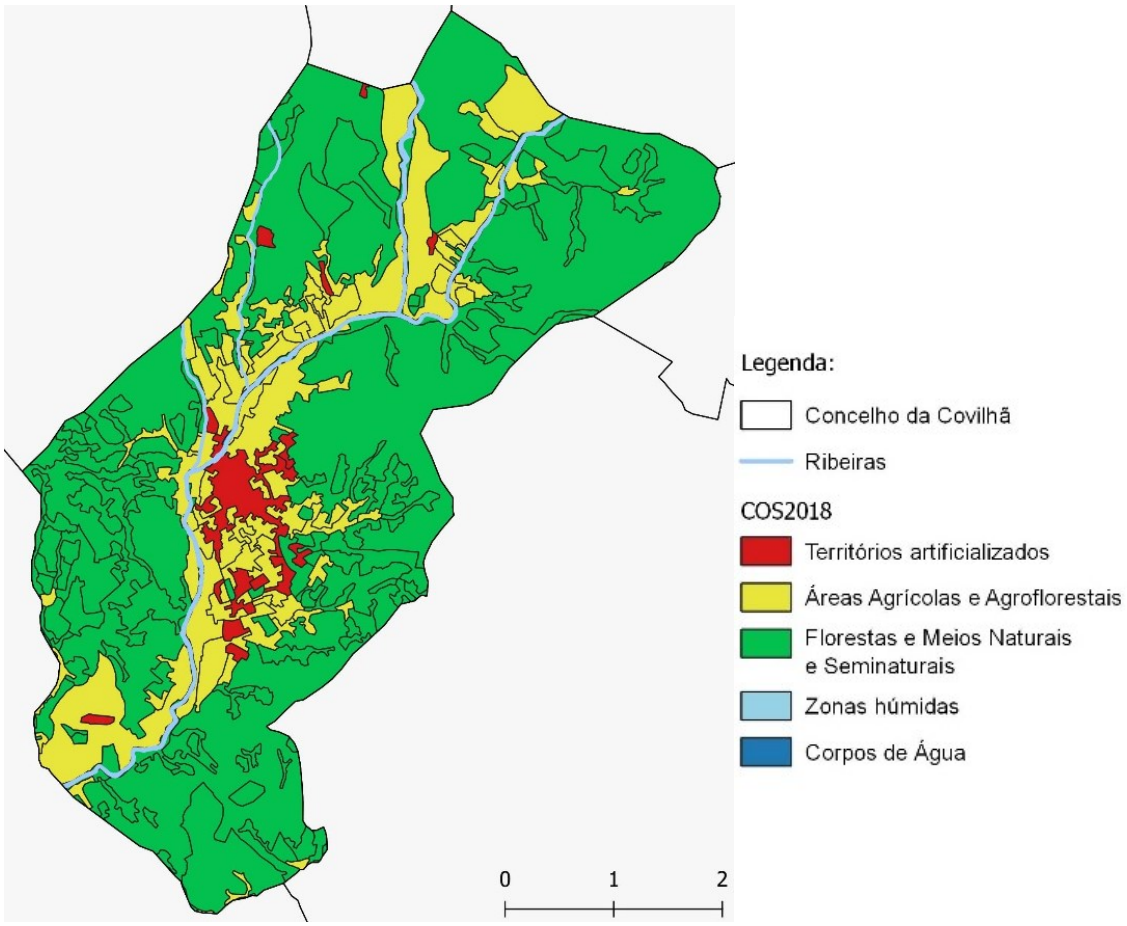


Figura 137 - Carta de Uso e Ocupação do Solo 2018 - Freguesia do Paul (Fonte: DGT).

10.2.3.9. Freguesia de Peraboa

Em pleno seio da área agrícola da Cova da Beira, a freguesia de Peraboa, e conforme referido para algumas freguesias de características similares, tem assistido a um progressivo esvaziamento populacional, que aliás se tem vindo a acentuar de década para década – entre 1991 e 2001 a freguesia perdeu 6,5% dos seus habitantes, e entre 2001 e 2011 11,1% – residindo em 2011 na freguesia 953 pessoas. Entre 2011 e 2021 a freguesia assistiu a uma perda de -14.3%, encontrando-se atualmente com 817 pessoas.



Figura 138 - Peraboa, 2017 (Fonte: Site Terceira Dimensão).

A cofinancia com o concelho de Belmonte e a proximidade à vila de Caria (núcleo urbano de relativa dimensão funcional) tem proporcionado uma forte interdependência entre estes dois territórios em termos funcionais.

Peraboa é a sede desta freguesia e apesar da sua ocupação possuir atualmente um caráter orgânico é notório que o seu desenvolvimento começou por ser tentacular, ao longo dos dois principais eixos viários que se intersetam no centro da aldeia.

Este aglomerado dispõe de uma boa dotação de equipamentos, comércio e serviços de proximidade, sendo ainda de assinalar a presença de algumas estruturas de irradiação supralocal, como o lar de 3ª idade (que beneficiou de um projeto inovador), e mesmo supramunicipal, como é o caso do Museu do Queijo, inaugurado em maio de 2011, e que pretende homenagear o subproduto daquela que foi durante décadas a principal atividade económica da freguesia, e do concelho, a agropastorícia de ovinos, e que virá conferir maior visibilidade a Peraboa.

Para além da sua sede, encontra-se na freguesia o lugar de Castanheiras, que embora conhecidas por um topónimo comum são na realidade dois núcleos distintos – Castanheira de Cima e Castanheira de Baixo – separados pelo atravessamento IP2/A23, apesar da manutenção da ligação rodoviária entre ambas. Estes núcleos possuem uma dimensão relativamente

reduzida, quer em termos territoriais, quer em termos populacionais. De notar é a relativa degradação do edificado, consequência natural do despovoamento das aldeias.

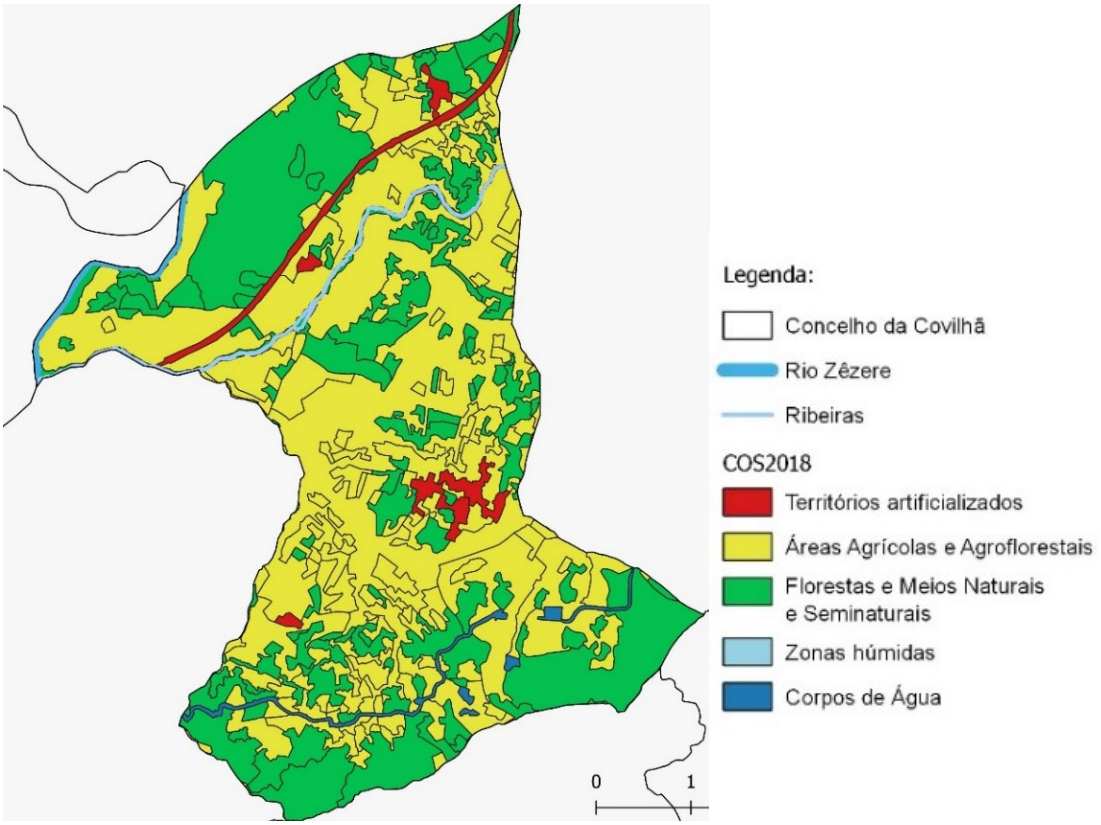


Figura 139 - Carta de Uso e Ocupação do Solo 2018 - Freguesia de Peraboa (Fonte: DGT).

10.2.3.10. Freguesia de S. Jorge da Beira

A freguesia de S. Jorge da Beira é a freguesia mais ocidental da Covilhã e foi aquela que registou nas últimas décadas maiores perdas populacionais (em termos relativos) – entre 1991 e 2011 viu o seu número de habitantes reduzir cerca de 40,5%, passando de 1.063 para 633 pessoas e entre 2011 e 2021 assistiu a uma perde de 20.9%, contando atualmente com 501 residentes. ~



Figura 140 - São Jorge da Beira, 2017 (Fonte: Site Terceira Dimensão).

Este decréscimo decorre, não apenas do tendencial esvaziamento a que as áreas rurais do interior do país têm assistido, mas sobretudo ao declínio registado na atividade mineira da Panasqueira (à semelhança do já referido para a freguesia de Aldeia de S. Francisco de Assis). Refira-se, a título de curiosidade que as Minas da Panasqueira no seu período áureo (durante a II Guerra Mundial) empregaram alguns milhares de pessoas, número que atualmente ronda as três centenas.

O núcleo onde a aldeia de S. Jorge da Beira teve a sua génese desenvolve-se acima dos 650m, numa zona de encosta com declives acentuados; por sua vez as áreas edificadas mais recentes ocuparam as zonas mais aplanadas na proximidade da ribeira da Cebola.

Esta é a sede de freguesia com pior acessibilidade no contexto concelhio; apesar dos apenas 50km que separam este aglomerado da cidade da Covilhã, o traçado sinuoso da EM512 obriga a uma viagem de cerca de 1h15m para aí chegar, situação que melhorará decerto com a conclusão da beneficiação do troço desta via que liga Ourondo à Barroca Grande; infelizmente já não virá a tempo de travar o esvaziamento populacional deste território.

O isolamento da aldeia repercute-se, naturalmente, nas relações funcionais deste aglomerado com o exterior, tendo sido um fator decisivo no crescente abandono que se tem verificado, sobretudo por parte da população mais jovem.

Na aldeia da Panasqueira, onde há várias décadas se encontrava uma das frentes de prospeção das minas, é hoje um aglomerado votado ao abandono. O núcleo onde se encontravam as habitações dos mineiros encontra-se em ruínas e no centro da aldeia a generalidade do edificado denota um avançado estado de degradação.

Há ainda a referir outros três pequenos lugares: a aldeia de Cambões, situada entre dos dois núcleos mineiros históricos (Panasqueira e Barroca Grande) e as aldeias de Vale da Cerdeira e Casal de S. Teresinha, na cofinancia com a freguesia de Sobral de S. Miguel e que se desenvolvem na zona de vale da ribeira da Cerdeira. Estes são aglomerados com tendência para o total esvaziamento, muito embora se verifique em qualquer um deles alguma dinâmica de recuperação do edificado; julga-se, contudo, não se tratar de primeiras residências.

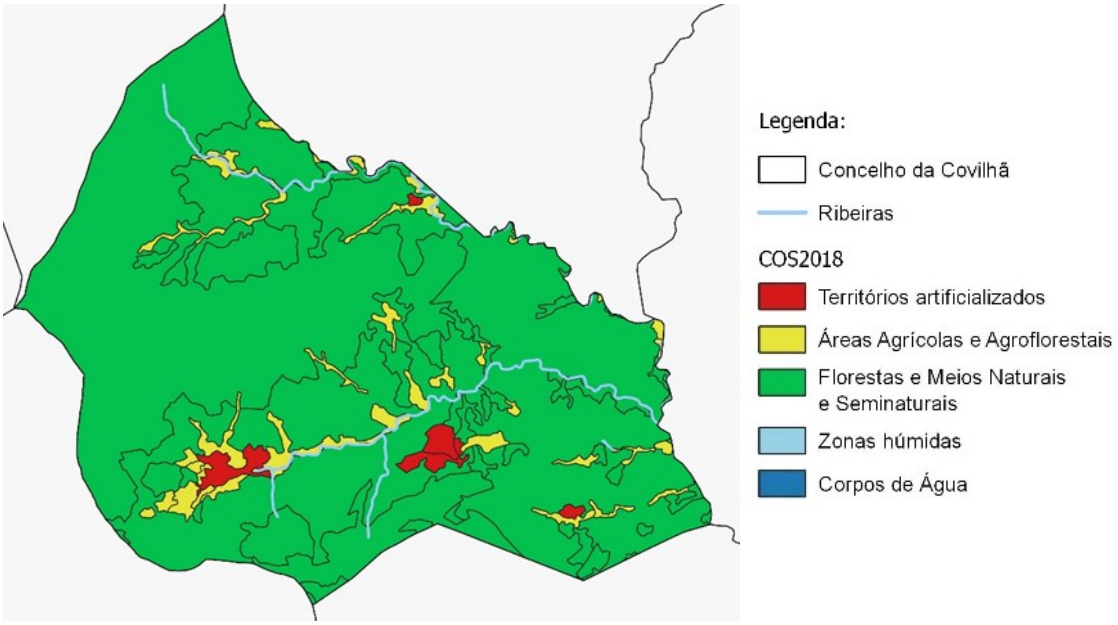


Figura 141 - Carta de Uso e Ocupação do Solo 2018 - Freguesia de S. Jorge da Beira (Fonte: DGT).

10.2.3.11. Freguesia de Sobral de São Miguel

Esta freguesia sofre também de uma significativa excentricidade face à cidade da Covilhã, mais por via da sua orografia e da reduzida acessibilidade conferida pela rede viária que a serve, do que pela distância geográfica a que se encontra.

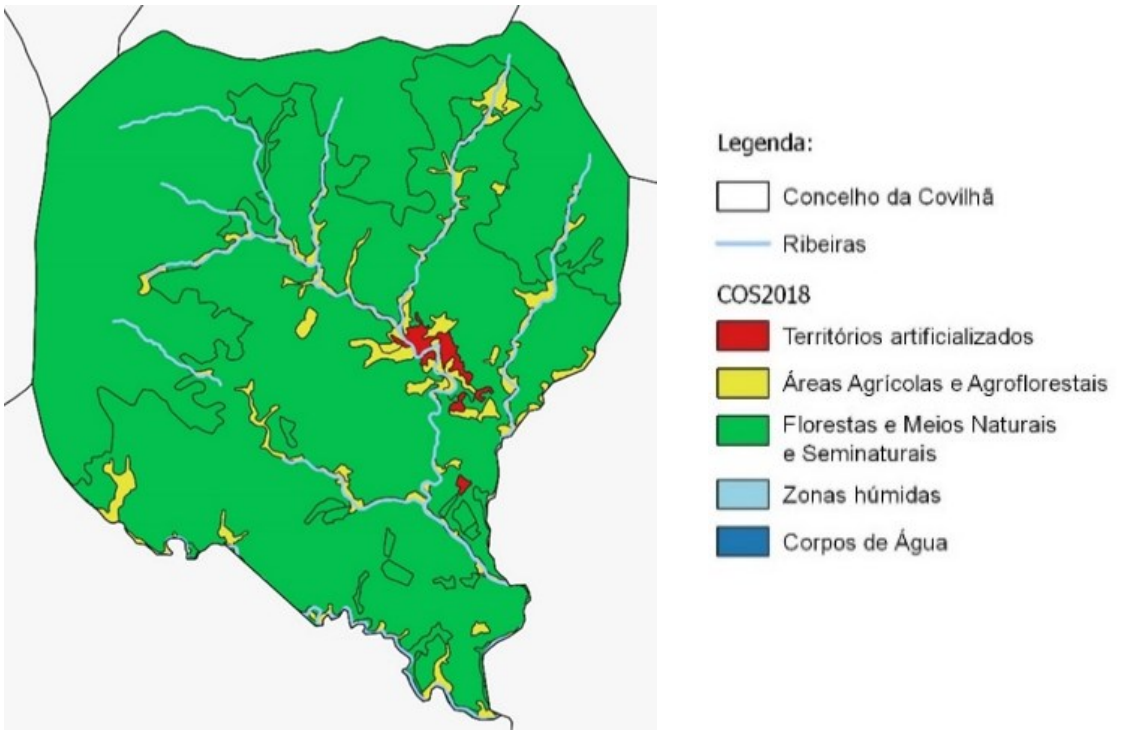
Em termos populacionais é segunda freguesia que registou maiores decréscimos populacionais, entre 2001 e 2011, e uma das freguesias com menor peso no total da população do concelho – em 2011 os seus 418 habitantes (menos 39% que em 2001) representavam apenas 0,8% da população que residia no concelho da Covilhã. Segundo os últimos censos, a freguesia perdeu -29.7% da população, o que se traduz em 294 residentes em 2021.

A aldeia de Sobral de S. Miguel atravessada pela ribeira de Porsim desenvolve-se numa encosta declivosa, encontrando-se a ocupação muito alicerçada na EM511, sobretudo as áreas de edificação mais recente.



Figura 142 - Sobral de São Miguel, 2017 (Fonte: Google).

Para além da sede de freguesia apenas se identifica um outro pequeno lugar, Pereiro, que, no entanto, possui uma população quase residual, tendo mesmo sido desconsiderado, enquanto lugar estatístico, no âmbito do recenseamento da população de 2001.



10.2.3.12. Freguesia do Tortosendo

A freguesia do Tortosendo, atravessada marginalmente pelo rio Zêzere, encontra-se no setor centro-sul do concelho, imediatamente a sul da cidade da Covilhã. O seu povoamento remonta à época lusitana, embora a população só aqui se tenha fixado definitivamente no séc. XII.



Figura 143 - Tortosendo, 2017 (Fonte: Site Terceira Dimensão).

Embora se trate de um território que conheceu uma franca expansão ao longo da segunda metade do séc. XX, o ritmo de crescimento populacional abrandou de forma significativa na última década – entre 1991 e 2001 a população aumentou cerca de 17%, entre 2001 e 2011 apenas 3,65% – residindo na freguesia, em 2011, cerca de 5624 pessoas, fazendo dela a segunda freguesia mais populosa da Covilhã. A freguesia mantém esta posição, com 5 219 residentes em 2021 (-7.2%).

A vila de Tortosendo, único centro urbano da freguesia, encontra-se no extremo oposto à vila do Teixoso na conurbação da Grande Covilhã, constituindo o extremo sul do eixo TCT. O seu núcleo antigo encontra se sensivelmente no centro do que é hoje a vila do Tortosendo, onde a malha urbana é significativamente mais densa e os arruamentos estreitos e sinuosos.

Mais tarde foram surgindo outras pequenas nucleações, autónomas e perfeitamente dissociáveis da vila (Casal da Serra, Ladeira Grande, Bairro do Cabeço, entre outros), que com o passar dos anos e o incremento da pressão urbanística sobre este território, se "aproximaram" progressivamente do centro da vila por via da ocupação das áreas intersticiais, muitas delas antigas quintas, entretanto fracionadas.

Nestas áreas encontra-se uma multiplicidade de tipologias de edificação (moradias unifamiliares e habitação coletiva) e de funções urbanas que convivem com uma envolvente ainda de características marcadamente rurais. Nos anos mais recentes foram urbanizadas algumas áreas mais excêntrica face ao centro da vila, sobretudo na direção da cidade da Covilhã (urbanização Bela Vista, urbanização Belo Zêzere), ocupadas por moradias unifamiliares em lotes de pequena dimensão.

No setor sudoeste da freguesia encontra-se o Parque de S. Miguel (inaugurado em 2009), um parque urbano com cerca de 3ha situado numa pequena elevação no Bairro do Cabeço, e que constitui o principal espaço de recreio de lazer do concelho, dispondo de parque infantil, anfiteatro ao ar livre e parque de merendas. Atualmente Tortosendo agrega uma multiplicidade de aglomerações intercaladas por áreas agrícolas mais ou menos preenchidas, onde a imagem urbana nem sempre permite identificar onde começa e termina a vila.

Este aglomerado, o mais importante do concelho depois da cidade, é claramente distinto da generalidade das sedes de freguesia em termos de hierarquia funcional, uma vez que, à exceção

das funções de utilização esporádica (serviços da administração central, por exemplo) ou dos equipamentos de hierarquia superior (unidade hospitalar, estabelecimento de ensino superior, etc.), possui um elevado grau de autonomia funcional, mesmo em termos de dotação de emprego, por via da sua zona industrial.

A zona industrial de Tortosendo, encontra-se ligeiramente a sudeste da sede de freguesia, sendo atualmente o principal polo de atividades económicas do concelho da Covilhã, e que por beneficiar de excelentes condições de acessibilidade – cofinancia com a EN18 e com o nó do IP2/A23, estando também previsto na proximidade um nó do futuro IC6 que fará a ligação a Coimbra – e de reduzidas limitações físicas à sua expansão – ao contrário do que acontece com a zona industrial do Canhoso – constitui a área de maior vocação empresarial da Covilhã, onde a CMC tem vindo a apostar nos últimos anos.

Presentemente encontram-se aqui empresas de diversos setores, albergando ainda o Parkurbis – Parque de ciências e tecnologia da Covilhã – infraestrutura de elevada notoriedade no contexto regional e que tem como missão "o reforço da economia da Beira Interior, através da elevação do nível tecnológico da indústria e serviços existentes, da sua diversificação para novos setores, da criação de massa crítica em atividades de I&D e, como consequência, da fixação de pessoas que possam encontrar aqui soluções profissionais.

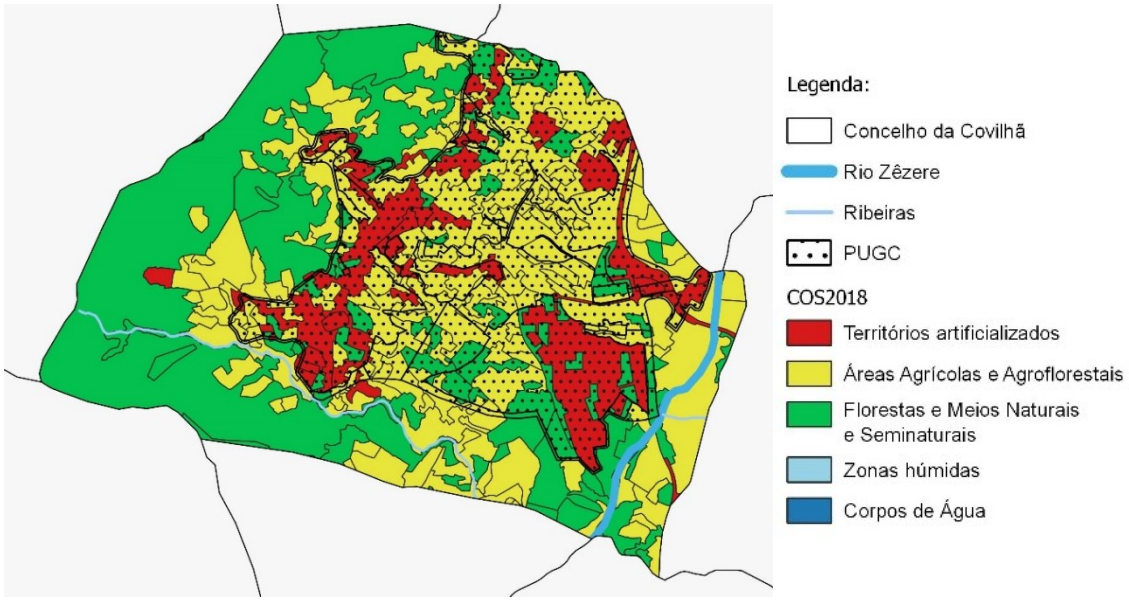


Figura 144 - Carta de Uso e Ocupação do Solo 2018 - Freguesia do Tortosendo (Fonte: DGT).

10.2.3.13. Freguesia de Unhais da Serra

Com a grande maioria da sua área integrada no PNSE, a freguesia de Unhais da Serra dispõe de um contexto cénico de excelência, que decorre em grande medida da sua localização num vale glaciar cavado na paisagem granítica da Serra. Embora com poucas certezas, admite-se que o povoamento deste território tenha ocorrido nas épocas proto e pré-históricas, julgando-se ter existido no vale fértil da Alforfa um primitivo castro, posteriormente romanizado.

De notar o facto de esta freguesia ter invertido a tendência de decréscimo populacional que se vinha a verificar (perdeu 10% da sua população entre 1991 e 2001), sendo mesma a única freguesia do concelho situada fora da Grande Covilhã que, entre 2001 e 2011, conheceu acréscimos populacionais ainda que tímidos (0,9%), passando a contar com 1398 residentes, mais 13 que no decénio anterior. No entanto, no último período censitário, verificou-se uma perde de -24.9%, isto é, cerca de menos 300 pessoas (1 050 residentes em 2021).



Figura 145 - Unhais da Serra, 2017 (Fonte: Site Terceira Dimensão).

Unhais da Serra possui uma paisagem singular no contexto concelhio, que lhe é conferido pelo seu posicionamento no vale glaciar, a cofinancia com a Serra da Estrela e pelo curso da ribeira de Alforfa. A vila foi ao longo de décadas de história um importante aglomerado no contexto local, reconhecido pelas propriedades curativas das suas águas termais de natureza sulfúrica sódica.

À exceção do núcleo original do aglomerado, este desenvolve-se de forma linear ao longo das principais vias, notando-se, contudo, que as urbanizações mais recentes têm procurado conferir-lhe maior consistência urbana.

Entretanto Unhais da Serra adquiriu um novo dinamismo com a construção de uma unidade hoteleira de excelência, a reabilitação e renovação das termas, bem como outras pequenas intervenções de requalificação do espaço público, com destaque para a praia fluvial. A vila continua, assim, a assumir um importante papel enquanto polarizadora do território central do concelho, mantendo algum dinamismo económico, hoje mais alicerçado na atividade turística do que na indústria, muito embora a famosa fábrica de lanifícios "A Penteadora" permaneça em funcionamento e continue a ser uma referência de qualidade no setor.

Estatisticamente são identificados enquanto lugares autónomos os lugares de Lombinha e Bairro da Terra da Senhora, contudo, do ponto de vista da organização espacial e funcional, atualmente estes poderão ser considerados dois "bairros" de Unhais da Serra, desenvolvendo-se na continuidade da vila ao longo da EN230.

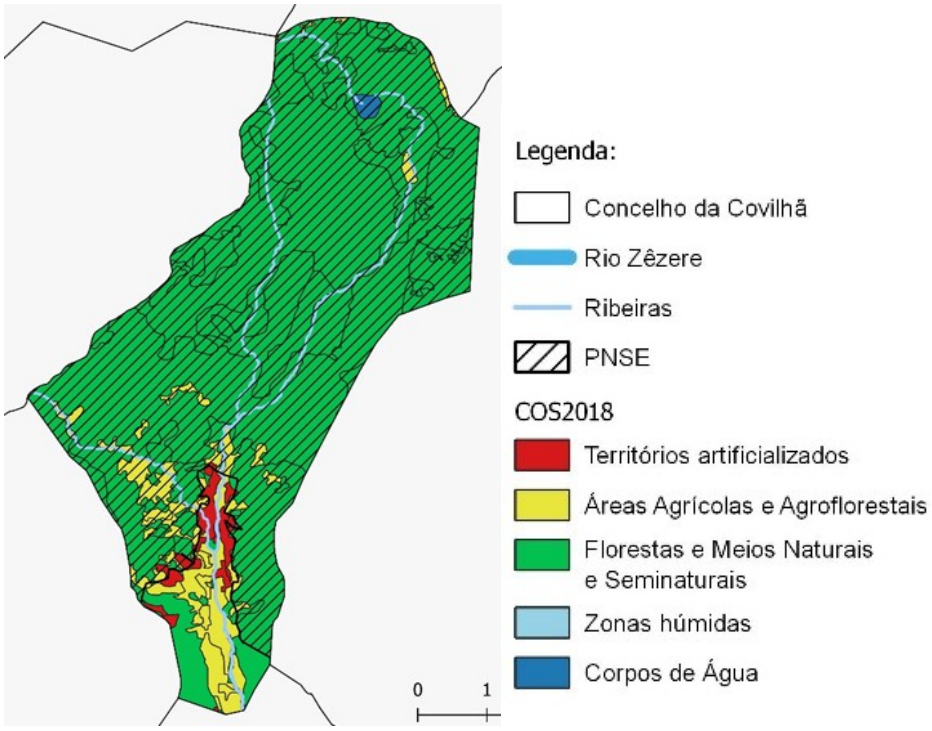


Figura 146 - Carta de Uso e Ocupação do Solo 2018 - Freguesia de Unhais da Serra (Fonte: DGT).

10.2.3.14. União de Freguesias de Barco e Coutada

A UF, uma das mais a sul da Covilhã, atravessado pelo rio Zêzere está "encaixada" entre as Serras da Estrela e da Gardunha e beneficia, em termos funcionais, da proximidade à vila do Fundão (a cerca de 15 km). Julga-se que o povoamento da freguesia terá acontecido durante o período romano, tendo-se aqui instalado um acampamento (no monte da Argemela) para defesa contra Viriato.

Conheceu o seu período áureo durante a primeira metade do séc. XX decorrente da exploração de minério que aqui se fazia (volfrâmio e estanho) e da intensa atividade agrícola nas margens do rio Zêzere – em 1950 residiam aqui cerca de 1800 pessoas. Em 2011, a população na UF situava-se nos 879 habitantes, menos cerca de 18% dos que aqui residiam em 2001. Mais recentemente, habitam 724 pessoas, o que se traduz numa perda de 17.6%.

O aglomerado de Barco, único núcleo urbano desta freguesia, situa-se numa pequena elevação sobranceira ao rio Zêzere, apresentando uma morfologia com relativa ondulação, sendo atravessado pela EN513 e pela EM343. Foi aliás no espaço que medeia estas duas vias que teve origem a povoação, sendo o seu núcleo mais antigo caracterizado por uma malha urbana densa e por arruamentos estreitos.



Figura 147 - Barco, 2017 (Fonte: Site Terceira Dimensão).

A norte da EM343 (no sentido do Paul) encontram-se as áreas edificadas mais recentes, onde a construção tem acontecido de forma avulsa e nem sempre sustentada por arruamentos

existentes. A área que separa a aldeia do rio Zêzere é, à semelhança do que acontece nas freguesias vizinhas, ocupada por campos agrícolas (olival e culturas arvenses).

O núcleo da Coutada, embora beneficie de elevada proximidade ao rio Zêzere, não se desenvolveu sobre a sua margem, nem o facto de ser atravessada a sul pela EM513 ditou um crescimento linear ao longo deste eixo. O núcleo original instalou-se num ponto sobranceiro desta área relativamente aplanada, tendo-se posteriormente a urbanização desenvolvido em torno deste, verificando-se que as áreas de edificação mais recente começam agora a espelhar um desenvolvimento mais tentacular ao longo dos principais eixos viários.

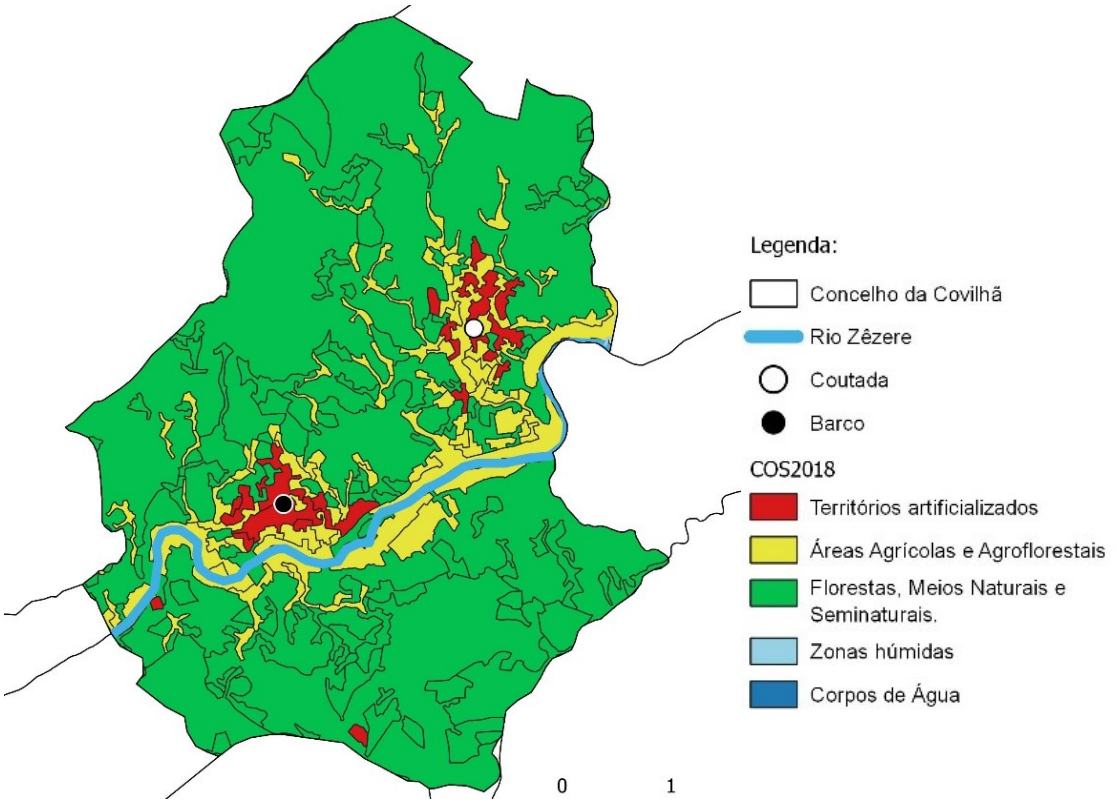


Figura 148 - Carta de Uso e Ocupação do Solo 2018 – União de Freguesias do Barco e Coutada (Fonte: DGT).

10.2.3.15. União de Freguesias de Cantar-Galo e Vila do Carvalho

De notar que apesar das características marcadamente urbanas do setor nascente da freguesia, esta tem vindo a registar progressivos decréscimos populacionais entre 1991 e 2011 (3 974

habitantes). Entre 2011 e 2021 a diferença torna-se mais significativa, cerca de 19.2% (3 211 residentes).

Cantar-Galo, situada a norte da cidade da Covilhã, esta freguesia, de orografia acidentada, tem parte do seu território integrado no Parque Natural da Serra da Estrela, que engloba o seu setor norte-noroeste, sendo que o núcleo urbano de Cantar-Galo integra também a Grande Covilhã.

Cantar-Galo, apesar de ter tido uma génese autónoma da cidade da Covilhã e outrora ser considerado como uma zona periférica da cidade, com a construção do bairro dos Penedos Altos tornou-se uma continuidade desta, muito embora possua caraterísticas de morfologia urbana que permitem distingui-lo. A ocupação mais recente processou-se de forma linear ao longo dos principais eixos viários, tendo passado a assumir maior protagonismo a construção de moradias isoladas de maiores dimensões e instaladas em lotes com logradouro privado.

Pese embora os progressivos investimentos que têm sido feitos nesta zona do concelho, Cantar-Galo apresenta alguma degradação da sua imagem urbana, em grande medida decorrente do estado de conservação e da própria tipologia arquitetónica do parque edificado. Este fato decorre da débil situação socioeconómica em que os operários fabris sempre viveram, e que se viu agravada com o encerramento da generalidade das unidades industriais.

Vila do Carvalho, ao longo das últimas décadas do séc. XX viu o seu território ser parcialmente diminuído (aquando da criação das freguesias de Cantar-Galo e depois de Canhoso), encerra no seu interior duas realidades muito distintas, por um lado a zona urbana de Vila do Carvalho e por outro um vasto território integrado no Parque Natural da Serra da Estrela (58% da área total da freguesia).



Figura 149 - Vila do Carvalho (Fonte: Google).

Apesar da sua proximidade à sede de concelho e à zona industrial do Canhoso (principais polos de emprego concelhio), a freguesia não tem sido capaz de conter a perda dos seus habitantes, conforme dados acima.

O núcleo de Vila do Carvalho, à semelhança do referido para um conjunto de outros aglomerados, embora constitua um centro urbano perfeitamente autónomo denota uma tendência crescente de aproximação à cidade da Covilhã, por via da progressiva ocupação dos espaços intersticiais que ligam a vila a Cantar-Galo e a Canhoso, motivo pelo qual integra a conurbação urbana da Grande Covilhã.

Atravessada pela ribeira da Aldeia de Carvalho (antigo topónimo da freguesia) a vila desenvolve-se ao longo de uma encosta acidentada onde predominam os declives superiores a 30%. O aglomerado começou por se desenvolver em torno de um núcleo central caracterizado por uma malha urbana estreita e confinada, tendo posteriormente começado a ser ocupadas as faixas marginais aos principais eixos viários.

A vila dispõe de algumas pequenas unidades de comércio e serviços, bem como um conjunto de equipamentos (escola básica de 1º ciclo, jardim de infância, extensão do centro de saúde, centro social, mercado e pavilhão polidesportivo) que lhe conferem relativa autonomia funcional face ao exterior, sobretudo na satisfação das necessidades diárias da generalidade da população.

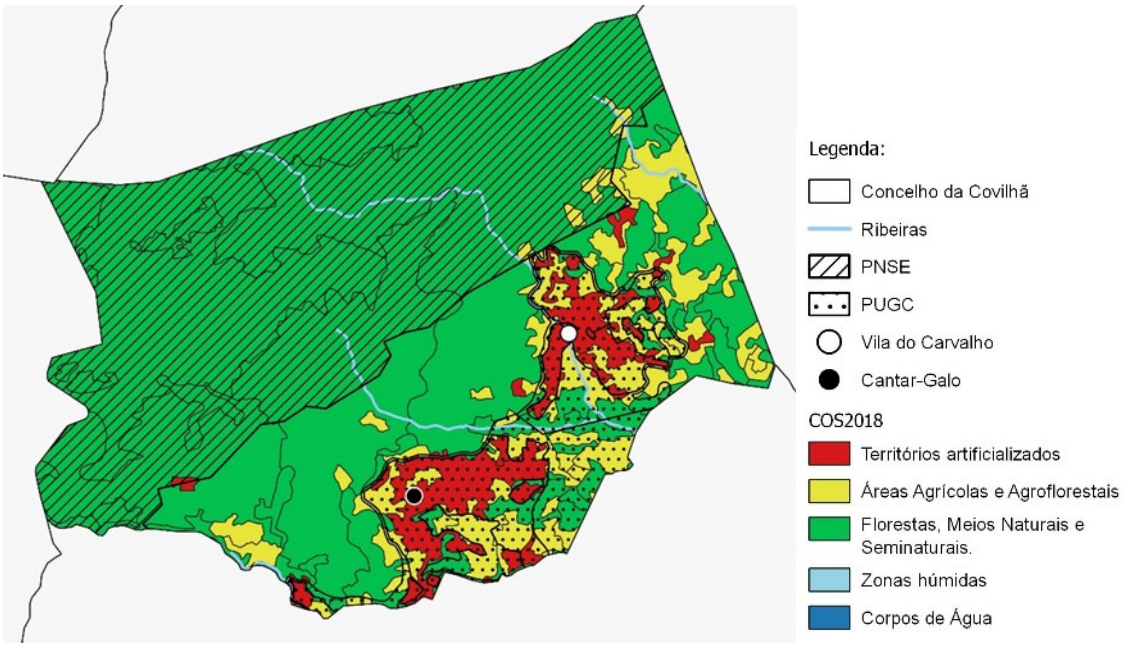


Figura 150 - Carta de Uso e Ocupação do Solo 2018 – União de Freguesias de Cantar-Galo e Vila do Carvalho (Fonte: DGT).

10.2.3.16. União de Freguesias de Casegas e Ourondo

Trata-se da freguesia que mais população perdeu entre 2001 e 2011 (quase 40%), tendo-se assim tornado na freguesia da Covilhã com menor densidade populacional (10,3hab/km2). Atualmente, segundo os Censos de 2021, existem 598 residentes na UF, o que corresponde a uma perda de 25.0% desde 2011.

Desenvolvendo-se nos contrafortes da Serra da Estrela, a freguesia de Casegas embora possua um vasto território – é a terceira maior freguesia do concelho, dispondo de 7,4% da sua área total – concentra a generalidade dos habitantes da UF em apenas um núcleo urbano, limitado a este pela ribeira dos Lobos ou de Casegas.



Figura 151 - Casegas (Fonte: Google).

Situada já na transição entre os setores poente, de relevo mais acidentado, e central, com um relevo mais aplanado, o núcleo de Casegas, embora sustentado em parte no traçado da EM511 que o atravessa, possui uma morfologia urbana mais orgânica desenvolvida em torno do seu centro original. Apesar da maior concentração de edificação nesse centro verifica-se uma tendência para a ocupação marginal aos principais arruamentos, começando a notar-se um crescente desenvolvimento tentacular do aglomerado.

A paisagem envolvente à ribeira, enriquecida pelos campos agrícolas, confere à aldeia um enquadramento muito particular, dispondo de um parque de merendas na proximidade da ponte romana, que constitui um espaço de lazer relevante no contexto local.

Ourondo, situada numa linha de cumeada sobranceira ao meandro do rio Zêzere onde a ribeira do Paul tem a sua foz, é uma aldeia de desenvolvimento linear ao longo das vias, numa primeira fase a edificação fez-se em torno da EM512 e presentemente constata-se a progressiva ocupação marginal do CM1062, em direção à vizinha vila de Silvares (concelho do Fundão).

Em termos funcionais Ourondo possui uma forte relação com Silvares que no contexto urbano local assume um papel de destaque, dispondo de uma vasta gama de funções urbanas.

Para além de um conjunto de equipamentos (EB1, extensão do centro de saúde), comércio (minimercados e cafés) e serviços (posto de correios) de proximidade é de assinalar a presença de uma praia fluvial na ribeira do Paul, uma estrutura vocacionada para o recreio e lazer,

equipada com parque de merendas, balneários e café/restaurante, que durante o período estival é um dos locais de veraneio mais procurados nesta região.

Relvas embora se trate de um núcleo independente encontra-se a tal proximidade da sede de freguesia que funciona quase como se de um bairro se tratasse, uma vez que a sua cerca de meia dezena de habitantes aliadas à ausência de funções urbanas cria uma total dependência face ao exterior, facilmente minorada pela vizinhança com Ourondo.

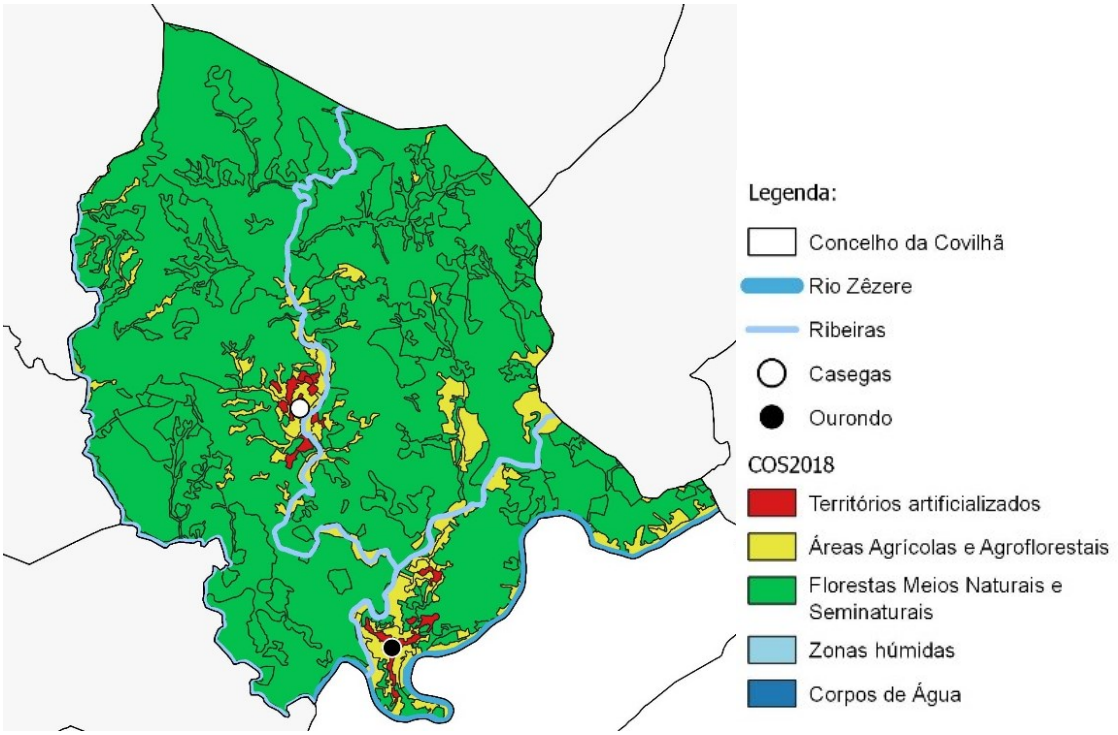


Figura 152 - Carta de Uso e Ocupação do Solo 2018 – União de Freguesias de Casegas e Ourondo (Fonte: DGT).

10.2.3.17. União de Freguesias de Covilhã e Canhoso

Residiam em 2011 cerca de 16785 pessoas, menos 5,2% que em 2001. No último recenseamento, verificou-se uma perda de -4,3%, a menor em todo o concelho da Covilhã. Assim, segundo os censos de 2021, residem nesta UF 18 208 pessoas. Esta é, sem dúvida, a zona mais populosa do concelho.

A cidade da Covilhã, situada a cerca de 700m de altitude, surge numa reentrância da ingreme vertente nascente da Serra da Estrela, sobranceira ao fértil vale do rio Zêzere, a Cova da Beira, desenvolvendo-se em torno das ribeiras da Carpinteira e da Goldra, que outrora estabeleciam os limites da cidade. Assim, neste território que ocupa uma área de cerca de 10km2.



Figura 153 - Covilhã, 2017 (Fonte: Site Terceira Dimensão).

No contexto da caracterização da sede de concelho, atendendo à sua relevância no contexto concelhio, à sua complexidade e ao grau de diferenciação que possui relativamente ao restante território, optou-se por uma abordagem um pouco distinta. Aliada à análise urbanística faz-se um breve enquadramento histórico, sempre que essa informação permite consubstanciar a forma como este território foi sendo ocupado ao longo dos séculos, uma vez que a evolução urbanística da cidade não é mais do que um reflexo da sua evolução histórica, social e económica.

Desconhece-se a que época remonta a história da ocupação humana da Covilhã; sabe-se, contudo, que no ano 41 a.C. surge na margem do rio Zêzere (então navegável) o povoado romano de Silia Hermia, que provavelmente terá mais tarde sido deslocado para a zona de meia

encosta onde hoje se encontra a cidade, por questões de posicionamento defensivo. Assim, embora subsistam ainda algumas reservas quanto à formação do povoado da Covilhã no local onde hoje se encontra, admite-se que terá sido a atribuição do seu primeiro foral, em 1186 por D. Sancho I, o rastilho que fez da Covilhã o que ela é hoje. Sucessivos monarcas atribuíram-lhe crescentes privilégios e em 1570 foi elevada à categoria de vila por D. Sebastião. Exatamente três séculos mais tarde foi elevada a cidade.

A zona mais antiga da cidade surge no interior das suas muralhas, cuja construção terá sido determinada aquando da atribuição do seu primeiro foral, e decorre da escolha de um posicionamento estratégico que permitisse uma melhor defesa e proteção. O núcleo intramuros, de matriz medieval, caracteriza-se por uma malha urbana orgânica, que surgiu de forma casuística sobre uma estrutura viária estreita e irregular. Este setor da cidade não sofreu com o decurso dos séculos transformações ou reordenamento significativos, o que permitiu que se mantivessem as características estruturais deste espaço – a mesma estreiteza das vias, a quase total ausência de espaços públicos, a reduzida largura dos lotes, etc. – muito embora espelhe a sobreposição de diversos contextos históricos e estéticos.

A instalação de uma comunidade de monges franciscanos traz à Covilhã nova dinâmica logo no séc. XIII, começando a ser ocupadas algumas áreas no exterior da muralha. No entanto, é a partir do séc. XVI que se acentua o abandono desta área em favor da ocupação dos chamados arrabaldes, embora os primeiros núcleos edificados fora da zona amuralhada tivessem começado a ganhar expressão nos séc. XIV e XV (de que a Judiaria é um exemplo).

A expansão quinhentista da então vila da Covilhã foi notável, começando a ser ocupadas de forma mais consistente os eixos que lhe davam acesso. A construção, na dinastia filipina, dos Paços do Concelho fora das muralhas, veio fazer com que a centralidade da vila se deslocasse do intramuros para o extramuros, o que também contribui decisivamente para a expansão que a cidade conhece a partir de então na direção norte/nascente.

Tendo já perdido as suas funções de defesa, a partir do séc. XVIII a cerca medieval é um obstáculo à expansão da cidade, começando a ocorrer desmantelamentos seletivos; em 1769 é dada ordem régia para que se utilize a pedra do castelo na construção da Real Fábrica de Panos.

Embora as primeiras referências à produção de panos de lã na Covilhã remontem à Idade Média e em 1618 tivesse sido fundada a Fábrica Velha (fábrica-escola manda construir pelo conde da

Ericeira), é no séc. XVIII com a construção da Real Fábrica de Panos da Covilhã, a par de outras unidades, que a manufatura de lanifícios regista um salto quantitativo em termos económicos, aí começando a ascensão desta atividade. Tirando partido da presença das ribeiras da Carpinteira e da Goldra, que permitiam o aproveitamento da força hidráulica enquanto principal fonte de energia, a Covilhã tornou-se um dos mais importantes centros da indústria manufatureira de panos do país.

O crescente protagonismo da indústria dos lanifícios teve naturalmente associado um tendencial crescimento da população, e com a chegada do séc. XIX a Covilhã conheceu um período de expansão urbanística que se poderia dizer que não mais parou até aos nossos dias, com exceção de um ou outro período de maior estagnação demográfica e urbanística, como aliás aquele que vivemos atualmente. Na centúria de oitocentos abrem-se novas avenidas (de que é o exemplo mais emblemático a Av. Marquês de Ávila e Bolama, principal eixo de acesso ao centro da cidade) e arruamentos, reorganizam-se praças, constroem-se equipamentos, etc.

Refira-se que em 1883 é elaborado o Plano de Melhoramentos da cidade da Covilhã (da autoria do Eng. Antunes Navarro) que visava dotar a cidade de novas vias de comunicação e serviços públicos considerados fundamentais numa cidade moderna como aquela que se pretendia que a Covilhã então fosse. É neste sentido que o Plano estabelece um conjunto de medidas e projetos como sejam o arranjo da então Praça do Pelourinho, a criação de um vastíssimo conjunto de equipamentos – escola, biblioteca, mercado, prisão, campo militar –, a construção de bairros operários, a criação de espaços verdes públicos e a reorganização da estrutura viária. Importante marco histórico e facto determinante para a evolução urbanística e económica da cidade foi a extensão da Linha da Beira Baixa até à estação da Covilhã, determinada em 1887 e inaugurada em 1891, e que vem permitir o abastecimento da cidade com matérias-primas e o escoamento de mercadorias das unidades fabris do concelho.

O setor este do núcleo antigo da cidade foi objeto de profundas alterações na primeira metade do séc. XX decorrentes da intervenção na Praça da Município – alargamento da praça e das vias que lhe dão acesso, construção da Câmara Municipal, do Teatro-cine, do edifício dos Correios, etc.

No segundo quartel do século passado surgem os chamados “bairros de casas económicas” – o Bairro dos Penedos Altos e o Bairro do Rodrigo – ambos de promoção pública estatal,

construídos em regime de empreitada pela CMC, desenvolvidos em setores então periféricos da cidade. O Bairro dos Penedos Altos data do final da década de 30 e integrava moradias unifamiliares e edifícios de habitação coletiva de 3 pisos com espaços destinados a comércio no rés-do-chão. O Bairro do Rodrigo, construído na década seguinte com fundos provenientes da Caixa Sindical da Previdência do Pessoal da Indústria de Lanifícios e comparticipado pela Federação Nacional dos Industriais de Lanifícios integrava 126 moradias de renda económica. Ambos dispunham de uma igreja e uma escola.

Nos anos 70 tem início o processo de desindustrialização da Covilhã, que conduziu ao abandono sucessivo de numerosas fábricas, que poderia ter conduzido a Covilhã a uma delicada situação socioeconómica, mas que foi atenuada pela criação na cidade da Universidade da Beira Interior (então Instituto Politécnico), que se veio a constituir como o principal agente da reconversão urbanística da cidade, promovendo a reabilitação de diversas instalações fabris que se encontravam devolutas e em avançado estado de degradação, e que hoje servem não só funções académicas, mas também culturais.

A Covilhã continua, porém, muito marcada pelas cicatrizes que deixam na paisagem urbana o sem-número de edifícios industriais abandonados, a grande maioria em ruínas. Ultrapassar esta fragilidade constitui talvez um dos maiores desafios urbanísticos de médio/longo prazo para os atores e agentes do concelho; o potencial de alguns destes espaços é imenso e trata-se, sem dúvida, de uma memória que importa preservar.

Reforça-se o facto da decisão de aqui instalar um polo de ensino superior ter contribuído forma decisiva para tornar a Covilhã na centralidade regional que é hoje – em 1973 foi determinada a criação do Instituto Politécnico da Covilhã, primeiro passo para a constituição em 1986 da Universidade da Beira Interior, indubitavelmente uma das mais-valias do concelho em geral e da cidade em particular. Trata-se de um dos principais agentes de fixação de população, atração de novos residentes, promoção cultural e contributo para a economia local e regional, para além do já referido papel que tem desempenhado no processo de regeneração urbana da cidade, recuperando, reabilitando e revitalizando espaços devolutos e até aí degradados, na sua grande maioria associados à memória industrial do concelho.

Para o processo de regeneração urbana da cidade também o Programa POLIS deu um importante contributo. A Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis na Covilhã, S.A

foi constituída em 2001 e desde então sob a sua alçada foram levadas a cabo diversas intervenções ao nível da requalificação do espaço público, da dotação da cidade de espaços de recreio e lazer e da melhoria da mobilidade dos cidadãos. São exemplo de concretização deste programa os jardins da Goldra e do Lago, e o elevador (e escadinhas) de Santo André, que permite vencer o acentuado desnível que separa a R. Marquês d'Ávila e Bolama e R. António Augusto Aguiar. Estão, porém, previstos um muito maior número de intervenções, conforme consta do Plano de Mobilidade Pedonal (que prevê a criação de diversas pontes pedonais e elevadores) e do projeto de renovação e criação de espaços públicos, alguns dos quais em execução ou com candidaturas ao QREN já aprovadas. A expansão da cidade ao longo de todo o século XX deu-se na direção do vale do Zêzere, surgindo progressivamente novos bairros e criando-se novas centralidades. Se na primeira metade do século foram sendo ocupadas as áreas mais próximas dos principais polos de atração da população, as unidades industriais e o centro histórico da cidade onde se encontravam as principais funções urbanas, partir da década de 70 assistiu-se a uma progressiva ocupação de setores mais periféricos, não só decorrente do esgotamento de solo propício à edificação nas franjas do núcleo antigo, mas sobretudo decorrente das profundas mudanças económicas e sociais registadas na Covilhã, tal como em todo o país.

O encerramento das fábricas levou a uma deslocalização do emprego para outros setores da cidade, e a melhoria crescente das acessibilidades a par da crescente motorização das famílias veio alterar a relação espaço-tempo associada às deslocações diárias da população. Começa assim a ser ocupada a coroa mais periférica da cidade, aproximando-a progressivamente da zona de vale. É aqui que, alicerçada na abertura de novas avenidas de grande capacidade (Alameda Pero da Covilhã, Alameda Europa, Av. Da ANIL, Av. cidade do Rio de Janeiro), se instalam os novos equipamentos (hospital, complexo desportivo, estabelecimentos de ensino, terminal rodoviário, etc.) e estabelecimentos comerciais (centro comercial, supermercado, etc.) e é aqui que surgem as urbanizações mais recentes.

A área que se desenvolve entre as duas ribeiras e linha de caminho de ferro pode considerar-se como o atual "centro" da cidade da Covilhã, caracterizando-se por uma forte consolidação do tecido urbano e pela presença da generalidade das funções urbanas – equipamentos, comércio e serviços, para além da função habitacional, naturalmente. Estas barreiras foram progressivamente sendo transpostas e atualmente já nem o eixo da antiga EN18 é considerado

um tampão ao desenvolvimento da cidade, vejam-se os casos da urbanização da Quinta do Covelo e do PP em elaboração para a área da UOPG5 prevista no PUGC.

A cidade da Covilhã mais do que uma sede de concelho é um importante centro urbano regional, polarizador da envolvente e que por isso dispõe de autonomia funcional a todos os níveis: dotação de equipamentos de hierarquia superior; prestação de serviços; oferta comercial; e emprego. A oferta habitacional de que dispõe permite igualmente satisfazer um largo espectro da procura, registando-se mesmo um superavit ao nível de fogos disponíveis. A grande explosão urbanística a que se assistiu nos últimos 40 anos começou a esmorecer no final da década passada, verificando-se atualmente uma relativa estagnação do setor da construção no concelho, decorrente a crise económico-financeira que o país (e a Europa) atravessa. Esta poderá vir a constituir-se como uma oportunidade para repensar o território e a forma como tem sido feita a sua ocupação, contrariando ações depredadoras do espaço e dos recursos (naturais e económicos) e favorecendo a reabilitação das áreas degradadas e a ocupação do núcleo mais central da cidade.

A perda de população registada nas freguesias da cidade durante a primeira década do século XXI poderá ser reflexo dos fenómenos de despovoamento a que a generalidade do interior tem sido votado, mas também poderá refletir a tendencial transferência de residentes para áreas mais periféricas à cidade – note-se que a população residente nas freguesias vizinhas de Boidobra, Canhoso e Tortosendo registaram acréscimos populacionais na mesma década. Importa assim, perceber o que motiva o abandono da cidade (desqualificação do parque edificado, especulação imobiliária, etc.) e atuar no sentido de contrariar este movimento e mesmo inverter o seu sentido, ação determinante para a sustentabilidade deste centro urbano.

O Canhoso, freguesia mais recente do concelho da Covilhã, criada em 1997, desenvolvendo-se a norte do ribeiro de Corges Pequeno, sendo atravessada longitudinalmente pela linha da Beira Baixa e transversalmente pela EN18. O setor que se desenvolve a oeste desta via, onde se concentra a quase totalidade da população da freguesia, integra a área da Grande Covilhã.



Figura 154 - Canhoso, 2017 (Fonte: Site Terceira Dimensão).

Esta freguesia foi aquela que registou um maior acréscimo populacional durante e, consequentemente, é também a segunda freguesia do concelho onde o número de alojamentos mais aumentou.

O aglomerado de Canhoso no seu núcleo original assemelha-se a tantas outras aldeias do concelho, com uma ocupação predominante ao longo das vias, dominada pela habitação unifamiliar, contudo, nas áreas de ocupação mais recente, que se desenvolvem nos extremos do centro urbano, a habitação coletiva é claramente dominante, registando-se maiores volumetrias.

Este é sem dúvida um dos aglomerados para os quais se perspetiva um mais franco crescimento, como aliás faz antever o loteamento da Quinta de Ponte Terra, entre Canhoso e Teixoso, em fase de concretização (a infraestruturação encontra-se executada e a edificação será construída faseadamente) e que garante uma oferta de diversas tipologias de edificação (moradias isoladas, em banda e habitação coletiva), para além de prever a instalação de um conjunto de equipamentos e serviços de uso comum dos residentes (piscinas, campos de ténis, restaurantes, etc.).

A freguesia integra a primeira zona industrial criada no concelho, que se revestiu de um enorme sucesso, não se verificando atualmente lotes disponíveis. A CMC ponderou a sua expansão, contudo atendendo às limitações físicas ao seu alargamento (a norte confina com o caminho de

ferro, a nascente com a EN18 e a sul com o ribeiro de Corges Pequeno) a autarquia optou por outras soluções (favorecendo a zona industrial de Tortosendo).

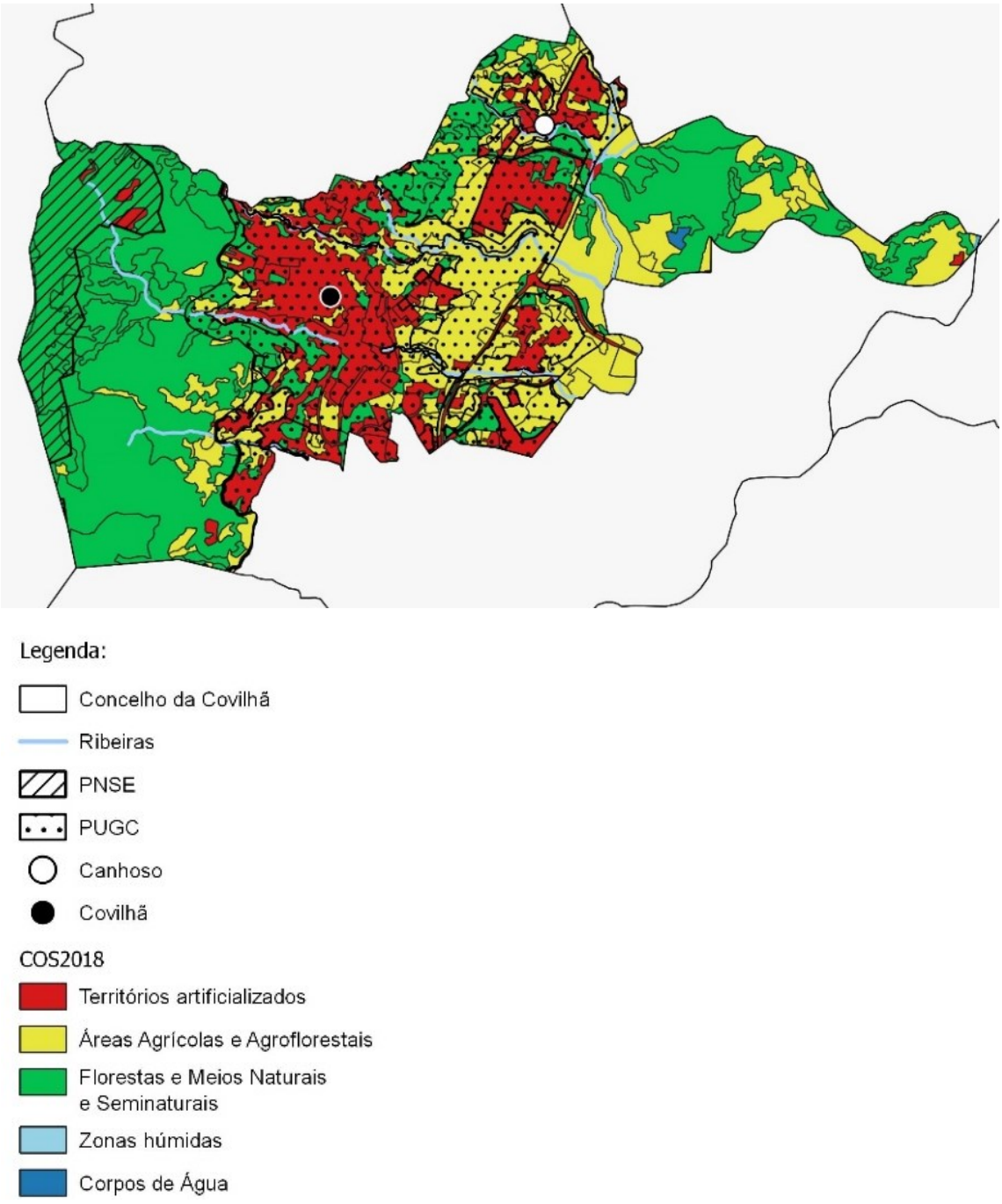


Figura 155 - Carta de Uso e Ocupação do Solo 2018 – União de Freguesias de Covilhã e Canhoso (Fonte: DGT).

10.2.3.18. União de Freguesia de Peso e Vales do Rio

Com uma morfologia caracterizada por um relevo suave, a UF de Peso e Vales do Rio integra apenas um núcleo urbano, onde se concentra a quase totalidade da população residente na freguesia, sendo ainda de registar que os dados indicam que durante o mais recente período intercensitário se inverteu a tendência de crescimento populacional verificada entre 1991 e 2001, ainda assim em valores dentro da média concelhia, uma vez que perdeu 11.1% da população residente (1 255 pessoas em 2021) em relação a 2011 (1 411).

O aglomerado de Peso é mais um dos aglomerados concelhios que se desenvolvem sobranceiramente ao rio Zêzere, muito embora não ocupando a sua margem. Também aqui a área que entremeia o núcleo urbano e o rio é ocupada no essencial por campos agrícolas.



Figura 156 - Peso e Vales do Rio, 2017 (Fonte: Site Terceira Dimensão).

Embora seja diretamente servido pela EM513 o núcleo urbano desenvolveu-se perpendicularmente a esta, em torno do pequeno centro original, tendo sido nas décadas mais recentes que a ocupação marginal das vias começou a adquirir expressão. O edificado encontra-se razoavelmente bem conservado.

Na entrada nascente do aglomerado (em torno da EM513), encontram-se instaladas algumas atividades económicas – de ente as quais se destaca uma empresa de confeção que emprega mais de uma centena de pessoas – que muito provavelmente serão um dos motivos porque esta

freguesia tem registado um ritmo de decrescimento populacional menos acentuado que os territórios vizinhos.

A aldeia beneficiou também com a entrada em funcionamento, em 2003, da travessia sobre o rio Zêzere, que veio permitir uma ligação à vizinha aldeia do Pesinho, aproximando Peso da cidade do Fundão – com esta ponte Peso passa a estar mais próximo do Fundão (10km) do que da cidade da Covilhã (16km) – o que permite à população beneficiar de uma maior diversidade de equipamentos, bens e serviços.

Vales do Rio é o único centro urbano desta freguesia e desenvolve-se ao longo da EM513 e a este desta, na direção do rio Zêzere, embora não se aproximando deste. As áreas de edificação mais recente têm surgido no miolo do aglomerado (Fotografia 61) e ao longo da EM513 na direção de Dominguiso.

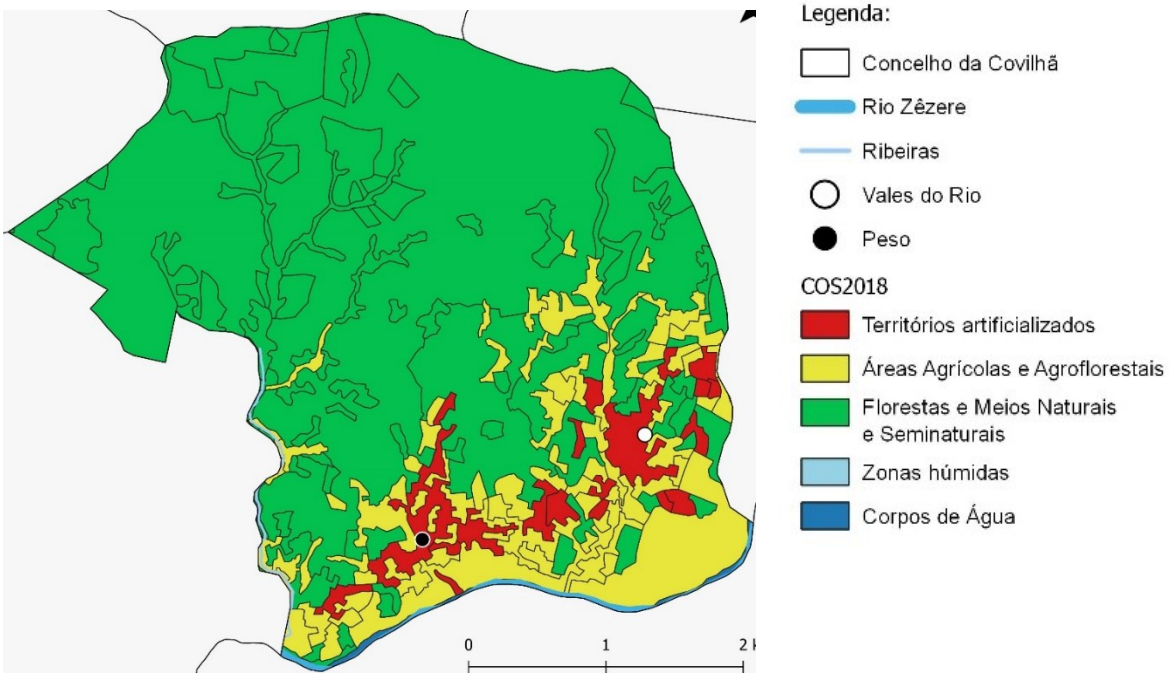


Figura 157 - Carta de Uso e Ocupação do Solo 2018 – União de Freguesias do Peso e Vales do Rio (Fonte: DGT).

10.2.3.19. União de Freguesias de Teixoso e Sarzedo

Em termos populacionais é a terceira UF mais populosa (8%) do concelho da Covilhã depois da UF Covilhã e Canhoso (39%) e da Freguesia do Tortosendo (11%). Atualmente, segundo os Censos de 2021, residem nesta UF 3 877 pessoas (-13.7% que em 2011).



Figura 158 - Teixoso (Fonte: Google).

Teixoso, nas abas da Serra da Estrela, é a quinta maior freguesia do concelho representando os seus 3562 ha cerca de 6,4% da área total da Covilhã, confinando no seu extremo norte com o PNSE e sendo atravessada transversalmente a este pelo rio Zêzere.

A vila do Teixoso, sede de freguesia, constitui o extremo norte do eixo TCT, sendo notória a forma como o aglomerado foi sendo ocupado ao longo dos séculos: o núcleo original situado no setor norte da vila desenvolveu-se em torno da igreja e do seu largo, verificando-se uma malha urbana densa e de arruamentos estreitos; progressivamente foi-se ocupando a envolvente, começando a dominar uma ocupação linear, sobretudo no sentido sul, ao longo do eixo viário que atravessa a vila; a partir daí foram surgindo novos arruamentos sustentados neste eixo e a nova edificação foi sendo remetida paulatinamente para a periferia do centro do Teixoso. Atualmente a vila, em alguns locais, estende-se já até à EN18, muito embora na proximidade desta a ocupação seja ainda residual e muito rarefeita.

Em termos funcionais, atendendo à sua dimensão e relevância no contexto do sistema urbano do concelho, verifica-se que a vila possui relativa autonomia funcional, quer em termos de comércio (cafés, mercearias, minimercados) e serviços (posto de correios, agência bancária,

farmácia), quer em termos de dotação de equipamentos de utilização coletiva (escolas básicas de 1º, 2º e 3º ciclo, piscinas, campo de jogos, centro social).

Sendo um dos aglomerados urbanos do concelho que registou maior dinâmica, urbanística e populacional, nas últimas décadas do século passado, nos últimos anos, porém, se em termos urbanísticos a dinâmica se manteve (embora com ligeira redução do ritmo de crescimento), o mesmo não aconteceu com o surgimento de novos residentes, que parece ter estagnado. Refira-se ainda a este respeito que se nas décadas de 70, 80 e 90 a opção do mercado imobiliário foi para a construção de habitação coletiva, nos loteamentos mais recentes da vila verifica-se uma aposta nas moradias unifamiliares (isoladas ou em banda).

Conforme já referido para o Canhoso, antevê-se que o crescimento da urbanização da vila venha a ocorrer durante os próximos anos fundamentalmente na direção sul (ao longo da EN501 que liga os dois aglomerados), onde se encontra em concretização (faseada) o loteamento da Quinta de Ponte Terra. Gibaltar, embora tenha sido na sua origem um lugar independente e autónomo, atualmente encontra-se agregado à vila, sendo a nucleação da Grande Covilhã situada mais a norte.

A aldeia da Borralheira constitui também um núcleo urbano desta freguesia assumindo alguma dimensão populacional. Situada em plena zona agrícola do concelho (na cofinancia das áreas beneficiadas pelo aproveitamento hidroagrícola da Cova da Beira), este aglomerado encontra-se fortemente marcado por esta atividade, sendo a paisagem envolvente dominada por vinhas e pomares.

A edificação desenvolve-se de forma relativamente orgânica, verificando-se, porém, uma tendência de crescimento da ocupação na periferia do aglomerado e ao longo do eixo viário que o atravessa longitudinalmente. Este núcleo urbano dispõe de algum comércio e equipamentos de proximidade (escola básica do 1º ciclo, campo de jogos).

Relativamente próximo da Borralheira, na margem do rio Zêzere, encontra-se o parque de merendas Jerónimo Proença, com uma área de praia fluvial (informal) sob a ponte.

No lugar de Terlamonte, com muito reduzida expressão neste território é constituído por um número reduzido de habitações unifamiliares, este lugar não chega a afigurar-se uma aldeia atendendo à relativa dispersão da edificação ao longo do eixo viário que o atravessa. De assinalar, porém, a importância arqueológica da sua envolvente próxima.

Sarzedo, o único núcleo urbano da freguesia, desenvolve-se numa encosta, linearmente sustentado sobre o arruamento que se estende a partir da EM501-1, via que lhe dá acesso e que aí termina. A generalidade do edificado encontra-se em razoável estado de conservação, observando-se mesmo alguma dinâmica ao nível da beneficiação dos imóveis. Apesar de não possuir a expressividade verificada em outras freguesias, o fenómeno da dispersão da edificação, e consequentemente da população, tem vindo a acentuar-se.

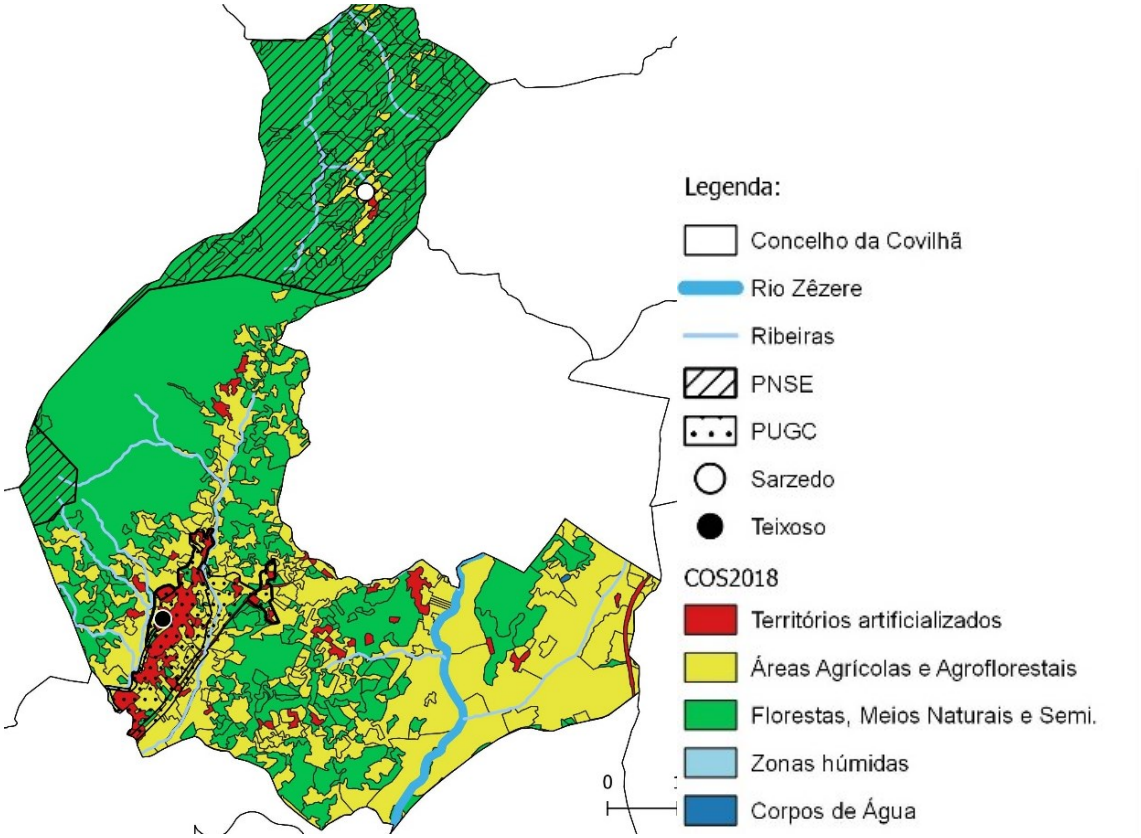


Figura 159 - Carta de Uso e Ocupação do Solo 2018 – União de Freguesias de Teixoso e Sarzedo (Fonte: DGT).

10.2.3.20. União de Freguesias de Vale Formoso e Aldeia do Souto

União de Freguesias de Vale Formoso e Aldeia do Souto

Com cerca de 616 habitantes recenseados em 2021 (menos 24.3% que em 2011 e, este, menos 10% que em 2001 e 19% que em 1991), este território beneficia de boas condições de acessibilidade que o posicionam favoravelmente em relação à sede do vizinho concelho de

Belmonte – refira-se aliás que as relações funcionais desta freguesia se encontram beneficiadas com esta vila que está mais próxima do que a cidade da Covilhã.

Vale Formoso, situado no extremo nordeste do concelho, constitui um território de transição entre a zona serrana e a área agrícola da Cova da Beira que se desenvolve nas margens do rio Zêzere, e que se julga ter sido ocupada primeiramente durante a época romana, beneficiando da proximidade à Torre de Centum Celas (no vizinho concelho de Belmonte).



Figura 160 - Vale Formoso, 2017 (Fonte: Site Terceira Dimensão).

Vale Formoso possui um desenvolvimento nucleado, encontrando-se a generalidade do edificado num "meandro" formado pelos principais eixos viários. O edificado, mesmo o de épocas mais remotas, encontra-se bem conservado, e regista-se a presença de algum comércio de proximidade, embora em termos de equipamentos e serviços seja notória a dependência face ao exterior.

Embora a sede de freguesia seja o seu único aglomerado urbano, os Censos revelam que aí residiam uma parte da população e dos alojamentos, o que denota a presença de fenómenos de dispersão do povoamento não negligenciáveis.

De referir ainda que é na Aldeia do Souto que se encontram as instalações da Escola Profissional Agrícola da Quinta da Lageosa, estabelecimento de ensino de notoriedade com uma oferta formativa vocacionada para atividades de desenvolvimento do mundo rural (produção agrária, recursos florestais, energias renováveis, turismo ambiental e rural, etc.).

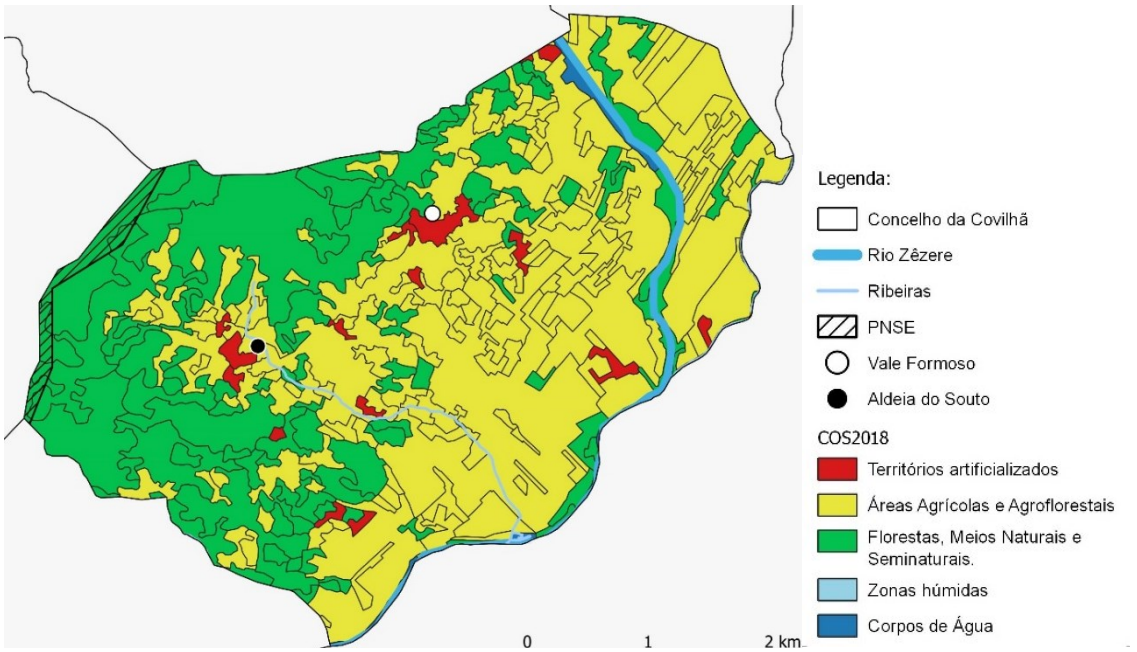


Figura 161 - Carta de Uso e Ocupação do Solo 2018 – União de Freguesias de Vale Formoso e Aldeia do Souto (Fonte: DGT).

10.2.3.21. Freguesia de Verdelhos

No extremo norte do concelho, é a única freguesia da Covilhã que se encontra na sua totalidade integrada no Parque Natural da Serra da Estrela, o que, por um lado lhe confere um enquadramento paisagístico notável, e por outro lhe confere um posicionamento excêntrico face à cidade da Covilhã, decorrente da sua orografia e de algumas debilidades em termos de acessibilidade, pese embora a situação tenha melhorado significativamente com a recente intervenção na EN230.

O povoamento da freguesia remontará muito provavelmente a épocas longínquas tendo durante a famosa expedição científica de 1881 à Serra da Estrela sido encontrados vestígios de um castro luso-romano.



Figura 162 - Verdelhos, 2017 (Fonte: Site Terceira Dimensão).

Embora seja uma das cinco maiores freguesias do concelho da Covilhã (cerca de 36,5km2) possui um efetivo populacional relativamente baixo, sendo mesmo uma das freguesias que mais população perdeu durante o último período intercensitário (24.9%), 2011 e 2021, residindo cerca de 500 pessoas na Freguesia segundo os Censos 2021. Já em 2011 se assistiu a um forte decréscimo da população, uma vez que residiam 664 habitantes, menos ¼ que em 2001 – contrariando a tendência de sentido inverso que tinha ocorrido na década anterior (entre 1991 e 2001 a população tinha registado um acréscimo de 5%).

Verdelhos, a sede de freguesia, concentra cerca de 95% da população e 90% dos alojamentos. O aglomerado é atravessado pelo rio de Beijames, e que marcou ao longo das décadas a ocupação deste aglomerado – a generalidade do aglomerado desenvolveu-se na sua margem direita, enquanto a área ocupada na margem esquerda é bastante mais recente e menos expressiva. A difícil acessibilidade de que este núcleo enfermou durante muitos anos contribui para a sua dotação com alguns equipamentos e serviços de carater local, e que conferem a Verdelhos relativa autonomia na satisfação das primeiras necessidades dos seus habitantes.

A recente observação no local confirma o razoável estado de conservação (exterior) dos imóveis.

Uma intervenção nas margens do rio Beijames no atravessamento da sede de freguesia dotá-la-ia de um espaço de recreio de lazer de elevada qualidade, atendendo às características do local.

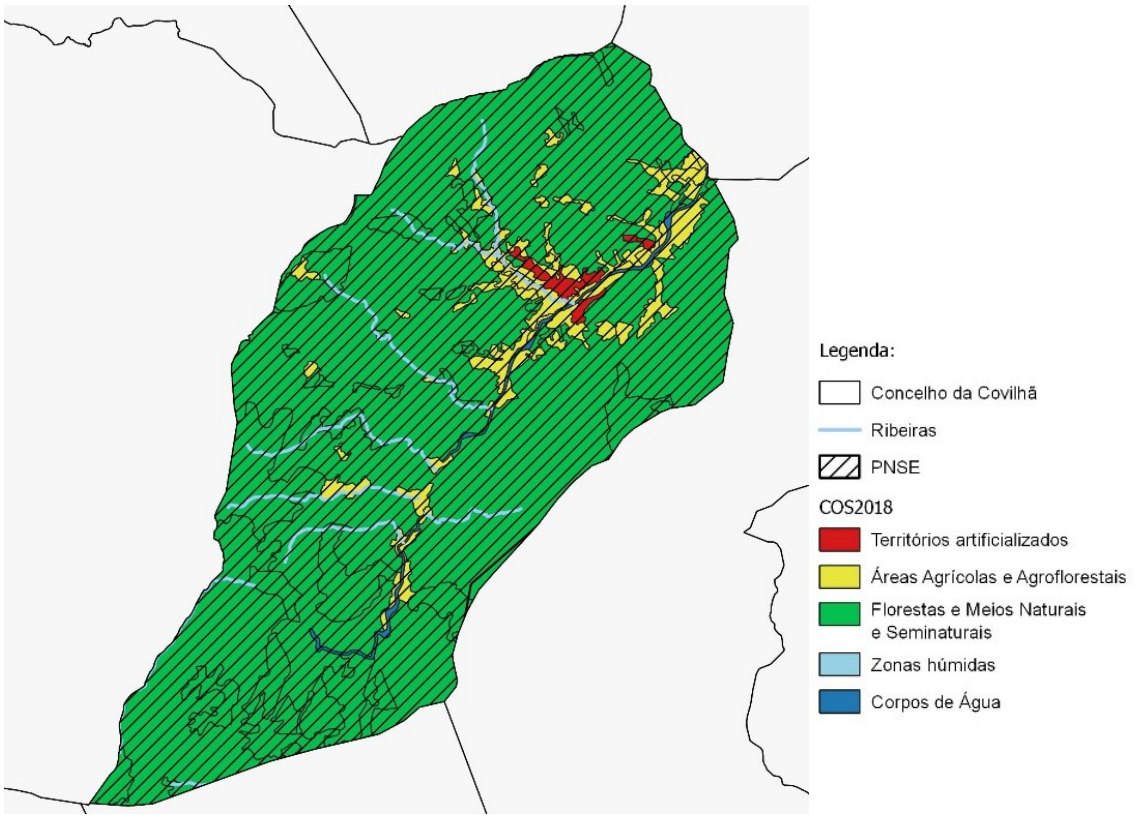


Figura 163 - Carta de Uso e Ocupação do Solo 2018 – Freguesia de Verdelhos (Fonte: DGT).

11. Sistema Urbano

São elementos fundamentais, aquando análise do sistema urbano, a rede viária (disposição relativa dos arruamentos que reflete o crescimento gradual da cidade), a distribuição e organização social, o património imobiliário (que reflete a história da cidade e determina a sua individualidade, como por exemplo as muralhas da cidade), funções principais que desenvolve e das características físicas da cidade (rios, lagos, montanhas, etc.). Esta forma influenciará o sistema de tráfego e o arranjo e distribuição das atividades urbanas. Logo, cidade é um sistema urbano composto de diferentes partes (zonas de uso do solo), interligadas através de um conjunto de vias, que por sua vez compõem o sistema de transporte.

As características da Morfologia Urbana, resultam de uma grande variedade de fatores: históricos, topográficos, socioculturais, tecnológicos e económicos. O Sistema Urbano da Covilhã apresenta uma planta de tipo radiocêntrica, isto é: existe um núcleo central do qual saem um conjunto das vias (radiais) em volta do qual se desenvolvem as artérias circulares (perimetrais). Este tipo de estrutura facilita a circulação na cidade, tendo como inconveniente, a geração de congestionamentos nas áreas centrais consequência da convergência das vias radiais para o centro, tornando-se aconselhável a implantação de transporte de massa.

Quanto ao arranjo e distribuição das atividades na malha urbana, inúmeras são as cidades que apresentam uma "lógica" nessa distribuição, isto é, zoneamento, onde cada espaço da cidade terá uma destinação específica de uso (residencial, comercial, industrial, institucional, entre outros). A intenção desse zoneamento é também estabelecer uma "estrutura organizada" para o melhor funcionamento da mesma e, também por este motivo, o Plano Diretor Municipal desenvolvimento urbano do território e a correspondente capacidade em condicionar, "moldar", enriquecer o respetivo crescimento que se deseja sustentável e sustentado através da regulação do uso e ocupação do solo concelhio.

Em síntese, o desenvolvimento do sistema urbano é composto pela malha viária, que permitiu o fenómeno da suburbanização, e pelo ambiente construído (construções e atividades).

A distribuição de bens pressupõe contactos frequentes com outros centros. A ligação entre os vários centros, feita por um conjunto de fluxos (pessoas, mercadorias, capitais, informação),

permite constituir uma rede. Designa-se de sistema urbano ou rede urbana, ao conjunto de centros e respetivas áreas de influência ligados por relações hierárquicas de dependência.

Os centros urbanos são os aglomerados que, além de servirem a economia local e a sua população residente, constituem centros dinamizadores para uma área de influência, em função dos postos de trabalho, dos equipamentos, dos serviços públicos e privados neles existentes ou a criar e que são localizados estrategicamente no espaço, representando aceitáveis níveis de acessibilidade.

O nível de cada centro é determinado pelo nível de funções nele existentes e, geralmente, a importância funcional de um centro é proporcional ao número dos seus habitantes. Na dependência direta, na definição do nível hierárquico, está a centralidade (medida pela distância) de cada lugar em relação à população que serve, e são as atividades terciárias (comércio e serviços) as que possuem maiores requisitos de centralidade.

Os centros urbanos apresentam-se como nós territoriais, concentrando funções estruturantes na organização do quotidiano de populações que residem para além dos seus limites. Foi então estabelecida uma hierarquia de centros urbanos que depende do número e tipo de funções aí disponíveis. Estes centros urbanos encontram-se organizados em redes mais ou menos complexas, expressas através de relações de dependência (ou integração) que implicam a mobilidade das populações entre centros com o objetivo de adquirir bens e serviços. Tais relações, induzidas por funções muito especializadas e funções especializadas, permitiram identificar subsistemas urbanos.

A geografia dos subsistemas urbanos coloca em evidência a complexidade dos dois sistemas metropolitanos e o papel estruturante que os centros de Lisboa e Porto assumem.

As generalidades dos restantes subsistemas urbanos caracterizam-se por serem organizados em torno de um único centro urbano com capacidade de estruturar áreas de influência para funções muito especializadas, do qual dependem um número mais ou menos significativo de centros urbanos de ordem inferior. Esta estrutura de organização em estrela remete para um modelo hierárquico estruturado sob relações de dependência, onde a baixa densidade de polos estruturantes e a concentração de massa crítica num número reduzido de centros constituem barreiras ao desenvolvimento de estruturas relacionais mais complexas. De forma desintegrada do funcionamento destes subsistemas, encontra-se um conjunto de freguesias, localizadas

sobretudo no interior Norte e Centro e no território serrano entre o Alentejo e o Algarve, que registam elevados índices de marginalidade funcional.

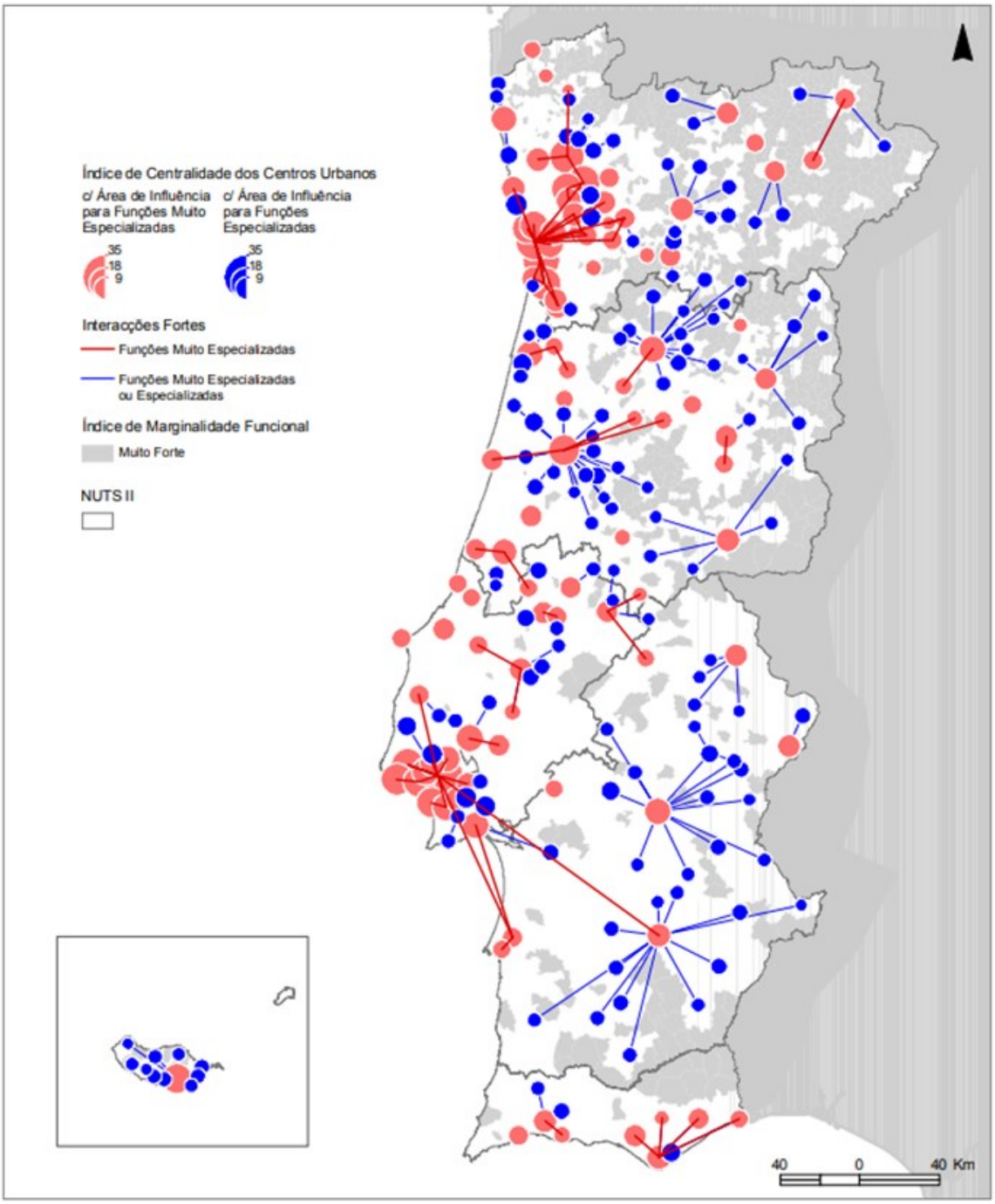


Figura 164 - Sistema Urbano Nacional (Fonte: INE, 2004).

O estabelecimento de uma hierarquia de centros urbanos tem subjacente a necessidade de uma adequada utilização e gestão do território abrangido, fomentando a melhoria das condições de vida dos habitantes. Com efeito, a definição da hierarquia dos centros urbanos de um concelho é fundamental enquanto instrumento que deverá servir de orientação à implantação espacial de equipamentos e de atividades económicas promotores de desenvolvimento e atenuadores das desigualdades espaciais, favorecendo o desenvolvimento de relações entre centros e atenuando a atual dependência polarizadora das sedes concelhias.

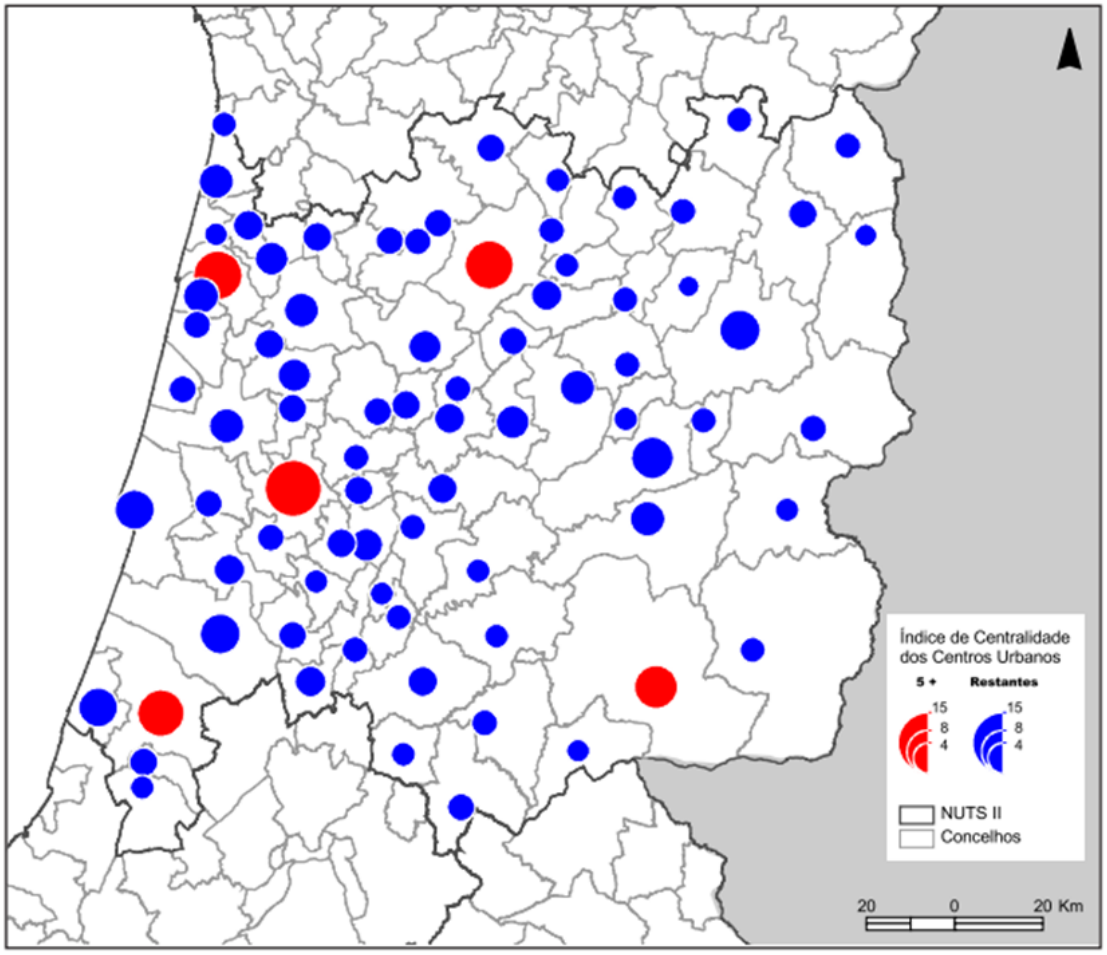


Figura 165 - Centros Urbanos da região Centro (Fonte: INE, 2004).

Assim, a definição da hierarquia dos centros urbanos de um concelho deverá funcionar como a base para o seu desenvolvimento na medida em que deverá permitir a definição, para cada nível

hierárquico, da sua função de apoio às atividades económicas e de ponto de concentração de equipamentos coletivos, tendo em vista harmonizar níveis de qualidade de vida desejáveis.

Distinguem-se quatro tipos de áreas de influência:

- Áreas de influência por continuidade - correspondem ao desenho territorial mais próximo dos esquemas teóricos de áreas de influência, ocorrendo em territórios onde a rede urbana é pouco densa e bem estruturada. Aparecem com maior nitidez em territórios onde a estrutura de povoamento é bastante concentrada e os centros urbanos distantes entre si.

- Áreas de influência fragmentadas - revestem-se de um significado oposto ao das áreas de influência por continuidade e ocorrem em territórios com lógicas funcionais mais complexas, onde a relação entre distância física e distância-tempo é menos linear, com uma maior densidade de centros urbanos relevantes e, por isso, propícias ao desenvolvimento de estratégias de competição/complementaridade entre centros urbanos. Estas áreas envolvem espaços que, muitas das vezes, estão mais próximos fisicamente de outros centros urbanos que não os que sobre si exercem efetivamente influência.

- Arquipélagos sob influência de centros metropolitanos - são áreas de influência fragmentadas dependentes dos centros metropolitanos tradicionais - Lisboa e Porto - e onde as características anteriormente referidas assumem o máximo relevo. De facto, é nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto e áreas envolventes que se encontra a maior densidade de centros urbanos com elevados índices de centralidade e onde as lógicas de competição/complementaridade são mais fortes. Para além disso, é nestas áreas que a rede de transportes é mais densa, mas fortemente delineada em função dos centros metropolitanos, permitindo que estes captem sob sua influência territórios mais distantes.

- Esquemas de funcionalidade hierárquica - correspondem também a áreas de influência fragmentada, mas em que o território, que constitui o centro urbano polarizador, está sob influência de outros centros urbanos que tendencialmente detêm índices de centralidade mais elevados. Esta lógica de funcionalidade hierárquica ocorre sob moldes das áreas de influência por continuidade ou das áreas de influência fragmentadas, sendo que estas têm especial incidência nas áreas metropolitanas e espaços envolventes.

Destacam-se ainda territórios exteriores às áreas de influência que representam lógicas de funcionamento não integradas nos centros urbanos delimitados, ou porque os fluxos de saída

da freguesia em questão são demasiado difusos (o que implica que passe a ser a própria freguesia o destino preferencial, ainda que por um número mínimo de funções), ou porque estas freguesias estão integradas funcionalmente com outros territórios exteriores aos centros urbanos delimitados.

O Concelho da Covilhã, apresenta uma área de influência por continuidade, quando, por exemplo, comparamos a UF de Covilhã e Canhoso com Freguesia de Sobral de São Miguel, e de funcionalidade hierárquica, uma vez que Belmonte e Fundão, apesar de se constituírem como centros urbanos, recorrem ao centro urbano da Covilhã para cuidados hospitalares (Centro Hospitalar Cova da Beira).

11.1. Polarização e Interdependências Funcionais

A polarização urbana é a concentração do crescimento em zonas específicas de uma cidade. No Concelho da Covilhã, considera-se todo o espaço abrangido pela cidade da Covilhã, o qual inclui ainda parte das freguesias de Canhoso, Teixoso, Cantar Galo, Vila do Carvalho, Boidobra e Tortosendo como o centro polarizador mais importante e está diretamente relacionado com a interdependência funcional entre zonas do concelho.

As diferentes áreas urbanas apresentam diferentes características: os centros urbanos, como já mencionado, apresentam uma grande diversidade de serviços que permitem ás populações aceder aos bens e serviços que necessitam para satisfazer as suas necessidades. O mesmo não acontece noutras zonas do território. Por este motivo, existe uma relação de complementaridade, e até dependência, entre estas zonas, ao que se pode chamar: Interdependência funcional.

Um exemplo da interdependência funcional entre áreas é a da mão de obra, pois se é nos núcleos urbanos que encontramos mais postos de trabalho, seja na indústria ou nos serviços, é nas áreas de influência que se encontra a mão de obra.

Esta ligação casa-trabalho e casa-escola são atividades básicas da população, pois por intermédio desse deslocamento é que a população pode participar tanto do mercado de trabalho como dos meios de qualificação. Por definição, o deslocamento diário (casa-trabalho, casa-escola e vice-versa) recebe a denominação de Movimento Pendular.

Segundo o INE "a delimitação de áreas de influência, implica uma associação de unidades territoriais de base (freguesias) apenas a um lugar central (centros urbanos), tendo como referência a totalidade de funções ou um subconjunto destas". A área de influência de um lugar depende, assim, da centralidade conferida pelas funções que este disponibiliza, o que pressupõe a deslocação dos indivíduos para aceder ao bem ou serviço, sendo que quanto mais rara for a função disponibilizada maior será a área de influência e, assim, a propensão do cidadão para se deslocar para a sua aquisição. Mantendo os restantes fatores constantes, os indivíduos tenderão a deslocar-se ao centro urbano mais próximo, minimizando a distância a percorrer, o que atua no sentido de limiar e delimitar a área de influência dos centros urbanos.

Tendo em conta os objetivos PDM, assim como a disponibilidade de informação, assume-se assim uma abordagem assente na capacidade de um centro urbano atrair deslocações, sendo a sua centralidade conferida pela atratividade decorrente da capacidade de criação de emprego (perspetiva económica) e da influência exercida pelos equipamentos de ensino (perspetiva socio-funcional), a qual será diretamente proporcional à raridade dos níveis por estes disponibilizados.

Assim, realizando uma avaliação global sobre o concelho da Covilhã, pode-se concluir que:

1. A cidade da Covilhã corporiza um grande protagonismo no sistema urbano regional, o que lhe confere total autonomia funcional face ao exterior e é, naturalmente, o grande polarizador das atividades comerciais e de serviços do concelho, tanto as de caráter banal/diário como as de caráter de aquisição excecional/raro;

2. As funções banais/ de aquisição diária (sobretudo, mercearia, café) são normalmente satisfeitas nos centros urbanos de residência;

3. Existem vários centros internos polarizadores, para algumas funções, alternativos à sede concelhia, ou seja que possuem áreas de influência que ultrapassem o próprio centro urbano, sobretudo, sobre pequenos lugares satélites aos próprios, como é o caso de Tortosendo (sobre Vales do Rio, Cortes do Meio), Teixoso (sobre Verdelhos e Sarzedo), Paul (sobre Ourondo e Sobral de S. Miguel) e Barroca Grande (sobre Aldeia de S. Francisco de Assis e Sobral de S. Miguel);

4. Existem 3 centros urbanos regionais na envolvente da Covilhã, que exercem uma importante atração funcional sobre algumas parcelas específicas do território covilhanense, nomeadamente:

- Fundão (e dentro deste concelho, também o aglomerado de Silvares) polariza o eixo sul do concelho, com o qual confina geograficamente, "São Jorge da Beira/Aldeia de S. Francisco de Assis, Ourondo, Coutada/Peso /Vales do Rio/Dominguiso" para funções semibanais e raras/de aquisição ocasional e excecional como seguros, mobiliário, vestuário, supermercado, consultórios médicos, banco, material informático, grandes eletrodomésticos e automóveis;

- Belmonte, a nascente da Covilhã, exerce atração sobre a população das freguesias de Vale Formoso, Aldeia do Souto e Orjais para várias funções, tais como cabeleireiro, supermercado, vestuário, médicos, farmácia, seguros e grandes eletrodomésticos, entre outros;

- Manteigas, a noroeste do concelho da Covilhã, exerce atração para algumas funções sobre Verdelhos, que orograficamente se encontra numa zona complicada da Serra da Estrela; mesmo sendo necessário atravessar serra, a população de Verdelhos desloca-se a Manteigas mais vezes do que à Covilhã para adquirir alguns bens ou serviços como eletrodomésticos ou recorrer a médicos ou à farmácia.

11.2. Dimensão Funcional

A teoria dos lugares centrais, criada com o fundamento de explicar a emergência de concentrações urbanas e baseando-se para tal no estudo da localização das atividades económicas, sobretudo as terciárias, procura justificar a dimensão, a distribuição e o número de centros urbanos e de forma indireta o relacionamento entre eles que, segundo a teoria, se processa estritamente de forma hierárquica. De acordo com a teoria, um determinado centro será tanto mais central quanto mais funções especializadas prestar e, consequentemente, quanto maior for a sua área de influência. Os centros mais centrais, posicionados no topo da hierarquia, apresentam dimensões superiores, nomeadamente, maiores efetivos populacionais

A área de influência de um centro urbano é definida pelo território que se encontra funcionalmente dependente daquele centro urbano, para um determinado número de funções. Neste sentido, as áreas de influência diferem consoante as funções que estão a ser analisadas:

- funções de nível superior - mais raras - (por exemplo, hospital geral) restringem o número de centros urbanos suscetíveis de possuírem áreas de influência e definem áreas de influência de maior dimensão;
- funções de nível inferior e, por isso, mais frequentes (por exemplo, minimercado/mercearia), tornam um maior número de centros urbanos elegíveis e projetam áreas de influência, tendencialmente, de menores dimensões.

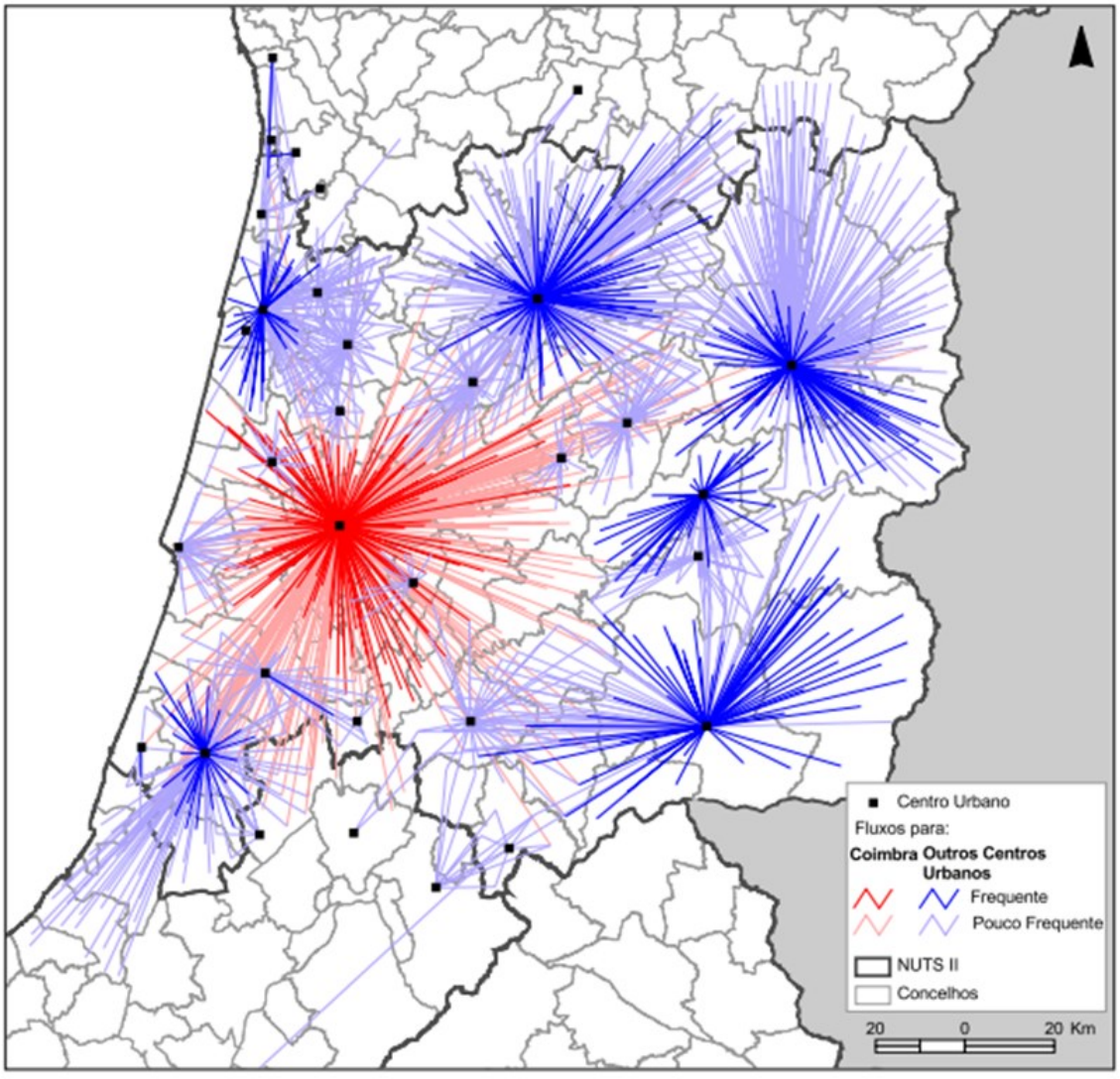


Figura 166 - Estrutura de fluxos para acesso a funções muito especializadas (Fonte: INE, 2004).

A diferenciação de níveis hierárquicos de centros reflete, essencialmente, a periodicidade da procura pelos setores económicos e pela população residente de equipamentos, serviços e bens. Assim, a procura diária de primeira necessidade deve ser satisfeita nos centros de centralidade inferior (centros básicos) e de fácil acesso e a procura especializada e esporádica e/ou excecional deve ser satisfeita nos centros hierarquicamente superiores.

A posição hierárquica de alguns centros é, muitas vezes, conferida pela sua importância administrativa que, por sua vez, obriga à ocorrência de equipamentos e serviços capazes de conferir uma certa capacidade atrativa.

Sublinha-se o facto de, o escalonamento urbano de uma rede de centros tendo por base unicamente as dinâmicas demográficas resultaria incompleto se não fosse analisada a situação dos núcleos urbanos ao nível da oferta de bens, serviços e equipamentos, quer do setor privado, quer do setor público.

Os indicadores utilizados na determinação do sistema urbano do Concelho da Covilhã foram:

- Dimensão demográfica (a qual foi analisada no Ponto 5) - delimitação das áreas de influência dos centros urbanos, quantificando as mesmas em termos de número de freguesias, população e área;
- Construção de uma hierarquia de centros urbanos com base nas funções que prestam:
  - Funções Centrais do Setor Privado;
  - Funções Centrais do Setor Público.

As definições das expressões utilizadas ao nível da análise da dotação funcional são:

- Centro urbano ou Lugar Central - todo o centro urbano que presta funções centrais para a sua região periférica ou área de influência.
- Função Central - atividade realizada pelo indivíduo ou pela unidade empresarial que fornece bens ou serviços, localizada num ponto que ocupa uma posição central em relação ao mercado que serve (por exemplo, hospital geral, escola de condução e clube de vídeo). Uma função será tanto mais central quanto mais especializada, ou seja, mais rara

- Unidade funcional - cada unidade que presta uma determinada função central. Assim, uma função central (por exemplo, hospital geral) pode ser prestada por diversas unidades funcionais, no caso específico, diversos estabelecimentos hospitalares.

- Área de Influência - corresponde ao lugar geométrico onde se encontram utentes da função central. A área de influência de um centro urbano é definida pelo território que se encontra funcionalmente dependente daquele centro urbano, para um determinado número de funções.

11.2.1. Funções Centrais do Setor Privado

As funções centrais[68] que representam o resultado da iniciativa empresarial de entidades privadas (indivíduos e grupos económicos) assumem-se como os grandes indicadores da dinâmica funcional de cada centro. Esta imagem resulta da grande flexibilidade da iniciativa privada que se adapta com certa facilidade e rapidez às variações e às potencialidades de cada lugar em termos de importância demográfica e económica.

Consideram-se funções centrais do sector privado aquelas que se referem, sobretudo, a serviços e unidades comerciais retalhistas, ou conjunto da atividade econômica que não está controlada pelo Estado. Quando dizemos que a empresa privada é o motor deste setor, deve-se levar em conta que não importa o seu volume nem a forma jurídica que possui. Uma empresa pode ser formada por um indivíduo de maneira autônoma ou por milhares de trabalhadores e juridicamente ter uma variedade de opções organizacionais como sociedade limitada, sociedade anônima, sociedade coletiva, união transitória de empresas, etc. Em qualquer caso, o principal objetivo do setor privado é o benefício econômico através dos produtos ou serviços que tenta comercializar dentro de um mercado que compete com outras empresas. A sua localização dependerá da existência de uma procura que as justifique.

A análise da dotação funcional dos centros urbanos da Covilhã evidencia, também, a forte polarização exercida pela capital concelhia. Com um nível funcional muito inferior, mas, em

[68] Função central - tipo de unidade comercial, de serviços, equipamento coletivo ou serviço público que exerce a sua atividade a partir de um ponto central relativamente à população que serve

alguns casos, funcionando como alternativa à cidade da Covilhã para prestação de serviços e aquisição bens de consumo semibanal e de aquisição ocasional e destacando-se dos restantes, existem alguns centros com importância, nomeadamente Tortosendo, Paul, Teixoso, Unhais da Serra, Ferro, Boidobra e Vila do Carvalho, todos constituindo as vilas do concelho.

A atividade económica de um município deve ser beneficiada pelo setor privado, por isso o seu papel é de grande importância para o desenvolvimento de uma comunidade.

O setor privado pode realizar a criação de qualquer atividade que não pertença ao grupo do setor público. Na melhor das hipóteses, pretende-se fazer investimentos consideráveis e atrair terceiros para fazê-los no território concelhio, promover a inserção de novas tecnologias do exterior e colaborar com a diversificação da produção industrial.

Como era de se esperar, o papel do setor privado está intimamente ligado à criação de empregos para os habitantes do concelho, bem como ao seu desenvolvimento profissional.

11.2.2. Funções Centrais do Setor Público

As funções centrais do setor público dizem respeito, essencialmente, a serviços e a equipamentos de uso coletivo e, enquanto tal, possuem uma componente social muito importante. A sua localização depende essencialmente de fatores administrativos, muito embora esteja subjacente à sua localização a tentativa de racionalização económica dos investimentos públicos.

A caracterização funcional dos centros pela ocorrência de equipamentos coletivos transmite frequentemente uma imagem desajustada da importância real do lugar central. Muito facilmente se pode constatar a existência de casos em que a dinâmica demográfica e socioeconómica de um centro não corresponde ao nível de equipamentos públicos existentes, quer por defeito, quer por excesso. Daí que a análise dos centros urbanos pela ocorrência de funções centrais do setor privado, deva ser feita em conjunto com as funções centrais do setor público.

Nesta análise não se consideraram os serviços públicos centrais (Câmara Municipal, Balcão Único, Urbanismo, Central de Camionagem, Arquivo Municipal, etc.) uma vez que, dadas as características do concelho, a quase totalidade dos existentes localiza-se na sede concelhia. As funções centrais do setor público consideradas, foram as relativas à educação, à solidariedade e segurança social, à saúde, ao desporto, cultura, prevenção e segurança e proteção civil e equipamentos religiosos/de culto.

No caso do concelho da Covilhã, e dada a dotação diversificada e extensa de equipamentos coletivos existe uma relativa diversificação e descentralização da rede equipamentos, embora os de nível superior (universidade, hospital, complexo desportivo) se localizem na cidade. O quadro seguinte traduz a rede de estabelecimentos de utilização coletiva que se encontram disseminados pelo território concelhio, sendo de destacar o facto de até os mais pequenos, possuírem uma dotação razoável face à sua dimensão demográfica.

Tabela 38 - Funções Centrais do Setor Público, por centro urbano, em 2021 (Fonte: Município da Covilhã).

Função Central	Aldeia S. Francisco de Assis	Boidobra	Cortes do Meio	Dominguiso	Erada	Ferro	Orjais	Paul	Peraboa	S. Jorge da Beira	Sobral S. Miguel	Tortosendo	Unhais da Serra	U.F. Covilhã e Canhoso	U.F. Vale Formoso e Aldeia do Souto	U.F. Teixoso e Sarzedo	U.F. Cantar Galo e Vila do Carvalho	U.F. Peso e Vales do Rio	U.F. Barco e Coutada	U.F. Casegas e Ourondo	Verdelhos
Educação																					
Pré-Escolar	X	X	X	X		X	X	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X		X
EB 1º Ciclo	X	X	X	X		X	X	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X		X
EB 2º/3º Ciclo														X							
Secundário														X							

Universitário														X							
Saúde																					
Centro de Saúde														X							
Extensão Saúde	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X
Farmácia	X					X		X				X	X	X		X		X			
Solidariedade e Segurança Social																					
Creche								X				X		X		X				X	
Lar 3ª Idade	X		X	X		X		X	X	X	X	X	X	X		X	X	X	X	X	X
Centro de Dia	X		X	X		X		X	X	X	X	X	X	X		X	X	X	X	X	X
Apoio Domiciliário	X	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X
Desporto																					

Pavilhão/Sala Desporto	X	X	X	X		X		X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X		X
Piscina			X		X	X		X				X		X	X	X			X		
Campo de Jogos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Parques Fitness		X							X			X	X	X	X						
Cultura																					
Biblioteca														X							
Auditório/Sala de Cinema/Teatro										X				X							
Museu	X					X		X	X	X				X						X	
Posto Turismo														X	X						
Espaço Internet														X							

Salão de Festas	X	X	X	X				X				X	X	X	X	X	X	X			
Associação	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Segurança e Proteção Civil																					
Bombeiros														X							
GNR														X		X					
Equipamentos Religiosos/de Culto																					
Igreja	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Cemitério	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

Tabela 39 - Número de ordem das freguesias e uniões de freguesia, de acordo com as Funções Centrais do Setor Público, 2021 (Fonte: Município da Covilhã).

Nº Ordem	Freguesia ou União de Freguesia	N.º
1º	U. F. Covilhã e Canhoso	26
2º	U. F. Teixoso e Sarzedo	16
2º	Paul	16
2º	Tortosendo	16
3º	Ferro	14
3º	Aldeia S. Francisco de Assis	14
4º	Cortes do Meio	13
4º	Peraboa	13
4º	S. Jorge da Beira	13
4º	Unhais da Serra	13
4º	U.F. Vale Formoso e Aldeia do Souto	13
4º	U.F. Peso e Vales do Rio	13
5º	Dominguiso	12
5º	U.F. Cantar Galo e Vila do Carvalho	12
5º	U.F. Barco e Coutada	12
6º	Verdelhos	11

7º	U.F. Casegas e Ourondo	10
8º	Boidobra	9
9º	Orjais	8
9º	Sobral São Miguel	8
10º	Erada	6

11.3. Estruturação do Sistema Urbano

A ponderação dos indicadores utilizados permitiu a hierarquização dos centros urbanos do concelho da Covilhã, resumindo-se, em termos quantitativos, à definição de cinco níveis hierárquicos, sendo que o primeiro é, naturalmente, o centro urbano da Covilhã, o segundo é constituído por 10 centros e o terceiro nível é composto por 16 centros. No nível IV integram-se os restantes pequenos lugares.

É importante destacar que este exercício nem sempre é fácil de realizar, sobretudo, quando existem muitos centros e com caraterísticas semelhantes numas variáveis e diferentes noutras, daí que a fronteira entre um nível e outra possa ser flexível.

Nesta classificação não pode ser descurada a figura da Grande Covilhã, designação atribuída ao território que tem como estrutura dorsal o eixo TCT (Tortosendo-Covilhã-Teixoso) e que integra parcelas territoriais das freguesias de Tortosendo, Boidobra, Cantar-Galo, Canhoso, Vila do Carvalho e Teixoso, para além, naturalmente, das áreas urbanas das quatro freguesias que integram a cidade. É um território bastante mais amplo e abrangente que a cidade e que tem registado dinâmicas demográficas e económicas significativas que de alguma forma induzem a que seja considerado um contínuo urbano, com uma dimensão muito significativa.

Não obstante as evidências da importância deste contínuo territorial, a maior parte dos centros urbanos satélites à cidade da Covilhã possuem uma certa autonomia e vida local próprias que,

para já, continuam a justificar a consideração de cada centro urbano pertencente à Grande Covilhã, enquanto centros urbanos independentes da cidade da Covilhã.

Assim, identificam-se como principais aspetos do sistema urbano concelhio, os seguintes:

1. A cidade da Covilhã é o grande centro polarizador do concelho e corporiza um grande protagonismo no sistema urbano regional, estando, por esse motivo, dotada de uma rede de serviços privados e públicos de dimensão regional. Possui uma total autonomia face ao exterior, para a maioria das funções (das mais banais às mais raras), ainda que, em algumas situações, seja preterido face a polos externos, sobretudo, devido à distância física entre alguns lugares do concelho e a cidade da Covilhã, em oposição à maior facilidade de acesso aos concelhos vizinhos;

2. O sistema urbano da Covilhã é policêntrico e relativamente equilibrado funcionalmente, mas não espacialmente. Funcionalmente (nível de dotação de funções urbanas) pois, para além da sua função de Centro Regional, existem vários centros de segundo nível (as vilas), relativamente bem-dotados e importantes no concelho, bem como um terceiro nível de centros, também com uma dotação funcional razoável e uma certa autonomia para determinadas funções. Em consequência, verifica-se um relativo equilíbrio na distribuição dos centros urbanos pelos vários níveis. Contudo, espacialmente esse equilíbrio não é possível, muito em consequência da orografia deste concelho que foi, e é, determinante na ocupação humana deste território. Os setores SW e NE são os mais francamente penalizados, possuindo menos população (e em progressiva perda) e um menor desenvolvimento funcional. São também os lugares mais afastados fisicamente da cidade e também aqueles, que por isso mesmo, mais recorrem aos concelhos limítrofes para adquirirem bens ou serviços, em alternativa à sede concelhia. O setor central/sul do concelho, mais plano e beneficiando das excelentes acessibilidades (duas ligações à A23) é, portanto, setor mais desenvolvido e povoado;

3. O sistema urbano municipal, ainda que perfeitamente autónomo e de cariz regional, é dependente de alguns polos de atração externa, nomeadamente Fundão, Belmonte e Manteigas. Estes centros exercem, assim, algum poder de atração para a aquisição de bens ou prestação de serviços sobre a população de vários centros do concelho, registando-se alguma dependência funcional relativamente ao exterior. Esta deve-se não à insuficiente dotação do concelho e, concretamente, da cidade da Covilhã, mas sobretudo a fatores de proximidade, já

que a orografia deste território condiciona a melhor acessibilidade em alguns setores do concelho.

O centro urbano constituído pela cidade da Covilhã, sede do concelho, é considerado, no âmbito regional, como um Centro Regional (cf. PROT Centro, maio 2011), constituindo, com mais 7 centros (Aveiro, Coimbra, Figueira da Foz, Leiria, Viseu, Guarda e Castelo Branco), o 1º nível do sistema urbano da região centro.

Tabela 40 - Níveis do sistema urbano do concelho da Covilhã, 2021 (Fonte: Município da Covilhã).

Nível Hierárquico	Centro Urbano
Nível I	Covilhã
Nível II	Tortosendo, Teixoso, Paul, Unhais da Serra, Boidobra, Ferro, Vila do Carvalho, Canhoso, Cantar-Galo e Dominguiso
Nível III	Barco, Erada, Cortes do Meio, Peraboa, Vales de Rio, São Jorge da Beira, Peso, Verdelhos, Sobral de S. Miguel, Barroca Grande, Vale Formoso, Orjais, Casegas, Ourondo, Coutada, Aldeia de S. Francisco de Assis, Aldeia do Souto e Sarzedo
Nível IV	Borralheira, Castanheiras, Trigais, Relvas, Pereiro

O NÍVEL I é constituído pela sede concelhia (e centro regional) – cidade da Covilhã, facto que decorre, em primeiro plano, da sua importância administrativa local e regional, sendo fortemente polarizadora de todo o funcionamento municipal e, em alguns casos, da região, pois é aqui que se concentram o comércio e serviços privados e os equipamentos coletivos e serviços públicos de nível superior, estando direcionada para servir uma procura especializada e esporádica. Em 2011 possuía quase 16 700 habitantes e, em 2012, possuía um número de funções centrais do setor privado que podia variar entre as 150 e as 180 e perto de 40 funções centrais do setor público (equipamentos coletivos).

O NÍVEL II é constituído pelas 7 vilas do concelho e mais os lugares de Canhoso, Cantar-Galo e a sede de freguesia de Dominguiso. Foram agrupadas no Nível II não só pelo fator administrativo, mas, sobretudo, porque, de um modo geral, todas tem relevância e a importância funcional no conjunto concelhio, embora possam assumir pesos diferentes no sistema urbano municipal. Com efeito, Tortosendo, Paul, Teixoso e Unhais da Serra assumem particular relevância, verificando nelas a implantação de alguns equipamentos de nível superior como é o caso das EB2,3 ou da Guarda Nacional Republicana, sendo também em termos demográficos, das mais populosas.

Os centros urbanos de Canhoso, Cantar-Galo e Dominguiso encontram-se num nível intermédio, entre as vilas e a maioria das restantes sedes de freguesia, por possuírem um volume populacional e também um nível de dotação funcional que os diferencia do nível seguinte.

Os centros deste nível são, em alguns casos de funções, alternativos à cidade da Covilhã conseguindo neles "reter" e atrair população de centros vizinhos mais pequenos e que, normalmente, ficam mais próximos daqueles do que da cidade da Covilhã. A população residente nestes centros oscilava, em 2011, entre os 4 502 habitantes de Tortosendo e os 815 habitantes de Boidobra, entre as 40 funções centrais do setor privado de Tortosendo e as 12 f.c. de Cantar-Galo e entre as 20 f.c. do setor público de Paul e as 6 f.c. de Canhoso.

O NÍVEL III é constituído pelas restantes sedes de freguesia e pelo lugar de Barroca Grande. Estes centros apresentam uma dimensão demográfica e funcional diminuta. Apesar de serem maioritariamente sedes de freguesias (ou ex sedes de freguesia), são territórios em perda (populacional e funcional). As funções existentes nestes níveis são as que servem uma procura diária e local e os equipamentos coletivos são do nível mais básico.

O NÍVEL IV é constituído pelos restantes lugares de muito reduzida dimensão, com fraca ou nula dinâmica funcional, e com alguma expressão demográfica (Borralheira, Castanheiras, Trigais, Relvas, etc.), por este motivo não foram considerados aquando elaboração do Mapa do Sistema Urbano do Concelho da Covilhã.

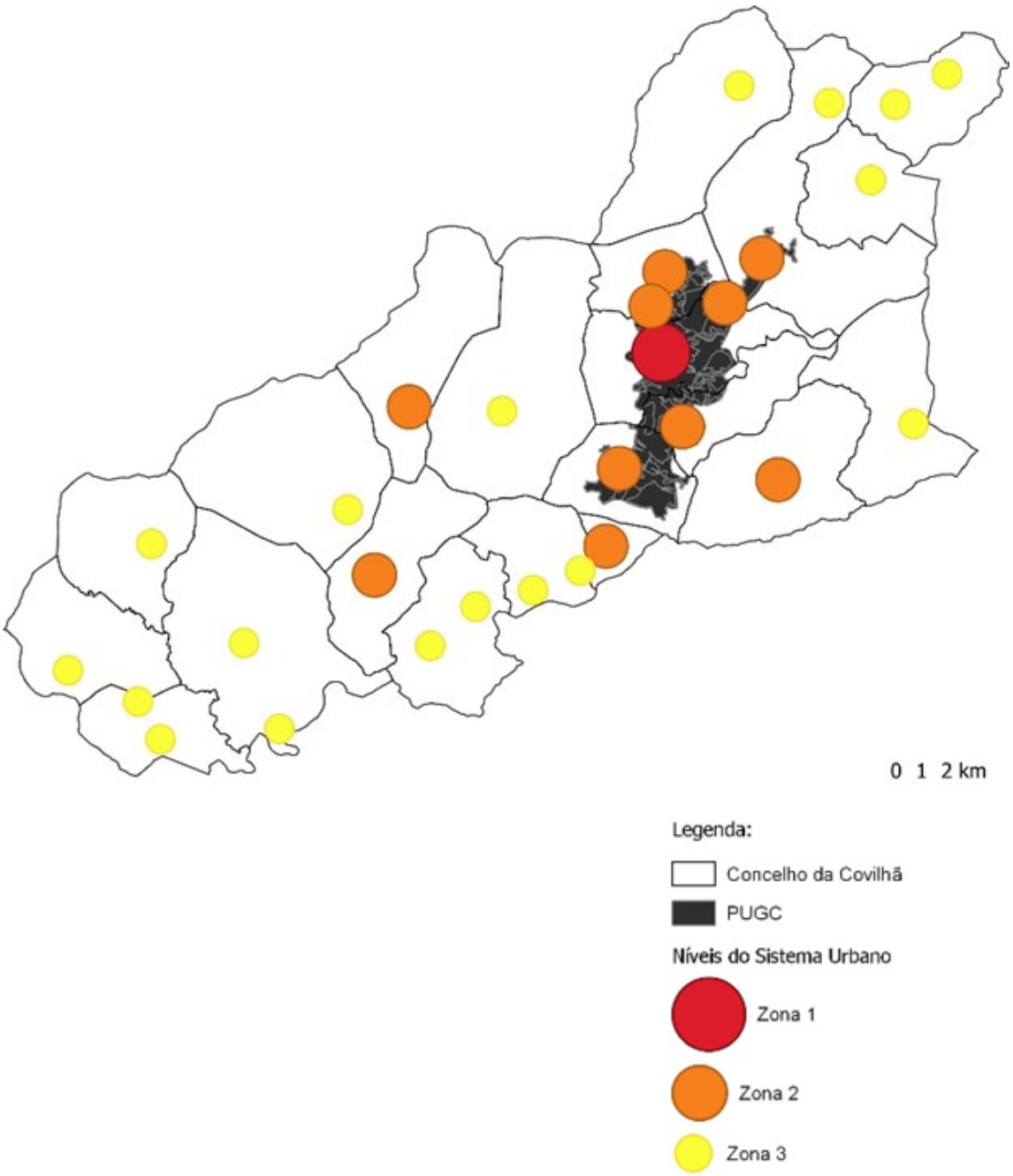


Figura 167 - Sistema Urbano do Concelho da Covilhã (Fonte: Município da Covilhã).

12. Valores Patrimoniais Concelhios

O concelho da Covilhã constitui um território de inegável diversidade patrimonial e paisagística, encerrando uma multiplicidade de valores naturais e culturais notáveis, que foram determinantes para o processo de construção da identidade local, sendo ainda hoje indissociável do seu património têxtil, da indústria de lanifícios e do pioneirismo no ensino do debuxo, que transformaram a cidade num espaço rico.

Um dos principais objetivos da atual revisão do PDM é a preservação e qualificação deste património – muito dele classificado - e a promoção de uma identidade urbana, que beneficia a economia, a cultura e qualidade de vida dos residentes e utilizadores da Cidade.

O Concelho da Covilhã, atento ao panorama nacional, alinha a sua estratégia com a da Direção Regional de Cultura do Centro (DRCC), exposta no documento estratégico que visa definir a Estratégia Regional de Cultura no horizonte de dez anos (2020-2030). São eles: “Património. REABILITAR | Museus. MODERNIZAR | Conteúdos. CRIAR | Acesso. DEMOCRATIZAR.”

Segundo a DRCC pretende-se “Construir Cidades com Cultura, conectadas em rede, conectadas digitalmente, conectadas entre si e com o mundo. Promover lugares criativos e inspiradores onde as pessoas, todas as pessoas de cada território, se experimentalizam, se realizem, se expressem, se encontrem consigo e com os outros, onde cada pessoa possa explorar todo o seu potencial e talento criativo e crítico. Preservar a história, a nossa história, com todo o seu património material. Preservar a estória, todas as nossas estórias, as que nos edificam como comunidades, com todo o seu património imaterial. Fomentar a resiliência dos nossos territórios através da sua identidade, da sua história e da sua cultura. Querer uma cultura, enquanto prática e processo, que nos interrogue, interpele, nos faça duvidar e questionar, nos faça querer mais, ser mais, fazer mais, estar mais. No contexto desta Visão, procuramos evidenciar, de forma inequívoca, o papel da Cultura e da Criatividade na construção de territórios mais resilientes, atrativos e inspiradores e, por isso mesmo, territórios mais capazes de superar as fragilidades e constrangimentos do seu presente e de enfrentar os desafios do seu futuro.” É, portanto, no seguimento desta visão que também o Concelho da Covilhã tem atuado: seja com a criação de novos espaços ou com a reabilitação de antigos. O objetivo é dar resposta às novas necessidades que vão surgindo paralelamente às alterações das dinâmicas sociais.

O Património constitui uma herança do passado e, por isso, é obrigação de todos nós preservar e transmitir às futuras gerações, fazendo com que os elementos da "personalidade" ímpar do concelho da Covilhã não se percam.

Seguidamente, procede-se a uma caracterização destes elementos singulares, ficando, porém, a advertência que a riqueza deste concelho não se esgota nos elementos referenciados.

12.1. Património Urbanístico e Arquitetónico

Neste subcapítulo, património urbanístico e arquitetónico, foram consideradas áreas que contribuem para a valorização da imagem do concelho da Covilhã.

Pretende-se destacar os principais elementos na malha urbana, com a preocupação de salvaguardar a génese de áreas significativas do território, com particular cuidado na valorização das suas características intrínsecas e do valor cultural dos edifícios e conjuntos edificados bem como da sua integração no tecido da cidade.

1. "Memória" da Expedição da Sociedade de Geografia à Serra da Estrela, IM classificado pelo Decreto n.º 95/78, de 12 de setembro – localizado nas Penhas da Saúde (freguesia de Cortes do Meio) este monumento, edificado em 1889, homenageia a primeira expedição realizada à Serra da Estrela, organizada pela Sociedade de Geografia em 1881, e que integrou figuras ilustres da época como o Dr. Martins Sarmento e o médico Sousa Martins. A expedição pretendia "realizar uma exploração de bases científicas de uma das áreas mais inóspitas do país, até então pouco conhecida, tomando conhecimento das riquezas aí existentes, que se pensavam estar ligadas ao povo Lusitano". De referir ainda que foi na sequência desta expedição que o Dr. Sousa Martins alertou os meios científicos de então para as excelentes condições climáticas que aquela região oferecia ao tratamento da tuberculose, o que veio a determinar a instalação na região de um conjunto de casas de saúde para o tratamento desta doença. Esta questão é aliás referenciada neste monumento, que homenageia também a inauguração, em 1889, da primeira casa de saúde para tuberculosos do país.

2. Casa das Morgadas, IM classificado pelo Decreto n.º 28/82, de 26 de fevereiro – situado no coração do núcleo histórico (freguesia de Santa Maria) este solar foi mandado construir em 1642 por um notável habitante da Covilhã, proprietário de uma das muitas oficinas de

manufatura de tecidos existentes em meados do século XVII. Foi objeto de diversas alterações ao longo dos séculos – em 1741 foi construída uma capela lateral –, em particular no inico do séc. XX. Atualmente é a sede do Partido Comunista Português na Covilhã, que em conjunto com a então Região de Turismo da Serra da Estrela promoveu entre 2001-2002 profundas obras de restauro no edifício.

3. Colégio das Freiras ou Casa na Rua Marquês de Ávila e Bolama, n.º 140, IM classificado por Deliberação camarária de 18/07/2008 – construído no séc. XIX terá começado por ter funções residenciais, tendo em finais desse século passado a funcionar como colégio de freiras das irmãs Doroteias; após várias mudanças de uso, hoje em dia encontra-se aqui instalado novamente um estabelecimento de ensino (Patronato de Nossa Senhora da Conceição). Este edifício forma uma espécie de conjunto com outras duas casas da mesma rua – a Casa Mourão (também IM) e a Casa Melo e Castro.

4. Casa Mourão ou Palacete Mourão, na Rua Marquês de Ávila e Bolama n.º 190, IM classificado por Deliberação camarária de 18/07/2008 – construída em 1922 é juntamente com o Palacete Jardim um dos melhores exemplares de Arte Nova do concelho. Este palacete forma uma espécie de conjunto com outras duas casas da mesma rua – o Colégio das Freiras (também IM) e a Casa Melo e Castro.

5. Sanatório dos Ferroviários ou Sanatório das Penhas da Saúde atual Pousada Serra da Estrela, IM classificado por Deliberação camarária de 17/07/2009 – implantado na vertente sul da Serra da Estrela (freguesia de Vila do Carvalho), na estada que liga a cidade às Penhas da Saúde, o Sanatório foi concluído em 1936 (segundo projeto do arq. José Ângelo Cottinelli Telmo), embora só tenha sido inaugurado oito anos mais tarde. Destinava-se inicialmente a prestar assistência sanitária aos funcionários dos caminhos-de-ferro, tendo acabado por acolher quem precisasse de tratamentos. O edifício foi objeto de requalificação recente, com projeto do arq. Eduardo Souto Moura, funcionando atualmente como Pousada de Portugal.

A diversidade patrimonial da Covilhã está muito para além deste conjunto de imóveis. Assim, no âmbito do presente estudo procedeu-se a uma inventariação de outros elementos patrimoniais relevantes, estando-se também neste caso ciente de que a listagem que se segue poderá estar longe de compilar a totalidade dos elementos em presença.

Relativamente a arquitetura religiosa, de igrejas e capelas a cruzeiros e alminhas, encontram-se inúmeros exemplares pelo concelho. Identificam-se, assim, no concelho da Covilhã os seguintes elementos:

1. Capela de Nossa Sr: ª da Estrela (Boidobra), há registo da instituição em 1220 de um mosteiro no local para monges de Cister, a construção da capela data provavelmente do século seguinte, tendo no séc. XVI sido alvo de obras profundas que lhe conferiram a imagem atual;

2. Igreja de Santo André/ Capela de São Sebastião, antiga Matriz de Boidobra, construída no séc. XVI sofreu nos séculos seguintes intervenções diversas (construção de retábulos, etc.); foi a primitiva igreja matriz desta paróquia tendo mais tarde sido convertida em capela;

3. Capela das Almas de Casegas, antiga igreja matriz de Casegas – data de 1759, período de expressão da linguagem barroca e rococó que caracteriza este imóvel.

4. Capela de São João de Malta (Covilhã, São Pedro), capela de arquitetura maneirista e barroca construída no séc. XVI, foi antiga igreja matriz;

5. Capela de São Silvestre (Covilhã, Santa Maria), apesar de haver quem a considere mais antiga a sua construção ocorreu possivelmente no séc. XVI, tendo sido objeto de obras de restauro em 1728; já na década de 60 do séc. XX foram realizadas obras de alteração do seu interior;

6. Convento de Santo António (Covilhã) - este antigo convento franciscano capucho, construído no séc. XVI é atualmente a sede da reitoria da UBI; a antiga zona conventual desenvolve-se em torno do claustro (com chafariz seiscentista ainda preservado) e apensa tem uma igreja. No início do séc. XVIII sofreu uma reconstrução tendo ao longo dos séculos sofrido inúmeras intervenções no sentido de o adaptarem aos diversos usos que serviu;

7. Igreja do Sagrado Coração de Jesus, antiga Igreja Paroquial de São Tiago (São Pedro), a igreja de São Tiago data de 1875, tendo deixado de servir o culto religioso após a implantação da república (funcionou como celeiro e armazém municipal); em 1942 um incêndio destruiu-a na totalidade o que motivou a construção do novo templo, inaugurado em 1952 segundo projeto (modernista) do arq. Nuno Teotónio Pereira e com pintura de Martins Barata; a torre sineira mantém-se a original;

8. Igreja de Santa Maria Maior (Covilhã, freguesia de St. ª Maria) – neste local, no coração do núcleo histórico da Covilhã, começou por ser construída no séc. XIII/XIV uma pequena capela (capela de St. ª Maria do Castelo), mais tarde demolida e reconstruída já no séc. XVI, tendo sofrido sucessivas modificações. A igreja atual foi concluída em 1876, tendo em 1899 sido acrescentada a sua torre sineira; o revestimento de azulejos que hoje possui foi colocado em 1943;

9. Capela do Espírito Santo (Ferro), de arquitetura popular vernácula foi originalmente construída no séc. XVI, tendo sido reconstruída já em 1966;

10. Igreja de N. Sr.ª das Luzes (Orjais), construída provavelmente no séc. XVI (embora com orientação distinta da atual) e reconstruída no séc. XVIII, sendo que a fachada principal data de 1856, embora possua uma linguagem barroca;

11. Igreja de São Pedro, Matriz de Orjais, construída provavelmente no séc. XVI foi objeto de uma grande remodelação no séc. XVIII, altura em que foi construída a estrutura retabular; já em 1992 as obras de ampliação dotaram-na de uma nova nave;

12. Capela do Espírito Santo (Paul), capela primitiva com data provável de construção no séc. XVI, tendo sido reconstruída no séc. XVIII, sendo um bom exemplar de arquitetura religiosa vernácula;

13. Capela do Espírito Santo (Peraboa), uma inscrição no púlpito faz crer que possa ter sido construída em 1502, tendo em 1995 sido objeto de obras de reconstrução profundas;

14. Igreja de N. Sr.ª da Conceição, Matriz de Peraboa, igreja maneirista e barroca construída no início do séc. XVII foi objeto de intervenções significativas nos dois séculos seguintes, possui a particularidade da sua torre sineira ser um corpo isolado;

15. Capela do Divino Espírito Santo (Peso), de arquitetura vernacular e barroca a sua construção ocorreu possivelmente no séc. XVI, tendo no séc. XVIII sido objeto de intervenções no seu interior;

16. Igreja de Santa Maria Madalena, Matriz do Peso, da igreja medieval primitiva (séc. XIV) apenas resta a capela-mor; a igreja atual (barroca) data da primeira metade do séc. XVIII, tendo sido acrescentado um registo à torre sineira já no séc. XX, o que confere alguma desproporção ao conjunto;

17. Capela de Nossa Senhora do Carmo (Teixoso), inicialmente dedicada a S. Sebastião, em 1905 a capela foi objeto de obras de restauro que deram a atual configuração à fachada principal; localizada já fora da vila é um dos mais importantes locais de romagem da região;

18. Capela de São Salvador (Teixoso), construção do século XVI, apresenta uma fachada muito simples rasgada por portal com vão em volta perfeita e empena muito aberta;

19. Capela de Nossa Senhora dos Verdes (Teixoso), capela de construção vernácula do séc. XVII;

20. Igreja de Nossa Sr.ª dos Coros, Matriz do Teixoso, sabe-se que a sua torre sineira data de 1503, considerando-se que a igreja possa ter sido construída 90 anos mais tarde; no final do séc. XVII a igreja foi reedificada;

21. Igreja de Nossa Senhora da Oliveira, Matriz do Tortosendo – a configuração atual da igreja data da reforma profunda empreendida no séc. XVIII, muito embora haja registos anteriores que assinalem a presença do templo; a sua maior notoriedade advém da forma como se posiciona, sobranceira ao arrumamento em que se encontra;

22. Igreja de Santa Ana, Matriz de Vale Formoso, a igreja original foi construída provavelmente no séc. XVI, no entanto no séc. XVIII foi alvo de reconstrução integral ao estilo maneirista, barroco e rococó;

23. Igreja de São Pedro, Matriz de Verdelhos, em 1260 há uma referência à existência de uma igreja nesta povoação, contudo desconhece-se se esta seria sequer no local onde se encontra o templo atual, que data do séc. XVIII.

As igrejas e capelas do concelho não se esgotam na listagem acima, contudo considera-se serem estas as mais emblemáticas, quer atendendo ao seu período construtivo, quer pelos pormenores construtivos associados ou pelo valor simbólico que possuem no contexto local.

Existem ainda dispersas pelo concelho diversas “Alminhas”, de maior ou menor porte e de períodos distintos da história, que importa preservar, não apenas pelo valor patrimonial que possam ter, mas também pelo valor simbólico que possuem, sobretudo num contexto de cunho mais rural e tradicional.

Por sua vez, a arquitetura civil abarca, naturalmente, um sem-número de imóveis, afetos a uma multiplicidade de utilizações públicas (equipamentos de utilização coletiva, edifícios

institucionais, infraestruturas, etc.) e privadas (habitações, espaços comerciais, entre outros), cuja inventariação exaustiva, no caso da Covilhã, ultrapassaria o âmbito do presente Estudo.

Assim, atendendo à profusão de imóveis de arquitetura civil, em particular privada e sobretudo na cidade da Covilhã, optou-se por identificar apenas aqueles que se consideram mais relevantes no contexto em que se integram, pela função histórica que tiveram, pela utilização e representatividade que possuem no contexto atual, ou por possuírem elementos arquitetónicos ou decorativos de destaque, sendo emblemáticos de uma época. Ficam assim de fora da presente caracterização um número considerável de edifícios notáveis existentes na Covilhã, maioritariamente do século passado, o que não lhes retira, porém, qualquer notoriedade.

No âmbito da presente análise assinalam-se então os seguintes imóveis:

1. Ponte dos Piscos (Boidobra) – desconhece-se a data de construção da ponte, no entanto julga tratar-se de uma ponte medieval, provavelmente construída sobre uma pré-existência romana.

2. Ponte de Casegas – sobre a ribeira de Lobos, a ponte (provavelmente) romana deveria integrar a antiga via romana que ligava Tomar à Covilhã.

3. Antigo edifício do Banco Nacional Ultramarino (S. Pedro) – o edifício, com projeto do arq. Ernst Korrodi foi construído na década de 20 do século passado com o propósito de albergar a instituição bancária, que aqui funcionou até finais da década de 80. Destaca-se a sua fachada principal revestida a azulejo com figuração alegórica e decorativa. Atualmente alberga o Museu de Arte e Cultura.

4. Antigo Hospital da Misericórdia da Covilhã – integra dois núcleos distintos, o primeiro (projeto do arq. Adães Bermudes) concluído em 1908, e o segundo, que veio ampliar significativamente as instalações, construído em 1956; atualmente é a sede da SCMC.

5. Biblioteca Central da UBI (antiga Casa de José Mendes Veiga) – com uma volumetria compacta alia a adaptação de um edifício oitocentista com a construção de um novo corpo (projeto do arq. Bartolomeu Costa Cabral), desenvolvendo-se na encosta esquerda da ribeira da Goldra.

6. Cadeia Comarca da Covilhã / Estabelecimento Prisional Regional da Covilhã – exemplar caraterístico de arquitetura prisional do séc. XX, após diversos avanços e recuos o edifício foi concluído em 1943, segundo projeto do arq. Raul Rodrigues Lima.

7. Casas com vãos manuelinos na Rua das Flores – localizados na zona da antiga judiaria estes imóveis datam do séc. XVI, admitindo-se que num deles tenha funcionado a sinagoga da Covilhã; durante o séc. XX ocorreram diversas intervenções em alguns elementos da fachada, contudo mantêm as suas janelas manuelinas.

8. Casa dos Condes da Covilhã ou Paço do Refúgio (Covilhã) – palacete tardo-barroco construído no início do séc. XIX, possui um jardim onde se encontram algumas árvores centenárias.

9. Casa de Dona Maria José Vaz de Macedo Alçada / Museu de Arte Sacra (Covilhã) – situado defronte ao Jardim Público este palacete oitocentista possui alguns elementos característicos do estilo neoclássico, embora tenha sofrido algumas alterações notórias durante o séc. XX.

10. Casa na Rua Comendador Mendes Veiga, n.º 6 – inicialmente de arquitetura residencial oitocentista alberga a sede do Sporting Clube da Covilhã.

11. Chafariz dos Melos – construída no séc. XVIII, pela sua localização, supõe-se que pretendesse servir, fundamentalmente os trabalhadores das fábricas instaladas ao longo da ribeira da Carpinteira.

12. Dispensário da Covilhã – construído em 1953 no âmbito de um projeto nacional de dotação das sedes de concelho de dispensários da Assistência Nacional aos Tuberculosos com vista ao diagnóstico, rastreio, terapêutica, e assistência à população local contaminada, bem como na promoção de ações de prevenção; no final do século passado passou a albergar os serviços de apoio ao turista.

13. Edifício da Cozinha Económica – construído em 1956, no âmbito de um projeto nacional de construção de cozinhas económicas, atualmente funciona neste edifício um jardim-de-infância da Santa Casa da Misericórdia da Covilhã.

14. Escola Comercial e Industrial da Covilhã, construída em finais do séc. XIX/ início do séc. XX, foi a primeira escola profissional da região; atualmente funciona no edifício a Escola Secundária Campos Melo.

15. Escola Primária da Covilhã – construída em 1902 segundo um projeto-tipo do arq. Adães Bermudes (que previa numa 1ª fase a construção de 120 escolas no país) o edifício conserva ainda a generalidade dos seus elementos decorativos originais, apesar das inúmeras utilizações que serviu ao longo dos anos.

16. Estação Ferroviária da Covilhã – inaugurada em 1891 aquando da construção da linha da Beira Baixa a estação ferroviária foi objeto de recentes obras de beneficiação.

17. Fonte das Três Bicas – construída em 1855 em cantaria granítica possui características do estilo neoclássico. Originalmente colocada na então Praça do Pelourinho (atual Praça do Município), aí se manteve até à década de 40 do séc. XX, quando as intervenções nesta praça ditaram a sua remoção, tendo na década seguinte sido colocada no local onde ainda hoje se encontra.

18. Fonte da Corredoura – de arquitetura manuelina a fonte primitiva data do séc. XVI e foi construída na zona da Corredoura; em 1960 foi transferida para a sua localização atual na Av. 25 de Abril.

19. Fonte do Marquês de Pombal – instalada num vão rasgado na fachada da antiga Real Fábrica de Panos, este chafariz do séc. XVIII foi construído com o intuito de servir os operários fabris.

20. Fonte de S. Francisco – inaugurada em 1895 frente ao convento homónimo, destacando-se a sua forma em obelisco, rematado por capitel com esfera armilar, e a forma das taças, formada por elementos convexos.

21. Garagem São João – construída nos anos 40 (projeto atribuído ao arq. Almeida Araújo) para servir de terminal rodoviário assim funcionou até à construção da nova estação rodoviária da Covilhã.

22. Mercado Municipal da Covilhã – edifício de arquitetura modernista concluído em 1943 com projeto do arq. Almeida Araújo, constitui um elemento marcante da paisagem urbana,

sobretudo quando a ela se acede a partir de oeste, destacando-se três elementos: o volume côncavo da entrada principal, a torre do relógio, e o corpo lateral dominado por arcadas.

23. Palacete Jardim (Covilhã) – este imóvel, situado junto do Jardim Público da Covilhã, foi projetado pelo arq. Ernesto Korrodi na década de 20 do século passado e é um exemplar único de arquitetura de Arte Nova na Covilhã.

24. Pavilhão Sanatório Dr. António Vaz de Macedo – construído nos anos 30 do séc. XX, destinado à cura de doenças mentais, associado ao antigo hospital e ao Sanatório dos Ferroviários.

25. Polo de Engenharia da UBI (antiga Empresa Transformadora de Lãs) – construído em 1920 com projeto do arq. Ernst Korrodi foi originalmente uma fábrica de lanifícios da qual atualmente pouco mais resta do que algumas das fachadas.

26. Ponte da ribeira da Carpinteira – ponte pedonal contemporânea (concluída em 2009), esta é talvez a obra de arquitetura e engenharia que nos anos mais recentes tem conferido à Covilhã uma maior notoriedade nacional e internacional – premiada na 8ª Bienal Ibero-americana de Arquitetura e Urbanismo; pela revista de arquitetura Alemã AIT; e nomeada para o prémio mies van der Rohe 2011. Obra imponente projetada pelo arq. Carrilho da Graça e pelo eng. Adão da Fonseca – 220m de extensão e 52m de altura entre o tabuleiro e o leito da ribeira –, insere-se no Plano de Mobilidade da cidade da Covilhã (elaborado ao abrigo do programa POLIS), que tem como objetivo principal a criação de ligações diretas entre o centro histórico da cidade e os bairros residenciais periféricos. Trata-se de infraestrutura de características ímpares que, ultrapassando o obstáculo que é a ribeira da Carpinteira, estabelece a ligação entre o centro da cidade (R. Marquês de Ávila e Bolama) e o bairro dos Penedos Altos.

27. Quinta do Prado (Conceição) – tradicional quinta beirã datada do séc. XVI, possui uma capela construída em 1718 e remodelada no final do século passado.

28. Casa dos Castelo Branco (Dominguiso) – casa senhorial seiscentista é um raro exemplar de palacetes rurais que subsiste no concelho da Covilhã.

29. Fonte da Prata (Orjais) – fonte de cobertura abobadada de provável construção romana ou medieval (séc. I-XIII).

30. Ponte do Paul – embora se desconheça com rigor quando ocorreu a sua construção crê-se que esta ponte seja medieval (séc. XIII-XIV); construída sobre a ribeira que lhe dá o nome, assenta sobre três arcos de volta perfeita, de aparelho de granito, e apesar da sua recente beneficiação conserva ainda a traça original.

31. Antiga Casa dos Mestres/ Museu do Queijo (Peraboa) – edifício que albergou durante décadas a Casa dos Mestres de Peraboa, foi durante a primeira década do séc. XXI objeto de obras de requalificação profundas com o intuito de aí instalar o Museu do Queijo (em funcionamento desde maio de 2011), único na região, e que permite dar a conhecer o processo de fabrico do talvez mais renomado queijo português, o queijo da Serra.

32. Casa Duque de Lafões e Pombal (Peraboa) – casa senhorial (brasonada) barroca provavelmente construída em 1704; atualmente encontra-se aqui sedeada a sede da Junta de Freguesia de Peraboa e um jardim-de-infância.

33. Fonte Velha (Peraboa) – de origem oitocentista possui três tanques ligados entre si e o escudo português está esculpido no centro do espaldar.

34. Ponte sobre o Zêzere (Teixoso) – ponte do séc. XVII construída por David Álvares, foi durante alguns séculos um dos principais elementos de transposição das duas margens do Zêzere.

35. Casa Garret (Tortosendo) – edifício de arquitetura barroca construído no séc. XVIII, encontra-se no centro da vila, fronteiro à igreja matriz.

Como seria de esperar encontram-se ainda dispersos pelo território uma multiplicidade de outras pequenas estruturas como sejam, fornos comunitários, moinhos de água, lagares, chafarizes e fontanários, cuja identificação se encontra fora da escala da presente abordagem feita ao concelho, mas que constituem importantes elementos de preservação da memória etnográfica e cultural da Covilhã e que por isso se deverá procurar preservar.

A Covilhã concentra hoje no seu interior um vasto repositório de exemplares fabris inestimáveis para a compreensão do desenvolvimento técnico e industrial no país. Esta é por isso uma memória cuja preservação é crucial, sendo para isso fundamental ter presente que património é este. Relembra-se mais uma vez o notável contributo que a UBI tem dado na requalificação e reconversão de antigas unidades industriais. Na Figura 1 é possível ver em primeiro plano um

conjunto de antigos edifícios industriais agora reconvertidos no Polo IV da UBI e em plano de fundo diversos edifícios devolutos, alguns deles em avançado estado de degradação.



Figura 168 - Património Industrial na Ribeira da Carpinteira.

Atento à relevância (e dimensão) que o património industrial possui na cidade da Covilhã, em 2002 o extinto IPPAR elaborou, em colaboração com a UBI, um Inventário do Património Industrial da Covilhã, do qual consta informação sobre 112 unidades industriais distribuídas em três núcleos – ribeira da Carpinteira, centro histórico e ribeira da Goldra – a maioria ocupando mais do que um edifício, entre as quais:

1. Nova Penteação e Fiação da Covilhã.

2. Fábrica Velha ou Fábrica Campos de Melo – situada na ribeira da Carpinteira, foi a primeira fábrica de lanifícios desta região (uma fábrica-escola), tendo sido fundada pelo conde da Ericeira no final do séc. XVII.

3. Real Fábrica de Panos da Covilhã – fundada por D. José I em 1764, foi um dos grandes projetos industriais do Marquês de Pombal. A fábrica tinha quatro alas e no seu interior dispunham-se, "no primeiro piso, as tinturarias, as casas que albergavam os teares, divididos consoante as dimensões, e casas para prensas, composição de tintas e armazenamento de lãs; o segundo piso era ocupado pelos serviços administrativos, armazéns vários, salas de fiação e alojamento dos aprendizes". Em 1822 a fábrica encerrou tendo passado a funcionar como instalação militar o que alterou de forma significativa o seu interior; em 1975 passou para a posse da UBI, que reabilitou o edifício, que para além de serviços da instituição alberga o Museu dos Lanifícios (projeto do arq. Nuno Teotónio Pereira). Relembra-se que as fornalhas e poços cilíndricos se encontram classificados como IIP. Notável é também o agora denominado Arco da Universidade, arco de volta perfeita que estabelecia a ligação entre dois núcleos da fábrica, que se desenvolviam em contas diferenciadas.

4. Conjunto industrial da Fonte do Lameiro – situado na "entrada" do núcleo antigo da cidade (freguesia de S. Martinho), este conjunto, na generalidade datado dos anos 30 do século passado, sobressai enquanto testemunho da relevância que a produção de lanifícios possuiu outrora neste concelho, possuindo a particularidade de "alguns dos seus edifícios terem sido adossados a troços da muralha medieval, numa comprovação de uma prática de todos os tempos e lugares: a reutilização de materiais antigos em espaços mais consentâneos às necessidades dos novos tempos". Esta unidade, alicerçada na ribeira da Goldra, ocupa uma área bastante extensa, sendo um dos exemplares de maior impacte visual, não apenas pela volumetria das suas construções, mas também pela diversidade de edifícios que agrega. Uma parte deste complexo foi recuperado e adaptado em 2006 a um espaço cultural, havendo outras áreas onde funcionam oficinas e um bar.

5. A Penteadora de Unhais da Serra – unidade industrial de lanifícios ainda em laboração (e líder no setor laneiro) e único exemplar de dimensões e características arquitetónicas relevantes fora da cidade da Covilhã; foi criada em 1930 com o fim de lavar e pentear as lãs dos rebanhos da região.

Ainda ao nível do património industrial, e também conforme levantamento efetuado pelo referido estudo, existe uma série de elementos que se encontram dispersos pelo território e que importa preservar na paisagem, como sejam tanques, rodas hidráulicas, râmbolas e estendedouros. De entre estes optou-se por apenas integrar na listagem de valores culturais o

estendedouro de lã das Escadas do Castelo por se julgar ser este o mais antigo exemplar concelhio; embora se considere que a sua origem remonte ao séc. XVII, aquando do desenvolvimento das manufaturas da Covilhã, admite-se que a sua construção (em cantaria de granito) possa ser anterior, apoiando já em séculos anteriores a atividade de pequenos artesãos que viviam da transformação da lã.

Identificam-se ainda enquanto exemplares de arquitetura industrial as duas barragens presentes no concelho:

1. Barragem do Covão do Ferro (Unhais da Serra) – situada na ribeira de Alforfa, esta barragem foi projetada em 1935 pela Sociedade Industrial de Penteação e Fiação de Lãs, tendo apenas sido concluída no pós-guerra, em 1956; trata-se de uma barragem de gravidade, em alvenaria e betão, destinada à produção de energia elétrica;

2. Barragem da Cova do Viriato (Penhas da Saúde, Cortes do Meio) – localizada no curso da ribeira dos Poios Brancos, na proximidade das Penhas da Saúde, esta barragem de abastecimento público de água foi construída entre 1976-1982, sendo atualmente a principal origem de água para abastecimento do concelho; é uma barragem do tipo gravidade em betão.

12.2. Património Arqueológico

As considerações feitas a propósito do património aplicam-se também ao património arqueológico. No entanto, uma análise individualizada desta temática visa, acima de tudo, evitar que o desenvolvimento se realize à custa da destruição das memórias do passado. O património arqueológico constitui uma mensagem viva, das comunidades desaparecidas no tempo, e como tal, a inserção dos valores arqueológicos, como herança cultural, é essencial no âmbito do ordenamento do território.

O concelho da Covilhã guarda vestígios da vida dos povos que, ao longo dos séculos, o ocuparam, possuindo um património rico e diversificado, que aliado à sua paisagem e valores naturais lhe conferem uma singularidade que importa promover e potenciar.

Os valores arqueológicos materializam-se em ruínas, objetos e fragmentos que jazem no solo. Uma vez daí retirados, embora salvaguardados e constituindo sempre um importante testemunho, perdem grande parte do seu valor enquanto conhecimento para o estudo e para a compreensão da evolução das sociedades humanas, passando apenas a peças de museu. Por

este motivo, existe uma preocupação crescente em preservar os lugares onde se sabe, ou suspeita, que existam ruínas ou objetos arqueológicos. A lavoura mecânica, os projetos de reconversão agrícola, a florestação intensiva, a abertura e o alargamento de estradas e caminhos rurais, podem trazer efeitos devastadores para os sítios arqueológicos, daí a importância das cartas arqueológicas, que devem ser previamente consultadas. Deve dar-se, ainda, particular atenção às envolventes de castelos, igrejas paroquiais e santuários, que geralmente estão associados a manifestações mais remotas.

Uma das medidas mais importantes é, sem dúvida, a sensibilização da população para a importância de todo um espólio móvel e imóvel, que constitui a memória dos povos. Os sítios arqueológicos refletem a história de uma comunidade anterior, independentemente do seu valor científico e do seu estado de conservação, pelo que é importante que se aposte na prevenção contra a destruição desta herança cultural.

O concelho da Covilhã possui um considerável número de sítios arqueológicos inventariados pela DGPC, apresentando um elevado potencial histórico-científico. O material existente permite desde já um conhecimento razoável da evolução e fixação dos povos no concelho.

De acordo com informação disponível na base de dados da DGPC, no Concelho da Covilhã, existem 193 sítios arqueológicos:

Tabela 41 - Sítios Arqueológicos no Concelho da Covilhã, segundo a base de dados DGPC.

	Designação	Concelho/Freguesia	Tipo	Período
1	Abrigo da Quinta da Mourata	Covilhã/Orjais	Abrigo	Romano
2	Abrigo do Ralo	Covilhã/Vale Formoso e Aldeia do Souto	Abrigo	Romano
3	Abuceira	Covilhã/Erada	Arte Rupestre	Idade do Bronze - Final e Idade do Ferro

4	Albufeira das Cortes 1	Covilhã/Cortes do Meio	Vestígios de Superfície	Indeterminado
5	Aldeia do Carvalho	Covilhã/Cantar-Galo e Vila do Carvalho	Achado(s) Isolado(s)	Idade do Bronze - Final
6	Aldeia do Mato	Covilhã/Vale Formoso e Aldeia do Souto	Povoado	Idade do Ferro e Romano
7	Alto da Giesteira	Covilhã/Casegas e Ourondo	Arte Rupestre	Idade do Bronze e Idade do Ferro
8	Alto do Carvalhal	Covilhã/Sobral de São Miguel	Atalaia	Indeterminado
9	Barroca da Eireira	Covilhã/Orjais	Mancha de Ocupação	Romano e Idade Média
10	Barroca da Lage	Covilhã/Teixoso e Sarzedo	Tesouro	Romano
11	Barroca do Moura	Covilhã/Orjais	Lagar	Indeterminado
12	Barroco do Pereiro	Covilhã/Sobral de São Miguel	Arte Rupestre	Idade do Bronze - Final e Idade do Ferro
13	Barroco do Silveiro 3	Covilhã/Sobral de São Miguel	Arte Rupestre	Calcolítico, Idade do Bronze - Final, Idade do Ferro e Idade Média

14	Boidobra	Covilhã/Boidobra	Vestígios Diversos	Idade do Bronze - Final, Romano e Idade Média
15	Bulde	Covilhã/Erada	Arte Rupestre	Indeterminado
16	Cabeço Gordo	Covilhã/Covilhã e Canhoso	Povoado	Idade do Ferro
17	Cabeço da Argemela	Covilhã/Barco e Coutada	Povoado Fortificado	Idade do Bronze - Final, Idade do Ferro e Romano
18	Cabeço das Vergadas	Covilhã/Sobral de São Miguel	Mamoa	Neo-Calcolítico
19	Cabeço do Castelo	Covilhã/Teixoso e Sarzedo	Vestígios Diversos	Romano e Idade Média
20	Cabeço do Malhadinho	Covilhã/São Jorge da Beira	Arte Rupestre	Indeterminado
21	Cabeço do Malhadinho 2	Covilhã/São Jorge da Beira	Arte Rupestre	Indeterminado
22	Cabeço do Rolo	Covilhã/Vale Formoso e Aldeia do Souto	Villa	Romano
23	Cabeço do Rolo 2	Covilhã/Vale Formoso e Aldeia do Souto	Povoado	Idade do Bronze
24	Cabeço do Senhor Jesus	Covilhã	Necrópole	Indeterminado
25	Cabeço dos Mouros	Covilhã/Barco e Coutada	Povoado	Indeterminado

26	Cadaval	Covilhã/Casegas e Ourondo	Arte Rupestre	Idade do Bronze e Idade do Ferro
27	Caldeira	Covilhã/Vale Formoso e Aldeia do Souto	Villa	Romano
28	Calçada das Hortas	Covilhã/Vale Formoso e Aldeia do Souto	Via	Romano
29	Calçada das Quintarias	Covilhã/Vale Formoso e Aldeia do Souto	Via	Romano e Idade Média
30	Carvalhal	Covilhã/Sobral de São Miguel	Arte Rupestre	Idade do Bronze
31	Casal da Senhora das Cabeças	Covilhã/Orjais	Casal Rústico	Romano
32	Casal do Catanas I	Covilhã/Ferro	Casal Rústico	Romano e Alta Idade Média
33	Casal do Catanas II	Covilhã/Ferro	Casal Rústico	Romano e Alta Idade Média
34	Casal do Neves	Covilhã/Peraboa	Achado(s) Isolado(s)	Indeterminado
35	Casal do Ralo	Covilhã/Vale Formoso e Aldeia do Souto	Casal Rústico	Romano e Alta Idade Média
36	Casarão	Covilhã/Orjais	Vestígios de Superfície	Romano

37	Castro da Pedra Aguda	Covilhã/Peraboa	Povoado Fortificado	Idade do Bronze - Final e Idade do Ferro
38	Ceira 1	Covilhã/São Jorge da Beira	Arte Rupestre	Indeterminado
39	Covilhã	Covilhã	Inscrição	Indeterminado
40	Covilhã - Igreja da Misericórdia	Covilhã/Covilhã e Canhoso	Igreja	Moderno e Contemporâneo
41	Covilhã - Praça do Município	Covilhã/Covilhã e Canhoso	Vestígios Diversos	Moderno e Contemporâneo
42	Covilhã - Rua 1º de Dezembro	Covilhã/Covilhã e Canhoso	Necrópole	Medieval Cristão
43	Covilhã - Rua Baptista Leitão, nº 17	Covilhã/Covilhã e Canhoso	Silo	Moderno
44	Covilhã - Sanatório	Covilhã	Achado(s) Isolado(s)	Indeterminado
45	Covilhã - São Pedro	Covilhã/Covilhã e Canhoso	Via	Romano
46	Cruz da Tejosa	Covilhã/Sobral de São Miguel	Arte Rupestre	Indeterminado
47	Dominguizo	Covilhã/Dominguizo	Habitat	Idade do Bronze - Final e Romano

48	Estação da Borralheira	Covilhã/Teixoso e Sarzedo	Estação de Ar Livre	Indeterminado
49	Feital	Covilhã/São Jorge da Beira	Arte Rupestre	Idade do Bronze e Idade do Ferro
50	Ferrarias	Covilhã/Teixoso e Sarzedo	Mina	Indeterminado
51	Ferro	Covilhã/Ferro	Vestígios Diversos	Romano
52	Ferro	Covilhã/Ferro	Inscrição	Romano
53	Ferro - Jardim Público 1	Covilhã/Ferro	Achado(s) Isolado(s)	Romano
54	Ferro - Jardim Público 1	Covilhã/Ferro	Menir	Neo-Calcolítico
55	Figueiras	Covilhã/Sobral de São Miguel	Arte Rupestre	Indeterminado
56	Fonte de Espinho	Covilhã/Erada	Arte Rupestre	Indeterminado
57	Fraga Alta	Covilhã/São Jorge da Beira	Arte Rupestre	Idade do Bronze
58	Gibaltar	Covilhã/Teixoso e Sarzedo	Achado(s) Isolado(s)	Idade do Bronze - Final e Romano
59	Giesteirinha 1	Covilhã/Casegas e Ourondo	Arte Rupestre	Idade do Bronze e Idade do Ferro

60	Giesteirinha 2	Covilhã/Casegas e Ourondo	Arte Rupestre	Idade do Bronze e Idade do Ferro
61	Giesteirinha 3	Covilhã/Casegas e Ourondo	Arte Rupestre	Idade do Bronze e Idade do Ferro
62	Giesteirinha 4	Covilhã/Casegas e Ourondo	Arte Rupestre	Idade do Bronze e Idade do Ferro
63	Giesteirinha 5	Covilhã/Casegas e Ourondo	Arte Rupestre	Idade do Bronze e Idade do Ferro
64	Horta de São Marcos	Covilhã/Vale Formoso e Aldeia do Souto	Povoado	Calcolítico
65	Inscrição da Quinta da Mourata	Covilhã/Orjais	Inscrição	Romano
66	Lagoa	Covilhã/Casegas e Ourondo	Via	Indeterminado
67	Laje do Adufe	Covilhã/Ferro	Inscrição	Romano
68	Lajões	Covilhã/Ferro	Indeterminado	Romano
69	Lamaçais de Cima	Covilhã/Teixoso e Sarzedo	Vestígios de Superfície	Romano
70	Lameira Redonda	Covilhã/Casegas e Ourondo	Arte Rupestre	Indeterminado
71	Lameira Redonda I	Covilhã/Erada	Arte Rupestre	Indeterminado
72	Lameira Redonda II	Covilhã/Erada	Arte Rupestre	Indeterminado

73	Lameiras	Covilhã/Vale Formoso e Aldeia do Souto	Achado(s) Isolado(s)	Romano
74	Lameirão	Covilhã/Cantar-Galo e Vila do Carvalho	Outros	Indeterminado
75	Lomba do Freixo	Covilhã/Ferro	Vestígios de Superfície	Romano
76	Madruga	Covilhã/Ferro	Abrigo	Romano
77	Malguinha	Covilhã/Barco e Coutada	Monumento Megalítico	Neo-Calcolítico
78	Malhadinha	Covilhã/Sobral de São Miguel	Arte Rupestre	Idade do Bronze
79	Malhadinho 1	Covilhã/São Jorge da Beira	Arte Rupestre	Indeterminado
80	Mamoa das Vergadas 1	Covilhã/Sobral de São Miguel	Mamoa	Neo-Calcolítico
81	Mamoa das Vergadas 2	Covilhã/Sobral de São Miguel	Mamoa	Neo-Calcolítico
82	Mato da Atalaia/Serra da Rachada	Covilhã/Teixoso e Sarzedo	Povoado Fortificado	Idade do Bronze - Final e Idade do Ferro
83	Mogo 1	Covilhã/Teixoso e Sarzedo	Vestígios de Superfície	Romano
84	Monte Serrano	Covilhã/Ferro	Abrigo	Abrigo

85	Moreirinha	Covilhã/Boidobra	Abrigo	Romano
86	Mortórios	Covilhã/Vale Formoso e Aldeia do Souto	Villa	Romano
87	Orjais	Covilhã/Orjais	Inscrição	Romano
88	Ourondo	Covilhã/Casegas e Ourondo	Achado(s) Isolado(s)	Indeterminado
89	Paiã	Covilhã/Dominguizo	Casal Rústico	Romano
90	Paul	Covilhã/Paul	Depósito intencional	Idade do Bronze - Final
91	Paúl	Covilhã/Paul	Achado(s) Isolado(s)	Idade do Bronze
92	Pedra Alta	Covilhã/Cortes do Meio	Arte Rupestre	Medieval Cristão e Indeterminado
93	Pedreira da Malhadinha	Covilhã/Sobral de São Miguel	Arte Rupestre	Indeterminado
94	Ponte do Rato	Covilhã/Covilhã e Canhoso	Ponte	Contemporâneo
95	Portela da Casa Branca	Covilhã/Erada	Arte Rupestre	Indeterminado
96	Portela das Salgueiras	Covilhã/São Jorge da Beira	Arte Rupestre	Indeterminado
97	Pova	Covilhã/Ferro	Indeterminado	Romano

98	Povoado da Aboaça	Covilhã/Unhais da Serra	Povoado Fortificado	Indeterminado
99	Povoado da Nossa Senhora das Cabeças	Covilhã/Orjais	Povoado Fortificado	Idade do Bronze - Final, Idade do Ferro e Romano
100	Povoado dos Patoetas	Covilhã/Vale Formoso e Aldeia do Souto	Povoado	Idade do Ferro
101	Quinta Nova	Covilhã/Ferro	Indeterminado	Romano
102	Quinta da Barranca	Covilhã/Orjais	Casal Rústico	Romano
103	Quinta da Barroca	Covilhã/Vale Formoso e Aldeia do Souto	Casal Rústico	Romano
104	Quinta da Brígida	Covilhã/Teixoso e Sarzedo	Casal Rústico	Romano
105	Quinta da Carqueja	Covilhã/Teixoso e Sarzedo	Vestígios de Superfície	Romano
106	Quinta da Couracha	Covilhã/Erada	Arte Rupestre	Idade do Bronze
107	Quinta da Demendinha I	Covilhã/Orjais	Abrigo	Romano
108	Quinta da Demendinha II	Covilhã/Orjais	Abrigo	Romano
109	Quinta da Flandina	Covilhã/Vale Formoso e Aldeia do Souto	Lagareta	Romano e Idade Média

110	Quinta da Lajeosa	Covilhã/Vale Formoso e Aldeia do Souto	Vestígios de Superfície	Romano
111	Quinta da Madeira VI	Covilhã/Ferro	Abrigo	Romano
112	Quinta da Madeira VII	Covilhã/Ferro	Abrigo	Romano
113	Quinta da Madeira VIII	Covilhã/Ferro	Abrigo	Romano
114	Quinta da Mendinha	Covilhã/Orjais	Abrigo	Romano
115	Quinta da Moura	Covilhã/Orjais	Calçada	Romano e Idade Média
116	Quinta da Portela I	Covilhã/Ferro	Casal Rústico	Romano
117	Quinta da Samaria/Vale Feitoso	Covilhã/Ferro	Povoado Fortificado	Idade do Bronze - Final, Idade do Ferro e Romano, República
118	Quinta das Lameiras	Covilhã/Tortosendo	Via	Idade Média
119	Quinta das Minas / Avessada	Covilhã/Ferro	Casal Rústico	Romano
120	Quinta de Corges I	Covilhã/Covilhã e Canhoso	Indeterminado	Romano
121	Quinta de Corges II	Covilhã/Covilhã e Canhoso	Abrigo	Romano e Idade Média

122	Quinta de Santo António	Covilhã/Teixoso e Sarzedo	Villa	Romano
123	Quinta de São João/Muro	Covilhã/Teixoso e Sarzedo	Casal Rústico	Romano
124	Quinta de São Tiago I	Covilhã/Tortosendo	Casal Rústico	Romano
125	Quinta de São Tiago II	Covilhã/Tortosendo	Casal Rústico	Romano
126	Quinta de São Tiago III	Covilhã/Tortosendo	Vestígios Diversos	Romano e Calcolítico - Final
127	Quinta de Terlamonte I	Covilhã/Teixoso e Sarzedo	Quinta	Romano
128	Quinta do Azeiteiro	Covilhã/Cantar-Galo e Vila do Carvalho	Sepultura	Indeterminado
129	Quinta do Belchior	Covilhã/Ferro	Abrigo	Romano
130	Quinta do Carrapatelo	Covilhã/Teixoso e Sarzedo	Vestígios de Superfície	Romano
131	Quinta do Carros	Covilhã/Orjais	Casal Rústico	Romano
132	Quinta do Castanheirão	Covilhã/Ferro	Habitat	Neo-Calcolítico
133	Quinta do Colégio	Covilhã/Vale Formoso e Aldeia do Souto	Vestígios de Superfície	Romano
134	Quinta do Conde	Covilhã/Vale Formoso e Aldeia do Souto	Villa	Romano

135	Quinta do Corge	Covilhã/Covilhã e Canhoso	Sepultura	Romano
136	Quinta do Gavião	Covilhã/Vale Formoso e Aldeia do Souto	Casal Rústico	Romano
137	Quinta do Madeira I	Covilhã/Ferro	Vestígios de Superfície	Romano
138	Quinta do Madeira II	Covilhã/Ferro	Casal Rústico	Romano
139	Quinta do Madeira III	Covilhã/Ferro	Abrigo	Romano
140	Quinta do Madeira IV	Covilhã/Ferro	Abrigo	Romano
141	Quinta do Madeira V	Covilhã/Ferro	Casal Rústico	Romano
142	Quinta do Paço	Covilhã/Vale Formoso e Aldeia do Souto	Vestígios de Superfície	Romano
143	Quinta do Pereiro	Covilhã/Peraboa	Mancha de Ocupação	Moderno e Contemporâneo
144	Quinta do Ralo	Covilhã/Vale Formoso e Aldeia do Souto	Casal Rústico	Romano
145	Quinta do Raro	Covilhã/Vale Formoso e Aldeia do Souto	Vestígios de Superfície	Indeterminado
146	Quinta do Ribeiro do Moinho	Covilhã/Ferro	Inscrição	Romano

147	Quinta do Rio	Covilhã/Covilhã e Canhoso	Casal Rústico	Romano
148	Quinta do Serrado	Covilhã/Orjais	Casal Rústico	Romano
149	Quinta do Serrado / Cerrado	Covilhã/Teixoso e Sarzedo	Villa	Romano
150	Quinta dos Ruivos	Covilhã/Vale Formoso e Aldeia do Souto	Achado(s) Isolado(s)	Indeterminado
151	Quintarias	Covilhã/Vale Formoso e Aldeia do Souto	Achado(s) Isolado(s)	Neo-Calcolítico
152	Quintarias - Calçadas de Vale Formoso	Covilhã	Calçada	Indeterminado
153	Quintas da França	Covilhã/Peraboa	Abrigo	Romano
154	Quintas da Portela II	Covilhã/Ferro	Sepultura	Romano e Alta Idade Média
155	Quintas das Lameiras ou Lameirão	Covilhã/Ferro	Villa	Romano e Alta Idade Média
156	Quintas do Amieiro Longo I / Seves I	Covilhã/Ferro	Quinta	Romano
157	Quintas do Amieiro Longo II / Seves II	Covilhã/Ferro	Mancha de Ocupação	Romano
158	Quintas do Cinque	Covilhã/Vale Formoso e Aldeia do Souto	Villa	Romano

159	Quintas do Culandrário	Covilhã/Ferro	Abrigo	Romano
160	Quintas do Marujo	Covilhã/Ferro	Sepultura	Idade Média
161	Quintas do Vale Lourenço	Covilhã/Orjais	Mancha de Ocupação	Romano
162	Rasas I	Covilhã/Ferro	Villa	Romano
163	Rasas II	Covilhã/Ferro	Vestígios de Superfície	Romano
164	Rasas III	Covilhã/Ferro	Vestígios de Superfície	Romano
165	Rasas IV	Covilhã/Ferro	Vestígios Diversos	Romano
166	Regada	Covilhã/Vale Formoso e Aldeia do Souto	Villa	Romano
167	Ribeira dos Lobos	Covilhã/Erada	Arte Rupestre	Indeterminado
168	S. Cristóvão/Boneca	Covilhã/Teixoso e Sarzedo	Povoado	Idade do Bronze - Final
169	Senhora das Luzes	Covilhã/Orjais	Villa	Romano
170	Senhora dos Carneiros/Povoado da Aldeia do Souto	Covilhã/Vale Formoso e Aldeia do Souto	Povoado	Romano
171	Sepulturas da Lajeosa	Covilhã/Vale Formoso e Aldeia do Souto	Sepultura	Medieval Cristão

172	Serra do Gomes II	Covilhã/Barco e Coutada	Achado(s) Isolado(s)	Neo-Calcolítico
173	Sítio dos Chiqueiros	Covilhã/Vale Formoso e Aldeia do Souto	Povoado Fortificado	Indeterminado
174	Teixoso	Covilhã/Teixoso e Sarzedo	Mancha de Ocupação	Idade do Bronze - Final
175	Templo da Nossa Senhora das Cabeças (Castro de Orjais)	Covilhã/Orjais	Templo	Romano e Idade Média
176	Terlamonte / Quinta da Brígida III	Covilhã/Teixoso e Sarzedo	Casal Rústico	Romano
177	Terlamonte IV	Covilhã/Teixoso e Sarzedo	Casal Rústico	Romano
178	Terlamonte V	Covilhã/Teixoso e Sarzedo	Quinta	Romano
179	Terlamonte VI	Covilhã/Teixoso e Sarzedo	Vestígios de Superfície	Romano
180	Terlamonte VII	Covilhã/Teixoso e Sarzedo	Casal Rústico	Romano
181	Tesouro da Borralheira	Covilhã/Teixoso e Sarzedo	Tesouro	Romano
182	Tortosendo	Covilhã/Tortosendo	Achado(s) Isolado(s)	Romano
183	Unhais da Serra	Covilhã/Unhais da Serra	Necrópole	Indeterminado

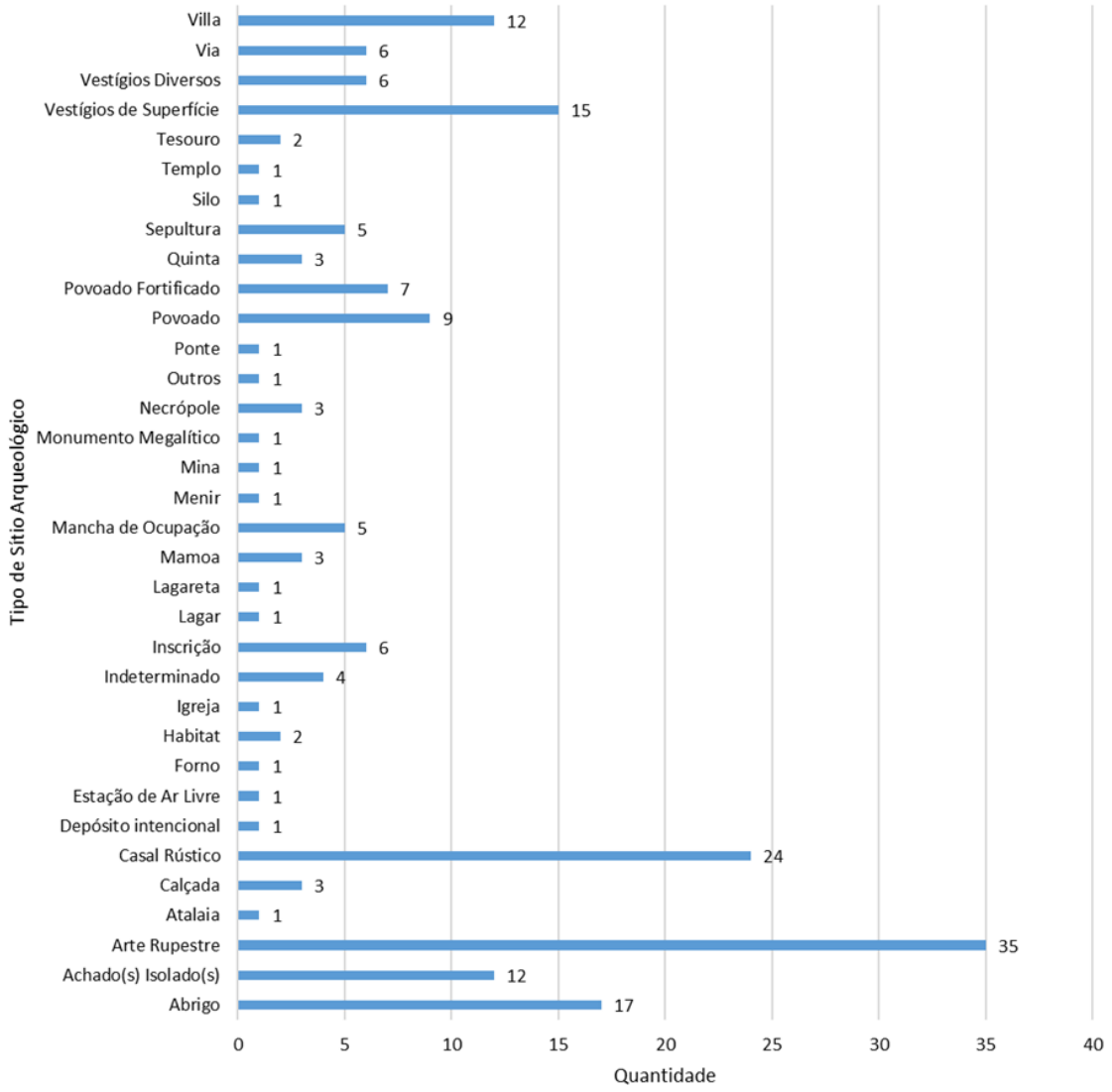
184	Vale Côvo 1	Covilhã/São Jorge da Beira	Arte Rupestre	Indeterminado
185	Vale Côvo 2	Covilhã/São Jorge da Beira	Arte Rupestre	Indeterminado
186	Vale Formoso - Rua do Forno	Covilhã/Vale Formoso e Aldeia do Souto	Forno	Romano
187	Vale das Candeias	Covilhã/Teixoso e Sarzedo	Calçada	Idade Média e Moderno
188	Vale de Piçarra 1	Covilhã/Casegas e Ourondo	Arte Rupestre	Indeterminado
189	Vale de Piçarra 2	Covilhã/Casegas e Ourondo	Arte Rupestre	Indeterminado
190	Verdelhos	Covilhã/Verdelhos	Povoado	Indeterminado
191	Via do Sal	Covilhã/Sobral de São Miguel	Via	Indeterminado
192	Villa de Terlamonte II	Covilhã/Teixoso e Sarzedo	Villa	Romano
193	Vinha da Moura	Covilhã/Vale Formoso e Aldeia do Souto	Casal Rústico	Romano e Idade Média

O património arqueológico concelhio reúne, assim, um conjunto diversificado de sítios de cronologias e tipologias distintas, bem como o espólio proveniente das várias estações arqueológicas identificadas.

Sublinha-se o facto de o tipo de sítio arqueológico no concelho apresentar grande variedade, no entanto, destaca-se a Arte Rupestre (manifestações artísticas elaboradas em superfícies rochosas) e o Casal Rústico (aglomerado rural correspondente a uma unidade unifamiliar

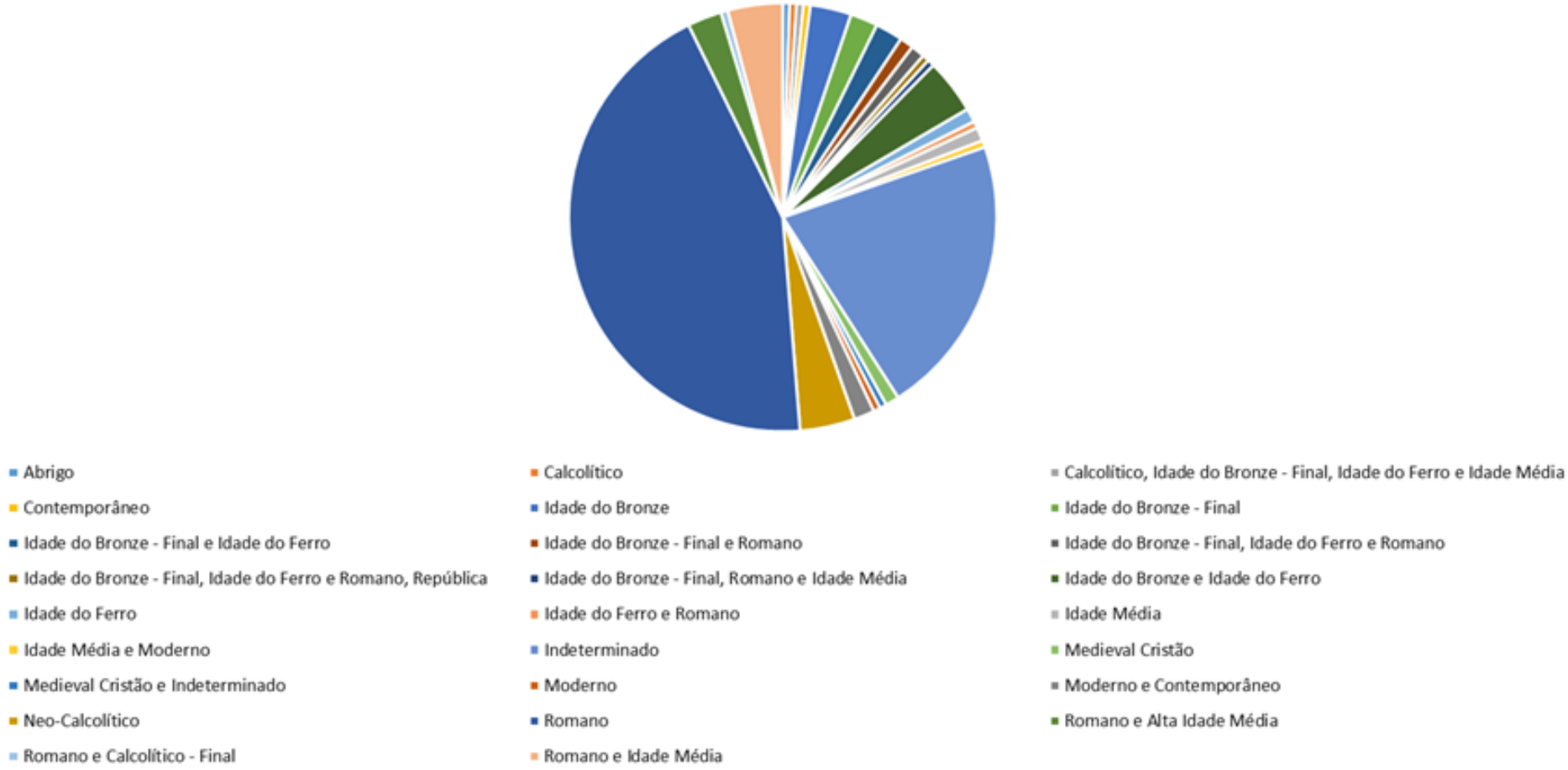
constituída por edificação isolada, eventualmente, com pequenas áreas ou anexos para armazenamento e apoio à produção agropecuária).

Gráfico 46 - Tipo de Sítio Arqueológico no Concelho da Covilhã (Fonte DGPC).



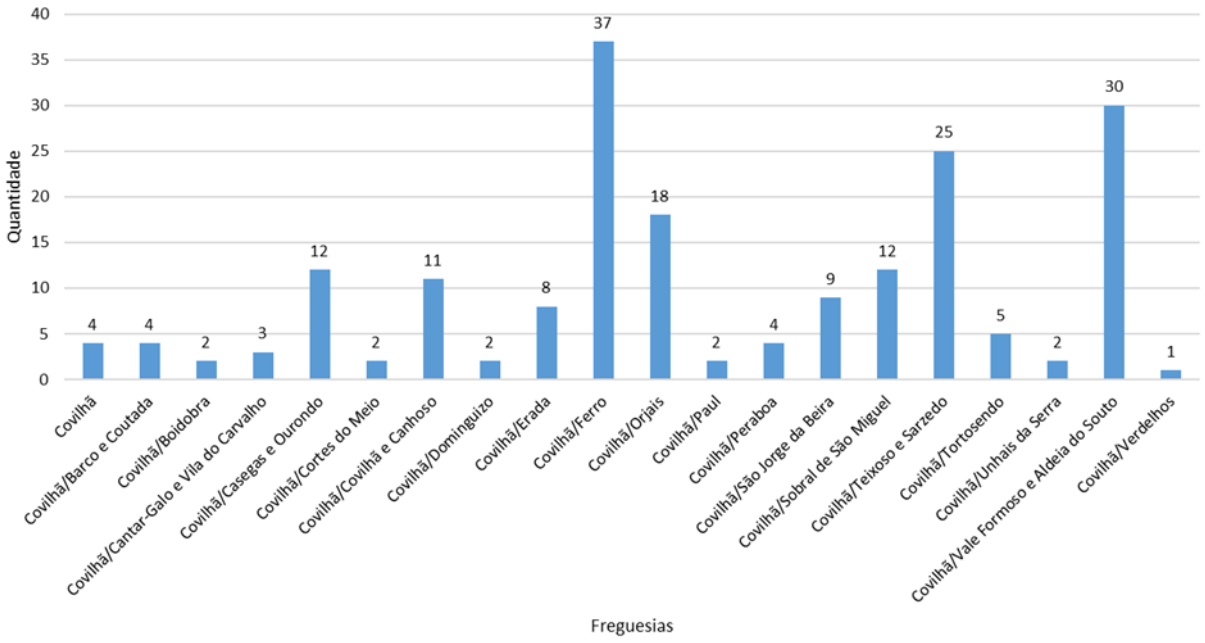
Relativamente ao período dos sítios arqueológicos, o romano é o mais representativo. Tendo este império sido uma das mais fortes potências económicas, políticas e militares do seu tempo, deixou no Concelho da Covilhã não só a sua marca arqueológica, mas também uma vasta influência na língua, cultura, religião, técnicas e arquitetura.

Gráfico 47 - Período dos Sítios Arqueológicos no Concelho da Covilhã (Fonte: DGPC).



Quanto à localização dos sítios arqueológicos, é a Freguesia do Ferro que mais se destaca, seguida da União de Freguesias de Vale Formoso e Aldeia do Souto e, posteriormente, a União de Freguesias de Teixoso e Sarzedo.

Gráfico 48 - Sítios Arqueológicos por Freguesia no Concelho da Covilhã (Fonte: DGPC).



12.3. Património Natural

Entendem-se como património biofísico e natural os valores em presença no território que de alguma forma têm importância ecológica ou paisagística.

O Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho, na sua atual redação, estabelece o regime jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade e com ele cria a Rede Fundamental de Conservação da Natureza que é composta:

a) Pelo Sistema Nacional de Áreas Classificadas, que integra as seguintes áreas nucleares de conservação da natureza e da biodiversidade:

- Áreas protegidas integradas na Rede Nacional de Áreas Protegidas;

- Sítios da lista nacional de sítios e zonas de proteção especial integrados na Rede Natura 2000;
- As demais áreas classificadas ao abrigo de compromissos internacionais assumidos pelo Estado Português.

b) Pelas áreas de continuidade com salvaguarda dos respetivos regimes jurídicos:

- A Reserva Ecológica Nacional (REN);
- A Reserva Agrícola Nacional (RAN);
- O Domínio Público Hídrico (DPH).

As áreas de continuidade referidas contribuem para uma adequada proteção dos recursos naturais e para a promoção da continuidade espacial, da coerência ecológica das áreas classificadas e da conectividade das componentes da biodiversidade em todo o território, bem como para uma adequada integração e desenvolvimento das atividades humanas.

Mais recentemente, no seguimento desta legislação, o ICNF elaborou uma Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade 2030 (ENCNB 2030), aprovada em 2018, prossegue uma visão de longo prazo assente em três eixos estratégicos interdependentes i) Melhorar o estado de conservação do património Natural, ii) Promover o reconhecimento do valor do património natural; e iii) Fomentar a apropriação dos valores naturais e da biodiversidade pela sociedade.

No âmbito do presente estudo são abordadas as Áreas Protegidas e os Sítios da Rede Natura 2000, que neste caso concreto são o Parque Natural da Serra da Estrela e os Sítios da Serra da Estrela e do Complexo do Açor (e respetivos habitats), bem como as duas áreas de continuidade: RAN e REN, uma vez que a terceira, o DPH, se encontra desenvolvido no capítulo 7.

12.3.1. Áreas Protegidas

A conservação da natureza e da biodiversidade enfrenta o desafio de se assumir como um serviço público que garanta a gestão ambiental do território, num quadro de valorização do património natural e de adequado usufruto do espaço e dos recursos.

A Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP) é constituída pelas áreas protegidas classificadas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho e dos respetivos diplomas regionais de

classificação. São classificadas como áreas protegidas as áreas terrestres e aquáticas interiores e as áreas marinhas em que a biodiversidade ou outras ocorrências naturais apresentem, pela sua raridade, valor científico, ecológico, social ou cénico, uma relevância especial que exija medidas específicas de conservação e gestão, em ordem a promover a gestão racional dos recursos naturais e a valorização do património natural e cultural, regulamentando as intervenções artificiais suscetíveis de as degradar.

A classificação de uma área protegida visa conceder-lhe um estatuto legal de proteção adequado à manutenção da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas e do património geológico, bem como à valorização da paisagem.

As tipologias existentes são:

- Parque Nacional;
- Parque Natural;
- Reserva Natural;
- Paisagem Protegida;
- Monumento Natural.

Para o efeito, esses territórios, que constituem a Rede Nacional de Áreas Protegidas, dispõem de uma servidão, constituída com a publicação do diploma que procede à sua classificação, que, para além de definir a sua delimitação geográfica, fixa as ações, atos ou atividades interditos ou condicionados, bem como a necessidade, ou não, de elaboração de Plano de Ordenamento da Área Protegida.

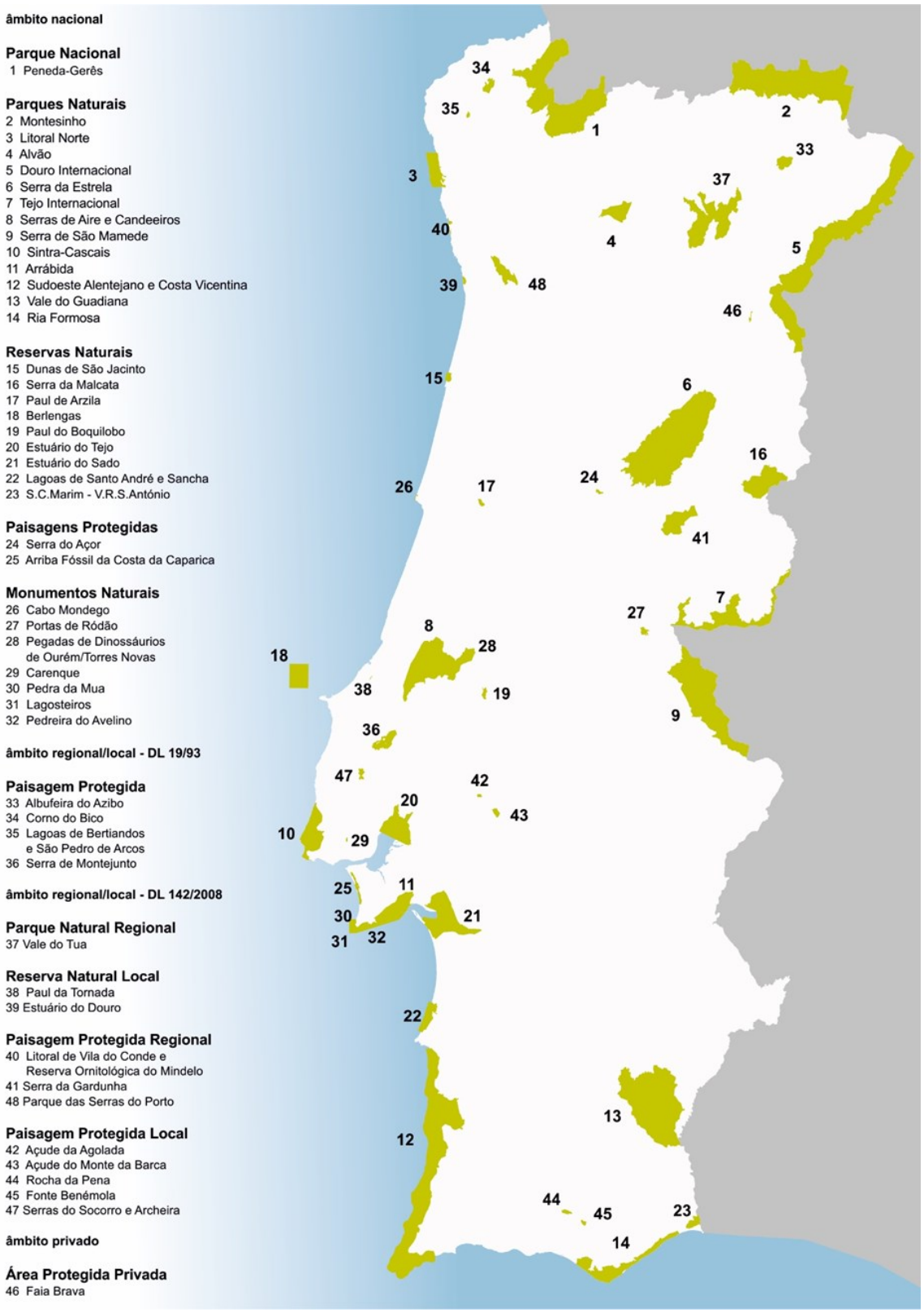


Figura 169 - Rede Nacional de Áreas Protegidas (Fonte: ICNF).

12.3.1.1. Parque Natural Serra da Estrela

O Decreto-Lei n.º 557/76 de 16 de julho, classificou o maciço da Estrela como Parque Natural, referindo tratar-se de "uma região de característica economia de montanha" onde subsistem "refúgios de vida selvagem e formações vegetais endémicas de importância nacional".

No Parque Natural da Serra da Estrela, acidente orográfico que em conjunto com as serras do Açor e da Lousã forma o extremo ocidental da Cordilheira Central, podem distinguir-se cinco principais unidades paisagísticas:

- o planalto central;
- os picos e algumas cristas que se estendem a partir destes;
- os planaltos a menor altitude;
- as encostas;
- os vales percorridos por linhas de água.

Em termos patrimoniais o Parque Natural da Serra da Estrela conserva sinais de civilizações importantes que habitaram a área, nomeadamente vestígios da romanização, expressa na engenharia das pontes e vias de comunicação, na introdução da telha e do arado de madeira no desenvolvimento do castanheiro e da vinha, e o aparecimento de alguma indústria, a influência dos árabes no cultivo de pomares, nos sistemas de rega e nas técnicas de tecelagem, e a influência das comunidades judaicas no desenvolvimento dos mercados e feiras regionais.

Relativamente ao Interpretando de uma forma genérica, o modo de fixação e desenvolvimento dos núcleos populacionais no território, verifica-se, em primeiro lugar, que a habitação se distribui, na sua quase totalidade, abaixo dos 900 m de altitude, apenas com exceção de quatro aldeias: Sabugueiro, Folgosinho, Videmonte, Trinta. Também se verifica que o modo de ocupação do mesmo território e a própria estrutura das povoações são distintos relativamente às zonas do granito e do xisto da serra.

Com efeito, e no primeiro caso, as povoações têm em geral uma população superior a 1000 habitantes, estando implantadas a meia encosta, em declives que não ultrapassam os 25%. Estruturalmente e com raras exceções, têm uma rua principal que as atravessa e se alarga no adro da igreja ou capela. Para além deste espaço público, e conforme a sua importância, aparecem outros espaços, ou de caráter administrativo/representativo - largo do pelourinho, da

cadeia, da antiga câmara - ou de caráter social/económico - largo da feira, do jardim público, da fonte - dispondo-se a povoação ao longo da encosta, com ruas pouco inclinadas cortadas por pequenas travessas ou pátios, de modo a obter as melhores condições de exposição solar, arejamento e proteção climática. Nas zonas centrais, em geral mais densas, os edifícios tradicionais são sistematicamente "em banda" - por razões de economia energética e construtiva - formando quarteirões irregulares, fugindo à regra os edifícios de representação, i.e. igrejas, capelas, casas senhoriais e alguns edifícios públicos.

Arquitetonicamente, a maioria das habitações é de dois pisos em planta retangular, com loja térrea e um andar assoalhado, em alvenaria de granito de elementos maiores ou menores, conforme a qualidade do material ou o poder económico da/do primitivo proprietário. É vulgar a existência de um balcão, saliente em relação à fachada, que pode ou não ser alpendrado, sendo a cobertura em duas águas e em telha vã. Interiormente, as divisórias tradicionais são em taipa rebocada a cal ou em madeira à vista, sendo os pavimentos e tetos igualmente em madeira, e as cozinhas em telha vã, nas habitações mais primitivas. O aparecimento de cantarias nos vãos, cunhais ou cornijas de beirado, só se verifica nos edifícios de representação posteriores ao início do séc. XVII, e é acompanhado de paredes rebocadas e caiadas a branco. No caso das aldeias mais desenvolvidas, aparece uma tipologia mais "urbana", representada por edifícios de três pisos e escada interior, sendo maiores os pés-direitos e tendo frequentemente uma varanda no último piso, construções que na sua maioria são posteriores a 1850; mantém-se, no entanto, a tecnologia e os materiais tradicionais, assim como a qualidade geral da construção.

No que diz respeito à zona do xisto, a ocupação humana é muito mais distribuída no território, sendo raras as aldeias com população superior a 500 habitantes, havendo casos, na mesma freguesia, de várias aldeias de 100 a 150 habitantes. Como os vales são muito mais escavados, os declives chegam a atingir 70 a 80%, o que faz com que as povoações se cerquem de terrenos em socalcos. Estruturalmente, a malha urbana é muito mais apertada que na zona do granito, com as ruas impedindo outro trânsito que não seja o pedonal. Os espaços públicos praticamente desaparecem, sendo as ruas em rampa, e os diferentes níveis ligados por escadas.

As habitações possuem frequentemente vários pisos, sendo habitual terem acessos diretos a vários deles. A adaptação dos conjuntos edificados ao terreno é assim muito facilitada, e ainda ajudada pelo tipo de material das alvenarias - pequenos pedaços de xisto - produzindo paredes

curvas, coberturas a vários níveis - frequentemente de uma só água - e grande liberdade e rigor na conceção dos volumes. Na quase totalidade dos casos, os vãos são resolvidos com torsas de madeira de castanho ou carvalho, sendo os interiores igualmente em madeira. O tipo de compartimentação também é distinto do da zona do granito, com os espaços comunicando entre si - cozinha, sala, alcovas - o que produz a máxima economia. São habituais as varandas em madeira, não raro protegendo fachadas recuadas, em taipa. As coberturas são em grandes lascas de xisto, dispostas umas sobre as outras sem qualquer fixação, em grande parte dos casos têm vindo a ser substituídas por telha cerâmica.

No caso das zonas de transição geológica, os edifícios aparecem com uma alvenaria "mista", em que os vãos e cunhais são em granito e o enchimento em xisto, o que, dada a diferença de materiais, lhes confere um curioso efeito estético.

O enquadramento legal do Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE) é efetuado no subcapítulo 3, no âmbito do respetivo plano de ordenamento.

A região do Parque Natural da Serra da Estrela caracteriza-se por uma secular intervenção humana dominada por pastores, e agricultores, que provocaram várias transformações no coberto vegetal contribuindo para a mudança da paisagem e de habitats existentes.

Destacam-se ainda:

1. Covão dos Conchos - O Covão dos Conchos tornou-se famoso quando no início deste ano uma série de filmes gravados com um drone mostrava as águas da lagoa a precipitarem-se num gigantesco funil. Ora o funil não é mais do que um túnel construído na década de 50 e que leva as águas recolhidas da Ribeira das Naves e as encaminha para a Lagoa Comprida, bem mais abaixo. O túnel tem 48 m de coroamento e 1519 metros de comprimento.

2. Lagoa das Salgadeiras - Lagoa das Salgadeiras é uma das sequências de lagoas mais visitadas da região. Tudo isto devido à proximidade à rodovia, fácil acesso pedonal e como não podia faltar pela sua incrível paisagem que a rodeia.

A lagoa permite ainda vários passeios pedestres onde pode usufruir da vista sobre os recantos de extrema beleza da transparência da água cristalina que contrasta com o granito das rochas.

3. Cascalheira do Alto da Pedrice – O Alto da Pedrice/ Poio da Cabeça é uma montanha na serra da Estrela a sudeste do maciço central. Esta montanha fica localizada quase exclusivamente no concelho da Covilhã.

O cume desta montanha fica entre as freguesias de Unhais da Serra e Cortes do Meio ambas no concelho da Covilhã.

O Alto da Pedrice é drenado para o rio Zêzere, afluente do Tejo, quer diretamente por pelo Zêzere como acontece nas vertentes a noroeste, quer através de ribeiras que desaguam no Zêzere como a Ribeira de Cortes no vertente sudeste e a Ribeira de Alforfa na vertente sudoeste.

A cascalheira do Alto da Pedrice constitui um depósito de clastos de granito que cobre a vertente oriental do setor superior da ribeira de Alforfa. A origem desta formação geológica encontra-se na fragmentação das rochas pelo gelo. Quando a água que se infiltra nas fissuras da rocha gela, aumenta de volume, gerando pressões internas elevadas que provocam a sua partição, designando-se por crioclastos os fragmentos resultantes.

Com 1758 metros de altitude o Alto da Pedrice não é apenas a 2ª montanha mais alta da serra da Estrela como também a 2ª montanha mais alta de Portugal Continental. O cume desta montanha só é acessível a pé. O percurso mais fácil para chegar ao cume começa junto ao parque de estacionamento, dos Piornos, junto à bifurcação da estrada que vai de Seia para Covilhã ou Manteigas. A partir do parque de estacionamento são pouco mais de 2,5 km até ao cume. Existe um trilho que pode ser usado, mas perto do cume o trilho desaparece. O topo da montanha é planáltico, mas as encostas sul e oeste da montanha são muito íngremes, A encosta oeste do Alto da Pedrice/ Poio da Cabeça apresenta a particularidade de estar coberta de rochas soltas de origem glaciária e é conhecida pelo nome de Encosta do Diabo.

Desde o topo tem-se uma vista privilegiada para a Estrela/Torre, podendo ver-se o maciço central e a barragem do Covão de Ferro.

4. Vale da Candeeira – O vale Glaciário da Candeeira é provavelmente o mais intocado grande espaço da nossa Serra da Estrela.

A Candeeira é um vale suspenso, de origem glaciar, sobre o Vale Glaciário do Zêzere. No local onde se encontravam as duas línguas glaciárias formou-se a acumulação morénica Espinhaço do Cão. Este vale localizado a uma quota a cerca de 1450 metros de altitude, corre perpendicular

ao Vale do Zêzere. É uma região bastante húmida quando não está coberta de neve devido às águas provenientes do degelo do planalto superior, onde corre a Ribeira da Candeeira. Ai podemos encontrar várias espécies arbustivas como o cervum e o zimbro anão. Durante o inverno, devido à queda de neve, a Ribeira da Candeeira possui um maior caudal. Ela lança-se encosta abaixo, ao encontro do Zêzere criando várias cascatas na encosta do vale, proporcionando um cenário de rara beleza. Um espaço de eleição para as pastagens de altitude, daqui não se avistam estradas, nem outras construções. Acessível apenas a pé e por trilhos de montanha.

5. Nave da Mestra – um dos lugares mais bonitos e mágicos do planalto. Aos 1700 metros de altitude parecendo uma nave gigantesca, é daqueles lugares bem escondidos nas entranhas da Serra da Estrela, de campos verdes ladeados por blocos graníticos fraturados que, a sério, metem mesmo medo. Ao fundo vê-se bem a depressão do Vale Glaciar e sabemos que à direita, metido entre "cântaros" está o Covão da Ametade. A Nave da Mestra é também conhecida como Nave da Barca devido ao grande penedo que se por lá se pode observar e que tem a forma de um barco.

A Nave da Mestra serviu, desde idos tempos, como abrigo a pastores e seus rebanhos. Hoje, além dos pastores abriga também montanheiros que aqui se refrescam e retemperam força. Para chegar à nave, quem vem do lado de cima tem de atravessar uma fenda gigantesca que se abre de cima a baixo do penedo.

6. Covão D'Ametada – O Covão da Ametade é um cenários paradisíaco carregado de sentimento bucólico e poético, um dos locais mais simbólicos e mais belos da Serra da Estrela. Está localizado no início do Vale Glaciário do Zêzere. Trata-se de uma depressão mal drenada situada num covão glaciar a jusante do covão cimeiro. Atualmente é no Covão da Ametade que o rio Zêzere toma corpo, na pequena planície com origem em sedimentos glaciários que anteriormente foi uma lagoa com a mesma origem. É uma zona bastante atrativa devido à vegetação envolvente maioritariamente composta por bétulas, planta esta que tem a particularidade de criar um ecossistema com uma grande biodiversidade. Apesar do local estar a uma quota perto dos 1500 metros de altitude, só não está acessível nos dias de inverno mais rigoroso em que as estradas não permitem passagem devido à queda de neve. Este local é procurado pelos desportistas de inverno e de montanha que optam por começar nesta zona as

suas caminhadas e escaladas ao longo dos covões e formações rochosas que terminam junto ao Cântaro Magro.

O rio Zêzere começa a ganhar a sua forma no Covão d´Ametade, onde se passeia com sobeja vaidade, como que preparando-se para engrossar o caudal das suas águas cristalinas ao longo do vale Glaciar do Zêzere, para depois as depositar, com toda a sua força, no rio Tejo.

7. Cabeça do Velho – A Serra da Estrela é fértil em formações rochosas e rochedos famosos. A Cabeça do Velho é sem dúvida um bom exemplo disso. É uma rocha de granito localizada a cerca de 1500 metros de altitude, conhecida por lembrar uma cabeça de perfil.



Figura 170 - Cabeça do Velho (Fonte: Google Imagens).

8. Pedra do Urso - Uma pedra que de um certo ângulo parece um urso sentado. Se subirem mais um pouco a encosta tem uma vista fantástica sobre a Covilhã.



Figura 171 - Pedra do Urso (Fonte: Google Imagens).

9. Poço do Inferno – O Poço situado a 1080 metros de altitude ostenta uma queda de água de 10 metros que atravessa a singela Ribeira de Leandres, acabando por desaguar no grande Rio Zêzere.

10. Nossa Senhora da Boa Estrela – Situada no lugar de Covão do Boi encontra-se esculpida na rocha a graciosa Senhora da Boa Estrela. Inaugurada em 1946, a escultura com mais de 7 metros de altura foi elaborada por António Duarte, partindo da intenção do pároco local em prestar homenagem à santa protetora dos pastores, que enfrentam há séculos as intempéries da agreste região.



Figura 172 - Nossa Senhora da Boa estrela (Fonte: Google Imagens).

11. Cântaro Magro – Este é um imponente rochedo com uma altura de cerca de 500 metros, que atinge no ponto mais elevado a altitude de 1.928 metros e que não deixa ninguém indiferente à sua passagem. Visível de muitos pontos da Serra da Estrela, o Cântaro destaca-se pela imponência das suas paredes escarpadas.

De granito modelado pela erosão glaciar e fluvial, este monstro de pedra recostado sobre o brutal Vale Glaciar do rio Zêzere, constitui um dos locais mais interessantes e mais procurados para a prática de escalada na Península Ibérica.

12. Penhas da Saúde – Esta aldeia em pleno coração da Serra da Estrela distingue-se pelo seu sumptuoso cenário de montanha. A uma altitude de 1.500 metros a zona é principalmente um resort de inverno. Aqui, por entre o ar puro e uma preciosa quietude, encontra-se um hotel, chalés de montanha e uma aconchegante e moderna Pousada da Juventude.



Figura 173 - Penhas da Saúde (Fonte: Google Imagens).

13. Penhas Douradas – Vizinha das Penhas da Saúde, as Penhas Douradas localizam-se naquela que é considerada a região mais fria de Portugal. Parte integrante do Parque Natural da Serra da Estrela, aqui o visitante deslumbrar-se-á com uma fantástica vista sobre a vila de Manteigas e sobre o Vale Glaciar do Rio Zêzere. Glorificada pela natureza serrana que lhes confere uma beleza única, a zona é conhecida por ter a primeira estância de turismo de montanha do país, estando rodeada pelos seus famosos chalés.

14. Lagoa Comprida –É a maior lagoa da serra e tem origem glaciar. A sua forma “especial” é fruto de fenómenos geológicos e climatéricos verificados ao longo de séculos. Esta é a maior

das lagoas da Serra e tem por finalidade a produção de energia elétrica. Porém, para além de poder apreciar o meio aquático da lagoa, é pelo meio envolvente que a zona é conhecida.

15. Torre – Este é o local onde um edifício, localizado no topo da imensa Serra, simboliza o ponto mais alto de Portugal Continental. Elevada a 1993 metros encontramos esta Torre de 7 metros que alegadamente completa os 2000 metros de altura da Serra da Estrela.

Deste tremendo miradouro consegue-se um panorama brutal sobre toda esta paisagem de vales e rochedos, num mesclado de xisto e granito serpenteado pelo azul dos cursos de água. De Verão, em dias claros, é possível até ver o mar, podendo a vista alcançar a praia da Figueira da Foz. Porém, nos meses de Inverno espera sobretudo por neve, muita neve.

Alguns pontos turísticos encontram-se instalados no edifício da Torre à disposição de quem visita este esplêndido local. Falamos de lojas que oferecem produtos regionais, como o famoso Queijo da Serra, o mel, o pão, os enchidos e o artesanato variado.

De seguida faz-se uma breve caracterização da fauna e da flora do Parque Natural da Serra da Estrela com base nos estudos de caracterização desse documento. O PNSE representa um local, por excelência, para o aparecimento de endemismos, quer ao nível da flora, quer da fauna devido ao relevo granítico da Serra da Estrela e ao seu isolamento geográfico.

12.3.1.1. Flora

Em termos biogeográficos, a Serra da Estrela integra-se em três setores distintos da Região Mediterrânica: o Setor Lusitano-Duriense, Superdistrito Altibeirense, o Setor Estrelense e o Setor Toledano-Tagano, Superdistrito Zezerense.

Os bosques climatófilos do Superdistrito Altibeirense, ao qual pertence a vertente leste da Serra da Estrela, enquadram-se no Genisto falcatae - Quercetum pyrenaicae sendo os giestais, do Lavandulo sampaioanae - Cytisetum multiflori e os urzais, do Halimietum alyssoido - ocymoidis e do Genistello tridentatae - Ericetum aragonensis as etapas de substituição que melhor se observam.

Constituindo, a maior parte da Serra da Estrela, o Setor Estrelense, sobressaem comunidades vegetais como o zimbral climácico oromediterrânico endémico do Lycopodio clavati - Juniperetum nani, os giestais do Lavandulo sampaioanae - Cytisetum multiflori e do Cytiso striati

- Genistetum polygaliphyllae, os caldoneirais do Echinospartetum iberici, o urzal endémico Junipero nani.Ericetum aragonensis, o urzal mesofítico Genistello tridentatae - Ericetum aragonensis, o tojal - urzal Uliciminoris - ricetum umbellatae, o cervunal Galio saxatilis - Nardetum, o arrelvado perene orófilo Violetum langeanae e o arrelvado anual Triseto ovati - Agrostietum truncatulae.

No Superdistrito Zezerense (vale do Zêzere) dominam os sobreirais climatófilos continentais do Sanguisorbo - Quercetum suberis e as suas respetivas etapas subseriais: Phillyreo - Arbutetum unedonis viburnetosum tini, Erico australis - Cistetum populifolii e Halimio ocymoidis - Ericetum umbellatae. Também se assinalam o carvalhal Arbuto unedonis - Quercetum pyrenaicae genistetosum falcatae, a sua orla herbácea Vincetoxico nigri - Origanetum virentis e o mato de degradação Polygalo microphylii - Cistetum populifolii.

12.3.1.2. Fauna

Na área do PNSE existe uma grande diversidade de espécies, estando muitas delas classificadas, no Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal, como estando em perigo ou como sendo espécies vulneráveis, incidindo principalmente ao nível dos mamíferos (morcegos) e avifauna.

A avifauna constitui o grupo mais representativo de vertebrados do PNSE, sendo de destacar a presença de 60 espécies alvo de medidas de conservação nacionais e europeias, como por exemplo, a Ciconia nigra (Cegonha-preta), Aegypius monachus (Abutre-preto), Aquila chrysaetos (Águia-real), Milvus milvus (Milhano), Elanus caeruleus (Peneireiro-cinzento), Falco peregrinus (Falcão-peregrino) e Gallinago gallinago (Narceja-comum).

A Serra da Estrela apresenta vários espaços silvestres onde surgem espécies de mamíferos como Genetta genetta (Geneta), Felis silvestris (Gato-bravo), Mels meles (Texugo) e diversas espécies de morcegos como o Nyctalus leisleri (Morcego-arborícola-pequeno), Tadarida teniotis (Morcego-rabudo) e Myotis blythii (Morcego-rato-pequeno).

A distribuição das espécies de anfíbios faz-se de acordo com a altitude, sendo estes, abundantes, no Planalto Central. São de destacar: Bufo calamita (Sapo-corredor), Alytes obstetricans (Sapo-parteiro), Hyla arborea (Rela) e Rana perezi (Rã-verde), estando esta última amplamente distribuída por todo o PNSE, enquanto que as outras são mais abundantes com maior altitude.

Os répteis também têm uma distribuição ampla e numerosa na zona do Planalto Central, com a presença de Lacerta monticola (Lagartixa-de-montanha), de Lacerta schreiberi (Lagarto-de-

água), de Podarcis sp. (Lagartixas), de Coronella austriaca (Cobra-lisa-austriaca) bem como de Natrix maura (Cobra-de-água-viperina), entre outras.

São ainda de referir algumas espécies de peixes, como: Salmo trutta fario (Truta), Leuciscus sp (Escalo), Rutilus macrolepidotus (Ruivaco), Chondrostoma polylepis polylepis (Boga) e Barbus bocagei (barbo). Nas lagoas de características alpinas, as espécies que as povoam foram introduzidas pelo homem, sendo a comunidade piscícola muito pobre: Oncrhynchus mykiss (Truta-arco-íris) e Leuciscus cephalus (Escalo).

12.3.2. Sítios da Rede Natura 2000

12.3.2.1. Sítio Serra da Estrela

O Sítio da Serra da Estrela (PTCON0014) ocupa 25% do concelho enquanto que 16 % da área total Sítio está no território da Covilhã.

Segundo a ficha de caracterização do Plano sectorial da Rede Natura 2000 neste Sítio encontra-se o ponto mais alto de Portugal Continental e parte de três importantes bacias hidrográficas (Douro, Tejo, Mondego). A paisagem superior da serra, por ter sofrido uma forte influência da glaciação quaternária, possui uma morfologia peculiar. O Sítio apresenta um variado mosaico de habitats, conjugando elementos representativos de diversas regiões biogeográficas. É, como expectável, a área mais emblemática do país para valores naturais associados à altitude, muitos deles com caráter exclusivo. Merecem especial referência os cervunais – (habitat prioritário), as turfeiras altimontanas, os sensíveis urzais trifólios, o habitat prioritário de urzais-tojais meso-higrófilos e higrófilos e os prados dominados por Minuartia recurva subpss juressi e Festuca summilusitana , exclusivos dos afloramentos graníticos convexos do planalto estrelense. É também um sítio muito importante para diversas espécies do género Festuca. A região do Planalto Central da Serra Estrela é o único local de ocorrência em Portugal da lagartixa-da-montanha (Lacerta montícola), espécie endémica da Península Ibérica.

12.3.2.2. Sítio Complexo do Açor

O complexo do Açor (PTCON0051) , com 1 362 ha, é composto por quatros áreas distintas: Mata da Margaraça, S. Pedro do Açor, Cebola e Fajão. O concelho da Covilhã abrange a área identificada como Cebola (99ha), na Serra do Picoto da Cebola, sobranceira a S. Jorge da Beira.

Nesta área, a paisagem apresenta charnecas e matos de altitude, nomeadamente matos rasteiros acidófilos temperados e mediterrânicos , a que se associam gramíneas Festuca elegans e Festuca summilusitana Ainda em termos florísticos, importa destacar a presença de várias espécies da flora endémicas e/ou raras, como Murbeckiela sousae, Veronica micrantha, e a população mais meridional de Narcissus asturiensis.

No seu conjunto é também um Sítio importante para o lagarto-de-água (Lacerta schreiberi) e particularmente para a salamandra-lusitânica (Chioglossa lusitanica), atendendo a que se trata de uma área de elevada diversidade genética e de maior vulnerabilidade para esta espécie.

12.3.3. Áreas de Continuidade

12.3.3.1. Reserva Ecológica Nacional (REN)

A Reserva Ecológica Nacional (REN) é uma restrição de utilidade pública de âmbito nacional, inscrita nos instrumentos de gestão territorial, sujeita a um regime territorial especial estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto (abreviadamente designado por RJREN), alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 239/2012, de 2 de novembro, com a alteração introduzida no art.º 20.º pelo Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho, nos artigos 184.º a 186.º e no artigo 201.º pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, e pelo Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto, que procedeu a nova republicação.

Aplica-se um regime territorial especial que estabelece um conjunto de condicionamentos à ocupação, uso e transformação do solo, identificando os usos e as ações compatíveis com os objetivos desse regime nos vários tipos de áreas.

A REN é uma estrutura biofísica que integra o conjunto das áreas que, pelo valor e sensibilidade ecológicos ou pela exposição e suscetibilidade perante riscos naturais, são objeto de proteção especial.

A delimitação da REN compreende o nível estratégico prosseguido pelas orientações estratégicas de âmbito nacional e regional (OENR), publicadas pela Portaria n.º 336/2019, de 26 de setembro, que aprovou a revisão das orientações que tinham sido aprovadas pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 81/2012, de 3 de outubro, com as retificações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 71/2012, de 30 de novembro.

Nas áreas incluídas na REN são interditos os usos e as ações de iniciativa pública ou privada que se traduzam em operações de loteamento, obras de urbanização, construção e ampliação, vias de comunicação, escavações e aterros e na destruição do revestimento vegetal, não incluindo as ações necessárias ao normal e regular desenvolvimento das operações culturais de

aproveitamento agrícola do solo e das operações correntes de condução e exploração dos espaços florestais (n.º 1 do artigo 20.º do RJREN).

A delimitação a nível municipal das áreas integradas na REN é obrigatória e nas áreas incluídas na REN são interditos os usos e as ações de iniciativa pública ou privada que se traduzam em (art. 20 DL 166/2008)

- Operações de loteamento
- Obras de urbanização
- Obras de construção ou ampliação
- Vias de comunicação
- Escavações e aterros
- Destruição do revestimento vegetal para fins não agrícolas nem florestais.

No entanto, nas áreas incluídas na REN podem ser admitidas algumas destas ações desde que sejam compatíveis com os objetivos de proteção ecológica e ambiental e de prevenção e redução de riscos naturais.

A evolução da REN no município da Covilhã é a seguinte:

1. 1998 REN - R.C.M. 98/98 - Delimitação (DR 178, I-Série B, de 1998.08.04)
2. 2010 REN - Portaria n.º 499/2010 - Alteração parcial (DR 135, I-Série, de 2010.07.14)
3. 2012 REN - Portaria 18/2012 - Alteração parcial (DR 15, I-S, 2012.01.20)
4. 2020 - 3ª Alteração (RERAE) - Despacho 6977/2020 (DR 130, II-S, 2020.07.07)

12.3.3.2. Reserva Agrícola Nacional (RAN)

A Reserva Agrícola Nacional (RAN) define-se como o conjunto de terras que, em virtude das suas características, em termos agroclimáticos, geomorfológicos e pedológicos, apresentam maior aptidão para a atividade agrícola.

Assim, a RAN é um instrumento de gestão territorial, regulado pelo Decreto-Lei n.º 199/2015, de 16 de setembro, que se consubstancia numa restrição de utilidade pública, pelo estabelecimento de um conjunto de condicionamentos à utilização não agrícola do solo, e que

desempenha um papel fundamental na preservação do recurso solo e a sua afetação à agricultura.

Os objetivos da RAN são:

- Proteger o recurso solo, elemento fundamental das terras, como suporte do desenvolvimento da atividade agrícola;
- Contribuir para o desenvolvimento sustentável da atividade agrícola;
- Promover a competitividade dos territórios rurais e contribuir para o ordenamento do território;
- Contribuir para a preservação dos recursos naturais;
- Assegurar que a atual geração respeite os valores a preservar, permitindo uma diversidade e uma sustentabilidade de recursos às gerações seguintes pelo menos análogos aos herdados das gerações anteriores;
- Contribuir para a conectividade e a coerência ecológica da Rede Fundamental de Conservação da Natureza;
- Adotar medidas cautelares de gestão que tenham em devida conta a necessidade de prevenir situações que se revelem inaceitáveis para a perenidade do recurso solo.

A proposta de delimitação da RAN a nível municipal deve ter determinadas especificidades, conforme art. 12, DL 73/2009, devendo ocorrer no âmbito da elaboração, alteração ou revisão dos PMAT, sendo as áreas da RAN obrigatoriamente identificadas na planta de condicionantes segundo o DL 73/2009, na sua atual redação.

No concelho da Covilhã, a carta de RAN foi publicada pela Portaria n.º 166/93, de 11 de fevereiro. Com a entrada em vigor do PDMC, publicado pela Resolução de Concelho de Ministros n.º 124/99, de 23 de outubro e alvo de uma alteração por adaptação (publicada pelo Edital n.º 908/2009 de 18 de agosto), a carta de RAN em vigor passou a ser a que consta do PDMC.

Porém, ao longo dos anos de vigência do PDMC, várias operações urbanísticas de particulares solicitaram a desafetação de solos da RAN à entidade que tutela os solos afetos a esta servidão e restrição de utilidade pública, importando cruzar a informação com os dados e cartografia da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro (DRAPC).

Também com a publicação do Plano de Urbanização da Grande Covilhã (PUGC16) ocorreram alterações à RAN, vertidas nesse plano, que importam atualizar em sede da revisão do PDMC.

12.3.4. Outros Patrimónios Naturais

O concelho é abrangido por uma variedade e quantidade de patrimónios naturais já descritos. No entanto, é também de mencionar outros elementos considerados importantes, resultantes da observação empírica do território, tais como:

1. Ribeira de Beijames (área de azinhal de elevado valor conservacionista);
2. Vale Glaciar do Vale de Unhais (interesse geológico);
3. Souto do Concelho (interesse ecológico);
4. Piornos;
5. Albufeira da Cova do Viriato (interesse ecológico e paisagístico);
6. Vale Glaciar do Zêzere (interesse geológico);
7. Rio Zêzere;
8. Encostas da Serra da Estrela.

O concelho tem ainda excelentes "Vistas panorâmicas" que permitem usufruir da sua beleza paisagística. Em primeiro lugar destaca-se a estrada que liga a Covilhã à Torre que sobe pela encosta da Serra com um horizonte a perder de vista para toda a região da Beira. Destacam-se também as estradas que interligam os aglomerados do vale do rio Zêzere (Vales do Rio, Peso, Coutada, Barco) situados na base da Serra da Estrela e que permitem usufruir paisagens deslumbrantes para as encostas declivosas da Serra, e que, de uma forma natural, constituem miradouros para o referido festo. Encontra-se na mesma situação a estrada que liga Castanheira, Peraboa e Ferro (EM506). É também de mencionar toda a estrada que liga Unhais da Serra até à Barragem da Cova do Viriato.

Para além de pontos específicos de observação de vistas panorâmicas já mencionadas, existem "Percursos com interesse paisagístico" ao longo de estradas e caminhos, a partir dos quais é

possível percecionar o território e a paisagem. São inúmeros, atendendo à beleza paisagística proporcionada ora pelo rio Zêzere, ora pela Serra da Estrela e pela Serra do Açor.

A rede hidrográfica, nas suas principais linhas de água, é exemplo de um precioso valor natural, pela presença frequente de galerias ripícolas ao longo dos seus percursos, designadamente Rio Zêzere, Ribeira Beijames, Rib. da Caria, entre outras. Consequentemente, o concelho apresenta pontualmente locais de interesse paisagístico com forte potencial recreativo, sendo aproveitados para a prática balnear, as designadas praias fluviais. Destaca-se as potencialidades do extenso troço do rio Zêzere que atravessa o concelho, onde se pode identificar as seguintes praias Fluviais:

1. Piscina-Praia Fluvial do Ourondinho - Este local, a 17 km da Covilhã, por onde correm as águas da Ribeira do Ourondinho, possui uma "piscina" natural totalmente abrigada por imponentes pinheiros, castanheiros e mimosas. A baixa profundidade, extensão e qualidade das suas margens torna a utilização desta área fluvial ideal para crianças e banhistas mais cautelosos. Apresenta infraestruturas próprias, para além do WC, existe um bar de apoio.

2. Piscinas Naturais de Cortes do Meio - A 15 km da Covilhã, a freguesia de Cortes do Meio estende-se desde o planalto das Penhas da Saúde até à verde planície do Ourondinho, a que correspondem 5 mil hectares de repousante beleza e colossal grandiosidade. Registou em 2019 a marca de Capital das Piscinas Naturais. São mais de uma dezena de poços naturais de grande beleza à disposição de qualquer apreciador da natureza.

3. Praia Fluvial da Vila do Carvalho - A Praia Fluvial da Vila do Carvalho conta com uma cascata em pano de fundo, grandes rochedos e vasta vegetação, por onde fluem as águas límpidas da ribeira da Lapa. A zona balnear possui parque de estacionamento, wc e bar com esplanada.

4. Praia Fluvial de Sobral de São Miguel - A relação com o xisto é por demais evidente na Zona Balnear de Sobral de São Miguel, razão pela qual os habitantes desta Aldeia do Xisto consideram que é ali o "Coração do Xisto". Mas não só da pedra se construiu esta povoação. Na margem da ribeira de Porsim, temos o espelho de água da zona balnear. O espaço está inserido na antiga ponte, e mesmo ao lado, um moinho, uma azenha e uma nora testemunham o uso da força das águas noutros tempos. O açude proporciona profundidades diferentes, e o espaço dispões de uma zona de relvado sintético. Perto tem um snack bar.

5. Praia Fluvial de Unhais da Serra - A Praia Fluvial de Unhais da Serra encontra-se bem enquadrada numa paisagem relvada com os contrafortes da Serra da Estrela. Situada na vila de Unhais da Serra, é o local ideal para quem procura um ambiente de paz, águas cristalinas e ar puro. Nesta praia pode encontrar duas represas de água com uma zona de banhos bem delineada, rodeada por uma vasta área de vegetação. Ao longo da zona de banhos encontra uma pequena prancha onde pode dar uns mergulhos. Conta com infraestruturas de apoio de bastante qualidade como, bar, restaurante e sanitários.

6. Praia Fluvial de Verdelhos - A zona balnear de Verdelhos é um esconderijo acolhedor entre duas encostas, em pleno Parque Natural da Serra da Estrela. Respira-se natureza e observa-se a paisagem. Tem um pequeno relvado, bancos e mesa de piquenique.

7. Praia Fluvial do Ourondo - A zona balnear do Ourondo, a cerca de 30km da Covilhã, tem como protagonista a ribeira do Caia, afluente do Zêzere, que passa a poucos metros da zona de lazer e onde não escapa a beleza de toda a envolvente: entre riachos e floresta. Uma ponte faz a ligação das duas margens da ribeira, onde não falta o areal e o açude com zona de mergulhos. Tem parque de merendas, duches e grelhador.

8. Praia Fluvial do Paul - A Praia Fluvial do Paul, incorpora um espelho de água magnífico e diversas piscinas naturais que se estendem pela ribeira acima, piscinas que tornam este lugar único e diferenciado. Na zona do espelho de água podemos encontrar diversos equipamentos de apoio, com destaque para o pequeno bar quase suspenso sobre a ribeira. Pequenas cascatas e lagoas não faltam nesta zona.

12.4. Património Classificado e Em Vias de Classificação

O Homem criou, ao longo dos tempos, obras que constituem um património que importa estudar, proteger e divulgar. Durante várias décadas assistiu-se a uma progressiva destruição desse património, em detrimento das novas formas de cultura importadas e estandardizadas que não conseguem dialogar em harmonia com as formas tradicionais próprias do meio envolvente. Contudo, nas últimas décadas tem-se assistido a uma consciencialização crescente da importância que assume a defesa do património cultural assistindo-se, progressivamente, à inventariação, valorização e salvaguarda de edifícios, conjuntos e locais com valor próprio ou de enquadramento.

No concelho da Covilhã o património classificado ou em vias de classificação integra 38 elementos:

Tabela 42 - Património Classificado no Concelho da Covilhã (Fonte: DGPC).

DESIGNAÇÃO	SITUAÇÃO ACTUAL	CATEGORIA DE PROTECÇÃO	CATEGORIA / TIPOLOGIA
Capela de São Sebastião	Classificado	Classificado como MIP - Monumento de Interesse Público	Arquitetura Religiosa / Capela
Casa das Morgadas	Classificado	Classificado como IM - Interesse Municipal	Arquitetura Civil / Casa
«Memória» da Expedição da Sociedade de Geografia à Serra da Estrela, presidida pelo Dr. Sousa Martins, em 1881	Classificado	Classificado como IM - Interesse Municipal	Arquitetura Civil / Memorial
Capela das Almas	Procedimento caducado - sem proteção legal	Não aplicável	Arquitetura Religiosa / Capela
Terlamonte	Procedimento caducado - sem proteção legal	Não aplicável	Arquitetura Civil / Conjunto Urbano

Quinta do Prado	Procedimento encerrado / arquivado - sem proteção legal	Não aplicável	Arquitetura Civil / Quinta
Casa dos Ministros	Classificado	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Civil / Casa
Ponte do Paúl	Procedimento caducado - sem proteção legal	Não aplicável	Arquitetura Civil / Ponte
Castro de Orjais e ruínas de uma construção junto à Capela de Nossa Senhora das Cabeças	Classificado	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Arqueologia / Povoado Fortificado
Capela de São Martinho	Classificado	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Religiosa / Capela
Troço de calçada romana junto à estação de caminho de ferro da Covilhã	Classificado	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Arqueologia / Via

Capela de Santo Cristo	Classificado	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Religiosa / Capela
Capela de Santa Cruz	Classificado	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Religiosa / Capela
Conjunto de fornalhas e poços cilíndricos da antiga tinturaria da Real Fábrica de Panos da Covilhã	Classificado	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	-
Igreja de Nossa Senhora da Conceição	Classificado	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Religiosa / Igreja
Muralhas da Cidade da Covilhã	Classificado	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Militar / Muralha
Pelourinho da Covilhã	Classificado	Classificado como IIP - Imóvel de	Arquitetura Civil / Pelourinho

		Interesse Público	
Edifício de interesse histórico existente dentro das muralhas do Castelo da Covilhã	Classificado	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Civil / Cisterna
Igreja da Misericórdia	Classificado	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Religiosa / Igreja
Conjunto arquitetónico composto pelo edifício do Teatro-Cine da Covilhã, pelo edifício da Câmara Municipal da Covilhã, pelo edifício dos CTT e pelo edifício da Caixa Geral de Depósitos	Classificado	Classificado como CIP - Conjunto de Interesse Público	Arquitetura Civil / Cineteatro
Casa dos Castelo Branco	Em Vias de Classificação	Em Vias de Classificação (Homologado como IM -...	Arquitetura Civil / Casa
Igreja de Nossa Senhora da Assunção, matriz do Paul	Classificado	Classificado como MIP - Monumento de	Arquitetura Religiosa / Igreja

		Interesse Público	
Palacete Jardim	Em Vias de Classificação	Em Vias de Classificação (com Despacho de Abertura)	Arquitetura Civil / Palacete
Conjunto industrial da Fonte do Lameiro	Procedimento caducado - sem proteção legal	Não aplicável	-
Sanatório dos Ferroviários	Classificado	Classificado como IM - Interesse Municipal	Arquitetura Civil / Sanatório
Fábrica Velha, também designada Fábrica Campos de Melo	Procedimento caducado - sem proteção legal	Não aplicável	-
CTT de Covilhã	Procedimento caducado - sem proteção legal	Não aplicável	-
Cadeia da Comarca de Covilhã	Procedimento caducado - sem proteção legal	Não aplicável	-
CTT de Tortosendo	Procedimento caducado - sem proteção legal	Não aplicável	-

Escola Industrial e Comercial da Covilhã	Procedimento caducado - sem proteção legal	Não aplicável	-
Casa Morão	Classificado	Classificado como IM - Interesse Municipal	-
Colégio das Freiras	Classificado	Classificado como IM - Interesse Municipal	-
Tapada do Dr. António, incluindo o sistema hidráulico e duas casas	Em Vias de Classificação	Em Vias de Classificação (com Despacho de Abertura)	-
Ponte da Ribeira da Carpinteira	Procedimento encerrado / arquivado - sem proteção legal	Não aplicável	-
Edifício do Club União da Covilhã	Classificado	Classificado como MIM - Monumento de Interesse Municipal	-
Conjunto Industrial da Ribeira da Carpinteira	Em Vias de Classificação	Em Vias de Classificação	-

		(com Despacho de Abertura)	
Estendedouro de Lãs das Escadinhas do Castelo	Classificado	Classificado como MIM - Monumento de Interesse Municipal	-
Fábrica de António Estrela / Júlio Afonso	Em Vias de Classificação	Em Vias de Classificação (com Despacho de Abertura)	-

Quanto à legislação existente sobre esta matéria, o conceito e o âmbito de Património Cultural vêm definidos na Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro, na sua atual redação, que estabelece as bases da política e do regime para a sua proteção e valorização desta realidade da maior importância para a compreensão, salvaguarda e estruturação da identidade nacional e para a democratização da cultura.

As disposições da Lei n.º 107/2001, na sua atual redação, estabelece ainda, a política do património cultural a qual integra as ações promovidas pelo Estado, pelas Regiões Autónomas, pelas autarquias locais e restante administração pública, visando assegurar, o território português, a efetivação do direito à cultura e à fruição cultural e a realização dos demais valores e das tarefas e vinculações impostas, neste domínio, pela Constituição e pelo direito internacional. Sendo que o conceito e âmbito do património cultural encontra-se definido no artigo 2º do referido diploma. Há ainda a considerar o Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, na sua atual redação, que define o procedimento de classificação de bens culturais imóveis, o regime das zonas de proteção e o estabelecimento das regras para a elaboração do plano de pormenor de salvaguarda. Por sua vez, o Decreto-Lei n.º 138/2009, de 15 de junho, cria o Fundo de Salvaguarda do Património Cultural.

No âmbito da legislação aplicável, consideram-se imóveis com valor cultural os que, do ponto vista histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico, são particularmente notáveis

pela sua antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade, e por isso devem ser objeto de especial proteção e valorização. Assim sendo, a proteção legal destes bens tem por base a sua classificação e inventariação, podendo ser classificados de acordo com a seguinte hierarquia:

1. de interesse nacional, sejam monumentos, conjuntos ou sítios, adotando-se a designação "Monumento Nacional", quando representam um valor cultural de significado para a Nação. Podem ainda incluir bens culturais imóveis incluídos na lista do património mundial;

2. de interesse público quando representam ainda um valor cultural de importância nacional, mas para os quais o regime de proteção inerente à classificação como de interesse nacional se mostra desproporcionado;

3. de interesse municipal quando representam um valor cultural de significado predominante para um determinado município.

A proteção legal dos bens com valor cultural classificados é fixada por Decreto, quando se trate de monumento nacional, por Portaria quando se trate de um bem com interesse público, e por competência da Câmara Municipal quando são de interesse municipal.

Estes bens imóveis classificados ou em vias de classificação, beneficiam na sua envolvente de uma zona de proteção de 50m contados a partir dos limites externos do imóvel, fixada automaticamente com o início do procedimento de classificação, bem como de uma zona especial de proteção (ZEP), fixada por Portaria, onde é indicada a área sujeita a servidão e os encargos por ela impostos. Esta ZEP pode incluir zonas non aedificandi.

Em resultado dos milhares de anos de povoamento nesta região, existem inúmeros valores culturais que urge preservar. A caracterização dos valores culturais teve como base, para além do trabalho de campo realizado, a consulta de documentação diversa, nomeadamente a disponibilizada pelos organismos da administração central com tutela sobre o património cultural (DGPC e IHRU), a que consta do PDM em vigor, bem como de outros estudos disponíveis.

Os valores culturais em presença no concelho possuem potencial para se assumirem como vetor de desenvolvimento, sobretudo se aliados à promoção dos valores naturais cuja importância é já amplamente reconhecida e que têm vindo a adquirir crescente notoriedade, desde que

definida uma estratégia global de intervenção que permita a promoção de um modelo de desenvolvimento coerente com a defesa, preservação e revitalização patrimoniais.

Uma última referência relativamente ao património cultural imaterial (PCI) ao qual, nos termos da Lei de Bases do Património Cultural não é aplicável nenhum dos níveis de proteção estabelecidos para o registo patrimonial de classificação – interesse nacional, público ou municipal – por estes se aplicarem apenas aos bens móveis e imóveis. Assim, a proteção legal dos bens culturais imateriais assenta exclusivamente no registo patrimonial de "inventariação", ou seja "a única forma de proteção legal do PCI juridicamente válida a nível nacional consiste na inscrição de uma expressão imaterial no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial, o que decorre do quadro legal instituído pela Lei de Bases do Património Cultural desenvolvido pelo Decreto-Lei n.º 149/2015, de 4 de agosto, que institui o regime jurídico para a salvaguarda do PCI", o que contudo não diminui a sua importância.

A inventariação deste património imaterial é feita, desde 2011, através de "uma base de dados em linha de acesso público, universal e gratuito, o MatrizPCI, sistema de informação pioneiro a nível internacional, que suporta e promove a realização do procedimento de proteção legal do património cultural imaterial, de forma integralmente desmaterializada, com recurso exclusivo às tecnologias da informação". A consulta ao inventário nacional de PCI (www.matrizpci.dgpc.pt) mostrou não existirem ocorrências registadas no concelho da Covilhã.

12.5. Locais de Interesse Histórico, Cultural e Social

Neste subcapítulo far-se-á uma abordagem do território concelhio no que diz respeito aos demais locais em presença, tendo em vista a sua salvaguarda, valorização e divulgação. No presente contexto não se pretende fazer uma abordagem exaustiva sobre esta temática, sendo preocupação central a identificação dos principais valores, de forma a que, no âmbito da definição das estratégias de desenvolvimento municipais seja possível promover ações, estabelecidas orientações e normas com vista à sua preservação e dinamização.

12.5.1. Comércio

O comércio tradicional tem vindo a desempenhar ao longo da História um papel essencial e relevante na vida das vilas e cidades, a ele se associando com frequência traços característicos e identificadores da matriz cultural e do imaginário dos seus residentes e visitantes. A existência

de políticas públicas dirigidas ao apoio a estas atividades económicas, dinamizadoras dos centros urbanos, criadores de emprego e fontes de atração de investimento e visitantes é hoje um imperativo, na ótica da oportunidade de valorização de recursos endógenos que enriquecem a malha urbana.

O reconhecimento de estabelecimentos e entidades de interesse histórico e cultural ou social local é atribuído em função do interesse da sua atividade, bem como da existência e preservação de elementos patrimoniais materiais e imateriais, permitindo que as entidades beneficiadas possam ter acesso a programas nacionais de apoio e incentivo à proteção de estabelecimentos e entidades de interesse histórico e cultural ou social, bem como à proteção prevista no regime jurídico do arrendamento urbano e no regime jurídico das obras em prédios arrendados.

Com o objetivo de reconhecer os estabelecimentos e entidades de interesse histórico e cultural ou social local, pretende o Município da Covilhã valorizar a sua história e o seu património, divulgar aspetos identitários do Concelho e promover o seu comércio tradicional, o Município da Covilhã criou um regulamento municipal (n.º 812/2021) que permite o reconhecimento de estabelecimentos e entidades de interesse histórico e cultural ou social local do Município da Covilhã.

A área intramuralhas, designada como centro histórico é um património secular de memórias acumuladas, com diversos contextos históricos e estéticos e identifica três “lojas com alma”:

1. VALICE CONCEPT STORE
2. A TENTADORA
3. CINCO ATELIER

12.5.2. Museus

1. Museu de Arte Sacra - O Museu de Arte Sacra encontra-se instalado num edifício com projeto de Raul Lino, que serviu de residência a Maria José Alçada, oferecendo à cidade este espaço, para ali funcionarem serviços de cariz cultural.

O Museu de Arte sacra resulta de uma parceria entre a autarquia e o arciprestado da Covilhã e permitiu devolver ao público, nas devidas condições, peças que já não se encontravam ao culto.

Com uma área expositiva de 850m2 o museu reúne mais de um milhar de peças. Apresenta coleções de pintura, escultura, metais, ourivesaria e paramentaria. Do seu espólio destacam-se peças emblemáticas para a história da cidade como o Relicário do Santo Lenho que se guardava na igreja de Santa Maria, ou a imagem de Cristo Deposto oferecido no século XVI por João Fernandes Alvares Cabral ao Convento de S. Francisco. É ainda de destacar, a existência de peças singulares como a imagem de Nossa Senhora das Almas ou o Menino Jesus da Cartolina.

Além das salas de exposição permanente, o Museu tem também uma sala e pátios exteriores onde se realizam exposições temporárias.

2. Museu de Lanifícios - O Museu de Lanifícios, também designado de MUSLAN, constitui um Centro da Universidade da Beira Interior, organismo com autonomia administrativa e financeira tutelada pelo Ministério da Educação e Ciência. “Os fios do passado a tecer o futuro” é o lema do Museu de Lanifícios que, de acordo com este princípio, defende uma “conservação ativa” do património que tem à sua guarda. Através da singularidade, autenticidade e exemplaridade dos testemunhos nele preservados, permite que se conheça melhor uma das mais antigas indústrias: a de lanifícios, que começou por se afirmar como um puro ato de sobrevivência da espécie humana e foi assumindo, ao longo dos tempos, uma crescente qualidade e expressão artística, que têm acompanhado o desenvolvimento das nossas sociedades até ao presente. Assume-se como um museu polinucleado, integrando os seguintes núcleos museológicos:

a. Núcleo da Real Fábrica de Panos, situado no Pólo I da UBI, com uma área de 750m2. Criado em 1992, através de receitas próprias. Foi instituído com a finalidade de salvaguardar a área das tinturarias, da manufatura pombalina;

b. Núcleo da Real Fábrica Veiga/Centro de Interpretação dos Lanifícios, situado junto à ribeira da Goldra, cujo complexo edificado foi adquirido pela UBI em 1997 destinado a integrar a sede, as áreas administrativas e técnica do Museu, assim como a área de exposição permanente do Núcleo da Industrialização dos Lanifícios. Trata-se de um equipamento cultural destinado a salvaguardar a memória da indústria de lanifícios e a apoiar a investigação, particularmente nos domínios da história empresarial e industrial dos lanifícios, de âmbito local, regional e nacional. O complexo da Real Fábrica Veiga foi sede da empresa de lanifícios fundada na Covilhã por José Mendes Veiga em 1784, próximo da Real Fábrica de Panos. Subsiste ainda

uma parte significativa das primitivas fachadas, bem como algumas estruturas técnicas, preservadas numa área arqueológica posta a descoberto, no âmbito das obras de remodelação do museu e que se encontram preservadas in situ.

3. Museu do Queijo - Localizado na freguesia de Peraboa este museu deseja homenagear a pastorícia e, sobretudo, o queijo. Pretende ainda difundir as tradições, o brado dos campos férteis, o pastor, os rebanhos e a transumância. O Museu do Queijo é uma verdadeira viagem sensorial tanto à volta do Queijo da Serra da Estrela, como pelas planícies da Cova da Beira, noutros tempos conhecida como Vale dos Judeus. Este Museu é único em Portugal e dá a conhecer, numa primeira fase, a fauna e a flora no contexto da Serra da Estrela.

4. Centro Interpretativo da Cereja - Um projeto inovador, a nível nacional, que mostra o processo produtivo da cereja.

O CIC disponibiliza várias atividades aos seus visitantes, através de conteúdos multimédia, jogos interativos, filmes e exposições itinerantes. Tem ainda uma loja onde encontramos vários produtos derivados da cereja e outros regionais, tais como doces, compotas, licores, vinhos e outros.

Com uma "janela" aberta para a Serra da Estrela, o CIC está localizado no Ferro, uma vila rodeada por pomares de cereja, que vale a pena visitar nas diversas estações do ano.

5. Tinturaria - Galeria De Exposições - Situada junto à Ribeira da Goldra, a Tinturaria Francisco Mendes Alçada localizava-se junto da Fábrica António Fino e da Tinturaria Ranito. O antigo complexo industrial era composto por dois edifícios diferentes, que tendo sido construídos em momentos distintos, se dispunham paralelamente.

Numa valência produtiva de âmbito cultural, a Tinturaria funciona como Galeria de Exposições de carácter temporário desde 2006.

Neste espaço dedicado à Cultura e à Arte todos os anos são organizadas diversas mostras de artistas locais, nacionais e estrangeiros, com vista a dinamizar e a contribuir para a promoção e desenvolvimento cultural e artístico do concelho. A Câmara Municipal da Covilhã aposta assim no potencial artístico, por entender que a diversidade cultural é um elemento de formação e fortalecimento da sociedade. Acreditando que uma sociedade que valoriza a cultura é certamente uma sociedade mais justa e igualitária.

Com a criação da Galeria de Exposições Tinturaria, a autarquia privilegia a cultura, num espaço que tem como objetivo aglutinar a diversidade cultural através de experiências artísticas, dando aos munícipes a oportunidade de acesso a um mosaico de informações atualizadas pela arte viva, sempre presente nesse espaço cultural.

Trata-se de um equipamento cultural que contempla valências diversificadas, sendo manifestada a sua aptidão para a promoção e o desenvolvimento integrado da cultura, das artes e do turismo no concelho. Para além da atividade expositiva, incluída nos objetivos do município e na área da divulgação da arte, a galeria de exposições Tinturaria pretende levar a cabo diversas atividades de promoção e dinamização do espaço. Embora pensado e recuperado para funcionar como área de exposição, adequa-se perfeitamente a outros eventos promocionais, que permitam o pleno desenvolvimento e a fruição cultural a todos os públicos.

6. Casa-Museu Do Paúl - A Casa-Museu do Paúl é um retrato vivo de uma casa antiga e da forma de vida que as pessoas tinham no Paúl. Foi feita a reabilitação da casa mantendo-a na traça primitiva, quer no exterior, quer no interior. No interior (quartos, sala e cozinha), podemos verificar as peças e utensílios que outrora se utilizavam.

7. Museu Mineiro – "O Maior Gasómetro Do Mundo" - O Museu Mineiro situa-se na Aldeia de São Francisco de Assis / Barroca Grande, no concelho da Covilhã, e está instalado no interior de um antigo tanque de combustível, "O maior gasómetro do mundo". Este Museu resulta de uma iniciativa da Junta de Freguesia da Aldeia de São Francisco de Assis, com o apoio da Beral Tin and Wolfram Portugal, S.A (Minas da Panasqueira), que cedeu um importante e interessante conjunto de material associado à exploração e administração das minas.

O vasto espólio está disposto por três pisos e no último, através de uma pequena porta pode-se observar grande parte da unidade industrial das minas em laboração. O Museu Mineiro oferece uma verdadeira viagem aos tempos áureos da exploração de volfrâmio e representa uma justa homenagem à figura do Mineiro.

8. Galeria António Lopes - A Casa dos Magistrados, um dos mais notáveis edifícios do centro histórico da cidade da Covilhã, foi reabilitado e transformado em espaço cultural, albergando a Galeria António Lopes. Este espaço expositivo inclui uma sala com o espólio do Professor António Lopes e uma sala de exposições temporárias.

Sobre a Casa dos Magistrados Mandada construir em finais do século XVIII para alojamento dos magistrados do concelho e, posteriormente, para um superintendente dos Têxteis, a Casa dos Magistrados é um edifício emblemático da Covilhã, testemunho do desenvolvimento que a cidade conheceu durante os séculos XVIII e XIX. Edificada em granito, apresenta traça pombalina. No piso térreo, a fachada principal ostenta diversas arcadas que funcionavam como armazém municipal de cereais (tulha). No segundo piso são visíveis janelas de sacada e, ao centro, Pedra de Armas emoldurada e encimada por coroa de Marquês. A construção é rematada por cornija e limitada por pilastras de aparelho isódomo.

9. Museu da Covilhã - Já é possível conhecer melhor o passado do concelho da Covilhã num museu onde estão representadas todas as épocas de ocupação do território, fomentando em simultâneo uma reflexão sobre a atualidade e o futuro.

Após um vasto conjunto de intervenções destinadas a resolver problemas estruturais do edifício, tais como infiltrações ou dificuldades ao nível da acessibilidade, o centro histórico da cidade passou a contar com um novo espaço museológico: o Museu da Covilhã.



Figura 174 - Fachada do Museu da Covilhã (Fonte: Património.pt).



Figura 175 - Interior do Museu da Covilhã (Fonte: Património.pt)

O Museu pretende ser um instrumento divulgativo e lúdico que, utilizando recursos variados, acessíveis e inclusivos, ensine a história da Covilhã à diversidade da população e visitantes – locais e turistas, pessoas com diversas condições físicas e psicológicas, de diferentes idades.

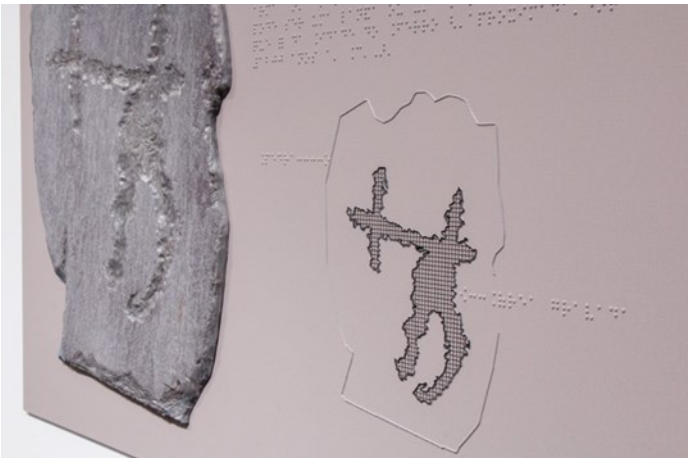


Figura 176 - Exemplo 1 de um instrumento inclusivo no Museu da Covilhã (Fonte: Património.pt).



Figura 177 - Exemplo 2 de um instrumento inclusivo no Museu da Covilhã (Fonte: Património.pt).

10. Arquivo Municipal da Covilhã - O Arquivo Municipal da Covilhã, espaço de memória de toda uma região, tem como missão a preservação, identificação e divulgação do Património Arquivístico do concelho garantindo uma maior e melhor preservação do acervo documental, procurando tornar acessível o estudo das raízes da identidade covilhanense a todos os interessados na história do concelho, de forma a promover e valorizar o seu património histórico e documental.

O Arquivo Municipal possui um espólio documental de elevado valor histórico, bem representativo de toda uma sociedade e respetiva região. Os vários documentos que aqui se encontram, servem de fonte de informação para a história do concelho. Do espólio arquivístico da edilidade destacam-se o Foral Manuelino, datado de 1510 e a Carta Régia de D. Luís I elevando a vila da Covilhã à categoria de cidade, ainda nas coleções um conjunto de pergaminhos medievais. O espólio documental vai desde o séc. XII até à atualidade. O documento mais antigo data de 1215, e é um pergaminho relativo à disputa da antiga vila de Caria, entre a autarquia Covilhanense e o Bispado da Guarda

11. New and Lab - O New Hand Lab é um espaço que promove a criatividade, a inovação e o empreendedorismo através da concretização de ideias, produtos e iniciativas. Pretende assumir-se como um espaço de promoção e divulgação dos recursos endógenos mais criativos e impulsionar a Covilhã e a Beira Interior no país e no mundo.

12.5.3. Teatros

1. Teatro da Covilhã - A primeira casa de espetáculos a ser construída no espaço onde hoje se encontra o Teatro Municipal foi o Herminius Terrace onde eram exibidas peliculas cinematográficas e peças teatrais. O seu proprietário Francisco Pina viria em 1922 a inaugurar no mesmo local o Circo Royal e em 1924 o Teatro Covilhanense. A partir de 1947 estes edifícios são destruídos para darem lugar ao Teatro Cine.

Este último foi inaugurado em 1954, por iniciativa de João Ferreira Bicho, com um espetáculo da Companhia Amélia Rey Colaço Robles Monteiro. Encerrou em meados dos anos 80, reabrindo em 1992 e sendo depois reabilitado em 2001.

Depois de quatro anos fechado (2017-2021) para remodelações, o Teatro Municipal da Covilhã conta 600 lugares, já com mobilidade condicionada, um Centro de Incubação e Apoio a Indústrias Culturais e Criativas, um espaço de criação para as companhias que conta com uma residência artística, sala de reuniões, bar e espaços multiusos.

É, atualmente, um ícone na arquitetura da cidade e na cena cultural local.

2. Teatro das Beiras - O Teatro das Beiras é uma companhia profissional de teatro portuguesa, localizada na cidade da Covilhã. Fundada a 7 de novembro de 1974, por Fernando e Rui Sena com a designação de Grupo de Intervenção Cultural da Covilhã (GICC), a companhia nasce fruto das necessidades culturais da região e do objetivo dos fundadores de produzir espetáculos teatrais com mais regularidade.

12.5.4. Parques e Jardins

1. Jardim Botânico da Montanha - O Jardim Botânico de Montanha, inserido no Parque Alexandre Aibéo, estende-se por uma área de 12 mil m2 e reúne uma vasta diversidade de espécies da flora característica da Serra da Estrela, bem como das zonas montanhosas do Sul e Centro da Europa, bem como do Norte de África. Através de percursos pedonais devidamente identificados pode-se apreciar mais de 90 espécies diferentes de árvores, plantas e arbustos, como carvalhos, azinheiras, sobreiros, freixos, ulmeiros, árvores de fruto, faias, ginkgo, cedros, abetos, teixos, giestas e sequóias. O novo espaço pedagógico e de lazer contempla ainda uma infraestrutura de apoio com receção, sanitários, bar e esplanada panorâmica.



Figura 178 - Jardim Botânico da Montanha (Fonte: Município da Covilhã).

2. Jardim do Lago - Inserido no programa Polis este espaço verde de grandes dimensões, oferece um restaurante, dois bares, um espelho com queda de água, percursos pedonais, barcos de recreio, parque de desportos radicais e um parque infantil. Este espaço está complementado com uma piscina-praia que funciona durante os meses de verão, englobando várias atividades para os seus utentes.



Figura 179 - Jardim do Lago (Fonte: Município da Covilhã).

3. Jardim da Goldra - O Parque da Goldra possui de uma nova via de acesso, de estacionamento, espaços verdes, edifícios de restauração e bares, sanitários, passeios, espelhos

de água, zonas de lazer (com diversos equipamentos, sendo de destacar um jogo de xadrez gigante) e áreas desportivas e estatuárias. Este espaço de lazer não só tem uma nova via de acesso pedestre ao centro da cidade, como é possível acessar à zona baixa da Covilhã através da sua ligação urbana entre a Universidade da Beira Interior e o Anfiteatro Mártir-in-Colo.

O Parque da Goldra constitui-se como um espaço de lazer ao ar livre, capaz de acolher acontecimentos urbanos, nomeadamente de caráter lúdico e de promoção do recreio e convívio da população.



Figura 180 - Parque da Goldra (Fonte: Município da Covilhã).

4. Jardim Público - Construído nos antigos terrenos da cerca conventual do extinto convento de São Francisco o Jardim Público foi, nos princípios do século XX, palco de espetáculos de beneficência, local das festas complementares da Feira de São Tiago e no seu coreto, até 1938, tocava todos os Domingos e Quintas-feiras da quadra estival, a banda do "21".

O atual Jardim Público foi remodelado no ano de 2001 por forma a proporcionar mais e maiores áreas verdes, passeios de madeira e um renovado espaço infantil são alguns dos muitos pontos atrativos que compõem este Jardim. Toda a área relvada está agora disponível para utilização. No pé de cada árvore foram instaladas pequenas fontes de luz, o que destaca o imenso verde que compõe este espaço.



Figura 181 - Jardim Público da Covilhã (Fonte: Município da Covilhã).

5. Jardim das Artes - Este novo espaço de lazer da cidade, junto à Rua Centro de Artes, ocupa uma área com 18.000 m2 que se distribui por três plataformas separadas por taludes, em cotas de cerca de 5 metros de diferença, com um percurso pedonal de 840 metros envolvido por uma vasta zona verde. Três peças de metal em espiral conferem unidade visual às três plataformas, formando um único elemento, quando observadas do ponto de entrada principal do recinto.



Figura 182 - Jardim das Artes (Fonte: Município da Covilhã).

6. Jardim Monumento À Nossa Senhora da Conceição - Este espaço é muito agradável com canteiros, relvados e arborizados, caminhos em calçada portuguesa e bancos de jardim. No centro, destaca-se uma estátua erguida a Nossa Senhora da Conceição.



Figura 183 - Jardim Monumento à Nossa Senhora da Conceição (Fonte: Município da Covilhã).

7. Jardim Mártir-In-Colo - A característica zona da Ponte de Mártir-in-Colo tem hoje um anfiteatro natural e moderno, de um traço arquitetónico simples, para a realização de eventos culturais, bem como um estabelecimento com bar e esplanada.



Figura 184 - Jardim Mártir-In-Colo (Fonte: Município da Covilhã).

8. Parque Florestal da Covilhã - O parque florestal, com 399 hectares, ocupa uma parte da vertente da Serra da Estrela sobranceira à cidade da Covilhã, está arborizada na sua maior parte, tendo como espécies principais diversas folhosas tais como o castanheiro, o vidoeiro e carvalhos, consociadas com diversas resinosas que constituem cerca de 90% da área florestada.

A Mata Nacional da Covilhã, seu nome original, é constituída por terrenos originalmente particulares cuja arborização, no ano de 1903, foi considerada de utilidade pública. Requalificado, reabriu com novas valências. Contando atualmente com uma bela zona de lazer com equipamento e mobiliário urbano em madeira, campo de jogos, parque infantil, anfiteatro, coreto, áreas de merendas com quiosque/bar, sanitários, bebedouros e ecoponto. As suas espécies arbóreas preservadas, deram lugar a um circuito de manutenção e a vários percursos pedonais de fácil acesso, com calçadas de granito. Este parque é ideal para famílias. É complementado com um miradouro e um parque de estacionamento para automóveis e autocarros turísticos.

12.5.5. Miradouros e Observatórios

1. Miradouro Marquês D'Ávila E Bolama - Este miradouro situa-se no centro da cidade da Covilhã e constitui um importante reforço ao nível das infraestruturas vocacionadas para o turismo. Com uma vista privilegiada da cidade e da Cova da Beira, conta com um café-restaurante com esplanada panorâmica, um telescópio e estacionamento para 18 viaturas.

O Miradouro da "Minerva", como já é apelidado pelos covilhanenses por ali ter funcionado a histórica Tipografia Minerva, pela sua localização e pelas suas valências, é um dos ex libris da Covilhã.



Figura 185 - Miradouro Marquês D'Ávila e Bolama (Fonte: Município da Covilhã).

2. Miradouro Portas Do Sol - Do Miradouro das Portas do Sol é possível ter a noção do domínio da paisagem que o castelo dispunha, a partir do qual se controlavam os principais acessos à cidade e, igualmente, se deslumbravam (e ainda deslumbram) os contornos da antiga fronteira com o reino de Castela.

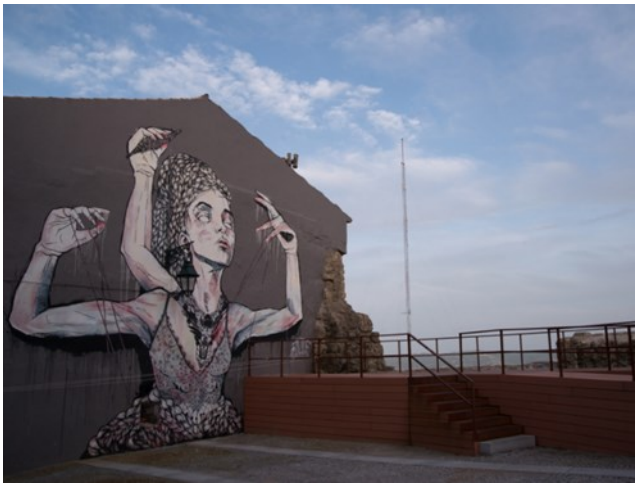


Figura 186 - Miradouro Portas do Sol (Fonte: Município da Covilhã).

3. Varanda dos Carqueijais - A Varanda dos Carqueijais é um miradouro que existe a meio do caminho entre a cidade da Covilhã e as Penhas da Saúde, na Serra da Estrela, junto ao Hotel dos Carqueijais. Este miradouro permite ver a superfície plana da Cova da Beira, no fundo da encosta está a cidade da Covilhã que se prolonga até à base da serra, onde começa a elevação da Serra da Estrela.



Figura 187 - Miradouro varanda dos Carquejais (Fonte: Município da Covilhã).

4. Miradouro Nossa Senhora Da Conceição – Perto da Universidade da Beira Interior, o miradouro de Nossa Senhora da Conceição possui um jardim muito agradável com canteiros, relvados, arborizados e com uma vista magnífica sobre a cidade da Covilhã. A estátua, erguida no início do século XX, ostenta a figura da Virgem Santíssima que protege a cidade, os seus habitantes, e recebe anualmente a cerimónia singular da Bênção das Pastas. Os jardins do miradouro convidam a uns bons minutos de descanso, de reflexão e, claro, de regozijo por tamanha beleza envolvente e sossego que o local oferece e transmite.



Figura 188 - Miradouro Nossa Senhora da Conceição (Fonte: Município da Covilhã).

5. Miradouro dos Piornos – O mais recente miradouro, permite a observação para a Nave de Santo António e para o planalto ocidental, oferecendo uma visão perfeita dos efeitos da glaciação na paisagem do Geopark Estrela. Deste local é possível identificar vários geossítios de origem glaciária, como o Circo Glaciário do Covão do Ferro, a Nave de Santo António e o Poio do Judeu, bem como os três Cântaros da Serra da Estrela.

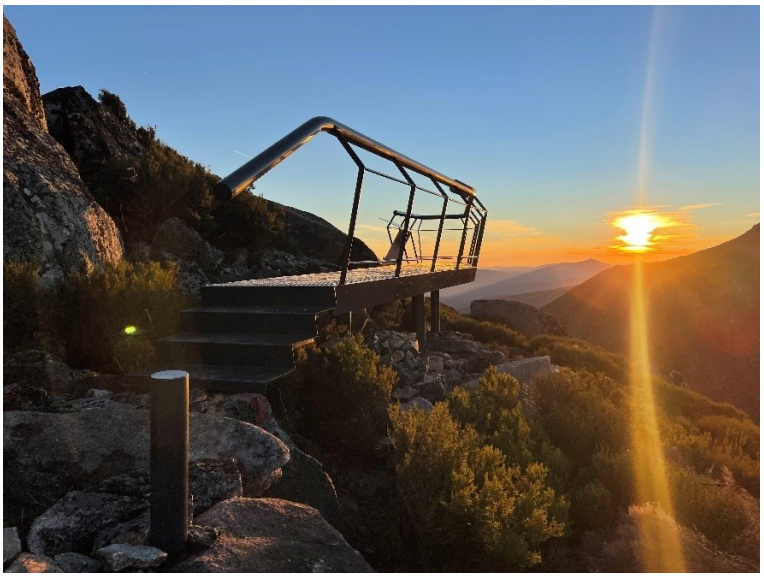


Figura 189 - Miradouro dos piornos (Fonte: Município da Covilhã)

Destacam-se ainda os observatórios do Pico da Cebola (situado na zona limítrofe dos concelhos da Covilhã), Meal Redondo, Alto dos Livros, Curral do Vento, Cascalheiras do Alto, Varanda dos Pastores, Miradouro do Covão, Alto do Terroeiro e Alto das Piçarrinhas.

No concelho, para além dos elementos patrimoniais singulares, importa destacar, pela relevância histórica e unidade urbana que possui – a zona intramuralhas da cidade da Covilhã. Relativamente a este espaço importa intervir no sentido de requalificar o conjunto, promovendo a revitalização urbanística (dos edifícios e do espaço público) a par da revitalização social.

A zona intramuralhas compreende o núcleo primitivo da cidade da Covilhã, que se caracteriza por uma relativa unicidade em termos urbanísticos e onde se encontram importantes valores patrimoniais do concelho. A relevância histórica e cultural deste conjunto determina a urgência de uma intervenção que permita, por um lado, contrariar a descaracterização que tem sofrido, e por outro combater o seu esvaziamento populacional e degradação urbanística, aproveitando para solucionar as inúmeras dificuldades que se colocam ao nível da utilização do espaço público, e da circulação viária e pedonal.

Destaca-se, por fim, que a Covilhã foi incluída, em novembro de 2021, na rede de cidades criativas da UNESCO e de ser, nessa lista de 295 cidades de 90 países (sete delas em Portugal), a única portuguesa no campo do design, conforme excerto de notícia disponível no site covilhacriativa.pt. Após o processo de avaliação, o diretor-geral da UNESCO designou 49 novas cidades, entre as quais a Covilhã, para se juntarem à Rede de Cidades Criativas da Organização, cujos membros se comprometeram a colocar a cultura e a criatividade no centro das suas políticas de desenvolvimento, estratégias e planos de acção.



Figura 190 - Excerto de notícia publicada no Site covilhacriativa.pt (Fonte: cidadecriativa.pt).

12.6. Património por Freguesia

Tabela 43 - Património no Concelho da Covilhã por Freguesia (Fonte: Município da Covilhã).

Aldeia de São Francisco de Assis	**Igreja de São Francisco de Assis (matriz)** **Igreja Nova (paroquial)** **Capela de São João Baptista** **Ermida das Alminhas** **Monumento ao Cristo Operário**
Barco e Coutada	Barco: Igreja Matriz Fonte romana Alminhas Praia fluvial no rio Zêzere Ruínas de um acampamento romano (Minas da Argemela) <u>Coutada:</u> Igreja Matriz Calvário

	Capela de S. Sebastião Fonte velha Lagares de azeite
Boidobra	Património cultural e edificado: Igreja matriz com campanário Ponte romana Capela de Nossa Senhora da Estrela Gastronomia: Panela no forno Sarrabulho Sarapatel de cabidela Galinhola à beiroa Caldudo (castanhas secas) Papas de milho Bolo doce, Cavacas Artesanato: Cerzideiras e cesteiros
Cantar-Galo e Vila do Carvalho	<u>Cantar Galo:</u> Capela de S. Vicente de Paulo Ponte de Cantar-Galo Casa com Brasão Pedra do Urso (Serra da Estrela) <u>Vila do Carvalho:</u> Igreja matriz Lugar de Vila de Mouros Pena Lapa das Cachopas

	Poio dos Corvos Miradouro do cruzeiro
Casegas e Ourondo	<u>Casegas</u> Capela das Almas Capela do anjo da Guarda 1ª Casa de Casegas "Abrasonada" Igreja Paroquial Ponte de Origem Romana Forno Comunitário Lagar de Azeite Moinhos Tradicionais Museu de arte sacra piscinas naturais ao longo da ribeira <u>Ourondo</u> Igreja Matriz Santuário de Nossa Senhora do Carmo Capelas de Santo Amaro e de São João Ponte de Ourondo/Casegas - arcos em granito Jardim Dr. Carlos Coelho Fonte do Moinho Fonte Velha Alagoa

Cortes do Meio	Igreja Matriz de S. Roque, Cortes do Meio. Capela de Nossa Senhora do Carmo, Cortes do Meio. Capela de S. José, Bouça. Capela de Santo António, Cortes de Baixo. Alminhas, Bouça. Nicho, Cortes do Meio. Cruzeiros, Cortes de Baixo, Ourondinho e Alto da Salgueira. Ruínas do Lagar de Azeite, Cortes do Meio. Moinhos Fonte dos Calções, Bouça. Fonte das Três Bicas Fonte de Santo António, Cortes de Baixo. Fábrica, Cortes do Meio. Ponte Antiga, Cortes de Baixo.
Covilhã e Canhoso	Fontanário do Jardim dos Melos Videiro das Galinhas Três Bicas Estátua do Soldado Desconhecido Casa D. Maria José Alçada Casa de Melo e Castro Igreja de São Francisco Igreja de São José Igreja do Rodrigo Capela do Canhoso

	Fonte do Moinho
	Lagoa
	Fonte Velha
	Fonte de São João
	Ponte das Almas
	Nicho das Almas
	Ponte de ferro
	Igreja de Santa Maria Maior
	Capela de Santa Cruz
	Capela de São Silvestre
	Igreja da Estação
	Casa dos Magistrados
	Casa das Morgadas
	Edifício do Mercado Municipal
	Miradouro das Portas do Sol
	Igreja de São Martinho
	Capela de São Martinho
	Capela de Nossa Senhora do Refúgio
	Capela de Santo António
	Capela de São João
	Convento de Santo António
	Monumento a Nossa Senhora da Conceição
	Antiga Fábrica Real
	Capela de São João de Malta
	Janela Manuelina
	Calçada Romana
	Torre de Santiago
	Igreja da Misericórdia
	Paços do Concelho
	Monumento a Melo e Castro
	Monumento dos lanifícios

	Jardim Público Jardim do Lago Parque da Goldra Estrada do Sineiro (património de edifícios fabris) Ponte sobre a Ribeira da Carpinteira Recinto Dr. Carlos Coelho Parque Alexandre Aibéo Parque de campismo do Pião
Dominguiso	Igreja matriz Capela de São Sebastião Casa de Silvestre e Castelo Branco Praia fluvial do rio Zêzere
Erada	Igreja matriz Capela de São Sebastião Casario tradicional Santuário de Nossa Senhora dos Milagres Forno do Senhor e lagar do vinho Moinho da Ribeira Jardim Público

	Complexo Turístico da Lameira (piscina, campo de ténis)
Ferro	Igreja Matriz Capela do Sagrado Coração de Maria Capela do Espírito Santo Sepulturas romanas
Orjais	Igreja matriz Capelas de Nossa Senhora de Luzes e de Nossa Senhora das Cabeças Santuário romano Castro Calçada romana e outros vestígios Miradouro da capela de Nossa Senhora das Cabeças.
Paul	Casa de Cultura "Marmelo e Silva" Santuário de Nossa Senhora das Dores Ribeira do Caia Parque da Pinha Erva Bonita Piscina Natural e Pedra da Sola Moinhos da ribeira

Peraboa	Peraboa: Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição Capela de Nossa Senhora das Preces Capela do Divino Espírito Santo Capela das Castanheiras Fonte velha Nichos Quintas do Pereiro, do Alçada, da Ribeira, do Brejo, da França, Quinta do Padre, Quintas da Serra, da Pousada, do Muro, do Freixo, dos Terroeiros e do Pomar. Castanheira: Igreja/Capela Padroeira Nossa Senhora de Lourdes Fornos comunitários (não sei se será relevante) Quinta da Rata Quinta da Ribeira
Peso e Vales do Rio	Peso: Igreja matriz Capela do Divino Espírito Santo Casario tradicional e fonte de mergulho do Chafarizito e do Ribeiro da Canada Miradouro no santuário de Nossa Senhora de La Salette Vales do Rio: Igreja matriz Capela de Santa Margarida Fonte velha Chafariz Rio Zêzere

São Jorge da Beira	Casa museológica Capela Nossa Senhora de Fátima Capela de Santa Bárbara (Panasqueira) Capela de Santa Teresinha (Casal de Santa Teresinha) Capela de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (Vale de Cerdeira) Coreto (Cambões) Casa de Cinema e Teatro (Panasqueira) Galerias Mineiras situadas na Panasqueira e Vale de Ermidia.
Sobral de São Miguel	Igreja de São Miguel (Matriz) Capela de Santa Bárbara Capela de Nossa Senhora da Boa Viagem (Pereiro) Alminhas Ponte do Lagar Fundeiro, Ponte dos Canutchos e Ponte do Bairro da Ponte Fonte da Ponte / Chafariz centenário de duas bicas Fonte do Ribeirinho / Chafariz de uma bica Fontanário do Largo do Cabecinho Eira comunitária e Tronco do Ferrador Nora Moinhos comunitários (nas ribeiras do Carvalho e do Porsim) Lagar Fornos comunitários Regueiras de carros de bois Gravuras rupestres, Mamoa e Mina dos Mouros Ribeira do Porsim Zona Balnear

	Cascata do Vale das Vacas Porta dos Mouros Fragão da Ursula da Cabrieira
Teixoso e Sarzedo	Teixoso: Igreja Matriz Monumento Nacional do Santo Cristo Vestígios arqueológicos de Terlamonte Quinta de São João Nossa Senhora do Carmo Sarzedo: Capela de Nossa Senhora das Preces Capela do Espírito Santo Igreja Matriz Torre em granito Chafariz Parque de merendas da Fonte dos Amieiros Miradouro
Tortosendo	Igreja Matriz Capela de Nossa Senhora do Rosário Capela do Senhor do Calvário Capela de Nossa Senhora dos Remédios Capela de Santa Margarida Capela de São José Operário Capela de São João Capela de São Brás Capela da Casa Garrett Fontes e chafarizes Jardim público, no Largo da Feira Parque S. Miguel Casa da Vila

Unhais da Serra	Ribeira da Alforfa Barragem Padre Alfredo Miradouro do Cruzeiro Estância Termal e Climática Vale Glaciário da Alforfa
Vale Formoso e Aldeia do Souto	<u>Vale Formoso:</u> Igreja Matriz Fonte velha Torre do Relógio Capela de Nossa Senhora da Saúde Janelas manuelinas Calçada romana Sepulturas romanas Miradouro Pavilhão Gimnodesportivo Gabinete de Apoio Social e Turístico <u>Aldeia do Souto:</u> Igreja Matriz Capela da Senhora do Caneiro Capela de São João Evangelista Piscinas de água salgada Parque de merendas do Arco do São João Fonte da Maria Janeira Fonte da Biquinha Forno Comunitário Miradouro Monumento em memória do Dr. Januário Barreto

Verdelhos	Igreja Matriz Capela de Santo António Capela de São Romão Fonte das Duas Bicas Ponte sobre o rio Bejames Fonte do Outeiro Moinhos de água

13. Rede Viária e Mobilidade

A análise das questões relacionadas com a rede viária e transportes é fundamental para a definição de uma estratégia de desenvolvimento, pois dela, depende o nível das acessibilidades de qualquer município, região ou país, e como consequência, o respetivo desenvolvimento social, económico e cultural.

Esta importância que ainda se discute, se é o planeamento dos transportes que condiciona o ordenamento do território ou o ordenamento do território que condiciona o planeamento dos transportes, assume hoje um papel bastante relevante. É nesta difícil e complexa tarefa, acrescida da multidisciplinaridade que lhe está associada, que o planeamento, enquanto instrumento de ordenamento do território, tem de ser capaz de integrar e articular com todas as restantes áreas que desenham os territórios de hoje.

Os territórios surgem na época contemporânea, não como espaços estáticos, mas como locais dinâmicos, ou seja, como territórios de mobilidade fluxos de pessoas, bens e informação que condicionam a intervenção territorial. Daí que, em qualquer estratégia a definir, será necessário verificar a sua capacidade de mobilidade, ou seja, analisar a distribuição e densidade da rede viária e dos transportes, assim como as suas potencialidades e debilidades, de forma a possibilitar a criação de medidas capazes de melhorar as acessibilidades, num contexto de desenvolvimento sustentável a diferentes escalas territoriais.

É neste contexto, de caracterização da rede viária e dos transportes, que se desenvolverá este trabalho, tendo como base os conceitos definidos pelo Guião Orientador PMOT de 2011 “Acessibilidades, mobilidade e transportes nos planos municipais de ordenamento do território”, e evidentemente à escala do concelho da Covilhã, com o objetivo de enriquecer o Plano Diretor Municipal da Covilhã.

Neste sentido, procede-se à caracterização das infraestruturas viárias e do sistema de transportes do concelho, nomeadamente, no que diz respeito à sua rede rodoviária e ao serviço

de transporte público existente, tendo por objetivo a sua análise funcional e operacional do concelho da Covilhã.

13.1. Mobilidade

13.1.1. Evolução da Mobilidade

Por mobilidade entende-se a capacidade de deslocação da população e sua facilidade em consegui-lo. Ao caracterizar a mobilidade de determinada população é possível identificar os principais destinos e meios de acesso, sendo mais eficaz a prossecução de estratégias de melhoramento da qualidade de vida da população que tanto depende das boas condições de acesso aos transportes.

As deslocações provocadas pelas necessidades quotidianas traduzem-se em deslocações pendulares – trabalho e estudo – e deslocações ocasionais – compras, lazer e cultura, serviços. Ambas são condicionadas pela localização dos respetivos equipamentos e pela existência de acessibilidades. Neste sentido, a análise da mobilidade da população tem como base as deslocações atrás descritas e as necessidades sentidas.

Sublinha-se o facto de a proporção da população residente que sai e entra da e na unidade territorial permite ter a perceção da atração que os concelhos exercem uns sobre os outros, no que à mobilidade dos seus habitantes se refere.

O foco do presente estudo é o espaço urbano central da Covilhã, que tem uma configuração espacial mais compactada que as áreas da cidade desenvolvidas mais recentemente. Apresenta um núcleo urbano implantado numa lomba da vertente da Serra da Estrela e encontra-se entre dois vales muito cavados, o da Ribeira da Goldra e da Ribeira da Carpinteira.



Figura 191 - Vista do centro da cidade da Covilhã (Fonte: Google).

Essa maior compactação deu-se em função das condições da mobilidade das pessoas nas várias épocas da sua história. Antes do desenvolvimento dos meios de transporte motorizados os deslocamentos no interior das cidades eram feitos em sua maioria a pé, e no campo por algum modo com auxílio de animais, como cavalos ou carros de bois e carruagens. Com isso as distâncias a percorrer estavam limitadas a estas formas de deslocação no território. Isso evoluiu com a chegada dos comboios, que gerou uma maior urbanização das cidades em direção as estações dos caminhos de ferro. O desenvolvimento mais recente, principalmente a partir dos anos cinquenta do século XX, priorizou as deslocações motorizadas nos modos individuais, e isso transformou e ainda está a transformar muito as antigas cidades, resultando em uma grande expansão de suas fronteiras urbanas e um despovoamento dos centros tradicionais mais compactados e pouco adaptados a este modo de transporte.

A estrutura das cidades antigas atendia a uma realidade diversa. Contudo hoje todos querem ter o carro à porta de casa para se deslocarem para todos os lugares. Ora, a cidade antiga não foi estruturada para o automóvel, pelo que, ou se muda o local da cidade, ou se ajusta a cidade e os hábitos das pessoas, aproximando-os e adequando-os entre si. Difícil é enquadrar a cidade antiga nos paradigmas da mobilidade motorizada individual, predominante nos dias de hoje.

Essa é uma das razões que leva ao deslocamento das atividades económicas para as periferias e as pessoas também passaram a querer morar em lugares mais espaçosos. Afinal, com o carro, não é mais necessário morar tão próximo do mercado ou da padaria, desde que se ofereçam vagas de estacionamento, e para isso procuram localizar-se fora do rígido tecido urbano consolidado. Neste sentido, essa dispersão dificulta a implantação de qualquer sistema eficiente de transporte urbano. Por este motivo, entre outros, o planeamento urbano precisa de viabilizar formas de conter esse espalhamento, mantendo a centralidade e densificando pontos

estratégicos que possam ser atendidos com maior facilidade e eficácia pelo sistema de transportes.

São muitos os problemas gerados pelos automóveis individuais, como acidentes, congestionamentos, poluição, sedentarismo e principalmente a elitização do acesso aos serviços e lugares. Pois o planeamento urbano, alicerçado no automóvel individual, promove o espalhamento urbano, que gera a cidade dispersa, e isso restringe a mobilidade de quem anda a pé, pois tudo fica mais distante para quem não tem carro, em especial os idosos e mais carenciados.

Uma forma de se contrapor a essa tendência é a manutenção de atividades que sustentem a atratividade do centro, fatores fortes o suficiente para conservar a força de aglomeração que naturalmente este local exerce. Evidentemente que esta atratividade depende também da mudança dos padrões de mobilidade. Por estas e outras razões é importante valorizar o centro urbano e para isso promover uma mudança de hábitos de mobilidade, com a oferta de alternativa atraentes e mais sedutoras do que o automóvel individual.

A importância de voltar a dinamizar os espaços urbanos centrais, baseia-se nas seguintes razões:

- Já estão dotados de infraestruturas;
- Têm uma história ligada ao sentimento de pertença, a identidade dos lugares, ao património e ao turismo;
- Contribuem para reduzir os problemas relacionados com a dispersão urbana;
- A população mais pobre e envelhecida continua a morar no centro, agora distantes dos serviços básicos de saúde, educação e comércio, que migraram para as periferias.

O incentivo à mobilidade exige a criação de condições atrativas que estimulem a sua prática e a utilização por todos. Assim, o Município da Covilhã investiu em outros modos de transporte que promovem a mobilidade. Foram construídos os Elevadores da Goldra, de Santo André, do Jardim Público, o Funicular de São João e a Ponte da Carpinteira e uma rede de ciclovias, assim como procederam ao melhoramento dos estacionamentos Municipais.



Figura 192 - Elevador da Goldra (Fonte: Google).



Figura 193 - Elevador de Santo André (Fonte: Google).



Figura 194 - Elevador do Jardim Público (Fonte: Google).



Figura 195 - Funicular de São João (Fonte: Google).



Figura 196 - Ponte da Carpinteira (Fonte: Google).



Figura 197 - Rede de Ciclovias (Fonte: Google).

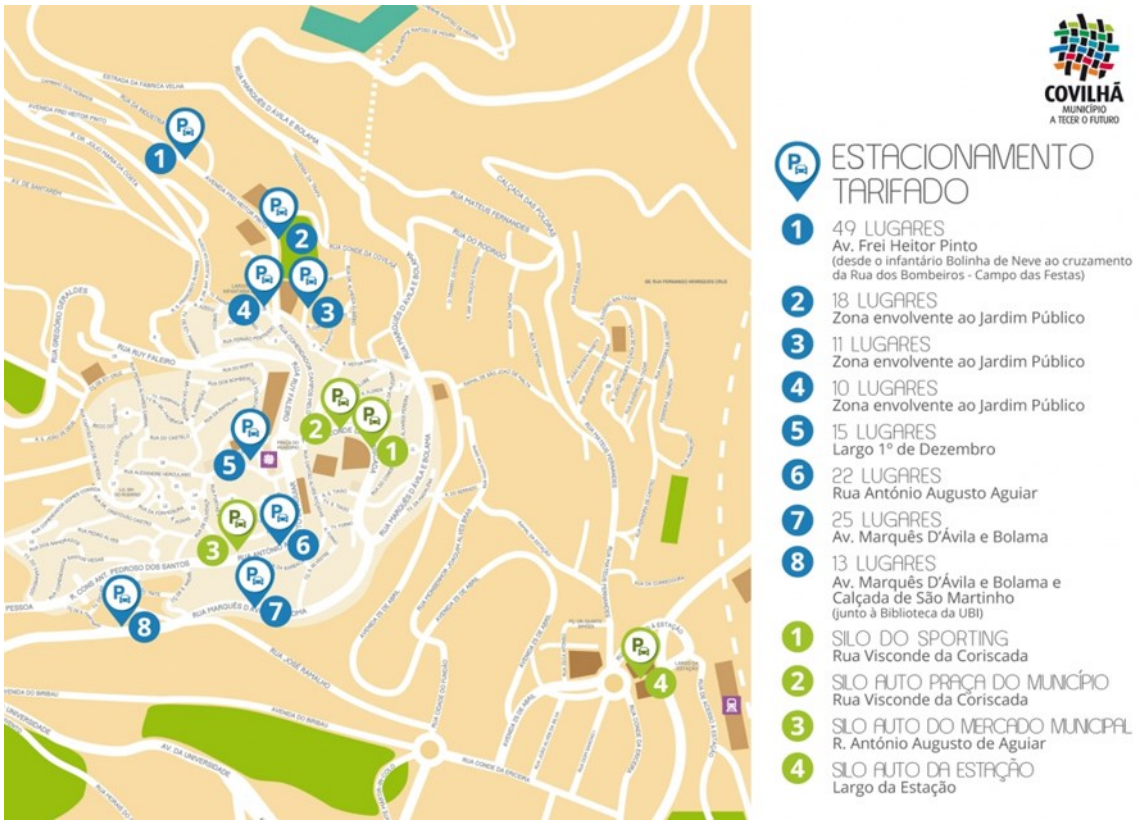


Figura 198 - Estacionamentos Municipais (Fonte: Município da Covilhã).

13.1.1.1. Mobilidade Pedonal

A mobilidade inclui a deslocação pedonal. Percorrer os percursos quotidianos a pé, assim como a ligação até aos meios de transporte e entre transportes é, geralmente, assegurada a pé, começando a transformar-se numa exigência crescente por parte dos cidadãos com maturidade cívica e ambiental.

As ruas são os mais significativos espaços públicos que uma cidade tem para a circulação que garante a vida urbana através da circulação das pessoas, das mercadorias, das relações humanas (função social), das redes de infraestruturas e até das ideias (conversas, dos encontros, placas de comunicação e propaganda, manifestações de caráter político e social). Uma rua viva é um local onde há circulação de uma grande variedade de aspetos da vida, pelo que, não pode ser mono funcional, focada apenas na prioridade para o automóvel. O tráfego de veículos, se mal gerido, afugenta a dinâmica que dá vida à rua e consequentemente à cidade,

A “cidade antiga” da Covilhã caracteriza-se por ruas estreitas e edificações antigas muitas delas de valor histórico, que representam a identidade da cidade, por isso deve ser preservada, mesmo que signifique alguns impedimentos em termos de mobilidade para o automóvel. Por ser implantada na vertente da Serra da Estrela, a cidade da Covilhã possui muitas ruas com inclinação inadequada para a acessibilidade universal. Essa configuração orográfica também não pode ser modificada, e integra a identidade da cidade. Entretanto passeios estreitos, barreiras arquitetónicas e outros problemas podem agravar ainda mais essa situação, especialmente para o peão.

Em contrapartida a cidade também possui muitas ruas que acompanham as curvas de nível e com inclinações mais suaves, por onde se pode estabelecer rotas alternativas e acessíveis. Os maiores problemas, nem sempre os de mais difícil resolução, advêm da urbanização mais recente, tanto das áreas novas como antigas, focadas na mobilidade do veículo motorizado individual e do conflito destes com os peões.

É necessário pensar soluções para uma cidade antiga, que dê a suas pessoas a dignidade de poder andar pelas ruas. É importante lembrar que a cidade tem uma população envelhecida e o avanço da idade trás consigo limitações à mobilidade (lentidão, maior esforço para subir degraus, uso de muletas, bengalas ou cadeira de rodas). Trata-se de um desafio nas ruas estreitas do centro Histórico da Covilhã.

Assim, com base na Proposta de Plano de Ação e Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS) de 2020, a CIM das Beiras e Serra da Estrela propõe construir e/ou requalificar a rede pedonal nomeadamente:

Tabela 44 - Construções e/ou requalificações da rede pedonal (Fonte: PAMUS 2020).

Área Abrangida	Proposta	Descrição da Proposta
Área Urbana da Covilhã	Requalificação pedonal do troço da EN 230 entre a Covilhã e o cruzamento com a rua do Forno, incluindo a construção de passeios.	Requalificação do troço viário de ligação da cidade a um dos principais núcleos urbanos periféricos, os Sete Capotes, disponibilizando aos peões condições de circulação pedonal em segurança e comodidade, numa lógica de mobilidade urbana alternativa ao transporte automóvel.
Área Urbana da Covilhã	Requalificação pedonal do troço da EN 230 entre a Covilhã e o Canhoso, incluindo construção de passeios.	Requalificação do troço viário de ligação da cidade a um dos principais núcleos urbanos periféricos, disponibilizando aos peões condições de circulação pedonal em segurança e comodidade, numa lógica de mobilidade urbana alternativa ao transporte automóvel.
Área Urbana da Covilhã	Requalificação da Ribeira da Várzea com construção de passadiços pedonais.	Via que promove ligações urbanas pedonais na confluência de 2 bairros urbanos do Canhoso.

Centro Urbano da Covilhã	Plano de adaptação de acessos dos espaços envolventes e dos edifícios públicos municipais a cidadãos de mobilidade reduzida.	Este plano tem como objetivo a eliminação das barreiras arquitetónicas, a adequação do espaço público e do acesso aos edifícios municipais de acordo com o estabelecido no D.L. 163/2006, na sua atual redação.
Centro Urbano da Covilhã	Alargamento e ampliação da Rua Francisco Leal (Boidobra) com a construção de passeios.	Intervenção de requalificação de um troço de arruamento urbano de acesso a equipamentos onde se concentram valências diversificadas de serviço público, que inclui o alargamento da plataforma e a construção de passeio para circulação de peões em segurança e comodidade.
Centro Urbano da Covilhã	Qualificação da Avenida dos Montes Hermínios (Tortosendo) com construção de passeios.	Intervenção de requalificação de um troço de arruamento urbano que liga a sede da freguesia a um núcleo urbano periférico, melhorando as condições de circulação pedonal com a beneficiação dos passeios existentes e a construção de passeios no troço onde atualmente não existem, criando para a população condições de segurança e comodidade que motivem a circulação pedonal.

Centro Urbano da Covilhã	Requalificação pedonal do troço da EN 18-4 entre a rotunda da Zona Industrial do Tortosendo e a rotunda no Eixo TCT.	Intervenção de requalificação de um troço da estrada EN 18-4, que liga a sede da freguesia do Tortosendo à Zona Industrial, melhorando as condições de circulação pedonal com a reconstrução de passeios existentes e a construção de passeios atualmente inexistentes.
Concelho	Requalificação pedonal no troço da Rua da Indústria e a União das freguesias de Cantar-Galo e Vila do Carvalho.	Requalificação do troço viário com construção de passeios para circulação de peões entre a cidade e uma das freguesias mais populosas.
Área Urbana da Covilhã	Requalificação pedonal na estrada que liga duas das freguesias mais populosas - Covilhã e Canhoso.	Melhoria da acessibilidade pedonal (passeios e travessias rodoviárias) no Centro Urbano da Covilhã.

Área Urbana da Covilhã	Espaço de lazer e reabilitação das margens da ribeira da Carpinteira com construção de infraestruturas de mobilidade pedonal.	Criação de acessos pedonais e cicláveis, para melhoria de acessibilidades, numa zona onde se pretende a reconversão dos espaços e unidades industriais abandonadas. Esta intervenção permite a ligação ente a zona alta e baixa da cidade, onde na proximidade já foram construídos equipamentos no que diz respeito à mobilidade (Ponte pedonal sobre a Ribeira da Carpinteira e Elevador do Jardim).

13.1.1.2. Mobilidade Condicionada

O conceito de mobilidade condicionada diz especificamente respeito, essencialmente, às limitações específicas (psico-motoras) de cada peão e à necessidade de as compreender e atender à inclusão dos peões com necessidades especiais: pessoas em cadeiras de rodas, pessoas incapazes de andar ou que não conseguem percorrer grandes distâncias, pessoas com dificuldades sensoriais, pessoas cegas (e com deficiências ao nível da visão) ou surdas (e com deficiências ao nível da audição), e ainda aquelas que, em virtude do seu percurso de vida, se apresentam transitoriamente condicionadas, como as grávidas, as crianças e os idosos.

Por sua vez, também a mobilidade do peão pode ser condicionada ao nível, mais abstrato, da forma como equaciona as suas próprias lógicas de mobilidade. A caracterização destas limitações e o seu agrupamento por tipos de peões, corresponde aos seguintes três grupos:

1. Crianças - Este grupo é particularmente vulnerável. Só por volta dos 11/12 anos de idade tem maturidade suficiente para lidar com uma envolvente rodoviária projetada para adultos. Antes desta idade revelam dificuldades em interpretar a informação proveniente da sua visão periférica, em avaliar a velocidade, a distância ou a direção dos sons de um veículo em movimento, sendo ainda o seu tempo de reação mais elevado que o dos adultos. O seu comportamento é inconstante e imprevisível, reagindo impulsivamente a qualquer estímulo exterior e, perante situações de tráfego complexas, podem colocar em risco a sua segurança.

2. Idosos - São caracterizados por uma velocidade de deslocação mais lenta e um maior tempo de reação, associados à perda de reflexos. A visão e a audição podem estar afetadas, bem como a memória e a capacidade de raciocínio, limitando a sua perceção do ambiente rodoviário, o que pode levar a acidentes ou quedas graves durante as deslocações. Recorrem, essencialmente, à marcha pedonal e ao transporte público para se deslocarem, uma vez que deixam de ter a alternativa do automóvel. Durante o período noturno sentem-se inseguros, particularmente em locais com fraca iluminação e pouca vivência urbana.

3. Pessoas com mobilidade reduzida - Estes indivíduos são portadores de deficiências físicas, sensoriais ou intelectuais que, independentemente da idade, afetam a sua mobilidade. Recorrem a instrumentos de apoio (cadeiras de rodas, bengalas, muletas, etc.) para se deslocarem e têm uma perceção limitada da envolvente imediata. Apresentam necessidades de deslocação idênticas às dos idosos e também se sentem expostos em situações de tráfego complexas. Apesar das suas limitações, deve-se garantir a sua acessibilidade a qualquer ponto da cidade, contribuindo para a sua integração social. Para tal é necessário considerar acessos específicos, minimizando o seu contacto com o tráfego motorizado, multidões, escadarias ou inclinações acentuadas, pois constituem barreiras difíceis de ultrapassar.

Obviamente, esta atenção às necessidades particulares dos peões não constitui, em si mesmo, um tema estruturante da relação conceptual entre transportes e uso do solo. No entanto, as suas implicações devem ser consideradas aquando desenho e concretização geral do espaço público, entendido na sua aceção mais lata (compreendendo igualmente equipamentos públicos e privados de todo o tipo, comércio e serviços), e não tanto com o próprio ordenamento do território (onde todos os diversos tipos de condicionamento devem estar a priori presentes).

Contudo, este aspeto não retira importância ao tema – já que o ordenamento e a estruturação do território, mesmo na sua conceção e parametrização de sentido mais abstrato, implica sempre alguma forma de concretização da relação entre espaço livre e edificado e entre os seus usos e vocações.

Portanto, o que está aqui em causa não é tanto o repensar da coexistência mais ou menos segregada das diversas funções urbanas (produtivas, culturais, de recreio e lazer, etc.) e sua relação com o sistema de transportes, mas antes a consideração de uma nova conceção de mobilidade (mais abrangente) onde o peão médio, medianamente habilitado, é substituído por

um outro, menos habilitado, para o qual se desenham soluções específicas capazes de satisfazer igualmente as do peão médio.

13.1.1.3. Condições para Uso de Bicileta

O incremento do uso da bicicleta como modo de transporte quotidiano passará, para além do desenvolvimento de percursos clicáveis com condições de conforto e segurança dentro dos aglomerados urbanos (prioritariamente integrados na rede estruturantes de modos suaves), por dotar os aglomerados de infraestruturas de apoio à utilização da bicicleta, bem como pelo desenvolvimento de medidas que promovam a sua banalização, atuando designadamente ao nível da promoção de serviços de aluguer de bicicletas públicas e na promoção de circuitos de lazer que fomentem o hábito de utilização da bicicleta.

Mesmo existindo algumas pessoas a pedalar pela cidade diariamente, não existe nenhuma ação permanente e contínua de incentivo ao seu uso como meio regular de deslocação. Sendo a cidade um polo universitário, como uma população estudantil significativa, pedalar pode ser uma alternativa atraente para os jovens, que estão, em geral, mais abertos a novas alternativas de deslocação.

A cidade tem uma inclinação elevada na generalidade dos seus percursos, contudo algumas ruas acompanham as curvas de nível e, consequentemente, são relativamente planas ou apresentam inclinações mais suaves, o que facilitaria a através de bicicletas. Por outro lado, as descidas da cidade são extremamente convidativas para o uso da bicicleta, pois significam uma deslocação facilitada com o mínimo de esforço físico. Permitem, por exemplo, uma deslocação desde o espaço urbano central até à estação ferroviária, ou à Central de Camionagem, sem a necessidade de pedalar, num movimento baseado apenas na gravidade. Entretanto, as subidas são mais difíceis de vencer utilizando este meio de deslocação, pelo que ultrapassar esta dificuldade constitui um dos maiores desafios ao incentivo do uso da bicicleta na cidade.

Também os transportes públicos, nomeadamente os autocarros urbanos poderiam ter apoios externos que pudessem suportar as bicicletas, como os existentes em algumas cidades.

Existem também sistemas apropriados para a deslocação vertical das bicicletas que auxiliam o ciclista na sua deslocação nos aclives, através de um pequeno suporte que desliza numa calha (movida por um cabo) no qual se apoia o pé. Esta calha é colocada no lancil do passeio, sendo

que o ciclista de movimenta na faixa de rodagem automóvel, deixando o passeio livre. Outra medida que facilita o transporte da bicicleta em escadas é a colocação de uma calha. Trata-se de um sistema simples e eficaz que poderia ser utilizado nas muitas escadas existentes na Covilhã, de modo a facilitar a mobilidade dos ciclistas. Por último refiram-se os para ciclos destinados ao parqueamento de bicicletas, instalados nas ruas ou edificações que deveriam estender-se a outros locais da cidade, nomeadamente equipamentos de ensino (escolas e universidade), de laser ou desportivos.

Assim, com base na Proposta de Plano de Ação e Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS) de 2013, a Câmara Municipal da Covilhã propõe as seguintes intervenções infra descritas:

Tabela 45 - Descrição das intervenções propostas (Fonte: PAMUS 2013).

Designação de Projeto	Descrição do projeto	Promotor	Freguesia	Parceiros
Criação de rede de bicicletas elétricas para uso público	Construção e sinalização de Rede bicicletas elétricas de utilização pública partilhada com centro de recolha, gestão e estacionamento de bicicletas nas zonas do centro histórico da cidade, polos e residenciais da UBI, zonas industriais, estações de transportes coletivos, hospital e zona baixa da cidade. Pretende apostar-se numa rede de bicicletas urbanas de uso partilhado, complementar ao Transporte Público. Os pontos de estacionamento e recarga das bicicletas elétricas serão abastecidos por unidades de produção elétrica por fontes de energia renováveis. Esta rede vai permitir um acesso generalizado da população a bicicletas urbanas, de uso livre, mediante um pagamento diário, mensal ou anual. Este uso poderá alterar a forma como muitos covilhanenses se deslocam no interior da cidade, e por essa razão, tornar a Covilhã uma cidade pró ambiente. É nesse sentido, que se pretende construir este projeto para que, num futuro próximo, se proceda à criação, implementação, financiamento e gestão de uma rede de bicicletas elétricas de uso partilhado complementar à rede de transportes públicos de Covilhã.	CMC	União das Freguesias da Covilhã e Canhoso	UBI, Associação Empresarial, CHCB, Junta de Freguesia
Requalificação do circuito de ligação entre a estação da CP e a Central de Camionagem, com integração da rede de bicicletas elétricas	Requalificação do espaço público viário e pedonal que liga as duas infraestruturas de transportes (Estação da CP e Central de camionagem), facilitando a circulação pedonal e introduzindo uma ciclovia, e a criação de uma estação de partida e chegada da rede de bicicletas elétricas, de forma a permitir aos munícipes e, nomeadamente, aos turistas, articularem os dois meios de transporte de chegada à cidade (ferroviário e rodoviário) com o meio de transporte em bicicleta para circulação dentro da própria cidade.	CMC	União das Freguesias da Covilhã e Canhoso	Empresas de Transporte Rodoviário, CP, Junta de Freguesia
Requalificação do Edifício da central de Camionagem e da sua envolvente	Requalificação do edifício da Central de Camionagem dotando-o de condições de acesso a pessoas com mobilidade condicionada, nomeadamente ao nível da comunicação interior entre pisos, acesso a instalações sanitárias ao nível do cais de embarque.	CMC	União das Freguesias da Covilhã e Canhoso	

Designação de Projeto	Descrição do projeto	Promotor	Freguesia	Parceiros
- Arruamentos/ciclovia e arranjos exteriores de acordo com o PP UOPG5 da Grande Covilhã	Execução da ciclovia integrada na rede de arruamentos urbanos da área do Plano de Pormenor da UOPG5 da Grande Covilhã, disponibilizando aos munícipes uma infraestrutura alternativa ao transporte rodoviário.	CMC	União das Freguesias da Covilhã e Canhoso	
Requalificação pedonal do troço da EN 513 entre o Barco e a Coutada	Requalificação do troço viário de ligação entre os núcleos urbanos núcleos do Barco e da Coutada, disponibilizando aos peões condições de circulação pedonal em segurança e comodidade, numa lógica de mobilidade urbana alternativa ao transporte automóvel.	CMC	União de Freguesias de Barco e Coutada	
Requalificação pedonal do troço da EN 230 entre a Covilhã e o cruzamento com a rua do Forno, incluindo construção de passeios	Requalificação do troço viário de ligação da cidade a um dos principais núcleos urbanos periféricos, os Sete Capotes, disponibilizando aos peões condições de circulação pedonal em segurança e comodidade, numa lógica de mobilidade urbana alternativa ao transporte automóvel.	CMC	União das Freguesias da Covilhã e Canhoso	
- Plano de construção e adaptação de acessos dos espaços envolventes e dos edifícios públicos municipais a cidadãos de mobilidade reduzida.	Eliminação de Barreiras Arquitetónicas. Adequação do espaço público e do acesso aos edifícios municipais de acordo com o estabelecido no D.L. 163/2006 de 08 de agosto. Melhoria de acessibilidades	CMC	União das Freguesias da Covilhã e Canhoso	

Designação de Projeto	Descrição do projeto	Promotor	Freguesia	Parceiros
- Arruamentos/ciclovia e arranjos exteriores de acordo com o PP UOPG5 da Grande Covilhã	Execução da ciclovia integrada na rede de arruamentos urbanos da área do Plano de Pormenor da UOPG5 da Grande Covilhã, disponibilizando aos munícipes uma infraestrutura alternativa ao transporte rodoviário.	CMC	União das Freguesias da Covilhã e Canhoso	
Requalificação pedonal do troço da EN 513 entre o Barco e a Coutada	Requalificação do troço viário de ligação entre os núcleos urbanos núcleos do Barco e da Coutada, disponibilizando aos peões condições de circulação pedonal em segurança e comodidade, numa lógica de mobilidade urbana alternativa ao transporte automóvel.	CMC	União de Freguesias de Barco e Coutada	
Requalificação pedonal do troço da EN 230 entre a Covilhã e o cruzamento com a rua do Forno, incluindo construção de passeios	Requalificação do troço viário de ligação da cidade a um dos principais núcleos urbanos periféricos, os Sete Capotes, disponibilizando aos peões condições de circulação pedonal em segurança e comodidade, numa lógica de mobilidade urbana alternativa ao transporte automóvel.	CMC	União das Freguesias da Covilhã e Canhoso	
- Plano de construção e adaptação de acessos dos espaços envolventes e dos edifícios públicos municipais a cidadãos de mobilidade reduzida.	Eliminação de Barreiras Arquitetónicas. Adequação do espaço público e do acesso aos edifícios municipais de acordo com o estabelecido no D.L. 163/2006 de 08 de agosto. Melhoria de acessibilidades	CMC	União das Freguesias da Covilhã e Canhoso	

Designação de Projeto	Descrição do projeto	Promotor	Freguesia	Parceiros
- Requalificação pedonal do troço da EN 230 entre a Covilhã e o Canhoso, incluindo construção de passeios	Requalificação do troço viário de ligação da cidade a um dos principais núcleos urbanos periféricos, disponibilizando aos peões condições de circulação pedonal em segurança e comodidade, numa lógica de mobilidade urbana alternativa ao transporte automóvel.	CMC	União das Freguesias da Covilhã e Canhoso	
- Requalificação da Ribeira da Várzea com construção de passadiços pedonais	Criação de acessos pedonais e cicláveis, para melhoria de acessibilidades.	CMC	União das Freguesias da Covilhã e Canhoso	
- Alargamento e Ampliação da Rua Francisco Leal (Boidobra) com a construção de passeios.	Intervenção de requalificação de um troço de arruamento urbano de acesso a equipamentos onde se concentram valências diversificadas de serviço público, que inclui o alargamento da plataforma e a construção de passeio para circulação de peões em segurança e comodidade.	CMC	Boidobra	
Qualificação da Avenida dos Montes Hermínios (Tortosendo) com construção de passeios	Intervenção de requalificação de um troço de arruamento urbano que liga a sede da freguesia a um núcleo urbano periférico, melhorando as condições de circulação pedonal com a beneficiação dos passeios existentes e a construção de passeios no troço onde atualmente não existem, criando para a população condições de segurança e comodidade que motivem a circulação pedonal.	CMC	Tortosendo	
Requalificação pedonal do troço da EN 18-4 entre a rotunda da Zona Industrial do Tortosendo e a rotunda no Eixo TCT	Intervenção de requalificação de um troço da estrada EN 18-4, que liga a sede da freguesia do Tortosendo à Zona Industrial, melhorando as condições de circulação pedonal com a construção de passeios existentes e a construção de passeios, atualmente inexistem, criando para a população condições de segurança e comodidade que motivem a circulação pedonal em alternativa à circulação automóvel.	CMC	Tortosendo	

Designação de Projeto	Descrição do projeto	Promotor	Freguesia	Parceiros
Sistema inteligente de gestão integrada de transportes coletivos	Desenvolvimento e implementação de sistema tecnológico de monitorização e gestão de transporte públicos no Concelho. Esta tecnologia permitirá ao utilizador ter um conhecimento mais eficaz e de maior qualidade sobre a rede de transporte, os horários, os períodos de espera e o acesso a reserva de bilhetes. Do ponto de vista da gestão, permitirá recolher um conjunto de informação ao nível dos tempos de percurso, taxas de utilização, pontos de estrangulamento ou de utilização critica, etc.	CMC	Covilhã e Canhoso; Cantar Galo e Vila do Carvalho; Teixoso e Sarzedo; Tortosendo; Boidobra;	UBI, Juntas de freguesia; Empresas de transportes;
Sistema de transporte flexivel	Desenvolvimento e implementação de serviço de transporte flexivel que permita a utilização de transporte publico por marcação prévia, sobretudo em áreas territoriais com reduzida densidade populacional.	CMC	Covilha e Canhoso; Cantar Galo e Vila do Carvalho; Teixoso e Sarzedo; Tortosendo; Boidobra;	UBI, Juntas de freguesia; Empresas de transportes;
Bilhética integrada	Desenvolvimento e implementação de sistema de bilhética integrada que permita a gestão e aquisição de bilhetes globais para utilização de todos os meios de transporte publicos do Concelho, rodoviários, bicicletas, elevadores, ascensores, etc.	CMC	Covilha e Canhoso; Cantar Galo e Vila do Carvalho; Teixoso e Sarzedo; Tortosendo; Boidobra;	UBI, Juntas de freguesia; Empresas de transportes;
Reabilitação das margens da ribeira da Carpinteira com construção de infraestruturas de mobilidade pedonal e Espaço de lazer.	Criação de acessos pedonais e cicláveis, para melhoria de acessibilidades, numa zona onde se pretende a reconv de espaços e unid industriais abandonadas. Esta intervenção permite a ligação ente a zona alta e baixa da cidade, onde na proximidade já foram contruídos equipamentos no que diz respeito à mobilidade (Ponte pedonal sobre a Ribeira da Carpinteira e Elevador do Jardim)	CMC	União das Freguesias da Covilhã e Canhoso	

Designação de Projeto	Descrição do projeto	Promotor	Freguesia	Parceiros
Requalificação pedonal no troço da Rua da Industria e a União das freguesias de Cantar-galo e Vila do Carvalho	Requalificação do troço viário com construção de passeios para circulação de peões entre a cidade e uma das freguesias mais numerosas	CMC	União das Freguesias da Covilhã e Canhoso e União de Freguesia Cantar-galo e vila do Carvalho	
Requalificação pedonal e ciclovia no troço do Eixo TCT entre o Pavilhão do Inatel e a Zona Industrial do Canhoso	Requalificação do troço viário de ligação da cidade a um dos principais polos industriais, disponibilizando aos peões condições de circulação pedonal em segurança e comodidade, numa lógica de mobilidade urbana alternativa ao transporte automóvel.	CMC	União das Freguesias da Covilhã e Canhoso	
Ciclovia e Pedonilização Intermunicipal - Ligação Covilhã Fundão (EN18)	Criação de ciclovia e passeio pedonal desde o limite do Concelho da Covilhã, até ao Canhoso, permitindo a ligação entre a Covilhã e as zonas industriais do Tortosendo e Canhoso	CMC	União de Freguesias de Covilhã e Canhoso, Boidobra, Tortosendo, Ferro	

O Município da Covilhã, no domínio da mobilidade suave em ambiente urbano, avançou com a obra da Ciclovia da Rede Ciclável da Covilhã com recurso a bicicletas elétricas de uso partilhado, encontrando-se já restruturada a rotunda do Operário, localizada no cruzamento da Alameda Europa com a rua Dr. Manuel Castro Martins e, ainda por restruturar, a Avenida da ANIL.

Desta forma será possível vencer com menor esforço os desníveis existentes, contribuindo ainda para a promoção de modos de transporte mais sustentáveis e uma benéfica alteração dos hábitos, ainda muito assentes na utilização do automóvel.

13.1.2. Desafios da Mobilidade Urbana

A mobilidade é transversal a todos os setores da atividade económica e assume profundos impactos sociais, ambientais e económicos com capacidade para potenciar o investimento, o emprego, a coesão social e a valorização territorial.

É assim determinante lutar por uma mobilidade sustentável, inclusiva e acessível e por um serviço público de transporte de qualidade, que promova um saudável ambiente concorrencial e uma adequada previsão dos direitos dos consumidores e profissionais.

Por isso, quaisquer alterações no Ecossistema da Mobilidade e dos Transportes têm efeitos multiplicadores no Estado, na administração local, nos agentes económicos e utilizadores, sendo fundamental adotar estratégias firmes, transparentes e tecnicamente bem definidas.

No entanto, também temos de ter em conta que o Ecossistema da Mobilidade e dos Transportes em Portugal é desigual, com vários enquadramentos, realidades e problemas estruturais por resolver, seja na insuficiência ou desatualização do enquadramento legal, seja na necessidade de investimento e construção, seja na insuficiência de meios públicos e privados para investimento necessário à coesão e desenvolvimento.

13.2. Acessibilidades

Acessibilidade é a capacidade de atingir bens, serviços, atividades e destinos. É a medida que permite classificar o quão fácil ou difícil é atingir um determinado local, tendo em conta a

influência de diversos fatores, entre eles a distância entre os locais, o tempo de viagem e o número de oportunidades de viagem.

Além da acessibilidade, a mobilidade de pessoas e bens é também um fator de desenvolvimento que contribui para uma melhor organização espacial do território e que está estreitamente ligada ao bem-estar social e económico.

Por mobilidade entende-se a capacidade de um indivíduo ou tipo de pessoa se deslocar. Isto envolve dois componentes:

1. o primeiro depende da performance do sistema de transportes, e é afetado pelo local onde a pessoa está, da hora do dia e da direção na qual se deseja deslocar;

2. o segundo componente depende das características do indivíduo, tais como se tem carro próprio, a disponibilidade de pagar um táxi, autocarro, comboio ou avião; se tem a possibilidade de caminhar ou usar o transporte público e mesmo se tem conhecimento das opções disponíveis.

Noutras palavras, o primeiro elemento está relacionado com a efetividade do sistema de transporte em conectar localidades espacialmente separadas, e o segundo elemento está associado com "até que ponto" um determinado indivíduo ou tipo de pessoa é capaz de fazer uso do sistema de transporte.

A melhoria da qualidade de vida exige uma eficaz organização física do espaço, sendo o ordenamento do território um dos instrumentos privilegiados para conduzir à distribuição otimizada das atividades e à satisfação das necessidades das comunidades.

As vias de comunicação e os meios de transporte desempenham um papel relevante no desenvolvimento, constituem um sector importante da vida nacional, permitem uma maior facilidade de movimentos no escoamento de recursos naturais, de produtos agrícolas e industriais, e facilitam o intercâmbio social, cultural e económico entre as populações.

Assim, as redes de transportes são estruturas que interligam os espaços territoriais, potencializando o progresso quando são dinâmicas, ou evidenciando estagnação e decadência quando são deficientes.

Estas redes são o principal fator para uma boa acessibilidade, já que podem diminuir a distância e o tempo de viagem, sendo estas essenciais para a organização do espaço em termos sociais e

económicos. Desta forma a acessibilidade é fundamental para a mobilidade geográfica das populações e dos seus bens, e constitui uma necessidade básica para o desenvolvimento socioeconómico das regiões e dos países em geral.



Figura 199 - Acessibilidade no Concelho da Covilhã, a nível Nacional (Fonte: Município da Covilhã).

Pode-se acrescentar que as infraestruturas de transportes, quando eficientes, beneficiam dois pilares importantes da economia nacional: o sector do turismo e o sector das importações e exportações de mercadorias.

13.2.1. Evolução Recente das Acessibilidades

Com a adesão de Portugal à então União Europeia (EU), foi possível mobilizar um conjunto avultado de investimentos para o sector dos transportes e acessibilidades, consubstanciados em apoios efetuados no âmbito dos Quadros Comunitários de Apoio. Estes materializaram opções e orientações estratégicas que se refletiram em transformações significativas em matéria de acessibilidades.

Sendo as acessibilidades um elemento determinante no cálculo dos fatores decisivos das dinâmicas de organização e estruturação do território, tais transformações repercutiram-se em importantes alterações na organização do território nacional.

O desenvolvimento das acessibilidades em Portugal está a ocorrer de acordo com o previsto nas políticas europeias de transportes e em particular de acordo com o plano rodoviário nacional em vigor, conforme já foi referido. Com o desenvolvimento das acessibilidades cria-se a expectativa de que as regiões por elas abrangidas registem impactos ao nível do desenvolvimento, principalmente nas zonas interiores, zonas essas que normalmente são caracterizadas por um menor desenvolvimento regional.

A acessibilidade entre dois locais é sempre determinada em função da distância e das caraterísticas das infraestruturas viárias que os unem. Deste modo, o concelho da Covilhã tem vindo a melhorar continuamente as suas ligações com os principais polos geradores de importância nacional, regional e local, tendo por base as distâncias (métrica e temporal) registadas e a rede rodoviária existente.

A articulação das infraestruturas rodoviárias pela boa acessibilidade que proporcionam, promove o desenvolvimento de nós estratégicos de conetividade, às sedes de concelho e outros aglomerados relevantes, conferindo ao território do Centro, incluindo a Covilhã, coesão e competitividade.

A função "social" também é importante aquando análise das acessibilidades, esta resulta da intensidade das atividades que se desenvolvem na envolvente das vias e da ligação/relação que a via estabelece com essas atividades.

O reforço dos centros das cidades, das centralidades urbanas periféricas, e o desenvolvimento de novas centralidades é uma das linhas de força das políticas de estruturação do território que vem sendo aplicada pela generalidade dos países da União Europeia no sentido de reforçar a atratividade e competitividade das cidades, de atribuir maior urbanidade às periferias e às áreas de urbanização dispersa, e de contribuir para a coesão social e territorial proporcionando serviços diferenciados e qualificados mais próximos das populações, em espaços que constituem referências urbanas.

O conceito de centralidade urbana já não se refere apenas aos centros tradicionais das cidades, mas mais globalmente, a áreas que, a diversas escalas territoriais, se diferenciam das áreas envolventes por concentrarem atividades e funções urbanas diversificadas que polarizam a vida coletiva – social, cultural, lúdica, económica, etc. – e que constituem, por isso, espaços estruturantes dos territórios urbanos.

Neste contexto, o sistema de transportes e acessibilidades é considerado " pilar" no que toca ao fator de competitividade da economia, elemento estruturante do ordenamento do território e que garante da coesão social e a condicionante da equidade social e da qualidade de vida.

Segundo o PROT Centro, de maio 2011, "Tanto na perspetiva da competitividade como da coesão, importa que as intervenções no sistema de transporte potenciem o caráter policêntrico do sistema urbano da região Centro. Sendo certo que persistem limitações de cariz infraestrutural que deverão ser colmatadas, entende-se que é sobretudo para a promoção de padrões de mobilidade mais sustentáveis que se deve apontar com maior prioridade, o que significa lançar as bases e criar as condições para a implementação de sistemas intermunicipais de transporte público mais eficazes e eficientes."

A materialização de um bom sistema de transporte passa pela produção de serviços de transporte público efetuada em concordância com referenciais de planeamento e programação definidos pelas entidades públicas competentes gradualmente e em colaboração entre a Administração Central e as autarquias Locais, passa por modalidades mais estruturadas de cooperação entre os municípios, nomeadamente através de integração institucional do tipo

Autoridade/ Associação Intermunicipal de Transporte Público e pela revisão por parte do Governo do quadro regulamentar e do sistema de financiamento do transporte público e através de parcerias público – público entre a Administração Central e as autarquias Locais.

A posição interior do território do concelho da Covilhã no contexto nacional torna-o mais vulnerável ao sistema de acessibilidades e transportes que o servem, sendo que os inconvenientes que daí proveem só poderão ser atenuados através da implementação de uma boa rede de infraestruturas e de transportes, com capacidade de ligar este território de forma eficaz aos grandes eixos de transporte nacional e internacional. O caráter interior do território da Covilhã pode assim representar uma condicionante ao seu desenvolvimento.

13.2.1.1 Estado da Rede Viária

O tipo e o estado de conservação dos pavimentos constituem importantes fatores na avaliação qualitativa da rede, com repercussões ao nível da sua capacidade, segurança, economia e conforto de utilização.

Com base no Basegov (Pesquisa (base.gov.pt)), no que respeita à construção e/ou à beneficiação de estradas municipais, o Município da Covilhã procedeu ao melhoramento dos seguintes troços:

Tabela 46 - Empreitadas de obras públicas, relacionadas com a Rede Viária, adjudicadas pelo Município da Covilhã desde 2009 (Fonte: Basegov).

Objeto do Contrato	Data de Publicação
Concurso Publico de empreitada de obras de requalificação da Rua 30 de Junho (EM504), entre a Ponte de Cantar Galo e a Capela de S. Domingos, Covilhã	30/09/2021
Concurso Publico para a Empreitada de obras do caminho do Porsim - trabalhos de pavimentação, sinalização de trânsito horizontal e vertical e guardas de segurança	10/08/2021

Concurso Publico para a empreitada de obras de requalificação de pavimentos vários na Estrada Municipal 513 (Freguesias do Dominguizo e União de Freguesias do Peso e Vales do Rio)	09/07/2021
Concurso Público para a Empreitada de obras de pavimentações da área urbana da grande Covilhã (troço da Rua General Humberto Delgado, Rua João de Deus e Rua Professora Filomena Alves Ribeiro, até á zona da calçada e Rua Fonte do Fundo)	08/06/2021
Empreitada de obras de correção do pavimento na Alameda Europa e Avenida Infante D. Henrique, Covilhã	17/09/2020
Empreitada de obras de requalificação do Caminho do Porsim - trabalhos de terraplenagem, drenagem e execução base do pavimento.	07/07/2020
EMPREITADA DE OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DO TROÇO DA ESTRADAS MUNICIPAL 512, AO KM 1+750, ENTRE O PAUL E O OURONDO	02/06/2020
Empreitada de obras de reconstrução de muro de suporte na Estrada Municipal 511, troço 1, Sobral de São Miguel	20/03/2020
Consulta Prévia para a empreitada de obras de F.E.M. - reparação de danos em infraestruturas e equipamentos municipais provocados pelos incêndios de 2017 - Guardas de segurança	07/05/2019
Empreitada de obras do F.E.M - execução de sinalização horizontal nas freguesias da Erada, Paul, Barco/Coutada, Covilhã/Canhoso, Cortes do Meio e Unhais da Serra	07/05/2019
Trabalhos de pavimentação (infraestruturas rodoviárias)	09/11/2016
Trabalhos de pavimentação de estrada	04/11/2014

Obras de melhoramento e pavimentação do acesso a edifícios de habitação na Travessa do Sineiro - Covilhã	09/05/2014
Pavimentação do caminho pela Ribeira do Porsim do acesso de Casegas a São Jorge da Beira	26/09/2013
Retificação da plataforma da faixa de rodagem na Estrada Municipal 512, entre a Ribeira do Alvoroso e o Rio Zêzere	26/09/2013
Requalificação de arruamentos sitos no Bairro da Judiaria - Covilhã	26/09/2013
Obra de drenagem e pavimentação no Largo 5 de Outubro	26/09/2013
Execução de micro-aglomerado betuminoso na Estrada Ponte Pedrinha - Ferro - Peraboa	05/09/2013
Trabalhos de estaleiro, transporte e espalhamento de tout-venant numa extensão de 10.000,00m2, fornecimento e aplicação de tapete betuminoso a frio (numa extensão de 32.200,00m2), na Estrada Municipal 512 (entre a Ribeira do Bodelhão e a Ribeira do Ourondo).	14/02/2013
Obra de terraplenagem na Estrada Rural entre a EM 508 e a EN 339, Cortes do Meio	09/10/2012
Trabalhos de requalificação da Estrada Municipal 512, no troço urbano da Barroca Grande	03/10/2012
Execução de guardas mistas na Estrada Municipal 512 na Barroca Grande	27/03/2012
Trabalhos de marcação horizontal da Alameda Europa, na EN 18-4 e na Rua João de Deus (Teixoso)	08/06/2011
Empreitada de obra de terraplanagem na estrada rural entre a EM 508 e a EN 339 - Cortes do Meio	22/06/2010

Empreitada de execução dos trabalhos de pinturas rodoviárias	25/11/2009
Empreitada de fornecimento e aplicação de guardas de segurança no Caminho da Baiuca e Beringueira, freguesia do Canhoso	25/11/2009
Empreitada de fornecimento e aplicação de guardas de segurança na Estrada Municipal 513, entre as freguesias do Dominguiso e do Tortosendo	25/11/2009
Empreitada de obras de aplicação de uma camada de micro aglomerado na estrada Casegas - Sobral de São Miguel	12/11/2009
requalificação da estrada de acesso à Boidobra	21/09/2009
Empreitada de obras de requalificação da Estrada Municipal 506-1 entre a Ponte Pedrinha e o cruzamento com a Estrada Nacional 345-1 / 1ª fase	11/09/2009

Segundo a informação disponibilizada no site do Município da Covilhã (Obras - Município da Covilhã (cm-covilha.pt)) encontram-se em curso as seguintes obras:

1. Pavimentações e requalificação de pavimentos na Freguesia de Verdelhos
2. Marcação de horizontal na EM512 - entre Barroca Grande e São Jorge da Beira.
3. Substituição do pavimento betuminoso por calçada em passadeira na Av. 25 de Abril
4. Requalificação e pavimentação de estradas na freguesia do Paul
5. Marcação de horizontal na EM511 - entre Casegas e Sobral de São Miguel

13.2.2. Inserção Nacional, Regional e Inter Concelhia

O concelho da Covilhã é dotado (direta ou indiretamente) de ligações ao exterior, as quais, atendendo às funções desempenhadas, à estrutura viária existente e à sua inserção territorial, assumem um papel fundamental no contexto da rede viária e acessibilidade concelhias.

A posição interior do concelho da Covilhã torna este território especialmente vulnerável às acessibilidades, tendo-se verificado uma evolução bastante positiva com o incremento de vias estruturais nacionais e regionais.

No que respeita às ligações de nível nacional e internacional salientam-se as que se considera assumirem uma posição primordial na conetividade nacional e internacional da região e mais especificamente do concelho da Covilhã. Neste sentido, destacam-se os seguintes eixos, embora o município não seja atravessado por todos:

1. IP2/A23: Guarda – Castelo Branco. Itinerário Principal (IP), designado também como Autoestrada da Beira Interior, integra a Rede Nacional Fundamental e de Autoestradas. O seu traçado estende-se até ao polo de Castelo Branco, prolongando-se pelo IP6/A23 até ao IP1/A1 em Torres Novas, estabelece ainda ligação direta ao IP5/A25 na Guarda. É um eixo determinante na ligação sul-norte da região Centro Interior e possibilita um conjunto alargado de ligações no contexto nacional e internacional, em articulação com os eixos viários referidos. A circulação neste eixo viário é taxada com portagens exclusivamente eletrónicas, o que diminuiu o volume de tráfego nesta via e levou a que, pelo menos a curto-médio prazo, diminuísse também a atratividade desta ligação;

2. IP5/A25: Aveiro – Vilar Formoso. Itinerário Principal (IP) que integra a Rede Nacional Fundamental e de Autoestradas. É um eixo determinante na ligação transversal no contexto nacional, entre os centros urbanos de Aveiro, de Viseu e da Guarda. Estabelece uma função de articulação com o eixo longitudinal fundamental ao nível nacional - IP2 -, promovendo uma ligação primordial com a Região Nordeste do país. Assim, em articulação com esse eixo longitudinal possibilita um conjunto variado de ligações a centro urbanos regionais e nacionais, mesmo que indiretamente através dos eixos viários IP4/A4, IP3, IP3/A24, e mesmo IP1/A1. A circulação neste eixo viário é também taxada com portagem eletrónica.

Os eixos viários que permitem as ligações a nível regional compreendem uma lógica de articulação mais fina com as regiões envolventes, bem como, uma função de reforço da coesão e articulação territorial intrarregional. Consideram-se os seguintes eixos viários, que atravessam o concelho da Covilhã:

1. EN18/ant-EN18: Ervidel - Guarda. Integra a Rede Nacional de Estradas de Portugal, tendo sido desclassificada a parte do seu traçado que atravessa o concelho da Covilhã. É um eixo

com um papel relevante nas ligações externas do concelho, sendo que parte do seu traçado foi beneficiada por forma a constituir o IP2. Permite ligações de nível nacional e regional, destacando-se os centros urbanos da Guarda, Fundão Castelo Branco, Vila Velha de Rodão e Évora;

2. EN230/ant-EN230: Venda de Galizes - Covilhã. Integra a Rede Nacional de Estradas de Portugal, tendo sido desclassificada parte do seu traçado entre Tortosendo e Covilhã. É um eixo essencial na coesão suprarregional e intrarregional, que atravessa o centro urbano da Covilhã. Permite a ligação à EN17 e à EN18/ant-EN18. Está previsto no PRN 2000 que parte do seu traçado seja alvo de beneficiação por forma a constituir o IC6 (já se encontra construído o troço entre o IP3 e a EN342-4) que irá promover a melhoria da ligação entre Coimbra e Covilhã; ´

3. ER339: Seia – Covilhã. Anteriormente integrou a Rede Nacional de Estradas de Portugal, tendo sido desclassificada. Inicia o seu traçado no centro urbano da Covilhã e permite a sua ligação com Seia, atravessando a Serra da Estrela, sendo por isso um eixo importante do ponto de vista da coesão regional.

No que respeita às ligações de nível Inter-concelhia, estas são efetuadas a partir a Rede Municipal, que integra um conjunto significativo de vias que asseguram ligações exteriores de importância secundária a nível concelhio, servindo sobretudo o acesso de zonas mais periféricas aos concelhos limítrofes, bem como garantem, especialmente, ligações entre aglomerados do município.

De entre as vias municipais destacam-se a norte a EM501 e EM501-1, que garantem ligações, respetivamente, a Verdelhos e a Valhelhas. A sul, evidenciam-se a EM511, EM512 e a EM513, que asseguram a ligação aos polos de Sobral de S. Miguel, São Jorge da Beira e Barco, respetivamente. A EM512 quando intercetada pela EM512-1 permite ligações ao exterior do concelho, nomeadamente a Silvares (Fundão).

Destacam-se ainda como vias essenciais na estrutura local do concelho a EM506 e a EM506-1, que acolhem bastante tráfego, a EM506 permite, em conjunto com a EN345, ligações exteriores ao concelho (Fundão, Sabugal e Penamacor). No interior do município a EM506 possibilita a ligação entre a sede de concelho e Peraboa, já a EM506-1 desenvolve-se a partir da zona sul da Grande Covilhã (em Tortosendo) até Ferro, ligando-se no seu prolongamento à EM506.

Tabela 47 - Principais Ligações à Rede Exterior (Elaboração Própria).

Via	Nível das principais ligações asseguradas		
	Nacional / Internacional	Regional	Local
IP2/A23	Região Centro Interior	Guarda Castelo Branco Entroncamento	-
	Sub-Região da Beira Interior Sul		
	Sub-Região da Beira Interior Norte		
	Região Centro		
	Sub-Região Médio Tejo		
IP5/A25	Fronteira - Espanha	Guarda Viseu Aveiro	-
	Região Centro		
	Sub-Região da Beira Interior Norte		
	Sub-Região de Dão-Lafões		
	Sub-Região Baixo Vouga		
EN18/ant-EN18	Região Centro Interior	Guarda Fundão Castelo Branco	Eixo TCT (Teixoso, Covilhã, Tortosendo) Canhoso Orjais
	Sub-Região da Beira Interior Sul		
	Sub-Região da Beira Interior Norte		
	Região do Alentejo		

EN230/ant-EN230	-	-	Tortosendo
			Eixo TCT (Teixoso, Covilhã, Tortosendo)
			Unhais da Serra
			Teixeira
			Vide
			Alvoco das Várzeas
			Vila Pouca da Beira
			Venda de Galizes
ER339	Sub-Região da Beira Interior Norte		Penhas da Saúde
	Sub-Região da Serra da Estrela	Seia	Torre
			Sabugueiro
EM501	-	-	Canhoso
			Teixoso
			Verdelhos
EM506	-	EN345	Quinta Grande
			Peraboa
EM506-1	-	EN18-4	Tortosendo
			Ferro

EM511	-	EN230	Sobral de S. Miguel
			Casegas
EM512	-	-	São Jorge da Beira
			Aldeia de S. Francisco de Assis
			Ourondo
			Paul
EM513	-	-	Barco
			Peso
			Dominguiso
			Tortosendo

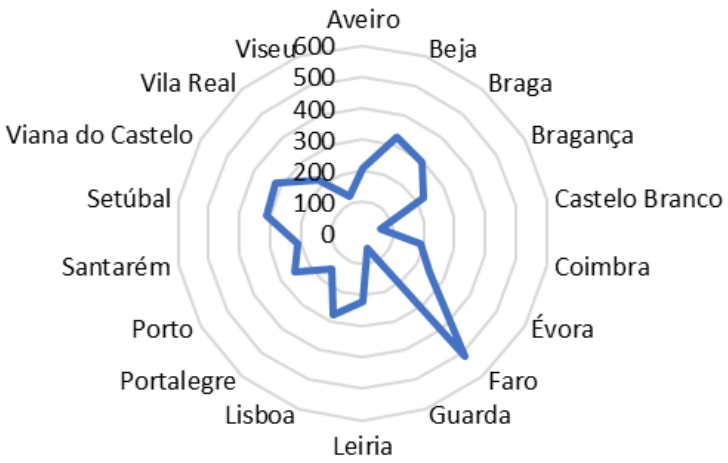
Analisando a distância/tempo entre o concelho da Covilhã e as capitais de distrito, verifica-se que, em geral, as distâncias e o tempo que levam a percorrer, são equilibrados, demorando um tempo expectável tendo em conta a distância. Ou seja, as acessibilidades são boas e com tendência a melhorar, sendo a mais favorável, no contexto das capitais de distrito, a proporção distância/tempo de Covilhã – Lisboa.

Tabela 48 - Distâncias -Tempo entre Covilhã e todas as Capitais de Distrito de Portugal Continental (Elaboração própria).

Capital de Distrito	Distância (Km)	Duração (h)
Aveiro	206	2h05
Beja	328	3h45
Braga	297	3h00
Bragança	225	2h25
Castelo Branco	60	0h46
Coimbra	191	2h05
Évora	249	2h50
Faro	515	4h40
Guarda	50	0h40
Leiria	220	2h10
Lisboa	278	2h45
Portalegre	150	1h40
Porto	248	2h30
Santarém	213	2h05
Setúbal	314	3h00
Viana do Castelo	321	3h20
Vila Real	220	2h20

Viseu	123	1h25

Gráfico 49 - Distâncias -Tempo entre Covilhã e todas as Capitais de Distrito de Portugal Continental (Elaboração própria).



13.2.3. Inserção Municipal

No âmbito da acessibilidade Inter-concelhia desenvolve-se uma análise das ligações entre os aglomerados do município da Covilhã. Dada a dimensão do concelho e a complexidade do seu sistema urbano foram considerados os centros urbanos de nível I, II e III (capítulo 9).

Esta análise baseia-se nas respetivas distâncias (métricas e temporais), estrutura e caraterísticas da rede viária existente, permitindo uma avaliação no que respeita ao acesso que a população tem aos recursos disponíveis, tanto ao nível de serviços como ao nível de equipamentos, fatores indispensáveis à qualidade de vida e satisfação das necessidades da população que reside no território concelhio.

A Rede Municipal é constituída pelas estradas nacionais desclassificadas (entregues à Autarquia), estradas municipais (EM) e pelos caminhos municipais (CM), pelas vias não classificadas e também pelas principais vias que compõem o subsistema urbano. A Rede Municipal abrange um conjunto de vias bastante heterogéneo, quer em termos físicos, quer funcionais.

Relativamente às estradas nacionais desclassificadas é de destacar a EN18 que permite a ligação às sedes dos concelhos limítrofes - Belmonte e Fundão -, que estabelecem uma relação importante do ponto de vista das conexões funcionais entre centros urbanos. Refira-se ainda a ligação à Guarda que constitui uma ligação importante, a nível rodoviário e ferroviário, possibilitando a relação do território da Covilhã com o litoral e também com as redes internacionais. Atravessa longitudinalmente o concelho e desempenha, no sistema viário concelhio, funções estruturantes como eixo coletor, permite a ligação entre Covilhã – Canhoso – Teixoso – Orjais.

Ainda relativamente a vias desclassificadas, encontram-se sob jurisdição da autarquia alguns troços que desempenham também um papel estruturante no sistema viário concelhio. Destacam-se: a ant. EN18-4, que atravessa a zona sul da Grande Covilhã, possibilitando o acesso à zona industrial de Tortosendo e efetua a ligação entre o centro urbano de Tortosendo e a ant. EN18; e o eixo constituído pelas ant. EN343-1 e ant. EN343, essencial para o acesso à região mais periférica do concelho, a oeste, desenvolvendo-se a partir da EN230 perto de Cortes do Meio, passando pelos aglomerados de Paul e Barco, até ao extremo sul do concelho.

De referir ainda neste contexto as seguintes vias ant. EN18-3, EN232 e ant. EN345, que embora possibilitem ligações ao exterior do concelho de nível regional, são vias que desempenham funções mais secundárias no sistema viário concelhio, essencialmente devido à sua localização periférica relativamente aos grandes eixos viários ou ao principal polo urbano – Grande Covilhã.

Ao nível das estradas municipais, as vias EM506 e EM506-1, por possibilitarem variadas ligações ao nível local e também ao nível supraconcelhio, são vias que permitem a circulação da Grande Covilhã para este, até à EN345. A EM501 destaca-se pela importância dos acessos que promove entre a sede de concelho e a sua parte norte, nomeadamente as localidades de Teixoso e Verdelhos, quando conjugada com a EM501-1 permite o acesso a Sarzedo.

As EM512 e EM511 são vias fulcrais do ponto de vista da coesão territorial das freguesias na zona oeste do concelho. A EM512 permite a ligação entre os aglomerados de S. Jorge da Beira, Minas da Panasqueira, Cambões, Barroca Grande, Aldeia de S. Francisco de Assis, Ourondo até ao Paul, onde se articula com a EN343-1. Na sua extensão cruza-se com a EM512-1 que possibilita o acesso ao exterior do município. A EM511 desenvolve-se no sentido norte-sul,

atravessa os aglomerados de Casegas e Sobral de São Miguel, sendo que a norte articula-se (já no exterior do concelho) com a EN230.

A EM513 é uma via, também, muito importante na acessibilidade à zona sudeste do concelho, permitindo o acesso dos aglomerados Barco, Coutada, Peso, vales do Rio e Dominguiso à Grande Covilhã. Estabelece ligações com a EN230, a EN18-4 e a EN343.

Do ponto de vista das relações mais locais é de referir os seguintes eixos – EM510, EM508, EM502 e EM503. A EM510 permite o acesso ao aglomerado de Erada, unindo-se às vias EN343-1 e EN230. A EM508 possibilita o acesso a Cortes do Meio, a partir da EN230. Por fim, as EM502 e EM503 estabelecem ligação com a ant-EN18, possibilitando o acesso aos aglomerados de Aldeia do Souto e Vale Formoso.

A um nível inferior, deve referir-se ainda, a importância de alguns caminhos municipais no contexto da estrutura viária do concelho, uma vez que constituem as ligações primordiais, ou mesmo únicas, entre alguns aglomerados, nomeadamente: o CM1403 que permite a ligação entre S. Jorge da Beira e Sobra de S. Miguel; o CM 1042 que é a via de acesso ao aglomerado de Trigais; e o CM 1004 que possibilita a relação mais direta entre Vila do Carvalho e Teixoso.

Relativamente aos restantes caminhos municipais destacam-se ainda:

- O CM1021 atravessa Vale Formoso e estabelece ligação com a EN232, EM502 e EM503;
- O CM1023 permite a ligação de Verdelhos à EM501 e ao exterior do concelho;
- O CM1017 liga o aglomerado de Borralheira à ant-EN18;
- O CM1014 permite a ligação entre Terlamonte e a ant-EN18 e EN18-3;
- O CM1024 possibilita a ligação entre os aglomerados de Peraboa e Castanheiras;
- O CM1037 liga Monte Serrano à EM506-1;
- O CM1374 assegura a ligação de Barroca Grande ao exterior do concelho;
- O CM1062, que se inicia em Ourondo, permite a relação deste aglomerado com o exterior do concelho.

Tabela 49 - Distâncias e tempo entre aglomerados urbanos de nível I e II do concelho da Covilhã (Elaboração própria).

	Dominguiso		Cantar Galo		Canhoso		Vila do Carvalho		Ferro		Boidobra		Unhais da Serra		Teixoso		Paul		Tortosendo		Covilhã	
	Km	min	Km	min	Km	min	Km	min	Km	min	Km	min	Km	min	Km	min	Km	min	Km	min	Km	min
Covilhã	11	16	4	10	5	6	5	12	11	14	4	7	20	26	7	10	21	28	7	11	-	-
Tortosendo	4	8	11	22	9	12	12	23	8	10	5	6	13	15	14	13	15	17	-	-		
Paul	15	20	25	35	25	28	29	40	22	25	19	23	11	14	27	29	-	-				
Teixoso	18	16	8	12	3	3	4	7	15	14	10	9	26	27	-	-						
Unhais da Serra	15	18	22	35	24	26	26	39	21	23	18	21	-	-								
Boidobra	9	12	7	15	7	9	10	20	8	9	-	-										
Ferro	12	12	17	18	13	13	21	22	-	-												
Vila do Carvalho	17	29	4	4	6	9	-	-														

Canhoso	16	16	10	15	-	-
Cantar Galo	13	22	-	-		
Dominguiso	-	-				

O quadro acima permite concluir que as distâncias entre os aglomerados são longas e nalguns casos morosas, especialmente os que se localizam na zona norte e sul do concelho, o que se deve à dispersão de aglomerados nestas zonas aliado ao facto do território ter uma grande dimensão (555,6 km²), correspondendo a 40% da área da sua sub-região. Outra agravante deste distanciamento é o facto do traçado das vias, principalmente na zona sul do concelho, ser sinuoso, dadas as caraterísticas orográficas deste território, o que dificulta o acesso aos aglomerados, ainda que o pavimento da rede viária se encontre, na sua maioria, em estado bom ou regular.

Foi possível verificar que não existe uma relação direta entre os níveis do sistema urbano dos aglomerados e as acessibilidades (à exceção dos aglomerados integrados na Grande Covilhã); ou seja, um aglomerado de nível II, não apresenta necessariamente uma melhor acessibilidade que um de nível III.

Vejam-se o caso do aglomerado do Paul, definido como nível II, que apresenta a acessibilidade mais reduzida ao nível concelhio. Verifica-se que a acessibilidade se apresenta bastante dificultada entre Paul e o nordeste do concelho e mesmo entre este e a sede de concelho.

Destaca-se também, os aglomerados de Unhais da Serra (nível II) e de Erada (nível III) que também revelam uma fraca acessibilidade ao nível interno do concelho, principalmente dada a sua localização na zona poente, onde o sistema viário é menos denso e as vias possuem perfis longitudinais com maiores variações, assim como, traçados mais sinuosos, o que torna os tempos de viagem mais longos.

Por fim, refira-se o aglomerado de Verdelhos (nível III), que embora se localize na zona norte do concelho, possui os mesmos constrangimentos face à acessibilidade interna que os aglomerados referidos no parágrafo anterior.

13.3. Transportes

O movimento de pessoas e de bens constitui uma necessidade fundamental da sociedade cabendo ao transporte a função de permitir a realização desses movimentos. Chama-se Transporte a esse movimento de pessoas e mercadorias entre locais. Com a alteração de determinadas dinâmicas sociais, assiste-se a um forte aumento dos movimentos nas suas diversas vertentes.

O aumento verificado, tanto a nível dos contactos sociais como das relações comerciais, apenas tem sido possível graças ao desenvolvimento dos sistemas de transportes, tornando a atividade de transporte parte do quotidiano ao permitir a deslocação de pessoas e de bens e ao possibilitar o acesso a bens e serviços.

Note-se que, a necessidade de se realizarem deslocações é tanto mais importante quanto maior é a diferenciação territorial da distribuição das funções económicas e sociais. A complementaridade induzida pela localização distinta dos locais de oferta e de procura de bens e de serviços gera um conjunto de oportunidades disponíveis que conduzem à movimentação.

A teoria da utilidade, desenvolvida pela ciência económica, procura explicar as propriedades da procura de um bem ou de um serviço e descrever a via pela qual os consumidores escolhem entre as diferentes possibilidades de consumo, sendo a utilidade económica definida como "a satisfação ou o proveito que é obtido pelo consumo de um bem ou de um serviço". Desta forma, a procura de transporte decorre da existência de outras atividades, económicas e sociais, que, gerando necessidades de deslocação de pessoas e de bens entre lugares funcionalmente diferenciados, necessitam da atividade de transporte para que as mesmas se realizem.

O sistema de transportes em áreas urbanas permite as deslocações cujos motivos podem estar relacionados com o trabalho, com o consumo de bens e de serviços, bem como, com o lazer e os contactos sociais, ou ainda com outras atividades relacionadas com o funcionamento económico da cidade, que não o emprego, como seja a deslocação de mercadorias, os circuitos de recolha e distribuição de correio ou a recolha de resíduos, entre várias outras possibilidades. Cada uma destas motivações origina deslocações entre pares cuja magnitude, frequência e regularidade, no tempo e no espaço são bastante diferenciadas. Os movimentos por motivos de

trabalho apresentam-se normalmente mais regulares no tempo e no espaço e os quantitativos em causa são, em geral, elevados.

A relação entre os vários tipos de deslocações urbanas tem vindo a alterar-se, verificando-se o aumento do que se designaram por deslocações extrínsecas, condicionadas pela maior diferenciação e especialização funcional e da sua localização diferenciada. Na realidade, a maior parte da procura de transporte que se verifica na atualidade, tanto do transporte em geral como do transporte em áreas urbanas em particular, deriva das necessidades de deslocação geradas pelas atividades sociais e económicas, constituindo o que se considera como procura derivada de transporte.

13.3.1. Transporte-Rodoviário

O Município da Covilhã tem uma rede viária extensa, com aproximadamente 1851 km, apresentando um desnível de cotas acentuado, principalmente na cidade da Covilhã.

O concelho é atravessado por uma Autoestrada de elevada importância, a Autoestrada da Beira Interior (A23), que faz a ligação entre Abrantes e a Guarda, sendo deste modo, uma das principais portas de entrada para a Europa. A um nível inferior salienta-se a Estrada Nacional 18 (EN18), que liga as cidades de Castelo Branco, Covilhã e Guarda. Dentro do concelho destaca-se ainda o Eixo Tortosendo-Covilhã-Teixoso (TCT) e a Estrada Nacional 230.

A hierarquização da rede rodoviária (HRR) constitui um exercício necessário à coerência do PDM, pelas implicações que tem para a definição de novas soluções, prioridades e critérios de gestão. Assim, a HRR integra uma estratégia para suportar o modelo de ordenamento, a definição das cargas quanto à intensidade de uso do solo, a dotação de acessibilidade diferenciada por canais e modos de transporte e procura definir a forma de organização e funcionamento da malha urbana.

A HRR baseia-se na ideia de que as características da malha urbana e a largura dos arruamentos são existentes e não podem evoluir para padrões drasticamente diferentes, exceto em casos muito particulares. Neste contexto a HRR não constitui um conceito de dimensionamento de infraestrutura, constitui sim um guião para a gestão dos espaços-canal, evitando a disseminação

do tráfego automóvel por toda a malha, e a desqualificação urbana generalizada, contrária à possibilidade de crescimento sustentável da mobilidade de pessoas e mercadorias.

A rede viária do município da Covilhã é, essencialmente, composta por cinco níveis hierárquicos diferenciados quanto à sua respetiva categoria administrativa, a saber:

- Rede Nacional Fundamental – Itinerários Principais (IP/A);
- Rede Nacional Complementar – Estradas Nacionais (EN);
- Rede Regional – Estradas Regionais (ER);
- Rede Municipal, constituída por estradas e caminhos municipais (ant-EN, ER, EM, CM, vias não classificadas);
- Rede Municipal - Sistema Urbano, constituído por vias não classificadas no interior da Grande Covilhã.

No que respeita ao subsistema urbano, considere-se a Alameda Pero da Covilhã, via não classificada, como uma importante artéria de circulação urbana, permite a ligação ao eixo TCT à EM506 (importante eixo de ligação a aglomerados intraconcelhios e externos ao concelho).

Relativamente ao sistema viário no Concelho da Covilhã grande parte da rede encontra-se envelhecida e com caraterísticas geométricas desadequadas, no que respeita, especialmente, ao perfil declivoso e pavimento desajustado à boa circulação viária (por norma as vias desenvolvem-se acompanhando as curvas de nível). Existem também insuficiências na conexão da rede, nomeadamente ao nível da capacidade de distribuição concêntrica, tendo em conta a inexistência de circulares que permitiriam canalizar o tráfego para fora do centro da cidade. No que respeita ao estacionamento, este revela-se escasso, especialmente no centro da cidade e nas zonas da universidade (UBI), sendo que, neste último caso, destaca-se o estacionamento em segunda linha que se faz notar na Estrada do Sineiro, Avenida Frei Heitor Pinto e Rua José Caetano Júnior, por falta de soluções alternativas.

13.3.1.1. Tráfego-Rodoviário

A definição das características de uma rodovia depende não só de exigências dimensionais e dinâmicas associadas ao veículo automóvel, mas também de diversos outros fatores, como as

condições das estradas que deverão estar aptas a acomodar em condições desejáveis, tendo por fim último servir adequadamente os seus utentes com segurança, conforto, tempos de percurso aceitáveis, entre outros. Também o tráfego deve ser considerado aquando análise de uma rodovia.

O conceito de tráfego rodoviário refere-se ao conjunto de veículos ou de pessoas que, em determinado momento ou período de tempo, se movimentam numa zona da rede rodoviária (secção de estrada, ramo de intersecção, passagem pedonal, etc.). Do ponto de vista económico é igualmente importante que se procure dimensionar a rodovia para satisfazer tráfegos previsíveis num horizonte temporal razoável, evitando, por exemplo, gastos extemporâneos com eventuais obras de alargamento.

Deste modo, no âmbito do projeto do traçado rodoviário, torna-se necessário entender o fator tráfego como uma solicitação a satisfazer, quantificando devidamente os parâmetros que o caracterizam e que possibilitam relacioná-lo com características geométricas a adotar, de acordo com técnicas e procedimentos desenvolvidos para o efeito.

13.3.1.2. Plano Rodoviário-Nacional

Um dos fatores estruturais mais importantes para uma harmoniosa política do ordenamento do território é, sem dúvida, o modo como se encontra organizada a Rede de Estradas, nomeadamente no capítulo das Estradas Nacionais, o que se traduz na existência de um Plano Rodoviário Nacional (PRN).

Após mais de dez anos de implementação do Plano Rodoviário Nacional com a configuração constante do Decreto-Lei nº 380/85, de 26 de setembro (PRN85), torna-se oportuno proceder à sua revisão, tendo em consideração a experiência obtida com a sua implementação e os desenvolvimentos socioeconómicos verificados após a adesão de Portugal à União Europeia.

No presente diploma foram introduzidas significativas inovações, potenciando o correto e articulado funcionamento do sistema de transportes rodoviários, o desenvolvimento de potencialidades regionais, a redução do custo global daqueles transportes, o aumento da segurança da circulação, a satisfação do tráfego internacional e a adequação da gestão da rede, sem prejuízo de terem sido respeitados os grandes objetivos do PRN85.

A Rede Rodoviária Nacional do PRN85, com 9900 km, é alargada para 11350 km através da inclusão e reclassificação de novos percursos. Além da rede rodoviária nacional foi criada uma nova categoria, a das estradas regionais, na qual foram incluídos 5000 km de elementos já classificados neste diploma.

No total, as estradas previstas no PRN2000 somam cerca de 16500 km, ou seja, um aumento da ordem dos 65% relativamente àqueles que estavam abrangidos pelo PRN85. Nestes termos, o PRN2000 corresponde a uma importante melhoria da desejável cobertura rodoviária do País, quer a nível nacional, quer a nível regional.

Inclui-se no plano rodoviário nacional uma rede nacional de autoestradas com cerca de 3000 km de extensão, correspondente a mais de metade da extensão da rede de itinerários principais e itinerários complementares. Como as autoestradas concessionadas não podem assegurar as deslocações de carácter local geradas ao longo dos respetivos corredores, devido ao espaçamento dos seus nós e ao tipo de gestão do tráfego, foram classificados alguns elementos viários como estradas nacionais para constituição de alternativas a autoestradas com portagem.

A rede nacional fundamental, como rede estratégica que assegura a ligação entre os principais centros urbanos, é agora objeto de ajustamentos pontuais.

Considerando a necessidade de acelerar o desenvolvimento económico nalgumas zonas, reclassificam-se como itinerários complementares alguns percursos, alargando o nível de cobertura do território. Foram introduzidos 10 novos itinerários complementares, num total de 34. Há ainda a registar alterações em 10 dos itinerários complementares constantes do anterior PRN. No conjunto destas mudanças, verifica-se um aumento da extensão de itinerários complementares da ordem de 33%.

Verificando-se no PRN85 a insuficiência da rede de outras estradas, entendeu-se ser necessário aumentar a sua densidade nas zonas fronteiriças, promover o fecho de malhas viárias, assim como melhorar a acessibilidade de alguns concelhos, o que contribuirá para a correção das assimetrias que ainda se verificam no desenvolvimento socioeconómico do País. O método adotado foi o de reclassificar algumas das estradas não incluídas no anterior plano rodoviário nacional como estradas nacionais e instituir uma nova categoria viária, a das estradas regionais.

Nos critérios considerados na criação das estradas regionais incluíram-se, designadamente, a estruturação da raia, a ligação de agrupamentos de municípios e núcleos territoriais e o fecho de malhas viárias.

De não menor importância, é a preocupação assumida pelo PRN2000 em matéria de melhoria qualitativa da rede rodoviária, com especial relevo para a defesa ambiental em meio urbano, para os dispositivos de combate à sinistralidade nos mais diversos planos e para os instrumentos de informação necessários à boa gestão e utilização das infraestruturas em causa. Assim, em

articulação com os instrumentos de ordenamento do território são previstas variantes e circulares nos principais centros urbanos para acesso aos corredores nacionais de grande capacidade, melhorando as condições de circulação, comodidade e segurança do tráfego gerado nesses locais.

O PRN 2000 é consubstanciado pela seguinte legislação:

- D.L. n.º 222/98, de 17 de junho – Plano Rodoviário Nacional;
- D.L. n.º 98/99, de 26 de julho – 1.ª alteração ao Plano Rodoviário Nacional;
- Declaração de Retificação n.º 19-D/98;
- DL n.º 182/2003., de 16 de agosto - 2.ª alteração ao Plano Rodoviário Nacional.

13.3.1.3. Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária 2021-2030

A Sinistralidade Rodoviária é um dos mais graves problemas das sociedades atuais e um problema de saúde pública que pode e deve ser evitado. A nível mundial é a primeira causa de morte nos mais jovens e a oitava para todas as idades.

Apesar dos progressos assinaláveis que Portugal fez em matéria de segurança rodoviária nos últimos 25 anos, este ainda é um problema que deve ser tido em atenção.

É necessário reforçar o compromisso de todos com a segurança rodoviária, através da definição e aplicação de políticas públicas eficazes e eficientes que mobilizem toda a administração pública central e local, o setor privado e a sociedade em geral. Só assim se conseguirá uma diminuição sustentada e consistente da sinistralidade rodoviária e se obterão resultados significativos na luta contra as suas consequências.

Neste contexto, a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR), cuja missão integra o planeamento e coordenação a nível nacional de apoio à política do Governo em matéria de segurança rodoviária, está a desenvolver o Plano Estratégico de Segurança Rodoviária 2021-2030 – VisãoZero2030 - em alinhamento com a segunda década de ação das Nações Unidas, com a Declaração de Estocolmo, com a política de segurança rodoviária da Comissão Europeia 2021-2030, e com o Sistema Seguro.

A VisãoZero2030 irá estabelecer a visão de longo prazo da política de segurança rodoviária em Portugal e determinar as metas e os objetivos estratégicos e operacionais correspondentes, que serão implementados por meio de planos de ação bienais que concorrem numa estratégia a 10 anos, à qual, uma vez que a segurança rodoviária é um compromisso e uma responsabilidade de todos, e que o seu combate exige um esforço partilhado entre o estado, organizações públicas, autarquias, gestores de infraestruturas, organizações com responsabilidades na segurança e na mobilidade rodoviária, academia, setor empresarial, agentes económicos, organizações e associações, o Município da Covilhã terá atenção e irá, se for o caso, alinhar a sua estratégia com as linhas orientadoras emanadas da VisãoZero2030.

13.3.2. Transporte Ferroviário

No que diz respeito ao transporte ferroviário, o município da Covilhã é servido pela linha da Beira Baixa, classificada como rede complementar, existindo duas estações no concelho – Tortosendo e Covilhã. Esta linha constitui um eixo direto de ligação entre Lisboa e Covilhã e faz ligação com a linha do Norte (Porto) no Entroncamento.

O troço da linha da Beira Baixa entre a Covilhã e a cidade da Guarda já se encontra de novo em funcionamento sendo assim possível estabelecer uma ligação direta utilizando o modo de transporte ferroviário. Assim, encontra-se facilitada a ligação da Covilhã à Rede Internacional, que seria possível através da ligação à linha da Beira Alta na Guarda. A abertura à circulação ferroviária deste troço, com 46 quilómetros de extensão e há muito ansiada pelas populações, acontece após a conclusão da empreitada de modernização e eletrificação da via-férrea.



Figura 200 - Mapa dos serviços Ferroviários em Portugal (Fonte: Google Images).

As concretizações dos projetos de modernização da Linha da Beira Baixa pretenderam:

1. A reativação do serviço de Passageiros entre Covilhã e Guarda;

2. A redução do tempo de percurso - face aos tempos praticados à data do encerramento;

3. Aumentar a competitividade do transporte de mercadorias com a criação de uma nova rota e permitir a circulação de comboios de mercadorias com 600 metros;

4. Reforçar os níveis de segurança e fiabilidade, em resultado da instalação do sistema de sinalização eletrónica e telecomunicações e pela supressão e automatização de Passagens de Nível;

5. Melhorar as ligações transfronteiriças;

6. Conseguir benefícios ambientais através da redução das emissões de CO2.

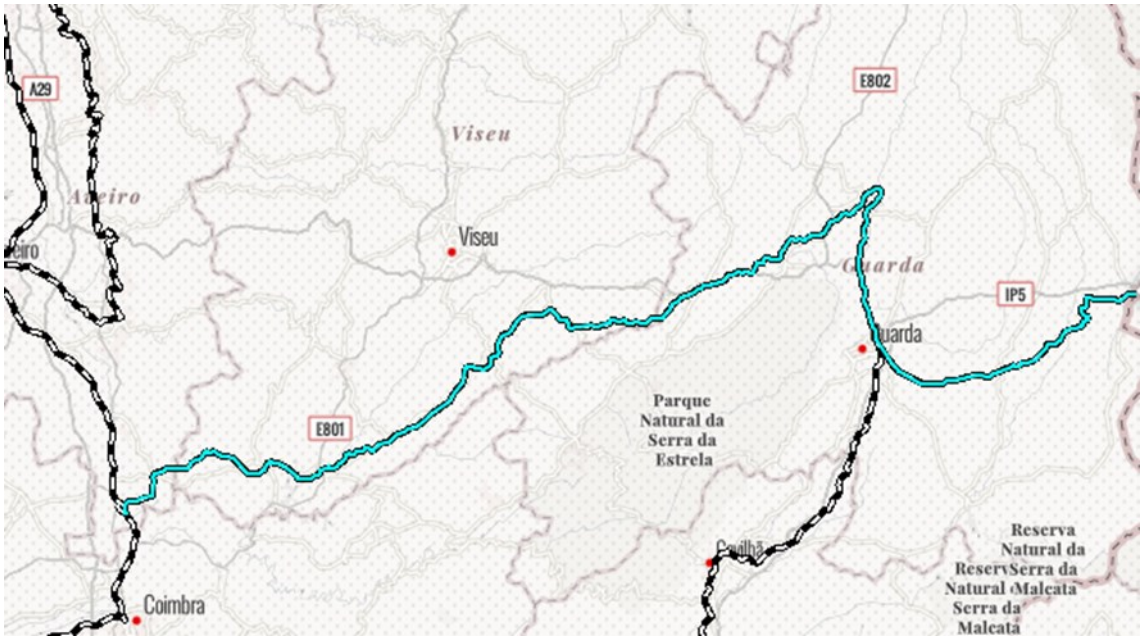


Figura 201 - Linha da Beira Alta no Concelho da Covilhã (Fonte: Infraestruturas de Portugal).

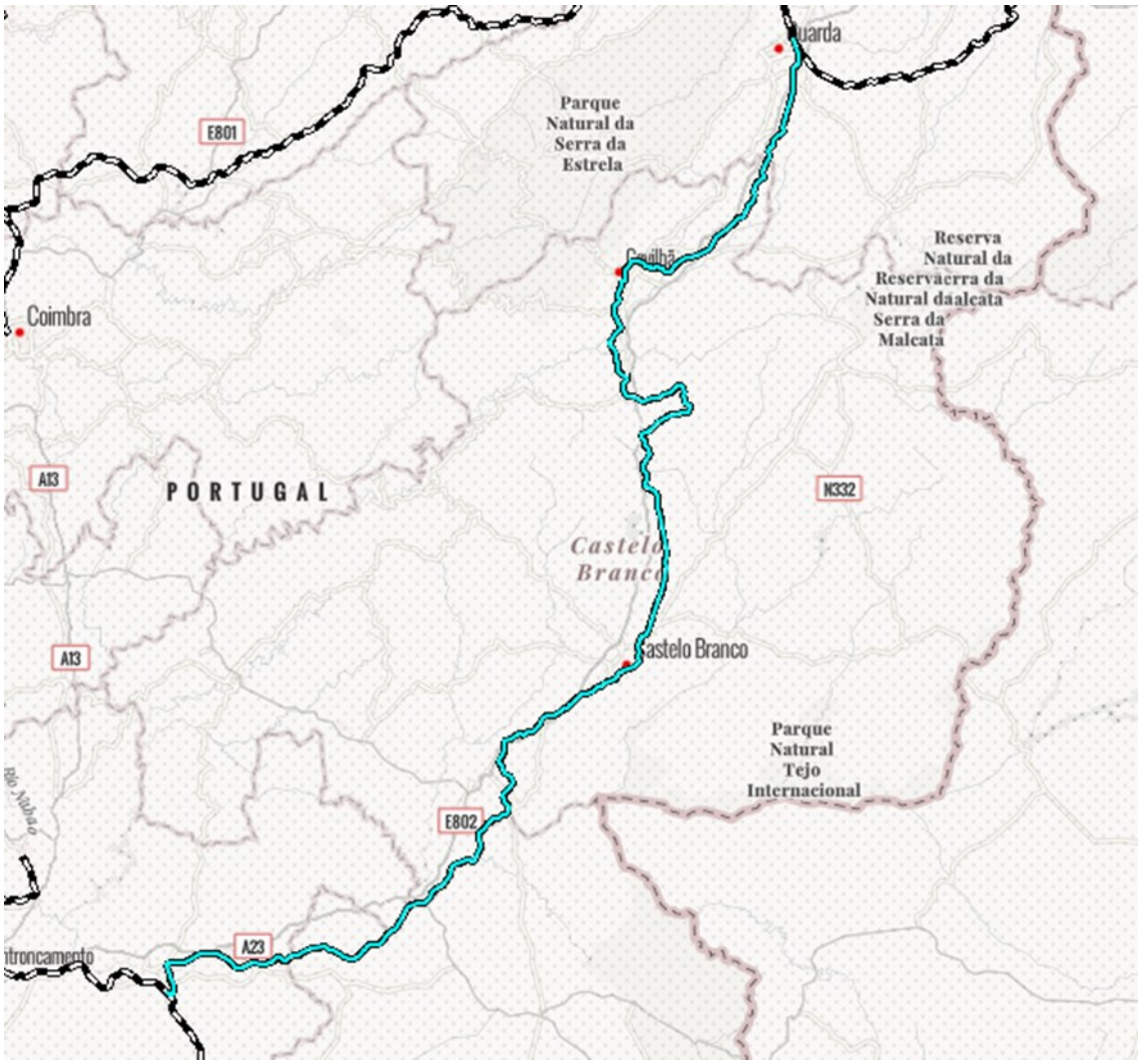


Figura 202 - Linha da Beira Baixa no Concelho da Covilhã (Fonte: Infraestruturas de Portugal).

Em termos de tipo de serviço, o concelho da Covilhã é abrangido pelos serviços Intercidades (IC) e Regional (R) da rede dos Comboios de Portugal (CP), sendo que na estação de Tortosendo apenas os comboios do serviço Regional têm paragem.

Tabela 50 - Serviços ferroviários e principais ligações realizadas a partir da Covilhã (Fonte: CP - Comboios de Portugal).

Percurso	Tipo de Serviço	Enlaces	Principais Ligações	Tempo de Percurso	Frequência Diária
Covilhã – Lisboa	Intercidades	Direto	Fundão, castelo Branco, Abrantes, Entroncamento, Santarém	3h20	3
	Regional	Entroncamento		4h30	3
Covilhã – Porto	Intercidades	Entroncamento	Fundão, Castelo Branco, Abrantes, Entroncamento, Coimbra, Aveiro	5h00	3
	Regional + Alfa Pendular	Castelo Branco, Entroncamento		6h15	4
Covilhã – Castelo Branco	Intercidades	Direto	Fundão	0h49	3
	Regional	Direto		1h05	4
Covilhã - Guarda	Intercidades	Direto	Caria, Belmonte, Manteigas, Sabugal	0h46	3
	Regional	Direto		0h54	3

Não sendo atualmente o comboio um modo de transporte utilizado pela população da Covilhã nas suas deslocações diárias, pode considerar-se que no contexto das deslocações ocasionais o serviço prestado satisfaz a procura – as ligações ao Entroncamento, rótula de ligação fundada rede ferroviária nacional, possibilitam a ligação aos principais polos nacionais e regionais –, porém atendendo às vantagens que a ferrovia possui no contexto da mobilidade da população seria de incentivar a sua utilização frequente, sobretudo, aquela que o serviço regional permite, avaliando a pertinência de aumentar o número de circulações, sobretudo na ligação ao Fundão e a Castelo Branco.

De notar, no entanto que a linha da Beira Baixa não se constitui como uma alternativa viável ao transporte rodoviário no que às ligações de longo curso respeita, uma vez que na maioria das situações apresenta tempos de percurso mais elevados apesar dos custos serem relativamente mais vantajosos. No entanto, é de referir que a ligação entre os centros urbanos da Covilhã, do Fundão e de Castelo Branco, através da utilização do transporte ferroviário, tem uma duração muito aproximada do que a mesma ligação via transportes rodoviários, pelo que o transporte ferroviário se exibe como um potencial meio privilegiado para as deslocações pendulares diárias da população entre estes centros urbanos.

De notar ainda que a linha da Beira Baixa, embora se trate de uma linha em via única possui tráfego misto (passageiros e mercadorias) tratando-se de uma linha de fraca intensidade de tráfego (menos de 50 comboios diários). A linha possui um Terminal de Mercadorias na estação do Fundão, que pela sua proximidade ao concelho da Covilhã poderia vir a beneficiar este no escoamento da sua produção (designadamente agrícola e industrial) desenvolvendo assim estratégias de reforço da coesão Inter-concelhia.

A modernização deste troço permitiu, fechar a malha constituída pelas Linhas do Norte, Beira Alta e Beira Baixa, potenciando a dinamização do transporte ferroviário, a ligação a Espanha e as ligações inter-regionais, e dar início de um novo ciclo de vida da infraestrutura, já preparada para a futura migração para bitola Europeia.

13.3.3. Transporte Aéreo

O Aeródromo Municipal da Covilhã que durante vários anos se encontrou operacional no concelho, sendo o aeródromo que servia a região da Cova da Beira e o mais antigo do País, existindo desde 1946, à data inaugurado por Gago Coutinho.

Localizava-se a sudeste da cidade da Covilhã, da qual distava escassos dois quilómetros, a uma altitude de 1572 metros. Dele partiam voos com destino a Bragança, Vila Real e Lisboa, então operado pela autarquia local.



Figura 203 - Aeródromo Municipal da Covilhã (Fonte: Site Terceira Dimensão).

Entre outras atividades, as duas pistas eram palco de exercícios da Força Aérea, acolhiam meios de combate a fogos e serviam para testar aeronaves criadas na UBI, a única universidade, além do Instituto Superior Técnico, com formação em Aeronáutica no país na altura.

O Aeródromo Municipal da Covilhã foi encerrado no mês de setembro de 2011 e as suas pistas foram utilizadas para instalação de um centro de dados (data center) da Portugal Telecom (PT) e urbanização da zona envolvente.



Figura 204 - Data Center instalado na zona do antigo Aeródromo Municipal da Covilhã (Fonte: Site Terceira Dimensão).

Atualmente, desconhece-se se esta infraestrutura de transporte poderá a médio/longo prazo vir a ser instalada num outro local, reforçando assim o papel da Covilhã enquanto centro de entrada da Beira Interior.

Em 2021, foi inaugurado o Heliporto Municipal da Covilhã, sito nas Cortes do Meio, com o objetivo de preparar a infraestrutura para o combate a incêndios (DECIR) e outros fins de Proteção Civil.

Para responder à ANAC, no sentido de adequar o Heliporto aos normativos legais, às exigências, em termos de segurança e a todos os níveis, foram feitas algumas obras ao nível do perímetro de segurança e a requalificação do espaço.

No futuro, pretende-se que no Heliporto possam aterrar e descolar todo o tipo de Helicópteros com fins comerciais, deslocando turistas de várias zonas do País para os Hotéis e/ou outros alojamentos turísticos da região.

13.3.4. Transportes Coletivos

O crescimento desenfreado das grandes cidades associada à falta de políticas públicas adequadas têm causados inúmeros problemas à população. Destacam-se, por exemplo, a inadequação na oferta dos transportes públicos, vias, passeios e bairros mal planejados, congestionamentos, poluição do meio ambiente devido ao uso excessivo de veículos e combustíveis, atrasos, acidentes e perdas de vidas.

Transporte coletivo refere-se a todos os meios de transporte (autocarros, metros, barcos, aviões, comboios, etc.) partilhados por pessoas que não se conhecem necessariamente, com um percurso, horário e tarifa fixo fornecido por uma empresa de transporte. Esta empresa pode ser pública ou privada.

A superlotação, principalmente nos horários de ponta; os tempos de espera; Falta de segurança; Inflexibilidade de rota e horários; Tempo gasto com deslocações até às paragens; Os ruídos produzidos podem fazer mal à saúde (poluição sonora) e a Dificuldade em transportar cargas, são algumas das desvantagens dos transportes coletivos que, salvo melhor opinião, não pesam mais que as vantagens do mesmo:

- Pode ser uma alternativa para evitar o trânsito nas grandes cidades;

- Constitui uma forma sustentável de substituir o automóvel;
- Reduz a probabilidade de acidentes de trânsito;
- É um meio de transporte mais econômico que o privado;
- Menor ocupação do espaço urbano;
- Facilita a mobilidade do trânsito dentro das cidades.

Os transportes rodoviários de passageiros têm um papel determinante para a mobilidade da população, em especial para aqueles que não possuem viatura própria. Constituem um elemento fulcral para a implementação de políticas sustentáveis no território, nomeadamente a substituição do transporte individual pelo coletivo.

Os resultados apresentados, referentes à oferta dos vários tipos de serviço existentes no concelho têm por base a compilação, análise e tratamento da informação recolhida junto da Câmara Municipal e nos sítios da internet dos operadores.

A análise apresentada de seguida foi baseada, sempre que possível, nos seguintes parâmetros:

1. Cobertura territorial do serviço;
2. Cobertura temporal do serviço e número de circulações;
3. Ligação com outros modos de transporte,
4. Avaliação global da oferta de serviço.

Os serviços de transporte rodoviário de passageiros podem ser classificados segundo a sua tipologia e caraterísticas em: longo curso; regional; local; urbano.

Os transportes rodoviários de passageiros de longo curso caraterizam-se por terem destinos que vão além dos limites, quer do concelho quer da região onde o concelho está inserido. Este tipo de transporte carateriza-se, normalmente, por um reduzido número de paragens intermédias, sendo estas, regra geral, realizadas em cidades sede de concelho ou de distrito.

Os transportes rodoviários de passageiros de tipo regional promovem, quer a ligação entre os principais núcleos urbanos de concelhos vizinhos, quer a ligação entre estes núcleos urbanos e os principais polos de emprego, de comércio e de serviços existentes na região onde estes concelhos se inserem. O número de paragens é por norma elevado, sendo vulgar este serviço

ter caraterísticas iminentemente locais – urbanas quando estamos em presença de contínuos urbanos, que se prolongam por mais que um concelho.

Os transportes rodoviários de passageiros de tipo local têm normalmente caraterísticas puramente locais - urbanas, estando por norma limitados ao perímetro do concelho, ou a parte deste. Estes transportes servem normalmente os seguintes objetivos:

1. Ligação entre as zonas centrais dos principais núcleos populacionais existentes num concelho, promovendo assim as ligações internas;

2. Ligação entre os principais núcleos urbanos e as suas coroas envolventes, garantindo uma boa acessibilidade a todo o concelho;

3. Rebatimento sobre outros modos de transporte de maior capacidade, promovendo assim a complementaridade intermodal nas viagens pendulares realizadas de e para o local de trabalho/estudo.

Os transportes coletivos de nível urbano caraterizam-se por aqueles que circulam na área urbana da Grande Covilhã, que promovem as ligações entre os principais equipamentos e serviços e as áreas residenciais.

O serviço de transporte coletivo rodoviário é assegurado pelos seguintes operadores – Rede Nacional de Expressos, Transdev (responsável pelo transporte coletivo urbano), RodoNorte e Auto Transportes do Fundão. Estes operadores garantem ligações intraconcelhias e Inter-concelhias. Tendo em conta o tipo de serviço prestado e as carreiras concelhias com origem e destino dentro do concelho, constata-se que na sua maior parte a Covilhã constitui o terminal comum, o que traduz o caráter central que a sede de concelho exerce na mobilidade concelhia.

13.3.4.1. Serviço de Longo Curso

O serviço rodoviário de passageiros de longo curso com paragem no município da Covilhã é efetuado por apenas uma operadora, Rede Nacional de Expressos com recurso às quais se conseguem ligações a praticamente todos os principais centros urbanos do país, embora em alguns casos com recurso a ligações e com tempos de percurso demasiado longos (como são os casos do sul e litoral alentejanos e do Algarve). Ainda assim é possível concluir que, no serviço de longo curso, habitualmente caracterizado por uma procura esporádica/ocasional, a Covilhã

(em concreto a sua sede) dispõe de uma boa cobertura territorial, em particular ao centro e norte do país, zonas que dispõem de maior número de ligações diárias, maior diversidade de destinos e menores tempos de percursos.

O horário de início e fim de exploração de cada uma das carreiras afetas ao serviço de longo curso, bem como respetivo período de funcionamento, são aspetos fundamentais para a avaliação da cobertura temporal. Importa ainda, dentro do âmbito da avaliação da cobertura temporal do serviço, aferir entre os dias úteis e os fins-de-semana e também entre o período escolar e as férias escolares.

Da análise da informação recolhida é possível depreender uma maior dotação de ligações às sedes de concelho territorialmente mais próximas, nomeadamente, a Guarda e a Castelo Branco, verificando-se também, na generalidade das carreiras uma maior preocupação em fornecer oferta, nos períodos escolares, fator associado sobretudo à mobilidade da população universitária.

Refira-se ainda os tempos de percurso associados a estas carreiras de transporte que por vezes faz com que o serviço prestado não consiga concorrer com o transporte individual de passageiros – a título de exemplo veja-se o caso de Lisboa e de Bragança, percursos que num circuito de automóvel se fazem, respetivamente, em cerca de 2:45h e 2:25h, e em transporte público rodoviário se fazem em, respetivamente, 3:30h e 6:00h; já no caso das carreiras de ligação a Viseu, o transporte público rodoviário pode constituir uma boa alternativa ao veículo individual, já que o tempo de percurso é bastante semelhante em ambos os meios de transporte.

Em síntese, a oferta de transporte rodoviário de passageiros de longo curso acolhe uma multiplicidade de escolhas, especialmente se o passageiro admitir fazer transbordos e/ou conjugar diferentes operadoras de transporte. Neste sentido considera-se boa a cobertura territorial da Covilhã, embora por vezes no que se refere aos tempos de percurso o transporte coletivo não se revela uma alternativa suficientemente atrativa para concorrer com o transporte individual.

Tabela 51 - Ligações com as capitais de distrito de Portugal Continental

Capital de Distrito	Viatura Própria		Rede Expressos	
	Distância (Km)	Duração (h)	Duração (h)	Ligações
Aveiro	207	2h05	3h00	-
Beja	328	3h45	7h30	Lisboa
Braga	297	3h00	4h45	-
Bragança	225	2h25	6h00	Vila Real
Castelo Branco	60	0h46	0h55	-
Coimbra	191	2h05	3h10	-
Évora	249	2h50	6h00	Lisboa
Faro	515	4h40	8h00	Lisboa
Guarda	50	0h40	0h45	-
Leiria	220	2h10	4h00	Castelo Branco
Lisboa	278	2h45	3h30	-
Portalegre	150	1h40	3h00	-
Porto	248	2h30	3h45	-
Santarém	213	2h05	-	-
Setúbal	314	3h00	5h00	Lisboa
Viana do Castelo	321	3h20	5h00	Porto

Vila Real	220	2h20	4h15	Viseu
Viseu	123	1h25	1h45	-

13.3.4.2. Serviço Regional

A oferta de transporte rodoviário de passageiros, ao nível das carreiras regionais refere-se ao transporte de e para fora do município da Covilhã. O serviço regional de transporte rodoviário de passageiros é executado pela Transdev, pela Rodoviária da Beira interior.

A cobertura territorial a este nível é avaliada através das ligações diretas que se estabelecem entre os principais núcleos populacionais do concelho e entre estes e outros núcleos populacionais quer interiores, quer exteriores ao concelho.

A cobertura territorial atual das carreiras que constituem o serviço regional efetuam paragem somente na zona nordeste do concelho, denotando fraca cobertura do restante território. Conclui-se ainda que o serviço regional de transporte rodoviário de passageiros permite a ligação da Covilhã com os concelhos de Belmonte, Fundão. À semelhança do serviço de longo curso também neste caso a grande maioria das ligações ao concelho se efetua com recurso a paragem apenas na cidade da Covilhã, não permitindo estas carreiras quaisquer relações internas ao concelho.

Relativamente à cobertura temporal e número de circulações do serviço regional, sendo um serviço de procura mais regular verifica-se alguma insuficiência na oferta, registando-se em média 2 a 3 carreiras diárias de ligação aos polos da envolvente próxima, verificando-se em algumas situações a ausência de serviço aos fins-de-semana.

Também as carreiras de serviço regional são reforçadas no período escolar, dado que são também um meio de transporte para a população que estuda fora do concelho, ou que de fora do concelho estuda na Covilhã. Nos circuitos entre Belmonte e Covilhã, verifica-se que se estabelecem ao início da manhã (ida) e a de vinda ao final da tarde. Facto indicativo que maior parte dos passageiros se desloca diariamente por motivos profissionais ou para estudar, o que leva a que quem tem que se deslocar pontualmente a alguns dos destinos, tem de permanecer no destino um período relativamente longo antes de regressar à origem. O circuito entre a

Covilhã e o Fundão, é efetuado por um maior número de carreiras ao longo do dia (4 idas e 4 voltas), o que denota uma maior conetividade entre estes municípios.

Resumindo, tendo em conta o tipo de povoamento e os serviços prestados nos diversos núcleos urbanos na envolvente ao município da Covilhã, pode-se considerar que a cobertura territorial do serviço regional é relativamente abrangente, uma vez que promove a ligação entre os principais núcleos populacionais. No entanto são poucas a relações à rede intraconcelhia o que denota uma forte polarização da sede de concelho em detrimento dos restantes aglomerados.

13.3.4.3. Serviço Local

Considera-se como serviço rodoviário de transporte de passageiros de nível local as carreiras que circulam apenas no interior do concelho e que promovem as ligações entre os seus principais núcleos populacionais e as suas zonas de expansão.

As principais operadoras a efetuar transporte intraconcelhio são Auto Transportes do Fundão, que serve as áreas a sul do território concelhio (Paul, Tortosendo, Dominguizo, etc.) e a Transdev que serve as áreas a Norte do concelho da Covilhã (Teixoso, Vale Formoso, Verdelhos, etc.) efetuando nestas o serviço regular de transporte em simultâneo com o serviço de transporte escolar.

A acessibilidade em transporte público de passageiros a outros aglomerados do concelho é efetuada pelas empresas que asseguram o serviço regional, e que entre os seus pontos terminais efetuam diversas paragens intermédias em diferentes locais.

Tabela 52 - Ligações Intermunicipais – Auto Transportes do Fundão (Fonte: Auto Transportes do Fundão).

Origem	Destino	N.º Ligações	Paragens	Observações
Covilhã	Sobral S. Miguel	3	Covilhã	Excepto sábados, domingos e feriados
			Meia Légua	
			Tortosendo	

			Bairro do Cabeço	
			Cruzamento Cortes	
			Ourondinho	
			Taliscas	
			Cruzamento Erada	
			Paul	
			Ourondo	
			Casegas	
			Souto Negro	
			Sobral S. Miguel	
Covilhã	S. Jorge da Beira	2	Covilhã	Excepto sábados, domingos e feriados
			Meia Légua	
			Tortosendo	
			Bairro do Cabeço	
			Cruzamento Cortes	
			Ourondinho	
			Taliscas	
			Cruzamento Erada	
			Paul	

			Ourondo	
			Aldeia S. Francisco de Assis	
			Barroca Grande	
			Cruzamento Cambões	
			Minas da Panasqueira	
			S. Jorge da Beira	
Covilhã	Peraboa	8	Covilhã	Excepto sábados, domingos e feriados
			Covilhã Estação	
			Refúgio	
			Ponte Pedrinha	
			Ferro	
			Peraboa	
Covilhã	Bouça	7	Covilhã	Excepto sábados, domingos e feriados
			Meia Légua	
			Tortosendo	
			Bairro do Cabeço	
			Cruzamento Cortes	
			Cortes do Meio	
			Bouça	

Covilhã	Barco	15	Covilhã	Excepto sábados, domingos e feriados
			Meia Légua	
			Tortosendo	
			Dominguizo	
			Alcaria	
			Dominguizo	
			Vales do rio	
			Peso	
			Coutada	
			Barco	
Covilhã	Quinta Branca	6	Covilhã	Excepto sábados, domingos e feriados
			Cruz. Quinta Branca	
			Quinta da Grila	
			Quinta Branca	
Covilhã	Paul (via Unhais)	9	Covilhã	Excepto sábados, domingos e feriados
			Meia Légua	
			Tortosendo	
			Bairro do Cabeço	
			Cruzamento Cortes	

			Ourondinho	
			Unhais da Serra	
			B.º Terra da Senhora	
			Erada	
			Paul	

Tabela 53 - Ligações Intermunicipais - Transdev (Fonte: Transdev).

Origem	Destino	N.º Ligações	Paragens	Observações
Covilhã	Orjais	6	Covilhã	Excepto sábados, domingos e feriados
			ES Frei Heitor Pinto	
			ES Campos Melo	
			Ant. Posto Médico	
			Garagem S. João	
			Fábrica Velha	
			Ribeira Carpinteira	
			Ribeira Flandres	
			Canhoso	
			Canhoso	
			Ponte Manuel Gomes	

			Cruzamento Canhoso	
			Cruzamento Teixoso	
			Senhor do Carmo	
			Valerio	
			Qt. Figueira Grande	
			Cruzamento Borralheira	
			Borralheira	
			Cruzamento Borralheira	
			Qt. da Gravancinha	
			Reta de Orjais	
			Orjais	
Covilhã	Teixoso	10	Covilhã	Excepto sábados, domingos e feriados
			ES Frei Heitor Pinto	
			Ant. Posto Médico	
			Garagem S. João	
			Fábrica Velha	
			Ribeira Carpinteira	
			Ribeira Flandres	
			Canhoso	

			Canhoso	
			Ponte Manuel Gomes	
			Pisco	
			S. Salvador	
			Teixoso	
Teixoso	Senhora do Carmo	6	Pisco	Excepto sábados, domingos e feriados
			Teixoso	
			S. Salvador	
			Urb. Das Nogueiras	
			Senhora do Carmo	
Teixoso	Terlamonte	2	Teixoso	Excepto sábados, domingos e feriados
			Urb. Das Nogueiras	
			Senhora do Carmo	
			Café Senhora do Carmo	
			Terlamonte	
Teixoso	Vale Formoso	6	Teixoso	Excepto sábados, domingos e feriados
			Urb. Das Nogueiras	
			Senhora do Carmo	
			Valerio	

			Qt. Figueira Grande	
			Cruzamento Borralheira	
			Borralheira	
			Cruzamento Borralheira	
			Qt. da Gravancinha	
			Reta de Orjais	
			Orjais	
			Cerdeira do Miragaia	
			Quinta do Vale	
			Quinta da Lageosa	
			Aldeia do Souto	
			Quinta do Colégio	
			Aldeia do Souto	
			Senhora da Saúde	
			Sinque	
			Quinta do Pomar	
			Rua Manuel Conde	
			Vale Formoso	
Teixoso	Verdelhos	2	Teixoso	

			Cruzamento Teixoso	Excepto sábados, domingos e feriados
			Gibaltar	
			Quinta das Almoinhas	
			Qt. das Almoinhas Norte	
			Atalaia	
			Moita da Parda	
			Alto S. Gião	
			sarzedo	
			Alto S. Gião	
			Verdelhos	
Aldeia do Souto	Belmonte	2	Aldeia do Souto	Excepto sábados, domingos e feriados
			Senhora da Saúde	
			Sinque	
			Quinta do Pomar	
			R. Manuel Conde	
			Vale Formoso	
			Formosinha	
			Britabloco	
			Hotel Belsol	

			Gingal	
			Grasil	
			Pina do Vale	
			Bairro de S. Antão	
			Largo S. Sebastião	
			Belmonte	

13.3.4.4. Serviço Urbano

Considera-se como serviço rodoviário de transporte de passageiros de nível urbano as carreiras que circulam na área urbana da Grande Covilhã, que promovem as ligações entre os principais equipamentos e serviços e as áreas residenciais. Este serviço é prestado pela Transdev.

Em termos de cobertura territorial do serviço a Transdev dispõe de onze carreiras urbanas que garantem uma boa cobertura da cidade. Verifica-se que as carreiras apresentam caraterísticas radiais de ligação das áreas de expansão ao centro da cidade, nomeadamente à Praça do Município, o que permite concluir, como seria de esperar, que existe uma forte atratividade por parte do centro relativamente às restantes zonas da cidade. Esta forte atratividade resulta, por vezes, em congestionamento de tráfego no centro da cidade.

Já em relação à cobertura temporal o serviço urbano de transporte coletivo apresenta uma multiplicidade de horários, disponíveis no site do município (http://www.cm-covilha.pt) , mesmo no que respeita às carreiras noturnas, o que decorre da atratividade do transporte coletivo no que se refere a serviço urbano de proximidade, fator que não é alheio à elevada representatividade da população estudantil (sobretudo universitária) que se desloca periodicamente no interior da área da Grande Covilhã. Pode, assim, afirmar-se que o serviço de transporte coletivo urbano tem uma boa cobertura temporal, quer durante a semana quer aos fins-de-semana e feriados.

Em síntese, considera-se que o serviço urbano prestado pela Transdev é bom, sendo que dispõe de uma cobertura temporal variada, com várias circulações diárias, e possuem ainda circulações noturnas.

13.3.4.4.1. Carreiras e respetivos circuitos do serviço Urbano da Covilhã:

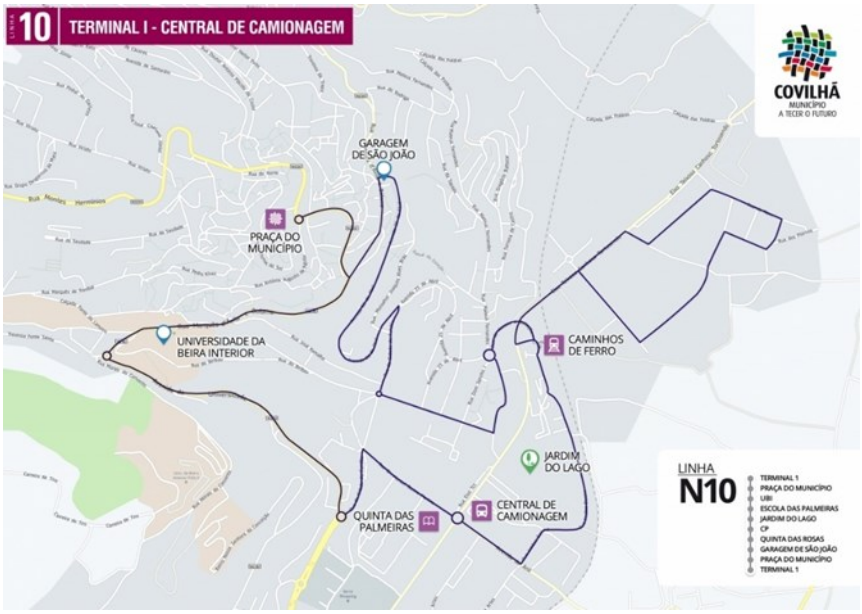


Figura 205 - Serviço Rodoviário de Transporte no Concelho da Covilhã - linha 10 (Fonte: Município da Covilhã).

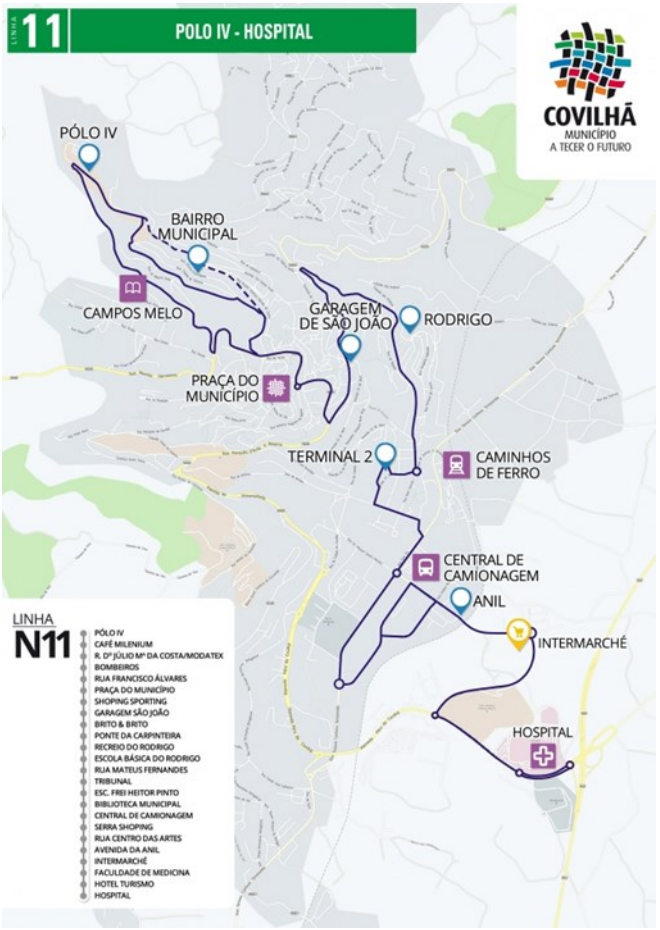


Figura 206 - Serviço Rodoviário de Transporte no Concelho da Covilhã - linha 11 (Fonte: Município da Covilhã).

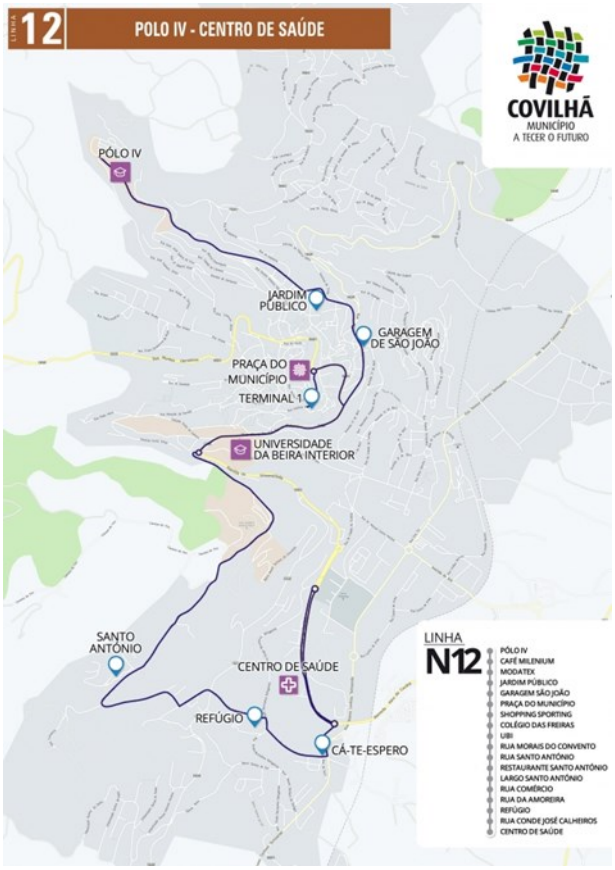


Figura 207 - Figura 18 - Serviço Rodoviário de Transporte no Concelho da Covilhã - linha 12 (Fonte: Município da Covilhã).

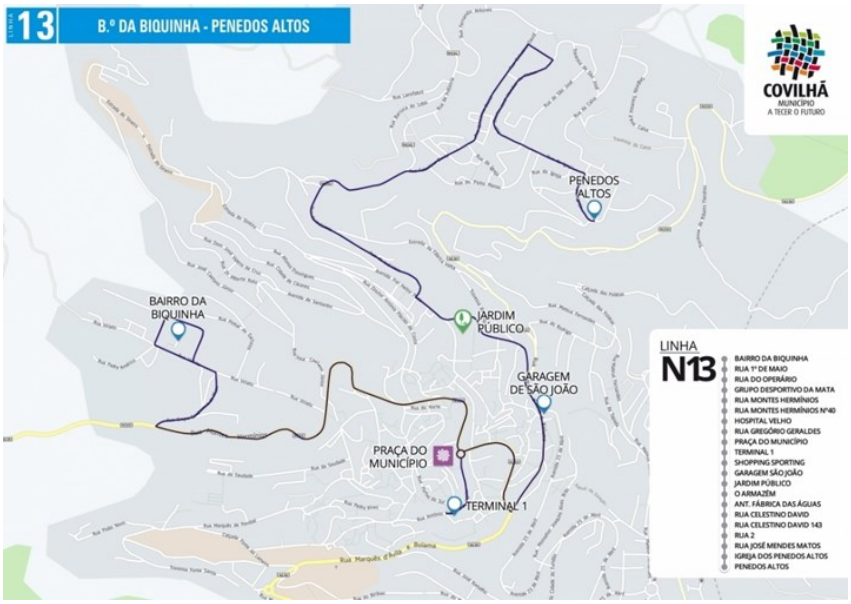


Figura 208 - Serviço Rodoviário de Transporte no Concelho da Covilhã - linha 13 (Fonte: Município da Covilhã).

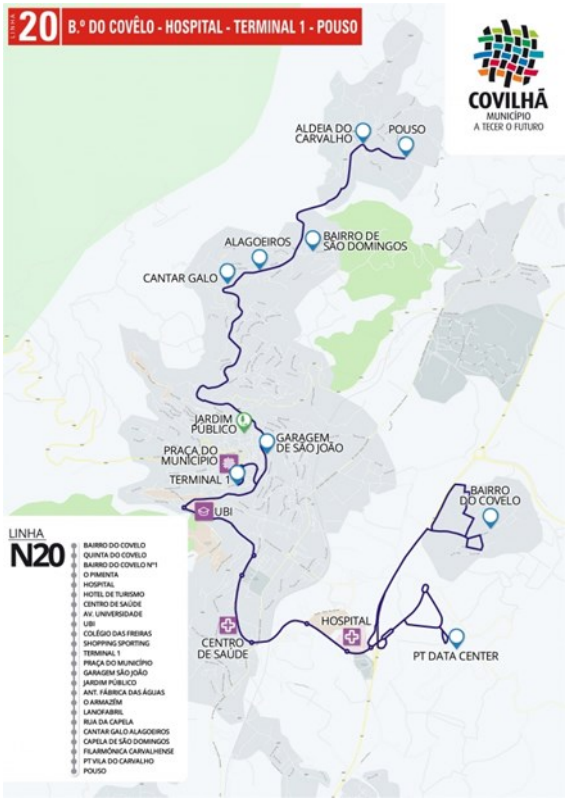


Figura 209 - Serviço Rodoviário de Transporte no Concelho da Covilhã - linha 20 (Fonte: Município da Covilhã).

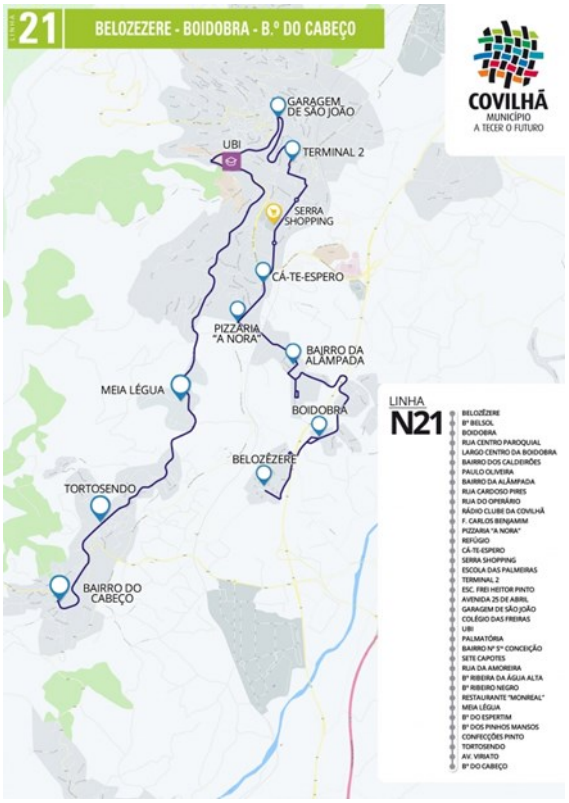


Figura 210 - Serviço Rodoviário de Transporte no Concelho da Covilhã - linha 21 (Fonte: Município da Covilhã).

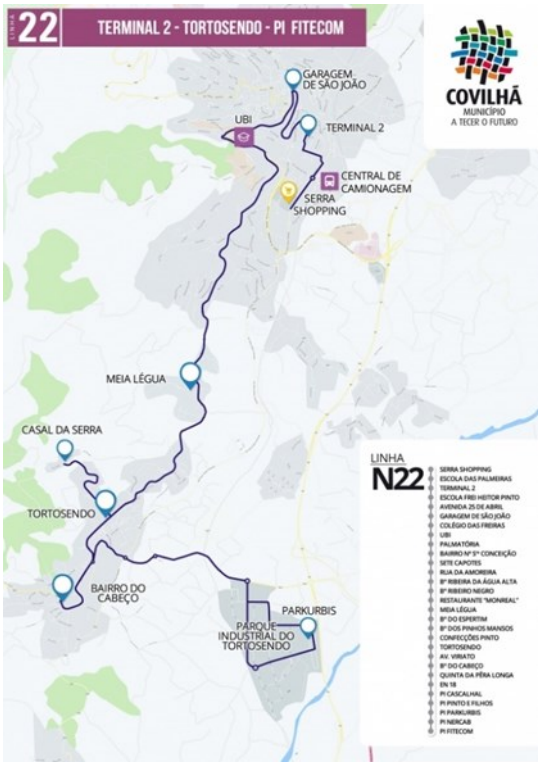


Figura 211 - Serviço Rodoviário de Transporte no Concelho da Covilhã - linha 22 (Fonte: Município da Covilhã).



Figura 212 - Serviço Rodoviário de Transporte no Concelho da Covilhã - linha 27 (Fonte: Município da Covilhã).

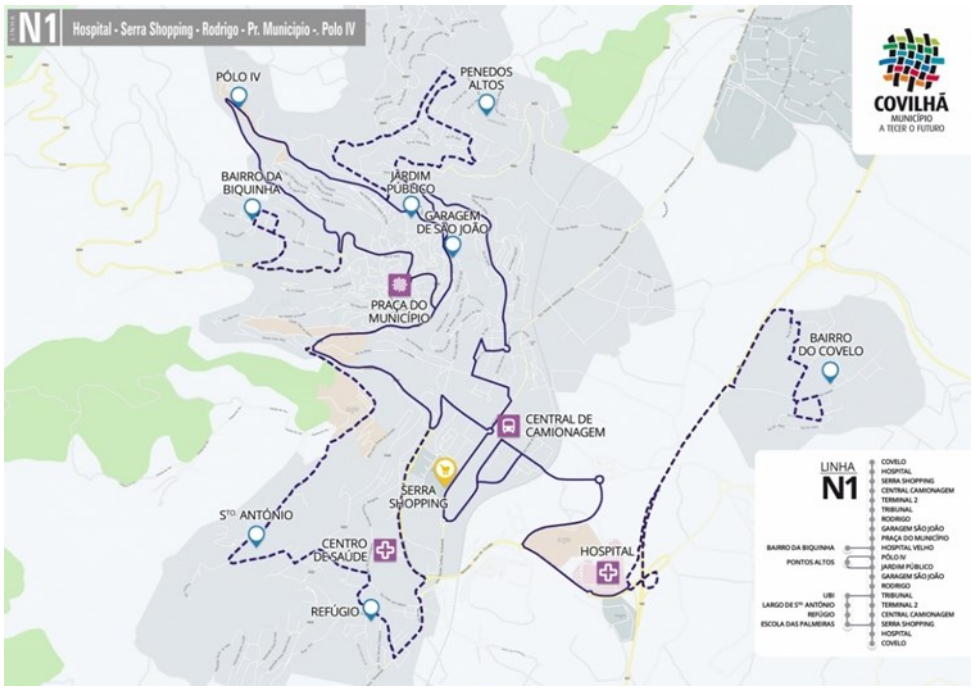


Figura 213 - Serviço Rodoviário de Transporte Noturno no Concelho da Covilhã - linha N1 (Fonte: Município da Covilhã).



Figura 214 - Serviço Rodoviário de Transporte Noturno no Concelho da Covilhã - linha N2 (Fonte: Município da Covilhã).

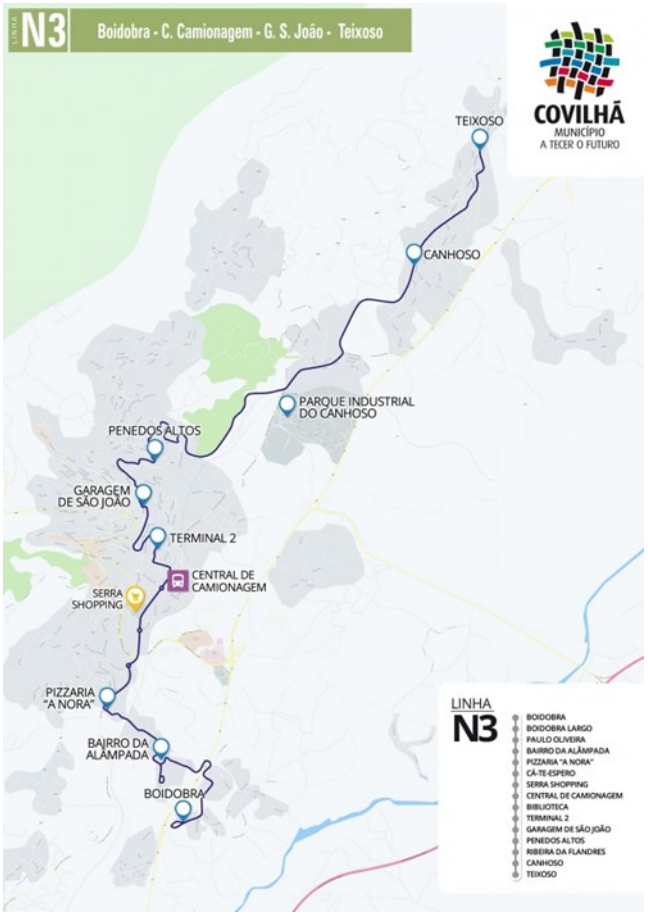


Figura 215 - Serviço Rodoviário de Transporte Noturno no Concelho da Covilhã - linha N3 (Fonte: Município da Covilhã).

13.3.5. Transportes Escolares

Atendendo à relevância e complexidade que o transporte escolar assume na mobilidade da população estudantil do concelho, optou-se por destacar esta temática no contexto do presente capítulo.

O Plano de Transportes Escolares elaborado pela CMC, referente ao período temporal 2021-2022, com a colaboração dos Agrupamentos de Escola e Escolas não agrupadas do concelho, tem por objetivo "garantir um serviço seguro e de qualidade (...) este Plano manteve o objetivo base já traçado, redução de rotas, para que o percurso casa — escola e vice-versa tenha o menor tempo possível, e que os tempos de espera sejam reduzidos ao máximo."

O parque escolar do concelho é constituído por quatro Agrupamento de Escolas (A Lã e a Neve, Frei Heitor Pinto, Pêro da Covilhã e Teixoso) sendo variável o número e tipologia das escolas que os integram. Além dos quatro agrupamentos de escolas, existem estabelecimentos de ensino não agrupados (Escola Secundária Campos Melo e Escola Secundária Quinta das Palmeiras), abrangidos no plano de transportes escolares (PTE), tanto por carreiras públicas como por circuitos especiais. Os circuitos especiais existem para deslocar alunos residentes em quintas e lugares dispersos ou em urbanizações novas, não servidos pelas carreiras públicas.

Ao nível do ensino secundário existe no concelho uma oferta diversificada de cursos, o que origina a deslocação de alguns alunos, entre estabelecimentos de ensino, dentro da cidade.

A rede de transportes escolares do concelho da Covilhã integra as carreiras de transporte público, que servem os locais dos estabelecimentos de ensino e de residência dos alunos, assim como, os circuitos especiais de táxi, que se destinam aos alunos que residem em locais isolados, de acesso difícil.

Atendendo à informação recolhida pode-se reter que a Transdev é a empresa que serve, no âmbito do transporte de alunos, a população da Grande Covilhã e o norte do concelho, a Auto Transportes do Fundão, serve a zona de Paul, Tortosendo e Ferro, percorrendo distâncias superiores às da Transdev, é responsável pela recolha de alunos na zona oeste do concelho, ou seja, nas localidades mais afastadas da sede de concelho.

Tabela 54 - Alunos transportados pela Auto Transportes do Fundão, para estabelecimentos de ensino localizados na Covilhã (Fonte: PTE 2021-22).

Circuito entre:		Total
Origem	Destino	
Barco	Covilhã	2
Barroca Grande	Covilhã	3
Bouça	Covilhã	1
Castanheiras	Covilhã	11
Cortes do Meio	Covilhã	1
Coutada	Covilhã	5
Dominguiso	Covilhã	18
Erada	Covilhã	5
Ferro	Covilhã	95
Monte Serrano	Covilhã	1
Paul	Covilhã	17
Peraboa	Covilhã	65
Peso	Covilhã	7
Ponte Pedrinha	Covilhã	1
Qtª Branca	Covilhã	4
S. Jorge da Beira	Covilhã	1
Sobral de S. Miguel	Covilhã	2
Terra da Senhora	Covilhã	1
Unhais da Serra	Covilhã	6
Vales do Rio	Covilhã	4
	TOTAL	250

Tabela 55 - Alunos transportados pela Auto Transportes do Fundão, para o estabelecimento de ensino localizados no Paul (Fonte: PTE 2021-22).

Circuito entre:		
Origem	Destino	Total
Aldeia S. F. Assis	Paul	3
Barco	Paul	4
Barroca Grande	Paul	7
Casegas	Paul	4
Courada	Paul	4
Erada	Paul	17
S. Jorge da Beira	Paul	7
Sobral S. Miguel	Paul	6
Terra da Senhora	Paul	9
Unhais da Serra	Paul	26
	TOTAL	87

Tabela 56 - Alunos transportados pela Auto Transportes do Fundão, para o estabelecimento de ensino localizados no Tortosendo (Fonte: PTE 2021-22).

Circuito entre:		
Origem	Destino	Total
Bouça	Tortosendo	8
Cortes do Meio	Tortosendo	4
Coutada	Tortosendo	9
Dominguiso	Tortosendo	46
Ourondinho	Tortosendo	1
Peso	Tortosendo	24
Vales do Rio	Tortosendo	16
	TOTAL	108

Tabela 57 - Alunos transportados pela Transdev, para estabelecimentos de ensino localizados na Covilhã (Fonte: PTE 2021-22).

Circuito entre		
Origem	Destino	
Alagoeiros	Covilhã	0
Bairro do Cabeço	Covilhã	3
Bairro do Covelo	Covilhã	20
Bairro do Espertim	Covilhã	1
Bairro da Biquinha	Covilhã	31
Belozezere	Covilhã	11
Boidobra	Covilhã	212
Canhoso	Covilhã	70
Cantar Galo	Covilhã	9
Covilhã	Covilhã	104
Meia Légua	Covilhã	1
Penedos Altos	Covilhã	28
Pousadinha	Covilhã	6
Quinta do Chorão/Rosas	Covilhã	2
Ribeiro de Flandres	Covilhã	13
Ribeiro Negro	Covilhã	7
S. Domingos	Covilhã	4
Santo António	Covilhã	15
Sete Capotes	Covilhã	7
Teixoso	Covilhã	43
Tortosendo	Covilhã	48
Urbanização das Nogueiras	Covilhã	5
Vila do Carvalho	Covilhã	5
	TOTAL	645

Tabela 58 - Alunos transportados pela Transdev, para o estabelecimento de ensino localizados no Tortosendo (Fonte: PTE 2021-22).

Circuito entre		TOTAL
Origem	Destino	
Covilhã	Tortosendo	2
Meia Légua	Tortosendo	1
Bairro do Espertim	Tortosendo	2
	TOTAL	5

Tabela 59 - Alunos transportados pela Transdev, para o estabelecimento de ensino localizados em S. Domingos (Fonte: PTE 2021-22).

Circuito entre		TOTAL
Origem	Destino	
B. S. Vicente Paulo	S. Domingos	2
Barreira	S. Domingos	1
Boidobra	S. Domingos	3
Canhoso	S. Domingos	62
Cantar Galo	S. Domingos	28
Covilhã	S. Domingos	32
Penedos Altos	S. Domingos	80
Portela	S. Domingos	8
Pousadinha	S. Domingos	10
Pouso	S. Domingos	1
Ribeira da Relva	S. Domingos	5
Ribeiro de Flandres	S. Domingos	5
Rua Industria	S. Domingos	10
Teixoso	S. Domingos	3
Vila do Carvalho	S. Domingos	19
TOTAL		269

Tabela 60 - Alunos transportados pela Transdev, para o estabelecimento de ensino localizados no Teixoso (Fonte: PTE 2021-22).

Circuito entre		
Origem	Destino	
Canhoso	Teixoso	9
Teixoso	Teixoso	4
TOTAL		13

Tabela 61 - Outros alunos transportados pela Transdev, para estabelecimentos de ensino localizados na Covilhã (Fonte: PTE 2021-22).

Circuito entre:		
Origem	Destino	TOTAL
Aldeia de Souto	Covilhã	0
Atalaia	Covilhã	0
Belmonte	Covilhã	4
Borralheira	Covilhã	0
Caria	Covilhã	4
Orjais	Covilhã	17
Sra. Carmo	Covilhã	1
Terlamonte	Covilhã	5
Vale Formoso	Covilhã	2
	TOTAL	33

Tabela 62 - Outros alunos transportados pela Transdev, para estabelecimentos de ensino localizados no Teixoso (Fonte: PTE 2021-22).

Circuito entre:		
Origem	Destino	TOTAL
Aldeia de Souto	Teixoso	2
Atalaia	Teixoso	1
Borralheira	Teixoso	4
Orjais	Teixoso	14
Cruz. Borralheira/Rib. Fina	Teixoso	1
Sr.ª Carmo	Teixoso	1
Vale Formoso	Teixoso	17
Verdelhos	Teixoso	24
	TOTAL	64

Nos locais que não são servidos por transportes públicos essa lacuna é colmatada por Circuitos Especiais (CE) resultado de protocolos de colaboração entre diversas entidades. Desta forma, a autarquia pretende desenvolver, em conjunto com os agentes locais, soluções diversificadas e flexíveis por forma a fornecer à população escolar a resposta mais adequada às suas necessidades.

O transporte escolar, e especialmente as necessidades de circuitos especiais, espelham as áreas do concelho que carecem de serviço de transporte público, nomeadamente áreas em que os acessos se demonstram dificultados seja pela distância destes aos locais onde se localizam os equipamentos (neste caso escolares) seja pela desadequação de horários e circuitos das carreiras. No entanto, a população que reside em aglomerados dispersos tem um peso considerável no contexto do concelho, o que dificulta o desenvolvimento de uma rede de transporte público que sirva essa população.

Tabela 63 - Circuitos Especiais (Fonte: PTE 2021-22).

Nº Circuito	Circuito entre		Distância Km		Alunos a Transportar				
	Origem	Destino			1.º	2.º	3.º	Sec	Total
C1	Aldeia de S. Francisco de Assis/ Minas da Panasqueira	EB Barroca/EB S. Jorge	48	(4x12)	4	0	0	0	4
C2	Casal de Stª Teresinha	Sobral de S. Miguel	28	(4x7)	0	0	0	1	1
C3	Pereiro, Sobral S. Miguel, Qtª do Favacal	EB2/3 Paul e EB Paul	144	(4x36)	4	1	1	1	7
C4	Belozezere, Qtª Ribeiro de Fornos	EB2/3 Tortosendo, EB Montes Hermínios	24	(4x6)	1	0	1	0	2
C5	EB2/3 Tortosendo e Tortosendo	APPACDM (Covilhã) ES Frei Heitor Pinto	32	(4x8)	0	3	2	1	6
C6	Quinta das Rasas, Amieiro Longo, Quinta do Sobral, Quinta da Serra, Quinta do Limite	EB do Ferro	36	(4x9)	4	0	0	0	4
C7	Pedra dos Amores	EB2 Pêro, ES Campos Melo; ES Frei Heitor Pinto	24	(4x6)	0	1	2	3	6
C8	Canhoso e Cantar-Galo	S. Domingos (Unidade) EB Penedos Altos	24	(4x6)	1	0	1	0	2
C9	Qtª das Poldras- Ribª Negro/ Casa do Menino Jesus*	ES Frei Heitor Pinto / ES Campos Melo/EB S. Domingos	20	(4x5)	1	1	2	1	5
C10	Qtª do Salgueiral, Qtª do Baleizão, Qts. Pinheiro das Luzes , Borralheira -Terlamonte, Qtª da Brígida	EB 23/ Teixoso e Paragem de Autocarro no Teixoso	40	(4x10)	0	3	1	1	5
C11	Terlamonte, Ponte Nova, Borralheira	EB Teixoso e EB 2/3 do Teixoso	36	(4x9)	0	2	0	0	2
C12	Qtª Espertaleiro, Quintas da Sra Carmo	EB2/3 Teixoso; ESCM	36	(4x9)	0	0	3	0	3
C13	Qtª do Tapado, Qtª da Correlhã, Quinta da Carvalha	EB Boidobra, EB2 Pêro da Covilhã e ES Qtª das Palmeiras	28	(4x7)	1	0	2	0	3
C14	Erada	EB Paúl	24	(4x6)	9	0	0	0	9
C15	Barco	EB/JI Coutada	24	(4x6)	4	0	0	0	4
C16	Qtª do Polito, Boidobra, Covilhã	EB S. Domingos	44	(4x11)	2	1	2	0	5
C17	Unhais da Serra	EB S. Domingos	96	(4x24)	0	2	0	0	2
C18	Verdelhos	EB do Teixoso	60	(4x15)	1	0	1	0	2
C19	ES Quinta das Palmeiras , ES Frei Heitor Pinto e ES Campos Melo	APPACDM (Covilhã) , Biblioteca Municipal, UBI	28	(4x7)	0	0	0	10	10
C20	Escola Secundária Quinta das Palmeiras (1 vez por semana)	Associação Sagrado Coração Maria do Ferro	40	(4x10)	0	0	0	3	3
C21	Ferro	Escola Secundária Quinta das Palmeiras	40	(4x10)	0	0	0	2	2
C22	Quinta do Sol, Quinta da Carvalha e Bairro dos Caldeirões*	Escola Secundária Quinta das Palmeiras	20	(4x5)	0	0	2	2	4
C23	Quinta do Salgueiral , Urbanização das Nogueiras e Teixoso	Escola Secundária Quinta das Palmeiras	52	(4X13)	0	0	0	3	3
C24	Vila do Carvalho	Escola Secundária Quinta das Palmeiras	28	(4X7)	0	0	0	1	1
C25	Borralheira do Teixoso	ES Campos Melo; ES Quinta das Palmeiras; ES Frei Heitor Pinto	48	(4x12)	0	0	0	1	1
C26	Tortosendo*	EB2Pêro da Covilhã	24	(4x6)	0	1	0	0	1
C27	Quinta da Carvalha*	ES Quinta das Palmeiras	20	(4x5)	0	0	0	1	1
				Total de alunos	32	15	20	31	98

13.3.6. Transportes prestados por Táxi

O transporte prestado por táxis constituiu um fator importante para a mobilidade concelhia, especialmente para as populações mais dispersas e afastadas da sede de concelho, nas quais a rede de transporte público é menos frequente, bem como para a população de mobilidade reduzida.

De acordo com informação fornecida pela CMC, o serviço de transporte público prestado pelos táxis licenciados no concelho era efetuado por um total de 53 veículos, em 2015. A distribuição das licenças de táxi pelas freguesias era a que a seguir se apresenta:

Tabela 64 - Número de táxis no Concelho da Covilhã, por Freguesia, em 2015 (Fonte: Município da Covilhã).

Freguesia	Contingente
Vila do Carvalho (Covilhã)	3
Aldeia de S. Francisco de Assis	3
Aldeia do Souto	1
Barco	1
Boidobra (Covilhã)	3
Canhoso	1
Cantar Galo (Covilhã)	1
Casegas	2
Cortes do Meio	1
Coutada	1
Dominguiso	1
Erada	2
Ferro	2
Orjais	1
Ourondo	1
Paul	2
Peraboa	1
Peso	1
S. Jorge da Beira	4 (2 vagos)
Sarzedo	1
Sobral de S. Miguel	2
Teixoso	4
Tortosendo	8
Unhais da Serra	2
Vale Formoso	1
Vales do Rio	1
Verdelhos	2

Atualmente não existem dados que permitam aferir o número exato de veículos no concelho. No entanto, o site do IMT (Listas de Contactos das Empresas Licenciadas (imt-ip.pt)), permite verificar que, à data de 31 de dezembro de 2021, existiam 57 empresas de transportes de táxis afetas ao Concelho da Covilhã.

13.3.7. Outro tipo de transportes

O Concelho da Covilhã possuiu ainda outros meios de transporte que satisfazem as necessidades das pessoas que se encontram no território, como é o caso do serviço de entregas ao domicílio: Um negócio que disparou com a pandemia por ser mais prático e vantajoso, não só para o consumidor como também para os restaurantes.

Na era da tecnologia, é cada vez mais importante para as empresas do concelho reforçar a presença digital, com isto, os restaurantes ganham margem para aumentar a eficiência da confeção e da organização, para gerir o lucro de forma mais prática e para atrair novos clientes. A empresa fica também mais próxima do consumidor, uma vez que com as apps está à distância de um clique no telemóvel.

Também o TVDE (Transporte Individual e Remunerado de Passageiros em Veículos Descaracterizados a partir de Plataforma Eletrónica – TVDE) é, atualmente, uma realidade no Concelho da Covilhã. Segundo mais recentes (outubro de 2021) disponibilizadas pelo IMT, no Concelho da Covilhã existem apenas 2 operadores no território.

Estas novas formas de transporte que se verificam no Concelho da Covilhã acompanham a dinâmica nacional e permitem, entre outras vantagens, a criação de emprego.

13.3.8. Planeamento do Uso do Solo e transportes

Para melhor se entender a íntima relação existente entre o transporte e o uso do solo, analisam-se as seguintes dinâmicas:

1. A distribuição de usos sobre a malha urbana (uso residencial, industrial, comercial, etc.) determina a localização das atividades humanas (viver, trabalhar, comprar, estudar e se divertir);

2. A distribuição dessas atividades humanas no espaço requer interações espaciais ou viagens no sistema de transporte para vencer as distâncias entre as localizações das atividades;

3. A distribuição da infraestrutura (ruas e meios de transportes) no sistema de transporte cria oportunidades para acontecerem as interações espaciais ou viagens.

Torna-se assim importante realçar que "a circulação e os caminhos não tem fins em si mesmos, mas são apenas serviços, o objetivo final é o ambiente onde se vive e se trabalha" e que "o tráfego existe em função das atividades", pois "todos os movimentos de veículos nas ruas têm uma origem ou um destino num edifício", onde se localizam as atividades, compondo assim um cenário único, que não deve ser tratado separadamente.

O uso do espaço numa cidade determina o seu sistema de transporte, pois define se as pessoas podem andar a pé ou de bicicleta de suas casas até o trabalho, ou se precisarão viajar dezenas de quilómetros. Percebe-se então como o sistema de transportes estabelece relação íntima com a distribuição das atividades sobre a superfície urbana.

As significativas transformações que estão a ocorrer no quadro das acessibilidades nacionais e principalmente regionais exigem que se proceda à análise e avaliação do sistema viário e de transportes do município da Covilhã, quer numa ótica de articulação interna da estrutura urbana, quer na sua relação com a região envolvente.

Sendo a mobilidade uma necessidade derivada do funcionamento dos sistemas de atividades socioeconómicas, importa compreender em profundidade este fenómeno para que seja possível conceber estratégias, medidas de política, ações e soluções sustentáveis de médio e longo prazo. Os modelos de crescimento económico das sociedades atuais assentam em princípios de sustentabilidade que devem ser transpostos para todas as suas necessidades derivadas, como é a mobilidade. Assim, a sustentabilidade dos sistemas de transporte, enquanto suporte físico da mobilidade, deve ser assegurada pela sua eficiência económica e energética e pela redução dos impactes sobre as alterações climáticas.

13.3.8.1. Qualidade do ar

A qualidade do ar é uma condição fundamental para a saúde e para o bem-estar do ser humano. A qualidade do ar é afetada por substâncias químicas lançadas na atmosfera que alteram a sua constituição natural. Uma das principais fontes emissoras de poluentes atmosféricos são as que resultam das emissões do tráfego rodoviário. Dos poluentes atmosféricos fazem parte também os gases com efeito de estufa, responsáveis pelas alterações climáticas.

Todas as razões que provocam a necessidade de utilizar veículos rodoviários, bem como as situações de congestionamento de tráfego, concorrem para a afetação da qualidade do ar e para

as emissões de CO2. A oferta de transportes públicos eficazes e mais ecológicos, o planeamento de soluções de mobilidade sustentável e o ordenamento territorial conjugam-se como fatores críticos para determinar condições de melhoria, ou ao invés, de redução da qualidade do ar.

O ordenamento territorial é determinante na localização espacial de atividades, e nas consequentes acessibilidades. Ao determinar a proximidade de funções quotidianas cria oportunidades à adoção de soluções de mobilidade suaves, reduzindo a dependência do transporte individual. Do mesmo modo, quando o planeamento dos transportes públicos é um elemento estruturante do ordenamento territorial, desde que os transportes públicos sejam eficazes na ótica da procura, torna-se dos mais fortes desincentivadores da utilização do transporte individual. Pode sistematizar-se um conjunto de orientações territoriais relevantes para o planeamento dos transportes ao nível municipal, com benefícios para a qualidade do ar:

1. dar prioridade aos meios de transporte não poluentes (e.g. veículos elétricos) e à mobilidade suave (andar a pé, bicicleta, etc.);

2. planear o território de modo a reduzir a necessidade de utilizar o transporte individual (urbanismo de proximidade);

3. centralizar funções e serviços em áreas partilhadas como interfaces de transportes públicos;

4. localizar atividades dependentes de transportes rodoviários mais poluentes (por ex. áreas industriais com transportes pesados) em zonas afastadas de atividades humanas mais sensíveis (por ex. áreas residenciais, hospitais e centros de saúde, escolas).

O Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, e em particular a Agência Portuguesa do Ambiente e as Comissões de Coordenação Regional são as entidades da administração pública com responsabilidade no domínio da qualidade do ar.

Assim, torna-se vital que o Município da Covilhã, desenvolva estratégias que promovam o transporte público e a mobilidade ativa, e que retirem espaço ao automóvel e devolvam a cidade aos cidadãos.

14. Habitação

O direito à habitação é reconhecido no quadro dos direitos humanos fundamentais, interdependente do direito à dignidade humana, à não discriminação, à liberdade de expressão e à segurança, entre outros. As Nações Unidas relembram também que "um alojamento adequado significa mais do que um telhado sobre a nossa cabeça, significa também privacidade adequada; espaço adequado; acessibilidade física; segurança adequada; segurança no arrendamento; estabilidade estrutural e durabilidade; iluminação, aquecimento e ventilação adequadas; infraestruturas básicas adequadas; qualidade ambiental adequada e fatores relacionados com a saúde; e uma localização e acessibilidade adequada no que diz respeito ao local de trabalho e equipamentos básicos: todos os quais devem estar disponíveis a um custo acessível". Com efeito, a qualidade e dignidade da habitação possui um impacto direto nas condições de vida da população, nomeadamente ao nível da saúde física e mental, da economia e integração social e da educação, com repercussão no percurso de vida de cada indivíduo.

Também em Portugal, o acesso à habitação é um direito fundamental constitucionalmente consagrado. É a partir da habitação, a qual deve assegurar as condições adequadas, que se consolidam os laços dos indivíduos com o território e a comunidade, que desenvolvem as suas vivências e o seu plano de vida, nomeadamente no acesso a domínios fundamentais como a educação, a saúde e o emprego.

A questão habitacional é um dos principais fatores que levam à transformação do território, daí a importância da sua integração na caraterização do mesmo. A situação da habitação tende a ser melhor quanto maior for o grau de desenvolvimento de um território sendo, por isso, é inequívoca a ligação que a habitação tem com o desenvolvimento local.

Com o contexto de agudização das dificuldades no acesso à habitação, observado nos últimos anos, que reforçou a consciência coletiva e política da necessidade de intervenção na valorização da habitação e do habitat, através de respostas ajustadas às diferentes realidades identificadas no território nacional. Estas respostas nacionais encontram-se suportadas e enquadradas pelos seguintes documentos:

1. Estratégia Nacional para a Habitação (ENH), definida para o período de 2015-2031, constitui uma resposta às profundas alterações socioeconómicas e ao desfasamento entre o quadro normativo e as políticas públicas no domínio da habitação. Esta estratégia visa estender o acesso das famílias a uma habitação condigna e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, trazendo consigo a necessidade de implementar medidas transversais a longo prazo, em concordância com soluções urbanas sustentáveis, assentes em três pilares, cuja importância é agora sublinhada na Lei de Bases da Habitação (LBH): reabilitação urbana, arrendamento habitacional e qualificação dos alojamentos.

2. Nova Geração de Políticas de Habitação, assume uma missão assente em duas opções claras:

a. garantir o acesso de todos a uma habitação adequada, entendida no sentido amplo de habitat e orientada para as pessoas, passando, para tal, por um alargamento significativo do âmbito de beneficiários e da dimensão do parque habitacional com apoio público;

b. criar as condições para que tanto a reabilitação do edificado como urbana passem de exceção a regra e se tornem nas formas predominantes de intervenção. Para alcançar esta missão, foram definidos quatro objetivos complementares e com fortes relações sinérgicas entre si: (1) dar resposta às famílias que vivem em situação de grave carência habitacional; (2) garantir o acesso à habitação aos que não têm resposta por via do mercado; (3) tornar a reabilitação na principal forma de intervenção ao nível do edificado e do desenvolvimento urbano; (4) promover a inclusão social e territorial e as oportunidades de escolha habitacionais.

É também de salientar a devida articulação da NGPH com instrumentos que respondem a necessidades de grupos mais vulneráveis (Estratégia de Integração das Comunidades Ciganas, Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem Abrigo e medidas de apoio à proteção e ao processo de autonomização das vítimas de violência doméstica e outros instrumentos que atuem a uma escala mais local).

3. Lei de Bases da Habitação, aprovada em setembro de 2019 (Lei n.º 83/2019): assume os princípios da igualdade e da universalidade, na medida em que todos têm direito à habitação, para si e para a sua família, independentemente da ascendência ou origem étnica, sexo, língua, território de origem, nacionalidade, religião, crença, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, género, orientação sexual, idade, deficiência ou condição de

saúde, focando-se sobretudo na proteção das pessoas e famílias, especialmente naquelas em situação de especial vulnerabilidade, e nas condições de habitação, na garantia da sua adequação às necessidades dos seus residentes. Prevê a criação do Programa Nacional de Habitação, um documento estratégico que estabelecerá os objetivos, prioridades, programas e medidas da política nacional de habitação e do qual constará o diagnóstico, quantitativo e qualitativo, das carências habitacionais, a informação sobre eventuais falhas ou disfunções do mercado habitacional, o levantamento dos recursos habitacionais disponíveis (públicos e privados), a definição estratégica de objetivos a alcançar, as fontes de financiamento e recursos a mobilizar e o modelo de acompanhamento, monitorização e avaliação da sua aplicação. A nível municipal, prevê a elaboração pelos municípios da Carta Municipal de Habitação (CMH), o instrumento de planeamento e ordenamento territorial em matéria de habitação.

A degradação do parque habitacional nos centros urbanos mais antigos, mas também nas periferias, as necessidades de mobilidade das famílias num contexto de mudança da economia e das formas de trabalho, e os custos elevados de acesso à habitação, especialmente ao nível do arrendamento, são aspetos que os diagnósticos nacionais, supramencionados, realizados ao setor da habitação evidenciam como problemáticos. Também os problemas de acesso à habitação, agudizados nos últimos anos pela transformação sociodemográfica da população, pelas alterações dos modos de vida, pela crise económica e financeira, por novas dinâmicas urbanas, como também pela escassez de oferta para determinados segmentos e estratos da população, entre outros aspetos, reforçaram a consciência coletiva e política de que é necessário intervir na melhoria do acesso à habitação e na valorização das condições habitacionais e do habitat, através de respostas ajustadas a estas realidades.

Nas respostas a desenhar pelas autarquias ganham particular relevância:

programação da urbanização do solo e a maximização da ocupação do solo já urbanizado e das infraestruturas construídas (através duma bolsa de terrenos que permita aliviar a pressão da procura e dos preços sobre o mercado fundiário);

construção de equipamentos e infraestruturas;

construção ou promoção de alojamentos;

procura da coesão social por via da disponibilização de espaços residenciais a franjas estigmatizadas da sociedade.

Não tendo as autarquias competência legislativa sectorial compete-lhes aplicar, localmente, as determinações nacionais revestindo as suas intervenções com as respetivas particularidades territoriais. Assim, a 21 de abril, a Câmara Municipal aprova com unanimidade, em reunião ordinária pública do executivo, a Estratégia Local de Habitação da Covilhã (ELHC). Com um investimento global de 14,8 milhões de euros, um variado conjunto de programas e candidaturas e um prazo de 6 anos previstos para a sua implementação, esta Estratégia permite aplicar no Concelho da Covilhã uma nova geração de políticas sociais no âmbito da habitação.

A ELHC, enquanto instrumento estratégico e de planeamento de iniciativa municipal em matéria de política de habitação à escala local, pretende oferecer uma resposta integrada e partilhada aos problemas habitacionais da Covilhã. Visa resolver situações de maior carência habitacional e, adicionalmente, potenciar dinâmicas de reabilitação urbana, com uma maior regulação do mercado de habitação. Os objetivos finais passam pela melhoria da qualidade de vida da população, pelo reforço da coesão social e territorial, pela promoção da reabilitação urbana e do arrendamento.

A ELH da Covilhã define a estratégia de intervenção à escala local em matéria de política de habitação, articuladamente com as outras políticas setoriais que com esta se relacionam mais diretamente, nomeadamente as políticas urbanas e sociais. Suporta-se num diagnóstico atualizado das carências habitacionais, a partir do qual se definem os objetivos estratégicos, prioridades e metas que sustentam o conjunto de medidas e soluções habitacionais a implementar.

A ELH da Covilhã tem enquadramento legal e regulamentar no D.L. n.º 37/2018, de 4 de junho, e na Portaria n.º 230/2018, de 17 de agosto, que, respetivamente, estabelecem e regulamentam o 1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, que concretiza os princípios orientadores da NGPH, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 50-A/2018, de 2 de maio. Assume um horizonte de execução de 6 anos para a implementação das medidas e soluções enquadradas no Programa 1º Direito (com conclusão até 2026) e encontra-se suportada num modelo de governança e num sistema de monitorização e avaliação, sendo possível que a qualquer momento possa ser revista, de forma a acomodar alterações devidamente fundamentadas.

Neste capítulo tenta-se reunir de forma operacionalizável, o conjunto de informações sobre as situações e os processos definidores da situação existente, nomeadamente na vertente das situações de carência. Todo este exercício obriga a um tratamento cuidado, quer no que respeita aos indivíduos e famílias quer aos alojamentos, pelo que as fontes privilegiadas se encontram nos Recenseamentos Gerais da População e da Habitação, do INE e na mais recente Estratégia Local de Habitação da Covilhã (2021).

A abordagem realizada foi, tanto quanto possível, dirigida aos objetivos a atingir, embora a informação disponível nem sempre esteja adaptada à análise aprofundada da problemática habitacional.

14.1. Dinâmicas Sociais

As dinâmicas demográficas têm um forte impacto na estrutura e dimensão das famílias existentes. Conforme já referido de forma mais detalhada no capítulo 5 Análise Demográfica, a dimensão média da família tem vindo a diminuir desde os anos 80 e tem-se manifestando-se na generalidade do território nacional, sendo que esta evolução é particularmente relevante quanto se sabe que este fenómeno gera, inevitavelmente, consequências ao nível das necessidades de produção habitacional, na medida em que o facto de as famílias serem mais pequenas, induz a necessidade de um maior volume de habitações, assim como uma alteração das tipologias de alojamento, deste modo, tendencialmente mais pequenas.

A este cenário de retração demográfica e de densidade populacional relativamente reduzida, associa-se um acentuado processo de envelhecimento da população residente, relacionado quer com a tendência de saída da população mais jovem do Concelho, quer com um crescimento natural negativo, resultante do aumento da esperança média de vida da população e da diminuição da natalidade.

De salientar que este contexto demográfico desfavorável tem repercussões diversas e coloca múltiplos e exigentes desafios, quer às famílias (p.e. associados a elevadas taxas de dependência ou ao aumento de situações de isolamento), quer às instituições (p.e. incapacidade dos serviços coletivos de responder às necessidades, ou dificuldades associadas à escassez e substituição da população ativa).

Também a capacidade e as condições das famílias para aceder a uma habitação condigna é afetada, em larga medida, pelas dinâmicas socioeconómicas, nomeadamente pelo nível de escolaridade e formação, emprego e desemprego.

As elevadas taxas de iliteracia e abandono escolar dificultam o acesso ao mercado de trabalho por parte dos grupos sociais mais desfavorecidos e com menos competências, tendo como consequência o agravamento das condições de vida, promovendo a exclusão social e a geração de ciclos de reprodução da pobreza.

Dos dados apurados é importante destacar o peso do desemprego, na medida em que este pode limitar a capacidade da população atingida em aceder à habitação ou a garantir condições condignas de habitabilidade.

Atendendo a que o emprego apresenta uma variação temporal muito rápida, em função de múltiplos fatores económicos, importa ter presente, à data, o número de pessoas que procura ativamente por emprego, ou seja, as pessoas que se encontram inscritas no Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP).

De acordo com os dados disponibilizados pelo IEFP relativos ao desemprego registado no Concelho, segundo o PORDATA, em 2020, no município da Covilhã, estiveram, em média, por mês, 1.691 desempregados inscritos nos centros de emprego – menos 50% do que em 2009 (3.395).

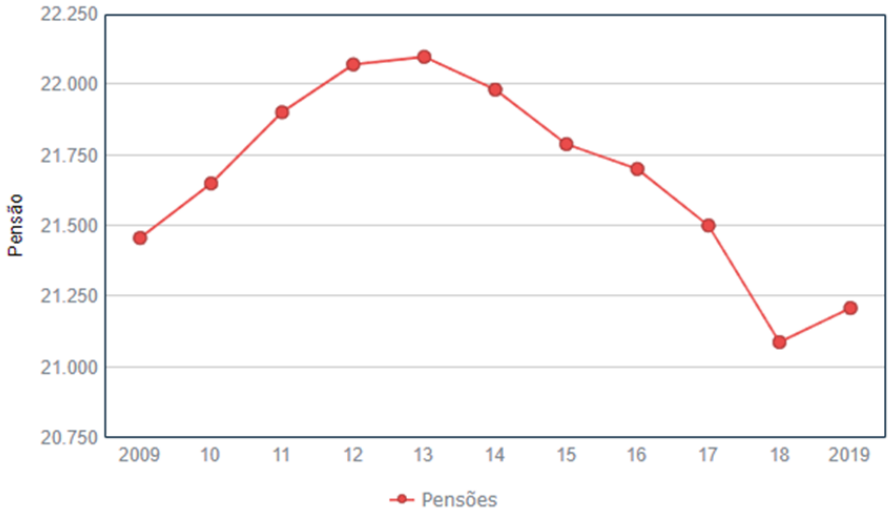
Nesta ótica, importa também referir que o Governo decidiu consolidar e tornar permanente o reforço extraordinário aprovado durante a pandemia e, assim, o valor mínimo nacional do subsídio de desemprego passa a corresponder a 1,15 IAS, em vez de 1 IAS, o que equivale a 509,5 €. Esta análise permite aprofundar o entendimento relativo às fragilidades económicas da população, assim como as carências mais significativas ao nível dos rendimentos.

De forma a completar o retrato da situação relativo aos rendimentos da população, importa analisar outras dimensões de prestações sociais concedidas, tais como:

1. As pensões de velhice, que assumem também um papel importante na reflexão de uma estrutura demográfica envelhecida e com dificuldades financeiras. Em 2019, foram atribuídas 21.210 pensões pela Segurança Social e pela Caixa Geral de Aposentações na Covilhã, menos 1% do que em 2009 (21.458).

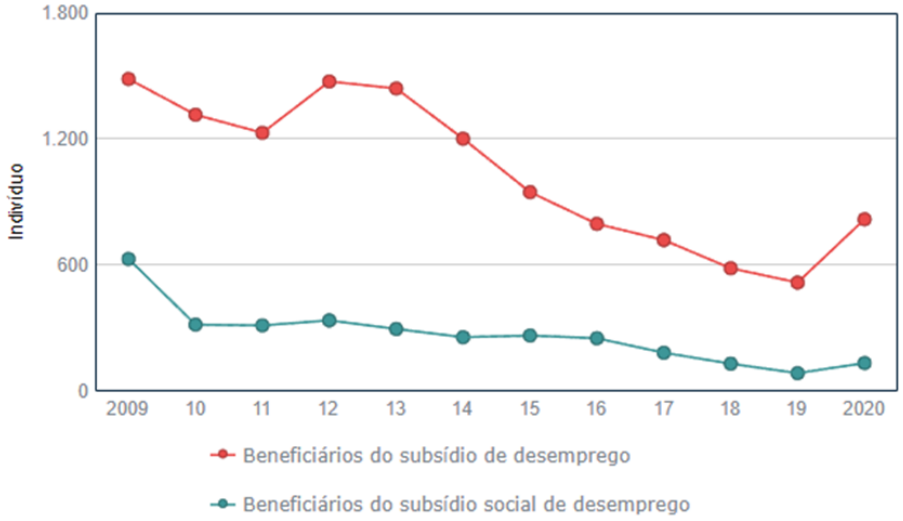
Segundo o PORDATA, a Covilhã é o município das Beiras e Serra da Estrela com a 6.ª maior percentagem de pensões atribuídas pela Segurança Social e pela Caixa Geral de Aposentações, face à população residente.

Gráfico 50 - Pensões da Segurança Social e da CGA no Concelho da Covilhã (Fonte: PORDATA).



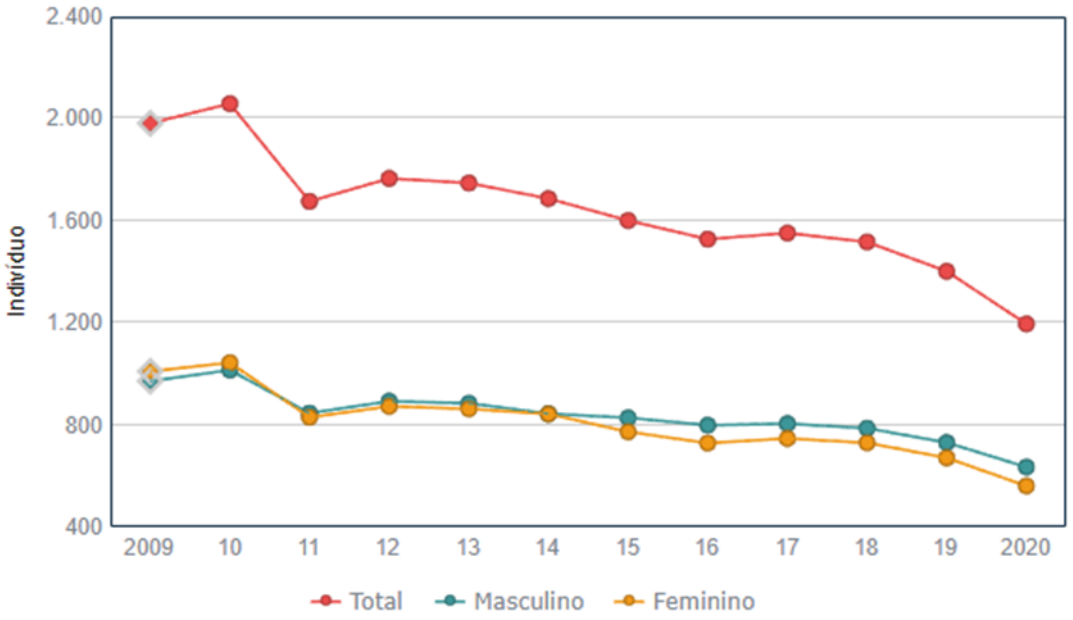
2. As prestações de desemprego, que aumentaram em 2020 (819 – subsídio de desemprego/135 – subsídio social de desemprego) relativamente a 2019 (518 – subsídio de desemprego/87 – subsídio social de desemprego).

Gráfico 51 - Prestações de Desemprego no Concelho da Covilhã (Fonte: PORDATA).



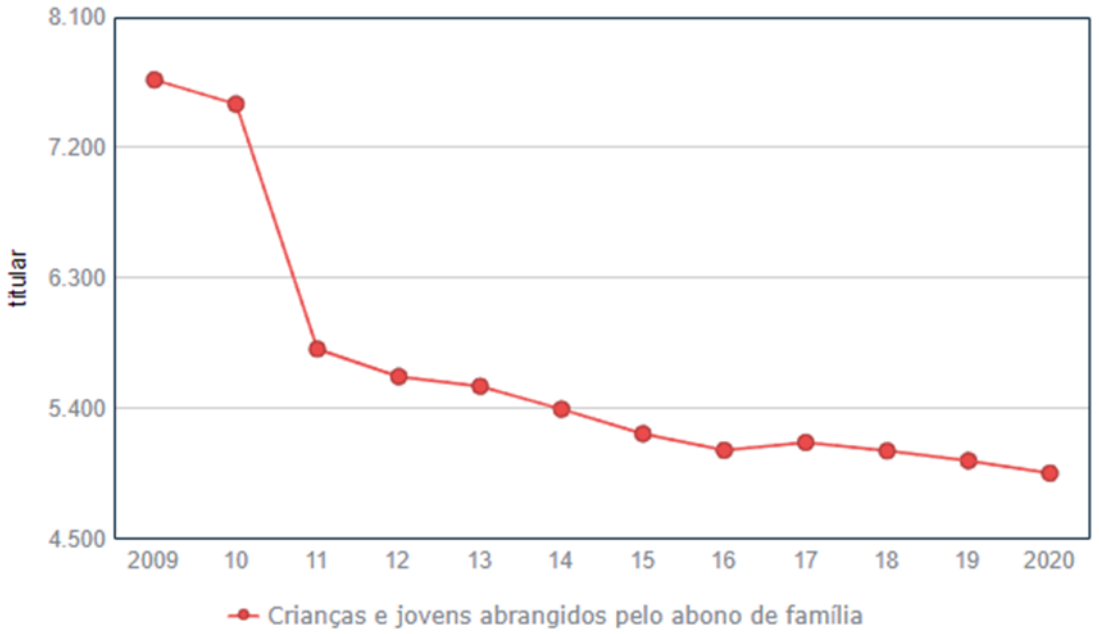
3. O número de beneficiários do RSI, sendo que entre 2019 e 2020, o total de pessoas abrangidas pelo Rendimento Social de Inserção na Covilhã decresceu 14,7% e em 2020, dos 1.196 beneficiários, 635 eram homens.

Gráfico 52 - Beneficiários do Rendimento Social de Inserção no Concelho da Covilhã (Fonte: PORDATA).



4. O número de crianças e jovens abrangidos pelo abono de família, em 2020, 4.957 crianças e jovens receberam o abono de família na Covilhã, menos 2.711 do que em 2009.

Gráfico 53 - Crianças e Jovens abrangidos pelo abono de família no Concelho da Covilhã (Fonte: PORDATA).



Tais factos são reveladores de um cenário socioeconómico frágil no que se refere à capacidade de manutenção e/ou melhoria das condições de habitabilidade adequadas, ou à aquisição ou arrendamento de habitação. De resto, é muito provável que esta fragilidade socioeconómica se tenha acentuado com os efeitos decorrentes do atual estado pandémico associado ao COVID-19, sobretudo na população mais vulnerável e com maior precariedade laboral.

14.1.1. Ação Social

A perda populacional, o envelhecimento e a redução da população ativa, os fracos rendimentos de grande parte da população e a dependência de prestações sociais são desafios consideráveis para o Concelho da Covilhã, contribuindo para um peso considerável dos encargos sociais, bem como para o aumento das necessidades de adaptação da oferta habitacional a estas situações específicas. Por sua vez, as desigualdades sociais, carência económica e vulnerabilidades sociais que podem surgir como consequências destas situações de vulnerabilidade, conduzem a uma exclusão social que se manifesta nas mais diversas áreas como a educação, a habitação, a perda de emprego ou até mesmo nos acessos a equipamentos e serviços.

Assim, a intervenção da Câmara processa-se, essencialmente, quer ao nível do estudo das necessidades, quer ao nível da promoção e participação em projetos de intervenção comunitária e, ainda, criando ou fomentando a criação de novos equipamentos e respostas sociais.

Por forma a dar resposta aos problemas sociais do Concelho, o Município criou a REDE SOCIAL, Resolução n.º 197/97, de 18 de novembro, uma medida de política social que reconhece e incentiva a atuação das redes de solidariedade local no combate à pobreza e à exclusão social, e na promoção do desenvolvimento social. Define-se como "um fórum de articulação e congregação de esforços e baseia-se na adesão livre por parte das autarquias e das entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos que nela queiram participar". Assenta no trabalho de parceria alargada, efetiva e dinâmica que visa o planeamento estratégico da intervenção social local, articulando a intervenção dos diferentes agentes locais para o desenvolvimento social.

Na sequência desta resolução, surgiu o DL n.º 115/2006, de 14 de junho de 2006, decreto que consagra os princípios, finalidades e objetivos da rede social, bem como a sua constituição, funcionamento e competência dos seus órgãos, sendo o seu desígnio primordial erradicar a pobreza e exclusão social, assim como promover o desenvolvimento social local.

Neste sentido, o Programa da Rede Social do Município da Covilhã, de acordo com o estipulado na lei, tem como missão a erradicação da pobreza e exclusão social e a promoção do desenvolvimento social, respeitando os princípios orientadores definidos naquele decreto. O Conselho Local de Ação Social (CLAS) da Covilhã é operacionalizado por uma equipa multidisciplinar, denominada de Núcleo Executivo, composta por um representante de cada uma das seguintes instituições:

1. Câmara Municipal da Covilhã;
2. ACES – Agrupamento Centros de Saúde da Cova da Beira;
3. Centro Distrital de Segurança Social de Castelo Branco;
4. COOLABORA, CRL;
5. Escola Secundária Quinta das Palmeiras;
6. Junta de Freguesia de Dominguiso;
7. Santa Casa da misericórdia da Covilhã.

Tem ainda como objetivos específicos:

Atuação concertada na prevenção e solução de problemas sociais;

Promover a integração e coordenação das intervenções ao nível concelhio;

Promover o desenvolvimento integrado;

Induzir o diagnóstico e o planeamento participado;

Atingir maior eficácia social através da articulação das intervenções;

Procurar soluções para os problemas das pessoas e famílias em situação de pobreza e exclusão;

Promover uma cobertura adequada do concelho por serviços e equipamentos.

Orienta-se pelos seguintes princípios:

1. Integração: apela à participação dos grupos sociais mais desfavorecidos e aponta para uma ação coordenada entre as várias entidades;

2. Articulação: constitui a necessidade de articular numa parceria efetiva e dinâmica, a intervenção social dos diferentes parceiros;

3. Subsidiariedade: lógica de resolução dos problemas nas instâncias de âmbito mais reduzido;

4. Inovação: face às grandes mudanças sociais torna-se imprescindível uma mudança de mentalidades, atitudes e a aquisição de novos saberes;

5. Participação: abrange os atores sociais e as populações, em particular as mais desfavorecidas;

6. Igualdade de género: o planeamento e a intervenção integram a dimensão de género quer nas medidas e ações quer na avaliação do impacto.

A Rede Social procedeu, em 2007, à elaboração do primeiro Diagnóstico Social do Concelho e Plano de Desenvolvimento Social. Este Diagnóstico Social foi atualizado em 2012. Neste âmbito, o Município dispõe ainda do Plano de Ação 2019/2020, onde estão definidas linhas orientadoras com vista a responder aos problemas sociais diagnosticados.

O NÚCLEO DE INSERÇÃO LOCAL, em parceria com o Município da Covilhã, combate a pobreza e exclusão social apoiando-se no conceito de cidadania, em que deverá ser dada a possibilidade a todo o cidadão de receber, da comunidade a que pertence, o apoio para se poder afirmar com membro pleno e ativo dessa mesma comunidade. Com o intuito de dar continuidade ao trabalho que tem vindo a ser desenvolvido no concelho, os princípios orientadores da ação do NIL da Covilhã continuam a ter como objetivos principais:

1. A promoção da autonomia das famílias beneficiárias de rendimento social de inserção, através da sua integração laboral, social e comunitária, de forma a atingir a taxa de 90% de celebração de Contratos de Inserção, no Concelho da Covilhã.

2. Diminuir o isolamento social, aumentando os níveis Socioculturais da população alvo;

3. Fomentar o envolvimento dos parceiros no desenvolvimento dos programas de inserção, através da disponibilidade de recursos;

4. Melhorar os níveis de execução da medida;

5. Desenvolver medidas de inserção social efetivas nas diferentes áreas, de modo a dar resposta às problemáticas sociais;

6. Integração dos Beneficiários em CEI+, por parte do IEFP e Entidades Locais.

14.1.1.1. Gabinetes Locais de Ação Social

A Câmara Municipal da Covilhã, numa perspetiva de reorganização e modernização do serviço de ação social e habitação, considera importante uma maior aproximação aos inquilinos/munícipes do Concelho, através da implementação de Gabinetes Locais de Ação Social – GLAS, rede de gabinetes de atendimento nos Bairros Sociais que, a partir do mês de Maio e numa fase inicial, se distribuirá pelas freguesias de Tortosendo, Teixoso e Boidobra.

Conceitos como desemprego, desigualdades sociais, carência económica e vulnerabilidades sociais são várias vezes proferidos pela população no seu dia-a-dia como uma realidade que assombra várias famílias e, consequentemente altera significativamente a dinâmica, funcionamento, hábitos, rotinas e, em situações extremas, condiciona diretamente a qualidade de vida de cada indivíduo/família/comunidade.

Sendo a habitação um direito da pessoa, a habitação social destina-se aos indivíduos que primeiramente revelam uma condição socioeconómica desfavorável e uma situação habitacional desfavorecida, motivando a uma melhor qualidade de vida.

Assentes nesta realidade, os gabinetes locais de ação social definem como principal objetivo o atendimento e acompanhamento dos inquilinos de habitação social e suas famílias em situação de maior vulnerabilidade e risco social.

Esta iniciativa surge ainda no âmbito da integração do Município da Covilhã nos consórcios estabelecidos com os Projetos financiados pelo Programa Escolhas no território, sendo nas Freguesias da Boidobra e Teixoso: "Talentos E6G" promovido e gerido pela Beira Serra e na Freguesia do Tortosendo: "Ser Mais E6G" promovido pelo Agrupamento de Escolas Frei Heitor Pinto e gerido pela Coolabora. Os gabinetes de ação social funcionarão em articulação com a intervenção que estes projetos desenvolvem nos Bairros sociais

14.1.1.2. Teleassistência

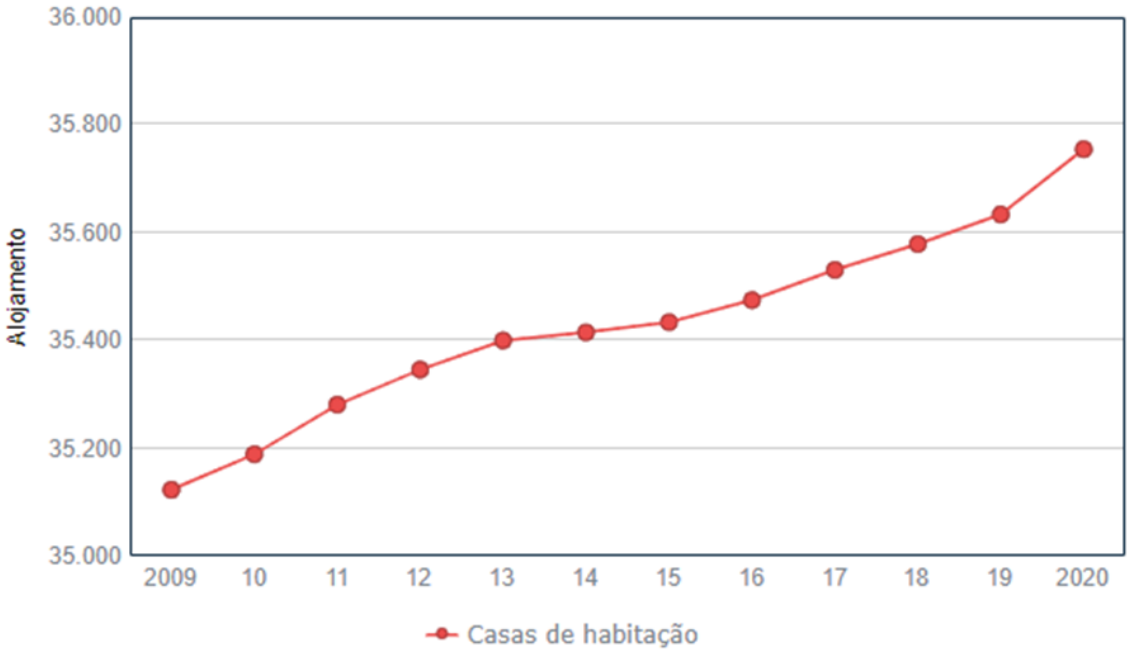
A teleassistência, serviço telefónico de apoio disponibilizado pelo Município da Covilhã, encontra-se disponível 24 horas por dia e 365 dias por ano, pensado para melhorar a qualidade de vida, de saúde, de segurança e autoestima das pessoas em situações de dependência, para que possam permanecer no seu domicílio, desfrutando da sua comunidade social e local. Através de um protocolo estabelecido entre o Município e a Portugal Telecom.

14.2. Parque Habitacional

O parque habitacional do Concelho da Covilhã pode ser considerado relativamente recente, sendo que apenas 5% dos edifícios são anteriores a 1919 e mais de metade são posteriores a 1970, ainda que no conjunto das décadas de 70 e 80 se tenham construído mais edifícios do que nas duas décadas seguintes.

Segundo o PORDATA, o concelho da Covilhã em 2020, era constituído por 35.755 apartamentos ou moradias para habitação familiar, mais 103 do que em 2019, defende-se assim que a produção habitacional não responde apenas à pressão familiar interna, mas é também resposta a outras solicitações, nomeadamente de procura e desenvolvimento do segmento das residências secundárias (estudantes, turistas, entre outros).

Gráfico 54 - Casas de habitação no Concelho da Covilhã (Fonte: PORDATA).



Esta tendência, assim consolidada, põe em evidência a capacidade atrativa da Covilhã para captar novas habitações mesmo que sejam predominantemente para 2ªs residências. O conhecimento da forma de ocupação dos alojamentos é particularmente relevante na gestão de um território, na medida em que as condições de acolhimento de população temporária (a que

utiliza aos alojamentos de residência secundária) são substancialmente distintas da população que o habita permanentemente. Do mesmo modo, o conhecimento do volume de alojamentos vagos é fundamental no desenvolvimento de estratégias que contrariem o abandono das habitações e dos lugares, sob pena de se criaram maiores condições de degradação do parque edificado e de desqualificação dos espaços construídos.

Este facto evidencia e consolida o que já se verificava na década anterior, nomeadamente a capacidade da Covilhã de captação de segundas residências, integrado que está numa região de turismo particularmente favorecida, e emblemática a nível nacional, não só em termos de recursos naturais, como também pela proximidade aos grandes eixos rodoviários do país.

A ruralidade do município associada ao seu protagonismo económico e demográfico e às boas acessibilidades favorece a expansão do segmento das residências secundárias numa época em que está especialmente favorecido o retorno ao campo e o desfrute do meio e das vivências rurais.

No contexto sub-regional e em termos de evolução recente, o concelho da Covilhã acompanha estruturalmente a Cova da Beira.

O diagnóstico mais recente, no que diz respeito ao parque habitacional, foi feito aquando elaboração da ELH 2021. Segundo a mesma assiste-se:

Ao crescimento do número de edifícios e de alojamentos familiares no Concelho, entre os dois últimos Censos, acima do verificado para a sub-região Beiras e Serra da Estrela, e dinâmicas construtivas com sinais de crescimento, de acordo com os últimos dados do INE (2018);

À presença de um parque edificado envelhecido, com edifícios degradados e a necessitar de grandes reparações ou sem acesso a infraestruturas básicas (eletricidade, instalações sanitárias, água canalizada e instalações de banho ou duche), com diferentes proporções no território, aumentando os encargos sobre os proprietários, o que, na impossibilidade financeira de as realizarem, pode levar à progressiva degradação dos edifícios e possível abandono;

A um número considerável de alojamentos familiares vagos, reforçando a importância que o arrendamento e a reabilitação urbana deverão assumir num contexto de resposta às necessidades habitacionais identificadas e de novas lógicas de oferta habitacional. Esta situação

reforça a pertinência da possibilidade de aplicação de mecanismos legais que onerem os donos de imóveis vagos e sem uso que não estejam no mercado de habitação;

À existência de residência secundária com uma representatividade considerável face aos alojamentos familiares do Concelho, em muito associada aos movimentos migratórios característicos das regiões do interior do país, podendo contribuir para a falta de manutenção do edificado e consequente aceleração dos processos de degradação;

A uma forte preponderância/afirmação de um regime de ocupação voltado para a habitação própria, em detrimento do arrendamento;

À oferta insuficiente de alojamentos em residências de estudantes para os alunos do ensino superior deslocados, levando a uma diminuição do número de alojamentos disponíveis no mercado de arrendamento para a população residente no Concelho;

À elevada expressão do recurso ao crédito à habitação no Concelho, conduzindo a situações de endividamento e, potencialmente, de encargos difíceis de suportar por parte das famílias;

A um tendencial crescimento no Concelho do valor mediano das vendas de alojamentos (por m²), acompanhando as tendências registadas a nível regional e nacional, e estabilização do valor das rendas (por m2) no Concelho e na Sub-região.

14.2.1. Habitação Social

No Concelho da Covilhã, desde a década de 30 até à década de 90 do século XX que o intervencionismo do Estado é visível, ou seja, desde a construção das primeiras casas económicas para operários até à construção de bairros de habitação social.

Para além da construção de blocos habitacionais, a CMC tem vindo a dar prossecução à

manutenção das habitações que, com o passar dos anos, se têm vindo a degradar. Vai recuperando os telhados que vão provocando infiltrações, as canalizações, para além de outras intervenções. Tem, ainda, vindo a proceder à recuperação de habitações devolutas, danificadas pelo mau uso, para serem entregues a novos agregados.

O Serviço de Habitação Social tem como missão promover uma melhoria na qualidade de vida dos cidadãos, sendo a habitação uma das condições essenciais à vivência humana e uma forma de diminuição da exclusão social. No entanto, esta melhoria não passa apenas por uma melhoria dos alojamentos, passa também, por um acompanhamento das famílias, que trazem consigo problemas de outras naturezas, havendo assim, a necessidade de uma sensibilização e de uma tentativa de participação ativa de todos os cidadãos e até dos próprios moradores dessas habitações.

O Serviço de Habitação, para além da atribuição de casas, tem efetivado um acompanhamento das famílias carenciadas e, em conjunto com o Serviço de Ação Social, tem tentado minimizar algumas situações de privação, tenta-se melhorar a qualidade habitacional e residencial nos bairros sociais. Estes serviços tentam, através de um carácter de proximidade incutir uma consciencialização no sentido de promover processos de mudança, nomeadamente na participação social, empenho e relações de vizinhança nessa tentativa de inclusão social.

O Concelho da Covilhã é composto por 719 fogos, conforme quadro infra. Estes recursos incluem o parque habitacional do Município da Covilhã que agrega vários conjuntos de habitações (14 bairros) e que constituem um universo de 719 fogos municipais, 690 dos quais integram a bolsa de habitação social do Município da Covilhã. Entre a bolsa de habitação social do Município, segundo o ELH 2021, parte dos fogos necessitam de obras e 44 encontram-se livres. Complementarmente, identificaram-se 19 imóveis livres de propriedade municipal (parte deles afetos ao uso habitacional), assim como 6 imóveis, propriedade dos parceiros envolvidos, que, atualmente, não fazem parte da oferta habitacional, mas que podem ser avaliados para vir a integrar a oferta de habitação apoiada no Concelho, se for considerada indicada a sua reconversão funcional e/ou reabilitação.

Localização		**Nº Fogos**
Covilhã	Bairro dos Penedos Altos	10
	Rua Cidade do Fundão	34

	Bairro Património/Pe. Américo	12
	Pré-Fabricadas	10
	Rua 1º de maio	36
	Rua Mateus Fernandes Bairro do Rodrigo Bairro da Estação	36
	Rua Pinhal do Gaiteiro	12
Covilhã Dispersas	Rua 6 de Setembro Rua Portas do Sol Rua Bombeiros Voluntários da Covilhã Rua Comendador Gomes Correia Rua Const. Ant. Pedroso Santos Rua do Norte Rua José C. Junior Travessa do Cimo	24
Boidobra	Bairro da Alâmpada	192
Teixoso	Urbanização das Nogueiras	135
Tortosendo	Bairro do Cabeço	148
	Rua Boavida CB	6
	Rua Nova do Souto	40
Vila do Carvalho	Sítio do Pouso	24
Total		719

O parque habitacional do concelho da Covilhã é constituído, quase na totalidade, por alojamentos clássicos sendo insignificante o número de barracas e outros alojamentos improvisados. No entanto, falar-se em alojamentos clássicos não quer dizer, forçosamente, que existam todas as condições dignas de habitabilidade, como justificado na ELH 2021.

14.2.1.1. Habitação de Emergência Social

O Município da Covilhã, através da execução de programas e projetos de ação social de âmbito municipal, tem procurado promover medidas de combate à pobreza e exclusão social de forma a contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos seus munícipes, em especial dos grupos sociais economicamente mais vulneráveis. Neste contexto, disponibiliza uma habitação de emergência social, que visa criar medidas complementares às já existentes na área da ação social, tendo como objetivo a definição de regras e de critérios para a prestação de alojamento pontual e temporário, com caráter urgente e inadiável, a munícipes que designadamente vejam a sua habitação destruída ou gravemente afetada pela ocorrência anómala e imprevisível, de um acidente grave ou catástrofe, assim como a vítimas de violência doméstica, acompanhadas ou não de filhos menores, criando-se, assim, mais um instrumento de realização das atribuições do Município no domínio da Ação Social e do exercício das competências desta Câmara Municipal.

14.2.2. Habitação SHU

A reabilitação urbana assume-se hoje como uma componente indispensável da política das cidades e da política de habitação, na medida em que nela convergem os objetivos de requalificação e revitalização das cidades, em particular das suas áreas mais degradadas, e de qualificação do parque habitacional, procurando-se um funcionamento globalmente mais harmonioso e sustentável das cidades e a garantia, para todos, de uma habitação condigna. Neste sentido, surge com o Decreto-Lei n.º 104/2004, de 7 de Maio, a figura das Sociedades de Reabilitação Urbana, adiante designadas por SRU's.

Segundo o Serviço dos Registos, Seguros e Património Municipal, a habitação SRU da responsabilidade do Município da Covilhã, é o seguinte:

Tabela 65 - Habitação SRU no Concelho da Covilhã (Fonte: Município da Covilhã).

PRÉDIO SITO	FRACÇÃO	FREGUESIA
Rua Azedo Gneco nº 25 - R/Chão	Fracção A	UF Covilhã e Canhoso
Rua Azedo Gneco nº 25 - 1º Andar	Fracção B	UF Covilhã e Canhoso
Rua Azedo Gneco nº 25 - 2º Andar	Fracção C	UF Covilhã e Canhoso
Rua do Meio nº 8	Prop. Total	UF Covilhã e Canhoso
Rua do Meio nº 5 - R/Chão	Fracção A	UF Covilhã e Canhoso
Rua do Meio nº 5 - 1º Andar	Fracção B	UF Covilhã e Canhoso
Rua do Meio nº 5 - 2º Andar	Fracção C	UF Covilhã e Canhoso
Rua do Batoreo	Prop. Total	UF Covilhã e Canhoso
Rua da Quebrada	Prop. Total	UF Covilhã e Canhoso
Rua do Castelo	Prop. Total	UF Covilhã e Canhoso
Rua do Castelo	Prop. Total	UF Covilhã e Canhoso
Rua do Castelo	Prop. Total	UF Covilhã e Canhoso
Travessa da Quebrada	Prop. Total	UF Covilhã e Canhoso
Rua 6 Setembro, 38,40,42,44 e 52- Cave	Fracção A	UF Covilhã e Canhoso
Rua 6 Setembro, 38,40,42,44,52-R/C Eqº	Fracção B	UF Covilhã e Canhoso
Rua 6 Setembro, 38,40,42,44,52-R/C Dtº	Fracção D	UF Covilhã e Canhoso
Rua 6 Setembro, 38,40,42,44,52 - 1º Eqº	Fracção E	UF Covilhã e Canhoso

Rua 6 Setembro, 38,40,42,44,52 - 1º Cetº	Fracção F	UF Covilhã e Canhoso
Rua 6 Setembro, 38,40,42,44,52 - 1º Dtº	Fracção G	UF Covilhã e Canhoso
R. Alexandre Hº 29,29A-R.Jornal N.34,34A-R/C,Dtº	Fracção A	UF Covilhã e Canhoso
R. Alexandre Hº 29,29A-R.Jornal N.34,34A-2ºEqº	Fracção D	UF Covilhã e Canhoso
R. Alexandre Hº 29,29A-R.Jornal N.34,34A-2ºDtº	Fracção E	UF Covilhã e Canhoso
Rua Portas do Sol, nºs 28 e 30 - R/C, Eqº	Fracção A	UF Covilhã e Canhoso
Rua Portas do Sol, nºs 28 e 30 - R/C, Dtº	Fracção B	UF Covilhã e Canhoso
Rua Portas do Sol, nºs 28 e 30 - 1º, Eqº	Fracção C	UF Covilhã e Canhoso
Rua Portas do Sol, nºs 28 e 30 - 1º, Fte	Fracção D	UF Covilhã e Canhoso
Rua Portas do Sol, nºs 28 e 30 - 1º, Dtº	Fracção E	UF Covilhã e Canhoso
Rua Portas do Sol, nºs 28 e 30 - 2º, Dtº	Fracção G	UF Covilhã e Canhoso
Rua Gomes Freire	Prop. Total	UF Covilhã e Canhoso
R. Comendador Gomes Correia Nº 41	Prop. Total	UF Covilhã e Canhoso
Rua São João ou Com. Gomes Correia	Prop. Total	UF Covilhã e Canhoso
R. Comendador Gomes Correia	Prop. Total	UF Covilhã e Canhoso
R. Comendador Gomes Correia Nº 57	Prop. Total	UF Covilhã e Canhoso
R. Comendador Gomes Correia Nº 61 a 65	Prop. Total	UF Covilhã e Canhoso
R. Comendador Gomes Correia R/Chão	Prop. T/and ind	UF Covilhã e Canhoso
R. Comendador Gomes Correia 1º Andar	Prop. T/and ind	UF Covilhã e Canhoso

R. Comendador Gomes Correia 2º Andar	Prop. T/and ind	UF Covilhã e Canhoso
R. Comendador Gomes Correia 3º Andar	Prop. T/and ind	UF Covilhã e Canhoso
R Comendador Gomes Correia nº 49-51	Prop. Total	UF Covilhã e Canhoso
Travessa do Varandado 9 a 11 - nº 9	Fracção A	UF Covilhã e Canhoso
Travessa do Varandado 9 a 11 - nº 9	Fracção B	UF Covilhã e Canhoso
R. Com. G. C. 24 e 24A-T. Namorad.20 a 20A-1ªCv	Fracção B	UF Covilhã e Canhoso
R. Com. G. C. 24 e 24A-T. Namorad. 20 a 20A-R/C	Fracção C	UF Covilhã e Canhoso
R. Com. G. C. 24 e 24A-T. Namorad.20 a 20A-1ºAd	Fracção-D	UF Covilhã e Canhoso
Rua da Alegria	Prop. Total	UF Covilhã e Canhoso
Machedas de Cima	Prop. Total	Freg. De Tortozendo
Rua da Ladeira	Prop. Total	Freg. De Tortozendo
Avenida Garrett	Fracção A	Freg. De Tortozendo
Avenida Garrett	Fracção B	Freg. De Tortozendo
Calçada das Pontes	Fracção A	Freg. De Tortozendo
Calçada das Pontes	Fracção B	Freg. De Tortozendo

Esta é mais uma forma do Município da Covilhã responder à problemática da habitação no Concelho da Covilhã.

14.2.3. Carências Habitacionais

O diagnóstico global atualizado das carências habitacionais no concelho da Covilhã é um exercício fundamental de base para a definição da sua ELH, uma vez que permite identificar as fragilidades e necessidades habitacionais, bem como elencar as principais oportunidades e ameaças que se colocam ao território, no sentido de estabelecer objetivos estratégicos e prioridades de intervenção no domínio da habitação.

Os diplomas legais que enquadram o programa 1.º Direito estabelecem que a ELH, enquanto instrumento que define a estratégia de intervenção em matéria de política de habitação à escala local, deve suportar-se num diagnóstico global atualizado das carências habitacionais existentes no Concelho. Este diagnóstico deverá contabilizar e caraterizar as pessoas e agregados que vivem cumulativamente em condições habitacionais indignas e em situação de carência económica.

Assim, tendo como contextualização genérica a análise apresentada nos pontos anteriores assente nos dados produzidos por fontes estatísticas oficiais, foi efetuado um levantamento das situações habitacionais indignas presentes no concelho da Covilhã, as quais constituem situações críticas de carência habitacional e financeira. Este levantamento teve por base duas fontes distintas:

1. A informação obtida pela Câmara Municipal, constante da lista de pedidos de realojamento (2018-2020) e dos dados do relatório de vistorias conjuntas pela Ação Social e Habitação/Departamento de Obras ao parque habitacional do Município (2018), atualizado à data (no que diz respeito à composição dos agregados familiares dos arrendatários, às condições de inadequação e ao estado de ocupação dos imóveis);

2. As situações identificadas localmente, com o apoio das juntas de freguesia e dos parceiros da Rede Social.

O levantamento efetuado, que pode ser consultado na ELH 2021, procurou igualmente identificar os agregados habitacionais que integram menores, idosos ou pessoas com deficiência, por configurarem situações habitacionais em condição indigna que, potencialmente, traduzem uma maior vulnerabilidade e dependência. Não sendo possível apurar o número de menores, idosos ou pessoas com deficiência em todas as situações com condição indigna associada, sistematiza-se, seguidamente, o universo onde foi efetuada essa caracterização,

assim como o total de indivíduos que configura cada um destes grupos. Destacam-se os seguintes dados:

1. Cerca de 2% dos alojamentos do Concelho correspondem a fogos de habitação social, distribuídos por 14 bairros sociais e que constituem uma bolsa de 690 fogos gerida em termos sociais e de conservação dos imóveis;

2. Predomínio de habitações sociais de tipologia T2 (46,4% e 320 fogos) e T3 (35,7% e 246 fogos) e existência de cerca de 12% de fogos em mau estado de conservação (83 fogos);

3. Existência de 44 fogos livres na bolsa de habitação social municipal, estando 14 fogos prontos a habitar e os restantes a necessitar de obras de reabilitação;

4. Identificação de um outro conjunto de edifícios/frações livres, parte afeta ao uso habitacional, de propriedade municipal, que configuram 19 imóveis com potencial para integrar a oferta de habitação apoiada no Concelho;

5. Existência de um conjunto de 6 imóveis, em propriedade das juntas de freguesia/UF e dos parceiros da Rede Social, com potencial de reconversão funcional e/ou reabilitação para reforço da habitação apoiada;

6. Limitações ao nível das respostas dos equipamentos sociais às solicitações para acolhimento de população idosa, apesar de, em 2018, existirem 25 instituições e a oferta por estas.

O balanço dos dados de levantamento das carências e dos recursos habitacionais disponíveis, expresso na análise antecedente, permite concluir que a oferta existente é presentemente suficiente em termos quantitativos dos recursos e potenciais recursos, mas insuficiente em termos qualitativos, pelo que a resposta às carências habitacionais terá de passar por novas soluções de habitação adaptadas às situações e necessidades identificadas.

Tendo presentes os objetivos e instrumentos decorrentes das novas políticas de habitação e instrumentos, com especial destaque para o Programa 1.º Direito e para as soluções e apoios nele previstos, e considerando o diagnóstico global das carências habitacionais existentes no Concelho, a ELH da Covilhã focou as suas prioridades e medidas/soluções nas respostas adequadas aos seguintes desafios:

- Beneficiação, reabilitação e adequação do parque municipal de habitação em regime de renda apoiada, garantindo as condições de habitabilidade adequadas às famílias ocupantes;
- Reforço da oferta municipal de habitação para alojamento de pessoas que vivem em situação de carência habitacional;
- Diversificação das respostas habitacionais sociais existentes, em particular as dirigidas para as pessoas em situação de dependência e de vulnerabilidade;
- Apoio às famílias proprietárias, sem condições financeiras para promover a adequada reabilitação/conservação das suas habitações, residindo em condições habitacionais indignas;
- Melhoria das condições de habitabilidade e da adaptabilidade dos alojamentos à mobilidade reduzida, nomeadamente, com vista à supressão de obstáculos ao nível da acessibilidade aos edifícios e na circulação no interior da habitação;
- Promoção da oferta de habitação qualificada e a preço acessível, contribuindo para a dinamização do mercado de arrendamento e a criação de condições acrescidas de atração e fixação de população residente;
- Fomento à reabilitação urbana e do edificado das áreas urbanas onde se concentram os principais focos de degradação habitacional, tendo por base operações integradas de reabilitação urbana;
- Estímulo ao envolvimento alargado da comunidade e atores sociais na melhoria das condições de habitabilidade e na dinamização do mercado de arrendamento acessível e de reabilitação.

Quanto às condições de habitabilidade, nomeadamente no que diz respeito ao acesso a infraestruturas básicas (eletricidade, instalações sanitárias, água canalizada e instalações de banho ou duche), observa-se que o Concelho registava, em 2011, uma percentagem de 2,4% de alojamentos familiares clássicos sem acesso a pelo menos uma destas instalações básicas, atualmente, apesar de não existirem dados concretos, assume-se que a percentagem de alojamentos sem acesso a infraestruturas básicas será menor.

O diagnóstico foi efetuado com o contributo das juntas de freguesia e dos parceiros sociais, que permitiu identificar situações de pessoas e agregados que vivem em carência habitacional e financeira, não possuindo recursos económicos que lhes permita fazer face às suas necessidades

habitacionais. Esse levantamento permitiu contabilizar um total de 221 agregados habitacionais em carência habitacional. Entre estes, 183 agregados familiares (que integram pelo menos 396 pessoas) habitam em condição indigna, reunindo as condições de elegibilidade ao Programa 1º Direito.

De acrescentar ainda que 54 destas famílias (um total de 103 pessoas) correspondem a pessoas e agregados habitacionais em situações específicas definidas no Programa 1º Direito, designadamente a pessoas vulneráveis. Estas situações correspondem a situações de pessoas sem-abrigo (sem casa ou sem teto – 47 e 1 agregados, respetivamente), assim como a vítimas de violência doméstica (6 situações).

De destacar ainda a população estudantil que frequenta a Universidade da Beira Interior (UBI), nomeadamente de deslocados, que se deparam com a reduzida oferta de alojamento nas residências de estudantes, recorrendo ao mercado de arrendamento para garantir um alojamento. Este facto intensifica as problemáticas no contexto habitacional, quer pela diminuição da oferta de habitações no mercado de arrendamento, quer pela potenciação de cenários de especulação imobiliária que dificultem o acesso à habitação por parte da população mais frágil do ponto de vista socioeconómico.

As condições de habitabilidade são um importante indicador de análise da qualidade de vida de uma população e podem ser avaliadas, genericamente, através dos seguintes indicadores: dotação em infraestruturas básicas (no âmbito do serviço de infraestruturas (eletricidade, abastecimento de água e saneamento básico) o concelho já estava praticamente coberto em 2001); instalações existentes nos alojamentos; tipo de ocupação; e índices de lotação.

Relativamente às instalações existentes nas habitações (instalações de banho ou duche, ar condicionado e aquecimento), segundo a ELH 2021, os alojamentos do município estão razoavelmente bem-dotados: só 2,4% não possui instalações de banho ou duche e 1,4% não possui qualquer tipo de aquecimento; por sua vez apenas 11% dos alojamentos possui ar condicionado.

Os dados mais recentes respeitantes ao nível de degradação são refletidos nos Censos 2011 que dão conta da existência de 2% dos edifícios em estado muito degradado em oposição aos quase 2/3 de edifícios que se encontravam em bom estado de conservação e que por isso não necessitavam de qualquer tipo de reparação exterior. Existia, no entanto, uma percentagem

com algum significado - quase 1/3 – que necessitava de intervenções de reparação (6 818 edifícios). Contudo, naquela data a situação não era preocupante pois, dos edifícios que necessitavam reparações, apenas 12% necessitavam de grandes reparações (813 edifícios). Estes, associados aos que se encontravam muito degradados (524 edifícios) perfaziam um total de 1 937 edifícios a necessitar de grandes intervenções.

Note-se que, a existência de uma percentagem significativa de edifícios degradados e com necessidade de reparações estruturais, aumenta o encargo sobre os proprietários e cria focos de insalubridade e insegurança urbana que devem ser resolvidos.

Na sequência do convite dirigido aos municípios através do Aviso EIDT-99-2015-03 para a mobilização das prioridades de investimento previstas no Eixo Urbano dos respetivos Programas Operacionais Regionais, destinado aos centros urbanos de nível superior, o Município desenvolveu o seu PEDU, sendo o PARU um dos seus planos de ação.

Além do PARU, o PEDU integrou igualmente o PAICD, com o objetivo de identificar os problemas e desenhar uma estratégia coerente e adequada que promova a coesão e inclusão social nas comunidades mais vulneráveis. Neste contexto, foram identificadas as comunidades urbanas desfavorecidas do Bairro do Património, do Bairro da Biquinha e do Centro Histórico da Covilhã (habitação social), assim como a necessidade de intervir no Centro de Inclusão Social. De referir, ainda, a candidatura do Município ao Aviso lançado pelo Programa Operacional do Centro (Centro 2020) para a eficiência energética dos edifícios de habitação social. Para o efeito, foram selecionados para reabilitação:

1. Reabilitação dos Edifícios do Bairro Social Quinta da Alâmpada do Lote 1 ao Lote 28
2. Reabilitação dos Edifícios do Bairro Social do Património na Covilhã
3. Reabilitação do edifício do Museu da Cidade
4. Reabilitação dos Edifícios do Bairro Social do Cabeço - Lote 1 ao Lote 18

14.2.4. Condições de Acesso aos Edifícios a Pessoas com Mobilidade Condicionada

Não obstante a percentagem representativa de população residente com incapacidades motoras e visuais (evidenciado no Capítulo 7 Análise Demográfica), grosso modo, diretamente

relacionadas com o envelhecimento populacional, a realidade construtiva e da ocupação humana do território da Covilhã antecipam a inexistência de grandes desconformidades ou dificuldades acrescidas às pessoas com mobilidade condicionada. Com efeito, a tipologia dos edifícios predominantes, exemplo de um território rural de baixa densidade, com edificações predominantemente térreas ou de 2 pisos é, por si só, um contexto favorável à mobilidade das pessoas.

Além destas intervenções, foi também lançado um concurso com vista a promover a acessibilidade inclusiva na Praça do Município e respetiva zona envolvente. A intervenção inclui fornecimento e montagem de placas informativas, trabalhos preparatórios, pavimentos e redes elétricas.

Mais recentemente o Município promoveu acessibilidade inclusiva no centro da Covilhã através de duas candidaturas:

1. Covilhã - A Tecer a Acessibilidade

2. + ACESSO Promoção de Acessibilidade Inclusiva - Praça do Município e Zona Envolvente (Covilhã) - O desenvolvimento deste projeto visa a implementação de um coerente percurso pedonal urbano em que se pretende o desenvolvimento, da mobilidade suave, de um município mais amigo do ambiente, da saúde e, de igual forma, mais sustentável bem como possibilitar a redução das emissões de gases com efeito de estufa no centro urbano proporcionando condições para a mobilidade suave acessível.

O vasto conjunto de intervenções destinam-se a adaptar os acessos dos espaços envolventes e dos edifícios públicos municipais a cidadãos de mobilidade reduzida, dando cumprimento às medidas previstas no âmbito do Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS) das Beiras e Serra da Estrela.

Os edifícios a intervencionar são: os Paços do Concelho; Balcão Único e Espaço do Cidadão; Teatro Municipal; Centro de Incubação de Indústrias Criativas; serviços municipais de Urbanismo e Fiscalização de Obras Particulares. Além destes, destaca-se ainda a existência de diversos outros serviços públicos e de interesse público, todos eles concentrados e com acesso pela Praça do Município, tais como instituições bancárias, serviços dos correios, escritórios, razão pela qual é sempre grande a afluência de pessoas ao centro da cidade.

A intervenção pretende requalificar a rede pedonal da área, implementar meios adequados também à circulação segura de pessoas invisuais, e apostar em meios tecnológicos da nova geração de sinalética e iluminação vertical, com vista a garantir a existência de percursos acessíveis, inclusivos e seguros no centro urbano e nas ligações aos principais serviços e/ou equipamentos públicos.

O percurso/corredor onde os trabalhos irão decorrer comporta cerca de 500 metros lineares, com uma área de intervenção de 8.500 m2.

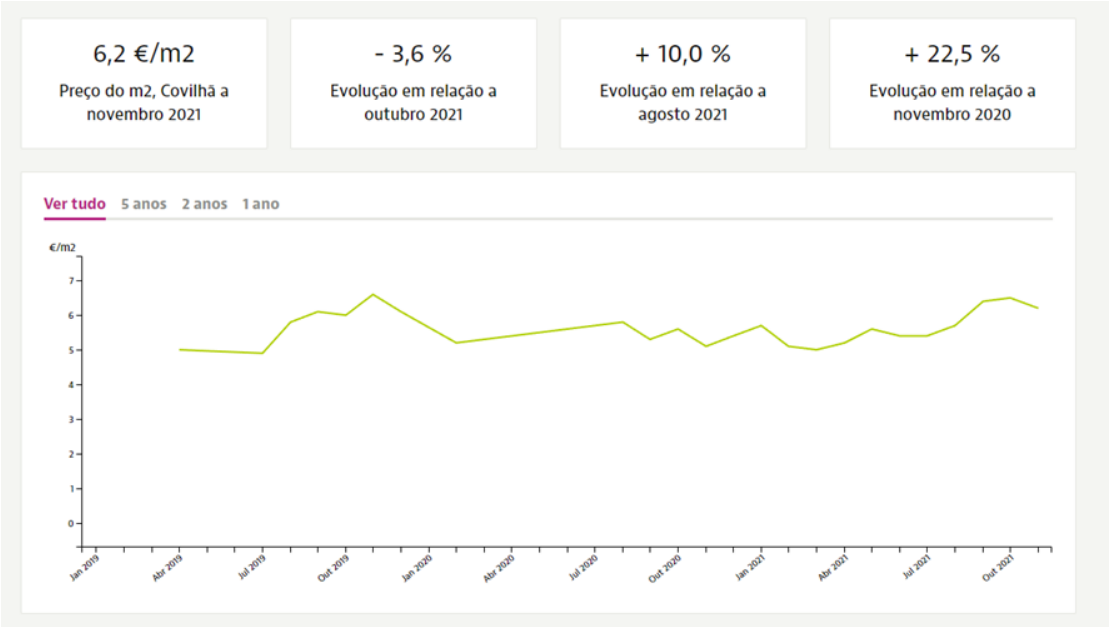
Todas as medidas propostas no projeto têm em consideração o facto de a Praça do Município ser uma zona de proteção do património edificado, acautelando a melhor integração das soluções e materiais no ambiente visual do espaço a intervir.

14.2.5. Mercado de Arrendamento

Os preços das casas para arrendar em Portugal desceram 4,1% num ano, considerando os dados de outubro de 2021 e do mesmo mês do ano passado. Segundo o índice de preços da plataforma imobiliária Idealista, arrendar casa tinha um custo de 10,8 euros por metro quadrado (euros/m2) no final do mês de outubro de 2021, tendo em conta o valor mediano. Já em relação à variação trimestral, a descida foi de -1,2%.

Dos distritos analisados, as descidas de preços tiveram lugar na Ilha de São Miguel (-9,1%), Viseu (-8,4%), Lisboa (-4,2%) e Aveiro (-3,3%). Em sentido contrário, subiram em Castelo Branco (21,4%), Vila Real (16,3%) e Viana do Castelo (13,5%). Seguem-se na lista Leiria (11,2%), Évora (6,4%), Ilha da Madeira (5,8%), Faro (5,8%), Santarém (5,5%) e Setúbal (4,8%).

No Concelho da Covilhã, segundo os dados disponibilizados pela plataforma de venda e arrendamento idealista, o preço do m2, em novembro de 2021, encontra-se nos 6,2€, ou seja, + 22,5% em relação ao período homólogo do ano anterior.



Esta distribuição reflete a dinâmica demográfica e económica deste concelho onde, especificamente, o arrendamento a jovens universitários terá um peso preponderante. Mesmo assim, apresenta-se como um mercado atrativo do ponto de vista da mobilidade residencial, pela significativa proporção de alojamentos passíveis de ser arrendados e ocupados num relativo espaço de tempo.

Ser proprietário imobiliário, quer em meio urbano quer em meios rurais, era até há pouco tempo um anseio que se apresentava como transversal à sociedade portuguesa por razões várias mas onde se sublinhavam a rigidez do mercado de arrendamento ou a valorização social e económica que decorria da ampliação do património imobiliário individual/familiar. Contudo, este cenário, fruto da crise económica e pandémica está em mutação no sentido da crescente valorização e dinamização do mercado de arrendamento, tornando o mercado menos flexível e adaptável às situações, por vezes muito difíceis, que muitas famílias portuguesas estão a viver no momento presente. Desta forma a ELH torna-se ainda mais importante para que quem procura a Covilhã tenha direito a habitação.

14.2.6. Programas de Apoio à Melhoria do Parque Habitacional

Ao longo dos tempos têm existido diversas iniciativas que visam a melhoria das condições do parque habitacional. As mais recentes são:

1. Programa Bairros Saudáveis (2021)

O Programa Bairros Saudáveis é um programa público, de natureza participativa, para melhoria das condições de saúde, bem estar e qualidade de vida em territórios vulneráveis. É um programa de pequenas intervenções, através do apoio a projetos apresentados por associações, coletividades, organizações não governamentais, movimentos cívicos e organizações de moradores, em articulação com as autarquias, as autoridades de saúde ou demais entidades públicas. Visa sobretudo dar algum poder, no sentido de "poder fazer", a comunidades residentes e pessoas ou organizações intervenientes em territórios vulneráveis.

O Programa financia, com um montante máximo de 50.000 euros, projetos apresentados através de procedimento concurso por parcerias locais para melhorias nesses territórios. A dotação do programa é de 10 milhões de euros (2020-2021).

Tem como objetivos específicos: 1) Promover iniciativas de desenvolvimento local e de capacitação das comunidades locais, dando apoio material e institucional à auto-organização da população e à sua participação na melhoria das respetivas condições de vida e dos determinantes em saúde; 2) Viabilizar intervenções céleres e eficazes que criem comunidades mais resilientes, inclusivas e saudáveis, através da transformação do capital social e humano, da cidadania ativa e do trabalho em rede; 3) Promover o desenho e a gestão participados na construção e requalificação de espaços públicos e/ou comuns mais seguros, inclusivos e saudáveis, que valorizem o desenvolvimento humano e a sustentabilidade ambiental; 4) Eliminar barreiras ou fatores de discriminação, contribuindo para uma imagem positiva das diferentes comunidades que partilham o espaço local e combatendo informações falsas ou estigmatizantes.

As intervenções mais recentes no Concelho da Covilhã são:

a. Arranca no Bairro do Cabeço com "Saudinha" – Desenvolvido pela Coolabora, o projeto "Saudinha" que tem como objetivo o espaço exterior do Bairro Social do Cabeço, no Tortosendo, dando assim resposta aos objetivos da população aí residente de tornar o espaço exterior mais

saudável, digno e atrativo para todas as faixas etárias. Assim, está prevista a criação de áreas permeabilizadas com sombra e jardim, espaços de lazer, recreio e desporto para promover tempo de qualidade aos cerca de 300 moradores do bairro. Todo o processo de conceção e execução envolve as pessoas que irão beneficiar dele.

Com um orçamento de 50 000€ e financiado a 100% pelo Programa Bairros Saudáveis, o "Saudinha" pretende apresentar ao bairro e a todo o concelho um novo conceito de espaço comunitário exterior.

A gestão é da Coolabora que conta com uma parceria constituída por mais entidades: as Mulheres na Arquitetura (responsáveis pela auscultação e desenho do estudo prévio e projeto final), o Entre Mundos, coletivo de jovens estudantes de medicina que na área da saúde organiza ações de sensibilização para a prevenção de doenças, o Unidos Futebol Clube do Tortosendo que promove o desporto e ainda as entidades institucionais (Município da Covilhã e Junta de Freguesia do Tortosendo).

b. O Pátio dos 80 (2021), pertencente ao Programa Bairros Saudáveis, é um projeto colaborativo construído em conjunto com moradores, Junta de Freguesia da Boidobra, Câmara Municipal da Covilhã, Departamento de Arquitetura da Universidade da Beira Interior (UBI) cujos principais objetivos passam por promover, no atual contexto de pandemia, a resiliência sanitária e a melhoria da coesão social, do habitat, das condições ambientais e da qualidade de vida das populações locais mais vulneráveis.

Visa a qualificação do espaço público através da intervenção arquitetónica com um financiamento de seis mil euros, na freguesia da Boidobra, no bairro dos 80 fogos, primeiro bairro de habitação social daquela freguesia e por isso é um bairro muito envelhecido, com a necessidade de zonas de estar que proporcionem as pessoas, inclusive com mobilidade reduzida, a fruição de espaços comuns e ao ar livre e o romper do isolamento num espaço publico seguro.

c. O outro projeto - "Pontes" (2021) - vai decorrer na Urbanização das Nogueiras, um bairro de habitação municipal construído em 2002, na freguesia do Teixoso, e conta com um financiamento de 52 mil euros, sendo o objetivo principal a requalificação de um espaço que permita que as 160 famílias residentes partilhem, aprendam e estabeleçam laços e pontes entre eles e os habitantes da freguesia que não residem no bairro. O projeto avança com base numa

parceria que engloba o Agrupamento de Centros de Saúde da Cova da Beira, o Município da Covilhã, a União de Freguesia do Teixoso e Sarzedo, a UBI e um representante dos residentes do bairro.

Está prevista a requalificação de três espaços de uso comum, que possam envolver e beneficiar diretamente 480 moradores do bairro, transformando zonas comuns votadas ao abandono em locais acolhedores e seguros que permitam a dinamização de atividades para crianças, famílias e idosos.

A criação de um centro de animação comunitário, a construção de um forno a lenha para confeção de pão e a conceção de jardins em canteiros elevados são algumas das ações a levar a cabo.

O projeto Pontes quer dar resposta a uma necessidade premente identificada num bairro de habitação social em que a falta de equipamentos coletivos e a consequente escassez de convivência têm originado um clima de insegurança e conflitualidade latente. A situação de pandemia, num território considerado de alto risco e as medidas de confinamento têm agravado os estigmas e tido consequências devastadoras na saúde mental dos residentes do bairro que se sentem cada vez mais alvo de preconceitos. A requalificação de uma garagem e a sua transformação em centro comunitário de animação, a construção de um forno comunitário e de jardins de ervas aromáticas, e a dinamização de atividades nesses mesmos espaços, serão a oportunidade de estreitar laços, estabelecer pontes com outros residentes da freguesia que não moram no bairro assim como permitir que os residentes de uma população particularmente fragilizada possam ter um papel consciente nas suas opções de vida relativamente a sua saúde.

A Urbanização das Nogueiras é um bairro de habitação municipal construído em 2002, no Teixoso, freguesia limítrofe à cidade da Covilhã onde residem 160 famílias, está localizado numa zona periférica da freguesia, isolado de outras construções e carateriza-se por uma manifesta ausência de equipamentos comunitários e um espaço público desqualificado e pouco valorizado. A maioria dos residentes partilha os mesmos problemas: desemprego, baixa escolaridade e dependência dos apoios do sistema de segurança social. A congregação num mesmo território de todos estes problemas e a situação de pandemia têm contribuído para a consolidação dos estigmas e preconceitos, e a um clima de insegurança com graves consequências para a saúde mental e física dos residentes. O objetivo do projeto Pontes é reverter a situação de mal-estar

psicológico latente no bairro, pela requalificação de um espaço que permita que os residentes partilhem, aprendam e estabeleçam laços e pontes com os habitantes da freguesia.

d. O projeto "Melhor Idade" prevê intervenção, com um financiamento que ronda os 30 000€, nos bairros do património e pinhal do gaiteiro, territórios que refletem um processo de envelhecimento populacional, que tem vindo a crescer ao longo dos últimos anos. Os residentes são sobretudo pessoas idosas, com fracos recursos financeiros provenientes de pensões e baixo nível de escolaridade, fatores potenciadores de vulnerabilidade e exclusão social. O contexto de pandemia da COVID-19, que conduziu ao isolamento prolongado destas pessoas para a proteção da sua saúde física, revela-nos uma preocupação acrescida com a sua saúde mental e o seu bem-estar, em virtude do isolamento social a que se encontram sujeitos. Particularmente para estas pessoas, o distanciamento físico transformou-se em isolamento social, pelo que se pretende promover a qualidade de vida e garantir as condições necessárias ao envelhecimento ativo e saudável, ressalvando a saúde, o bem-estar e a segurança dos residentes, combatendo o isolamento social.

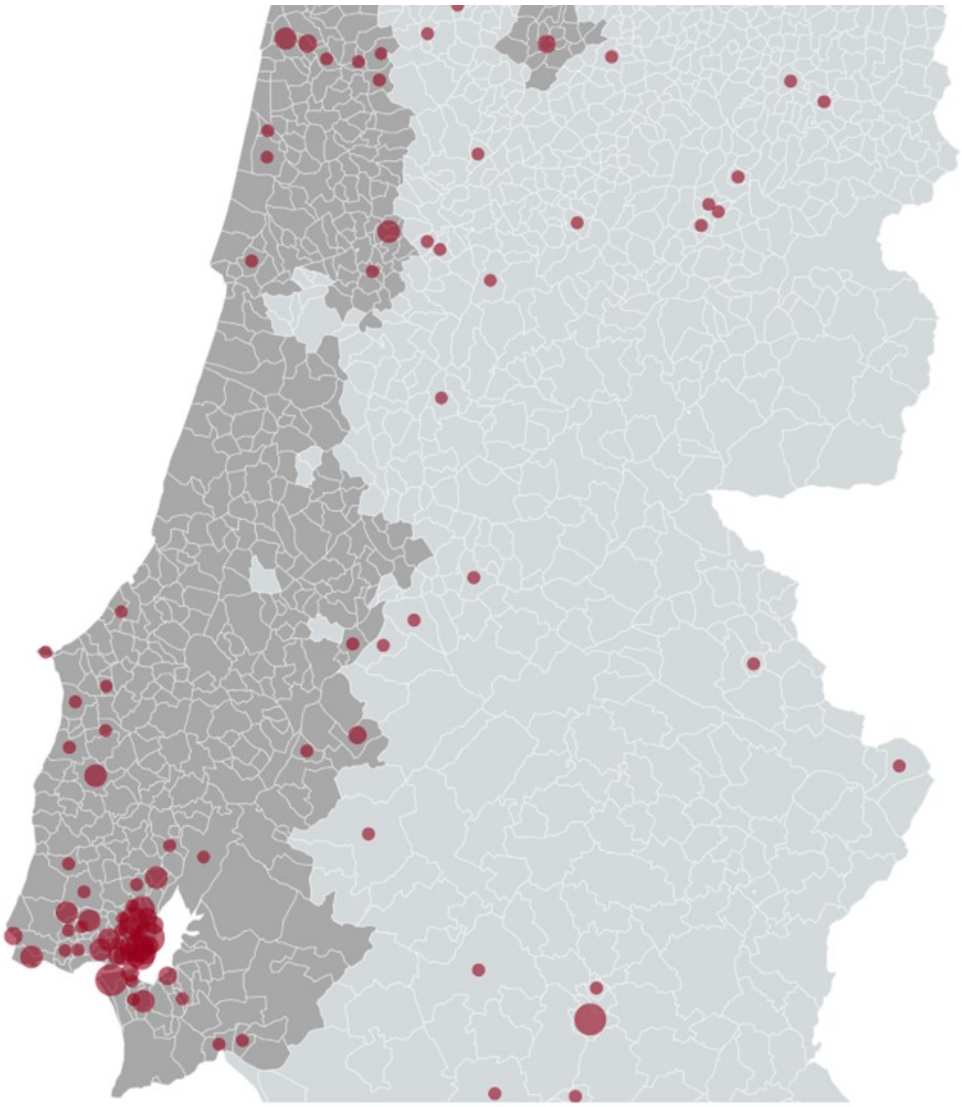


Figura 216 - Programa Bairros Saudáveis - Candidaturas aprovadas para financiamento, por freguesia (FONTE: Bairros Saudáveis).

14.3. Política Habitacional Autárquica em Curso

O universo que constitui a Habitação e as componentes a si associadas, designadamente, o setor imobiliário e construção civil, desde sempre constituíram "zonas cinzentas" sobre as quais os poderes públicos manifestaram e manifestam dificuldades em exercer uma regulação efetiva e, sobretudo, a transparência do setor. Não se trata de mero capricho normativo ou estatizante, esta referência ao estatuto excessivamente autónomo e livre da produção de alojamentos, dado

que essa forma de agir tem sido fator de promoção de desequilíbrios entre grupos sociais e espaços, pela diferença de renda que lhes estão associados.

Tendo como objetivo o lucro, pela sua profunda inserção na economia de mercado, a atividade imobiliária dirige-se sempre para os domínios em que a garantia é maior na sua obtenção, alheando-se daqueles que afetam os grupos marginais de menores argumentos económicos. Esta lógica mantém-se intacta, embora renovada, a partir de novas fórmulas (2ª residência, habitação sazonal, etc.) sendo só sujeita a pressão com a intervenção dos poderes públicos.

Daí que se continue a reafirmar a necessidade de uma intervenção municipal no campo da produção da habitação, não com o intuito de lesar quaisquer interesses económicos, mas de procurar a máxima justiça e equidade no acesso a um bem de primeira necessidade como sucede com o alojamento, compreendendo-se o destaque particular que merece na lei fundamental do país.

Em termos objetivos, trata-se de aceitar que a oferta de habitação deve ser segmentada de acordo com a procura, também ela diversa nas suas opções e nos rendimentos, mas trata-se também de demonstrar que alguns desses segmentos mais desfavorecidos, afetados mesmo por processos de estigmatização social, não registam uma oferta satisfatória atendendo à sua especificidade. Os programas de realojamento nas áreas metropolitanas e de construção a custos controlados demonstram, obviamente a uma escala muito distinta da Covilhã (mas não deixando, por isso, de constituir uma forte linha de tendência), a importância e urgência da intervenção da Administração como reguladora de um mercado que tem dificuldades em funcionar em moldes de justiça social.

A NGPH reconhece “o papel imprescindível que os municípios têm na sua implementação e reforça a sua intervenção neste âmbito (…). A sua relação de proximidade com os cidadãos e o território permite aos municípios ter uma noção mais precisa das necessidades presentes, das abordagens mais adequadas e dos recursos passíveis de mobilização, sendo a sua ação instrumental na construção e implementação de respostas mais eficazes e eficientes, orientadas para os cidadãos”. Neste âmbito, a ELH assume-se como instrumentos chave na identificação e resposta às carências estruturais no acesso à habitação e aos desequilíbrios entre os vários segmentos de oferta e procura habitacional, assim como na identificação de contextos específicos de maior ou menor fragilidade e coesão socio territorial. Corresponde a um

instrumento fundamental de planeamento local, que valoriza o papel dos municípios em matéria de habitação e inclusão social, reforçando a sua capacidade de intervenção nestes domínios.

O concelho da Covilhã insere-se num contexto sociodemográfico desfavorável, partilhado com outros territórios do interior, marcado por uma retração e envelhecimento populacional crescente, que induz alterações na composição das famílias, nas características dos seus elementos e, consequentemente, nas necessidades ao nível da habitação, quer ao nível da natureza das respostas necessárias, quer também ao nível dos padrões e exigências de funcionalidade e conforto hoje considerados adequados para uma habitação condigna.

A emergência de diferentes problemáticas sociais associadas à privação de recursos financeiros e a outras formas de pobreza e de exclusão social, resultantes dos níveis de rendimento reduzidos e das características socioeconómicas da população, geram significativos constrangimentos, não apenas no acesso à habitação, mas também na capacidade de manutenção das habitações e de assegurar os níveis adequados de salubridade, conforto e segurança estrutural, criando contextos de forte vulnerabilidade social e habitacional, como os identificados no diagnóstico realizado.

Aproveitando as oportunidades conferidas pelas novas políticas e instrumentos de apoio à habitação e à reabilitação urbana, e tendo presente as linhas estratégicas de desenvolvimento do Concelho que têm vindo a ser concretizadas pelo Município, a Estratégia de Intervenção a adotar tem, necessariamente, de refletir com objetividade a posição do Município em matéria de habitação, de valorização do habitat e de qualidade de vida da sua população, tendo presente a especificidade do território e das necessidades presentes, bem como a capacidade de investimento existente para a resolução dessas mesmas necessidades.

Segundo a ELH 2021, a Covilhã é um concelho onde o peso do parque habitacional de cariz social tem uma expressão equivalente à observada no conjunto do território nacional (cerca de 2% dos alojamentos clássicos do Concelho), existindo uma desadequação das necessidades da população residente, sobretudo da mais carenciada socioeconomicamente, face à oferta habitacional existente. Por seu turno, também se identificam dificuldades entre as famílias com rendimentos intermédios no acesso a habitações adequadas às suas necessidades e capacidade financeira. Esta última situação tem sido agravada com a afetação de parte dos alojamentos disponíveis para arrendamento à população estudantil.

De salientar a existência de programas e iniciativas com relevo para o tema da habitação no sentido da colmatação das necessidades da população mais carenciada. No âmbito da reabilitação urbana, destacam-se iniciativas como a delimitação de Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) e desenvolvimento do Programa de Ação de Regeneração Urbana (PARU) e do Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas (PAICD), no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU), que permitiram enquadrar o acesso a financiamento comunitário de um conjunto de projetos com reflexo na qualificação do ambiente urbano e resposta às comunidades desfavorecidas. Já o Regulamento de Habitação Social do Município da Covilhã e o Regulamento Interno do Fundo de Apoio Social aos Estudantes da UBI, procuram responder a situações transitórias e de emergência, através da atribuição de habitações sociais em regime de arrendamento apoiado e de uma ajuda financeira para o pagamento de alojamento de estudantes do ensino superior deslocados e em situação de comprovado estado de necessidade económica. A existência da Rede Social, garantindo a disponibilização de uma estratégia social e a articulação entre as entidades públicas e privadas presentes, com várias iniciativas ao nível da erradicação da pobreza e da exclusão social no Concelho, constitui também um fator muito importante para a promoção do desenvolvimento social local.

A Estratégia de Intervenção desenvolvida no quadro da ELH da Covilhã, assume o horizonte temporal de execução de 2026, a operacionalização desta estratégia, coordenada pelo Município, requer o envolvimento ativo dos atores locais na implementação das medidas e soluções habitacionais propostas, que se entende serem diversificadas e aptas para garantir uma resposta focada nos principais desafios que se colocam ao Município no domínio da habitação ou com este diretamente relacionados e nos diferentes grupos de população com dificuldades no acesso a uma habitação condigna.

Estes grupos populacionais são os seguintes:

População desfavorecida, envolvendo os indivíduos e/ou agregados familiares em situação de carência socioeconómica e habitacional, sem condições para aceder a uma habitação condigna através de meios próprios;

População vulnerável e com algum nível de dependência, especialmente os mais idosos ou população com deficiência, que necessitam de soluções habitacionais adaptadas à sua condição funcional e, em alguns casos, suportadas numa assistência dedicada;

População arrendatária que, em virtude da sua situação socioeconómica, enfrenta declaradas dificuldades no pagamento da renda;

População proprietária sem condições financeiras para, por si só, realizar obras de beneficiação/reabilitação de modo a garantir uma situação de habitabilidade adequada;

População residente em habitação social, principalmente as situações de insalubridade/insegurança e sobrelotação.

A definição estratégica em questão e que orienta a visão de futuro adotada, baseia-se em três domínios de intervenção determinados por um conhecimento prévio das caraterísticas de ocupação e evolução sociocultural e habitacional deste território:

1. Valorização e Reforço da habitação Pública;
2. Apoio à beneficiação da habitação privada;
3. Melhoria do habitat urbano e incremento da atratividade residencial.

Estes domínios refletem as necessidades de intervenção mais prementes no território, mantendo o foco na resolução das necessidades de habitação do Concelho.

Assim, tendo por base as premissas da atual política de habitação, entre as quais se destaca a qualidade do habitat enquanto fator determinante para o desenvolvimento e a coesão socio territorial, a universalidade de acesso a uma habitação condigna e adequada às características dos seus ocupantes, e o envolvimento alargado das entidades e comunidade na construção das respostas habitacionais, a ELH da Covilhã adota a seguinte visão de futuro: Covilhã | um território com uma oferta habitacional mais inclusiva e diversificada, suportada num habitat urbano qualificado e atrativo, sustentada em três prioridades estratégicas, cada uma alicerçada em objetivos concretos e medidas a implementar para garantir a oferta das soluções habitacionais necessárias para responder às necessidades dos diferentes grupos populacionais:



Figura 217 - Visão estratégica da ELH do Município da Covilhã (Fonte: ELH 2021).

Em síntese, a Estratégia Local de Habitação da Covilhã tem 3 prioridades estratégicas: Apoiar, para garantir uma resposta habitacional digna para as famílias em situação mais extrema de carência; Atrair, para promover mecanismos de facilitação de acesso à habitação, de incentivo geral à revitalização urbana e ao fomento da atratividade residencial; Habitar, para garantir o cumprimento dos objetivos e potenciar dinâmicas complementares que favoreçam a sua implementação.

O Gabinete "HABITA" será constituído por uma equipa multidisciplinar com técnicos dos serviços municipais, nomeadamente de urbanismo e ação social, e deverá receber o apoio dos parceiros estratégicos, os quais assumem um papel ativo no apoio aos grupos de população mais vulneráveis. Durante todo o período de implementação da ELH da Covilhã, está previsto o envolvimento regular destas entidades, através de momentos de trabalho e de partilha.

Cabe-lhe ainda a responsabilidade de orientar e acompanhar os munícipes que procurem habitação no Concelho ou que pretendam candidatar-se ao Programa 1.º Direito ou a outros instrumentos de apoio à habitação, garantindo suporte técnico aos beneficiários diretos na formalização dos processos e candidaturas.

O sucesso da implementação da ELH depende, em larga medida, do seu acompanhamento permanente e avaliação, práticas que permitirão corrigir eventuais desvios aos objetivos

traçados. A definição de um modelo que permita com facilidade a aferição de resultados é, nesta medida, um aspeto essencial a ter em conta. A monitorização e avaliação da ELH serão conduzidas com base num conjunto de indicadores aos quais se associam metas. Cabe ao Município a monitorização e avaliação da ELH, com a colaboração das entidades parceiras e atores locais, que devem fornecer com regularidade a informação necessária. Está prevista a elaboração do relatório de monitorização e avaliação da ELH, a realizar anualmente.

14.3.1. Outros Instrumentos e Medidas de apoio à Habitação no Município da Covilhã

Paralelamente à ELH 2021, O Município da Covilhã tem vindo a ser desenvolvidos programas e medidas no âmbito da habitação, no sentido da colmatação das necessidades da população mais carenciada, ao nível da atribuição de habitações sociais em regime de arrendamento apoiado, de emergência e de ajuda financeira para o pagamento de alojamento de estudantes do ensino superior deslocados e em situação de comprovado estado de necessidade económica.

O efeito, criou em 2017 um instrumento regulamentar que enquadra os apoios disponíveis no domínio da habitação, designadamente, o Regulamento de Habitação Social do Município da Covilhã. Este Regulamento estabelece o regime de atribuição e gestão patrimonial do parque de habitação social, propriedade do Município da Covilhã, nomeadamente:

1. Disciplinando e fixando os critérios de atribuição das habitações sociais definindo as condições de acesso e os critérios de seleção para arrendamento em regime apoiado;

2. Estabelecendo regras a que obedecem as relações de utilização dos fogos de habitação social propriedade do Município, incluindo as de boa gestão dos espaços de uso comum dos prédios.

A atribuição de uma habitação em regime de arrendamento apoiado efetua-se, por regra, mediante procedimento de concurso por inscrição sem prejuízo da possibilidade de o Município poder adotar, em casos devidamente justificados, o procedimento de concurso por classificação em função dos critérios de hierarquização e de ponderação estabelecidos para o efeito pela CMC.

A atribuição do direito à habitação social municipal efetiva-se mediante a apreciação e classificação dos pedidos, apresentados pelos interessados, nos termos previstos no Regulamento. É aplicado, ainda, o regime excecional24 em casos de vulnerabilidade e emergência social, designadamente decorrente de desastres naturais e calamidades ou de perigo físico ou moral para as pessoas, incluindo as relativas a violência doméstica.

Têm direito a aceder às habitações sociais do Município da Covilhã, os cidadãos nacionais ou estrangeiros com título de residência válida em Portugal, que não residam em habitação adequada à satisfação das necessidades do seu agregado familiar e que reúnam as condições de acesso definidas no Regulamento. A prioridade na atribuição dos fogos habitacionais, aos candidatos, será, ainda, determinada em função da tipologia e caracterização dos fogos habitacionais disponíveis e terá em conta as características que se revelarem pertinentes e adequadas às carências habitacionais da população do Concelho.

O Município da Covilhã, através da execução de programas e projetos de ação social de âmbito municipal, tem procurado promover medidas de combate à pobreza e exclusão social de forma a contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos seus munícipes, em especial dos grupos sociais economicamente mais vulneráveis. Neste contexto, disponibiliza uma habitação de emergência social, que visa criar medidas complementares às já existentes na área da ação social, criando-se, assim, mais um instrumento de realização das atribuições do Município no domínio da ação social. São acolhidas nesta habitação situações de sem abrigo temporário, vítimas de violência doméstica com acompanhamento psicossocial e em articulação com diversas entidades25.

Complementarmente, identifica-se o Fundo de Apoio Social (FAS), no âmbito da responsabilidade social da UBI, o qual consiste num programa de apoio aos estudantes matriculados na universidade e em situação de comprovado estado de necessidade económica, com o objetivo de contribuir para o combate ao abandono e insucesso escolar e aquisição de competências promotoras da empregabilidade e do sucesso profissional. O FAS rege-se por um conjunto de regras definidas no Regulamento Interno do Fundo de Apoio Social aos Estudantes da Universidade da Beira Interior26.

O apoio disponibilizado pelo FAS visa responder a situações transitórias e de emergência, designadamente através da atribuição de uma ajuda financeira para o pagamento de

alojamento. Este apoio pressupõe a cooperação mínima do estudante em tarefas no âmbito de qualquer unidade ou serviço da universidade, de acordo com as competências e disponibilidade do aluno.

A duração do programa de apoio depende do período durante o qual perdure a atividade a que o estudante está afeto, podendo a mesma cessar a todo o tempo. A duração máxima do apoio é de um ano letivo.

A candidatura de um estudante a este programa não implica a atribuição imediata de um apoio. A sua atribuição depende da comprovada carência do estudante, da existência de atividades que lhe possam ser atribuídas, da compatibilidade entre o horário do estudante e o horário das atividades e de critérios de aproveitamento escolar.

15. Equipamentos Coletivos

O nível de desenvolvimento socioeconómico de qualquer população mede-se não só pelo nível de rendimento, condições de habitabilidade, etc., mas também pelas possibilidades de acesso a uma determinada gama de equipamentos coletivos, cabendo ao Estado (Poder Central e/ou Local) garantir que todos os indivíduos tenham acesso a esses equipamentos. Este acesso é, assim, um indicador de qualidade de vida.

Os equipamentos de utilização coletiva condicionam fortemente a forma como a população utiliza o território, influenciando diretamente os seus padrões de mobilidade. Constituindo uma componente chave da organização espacial das cidades, a rede de equipamentos - se diversificada, acessível e qualificada – representa um fator poderoso de atratividade territorial, contribuindo para a qualidade de vida dos cidadãos e para o dinamismo da economia urbana e a vitalidade das áreas onde esses equipamentos se localizam.

Os equipamentos coletivos possuem uma componente determinante ao nível do tecido social, no sentido em que promovem a qualidade de vida da população ao assegurarem a otimização do acesso à educação, à saúde, à segurança social, ao desporto, à cultura e ao lazer, sendo, também, fundamentais no apoio prestado à atividade económica.

No seu conjunto, as necessidades coletivas dos cidadãos cuja satisfação é provida através de equipamentos de utilização coletiva correspondem a um conjunto dinâmico reconhecido em cada momento no quadro político e normativo. Daí a importância do conhecimento atualizado quanto às dinâmicas da população, os estilos de vida e a procura de serviços, permitindo antecipar algum tipo de necessidades sociais que exigem repensar a forma como se organizam e distribuem os recursos disponíveis no território. Este conhecimento atualizado não é, contudo, fácil de se atingir já que a natureza dos próprios serviços públicos e privados está – ela própria - em constante transformação.

A este papel determinante na organização do território acresce também a enorme importância na imagem e projeção exterior do espaço/território onde se localizam. Esta dupla função dos equipamentos coletivos reflete-se de alguma forma na competitividade dos lugares, concelhos e regiões. Assim, pode considerar-se que os equipamentos coletivos são, paralelamente, consequência e causa do processo de desenvolvimento económico e social de qualquer território.

O local onde se vive não pode ser um fator de penalização em domínios básicos da vida coletiva. A dotação de níveis mínimos de qualidade de vida e de prestação de serviços é o suporte da estabilidade territorial. Um território equitativo, em termos de desenvolvimento e de condições de bem-estar, possibilitará melhores oportunidades de emprego e de habitação. O local onde se vive deve ser fruto de uma escolha individual e não de uma imposição penalizadora. Desta forma, importa prosseguir a dotação de infraestruturas e equipamentos de modo a criar condições materiais equitativas de acesso e usufruto aos serviços e funções urbanas, sobretudo no interior do país e nos espaços mais marginalizados.

A sua disseminação pelo território concelhio não é, naturalmente, viável pelo que deve optar-se por uma distribuição equilibrada, em função da dinâmica económica e social do concelho, de forma a ser possibilitado o acesso fácil aos seus potenciais utilizadores.

O concelho de Covilhã encontra-se, em termos globais e quantitativos, dotado de uma rede complexa de equipamentos e serviços de utilização coletiva, considerada globalmente ajustada e dimensionada face à população residente e, conforme os casos, aos estratos etários potencialmente utilizadores de alguns equipamentos. Ainda assim, existem alguns domínios onde se poderá ampliar a dotação atual no sentido da melhor cobertura e da maior satisfação das necessidades da população local a este nível, com o fim último da coesão social deste território.

Aqui, é particularmente relevante o conhecimento da curva demográfica do concelho, bem como, e sobretudo, das variações registadas na distribuição da população por grupos etários, na medida em que o objetivo da autarquia é o de dotar e dimensionar os equipamentos às caraterísticas da sua população.

As tendências demográficas mais recentes apontam, de acordo com o já mencionado no capítulo 5, em termos nacionais e regionais, para o aumento do peso da população idosa e para a diminuição da proporção da população jovem, ou seja, para o tendencial envelhecimento da população. Esta evolução é especialmente importante quando é necessário programar equipamentos a médio prazo e antecipar convenientemente as necessidades da procura e as respostas da oferta. Neste sentido, as tendências de evolução populacional assumem particular destaque, por um lado, para o sistema de proteção social, pois é, significativamente, crescente o número de cidadãos "não produtivos" ou a atingir a idade da reforma e a necessitar de

pensões, lares de terceira idade, assistência domiciliária, hospitais, medicamentos; e, por outro lado, a diminuição da pressão da população jovem pode apresentar-se como uma oportunidade para a melhoria qualitativa dos equipamentos a ela destinados.

Os equipamentos coletivos considerados no âmbito desta abordagem são os de Educação, Saúde, Solidariedade e Segurança Social, Desportivos, Culturais e de Segurança e Proteção Civil.

15.1. Equipamento Educativo e Formativo

As escolas são estabelecimentos aos quais está confiada uma missão de serviço público, que consiste em dotar todos e cada um dos cidadãos das competências e conhecimentos que lhes permitam explorar plenamente as suas capacidades, integrar-se ativamente na sociedade e dar um contributo para a vida económica, social e cultural do País. É para responder a essa missão em condições de qualidade e equidade, da forma mais eficaz e eficiente possível, que deve organizar-se a governação das escolas.

Em conformidade com a legislação vigente nesta matéria, a "Carta Educativa" sustenta a Política Educativa a nível autárquico, desde o pré-escolar ao Ensino Secundário.

O concelho de Covilhã tem a sua Carta Educativa homologada, sendo que a proposta da Carta Educativa do concelho da Covilhã deu entrada na DREC em 2007 e em abril de 2009 foi apresentada uma atualização de dados, tendo sido homologada em 27 de maio de 2009. Dada a dimensão e complexidade da rede educativa do município, depois dessa data, foram feitas atualizações bianuais da mesma (2011/2012 e 2014/2015). A sua última atualização, datada de 2016, tem como principais objetivos:

1. Assegurar a adequação da rede de estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, por forma, a que em cada momento, as ofertas educativas disponíveis a nível municipal respondam à procura efetiva do município;

2. Refletir a nível municipal do processo de ordenamento a nível nacional da rede de ofertas de educação e formação com vista a assegurar a racionalização e complementaridade dessas ofertas e o desenvolvimento qualitativo das mesmas, num contexto de descentralização administrativa, de reforço dos modelos de gestão dos estabelecimentos de educação e de

ensino públicos e dos respetivos agrupamentos e de valorização do papel das comunidades educativas e dos projetos educativos das escolas;

3. Promover o desenvolvimento do processo de agrupamento de escolas com vista à criação das condições mais favoráveis ao desenvolvimento de centros de excelência e de competências educativas, bem como as condições para a gestão eficiente e eficaz dos recursos educativos disponíveis;

4. Incluir uma análise prospetiva, fixando objetivos de ordenamento progressivo a médio e longo prazo;

5. Garantir a coerência da rede educativa com a política urbana do município.

O concelho da Covilhã está dotado de todos os níveis de ensino, público e privado, desde o pré-escolar ao prestigiado ensino superior universitário.

Tabela 66 - Estabelecimentos de ensino, por natureza do estabelecimento e ano letivo (Fonte: DGEEC - Estatísticas da Educação 2019/20).

	Ano letivo									
	2010/11	**2011/12**	**2012/13**	**2013/14**	**2014/15**	**2015/16**	**2016/17**	**2017/18**	**2018/19**	**2019/20**
Covilhã	**68**	**66**	**65**	**62**	**60**	**62**	**59**	**58**	**58**	**58**
Público	53	51	51	48	47	49	47	47	45	45
Privado	15	15	14	14	13	13	12	11	13	13

A rede de equipamentos educativos/ensino não superior (do pré-escolar ao ensino secundário) encontra-se organizada em torno de 4 Agrupamentos de Escolas - AE A Lã e a Neve, AE Frei Heitor Pinto, AE Pero da Covilhã, AE de Teixoso, sendo variável o número e tipologia das escolas que os integram – e duas escolas não agrupadas (3º ciclo do ensino básico e secundário) - Escola Secundária Campos de Melo e Escola Secundária Quinta das Palmeiras. Complementarmente, existem outras instituições educativas, com importância relevante no concelho: vários Jardins

de Infância da Segurança Social (ensino pré-escolar), e a Escola Internacional da Covilhã (do 1º ao 3º CEB).

Tabela 67 - AE da Covilhã e Estabelecimentos de Ensino respetivos, 2021 (Fonte: Município da Covilhã 2021).

Agrupamento de Escolas	Estabelecimentos de Ensino		
	EB 2/3	EB 1	JARDINS DE INFÂNCIA
AE a Lã e a Neve	EB2/3 S. Domingos	EB1 Penedos Altos EB Vila do Carvalho EB1 Canhoso EB1 S. Domingos	JI Penedos Altos JI Vila do Carvalho JI Cantar Galo JI Canhoso
AE de Teixoso	EB2/3 Teixoso	EB1 Teixoso EB1 Orjais EB1 Verdelhos EB1 Vale Formoso	JI Verdelhos JI Teixoso
AE Frei Heitor Pinto	EB Frei Heitor Pinto EB2/3 Paul EB2/3 Tortosendo	EB1 Montes Hermínios EB1 Largo da Feira EB1 Paul EB1 Unhais da Serra EB1 Barroca Grande EB1 Cortes do Meio EB1 Dominguizo EB1 Peso	JI S. Jorge da Beira JI Coutada JI Peso JI Vales do Rio JI Ovo Mágico JI Os Loureiros JI Paul JI Unhais da Serra JI Cortes do Meio JI Barroca Grande JI Dominguizo
AE Pêro da Covilhã	EB2 Pêro da Covilhã	EB1 Lã e a Neve EB1 Peraboa EB1 S. Silvestre	JI Rodrigo JI Lã e a Neve JI Peraboa

		EB1 Ferro EB1 Rodrigo EB1 Refúgio EB1 Boidobra EB1 S. António	JI S. Silvestre JI Refúgio JI Boidobra JI S. António



Figura 218 - AE A Lã e a Neve (Fonte: Google).



Figura 219 - AE Frei Heitor Pinto (Fonte: Google).



Figura 220 - AE Pêro da Covilhã (Fonte: Google).



Figura 221 - AE do Teixoso (Fonte: Google).



Figura 222 - Escola Secundária Campos Melo (Fonte: Google).



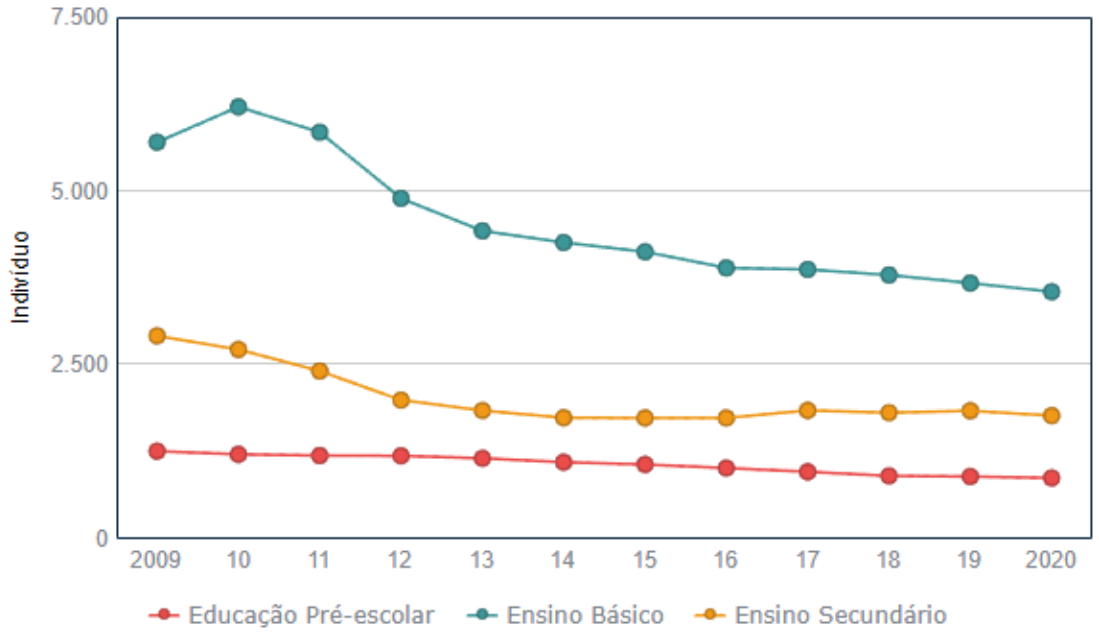
Figura 223 - Escola Secundária Quinta das Palmeiras (Fonte: Google).



Figura 224 - Escola Internacional da Covilhã (Fonte: Google).

Segundo o PORDATA, em 2020, nas escolas do município da Covilhã, havia 6.205 alunos inscritos no ensino pré-escolar, básico e secundário, menos 3.680 do que em 2009 e menos 215 do que em 2019.

Gráfico 55 - Alunos inscritos nas escolas do Município da Covilhã, por tipo de ensino (Fonte: PORDATA 2021).



15.1.1. Educação Pré-escolar

A Educação Pré-Escolar consiste numa resposta social com intervenção integrada da Segurança Social e da Educação, destinada a crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico, vocacionada para o desenvolvimento da criança, proporcionando-lhe atividades educativas e de apoio à família.

Na sequência dos princípios estabelecidos na LBSE, a Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar (Lei n.º 5/97, de 10 de fevereiro) vem consagrar princípios gerais, organizativos e pedagógicos deste nível educativo, entre os quais se destacam: a educação pré-escolar destina-se às crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico; e a frequência da educação pré-escolar é facultativa, no reconhecimento de que à família cabe um papel essencial no processo da educação pré-escolar, competindo, porém, ao Estado contribuir para a universalização da sua oferta.

Nos termos do Artigo 40.° da LBSE, "a educação pré-escolar realiza-se em unidades distintas ou incluídas em unidades escolares onde também seja ministrado o 1° ciclo do ensino básico ou ainda em edifícios onde se realizem outras atividades sociais, nomeadamente de educação

extraescolar". Com efeito, a educação pré-escolar é ministrada em estabelecimentos quer dependentes da administração central e local (rede pública), quer do ensino particular ou cooperativo, em instituições particulares de solidariedade social, ou ainda, em instituições sem fins lucrativos que prossigam atividade na área da educação e do ensino (rede privada). No seu conjunto, estes estabelecimentos visam a concretização da igualdade de oportunidades educativas, a melhoria da qualidade da educação pré-escolar e a efetivação da sua universalidade.

Mais recentemente, o Ministério da Educação aprovou o Decreto-Lei n.º 75/2008 de 22 de abril que define regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.

É também no DL n.º 75/2008 de 22 de abril que se encontram definidas as competências e bases orientadoras da educação pré-escolar nos municípios.

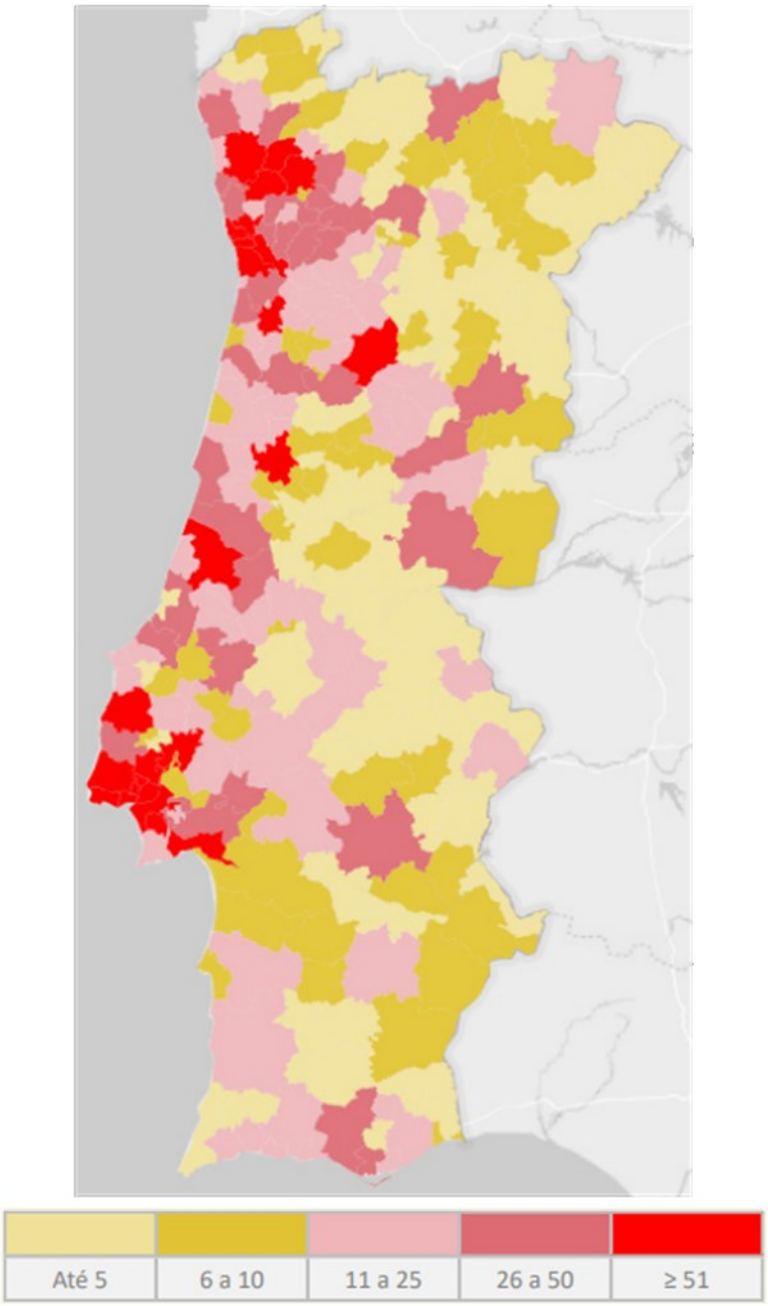
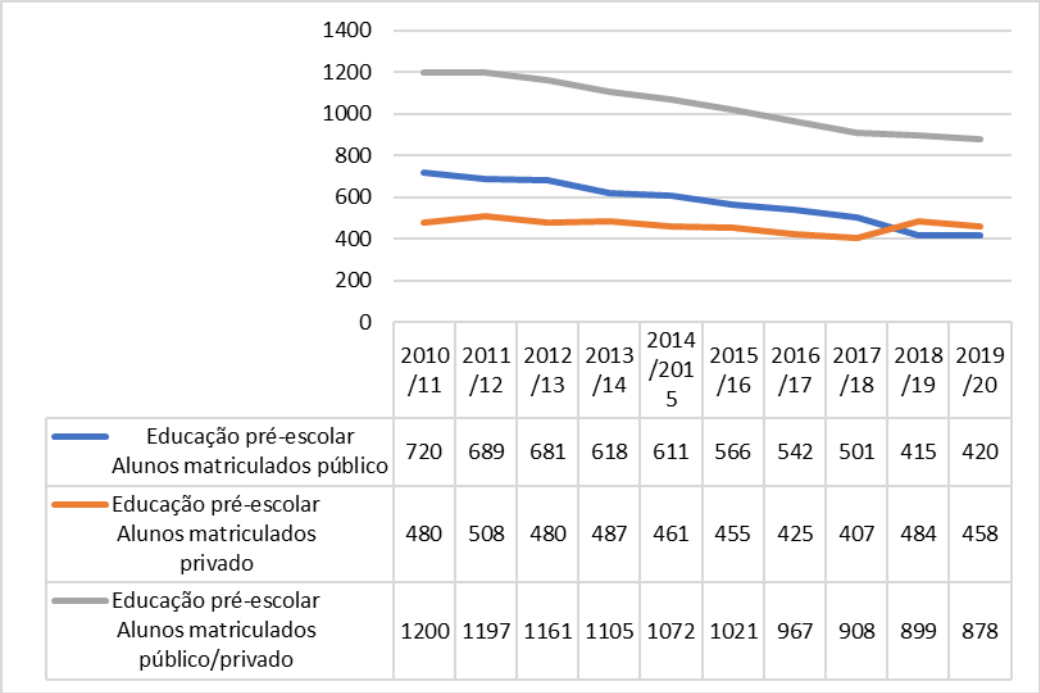


Figura 225 - Distribuição territorial da Educação Pré-Escolar por concelho (Fonte: Carta Social 2019).

No Concelho da Covilhã, segundo os dados mais recentes (2019/2020) disponibilizados pela Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência[69] , existiam 878 alunos matriculados no nível de ensino Educação pré-escolar e existiam cerca de 74 docentes em exercícios de funções.

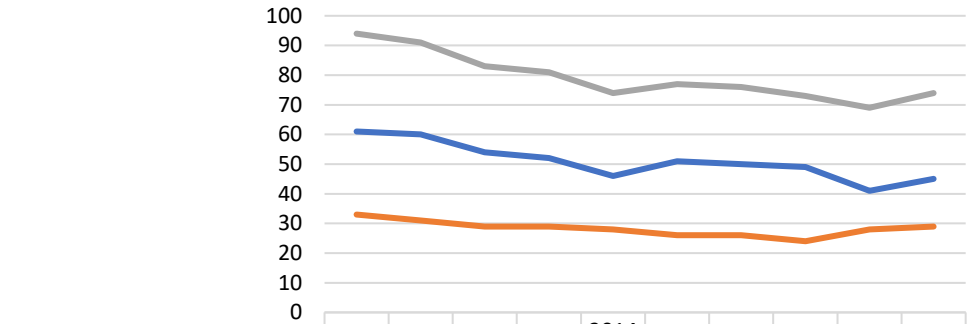
Gráfico 56 - Alunos matriculados por nível de ensino e por natureza de estabelecimento e ano letivo (Fonte dados: DGEEC - Estatísticas da Educação 2019/20/ Fonte gráfico: elaboração própria)



	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/2015	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19	2019/20
Educação pré-escolar Alunos matriculados público	720	689	681	618	611	566	542	501	415	420
Educação pré-escolar Alunos matriculados privado	480	508	480	487	461	455	425	407	484	458
Educação pré-escolar Alunos matriculados público/privado	1200	1197	1161	1105	1072	1021	967	908	899	878

[69] A DGEEC, criada pelo Decreto Regulamentar n.º 13/2012 de 20 de janeiro, é o órgão delegado do Instituto Nacional de Estatística (INE) para a produção das estatísticas oficiais da Educação.

Gráfico 57 - Docentes em Exercício de Funções no nível Pré-Escolar, por natureza de estabelecimentos e ano letivo (Fonte dados: DGEEC - Estatísticas da Educação 2019/20/ Fonte gráfico: elaboração própria).



	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/2015	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19	2019/20
Educação pré-escolar Docentes em Exercício de Funções público	61	60	54	52	46	51	50	49	41	45
Educação pré-escolar Docentes em Exercício de Funções privado	33	31	29	29	28	26	26	24	28	29
Educação pré-escolar Docentes em Exercício de Funções público/privado	94	91	83	81	74	77	76	73	69	74

A diminuição do número de crianças inseridas na rede pré-escolar (rede pública e privada) está diretamente relacionada com diminuição da taxa de natalidade. A oferta da rede pública situa-se nos 26 estabelecimentos em funcionamento, em quase todas as freguesias do Concelho da Covilhã e 10 estabelecimentos são pertencentes à Segurança Social ou a Associações de Solidariedade Social, o que perfaz um total de 36 Jardins-de-infância:

Tabela 68 - Estabelecimentos de Ensino Pré-Escolar no Concelho da Covilhã (Fonte: Carta Social 2019).

Concelho / Freguesia	Equipamento	Instituição
Aldeia de São Francisco de Assis	ESCOLA BÁSICA DE BARROCA GRANDE, COVILHÃ	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS FREI HEITOR PINTO, COVILHÃ

Boidobra	ESCOLA BÁSICA DE BOIDOBRA	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS PÊRO DA COVILHÃ, COVILHÃ
Cortes do Meio	ESCOLA BÁSICA DE CORTES, COVILHÃ	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS FREI HEITOR PINTO, COVILHÃ
Dominguizo	ESCOLA BÁSICA DE DOMINGUIZO, COVILHÃ	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS FREI HEITOR PINTO, COVILHÃ
Ferro	INFANTÁRIO DA ASSOCIAÇÃO CENTRO SOCIAL SAGRADO CORAÇÃO DE MARIA	ASSOCIAÇÃO CENTRO SOCIAL SAGRADO CORAÇÃO DE MARIA DO FERRO
Orjais	ESCOLA BÁSICA DE ORJAIS, COVILHÃ	ESCOLA Nº 2 DO TEIXOSO
Paul	ESCOLA BÁSICA N.º 1 DE PAÚL, COVILHÃ	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS FREI HEITOR PINTO, COVILHÃ
	EQUIP. SOC. DO CENTRO PAROQUIAL DE ASSISTÊNCIA NOSSA SENHORA DAS DORES	CENTRO PAROQUIAL DE ASSISTÊNCIA NOSSA SENHORA DAS DORES
Peraboa	JARDIM DE INFÂNCIA DE PERABOA, COVILHÃ	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS PÊRO DA COVILHÃ, COVILHÃ
São Jorge da Beira	JARDIM DE INFÂNCIA DE SÃO JORGE DA BEIRA, COVILHÃ	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS FREI HEITOR PINTO, COVILHÃ

	CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO TORTOSENDO	CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO TORTOSENDO
Tortosendo	JARDIM DE INFÂNCIA OVO MÁGICO, TORTOSENDO, COVILHÃ	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS FREI HEITOR PINTO, COVILHÃ
	JARDIM DE INFÂNCIA OS LOUREIROS, TORTOSENDO, COVILHÃ	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS FREI HEITOR PINTO, COVILHÃ
	CAPUCHINHO VERMELHO	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL - ISS, IP
União das freguesias de Barco e Coutada	ESCOLA BÁSICA DE COUTADA, COVILHÃ	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS FREI HEITOR PINTO, COVILHÃ
União das freguesias de Cantar-Galo e Vila do Carvalho	JARDIM DE INFÂNCIA DE CANTAR GALO	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS A LÃ E A NEVE, COVILHÃ
	JARDIM DE INFÂNCIA DE VILA DO CARVALHO	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS A LÃ E A NEVE, COVILHÃ
	JARDIM DE INFÂNCIA DOS PENEDOS ALTOS	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS A LÃ E A NEVE, COVILHÃ
União das freguesias de Covilhã e Canhoso	JARDIM DE INFÂNCIA DE RODRIGO, COVILHÃ	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS PÊRO DA COVILHÃ, COVILHÃ
	JARDIM DE INFÂNCIA DE CANHOSO, COVILHÃ	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS A LÃ E A NEVE, COVILHÃ
	ABRIGO DOS PEQUENINOS DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	INSTITUTO DE SÃO MIGUEL
	CASA DO MENINO JESUS	CASA DO MENINO JESUS

	ESCOLA BÁSICA DE SANTO ANTÓNIO, COVILHÃ	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS PÊRO DA COVILHÃ, COVILHÃ
	ESCOLA BÁSICA DE REFÚGIO, COVILHÃ	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS PÊRO DA COVILHÃ, COVILHÃ
	OBRA DE SANTA ZITA - COVILHÃ	OBRA DE SANTA ZITA
	INFANTÁRIO "MUNDO DA FANTASIA"	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA COVILHÃ
	ESCOLA BÁSICA A LÃ E A NEVE, COVILHÃ	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS PÊRO DA COVILHÃ, COVILHÃ
	ESCOLA BÁSICA DE SÃO SILVESTRE, COVILHÃ	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS PÊRO DA COVILHÃ, COVILHÃ
	CONSERVATÓRIO REGIONAL DE MÚSICA DA COVILHÃ	ORFEÃO DA COVILHÃ
	FUNDAÇÃO IMACULADA CONCEIÇÃO	FUNDAÇÃO IMACULADA CONCEIÇÃO
	JARDIM DE INFÂNCIA DE VALES DO RIO, COVILHÃ	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS FREI HEITOR PINTO, COVILHÃ
União das freguesias de Peso e Vales do Rio	JARDIM DE INFÂNCIA DE PESO, COVILHÃ	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS FREI HEITOR PINTO, COVILHÃ
	INFANTÁRIO "O MEU CANTINHO"	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL - ISS, IP
União das freguesias de Teixoso e Sarzedo	JARDIM DE INFÂNCIA DE TEIXOSO, COVILHÃ	ESCOLA Nº 2 DO TEIXOSO
União das freguesias de Vale Formoso e Aldeia do Souto	ESCOLA BÁSICA DE VALE FORMOSO, COVILHÃ	ESCOLA Nº 2 DO TEIXOSO
Verdelhos	JARDIM DE INFÂNCIA DE VERDELHOS, COVILHÃ	ESCOLA Nº 2 DO TEIXOSO

As instituições (particulares de solidariedade social, de ensino cooperativo, associações sem fins lucrativos, misericórdias, mutualistas, entre outras) existentes no concelho da Covilhã, asseguram além da educação pré-escolar, as valências de creche/berçário e ATL, no respeitante

aos serviços destinados às crianças. Muitas dessas mesmas instituições garantem, ainda, as valências de apoio domiciliário, lar e centro de dia, destinados a idosos e dependentes.

Os acordos de cooperação celebrados anualmente entre as Direções Regionais de Educação, os Centros Distritais de Segurança Social e as Instituições, estabelecem os princípios, as regras e as condições de funcionamento dos estabelecimentos. As instituições obrigam-se a assegurar um conjunto de procedimentos, designadamente a aplicação das orientações curriculares e a observância dos limites do número de crianças por sala e por educador, de modo a garantir a qualidade do serviço prestado e o bom funcionamento do jardim-de-infância.

Deste modo, a Covilhã tem uma rede de estabelecimentos do pré-escolar bastante satisfatória e suficiente para as necessidades quantitativas da população local, encontrando-se em linha com o que são as ambições da administração central que são do vir a conseguir-se a universalização do ensino pré-escolar.

Apesar da diminuição da taxa de natalidade os pais e/ou encarregados de educação reconhecem e valorizam a pertinência da integração das crianças nos jardins-de-infância, como fator determinante para o desenvolvimento harmonioso e integral da criança.

15.1.2. Ensino Básico

Em Portugal, assistiram-se a várias evoluções, que afetaram o território educativo concelhio, de modo a assegurar a efetiva igualdade de oportunidades no acesso e cumprimento da escolaridade obrigatória a todos os alunos, de acordo com a Lei n.º 85/2009 de 27 de agosto.

O ensino básico organiza- se por três ciclos sequenciais:

1º ciclo, cuja duração é de quatro anos (dos 6 aos 9 anos de idade);

2º ciclo, cuja duração é de dois anos (dos 10 aos 11 anos de idade);

3º ciclo, cuja duração é de três anos e Secundário (dos 12 aos 17 anos de idade).

Tabela 69 - Alunos matriculados e Docentes em Exercício de Funções no Ensino Básico, por natureza de estabelecimento e ano letivo (Fonte dados: DGEEC - Estatísticas da Educação 2019/20/ Fonte tabela: elaboração própria)

		2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/2015	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19	2019/20
Alunos matriculados	público	5 240	4 488	4 105	3 987	3 866	3 673	3 671	3 603	3 534	3 393
	privado	605	407	323	274	261	223	203	191	144	160
	público/privado	5 845	4 895	4 428	4 261	4 127	3 896	3 874	3 794	3 678	3 553
Docentes em Exercício de Funções	público	685	647	656	554	550	559	599	610	608	622
	privado	46	43	37	35	36	43	16	10	17	16
	público/privado	731	690	693	589	586	602	615	620	625	638

A articulação entre os três ciclos é unidirecional, competindo a cada um dos ciclos completar e aprofundar o anterior, numa perspetiva de unidade global. A organização geral do sistema de ensino, tal como definido na Lei de Bases, implicou o reequacionamento dos critérios normativos de ordenamento da rede escolar bem como a tipologia de edifícios escolares que até essa altura se construíam.

15.1.2.1. 1.º Ciclo do Ensino Básico

O 1º Ciclo do Ensino Básico compreende os quatro primeiros anos de escolaridade e é frequentado pelas crianças entre os 6 e 9 anos de idade. Este nível de ensino é assegurado por escolas frequentadas por ambos os sexos (Escolas Básicas do 1º ciclo) na rede pública e privada (particular e cooperativa).

A Lei de Bases do Sistema Educativo de 1986, Lei n.º 46/86 de 14 de Outubro, na sua atual redação, define como principais objetivos para o 1ºciclo: o desenvolvimento da linguagem oral e a iniciação e progressivo domínio da leitura e da escrita, das noções essenciais da aritmética e do cálculo, do meio físico e social, das expressões plásticas, dramática, musical e motora, define ainda que o ensino deve ser globalizante, da responsabilidade de um único professor, que pode ser auxiliado por outros professores em áreas especializadas.

No Concelho da Covilhã, em 2019/20, existiam 1 398 alunos matriculados no nível de ensino básico – 1º ciclo e cerca de 135 docentes em exercício de funções.

Tabela 70 - Alunos matriculados e Docentes em Exercício de Funções no 1º Ciclo do Ensino Básico, por natureza de estabelecimento e ano letivo 2019/20 (Fonte dados: DGEEC - Estatísticas da Educação/ Fonte tabela: elaboração própria).

		2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/2015	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19	2019/20
Alunos matriculados	público	1 774	1 782	1 685	1 605	1 544	1 455	1 430	1 378	1 359	1 318
	privado	102	102	111	103	110	105	101	89	79	80
	público/privado	1 876	1 884	1 796	1 708	1 654	1 560	1 531	1 467	1 438	1 398
Docentes em Exercício de Funções	público	124	119	170	116	113	115	122	119	122	130
	privado	7	6	7	6	8	6	6	6	6	5
	público/privado	131	125	177	122	121	121	128	125	128	135

A tendência no 1º ciclo do EB, no concelho da Covilhã, caracteriza-se por uma diminuição do nº de alunos, devido essencialmente, à baixa taxa de natalidade evidenciada tanto no concelho como a nível nacional. A mudança de estilos de vida e de mentalidades (diminuição do nº de casamentos, investimento na educação e na carreira por parte de mulheres adultas, utilização de métodos anticoncecionais) contribui significativamente para a diminuição do nº de filhos e consequentemente de crianças no pré-escolar e no 1º Ciclo do Ensino Básico.

15.1.2.2. 2.º Ciclo do Ensino Básico

O 2º ciclo do ensino básico é garantido através de estabelecimentos de ensino público ou privado (Escolas Básicas – 2º e 3º ciclos, Escolas Básicas – 2º ciclo, e Escolas Básicas Integradas).

Em termos de evolução no 2º Ciclo do Ensino Básico deparamo-nos com um cenário oscilatório:

Tabela 71 - Alunos matriculados e Docentes em Exercício de Funções no 2º Ciclo do Ensino Básico, por natureza de estabelecimento e ano letivo (Fonte dados: DGEEC - Estatísticas da Educação 2019/20/ Fonte tabela: elaboração própria).

		2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/2015	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19	2019/20
Alunos matriculados	público	1 622	1 048	943	974	918	897	853	852	832	761
	privado	125	58	52	52	48	36	32	24	16	30
	público/privado	1 747	1 106	995	1 026	966	933	885	876	848	791
Docentes em Exercício de Funções	público	147	134	121	113	112	101	114	116	113	106
	privado	12	10	10	9	10	14	7	4	7	7
	público/privado	159	144	131	122	122	115	121	120	120	113

O 2º Ciclo do Ensino Básico é ministrado em vários estabelecimentos escolares 2º/3º Ciclo (públicos e privados) do Concelho. A Escola do 2º Ciclo Pêro da Covilhã é a única a ministrar exclusivamente este nível de ensino.

15.1.2.3. 3.º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário

No concelho da Covilhã o 3º Ciclo do Ensino Básico e o Ensino Secundário são ministradas em 3 escolas:

1. Escola Secundária Campos Melo - A Escola Secundária Campos Melo (ESCM) tem como lema do seu Projeto Educativo ser "uma escola que se orgulha do seu passado, reflete sobre o presente, que constrói o futuro" e que se pretende afirmar como uma instituição que promove a "formação de cidadãos empreendedores, criativos, eticamente responsáveis, capazes de aprender ao longo da vida e de se realizarem através da cultura, da ciência, da tecnologia e da estética". A oferta de cursos profissionais para 2021/2022 é bastante diversificada: Técnico Administrativo, Técnico de Auxiliar de Saúde, Técnico de Manutenção Industrial – Eletromecânica, Técnico de Desenho Digital 3D, Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos, Técnico de Manutenção Industrial – Mecatrónica Automóvel,

2. Escola Secundária Frei Heitor Pinto - A escola secundária Frei Heitor Pinto tem uma tradição de cursos do Ensino Secundário e também de cursos profissionais complementares (Assistente de Beleza e Operador de Informática) o que lhe confere um variado leque de oferta educativa.

Alinha de rumo da escola continua a apontar no sentido do futuro, refletindo, por um lado, a procura que a sociedade faz do seu serviço e, por outro, procurando inovar e permanecer na memória dos seus alunos, como uma referência na formação para a cidadania e para os valores e, ao mesmo tempo, de efetivas aprendizagens fundamentais relevantes.

3. Escola Secundária/3º Ciclo Quinta das Palmeiras - A ESQP inclui o terceiro ciclo do ensino básico e o ensino secundário regular e Profissional. É objetivo da escola 0% de alunos com alguma retenção no seu percurso escolar, tanto para o nível básico, como para o secundário. Os cursos Profissionais promovidos pela ESQP são: Técnico de Turismo e Técnico de Multimédia.

O terceiro ciclo do ensino básico compreende três anos letivos. A tendência evidenciada no 3º CEB, também é de decréscimo do número de alunos no Concelho da Covilhã.

Também nível de ensino secundário tem a duração de três anos (faixa etária: 15 aos 17 anos) e encontra-se organizado num único ciclo, abrangendo o 10º,11º e 12º ano de ensino. Em termos de objetivos gerais, o ensino secundário regular visa consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos no ensino básico e preparar os jovens quer para o prosseguimento de estudos quer para a vida ativa.

Apesar das oscilações do número de alunos no Ensino Secundário, os dados apurados não revelam uma expressiva preocupação, muito pelo contrário o alargamento da escolaridade obrigatória para 12 anos, contribuiu para um aumento do número de alunos a frequentar o ensino secundário.

Tabela 72 - Alunos matriculados por nível de ensino, ciclo de estudos, oferta de educação, formação e ano letivo (Fonte: DGEEC - Estatísticas da Educação 2019/20).

	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19	2019/20
3.º Ciclo	2 222	1 905	1 637	1 527	1 507	1 403	1 458	1 451	1 392	1 364
Cursos gerais	1 444	1 376	1 395	1 311	1 283	1 215	1 192	1 167	1 155	1 187
Cursos artísticos especializados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cursos profissionais	50	63	61	44	38	33	32	40	36	26
Cursos de aprendizagem	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cursos vocacionais (duais)	-	-	-	52	88	129	34	-	-	-
Cursos de educação e formação	114	127	97	63	17	-	48	88	95	76
Percursos curriculares alternativos	11	28	30	-	-	-	-	-	-	-
Cursos de educação e formação para adultos	81	160	13	57	74	16	72	73	49	29
Ensino recorrente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Processos RVCC	522	151	41	-	7	10	80	83	57	45
Formações modulares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Ensino secundário	2 415	1 997	1 847	1 744	1 741	1 741	1 849	1 816	1 843	1 774

Cursos gerais/científico-humanísticos	986	947	932	988	976	934	888	831	804	858
Cursos com planos próprios	69	66	35	19	-	-	-	-	-	-
Cursos artísticos especializados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cursos profissionais	554	551	602	600	580	575	618	640	632	605
Cursos de aprendizagem	21	8	-	-	-	-	-	-	-	-
Cursos vocacionais (duais)	-	-	-	-	-	23	19	-	-	-
Cursos de educação e formação	15	19	19	-	-	-	-	-	-	-
Cursos de educação e formação para adultos	282	255	176	137	173	177	141	147	204	167
Ensino recorrente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Processos RVCC	488	151	83	-	12	12	183	198	203	141
Formações modulares	-	-	-	-	-	20	-	-	-	3

Relativamente aos docentes em exercício de funções no 3º ciclo do ensino básico e do ensino secundário, no período letivo de 2019/20 existiam 386 em estabelecimentos de ensino público e 4 em estabelecimentos de ensino privado

Tabela 73 - Docentes em Exercício de Funções no 2º Ciclo do Ensino Básico, por natureza de estabelecimento e ano letivo (Fonte dados: DGEEC - Estatísticas da Educação 2019/20/ Fonte tabela: elaboração própria).

		2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19	2019/20
Docentes em Exercício de Funções	público	414	394	365	325	325	343	363	375	373	386
	privado	27	27	20	20	18	23	3	-	4	4
	público/ privado	441	421	385	345	343	366	366	375	377	390

A reforma do ensino secundário implementou-se após a publicação do Decreto-lei nº 139/2012 de 5 de julho estabelece os princípios orientadores da organização e gestão os currículos dos ensinos básicos e secundários, da avaliação dos conhecimentos a adquirir e das capacidades a desenvolver pelos alunos. (entrada em vigor no início do ano letivo de 2012/2013). Segundo o

artigo 5º, a oferta educativa do ensino secundário organiza-se em quatro vias: Científico-Humanística, Tecnológica, Artística Especializada e Profissional.

A via Científico-Humanística está vocacionada para o prosseguimento de estudos de nível superior. Nesta via incluem-se os cursos Científico Humanísticos de Ciências e Tecnologias, Artes Visuais, Ciências Socioeconómicas, Ciências Sociais e Humanas e de Línguas e Literaturas.

A via Tecnológica orienta-se na dupla perspetiva de inserção no mundo do trabalho e do prosseguimento de estudos, especialmente através da frequência de cursos pós-secundários de especialização tecnológica e de cursos do ensino superior. Esta via inclui os cursos de: Design, Multimédia, Marketing, Administração, Construção Civil e Edificações, Eletrotecnia e Eletrónica, Informática, Ordenamento do Território e Ambiente, Ação Social e Desporto.

A via Artística Especializada, vocacionada consoante a área/curso artístico para o prosseguimento de estudos ou na dupla perspetiva (inserção no mercado do trabalho e do prosseguimento de estudos).

A via profissional privilegia diversos cursos vocacionados para a qualificação inicial dos alunos, privilegiando a inserção no mundo do trabalho e permitindo o prosseguimento de estudos.

Outro vetor de interesse é a aposta nos cursos de educação e formação de adultos e certificação de competências e a definição dos referenciais para avaliação, gestão e autonomia das escolas e a autoavaliação das escolas (Modelo CAF).

No concelho da Covilhã deve-se realçar que ao nível dos processos de reconhecimento, validação e certificação de competências foi criado/promovido um Centro de RVCC (reconhecimento, validação e certificação das competências), ou Centro Qualifica, pela Escola Secundária Campos Melo. Este Centro encontra-se em funcionamento, com as seguintes Escolas Associadas: Agrupamento de Escolas A Lã e a Neve, Agrupamento de Escolas Frei Heitor Pinto, Agrupamento de Escolas Pedro Álvares Cabral – Belmonte, Agrupamento de Escolas Pêro da Covilhã, e Escola Secundária/3 Quinta das Palmeiras.

15.1.3. Ensino Profissional

Associado à tendência do país, no concelho da Covilhã, aumentou a oferta de cursos profissionais e o número de alunos inscritos. Além destes serem ministrados nas Escolas Profissionais, também são disponibilizados noutros estabelecimentos de ensino da rede pública. Com esta medida, valorizou-se o ensino profissional no âmbito do sistema de educação e formação constituindo uma alternativa de igual valor às restantes vias educativas. O Município da Covilhã, inclui na sua rede duas escolas profissionais: Escola Profissional Agrícola da Lageosa e Escola Profissional de Artes da Beira Interior.

Escola Profissional Agrícola Quinta da Lageosa

Esta escola desenvolve ações na formação de técnicas agrícolas, bem como iniciativas de reconversão de explorações agrícolas em empreendimentos de turismo rural.



Figura 226 - Escola Profissional Agrícola Quinta da Lageosa

Escola Profissional de Artes da Beira Interior

A instituição tem autonomia pedagógica, administrativa e financeira e adota níveis de formação II (equivalente ao 9º ano de escolaridade) e III (equivalente ao 12º ano de escolaridade), nas especialidades de piano, violino, viola-d'arco, violoncelo, contrabaixo, guitarra, flauta transversal, oboé, clarinete, fagote, saxofone, trompete, trombone, trompa, tuba e percussão.

Ao longo da sua existência, para além das atividades de ensino - formação nas três áreas do plano de formação, sociocultural, científica e artística, destacam-se prestigiantes atuações das

Orquestras e grupos de Música de Câmara da EPABI, em palcos nacionais e no estrangeiro que confirmam a instituição como agente dinamizador cultural. Desde a sua criação, a EPABI já formou muitos alunos que são hoje profissionais de reconhecido mérito no panorama musical nacional e internacional.



Figura 227 - Escola Profissional de Artes da Beira Interior

15.1.4. Ensino Pós-secundário

15.1.4.1. Ensino Tecnológico

No início da década de 90, o então Ministro da Indústria e Energia Eng.º Mira Amaral, confrontado com as carências de quadros intermédios com competências em áreas técnicas e tecnológicas sentidas no tecido empresarial sobretudo após a extinção das antigas "Escolas Industriais", apoiou a criação de um conjunto de Escolas Tecnológicas com o intuito de promover formação inicial de jovens em áreas tecnológicas, a um nível pós-secundário. Estes cursos vieram mais tarde a adquirir a designação de Cursos de Especialização Tenológica (CET) conferindo a Qualificação Profissional de Nível V através dos Diplomas de Especialização Tecnológica (DETV).

Surge assim a 10/11/1997 a constituição da AFTEBI (Associação para a Formação Tecnológica e Profissional da Beira Interior) como Escola Tecnológica, ao abrigo do Despacho conjunto dos Ministros da Indústria e Energia, da Educação e do Emprego e da Segurança Social, publicado no Diário da República, 2.ª série, de 7 de outubro de 1995.

A ESTEBI (Escola tecnológica da Beira Interior) é tutelada pela AFTEBI - Associação para a Formação Tecnológica e Profissional da Beira Interior, e ministra cursos de especialização de nível pós-secundário bem como formação de quadros intermédios.

A formação na ESTEBI é feita em contexto de trabalho/estágio sendo que a escola em conjunto com a coordenação pedagógica que contacta e seleciona as empresas que irão receber os formandos. A empregabilidade dos formandos que concluíram o seu curso na ESTEBI é, à data, de 100%.

15.1.4.2. Ensino Superior

O ensino universitário foi instituído na Beira Interior através da Lei n.º 44/79, de 11 de setembro, ao criar o Instituto Universitário da Beira Interior (IUBI) por conversão do Instituto Politécnico da Covilhã (IPC), instituição de ensino superior criada pelo Decreto-Lei n.º 402/73, de 11 de agosto, que iniciou as suas atividades letivas em 17 de fevereiro de 1975. A conversão do Instituto Universitário em Universidade da Beira Interior veio a acontecer em 1986, através da publicação do Decreto-Lei 76-B/86, de 30 de abril.

A Universidade da Beira Interior (UBI), sendo uma das mais jovens universidades portuguesas, é já uma realidade ao serviço da cidade, da região e do País, tendo vindo a crescer em número de alunos e de cursos ministrados.

Uma das características físicas mais interessantes da UBI resulta da recuperação de antigos edifícios, de elevado valor histórico, cultural e arquitetónico. Ao mesmo tempo que se preservam marcos históricos da cidade, estes são revitalizados em espaços vocacionados para o ensino e a investigação.

Assim, as antigas edificações fabris localizadas na entrada Sul da Covilhã tornaram-se, quase naturalmente, não só uma solução lógica e de continuidade no que respeita à expansão física da universidade, mas uma opção que resultou num enorme benefício para a cidade, em termos urbanísticos e de impacto ambiental, através da recuperação de edifícios abandonados ou em ruínas que constituíam parte significativa do património industrial covilhanense, fazendo da UBI um caso único na universidade portuguesa.

Atualmente, a UBI acolhe mais de 8 mil alunos, distribuídos por cinco faculdades – Artes e Letras, Ciências, Ciências da Saúde, Ciências Sociais e Humanas, Engenharia – com uma oferta formativa adequada a Bolonha e estruturas laboratoriais e de investigação de apoio ao ensino e com fortes ligações à sociedade e ao mundo empresarial. A atual oferta de cursos é a seguinte:

1. Licenciaturas

a. Bioengenharia

b. Bioquímica

c. Biotecnologia

d. Ciência Política e Relações Internacionais

e. Ciências Biomédicas

f. Ciências da Comunicação

g. Ciências da Cultura

h. Ciências do Desporto

i. Cinema

j. Design de Moda

k. Design Industrial

l. Design Multimédia

m. Economia

n. Engenharia Aeronáutica

o. Engenharia Civil

p. Engenharia e Gestão Industrial

q. Engenharia Eletromecânica

r. Engenharia Eletrotécnica e de Computadores

s. Engenharia Informática

t. Estudos Portugueses e Espanhóis

u. Física e Aplicações

v. Gestão

w. Informática Web

x. Marketing

y. Matemática e Aplicações

z. Optometria e Ciências da Visão

aa. Psicologia

bb. Química Industrial

cc. Química Medicinal

dd. Sociologia

2. Mestrados Integrados

a. Arquitetura

b. Ciências Farmacêuticas

c. Engenharia Aeronáutica

d. Engenharia Civil

e. Medicina

3. Mestrados

a. Bioengenharia

b. Bioquímica

c. Biotecnologia

d. Branding e Design de Moda (Associação)

e. Ciência Política

f. Ciências Biomédicas

g. Ciências do Desporto

h. Cinema

i. Comunicação Estratégica: Publicidade e Relações Públicas

j. Design de Moda

k. Design e Desenvolvimento de Jogos Digitais

l. Design Industrial

m. Design Multimédia

n. Economia

o. Empreendedorismo e Criação de Empresas

p. Empreendedorismo e Inovação Social

q. Engenharia Aeronáutica

r. Engenharia Civil

s. Engenharia e Gestão Industrial

t. Engenharia Eletromecânica

u. Engenharia Eletrotécnica e de Computadores

v. Engenharia Informática

w. Ensino de Educação Física nos Ensinos Básico e Secundário

x. Ensino de Filosofia no Ensino Secundário

y. Ensino de Física e Química no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário

z. Ensino de Português e de Espanhol no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário

aa. Estudos de Cultura

bb. Estudos Lusófonos

cc. Gestão

dd. Gestão de Unidades de Saúde

ee. Jornalismo

ff. Marketing

gg. Optometria e Ciências da Visão

hh. Psicologia Clínica e da Saúde

ii. Química Industrial

jj. Relações Internacionais

kk. Sistemas de Informação Geográfica

ll. Sociologia: Exclusões e Políticas Sociais

4. Doutoramentos

a. Arquitetura

b. Biomedicina

c. Bioquímica

d. Ciência e Engenharia dos Materiais Fibrosos

e. Ciência Política (Associação)

f. Ciências da Comunicação

g. Ciências do Desporto

h. Ciências Farmacêuticas

i. Design de Moda (Associação)

j. Economia (Associação)

k. Educação

l. Engenharia Aeronáutica

m. Engenharia Civil

n. Engenharia e Gestão Industrial

o. Engenharia Eletrotécnica e de Computadores

p. Engenharia Informática

q. Engenharia Mecânica

r. Estudos de Comunicação: Tecnologia, Cultura e Sociedade * (Associação)

s. Filosofia

t. Física

u. Gestão

v. Marketing e Estratégia (Associação)

w. Matemática e Aplicações

x. Materiais e Processamento Avançados (Associação)

y. Media Artes

z. Medicina

aa. Psicologia Clínica e da Saúde

bb. Química

cc. Sociologia

5. Pós-Graduações

a. Comunicação e Gestão de Ciência

b. Cooperação Internacional, Desenvolvimento e Crises Humanitárias

c. Crises Humanitárias e Cooperação Internacional

d. Finanças e Contabilidade

e. Física para Professores

f. Hidrologia e Climatologia

g. Master in Business Administration

h. Tele-Saúde

i. Terapias Regenerativas

15.1.5. Ensino Especial

A educação especial e o apoio sócio educativo são assegurados, às crianças/jovens com necessidades educativas especiais, tanto no ensino público como privado, em qualquer nível de ensino, desde que as crianças apresentem dificuldades que possam comprometer o seu desenvolvimento escolar e o desenvolvimento pessoal e social.

Segundo o artigo 17º da Lei de Bases do Sistema Educativo, a educação especial visa a recuperação e integração socioeducativas dos indivíduos com necessidades educativas específicas devidas a deficiências físicas e mentais, tendo como objetivos:

O desenvolvimento das potencialidades físicas e intelectuais;

A ajuda na aquisição da estabilidade emocional;

O desenvolvimento das possibilidades de comunicação;

A redução das limitações provocadas pela deficiência;

O apoio na inserção familiar, escolar e social de crianças e jovens deficientes;

O desenvolvimento da independência a todos os níveis em que se possa processar;

A preparação para uma adequada formação profissional e integração na vida ativa.

A abordagem à criança/jovem com necessidades educativas especiais, deve ser feita com base em princípios integradores em qualquer nível de ensino. A intenção de ajudar ou rejeitar tem um papel fundamental na socialização.

A criança deficiente tem um desvio em relação à criança normal em características mentais, aptidões sensoriais, características neuromusculares e corporais, comportamento emocional/social e aptidões de comunicação.

Tabela 74 - Conceção de Deficiência e de Necessidades Educativas Especiais (Fonte: Carta Educativa – Município da Covilhã, 2016)

Concepção de Deficiência e de Necessidades Educativas Especiais	
Desvios Mentais	- Intelectualmente superiores - Lentas quanto à capacidade de aprendizagem
Deficiências sensoriais	-Deficiências auditivas - Deficiências visuais
Desordens de comunicação	- Distúrbios de aprendizagem - Deficiências da fala e da linguagem
Desordens de comportamento	- Distúrbio emocional - Desajustamento social
Deficiências múltiplas e graves	- Paralisia cerebral e retardamento mental - Surdez e cegueira - Deficiências físicas - Intelectuais graves
Fonte: Estabelecimentos de Ensino / Sede de Agrupamentos Escolares	

Existem outras crianças, que não sendo deficientes têm dificuldades de aprendizagem ou uma capacidade de aprendizagem acima da média.

A criança/jovem inadaptada/excluída pode não ser deficiente, podemos ter crianças deficientes perfeitamente adaptadas. A criança deficiente envolve um aspeto biomédico enquanto a criança inadaptada reflete um aspeto social.

Nestes casos, o cerne da questão é conferir as mesmas condições de realização e de aprendizagem sociocultural independentemente das condições, limitações ou dificuldades. A relevância da educação especial advém da deteção precoce de problemas psicomotores, áudio verbais, e sócio emocionais.

Este facto é de suma importância dado que quanto mais cedo for detetado o problema, mais cedo se poderá aplicar programas de estimulação precoce e/ou programas de aprendizagem, otimizando as potencialidades funcionais das crianças e jovens.

No concelho da Covilhã além do apoio prestado nos estabelecimentos de ensino da rede pública, também se deve realçar o desempenho da instituição APPACDM, que para além de uma residência autónoma e um lar residencial, tem ainda uma resposta social:

1. Ao nível da formação profissional - Jovens portadores de deficiência e/ ou incapacidade comprovada, com idade igual ou superior a 18 anos, que cumpram os requisitos da escolaridade obrigatória, nos termos consagrados na Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto. Têm que estar inscritos no Centro de Emprego da zona de residência, bem como apresentar autonomia na utilização de transportes públicos e atividades de vida diária.

2. Centro de Atividades Ocupacionais - São destinatários do CAO jovens e adultos com idade igual ou superior a 16 anos, com deficiência mental e/ou multideficiência que apresentem défices de autonomia não compatíveis com programas de intervenção profissional.

15.1.6. Sistema de Formação

A oferta de recursos de competências sustenta-se, por um lado, no sistema formal de ensino e, por outro, no sistema de formação que exerce uma função de complemento ao primeiro, compensando a desadequação existente entre a oferta do sistema de ensino e a procura do sistema produtivo, muitas vezes a causa dos desajustamentos entre a oferta e a procura no mercado de trabalho.

No concelho da Covilhã, a oferta de formação é ampla e diversificada e muito direcionada para a integração profissional com elevados níveis de especialização, embora seja predominantemente o sistema formal de ensino o que desempenha o maior protagonismo na oferta de recursos e competências.

O tecido empresarial da Covilhã dispõe, assim, de uma gama significativa de centros de formação que visam a qualificação dos recursos humanos no sentido de contrariarem a clássica formação no posto de trabalho (o "aprender fazendo"). Existem vários centros de formação no concelho, sendo predominantes os que direcionam a sua formação nas áreas da indústria têxtil e do vestuário, conforme já desenvolvido no capítulo 8.

Também a ANIL (Associação Nacional dos Industriais de Lanifícios) e o IEFP (Instituto de Emprego e Formação Profissional) contribuem para o sistema de formação, embora possuam outras valências predominantes.

Todos estes centros constituem uma oferta de excelência dado o seu historial e o trabalho que têm desenvolvido e são exemplos da correta articulação entre as necessidades e competências implícitas no padrão de especialização no tecido produtivo local e regional e a oferta formativa.

15.2. Equipamentos de Solidariedade e Segurança Social

Os fenómenos de exclusão social e pobreza são potenciados pelos impactos resultantes do envelhecimento populacional, do surgimento de novos modelos familiares, dos novos estilos de vida associados a comportamentos desviantes e dos riscos emergentes do mercado de trabalho. São estes, aliás, os principais fatores que dão forma ao atual quadro social e que estão na base da modernização do modelo social de intervenção desenvolvido entre nós e por toda a Europa.

A Lei de Bases da Segurança Social (Lei n.º 32/2002, de 20 de dezembro) representa um importante passo para a atualização do sistema público de Segurança Social em Portugal, na medida em que reconhece que este deve ser articulado quer com outras políticas sociais públicas (saúde, emprego, educação, habitação, entre outras), quer com a atividade de instituições não públicas (p.e., IPSS) no sentido de: conseguir uma maior proficuidade nas respostas sociais; valorizar o trabalho em parceria; e atuar de modo integrado junto dos indivíduos e das famílias.

Este é um domínio muito importante da intervenção e apoio municipal ao nível dos equipamentos de utilização coletiva, por respeitar aos grupos sociais mais vulneráveis (crianças, jovens, idosos, população com deficiência, desempregados, mulheres, etc) e porque o tendencial envelhecimento populacional faz ampliar significativamente as necessidades de apoio à população idosa.

A capacidade institucional de respostas sociais às necessidades crescentes, fruto da maior exigência qualitativa e quantitativa de serviços de apoio à(s) família(s), obriga a uma permanente intervenção e o concelho da Covilhã possui uma rede de equipamentos sociais densa e articulada, que opera a vários níveis de intervenção e com respostas diversificadas.

Com o objetivo de satisfazer as necessidades de grupos sociais mais carentes ou escalões etários mais dependentes, as instituições de solidariedade e segurança social baseiam a sua ação na tentativa da satisfação das necessidades específicas das crianças, dos jovens e dos idosos.

No concelho Covilhã, essa ação passa, designadamente, por:

Apoio à infância e juventude: Creche e ATL;

Apoio à população idosa: Lar; Centro de Dia; Centro de Convívio e Apoio Domiciliário;

Outros (Crianças em situação de perigo e Apoio à população com deficiência).

15.2.1. Apoio à infância e juventude

As creches destinam-se a acolher crianças dos 3 meses até aos 2 anos de idade, durante as horas de trabalho dos pais, visando proporcionar igualdade de oportunidades a todas as crianças, nomeadamente as que concorrem para o desenvolvimento físico, emocional, intelectual e social. A existência de equipamento de apoio à infância, em especial no período que antecede a escolaridade obrigatória, torna-se fundamental em áreas onde se verificam elevadas taxas de atividade feminina.

Ao nível do apoio à infância o concelho da Covilhã possui uma rede composta por 14 unidades com a valência creche, 6 das quais localizadas na União das freguesias da Covilhã e Canhoso, 2 em Tortosendo e as restantes nas freguesias de Paul, Ferro, Cortes do Meio, Dominguiso, Unhais da Serra e União das freguesias de Teixoso e Sarzedo.

A forma como se distribuem pelo território e a existência de bastantes vagas nas diversas unidades faz com que se possa considerar que o concelho da Covilhã esteja bem dotado desta valência, embora possam ser necessários alguns ajustamentos entre a procura e a oferta desta valência, como o caso da previsão de novas creches a implementar na Zona Industrial do Canhoso e na Zona Industrial do Tortosendo, apoiando a capacidade instaladora e de ocupação empresarial.

Tabela 75 - Estabelecimentos de apoio à infância no Concelho da Covilhã (Fonte: Carta Social 2019)

Concelho / Freguesia	Equipamento	Instituição
Cortes do Meio	EQUIP.SOC.CENTRO DE APOIO A CRIANÇAS E IDOSOS DE CORTES	CENTRO DE APOIO A CRIANÇAS E IDOSOS DE CORTES
Dominguizo	CENTRO SOCIAL JESUS MARIA JOSÉ - COVILHÃ	CENTRO SOCIAL JESUS MARIA JOSÉ -SEDE
Ferro	INFANTÁRIO DA ASSOCIAÇÃO CENTRO SOCIAL SAGRADO CORAÇÃO DE MARIA	ASSOCIAÇÃO CENTRO SOCIAL SAGRADO CORAÇÃO DE MARIA DO FERRO
Paul	EQUIP. SOC. DO CENTRO PAROQUIAL DE ASSISTÊNCIA NOSSA SENHORA DAS DORES	CENTRO PAROQUIAL DE ASSISTÊNCIA NOSSA SENHORA DAS DORES
Tortosendo	CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO TORTOSENDO	CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO TORTOSENDO
	CAPUCHINHO VERMELHO	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL - ISS, IP
Unhais da Serra	EQUIP. SOC. CENTRO SOCIAL E CULTURAL DE SANTO ALEIXO	CENTRO SOCIAL E CULTURAL DE SANTO ALEIXO
União das freguesias de Covilhã e Canhoso	CASA DO MENINO JESUS	CASA DO MENINO JESUS
	INFANTÁRIO "MUNDO DA FANTASIA"	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA COVILHÃ

	ABRIGO DOS PEQUENINOS DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	INSTITUTO DE SÃO MIGUEL
	OBRA DE SANTA ZITA - COVILHÃ	OBRA DE SANTA ZITA
	CRECHE SAUDÁVEL	SENTIMENTOS GRATUITOS.LDA
	FUNDAÇÃO IMACULADA CONCEIÇÃO	FUNDAÇÃO IMACULADA CONCEIÇÃO
União das freguesias de Teixoso e Sarzedo	INFANTÁRIO "O MEU CANTINHO"	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL - ISS, IP

Os centros de atividades de tempos livres (ATL) destinam-se a acolher crianças com idade compreendida entre a idade legal de ingresso no ensino básico e os 12 anos e funcionam em dois grupos - manhã e tarde. Nestes centros são desenvolvidas atividades de animação socio-recreativa com o objetivo de prevenir situações sociais de risco. Os critérios de dimensionamento oficiais não apresentam valores indicativos, apenas aconselham a existência destas unidades em situações de elevada percentagem de mão-de-obra feminina e situações de risco social. No concelho de Covilhã existem 7 instituições com esta valência.

As alterações ocorridas nos últimos anos, emanadas do Ministério de Educação, nomeadamente, com o prolongamento dos horários das escolas, que justifica, em grande parte, esta situação, ou seja, estando os alunos mais tempo nas escolas, tendem a necessitar menos dos apoios fora do período letivo.

Tabela 76 - Centro de atividades de tempos livres (ATL) no Concelho da Covilhã (Fonte: Carta Social 2019).

Concelho / Freguesia	Equipamento	Instituição
Paul	EQUIP. SOC. DO CENTRO PAROQUIAL DE ASSISTÊNCIA NOSSA SENHORA DAS DORES	CENTRO PAROQUIAL DE ASSISTÊNCIA NOSSA SENHORA DAS DORES
União das freguesias de Covilhã e Canhoso	FUNDAÇÃO IMACULADA CONCEIÇÃO	FUNDAÇÃO IMACULADA CONCEIÇÃO

15.2.2. Apoio à 3ª idade

É cada vez mais preocupante, generalizada e problemática a questão do envelhecimento demográfico e, por consequência, do apoio à 3ª Idade, com todos os problemas que lhes são inerentes. Estas questões estão na ordem do dia, tendo-se tornado cada vez mais necessário o equacionamento de um conjunto de condições e de respostas a este fenómeno crescente.

O chamado envelhecimento demográfico levanta múltiplos problemas, amplamente conhecidos, nomeadamente a redução de parte dos ativos criará dificuldades acrescidas no financiamento das pensões de reforma, porá em perigo o equilíbrio dos orçamentos de proteção social e aumentará a necessidade de serviços especializados de alojamento. Entre outras consequências, aparentemente mais importantes, coloca-se, precisamente, a questão que interessa nesta abordagem, da "necessidade de serviços especializados de alojamento".

Hoje em dia existe um amplo conjunto de respostas sociais destinadas à terceira idade, que passam pelos mais tradicionais, nomeadamente lares, centros de dia, centros de convívio, ao apoio domiciliário simples ou apoio domiciliário integrado, até aos centros de noite, aos serviços

de tele-alarme, ou ao conceito inovador de residência sénior, sendo que os mais comuns são os quatro primeiros.

As respostas sociais presentes na Covilhã são:

1. Estrutura residencial para Idosos (Lar de Idosos e Residência). O recurso ao Lar de Idosos obriga ao abandono das casas e, normalmente, têm implícita uma maior dependência dos idosos. Com efeito, esta é uma resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, para pessoas idosas ou outras em situação de maior risco de perda de independência e/ou de autonomia. A Resposta social desenvolvida é em equipamento, constituída por um conjunto de apartamentos com espaços e/ou serviços de utilização comum, para pessoas idosas, ou outras, com autonomia total ou parcial;

2. Centro de Dia. Têm por objetivo evitar o isolamento dos idosos, favorecendo as relações pessoais e permitem colocar, à sua disposição, formas de ajuda adequadas à sua situação, não obrigando, desta forma, ao abandono das suas casas (consiste na prestação de um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção das pessoas idosas no seu meio sociofamiliar);

3. Centro de Convívio. É uma resposta social, desenvolvida em equipamento, de apoio a atividades socio-recreativas e culturais, organizadas e dinamizadas com participação ativa das pessoas idosas de uma comunidade;

4. Apoio Domiciliário. Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária.

No concelho de Covilhã existe uma importante rede de apoio social aos idosos, que foi fortemente incrementada nos últimos anos, nomeadamente: 25 lares, 22 centros de dia, 2 centro de convívio e é prestado apoio domiciliário a todo o concelho, nomeadamente através de 26 instituições.

Tabela 77 - Centro de Convívio no Concelho da Covilhã (Fonte: Carta Social 2019).

Concelho / Freguesia	*Equipamento*	*Instituição*
Paul	EQUIP. SOC. DO CENTRO PAROQUIAL DE ASSISTÊNCIA NOSSA SENHORA DAS DORES	CENTRO PAROQUIAL DE ASSISTÊNCIA NOSSA SENHORA DAS DORES
Unhais da Serra	EQUIP. SOC. CENTRO SOCIAL E CULTURAL DE SANTO ALEIXO	CENTRO SOCIAL E CULTURAL DE SANTO ALEIXO

Tabela 78 - Estrutura Residencial para Idosos no Concelho da Covilhã (Fonte: Carta Social 2019).

Concelho / Freguesia	*Equipamento*	*Instituição*
Aldeia de São Francisco de Assis	CENTRO COMUNITÁRIO MULTISERVIÇOS DAS MINAS DA PANASQUEIRA	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO FUNDÃO
Cortes do Meio	*EQUIP.SOC.CENTRO DE APOIO A CRIANÇAS E IDOSOS DE CORTES*	*CENTRO DE APOIO A CRIANÇAS E IDOSOS DE CORTES*
Dominguizo	CENTRO DE ASSISTENCIA SOCIAL DO DOMINGUIZO	CENTRO DE ASSISTENCIA SOCIAL DO DOMINGUIZO
Ferro	EQUIP. SOC. ASSOCIAÇÃO CENTRO SOCIAL SAGRADO CORAÇÃO DE MARIA	ASSOCIAÇÃO CENTRO SOCIAL SAGRADO CORAÇÃO DE MARIA DO FERRO
Paul	*LAR DAS OLIVEIRINHAS*	*LAR DAS OLIVEIRINHAS, LDA*

	EQUIP. SOC. DO CENTRO PAROQUIAL DE ASSISTÊNCIA NOSSA SENHORA DAS DORES	CENTRO PAROQUIAL DE ASSISTÊNCIA NOSSA SENHORA DAS DORES
Peraboa	*CENTRO DE DIA DO CENTRO SOCIAL DO DIVINO ESPÍRITO SANTO*	*CENTRO SOCIAL DIVINO ESPÍRITO SANTO*
	DON ANTÓNIO - RESIDÊNCIA SÉNIOR	HILÁRIO PEREIRA, LDA
São Jorge da Beira	*EQUIP. SOC. DO CENTRO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE SÃO JORGE DA BEIRA*	*CENTRO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE SÃO JORGE DA BEIRA*
Sobral de São Miguel	ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE SOBRAL DE SÃO MIGUEL	ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE SOBRAL DE SÃO MIGUEL
Tortosendo	CENTRO DE CONVÍVIO E APOIO À TERCEIRA IDADE	CENTRO DE CONVÍVIO E APOIO À TERCEIRA IDADE
Unhais da Serra	*EQUIP. SOC. CENTRO SOCIAL E CULTURAL DE SANTO ALEIXO*	*CENTRO SOCIAL E CULTURAL DE SANTO ALEIXO*
União das freguesias de Barco e Coutada	EQUIP. SOC. DA ARPAZ	ARPAZ - ASSOCIAÇÃO REGIONAL DE SOLIDARIEDADE E PROGRESSO DO ALTO ZÊZERE
União das freguesias de Cantar-Galo e Vila do Carvalho	CENTRO SOCIAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	CENTRO SOCIAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO
União das freguesias de Casegas e Ourondo	*INSTITUTO DE APOIO SOCIAL DO OURONDO*	*INSTITUTO DE APOIO SOCIAL DO OURONDO*
	CENTRO SOCIAL E CULTURAL DE CASEGAS	CENTRO SOCIAL E CULTURAL DE CASEGAS
União das freguesias de Covilhã e Canhoso	*LAR DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA COVILHÃ*	*SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA COVILHÃ*

	CENTRO COMUNITÁRIO DE APOIO AO IDOSO	ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MÚTUOS "MUTUALISTA COVILHANENSE"
	LAR DE SÃO JOSÉ	LAR DE SÃO JOSÉ
União das freguesias de Peso e Vales do Rio	EQUIP. SOC. DO CENTRO SOCIAL DE VALES DO RIO	CENTRO SOCIAL DE VALES DO RIO
	CENTRO SOCIAL COMUNITÁRIO DO PESO	CENTRO SOCIAL COMUNITÁRIO DO PESO
	RESIDÊNCIA SÉNIOR LIATRIS	*RESIDÊNCIA SÉNIOR LIATRIS, LDA*
União das freguesias de Teixoso e Sarzedo	RESIDÊNCIA SÉNIOR SENHORA DO CARMO	C.C.J. - ACTIVIDADES DE CONFORTO E BEM ESTAR, LDA
	EQUIP. SOC. DA FUNDAÇÃO ANITA PINA CALADO	*FUNDAÇÃO ANITA PINA CALADO*
Verdelhos	EQUIP. SOC. DO CENTRO SOCIAL E CULTURAL DE VERDELHOS	CENTRO SOCIAL CULTURAL DE VERDELHOS

Tabela 79 - Serviços de Apoio ao Domicílio no Concelho da Covilhã (Fonte: Carta Social 2019).

Concelho / Freguesia	Equipamento	Instituição
Aldeia de São Francisco de Assis	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA ALDEIA DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA ALDEIA DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS
	CENTRO COMUNITÁRIO MULTISERVIÇOS DAS MINAS DA PANASQUEIRA	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO FUNDÃO

Cortes do Meio	EQUIP.SOC.CENTRO DE APOIO A CRIANÇAS E IDOSOS DE CORTES	CENTRO DE APOIO A CRIANÇAS E IDOSOS DE CORTES
Dominguizo	CENTRO DE ASSISTENCIA SOCIAL DO DOMINGUIZO	CENTRO DE ASSISTENCIA SOCIAL DO DOMINGUIZO
Ferro	EQUIP. SOC. ASSOCIAÇÃO CENTRO SOCIAL SAGRADO CORAÇÃO DE MARIA	ASSOCIAÇÃO CENTRO SOCIAL SAGRADO CORAÇÃO DE MARIA DO FERRO
Orjais	CENTRO DE DIA DE ORJAIS	CENTRO DE DIA DE ORJAIS
Paul	EQUIP. SOC. DO CENTRO PAROQUIAL DE ASSISTÊNCIA NOSSA SENHORA DAS DORES	CENTRO PAROQUIAL DE ASSISTÊNCIA NOSSA SENHORA DAS DORES
Peraboa	CENTRO DE DIA DO CENTRO SOCIAL DO DIVINO ESPÍRITO SANTO	CENTRO SOCIAL DIVINO ESPÍRITO SANTO
São Jorge da Beira	EQUIP. SOC. DO CENTRO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE SÃO JORGE DA BEIRA	CENTRO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE SÃO JORGE DA BEIRA
Sobral de São Miguel	ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE SOBRAL DE SÃO MIGUEL	ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE SOBRAL DE SÃO MIGUEL
Tortosendo	CENTRO DE CONVÍVIO E APOIO À TERCEIRA IDADE	CENTRO DE CONVÍVIO E APOIO À TERCEIRA IDADE
Unhais da Serra	EQUIP. SOC. CENTRO SOCIAL E CULTURAL DE SANTO ALEIXO	CENTRO SOCIAL E CULTURAL DE SANTO ALEIXO
União das freguesias de Barco e Coutada	EQUIP. SOC. DA ARPAZ CENTRO SOCIAL DA COUTADA	ARPAZ - ASSOCIAÇÃO REGIONAL DE SOLIDARIEDADE E PROGRESSO DO ALTO ZÊZERE CENTRO SOCIAL DA COUTADA
União das freguesias de Cantar-Galo e Vila do Carvalho	CENTRO SOCIAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	CENTRO SOCIAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

União das freguesias de Casegas e Ourondo	INSTITUTO DE APOIO SOCIAL DO OURONDO CENTRO SOCIAL E CULTURAL DE CASEGAS	INSTITUTO DE APOIO SOCIAL DO OURONDO CENTRO SOCIAL E CULTURAL DE CASEGAS
União das freguesias de Covilhã e Canhoso	CRIAFECTOS - SERVIÇOS DE APOIO DOMICILÁRIO CENTRO COMUNITÁRIO DE APOIO AO IDOSO LAR DE SÃO JOSÉ	CRIAFECTOS - SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MÚTUOS "MUTUALISTA COVILHANENSE" LAR DE SÃO JOSÉ
União das freguesias de Peso e Vales do Rio	EQUIP. SOC. DO CENTRO SOCIAL DE VALES DO RIO CENTRO SOCIAL COMUNITÁRIO DO PESO	CENTRO SOCIAL DE VALES DO RIO CENTRO SOCIAL COMUNITÁRIO DO PESO
União das freguesias de Teixoso e Sarzedo	EQUIP. SOC. DA FUNDAÇÃO ANITA PINA CALADO *CENTRO DE DIA PARA IDOSOS DO SARZEDO*	FUNDAÇÃO ANITA PINA CALADO *CENTRO DE DIA PARA IDOSOS DO SARZEDO*
União das freguesias de Vale Formoso e Aldeia do Souto	ASSOCIAÇÃO CENTRO DE DIA DE VALE FORMOSO	ASSOCIAÇÃO CENTRO DE DIA DE VALE FORMOSO

A Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), o Centro de Dia e o Serviço de Apoio Domiciliário para Idosos (SAD) consistem nas respostas sociais com maior representatividade no âmbito da RSES dirigidas às Pessoas Idosas. Para além da satisfação das Atividades Básicas da Vida Diária (ABVD) e das Atividades Instrumentais da Vida Diária (AIVD) dos utentes, as respostas destinadas a esta população-alvo visam a promoção, a inclusão e a participação na comunidade, independentemente do maior ou menor grau de autonomia/dependência da pessoa idosa e de esta se encontrar a residir na sua habitação ou numa instituição. Do universo de respostas que

visam o apoio a Pessoas Idosas são de destacar, ainda, o Centro de Convívio, o Centro de Noite e o Acolhimento Familiar para Pessoas Idosas.

Num mero exercício de enquadramento da situação da Covilhã, relativamente a Portugal, pode considerar-se que a Covilhã possui uma cobertura de equipamentos sociais de apoio aos idosos globalmente satisfatória.

Não obstante esta dotação, afigura-se importante destacar o facto de que existe um desfasamento entre a oferta e a procura concelhia que, de futuro, deverão ser ajustadas. Com efeito, a ocupação dos lares, em termos globais, situa-se próxima da capacidade total instalada, apresentando uma taxa de utilização de 90%, facto que, só por si, já indicia carências, quando os centros de dia e o próprio apoio domiciliário têm percentagens de utilização bastante inferiores, nomeadamente 50% e 73%, respetivamente.

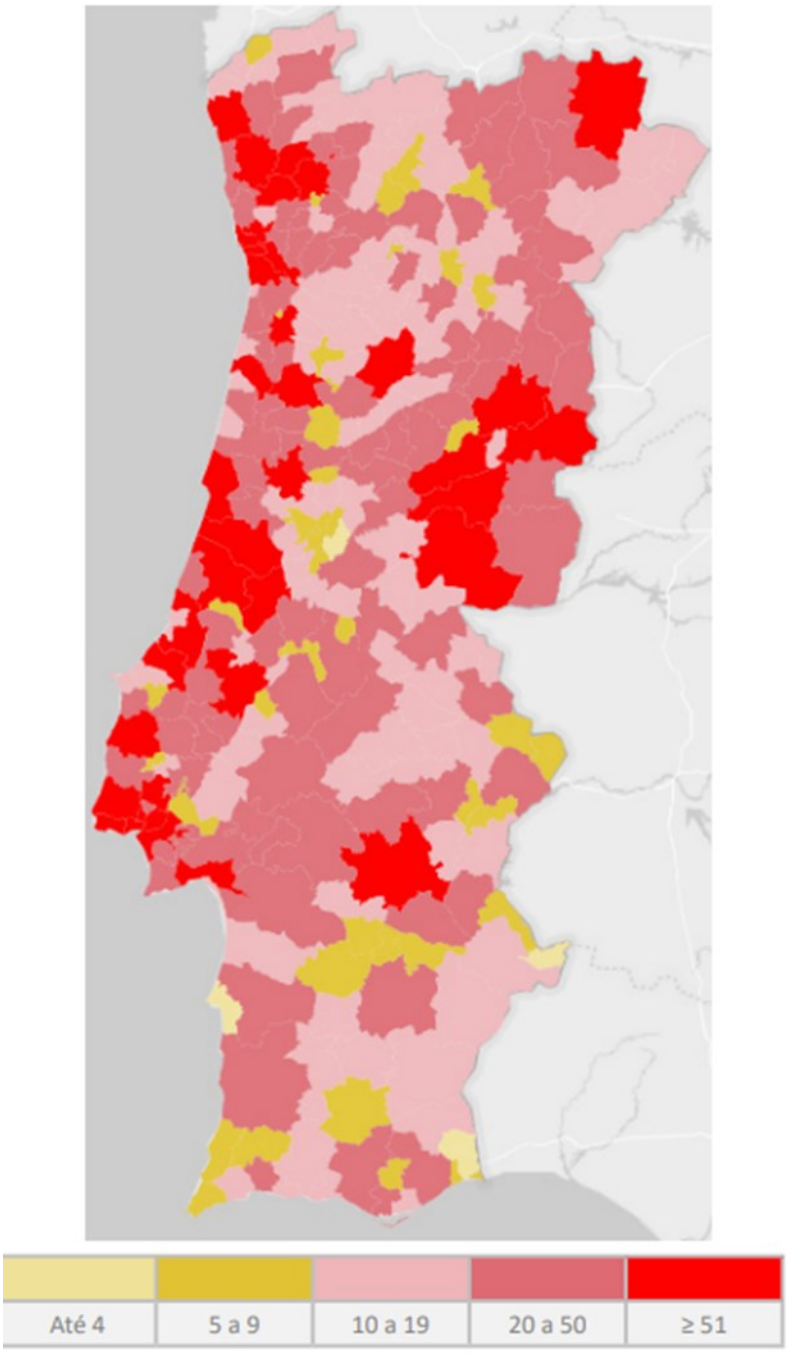


Figura 228 - Distribuição territorial das respostas sociais para as pessoas idosas, por concelho (Fonte: GEP – MTSSS, Carta Social 2019).

Na programação e dimensionamento e até ajustamento da oferta municipal deverá, de futuro, atender-se aos seguintes aspetos:

necessidade de ampliação da valência Lar para colmatar necessidades do presente e previsíveis no futuro;

continuação do aumento da população idosa que, por sua vez, vive mais tempo, incrementando de forma significativa os índices de dependência de idosos e, por isso, se afigura como um domínio que deverá vir a ser cada vez mais exigente em termos de estruturas físicas e humanas de apoio;

a necessidade da sociedade estar preparada para as necessidades dos idosos do futuro. Com efeito, um facto relevante é o de se ter de considerar que os idosos deste século têm características diferentes dos de gerações mais antigas, essencialmente porque têm mais saúde e vão adquirindo, progressivamente, níveis de instrução mais elevados. Com efeito, se as pessoas, atualmente, vivem mais anos, importa que os vivam, também, com mais qualidade, sendo evidente que a sociedade tem de se adaptar a estas mudanças e criar novos padrões de consumo e novas respostas sociais adaptados a esta nova realidade.

15.2.3. Outros

O concelho da Covilhã possui outros equipamentos e serviços de apoio, destinados a populações específicas, nomeadamente a crianças e jovens em situação de perigo e a pessoas adultas com deficiência.

No primeiro caso, existe um Centro de Atendimento Temporário, que é uma resposta social destinada ao acolhimento urgente e temporário de crianças e jovens em risco, de duração inferior a seis meses, com base na aplicação de medida de promoção e proteção. Este centro localiza-se em Dominguiso (do Centro Social Jesus Maria José) e tem capacidade para 14 crianças no ano de 2016 apoiava 14 crianças. Existe também um Lar de Infância e Juventude (Casa do Menino Jesus), localizado na União das freguesias da Covilhã e Canhoso, com capacidade para acolher 37 crianças/jovens (em 2016 ainda tinha disponibilidade para acolher mais 15 crianças). Esta valência destina-se ao acolhimento de crianças e jovens em situação de risco, de duração superior a 6 meses, com base na aplicação de medida de promoção e proteção.

15.2.3.1. Ajuda Alimentar a Carenciados

Tabela 80 - Estabelecimentos de Ajuda Alimentar a Carenciados no Concelho da Covilhã (Fonte: Carta Social 2019).

Concelho / Freguesia	Equipamento	Instituição
Tortosendo	*CENTRO DE CONVÍVIO E APOIO À TERCEIRA IDADE*	*CENTRO DE CONVÍVIO E APOIO À TERCEIRA IDADE*
União das freguesias de Cantar-Galo e Vila do Carvalho	CENTRO SOCIAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	CENTRO SOCIAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO
União das freguesias de Covilhã e Canhoso	CENTRO COMUNITÁRIO DE APOIO AO IDOSO	ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MÚTUOS "MUTUALISTA COVILHANENSE"
	AÇÃO SOCIAL DA SCM COVIHÃ	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA COVILHÃ
União das freguesias de Peso e Vales do Rio	CENTRO SOCIAL COMUNITÁRIO DO PESO	CENTRO SOCIAL COMUNITÁRIO DO PESO
União das freguesias de Teixoso e Sarzedo	EQUIP. SOC. DA FUNDAÇÃO ANITA PINA CALADO	FUNDAÇÃO ANITA PINA CALADO
Verdelhos	EQUIP. SOC. DO CENTRO SOCIAL E CULTURAL DE VERDELHOS	CENTRO SOCIAL CULTURAL DE VERDELHOS

15.2.3.2. Crianças e Jovens em Situação de Perigo

15.2.3.2.1. Centro de Acolhimento Temporário

Tabela 81 - Centros de Acolhimento Temporário no Concelho da Covilhã (Fonte: Carta Social 2019).

Concelho / Freguesia	Equipamento	Instituição
Dominguizo	*CENTRO SOCIAL JESUS MARIA JOSÉ - COVILHÃ*	CENTRO SOCIAL JESUS MARIA JOSÉ -SEDE

15.2.3.2.2. Lar de Infância e Juventude

Tabela 82 - Lares de Infância e Juventude no Concelho da Covilhã (Fonte: Carta Social 2019).

Concelho / Freguesia	Equipamento	Instituição
União das freguesias de Covilhã e Canhoso	*CASA DO MENINO JESUS*	CASA DO MENINO JESUS

15.2.3.3. Atendimento/Acompanhamento Social

Tabela 83 - Estabelecimentos de Atendimento/Acompanhamento Social no Concelho da Covilhã (Fonte: Carta Social 2019).

Concelho / Freguesia	***Equipamento***	***Instituição***
União das freguesias de Covilhã e Canhoso	*AÇÃO SOCIAL DA SCM COVIHÃ*	*SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA COVILHÃ*

15.2.3.4. Refeitório/Cantina Social

Tabela 84 - Estabelecimentos que servem de Refeitórios/Cantinas Sociais no Concelho da Covilhã (Fonte: Carta Social 2019).

Equipamento
Associação de Socorros Mútuos "Mutualista Covilhanense"
Lar São José
Centro de Convívio Apoio Terceira Idade de Tortosendo
Fundação Anita Pina Calado
Santa Casa da Misericórdia da Covilhã
Centro Social Comunitário do Peso

15.2.3.5. Apoio a Pessoas Toxicodependentes

Relativamente ao apoio a pessoas toxicodependentes, o Concelho da Covilhã conta com o CAT - Centro de Atendimento Toxicodependentes ajudam e tratam toxicodependentes.

15.2.4. Principais problemáticas na área das respostas sociais identificadas na Rede Social

Passando de uma abordagem mais quantitativa para outra, que contempla a componente qualitativa da prestação do apoio social, a Rede Social do Município da Covilhã identificou como problemas sociais/problemáticas, os seguintes:

a) Níveis de cooperação interinstitucional relativamente baixos;

b) Famílias socialmente excluídas (bairros sociais; minorias étnicas; mono-parentalidade; emigrantes; famílias em situação de pobreza);

c) Falta de soluções para idosos;

d) Falta de estruturas de acolhimento a vítimas de violência doméstica;

e) Isolamento social de idosos.

É tendo em conta os problemas sociais mencionados que o planeamento deve ser orientado.

As políticas de base territorial devem privilegiar a diversidade e complexidade de geografias dos problemas sociais, seus contextos, atores, consequências e impactos e, nesse sentido, a oferta de serviços públicos e de interesse geral deve contribuir para garantir a equidade de oportunidades e iguais direitos aos cidadãos (na saúde, educação, apoio social, justiça, cultura, desporto, entre outros), independentemente da sua situação socioeconómica e geográfica, da nacionalidade, idade, género, etnia ou situação de deficiência e/ou desfavorecimento. Assim, a acessibilidade a estes serviços é um fator de inclusão e integração, e de promoção da qualidade de vida e bem-estar das populações.

Em Portugal, as redes de equipamentos experimentaram um desenvolvimento assinalável nas últimas décadas, fruto do aumento das preocupações sociais, tendo o Concelho da Covilhã acompanhado este crescimento de respostas sociais.

15.3. Equipamentos de Saúde

Nos termos da Lei de Bases da Saúde (Lei n.º 48/90, de 24 de agosto) o sistema de saúde visa a efetivação do direito à proteção da saúde sendo constituído pelo Serviço Nacional de Saúde e por todas as entidades públicas que desenvolvam atividades de promoção, prevenção e tratamento na área da saúde, bem como por todas as entidades privadas e por todos os profissionais livres que acordem com a primeira a prestação de todas ou de algumas daquelas atividades.

Do ponto de vista da organização territorial do sistema de saúde, o concelho de Covilhã integra a sub-região de saúde de Castelo Branco que é abrangida, por sua vez, pela Administração Regional de Saúde do Centro (ARSC).

Os equipamentos de saúde existentes no concelho enquadram-se duplamente: no âmbito dos Cuidados de Saúde Primários (Centro de Saúde e Extensão de Saúde) e no âmbito dos Cuidados de Saúde Secundários (Hospital).

Da avaliação da dotação destas unidades e das farmácias existentes no concelho, concluiu-se que a Covilhã está bem-dotada de equipamentos de saúde. Alguns indicadores de saúde regionais, relativos a 2020, dão conta efetivamente do posicionamento da Covilhã nas Beiras e Serra da Estrela, sendo de destacar a superioridade registadas em indicadores como "enfermeiros por 1000 habitantes" e "Médicos 1000 habitantes", relativamente à sub-região em que se integra.

Tabela 85 - Indicadores de Saúde na Covilhã e nas Beiras e Serra da Estrela (Fonte: INE, 2020).

	2020						
	Enfermeiros por 1000 habitantes	Médicos por 1000 habitantes	Internamentos por 1000 habitantes	Intervenções de grande e média cirurgia por dia nos hospitais	Consultas por habitante	Camas (lotação praticada) por 1000 habitantes	Taxa de ocupação de camas
	Número						%
Covilhã	11,3	5,3	185,9	15,8	2,9	6,4	73,9
Beiras e Serra da Estrela	8,36	4	-	-	-	-	-

15.3.1. Equipamentos de Saúde Primários – Centros de Saúde e Extensões de Saúde

Os centros de saúde constituem o primeiro nível de contacto da população com os serviços de saúde, cujo objetivo é o diagnóstico e a resolução de situações de doença que não necessitem de cuidados especializados. Em termos indicativos, os centros de saúde deverão localizar-se nas sedes de concelho. As extensões destes centros justificam-se em zonas de fraca acessibilidade da área de influência do centro de saúde e, geralmente, correspondem à área geográfica da freguesia.

Na Covilhã, os cuidados de saúde primários são assegurados pelo Centro de Saúde da Covilhã, que pertence ao Agrupamento de Centros de Saúde da Cova da Beira, e pelas respetivas 25 extensões de saúde e por 2 sub-extensões, sendo que esta distribuição permite à maioria das freguesias possuírem uma unidade de saúde.

Deste modo, em termos globais e quantitativos, o concelho da Covilhã está bem-dotado de unidades de cuidados de saúde primários, podendo naturalmente ocorrer maior ou menor abrangência dos serviços prestados por cada unidade.

Tabela 86 - Unidades de Saúde de cuidados de Saúde Primários, no concelho da Covilhã por freguesia, 2021 (Fonte: Município da Covilhã, 2021)

Unidade de Saúde	Área de Influência
Centro de Saúde da Covilhã	União de Freguesias de Covilhã e Canhoso e Cantar-Galo
Extensão de Saúde Aldeia S. Francisco de Assis	Aldeia S. Francisco de Assis
Extensão de Saúde Aldeia do Souto	Aldeia do Souto
Extensão de Saúde Barco	Barco
Extensão de Saúde Barroca Grande	Barroca Grande
Extensão de Saúde Boidobra	Boidobra
Extensão de Saúde Casegas	Casegas
Extensão de Saúde Cortes do Meio	Cortes do Meio
Extensão de Saúde Coutada	Coutada
Extensão de Saúde Dominguizo	Dominguizo
Extensão de Saúde Erada	Erada
Extensão de Saúde Ferro	Ferro
Extensão de Saúde Orjais	Orjais
Extensão de Saúde Ourondo	Ourondo

Extensão de Saúde Paul	Paul
Extensão de Saúde Peraboa	Peraboa
Extensão de Saúde Peso	Peso
Extensão de Saúde S. Jorge da Beira	S. Jorge da Beira
Extensão de Saúde Sarzedo (Sub-extensão)	Sarzedo
Extensão de Saúde Sobral de S. Miguel	Sobral S. Miguel
Extensão de Saúde Teixoso	Teixoso e Canhoso
Extensão de Saúde Tortosendo	Tortosendo
Extensão de Saúde Trigais (Sub-extensão)	Trigais
Extensão de Saúde Unhais da Serra	Unhais da Serra
Extensão de Saúde Vale Formoso	Vale Formoso
Extensão de Saúde Vales do Rio	Vales do Rio
Extensão de Saúde Verdelhos	Verdelhos
Extensão de Saúde Vila do Carvalho	Vila do Carvalho e Cantar-Galo

Os serviços prestados pelo Centro de Saúde são:

Consultas específicas	Diabetes, Hipertensão, Atendimento de Jovens e adolescentes, Cessação Tabágica, Planeamento Familiar, Saúde Materna, Saúde Infantil, Alcoologia, Rastreio do Colo do útero, Tratamento de doenças respiratórias,
Consultas de especialidade	Medicina Geral e Familiar, Saúde Pública
Meios de diagnóstico	Imagiologia (RX)
Promoção da saúde	Vacinação de crianças, vacinação de adultos, preparação para o parto e saúde oral
Tratamentos/outras atividades	Pensos, injetáveis, algaliações, tamponamento nasal, remoção de pontos, domicílios de enfermagem, avaliação da tensão arterial, Avaliação de glicémia capilar
Serviço de Atendimento Complementar (SAP)	Área de influência a todas as freguesias do concelho
Outros Serviços **- CDP (Pneumologia)** **- SSP/Autoridade de Saúde do concelho da Covilhã**	 Área de Influência: concelhos da Covilhã, Belmonte e Fundão Área de Influência: todas as freguesias do concelho

Relativamente aos serviços prestados pelas extensões e sub-extensões de saúde, eles não são os mesmos em todas e diferem, de um modo geral, de acordo com a dimensão da população na área de influência da unidade. Assim, as extensões de saúde de:

- Tortosendo, Teixoso, Ferro, Peso, Paul, Unhais da Serra, Vila do Carvalho, Vales do Rio, Cortes do Meio, Coutada, Dominguiso, Erada, Barco, Peraboa e Orjais possuem, grosso modo, maior prestação de cuidados que vão desde as consultas de planeamento familiar, de saúde materna e infantil e medicina geral e familiar, à vacinação de crianças e adultos e aos tratamentos de enfermagem (pensos, injetáveis, domicílios, algaliação, etc.);

 Aldeia de São Francisco, Barroca Grande, Casegas, Ourondo, São Jorge da Beira, Sobral de S. Miguel, Aldeia do Soutos, Vale Formoso, Verdelhos, Sarzedo e Trigais, possuem uma menor prestação de serviços que, de um modo geral, passa apenas pelas consultas de medicina geral e familiar e pelos tratamentos de enfermagem.

15.3.2. Equipamentos de Saúde Secundários

Data de 26 de Junho de 1908, a inauguração do antigo Hospital Distrital da Covilhã. Denominado na época de Hospital da Misericórdia da Covilhã, esta obra, grandiosa para a altura, ficou a dever-se ao empenho do então presidente da Câmara Municipal da Covilhã, Dr. Joaquim Nunes de Oliveira Monteiro.

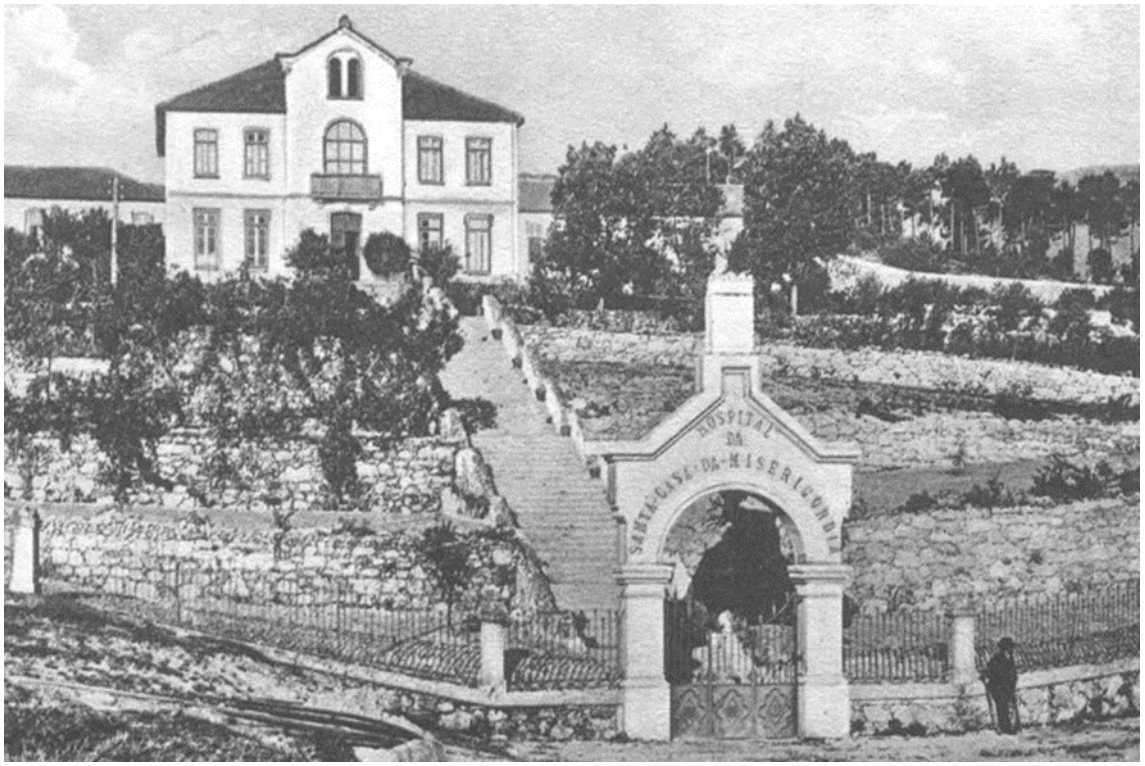


Figura 229 - Antigo Hospital Distrital da Covilhã (Fonte: Google).

Às portas de cumprir um século de vida, o edifício apresentava-se há muito em precárias condições e estruturalmente debilitado, pecando também pela difícil localização e péssimas acessibilidades.

Na memória de todos fica para sempre gravada, a inclinada rampa de acesso aos internamentos, por onde os doentes eram dificilmente transportados em macas, cadeiras de rodas ou camas, graças à força humana.

Atualmente, em parte das antigas instalações do antigo Hospital Distrital da Covilhã encontram-se um dos serviços da Santa Casa da Misericórdia. Mais um exemplo, no Concelho da Covilhã, do reaproveito de estruturas.



Figura 230 - Fachada da Santa Casa da Misericórdia da Covilhã (Fonte: Google).

A reverter esta situação insustentável, surge o Centro Hospitalar Cova da Beira (CHCB), fruto de uma generosa congregação de esforços, oriunda e impulsionada por fatores de natureza impreterível e pelos agentes impulsionadores da região, cuja área de influência abrange para além da Covilhã, as populações dos concelhos de Belmonte, Fundão, Penamacor, Guarda e Manteigas.



Figura 231 - Centro Hospitalar Cova da Beira (Fonte: Google).

É dotado das valências normalmente existentes em unidades desta tipologia e de dimensão demográfica de abrangência, nomeadamente uma grande amplitude de consultas externas de especialidade e outras consultas, bem como serviço de urgência. No caso das urgências, elas são: urgência médico-cirúrgica geral, pediátrica e obstétrica/ginecológica, sendo que as valências inerentes à urgência geral passam pela medicina interna, cirurgia geral, ortopedia, anestesiologia, cardiologia, oftalmologia, otorrino, urologia, imagiologia, patologia clínica, gastrenterologia e patologia clínica com toxicologia. o mesmo possui um departamento de psiquiatria e saúde mental.

Complementarmente, na esfera pública, existem ainda algumas estruturas de apoio especializadas, nomeadamente o Centro de Apoio a Toxicodependentes e o Centro de Voluntariado da Unidade de Tratamento de Alcoologia do Hospital da Cova da Beira.

15.3.3. Farmácias

O município da Covilhã está bastante bem-dotado de farmácias, contando com 17 farmácias, 8 das quais localizadas na U.F da Covilhã e Canhoso, 2 em Tortosendo, 2 na U.F. de Peso e Vales do Rio e as restantes distribuídas por Aldeia de São Francisco de Assis, Ferro, Paul, U.F. de Teixoso e Sarzedo e na freguesia de Unhais da Serra.

A distribuição pelas freguesias também se encontra relativamente bem ajustada destacando-se o facto de algumas exibirem rácios muito reduzidos, mas importantes para a população dessas freguesias e de freguesias próximas, como é o caso da Aldeia de S. Francisco de Assis, Ferro, Paul, U.F de Peso e Vales do Rio e Unhais da Serra.

Tabela 87 - Farmácias, por freguesia, 2021 (Fonte: Município da Covilhã 2021).

Freguesia	Farmácias
Aldeia de São Francisco de Assis	1
Boidobra	0
Cortes do Meio	0
Dominguiso	0
Erada	0
Ferro	1
Orjais	0
Paul	1
Peraboa	0
São Jorge da Beira	0
Sobral de São Miguel	0
Tortosendo	2
Unhais da Serra	1
U.F. Covilhã e Canhoso	8
U.F. Vale Formoso e Aldeia do Souto	0
U.F Teixoso e Sarzedo	1
U.F. Cantar Galo e Vila do Carvalho	0
U.F Peso e Vales do Rio	2
U.F. Barco e Coutada	0

U.F Casegas e Ourondo	0
Verdelhos	0
Concelho da Covilhã	**17**

15.3.4. Outros serviços médicos privados

Complementarmente aos equipamentos públicos e às farmácias, existem ainda no concelho da Covilhã várias unidades privadas na área da saúde que completam a oferta de serviços públicos no concelho, nomeadamente clínicas médicas de várias especialidades, clínicas de medicina dentária, laboratórios de análises clínicas, entre outros.

15.4. Equipamento Desportivo

As organizações desportivas, recreativas e culturais, quer sejam públicas ou privadas, são entidades fundamentais na promoção do desenvolvimento desportivo. Estas permitem que o maior número de cidadãos, independentemente do grupo social e etário, tenha melhores condições de acesso à prática desportiva.

De acordo com a Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, cabe "às autarquias locais, a promoção e a generalização da atividade física, enquanto instrumento essencial para a melhoria da condição física, da qualidade de vida e da saúde dos cidadãos". De forma a cumprir este dever, as autarquias devem criar programas para estimular a inclusão da atividade física no dia a dia da população, conciliando esta com a vida pessoal, familiar e profissional, bem como, conceber áreas públicas aptas para a prática da mesma.

A este respeito e enquadrando-se com as linhas orientadoras de vários normativos e programas de incentivo, de que é exemplo o Programa Nacional de Desporto para Todos, é ambição e horizonte do Município da Covilhã, abranger todos os segmentos da população, sendo o Plano Estratégico de Desenvolvimento Desportivo Municipal um particular pilar de estruturação para existência de um movimento desportivo inovador, saudável e sustentável.

É preocupação do Município da Covilhã, apresentar uma dinâmica de desenvolvimento desportivo, que responda à procura da população residente no concelho, mas também à que nos procura por razões de bem-estar e lazer e ainda fomentar o turismo no concelho. Desta forma, o Plano Estratégico de Desenvolvimento Desportivo Municipal constitui um instrumento

de elevada importância para o Concelho da Covilhã, na medida que permitirá avaliar, intervir, controlar e ajustar em função das variáveis existentes e da alteração das mesmas, as políticas municipais de desporto.

O Plano Estratégico de Desenvolvimento Desportivo Municipal tem como objetivos: criar e desenvolver estratégias que aumentem a prática da atividade desportiva na população concelhia, tornando a oferta desportiva mais forte e direcionada, a diferentes segmentos da população; estabelecer um pensamento organizado e definir um plano de intervenção consistente de modo a promover a atividade física e o desporto nas suas várias vertentes; ser uma ferramenta de avaliação das atuais infraestruturas desportivas, a sua adequação ao nível do território onde se inserem e qual o seu estado de conservação; identificar de forma clara quais as carências em termos de infraestruturas a nível do concelho, definindo um plano de investimentos para os próximos anos; orientar através dos seus eixos estratégicos a definição de ações, de métricas e indicadores para se poder avaliar a performance desportiva do Município da Covilhã.

De modo a ter uma melhor avaliação e reflexão ao nível da oferta e condições desportivas no Concelho da Covilhã, importa aferir o tipo de atividades desportivas que são dinamizadas nos equipamentos desportivos do concelho.

Neste sentido, as modalidades oferecidas pelas entidades associativas, públicas e privadas, que atuam no setor do desporto no Concelho da Covilhã, são vastas, compreendendo modalidades de caráter coletivo, individual e de grupo.

Visto que o concelho possui inúmeras entidades desportivas sintetizamos no quadro abaixo, a listagem das modalidades promovidas pelas entidades do Concelho da Covilhã com caráter desportivo.

Tabela 88 - Oferta desportiva no concelho da Covilhã (Fonte: PEDDM, 2021-2030)

Tipologia de Modalidades	Modalidade
Desportos Coletivos	Andebol, Basquetebol, Curling Futebol (7, 9, 11), Futsal, Voleibol, Rugby
Desportos Individuais	Aeromodelismo, Atletismo, Badminton, Biatlo Moderno, Canoagem, Cicloturismo, Duatlo, Ginástica (Acrobática, Artística, Manutenção, Trampolins), Lazer Run, Natação (crianças, adultos, competição), Squash, Patinagem Artística, Pentatlo Moderno, Ténis, Ténis de Mesa, Tiro, Trail, Triatlo
Atividades de Fitness	Aeróbicas (Body Combat, Body Pump, Step...), Cardiofitness, Cárdio Combat, Hidrobike, Hidroginástica, Localizada (ABS, GAP), Musculação, Pilates, RPM, Zumba
Danças	Ballet, Dança de salão
Desporto de Combate	Esgrima, Judo, Karaté, Kickboxing, Taekwondo, Boxe
Relaxamento	Yoga, T`ai chi chuan, Shiatsu
Desporto de Aventura ou natureza	BTT, Escalada, Esqui, Snowboard, Pedestrianismo, Parapente, Asa delta
Desportos Motorizados	Automobilismo
Jogos de Salão	Pool Português, Matraquilhos, Xadrez

A Câmara Municipal da Covilhã oferece aos seus munícipes um conjunto de atividades desportivas, nomeadamente os Programas “Desporto Sénior”, “Desporto para Todos”, “Ensino de Natação, Hidroginástica e Reabilitação, e ainda outros eventos de carácter pontual. Para além destes programas, o Município colabora com a cedência de técnicos e/ou de infraestruturas com várias entidades do concelho.

15.4.1. Caracterização das instalações desportivas

Com o intuito de definir linhas estratégicas para a operacionalização da oferta desportiva e conceber uma rede de equipamentos desportivos que permitam dar resposta aos diferentes segmentos da população, foi necessário ter um conhecimento prévio das Instalações Desportivas no Concelho da Covilhã.

Desta forma procedeu-se à caraterização e análise das instalações desportivas existentes em cada freguesia, a tipologia das Instalações Desportivas, definições e critérios base para classificação das mesmas.

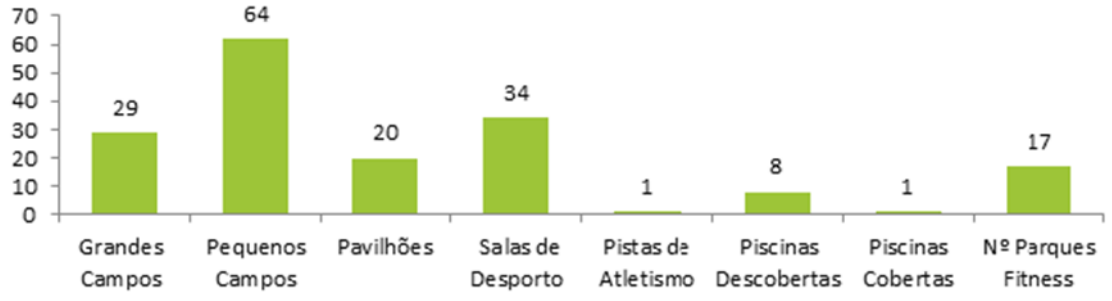
No Concelho da Covilhã existem instalações desportivas de base: recreativas, formativas e de espetáculo desportivo. De um total de 174 equipamentos desportivos, aproximadamente 33,5% correspondem a equipamentos de base recreativa, 64,2% de base formativa, 0,6% a equipamentos especializados e 1,7% a equipamentos de espetáculo desportivo, como podemos verificar na tabela infra.

Tabela 89 - Caracterização geral dos equipamentos desportivos no concelho da Covilhã (Fonte: PEDDM, 2021-2030)

Área	**População (Censos 2021)**	**Equipamentos Desportivos**				
Km2	N.º	N.º	Base Recreativos	Base Formativa	Especializados	Espetáculo
555,6	46453	174	59	111	1	3

Em números absolutos as instalações desportivas do Concelho da Covilhã são no total 174, distribuídas pelos seguintes tipos:

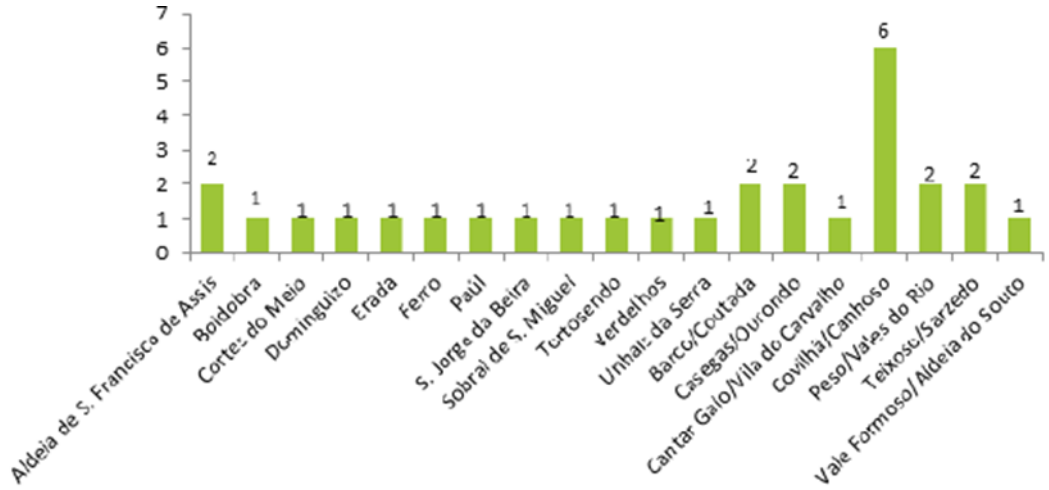
Gráfico 58 - Distribuição das instalações desportivas por tipologia no concelho da Covilhã (Fonte: PEDDM, 2021-2030).



Os grandes campos caracterizam-se por instalações desportivas descobertas, que se destinam à prática de Futebol, Hóquei em Campo e Râguebi. Podem ter as seguintes dimensões: (≥ 90x45) - comprimento maior ou igual que 90 metros e largura maior ou igual a 45 metros; (≥90 e <45) ou (<90 e ≥ 45) – comprimento maior ou igual que 90 metros e largura menor que 45 metros ou comprimento menor que 90 metros e largura maior ou igual que 45 metros.

Existem 29 instalações do tipo "Grandes Campos", estando distribuídas pelas freguesias da seguinte forma:

Gráfico 59 - Distribuição de grandes campos, por freguesia no concelho da Covilhã (Fonte: PEDDM, 2021-2030).



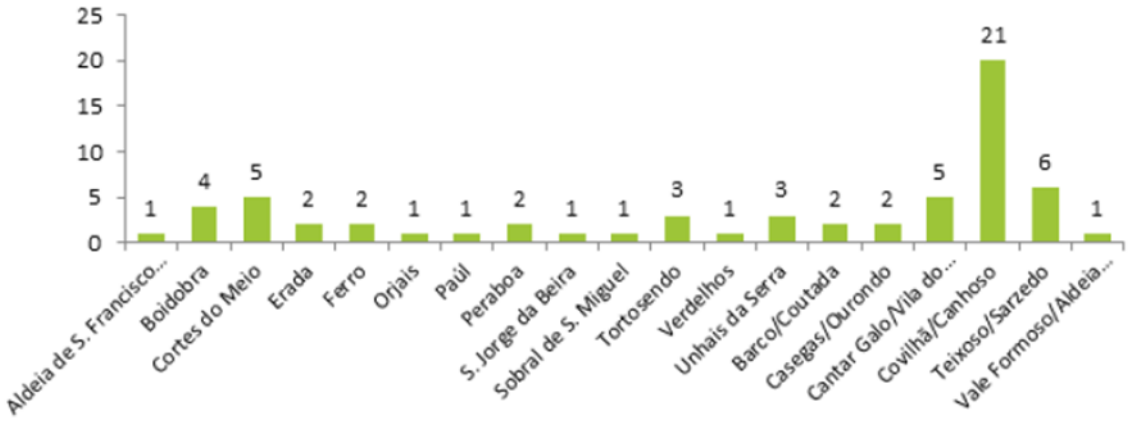
As instalações desportivas do tipo "Grandes Campos de Jogos" estão representadas em todas as freguesias, tal como se pode verificar no gráfico acima, com exceção das freguesias de Orjais e Peraboa.

Os pequenos campos são instalações desportivas descobertas, que se destacam pela sua polivalência e que se destinam à prática de: Futsal, Basquetebol, Andebol, Badminton, Boxe, Esgrima, Ginástica, Halterofilismo, Hóquei em Patins, Judo, Lutas Amadoras, Patinagens, Ténis, Ténis de Mesa, Voleibol, entre outras.

Os pequenos campos podem ter as seguintes dimensões: (≥40x20) - comprimento maior ou igual que 40 metros e largura maior ou igual que 20 metros; (< 40x20) – comprimento menor que 40 metros e largura menor que 20 metros.

Existem 64 instalações do tipo “Pequenos Campos”, sendo distribuídas da seguinte forma:

Gráfico 60 - Distribuição de pequenos campos, por freguesia no concelho da Covilhã (Fonte: PEDDM, 2021-2030).

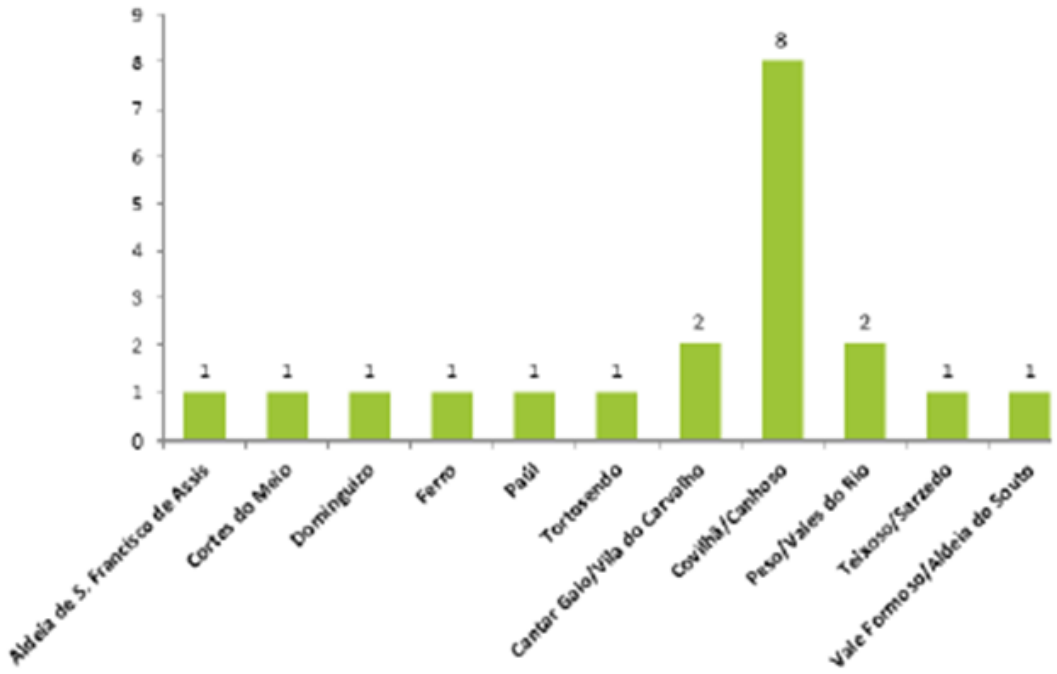


As instalações desportivas do tipo “Pequenos Campos de Jogos” estão representadas em todas as freguesias, com exceção das freguesias de Dominguiso e União de Freguesias Peso/Vales do Rio.

São instalações desportivas permanentes, especiais para espetáculos desportivos, concebidas e vocacionadas para acolher a realização de competições desportivas e onde se conjugam fatores como: capacidade para receber público e a existência de condições para albergar os meios de comunicação social; capacidade de ser utilizado em competições e eventos com altos níveis de prestação; deter os recursos materiais e tecnológicos destinados a apoiar a realização e difusão pública de eventos desportivos.

São 20 as instalações do tipo “Pavilhões”, sendo distribuídas da seguinte forma:

Gráfico 61 - Distribuição de pavilhões, por freguesia no concelho da Covilhã (Fonte: PEDDM, 2021-2030).



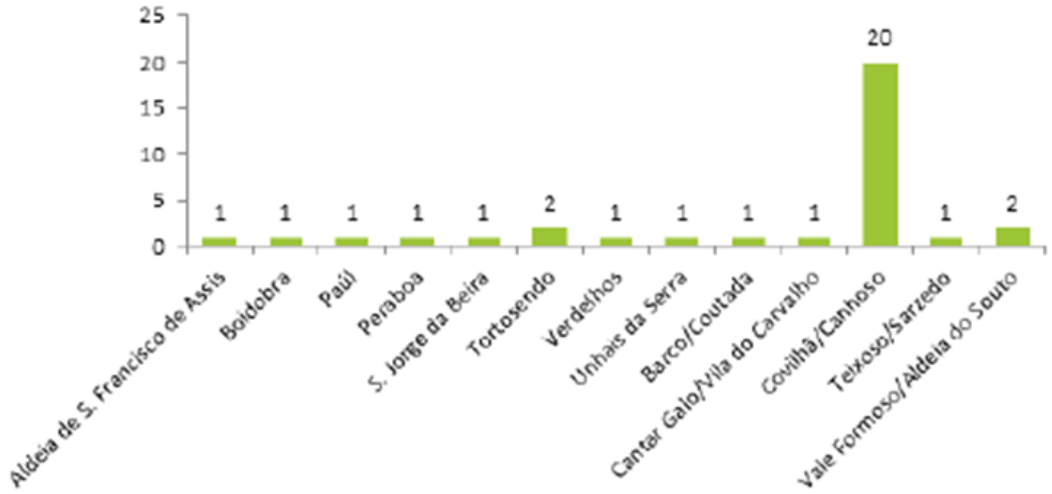
As instalações desportivas do tipo "Pavilhões" estão representadas nas freguesias de Aldeia de São Francisco de Assis, Cortes do Meio, Dominguiso, Ferro, Paul, Tortosendo, Cantar Galo/Vila do Carvalho, Covilhã/Canhoso, Peso/Vales do Rio, Teixoso/Sarzedo e Vale Formoso/Aldeia do Souto.

São instalações desportivas cobertas, que se caraterizam pela sua polivalência e que se destinam à prática de: Badminton, Boxe, Esgrima, Ginástica, Halterofilismo, Judo, Lutas Amadoras, Patinagens, Ténis, Ténis de Mesa, entre outros.

As salas de desporto podem ter as seguintes dimensões: (≥40x20) – comprimento maior ou igual que 40 metros e largura maior ou igual que 20 metros; (< 40x20) e >= (30x18) – comprimento compreendido entre 40 metros (exclusive) e 30 metros (inclusive) e largura compreendida entre 20 metros (exclusive) e 18 metros (inclusive); (<30x18) – comprimento menor que 30 metros e largura menor que 18 metros.

As instalações do tipo "Salas de Desporto" existem num número total de 34, sendo distribuídas da seguinte forma:

Gráfico 62 - Distribuição das salas de desporto, por freguesia no concelho da Covilhã (Fonte: PEDDM, 2021-2030).



As instalações desportivas do tipo "Salas de Desporto" estão representadas em todas as freguesias, com exceção das freguesias de Casegas/Ourondo, Cortes do Meio, Dominguiso, Erada, Ferro, Orjais, União de Freguesias Peso/Vales do Rio e Sobral de São Miguel.

Instalações desportivas do tipo "ovalóide" circunscritas por pistas que se destinam à prática do atletismo. As medidas da pista têm um perímetro de 400 metros e 6 a 8 corredores10.

Só existem uma instalação do tipo "Pista de Atletismo" e encontra-se localizada na União de Freguesias de Covilhã/Canhoso, no complexo desportivo.

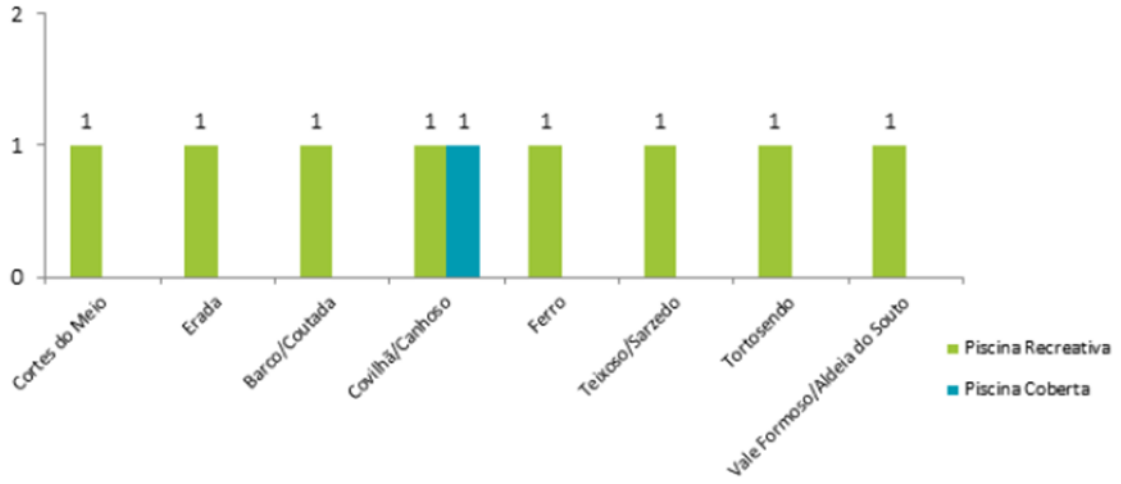
Instalações desportivas com forma retangulares ou outras configurações, cobertas que se destinam à prática da natação11. Podem apresentar as seguintes dimensões: (25x8x0,90) - comprimento igual a 25 metros, largura maior ou igual a 8 metros e uma profundidade estabilizada maior ou igual que 0,90 metros; (50x21x1,80) - comprimento igual a 50 metros, largura maior ou igual que 21 metros e uma profundidade estabilizada maior ou igual que 1,80 metros.

Podem também ser instalações desportivas retangulares ou com outras configurações descobertas que se destinam à prática da natação e lazer em período balnear. Estas podem apresentar as seguintes dimensões: (25x8x0,90) – comprimento igual a 25 metros, largura maior ou igual a 8 metros e uma profundidade estabilizada maior ou igual que 0,90 metros;

(50x21x1,80) - comprimento igual a 50 metros, largura maior ou igual a 21 metros e uma profundidade estabilizada maior ou igual que 1,80 metros.

As instalações do tipo "Piscinas" têm um número total de 9, sendo 8 descobertas e 1 coberta distribuídas da seguinte forma:

Gráfico 63 - Distribuição das piscinas Recreativas e Cobertas, por freguesia no concelho da Covilhã (Fonte: PEDDM, 2021-2030).

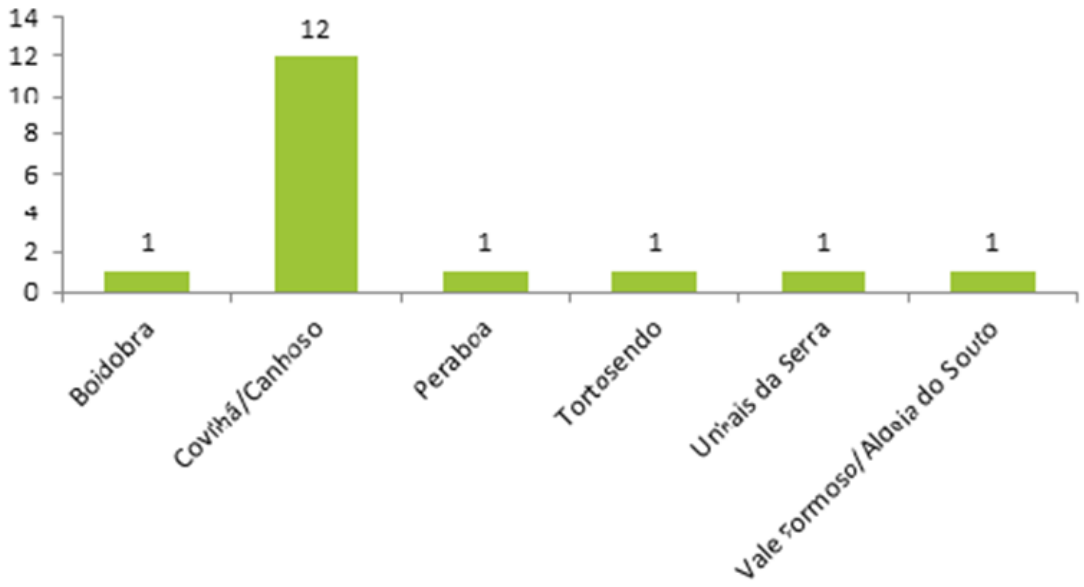


As instalações desportivas do tipo "Piscinas" dividem-se em descobertas e cobertas. As descobertas estão representadas nas freguesias de Cortes do Meio, Erada, Ferro, Tortosendo, UF Barco/Coutada, UF Covilhã/Canhoso, UF Teixoso/Sarzedo Vale Formoso/Aldeia do Souto. A coberta está representada na UF Covilhã/Canhoso.

São instalações ao ar livre caraterizadas pela existência de equipamentos para realização de trabalho de força.

As instalações do tipo "Parque Fitness" têm um número total de 17, sendo distribuídas da seguinte forma:

Gráfico 64 - Distribuição dos parques fitness, por freguesia no concelho da Covilhã (Fonte: PEDDM, 2021-2030).



Na distribuição espacial e por tipologias destacam-se os seguintes aspetos: São predominantes os pequenos campos de jogos (64), que incluem os polidesportivos e os campos de ténis, sendo secundados pelas salas de desporto (34), pelos grandes campos (29), pelos pavilhões desportivos (20), pelas piscinas (9), pista de atletismo (1), e parques de fitness (17).

No seu conjunto, e sem qualquer análise qualitativa, a relação área desportiva útil/habitante é de 4,8 m2 encontrando-se acima do valor índice de referência (4m2/hab.) "segundo a DGOTDU", considerado como referência a nível nacional e europeu.

A grande concentração de equipamentos faz-se na freguesia da cidade, mais concretamente 40,5% do total da área desportiva municipal, à qual corresponde um rácio de 3,9m2/habitante;

Todas as freguesias sem exceção, possuem pelo menos uma instalação desportiva;

As freguesias que possuem uma oferta mais diversificada, para além da UF Covilhã/Canhoso, são: Cortes do Meio, Unhais da Serra, Tortosendo, UF Teixoso/Sarzedo, UF Cantar Galo/Vila do Carvalho, UF Barco/Coutada.

15.5. Equipamento Cultural

A cultura tem vindo a trilhar, em Portugal, um caminho evolutivo de tendência positiva conseguido quer pela mão de promotores privados, quer através de entidades públicas de diferentes setores. Deste modo, as autarquias enquanto organismos públicos têm vindo a procurar dinamizar culturalmente os seus concelhos montando estratégias ora mais simples, circunscritas a um raio de ação concelhio, ora mais ambiciosas abrangendo territórios regionais e nacionais.

O concelho da Covilhã, atendendo aos quantitativos populacionais do concelho e à sua função de centro regional, possui uma significativa e crescente oferta de equipamentos culturais e recreativos, sendo de salientar no panorama cultural do município, o dinamismo dos grupos e das associações culturais e recreativas, filarmónicas e ranchos folclóricos (federados e não federados) existentes, que se têm manifestado empenhados na animação da vida cultural e na preservação dos valores e identidade do concelho, afirmando-se, dessa forma, como importantes agentes da promoção cultural local.

Por parte dos utilizadores dos equipamentos culturais, tem-se verificado, nos últimos anos, que as alterações na estrutura socioeconómica e nos hábitos das populações, levaram ao aumento da frequência de locais de âmbito cultural, nomeadamente de museus, exposições, espetáculos e cinema, espaços que a autarquia da Covilhã tem vindo a criar, conforme já indicados e desenvolvidos no capítulo 12.

A oferta cultural do Município da Covilhã abrange um leque variado de valências, possibilitando um conjunto diversificado de experiências culturais.

Relativamente aos equipamentos culturais têm diferentes características e importância patrimonial, localizando-se ao longo de todo o território, mas com natural incidência na cidade da Covilhã.

Tabela 90 - Tipologia de equipamentos Culturais por freguesia no concelho da Covilhã, 2021 (Fonte: Município da Covilhã 2021).

Tipologia de equipamento	Localização(lugar)
Museus	
Museu de Arte Sacra	UF Covilhã e Canhoso
Museu dos Lanifícios	UF Covilhã e Canhoso
Museu do Queijo	Freguesia de Peraboa
Centro Interpretativo da Cereja	Freguesia do Ferro
Museu Tinturaria	UF Covilhã e Canhoso
Casa Museu do Paul	Freguesia do Paul
Museu Mineiro	Freguesia de Aldeia de S. Francisco de Assis
Museu da Covilhã	UF Covilhã e Canhoso
Galerias de Exposições	
Galeria António Lopes	UF Covilhã e Canhoso
New Hand Lab	UF Covilhã e Canhoso
Loja Ponto Já	UF Covilhã e Canhoso
Teatros	
Teatro da Covilhã	UF Covilhã e Canhoso
Teatro das Beiras	UF Covilhã e Canhoso
Bibliotecas	
Biblioteca Municipal	UF Covilhã e Canhoso
Biblioteca Central UBI	UF Covilhã e Canhoso
Outros	
Arquivo Municipal	UF Covilhã e Canhoso
Cinema	UF Covilhã e Canhoso
Espaço Internet (Biblioteca)	UF Covilhã e Canhoso
Rádio Local	UF Covilhã e Canhoso
Jornal Local	UF Covilhã e Canhoso
Posto de Turismo	UF Covilhã e Canhoso

15.6. Equipamentos de Segurança e Proteção Civil

Os agentes de segurança e proteção civil com principal destaque no território municipal são os Bombeiros Voluntários (BV), a Guarda Nacional Republicana (GNR), a Polícia de Segurança Pública (PSP), e o Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC), os quais apresentam as seguintes configurações e localização:

Tabela 91 - Agentes de Segurança e Proteção Civil, por freguesia no concelho da Covilhã, 2021 (Município da Covilhã 2021).

Polícia de Segurança Pública
Esquadra da Covilhã
Guarda Nacional Republicana
Posto da Covilhã
Posto do Paul
Posto do Tortosendo
Posto do Teixoso
Grupo Intervenção Proteção Socorro Subagrupamento Montanha (Covilhã)
Unidade de emergência de Proteção e Socorro (Covilhã)
Bombeiros Voluntários
Bombeiros Voluntários da Covilhã
Secção BV Aldeia de S. Francisco de Assis
Secção BV Paul
Serviço de Brigadas de Aeródromo (Cortes do Meio)
Serviço Municipal de Proteção Civil (Covilhã)

A área de influência da Polícia de Segurança Pública da Covilhã é sobre as freguesias urbanas do concelho, estando as suas instalações localizadas no centro da cidade. Em caso de acidente grave ou catástrofe que tenha conhecimento, deve cumprir as missões que legalmente lhe estão atribuídas no âmbito da proteção e socorro. Devem intervir de imediato em qualquer situação de resposta ao socorro e emergência e às missões de busca, salvamento e apoio psicológico que lhe sejam incumbidas, garantir a segurança das pessoas e bens na área afetada e promover o desvio de trânsito de viaturas e pessoas para itinerários alternativos, entre outras funções.

A Guarda Nacional Republicana tem como área de influência incide as freguesias rurais do concelho. É missão da GNR cumprir todas as missões que legalmente lhe estão atribuídas no âmbito da proteção e socorro e intervir ainda de imediato, em qualquer situação de resposta a emergências, entre outras competências.

Os Bombeiros Voluntários devem assegurar um serviço de socorro às populações em caso de incêndios, inundações, desabamentos, abalroamentos e todos os acidentes graves ou catastróficos, de socorro a náufragos e buscas subaquáticas, a socorro e transporte de sinistrados e doentes. O Corpo de Bombeiros deve ainda desenvolver todas as ações que

conduzam a uma imediata intervenção, potenciando uma atuação articulada do dispositivo, colaborar em ações de busca e salvamento, e abastecer água às populações carenciadas.

O Serviço Municipal de Proteção Civil está localizado nas instalações da CMC, e tem como finalidade prevenir riscos coletivos inerentes a situações de acidente grave, catástrofe ou calamidade, de origem natural ou tecnológica, e de atenuar os seus efeitos e socorrer as pessoas em perigo, quando aquelas situações ocorram.

Para além destes agentes de proteção civil, segundo o Artigo 46.º, Lei n.º 27/2006, de 3 de Julho que aprova a Lei de Bases da Proteção Civil, são ainda agentes de proteção civil, com atribuições próprias, no Concelho da Covilhã: Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) e demais entidades públicas prestadoras de cuidados de saúde, as Equipas de Sapadores Florestais (ESF), constituídas para a proteção da floresta portuguesa, nomeadamente na prevenção e apoio ao combate aos incêndios florestais, a Cruz Vermelha Portuguesa e, a nível nacional, as Forças Armadas, os órgãos da Autoridade Marítima Nacional e a Autoridade Nacional da Aviação Civil.

16. Turismo

O Concelho da Covilhã é definido pelo Turismo do Centro Portugal como "uma cidade serrana muito especial. Na encosta sul da Serra da Estrela, a Covilhã abre caminho para chegar aos 1993 metros de altitude da Torre, o topo da serra mais alta de Portugal Continental. Chegar à Covilhã traduz-se em, pelo menos, seis vantagens: conhecer a indústria dos lanifícios e o património judaico de grande valor deixado na região, vestir um casaco de lã fabricado aqui mesmo, respirar fundo o bom ar da Serra, aproveitar as águas termais e praticar atividades ao ar livre, em pleno Parque Natural da Serra da Estrela."

É inegável o contributo da atividade turística para o desenvolvimento dos territórios, designadamente nos seguintes aspetos:

1. Criação direta de novos postos de trabalho e aumento do rendimento da população, através dos equipamentos e infraestruturas turísticas e lúdicas;

2. Dinamização e criação indireta de postos de trabalho em diversas atividades locais, como comércio, serviços e indústrias, pelo facto de serem complementares das atividades turísticas, mas também porque, por via do aumento dos seus rendimentos, pode haver um impacte positivo no consumo da população local; estas atividades podem ainda ter um contributo importante no escoamento dos produtos locais/regionais (artesanais e outros);

3. Melhoria da qualidade de vida da população decorrente quer do aumento dos níveis de rendimento, quer do desenvolvimento e consolidação dos sistemas de infraestruturas e redes de serviços;

4. Fixação da população jovem, contribuindo, se não para o rejuvenescimento demográfico, pelo menos, para atenuar o envelhecimento;

5. Salvaguarda e conservação do património natural e cultural, através da sua valorização turística numa ótica de desenvolvimento sustentável.

Estes impactes positivos, a verificarem-se numa escala apreciável, como é o caso da Covilhã, têm contribuído para dinamizar a economia concelhia, sendo que é fundamental que se continue:

a evitar a expansão descontrolada da atividade turística, nomeadamente em termos de ocupação do espaço, sem uma adequada salvaguarda dos espaços naturais e sem a necessária

infraestruturação e oferta de equipamentos, pode afetar profundamente as condições de valorização económica dos recursos turísticos, que pressupõe um adequado equilíbrio urbano-ambiental;

a evitar que as atividades turísticas a implantar neste concelho entrem em conflito com as atividades previamente estabelecidas, de forma a não serem criadas condições de desarticulação dos tecidos produtivos locais;

a promover a oferta turística numa lógica de integração e complementaridade, de forma a garantir-se a continuidade e sustentabilidade dessas atividades.

É inegável o papel das atividades de turismo e lazer no concelho da Covilhã. Ciente da importância deste sector o Município da Covilhã dispõe de um site (Visit Covilhã - Guia de Viagem Oficial do Turismo da Covilhã (visitcovilha.com)) e de um Posto de Turismo, localizado na Praça do Município, que pretende ser um auxilio a quem visita a cidade da Covilhã e procura a nossa região como destino turístico através de inovadoras aplicações multimédia que permitem aos visitantes ficar a conhecer, não só a história do concelho da Covilhã, mas também as suas tradições e costumes.

O Concelho da Covilhã integra a Região Beiras e Serra da Estrela, reconhecida pelo seu caráter inovador, que se encontra patente na última classificação do Regional Innovation Scoreboard e na existência de polos inovadores, como é o caso da Associação privada NEST. O NEST- Centro de Inovação do Turismo é uma associação de direito privado sem fins lucrativos, com sede na Covilhã, que tem como missão promover a inovação e o uso da tecnologia na cadeia de valor do turismo, apoiando o desenvolvimento de novas ideias de negócio, a experimentação de projetos e a capacidade das empresas na transição para a economia digital.

A CIM das Beiras e Serra da Estrela caracteriza-se ainda pela oferta de Turismo de Natureza e Turismo Ativo, aliada ao seu Património Material, Cultural e Religioso muito diversificada.



Figura 232 - Exemplos de Oferta Turística da Região Beiras e Serra da Estrela (Fonte: Plano Regional de Desenvolvimento Turístico 2020-2030).

16.1. A Serra da Estrela e a Covilhã

16.1.1. Indicadores Turísticos

Localizada na encosta da Serra da Estrela, voltada a Nascente, a Covilhã oferece a quem chega, uma paisagem do seu casario, enquadrada num imponente anfiteatro de montanhas, sazonalmente cobertas de neve.

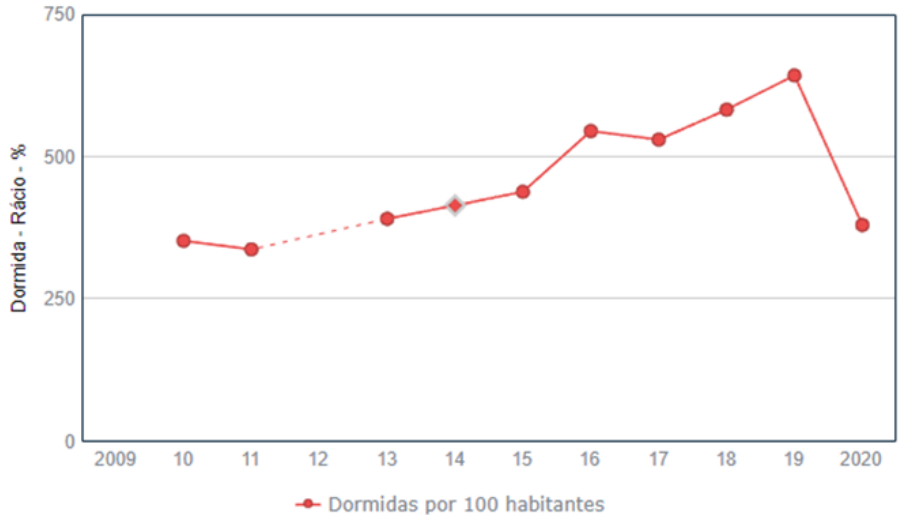


Figura 233 - Cidade da Covilhã (Fonte: Google).

Com base nos dados mais recentes disponibilizados pelo PORDATA, apresentam-se os principais indicadores turísticos que permitem analisar o turismo no território concelhio.

O volume de dormidas e de hóspedes, em 2020, por cada 100 residentes, foi menor 40,7% do que em 2019, havendo 381 dormidas em alojamentos turísticos no município da Covilhã, mantendo-se a tendência de descida durante a Pandemia Covid 19 até ao presente momento (final de 2021).

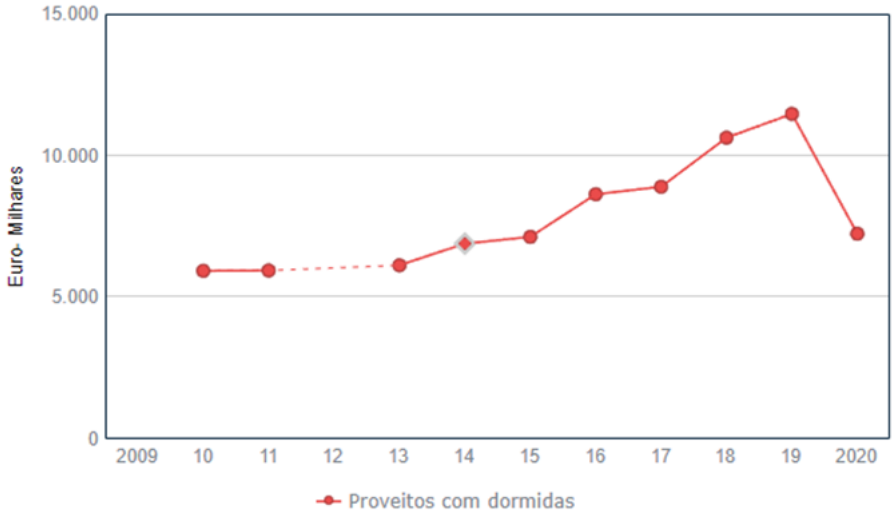
Gráfico 65 - Dormidas por 100 habitantes no Concelho da Covilhã (Fonte: PORDATA 2021)



Relativamente aos rendimentos obtidos com dormidas nos alojamentos turísticos permitiu verificar que ascenderam a 7.246 mil euros, menos 36,8% que em 2019.

Esta diminuição significativa tanto do volume de hospedes como dos rendimentos obtidos com dormidas é justificado, em grande parte, com a situação pandémica que afetou todo o país, não sendo a Covilhã exceção.

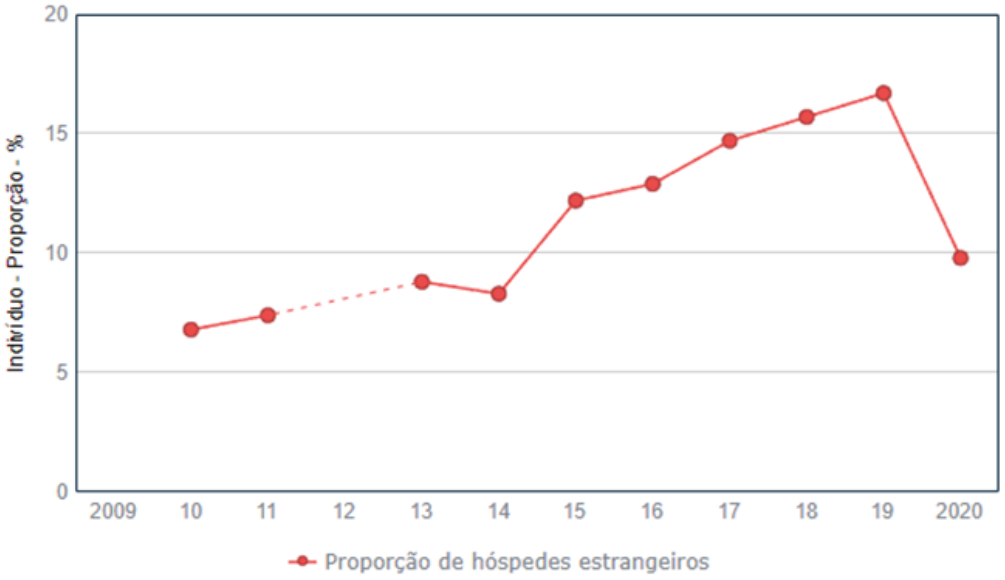
Gráfico 66 - Rendimento obtido com dormidas nos alojamentos turísticos no Concelho da Covilhã (Fonte: PORDATA 2021).



Quanto ao mercado da Covilhã/Serra da Estrela, este é claramente o mercado a investir, sendo que a motivação principal para a sua criação foi, precisamente, a possibilidade de se diferenciar por ser o único destino de neve do país, mas não ambicionando competir com destinos ibéricos ou outros, de dimensões não comparáveis.

Também a proporção de hóspedes estrangeiros nos alojamentos turísticos da Covilhã diminuiu significativamente, uma vez que foi de 9,8% em 2020, quando em 2019 representava 16,7%.

Gráfico 67 - Hóspedes estrangeiros no Concelho da Covilhã (Fonte: PORDATA 2021).

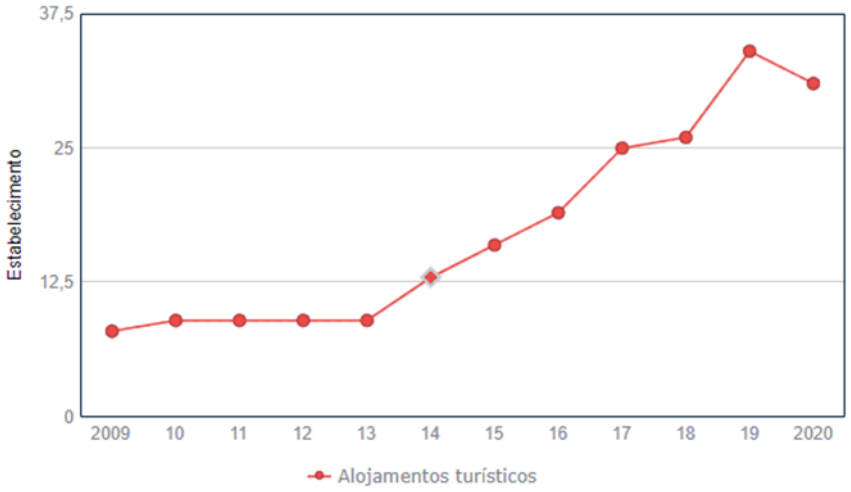


A diminuição do turismo teve impacto no número de empresas não financeiras do sector do alojamento, restauração e similares, tendo entre 2009 e 2019, na Covilhã, o número de empresas diminuiu de 442 para 419 (um decréscimo de 5,2%), bem como o número de alojamentos turísticos: em 2020, havia no município da Covilhã 31 alojamentos turísticos, menos 3 do que em 2019.

Gráfico 68 - Número de empresas não financeiras do sector do alojamento, restauração e similares no Concelho da Covilhã (Fonte: PORDATA 2021).



Gráfico 69 - Número de alojamentos turísticos no Concelho da Covilhã (Fonte: PORDATA 2021).



O novo coronavírus SARS-CoV-2 (COVID-19), que foi declarado como pandemia em março de 2020, tendo provocado um impacto social e económico que afetou diversos setores, principalmente, o turismo e hotelaria, mas também outras áreas relacionadas com o setor, como a animação turística, a atividade de guia turístico, os eventos, os espaços culturais, os transportes e as agências de viagens.

A pandemia arrasou o turismo em 2020, levando a uma perda superior a 17 milhões de turistas. Isso refletiu-se nas dormidas a nível nacional, que não eram tão baixas desde 1993, e nas receitas, que afundaram 67% para 1 457 milhões de euros, segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE).

Note-se que, até ao aparecimento da pandemia Covid-19 e das restrições que lhe estão associadas, o turismo no concelho da Covilhã apresentava um aumento significativo.

O impacto foi realmente muito significativo na forma como o turismo se carateriza atualmente, incluindo mudanças na mobilidade, na socialização, nos padrões de consumo, no lazer, no trabalho e em muitas outras dimensões sociais.

As alterações mais significativas são:

1. Verifica-se o aumento do mercado nacional, a diminuição do mercado externo;

2. Modificação do perfil e do comportamento do turista;

3. Aumento da procura pelo turismo de natureza e em espaço rural, em detrimento, do turismo organizado e do turismo urbano.

4. A introdução do fator segurança como essencial. Sublinha-se o facto do Turismo de Portugal, tendo em atenção esta nova realidade criou um selo “Clean and Safe” para distinguir as atividades turísticas que assegurem o cumprimento de requisitos de higiene e limpeza para prevenção e controlo do vírus COVID-19 e de outras eventuais infeções.

Estas mudanças pode ser uma oportunidade de renovação do setor para fazer face às novas dinâmicas turísticas, tais como:

Aposta na inovação e digitalização;

Aposta no turismo interno, uma vez que as preferências e comportamentos dos consumidores mudam em direção ao familiar, previsível e confiável

Turismo ecológico, sustentável e, principalmente, seguro.

16.1.2. Estrutura dos Recursos Turísticos em Presença

Considera-se como recurso turístico qualquer elemento natural ou produto da intervenção humana, capaz de motivar a deslocação de pessoas a determinado local ou de ocupar os seus tempos livres. Nesta aceção, a Covilhã apresenta uma estrutura de recursos turisticamente muito relevantes, tanto em quantidade, como em diversidade, originalidade e qualidade. Os vetores de diferenciação dos recursos turísticos são definidos com base em aspetos avaliativos que distinguem o território, tais como: raridade e excecionalidade, tipicismo, autenticidade e genuinidade dos recursos territoriais – naturais, histórico-arqueológicos e culturais e outros, entretanto, criados de suporte, apoio e complementarização.

Numa primeira abordagem e numa perspetiva sintetizadora dos recursos turísticos potenciais deste concelho, apresentam-se os recursos turísticos que podem ser considerados os principais atrativos turísticos, considerados como potenciais recursos de excelência para apropriação turística neste território.

16.1.2.1. Recursos Naturais

A Covilhã é singular pela vasta presença de recursos naturais, sendo que o mais emblemático é o Parque Natural a Serra da Estrela com a sua diversidade e riqueza florística e faunística.

Para além destes muitos outros se podem encontrar neste território e sobre os quais também se dispensam, neste capítulo, grandes pormenorizações por terem sido adequadamente detalhados no capítulo 12. São eles, enquanto, recursos apropriáveis pela atividade turística, os seguintes:

- ✓ Áreas com interesse ambiental;
- ✓ Elementos Singulares;
- ✓ Vistas panorâmicas;
- ✓ Percursos com interesse paisagístico;
- ✓ Praias fluviais;
- ✓ Galerias ripícolas;
- ✓ Termas de Unhais da Serra.

16.1.2.2. Recursos Histórico-Culturais

O âmbito dos recursos histórico-culturais promove a articulação entre as componentes arqueológicas, paisagísticas e/ou arquitetónicas do património construído. Estes recursos integram um vasto e valioso leque de edifícios de valor patrimonial, vestígios arqueológicos, bem como alguns conjuntos urbanos, que constituem conjuntos edificados com importância histórica e arquitetónica. Também os fatores de identidade, autenticidade e afirmação na Beira Interior são constituídos, em grande parte, de usos, costumes e tradições culturais que, na ótica dos recursos, contribuem para aumentar os níveis de atratividade do território em referência. Assim, a crescente valorização das manifestações culturais tradicionais é um fator vantajoso para uma região que mantém vivas diversas feiras, festas, romarias, danças e cantares. As manifestações culturais, a gastronomia e os produtos agroalimentares tradicionais, bem como os museus existentes, constituem um património identitário que promove aspetos diferenciadores da cultura regional.

Tal como já foi referido no Capítulo do "Património Cultural", o concelho da Covilhã guarda ainda vestígios da vida dos povos que, ao longo dos séculos, o ocuparam, possuindo um património construído e arqueológico rico e diversificado, que encerra em si um grande potencial, sobretudo se associado aos valores naturais, etnográficos e gastronómicos e podem e devem ter uma apropriação turística ajustada no sentido em que seja promovida a sua defesa, preservação e revitalização.

Ao nível da gastronómico, as potencialidades de Covilhã traduzem parte da cultura tradicional da Serra da Estrela. O segredo desta culinária está na excelência dos produtos serranos, sem os quais as mesmas receitas não ganham o seu sabor único. O famoso Queijo da Serra, em grande destaque, mas também os vinhos, azeites, fruta, enchidos, pães e, especialmente, o pastel de molho enriquecem as mesas desta região. As características únicas da Serra da Estrela, e as ervas aromáticas em particular, originam receitas e produtos que tipificam a sua culinária como o arroz de carqueja, o licor de zimbro ou a aguardente de mel. Destaque-se em particular o cabrito e a truta que, pelas condições únicas do seu habitat, são o expoente máximo da gastronomia serrana. Associado a estes recursos de qualidade, em termos de suporte à atividade turística, assumem elevada importância, os restaurantes com pratos típicos e que constituem

importantes veículos da cultura tradicional e das identidades locais no que respeita à alimentação.

A qualificação de produtos tradicionais, detentores de nome protegido no espaço comunitário, vem contribuir para divulgar as potencialidades da Covilhã e da Beira Interior e as suas tradições alimentares. Assim, as normas europeias vieram regulamentar o processo de produção de sabores regionais, o qual fica completo com o controlo e certificação que garante a genuinidade e qualidade de produtos. A origem, assim como os fatores naturais e físicos que influenciam diretamente a sua produção são aspetos centrais para a proteção de um nome. Assim, o concelho de Covilhã integra zonas de produção (Denominação de Origem Protegida ou Identificação Geográfica Protegida) dos seguintes nomes protegidos: i) enquanto DOP: os Azeites da Beira Interior, o Borrego da Serra da Estrela, Cereja da Cova da Beira, Maçã Bravo de Esmolfe, Queijo Amarelo da Beira Baixa, Queijo de Castelo Branco, Queijo Picante da Beira Baixa, Queijo Serra da estrela, Requeijão da Serra da Estrela, Terras da Beira-Vinhos; ii) Enquanto produtos com classificação de IGP, podem encontrar-se os seguintes: Borrego da Beira Baixa, Cabrito da Beira, Maçã da Cova da Beira, o Pêssego da Cova da Beira e vinhos da Região Vitivinícola Beiras.

No que ao artesanato diz respeito, o concelho de Covilhã e todos os municípios da Serra da Estrela são particularmente conhecidos pelas suas tradições nos Cestos de Verga, Bonecos de pano, Artigos em pele (casacos, sapatos, malas,...), Artigos de lã (casacos, mantas, cobertores,...), Olaria (bilhas, vasos, pratos,...), Pintura, Bordados, Artigos em linho, Rendas, Tapeçaria, Brinquedos, Tamancaria, Serralharia, Latoaria e Queijo.

Por fim, os museus, que reúnem espólios respeitantes a várias temáticas do concelho e da região e são importantes meios de preservação das memórias do passado e recursos culturais de excelência, conforme já descritos no capítulo 10.

16.1.2.3. Outros Recursos de Suporte

Para além destes existem outros serviços e/ou infraestruturas que são essenciais ao desenvolvimento turístico, e que sem eles, o mesmo poderá estar comprometido.

Existem infraestruturas, equipamentos e serviços diversos que, a par dos restantes já identificados, condicionam de igual forma a procura turística e que desempenham (ou deveriam

desempenhar) um papel fomentador da atratividade dos lugares. Muitos deles estão diretamente relacionados com os recursos turísticos ou emergem destes e revestem-se de uma função comum: organizar, orientar e apoiar a visita e a estadia no concelho. Este conjunto de estruturas de apoio à atividade turística engloba, essencialmente: agências de viagens, rent-a-car e empresas de animação, estas últimas responsáveis pela oferta de estruturas e equipamentos de suporte ao desenvolvimento de produtos autonomizados, como o turismo de natureza, as feiras e exposições, as atividades ao ar livre e associadas a desportos radicais (slide, rapel, canoagem, escalada, BTT, passeios pedestres, entre outros).

Tabela 92 - Empresas de Animação Turísticas no Concelho da Covilhã (Fonte: Registo Nacional de Turismo 2021).

Tipo de registo	Nº de registo	Data do registo	Denominação	Localização (Concelho)
Empresa de Animação Turística	602/2021	03/11/2021	Formas Efémeras Unipessoal Lda.	Covilhã
Empresa de Animação Turística	447/2021	23/07/2021	Nuno Miguel Costa Marcelo	Covilhã
Empresa de Animação Turística	308/2021	31/05/2021	Desafios de Inverno Sduq Lda	Covilhã
Empresa de Animação Turística	71/2021	24/02/2021	MOUNTAINVEST - INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS LDA	Covilhã
Empresa de Animação Turística	825/2020	09/12/2020	Argumentimperdivel Unipessoal Lda	Covilhã
Empresa de Animação Turística	506/2020	19/06/2020	New Hand Lab	Covilhã
Empresa de Animação Turística	35/2019	16/01/2019	LEVY FABIO VASCONCELOS	Covilhã
Empresa de Animação Turística	17/2019	09/01/2019	CARVALHO CAETANO UNIPESSOAL LDA	Covilhã
Operador Marítimo Turístico	1295/2018	04/07/2018	TAILA CESAR WONG MARINI	Covilhã

Empresa de Animação Turística	1082/2018	12/06/2018	HUGO RENATO SARAIVA SANTOS, UNIPESSOAL LDA	Covilhã
Empresa de Animação Turística	928/2018	24/05/2018	INCLYNE - PASSEIOS TURISTICOS E AVENTURA, UNIPESSOAL LDA	Covilhã
Empresa de Animação Turística	788/2016	14/07/2016	RVB - Construção Civil e Imobiliária, Lda.	Covilhã
Empresa de Animação Turística	514/2014	13/10/2014	RIO DESPERTO, LDA	Covilhã
Empresa de Animação Turística	81/2014	27/02/2014	IziFun, Lda	Covilhã
Empresa de Animação Turística	47/2011	15/02/2011	ANIMACTIVA - ACTIVIDADES DESPORTIVAS, LDA	Covilhã
Empresa de Animação Turística	9/2003	17/02/2003	Turismo da Serra da Estrela, Turistrela S.A.	Covilhã

Existe também uma diversidade de festas, feiras e romarias, mais propriamente 58, que preenchem o calendário de Covilhã e que são manifestações da cultura, bem como eventos desportivos que mobilizam visitantes ao concelho, sendo de destacar neste âmbito, os arraiais populares de S. Pedro e de S. João, as Comemorações do Dia da cidade, a Corrida dos Púcaros, a Encomendação às Almas, várias feiras e festas espalhadas por todas as freguesias.

Mês	Dia	Festa/Romaria	Local
Maio	Terceiro Domingo	Nossa Senhora de Fátima	União das Freguesias de Barco e Coutada
	Terceiro Domingo	Santíssimo Sacramento	Peraboa
	Terceiro Domingo	Nossa Senhora de Fátima	São Jorge da Beira
	Terceiro Domingo	Nossa Senhora de Fátima	Sobral de São Miguel
	Terceiro Domingo	Nossa Senhora de Fátima	Unhais da Serra
	-	Santo Antão	União de Freguesias de Teixoso e Sarzedo
Junho	-	São João	União das Freguesias de Casegas e Ourondo
	Primeiro domingo	Nossa Senhora do Refúgio	União das Freguesias de Covilhã e Canhoso
	13	Santo António	União das Freguesias de Covilhã e Canhoso
	29	São Pedro	União das Freguesias de Covilhã e Canhoso
	13	Santo António	Sobral de São Miguel
	13	Santo António	União de Freguesias de Teixoso e Sarzedo
	-	Nossa Senhora da Saúde	União de Freguesias de Teixoso e Sarzedo
	13	Santo António	União de Freguesias de Peso e Vales do Rio
	24	São João Batista	União das Freguesias de Vale Formoso e Aldeia do Souto
	30	Aniversário da Freguesia	União das Freguesias de Cantar-Galo e Vila do Carvalho
	-	Anjo da Guarda	União de Freguesias de Casegas e Ourondo
	29	Festa dos Pastores	Cortes do Meio
	29	São Pedro	Erada
Julho	-	São José	Cortes do Meio
	-	São Sebastião	Dominguiso
	Terceiro Domingo	Santo Amaro	União das Freguesias de Casegas e Ourondo
	Primeiro domingo	Santa Barbara	Sobral de São Miguel
	Segundo Domingo	Nossa Senhora da Guia	Sobral de São Miguel
	Terceiro Domingo	Festa dos Mineiros	Sobral de São Miguel

	-	Nossa Senhora do Perpétuo Socorro	Sobral de São Miguel
	11	Dia da Vila	Unhais da Serra
	-	Cristo Operário	Aldeia de São Francisco de Assis
Agosto	Segundo/Terceiro domingo	São João Batista	Aldeia de São Francisco de Assis
	Segundo domingo (3 dias)	Nossa Senhora do Carneiro	União das Freguesias de Vale Formoso e Aldeia do Souto
	-	São Vicente de Paulo	União das Freguesias de Cantar-Galo e Vila do Carvalho
	Quarto domingo	São Sebastião	União das Freguesias de Barco e Coutada
	Primeiro domingo	São Pedro	União das Freguesias de Casegas e Ourondo
	11, 12 e 13	Nossa Senhora do Carmo	Cortes do Meio
	Segundo domingo	São Sebastião	União das Freguesias de Barco e Coutada
	Segundo domingo	Nossa senhora da Saúde	União das Freguesias de Barco e Coutada
	Terceiro domingo	Divino Espírito Santi	Dominguiso
	Segundo domingo	Santa Barbara	Erada
	-	Coração de Maria	Ferro
	Segundo domingo (3 dias)	Nossa Senhora do Carmo	União das Freguesias de Casegas e Ourondo
	15	Nossa Senhora da Assunção	União das Freguesias de Casegas e Ourondo
	-	Divino Espírito Santo	Peraboa
	Primeiro domingo	Santa Teresinha	São Jorge da Beira
	Segundo domingo	Santa Barbara	Sobral de São Miguel
	15	Nossa Senhora do Carmo	União das Freguesias de Teixoso e Sarzedo
	Segundo domingo	Nossa Senhora da Saúde	Unhais da Serra
	Segundo domingo	Nossa Senhora da Saúde	União das Freguesias de Vale Formoso e Aldeia do Souto
	15	Santa Margarida	União das Freguesias de Peso e Vales do Rio
	Primeiro domingo	Desta dos Púcaros	União das Freguesias de Cantar-Galo e Vila do Carvalho
	Terceiro domingo	Nossa Senhora de Fátima	União das Freguesias de Barco e Coutada

	Primeiro domingo	São Romão	Verdelhos
	Primeiro domingo	São Domingos	União das Freguesias de Cantar-Galo e Vila do Carvalho
	Terceiro domingo	Santo Aleixo	Unhais da Serra
Setembro	Segundo domingo (3 dias)	Nossa Senhora das preces	União das Freguesias de Teixoso e Sarzedo
	Segundo domingo (3 dias)	Nossa Senhora de La Salette	União das Freguesias de Peso e Vales do Rio
	Terceiro domingo	Nossa Senhora de Luzes	Orjais
	Segundo domingo	Senhora da Estrela	Boidobra
	-	São Miguel	Tortosendo

Para além dos equipamentos e serviços orientados para o turismo, existe um conjunto diverso de outros fatores de suporte a esta atividade, igualmente importantes para o seu desenvolvimento. Um dos principais aspetos relaciona-se com as acessibilidades que, sobretudo a nível externo, são plenamente favoráveis ao desenvolvimento da atividade turística e à mobilidade geográfica no seu todo. Ao nível da rede rodoviária, a Covilhã usufrui de um eixo estruturante de carater nacional, o IP2/A23, que assegura ligações aos centros urbanos portugueses de influência distrital e nacional, sendo que o concelho beneficia de dois nós acesso a este eixo. Quanto à ligação rodoviária com Espanha, a Covilhã encontra-se a 90 km da fronteira Vilar Formoso/Fuentes de Oñoro recorrendo ao IP2/A23 e ao IP5/A25 funcionando como a "porta para a Europa". Esta ligação permite que a Covilhã esteja apenas a 420 km de Madrid.

O transporte ferroviário assume uma expressão significativa no contexto sub-regional, e Covilhã é servido pela Linha da Beira Baixa (comboios inter-regionais), que liga Lisboa à Covilhã e se articula com a linha do Norte a partir do Entroncamento, estabelecendo assim de ponde de ligação com o Porto, Coimbra, Espanha e restantes países europeus.

O transporte público rodoviário possui uma cobertura bastante satisfatória, garantindo ligações entre os vários aglomerados do município e os concelhos vizinhos, bem como alguns polos regionais e nacionais com recurso a serviços de longo curso.

Os equipamentos de saúde e de segurança pública são aspetos importantes e que suportam a atividade turística, sobretudo para alguns segmentos da procura, como a 3ª idade, a quem importa a qualidade do serviço e a garantia de funcionamento deste tipo de infraestruturas de

apoio. Neste domínio, o concelho da Covilhã está dotado de um hospital regional e de agentes de segurança e proteção civil dimensionados para a procura gerada pela população residente, mas também bastante experientes em situações decorrentes da existência de neve, tanto ao nível do atendimento hospitalar como das ações de proteção civil nos principais picos de neve e em situações de emergência, nomeadamente agentes de proteção civil especificamente para esta área de atuação, como é o caso da GNR Subagrupamento de Montanha.

16.1.3. Empreendimentos Turísticos

O turismo é um dos emblemas da Covilhã, estando o seu desenvolvimento/sucesso diretamente dependente da existência e criação de alojamento, restauração e animação turística. Estes, são o lado mais visível do conjunto de recursos de suporte à atividade turística. Sem alojamento e, cada vez mais, alojamento de qualidade, não é possível desenvolver o setor turístico.

A dotação de alojamento, restauração e animação turística são o lado mais visível do conjunto de recursos de suporte à atividade turística, sendo por isso abordados de forma mais exaustiva. Pode, contudo, afirmar-se, desde já, que na Covilhã o alojamento e a restauração são domínios com elevados índices de dotação e qualidade, e a animação turística é extraordinariamente relevante e tem vindo a ampliar o âmbito das atividades.

Os empreendimentos turísticos que são os estabelecimentos que se destinam a prestar serviços de alojamento, mediante remuneração, dispondo, para o seu funcionamento, de um adequado conjunto de estruturas, equipamentos e serviços complementares, ao abrigo do Regime Jurídico dos Empreendimentos Turísticos (RJET) que na sua versão atual (5.ª alteração), está republicado no Decreto-Lei n.º 80/2017, de 30 de Junho.

Tabela 93 - Identificação dos Empreendimentos Turísticos no Concelho da Covilhã (Fonte: Registo Nacional de Turismo 2021).

Tipologia	Nome	Capacidade	N.º de UA	N.º com Mobilidade Reduzida	Localização (Localidade)	Localização (Concelho)
Empreendimento de Turismo	**Villa Regadio**	12	6	0	Ferro	Covilhã

no Espaço Rural - Agro-turismo Empreendimento de Turismo no Espaço Rural - Casa de campo	**Unhais Valley**	8	4	1	Unhais da Serra	Covilhã
Estabelecimento Hoteleiro - Hotel	**Pena D'Água Boutique Hotel & Villas**	52	27	1	Covilhã	Covilhã
Parque de Campismo e/ou Caravanismo	**Parque de Campismo do Pião**	2166	0	0	Covilhã	Covilhã
Estabelecimento Hoteleiro - Hotel	**Terrace Serra Hotel**	32	18	2	Tortosendo	Covilhã
Empreendimento de Turismo no Espaço Rural - Casa de campo	**Quinta das Tramazeiras**	16	8	0	Cortes do Meio	Covilhã
Empreendimento de Turismo de Habitação	**Casa das Muralhas**	18	9	1	Covilhã	Covilhã
Parque de Campismo e/ou Caravanismo	**Parque de Campismo Tortosendo**	291	0	0	Tortosendo	Covilhã
Empreendimento de Turismo no Espaço Rural - Casa de campo	**QUINTA DO PÉ LONGO**	2	1	0	Cortes do Meio	Covilhã
Empreendimento de Turismo no Espaço Rural - Casa de campo	**Casa de Campo M Serra da Estrela**	12	6	0	Covilhã	Covilhã
Empreendimento de Turismo no Espaço Rural - Casa de campo	**Quinta do Prazo Turismo Rural**	18	9	0	Tortosendo	Covilhã

Empreendimento de Turismo no Espaço Rural - Casa de campo	**Casa Campo Cortes de Baixo**	2	1	0	Cortes do Meio	Covilhã
Empreendimento de Turismo de Habitação	**Casa com História**	14	5	0	Covilhã	Covilhã
Empreendimento de Turismo no Espaço Rural - Agro-turismo	**Quinta do Favacal - Agro-turismo**	14	7	0	Paul	Covilhã
Empreendimento de Turismo no Espaço Rural - Casa de campo	**Quinta de Seves**	14	7	1	Ferro	Covilhã
Empreendimento de Turismo no Espaço Rural - Agro-turismo	**Quinta da Vargem Turismo Rural**	16	8	1	Unhais da Serra	Covilhã
Estabelecimento Hoteleiro - Pousada	**Pousada da Serra da Estrela**	184	92	2	Covilhã	Covilhã
Empreendimento de Turismo no Espaço Rural - Casa de campo	**Casa de Campo de Torneiros**	12	6	0	Unhais da Serra	Covilhã
Empreendimento de Turismo no Espaço Rural - Casa de campo	**Casa de Campo Casal Ribeira do Caia**	10	5	0	Paul	Covilhã
Empreendimento de Turismo no Espaço Rural - Agro-turismo	**Quinta do Circo - Serra da Estrela**	10	5	1	Cortes do Meio	Covilhã
Estabelecimento Hoteleiro - Hotel	**Hotel Covilhã Jardim**	30	15	1	Covilhã	Covilhã
Estabelecimento Hoteleiro - Hotel	**Residencial Panorama**	48	24	0	Covilhã	Covilhã

Estabelecimento Hoteleiro - Hotel	**Sport Hotel Gym + Spa**	190	103	1	Covilhã	Covilhã
Estabelecimento Hoteleiro - Hotel	**PURALÃ - WOOL VALLEY HOTEL & SPA**	200	100	1	Covilhã	Covilhã
Estabelecimento Hoteleiro - Hotel	**H2otel - Congress & Medical SPA**	188	90	2	Unhais da Serra	Covilhã
Estabelecimento Hoteleiro - Hotel	**Lam Hotel dos Carqueijais**	100	50	1	Covilhã	Covilhã
Estabelecimento Hoteleiro - Hotel	**Luna Hotel Serra da Estrela**	144	80	1	Covilhã	Covilhã
Empreendimento de Turismo no Espaço Rural - Casa de campo	**Quinta Formosa**	10	5	0	Vale Formoso	Covilhã
Estabelecimento Hoteleiro - Hotel	**Hotel Tryp Dona Maria**	174	87	1	Covilhã	Covilhã
Estabelecimento Hoteleiro - Hotel	**Hotel Santa Eufémia**	133	81	1	Covilhã	Covilhã
Estabelecimento Hoteleiro - Hotel	**Hotel Solneve**	89	44	1	Covilhã	Covilhã

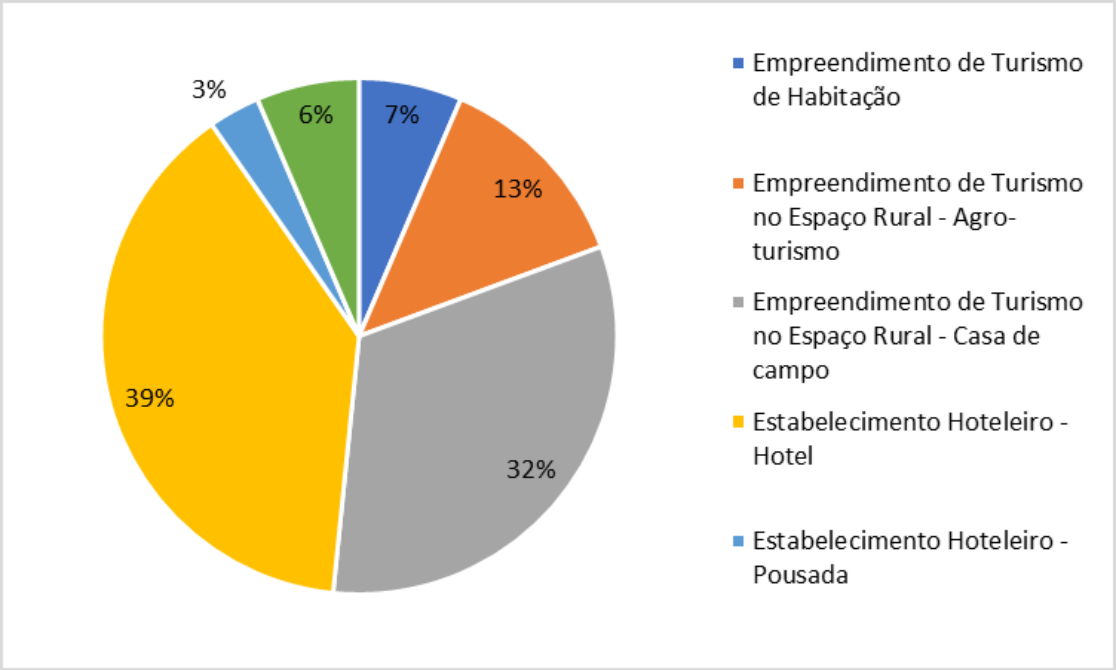
Tabela 94 - Tipologia dos Empreendimentos Turísticos por Freguesia no Concelho da Covilhã (Fonte: Registo Nacional de Turismo 2021).

Tipologia dos Empreendimentos Turísticos por Freguesia	Contagem
Cortes do Meio	**4**
Empreendimento de Turismo no Espaço Rural - Agro-turismo	1
Empreendimento de Turismo no Espaço Rural - Casa de campo	3
Covilhã	**15**
Empreendimento de Turismo de Habitação	2
Empreendimento de Turismo no Espaço Rural - Casa de campo	1

Estabelecimento Hoteleiro - Hotel	10
Estabelecimento Hoteleiro - Pousada	1
Parque de Campismo e/ou Caravanismo	1
Ferro	**2**
Empreendimento de Turismo no Espaço Rural - Agro-turismo	1
Empreendimento de Turismo no Espaço Rural - Casa de campo	1
Paul	**2**
Empreendimento de Turismo no Espaço Rural - Agro-turismo	1
Empreendimento de Turismo no Espaço Rural - Casa de campo	1
Tortosendo	**3**
Empreendimento de Turismo no Espaço Rural - Casa de campo	1
Estabelecimento Hoteleiro - Hotel	1
Parque de Campismo e/ou Caravanismo	1
Unhais da Serra	**4**
Empreendimento de Turismo no Espaço Rural - Agro-turismo	1
Empreendimento de Turismo no Espaço Rural - Casa de campo	2
Estabelecimento Hoteleiro - Hotel	1
Vale Formoso	**1**
Empreendimento de Turismo no Espaço Rural - Casa de campo	1
Total Geral	**31**

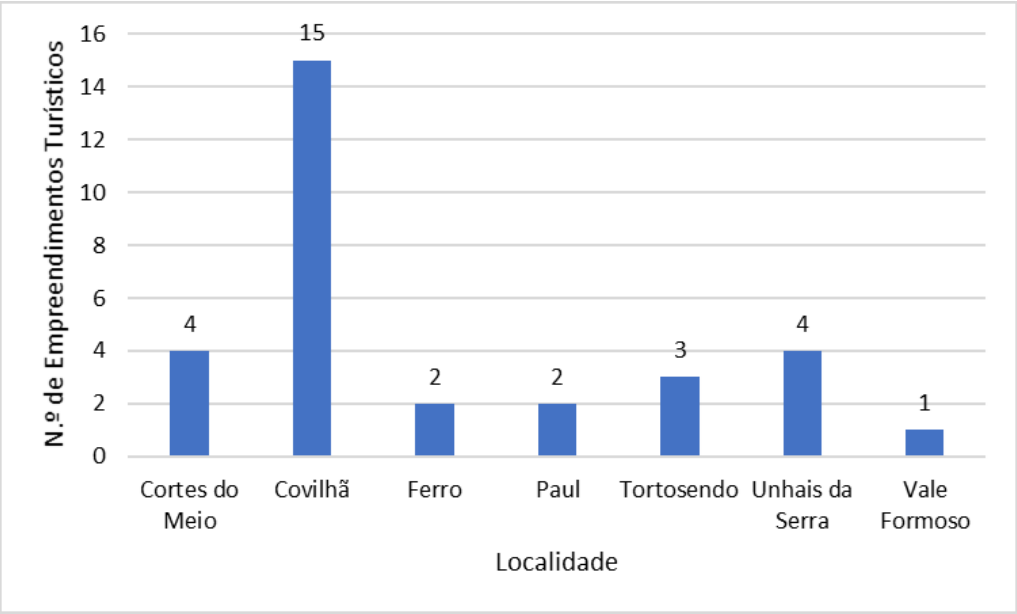
Dados do Turismo de Portugal, I.P., dão indicação de que existem, no concelho da Covilhã, 31 empreendimentos turísticos, sendo que a tipologia mais comum são Hotéis (39%), logo seguido dos Empreendimentos de Turismo no Espaço Rural – Casa de Campo (32%). Destaca-se ainda que, no Concelho da Covilhã, dos empreendimentos turísticos existentes cerca de 3% são pousadas.

Gráfico 70 - Tipologia de Empreendimentos Turísticos no Concelho da Covilhã (Fonte: Registo Nacional de Turismo 2021).



A localidade que regista um maior número de empreendimentos turísticos é a Covilhã.

Gráfico 71 - Número de Empreendimentos Turísticos por Freguesia no Concelho da Covilhã (Fonte: Registo Nacional de Turismo 2021).



No seu conjunto, os empreendimentos turísticos possuem uma capacidade de alojamento superior a 900 unidades de alojamento e uma capacidade para 4209 utentes.

Tabela 95 - Capacidade dos Empreendimentos Turísticos Alojamentos turísticos no Concelho da Covilhã (Fonte: Registo Nacional de Turismo 2021).

Tipologia	Soma de Capacidade	Soma de Número de Unidades de Alojamento	Soma de Número de Unidades de Alojamento com Mobilidade Reduzida
Empreendimento de Turismo de Habitação	32	14	1
Empreendimento de Turismo no Espaço Rural - Agro-turismo	52	26	2
Empreendimento de Turismo no Espaço Rural - Casa de campo	104	52	2
Estabelecimento Hoteleiro - Hotel	1380	719	13

Estabelecimento Hoteleiro - Pousada	184	92	2
Parque de Campismo e/ou Caravanismo	2457	0	0
Total Geral	**4209**	**903**	**20**

Os empreendimentos indicados são compostos ainda por Restaurantes, Salas de reunião, SPA, Piscinas Exteriores e Piscinas Interiores, Ténis, Ginásios e Campos de Golfe.

Por sua vez, os alojamentos locais são aqueles que prestam serviços de alojamento temporário, nomeadamente a turistas, mediante remuneração desde que não reúnam os requisitos para serem considerados empreendimentos turísticos. O Concelho da Covilhã contabiliza 197, destacando-se os apartamentos e as moradias como as tipologias predominantes.

As localidades com maior número de alojamentos locais são a Covilhã e as Penhas da Saúde, respetivamente.

Tabela 96 - Identificação Alojamentos turísticos no Concelho da Covilhã (Fonte: Registo Nacional de Turismo 2021).

Nome do Alojamento	Modalidade	Nº Camas	Nº Utentes	Nº Quartos	Localização (Localidade)	Localização (Concelho)
Casinha do Relógio	Apartamento	1	2	1	Penhas da Saúde	Covilhã
Bela Vista	Moradia	8	8	4	Penhas da Saúde	Covilhã
ESTRELA DA SERRA - ALOJAMENTO LOCAL	Apartamento	1	2	1	Penhas da Saúde	Covilhã
Casa das Lezirias - Alojamento Local	Apartamento	2	4	2	Unhais da Serra	Covilhã
Chalé Casa da Serra	Moradia	3	3	3	Penhas da Saúde	Covilhã
Casa da Figueira Grande	Moradia	9	9	6	Teixoso	Covilhã
CASA SERRA DA ESTRELA	Moradia	12	12	6	COVILHÃ	Covilhã
Casa da Serra	Moradia	10	12	5	Penhas da Saúde	Covilhã
altavista	Apartamento	3	5	2	Covilhã	Covilhã
Chalé 6	Moradia	3	4	0	Penhas da Saúde	Covilhã

Pure Mountain - Serra da Estrela	Moradia	3	6	2	Erada	Covilhã
Lito - Covilhã L3	Apartamento	3	6	3	Boidobra	Covilhã
Lito - Covilhã L2	Apartamento	3	6	3	Boidobra	Covilhã
Varandas da Estrela	Apartamento	1	2	1	Covilhã	Covilhã
Memorias - Antiga Judiaria Apart9	Apartamento	2	4	1	covilhã	Covilhã
Memorias - Antiga Judiaria Apart8	Apartamento	2	4	1	covilhã	Covilhã
Memorias - Antiga Judiaria Apart7	Apartamento	2	4	1	covilhã	Covilhã
Memorias - Antiga Judiaria Apart6	Apartamento	2	3	1	covilhã	Covilhã
Memorias - Antiga Judiaria Apart5	Apartamento	3	4	1	covilhã	Covilhã
Memorias - Antiga Judiaria Apart4	Apartamento	2	4	1	covilhã	Covilhã
Memorias - Antiga Judiaria Apart3	Apartamento	2	4	1	covilhã	Covilhã
Memorias - Antiga Judiaria Apart2	Apartamento	2	4	1	covilhã	Covilhã
Memorias - Antiga Judiaria	Apartamento	3	4	2	covilhã	Covilhã
Casa Portas do Sol - Apartamento 3	Apartamento	2	2	1	Covilhã	Covilhã
Casa Portas do Sol - Apartamento 3	Apartamento	1	2	1	Covilhã	Covilhã
Casa Portas do Sol - Apartamento 2	Apartamento	1	2	1	Covilhã	Covilhã
Château Refúgio de Calheiros, Lda	Estabelecimento de hospedagem	2	4	2	Covilhã	Covilhã
Casa Portas do Sol - Apartamento 1	Apartamento	2	2	1	Covilhã	Covilhã
Casa do Chico Sardinheiro	Moradia	4	6	3	Ferro	Covilhã
Vale da Ginjeira	Moradia	3	6	3	Peraboa	Covilhã

Alojamento Estrela	Moradia	8	14	4	Unhais da Serra	Covilhã
ART'ESTRELA APARTAMENTOS - Alojamento Local da Serra da Estrela	Apartamento	2	4	1	Covilhã	Covilhã
ART'ESTRELA APARTAMENTOS - Alojamento local da serra da Estrela	Apartamento	2	4	1	Covilhã	Covilhã
Casa do meio da Vila	Apartamento	3	6	3	Unhais da Serra	Covilhã
Casa da Sobreira	Moradia	4	6	2	Sobral de São Miguel	Covilhã
MY MOUNTAIN CHALÉ	Moradia	1	2	1	Penhas da Saúde	Covilhã
Casa da Mariana	Apartamento	5	10	3	Penhas da Saúde	Covilhã
Refúgio Trilhos e Cumes	Apartamento	3	4	0	Penhas da Saúde	Covilhã
Casa Portas do Sol	Apartamento	6	8	4	Covilhã	Covilhã
Casa do Fundo do Povo	Moradia	2	3	1	Cortes do Meio	Covilhã
Chalé Serra da Estrela	Moradia	2	4	0	Penhas da Saude	Covilhã
Novo Estúdio	Apartamento	2	4	1	Covilhã	Covilhã
Château Refúgio Calheiros	Moradia	3	4	1	Covilhã	Covilhã
Casa da Eira	Moradia	4	6	3	Casegas	Covilhã
Cazita	Moradia	4	6	3	Paul	Covilhã
Alta Montanha, Lda	Moradia	2	2	0	Penhas da Saúde, Cortes do Meio, Covilhã	Covilhã
CASA JARDIM DO BAIRRO	Estabelecimento de hospedagem	6	10	4	Covilhã	Covilhã
Casas de Montanha | Serra da Estrela	Moradia	4	7	4	Penhas da Saúde	Covilhã
Paço 100 Pressa	Estabelecimento de hospedagem	12	20	8	Covilhã	Covilhã
Casa Teixoso	Moradia	3	5	3	Teixoso	Covilhã
3bd fch	Estabelecimento de hospedagem	3	3	3	Covilha	Covilhã
Casa da Risca	Apartamento	4	6	2	Unhais da Serra	Covilhã

Casa da Risca	Apartamento	3	4	2	Unhais da Serra	Covilhã
Chalét da Ovelhita	Moradia	3	4	0	Penhas da Saúde	Covilhã
Chalé Moura	Moradia	3	4	0	Cortes do Meio	Covilhã
Abrigo - Casa Rústica	Estabelecimento de hospedagem	14	19	9	Covilhã	Covilhã
Cafetaria Tómas Guesthause	Estabelecimento de hospedagem	31	41	14	Canhoso	Covilhã
Casa da Castanheira	Moradia	4	6	1	Peraboa	Covilhã
Casa do Refúgio - Pátio	Apartamento	5	6	2	Covilhã	Covilhã
Casa Alice - Casegas	Moradia	5	9	5	Casegas	Covilhã
Casa do Refúgio - Duplex	Apartamento	2	4	2	Covilhã	Covilhã
Casa do Refúgio - Estúdio	Apartamento	2	4	1	Covilhã	Covilhã
Residencial Mikotânia	Estabelecimento de hospedagem	24	41	12	Covilhã	Covilhã
Casa da Risca	Apartamento	4	5	2	Unhais da Serra	Covilhã
Casa da Bela Vista	Apartamento	3	6	1	Cortes do Meio	Covilhã
CHALÉ 52	Moradia	3	6	0	PENHAS DA SAÚDE	Covilhã
Pensão Francês	Estabelecimento de hospedagem	15	20	5	Covilhã	Covilhã
Casa de Montanha - Família Sucena Barata	Moradia	6	10	5	Penhas da Saúde	Covilhã
Quinta da Amoreira	Estabelecimento de hospedagem	2	4	2	Covilhã	Covilhã
Casa Abrigo do Pastor	Moradia	3	6	3	Covilhã	Covilhã
Cota 1500 - Penhas da Saúde/Serra da Estrela	Moradia	4	8	3	Penhas da Saúde	Covilhã
Chalé 29	Moradia	4	8	3	Cortes do Meio	Covilhã
Chalés de Montanha	Moradia	3	4	0	Penhas da Saúde	Covilhã
Chalés de Montanha	Moradia	3	4	0	Penhas da Saúde	Covilhã
Chalés de Montanha	Moradia	3	4	0	Penhas da Saúde	Covilhã

Chalés de Montanha	Moradia	3	4	0	Penhas da Saúde	Covilhã
Chalés de Montanha	Moradia	3	4	0	Penhas da Saúde	Covilhã
Chalés de Montanha	Moradia	3	4	0	Penhas da Saúde	Covilhã
Chalés de Montanha	Moradia	3	4	0	Penhas da Saúde	Covilhã
Chalés de Montanha	Moradia	3	4	0	Penhas da Saúde	Covilhã
Chalés de Montanha	Moradia	3	4	0	Penhas da Saúde	Covilhã
Chalés de Montanha	Moradia	3	4	0	Penhas da Saúde	Covilhã
Chalés da Montanha	Moradia	3	4	0	Penhas da Saúde	Covilhã
Chalés de Montanha	Moradia	3	4	0	Penhas da Saúde	Covilhã
Chalés de Montanha	Moradia	3	4	0	Penhas da Saúde	Covilhã
Chalés de Montanha	Moradia	3	4	0	Penhas da Saúde	Covilhã
Chalés de Montanha	Moradia	3	4	0	Penhas da Saúde	Covilhã
Chalés de Montanha	Moradia	3	4	0	Penhas da Saúde	Covilhã
Chalés de Montanha	Moradia	3	4	0	Penhas da Saúde	Covilhã
Chalés da Montanha	Moradia	3	4	0	Penhas da Saúde	Covilhã
Chalés de Montanha	Moradia	3	4	0	Penhas da Saúde	Covilhã
Chalés de Montanha	Moradia	3	4	0	Penhas da Saúde	Covilhã
Chalés de Montanha	Moradia	3	4	0	Penhas da Saúde	Covilhã
Chalés de Montanha	Moradia	3	4	0	Penhas da Saúde	Covilhã
Chalés de Montanha	Moradia	3	4	0	Penhas da Saúde	Covilhã
Chalés de Montanha	Moradia	3	4	0	Penhas da Saúde	Covilhã
Chalés de Montanha	Moradia	3	4	0	Penhas da Saúde	Covilhã
Chalés de Montanha	Moradia	3	4	0	Penhas da Saúde	Covilhã
Chalés de Montanha	Moradia	3	4	0	Penhas da Saúde	Covilhã
Chalés de Montanha	Moradia	3	4	0	Penhas da Saúde	Covilhã
Chalés de Montanha	Moradia	3	4	0	Penhas da Saúde	Covilhã
Salto do Lobo	Estabelecimento de hospedagem	5	6	3	Cortes do Meio	Covilhã

CASA LIBÉLULA - CASA SERRA ESTRELA	Moradia	6	10	5	Covilhã	Covilhã
Casa Grande	Estabelecimento de hospedagem	12	15	5	Cortes do Meio	Covilhã
Alojamento Montanha	Moradia	6	10	5	Cortes do Meio	Covilhã
Casa das Penhas	Moradia	10	10	6	Penhas da Saúde	Covilhã
Casa da Serra	Moradia	5	7	3	Cortes de Baixo	Covilhã
Chalé 46	Moradia	1	2	0	Cortes do Meio	Covilhã
Chalé 45	Moradia	1	2	0	Cortes do Meio	Covilhã
Chalé 44	Moradia	1	2	0	Cortes do Meio	Covilhã
Chalé 43	Moradia	1	2	0	Cortes do Meio	Covilhã
Chalé 40	Moradia	1	2	0	Cortes do Meio	Covilhã
Chalé 39	Moradia	1	2	0	Cortes do Meio	Covilhã
Chalé 38	Moradia	1	2	0	Cortes do Meio	Covilhã
Chalé 37	Moradia	1	2	0	Cortes do Meio	Covilhã
Chalé 30	Moradia	1	2	0	Cortes do Meio	Covilhã
Chalé 28	Moradia	1	2	0	Cortes do Meio	Covilhã
Chalé 26	Moradia	1	2	0	Cortes do Meio	Covilhã
Chalé 27	Moradia	1	2	0	Cortes do Meio	Covilhã
Chalé 25	Moradia	1	2	0	Cortes do Meio	Covilhã
Chalé 24	Moradia	1	2	0	Cortes do Meio	Covilhã
Chalé 21	Moradia	1	2	0	Cortes do Meio	Covilhã
Chalé 19	Moradia	1	2	0	Cortes do Meio	Covilhã
Chalé 13	Moradia	1	2	0	Cortes do Meio	Covilhã
Chalé 12	Moradia	1	2	0	Cortes do Meio	Covilhã
Chalé 11	Moradia	1	2	0	Cortes do Meio	Covilhã
Chalé 10	Moradia	1	2	0	Cortes do Meio	Covilhã

Chalé 9	Moradia	1	2	0	Cortes do Meio	Covilhã
Chalé 8	Moradia	1	2	0	Cortes do Meio	Covilhã
Chalé 7	Moradia	1	2	0	Cortes do Meio	Covilhã
Chalé 1	Moradia	1	2	0	Cortes do Meio	Covilhã
Chalé 22	Moradia	1	2	0	Cortes do Meio	Covilhã
Chalé 3	Moradia	1	2	0	Cortes do Meio	Covilhã
Chalé 2	Moradia	1	2	0	Cortes do Meio	Covilhã
Chalé 31	Moradia	3	6	0	Covilhã	Covilhã
Bungalow Serra da Estrela	Moradia	5	6	3	Penhas da Saúde	Covilhã
Juniper Star House	Moradia	4	8	3	Penhas da Saúde	Covilhã
Chalé 21	Moradia	1	3	0	Penhas da Saúde	Covilhã
Refúgio Serrano	Apartamento	2	4	2	Tortosendo	Covilhã
Pátio da Estrela	Apartamento	5	7	2	Penhas da Saúde	Covilhã
Abrigo do Lobo	Apartamento	1	4	1	Penhas da Saúde	Covilhã
The Vintage House	Apartamento	1	2	1	Covilhã	Covilhã
The Vintage House	Apartamento	4	8	4	Covilhã	Covilhã
The Vintage House	Apartamento	1	2	1	Covilhã	Covilhã
The Vintage House	Apartamento	4	8	4	Covilhã	Covilhã
The Vintage House	Apartamento	1	2	1	Covilhã	Covilhã
The Vintage House	Apartamento	1	2	0	Covilhã	Covilhã
The Vintage House	Apartamento	1	2	0	Covilhã	Covilhã
The Vintage House	Apartamento	1	2	1	Covilhã	Covilhã
The Vintage House	Apartamento	1	2	0	Covilhã	Covilhã
Terraço da Estrela	Apartamento	2	4	2	Penhas da Saúde	Covilhã
CASA DO ADRO	Apartamento	4	6	2	Cortes do Meio	Covilhã
Quinta da Alagoa	Quartos	4	8	2	Coutada	Covilhã

Refúgio dos Mauzinhos	Moradia	3	6	3	Ourondo	Covilhã
Chalé à beirinha da Estrela	Moradia	2	4	0	Penhas da Saúde	Covilhã
Casa da Penhas da Saúde	Moradia	3	6	3	Cortes do Meio	Covilhã
Casas do Prado - Casa dos Buxos B	Apartamento	2	3	2	Covilhã	Covilhã
Casas do Prado - Casa dos Buxos A	Apartamento	3	4	3	Covilhã	Covilhã
REFÚGIO DA TORRE	Apartamento	1	2	1	Covilhã	Covilhã
A Casa na Serra	Moradia	4	6	3	Teixoso	Covilhã
Refúgio da Estrela	Moradia	3	5	2	Penhas da Saúde	Covilhã
RESIDENCIAL PANORAMA	Estabelecimento de hospedagem	29	52	23	Covilhã	Covilhã
Casas do Prado - Casa das Camélias E	Apartamento	8	8	4	Covilhã	Covilhã
Casas do Prado - Casa das Camélias C	Apartamento	6	6	3	Covilhã	Covilhã
Casas do Prado	Apartamento	6	6	3	Covilhã	Covilhã
A Pequena Estrela	Moradia	2	4	0	Penhas da Saúde	Covilhã
Refúgio de Calheiros	Moradia	3	4	2	Covilhã	Covilhã
Country House Village	Moradia	1	2	1	Teixoso	Covilhã
Royal Boutique Apartments - 202	Apartamento	2	4	2	Covilhã	Covilhã
Royal Boutique Apartments - 201	Apartamento	1	2	1	Covilhã	Covilhã
Royal Boutique Apartments - 103	Apartamento	2	4	2	Covilhã	Covilhã
Royal Boutique Apartments - 102	Apartamento	2	4	2	Covilhã	Covilhã
Royal Boutique Apartments - 101	Apartamento	1	2	1	Covilhã	Covilhã
Royal Boutique Apartments - 003	Apartamento	3	6	3	Covilhã	Covilhã

Royal Boutique Apartments - 002	Apartamento	1	2	1	Covilhã	Covilhã
Royal Boutique Apartments - 001	Apartamento	3	6	3	Covilhã	Covilhã
Quinta do Torgal	Moradia	3	6	3	Unhais da Serra	Covilhã
CASA DA FLORESTA	Quartos	4	6	3	Covilhã	Covilhã
Casa da Serra	Apartamento	2	3	1	Cortes de Baixo	Covilhã
Casas da Quinta do Prado	Apartamento	6	6	3	Covilhã	Covilhã
Casas da Quinta do Prado	Apartamento	6	6	3	Covilhã	Covilhã
Perfect Vacation Moutain and City	Moradia	3	4	2	Penhas da Saúde	Covilhã
Serra da Estrela Guest House	Apartamento	5	6	1	Penhas da Saúde	Covilhã
Covilhã Hostel	Estabelecimento de hospedagem-Hostel	10	10	2	Covilhã	Covilhã
Chalé N.º 5	Moradia	2	4	0	Penhas da Saúde	Covilhã
Casa do Dominguiso	Moradia	2	4	2	Dominguizo	Covilhã
Chalet 41	Moradia	1	3	0	Bouça	Covilhã
Altavista Penthouse T2	Apartamento	4	6	2	Covilhã	Covilhã
Quinta de Nossa Sra do Carmo	Moradia	2	4	0	Penhas da Saúde	Covilhã
Janela da Serra	Apartamento	5	6	2	Unhais da Serra	Covilhã
Bungalow QJ	Moradia	4	6	3	Penhas da Saúde	Covilhã
Chalet de Montanha - Penhas da Saúde	Moradia	5	8	3	Penhas da Saúde	Covilhã
Quinta da Reboleira	Moradia	5	8	2	Covilhã	Covilhã
Casa da Embaixada do Conhecimento da Serra da Estrela	Apartamento	4	8	4	Penhas da Saúde	Covilhã
Cota 1500 - Chalé 51	Moradia	5	6	0	Penhas da Saúde	Covilhã

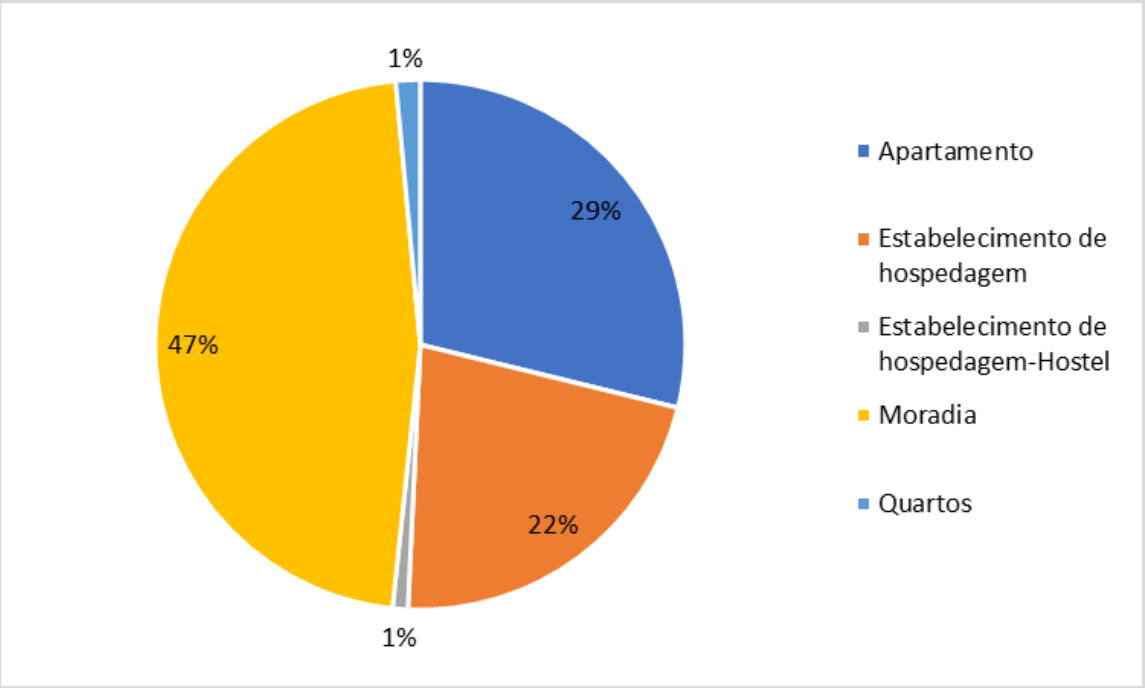
Casa Nuvola	Quartos	1	2	1	Covilhã	Covilhã
Sossego e Bem-Estar na Montanha	Apartamento	2	6	2	Penhas da Saúde	Covilhã
Casa do Sapateiro	Apartamento	2	3	1	Sobral São Miguel	Covilhã
A Casa da Serra	Moradia	3	4	2	Unhais da Serra	Covilhã

Tabela 97 - Tipologia dos Alojamentos Turísticos por Freguesia no Concelho da Covilhã (Fonte: Registo Nacional de Turismo 2021).

Localidade por Tipologia	Contagem de Nome do Alojamento
Boidobra	**2**
Apartamento	2
Bouça	**1**
Moradia	1
Canhoso	**1**
Estabelecimento de hospedagem	1
Casegas	**2**
Moradia	2
Cortes de Baixo	**2**
Apartamento	1
Moradia	1
Cortes do Meio	**36**
Apartamento	2
Estabelecimento de hospedagem	2
Moradia	32
Coutada	**1**
Quartos	1
COVILHÃ	**67**
Apartamento	48
Estabelecimento de hospedagem	9
Estabelecimento de hospedagem-Hostel	1
Moradia	7
Quartos	2
Dominguizo	**1**
Moradia	1

Erada	**1**
Moradia	1
Ferro	**1**
Moradia	1
Ourondo	**1**
Moradia	1
Paul	**1**
Moradia	1
Penhas da Saúde	**62**
Apartamento	12
Moradia	50
Peraboa	**2**
Moradia	2
Sobral de São Miguel	**1**
Moradia	1
Sobral São Miguel	**1**
Apartamento	1
Teixoso	**4**
Moradia	4
Tortosendo	**1**
Apartamento	1
Unhais da Serra	**9**
Apartamento	6
Moradia	3
Total Geral	**197**

Gráfico 72 - Tipologia de Alojamentos Locais no Concelho da Covilhã (Fonte: Registo Nacional de Turismo 2021).



O número máximo de utentes a que o Concelho da Covilhã consegue dar resposta é bastante razoável (1072), tornando-se numa oferta turística bastante relevante no território concelhio.

Tabela 98 - Capacidade dos Alojamentos Turísticos por Tipologia no Concelho da Covilhã (Fonte: Registo Nacional de Turismo 2021).

Tipologia	Soma de Nº Utentes
Apartamento	309
Estabelecimento de hospedagem	235
Estabelecimento de hospedagem-Hostel	10
Moradia	502
Quartos	16
Total Geral	**1072**

16.1.4. Atividades Turísticas

O turismo de natureza tem na região onde a Covilhã, seja desenvolvido pela autarquia ou por agentes locais, se integra um dos destinos com maior qualidade e notoriedade em Portugal. A

neve – o principal recurso turístico, que cobre a serra durante uma parte do ano, permite a realização de diversos desportos de neve, como o snowboard e o esqui, bem como outras atividades únicas em Portugal: caminhadas na neve, escalada em gelo, percursos de mushing, etc. Mas limitar a Serra da Estrela à neve e aos desportos de inverno é muito redutor, tão só porque aqui é possível realizar muitas outras atividades turísticas e recreativas durante todo o ano, nomeadamente passeios pedestres, de BTT e de jipe, jogar paintball, fazer canoagem, slide, rappel, escalada, orientação, caça ao tesouro, entre outras.

Na Covilhã são desenvolvidas variadíssimas ações de animação turística (turismo ativo e natureza), de difícil elencagem, dada a variedade e quantidade da oferta, no entanto, destacam-se algumas pelo protagonismo que assumem enquanto atrativos deste concelho e região. O touring cultural e o pedestrianismo são ótimos exemplos e existem várias rotas/percursos:

1. Rota das Judiarias - A comunidade judaica da Covilhã foi desde o século XII até inícios do século XX, a maior e mais importante da Região da Serra da Estrela e uma das mais fortes de Portugal. A comunidade desta região dedicava-se, fundamentalmente ao comércio e ao artesanato, mas também às atividades agrícolas, tendo sido sobretudo os impulsionadores da indústria dos lanifícios.

Na cidade existiam, no final do século XV, pelo menos dois núcleos hebraicos:

1. Um (o mais antigo) intramuralhas, junto às Portas do Sol;

2. O segundo, na parte exterior das mesmas, confinando com elas próximo das portas da vila, envolvendo a área que abarca a Rua do Ginásio e a Rua das Flores. Esta última caracteriza-se pela existência de vias estreitas, sem ordenamento e com espaços públicos exíguos. Os imóveis são estreitos nas fachadas e altos, ao sabor de gostos pessoais e com acrescentos apendiculares.

Apresentando na generalidade as fachadas com características arquitetónicas judaicas, como uma porta grande e uma porta pequena, janelas desenquadradas, portas chanfradas ou ombreiras. Neste último núcleo, atribuído tradicionalmente à comunidade judaica, salientam-se três habitações com janelas manuelinas, decoradas com motivos náuticos, duas na Rua das Flores e uma na Rua do Ginásio Clube.

Para além das áreas habitacionais ressaltam os estabelecimentos fabris, fundados por cristãos novos, salientando-se entre eles:

A Real Fábrica dos Panos;

A Fábrica Campos Melo;

A Fábrica Velha.

Uma destas Janelas Manuelinas foi restaurada e recuperada pela Autarquia e encontra-se na parte de trás da Câmara Municipal da Covilhã.



Figura 234 - Mapa alusivo à Rota das Judiarias na Covilhã (Fonte: Município da Covilhã).

2. Aldeias do Xisto – O Caminho do Xisto de Sobral de São Miguel é um percurso circular com cerca de 8 km de extensão, entre os 550 m e os 925 m de altitude, correspondente a 483 m de desnível acumulado. O percurso tem início e fim no centro da aldeia: começa no centro da aldeia e após a primeira subida é possível observar a paisagem circundante, disfrutando de um campo de visão bastante alargado vemos as serras que marcam a paisagem local, destacando-se a Serra da Estrela. Na descida podemos admirar os currais e os imponentes socalcos, caminhando por trilhos entre castanheiros, pinheiros e matagais, chegamos à majestosa Maravilha Natural a Cascata do Vale das Vacas.

3. Rota Arte Urbana - A Covilhã possui um assinalável conjunto de intervenções espalhadas, maioritariamente, pela zona histórica da cidade. Com o intuito de dinamizar zonas degradadas e promover espaços esquecidos, a rota de Arte Urbana é um verdadeiro "museu" ao ar livre onde se presta uma homenagem ao passado glorioso da Covilhã enquanto um dos mais importantes centros de produção de lanifícios do País.



Figura 235 - Exemplo de Arte Urbana no Centro Histórico da Covilhã (Fonte: Município da Covilhã).

O WOOL – Festival de Arte Urbana da Covilhã, iniciado em 2001 foi o primeiro evento destas características no interior do País. Hoje tem na Covilhã diversas ações de artistas nacionais e internacionais espalhados pela cidade sendo também uma forma diferente de ficar a conhecer a zona histórica da cidade.

Este é mais um dos elementos que atribui valor à Covilhã, é a Arte Urbana espalhada pela cidade que se traduz num património único.

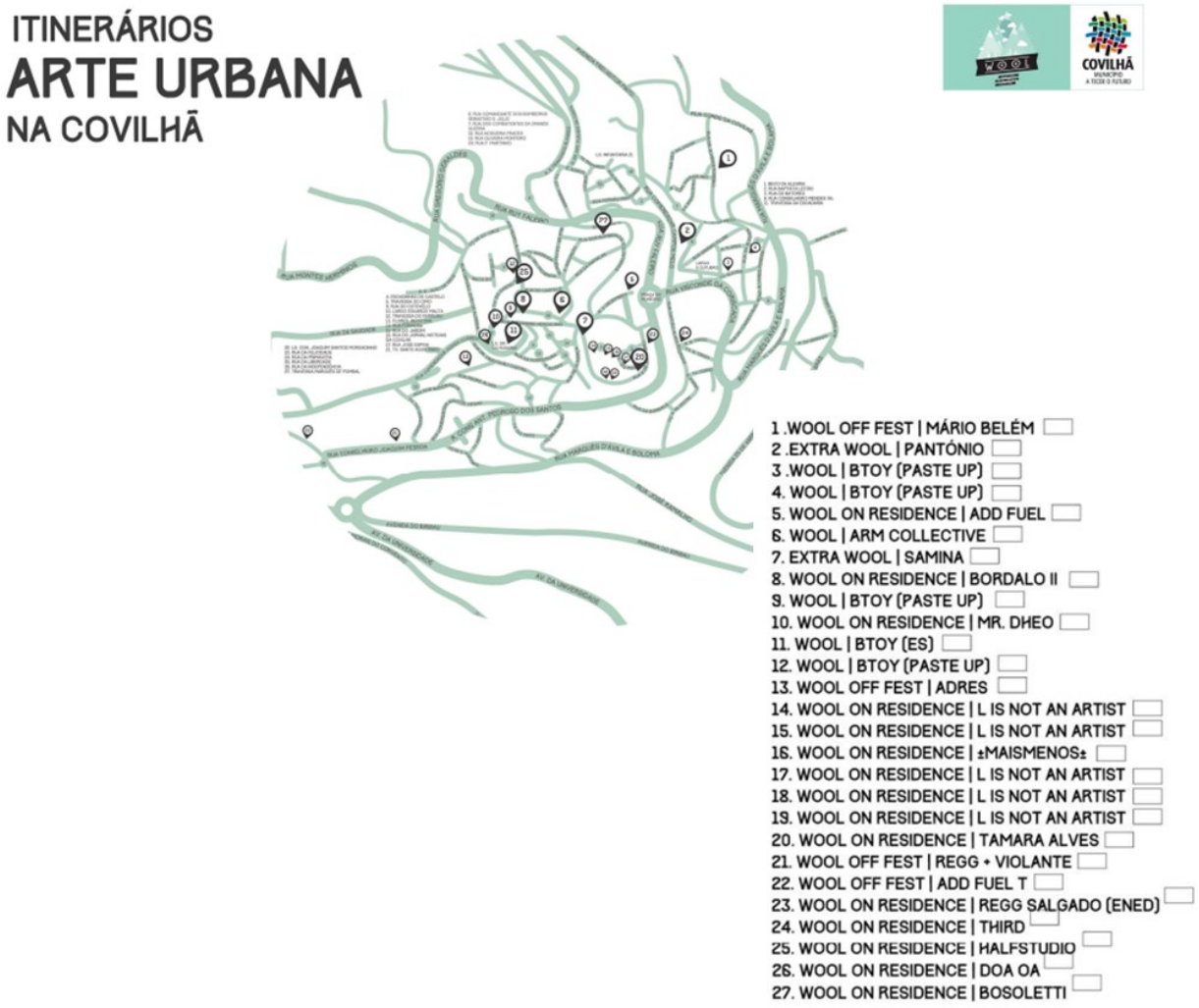


Figura 236 - Mapa alusivo à Rota da Arte Urbana na Covilhã (Fonte: Município da Covilhã).

4. Rota Arte Nova - Sendo a Covilhã um dos principais polos industriais do País, possuiu desde sempre uma burguesia que com facilidade aderia aos novos gostos vindos do exterior. Será por isso de admitir que muitas casas possuíssem objetos e mobiliário de Arte Nova.

De resto muitas marcenarias locais fabricaram, durante mais de meio século, móveis com apontamentos de Arte Nova, como louceiros e cómodas, ainda que ecléticos na forma, mostram através dos grandes girassóis e folhagens talhadas, sobretudo nos ângulos de portas e gavetas, a influência deste novo estilo.

Já no que diz respeito às construções, à semelhança do que acontecia pelo resto do País, as manifestações Arte Nova resumem-se a apontamentos que se encontram nas molduras dos vãos, estes quase sempre ovalados, formando bíforas ou tríforas, às decorações azulejares, às grades em ferro das varandas, portões e bandeiras.

Edifícios como o Palacete Jardim, o Club União, o Colégio Moderno, a Agência do Banco Comercial Português na Covilhã, ou a Empresa Transformadora de Lãs representam a Arte Nova e surgem espalhados pela Covilhã, breves apontamentos que não devem ser descurados. É o caso das inúmeras grades em ferro nas sacadas de muitas construções, de cachorros que se distribuem um pouco por toda a cidade, vitrais que ornam variadíssimas janelas e interiores de residências.

Será no "Colégio das Freiras", na Rua Marquês d'Ávila e Bolama que se encontram os mais antigos apontamentos que remetem para uma nova estética. Mesmo não podendo ainda ser afirmado como Arte Nova, estes apontamentos marcaram uma nova conceção decorativa expressa, designadamente na sinuosidade da linha curva, formando motivos geometrizados nas bandeiras das portas-janelas que abrem para os balcões, ou no uso dos elementos cerâmicos que formam a original platibanda. Também a grandiosidade dos dois vãos de volta plena destinados a valorizar, pela iluminação, determinadas dependências vêm marcar mais uma rutura com o passado. Saliente-se que este edifício terá sido construído, ainda em finais do séc. XIX ou primeiros anos do século seguinte, pelo Comendador Campos Melo.

O higienismo marcou uma época, desde os materiais e as soluções arquitetónicas que possibilitavam uma maior salubridade até ao interesse por materiais que facilitem a limpeza e permitam maior durabilidade tornou-se frequente. Elementos como o azulejo, o mosaico cerâmico e o ladrilho tornaram-se cada vez mais importantes. Curiosamente se o azulejo se

implantou na Covilhã, o ladrilho foi usado para revestir grande número de edifícios. A estes acrescentava-se o vidro, de preferência colorido ou martelado, possibilitando a entrada de luz e a criação de ambientes. As marquises possibilitavam de forma diferente a utilização de um espaço exterior que se tornava íntimo. As marcas desta mudança da arquitetura estão bem disseminadas pela cidade e neste sentido pode afirmar-se que se um primeiro Modernismo designado de Arte Nova não teve grande implantação na cidade no que toca à decoração, contudo foi implementado no que respeita aos elementos estruturais.



Figura 237 - Mapa alusivo à Rota da Arte Nova na Covilhã (Fonte: Município da Covilhã).

5. Rota das Igrejas - O concelho da Covilhã, em especial o centro histórico possui um património religioso de elevada beleza e enorme valor histórico que além de preservar importa dar a conhecer, em primeiro lugar aos habitantes da Covilhã, mas também aos visitantes e turistas, que movidos pela curiosidade, possam ver e conhecer o que esta cidade tem de melhor e mais genuíno para oferecer.

A "Rota das Igrejas da Covilhã" é pois um projeto que visa a criação de uma rota visitável, tendo como objetivo a valorização do património histórico-religioso e o desenvolvimento do turismo de índole cultural e religioso no concelho.

Esta, integra ao todo 11 templos da cidade, que se encontram abertos num horário pré-determinado, sendo possível visitá-los e obter um conhecimento mais aprofundado sobre a sua história, com evidentes benefícios culturais e até de outra índole

A rota poderá ser complementada com uma visita ao Museu de Arte Sacra.

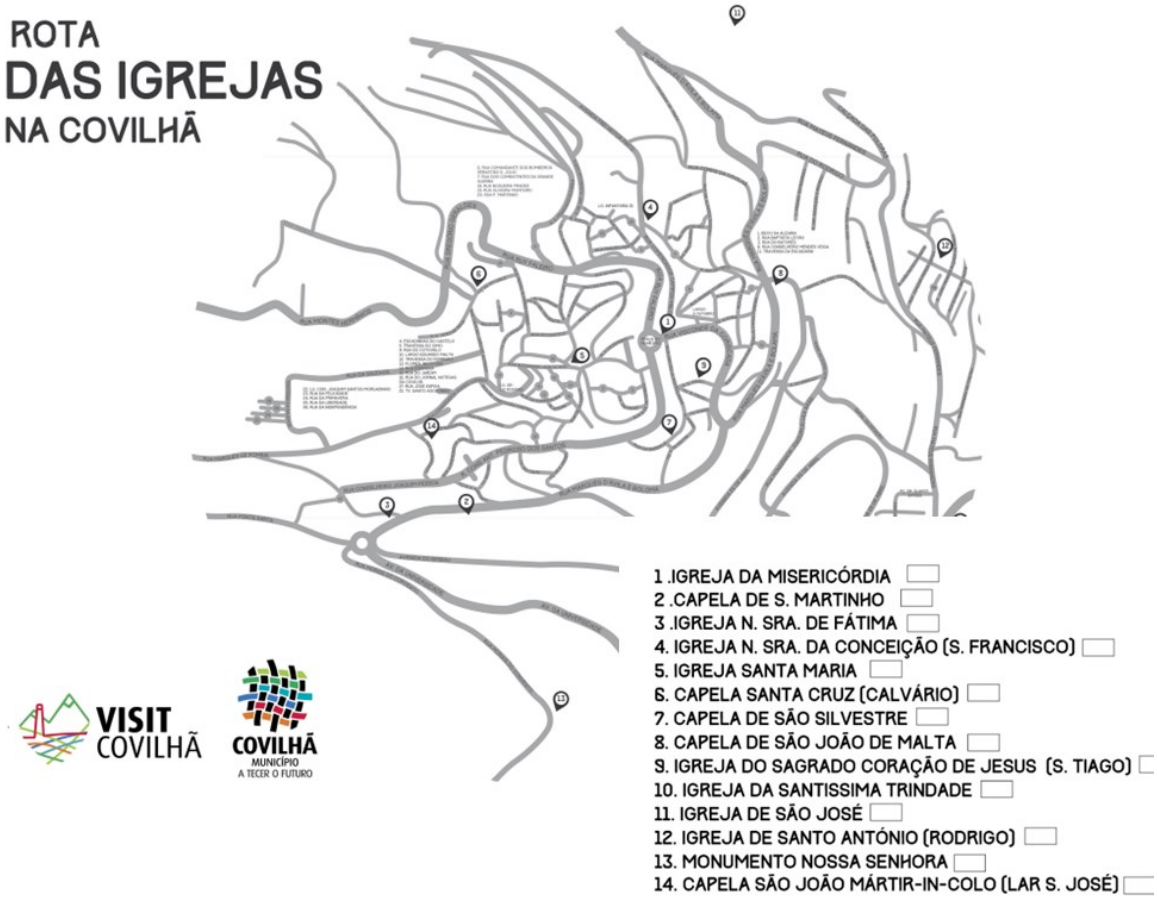


Figura 238 - Mapa alusivo à Rota das Igrejas na Covilhã (Fonte: Município da Covilhã).

6. Rotas do Património Industrial - Sob o epíteto de Covilhã – cidade fábrica propõe-se a realização de três percursos urbanos, circulares e complementares entre si, que têm como polo aglutinador o Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior.

Esta rota pretende dar relevância aos espaços mais significativos da indústria de lanifícios da cidade da Covilhã, dando a conhecer, não só os museus, centrados na salvaguarda dos testemunhos industriais, como o núcleo museológico da Real Fábrica de Panos, manufatura de Estado instituída em 1764, pelo Marquês de Pombal, e a Real Fábrica Veiga, datada de 1784, que integram o Museu de Lanifícios, observando um vasto património industrial disseminado pela cidade, abarcando edifícios fabris, estendedouros e râmolas de sol, chaminés, maquinismos, palacetes, bairros operários e outras infraestruturas de apoio a esta atividade.

a. Rota da Lã - Percurso 1 (Ribeira Da Goldra) - O percurso tem início no edifício da antiga firma de José Mendes Veiga (Real Fábrica Veiga), que é atualmente a sede do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior. O complexo da Real Fábrica Veiga é constituído por três imóveis em cantaria de granito, situados junto à Ribeira da Goldra. Foi sede de uma empresa de lanifícios histórica, fundada em 1784, por José Mendes Veiga, a partir de uma oficina de tinturaria.

A sua instalação neste local, a partir de 1764, surgiu devido à influência da intervenção pombalina realizada na Real Fábrica de Panos, permanecendo em atividade desde finais do séc. XVIII a inícios do séc. XX. A primitiva edificação foi alvo de sucessivas ampliações até 1834, por ação deste industrial cristão-novo, quando se constituiu como fábrica completa. No seu período de apogeu (1835 a 1891), esta empresa abarcava cerca de duas dezenas de unidades fabris, assim como diversas escolas de fiação disseminadas, predominantemente pelos concelhos da Covilhã e do Fundão. De 1916 até à década de noventa do séc. XX, foram alojadas, neste espaço, outras firmas com atividades distintas, mas sempre do subsetor dos lanifícios.

Entre 2000 e 2004, após a aquisição do imóvel pela Universidade da Beira Interior, foi realizada uma intervenção de recuperação e valorização arquitetónica, com a finalidade de o transformar em Centro de Interpretação dos Lanifícios. O complexo, com uma área bruta de cerca de 12.000 m², acolhe a Sede do Museu, o Núcleo Museológico da Industrialização dos Lanifícios e o Centro de Documentação/Arquivo-Histórico.

b. Rota Da Lã - Percurso 2 (Ribeira Da Carpinteira) - Este percurso tem início no Núcleo da Real Fábrica de Panos, do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior. Neste local, onde em meados do século XVIII existiam já oficinas de tecelagem e de acabamentos, foi construída a segunda grande manufatura de Estado, destinada a constituir-se como fábrica modelo, concentrando as várias operações de fabrico e, sendo um motor de desenvolvimento da indústria local.

Para a sua construção, o rei D. José I deu autorização para que se utilizassem as pedras da muralha medieval da povoação, que se encontravam caídas na sequência dos estragos do terramoto de 1755. Ao serviço desta Fábrica Real trabalhavam, em 1803, mais de três mil operários, contando com 356 trabalhadores só nas instalações principais da fábrica e outros 219 trabalhadores espalhados pelas escolas de cardação e fiação, num raio que compreendia Penamacor, Castelejo, Casteleiro, Alpedrinha, Lardosa, S. Vicente da Beira, S. Miguel d'Acha, S. Gião e Penalva. Contabilizavam-se ainda 1 375 mulheres, que possuíam em suas casas rodas pertencentes à Real fábrica, onde exerciam trabalho domiciliário. Na sua dependência encontrava-se também a Real Fábrica do Fundão, onde laboravam mais 147 operários e 1 355 fiadeiras em regime doméstico na Vila e nos arredores, em diversas escolas de fiação.

c. Rota Da Lã - Percurso 3 (Centro Histórico) - O itinerário proposto sobrepõe-se inicialmente com o percurso da Ribeira da Carpinteira, entre o Núcleo da Real Fábrica de Panos e o cruzamento da Rua Marquês d'Ávila e Bolama com a Rua do Peso da Lã. Subindo por esta rua, a toponímia reporta-nos para o local onde se pesava e se pagava a respetiva taxa do concelho, do qual hoje não existem quaisquer evidências de campo. O percurso passa pela Rua Visconde da Coriscada e pelo centro cívico da cidade.

Na proximidade do Largo 5 de Outubro, no atual edifício Millenium BCP localizava-se o armazém de lãs da firma Ernesto Cruz, cuja fábrica se situava no sítio do Sineiro. Na Rua Comendador Mendes Veiga, em memória do ilustre industrial, localiza-se atualmente a sede do Sporting Clube da Covilhã no edifício que foi casa de habitação de Francisco Henriques da Cruz e um importante armazém de lanifícios da firma Cruz & Cunhado. O imóvel é constituído por 3 pisos, com cobertura em telha marselha, varandas em ferro, frisos decorativos em granito, ao longo de todo o alçado e nas várias aberturas da fachada.

7. Rota Caminhos De Santiago - O percurso do secular “Caminho de Santiago no Concelho da Covilhã”, trata-se de um itinerário de dificuldade média, ao longo de cerca de 13 quilómetros, desde o Ferro (Pedra do Adufe) até Peraboa (Capela do Divino Espírito Santo), onde se respira natureza, história e hospitalidade.

Esta rota era essencialmente para os peregrinos vindos do sul de Portugal e de Espanha, que depois seguiam para a Guarda, Trancoso e Lamego, e que daí seguiam para Santiago.



Figura 239 - Marco da Rota Caminhos de Santiago na Covilhã (Município da Covilhã).

8. Programa "Descobrir a Covilhã" - O Programa “Descobrir a Covilhã” permite a realização de visitas guiadas e gratuitas, pelas zonas históricas da cidade para grupos com mais de 10 pessoas. Estas visitas devem ser marcadas com 48 horas de antecedência e são organizadas de acordo com os interesses de cada grupo, podendo resultar entre outros nos seguintes itinerários:

Covilhã Medieval;

Rota das Igrejas;

Percurso genérico do centro histórico;

Rota azul e branca (azulejos);

Em busca dos símbolos perdidos;

9. Percursos interpretativos Serra da Estrela:

Miradouros - O percurso interpretativo dos miradouros percorre as paisagens altas da Estrela, contemplando paisagens de suster a respiração e de horizontes largos. A partir da Covilhã, subimos a montanha e vamos ao encontro de alguns dos mais emblemáticos miradouros desta serra, permitindo um contacto com a história e natureza deste território.

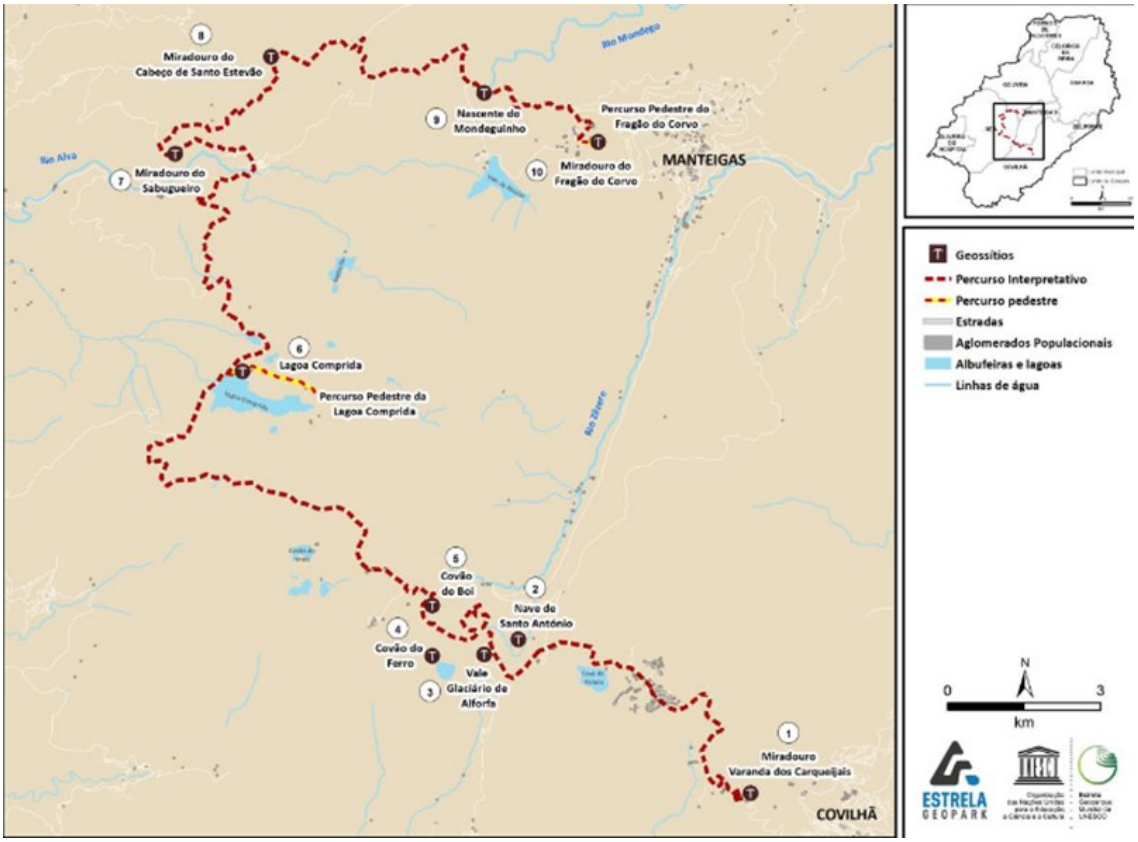


Figura 240 - Mapa do percurso interpretativo referente a Miradouros na Serra da Estrela (Fonte: Município da Covilhã).

Indústria Têxtil - A história e cultura da Estrela estão intrinsecamente ligadas com a pastorícia e os lanifícios, facto que impulsionou o crescimento populacional das franjas da montanha, sobretudo durante a primeira e parte da segunda metade do século XX. Percorrer os espaços relacionados com indústria têxtil é mergulhar na própria história da Estrela e na evolução humana desta Montanha, cujos reflexos ainda são visíveis na própria paisagem.

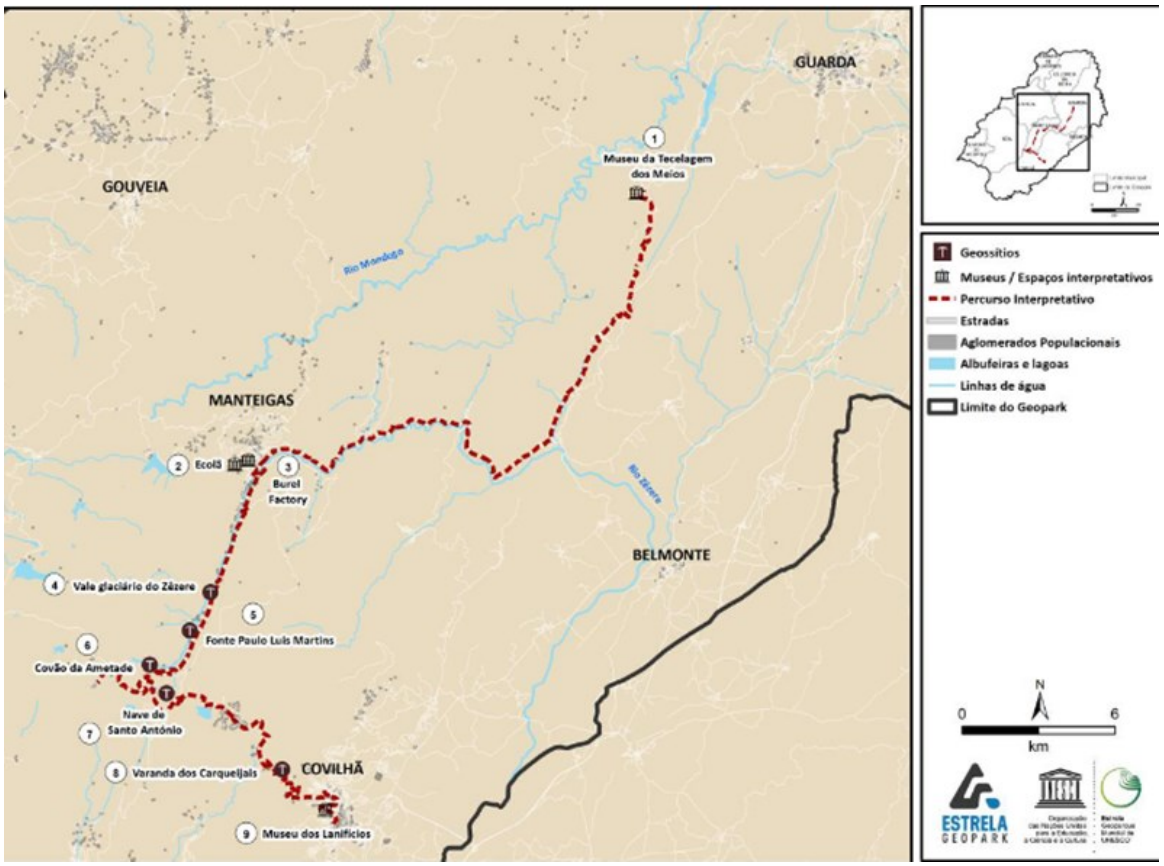


Figura 241 - Mapa do percurso Interpretativo referente à Indústria Têxtil na Serra da Estrela (Fonte: Município da Covilhã).

Religioso - A religião e a religiosidade fazem parte da cultura dos territórios expressa nos modos de vida e na arquitetura dos mesmos. Neste contexto, o percurso interpretativo sobre as marcas religiosas leva-nos para uma viagem ao longo da encosta sudeste da Serra da Estrela, ligando as cidades da Guarda à Covilhã, com destaque para a importantíssima presença judaica neste território.

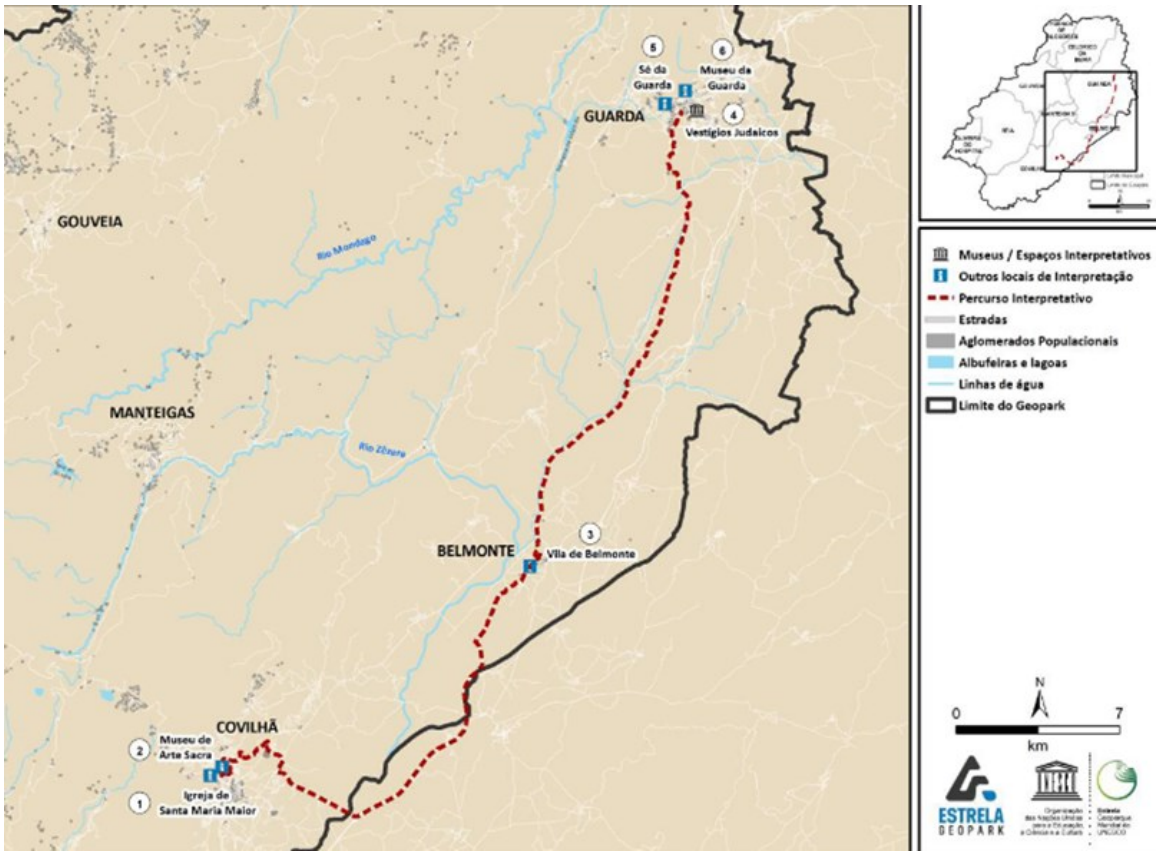


Figura 242 - Mapa do Percurso interpretativo religioso na Serra da Estrela (Fonte: Município da Covilhã).

Lagoas e Covões - As marcas da última glaciação, cujo máximo ocorreu há 30 mil anos na serra da Estrela, estão presentes em toda a área superior desta Montanha. A massa de gelo, que no Planalto da Torre atingiu 90 metros de espessura, alimentou sete vales glaciários, deixando ainda outras marcas, hoje interpretadas através de diferentes covões e lagoas disseminadas pelo andar superior deste Geopark.

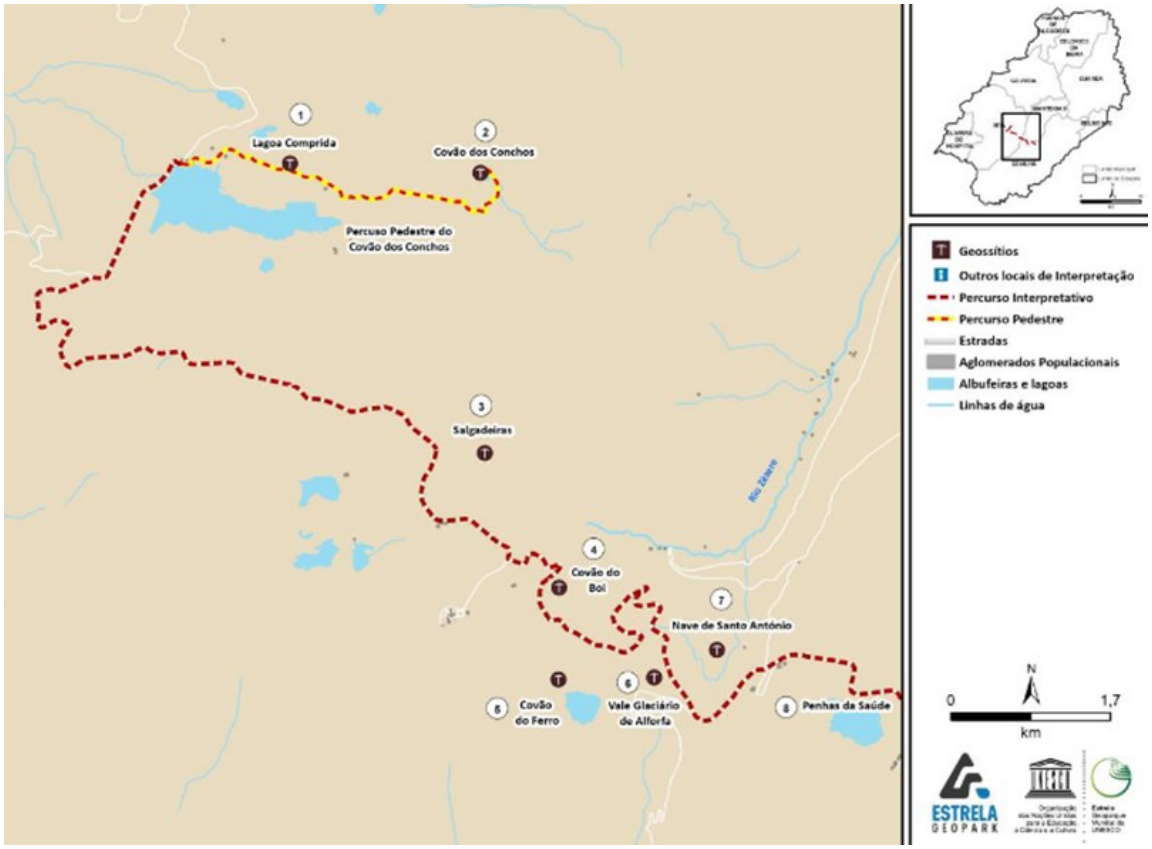


Figura 243 - Mapa do Percurso Interpretativo referente a Lagoas e Covões na Serra da Estrela (Fonte: Município da Covilhã).

Relativamente a grandes rotas nacionais, destacamos os Percursos Grande Rota do Zêzere 33 – A GRZ foi projetada para poder ser intermodal, havendo 13 estações durante percurso. Passa por 13 concelhos, incluindo o da Covilhã, e une Serra da Estrela, Aldeias do Xisto, Castelo de Bode e Rio Tejo.

Outros percursos que merecem atenção e constituem património concelhio, são:

1. PR8 CVL – Rota das Cerejeiras - Com início e fim no Centro Interpretativo da Cereja, bem no centro da localidade do Ferro, explore os cénicos caminhos que percorrem os extensos pomares de cereja que dominam a paisagem rural da Cova da Beira. Como cenário de fundo, será ainda uma constante a imponente encosta da Serra da Estrela, sobranceira à cidade da Covilhã. O percurso é circular e acessível a quase todos, sendo parcialmente coincidente com o Caminho de Santiago e com a Variante da Grande Rota do Zêzere que atravessam a freguesia.

2. PR9 CVL – Rota dos Castanheiros - Com início e fim no Centro Interpretativo da Cereja, bem no centro da localidade do Ferro, parta à descoberta da Serra do Ferro, dos seus castanheiros centenários e de uma imensa biodiversidade. Percorra toda a sua cumeada, com vistas privilegiadas para a Cova da Beira e para a Serra da Estrela, ou opte por atalhar caminho pelas suas duas variantes para encurtar o passeio. No topo da serra, para além das magníficas paisagens em redor, poderá ainda visitar a pedra do Adufe ou o Castro das Sesmarias, vestígios de uma ocupação milenar deste território.

O percurso é circular e de dificuldade moderada, apresentando duas variantes para maior flexibilidade e adaptação à preparação física e interesses de cada um. É parcialmente coincidente com o Caminho de Santiago e com a Variante da Grande Rota do Zêzere que atravessam a freguesia.

3. PR10 CVL – Rota do Monte Serrano - Com início e fim no Centro Interpretativo da Cereja, bem no centro da localidade do Ferro, explore as paisagens agrícolas e o regadio da Cova da Beira no sopé da Serra do Ferro. Como cenário de fundo, será ainda uma constante a imponente encosta da Serra da Estrela, sobranceira à cidade da Covilhã.

O percurso é circular e acessível a quase todos, sendo parcialmente coincidente com o Caminho de Santiago e com a variante da Grande Rota do Zêzere que atravessam a freguesia.

Com este percurso irá descobrir não só a localidade do Monte Serrano mas encontrar vistas únicas para a Cova da Beira, compreendendo em primeira mão a importância do regadio para a atividade económica desta freguesia.

4. PR 11 CVL – Rota da Estrela – Este é um percurso linear, na sua totalidade comum com a Travessia T14 do PNSE e com a GR do Geoparque Estrela, que une a principal porta de entrada da Estrela, a Covilhã, ao maciço central deste parque natural, junto ao Centro de Limpeza de

Neve nos Piornos. Durante o percurso, encontra como pontos de interesse, entre outros, a Pedra do urso, o Alto das Piçarrinhas, a Mata Nacional ou o renovado Miradouros dos Carqueijais.

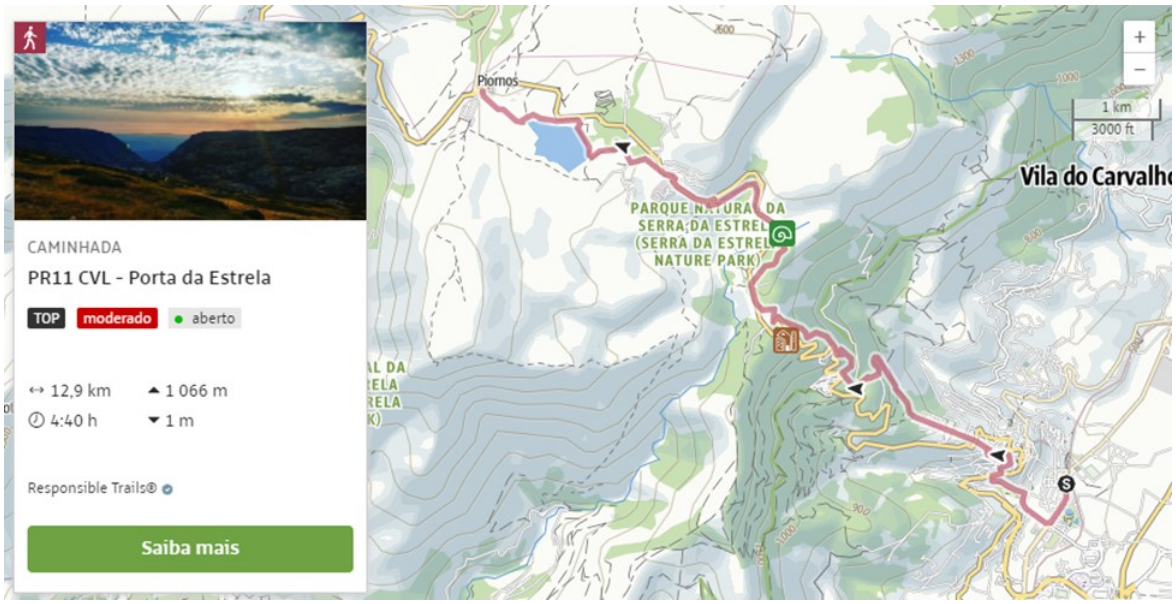


Figura 244 - Mapa do PR 11 CVL (Fonte: Município da Covilhã).

5. PR 12 CVL – Rota da Floresta – Neste trajeto a ligação entre a água que aqui corre e a indústria dos lanifícios é bastante visível, permitindo, ao longo da caminhada, descobrir fábricas antigas, edifícios remodelados, chaminés e uma toponímia relacionada com esta atividade. Os pontos de interesse principais são: a Floresta da Rosa Negra e as Fábricas têxteis do Sineiro.



Figura 245 - Mapa do PR 12 CVL (Fonte: Município da Covilhã).

6. PR 13 CVL – Rota do Granito – Em pleno coração da Serra da Estrela, a cerca de 1500m de altitude, as Penhas da Saúde encontram-se envolvidas por fauna e flora de suster a respiração. O seu encanto não se esgota no manto branco que invade o horizonte nos meses de inverno… com o degelo das neves em meados de abril, surgem novas cores na paisagem, tonalidades únicas imperdíveis para quem quer sentir a natureza.

É na aldeia turística das Penhas da Saúde que encontramos estes trilhos de blocos graníticos. Tirando partido da riqueza geológica do local, este percurso circular, de dificuldade média, surpreende pelas formas que rodeiam o visitante enquanto percorre os trilhos de pastoreio e explora as suas amplas vistas, em particular o Covão do Teixo, no lugar do Curral do Vento, e sobre a Cova da Beira, a partir do Alto das Capinhas. Este percurso circular conta a história destes planaltos, onde é possível contemplar a montanha, através do silêncio que só a natureza permite. A Pedra do Urso e a Lapa do Esgalhado são outros dois elementos de referência que pode encontrar durante o trajeto.

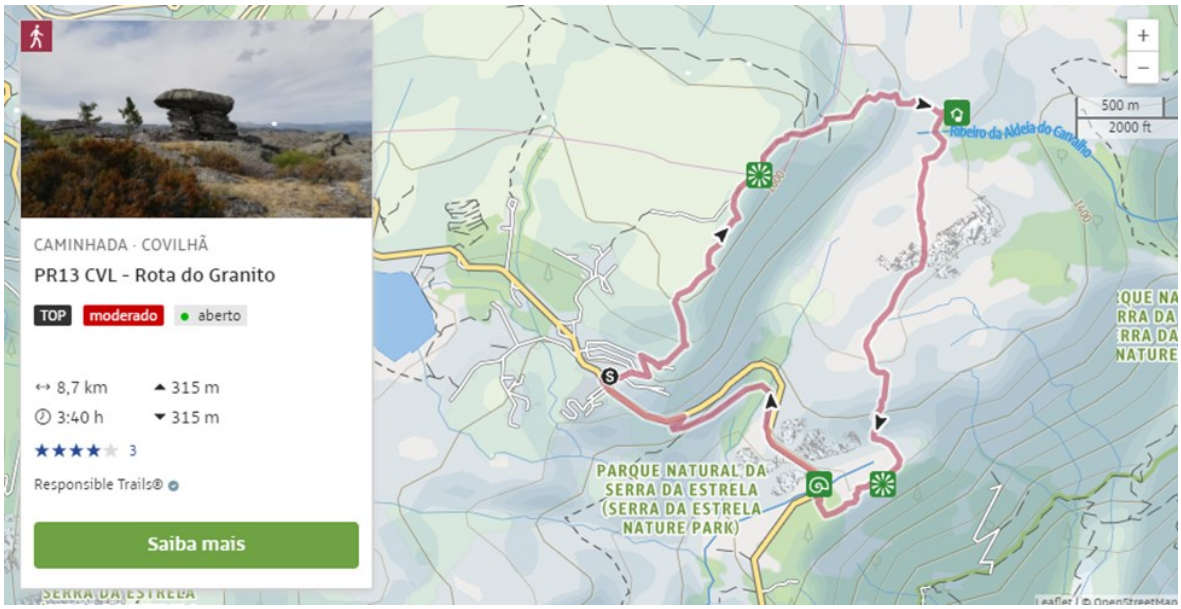


Figura 246 - Mapa do PR 13 CVL (Fonte: Município da Covilhã).

7. PR 14 CVL – Rota da Varanda dos Pastores - Este trajeto destina-se à compreensão das dinâmicas naturais e sociais dos pastos de altitude, este passeio decorre sobre um universo que nos deixa bem marcadas as duas grandes forças modeladoras da paisagem contemporânea da Serra, por um lado os fenómenos naturais (glaciação, fenómenos peri glaciários, e restantes elementos, bem como a fauna e flora), e o não menos natural fenómeno humano (desde logo a pastorícia, mas também a vida rural e industrial dos vales ou até as modernas dinâmicas de saúde, lazer e turismo das Penhas). Percorrendo o planalto do Alto da Pedrice e explorando as evidências pastoris por aqui presentes, como malhadas, abrigos, entre outras, irá também conhecer algumas das vistas e fenómenos geomorfológicos, mais impressionantes do concelho da Covilhã. Durante o percurso encontra como pontos de interesse a Barragem do Viriato, a Ribeira da Água Fria ou ainda a Malhada do Prior.

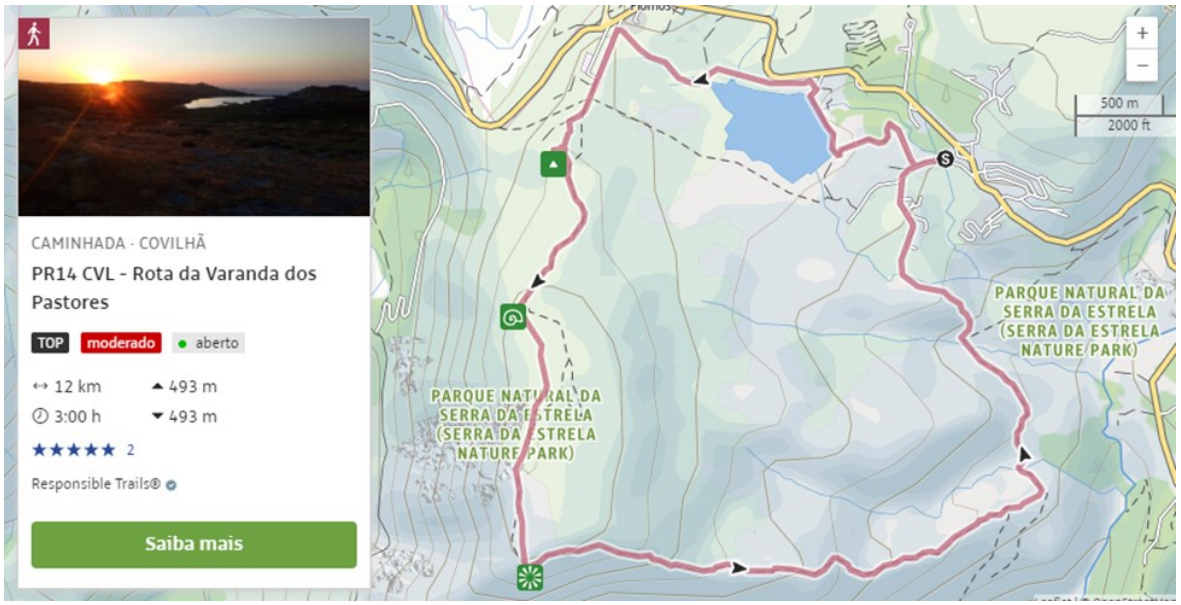


Figura 247 - Mapa do PR 14 CVL (Fonte: Município da Covilhã).

8. PR 15 CVL – Rota das Termas – A Rota das Termas é um percurso pedestre circular de pequena rota indicado para quem procura descobrir a Serra da Estrela, proporcionando ao utilizador uma experiência imersiva na natureza selvagem deste local. De dificuldade moderada, este percurso percorre um conjunto vasto de antigas veredas e canadas dispostas ao longo do Vale da Estrela, oferecendo ainda a oportunidade de conhecer o relevante património da vila Unhais. Na paisagem abundam elementos de arquitetura vernácula relacionados com a atividade pastoril tradicional. Tendo como pano de fundo alguns dos pontos mais elevados da serra, a rota abrange um conjunto de locais de interesse de que se salientam a Fonte da Saúde, a ribeira da Estrela, Sítio dos Poisos, as canadas de Unhais e a ribeira de Alforfa.



Figura 248 - Mapa do PR 15 CVL (Fonte: Município da Covilhã).

9. PR 17 – Rota das Pontes - Pontes, azenhas, lagares, levadas, poços e piscinas naturais, juntam-se a uma ribeira única para lhe proporcionar um percurso surpreendente em cada curva. Percorrendo veredas e caminhos rurais, este é um percurso acessível, mas que pode apresentar algumas dificuldades técnicas em particular com o piso molhado pois grande parte desenvolve-se em caminhos com piso irregular. É uma experiência que se recomenda lenta, por forma a poder desfrutar de todos os poços e piscinas que irá encontrar, ainda assim e junto à Bouça é possível encurtar significativamente o percurso, adaptando-o ao tempo que tem disponível.



Figura 249 - Mapa do PR 17 CVL (Fonte: Município da Covilhã).

Destacam-se ainda os percursos do Vale Glaciar da Alforfa, Covão do Ferro, Moreias da Nave de Santo António e ainda o Trilho do Viriato.

16.1.5. Outras Atividades

O parapente pode ser praticado na Covilhã (a uma altitude de 1300 m, o local de descolagem fica a 50m do posto dos CTT, no local das asas delta e a aterragem faz-se no Aeródromo da Covilhã) e em Unhais da Serra (a uma altitude de 1880 m, o local de descolagem fica pouco atrás do marco geodésico do Centro do Terroeiro, e a aterragem faz-se no Campo de Futebol de Unhais da Serra).

A pesca desportiva pode ser praticada na Lagoa do Viriato (zona de pesca reservada pertencente à bacia hidrográfica do Zêzere e do Tejo, que engloba toda a massa hídrica da Lagoa do Viriato) e na Barragem de Santa Luzia na Aldeia de São Francisco de Assis.

Os passeios históricos a cavalo, organizados pela Quinta da Moreirinha, em Boidobra, pretendem que, a cavalo, se descubram os locais históricos, da era romana a este século - as pontes e estradas romanas, aldeias medievais e castelos. Atualmente existem três percursos

distintos: Percurso 1 – Oeste (duração de 8 dias), o Percurso 2 – Norte (duração de 8 dias) e o Percurso 3 – Sul (duração de 12 dias).

E mais recentemente, a Pista de Gelo nas Penhas da Saúde, da responsabilidade da Federação de Desportos de Inverno de Portugal (FDIP) destinada à prática desportiva e ao lazer, entre outubro e abril. À data esta é a única pista em Portugal com aquela dimensão.

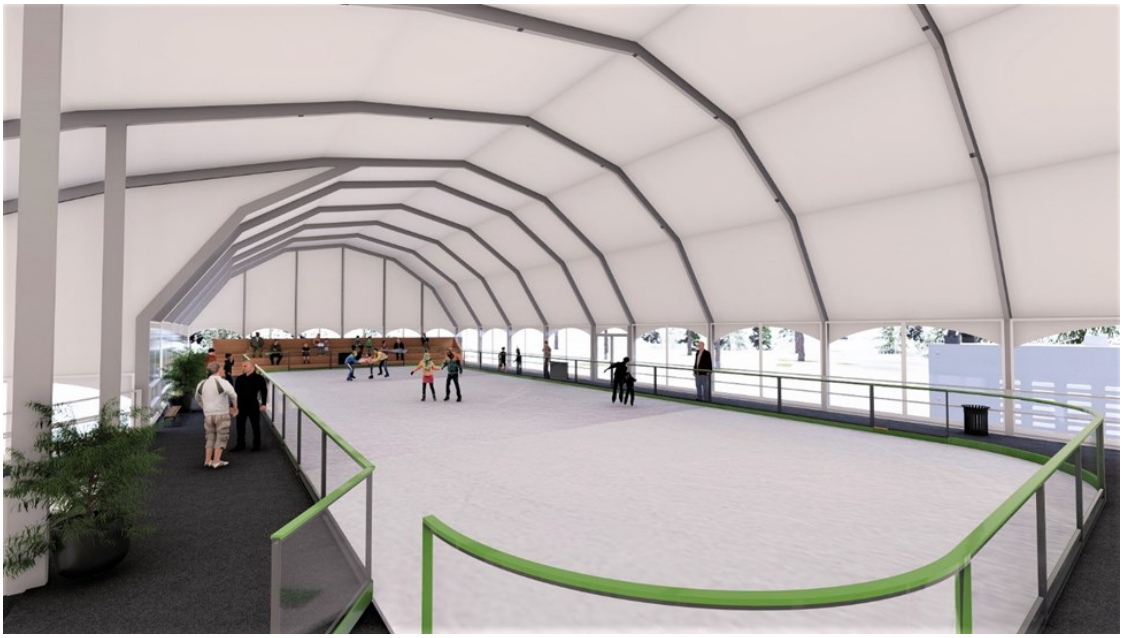


Figura 250 - Pista de Gelo nas Penhas da Saúde (Fonte: Google).

16.2. Planos Estratégicos em Vigor

16.2.1. Estratégia de Turismo 2027

O primeiro Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT), quadro de referência para o setor, foi aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 53/2007, de 4 de abril e, posteriormente, foi sujeito a uma revisão intercalar, aprovada pela RCM n.º 24/2013, de 16 de abril - Revisão do plano de desenvolvimento do turismo no horizonte 2015. Este instrumento tinha como objetivos definir as ações para o crescimento sustentável do Turismo Nacional, até 2015, e orientar a atividade turística em Portugal.

Atualmente, é a Estratégia para o Turismo 2027, aprovada pela RCM n.º 134/2017, de 27 de setembro, que se encontra em vigor. Esta estratégia estabelece o referencial estratégico para o turismo em Portugal na próxima década, visando afirmar o turismo como uma atividade sustentável ao longo do ano e em todo o território, que valorize os recursos naturais de que Portugal dispõe e que contribua para a criação de emprego e de riqueza e para a promoção da coesão territorial e social.

É uma estratégia partilhada de longo prazo, para o Turismo em Portugal, que visa os seguintes objetivos:

- Proporcionar um quadro referencial estratégico a 10 anos para o turismo nacional;
- Assegurar estabilidade e a assunção de compromissos quanto às opções estratégicas para o turismo nacional;
- Promover uma integração das políticas setoriais;
- Gerar uma contínua articulação entre os vários agentes do Turismo;
- Agir com sentido estratégico no presente e no curto/médio prazo.



Figura 251 - Metas para o Turismo em Portugal para o Período de 2017-2027 (Fonte: Estratégia de Turismo 2027).

16.2.2. Plano Desenvolvimento Regional Turístico 20-30

A Entidade Regional de Turismo do Centro de Portugal (TCP) apresentou publicamente, no passado dia 03 de dezembro, dois documentos estruturantes, que traçam o caminho a ser seguido na próxima década de atividade turística no Centro de Portugal: o PLANO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO 2020-2030.

Este plano projeta as principais linhas-mestras da Turismo Centro de Portugal para a próxima década. Em concreto, sintetiza as metas turísticas concretas a atingir e os objetivos estratégicos gerais para a Região, ao mesmo tempo que avança com linhas estratégicas de ação para atingir os objetivos propostos.

Assim, foram definidas quatro metas turísticas a alcançar:

1. aumentar o número de dormidas na Região Centro de Portugal;

2. aumentar a estada média no território;

3. aumentar a taxa líquida de ocupação-cama;

4. aumentar o rendimento por quarto disponível nas unidades da Região.

Para alcançar essas metas, o PLANO tem na sua génese cinco drivers orientadores. Estes passam por "qualificar e valorizar todos os intervenientes na cadeia de valor do setor do Turismo", "promover o desenvolvimento integrado, sustentado e coeso do território", "estruturar, qualificar, consolidar e diversificar transversalmente a qualidade da oferta", "contribuir para o desenvolvimento da notoriedade da Região Centro e solidificação da marca Centro no mercado" e "potenciar o investimento turístico na Região Centro e incentivar a inovação e empreendedorismo".

17. Segurança e Proteção Civil

17.1. Segurança

A segurança implica que os cidadãos de uma mesma região possam conviver em harmonia, onde cada um respeita os direitos individuais do outro. O Estado é o garante da segurança pública e o máximo responsável na hora de evitar as alterações da ordem social. Neste sentido, a segurança pública é um serviço que deve ser universal (tem de abranger todas as pessoas) para proteger a integridade física dos cidadãos e dos seus bens. Para isso, existem as forças de segurança (como a polícia), que trabalham em conjunto com o Poder Judicial.

A segurança pública tem ainda como missão garantir a proteção dos direitos individuais de cada pessoa que constitui uma sociedade e, assim, garantir que as pessoas podem exercer os seus direitos com liberdade e em segurança.

A Segurança é um direito fundamental, no entanto, nem sempre é fácil a adaptação e os reajustamentos das instituições a determinadas alterações sociais. O surto da Covid-19 e, consequentemente, as medidas de contenção e as restrições associadas ao combate da pandemia fizeram-se sentir de forma mais profunda em todos os setores da cidade portuguesa, incluindo na segurança e na performance dos agentes de segurança.

A nível nacional é o Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) o instrumento de aferição do resultado do trabalho das diversas entidades que concorrem para a Segurança Interna em Portugal.

O relatório mais recente trata dos dados entre 2019 e 2020 e permite a avaliação e o acompanhamento do estado de segurança em Portugal e, consequentemente, no Concelho da Covilhã. Congrega os dados referentes à criminalidade participada por 8 órgãos de polícia criminal (OPC): GNR, PSP, PJ; SEF, Polícia Marítima, Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, Autoridade Tributária e Aduaneira e Polícia Judiciária Militar.

Segundo o mesmo, a criminalidade geral no Distrito de Castelo Branco diminui significativamente (-12,5%), tendo, no entanto, aumentado a criminalidade violenta e grave cerca de 22%.

Gráfico 73 - Evolução da criminalidade geral no Distrito de Castelo Branco (Fonte: RASI 2020).

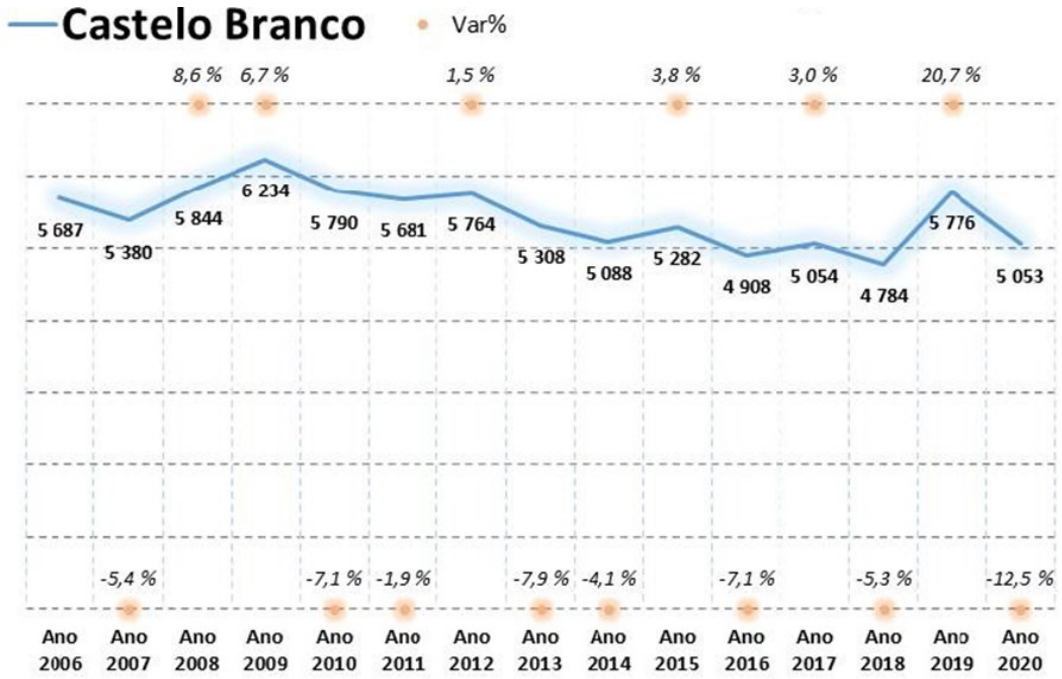
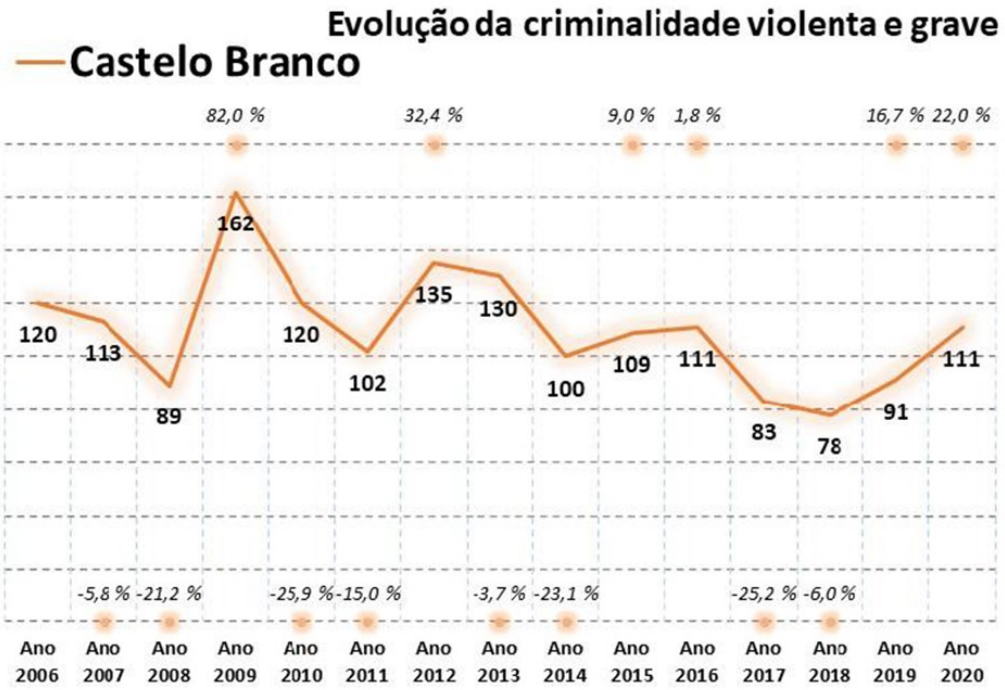


Gráfico 74 - Evolução da criminalidade violenta e grave no Distrito de Castelo Branco (Fonte: RASI 2020).



O Concelho da Covilhã, relativamente a estruturas diretamente relacionadas com a criminalidade, possui um estabelecimento prisional: Estabelecimento Prisional da Covilhã. Tendo servido como cadeia de apoio ao Estabelecimento Prisional de Castelo Branco foi, em 1 de junho de 1989, criado definitivamente como Estabelecimento Prisional.

Funciona numa estrutura octogonal de dois pisos com celas, dispondo de um pátio para a prática de atividades desportivas, de zona oficinal e de zona escolar. A alimentação é fornecida por empresa privada e confecionada fora do Estabelecimento Prisional.

Apresenta uma classificação de segurança: Média e um grau de complexidade médio.



Figura 252 - Entrada do Estabelecimento Prisional da Covilhã (Fonte: Google).

Situada a cerca de cinco quilómetros do Estabelecimento, mas integrando o mesmo, existe uma área de aproximadamente 3,5 ha., a Quinta de São Miguel, destinada ao alojamento de reclusos em regime aberto e que aqui desenvolvem atividades agrícolas e de pecuária. Em 1998, foi construída a casa para alojamento dos reclusos, substituindo as antigas instalações. Mais recentemente, procedeu-se à instalação de uma zona para formação profissional.

O Estabelecimento Prisional destina-se essencialmente a reclusos preventivos à ordem dos Tribunais das Comarcas da Covilhã, Fundão, Penamacor e Sabugal.

Da análise dos dados do RASI 2020 destaca-se que, no que se refere às participações feitas por município, o Concelho da Covilhã é o segundo mais significante, depois de Castelo Branco. Estes

dados mostram que o Concelho da Covilhã tem uma noção de segurança promovendo, assim, um território mais seguro.

Participações por município	Ano 2020
Castelo Branco	1 418
Covilha	1 234
Fundao	966
Serta	353
Idanha-A-Nova	286
Belmonte	219
Penamacor	116
Proenca A Nova	109
Desconhecido	104
Vila Velha de Rodao	94
Oleiros	78
Vila de Rei	76
Total Geral	**5 053**

Figura 253 - Participações por município no Distrito de Castelo Branco (Fonte: RASI 2020).

Assiste-se no concelho da Covilhã a um modelo de segurança de proximidade que visa prevenir a criminalidade, garantir a ordem pública e a proteção de pessoas e bens. Os projetos desenvolvidos no âmbito da polícia de proximidade, no concelho da Covilhã, são:

1. Ações nos bairros de grande diversidade étnico cultural promovendo a segurança dos cidadãos, o diálogo, a confiança e o respeito pelos cidadãos e pelos agentes de segurança;
2. Criação de equipas de proximidade e apoio a vítima;
3. Escola Segura;
4. Noite Segura;

5. Apoio aos Turistas;

6. Apoio 65 – Idosos em Segurança;

7. Campo Seguro.

Outros assuntos que devem ser tidos em conta quando o assunto é a segurança de um território, são:

Terrorismo, uma vez que constitui uma ameaça global a todos os territórios.

Cibersegurança, pois embora os aspetos positivos que esta evolução trouxe: compartilhamento de memória, da imaginação, da perceção, aprendizagem coletiva, troca de conhecimentos e experiências, também deu origem a questões negativas, como é o caso do crime, ataque ou terrorismo cibernético, phishing, entre outros.

Escravatura do Século XXI, que apesar da Covilhã não estar sinalizado como integrante de um Distrito, Castelo Branco, como presumível local de escravatura, devemos estar atentos a esta realidade preocupante.

Migrantes, dado o fluxo migratório verificado em todo o território nacional e, particularmente, no concelho, a Misericórdia da Covilhã sentiu a necessidade de apoiar a população migrante que elegeu este território como a sua "nova casa". Destaca-se o Projeto: CLAIM - Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes da Misericórdia da Covilhã: Projeto resultante de candidatura efetuada ao Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração Social (FAMI), promovido pela Secretaria geral do Ministério da Administração Interna em articulação com o ACM, com o objetivo de criar pontes culturais e linguísticas com os cidadãos e apoiar em todo o processo do acolhimento e integração dos migrantes qualquer que seja a sua nacionalidade, religião ou etnia.

Tráfico de seres humanos, pese embora com uma variação nula no distrito de Castelo Branco, segundo o Relatório Tráfico de Seres Humanos 2019, elaborado pelo Observatório de Tráfico de Seres Humanos (MAI), devemos ficar alerta para estes casos.

Promoção da proteção e acompanhamento de vítimas, especialmente vulneráveis (crianças e jovens).

Violência Doméstica, através da criação de melhores condições de atendimento às vítimas de violência doméstica, através do aumento de salas de atendimento à vítima em

instalações das forças de segurança. Bem como, assegurar o anonimato dos alvos, uma vez que a denúncia por parte dos homens é complicada numa sociedade estruturalmente machista. O alargamento dos efetivos com formação em avaliação de risco em contexto de violência doméstica, o reforço e diversificação dos modelos de formação em matéria de violência contra mulheres e de violência doméstica e promoção de ações de formação conjunta e partilhada entre as Forças e Serviços de Segurança, bem como capacitar as FSS para lidar com o fenómeno da violência doméstica através da implementação e monitorização da aplicação de requisitos mínimos e standards de qualidade, criados em 2018, são algumas das medidas que podem ser adotadas.

Assédio Sexual, isto é, todo o comportamento indesejado, nomeadamente o baseado em fator de discriminação, praticado aquando do acesso ao emprego ou no próprio emprego, trabalho ou formação profissional, com o objetivo ou o efeito de perturbar ou constranger a pessoa, afetar a sua dignidade, ou de lhe criar um ambiente intimidativo, hostil, degradante, humilhante ou desestabilizador. Veio à praça pública com diversas figuras públicas, mas é uma questão que sempre preocupou o município e que continua a preocupar. A criação de uma linha de apoio poderá ser o caminho, uma vez que este é um crime que, socialmente, ainda não é aceite e faz com que a vítima não denuncie.

Igualdade de Género, através da informação e sensibilização para o respeito e igualdade de todos os géneros e de todos serem livres para escolher o seu percurso. Nas questões de violência de género, assegurar a segurança dos munícipes, quanto mais luz, menos violência, portanto, em sítios mais problemáticos essencialmente é importante. O município da Covilhã tem apostado na iluminação da cidade o que, indiretamente, contribui para a diminuição da violência e, consequentemente, o aumento da segurança.

Prevenção Social, com a intervenção nos bairros sociais, como por exemplo: requalificação dos edifícios por forma a melhorar as condições e conforto de quem vive nos mesmos.

Segurança e Higiene no Trabalho, atento à necessidade de evolução desta necessidade foi criado este serviço na CMC, com 1 técnico, de forma a cumprir a lei que enuncia que para mais de 400 trabalhadores (devido à delegação de competências das escolas do Município) passa a ser necessário um Técnico Superior de Saúde no Trabalho nos quadros internos;

Segurança Comunitária e Inclusão, através da manutenção do sistema de reinserção social, prisional e tutelar educativo e reforço no sentido de melhorar o nível de prestação dos cuidados de saúde, nomeadamente, saúde mental. Também a continuação do investimento na requalificação e modernização das infraestruturas prisionais e reinserção social.

Segurança Ambiental, mais propriamente alterações climáticas e aumento significativo de eventos extremos.

Segurança Escolar, em casos como o bullying, comportamentos desviantes, violência no namoro, outros devem ser alvo de prevenção, controlo e ações de informação e sensibilização.

Por fim, a prevenção e o combate aos incêndios florestais, tendo o município da Covilhã apostado não só na manutenção de estruturas necessárias ao combate, como o caso do heliporto ou dos postos de vigia, como na manutenção do bom relacionamento com o efetivo.

Destaca-se, segundo dados disponibilizados pela GNR Covilhã, o trabalho eficaz do Município da Covilhã no que se refere à Limpeza das Faixas de Gestão de Combustível que se traduz num menor número de sinalizações, de coimas e, consequentemente, de risco de incêndio.

CONCELHOS	ÁREA GEOGRÁFICA		ÁREA FLORESTAL	FGC			SINALIZAÇÕES		COIMAS	
				10m	5m	100m				
	HECTARES	KM²	HECTARES	HECTARES			2020	2021	2020	2021
Belmonte	11883,41	118,8	2922,8	-	-	-	76	38	4	1
Covilhã	**55560**	**555,6**	**25928**	**320**	**770**	**2820**	**464**	**270**	**19**	**3**
Fundão	69929,81	699,3	38880,1	-	-	-	381	335	189	35
Castelo Branco	132948,7	1329,5	67946,8	-	-	-	-	-	-	-
Idanha-a-Nova	141633,2	1416,3	78940,4	-	-	-	-	-	-	-
Oleiros	47109,41	471,09	38611,6	-	-	-	-	-	-	-
Penamacor	56369,97	563,7	43845,6	-	-	-	-	-	-	-
Proença-a-Nova	39539,96	395,4	29084	-	-	-	-	-	-	-
Sertã	44673,16	446,7	29171,1	-	-	-	-	-	-	-
Vila do rei	19154,59	191,5	17475,9	-	-	-	-	-	-	-
Vila Velha do Rodão	32991,16	329,1	16863,2	-	-	-	-	-	-	-

Figura 254 - Dados referentes à limpeza das Faixas de Gestão de Combustível no Distrito de Castelo Branco (Fonte: GNR 2021).

17.2. Proteção Civil

A temática dos riscos e da proteção civil adquiriu ao longo dos anos mais recentes uma relevância crescente. A ocorrência de determinado tipo de fenómenos, de origem natural ou humana, e os danos inerentes a essa ocorrência encontra-se intrinsecamente associada às características físicas do território e à forma como este é utilizado pelas comunidades e atividades. Cabe ao Município, paralelamente à visão nacional, definir estratégias para se tornar mais resiliente e, com isso, tornar os envolvidos mais preparados para situações de adversidades, promoção da prevenção e para a redução de riscos a nível local

Importa referir que, atualmente, as consequências das alterações climáticas, como por exemplo temperaturas extremas, tornam cada vez mais necessária a adaptação das comunidades para que as mesmas façam face aos riscos da melhor forma possível, comprometendo o mínimo das suas vidas, das estruturas e dos animais.

A Proteção Civil na sua atuação, quer no antes, no durante e no depois, não pode ser desassociado ao conceito de Segurança Nacional, nem como dos riscos a que, no atual mundo em que vivemos, todos estamos sujeitos.

A mutação constante das sociedades e comportamentos associados a uma nova perceção de riscos emergentes, novas vulnerabilidades, relatórios ou pareceres de entidades competentes, alteração da disponibilidade de recursos e meios bem como alterações legislativas pode e deve motivar o incremento de uma Sociedade preparada e ativa na defesa de pessoas, bens e animais.

Entre 2005 e 2015 o quadro de Ação de Hyogo foi um guia de políticas públicas nacionais tendo em vista a redução do risco. Aborda o papel do estado e das organizações chamando à participação e a reunião da Sociedade Civil, das Universidades, da Iniciativa Privada e dos Voluntários. Baseia-se em 5 prioridades cujo objetivo é “reduzir substancialmente as perdas em termos de vidas e de bens sociais, económicos e ambientais das comunidades e países” (ANPC 2015):

1. Construção da capacidade institucional;
2. Conhecer os próprios riscos;
3. Construir conhecimento e sensibilização;

4. Reduzir riscos;

5. Estar preparado e pronto para agir.

A partir de 2015 até 2030, entra em vigor o quadro de Ação de Sendai. O mesmo assenta numa mudança de paradigma com a passagem de gestão de catástrofes para gestão do risco de catástrofes, bem como a análise de multirriscos. Caracteriza-se por uma abordagem mais participativa, onde se destaca o conceito "build-back-better" (re- construir melhor), assente nas seguintes prioridades (ANPC 2015):

1. Melhorar o conhecimento sobre os riscos, tendo em atenção o conceito de Perceção de Risco.

2. Fortalecer a governança na gestão dos riscos.

3. Investir na redução do risco de catástrofe em prol da resiliência da Cidade e do Território;

4. Melhorar a preparação face a catástrofes para uma resposta efetiva e "reconstruir melhor" na fase da recuperação, reabilitação e reconstrução, conforme já mencionado.

5. Envolver os cidadãos no conhecimento dos riscos.

O objetivo a ser cumprido até 2030, segundo a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, é "prevenir novos riscos e reduzir os riscos de catástrofes existentes, através da implementação de medidas integradas e inclusivas ao nível económico, estrutural, legal, social, da saúde, cultura, educacional, ambiental, tecnológico, político e institucional, para prevenção e redução da exposição a perigos e vulnerabilidades a catástrofes, aumentar o grau de preparação, resposta e recuperação e, assim, reforçar a resiliência".

O XXII Governo Constitucional apoia o reforço da Proteção Civil através da elaboração de um Programa de Proteção Civil Preventiva 2020/2030, servindo de apoio aos Municípios aquando concretizada a transferência de competências, conforme Decreto-Lei nr.º 44/2019, de 1 de abril, para os mesmos no domínio da Proteção Civil. Por este motivo, surge a necessidade de elaborar o presente documento - Estratégia Municipal de Proteção Civil 2020-2030 - que, consequentemente, se complementam e permitem uma estratégia mais eficiente e eficaz.

Cabe aos Governos Locais assumirem a liderança e convocarem os atores sociais através da regularização e monotorização dos setores como Educação, Saúde, Transporte e Ambiente,

contando com apoio das universidades podendo as mesmas fornecer pesquisas e análise de dados, dos Cidadãos e Grupos Comunitários, Setores Privados, Grupos Profissionais, Sociedade Civil (Nações Unidas 2012). Os Órgãos Municipais e os seus representantes, podem utilizar a priorização da redução de riscos uma vez que estas atitudes, na perspetiva política, podem ser encaradas como um investimento na valorização da imagem política. Assim, a Proteção Civil deve ser vista como uma atividade plurissectorial: envolvendo a sociedade, a economia, a política, o ambiente, onde o importante é aplicar, adaptar e articular as políticas públicas. Caso assim seja, são inúmeras as vantagens:

- Legado de liderança – Fortalecimento da confiança e da legitimidade nas estruturas políticas, oportunidades de descentralização e conformidade em padrões de atuação.
- Sociais e humanas – Vidas e propriedades salvas em caso de acidentes ou acidentes graves, participação ativa e os bens comunitários e herança cultural protegidos.
- Crescimento económico e geração de emprego – Segurança para os investidores, uma vez que a Covilhã tem dois fortes complexos industriais, ampliação do investimento de capital em infraestruturas e o aumento da oportunidade de negócios.
- Comunidades mais habitáveis – Ecossistemas equilibrados que alimentam os serviços, melhoram as condições de educação nas escolas, na saúde e bem estar.
- Articulação das cidades com especialistas e recursos nacionais e internacionais – Acesso a uma rede em expansão de cidades compartilhando boas práticas, ferramentas e conhecimentos técnicos e específicos, bem como a criação de uma base ampliada de conhecimento e cidadãos mais bens formados.

As cidades e territórios seguros e melhor governados, atraem mais investimento, logo, a aposta na resiliência deve ser encarada como uma oportunidade que, a médio prazo, trará novas oportunidades.

As iniciativas de Proteção Civil assentam na aposta de dinamização e envolvimento de todos os Agentes de Proteção Civil (APC), na participação dos munícipes, das várias instituições envolvidas, só assim se cria uma postura proativa e se aprende como reagir e atuar em tempo real para prevenir e proteger as populações, animais, bens e ambiente. Por fim, ressalva-se a

importância de conhecer e identificar os riscos que o Município pode enfrentar, uma vez que só assim se podem prevenir os mesmos.

O Serviço Municipal de Proteção Civil é ainda responsável por elaborar planos de Emergência - documentos formais nos quais as autoridades de Proteção Civil, nos seus diversos níveis, definem as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de Proteção Civil imprescindíveis à resposta e à reposição da normalidade, de forma a minimizar os efeitos de um acidente grave ou catástrofe sobre as vidas, a economia, o património e o ambiente. São, assim, documentos desenvolvidos com o intuito de organizar, orientar, facilitar, agilizar e uniformizar as ações necessárias à resposta, pelo que devem ser simples, flexíveis, dinâmicos, precisos e adequados às características locais. Deverão também permitir antecipar os cenários suscetíveis de desencadear um acidente grave ou catástrofe, definindo a estrutura organizacional e os procedimentos para preparação e aumento da capacidade de resposta à emergência.

Conforme já referido anteriormente, no domínio dos Riscos e Proteção Civil o município da Covilhã dispõe de um Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil (PMEPCC), elaborado com o intuito de enfrentar a generalidade das situações de emergência que se admitem possíveis de ocorrer na extensão territorial do concelho, tendo como objetivo central a organização dos meios humanos e materiais e a indicação dos procedimentos para fazer face a essas situações de emergência.

Também a Informação e Sensibilização Pública sobre os riscos naturais, tecnológicos e mistos é um direito do cidadão, contudo, é seu dever promover uma atitude pró-ativa, nomeadamente através do cumprimento das medidas de prevenção que o Serviço Municipal de Proteção Civil aconselha, assim como assumir a sua quota de responsabilidade na preparação da sua família para situações adversas. As ações de informação/sensibilização devem ser direcionadas para toda a comunidade, no entanto, necessitam de ser orientadas para um determinado público-alvo, incluindo as comunidades mais vulneráveis, uma vez que o Município da Covilhã apresenta territórios, instituições e grupos sociais distintos.

As populações são imprescindíveis na atividade de Proteção Civil, visto que, permitem uma maior consciencialização das responsabilidades individuais, quer no conhecimento das várias

tipologias de risco, quer na forma de proceder e atuar, se necessário, em situação de acidente grave ou catástrofe.

Adicionalmente, é um fim da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo prevenir riscos coletivos e reduzir os seus efeitos nas pessoas e bens, através da ponderação dos mais diversos fatores de risco na gestão territorial, de âmbito nacional, regional, intermunicipal e municipal, efetuada no âmbito dos programas e dos planos territoriais. Tal fim, preconizado pela Lei de Bases Gerais da Política do Solo, Ordenamento do Território e Urbanismo (Lei nº 31/2014, de 30 de maio), é reforçado e desenvolvido no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial quando este define um quadro para a consideração dos riscos coletivos na ocupação do solo, na medida em que os planos e programas territoriais devem identificar e delimitar as áreas de risco, bem como estabelecer regras e medidas para a sua mitigação.

No presente contexto a análise incidirá, fundamentalmente sobre a avaliação feita relativamente à perigosidade do concelho à ocorrência de acidentes graves ou catástrofes decorrentes da ocorrência de riscos de ordem natural, tecnológica ou mista. De seguida procede-se à identificação e caracterização dos riscos presentes no concelho da Covilhã, enfatizando-se que o presente capítulo não pretende constituir uma síntese do PMEPC, mas sim sistematizar os principais riscos identificados, cartografando a sua distribuição no território concelhio, de forma a que a intervenção municipal possa contribuir para a prevenção da ocorrência de acidentes graves ou catástrofes com danos para pessoas e bens, e para a minimização dos seus efeitos.

17.2.1. Identificação dos Riscos

O Risco é a probabilidade de ocorrência de um processo ou ação e respetiva estimativa das suas consequências sobre pessoas, bens e ambiente.

Os riscos podem ser agrupados em 3 grupos:

1. Riscos Naturais, os que resultam do funcionamento dos sistemas naturais.

2. Riscos tecnológicos, os que resultam de acidentes, frequentemente súbitos e não planeados, decorrentes da atividade humana.

3. Riscos Mistos, os que resultam da combinação de ações continuadas da atividade humana com o funcionamento dos sistemas naturais.

A metodologia adotada na caracterização e análise dos riscos existentes no Concelho da Covilhã, baseia-se na mais recente Avaliação Nacional de Risco (2019).

Descreve-se, para cada risco, o processo de análise e os dados utilizados, estando a metodologia de avaliação centrada na avaliação da suscetibilidade e na cartografia dos elementos expostos, disponibilizados no Portal InfoRiscos, baseado num Sistema de Informação Geográfica, que permite divulgar ao público em geral informação sobre identificação e caracterização dos fenómenos de génese natural, tecnológica ou mista, suscetíveis de afetar o território nacional, como base nos conteúdos da Avaliação Nacional de Risco. Este Portal insere-se na execução do previsto na Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva (ENPCP), aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros nº 160/2017. A ENPCP traduz uma aposta num conhecimento mais aprofundado dos riscos, com o objetivo de prevenir ou mitigar os seus efeitos, complementada pela implementação de sistemas de monitorização e de aviso à população, acompanhada pelo reforço da participação das autarquias locais e do maior envolvimento dos cidadãos, estimulando a participação das populações e a ideia de que a proteção e a segurança são uma responsabilidade de todos.

Conhecer e mapear os riscos permite regular os usos do solo e as formas de ocupação/construção considerando os impactos atuais e futuros, garantir a correta utilização do território, salvaguardando a segurança de pessoas e bens, através da prevenção e minimização dos riscos e eliminar / minimizar a exposição de pessoas e bens ao risco.

Face ao exposto, apresentam-se de seguida os riscos que pela sua génese natural, tecnológica ou associada ao comportamento humano, são suscetíveis de causar ou de criar um impacto negativo considerável no Concelho da Covilhã.

17.2.1.1. Riscos Naturais

17.2.1.1.1. Ondas de Calor

As ondas de calor ocorrem quando, durante alguns dias consecutivos, as temperaturas são superiores à média da época. São bastante prejudiciais para a saúde, podendo causar hipertermia, insolação, desidratação e lesões na vista e problemas de pele graves.

No âmbito do risco das ondas de calor os principais elementos expostos a considerar são os aglomerados habitacionais, pois neste caso os principais impactos ocorrem ao nível da população.

O Concelho da Covilhã, segundo a Avaliação Nacional de Risco (2019), apresenta uma suscetibilidade muito elevada e elevada à ocorrência de ondas de calor.

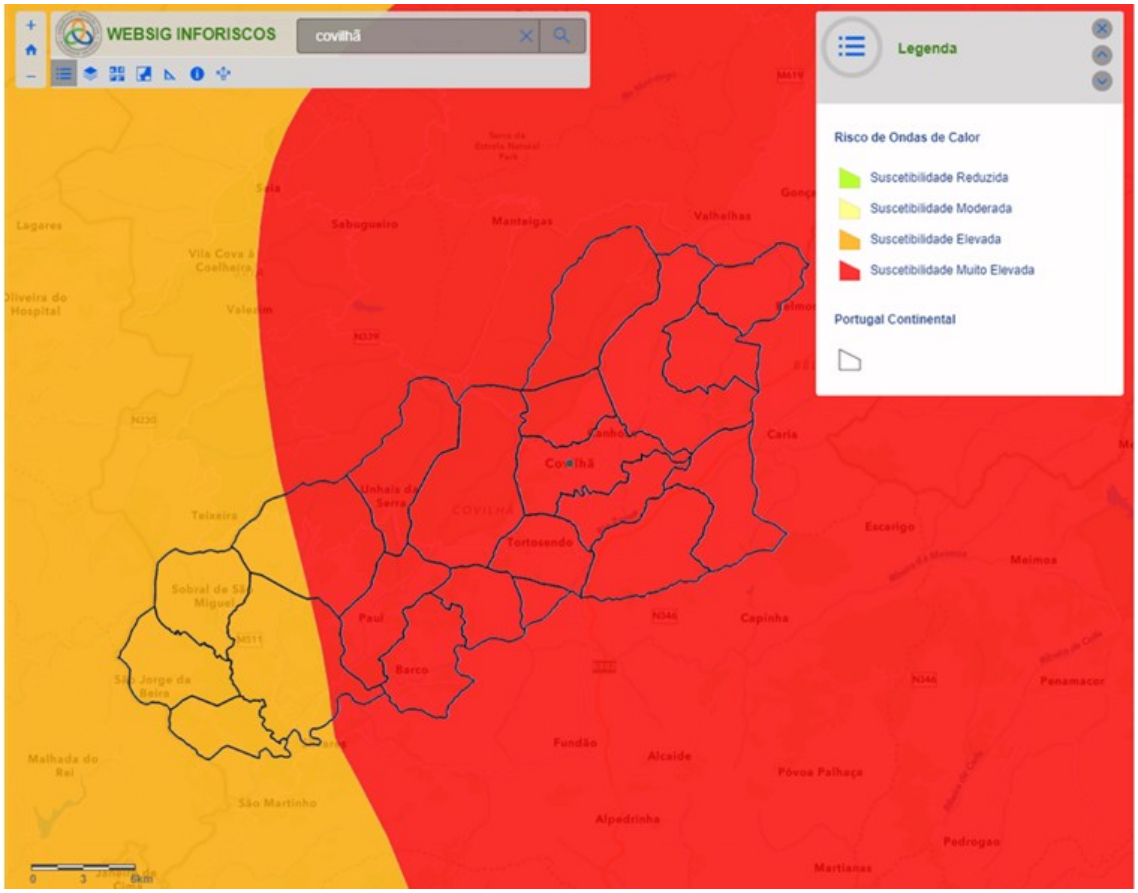


Figura 255 - Risco de Ondas de Calor no Concelho da Covilhã (Avaliação Nacional de Risco 2019).

17.2.1.1.2. Vagas de Frio

Quando a temperatura desce muito rapidamente e se prevê que esse estado de tempo vá durar alguns dias, dizemos que estamos perante uma vaga de frio.

As vagas de frio podem causar vários problemas de saúde e afetar a comunidade: podem fechar escolas e paralisar diversas atividades.

Os elementos expostos situados em zonas de elevada suscetibilidade correspondem essencialmente à população aí presente. Entre esta, os grupos mais vulneráveis são os idosos, as crianças e os sem-abrigo.

O concelho da Covilhã apresenta suscetibilidade moderada ao risco de vagas de frio.

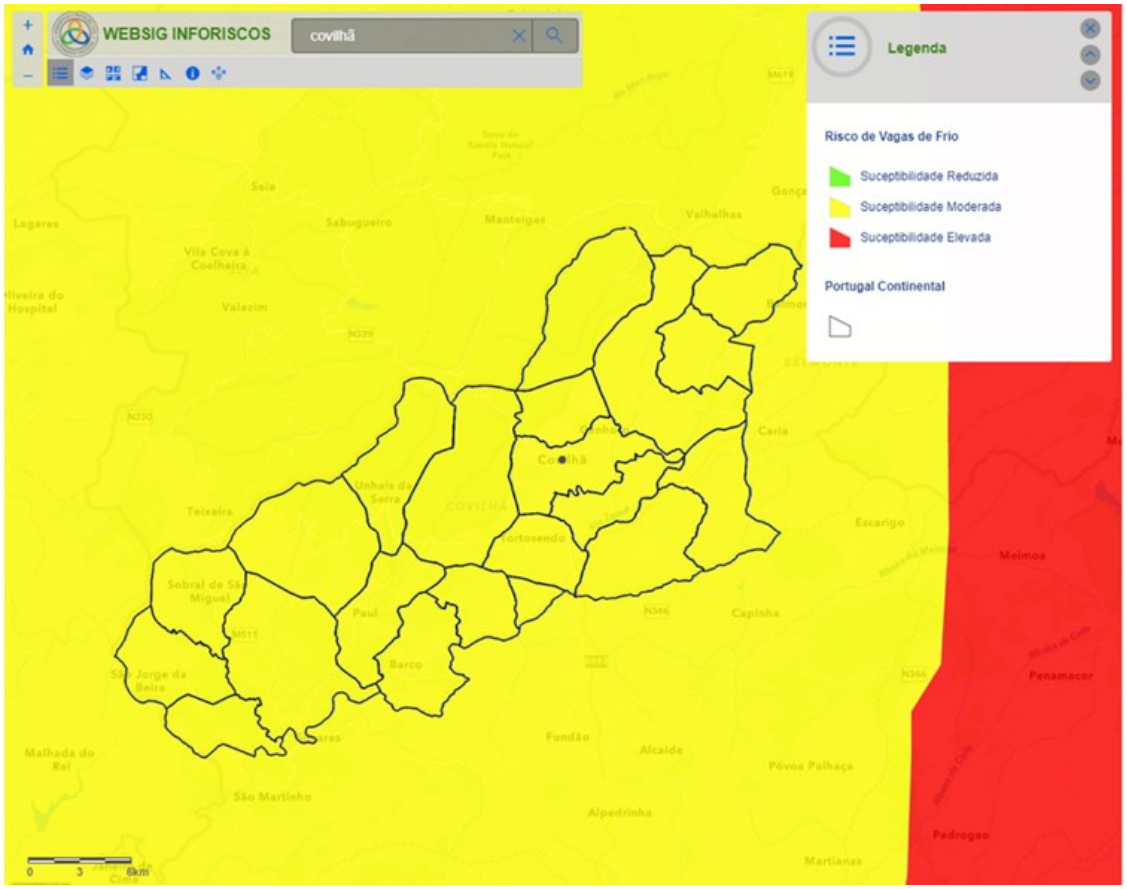


Figura 256 - Risco de Vagas de Frio no Concelho da Covilhã (Avaliação Nacional de Riscos 2019).

Outro fenómeno presente no Concelho da Covilhã é o de vento forte que geram consequências elevadas em termos dos prejuízos associados à danificação ou destruição de estruturas, equipamentos e redes, à queda de árvores e, em alguns casos, a existência de vítimas humanas.

Tais fenómenos tanto apresentam uma afetação geograficamente alargada (tipicamente associadas às depressões de Inverno) como um potencial para atingir zonas relativamente reduzidas do território (fenómenos extremos de vento, com impacto localizado, de que o exemplo mais premente é a ocorrência de tornados).

Segundo os dados da Avaliação de Risco Nacional (2019) é possível afirmar que o território concelhio apresenta uma vasta área onde a suscetibilidade para este risco é elevada, nomeadamente na zona norte e este do concelho, enquanto a zona oeste apresenta suscetibilidade moderada.

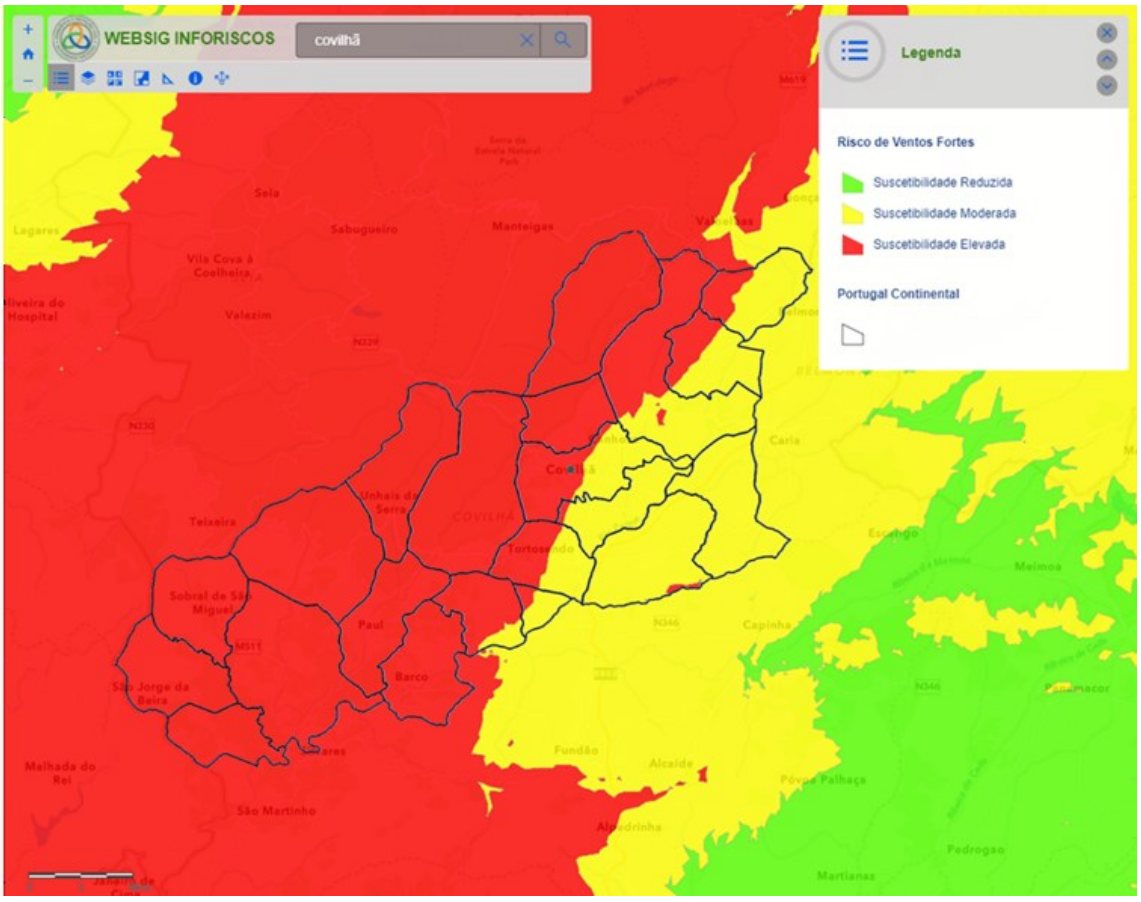


Figura 257 - Risco de Ventos Fortes no Concelho da Covilhã (Avaliação Nacional de Riscos 2019).

Existem respostas, no âmbito do planeamento e ordenamento do território, para eliminar /mitigar o risco de vagas de frio e de ondas de calor, tais como:

1. Incrementar a eficiência energética dos edifícios e urbanizações;

2. Implementar as infraestruturas verdes, aumentando o n.º de áreas e espaços verdes incluindo coberturas verdes, em particular em contexto urbano nas áreas mais vulneráveis aos efeitos das ilhas de calor.

3. Aumentar o número de árvores nas ruas.

4. Criar coberturas azuis e extensões de água.

5. Criar zonas de sombreamento (incluindo ações de arborização e instalação de palas ou toldos exteriores entre edifícios).

6. Criar corredores de ventilação.

7. Instalar ou reconverter equipamentos de sombreamento/refrigeração em infraestruturas de transporte urbano e material circulante (veículos, paragens, estações, estacionamentos) e edifícios públicos (prioritariamente escolas, hospitais e centros de saúde).

Sublinha-se o facto de, algumas das respostas supramencionadas, já se encontrarem a ser desenvolvidas no Concelho da Covilhã, como é o caso da eficiência energética dos edifícios e das urbanizações, o aumento do número de áreas e espaços verdes.

17.2.1.1.3. Nevões

A queda de neve ocorre quando os cristais de gelo não se fundem antes de chegarem ao solo, em virtude da baixa temperatura da atmosfera. Quando a queda de neve se prolonga por um período de tempo relativamente longo e abrange uma área relativamente extensa estamos em presença de um nevão.

Os nevões podem ter um forte impacto nos seres humanos, animais e plantas sendo as estruturas mais afetadas: as principais vias rodoviárias, os principais aglomerados urbanos, bem como a rede nacional de transporte de eletricidade.

Ocorrem com mais frequência nas regiões montanhosas de Portugal Continental, como é o caso da Serra da Estrela, criando situações bastante críticas:

paragem forçada de viaturas em circulação com necessidade de resgate dos ocupantes,

isolamento de vários aglomerados urbanos com consequências ao nível do abastecimento de bens essenciais e do normal funcionamento das comunidades (escolas, serviços de saúde, comércio, etc.).

cortes no abastecimento de eletricidade a vários aglomerados habitacionais devido aos danos na rede de distribuição elétrica, o que limita criticamente a capacidade de aquecimento dessas populações numa situação de frio extremo.

Atendendo à sua localização geográfica e às características climatéricas, parte do concelho da Covilhã encontra-se sujeita a temperaturas muito baixas, sobretudo entre dezembro e março, o que faz com que nas zonas montanhosas precipitações sejam de neve, acabando por bloquear estradas, sobretudo na zona das Penhas da Saúde e nos acessos de Aldeia S. Francisco de Assis, S. Jorge da Beira, Sobral de S. Miguel, Verdelhos, Sarzedo, Unhais da Serra e Pedras Lavradas à Covilhã.

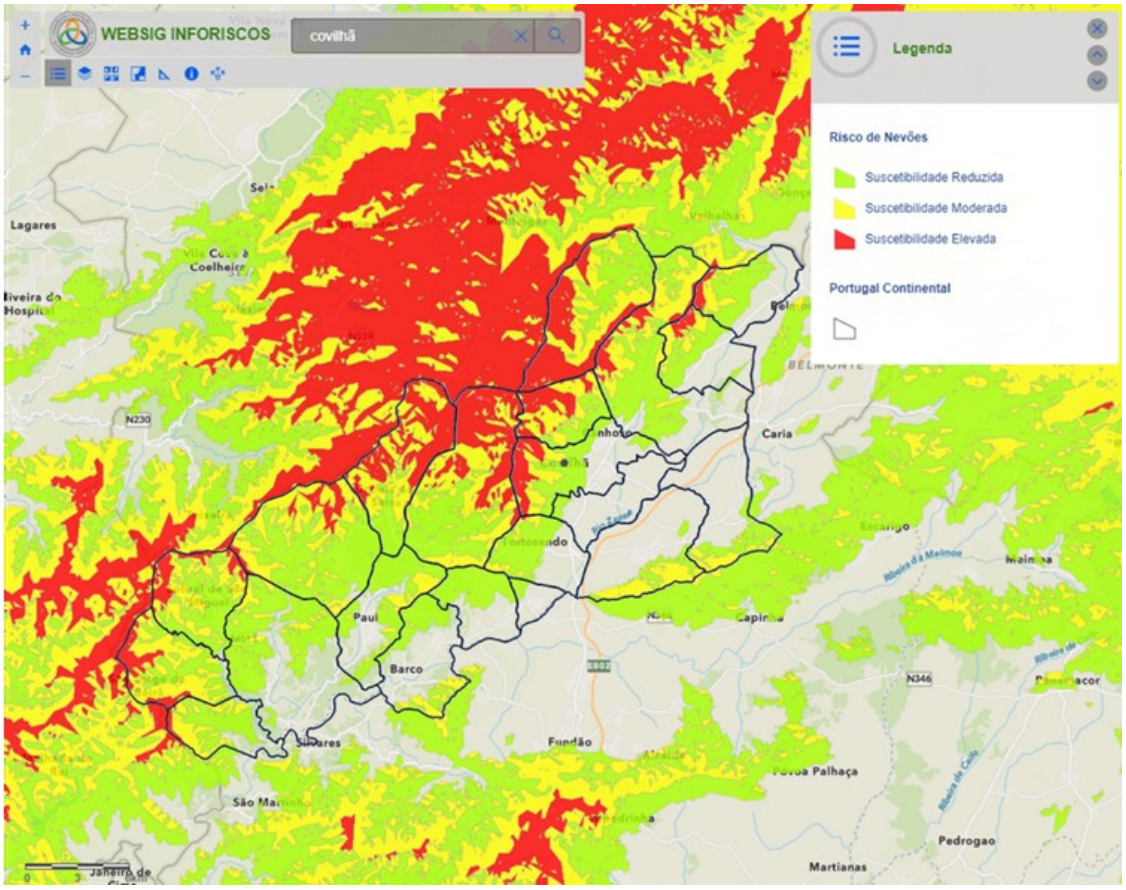


Figura 258 - Risco de Nevões no Concelho da Covilhã (Avaliação Nacional de Riscos 2019).

17.2.1.1.4. Secas

As secas são acontecimentos climáticos recorrentes, ocorrendo praticamente em qualquer ponto do globo, embora as suas características possam variar de região para região. Uma situação de seca encontra-se geralmente associada a longos períodos em que não ocorre precipitação, ou em que esta apresenta valores abaixo do normal.

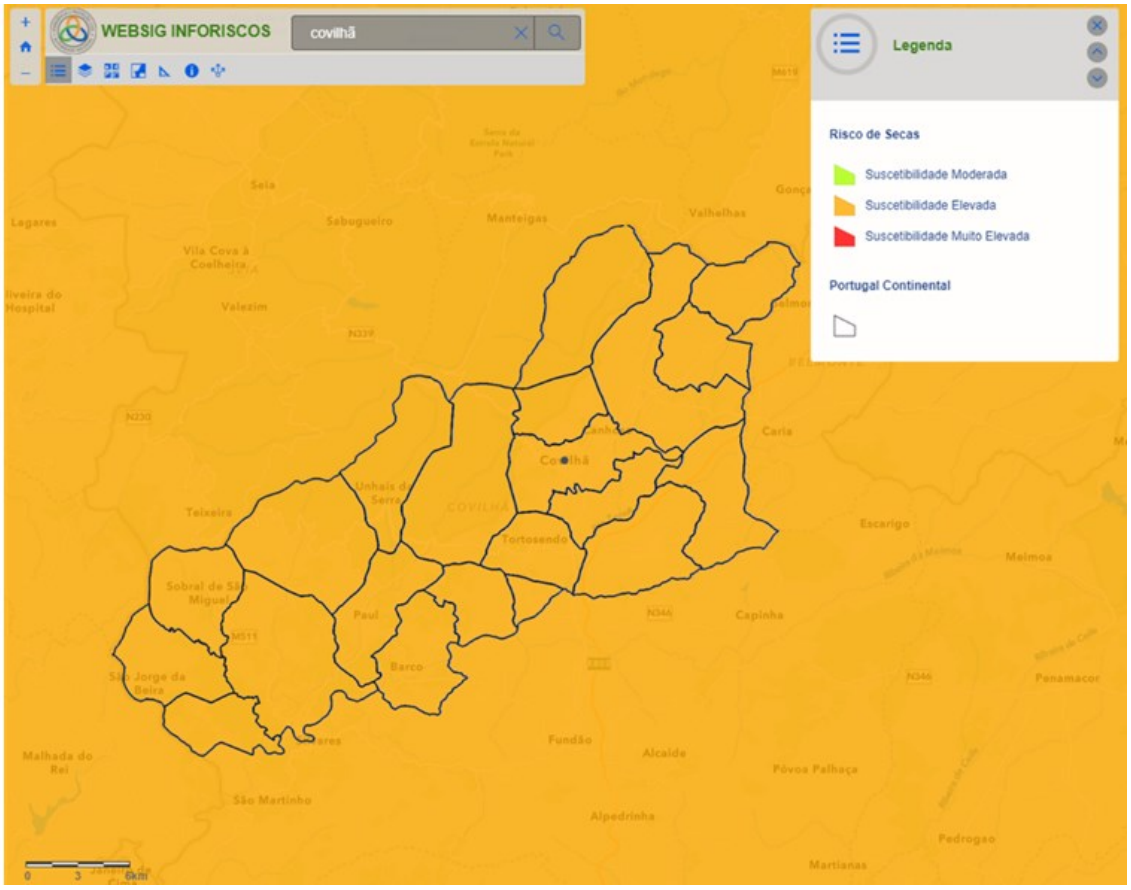


Figura 259 - Risco de Seca no Concelho da Covilhã (Avaliação Nacional de Riscos 2019).

Apesar do Concelho da Covilhã não assistir a períodos de seca e de ter condições que assegurem o abastecimento de água às populações com a existência das barragens, não significa que 1) com as alterações climáticas não se torne suscetível a este risco e 2) não tenha já vivenciado períodos de seca como exposto na tabela.

Tabela 99 - Principais ocorrências recentes de secas com impactos no abastecimento público (Avaliação Nacional de Riscos 2019).

Ano Hidrológico	Comentário
2017	100% do território afetado durante vários meses.
2004-06	100% do território em seca meteorológica, durante mais de 18 meses
1994-95	Uma das secas meteorológicas mais intensas do século XX. 100% do território em seca meteorológica, durante mais de 12 meses
1990-92	Uma das secas meteorológicas mais intensas do século XX. 100% do território em seca meteorológica, durante mais de 18 meses

17.2.1.1.5. Cheias e Inundações

Apesar de aparecerem muitas vezes associadas, cheias e inundações não significam a mesma coisa.

Cheias: Resultam do aumento do nível de água de um rio e do seu consequente extravasamento.

Inundações: Associadas a diversas causas, como por exemplo a incapacidade de escoamento das águas da chuva.

Em Portugal Continental, as cheias e inundações ocorrem essencialmente, nas bacias hidrográficas dos grandes e médios rios. Destacam-se, no entanto, algumas ocorrências de cheias e inundações no concelho da Covilhã atendendo à sua topografia, podendo ocorrer, sobretudo associadas ao rio Zêzere e a algumas ribeiras seus afluentes.

São consideradas zonas de cheias a extensão do rio entre a Ponte Nova e a Ponte do Barco.

Este risco apresenta um grau moderado de ocorrência no Concelho da Covilhã. De forma a eliminar/mitigar o risco, podem ser tomadas as seguintes medidas na ordem do planeamento e ordenamento do território:

1. Reduzir situações críticas de exposição a cheias através de operações de limpeza, desobstrução e regularização do leito, recuperando os seus perfis naturais e das planícies de inundação;

2. Criar condições de escoamento nas linhas de água, preservando e requalificando os seus leitos e margens em estado natural, incluindo os troços terminais.

3. Implementar técnicas de drenagem urbana sustentável, nomeadamente utilização de pavimentos permeáveis e de rugosidade em acordo com condições de escoamento adequadas, sistemas de retenção de escoamentos pluviais em locais relevantes, criação de percursos de escoamento pluvial preferenciais, delimitação/criação de áreas de infiltração, construção de poços ou trincheiras de infiltração;

4. Renaturalizar as linhas de água artificializadas.

17.2.1.1.6. Trovoada

São muitos os fenómenos que ocorrem no meio de uma tempestade. Uma das suas manifestações mais destrutivas e ameaçadoras é a descarga elétrica, designada por relâmpago. As tempestades onde se desenvolvem este tipo de fenómeno, geralmente de curta duração, são denominadas trovoadas.

O raio "escolhe" sempre o caminho mais curto até ao solo, atingindo o objeto a maior altitude, uma árvore alta ou um edifício, uma torre ou mesmo um indivíduo em campo aberto.

Posto isto, deve este risco ser considerado no âmbito da elaboração medidas de intervenção a desenvolver no território municipal, nomeadamente, as normas e a regulamentação da ocupação de via pública face à intensificação de temporais de chuva intensa e vento forte/ rajadas.

17.2.1.1.7. Movimento de Vertente

Pode ser definido como o movimento de descida, numa vertente, de uma massa de rocha ou solo (para jusante e exterior). Em Portugal estes fenómenos são geralmente desencadeados pela precipitação, por sismos ou por redefinição morfológica.

Trata-se de um risco, que embora apresente motivo de preocupação, é considerado ter probabilidade de ocorrência e gravidade médias, e ocorrerão possivelmente associados a invernos chuvosos. As situações que se têm verificado ao longo do tempo no território concelhio ocorrem sobretudo associadas a taludes de vias de comunicação e a algumas margens das linhas de água.

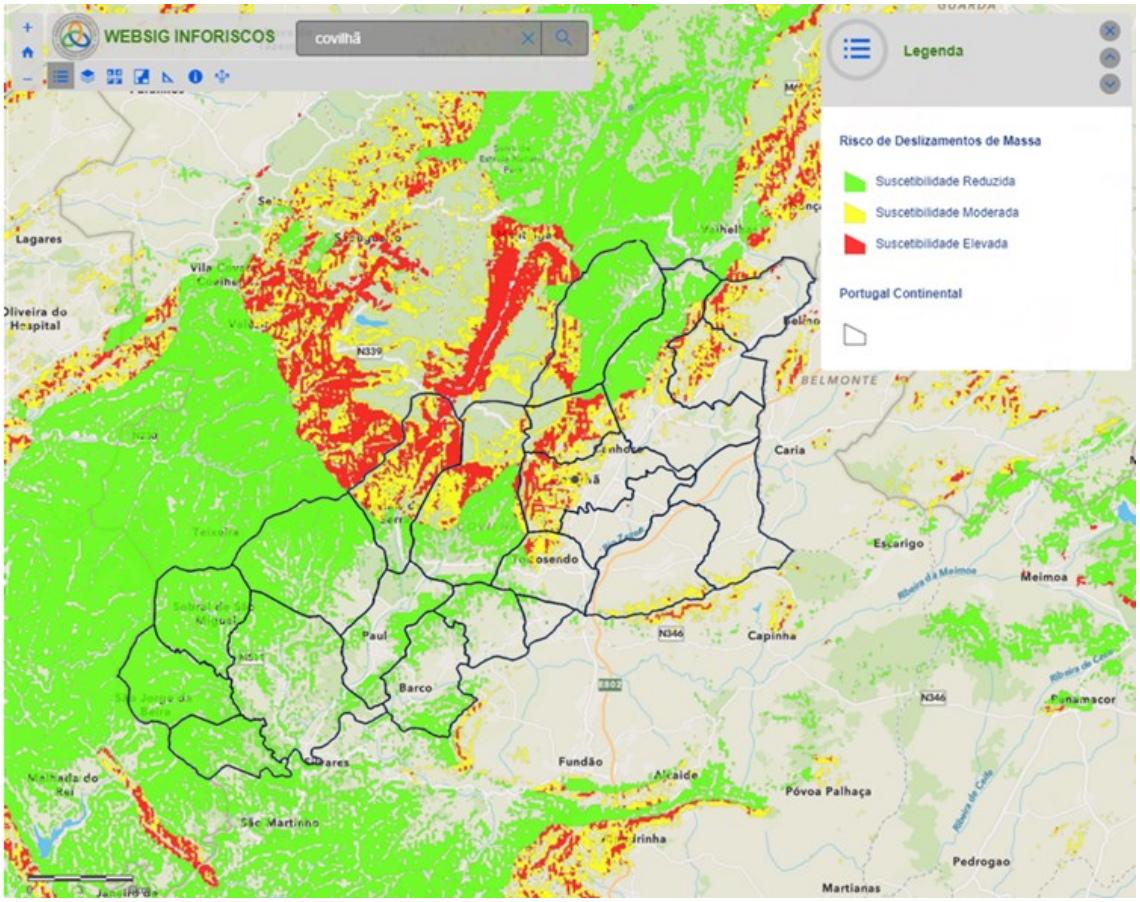


Figura 260 - Risco de Deslizamento de Massa no Concelho da Covilhã (Avaliação Nacional de Risco 2019).

No âmbito do planeamento e ordenamento do território, importa desenvolver estudos geológicos e geotécnicos específicos para as áreas edificadas em situação de risco e estabelecer programas de intervenção que prevejam, consoante os níveis de risco, medidas adequadas para estabilização da encosta em concreto ou a relocalização das edificações.

17.2.1.1.8. Sismos

Um sismo é um fenómeno natural resultante de uma rotura mais ou menos violenta no interior da crosta terrestre, correspondendo à libertação súbita de uma grande quantidade de energia, que provoca vibrações que se propagam em todas as direções a uma vasta área circundante.

O território nacional apresenta, na generalidade, uma elevada sismicidade devido à confluência de duas placas tectónicas, embora com baixa probabilidade de ocorrência.

No caso concreto da Covilhã, por possuir um subsolo de origem granítica o risco de ocorrência de sismos é reduzido, embora, na União de Freguesias Covilhã e Canhoso, bem como na Freguesia de Unhais da Serra existe suscetibilidade elevada de ocorrência de sismos.

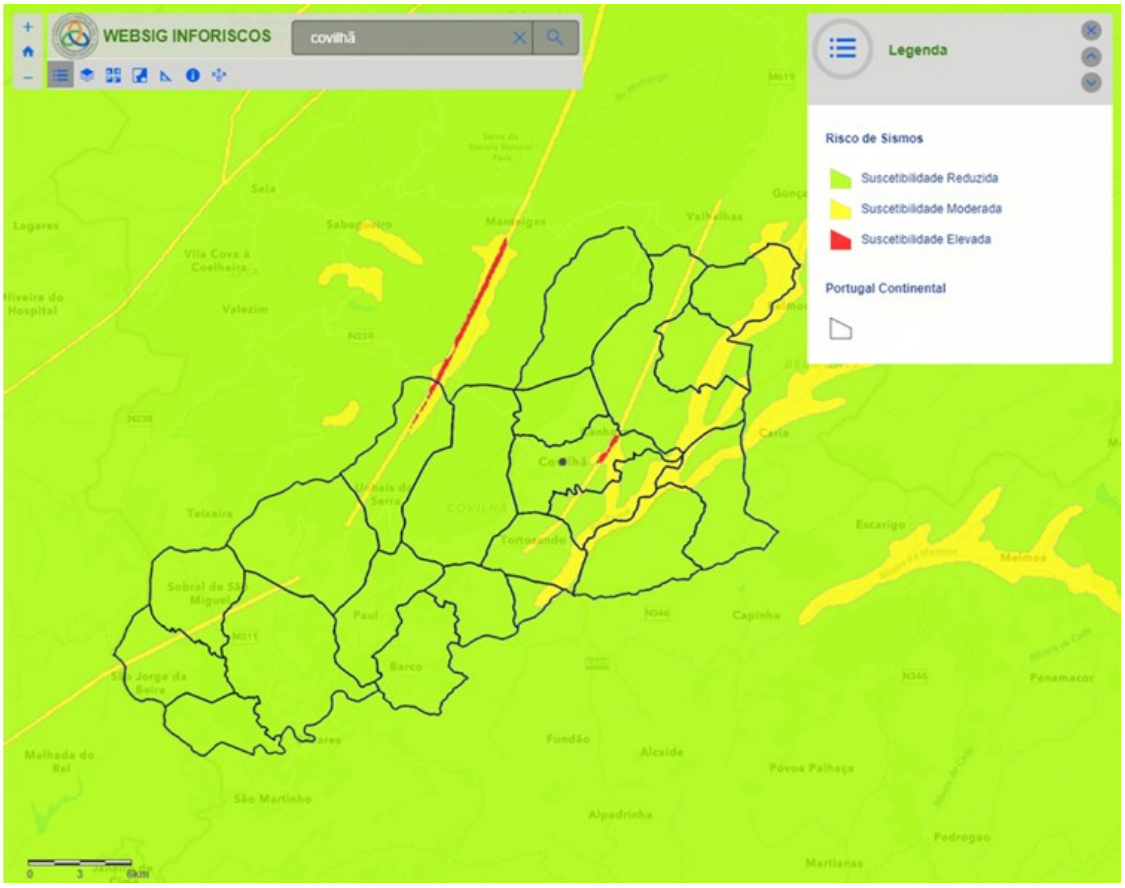


Figura 261 - Risco de Sismos no Concelho da Covilhã (Avaliação Nacional de Riscos 2019).

Entre os principais elementos expostos localizados em zona de suscetibilidade elevada a sismos estão os aglomerados urbanos mais populosos. A população, edifícios, equipamentos e infraestruturas destes aglomerados constituem por isso um importante elemento exposto ao

risco de sismos. Da mesma forma, também se podem verificam danos acentuados na rede rodoviária e ferroviária e nas redes elétrica, de abastecimento de água, de saneamento, de gás e de telecomunicações, bem como em algumas das principais unidades comerciais de distribuição de alimentos (grandes armazéns, hipermercados e supermercados).

17.2.1.2. Riscos Mistos

17.2.1.2.1. Incêndios Rurais

Os incêndios rurais são das catástrofes naturais mais graves em Portugal, não só pela elevada frequência com que ocorrem e extensão que alcançam, como pelos efeitos negativos na economia e no ambiente e por constituírem uma fonte de perigo para as populações e bens.

Os incêndios florestais têm sido um flagelo recorrente ao longo das últimas décadas um pouco por todo o país e a Covilhã não tem sido exceção, atendendo à extensão das áreas florestais do concelho – cerca de 70% do território é ocupado com plantação de eucaliptos, pinheiro bravo entre outras.

As causas dos IR são maioritariamente de origem humana, quer por negligência e acidente (queimadas, queima de lixos, lançamento de foguetes, cigarros mal apagados, linhas elétricas, etc), quer intencionalmente. As causas naturais (ex: trovoadas) correspondem a uma pequena percentagem do número total de ocorrências.

Nas zonas de maior perigosidade de incêndio rural localizam-se alguns aglomerados habitacionais. Ao nível das infraestruturas viárias destacam-se algumas rodovias e ferrovias principais, bem como vários troços da rede de transporte de energia elétrica de muito alta tensão. Destacam-se ainda os próprios espaços florestais como elemento exposto, em especial nos casos em que são atingidas áreas classificadas no âmbito da conservação da natureza (Rede Nacional de Áreas Protegidas, Rede Natura, etc.).

As respostas que podem ser aplicadas no âmbito do planeamento e ordenamento do território, segundo o documento elaborado pela CCDR LVT “O Ordenamento do Território na Resposta às Alterações Climáticas - Contributo para os PDM” com vista à prevenção/mitigação dos incêndios rurais traduzem-se em:

1. Promover o aumento das áreas sujeitas a gestão florestal e a melhoria da eficiência da gestão florestal, como meio para melhorar e/ou implementar modelos de gestão que potenciem a sua capacidade de adaptação às alterações climáticas.

2. Rever a capacidade planeada das infraestruturas e assegurar a beneficiação e a manutenção da rede viária florestal.

3. Desmatar as zonas adjacentes a estruturas viárias/ferroviárias e edificações.

4. Fomentar utilizações produtivas dos espaços envolventes aos aglomerados.

5. Introduzir faixas ou manchas de descontinuidade através da: (re)arborização com espécies florestais resilientes ao risco de incêndio florestal, introdução de mosaico agrícola, criação de áreas para pastoreio e utilização de caprinos para controlo da vegetação espontânea.

6. Valorizar economicamente a biomassa através da instalação de Sistemas Intermunicipais de recolha e armazenagem intercalar da biomassa sobrante das atividades florestais e agrícolas em zonas rurais.

7. Reconverter e reconfigurar as estruturas lineares de transporte e distribuição de energia elétrica e de telecomunicações que atravessam áreas florestais (e.g. enterramento de cabos; alterações de traçado).

8. Implementar infraestruturas públicas/privadas com tubagens adequadas resistentes ao fogo.

9. Privilegiar infraestruturas subterrâneas no Solo Rústico.

10. Criar lagos para armazenamento de água passível de ser utilizada no combate a incêndios florestais.

17.2.1.2.1. Acidentes de Poluição

Os acidentes de poluição ocorrem com a modificação da composição química do ar causada por detritos industriais, pesticidas ou elementos radioativos, que prejudicam o equilíbrio do meio ambiente e, consequentemente, os seres vivos. Agrupam-se em:

 POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA: modificação da composição química do ar causada por detritos industriais, pesticidas ou elementos radioativos, que prejudicam o equilíbrio do meio ambiente e consequentemente os seres vivos.

 POLUIÇÃO DA ÁGUA: alteração das propriedades físicas, químicas ou biológicas da água provocada por resíduos agrícolas (de natureza química ou orgânica), resíduos industriais, esgotos, lixo ou sedimentos.

o Os aquíferos são, por definição, formações geológicas subterrâneas que funcionam como reservatório de água, sendo alimentados pelas chuvas que se infiltram no subsolo. Tratam-se de rochas e solos com características porosas e permeáveis capazes de reter e ceder água, fornecendo água para poços e nascentes em proporções suficientes, servindo como proveitosas fontes de abastecimento.

Portanto, os aquíferos não se tratam de formações estáticas, encontrando-se em constante renovação. Por esse motivo são bastante suscetíveis a infiltração de contaminantes, que podem ser provenientes de diversas fontes potenciais de contaminação, entre elas:

- Lixões;
- Aterros mal operados;
- Acidentes com substâncias tóxicas;
- atividades inadequadas de armazenamento, manuseio e descarte de matérias primas, produtos, efluentes e resíduos em atividades industriais (petroquímicas, metalúrgicas, galvanoplastias, etc.);
- uso incorreto de agrotóxicos e fertilizantes, e outras fontes dispersas de poluição.
- atividades mineiras que expõem o aquífero;

 POLUIÇÃO DO SOLO: deposição ou infiltração no solo ou no subsolo de substâncias ou produtos poluentes.

o Os principais fatores que geram a degradação do solo estão relacionados com a ocupação do solo de forma não planeada e não sustentável. Isso faz com que o solo se torne pobre, sem vida, onde as plantas têm dificuldade se desenvolver, interferindo diretamente em sua capacidade de produção. Este mal invisível aparece quando a concentração de componentes

poluentes na superfície é tão alta que causa danos na biodiversidade do solo e coloca em risco a nossa saúde especialmente através da alimentação. Mais precisamente, atividades como a pecuária e a agricultura intensivas costumam utilizar medicamentos, pesticidas e fertilizantes que contaminam os campos, da mesma forma que acontece com os metais pesados e outras substâncias químicas de origem natural ou antropogénica.

A FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations) diferencia dois tipos de poluição:

- POLUIÇÃO PONTUAL: ocorre por razões específicas, acontece em áreas reduzidas e suas causas são fáceis de identificar. Esta poluição terrestre é comum nas cidades, em locais de antigas fábricas, arredores de estradas, lixeiras ilegais e estações depuradoras.
- POLUIÇÃO DIFUSA: inclui territórios muito amplos e suas causas são diversas ou difíceis de identificar. Este tipo envolve a dispersão de poluentes através de sistemas ar-solo-água e tem um impacto importante na saúde humana e no meio ambiente.

Para a FAO, entre as causas antropogénicas mais comuns da poluição do solo destacam-se:

- a indústria;
- a mineração;
- as atividades militares;
- a gestão de resíduos — incluindo o lixo tecnológico e as águas residuais;
- a agricultura;
- a pecuária;
- e a construção de infraestruturas urbanas e de transportes.

Algumas destas causas podem ser encontradas no Concelho da Covilhã e para que a degradação do solo não ocorra, além do seu planeamento ocupacional é necessário adotar algumas medidas preventivas, visando sempre ao seu uso de forma sustentável e racional.

POLUIÇÃO SONORA: produção de sons, ruídos ou vibrações que violam as disposições legais e podem causar problemas auditivos ou desencadear outros efeitos na saúde humana.

17.2.1.3. Riscos Tecnológicos

17.2.1.3.1. Acidentes Rodoviários

A incidência de acidentes rodoviários, para além dos fatores relacionados com a atitude e comportamento dos condutores e peões, está relacionada com a intensidade de tráfego, com as condições meteorológicas e com o estado de manutenção das vias e dos veículos que nelas circulam. Os tipos de acidentes mais gravosos são principalmente os choques em cadeia, merecendo também destaque os acidentes entre veículos (sobretudo veículos de transporte coletivo de passageiros) e composições ferroviárias (comboios ou metro de superfície).

Os acidentes rodoviários são um dos riscos tecnológicos mais preocupantes, pois são muito frequentes e uma das principais causas de vítimas mortais.

No caso dos acidentes rodoviários, considera-se que os elementos expostos são os passageiros, as viaturas e os peões que circulam nas vias rodoviárias, bem como as próprias vias e as infraestruturas associadas (pontes, viadutos e túneis), que poderão sofrer danos em caso de acidente.

Atendendo à extensão da rede viária concelhia (cerca de 425km) este risco possui alta probabilidade de ocorrência, sendo a sua gravidade, previsivelmente, média/alta, sendo identificada a N18 como de suscetibilidade elevada de risco de acidente rodoviário.

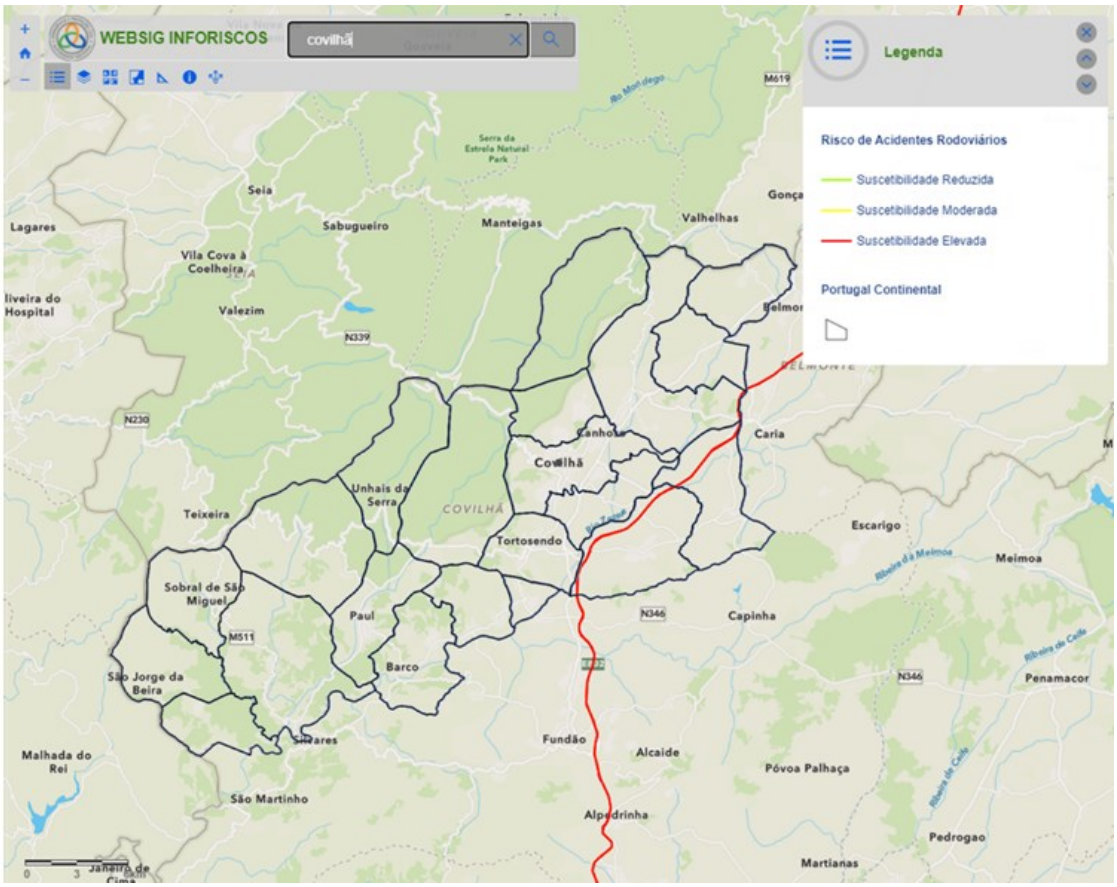


Figura 262 - Risco de Acidentes Rodoviários no Concelho da Covilhã (Avaliação Nacional de Riscos 2019).

17.2.1.3.2. Acidente Ferroviário

Considera-se acidente ferroviário o conjunto de ocorrências na via-férrea, envolvendo comboios, pessoas ou veículos, que perturbem o normal funcionamento da via e causem danos materiais ou humanos.

Os principais acidentes ferroviários em Portugal Continental têm ocorrido nas linhas ferroviárias correspondentes às principais ligações de longo curso, podendo distinguir-se o seu nível de suscetibilidade de acordo com a sua tipologia e intensidade de circulação. Assim considera-se que as linhas ferroviárias de maior suscetibilidade são as que apresentam via única para a circulação em ambos os sentidos, como é o Caso do Concelho da Covilhã. Adicionalmente, a presença de uma estação, de diversas passagens de nível sem guarda e de algumas pontes agrava a probabilidade da ocorrência de acidentes no território.

Há ainda o risco associado ao constante atravessamento rodoviário do concelho por camiões cisterna, transportando diversos produtos que, em caso de acidente poderão originar grave risco para as populações e para o ambiente.

Embora sendo uma situação considerada de média probabilidade de ocorrência, se ocorrer será previsivelmente de alta gravidade.

Como causas incluem-se várias situações, nomeadamente de descarrilamentos, colisões entre comboios ou colisões de comboios com viaturas, pessoas, infraestruturas ou outro tipo de bloqueio à circulação, devidas a causas humanas ou técnicas.

No caso de acidentes ferroviários, considera-se que os elementos expostos são os passageiros e tripulação dos comboios, as locomotivas e vagões e a própria linha férrea que poderá sofrer danos no acidente. Serão ainda de considerar como elementos expostos, os peões e viaturas que atravessam as passagens de nível, ou seja, não se prevê a existência de elementos expostos para além dos envolvidos diretamente no acidente.

17.2.1.3.3. Acidente Aéreo

Os acidentes aéreos constituem um risco com potencial para gerar danos críticos ao nível da população devido ao elevado número de mortos e feridos que podem provocar.

Um acidente aéreo, normalmente, ocorre devido às características deste tipo de equipamento - uma quantidade significativa de massa que se desloca a grande velocidade, altura e distância, em geral transportando, além da tripulação, muitos passageiros ou carga – e, embora o avião seja considerado um dos meios de transporte mais seguros, um acidente tem graves impactos.

No caso dos acidentes aéreos, considera-se que os elementos expostos são os ocupantes das aeronaves, as próprias aeronaves, bem como as populações, os edifícios e as infraestruturas localizados no solo.

Atualmente, no Concelho da Covilhã, existe apenas um Heliporto, sito em Cortes do Meio, que pode originar acidentes graves, por esse motivo e, uma vez que aquando elaboração da Avaliação Nacional de Risco (2019) o heliporto ainda não se encontrava operacional, a ANEPC caracterizou o Concelho da Covilhã com suscetibilidade reduzida de risco de acidentes com aéreos.

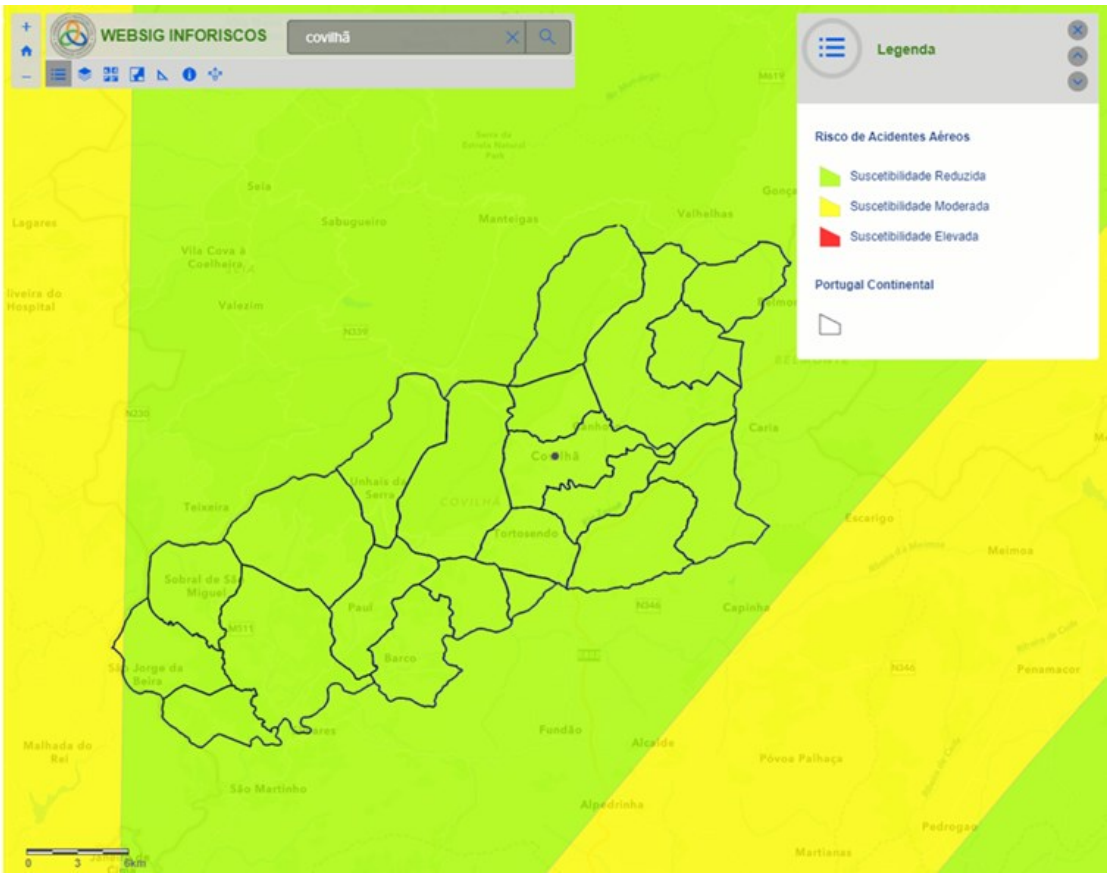


Figura 263 - Risco de Acidentes Aéreos no Concelho da Covilhã (Avaliação Nacional de Risco 2019).

17.2.1.3.4. Incêndios Urbanos

Os incêndios urbanos possuem maior suscetibilidade de ocorrência nos aglomerados onde o estado de degradação do edificado é mais notório, e sobretudo em algumas áreas antigas da cidade da Covilhã onde à degradação do edificado se junta a dificuldade de acesso devido à sinuosidade e reduzida largura das vias.

A maioria dos incêndios urbanos ocorre devido a problemas com a rede elétrica, a rede de gás ou fontes de calor, sendo a cozinha o local onde muitos incêndios têm origem.

A Avaliação Nacional de Riscos 2019 identifica 1 área com suscetibilidade moderada no Concelho da Covilhã, nomeadamente na União de Freguesias de Covilhã e Canhoso.

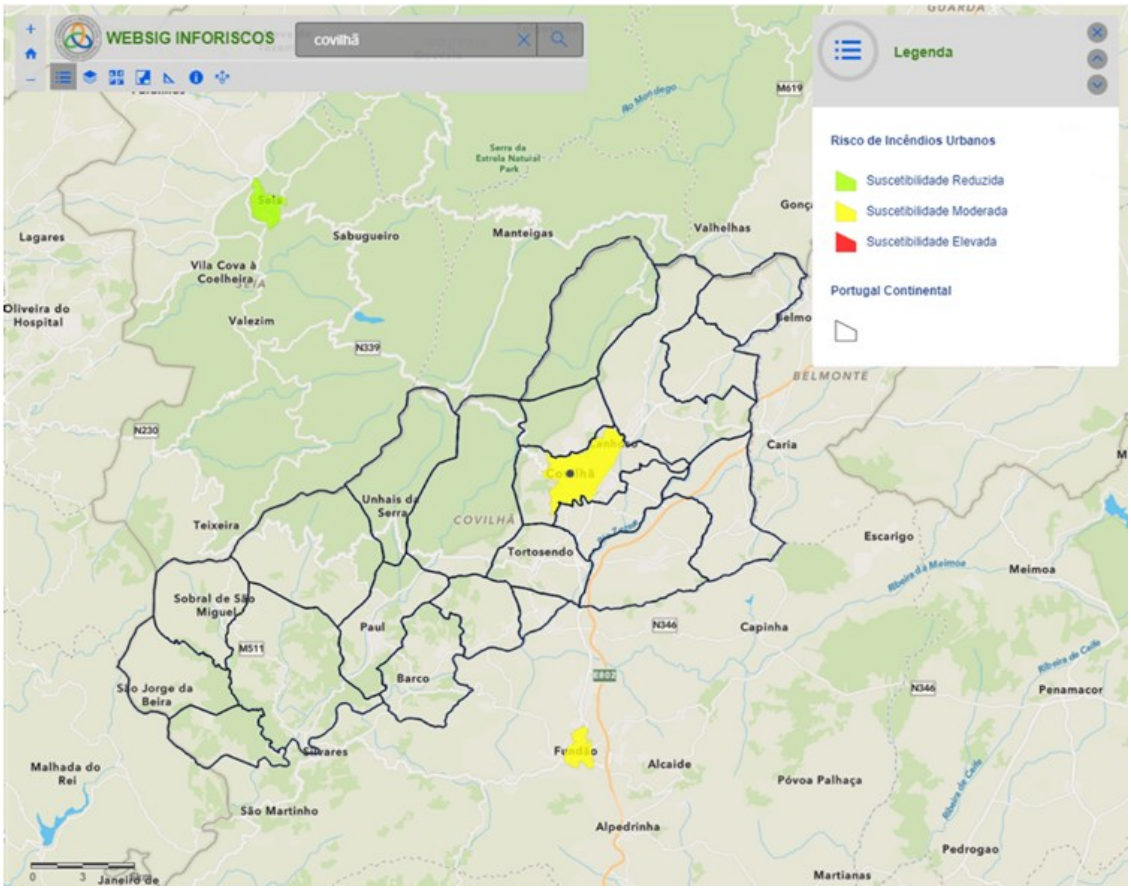


Figura 264 - Risco de Incêndios Urbanos no Concelho da Covilhã (Avaliação Nacional de Riscos 2019).

17.2.1.3.5. Incêndios e Colapsos em Centros Históricos

Um centro histórico pode ser definido como o conjunto formado pelas construções, espaços públicos e privados, ruas, praças e demais particularidades que o constituem e que em determinado momento histórico teve uma fisionomia clara e unitária, expressão de uma comunidade social, individualizada e organizada.

Os centros históricos, devido à sua localização e à sua constituição, são bastante vulneráveis aos incêndios, pois existe um grande número de fatores desfavoráveis que facilitam a deflagração do incêndio, dificultando o seu ataque e, consequentemente, facilitando a sua propagação. Na área da segurança contra incêndios, os centros históricos estão sempre associados a edifícios degradados, abandonados, em mau estado de conservação apresentando um risco de incêndio altíssimo.

No Concelho da Covilhã, existem são identificados 3 centros históricos:

1. Freguesia do Tortosendo;
2. União de Freguesias de Covilhã e Canhoso;
3. União de Freguesias do Teixoso e Sarzedo.

Estes caracterizam-se por edificações essencialmente residenciais e de comércio, existindo uma grande probabilidade da ocorrência de incêndios acidentais em instalações elétricas, de gás ou de aquecimento que estão em geral mal feitas ou mal conservadas.



Figura 265 - Identificação do Centro Histórico na Freguesia do Tortosendo (Fonte: Município da Covilhã).



Figura 266 - Identificação do Centro Histórico na União de Freguesias de Covilhã e Canhoso (Fonte: Município da Covilhã).



Figura 267 - Identificação do Centro Histórico na União de Freguesias de Teixoso e Sarzedo (Fonte: Município da Covilhã).

17.2.1.3.6. Acidentes Industriais Graves

O acidente industrial, sobretudo o que envolve matérias perigosas, é o conjunto de ocorrências nefastas do qual resulta a exposição de pessoas, de bens e/ou do meio ambiente, a determinado tipo de produtos em situação imprevista.

As atividades industriais podem acarretar riscos ligados à produção e armazenamento de substâncias perigosas, uma vez que o uso de grandes quantidades de produtos químicos perigosos é inevitável em alguns setores da indústria, cruciais para uma sociedade industrializada moderna. A ocorrência de acidentes dimensão desta natureza, deu origem a ações de prevenção e controlo dos perigos associados para limitar as suas consequências para a saúde humana e para o ambiente.

Os principais riscos, que para além da própria indústria, podem afetar também a zona envolvente (população, ambiente e construções), são:

Incêndio;

Explosão;

Contaminação atmosférica por libertação de gases tóxicos;

Derrame de produtos químicos líquidos.

Efeito dominó, isto é, "Identifica os estabelecimentos ou grupos de estabelecimentos (…), em que a probabilidade ou as consequências de um acidente grave são maiores devido à posição geográfica e à proximidade destes estabelecimentos e dos seus inventários de substâncias perigosas"

Os incêndios industriais inspiram, naturalmente, maior preocupação nos parques industriais de Tortosendo e Canhoso, não sendo, contudo, de relevar a perigosidade associada às restantes unidades industriais dispersas pelo concelho (Barroca Grande, Boidobra, Dominguizo, Paul, Tortosendo, Unhais da Serra, Vales do Rio).

17.2.1.3.7. Acidente no transporte de Substâncias Perigosas

No dia-a-dia são necessárias várias mercadorias úteis ao homem. Estas mercadorias têm características que as podem tornar perigosas e por esse motivo são transportadas em veículos

próprios e os seus condutores têm que ter uma formação adequada. O transporte de substâncias perigosas é uma preocupação porque por um lado, em caso de acidente, poderão ocorrer explosões, por outro lado, poderá ocorrer derrame, fuga ou emissão de substâncias perigosas.

No caso de acidentes no transporte terrestre de mercadorias perigosas, considera-se que os principais elementos expostos são as próprias tripulações dos comboios e dos veículos rodoviários envolvidos e ainda os aglomerados habitacionais que se localizem na proximidade dos itinerários utilizados neste tipo de transporte.

O transporte de produtos perigosos em infraestruturas fixas é realizado em grande escala/pressão através de gasodutos e oleodutos. Um acidente numa destas condutas pode ocorrer devido a explosões e incêndios, derrames tóxicos e libertação de gases tóxicos.

Os principais elementos expostos localizados em zona de suscetibilidade elevada a acidentes em infraestruturas fixas de transporte de produtos perigosos são as pessoas, edifícios, equipamentos e infraestruturas localizadas nas proximidades das condutas de transporte (gasoduto e oleoduto).

Na ordem do planeamento e ordenamento do território podem ser criadas medidas compensatórias como estradas que não passem por grandes aglomerados populacionais e, assim, reduzir o risco em caso de acidente.

17.2.1.3.8. Colapso de Estruturas

O colapso de uma infraestrutura de grandes dimensões (ponte, túnel, viaduto, etc.) pode acarretar, para além dos danos das próprias infraestruturas, graves consequências ao nível da população (mortos e feridos). No caso do colapso de túneis, pontes e infraestruturas, considera-se que os elementos expostos são os passageiros, veículos automóveis e comboios que nelas circulam, bem como as próprias infraestruturas.

Chama-se colapso de estruturas à queda de diques, pontes, viadutos e rutura de barragens, sendo esta última a mais preocupante, pois pode afetar muitas vidas humanas e causar prejuízos materiais.

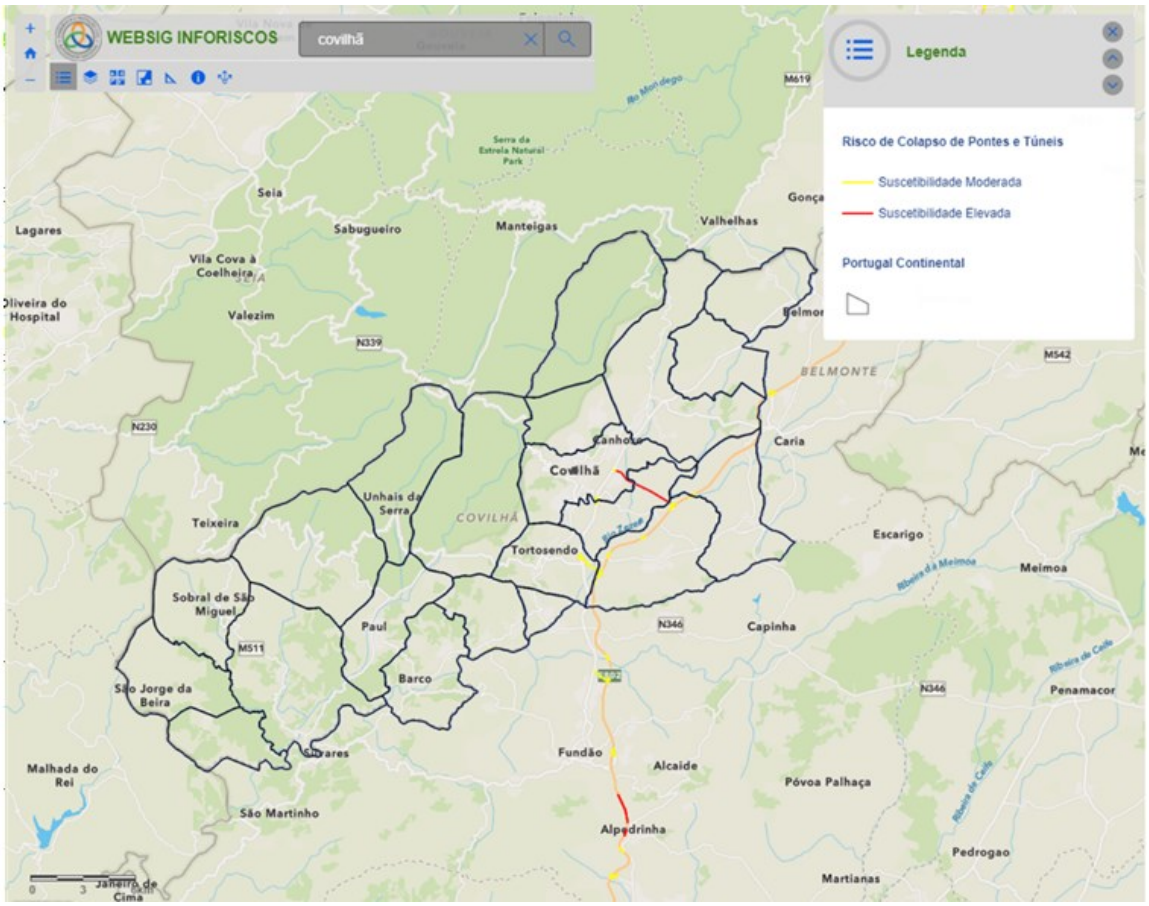


Figura 268 - Risco de Colapso de Pontes e Túneis no Concelho da Covilhã (Avaliação Nacional de Riscos 2019).

No concelho da Covilhã, importa desenvolver o risco de rutura de barragens, uma vez que no concelho existem duas: Barragem da Cova de Viriato e Barragem de Covão do Ferro e as consequências que daí podem advir são bastante graves: inundação que pode afetar muitas vidas humanas e causar elevados danos materiais.

Os principais elementos expostos localizados em zona de suscetibilidade elevada a ruturas de barragens são as pessoas, edifícios, equipamentos e infraestruturas localizados nos troços a jusante das grandes barragens.

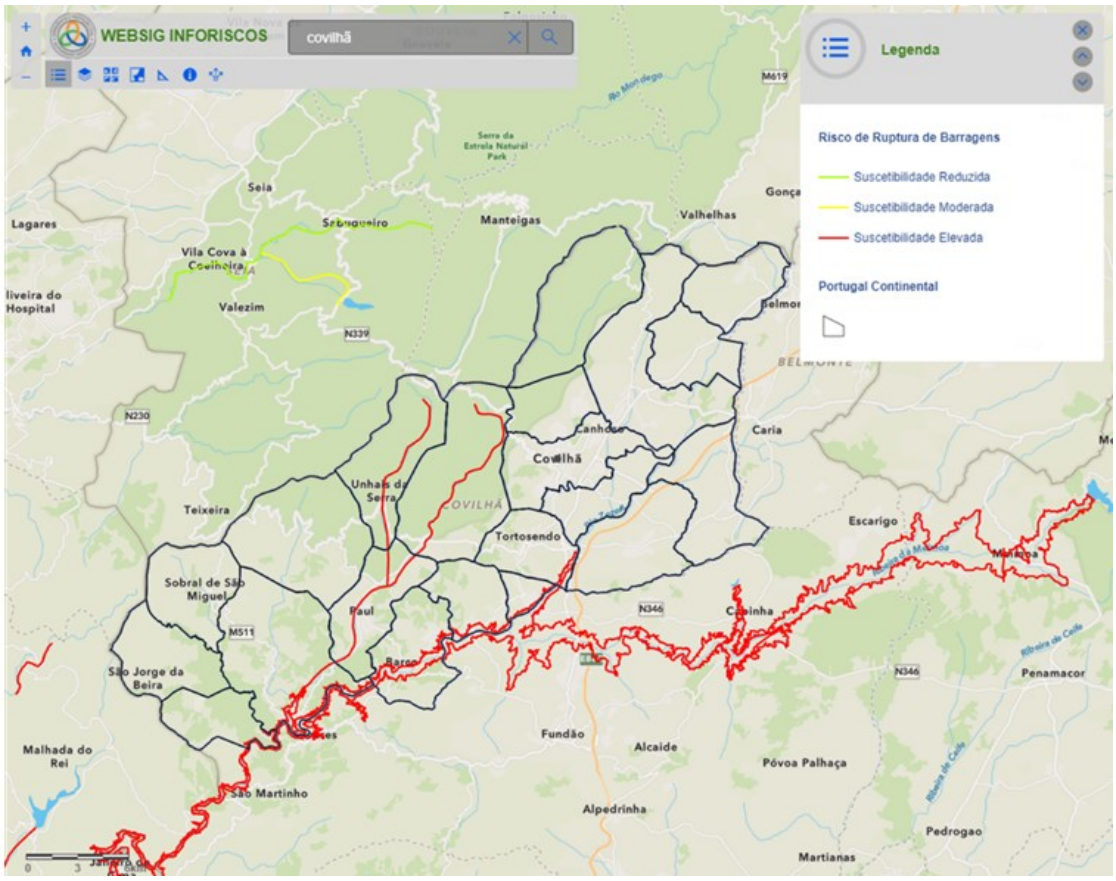


Figura 269 - Risco de Rutura de Barragens no Concelho da Covilhã (Avaliação Nacional de Riscos 2019).

17.2.1.4. Outros Riscos

17.2.1.4.1. Espécies Invasoras

As chamadas espécies invasoras são espécies que crescem e reproduzem-se rapidamente, por vezes possuem várias gerações por ano, e possuem uma enorme capacidade de dispersão. Frequentemente competem ou excluem as espécies nativas do seu habitat. Assim, as espécies invasoras têm um impacto enorme nos ecossistemas, na saúde humana e consequentemente na economia, uma vez que muitas atividades comerciais, agrícolas e recreativas dependem de ecossistemas nativos saudáveis.

Importa referir que muitas das espécies que antes eram exóticas, atualmente são aceites como "naturais".

Fator	Como se manifesta	Exemplo
Tempo de chegada	À medida que o tempo passa, as espécies vão sendo vistas como "naturais"	O tomate (Solanum lycopersicum), originário da América Central e do Sul, é hoje visto como "natural" na Europa.
Impacte Económico	Espécies com retorno económico são mais facilmente integradas na cultura local	O café arábica (Coffea arabica), originário da Etiópia, faz parte da economia do Brasil e da Colômbia, enquanto o cacau (Theobroma cacao), vindo da América, tem profundo impacte económico em África. Em termos florestais, registam-se os exemplos do eucalipto (Eucalyptus sp.) no Brasil ou do pinheiro bravo (Pinus pinaster) na Austrália e Nova Zelândia. Em Portugal, a Cryptomeria japonica é hoje uma das principais espécies florestais de produção nos Açores.
Preferências estéticas	Espécies ornamentais são mais facilmente aceites do que espécies autóctones consideradas feias	O jacarandá (Jacaranda mimosifolia), de origem americana, é visto quase como a árvore nacional da África do Sul, mas foi considerado invasor. Em Portugal é frequentemente usado em arborização em meio urbano e não é considerado invasor.

Efeitos na saúde humana	Espécies medicinais são integradas, enquanto outras com efeitos nocivos são mal vistas	O rícino (Ricinus communis), o aloé (Aloe vera) e o alho (Allium sativum) são espécies exóticas em Portugal, usadas com fins medicinais e bem aceites.
Origem das espécies e dos imigrantes	Grupos de imigrantes podem levar espécies das terras de origem e incorporá-las na nova cultura	As hortênsias (Hydrangea macrophylla) e as criptomérias (Cryptomeria japonica), hoje símbolos dos Açores, são originárias do Japão.

17.2.1.4.1.1. Vespa Velutina

A Vespa Velutina é considerada uma espécie invasora em quase todos os países da Europa (em Portugal desde julho de 2016) e no Município da Covilhã desde 2019, segundo o Gabinete de Proteção Civil Municipal. As principais consequências são:

- APICULTURA – por se tratar de uma espécie carnívora e predadora das abelhas e de outros insetos polinizadores, no período de julho a novembro, reduzindo a populações destes insetos necessários para o equilíbrio dos ecossistemas, uma vez que 60% a 70% da alimentação humana depende da polinização das abelhas.

- SEGURANÇA PÚBLICA – em caso de deteção de vibração, ruído ou presença humana, as Vespas reagem de modo bastante agressivo, podendo fazer perseguições até algumas centenas de metros. Deste modo, a dimensão que atingem e a população que criam apresentam graves ameaças à saúde pública.

De acordo com a DGS, a vespa velutina instala-se sobretudo em áreas urbanas e periurbanas e é um predador da abelha europeia, no entanto, as Vespas Velutinas, encontram-se cada vez mais confortáveis com a convivência com os Seres Humanos e as suas estruturas, bem como se

vão adaptando aos ambientes onde conseguem suprir as suas necessidades, instalando-se assim em áreas com altitudes mais baixas e em zonas urbanas. As freguesias onde existe maior número de extermínio (Paul, Tortosendo e UF Covilhã e Canhoso) são também as mais populosas. Assim, por hipótese, nas freguesias com menos habitantes pode não existir uma identificação tão ativa dos ninhos.

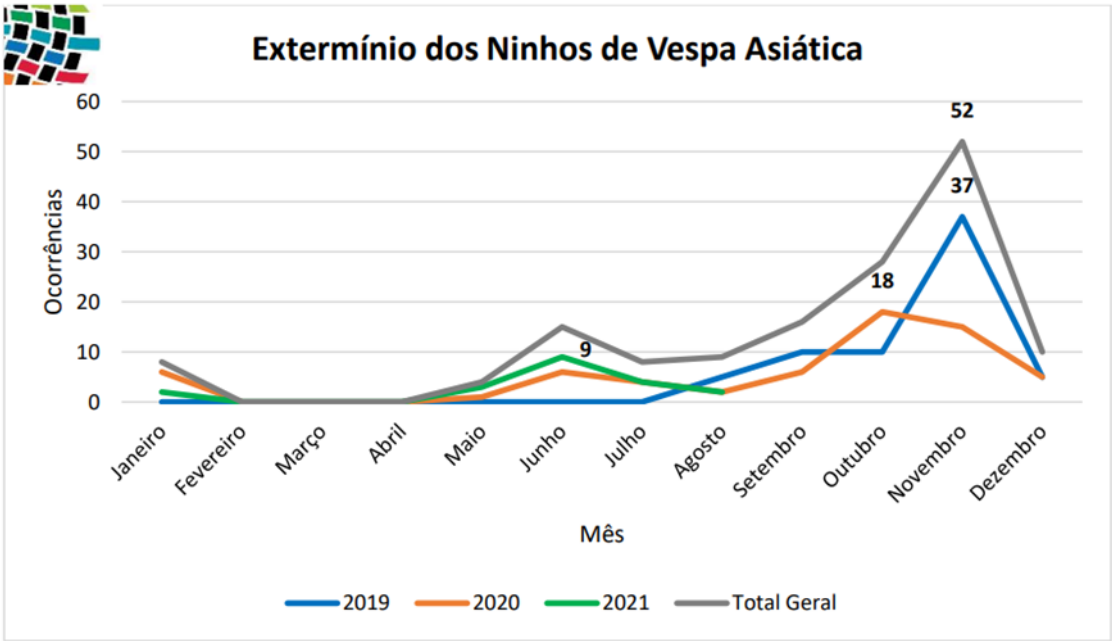
Tabela 100 - Extermínios por freguesias em 2019, 2020 e 2021 (Fonte: Gabinete de Proteção Civil Municipal).

2019, 2020 e 2021			
Freguesias	**Primário**	**Definitivo**	**Total Geral**
Aldeia São Francisco de Assis	1	0	**1**
Boidobra	0	7	**7**
Cortes do Meio	1	7	**8**
Dominguiso	1	2	**3**
Erada	0	5	**5**
Orjais	0	3	**3**
Paul	**3**	**16**	**19**
São Jorge da Beira	0	3	**3**
Sobral São Miguel	0	2	**2**
Tortosendo	**2**	**21**	**23**
UF Barco e Coutada	1	5	**6**
UF Cantar Galo e Vila do Carvalho	2	3	**5**

UF Casegas e Ourondo	0	11	**11**
UF Covilhã e Canhoso	**4**	**25**	**29**
UF Peso e Vales do Rio	0	4	**4**
UF Teixoso e Sarzedo	0	8	**8**
UF Vale Formoso e Aldeia de Souto	2	4	**6**
Unhais da Serra	0	6	**6**
Verdelhos	0	1	**1**
Total Geral	**17**	**133**	**150**

A localização e destruição dos ninhos, embrionários ou definitivos, é particularmente eficaz até finais de julho/agosto, período em que se inicia a criação das vespas fundadoras nos ninhos, uma vez que interrompe definitivamente o ciclo reprodutivo da Vespa Velutina no ninho. A folhagem existente dificulta a identificação dos ninhos, especialmente entre junho e setembro, pois geralmente encontram-se implantados em locais de difícil visibilidade, nomeadamente em copas de árvores. Após este período, no Outono, caso as árvores sejam de folha caduca, diminui a dificuldade em identificar e localizar ninhos, uma vez que os mesmos passam a ser visíveis do solo. Por este motivo, o pico de extermínio de ninhos em novembro, conforme gráfico.

Gráfico 75 - Dados sobre extermínio dos Ninhos de Vespa Asiática no Concelho da Covilhã (Fonte: Gabinete de Proteção Civil).



17.2.1.4.1.2. Acácia

Estas plantas, também designadas por mimosas, foram introduzidas em Portugal, por ação humana, na segunda metade do século XIX, a par dos eucaliptos. No presente, são consideradas uma ameaça ao funcionamento dos ecossistemas e os desafios associados a esta problemática são crescentes.



Figura 270 - Acácias ou Mimosas (Fonte: Google).

É considerada uma das piores espécies invasoras nos ecossistemas terrestres em Portugal continental devido ao seu impacto:

1. Nos Ecossistemas:

- Forma povoamentos muito densos impedindo o desenvolvimento da vegetação nativa, diminuindo o fluxo das linhas de água e agravando alguns problemas de erosão.
- Tem efeitos alelopáticos, impedindo o desenvolvimento de outras espécies.
- Produz muita folhada rica em azoto promovendo a alteração do solo, o que poderá ter efeitos negativos no desenvolvimento e sobrevivência das espécies nativas e, simultaneamente, favorecer o crescimento de outras espécies invasoras.

2. Na economia:

- Diminuição da produtividade.
- Custos elevados na aplicação de medidas de controlo.

Por sua vez, tem também aspetos positivos tais como: a produção de madeira (tendem a crescer em média 20%-30% mais depressa que as espécies nativas), e por fornecerem outros produtos e serviços, como, por exemplo, frutos, pólen para as abelhas, embelezamento da paisagem ou melhoria do solo (mitigação da erosão e criação de condições para a fixação de outras espécies).

17.2.1.4.2. Doenças Infeciosas

As doenças infeciosas propagam-se entre pessoas ou entre pessoas e animais. São doenças causadas por microrganismos, sejam eles bactérias, vírus, parasitas ou fungos. Por exemplo: Vírus da imunodeficiência humana (VIH), Vírus do papiloma humano (HPV), Zika, Toxoplasmose, Tuberculose, Varicela, Gripe, Dengue, COVID-19, entre muitas outras.

17.2.1.5. Alterações Climáticas

O aquecimento global é o processo de mudança da temperatura média global da atmosfera e dos oceanos. A acumulação de altas concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera bloqueia o calor emitido pelo Sol e o prende na superfície terrestre, aumentando a temperatura média da Terra. O impacto das atividades humanas, nomeadamente a queima de combustíveis fósseis, o abate da floresta tropical e a pecuária, no clima e na temperatura da Terra é cada vez maior.

As questões das alterações climáticas é a questão mais premente dos nossos tempos e a maior ameaça ambiental do século XXI, com consequências profundas e transversais em várias áreas da sociedade: económica, social e ambiental, mas em todas as componentes territoriais, designadamente no urbanismo, no ordenamento do território.

No último século, o ritmo entre estas variações climáticas ter sofrido uma forte aceleração, e a tendência é que tome proporções e consequências cada vez mais caóticas, se não forem tomadas medidas enérgicas. Poder-se-á mesmo dizer que vivemos num momento decisivo para a espécie humana. Desde a mudança dos padrões climáticos, que ameaçam a produção de alimentos, até à subida do nível das águas do mar, que aumentam o risco de inundações catastróficas, os impactos das alterações climáticas têm uma escala sem precedentes.

É, por isso, imprescindível reduzir as emissões dos gases de efeito estufa, eliminando progressivamente o uso massivo dos combustíveis fósseis, substituindo-os por energias renováveis, fomentando a poupança de energia e a eficiência energética, optando por formas de agricultura sustentável, por forma a minimizar quanto possível a pegada de carbono.

No combate às alterações climáticas, também o planeamento e o ordenamento do território podem ser utilizados como uma ferramenta, nomeadamente, enquanto política pública que visa

assegurar uma adequada organização e utilização de recursos tendo em vista o desenvolvimento ambiental, social e económico integrado, harmonioso e sustentável, através de tomada de decisões com repercussão na capacidade de adaptação do território e das populações aos efeitos das alterações climáticas. Assim, a prática do planeamento e do ordenamento do território podem contribuir para promover a adaptação planeada, antecipada e pró-ativa, e a gestão de impactos das alterações climáticas.

17. Infraestruturas Urbanas

Um dos principais objetivos do desenvolvimento sustentável consiste na melhoria da qualidade de vida das populações e das condições ambientais, o que resulta, em grande medida, do grau de dotação dos aglomerados urbanos em infraestruturas básicas, nomeadamente, de abastecimento de água, de recolha e tratamento de águas residuais, de recolha e tratamento de resíduos sólidos, elétricas, de comunicação e gasistas.

As redes de produção e abastecimento de energia elétrica, de telecomunicações, de captação e abastecimento de água (quer para consumo humano, quer para rega, quer para a produção de energia) e as redes de drenagem e tratamento de águas residuais requerem a construção de estruturas lineares e de edificações de apoio que podem ter lugar em qualquer categoria de espaço, consoante as necessidades técnicas que lhes são afetas, de forma a assegurarem eficazmente (dos pontos de vista técnico e financeiro) o acesso do maior número de pessoas às infraestruturas básicas.

Consequentemente, as infraestruturas urbanas requerem um cuidado especial, não só ao nível do seu dimensionamento, mas também no que diz respeito à monitorização da qualidade e do grau de cobertura dos serviços prestados e das necessidades existentes em cada momento, sempre numa ótica de otimização dos sistemas.

A gestão da generalidade das redes de infraestruturas do concelho da Covilhã (com exceção para as redes energéticas e de comunicação) reveste-se de alguma complexidade tendo em conta o envolvimento de diversas entidades e concessionárias.

Em dezembro de 2005 os serviços municipalizados da Covilhã foram convertidos numa empresa pública municipal, a ADC - Águas da Covilhã, EM (ADC), que possui autonomia administrativa, financeira e patrimonial sujeita à superintendência da CMC. É objetivo principal desta empresa "a gestão e exploração dos serviços municipais do ambiente, nomeadamente, abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais urbanas, limpeza pública, recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos e dos parques e jardins, podendo ainda exercer atividades acessórias relacionadas com o ambiente".

Posteriormente, em 2009, na sequência da "necessidade de gerir o abastecimento de água em alta, e de promover e dinamizar as energias renováveis e as infraestruturas existentes no

concelho da Covilhã" entrou em funcionamento a ICOVI- Infraestruturas e Concessões da Covilhã, EM, também empresa municipal dotada de personalidade jurídica e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, (sujeita igualmente à superintendência da CMC), e cujos objetivos são então:

a) "A gestão, construção e conservação de infra -estruturas e concessões, na área do município da Covilhã;

b) A gestão, construção, conservação e exploração dos serviços municipais do fornecimento de água em alta para consumo humano;

c) Promoção e gestão dos investimentos para aproveitamento energético e venda de energia elétrica, produzida em centrais mini-hídricas, assim como, outros aproveitamentos de energias renováveis, designadamente de energia eólica e de energia fotovoltaica, de forma direta ou indireta;

d) Acessoriamente, outras atividades complementares, nomeadamente a participação em outras empresas, designadamente na empresa ADC., bem como outras atividades relacionadas, direta ou indiretamente com o abastecimento de água, energias renováveis e com o ambiente."

A ICOVI é a entidade responsável pelo abastecimento de água em alta, sendo responsável pela captação, tratamento e adução de água até aos reservatórios de distribuição, passando a partir dessa fase a responsabilidade do abastecimento para a empresa municipal ADC que distribui a água até ao consumidor final. No domínio das águas residuais a recolha dos efluentes é da responsabilidade da ADC e o tratamento final do efluente é da responsabilidade empresa concessionária AdS-Águas da Serra, S.A.. Há ainda algumas situações em que são as juntas de freguesia (Cortes do Meio, Unhais da Serra e Erada) que assumem responsabilidade no sistema de distribuição de água.

Em termos de rede de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais encontram-se em funcionamento no concelho da Covilhã as seguintes infraestruturas:

166km de rede adutora;

554km de rede distribuidora;

87 reservatórios;

320km de rede de esgotos domésticos;

100km de rede de esgotos pluviais.

Nestes domínios, em termos de nível de serviço, todas as sedes de freguesia e respetivas povoações anexas são servidas pela rede pública de água, no entanto, a ADC estima que cerca de 1000 habitantes não têm ligação à rede.

A taxa de atendimento no Concelho é de 100% na zona urbana. Relativamente à recolha de resíduos sólidos, também da responsabilidade da ADC, atinge a totalidade da população.

Ao longo dos anos mais recentes o panorama no domínio da dotação de maior cobertura territorial do serviço de infraestruturas urbanas, a par do aumento da qualidade do serviço, sofreu alterações profundas, tendo a qualidade ambiental e de vida das populações registado melhorias ímpares. Mantêm-se, naturalmente, ainda alguns constrangimentos, contudo são questões que se prendem na generalidade com a necessidade de manutenção e conservação das infraestruturas e reavaliação da capacidade dos sistemas existentes.

17.1. Abastecimento de Água

A água, enquanto bem insubstituível na totalidade das atividades humanas e componente essencial dos sistemas naturais, requer que sejam impostas regras próprias de gestão, numa abordagem territorial integrada. Os usos múltiplos da água, por vezes conflituantes, obrigam a uma integração no espaço das utilizações, devendo proceder-se à compatibilização das lógicas e dinâmicas próprias de cada setor e da ação das diversas entidades que participam, direta ou indiretamente, no planeamento, gestão e utilização dos recursos hídricos.

No concelho da Covilhã, conforme já enunciado, a taxa de atendimento nas áreas urbanas. De notar que a dotação de sistema de abastecimento de água a esta população se afigura inviável do ponto de vista económico, sendo nestes casos o fornecimento de água assegurado por furos particulares.

O sistema de abastecimento da Barragem da Cova do Viriato é o maior e mais importante no Concelho da Covilhã. Serve as freguesias de Covilhã e Canhoso, Cantar Galo e Vila do Carvalho,

Tortosendo, Boidobra, Ferro, Peraboa, Dominguiso, Teixoso e Sarzedo, Orjais, Barco e Coutada e Peso e Vales do Rio.

A barragem foi construída para a utilização exclusiva de abastecimento público de água e o seu sistema é constituído pelas etapas de captação, tratamento, adução, armazenamento e distribuição. A captação está localizada na Barragem da Cova do Viriato, nas Penhas da Saúde e é efetuada na torre de tomada de água, na qual é possível captar água através de três tomadas de água localizadas a diferentes cotas (tomada superior 1551m, tomada intermédia 1547m e tomada inferior 1544m). Depois de captada, a água é conduzida graviticamente à estação de tratamento, para a cota 1532 metros, localizada a cerca de 500 metros da barragem.

Em complemento à água captada na albufeira da Barragem da Cova do Viriato, o sistema inclui várias captações em minas e poços.

O sistema da Barragem comporta 20 reservatórios de armazenamento de água, cuja responsabilidade é da ICOVI. A partir destes, a água é conduzida aos reservatórios de distribuição da ADC, definindo assim vários patamares de serviço, que por sua vez fazem o abastecimento público através das redes de distribuição.

Os restantes 8 sistemas, todos independentes, que servem a zona sul e norte do concelho são os de Cambões, Casegas, Sobral de S. Miguel, Paúl, Bouça e Ourondo, Verdelhos Vale Formoso / Aldeia do Souto, com captações em poços localizados em cursos de água e em minas. No total, estes 8 sistemas comportam 16 reservatórios.

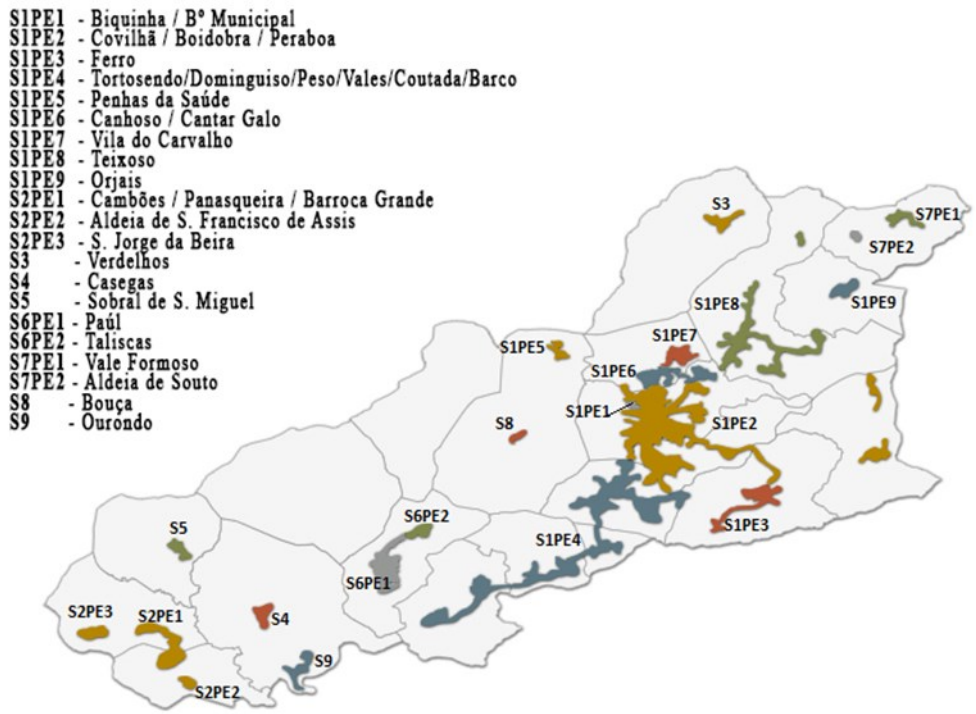


Figura 271 - Identificação dos sistemas e das zonas de abastecimento de água no concelho da Covilhã (Fonte: ICOVI 2021).

Tabela 101 - Sistemas de abastecimento de água no concelho da Covilhã (Fonte: ICOVI 2021).

Sistema	Pré Designação		Origens
Barragem	S1PE1	Biquinha / Bairro Municipal	Albufeira, Cova do Viriato, Mina das Sete Fontes
	S1PE2	Covilhã / Boidobra / Peraboa	Albufeira, Cova do Viriato, Minas da Nave de Haver, Mina das Sete Fontes
	S1PE3	Ferro	Albufeira, Cova do Viriato, Mina do Ferro

	S1PE4	Tortosendo / Dominguiso / Peso / Vales / Coutada / Barco	Albufeira, Cova do Viriato, Mina do Pião
	S1PE5	Penhas da Saúde	Albufeira, Cova do Viriato
	S1PE6	Canhoso / Cantar Galo	Albufeira, Cova do Viriato, Minas, Quinta do Estourado, Minas do Alto do Monteiro
	S1PE7	Vila do Carvalho	Albufeira, Cova do Viriato, Minas, Quinta do Estourado, Minas do Alto do Monteiro, Minas da Vila do Carvalho
	S1PE8	Teixoso	Albufeira, Cova do Viriato, Poço da Ponte Nova, Minas do Teixoso
	S1PE9	Orjais	Albufeira, Cova do Viriato, Poço da Ponte Nova, Mina de Orjais
Cambões	S2PE1	Cambões / Panasqueira / Barroca Grande	Poço dos Cambões
	S2PE2	Aldeia de São Francisco de Assis	Poço dos Cambões, Mina de São Francisco de Assis
	S2PE3	São Jorge da Beira	Poço dos Cambões, Mina de São Jorge da Beira

Verdelhos	S3PE1	Verdelhos	Poço de Verdelhos, Mina de Verdelhos
Casegas	S4PE1	Casegas	Poço de Casegas
Sobral S. Miguel	S5PE1	Sobral de São Miguel	Poço de Sobral de São Miguel, Mina de Sobral de São Miguel
Paul	S6PE1	Paul	Poço do Paúl
	S6PE2	Taliscas	Mina das Taliscas
Vale Formoso/Aldeia do Souto	S7PE1	Vale Formoso	Minas de Vale Formoso, Poço de Vale Formoso, Mina da Quinta do Bispo
	S7PE2	Aldeia do Souto	Mina da Aldeia de Souto, Mina da Quinta do Bispo
Bouça	S8PE1	Bouça	Mina da Malhada da Lana
Ourondo	S9PE2	Ourondo	Poço do Ourondo

O sistema municipal de abastecimento de água é assim constituído por 9 sistemas de abastecimento, que totalizam 21 zonas de abastecimento, permitindo assim fornecer água em quantidade e com a qualidade desejada à população servida.

De entre os sistemas geridos pela ADC/ICOVI destaca-se o sistema S1 – Barragem da Cova do Viriato – que atendendo à sua relevância por 1) ser o que mais população serve, 2) pelos caudais captados e 3) pelo tipo de captação ao qual está associado, abastece cerca de 60% da população, incluindo a generalidade da Grande Covilhã, sendo por isso aquele que possui maior extensão e complexidade. É considerada a única captação fiável de água superficial sendo as restantes captações de água subterrâneas constituídas por diversas minas, drenos, poços e furos, alguns

de fiabilidade reduzida em termos quantitativos, sendo as baseadas em drenos e poços também de fiabilidade reduzida em termos qualitativos.

No que toca a reservatórios o Município da Covilhã caracteriza-se por ter 52 dos mesmos distribuídos pelas freguesias do território concelhio.

Tabela 102 - Reservatório de água, por freguesia no concelho da Covilhã. (Fonte: ADC 2021)

LOCALIDADE	ID	DESIGNAÇÃO DO RESERVATÓRIO	CAPACIDADE (M3)	COTA (M)
Barroca Grande	R65	Barroca Grande inferior	30	715
Boidobra	R12	Boidobra	200	485
	R30	Refúgio (Boidobra)	300	541
	R98	Aeródromo, Quinta Branca	300	485
Cortes do Meio	R28	Penhas da Saúde intermédio	300	1565
	R69	Penhas da Saúde superior	30	1591
	R82	Penhas da Saúde inferior (ETA)	100	1516
Dominguiso	R23	Dominguiso	200	494
	R86	Sesmarias, Dominguiso	200	546
Ferro	R32	Ferro superior	1.500	557
Peraboa	R35	Peraboa Inferior	50	538
	R36	Peraboa elevado	35	546
Tortosendo	R16	Tortosendo inferior	160	586

	R17	Tortosendo superior	520	617
	R72	Pontes Tortosendo	200	535
	R76	Ladeira Grande, Tortosendo	26	675
	R77	Maiorais	75	667
	R83	Parque industrial do Tortosendo	2.000	510
	R87	Pinhos Mansos, Tortosendo	500	565
Barco e Coutada	R26	Coutada inferior	130	473
	R27	Barco	260	445
	R58	Barco superior	100	480
	R78	Coutada superior	70	508
Cantar-Galo e Vila do Carvalho	R13	Borralheira (Cantar Galo)	100	766
	R89	Bouceiro, Cantar Galo	100	745
Covilhã e Canhoso	R3	Bairro Municipal	300	786
	R4	Carreira de Tiro (intermédio)	1.500	799
	R7	Beringueira	300	541
	R8	St.º António (Santa)	250	662
	R9	S. João de Malta	500	628
	R10	Penedos Altos	250	657

	R11	Cadeia	1.200	570
	R19	Canhoso	100	525
	R31	Ribeiro Negro	1.500	656
	R47	Penedos Altos superior	1.000	765
	R50	Laranjeiras	1.500	565
	R73 sup	Quinta do Bilhar superior	875	602
	R73 inf	Quinta do Bilhar inferior	875	598
	R75	Calva, Penedos Altos	100	617
	R88	Quinta do Azeiteiro, Canhoso	500	600
	R90	Quinta das Rosas (Covelo)	300	503
	R92	Campo das Festas	600	682
	R96	Carreira de Tiro inferior	200	754
	R99	Penedos Altos inferior	250	632
Peso e Vales do Rio	R24	Vales do Rio	260	482
	R25	Peso inferior	130	451
	R29	Peso intermédio	50	470
	R51	Peso Superior	250	528
Teixoso e Sarzedo	R22	Borralheira do Teixoso	75	489

	R45	Alto S.Gião	50	840
	R54	Sarzedo	75	830
	R79	Srª do Carmo, Teixoso	900	572

Em termos de consumos de água, a ADC - Águas da Covilhã, de acordo com os últimos dados disponíveis (2018), forneceu 2.211.796 m3 de água a 28.039 clientes, distribuídos por todo o concelho da Covilhã, o que corresponde a mais de seis milhões de litros de água por dia, de excelente qualidade, verificando-se um tendencial decréscimo do consumo anual de água ao longo dos últimos cinco anos, que poderá ser explicado por alguma redução do número de clientes (associada ao decréscimo populacional do concelho), mas que será muito provavelmente motivado pela adoção de padrões de consumo mais racionais por parte das populações, empresas e atividades.

Tabela 103 - Evolução dos consumos de água no concelho da Covilhã (Fonte: ADC 2018).

EVOLUÇÃO DE CONSUMOS DE ÁGUA (EM M3)							
Meses Faturação	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Janeiro/Fevereiro	327.504	345.536	346.815	352.271	330.636	334.462	339.772
Março/Abril	352.590	320.733	317.371	349.089	326.540	352.142	338.952
Maio/Junho	359.794	369.022	374.875	356.900	385.738	386.189	358.705
Julho/Agosto	394.611	399.002	388.813	418.383	385.140	411.877	392.894
Setembro/Outubro	399.527	388.231	388.131	400.061	433.729	427.709	404.071
Novembro/Dezembro	372.542	360.103	325.650	356.013	363.716	387.973	377.402
TOTAL	**2 206 568**	**2 182 627**	**2 141 655**	**2 232 717**	**2 225 499**	**2 300 352**	**2 211 796**

Tabela 104 - Números e consumos de água por tipo de cliente no concelho da Covilhã (Fonte: ADC 2018).

NÚMERO E CONSUMOS DE ÁGUA POR TIPO DE CLIENTE (M3) - 2018

Tipo de Cliente	Nº de Clientes	Consumo (m3)
Doméstico	25.165	1.555.576
Comercial	2.083	187.639
Industrial/Obras/Rega	198	192.627
Outros	258	38.922
Serviços Públicos A.L./Instituições sem Fins Lucrativos	262	127.462
Administração Central	73	109.570
TOTAL	**28.039**	**2.211.796**

Para obtenção de uma água de qualidade adequada ao consumo humano e tendo por base a atual Lei da Água, Dec.Lei 152/2017 de 7 de dezembro, a ADC - Águas da Covilhã EM controla a qualidade da água, não só no sistema predial, mas também no sistema de distribuição pública.

Assim, a ADC encontra-se a implementar desde 2015 Planos de Segurança da Água (PSA) nos sistemas de abastecimento da sua responsabilidade, no seguimento do repto lançado pela ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos. Sendo uma das missões a garantia da qualidade e quantidade no fornecimento de água no Concelho da Covilhã, a ADC, reconhece que a implementação de PSA constitui uma mais valia como ferramenta incontornável na garantia da qualidade da água, desde a origem até à torneira do consumidor.

A Introdução da Avaliação de Risco como suporte à aprovação dos Programas de Controlo da Qualidade da Água (PCQA) tem início obrigatório do envio de informação à ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos, em 2022, com efeitos no PCQA de 2023.

O PSA contempla a totalidade do sistema de abastecimento da ADC, desde as áreas onde estão localizadas as origens que a empresa utiliza para produção de água destinada ao consumo humano (Albufeira Cova do Viriato, minas e poços) até às torneiras dos consumidores finais (tratamento, distribuição e rede predial).

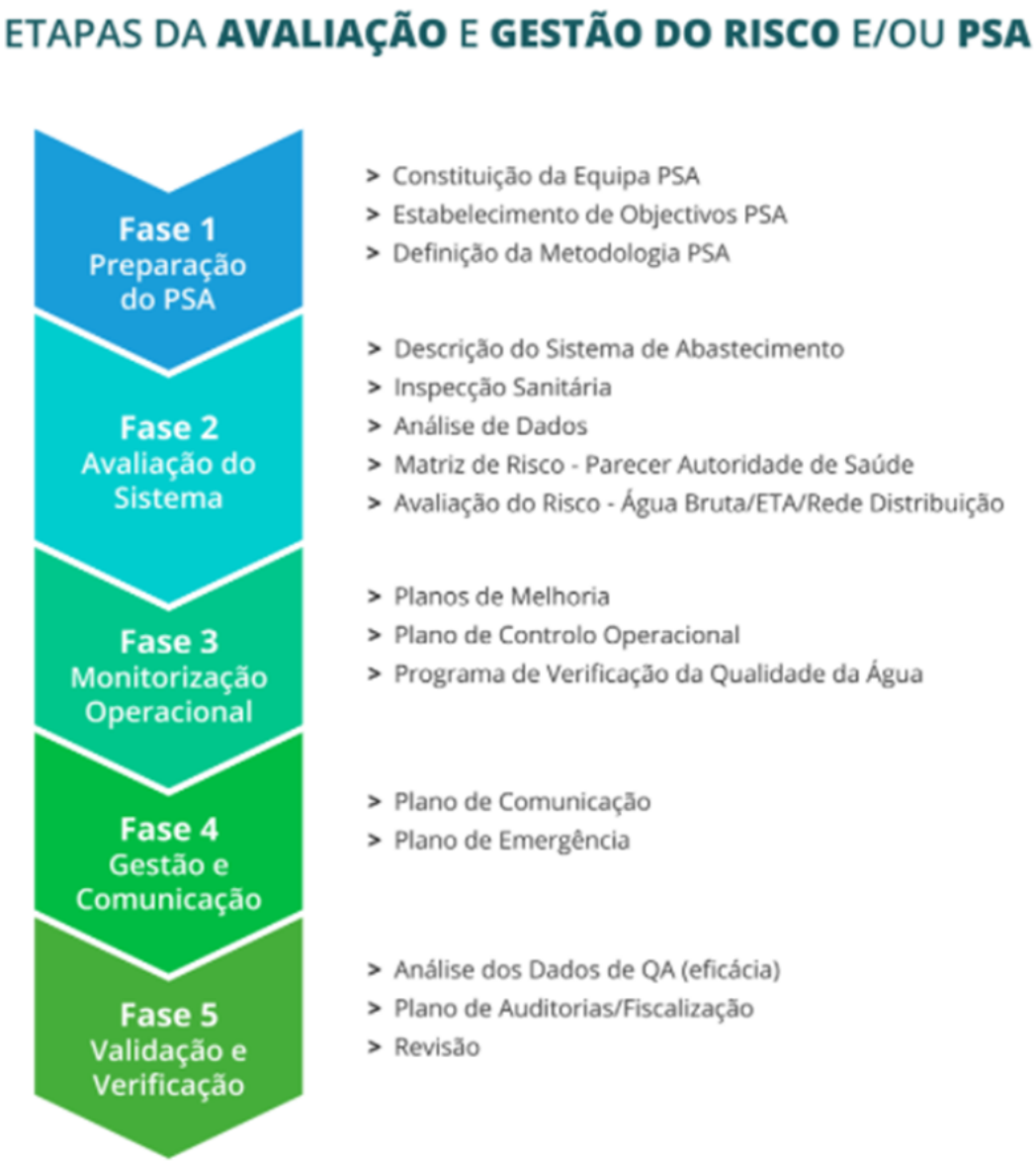


Figura 272 - Etapas de Avaliação e Gestão do Risco (Fonte: ADC 2021).

O objetivo estratégico com o desenvolvimento deste Plano é assegurar sistematicamente a Segurança e a aceitabilidade do abastecimento de água para consumo humano, visando alcançar inúmeros benefícios:

1. Proteção da saúde pública garantindo água com elevada qualidade e segurança;

2. Cumprimento dos requisitos legais e das recomendações da OMS;

3. Aumento do nível da confiança e satisfação dos consumidores e da aceitabilidade da água fornecida;

4. Otimização dos procedimentos de manutenção das infraestruturas do sistema de abastecimento de água;

5. Assegurar o abastecimento sem interrupções: a nível das alternativas existentes para minimizar o risco de falta de água;

6. Redução de custos e melhorar o aproveitamento dos recursos existentes.

A adoção de um PSA representa uma nova abordagem para a gestão da qualidade da água, ao promover uma lógica global de controlo sistemático e a adoção de procedimentos de segurança, proteção da água em todos os pontos críticos do seu percurso desde as origens até chegar ao consumidor final, em detrimento do tradicional princípio de controlo apenas em fim de linha.

Complementarmente, a ADC dispõe de um laboratório de análises de água, que permite fornecer diariamente informações sobre a qualidade microbiológica da água distribuída nos seus sistemas de abastecimento, bem como informações sobre a eficácia dos tratamentos efetuados, de forma a cumprir o Programa de Controlo Operacional anual. Assegura-se desta forma a deteção de possíveis anomalias, possibilitando a implementação de medidas preventivas e corretivas em tempo útil.

Para além deste controlo é ainda efetuada a manutenção periódica nos reservatórios, câmaras de perda de carga, câmaras de calcificação, estações elevatórias, captações e rede de distribuição.

Em termos de projetos futuros, para além da constante necessidade de promover intervenções de manutenção, substituição, renovação ou ampliação nos sistemas, a ADC possui os seguintes Projetos e Obras:

Tabela 105 - Projetos e Obras no Concelho da Covilhã (Fonte: ADC 2021).

Ramais de água
Renovação de conduta na antiga estrada nacional 18
Substituição de conduta e ramais - Aldeia do Souto
Substituição de conduta e ramais - Paul
Substituição de conduta de água - Teixoso

Substituição de conduta e ramais - Verdelhos
Ramais de Esgoto
Alvanel de Saneamento - Tortosendo
Alvanel de Saneamento - Covilhã
Alvanel de Saneamento - Dominguizo
Alvanel de Saneamento - Peso
Ampliação da rede de esgoto - Teixoso
Reparação de coletores de saneamento - Tortosendo
Ligação do coletor de águas pluviais e esgotos - Eixo TCT
Obras de Abastecimento
Substituição de conduta de água no acesso ao Hospital - Covilhã
Manutenção de reservatórios
Substituição de conduta de água - Serra da Estrela
Instalação de válvula de redutora de pressão - Covilhã
Parques e Jardins
Limpeza da ribeira da Goldra
Reabilitação da Cascata da Estação
Jardim Municipal e os seus novos tons
Jardim do Lago e os seus novos tons

17.2. Drenagem e tratamento de Águas Residuais

Os problemas ambientais resultantes da produção de efluentes são vários e complexos.

Os resíduos, apesar de serem uma potencial fonte de poluição, podem constituir recursos naturais secundários com consequências económicas e efeitos ambientais diretos de relevância fundamental no delinear de estratégias económicas, de desenvolvimento tecnológico e de consumo.

O concelho da Covilhã conheceu ao longo dos últimos anos melhorias significativas neste domínio, nomeadamente através da implementação de novas redes, do aperfeiçoamento das existentes e da construção de equipamentos de tratamento dos efluentes.

No Sector do Saneamento a ADC tem mantido uma constante atividade na drenagem das águas residuais domésticas e das águas pluviais, estando previstos investimentos de

ampliações/remodelações na rede. O tratamento das águas residuais domésticas, em todo o Concelho, foi concessionado à empresa Águas da Serra, SA, desde o dia 1 de junho de 2005.

De acordo com dados do INE, apenas em 2008 a totalidade da população do concelho já se encontrava servida por sistema de drenagem águas residuais, muito embora já desde o início do séc. XXI cerca de 96% dos residentes dispusessem de rede de saneamento nas suas casas. Foi também em 2008 que se deu o maior salto qualitativo ao nível da dotação de sistemas de tratamento de efluentes domésticos, uma vez que nesse ano a população que tinha os seus domicílios ligados a uma instalação de tratamento atingiu os 91%, mais que duplicando a proporção registada no ano anterior – em 2007 apenas 40% da população beneficiava destas infraestruturas.

A drenagem e tratamento das águas residuais no concelho da Covilhã é partilhada entre a ADC e ICOVI e a empresa Águas da Serra, SA (AdS) à qual foi concessionado em 2005, e por um período de 30 anos (2005-2035), o sistema de tratamento final do efluente (em alta). Assim, estas duas entidades repartem a responsabilidade do bom funcionamento do sistema de saneamento, conforme esquematizado na figura seguinte.

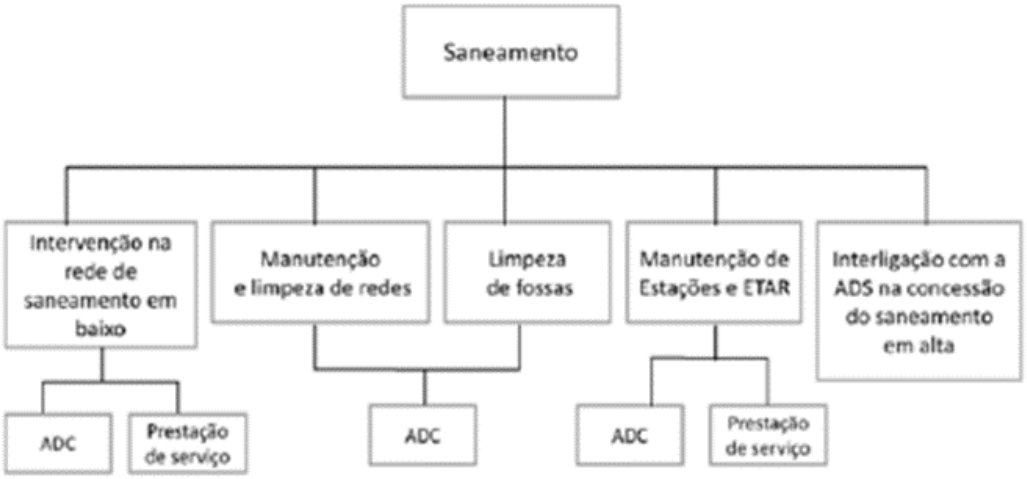


Figura 273 - Gestão do sistema de drenagem e tratamento de águas residuais no concelho da Covilhã (Fonte: ADC 2021)

A AdS é então responsável pela exploração e gestão dos serviços e a realização das atividades de construção, exploração, reparação, renovação, manutenção, ampliação e melhoria inerentes ao normal funcionamento dos sistemas, das obras, das infraestruturas, equipamentos e instalações que integram a concessão, bem como o tratamento e destino final das lamas produzidas nas ETAR e fossas sépticas.

Atualmente a AdS, encontra-se dotada de 45 Estações de Tratamento, sendo 23 instalações de tratamento secundário (lagoas de macrófitas, lamas ativadas, leitos percoladores e lamas ativadas compactas) e as restantes fossas sépticas. Além das ETAR também existem 3 Estações Elevatórias, estando uma delas localizada no interior da ETAR da Grande Covilhã.

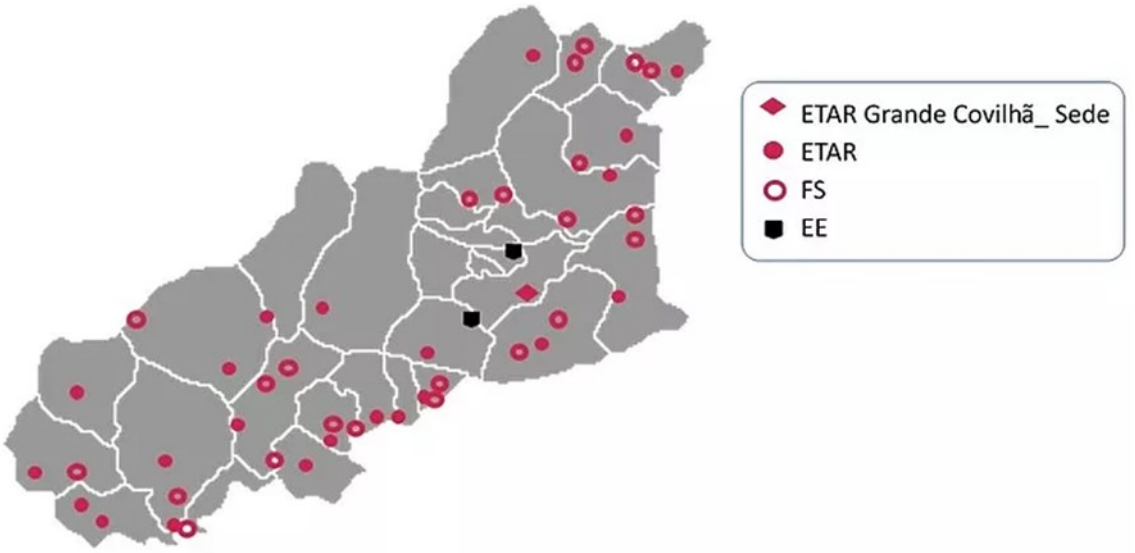


Figura 274 - Infraestruturas de tratamento de águas residuais (Fonte: AdS 2021).

Tabela 106 - Principais características das ETAR (Fonte: AdS 2021).

Localidade/ Identificação da ETAR	Processo de Tratamento
Aldeia S. Francisco de Assis	Tanque Imhoff (primário)
	Tanque Imhoff (secundário)
S. Jorge da Beira	Lamas Ativadas (secundário)
Sobral S. Miguel	Tanque Imhoff; lagoa de macrófitas (secundário)
Casegas	Lamas Ativadas (secundário)
Erada	Tanque Imhoff; lagoa de macrófitas (secundário)
Paul	Leito percolador (secundário)
Barco	Tanque Imhoff (primário)
	Fossas sépticas com percolador (primário)
Coutada	Tanque Imhoff (primário)
Peso	Tanque Imhoff (primário)
Vales do Rio	Tanque Imhoff (primário)
Unhais da Serra	Lamas Ativadas (secundário)
Cortes do Meio	Tanque Imhoff; lagoa de macrófitas (secundário)
Tortosendo	Fossas sépticas com percolador (primário)
	Lamas Ativadas (secundário)
Ferro	Fossas sépticas com percolador (primário)
	Tanque Imhoff (primário)
Peraboa	Tanque Imhoff (primário)
Boidobra – Grande Covilhã	Lamas Ativadas (secundário)
Vila Carvalho	Fossas sépticas com percolador (primário)
	Fossas sépticas com percolador (primário)
Verdelhos	Lamas Ativadas (secundário)
Teixoso	Fossas sépticas com percolador (primário)
	Tanque Imhoff (primário)
Sarzedo	Fossas sépticas com percolador (primário)
Orjais	Tanque Imhoff (primário)
Aldeia de Souto	Fossas sépticas com percolador (primário)
Vale Formoso	Tanque Imhoff (primário)

Atendendo às melhorias introduzidas no final da década passada neste domínio considera-se que a população da Covilhã dispõe de um nível de serviço bastante satisfatório, quer em termos de cobertura territorial, quer em termos de grau de tratamento efetuado nas infraestruturas instaladas. Assim, as debilidades que se assinalam neste sistema prendem-se com a antiguidade

de algumas redes de drenagem, e a ausência de rede separativa na generalidade dos centros urbanos (com exceção para os locais de urbanização mais recente), o que introduz uma elevada sobrecarga na rede de drenagem e nas próprias instalações de tratamento das águas, minimizando o reaproveitamento deste recurso, fundamental num contexto de crescente necessidade de procurar soluções sustentáveis para a utilização da água.

17.3. Recolha e tratamento de resíduos Sólidos

A gestão dos sistemas de recolha e de tratamento dos resíduos sólidos é relativamente complexa, uma vez que envolve de resíduos com características muito diversas que necessitam de tratamentos e formas de recolha diferenciadas. A Autoridade Nacional de Resíduos considera as seguintes tipologias de resíduos:

- Principais - resíduos sólidos urbanos; resíduos industriais; resíduos hospitalares;
- Outros - resíduos agrícolas; embalagens e resíduos de embalagens; pneus usados; pilhas e acumuladores; óleos usados; veículos em fim de vida; resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos; resíduos de construção e demolição; óleos alimentares usados; lamas; resíduos biodegradáveis.

O Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2030), em elaboração, irá dar continuidade à aplicação da política nacional de resíduos, orientando os agentes envolvidos para a implementação de ações que permitam ao país estar alinhado com as políticas e orientações comunitárias, contribuir para o aumento da prevenção, reciclagem e outras formas de valorização dos resíduos urbanos, com a consequente redução de consumo de matérias-primas naturais de recurso limitado.

Este plano irá focar-se na prevenção da produção de resíduos e na recolha seletiva, tendo particular atenção às novas frações: resíduos têxteis, resíduos perigosos e bio resíduos. Será ainda dada relevância à promoção do uso dos materiais provenientes de resíduos (combustível derivado de resíduos, composto, recicláveis recuperados, biogás e cinzas/escórias).

O anterior Plano Estratégico para os Resíduos Sólido Urbanos (PERSU 2020), atualmente em vigor e, por esse motivo, considerado nesta análise, “estabelece a visão, os objetivos, as metas globais e as metas específicas por Sistema de Gestão de RU e as medidas a implementar no

quadro de resíduos urbanos no período 2014 a 2020, bem como a estratégia que suporta a sua execução", e pretende, no essencial contribuir para o cumprimento das metas nacionais e comunitárias em matéria de resíduos urbanos. É neste contexto estratégico que a AD tem promovido a sua linha de atuação conforme traduz a análise que se desenvolve em seguida.

No concelho da Covilhã, os serviços de Limpeza Urbana têm por objetivo assegurar a salubridade e a higiene pública de espaços públicos, proporcionando assim elevados índices de Qualidade de vida a todos os seus frequentadores e utilizadores. Este serviço é assegurado com recurso a equipamentos inovadores que respeitam as mais recentes normas ambientais, e consiste:

1. Remoção completa de quaisquer resíduos ou detritos orgânicos existentes nos pavimentos das faixas de rodagem de circulação de viaturas, nos passeios, bermas, valetas, praças, escadarias, ou outros espaços do domínio público; através de varredura manual ou mecânica;
2. Limpeza de sarjetas/sumidouros;
3. Remoção e limpeza dos dejetos de animais;
4. Aplicação de monda química em passeios e taludes para extirpação de ervas;
5. Desbaratização e desratização;
6. Limpeza dos recintos de feiras aquando da realização das mesmas.

Já há vários anos que totalidade da população concelhia se encontra servida com sistema de recolha de resíduos sólidos urbanos (RSU), tendo-se verificado nos anos mais recentes um incremento da aposta na recolha diferenciada de resíduos, não só com a instalação de ecopontos mas também com a promoção de diversas campanhas de sensibilização das populações para a temática dos RSU.

A tutela da gestão do sistema de recolha e posterior entrega para tratamento e/ou depósito de resíduos urbanos no concelho da Covilhã encontra-se a cargo da ADC.

Esta recolha de RSU da responsabilidade da ADC é efetuada com recurso a viaturas próprias de capacidade variável (5m3 a 20 m3 de resíduos). A deposição dos resíduos é feita em equipamentos normalizados dispersos pelo concelho (contentores com capacidade para 110, 780, 800 e 5.000 litros, estes últimos do tipo MOLOK), sendo a recolha efetuada de acordo com circuitos de recolha pré-definidos e com uma periodicidade fixa.

Tabela 107 - Recolha de Resíduos sólidos urbanos na grande Covilhã (Fonte: ADC 2021).

	2.ª FEIRA		3.ª FEIRA		4.ª FEIRA		5.ª FEIRA		6.ª FEIRA		SÁBADO
	Noturno	Diurno	Noturno	Diurno	Noturno	Diurno	Noturno	Diurno	Noturno	Diurno	Diurno
	24h-07h	05h-13h	24h-07h	05h-13h	24h-07h	05h-13h	24h-07h	05h-13h	24h-07h	05h-13h	07h-15/16h
Recolha de Molok's											
Covilhã Cidade											
Covilhã Ruas estreitas											
Meia Légua											
Quinta do Sol											
Refúgio											
Boidobra											
Cantar Galo											
Pousadinha											
Lameirão											
Vila do Carvalho											

Tabela 108 - Recolha de Resíduos sólidos nas zonas norte do concelho da Covilhã (Fonte: ADC 2021).

	ZONA NORTE					
	2.ª Feira	3.ª Feira	4.ª Feira	5.ª Feira	6.ª Feira	Sábado
Teixoso						
Gibaltar						
Atalaia						
Terlamonte						
Borralheira						
Sarzedo						
Verdelhos						
Vale Formoso						
Aldeia de Souto						
Orjais						
Peraboa						
Castanheiras						
Ferro						
Monte Serrano						

Tabela 109 - Recolha de Resíduos sólidos nas zonas sul do concelho da Covilhã (Fonte: ADC 2021).

	ZONA SUL					
	2.ª Feira	3.ª Feira	4.ª Feira	5.ª Feira	6.ª Feira	Sábado
Tortosendo						
Dominguiso						
Vales do Rio						
Peso						
Coutada						
Barco						
Paul						

Taliscas						
Erada						
Trigais						
Unhais da Serra						
Cortes do Meio						
Penhas da Saúde						
Aldeia São Francisco de Assis						
Barroca Grande						
São Jorge da Beira						
Minas da Panasqueira						
Casegas						
Ourondo						
Relvas						

Uma vez recolhidos, os RSU são encaminhados para a Estação de Transferência da Covilhã, instalada na zona industrial do Canhoso, sendo depois conduzidos para o Centro de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos (CTRSU), situado em Alcaria, concelho do Fundão e gerido pela empresa RESISTRELA, sendo a ADC um cliente externo que recorre a esta unidade apenas para deposição dos resíduos produzidos no concelho da Covilhã.

No CTRSU os resíduos provenientes da recolha indiferenciada são alvo de valorização orgânica ou, em alternativa, depositados no aterro sanitário. Para além do aterro sanitário este Centro encontra-se equipado com central de compostagem que permite, após a triagem dos resíduos indiferenciados, a transformação dos resíduos orgânicos em composto que poderá posteriormente ser utilizado para fertilização de terrenos agrícolas, permitindo também a

recuperação de materiais recicláveis, indevidamente depositados. Esta infraestrutura permite diminuir de forma significativa a quantidade de resíduos conduzidos a aterro, o que aumentará de forma significativa, em termos temporais, a sua capacidade de deposição.

Conforme referido, foi na recolha seletiva de resíduos que se verificaram melhorias mais expressivas ao longo dos últimos anos, sobretudo desde que se estendeu para fora da cidade a distribuição de contentores dedicados a esse fim.

Relativamente à recolha dos resíduos depositados nos ecopontos de todo o concelho como o vidro, papel/cartão, mistura de embalagens e pilhas, são depositados em contentores próprios da responsabilidade da Resiestrela que os encaminha posteriormente para reciclagem.

A deposição do material destinado à reciclagem pode também ser feita no Ecocentro situado no Parque Industrial do Canhoso, também da responsabilidade da Resiestrela.

Os munícipes (clientes "domésticos") dispõem também de um serviço, grátis, de recolha de monstros, ou monos domésticos, que pela sua natureza, peso e dimensão não podem ser objeto de remoção normal. A remoção efetua-se em data e hora a indicar pela ADC. O munícipe deverá cumprir as instruções dadas para a colocação do "monstro" na rua, sem dificultar a segurança de circulação de peões e ou veículos, e sendo os resíduos colocados de forma acessível à viatura que proceda à sua remoção. Na União de Freguesias Covilhã – Canhoso, este serviço é efetuado pela ADC. Nas restantes freguesias devem contactar as próprias juntas e indicar:

- O local de deposição e a semana de recolha é indicado pela Junta de Freguesia.
- No local de deposição só deve colocar objetos de grande volume, todos os restantes resíduos de pequena dimensão devem continuar a ser despejados nos contentores existentes para tal.

Existe ainda o serviço de recolha de resíduos verdes que é efetuado de segunda a sexta-feira mediante solicitação dos munícipes, através do preenchimento do formulário, correio eletrónico, por telefone ou presencialmente. A remoção efetua -se em data e hora a acordar entre a ADC e o munícipe. Compete aos munícipes interessados, transportar os resíduos objeto de remoção, devidamente acondicionados, para o local indicado pela ADC, sem dificultar a segurança de circulação de peões e ou veículos, e sendo os resíduos colocados de forma acessível à viatura que procede à sua remoção.

Desta forma, tendo em conta todas as valências expressas, o Concelho da Covilhã apresenta uma operação de recolha e tratamento de resíduos sólidos bastante diversificada e eficaz.

17.4. Outras Infraestruturas

O processo de avaliação das infraestruturas elétricas, de comunicação e gasistas deve atender à sua adequação e capacidade de contribuição para os modos de desenvolvimento da comunidade. Nesta perspetiva estas infraestruturas não são um mero serviço prestado por empresas públicas e/ou privadas a entidades/clientes públicos ou particulares, mas sim fator impulsionador ou condicionador de uma determinada política de desenvolvimento. Assim, a dotação de um território destas infraestruturas com qualidade, fiabilidade e com preços competitivos, contribui de forma significativa para a qualificação e atratividade do espaço para a instalação de atividades económicas.

17.4.1. Infraestruturas Elétricas

No concelho da Covilhã pode afirmar-se que o abastecimento de energia elétrica se encontra assegurado à totalidade da população, sendo praticamente inexistentes situações de residentes sem acesso à rede de distribuição elétrica. À semelhança do que acontece no resto do país é a EDP Distribuição que possui a concessão de operação da rede nacional de distribuição, sendo responsável pela exploração das infraestruturas ao nível da alta e média tensão.

A partir da informação estatística disponibilizado pela Direção-Geral de Geologia e Energia é possível proceder a uma análise do que tem vindo a ser a evolução recente dos consumos e do número de consumidores por tipo de consumo.

Tabela 110 - Evolução do consumo de eletricidade no concelho da Covilhã (Fonte: DGGE 2020)

	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Setor	**Total (kWh)**	**Total (kWh)**	**Total (kWh)**	**Total (kWh)**	**Total (kWh)**	**Total (kWh)**
Agricultura	2855335	2806901	2899800	2055882	1814267	1 607 746
Doméstico (normais)	33000000	61457838	52935785	56844254	55085724	57 640 975
Doméstico (pequenos consumidores)	63333765	4916742	7923160	8289979	8215753	8 581 789
Edifícios do estado	10922150	4831037	10190001	9070102	10163319	4 029 635
Iluminação de vias públicas	10914712	10827073	10378059	9239403	8966403	9 089 748
Indústria	67187280	68626119	65538003	72355217	65670328	52 787 692
Não doméstico	56011016	62000355	57778248	57708856	57671268	59 923 596
Tração	28025	25157	-	21037	-	34 102
Total	**211252613**	**215491222**	**207643056**	**215584730**	**207857062**	**193 695 283**

Nos últimos cinco anos, verifica-se uma alteração significativa na distribuição dos consumos e consumidores por tipo de uso (ou setor), sendo notória a oscilação em todos os setores demonstrados embora numa análise geral que os consumos têm vindo a diminuir gradualmente.

17.4.2. Infraestruturas de Comunicação

Tal como no caso anterior, pode-se considerar que o município da Covilhã apresenta uma situação muito favorável ao nível da cobertura do concelho no domínio das infraestruturas de comunicação.

O setor das comunicações sofreu nas últimas duas décadas alterações profundas, não só ao nível do serviço prestado, mas sobretudo ao nível da operação, com várias empresas e entidades a fornecerem estes serviços, colocando alguns entraves em termos de análise estatística de dados. Contudo, este não é decerto um domínio que inspire preocupação uma vez que não foram

identificadas fragilidades na prestação do serviço, embora se verifiquem ainda insuficiências ao nível da cobertura por rede móvel de comunicações em algumas áreas do concelho.

De referir a presença dispersa pelo território concelhio de diversas antenas de comunicações móveis das mais variadas operadoras a operar no mercado nacional.

17.4.3. Infraestruturas Gasistas

O concelho da Covilhã é atravessado, no seu setor Este, pelo gasoduto de 1º escalão "Portalegre-Guarda" da Rede Nacional de Transporte de Gás Natural (concessionada pela REN Gasodutos). Esta infraestrutura assegura o fornecimento de gás natural à generalidade da Grande Covilhã (eixo Tortosendo-Covilhã-Teixoso), incluindo às zonas industriais do Canhoso e de Tortosendo, a partir de uma derivação existente entre Quinta Branca e Boidobra.

Na restante área do concelho o abastecimento de gás é, em regra, feito com recurso ao gás de botija e nos casos de espaços e estabelecimentos que registam maiores volumes de consumo, nomeadamente urbanizações recentes, instituições públicas ou privadas e atividades económicas de maior dimensão, recorre-se ao abastecimento através de gás a granel, por intermédio de depósitos próprio.

18. Bibliografia e outras Referências

Bibliografia predominante:

Programas e planos de IGT em vigor

Entidades Administrativas, empresariais, instituições

Relatório de Fundamentação da Avaliação da execução do PDMC – CMC - 2018

Relatório REOT Covilhã 2019

INE, Instituto Nacional de Estatística de Portugal – Censos e Anuários Estatísticos

DGT – Direção-Geral do Território

Estudos de Caracterização do Concelho da Covilhã – Relatório CMC+Plural

GEE - Ministério da Economia 2021

Referências Eletrónicas:

www.cimbse.pt

www.cm-covilha.pt

www.dgterritorio.pt

www.icnf.pt

www.ine.pt

www.pordata.pt

www.portaldahabitacao.pt

19. ANEXO I - Quadro Resumo dos PMOT no Concelho da Covilhã

IGT / PMOT EFICAZES NO CONCELHO DA COVILHÃ							
IGT	**Região**	**Concelho**	**Designação**	**Dinâmica**	**Publicação DR**	**Data DR**	**Nr. DR**
PDM	Centro	Covilhã	PLANO DIRETOR MUNICIPAL DA COVILHÃ	1ª PUBLICAÇÃO	RCM 124/99	23/10/1999	248 IS
PDM	Centro	Covilhã	PLANO DIRETOR MUNICIPAL DA COVILHÃ	1ª ALTERAÇÃO (POR ADAPTAÇÃO)	Edital 908/2009	18/08/2009	159 IIS
PDM	Centro	Covilhã	PLANO DIRETOR MUNICIPAL DA COVILHÃ	2ª ALTERAÇÃO (REGULAMENTAR)	Aviso 16850/2019	22/10/2019	203 IIS
PDM	Centro	Covilhã	PLANO DIRETOR MUNICIPAL DA COVILHÃ	3ª ALTERAÇÃO (POR ADAPTAÇÃO)	D 94/2020	29/10/2020	211 IIS
PDM	Centro	Covilhã	PLANO DIRETOR MUNICIPAL DA COVILHÃ	4ª ALTERAÇÃO (POR ADAPTAÇÃO)	D 19/2021	18/02/2021	34 IIS
PDM	Centro	Covilhã	PLANO DIRETOR MUNICIPAL DA COVILHÃ	SUSPENSÃO DA INICIATIVA DO	AVISO 23979/2021	29/12/2021	251 IIS
PU	Centro	Covilhã	PLANO DE URBANIZAÇÃO DA GRANDE COVILHÃ (PUGC)	1ª PUBLICAÇÃO	AVISO 15208/2010	30/07/2010	147 IIS
PU	Centro	Covilhã	PLANO DE URBANIZAÇÃO DA GRANDE COVILHÃ (PUGC)	1ª ALTERAÇÃO	AVISO 7902/2018	12/06/2018	112 IIS
PU	Centro	Covilhã	PLANO DE URBANIZAÇÃO DA GRANDE COVILHÃ (PUGC)	2ª ALTERAÇÃO	AVISO 10380/2021	02/06/2021	107 IIS
PP	Centro	Covilhã	PENHAS DA SAÚDE - ZONA SUL	1ª PUBLICAÇÃO	DELIB 204/2008	22/01/2008	15 IIS
PP	Centro	Covilhã	ZONA INDUSTRIAL DO CANHOSO	1ª PUBLICAÇÃO	AVISO 11712/2012	03/09/2012	219 IIS
PP	Centro	Covilhã	ZONA INDUSTRIAL DO CANHOSO	SUSPENSÃO DA INICIATIVA DO	AVISO 13537/2016	02/11/2016	210 IIS
PP	Centro	Covilhã	ZONA INDUSTRIAL DO CANHOSO	SUSPENSÃO DA INICIATIVA DO	AVISO 18129/2019	14/11/2019	219 IIS
PP	Centro	Covilhã	ZONA INDUSTRIAL DO TORTOSENDO - 3ª FASE	1ª PUBLICAÇÃO	AVISO 4341/2012	19/03/2012	56 IIS
POAAP	Centro	Covilhã	ALBUFEIRA DA COVA DO VIRIATO	1ª PUBLICAÇÃO	RCM 42/2004	31/03/2004	77 IS-B
POPNSE	Centro	Covilhã	PLANO DE ORDENAMENTO DO PARQUE NATURAL DA SERRA DA ESTRELA	REVISÃO	RCM 83/2009	9/9/2009	175 IS
RN	Centro	Covilhã	REDE NATURA 2000	1ª Publicação	RCM 115-A/2008	21/07/2008	139 IS
PGRH	Centro	Covilhã	PLANO DE GESTÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO TEJO E RIBEIRAS OESTE (RH5)	1ª RETIFICAÇÃO	DECL RET 22-B/2016	18/11/2016	222 IS
PGRH	Centro	Covilhã	PLANO DE GESTÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO TEJO E RIBEIRAS OESTE (RH5)	1ª PUBLICAÇÃO	RCM 52/2016	20/09/2016	181 IS
PGRH	Centro	Covilhã	PLANO DE GESTÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO VOUGA, MONDEGO E LIS (RH4)	1ª RETIFICAÇÃO	DECL RET 22-B/2016	18/11/2016	222 IS
PNA	Centro	Covilhã	PLANO NACIONAL DA ÁGUA	REVISÃO	DL 76/2016	09/11/2016	215 IS
PNPOT	Centro	Covilhã	PROGRAMA NACIONAL DA POLÍTCA DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	REVISÃO	LEI 99/2019	05/09/2019	170 IS
PRN	Centro	Covilhã	PLANO RODOVIÁRIO NACIONAL	2ª ALTERAÇÃO	DL 182/2003	16/08/2003	188 IS-A
PROF	Centro	Covilhã	CENTRO INTERIOR (PROF CI)	1ª ALTERAÇÃO	PORT 18/2022	05/01/2022	3 IS
PMDFCI	Centro	Covilhã	PMDFCI (2021-2030)				
REN	Centro	Covilhã	DELIMITAÇÃO DA REN NO MUNICIPIO DA COVILHÃ	PUBLICAÇÃO	RCM 98/98	04/08/1998	178 IS-B
REN	Centro	Covilhã	DELIMITAÇÃO DA REN NO MUNICIPIO DA COVILHÃ	ALTERAÇÃO	PORT 499/2010	14/07/2010	135 IS
REN	Centro	Covilhã	DELIMITAÇÃO DA REN NO MUNICIPIO DA COVILHÃ	ALTERAÇÃO	PORT 18/2012	20/01/2012	15 IS
REN	Centro	Covilhã	DELIMITAÇÃO DA REN NO MUNICIPIO DA COVILHÃ	3ª ALTERAÇÃO	DESP 6977/2020	07/07/2020	130 IIS
RAN	Centro	Covilhã	DELIMITAÇÃO DA RAN NO MUNICIPIO DA COVILHÃ	PUBLICAÇÃO	PORT 166/93	11/02/1993	35 IS-B

IGT / PMOT EM CURSO NO CONCELHO DA COVILHÃ							
IGT	**Região**	**Concelho**	**Designação**	**Dinâmica**	**Publicação DR**	**Data DR**	**Nr. DR**
PDM	Centro	Covilhã	PLANO DIRETOR MUNICIPAL DA COVILHÃ	REVISÃO	Edital 788/2020	13/07/2020	134 IIS
PDM	Centro	Covilhã	PLANO DIRETOR MUNICIPAL DA COVILHÃ	5ª ALTERAÇÃO	Edital 39/2022	12/01/2022	8 IIS
PU	Centro	Covilhã	PLANO DE URBANIZAÇÃO DA GRANDE COVILHÃ (PUGC)	3ª ALTERAÇÃO			
PU	Centro	Covilhã	PLANO DE URBANIZAÇÃO DA GRANDE COVILHÃ (PUGC)	4ª ALTERAÇÃO	EDITAL 111/2022	03/02/2022	24 IIS
PP	Centro	Covilhã	PENHAS DA SAÚDE - ZONA SUL	REVISÃO	EDITAL 594/2020	30/04/2020	85 IIS
PP	Centro	Covilhã	PENHAS DA SAÚDE - ZONA SUL	REVISÃO (PRORROGAÇÃO DO PRAZO)	EDITAL 814/2021	19/07/2021	138 IIS
PP	Centro	Covilhã	ZONA INDUSTRIAL DO CANHOSO	ALTERAÇÃO (REGULAMENTAR)	AVISO 1145/2020	26/10/2020	208 IIS
PP	Centro	Covilhã	ZONA INDUSTRIAL DO CANHOSO	ALTERAÇÃO (REGULAMENTAR) PRORROGAÇÃO	EDITAL	14/12/2021	
PP	Centro	Covilhã	Plano de Pormenor da UOPG5 da Grande Covilhã	REINICIO DO PROCEDIMENTO DE ELABORAÇÃO	EDITAL 1421/2019	09/12/2016	236 IIS

IGT / PMOT REVOGADOS NO CONCELHO DA COVILHÃ							
IGT	**Região**	**Concelho**	**Designação**	**Dinâmica**	**Publicação DR**	**Data DR**	**Nr. DR**
PP	Centro	Covilhã	Revogação do Plano de Pormenor da Palmeira	REVOGAÇÃO	AVISO 13586/2020	10/09/2020	177 IIS
PP	Centro	Covilhã	Revogação do Plano de Pormenor dos Penedos Altos	REVOGAÇÃO	AVISO 14059/2020	16/09/2020	177 IIS
PP	Centro	Covilhã	Revogação do Plano de Pormenor de Salvaguarda e Reabilitação do Bairro das Machedes	REVOGAÇÃO	AVISO 9788/2021	24/05/2021	100 IIS
PP	Centro	Covilhã	Plano de Pormenor da Zona da Estação	REVOGAÇÃO	AVISO 16850/2019	22/10/2019	203 IIS

Fonte: https://www.dgterritorio.gov.pt/ordenamento/sgt/igt-vigor
http://plantasonline.cm-covilha.pt/geoportal?webpdm

20. Outros Anexos - Complementares aos Estudos de Caracterização:

As peças desenhadas complementares aos estudos de caracterização, encontram-se disponíveis no VOLUME II e III. As cartas de Ruido no Volume IV.